

Corregedoria-Geral
da Justiça Federal

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da
3ª REGIÃO



2023

Ministro OG FERNANDES
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	6
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	8
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	11
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	33
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	33
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	33
Desembargadora Federal MARISA SANTOS.....	33
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA.....	43
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO	43
GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL.....	69
Desembargador Federal DAVID DINIZ DANTAS	69
II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS.....	83
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA.....	83
DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS	83
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA	101
DESEMBARGADOR FEDERAL HERBERT DE BRUYN.....	119
DESEMBARGADOR FEDERAL RENATO BECHO	135
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO MORIMOTO.....	152
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA.....	157
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO	157
DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES.....	178
DESEMBARGADORA FEDERAL AUDREY GASPARINI	203
DESEMBARGADORA FEDERAL RENATA LOTUFO.....	227
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA.....	246
DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JÚNIOR.....	246
DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA.....	267
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO	286
DESEMBARGADORA FEDERAL ADRIANA PILEGGI.....	307
DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS CALIXTO.....	327
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA.....	331
DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE.....	331
DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE	349
DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA.....	368
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA.....	387
DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY	405

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA.....	409
DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NEKATSCHALOW.....	409
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO FONTES	427
DESEMBARGADOR FEDERAL MAURÍCIO KATO	446
DESEMBARGADOR FEDERAL ALI MAZLOUM.....	464
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA.....	481
DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA	481
DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO	500
DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS	516
DESEMBARGADORA FEDERAL GISELLE FRANÇA	535
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO	555
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA.....	559
DESEMBARGADORA FEDERAL INÊS VIRGÍNIA.....	559
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO VIEIRA.....	580
DESEMBARGADOR FEDERAL JEAN MARCOS	598
DESEMBARGADOR FEDERAL ALESSANDRO DIAFÉRIA	617
DESEMBARGADOR FEDERAL ERIK GRAMSTRUP	636
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA.....	640
DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA CAZERTA	640
DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO	656
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO CONSOLIM	672
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA LOUISE FILGUEIRAS	689
DESEMBARGADORA FEDERAL SILVIA ROCHA.....	707
GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA.....	708
DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA	708
DESEMBARGADOR FEDERAL GILBERTO JORDAN	722
DESEMBARGADORA FEDERAL CRISTINA MELO	737
JUIZ FEDERAL CONVOCADO NILSON LOPES	755
DESEMBARGADOR FEDERAL FONSECA GONÇALVES.....	772
GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA.....	775
DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA	775
DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO	791
DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON PORFÍRIO	810
DESEMBARGADORA FEDERAL LEILA PAIVA	826
JUIZ FEDERAL CONVOCADO DENILSON BRANCO.....	843
GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA.....	846
DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO.....	846
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI.....	866
DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS	883

DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA	904
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	922
SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA	922
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES.....	938
SECRETARIA JUDICIÁRIA	943
SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO.....	949
SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES	971
SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 1ª SEÇÃO	990
SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 2ª SEÇÃO	1007
SUBSECRETARIA UNIFICADA A DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO	1025
SUBSECRETARIA UNIFICADA B DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO	1040
SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 4ª SEÇÃO	1048
SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS.....	1060
F.UNIDADES ESPECIAIS	1068
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1068
GABINETE DA CONCILIAÇÃO	1083
ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL.....	1092
SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDÊNCIA (PRECATÓRIOS)	1101
DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA	1110
SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	1117
ESTATÍSTICA.....	1123
SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS.....	1130
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO.....	1147

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento n. 1/2009 e da Portaria CJF n. 615, de 18 de setembro de 2023, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Ministro Og Fernandes, Corregedor-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, abrangendo unidades jurisdicionais, processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 16 a 25 de outubro de 2023, e foram designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria n. 1/2009 – os Desembargadores Federais Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, do TRF da 1ª Região; Flávio Oliveira Lucas e Guilherme Couto de Castro, do TRF da 2ª Região; Eliana Paggiarin Marinho e Ricardo Teixeira do Valle Pereira, do TRF da 4ª Região; Edilson Pereira Nobre Júnior, Joana Carolina Lins Pereira e Manoel de Oliveira Erhardt, do TRF da 5ª Região; e Lincoln Rodrigues de Faria, do TRF da 6ª Região; os Juízes Federais Auxiliares desta Corregedoria-Geral, Alcioni Escobar da Costa Alvim e Eivaldo Ribeiro dos Santos.

Para auxiliá-los na inspeção, foram indicados os seguintes servidores: Alexandre Eutálio Neves de Almeida, Andrea Sumie Nagao Okazaki Freitas, Andresa Karla de Melo Mafra, Breno Buffalo Penna, Caroline Silva Cabral Nacif, Cláudia Virgínia Medeiros Lopes, Denise Guimarães Tângari, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Graziela Fernanda Seibel Rodriguez, Joelmir Rodrigues da Silva, José Claudiano Ferreira de Abrantes, José Darlan Costa Pereira, Luciana de Medeiros Fernandes, Luigi Frusciantes Filho, Márcia Alves da Silva Abi-Acl, Márcia Fernandes Borges, Márcio de Freitas Manna, Maria Paula Maranhão de Queiroz Campos Lopes, Nathalia Resende Lara Gabriel, Renato de Oliveira Paes, Rosa Miriam Farias Prysthon, Simone Katsuren Nakasato, Simone Pires Lemes, Tatiana Ferri e Tatiana Freire Leiria.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente web, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos feitos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações à Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Ministério

Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil nas Seccionais do Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 3ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes Federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando, ao máximo, os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos por amostragem e os dados solicitados em questionários e entrevistas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional. Isso contribui para a visão nacional da instituição, de modo a permitir formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, com o fito de nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

A inspeção inicia-se com a fase preliminar, quando as unidades - gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria Regional, dos desembargadores federais e dos juízes federais convocados para o exercício da atividade jurisdicional e secretarias dos órgãos colegiados - fornecem, no prazo fixado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, informações prévias, mediante formulário eletrônico disponibilizado no Sistema de Inspeção – SINSF. Os relatórios gerados com as informações das unidades jurisdicionais servem de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, por amostragem, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; e comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam

as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para elaboração do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre depende da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, especialmente no tocante à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, constante do título de “Observações Gerais”, que informa dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 3ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, a serem consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e turma, para permitir a análise com base em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, em relação a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma e seção; os dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; bem como os relativos à atividade-fim, analisados sob as perspectivas estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de

eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório segue o padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nessa atuação, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal trabalha constantemente para a busca do aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e os dados colhidos na verificação de 3.101 feitos trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, com intuito de fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo - SP, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 16 a 25 de outubro de 2023. A Corte é composta por 55 desembargadores federais.

Seguem-se os detalhes da composição, no período da inspeção:

Mesa Diretora

Desembargadora Federal MARISA SANTOS, Presidente
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO, Vice-Presidente
Desembargador Federal DAVID DINIZ DANTAS, Corregedor Regional

Órgão Especial

Titulares

Desembargadora Federal MARISA SANTOS - Presidente
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO - Vice-Presidente
Desembargador Federal DAVID DINIZ DANTAS – Corregedor Regional
Desembargador Federal PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE NETO
Desembargadora Federal MARLI MARQUES FERREIRA
Desembargadora Federal THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA
Desembargador Federal MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR
Desembargador Federal NERY DA COSTA JÚNIOR
Desembargador Federal LUIS CARLOS HIROKI MUTA
Desembargador Federal CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA
Desembargador Federal CARLOS EDUARDO DELGADO
Desembargador Federal NINO OLIVEIRA TOLDO
Desembargadora Federal LEILA PAIVA MORRISON
Desembargador Federal ALI MAZLOUM
Desembargador Federal MARCELO MESQUITA SARAIVA
Desembargadora Federal MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE
Desembargadora Federal GISELLE DE AMARO e FRANÇA

1ª Seção: Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); matéria de direito privado, dentre outras: domínio e posse; locação de imóveis; família e sucessões; direitos reais e coisa alheia; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; matéria trabalhista de competência residual; propriedade industrial; registros públicos; servidores civis e militares; desapropriações e apossamentos administrativos.

Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS
Desembargador Federal CARLOS MUTA
Desembargador Federal HERBERT DE BRUYN
Desembargador Federal ANTONIO MORIMOTO
Desembargador Federal RENATO BECHO
Desembargador Federal CARLOS FRANCISCO

Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES
Desembargadora Federal RENATA LOTUFO
Desembargadora Federal AUDREY GASPARINI

2ª Seção: Direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros; matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, executadas as competências do Órgão Especial, das Primeira e Terceira Seções – licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria das Primeira e Terceira Seções; ensino superior; inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

Desembargador Federal NERY JUNIOR
Desembargadora Federal CONSUELO YOSHIDA
Desembargador Federal CARLOS DELGADO
Desembargadora Federal ADRIANA PILEGGI
Desembargador Federal RUBENS CALIXTO
Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE
Desembargadora Federal MARLI FERREIRA
Desembargador Federal MARCELO SARAIVA
Desembargador Federal WILSON ZAUHY
Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO
Desembargador Federal MAIRAN MAIA
Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO
Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS
Desembargadora Federal GISELLE FRANÇA

3ª Seção: Previdência e assistência social, excetuada a competência da Primeira Seção.

Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA
Desembargador Federal MARCELO VIEIRA
Desembargador Federal JEAN MARCOS
Desembargador Federal ERIK GRAMSTRUP
Desembargador Federal ALESSANDRO DIAFÉRIA
Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO
Desembargadora Federal SILVIA ROCHA
Desembargador Federal JOÃO CONSOLIM
Juíza Federal Convocada LOUISE FILGUEIRAS
Desembargadora Federal DALDICE SANTANA
Desembargador Federal GILBERTO JORDAN
Desembargador Federal FONSECA GONÇALVES
Desembargadora Federal CRISTINA MELO
Juiz Federal Convocado NILSON LOPES
Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal NELSON PORFIRIO

Desembargadora Federal LEILA PAIVA
Juiz Federal Convocado DENILSON BRANCO

4ª Seção: Matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial.

Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW
Desembargador Federal PAULO FONTES
Desembargador Federal MAURICIO KATO
Desembargador Federal ALI MAZLOUM
Desembargador Federal NINO TOLDO
Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS
Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA

Foram inspecionadas as seguintes unidades: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, Gabinetes dos Desembargadores Federais, Subsecretaria dos Feitos da Presidência, Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Secretaria Judiciária, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, Subsecretaria das Seções, Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção, Subsecretaria Unificada de Turmas da 2ª Seção, Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção, Subsecretaria Unificada B de Turmas da 3ª Seção, Subsecretaria Unificada de Turmas da 4ª Seção, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete da Conciliação, Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, Divisão de Assuntos da Magistratura, Secretaria de Segurança Institucional, Estatística e Sistemas Judiciais Eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região foram inicialmente levantados dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte e de suas respectivas turmas.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 3.101 feitos, nas mais diferentes classes e fases, com identificação de situações eventualmente críticas cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por magistrados e servidores.

Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoas e de processos, boas práticas, observações gerais e recomendações.

A avaliação conjunta entre as equipes da Corregedoria-Geral e as unidades inspecionadas, por meio de reuniões e troca de experiências durante a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das áreas.

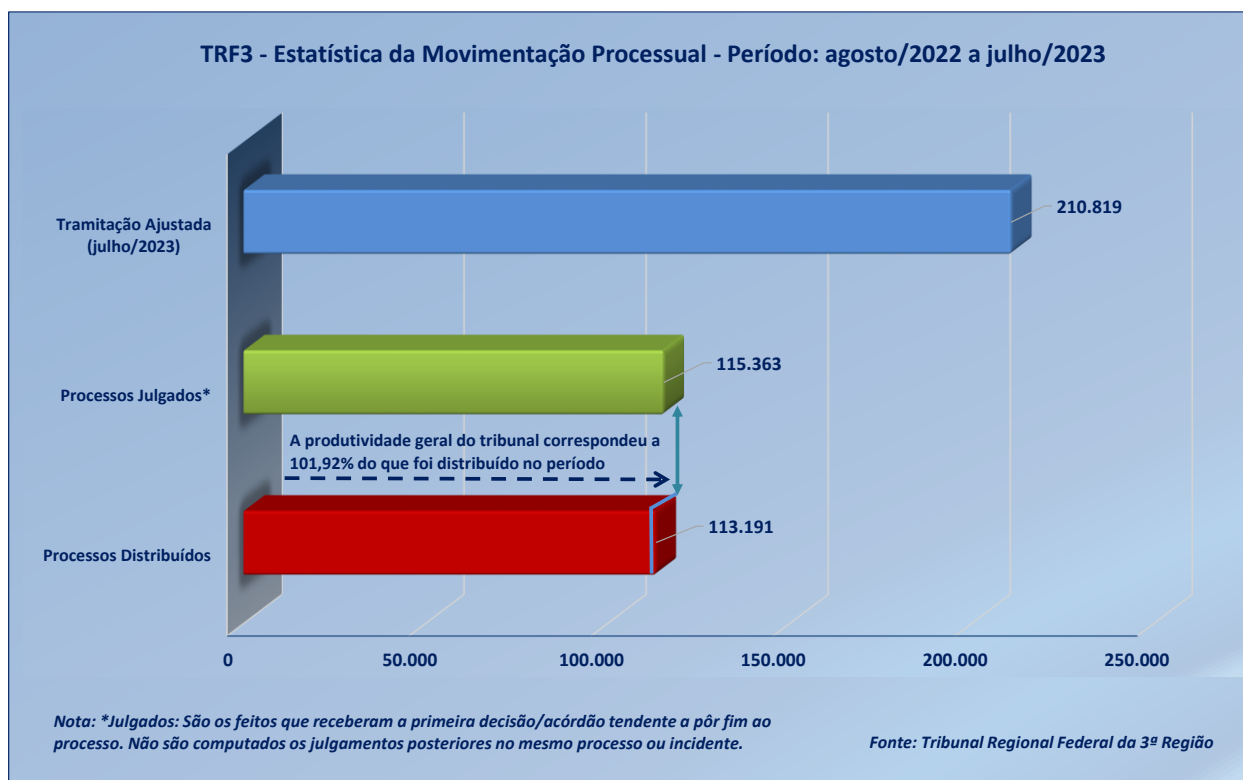
Numa primeira vertente, a inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada e conclusão dos feitos junto à Corte e o

cumprimento das metas processuais do CNJ. Compreende-se como **distribuição** o total de feitos protocolados no Tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por **produtividade**, define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por **tramitação ajustada**, considera-se o número de feitos em estoque, descontados os suspensos/sobrestados. Finalmente, por **conclusão**, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de agosto/2022 a julho/2023, ou seja, os doze meses imediatamente anteriores à 1ª etapa da inspeção, sendo os dados examinados fornecidos pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos, vinculado à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, constituindo seus números oficiais. Isso considerado, registrou-se que o Tribunal recebeu 116.585 ações judiciais, as quais restaram distribuídas entre as onze turmas da Corte e as quatro seções especializadas. A divisão da distribuição processual entre os gabinetes que tratam das mesmas matérias foi equânime para todas as seções, com remessa média de 2.158 para a 1ª Seção, 3.261 para a 2ª Seção, 3.537 para a 3ª Seção, e 653 para a 4ª Seção. Ressalte-se que os novos gabinetes receberam o acervo, por distribuição/redistribuição, porém como foram instalados em 2023, ou seja fora do período de análise da inspeção, não foram considerados para fins de cálculo, conforme Resolução Pres n. 632, de 22 de agosto de 2023.

Quanto à produtividade¹, no mesmo período, o TRF da 3ª Região julgou globalmente o total de 115.363 processos, o que resulta no percentual de produtividade média de 101,92%. Vale dizer, a Corte julgou quantidade de feitos maior que o volume de distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito a seguir:

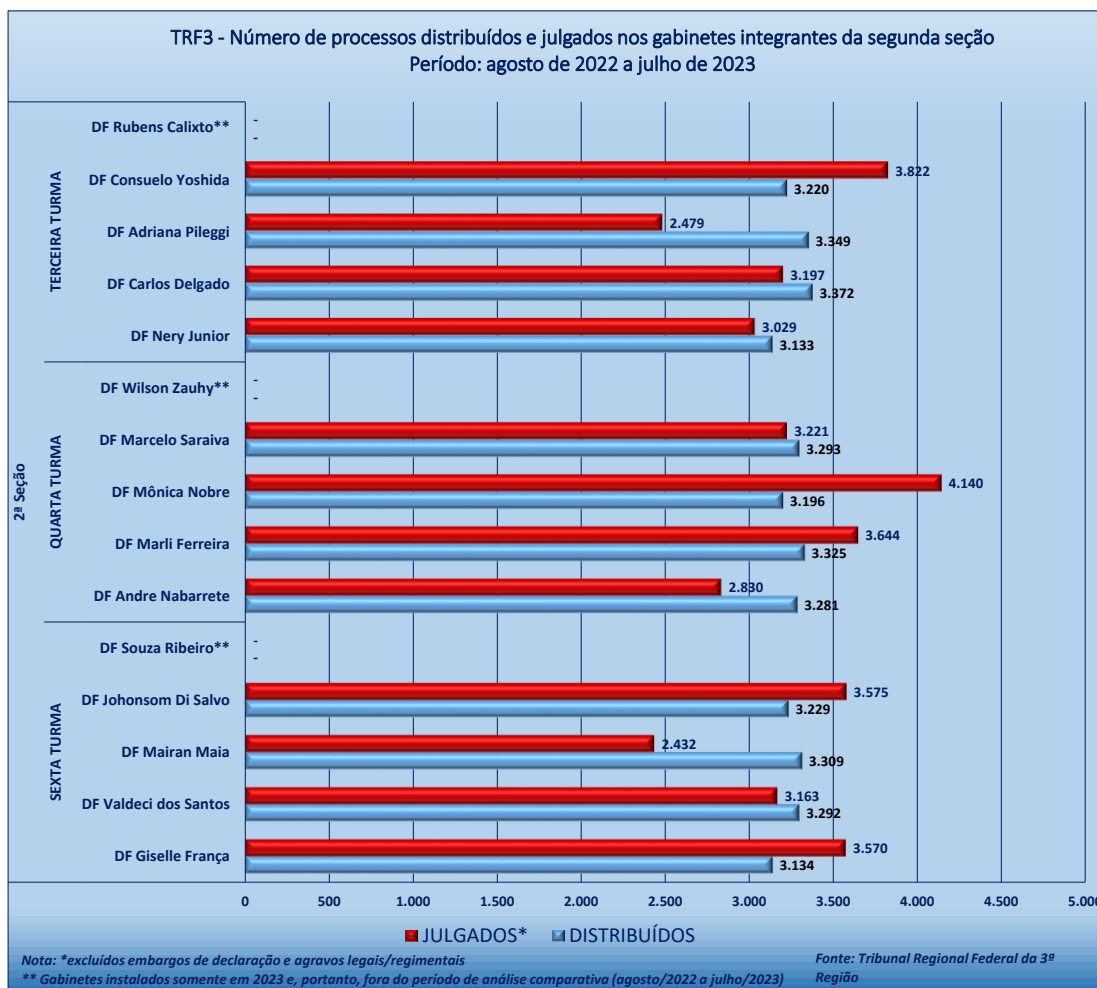
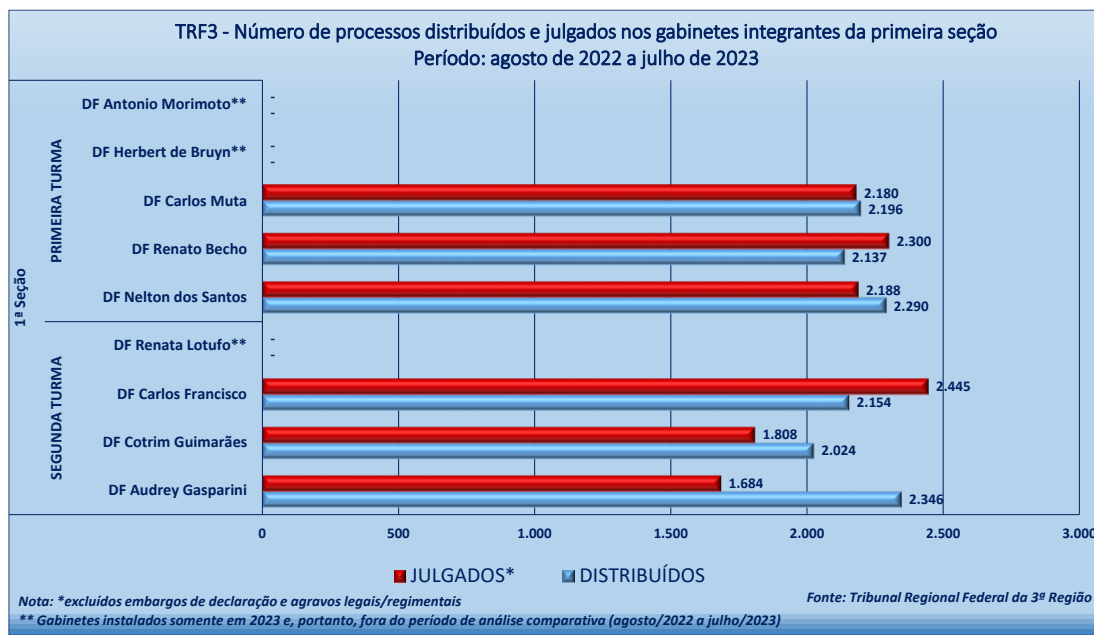
¹ Importante considerar que doze gabinetes foram instalados somente em 2023 e estão fora do período utilizado para análise comparativa dos indicadores da inspeção (agosto de 2022 a julho de 2023). Os dados das novas unidades podem ser consultados em seus respectivos relatórios.

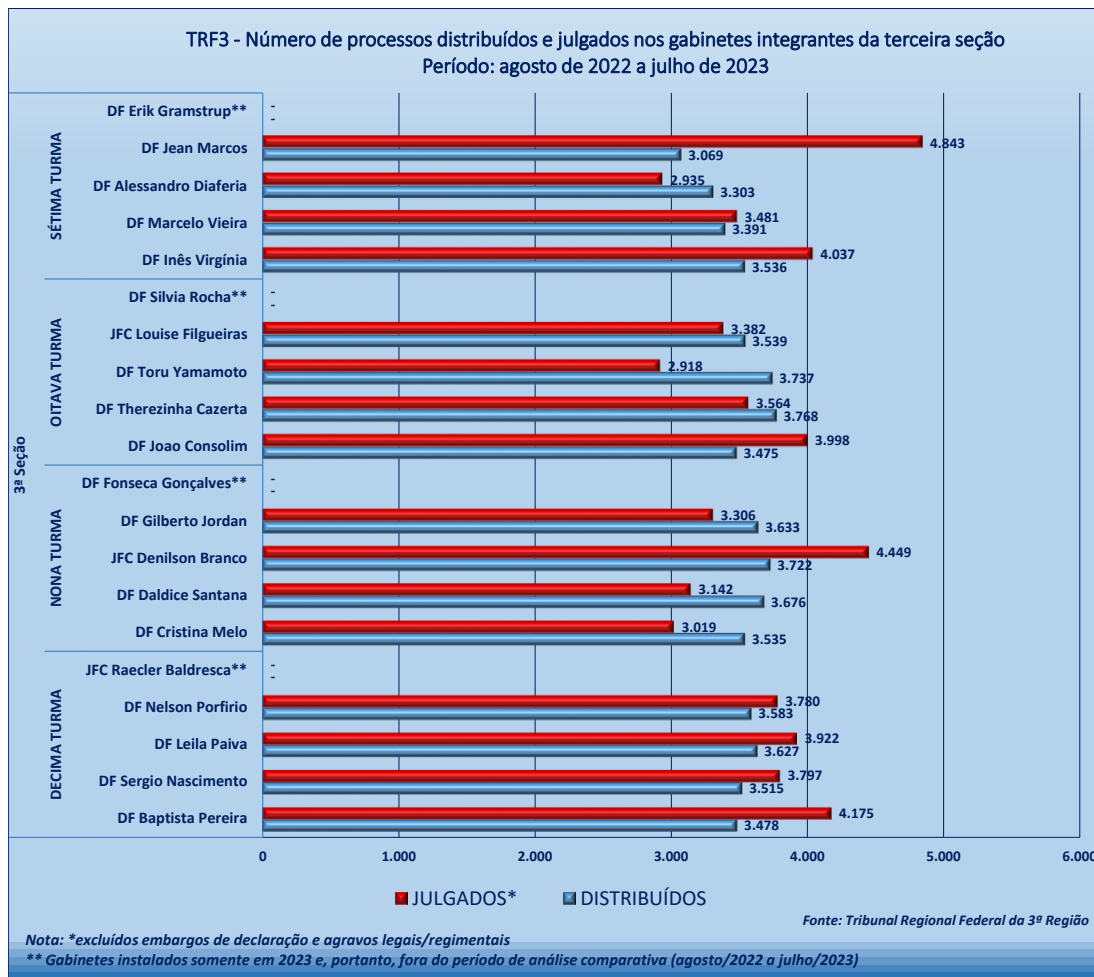


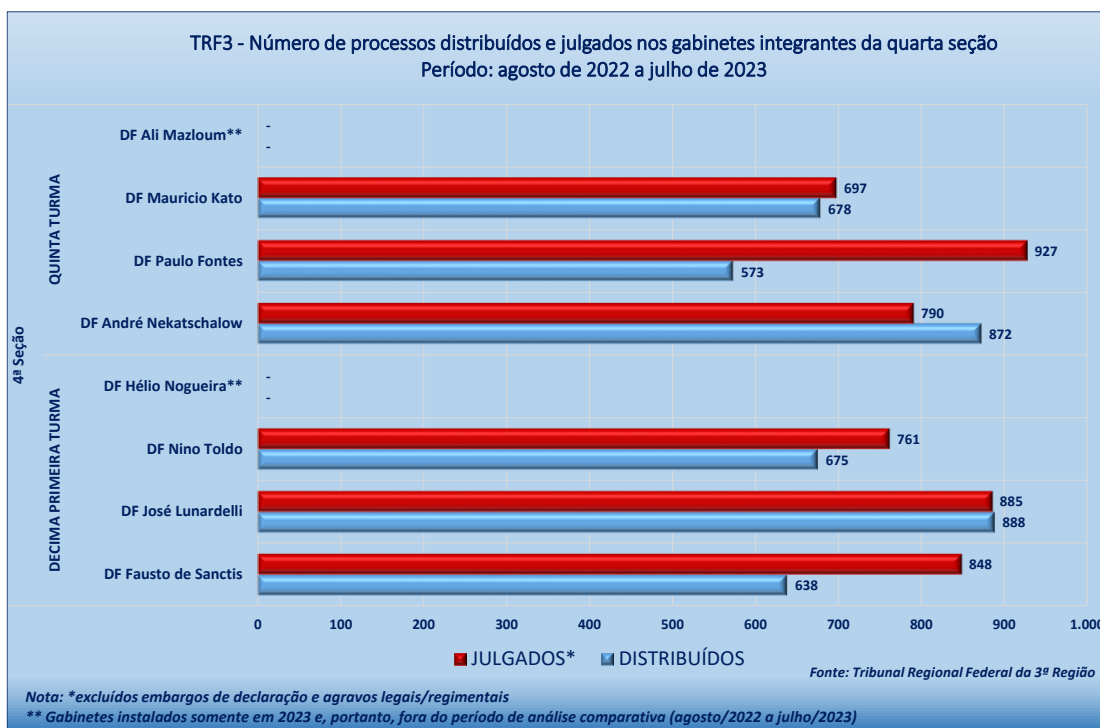
O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

- 1ª Turma: produtividade de 101%, com 6.623 distribuídos e 6.668 julgados;
- 2ª Turma: produtividade de 91%, com 6.524 distribuídos e 5.937 julgados;
- 3ª Turma: produtividade de 96%, com 13.074 distribuídos e 12.527 julgados;
- 4ª Turma: produtividade de 106%, com 13.095 distribuídos e 13.835 julgados;
- 5ª Turma: produtividade de 114%, com 2.123 distribuídos e 2.414 julgados;
- 6ª Turma: produtividade de 98%, com 12.964 distribuídos e 12.740 julgados;
- 7ª Turma: produtividade de 115%, com 13.299 distribuídos e 15.296 julgados;
- 8ª Turma: produtividade de 95%, com 14.519 distribuídos e 13.862 julgados;
- 9ª Turma: produtividade de 96%, com 14.566 distribuídos e 13.916 julgados;
- 10ª Turma: produtividade de 110%, com 14.203 distribuídos e 15.674 julgados;
- 11ª Turma: produtividade de 113%, com 2.201 distribuídos e 2.494 julgados.

A relação entre a distribuição e o julgamento nas quatro seções do Tribunal está visualmente representada por meio dos gráficos a seguir:

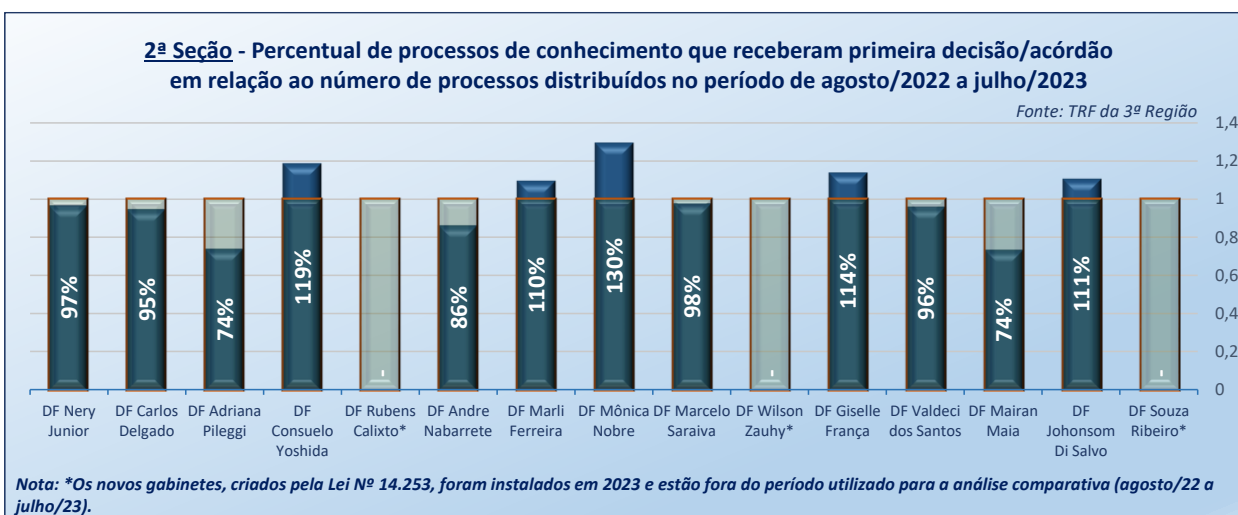
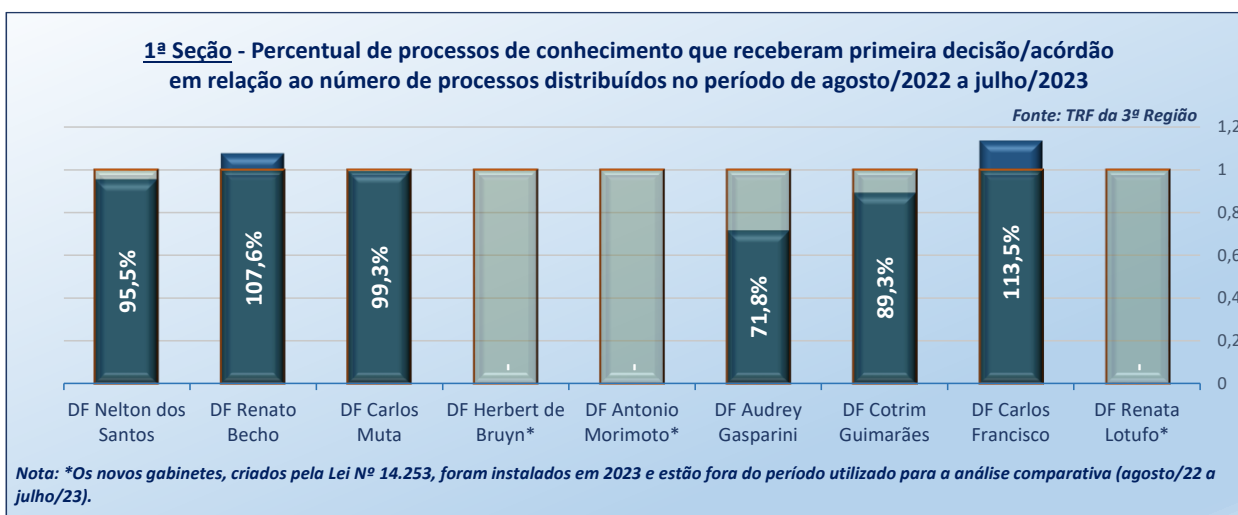
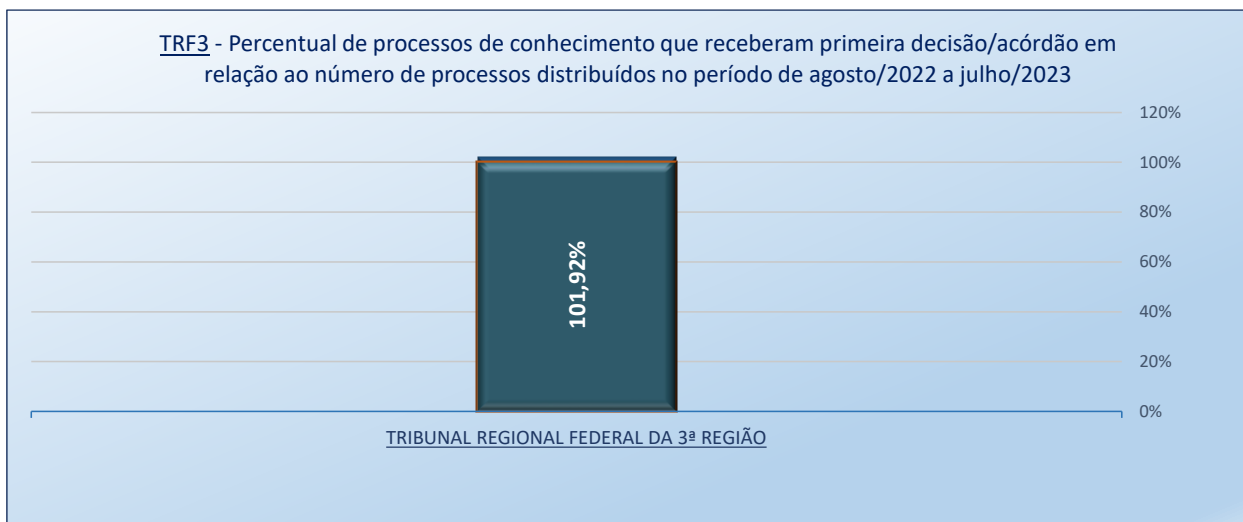


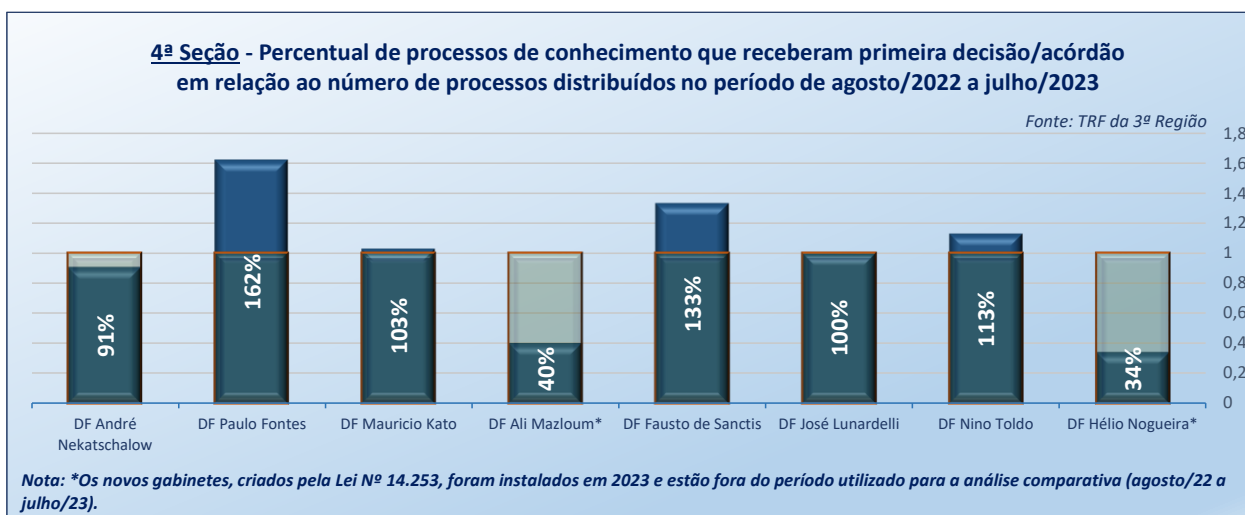
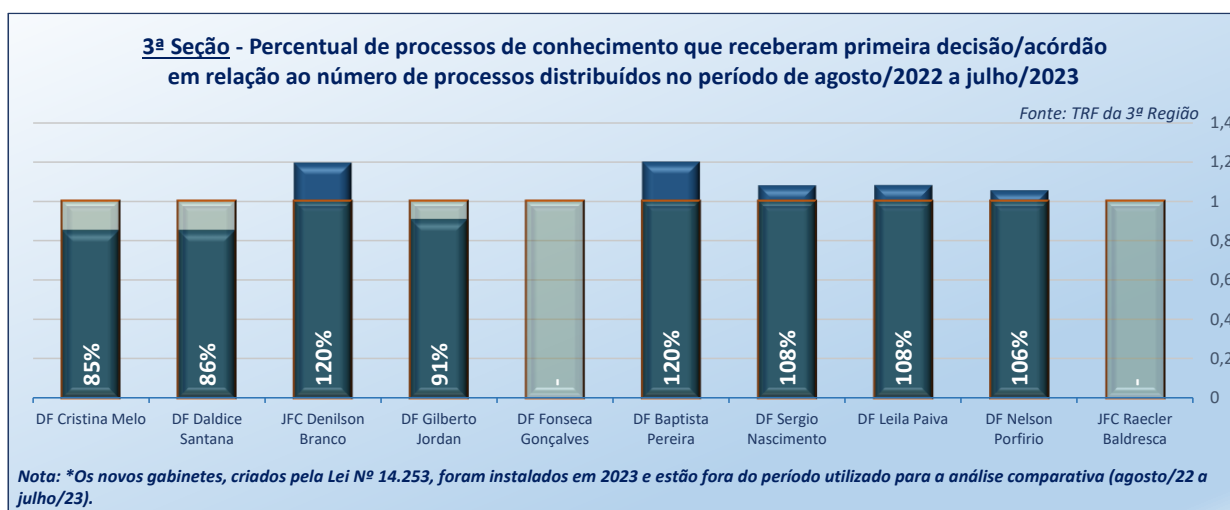
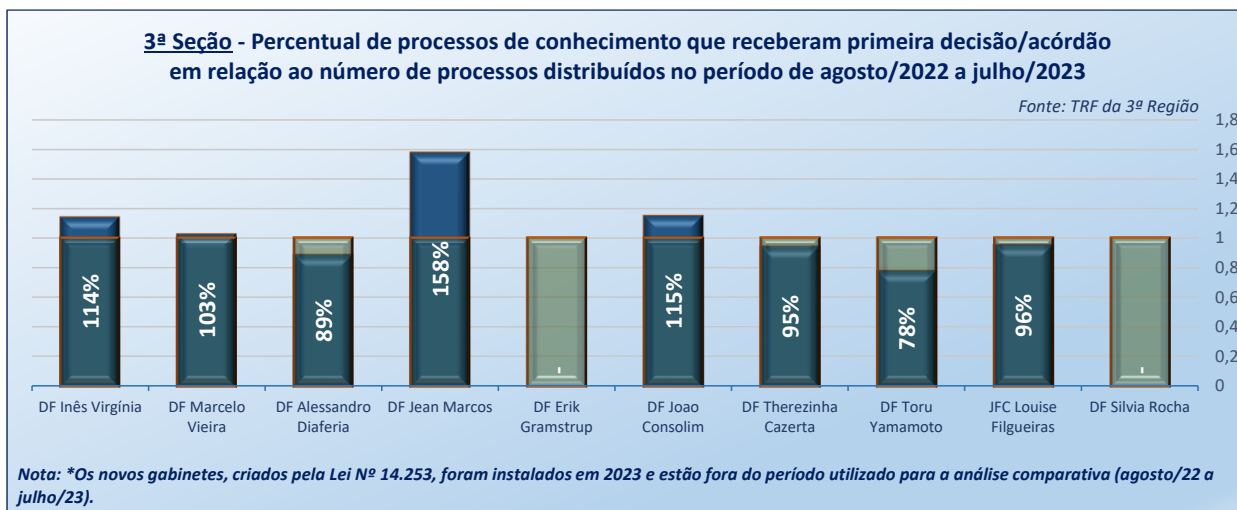




Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2022, quando a produção do Tribunal era superior ao número de processos distribuídos em 8.374 feitos², verifica-se que a Corte manteve seu desempenho no período de agosto de 2022 a julho de 2023 (últimos doze meses) e conservou a tendência do que determina a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça. Os gráficos a seguir retratam o percentual, em todo o Tribunal e por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos no período de agosto de 2022 a julho de 2023.

² Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2021/2022) 117.519 processos e foram julgados 125.893.





O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de diagnóstico adequado da gestão processual no Tribunal, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação, excluídos os suspensos e sobrestados, em seus distintos órgãos jurisdicionais; ou seja,

em cada uma de suas turmas e na Vice-Presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os feitos aos tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

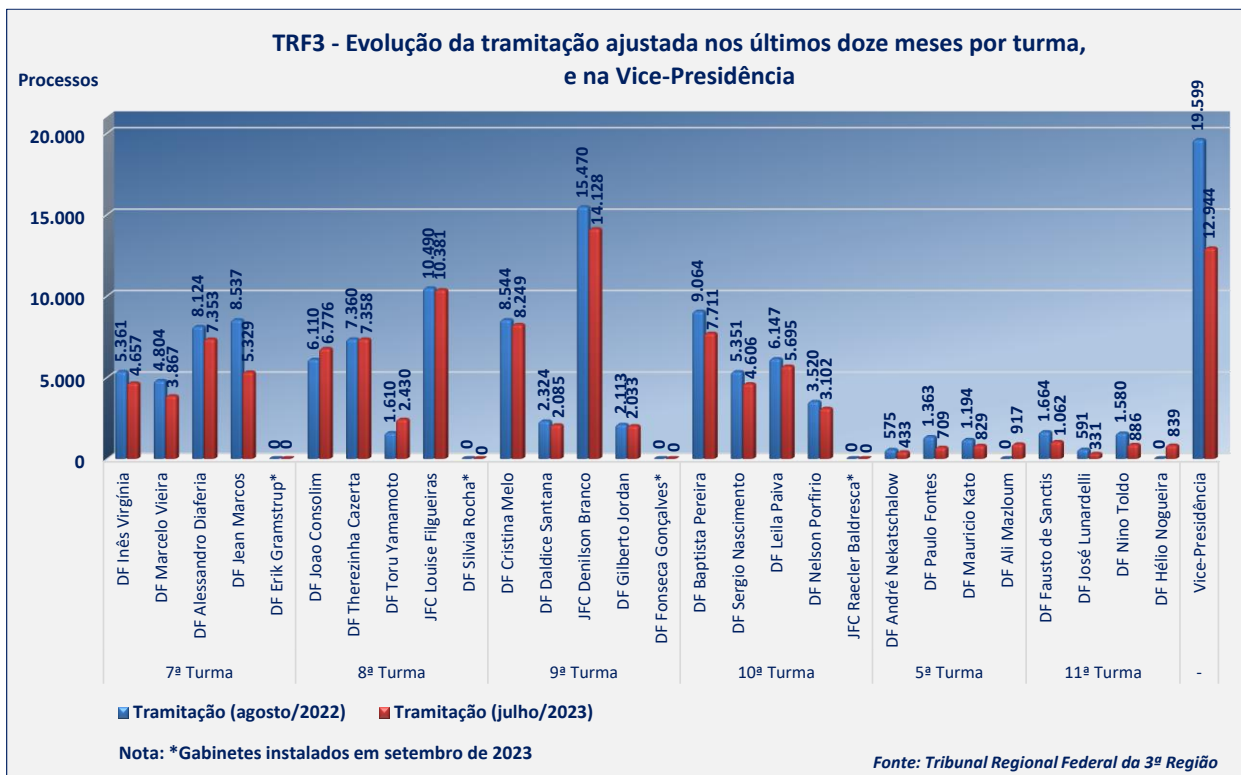
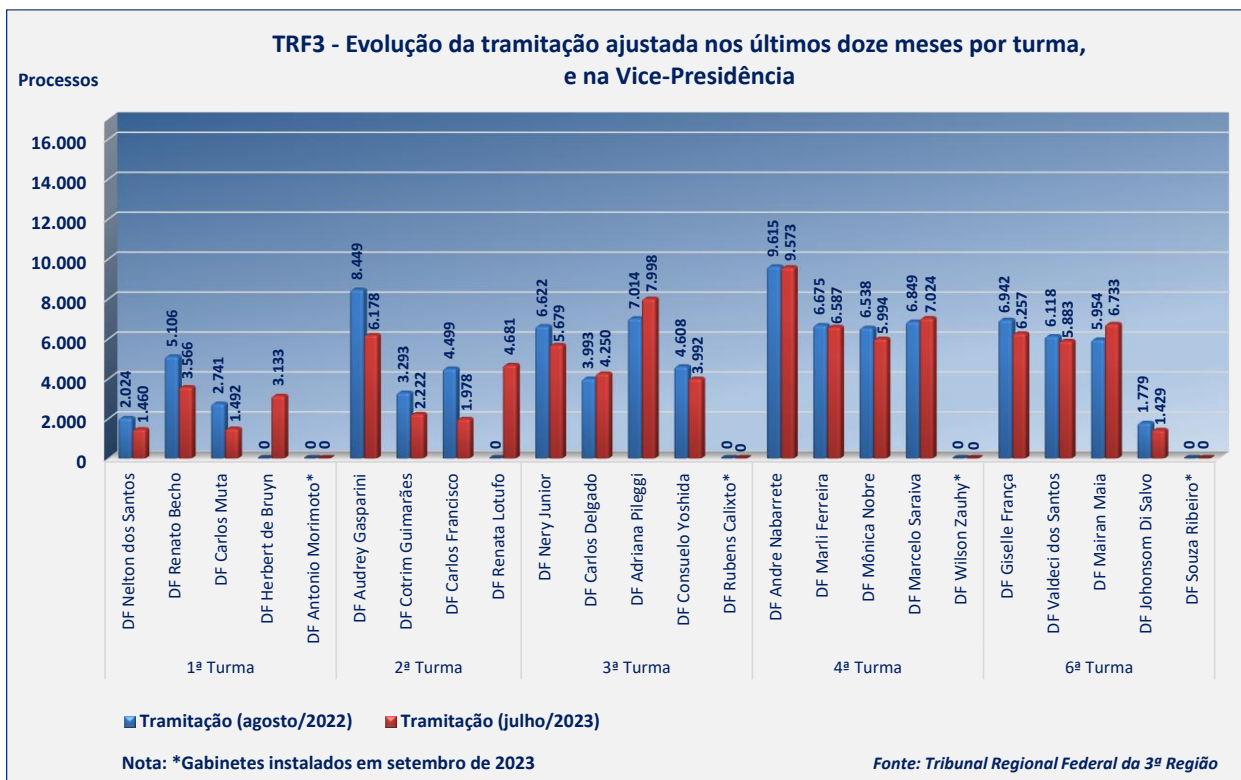
Nesses termos, apurou-se a existência de 210.819 processos em tramitação no TRF da 3ª Região, conforme se verifica no quadro a seguir:

Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 3ª Região
 Posição: julho/2023

Órgão		Tramitação Ajustada (julho/2023)	% de processos em relação ao total
Vice-Presidência		12.944	6%
1ª Seção	1ª Turma	9.651	5%
	2ª Turma	15.059	7%
2ª Seção	3ª Turma	21.919	10%
	4ª Turma	29.178	14%
	6ª Turma	20.302	10%
3ª Seção	7ª Turma	21.206	10%
	8ª Turma	26.945	13%
	9ª Turma	26.495	13%
	10ª Turma	21.114	10%
4ª Seção	5ª Turma	2.888	1%
	11ª Turma	3.118	1%
Total no TRF da 3ª Região		210.819	-

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

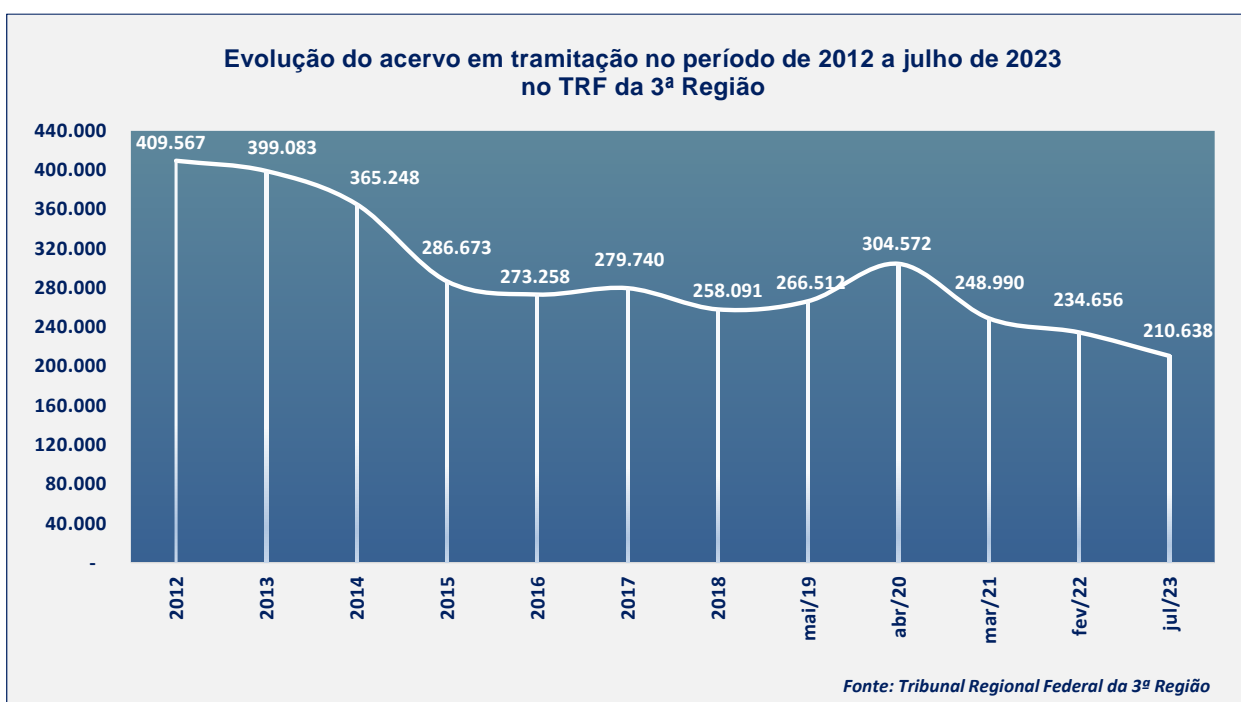
Ao analisar a tramitação ajustada do Tribunal de maneira mais detalhada, percebe-se, conforme resultado apresentado nos gráficos a seguir, que o Tribunal registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores, no período de agosto/2022 a julho/2023, redução do acervo. Em todo o tribunal houve importante diminuição de 8,5% no número de processos em tramitação (redução de 19.495) em relação ao total do acervo da Corte.



Obtidos os índices de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de agosto de 2022 a julho de 2023, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada

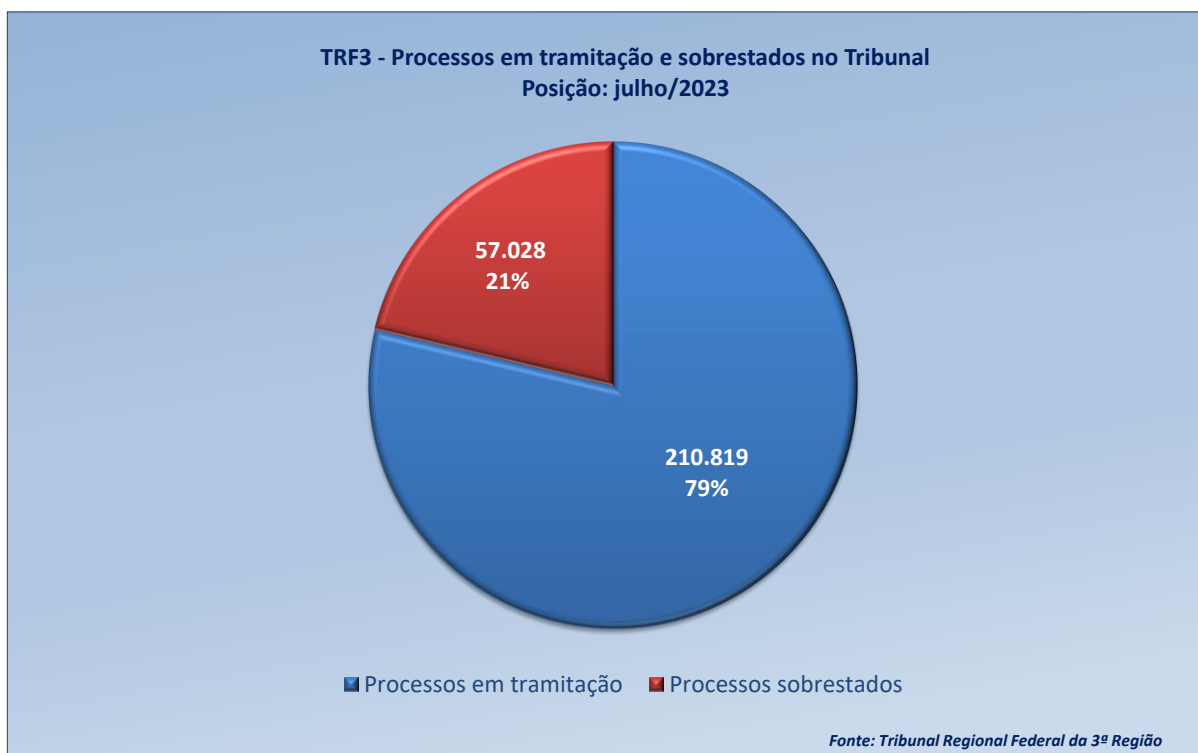
na inspeção de 2012, a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação a sua eficiência.

Nesse contexto, observa-se que o acervo do TRF da 3ª Região é predominantemente decrescente até 2018, quando ocorre a inversão da curva de tramitação tendente a crescimento. Em 2012, havia o acervo de 409.567 processos em tramitação; reduzindo, no início de 2014, para 286.673. No período posterior, de 2015 a maio/2018, apresentou leve queda oscilando para 258.091. Em 2020 cresceu para 304.572 feitos, porém, atualmente, segue a tendência de decrescimento, atingindo o menor acervo de toda a série histórica, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

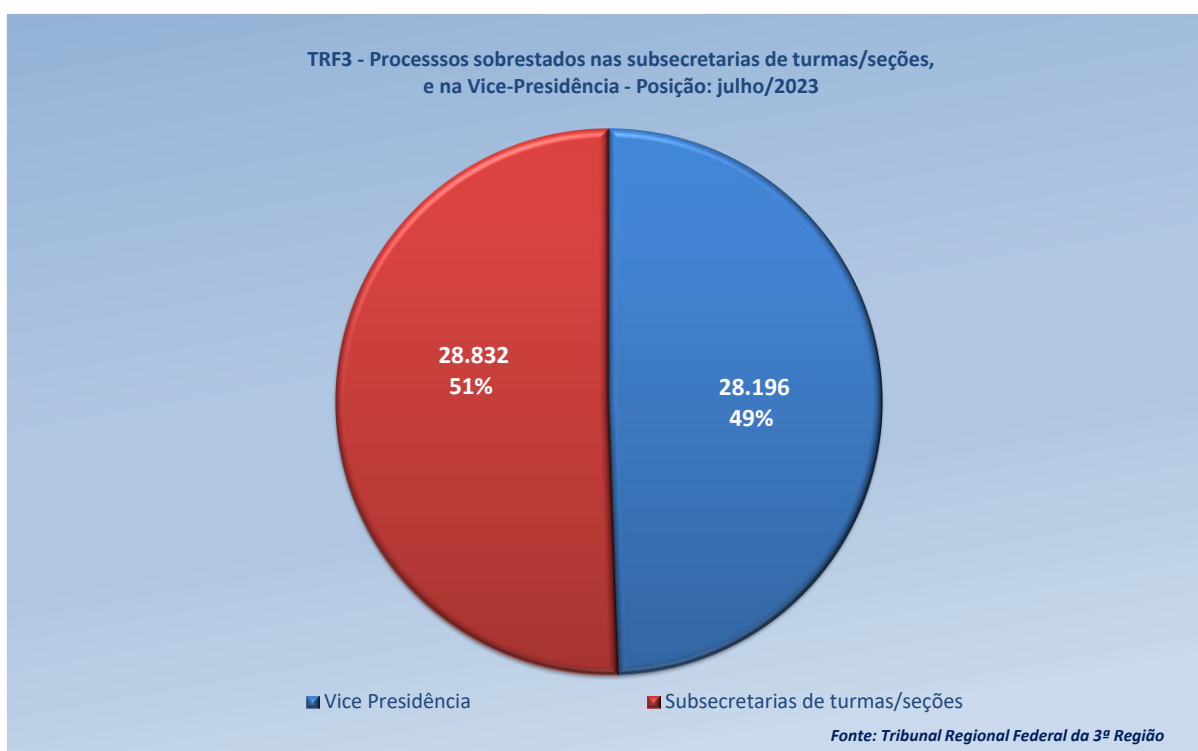


Ressalte-se que, para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os processos suspensos ou sobrestados.

O Tribunal possui, globalmente, 267.847 feitos em tramitação, dos quais 57.028 (21,29%) estão suspensos/sobrestados.

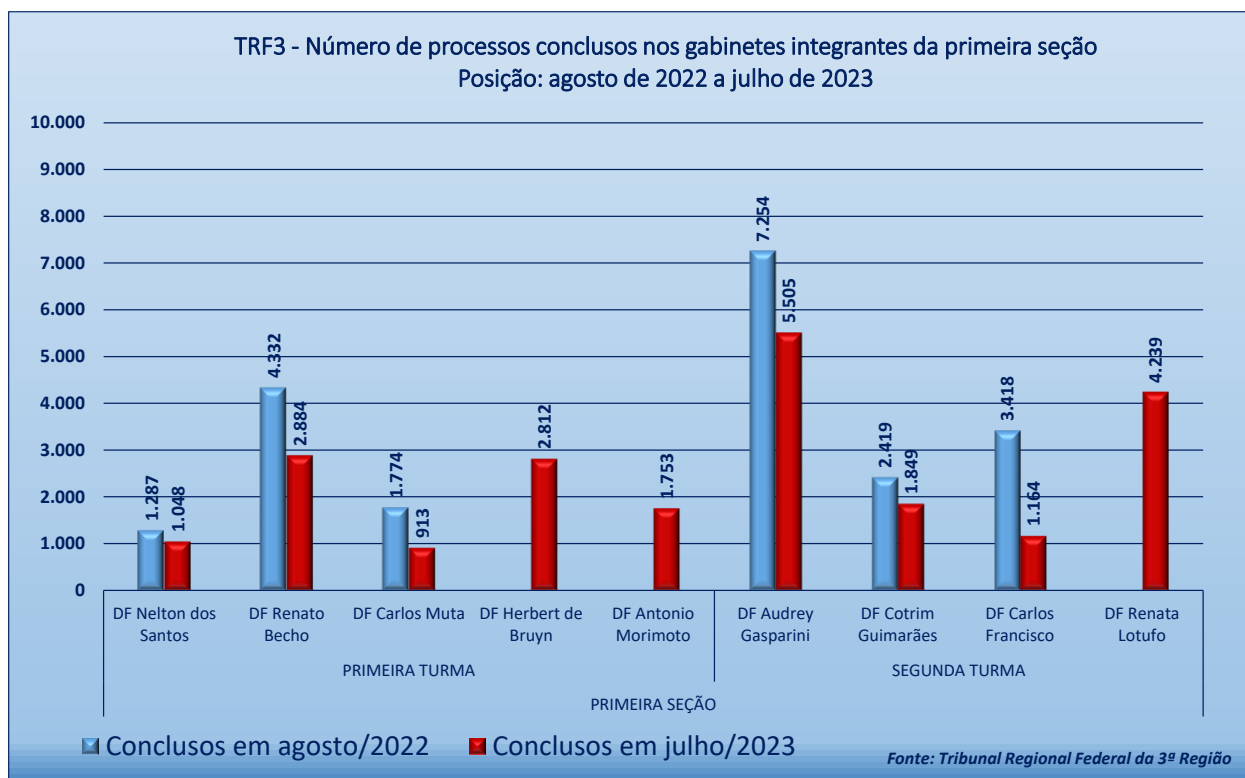


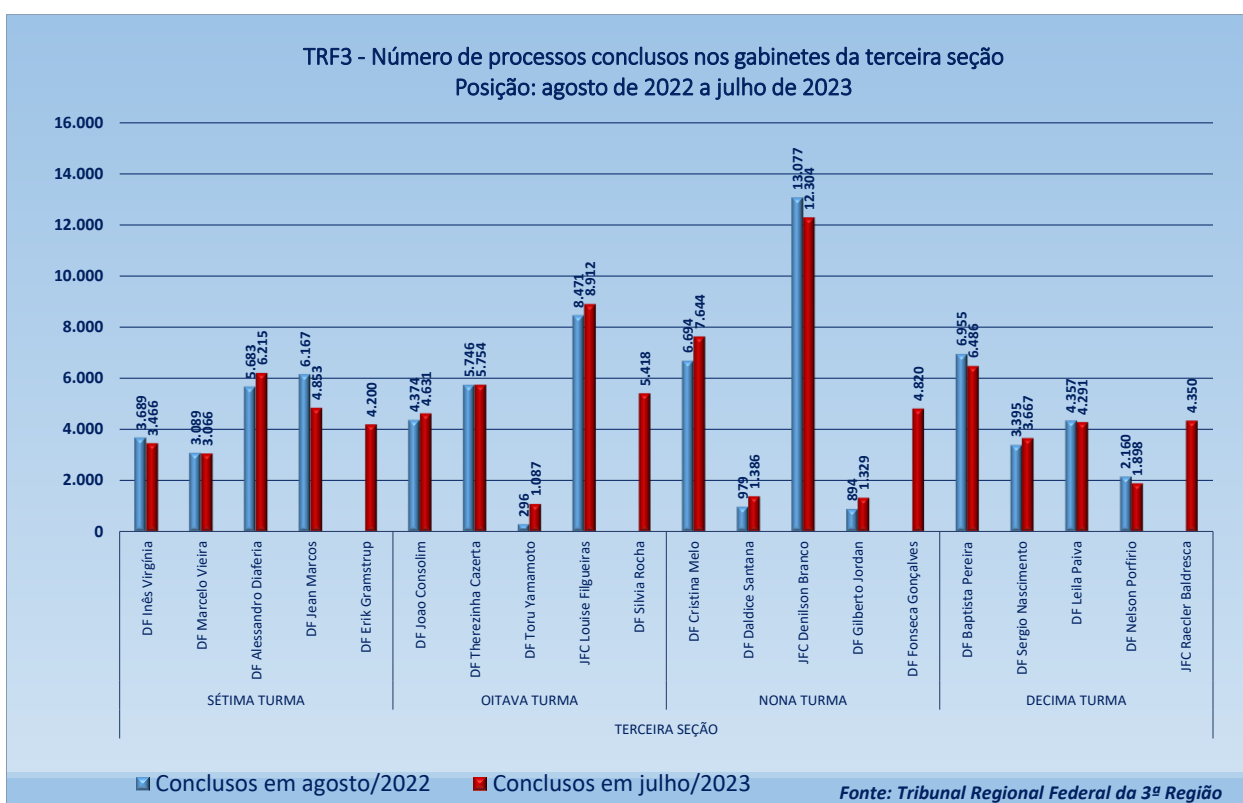
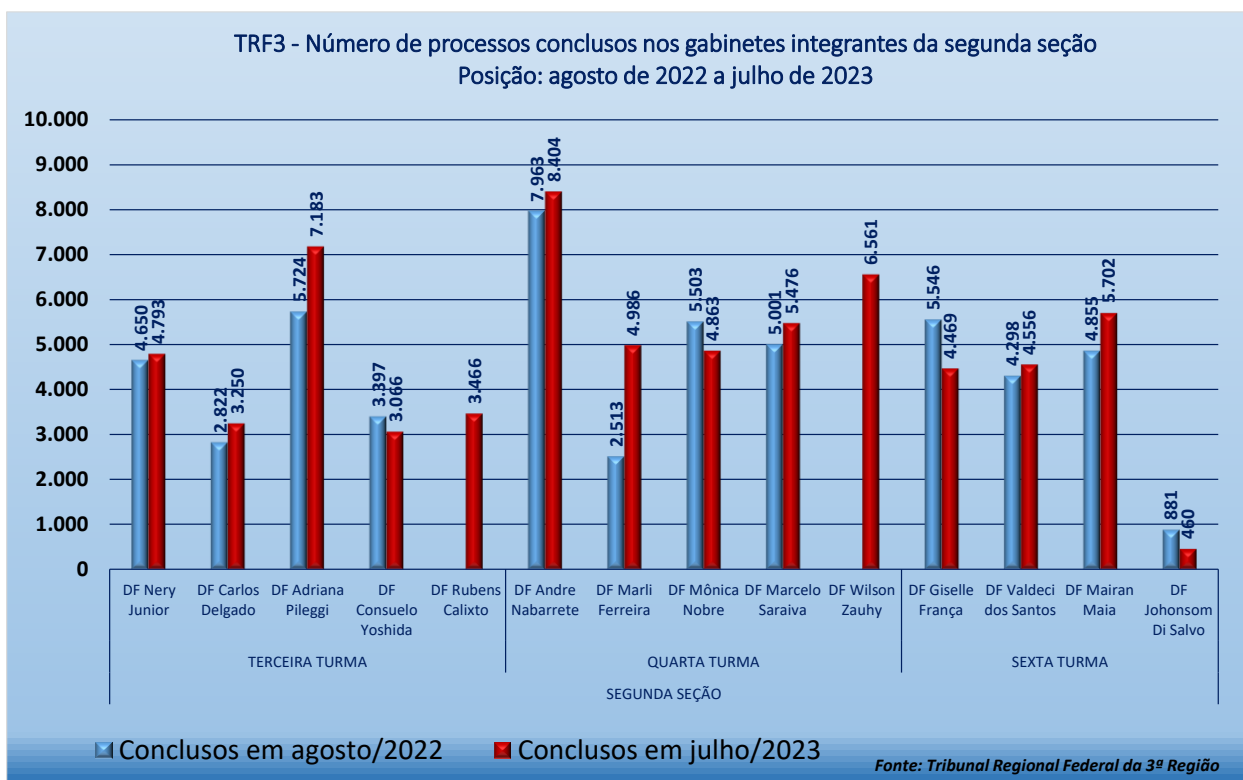
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 46% (24.964) estão localizados nas subsecretarias das turmas, e 54% na Vice-Presidência (29.104).

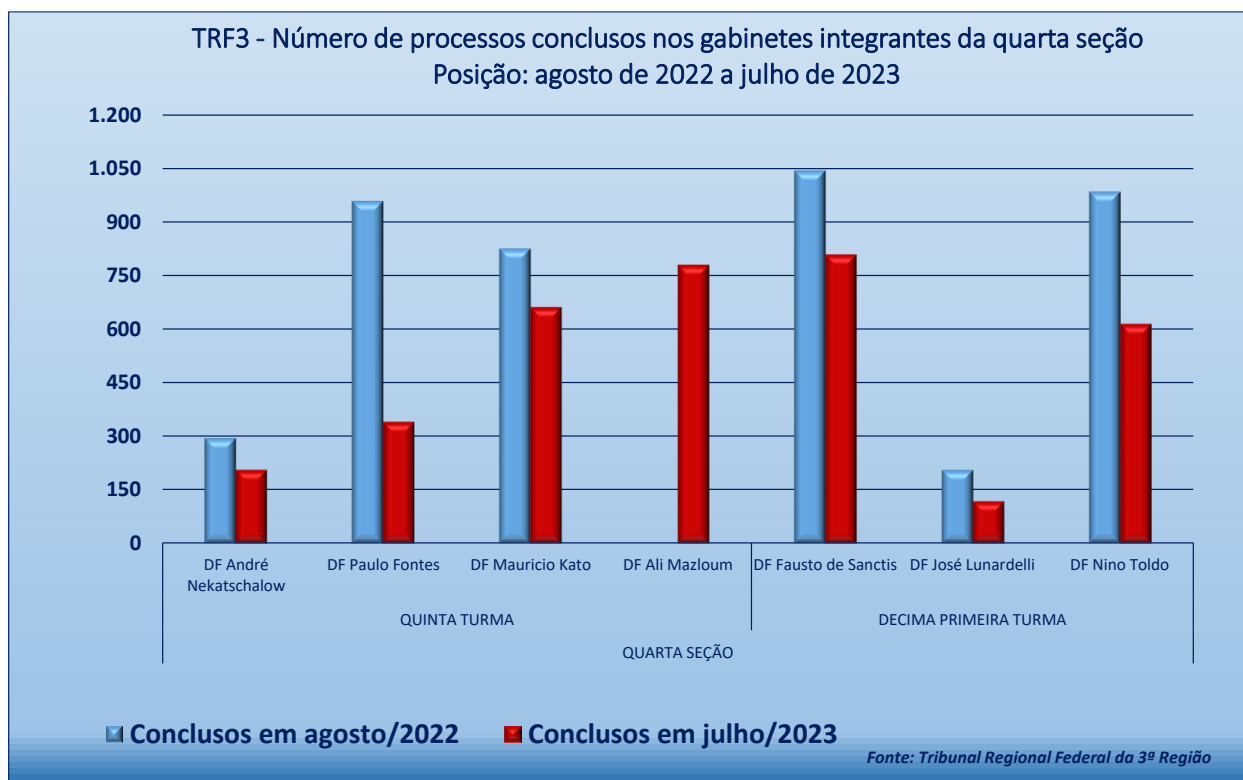


O quarto indicador trata da análise comparada dos processos concluídos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

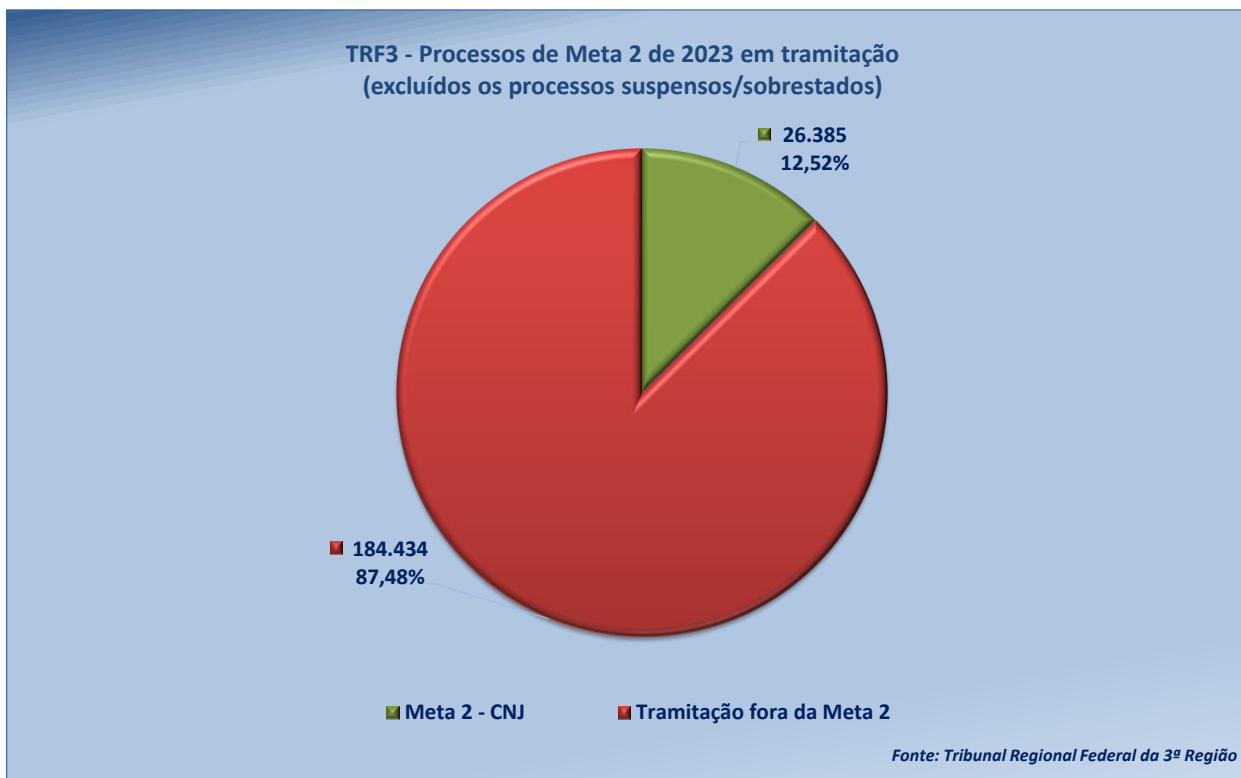
Como já registrado na inspeção levada a efeito em 2016, 2018, 2020 e 2022, ainda hoje persiste importante variação do número de feitos concluídos em cada uma das unidades inspecionadas que julgam a mesma matéria. Numa comparação entre gabinetes com a mesma especialização, observa-se que, no mais crítico, da 3ª Seção, constam 12.304 processos concluídos, contra apenas 1.329 naquele que revelou melhor resultado. Ou seja, 9,2 vezes maior que o mais enxuto.





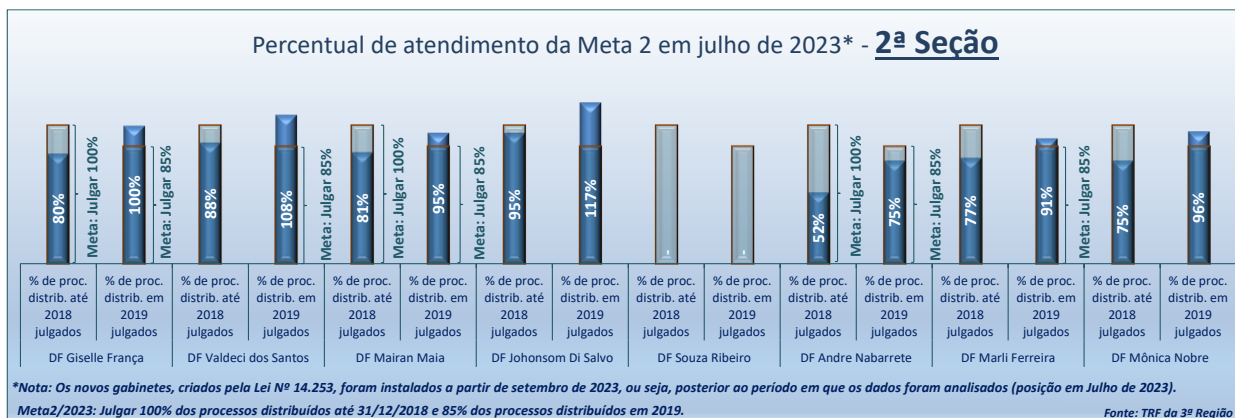


Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual dos gabinetes, o perfil geral do acervo sem primeiro julgamento, e seu tempo de tramitação, a partir da data da primeira distribuição no Tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2023 do CNJ (julgar os processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2018 e em 2019, sem primeiro julgamento), que, em 2023, somavam 28.298 em tramitação, o que corresponde a 12,52% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.



Os gráficos abaixo demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2022, por gabinete, nos quais a primeira coluna, do respectivo gabinete, apresenta a meta a ser cumprida e o percentual de processos com distribuição até 2017 julgados até a presente data (Meta: julgar 100%); e a segunda coluna, o percentual de feitos com distribuição em 2018 (Meta: julgar 85%) e que já receberam o primeiro julgamento.







Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que, em relação à Meta 3/2022 do CNJ - cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 8% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos -, a Corte regional fomentou 8,6% dos feitos do Tribunal.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas. Busca, igualmente, elaborar diagnóstico amplo de cada Corte Regional.

Além da análise da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar boas práticas para gestão adequada dos processos com posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, o presente relatório traz, a título de exemplo, iniciativas gerais observadas nas seguintes unidades: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, Gabinetes dos Desembargadores, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, e Gabinete da Conciliação. As ações das demais unidades inspecionadas constam dos relatórios individualizados.

No gabinete da Presidência, a devolução de salas alugadas fora do prédio sede representou significativa redução de despesas, permitindo a destinação de recursos orçamentários para outras demandas necessárias à gestão.

Outro registro de boa prática empregada é o programa POP RUA JUD, que possibilitou o atendimento de muitas pessoas hipossuficientes, promovendo integração e assegurando cidadania, mediante ações da Justiça Federal em parceria com outros órgãos e entidades.

Na Vice-Presidência, merecem destaque a retomada imediata do andamento dos processos suspensos e repetitivos; a adoção de força-tarefa para eliminar acervos volumosos de processos sobrestados, quando sobrevém julgamento do recurso paradigma pelo STJ e STF; e o mapeamento das demandas em que pese a litigância

predatória no âmbito dos recursos, com o escopo de identificar a utilização abusiva do Poder Judiciário.

A Corregedoria adotou o aperfeiçoamento dos serviços de primeiro grau a partir da atividade de controle das normas expedidas por juízes daquela instância, com a finalidade de organizar os serviços internos.

Registre-se o trabalho com a criação da Comissão de Boas Práticas de Execução Fiscal com o objetivo de reunir e aperfeiçoar modelos de procedimentos e até sentenças, mediante compartilhamento de informações, troca de ideias e experiências bem sucedidas.

Nos gabinetes dos desembargadores, de forma geral, pode-se destacar:

- esforços para a integração da equipe de trabalho por meio de reuniões frequentes;
- sistematização dos fluxos de trabalho;
- priorização da análise dos feitos envolvendo menores;
- triagem detalhada dos processos;
- capacitação dos servidores;
- adoção de medidas de levantamento, monitoramento e tratamento específico para processos digitalizados antigos.

Na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais foram adotadas propostas de trabalho para melhor atender as demandas próprias da Coordenadoria do JEF'S, tais como:

- criação de espaços de diálogo com o público interno (magistrados e servidores), com o público externo, especialmente representantes das Procuradorias, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público Federal (MPF); e com os órgãos administrativos (Presidência, Corregedoria e Diretorias de Foro);
- criação do Grupo de Apoio a Políticas Judiciárias de Atenção a Pessoas em Situação de Extrema Vulnerabilidade (GAPEX);
- realização de "Rodas de Conversa" para ampla divulgação de assuntos de interesse dos JEFs, especialmente ferramentas e práticas de trabalho com o sistema PJe;
- participação ativa no projeto experimental dos Núcleos de Justiça 4.0 e na elaboração de proposta para torná-los permanentes;
- construção interinstitucional de fluxos processuais padronizados com utilização de métodos autocompositivos de solução de conflitos (benefícios por incapacidade, pensão por morte, aposentadoria por idade rural e híbrida, entre outros);

- interlocução constante com as áreas técnicas responsáveis pelo desenvolvimento e gerenciamento do PJe, objetivando aproximar equipe técnica e usuários, qualificando as prioridades dos JEFs e das TRs.

No Gabinete da Conciliação, evidencia-se a implantação de plataformas interinstitucionais com resultados concretos na negociação entre diversos órgãos públicos; assim como o projeto de estímulo à conciliação, mediante ações de conscientização e educação junto às escolas públicas e privadas, de forma a difundir e normalizar a prática conciliatória na educação do pensamento cívico das crianças e jovens.

Assim, considerando os resultados alcançados pelo Tribunal e as restrições orçamentárias com imediatos reflexos limitadores nas diversas áreas da Administração Pública, conclui-se que o TRF3 vem prestando adequadamente a jurisdição.

Cabe, contudo, buscar o aprimoramento dos serviços públicos oferecidos mediante a adoção das recomendações gerais indicadas a seguir, que deverão ser respondidas pela Presidência do Tribunal, no prazo de 60 dias:

- desenvolver ferramenta para, periodicamente, identificar os processos que se encontram extraviados no fluxo do PJe.

- corrigir as seguintes inconsistências relatadas no PJe:

a) alteração de ID das peças em rotina do Sistema PJe (Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância);

b) dificuldade na tramitação de autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas o controle, mas até mesmo a simples consulta para prestar eventuais informações a tribunais superiores.

- buscar junto ao Conselho Nacional de Justiça, gestor do PJe-2X, a integração do sistema com o do Superior Tribunal de Justiça, de modo a facilitar o envio dos processos com recurso especial.

- treinar os servidores para melhor aproveitamento das ferramentas do PJe e outros softwares e dos sistemas agregados, como planilhas, editores de texto, Teams, relatórios do BI, SharePoint etc.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargadora Federal MARISA SANTOS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Presidência do TRF3

1.2 Competência

A competência da Presidência encontra-se definida no art. 21 do Regimento Interno do TRF3, compreendendo, dentre outras: representar o Tribunal e zelar por suas prerrogativas; dirigir os trabalhos do Tribunal, proferindo despachos de expedientes, executando ordens e decisões, convocando e presidindo sessões plenárias; decidir pedidos de suspensão da execução de medida liminar ou de sentença em mandado de segurança; decidir pedidos relativos a matérias administrativas e de servidores do Tribunal. Ao Gabinete da Presidência incumbe o processamento das demandas originadas e recebidas, física ou eletronicamente, bem como a decisão das questões que lhe são submetidas, valendo-se do apoio prestado pelas áreas técnicas. A Secretaria da Presidência é responsável por coordenar os serviços afetos ao processamento de Suspensões, Avocatórias e Pedidos de Providência distribuídos à Presidência, bem como gerenciar os procedimentos de requisições de pagamento processados por subsecretaria vinculada (SEPE - Secretaria da Presidência).

1.3 Órgão de atuação

Plenário, Órgão Especial, Conselho de Administração do TRF3, Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

1.4 Mandato

De 2/3/2022 à 4/3/2024

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado lotado na unidade

A Desembargadora Federal Marisa Ferreira dos Santos tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 2/3/2022. Há magistrados em auxílio à Presidência, Juíza Federal Marisa Cucio e Juízes Federais Paulo Arena e Ricardo Damasceno, convocados por meio do Ato Pres n. 2541 de 2/3/2020.

2.2 Outros magistrados responsáveis pela unidade, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve substituição por período superior a 60 dias. A Desembargadora Federal Presidente foi substituída em apenas dois períodos de férias inferiores a 5 dias pelo

Desembargador Federal Vice-Presidente Antonio Cedenho. Há magistrados em auxílio à Presidência, Juíza Federal Marisa Cucio e Juízes Federais Paulo Arena e Ricardo Damasceno, convocados por meio do Ato Pres. n. 3851 de 7/3/2022.

2.3 Juízes auxiliares da Presidência (nome e atribuições)

Há magistrados em auxílio à Presidência, Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio e Juízes Federais Paulo Ricardo Arena Filho e Ricardo Damasceno, convocados por meio do Ato Pres. n. 3851 de 7/3/2022.

2.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Ana Paula Britto Hori Simões - Assessora do Gabinete da Presidência

2.5 Servidores e estagiários lotados na Presidência

Servidores sem vínculo	1
Servidores efetivos	9
Servidores requisitados	0
Vagas não ocupadas	1
Estagiários de nível superior	0

2.6 Servidores e estagiários lotados no gabinete do Desembargador Presidente

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível superior	0
Servidores requisitados	0
Vagas não ocupadas	0

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O acervo do GABPRES (Gabinete da Presidência) é apenas eletrônico. Há vários painéis de movimentação processual: SEI, PJE, CNJ e E-GP, que permitem a gestão dos dados das unidades. A equipe referiu elaborar diariamente, através do controle dos sistemas pelas chefes de gabinete, Andreia Hamada, e pela assessora, Ana Paula Britto Hori Simões, relatórios de acervo e produtividade, cumprindo assiduamente os prazos definidos pelo CNJ e pelo CJF. A Desembargadora Federal Marisa Santos tomou posse no cargo de Presidente em 2/3/22. À assessora administrativa juntamente com a chefe de gabinete da Presidência, incumbe a gestão dos recursos materiais e humanos da unidade, bem como os atendimentos do público interno e externo, providenciando as respostas aos pedidos das partes e advogados. A agenda da Presidente também é atribuição da assessora administrativa com auxílio da chefe do gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos, Ariete Esbaile. A chefe de gabinete também acompanha as pautas de julgamento do CJF (Brasília) e do Conselhos de Administração e Justiça da 3ª Região, com o apoio de um servidor do gabinete. Compete à assessora judiciária, Adriana Camilli Dias Matos, a análise das demandas que se originam diretamente no gabinete da Presidência e daquelas

oriundas das diversas áreas técnicas vinculadas à Presidência e a análise de processos do Órgão Especial. Ao assessor II da Presidência cabe a análise das questões relacionadas ao Conselho da Justiça Federal, do Órgão Especial e do Plenário da Corte. O plano de gestão atual consiste em dois pilares: transparência e acompanhamento permanente da gestão. Desde o início da gestão, este plano vem sendo efetivado, pois são realizadas reuniões setoriais com as equipes de gestores e de servidores, sob a condução da Desembargadora Federal Marisa Santos e dos juízes auxiliares desta Presidência.

3.2 Boas práticas e inovações

Foram citadas como boas práticas, a marcação de inúmeras reuniões, por dia, de modo virtual. Ainda que os desembargadores, juízes e servidores estejam trabalhando de modo presencial, as reuniões são, em sua maioria, virtuais, encurtando distâncias e encontrando de forma coletiva soluções para os problemas encontrados. Estas ações, bem como o teletrabalho parcial, têm possibilitado a devolução de salas alugadas fora do prédio sede, gerando economia de recursos. Também a prática de realizar reuniões periódicas da Desembargadora Federal Presidente com os Desembargadores Federais têm dado bons resultados. Podemos citar também os projetos dos Juízes Federais em Auxílio. Citaremos apenas os principais. A Juíza Federal Marisa Cúcio coordenou os bem-sucedidos POP RUA JUD, projeto deste TRF3 que recebeu elogio do CNJ. O Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho coordena o projeto dos Núcleos 4.0. O Juiz Federal Ricardo Damasceno de Almeida coordenou uma grande reestruturação administrativa do TRF3. Foram realizadas muitas reuniões com a utilização da ferramenta "Microsoft Teams", e tais iniciativas se tornaram efetivas, mesmo após o fim da pandemia, sendo possível a reunião de várias pessoas que não estão na mesma cidade. O teletrabalho também foi mantido, de forma total (atendidos requisitos específicos) e de forma parcial, tornando possível a reutilização dos espaços no prédio sede (já foi possível a devolução de salas alugadas). Por fim, a Desembargadora Federal Presidente conseguiu coordenar todo o projeto de ampliação do número de Desembargadores Federais.

3.3 Dificuldades

Como dificuldades podemos citar, o retorno ao trabalho presencial. Houve muita resistência inicial, mas já superada. Durante esta gestão, foram marcadas reuniões periódicas com os Desembargadores Federais e com setores subordinados, nas quais são tiradas dúvidas sobre questões administrativas relevantes para a Presidência. Também foi feito um grande esforço para montar as equipes dos novos gabinetes, tendo em vista que o TRF3 teve o número de Desembargadores aumentado de 43 para 55. Para isso, foi necessária uma reestruturação de vários setores do Tribunal.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

No Gabinete da Presidência, há 11 servidores, 5 no presencial e 6 servidores em regime de teletrabalho parcial, que se rodíziam na escala de comparecimento presencial. A aferição da produtividade dos servidores é realizada pelos gestores das

áreas de atuação da Presidência (assessoria e chefia de gabinete). Caso não haja cumprimento (não ocorreu tal hipótese), é realizada reunião com o servidor para verificar o motivo de não cumprimento e tomadas as providências necessárias.

5. DISCIPLINARES

5.1 Existem processos disciplinares instaurados contra magistrados? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e os relatores)

No momento não existem processos disciplinares instaurados contra magistrados em tramitação. Os últimos processos, já finalizados, foram os de número 0269649-70.2021.4.03.8000 e 0025022-96.2020.4.03.8000.

5.2 Como a unidade formaliza a comunicação ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

São enviadas cópias dos processos para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cumprimento à Resolução n. 135. O modo de envio é efetuado pelo PJeCOR, quando pela Corregedoria Regional. Quando o julgamento for originário do Órgão Especial, o gabinete da Presidência protocola um processo no site do CNJ (pedido de providências). Se já existir processo no PJe do CNJ, é protocolado no processo já existente.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é realizado o atendimento a advogados e partes?

O atendimento é efetuado de forma presencial ou por videoconferência, pelo telefone, e-mail ou Microsoft Teams (para usuários internos). E, em casos de acesso externo, pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informações).

7. FÉRIAS

7.1 Há normativo que disciplina a marcação e escala de férias para os desembargadores do Tribunal? (Detalhar o procedimento de marcação, escala, alteração e interrupção de férias)

Sim. Resolução PRES n. 300/2012 (Desembargadores Federais); Provimento CORE n. 1/2020 (juízes de 1º Grau de jurisdição); Orientação Normativa n. 6255086/2020(juízes das Turmas Recursais). A marcação ocorre por meio da escala de férias (Res.CJF n. 130/2010), em 3 etapas: 1ª) inicia-se em outubro de cada ano, com o envio de mensagem eletrônica aos magistrados, informando o intervalo no qual devem efetuar o agendamento dos períodos, para gozo no ano seguinte, e sobre a utilização do Sistema e-GP. 2ª) Validação da escala: A mensagem que informa o período de agendamento esclarece que, encerrada a fase, será iniciado o período de validação pelos gestores de cada Subseção (Diretor de Subseção, Coordenador de Fórum, Presidente de JEF, Coordenador de Turma Recursal ou Diretor do Foro), para os juízes de 1º grau e pelos Presidentes das Turmas Julgadoras, no TRF3. 3ª) Homologação da escala: é feita a conferência, pela Divisão de Assuntos da Magistratura, se todos os magistrados agendaram.

7.2 Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Citar o normativo.

A convocação do juiz ou juíza é realizada pelo Desembargador Federal à Presidência do Tribunal. A convocação ocorre nos termos das Resoluções CNJ n. 72/2009 e 209/2015, EC n. 45, de 30/12/2004, e LC n. 35, de 14/3/1979, que estabelecem a convocação de juízes federais que não retenham em seu poder autos fora dos prazos regulamentares e desde que não haja registro de punição administrativa com as penas previstas no art. 42 da LC n. 35/1979, nem procedimento administrativo disciplinar. A convocação se dá por meio de Ato da Presidência, referendado pelo Órgão Especial do Tribunal.

8. REMOÇÃO

8.1 Quais os critérios e procedimentos utilizados para remoção de juízes? Citar o normativo.

Critérios: previstos no art.93, I, II e VIII-A, da CF e EC n. 45/2004; art. 2º da Res. CNJ n. 32/2007; Res. CJF n.1/2008, Res. CJF n. 248/2013; Res. PRES n. 283/2012; art. 4º da Res. CJF R. 410/2016; Res. PRES n. 05/2016 e Res. Pres n. 06/2016. Procedimentos: etapas sucessivas de abertura, em processo eletrônico, de Concurso de Remoção Interna de Juiz Federal. Finalizado, segue-se a abertura de Concurso de Promoção ou Promoção e Remoção Interna de Juiz Federal Substituto. Inicia-se com proposta da Presidência ao CJF3R, após identificação dos cargos vagos e publicação de edital no Diário Eletrônico. As inscrições são realizadas pelo Sistema on-line de Promoção e Remoção-PRES, com a indicação, pelos magistrados, das varas de interesse. Com a juntada das informações sobre cada inscrito, o Processo SEI é levado a julgamento no CJF3R, para verificação da regularidade formal, sendo enviado ao OE, para julgamento, seguindo-se a publicação da Resolução que dispõe sobre Remoção dos Juízes Federais ou Juízes Federais Substitutos.

8.2 Existe a participação da Corregedoria Regional?

Sim. Tratando-se de Concurso de Remoção Interna de Juiz Federal ou de Juiz Federal Substituto, cabe à Corregedoria Regional prestar informações estatísticas, bem como sobre eventuais procedimentos administrativos disciplinares em tramitação e eventuais anotações quanto à penalidades aplicadas e, também, sobre a existência de afastamentos de magistrados inscritos, superiores a 6 meses, para a participação em eventos de aperfeiçoamento profissional, nos termos do art. 4º da Res. CJF n. 410/2016, bem como informações sobre a ocorrência de acúmulo injustificado de processos na unidade judiciária que esteja sob a jurisdição dos magistrados inscritos, conforme art. 3º, § 2º, da Res. CNJ n. 32/2007, e art. 29, I, da Res. CJF n. 1/2008. No caso de Remoção Externa, a Corregedoria Regional elabora parecer, nos termos do art. 2º, II, da Res. PRES n. 05/2016 e Res. PRES n. 06/2016, e expede certidões concernentes à inexistência de sindicância ou processo administrativo disciplinar em desfavor dos Requerentes.

8.3 Como é aferido o merecimento?

São observados os requisitos previstos nos arts. 22 a 25 da Res. CJF n. 1/2008 e os critérios objetivos elencados nos arts. 3º e 4º da Res. CNJ n. 106/2010, levando-se em conta as informações requisitadas pela Presidência às seguintes áreas do TRF3: Corregedoria Regional, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete da Conciliação, Escola de Magistrados, Secretaria Judiciária, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça e Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, que instruem o processo administrativo. Juntadas as informações, o processo administrativo é levado a julgamento pelo CJF3R, para verificação da regularidade formal e encaminhamento ao Órgão Especial ou Plenário, respectivamente, no caso de Concurso de Promoção de Juiz Federal Substituto ou de Juiz Federal a Desembargador, para deliberação e votação.

8.4 Existe a elaboração e publicação de escala geral dos plantões realizados?

A minuta da escala é elaborada pela Secretaria Judiciária (SEJU), que apresenta à Presidência. No Tribunal, é observado o critério de antiguidade crescente. São efetuadas escalas diferenciadas para os plantões realizados nos finais de semana comuns, nos finais de semana prolongados por feriados ou suspensões de expediente. Na 1ª Instância, para o plantão ordinário, há sistema de rodízio entre os magistrados, respeitada a ordem crescente ou decrescente de antiguidade daqueles lotados na Subseção Judiciária, escalando-se novamente o mesmo magistrado somente após a participação de todos os demais, podendo ser adotado critério distinto de ordenamento mediante acordo firmado por todos os interessados. Os magistrados deverão ser escalados para períodos iguais, de no mínimo três dias e no máximo uma semana. O plantão judicial de recesso judiciário será organizado em regime de inscrição de interessados por dia. O plantão segue, regularmente, nos anos subsequentes, a partir de onde houver encerrado o ano anterior. É divulgado na página do TRF3 o nome do(a) desembargador(a) que está de plantão no período. A Portaria com a escala do ano todo é publicada no Diário Eletrônico.

9. METAS

9.1 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

O Projeto-piloto denominado Regionalização das Execuções Fiscais (MS e interior de SP) foi o projeto escolhido pela Justiça Federal da 3ª Região para o cumprimento da Meta 9 de 2023, tendo sido construído a partir de um processo colaborativo facilitado pelos Laboratórios de Inovação da Justiça Federal da 3ª Região (iJuspLab e iLabTRF3) em oficinas de Design Thinking. O projeto contou com o suporte técnico da Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (ADEG) e com a participação dos membros do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3ª Região (CGER), bem como com a participação de magistrados e servidores de áreas técnicas. Além disso, foi colhida a participação do público externo, por meio da pesquisa prévia.

10. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Não há processos inspecionados na Presidência.

11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Prejudicado.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada, pela Desembargadora Federal Marisa Santos e pela servidora Ana Paula Britto Hori Simões, assessora da Presidência.

A Desembargadora Federal Marisa dos Santos assumiu a Presidência do Tribunal Federal Regional da 3ª Região em 2/3/2022 (Gestão 2022/2024).

Atuam em auxílio à Presidência os Juízes Federais Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, Paulo Ricardo Arena Filho e Ricardo Damasceno.

O acervo judicial é reduzido, em razão da competência estrita da Presidência, e encontra-se em dia, sendo que o trabalho é feito por demanda, mediante a utilização do sistema PJe-Cor e PJe-CNJ.

A atuação jurisdicional da Presidência se restringe à análise de pleitos de suspensão de decisões jurisdicionais, de avocatórias e questões outras relativas a feitos que tramitam no Órgão Especial. São priorizados os pedidos de suspensão de segurança e de liminar e são observadas as metas do CNJ e as prioridades legais.

No período de plantão do Recesso Judiciário, a Presidência responde pelos processos de competência do Órgão Especial.

Os processos administrativos também são feitos por demanda, e tramitam no sistema SEI e SEI-Julgar. A tramitação interna das demandas recebidas por meio do PJe-COR/PJe-CNJ se dá por meio do SEI.

No que diz respeito à estrutura da Presidência, atualmente é composta por 10 servidores fixos na Presidência, e 14 servidores do gabinete que estão distribuídos em setores estratégicos do Tribunal.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução n. 481/CNJ. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas.

Referem que houve resistência ao retorno presencial, já superada.

A autorização para realização do teletrabalho é deferida por cada unidade de lotação, inclusive no exterior, bastando a formalização em processo SEI específico e a comunicação à Presidência/DRH.

A Presidência, no último ano, dedicou seus esforços à ampliação do TRF3, com o planejamento e reestruturação necessários a proporcionar equânimes condições de trabalho aos (as) novos (as) desembargadores(as). Com a criação dos novos gabinetes, houve a cessão de 2 (dois) servidores de cada gabinete já existente e a disponibilização de uma CJ1 para cada unidade.

O processo de ampliação do Tribunal demandou muito trabalho, mas percebeu-se que a Corte já está adaptada à nova realidade. Houve necessidade de redução de cargos nos gabinetes e adequação de espaços físicos, mas isso era esperado, já que a criação de novos cargos de desembargadores(as) ocorreu sem aumento de despesa, mediante conversão de cargos de juiz(íza) federal substituto(a) e sem acréscimo no quadro de servidores(as).

Nesse sentido, a redução do número de agentes de polícia judicial nos gabinetes, a despeito de objeto de alguma celeuma, foi absolutamente necessária, como inclusive consignado no relatório de inspeção referente à Secretaria de Segurança Institucional. As atividades de policiamento ostensivo, transporte e inteligência devem cada vez mais ser profissionalizadas, e considerando a carência de pessoal, não há condições de manter dois agentes em cada gabinete. A propósito, no futuro, considerando a redução do quadro de agentes, há necessidade de elaborar estudos para avaliar a oportunidade e conveniência na terceirização, ainda que parcial, das atividades de transporte.

Superados em grande parte os efeitos da pandemia da COVID-19, o trabalho presencial foi normalizado, tendo havido a devida adaptação, no que toca à sistemática de trabalho remoto, à Resolução CNJ n. 227/2016, após sua modificação pela Resolução CNJ n. 481/2022. As unidades estão devidamente organizadas e há controle de comparecimento dos servidores e servidoras.

Chama a atenção, no particular, que a definição acerca do deferimento de teletrabalho a partir do exterior ficou ao critério de cada unidade. Embora se trate de opção válida, talvez fosse o caso de se refletir sobre a necessidade de centralizar essa decisão em algum órgão do Tribunal, pois a inexistência de uma diretriz única acerca de tema delicado pode abrir margem a tratamento diferenciado para situações semelhantes.

As unidades de julgamento visitadas relataram algumas dificuldades em relação ao atendimento de demandas no que toca aos sistemas eletrônicos judiciais. Trata-se de ocorrência já verificada na inspeção anterior. Parece haver necessidade de viabilizar ajustes nos sistemas, a partir de escuta das necessidades dos gabinetes, até para verificar se não se trata de carência de treinamento específico. Como os recursos tecnológicos estão definitivamente incorporados às atividades diárias, a atenção às

dificuldades noticiadas pelos usuários deve ser prioritária, até porque eventuais vicissitudes enfrentadas podem impactar na produtividade.

Ao que se percebe, o ataque cibernético de que foi vítima o Tribunal Regional Federal da 3ª Região já foi superado, e está sendo feito acompanhamento constante por parte da Administração para prevenir novas ocorrências desta natureza.

A devolução de salas alugadas fora do prédio-sede representou significativa redução de despesas, permitindo a alocação de recursos orçamentários para fazer frente a outras necessidades, constituindo medida elogiável. Assim como merece registro e elogios, o programa POP RUA JUD, que possibilitou o atendimento de muitas pessoas hipossuficientes, promovendo inclusão, assegurando cidadania mediante ações integradas da Justiça Federal com outros órgãos e entidades.

No geral, a Presidência do TRF3 está muito bem estruturada e organizada, e certamente continuará prestando serviços de qualidade no período final da atual gestão.

13. RECOMENDAÇÕES

Medidas a serem adotadas para o aprimoramento da unidade:

Buscar o aperfeiçoamento das funcionalidades do processo eletrônico e bem assim a forma e o tempo de resposta às chamadas técnicas solicitadas pelas unidades judiciais. Seguem, a título de exemplo, algumas demandas informadas pelas unidades que foram visitadas pela Equipe de inspeção:

- criação de caixa de entrada de petições no ambiente do gabinete no PJe;
- melhorias no editor de texto, a exemplo das funcionalidades do Word;
- possibilidade de criação de documentos em lote, a fim de permitir uma maior agilidade nas decisões similares;
- aprimoramento da estabilidade do sistema, evitando quedas de conexão e perdas de documentos;
- habilitação de servidores da assessoria para fins de reinserção do processo no fluxo correto, em caso de ação praticada inadequada ao momento processual (exemplo, em caso de magistrado assinar documento fora da tarefa de assinatura, viabilizar a correção e movimentação do processo via gabinete, sem necessidade de abrir um chamado técnico, de atendimento mais moroso);
- aperfeiçoamento do módulo de julgamento, conferindo-lhe ferramentas mais amigáveis para o módulo de sessão de julgamento;
- desenvolvimento de ferramentas de relatórios e pesquisas de modelos/minutas (por sigla, assunto, tipo e etc).

No mais, a equipe de inspeção do CJF recomenda, considerando a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas para tal fim, a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão visando cumprir as metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

Em suma, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento diário das atividades, práticas estas já adotadas pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 3º Região.

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Vice-Presidência

1.2 Competência

O Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho, colabora com a Presidente do Tribunal na representação e administração do Poder Judiciário. Realiza o juízo prévio de admissibilidade dos Recursos Excepcionais e decide sobre os pedidos incidentais correlatos de caráter urgente. Preside as 4 Seções do Tribunal e a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TRF3, competindo-lhe, ainda, exercer outras atribuições conferidas em lei e no art. 22 do Regimento Interno do Tribunal. Integra também o Grupo Decisório do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (CNIn), que delibera sobre Notas Técnicas (NTs), as quais servem para o monitoramento, gerenciamento e aprimoramento do sistema de precedentes, desde a formação até a aplicação pelas instâncias judiciais, e também aprova proposições administrativas ou judiciárias visando à prevenção ou ao melhor tratamento das demandas repetitivas.

1.3 Mandato

Biênio 2022/2024

1.4 Órgão de atuação

Vice-Presidência do TRF 3ª Região

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado lotado na unidade

Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho.

2.2 Juizes auxiliares da Vice-Presidência (nome e atribuições)

Os Juizes Federais João Roberto Ottavi Júnior e Anderson Fernandes Vieira atuam sem prejuízo de suas funções, em auxílio à Vice-Presidência. Foram convocados por meio do Ato PRES n. 3852, de 7/3/2022. Cada um deles é responsável por dois núcleos (tributário/penal e previdenciário/cível). Auxiliam na elaboração de minutas de decisões de admissibilidade de recursos excepcionais e tutelas de urgência, bem como no

atendimento aos advogados. Auxiliam na Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TRF3, bem como no Grupo Decisório do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (CNI), que delibera sobre Notas Técnicas (NTs), as quais servem para o monitoramento, gerenciamento e aprimoramento do sistema de precedentes, desde a formação até a aplicação pelas instâncias judiciais, e também aprova proposições administrativas ou judiciárias visando à prevenção ou ao melhor tratamento das demandas repetitivas.

2.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Maria Cristina de Almeida Moraes (mcmoraes@trf3.jus.br) Assessora.

2.4 Servidores e estagiários lotados na Vice-Presidência

Servidores efetivos	Servidores efetivos: 37 (31-AJUV/GABVP/GABAC) + 6 (NUGEP) - unidades vinculadas ao Órgão da Vice-Presidência.
Servidores sem vínculo	2
Servidores requisitados	TJPE - 1
Estagiários de nível superior	3 + 1 (nível médio)

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Distribuição geral do acervo

Processos concluídos	6.776
Processos concluídos com réu preso	32 (total concluídos (7) + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
Processos concluídos com prioridades legais	469 (total concluídos (191) + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
Processos em tramitação	12.944 (total concluídos + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
Processos suspensos/sobrestados	28.196

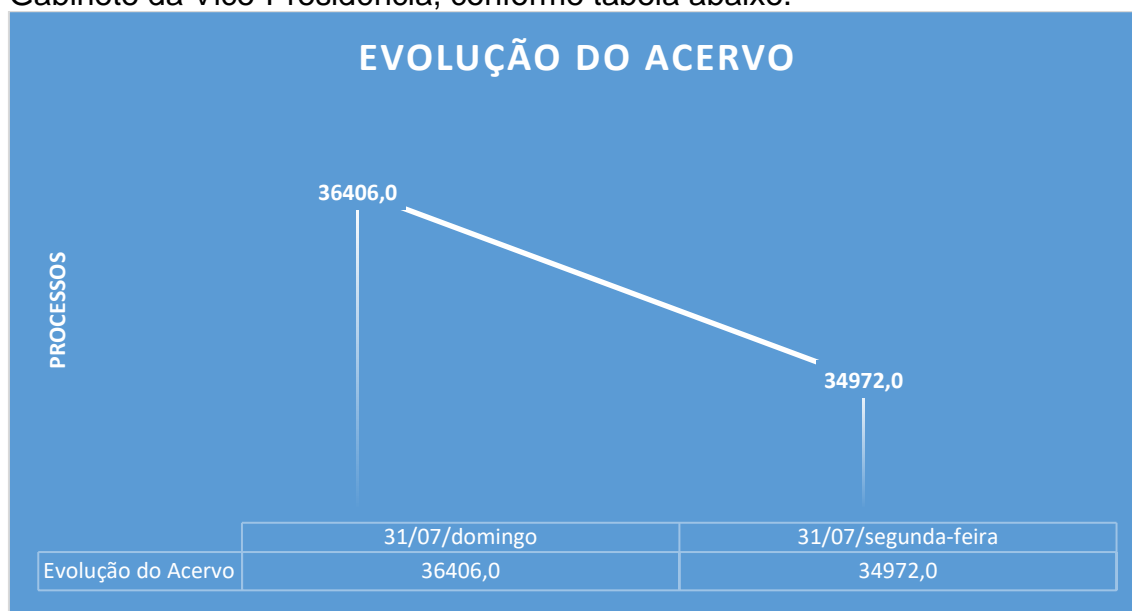
O acervo geral da Vice-Presidência conta com 47.916 processos, assim distribuídos:



3.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	6.776
Acervo de conclusos no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	12.501
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	28.196
Acervo de sobrestados no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	23.905

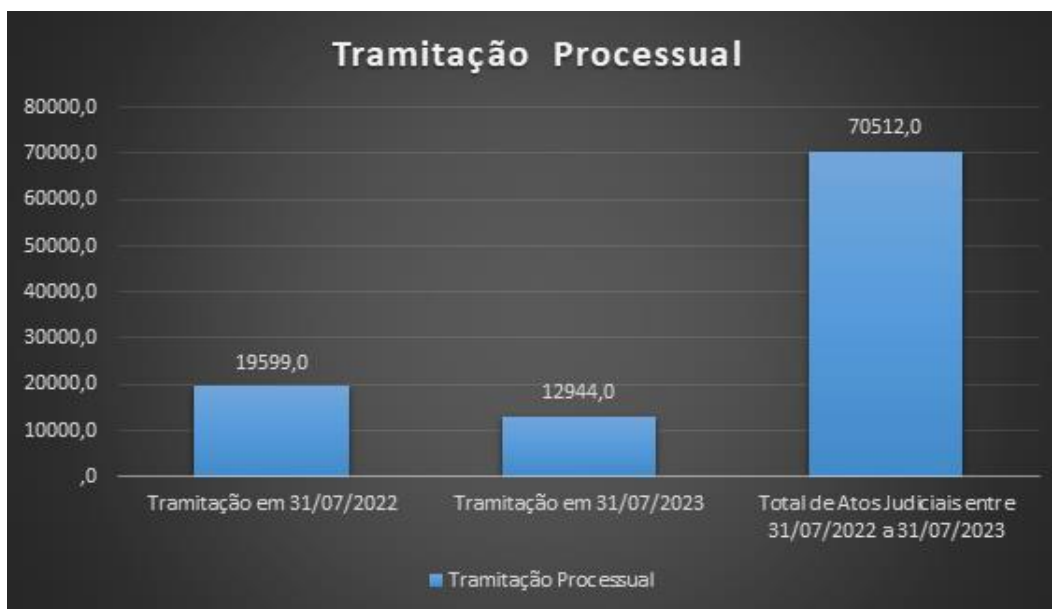
Considerando o período 31/7/2022 a 31/7/2023, houve diminuição do acervo no Gabinete da Vice-Presidência, conforme tabela abaixo.



3.3 Processos com tutela provisória	
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos a exame do colegiado	1 (tarefa assinatura de ato)
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1 (tarefa minutar ato)

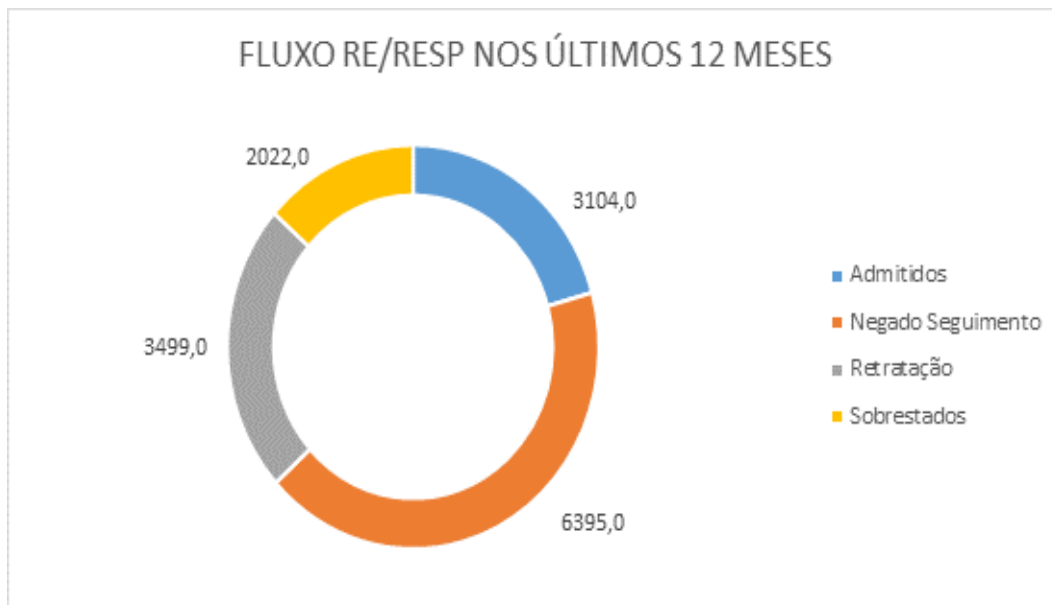
3.4 Processos conclusos	
Ano atual	4.826 (total conclusos + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
Ano anterior	1.741 (total conclusos + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
2º ano anterior	63 (total conclusos + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
3º ano anterior	40 (total conclusos + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
4º ano anterior	100 (total conclusos + aguardando sessão de julgamento + com prazo em curso em secretaria + remessa aos tribunais superiores)
5º ano anterior ou mais antigo	0

3.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Acervo em tramitação (início do 12º mês anterior à inspeção)	19.599
Acervo em tramitação (ao final do mês anterior)	12.944
Total de Processos despachados	70.512



3.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses	
Admitidos - art. 1.030, V, CPC	3.104
Negado seguimento - art. 1.030, I, CPC	6.395
Encaminhados para retratação - art. 1.030, II, CPC	3.499
Sobrestados - art. 1030, III, CPC	2.022
Pendentes de juízo de admissibilidade	não há informação - o fluxo de tarefas do sistema do PJe não propicia o controle de feitos remetidos à conclusão com admissibilidade/embargos declaração/agravo interno/intercorrentes

Nos últimos 12 meses, o Gabinete da Vice-Presidência produziu um total de 15.020 decisões, assim distribuídos:

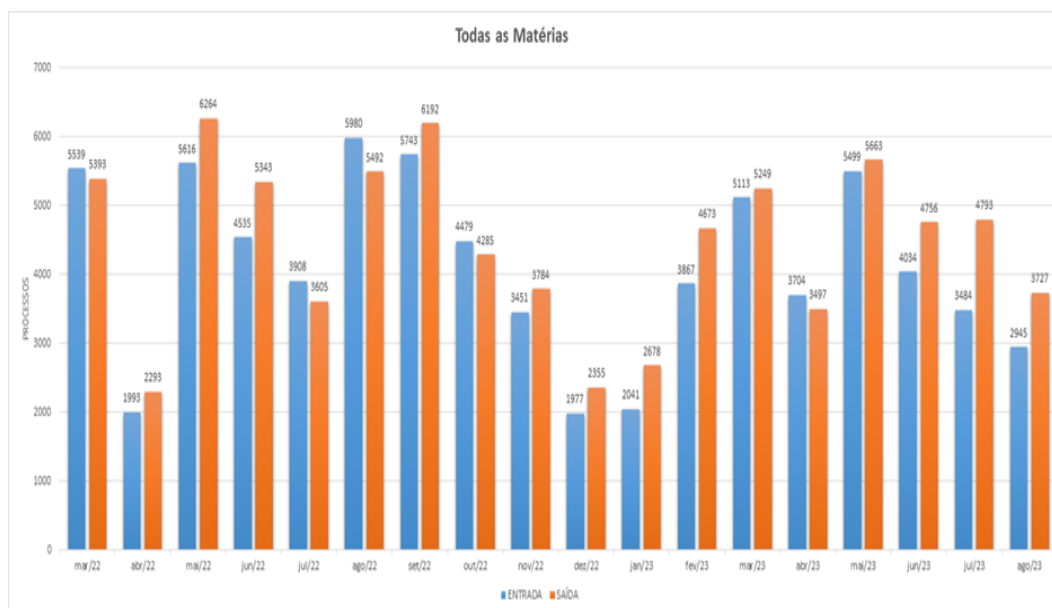


TRAMITAÇÃO LÍQUIDA DE PROCESSOS NO PERÍODO DE MAR/2022 a AGO/2023*

*Informação adicional



PRODUTIVIDADE



TODAS AS MATÉRIAS		
Período	Recebidos	Enviados
mar/22	5539	5393
abr/22	1993	2293
mai/22	5616	6264
jun/22	4535	5343
jul/22	3908	3605
ago/22	5980	5492
set/22	5743	6192
out/22	4479	4285
nov/22	3451	3784
dez/22	1977	2355
jan/23	2041	2678
fev/23	3867	4673
mar/23	5113	5249
abr/23	3704	3497
mai/23	5499	5663
jun/23	4034	4756
jul/23	3484	4793
ago/23	2945	3727
Total	73908	80042

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O plano de gestão contempla metas gerais e específicas, com o objetivo de incrementar a redução do acervo de processos existentes no gabinete da Vice-Presidência. A título de exemplificação, em 2/3/2022, início da gestão, o setor (NÚCLEO TRIBUTARIO) apresentava 3.599 processos eletrônicos em análise de decisão a proferir e 10.494 processos sobrestados no NUGE com tema transitado em julgado, sendo 2.009 eletrônicos e 8.485 físicos. Diante da determinação da Presidência de digitalização de 100% do acervo e atento à definição pelo CNJ da meta nacional de julgamento dos processos mais antigos, a gestão definiu a estratégia de proceder à análise de todos os processos físicos até o final de 2022. A digitalização do acervo total foi concluída em dezembro de 2022 e novo levantamento do quantitativo foi realizado, apurando-se que, dos 8.485 processos físicos, foram minutados 7.110. Em janeiro do corrente ano, a gestão estabeleceu como estratégia a redução dos processos eletrônicos em análise de decisão a proferir. Seguindo o plano de trabalho, a gestão, de janeiro até julho do presente, conseguiu atender à meta de julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos: de janeiro a julho de 2023, registrou-se a entrada de 10.413 processos, com a saída de 12.513. Vide estatística abaixo: TODAS AS

MATÉRIAS	Período	Recebidos	Enviados	mar/22	5539	5393	abr/22	1993
	2293 mai/22	5616	6264 jun/22	4535	5343 jul/22	3908	3605 ago/22	5980
	5492 set/22	5743	6192 out/22	4479	4285 nov/22	3451	3784 dez/22	1977
	2355 jan/23	2041	2678 fev/23	3867	4673 mar/23	5113	5249 abr/23	3704
	3497 mai/23	5499	5663 jun/23	4034	4756 jul/23	3484	4793 ago/23	2945
	3727 Total	73908	80042					

4.2 Como ocorre o controle (se houver): de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

As movimentações de entrada e saída dos processos são monitoradas pelos Gestores de cada NÚCLEO (TRIBUTARIO/CIVEL/PREVIDENCIÁRIO/CRIMINAL). Os processos são atribuídos e controlados por meio de etiquetas personalizadas, a partir da comparação entre os processos recebidos na tarefa TRIAGEM e saídas controladas a partir da assinatura dos atos e decisões pelo Vice-Presidente e enviados à unidade processante para os devidos encaminhamentos. Os embargos de declaração e agravos internos, assim como as urgências e/ou prioridades, bem como julgados com retratação e decisões oriundos do STJ e STF recebem uma etiqueta própria também para fins de controle e prioridade. Por outro lado, com relação ao PJe, há deficiência no que diz respeito ao controle, uma vez que a verificação, distribuição interna e quantificação do volume e tipo de tarefas executadas é elemento primordial para condução dos trabalhos do setor e entrega de prestação jurisdicional aperfeiçoada em tempo adequado e de acordo com as exigências das Metas Nacionais do Poder Judiciário exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Da forma como atualmente estruturadas as tarefas da Vice-Presidência no âmbito de atuação de cada

área da Assessoria Judiciária da Vice-Presidência - AJUV, é necessário o dispêndio de tempo de ao menos um servidor ou gestor responsável por área com o fim de realizar a triagem dos processos nessas condições embargos de declaração ou agravo interno, tarefa que, lado outro, poderia ser realizada automaticamente, de forma evidentemente mais rápida e eficaz, caso sejam criadas as funcionalidades específicas no sistema PJe. (expedido ofício ao PJe solicitando adequação de tarefas).

4.3 Como é realizado o controle dos feitos sobrestados?

Ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes/NUGEP compete manter, disponibilizar e alimentar o banco de dados criado pela Resolução n. 444/2022 com informações atualizadas sobre os processos sobrestados na 3ª Região, nos termos previsto no art. 7º da Resolução n. 235/2016, com redação dada pela Resolução n. 444/2022; informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8º; 1.039; 1.040 e 1.041 do CPC; e tramitar os feitos com determinação de sobrestamento, em razão de recurso repetitivo ou com repercussão geral, no âmbito da Vice-Presidência. O NUGEP mantém em planilha a relação dos temas nos quais a Vice-Presidência tem processos sobrestados com sinalização da situação de cada tema. Os processos ficam em tarefa específica de sobrestamento e são identificados com etiqueta do respectivo tema.

4.4 Como ocorre o trâmite de processos para remessa às Cortes Superiores?

Compete ao Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores/NURT, vinculado à Secretaria Judiciária - GabP, a indexação e a inserção nos sistemas do STJ e STF.

4.5 Julgado o tema objeto de afetação, qual o encaminhamento dado aos processos sobrestados? Aguarda-se o trânsito em julgado para encaminhamento? Com a publicação do acórdão ou com julgamento?

Na gestão do acervo de processos suspensos/sobrestados, observa-se, como regra, o marco temporal preconizado pelo art. 1.040 do Código de Processo Civil, prestigiando-se o princípio da duração razoável dos processos, com o levantamento do sobrestamento e a remessa do feito à conclusão para realização do juízo de conformidade ao precedente de vinculação obrigatória, monitorando-se a possibilidade de nova determinação de suspensão/sobrestamento, mormente, nos casos de eventual modulação dos efeitos dos precedentes.

4.6 Boas práticas e inovações

1) adoção de racionalidade no trabalho; 2) organização e controle com o intuito de evitar trabalho desnecessário; 3) especialização, por matéria, o que favorece o bom andamento dos trabalhos; 4) utilização dos sistemas eletrônicos existentes, a agilizar o andamento dos processos; 5) realização de um sistema mais completo de triagem; 6) fortalecimento da comunicação organizacional; 7) identificação das competências; 8) formação e retenção de uma equipe de trabalho coesa, motivada e engajada na prática das atividades que lhe são inerentes, para uma prestação do serviço jurisdicional cada vez mais célere e eficiente; 9) trabalho em conjunto com a

Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, no planejamento das atividades; 10) encaminhamento de feitos para o Gabinete da Conciliação deste Tribunal, na busca de eventual acordo entre as partes; 11) uniformização redacional das decisões; 12) retomada imediata do andamento dos processos suspensos e repetitivos, nos termos do item 4.5. do relatório; 13) realização de força-tarefa para eliminar acervos volumosos de processos sobrestados quando sobrevém julgamento do recurso paradigma pelo STJ e STF; 14) vigilância no tocante ao mapeamento da litigância predatória no âmbito dos recursos com o escopo de identificar a utilização abusiva do Poder Judiciário; 15) redução do tempo médio de tramitação dos processos nesta Unidade, com drástica redução do acervo em matéria penal, previdenciária, cível e com ênfase no Tributário, conforme consta do item 4.1. acima; 16) eliminação do acervo de processos sobrestados em matéria penal, previdenciário, cível e tributário, com paradigmas publicados; 17) análise célere dos pedidos intercorrentes formulados nos processos e nesse ponto estamos enviando ofício solicitando que seja inserida tarefa de "recebidos com petição intercorrente" no fluxo do perfil da VICE-PRESIDENCIA (AJUV/NUGE).

4.7 Dificuldades

Há a necessidade de potencializar a força de trabalho no âmbito do gabinete da Vice-Presidência, em face da celeridade do processo judicial eletrônico, bem assim da implementação da Lei n. 14.253/2021, que transformou cargos vagos de juiz federal substituto do quadro permanente da Justiça Federal em cargos de desembargador dos Tribunais Regionais Federais, com o que se contribuirá com a eficiência da unidade. A estrutura reduzida do gabinete e o número deficiente de servidores, são circunstâncias agravantes, causadas pela ausência de reposição em casos de aposentadoria, vacância e remanejamento de recursos humanos, especialmente, com a expansão do TRF3, desafios enfrentados diuturnamente no exercício da jurisdição, mormente, com a agilidade advinda do processo eletrônico. (expedido ofício à PRESIDENCIA) Ademais, cumpre aqui mais uma vez consignar as dificuldades enfrentadas com relação à ESTATÍSTICA (dados contraditórios e dificuldade de controle de acervo e prestação de informações para INSPEÇÃO - expedido ofício por essa Vice-Presidência para as devidas adequações de dados), bem como com relação ao PJe, uma vez que a verificação, distribuição interna e quantificação do volume e tipo de tarefas executadas é elemento primordial para condução dos trabalhos do setor e entrega de prestação jurisdicional aperfeiçoada em tempo adequado e de acordo com as exigências das Metas Nacionais do Poder Judiciário exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ. Da forma como atualmente estruturadas, as tarefas da Vice-Presidência no âmbito de atuação de cada área da Assessoria Judiciária da Vice-Presidência - AJUV, é necessário o dispêndio de tempo de ao menos um servidor ou gestor responsável por área com o fim de realizar a triagem dos processos nessas condições embargos de declaração ou agravo interno, tarefa que, lado outro, poderia ser realizada automaticamente, de forma evidentemente mais rápida e eficaz, caso sejam criadas as funcionalidades específicas no sistema PJe. (expedido ofício ao PJe solicitando adequação de tarefas).

5. PARTES/ADVOGADOS

5.1 Como é feito o atendimento a advogados?

O atendimento as partes e advogados é feito de forma presencial, com prévio agendamento por meio de resposta a mensagem eletrônica e também por videoconferência com o Vice-Presidente e magistrados auxiliares. - no Gab Vice agendamento por videoconferencia e presencial - na secretaria - balcao virtual e/ou presencial.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Adotando-se um modelo de gestão, no qual a produtividade e o cumprimento de metas são priorizados. **** os graficos de produtividade não estão sendo juntados no presente relatório, bem como cópias dos ofícios mencionados no item 4.7. uma vez que o sistema não permite - serão apresentados na inspeção de forma presencial e/ou encaminhados por email ****

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0030856-50.1990.4.03.9999	10/4/2002	Apelação Cível
Observação/Providência: 18/10/1993 baixa definitiva à comarca origem/8/10/1993 - transitou em julgado o acórdão		
0011774-08.2000.4.03.0000	14/5/2008	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: transitou em julgado o acórdão em 2/8/2007. Baixado ao juízo de origem		
0037558-54.1999.4.03.6100	30/3/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: autos findos/certificado o trânsito em julgado em 11/5/2012		
0001441-61.2009.4.03.6117	22/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: 21/5/2019 certidão autos findos / processo digitalizado ao PJe 1º grau		
5002206-17.2017.4.03.6100	24/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: determinada a devolução dos autos para Turma julgadora para eventual retratação / em tramitação no Gab. Des. Fed. Souza Ribeiro / 6ª Turma / aguarda processamento		
0016662-62.2014.4.03.6100	1º/2/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de Autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Mairan Maia / 6ª Turma / aguarda processamento		
0000683-49.2013.4.03.6115	9/8/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Adriana Pileggi / 3ª Turma / aguarda processamento		
0006698-79.1999.4.03.6000	13/10/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. José Lunardelli / 11ª Turma / aguarda processamento		
0003894-70.2001.4.03.6000	24/9/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Cotrim Guimarães - 2ª Turma / aguarda processamento		
0053731-56.1999.4.03.6100	3/10/2003	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Giselle França / 2ª Turma / aguarda processamento		
0000864-59.2008.4.03.6104	17/6/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Cotrim Guimarães / 2ª Turma / aguarda processamento		
0003626-31.2006.4.03.6100	13/3/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Giselle França / 2ª Turma / aguarda processamento		
0000728-24.2005.4.03.6183	9/2/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Toru Yamamoto / 8ª Turma / aguarda processamento		
0015561-59.2016.4.03.9999	3/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 29/8/23 determinada a expedição de ofício, com urgência, ao MM. Juízo da 1ª Vara de Morro Agudo/SP, solicitando informação acerca do cumprimento da decisão que determinou o procedimento de restauração de autos/cumprido/encaminhando ao Relator para providencias		
0037695-17.2015.4.03.9999	1º/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 29/8/23 determinada a expedição de ofício, com urgência, ao MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de São Manuel sediado neste Estado, solicitando informação acerca do cumprimento da decisão que determinou o procedimento de incidente de restauração de autos. Aguarda-se.		
0000376-76.2010.4.03.6123	18/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Marcelo Saraiva / 7ª Turma / aguarda processamento		
0007330-86.2005.4.03.6100	9/11/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. André Nabarrete / 4ª Turma / aguarda processamento		
0208288-57.1997.4.03.6104	13/2/2001	Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Giselle França / 2ª Turma / aguarda processamento		
0045789-51.2015.4.03.9999	4/12/2015	Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Inês Virgínia / 7ª Turma / aguarda processamento		
0007794-19.2006.4.03.9999	15/2/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Therezinha Cazerta / 8ª Turma / aguarda processamento		
0021518-56.2007.4.03.9999	13/7/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: em 29/8/23 determinada a expedição de ofício, com urgência, ao MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de Jacareí, sediado neste Estado, solicitando informação acerca do cumprimento da decisão que determinou o procedimento de incidente de restauração de autos. Aguarda-se.		
0000165-03.1996.4.03.6100	19/9/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: restauração de autos - em tramitação perante o Des. Fed. Carlos Delgado - 3ª Turma - aguarda processamento		
0004936-69.2002.4.03.6114	5/5/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: determinada a devolução dos autos para Turma julgadora visando a possibilidade de retratação em 4/9/2020 / em tramitação no Gab. Juiz Convocado Denilson Branco / processo pautado para sessão de julgamento de 4/9/23/ julgado/aguarda decurso de prazo		
0015756-35.2002.4.03.9999	29/5/2002	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - certidão de remessa ao STJ em 6/9/2023		
0044789-70.1997.4.03.0000	18/6/2002	Ação Rescisória
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais/aguarda decurso de prazo		
0017757-60.2015.4.03.0000	14/8/2015	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: em 29/8/23 determinada a intimação da União, para se manifestar, em termos de prosseguimento dos recursos excepcionais interpostos, e em caso positivo, providenciar a juntada de cópia do(s) recurso(s) excepcional(is) antes protocolizados nos autos físicos e/ou desistência		
0302493-84.1997.4.03.6102	18/9/1998	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional / em 5/9/2023 autos com certidão de remessa ao STJ para julgamento.		
0097254-32.2000.4.03.6182	7/6/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguarda decurso de prazo		
5002892-89.2020.4.03.6104	30/11/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguarda decurso de prazo		
5002468-55.2022.4.03.0000	7/2/2022	Exceção de Suspeição
Observação/Providência: diante da suspeição declarada nos autos principais (5021828-44.2020.4.03.0000), pelo Vice-Presidente Antonio Cedenho o feito foi redistribuído a relatoria		

do Exmo. Desembargador Federal Substituto Regimental do Vice-Presidente, Dr. Baptista Pereira		
5009766-69.2020.4.03.0000	26/10/2021	Conflito de competência cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguada decurso de prazo		
0102362-08.1998.4.03.9999	14/12/1998	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade dos recursos excepcionais / interposto agravo interno / apto para inclusão de pauta de julgamento para 11/10/23.		
5002722-46.2017.4.03.6000	7/3/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferida decisão de sobrestamento vinculado ao Tema 118 STF		
0000035-51.2004.4.03.6126	11/1/2005	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional / aguarda decurso de prazo		
5001358-90.2020.4.03.6143	25/5/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade do recurso excepcional / aguarda decurso de prazo		
0000331-88.2003.4.03.6100	12/7/2004	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de devolução dos autos para Tuma julgadora para eventual retratação / aguarda processamento - em tramitação no Gab. Des. Fed. Souza Ribeiro / 6ª Turma		
0002303-16.2010.4.03.0000	2/2/2010	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: determinada a redistribuição do incidente de restauração de autos dentre os gabinetes competentes para apreciar a matéria tratada nos autos originários, a fim de que seja processado e julgado. Aguarda o processamento/em tramitação Gab. Des. Fed. Giselle França - 2ª Turma		
0099975-29.2007.4.03.0000	4/12/2007	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Mairan Maia / 6ª Turma / aguarda processamento		
0033853-29.1991.4.03.6100	10/5/1996	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: determinada a devolução dos autos a Turma julgadora para eventual retratação/processo em tramitação no Gab. Des. Fed. Nery Junior - 3ª Turma/aguada processamento		
0001870-05.2012.4.03.6123	21/6/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: tendo em vista o trânsito em julgado no STJ e STF dos autos principais n. 0000225-76.2011.4.03.6123, determinada a baixa destes autos à origem.		
0001504-63.2012.4.03.6123	21/6/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: tendo em vista o trânsito em julgado no STJ e STF dos autos principais n. 0000225-76.2011.4.03.6123, determinada a baixa destes autos à origem.		
5007147-69.2020.4.03.0000	30/3/2020	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Agravo Regimental julgado - aguarda decurso de prazo - Tutela cautelar antecedente vinculada ao processo físico 0001659-82.2005.4.03.6100		

0000308-67.2011.4.03.6002	10/7/2014	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais / aguarda decurso de prazo		
0002726-51.2007.4.03.6120	7/7/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: processo sigiloso / não há permissão de acesso pelo Gab da Vice Presidencia / Segundo se verifica no Sistema GEDPRO os recursos não foram admitidos em junho de 2016, na gestão do Dr. Mairan Maia. Já teve julgamento no STJ (991937) e no STF (1281133). Baixou TRF3 15.12.2020		
0022333-37.2012.4.03.6100	31/3/2014	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: realizado o juízo de retratação/determinado o sobrestamento do feito até a publicação do acórdão de mérito a ser proferido nos autos do Tema 1.170 STJ		
0008920-68.2013.4.03.6181	6/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: arquivo permanente (5ª Vara Criminal Federal de São Paulo) Arquivado Definitivamente – Obs -*erro na movimentação de fase de lançamento no PJE2 - aberto chamado Callcenter visando a regularização de fase fazendo constar a baixa dos autos-situação regularizada		
5026239-96.2021.4.03.0000	25/10/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de inadmissibilidade realizada em 8/8/23/aguarda decurso de prazo		
0000102-49.2017.4.03.6000	2/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - Certificado em 14/7/2023 o trânsito em julgado. Baixado os autos ao Juízo de origem.		
0002053-72.2017.4.03.6002	16/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais / aguarda decurso de prazo (cumprimento de Carta Precatória para intimação de Município)		
5006508-97.2018.4.03.6183	10/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: determinada a intimação pela via editalícia a parte autora, para que constitua novo advogado, diante do óbito do Dr. Wilson Miguel - SP99858-A ou, acaso não possua condições de custear novo causídico, que declare pessoalmente nos presentes autos.		
0000167-25.2014.4.03.6105	2/2/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - Certificado em 23/8/2023 o trânsito em julgado. Baixado os autos ao Juízo de origem.		
0006635-60.2014.4.03.9999	23/3/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão devolvendo os autos a Turma para retratação - a Egrégia 8ª Turma em sessão realizada em 21/8/2023, proferiu a seguinte decisão: "a Oitava Turma, por unanimidade, decidiu, em juízo de retratação positivo, dar provimento ao agravo legal" - aguarda decurso de prazo		
5003792-93.2020.4.03.6000	11/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: autos remetidos em 20/7/2023 para Secretaria da Vice-Presidência para processamento em razão de interposição de recurso especial - prazo em curso para contrarrazões.		

0003588-14.2000.4.03.6105	3/2/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração e Agravo Interno com decisão - feito sobrestado Tema 536 STF		
0033450-16.1998.4.03.6100	7/8/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos digitalizados/levantamento de sobrestamento/proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais / aguarda decurso de prazo		
0014740-98.2005.4.03.6100	28/5/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo Interno julgado - autos digitalizados - feito sobrestado Tema 372 STF		
0019934-50.2003.4.03.6100	21/9/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos digitalizados - Agravo interno julgado - feito sobrestado Tema 372 STF		
0004285-40.2006.4.03.6100	19/11/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Agravo Interno julgado - feito sobrestado Tema 372 STF		
0034001-64.1996.4.03.6100	21/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - Agravos Internos julgados - feito sobrestado Tema 167 STF		
0050080-85.2004.4.03.6182	8/4/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: pauta de julgamento 27/9/2023 agravo regimental interposto por Massa falida de Hospital Nossa Senhora da Penha S/A contra decisão que indeferiu pedido de diferimento do pagamento das custas processuais referentes à interposição do Recurso Especial		
0005239-31.2006.4.03.6183	5/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: em 5/5/23 decisão julgando prejudicados os agravos internos - determinada a devolução dos autos para Turma julgadora para retratação/em tramitação no Gab. Des. Fed. Antonio Morimoto/ 7ª Turma		
0018981-04.2013.4.03.0000	16/8/2013	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo Interno julgado - agravo regimental julgado - aguarda decurso de prazo para remessa para o STJ		
0001704-38.2014.4.03.0000	31/1/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão que não conheceu do agravo interno /interposto novo agravo / foi proferida decisão não conhecendo do agravo interno, interposto em face de decisão de não admissão de recurso especial. A parte interpôs agravo regimental (3/8/2023). aguarda decurso de prazo		
5001091-31.2017.4.03.6109	5/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão julgando prejudicado o agravo e em novo juízo de admissibilidade, admitido o recurso especial.		
5003709-33.2018.4.03.6102	24/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguarda decurso de prazo		
5005621-35.2018.4.03.6112	11/11/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade recurso excepcional/aguarda decurso de prazo		
5012676-39.2019.4.03.6100	24/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais/aguarda decurso de prazo		
5002385-17.2020.4.03.6141	5/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais/aguarda decurso de prazo		
5005694-43.2018.4.03.6100	14/10/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: remetido em 4/8/2022 - aguardando julgamento STJ - AREsp n. 2183712/ SP (2022/0241362-2) autuado em 8/8/2022		
5014690-60.2019.4.03.0000	10/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade do recurso excepcional - aguarda decurso de prazo		
5024549-37.2018.4.03.0000	2/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: não encerrada a jurisdição da Turma Julgadora - autos aguardando julgamento de Embargos de Declaração na Turma - pauta de julgamento de 4/10/2023		
0000044-33.2015.4.03.6124	13/1/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos remetidos ao STJ em 14/8/23 - aguarda julgamento		
0001112-28.2009.4.03.6124	13/11/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - apresentado agravo - certidão de remessa em 29/8/23 ao STJ		
5001189-43.2018.4.03.6121	29/5/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: autos incluídos em pauta de julgamento do dia 13/9/23 em razão do Agravo Interno nos autos.		
5030965-50.2020.4.03.0000	15/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso Especial não admitido - certificado o trânsito em julgado em 7/8/2023 - arquivado		
0010761-51.2012.4.03.0000	5/12/2014	Petição Criminal
Observação/Providência: 5/12/2014 atribuição a órgão julgador - Res.392/2014 Atribuição por alt.órgão julg.(mant.c/relat) Nelton dos Santos do dia 5/12/2014 16:27:00 - 11/5/2012 apensamento aos autos principais - autos findo Apensado ao processo: 2003.61.81.005827-5		
0010759-81.2012.4.03.0000	5/12/2014	Petição Criminal
Observação/Providência: 5/12/2014 atribuição a órgão julgador - Res.392/2014 Atribuição por alt.órgão julg.(mant.c/relat) Nelton dos Santos do dia 5/12/2014 16:27:00 - 11/5/2012 apensamento aos autos principais - autos findo apensados ao processo: 2003.61.81.005827-5.		
5022686-41.2021.4.03.0000	28/9/2021	Petição Criminal
Observação/Providência: processo sigiloso. Despachado para PF cumprir diligências requeridas pelo MPF em caso envolvendo suposto Juiz Federal Ewerton Teixeira Bueno, art.		

227 CP/ inquérito envolvendo magistrado e que tramita diretamente entre o MPF e a PF. Expedido ofício solicitando informações		
0042413-28.2008.4.03.0000	27/5/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: 23/8/2022 informação autos com decisão do STJ/STF apensado ao MS.00424124320084030000 que permanece no STJ em processamento.		
0042411-58.2008.4.03.0000	8/6/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: 23/8/2022 informação autos com decisão do STJ/STF apensado ao MS.00424124320084030000 que permanece em processamento no STJ.		
0000838-25.2017.4.03.0000	1º/2/2017	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: autos em processamento perante o Relator originário - 3ª Seção - expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação		
5012769-95.2021.4.03.0000	7/6/2021	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação. - autos em tramitação na 3ª Seção		
0004319-64.2015.4.03.0000	5/3/2015	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação - feito em tramitação na 3ª Seção		
5007493-20.2020.4.03.0000	2/4/2020	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação - feito em tramitação na 3ª Seção		
5017584-09.2019.4.03.0000	11/7/2019	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação. autos em tramitação na 3ª Seção		
5016621-30.2021.4.03.0000	20/7/2021	Inquérito Policial
Observação/Providência: processo sigiloso. Investigação contra magistrada do Trabalho por briga de condomínio. PF cumprir diligências requeridas pelo MPF que tramita diretamente entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Expedido ofício solicitando informações.		
0000955-79.2014.4.03.6124	1º/11/2022	Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: medida cautelar em que se determinou o apensamento ao proc 0000944-50.2014.4.03.6124, que se encontra no STJ distribuído sob ARESP 2295536/SP, na relatoria do Min. Jesuíno Aparecido Rissato (determinou-se o sobrestamento até julgamento da ação penal principal)		
5026245-06.2021.4.03.0000	25/10/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de inadmissibilidade realizada em 29/6/23 / certidão de remessa ao STJ em 29/8/23		
5003759-90.2022.4.03.0000	14/2/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: RESP admitido em 7/7/23 e foi encaminhado ao STJ em 10/8 (RESP 2090964/SP)		
0005839-38.2018.4.03.6181	12/11/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: decisão de inadmissibilidade em 27/6/2023. Processo remetido por força de agravo ao STJ em 13/8/23.		

5000966-06.2017.4.03.6128	2/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de documentos - feito sobrestado Tema 846 STF		
5001756-87.2017.4.03.6128	26/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de documentos - feito sobrestado Tema 846 STF		
5002201-92.2017.4.03.6100	23/2/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5000381-85.2016.4.03.6128	24/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 846 STF		
0000206-05.2017.4.03.6109	30/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema do STF n. 736		
5025497-46.2017.4.03.6100	20/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de manifestação da parte - feito sobrestado Tema 982 STF / aguarda decurso de prazo		
5000409-91.2018.4.03.6125	15/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 846 STF		
5003789-03.2018.4.03.6100	18/04/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: levantamento de sobrestamento/proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais/aguarda decurso de prazo		
5024351-67.2017.4.03.6100	17/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5003229-61.2018.4.03.6100	1º/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 846 STF		
5007302-49.2018.4.03.6109	7/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado Tema 846 STF		
5013853-72.2018.4.03.6100	11/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito sobrestado Tema 118 STJ		
5008697-36.2019.4.03.0000	9/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão/AI prejudicado/aguarda decurso de prazo		
5001117-29.2017.4.03.6109	1º/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5002125-68.2017.4.03.6100	9/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de manifestação / feito sobrestado Tema 118 STF		
5001860-66.2017.4.03.6100	14/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5008652-36.2017.4.03.6100	29/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		

5006388-76.2018.4.03.0000	9/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão que não admitiu o recurso especial - certificado o trânsito em julgado em 6/9/23 - determinado o arquivamento		
5000354-82.2018.4.03.6112	9/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5018064-54.2018.4.03.6100	21/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de certidão de objeto e pé / feito sobrestado Tema 997 STJ		
5001760-14.2017.4.03.6100	26/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de trânsito em julgado parcial - autos retornaram para o sobrestamento - Tema 118 STF		
0011222-85.2014.4.03.6100	29/12/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: levantamento de sobrestamento/ decisão determinando a devolução para Turma Julgadora para eventual retratação (Tema 674/STF) /Gab. Des Fed. Carlos Muta / 1ª Turma / aguarda processamento		
0011294-38.2015.4.03.6100	24/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: manifestação da União/impossibilidade de fornecer o medicamento /despacho proferido determinando a manifestação da parte autora / aguarda decurso de prazo		
0021838-61.2010.4.03.6100	16/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de substabelecimento sem reserva - feito sobrestado Tema 985 STF		
0010154-03.2014.4.03.6100	29/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: levantamento de sobrestamento/proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais aguarda decurso de prazo		
0008736-93.2015.4.03.6100	29/3/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguarda decurso de prazo		
5028669-59.2018.4.03.6100	29/1/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: análise de sigilo - indeferido feito sobrestado Tema 985 STF		
0001652-04.2008.4.03.6127	19/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: realizado acordo - proferida decisão encaminhando os autos ao Gab. da Conciliação / aguarda processamento		
0005455-92.2008.4.03.6127	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: em razão da notícia de acordo determinada a remessa dos autos ao Gab Conciliação / aguarda processamento		
5001349-06.2020.4.03.6119	11/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional / aguarda decurso de prazo		
0006575-70.2006.4.03.6183	18/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: regularização processual - autos sobrestados Tema 1124 STJ		

0000164-41.2007.4.03.6000	25/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de homologação do pedido de desistência dos recursos interpostos e declarando extinto o procedimento recursal, a teor do que dispõe o art. 998, CPC / aguarda decurso de prazo		
0002295-68.2008.4.03.6318	16/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: pedido de anotação de prioridade - autos sobrestados - Tema 1124 STJ		
0010231-83.2003.4.03.6104	16/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 298 STJ		
0004900-75.2007.4.03.6106	12/6/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 298 STJ		
0017151-81.2010.4.03.9999	6/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: pedido de habilitação de herdeiros determinada a intimação do INSS / Obs: feito sobrestado Tema 1124 STJ		
0003502-61.2004.4.03.6183	15/9/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: regularização processual/proferida decisão de inadmissibilidade de recurso excepcional / aguarda decurso de prazo		
5002562-12.2017.4.03.6100	18/11/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 1125 STJ		
0013272-84.2014.4.03.6100	21/7/2015	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 118 STF		
0002315-55.2009.4.03.6114	10/12/2009	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 599 STF		
0012521-09.2018.4.03.6181	22/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguarda decurso de prazo		
0006747-18.2006.4.03.6181	7/8/2015	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: proferida decisão que não admitiu recurso especial/interpostos agravos internos/não conhecidos/certificado o trânsito em julgado/autos baixados ao juízo de origem.		
5013440-05.2022.4.03.6105	29/11/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/autos remetidos ao STJ/aguarda julgamento		
5020991-52.2021.4.03.0000	10/9/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de inadmissibilidade realizada em 23/6/2023 e remetido ao STJ em 14/8/23		
5026225-15.2021.4.03.0000	25/10/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: proferida decisão em agravo interno interposto contra decisão que não conheceu do pedido de efeito suspensivo - certificado o trânsito em 5/9/2023 - com comunicação ao STJ - arquivamento		
0035901-87.2012.4.03.0000	19/12/2012	Cautelar Inominada
Observação/Providência: o processo principal proferida decisão nos recursos excepcionais (0010587-22.2005.4.03.6100) / proferida decisão na cautelar de extinção sem resolução do mérito por perda superveniente de interesse de agir.		
0026955-92.2013.4.03.0000	24/10/2013	Cautelar Inominada
Observação/Providência: medida cautelar para a atribuição de efeito suspensivo aos recursos excepcionais interpostos no proc 0010929-33.2005.4.03.6100 onde foram proferidas decisões / extinção da cautelar sem resolução do mérito por perda superveniente de interesse de agir.		
0009328-55.2006.4.03.6100	5/1/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados - proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais / aguarda decurso de prazo		
0025210-57.2006.4.03.6100	25/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: determinada o sobrestamento do feito até a publicação do acórdão de mérito a ser proferido no julgamento dos Embargos de Declaração opostos nos autos do Recurso Extraordinário n. 1.072.485/PR, vinculado ao tema n. 985 de Repercussão Geral.		
0007135-14.2013.4.03.6103	28/3/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados - feito sobrestado Tema 616 STF		
0008047-46.2011.4.03.6114	5/12/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados - feito sobrestado Tema 616 STF		
0035970-70.2003.4.03.6100	16/4/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Restauração de autos / em tramitação no Gab. Des. Fed. Valdeci dos Santos / 6ª Turma / aguarda processamento		
0021518-26.2001.4.03.6100	14/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos Declaratórios julgados prejudicados - autos devolvidos para Turma julgadora para retratação/em tramitação no Gab. Des. Fed. Giselle França/ 2ª Turma		
5022714-48.2017.4.03.0000	27/11/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 24/10/22 decisão que reconsiderou a decisão - Id 152362568, restando prejudicados os embargos de declaração opostos - Id 154653993. - Devolvido para Turma visando a retratação / em tramitação no Gab. Des. Fed. Marcelo Saraiva / 4ª Turma		
5002591-62.2017.4.03.6100	26/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Com fundamento no art. 998 do CPC, foi homologada a desistência do recurso extraordinário interposto pela União e, por conseguinte, julgo prejudicados os embargos de declaração opostos pelo contribuinte - aguarda decurso de prazo		
5007431-48.2018.4.03.0000	12/4/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão determinando a devolução para Turma julgadora para retratação / EDs rejeitados		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 76 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

0030856-50.1990.4.03.9999	0010759-81.2012.4.03.0000	0010761-51.2012.4.03.0000
0011774-08.2000.4.03.0000	0037558-54.1999.4.03.6100	0042411-58.2008.4.03.0000
0001441-61.2009.4.03.6117		

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0003894-70.2001.4.03.6000	0007330-86.2005.4.03.6100	0053731-56.1999.4.03.6100
0099975-29.2007.4.03.0000	0208288-57.1997.4.03.6104	5002206-17.2017.4.03.6100
5002468-55.2022.4.03.0000	5022714-48.2017.4.03.0000	0016662-62.2014.4.03.6100
0021518-26.2001.4.03.6100	0033853-29.1991.4.03.6100	0035970-70.2003.4.03.6100
0032595-52.2008.4.03.0000		

c) Analisar petição em até 30 dias (aguardando despacho/ato ordinatório há mais de 30 dias):

0000683-49.2013.4.03.6115	0015561-59.2016.4.03.9999	5016621-30.2021.4.03.0000
5024802-20.2021.4.03.0000		

d) Registrar no sistema a remessa do processo ao STJ (em tramitação naquela Corte Superior desde 4/8/2022 como AREsp n. 2183712/SP):

5005694-43.2018.4.03.6100

e) Solicitar ao Juízo de origem a remessa dos autos ao Tribunal para juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais (Restauração de autos julgada na primeira instância em 30/5/2023):

0000376-76.2010.4.03.6123

f) Registrar no sistema a remessa do processo ao gabinete do(a) Relator(a) na Turma julgadora (concluso naquele gabinete para eventual juízo de retratação):

0002726-51.2007.4.03.6120

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida no dia 17/10/2023 pelo Desembargador Vice-Presidente Antônio Carlos Cedenho e pela Assessora Maria Cristina de Almeida Moraes. O Desembargador Edilson Nobre conduziu a entrevista com o Vice-Presidente, enquanto sua equipe se reuniu com a assessoria e demais servidores.

O Desembargador Antônio Cedenho assumiu a Vice-Presidência em março de 2022 e desde então houve significativa redução do acervo de processos em tramitação na unidade, a despeito do elevado número de processos conclusos, cuja média mensal ultrapassa 4 mil processos. O gráfico de produtividade (pág. 7) evidencia que na atual gestão a saída de processos superou o recebimento, em quase todos os meses. No período, foram recebidos (entrada) 73.908 processos e enviados (saída) 80.042. Considerando os doze meses que antecederam o período em que o CJF selecionou os

processos para inspeção, a redução foi de 12.501 para 6.776 processos conclusos, sendo que, na data da entrevista, havia apenas 2.593 processos.

A Vice-Presidência conta com dois juízes auxiliares. No entanto, o auxílio ocorre sem prejuízo da jurisdição, de modo que eles comparecem ao Tribunal apenas uma vez por semana, auxiliando no atendimento a advogados e, em algumas situações, na orientação à assessoria.

Os entrevistados demonstraram domínio das atividades que lhes são atribuídas, conduzindo o trabalho de modo organizado e sistematizado, com o estabelecimento de metas e controle do acervo, além de haver uma interação com a Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência (UVIP) e com o NUGEP.

A Assessoria da Vice Presidência (AJUV) está dividida em quatro núcleos, por matérias, da seguinte forma: Criminal, Cível/Administrativo, Previdenciário e Tributário, trabalhando em conjunto com a Assessoria do Desembargador e Chefia de Gabinete, totalizando 31 servidores, dos quais 14 são do Gabinete do Desembargador e 17 da Vice-Presidência, além de 4 estagiários, sendo 3 de nível superior e 1 de nível médio. No entanto, foi reportado que o número de servidores é insuficiente para a demanda da unidade, mormente quando se vislumbra um aumento da produtividade do Tribunal, com a criação dos novos gabinetes, o que repercutirá nos processos conclusos para admissibilidade recursal.

À exceção dos gestores do Gabinete e do Vice-Presidente, que trabalham de maneira presencial todos os dias, os demais servidores trabalham em regime híbrido (presencial e teletrabalho), em rodízio, de modo que todos os dias 70% dos servidores trabalham presencialmente, cumprindo a Resolução CNJ n. 481/2022.

Na data da entrevista, os quatro núcleos da AJUV contavam com o seguinte número de processos conclusos: Criminal - 1; Cível/Administrativo - 23; Previdenciário - 129; Tributário - 2.440. Os três primeiros não têm acervo, trabalhando com os processos recém-recebidos, sendo o Núcleo Tributário, integrado por 10 servidores, o que detém o maior número de processos. Tal quantitativo, entretanto, não significa problema na condução do trabalho, espelhando antes o volume de processos da matéria, o que se observa também em relação aos sobrestados. Prova disso é que no início da gestão, em março de 2022, havia 10.039 processos tributários sobrestados, relativos a temas já julgados e com trânsito em julgado, sendo realizada força-tarefa com os servidores do núcleo para a análise e elaboração de minutas. Digno de nota que a autorização do trabalho extraordinário de Núcleo Tributário em relação a esses processos, durante dois finais de semana, ocorreu de modo excepcional, a fim de cumprir meta de migração de todos os processos físicos para o sistema eletrônico, uma vez que 80% daqueles feitos eram físicos. No entanto, **seria altamente recomendável que o Tribunal autorizasse trabalho extraordinário do referido núcleo quando julgado algum tema pelos tribunais superiores em relação ao qual houvesse grande número de processos sobrestados**, diante da dificuldade de o serviço ser assimilado pela equipe em sua

jornada normal de trabalho, em razão do elevado número de conclusão de novos processos para admissibilidade dos recursos excepcionais.

Foi reportado como dificuldade o recebimento de todos os processos de competência da Vice-Presidência em uma única tarefa, sem a identificação dos processos com embargos de declaração, agravos internos e conclusos para admissibilidade, o que onera muito o trabalho de triagem, além de dificultar a gestão do acervo. É possível aferir tal número, entretanto, depois de proferida decisão, conforme evidencia o gráfico da página 6, no qual se observa que nos últimos 12 meses foram produzidas 15.020 decisões, sendo 3.104 de admissibilidade, 6.395 de negação de seguimento a recurso, 3.499 encaminhando o processo ao órgão originário para retratação e 2.022 determinando o sobrestamento.

Outra dificuldade reportada é a incongruência dos dados obtidos do PJe e aqueles informados pelo setor de estatística, a exemplo das informações fornecidas à equipe do CJF para inspeção, que muitas vezes não correspondiam ao andamento atual do processo. Nesse aspecto é de se destacar que tal **dificuldade foi constatada pela equipe de inspeção**, nos processos inspecionados, bem como pelo relato das diversas unidades onde realizadas entrevistas. A Assessora da Vice-Presidência reportou que foram enviados ofícios com vistas a solução do problema.

Outro problema reportado acerca do PJe é que ocorre, com certa frequência, de processos perderem-se “no fluxo”, não seguindo para a tarefa indicada, o que gera insegurança na condução do feito, sendo necessário muitas vezes o servidor anotar o número do processo trabalhado para depois certificar-se que foi enviado corretamente para a nova tarefa. Tal dificuldade foi reportada também por outras unidades entrevistadas, como o Gabinete da Desembargadora Inês Virgínia e a Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção.

Com relação à seleção de representativos de controvérsia, incumbe a cada um dos núcleos, a partir da observação de repetição das matérias analisadas, a identificação daquelas que podem ser enviadas aos tribunais superiores. Foi reportado à equipe de inspeção que o Núcleo Tributário selecionou três questões, enviando três processos de cada aos tribunais superiores como representativos da controvérsia. Uma delas já teve reconhecida a repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1262), outra (REsp 2050837) foi distribuída no Superior Tribunal de Justiça por prevenção ao Tema 689 e a terceira (REsp 2069644) ainda aguarda análise da afetação.

Quanto aos Incidentes de Demandas Repetitivas, até o momento foram suscitados 52, dos quais apenas cinco foram admitidos e um desses depois desafetado. Dos quatro IRDRs processados, três já foram julgados, estando apenas um em tramitação. Foram suscitados nove Incidentes de Assunção de Competência, sendo que os oito primeiros não foram admitidos. Em relação ao último (Processo 5013134-81.2023.4.03.0000), embora conste no controle do NUGEP que se cuida de IAC suscitado, observa-se na

consulta processual que se tratou de autuação equivocada, sendo determinada sua retificação para “conflito de competência”.

A gestão dos processos sobrestados incumbe ao NUGEP, unidade inspecionada pela Equipe 7. Sobre o tema, entretanto, importante destacar que o Desembargador Antônio Cedenho preside a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, atuando para estruturar a comissão, conforme se observa da ata da reunião realizada em 29/3/2023, disponibilizada pela Assessoria.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) cumprir as recomendações do item 8.

Apesar das recomendações em processos específicos dentre os selecionados pelo CJF para a inspeção, é de se observar que a Vice-Presidência do Tribunal Regional da 3ª Região vem fazendo um **excelente trabalho**, que resultou na expressiva redução do acervo, passando de 12.501 processos conclusos (em março de 2022), para 2.593 (em outubro de 2023), com uma média de conclusão mensal superior a 4 mil processos.

Para além da redução do acervo, a atual gestão promoveu a estruturação da Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, além do aperfeiçoamento dos processos de trabalho, inclusive com a tentativa de correção, junto aos setores responsáveis, de inconsistência do sistema PJe e dados estatísticos. Tais providências são de extrema importância, mormente quando se aproxima a aposentadoria do Desembargador Antônio Cedenho, prevista para 4/12/2023, de modo a facilitar a sucessão.

Importante destacar que apesar da proximidade da aposentadoria, Sua Excelência e sua equipe mantiveram a motivação e ritmo de trabalho, envidando esforços para a solução das pendências existentes. Espera-se que a sucessão na Vice-Presidência não afete a excelência do trabalho que vem sendo desenvolvido na gestão do Desembargador Antônio Cedenho.

Com relação ao extravio de processos no fluxo do PJe, recomenda-se verificar junto à Administração do Tribunal a possibilidade de a Secretaria de Tecnologia da Informação desenvolver ferramenta para, periodicamente, identificar os processos que se encontram em tal situação, corrigindo-se o problema.

GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
Desembargador Federal DAVID DINIZ DANTAS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 3ª Região

1.2 Competência

As atribuições da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 3ª Região estão previstas no art. 23 do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atividades: realizar acompanhamento, controle, aperfeiçoamento e uniformização das atividades forenses da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região; disciplinar os trabalhos de magistrados e servidores (art. 1º do Provimento CORE 01/2020), promovendo a entrega da prestação jurisdicional mais eficiente e de melhor qualidade (Ex1 - em fev de 23 - 1ª Correição da gestão do Des. Fed. David Dantas reiterou-se com a Diretoria do Foro na implementação e realização do PSE - FISCAL para as Subseções do Interior e Grande São Paulo - até dez de 22 era realizado apenas na Subseção de São Paulo - até 3/8/23 foram extintas mais de 70 mil execuções fiscais - anos anteriores atingia-se a metade do valor mencionado); (Ex2 - em 6/9/23 - o painel do BI indicou mais 50 mil processos sobrestados - a Core encaminhará informações e dados para que a unidades identifiquem os processos e possam fazer a gestão do sobrestamento dos feitos) e (Ex 3 - saneamento do acervo com situação baixa definitiva de autos digitalizados (de 55.172 processos em janeiro 2023 para 25.598 processos em 15/8/2023); realizar correições gerais ordinárias, extraordinárias, complementares, inspeções e avaliações administrativas, edição de atos normativos e respostas às consultas, com a finalidade de normatizar os procedimentos judiciais; instruir, processar e julgar sindicâncias, procedimentos administrados em face magistrados e analisar representações por excesso de prazo provocadas por partes ou advogados.

1.3 Órgão de atuação

Órgão Especial e Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

1.4 Mandato

De 12/1/2023 (data da posse) a 29/2/2024 (O Corregedor-Regional anterior, Desembargador Federal Luiz Stefanini, aposentou-se e o Desembargador Federal David Dantas foi eleito para assumir o cargo pelo restante do mandato).

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado lotado na unidade

Corregedor-Regional David Diniz Dantas.

2.2 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini, aposentado em dezembro de 2022.

2.3 Juízes auxiliares da Corregedoria (nome e atribuições)

Juízes Auxiliares: Leonardo Estevam de Assis Zanini (responsável pelo Setor de Correições) e Márcio Augusto de Melo Matos (responsável pelo Setor de Normatização). Ambos também atuam como auxiliares do Corregedor-Regional na instrução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados em face de magistrados.

2.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Arnaldo Bernardo - assessor - setor Normatização; Tatiana Rita Doro - assessora - setor Correições; Márcio Atoji Berti - assessor - Setor Correições; Sérgio Ricardo Petrasso Correa - assessor - setor COGE Autoriza; Cristina Eiko Hirota Yoshinaga - chefe de gabinete - setor Normatização; Isabel Sakae Moromizato Mello de Souza - chefe de gabinete - setor Secretaria; e Rodrigo de Melo Almeida - assessor jurídico I - setor de Correições.

2.5 Servidores e estagiários lotados na Corregedoria

Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	0

2.6 Servidores e estagiários lotados no gabinete do desembargador

Servidores efetivos	14 (até 1º/9/23 o quadro era de 18 servidores - em razão da ampliação do Tribunal, com a reestruturação de cargos, reduziu-se o quadro para 14).
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	0

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle de acervo é possível somente no Setor de Normatização. As atividades são bem definidas entre os 4 servidores responsáveis pelo setor. A atribuição de tarefas é realizada diariamente, assim como a aferição de produtividade, estabelecimento de prioridades e discussões de feitos que envolvam matérias sensíveis inerentes ao trabalho da Corregedoria-Regional. No Setor de Correições há o planejamento prévio das atividades e das medidas que serão implementadas em cada unidade (isso é possível em razão do acervo ser eletrônico e da existência de planilhas gerenciais de estatística). Durante o trabalho correcional *in loco*, de posse dos dados previamente levantados, é possível proceder-se ao auxílio das unidades no tocante às dificuldades por elas enfrentadas, no intuito de aprimorar a prestação de serviço, com vistas ao aumento de produtividade, celeridade e qualidade. No pós-Correição Ordinária, os relatórios são levados a julgamento na sessão do Conselho do Tribunal, sem que se verifiquem quaisquer atrasos dignos de nota. Nesse rumo, esclareça-se que todos os relatórios de Correições Gerais Ordinárias realizadas no primeiro semestre foram julgados. Na próxima sessão do Conselho, marcada para o próximo dia 21/9, serão julgados os relatórios das Subseções correcionadas em agosto (Osasco, Franca e Ribeirão Preto). O Setor de Correições inovou no sentido de acompanhar mensal, bimestral ou semestral unidades com dificuldades recorrentes. Os acompanhamentos iniciais são remotos, mas caso haja necessidade avalia-se a possibilidade de realização de força-tarefa. No setor de Autorizações (COGEAUTORIZA), os pleitos são analisados imediatamente e os pedidos de complementação de informações, deferimento ou indeferimento dos pedidos são analisados em tempo real. O Setor da Secretaria é responsável pela caixa de e-mail da Core (meio pelo qual chegam 99,9% das demandas). Triam, etiquetam e encaminham aos demais setores da CORE (normatização, autorizações e correições). Todos os e-mails são verificados no dia em que chegam. E-mails não ficam pendentes de encaminhamento de um dia para o outro.

3.2 Boas práticas e inovações

1- No Setor de Correições: acompanhamento das unidades correcionadas, mesmo após a realização da Correição Ordinária, mediante a manutenção de canal direto com a Corregedoria-Regional, bem como o acompanhamento à distância, quando verificados atrasos relevantes, como, por exemplo, no tópico processos sem movimentação há mais de 100 dias, e quando elevados os índices de congestionamento e de atendimento à demanda, quando excessivo o número de feitos conclusos etc. 2 - No Setor de Normatização e de Autorizações (COGEAUTORIZA), a triagem imediata dos feitos e requerimentos, assim como o efetivo encaminhamento da demanda.

3.3 Dificuldades

A única dificuldade encontrada pela equipe como um todo, refere-se à adaptação ao sistema utilizado no âmbito da Corregedoria ("SEI!"), bem diverso do "PJe" usado na

esfera dos gabinetes de Desembargadores Federais para o processamento e julgamento de feitos no âmbito das Turmas e Seções. Aludida dificuldade felizmente revelou-se temporária, diante da adaptabilidade dos servidores que não pertenciam à Corregedoria às novas rotinas de sistemas de trabalho. Uma dificuldade específica apontada pelo Setor de Autorizações (COGEAUTORIZA) consiste na necessidade de utilização de 4 a 5 sistemas diferentes para que se concretize, por exemplo, a compensação de 1 (um) dia de trabalho do magistrado.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Quanto ao percentual de servidores que realizam o teletrabalho, é observada a regra estabelecida pela Resolução n. 481/CNJ. No que se refere à meta específica de produtividade, não se aplica ao setor; no entanto, a produtividade é aferida pelos gestores de cada área de atuação da Corregedoria-Regional, sob a supervisão do Corregedor, com ajuda dos juízes auxiliares, de modo que não se verificam atrasos ou delongas na execução dos trabalhos na unidade.

5. PROCESSOS DE SINDICÂNCIA

5.1 Existem sindicâncias instauradas? Quantas? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e fase de tramitação)

Sindicâncias instauradas: 1- PJeCor n. 0000015-45.2023.2.00.0403. Data de autuação: 17/3/2023 Fase: especificação de provas pelas partes. 2- PJeCor n. 0000043-13.2023.2.00.0403 Data de autuação: 2/6/2023 O Corregedor-Regional votou pelo arquivamento do procedimento. Há votos pendentes dos demais membros do Órgão Especial - Investigações Preliminares: 1- SEI 0280177-66.2021.4.03.8000 (em trâmite no fluxo colegiado alternativo do PJeCor sob n. 0000058-16.2022.2.00.0403). Data de autuação: 18/5/2021. O Corregedor-Regional votou pelo arquivamento do procedimento. Há votos pendentes dos demais membros do Órgão Especial. 2- SEI 0013768-24.2023.4.03.8000 (em trâmite no fluxo colegiado alternativo do PJeCor sob n. 0000041-77.2022.2.00.0403) Data de autuação: 18/5/2022. O Corregedor-Regional votou pelo arquivamento do procedimento. Há votos pendentes dos demais membros do Órgão Especial, em razão de pedido de vista do Desembargador Federal Carlos Delgado.

6. INSPEÇÕES

6.1 Quais os critérios para realização das inspeções nas unidades jurisdicionais? Existem formulários padronizados?

O procedimento correcional é realizado mediante inspeções administrativas de avaliação, correções gerais e inspeções gerais (art. 60 do Provimento 1/2020 da

CORE). As inspeções gerais ordinárias são realizadas pelos juízes federais titulares, auxiliados pelos magistrados substitutos, nas respectivas unidades judiciárias. Consiste, em suma, na atividade fiscalizatória para detecção e correção de eventuais irregularidades administrativas e processuais. Nos termos do artigo 103 do Provimento CORE n. 1/2020, as inspeções são realizadas no mês de maio de cada ano. O período é definido pelo magistrado e a Corregedoria-Regional é informada. Os servidores, em conjunto com os juízes auxiliares, elaboraram formulário padronizado e manual de orientação para o devido encaminhamento às unidades inspecionadas.

7. MAGISTRADOS/AUXÍLIO

7.1 Há plano para auxílio às unidades judiciais cujo acervo apresenta alta taxa de congestionamento?

Sim, há plano para auxílio às unidades judiciais cujo acervo apresenta alta taxa de congestionamento. São realizados treinamentos pelos servidores da Corregedoria-Regional de forma presencial ou remota; há reuniões periódicas com essas unidades, além de medidas mais assertivas e drásticas. Ex.: Complementação da Correição no JEF de São José do Rio Preto durante dez dias (3 a 12 de julho) - reorganização total - secretaria e gabinete. Para esse caso, após a execução dos trabalhos complementares, foi indicado um servidor da Corregedoria-Regional para acompanhar a unidade por 18 dias, a fim auxiliar os servidores locais na otimização dos trabalhos. Como resultado, a unidade teve uma redução sensível em seu acervo de tramitação líquida no período de agosto (de 28.630 feitos em maio/2023 para 19.907 em 31/agosto/2023 e, no para o mesmo período, redução do saldo da Meta 2/2023 de 3.187 para 2.583 feitos). Essa unidade permanece em acompanhamento remoto.

7.2 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio?

As unidades são selecionadas após análise dos dados estatísticos e passam por análise *in loco* durante os trabalhos correccionais. São considerados os atrasos crônicos de movimentação processual, o não atingimento de metas, o indicador taxa de congestionamento e o índice de atendimento à demanda.

7.3 Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Os magistrados são designados após análise dos dados estatísticos consideradas as unidades com melhor performance dentro da 3ª Região.

8. CORREIÇÕES

8.1 Quanto às correções ordinárias, quais os critérios utilizados?

Em princípio, ressalvadas adequações necessárias por questões orçamentárias ou de logística, esta Corregedoria-Regional adota o critério da ordem cronológica de realização da gestão anterior, com observância do prazo máximo de 30 meses entre

uma correição e outra. A correição geral verificará, entre outros aspectos, a regularidade e a celeridade na tramitação dos feitos, bem como o cumprimento de atribuições previstas em leis e atos normativos.

8.2 Quais os principais apontamentos dos juízes federais de 1º grau identificados na realização de correição? Listar.

Os principais apontamentos relatados pelos magistrados são a deficiência no quadro de servidores, problemas recorrentes com a lentidão da internet, com o sistema PJe e a migração do sistema do JEF (SISJEF) para o PJe, que acarretou a necessária adaptação e treinamento de servidores, causando acúmulo de tarefas e consequente elevação do acervo de processos.

8.3 A unidade comunica ao Conselho da Justiça Federal acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Sim, o Conselho da Justiça Federal é comunicado nos termos do artigo 28, da Resolução n. 135, de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.

9. FÉRIAS

9.1 Qual normativo do Tribunal disciplina marcação e escala de férias de magistrados?

A Corregedoria-Regional do TRF3 não atua nessa tarefa. O setor responsável é a Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG que integra a estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ e é subordinada à Presidência do Tribunal.

9.2 Informar como é realizado o procedimento de marcação de escala, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º grau

A Corregedoria-Regional do TRF3 não atua nessa tarefa. O setor responsável é a Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG que integra a estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ e é subordinada à Presidência do Tribunal.

9.3 Em caso de remarcação é observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

A Corregedoria-Regional do TRF3 não atua nessa tarefa. O setor responsável é a Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG que integra a estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ e é subordinada à Presidência do Tribunal.

10. SUBSTITUIÇÃO/REMOÇÃO/PROMOÇÃO

10.1 Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Indicar o normativo

A Corregedoria-Regional do TRF3 não atua nessa tarefa. O setor responsável é a Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG que integra a estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ e é subordinada à Presidência do Tribunal.

10.2 Quais os critérios e procedimentos para remoção de juízes? Indicar o normativo

CONCURSO DE REMOÇÃO INTERNA DE JUIZ FEDERAL - critério de antiguidade, Normativo: o art. 93, inciso VIII-A, da Constituição da República, Resolução n. 32, de 10/4/2007, alterada pela de n. 97, de 27/10/2009, do Conselho Nacional de Justiça, Resolução n. 1, de 20/2/2008, alterada pelas de n. 301, de 26/8/2014, n. 248, de 19/6/2013, n. 341, de 25/3/2015, n. 382, de 17/12/2015, n. 441, de 2/5/2017, e de n. 669, de 10/11/2020, Resoluções n. 4, de 14/3/2008, n. 233, de 4/3/2013, com suas alterações, e Resolução n. 410, de 30/8/2016, todas do Conselho da Justiça Federal, artigos 11, inciso II, alínea "I", e 324, §§ 1º a 3º, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, art. 4º, inciso V, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, e Resolução n. 283, de 10/4/2012, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. CONCURSO DE REMOÇÃO EXTERNA: os magistrados fazem requerimento pleiteando anuência deste Tribunal para concorrer à remoção externa, a pedido e sem permuta, prevista na Resolução n. 05/2016 - UPLE, alterada pela Resolução n. 06/2016, ambas da Presidência desta Corte (...) - Informação 9534398/2023 - SCAJ.

10.3 Como é aferido o merecimento? Indicar o normativo

O merecimento do magistrado é aferido após a análise da produtividade, cursos realizados, qualidade da prestação jurisdicional, ausência de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares e conduta ilibada durante o exercício das atividades na magistratura, Normativos: art. 107, inciso II, da Constituição Federal; a Resolução n. 106, de 6 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. 426, de 8 de outubro de 2021, ambas do Conselho Nacional de Justiça; a Resolução n. 1, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho da Justiça Federal e a Resolução n. 70, de 12 de janeiro de 2006, da Presidência deste Tribunal.

10.4 Quais os critérios e procedimentos para promoção de juízes ao 2º grau? Indicar o normativo

CONCURSO DE PROMOÇÃO - critério de merecimento. Normativos: art. 107, inciso II, da Constituição Federal; a Resolução n. 106, de 6 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. 426, de 8 de outubro de 2021, ambas do Conselho Nacional de Justiça; a Resolução n. 1, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho da Justiça Federal e a Resolução n. 70, de 12 de janeiro de 2006, da Presidência deste Tribunal. CONCURSO DE PROMOÇÃO - critério de antiguidade. Normativos: art. 107, inciso II, da Constituição Federal e na Resolução n. 001, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho da Justiça Federal.

11. PLANTÃO

11.1 Como é realizada a escala de plantão? Indicar o normativo

O plantão judicial ordinário é organizado em sistema de rodízio entre os magistrados. A escala de plantão é realizada pela Diretoria da Subseção, ouvidos os magistrados locais. É assegurada disponibilidade de estrutura administrativa para organização dos trabalhos. Os plantões judiciais ordinários e de recesso são realizados, em regra, por Subseção Judiciária. Exceção: Subseção Judiciária de São Paulo - os plantões são divididos (competência criminal e não criminal) e organizados pelos Coordenadores, ouvidos os magistrados locais. A escala de plantão das Turmas Recursais (SP e MS) é organizada nos termos de ato conjunto (Corregedoria e Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais). Normativo: Provimento Core n. 01/2020.

11.2 Como ocorre o sistema de plantão no 1º grau? São diários, nos finais de semana e feriados, no recesso judicial? Qual o horário?

O plantão no 1º grau é regulado pelo Provimento Core 01/2020 e compreende: (i) os horários fora do expediente regular, incluindo sábados, domingos e feriados; (ii) o horário fora de expediente em razão da suspensão ou encerramento antecipado determinado pela Presidência do TRF3; (iii) o recesso forense e o horário fora do expediente regular em dias úteis (art. 441, par. 1º). Nos dias úteis, o plantão judicial abrange o intervalo temporal entre o encerramento do expediente naquela data e o início do imediatamente seguinte (par. 2º). Nos sábados, domingos, feriados e durante o recesso forense o plantão judicial é presencial das 9h às 12h, ou até encerradas todas as providências necessárias (par. 3º), sendo de sobreaviso nos demais horários (par. 4º).

12. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5017954-46.2023.4.03.0000	30/6/2023	Inquérito Policial

Observação/Providência: Autos do IPL em tramitação direta (PF-MPF). Até esta data o IPL não aportou no órgão julgador. Na realidade, a CORE soube da existência desse IPL por ocasião do preenchimento desta ficha. Muito embora o IPL tenha sido distribuído para o gabinete, não há comunicação enquanto há.

13. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Apenas um processo eletrônico foi selecionado e ele foi aferido.

Trata-se do inquérito policial n. 5017954-46.2023.4.03.0000, distribuído ao Órgão Especial. Assim, ante manifestação do MPF em 30/6/2023, adotar medidas para impulsionar o feito.

14. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Corregedor-Regional, David Diniz Dantas, pelos Juízes Federais Auxiliares Leonardo Estevam de Assis Zanini e Márcio Augusto de Melo Matos e pela Assessora Tatiana Rita Doro.

A assunção da Corregedoria-Regional pelo Desembargador Federal David Diniz Dantas se deu em 12/1/2023, em razão da aposentadoria do anterior Corregedor-Regional, Desembargador Federal Luiz Stefanini.

Foram convocados, para auxílio ao Desembargador Corregedor, os Juízes Federais Leonardo Estevam de Assis Zanini e Márcio Augusto de Melo Matos.

A equipe está devidamente adaptada e atribui o fato à experiência do Desembargador Federal David em participar de anteriores inspeções realizadas pelo Conselho da Justiça Federal.

A equipe conta com 25 servidores e é elogiável a organização da unidade e a disposição de seus integrantes, que se dividem internamente nos seguintes setores: (i) Secretaria, (ii) Correições, (iii) Julgamento e Normatização e (iv) Assessoria COGEAUTORIZA.

Dentre as atribuições da **Secretaria**, destacam-se: (i) a gestão de expedientes, requerimentos e documentos, com recebimento e encaminhamento das demandas e intimações dirigidas à Corregedoria, por meio de diferentes sistemas (e-mail, SEI, PJeCor, PJeCNJ, Malote digital); (ii) controle de prazos inerentes aos expedientes administrativos; (iii) cumprimento e acompanhamento de decisões, despachos, portarias e outras normas, inclusive providenciando a sua publicação no Diário Oficial e na base textual do Tribunal; (iv) pesquisa relacionada à existência de procedimentos disciplinares, para subsidiar pedidos de afastamentos, compensações, trabalho remoto, bem como relatórios em concursos de promoção, e relatórios de inspeção e de autoinspeção; (v) atendimento ao público, presencial e via telefone; (vi) gestão de pessoas e patrimônio; (vii) controle e gerenciamento do orçamento do setor; (viii) procedimento para solicitação de pagamento de diárias e emissão de passagens e a respectiva prestação de contas; e (ix) publicação e gerenciamento de conteúdo na página de internet da Corregedoria-Regional.

Já a **Assessoria Judiciária e de Normatização** é responsável por (i) elaborar minutas de processos judiciais e administrativos para o Desembargador; (ii) acompanhar o andamento de processos de promoção, remoção (interna) e vitaliciamento dos magistrados, bem como pedidos de afastamento superiores a 30 dias; (iii) atender às consultas das unidades judiciárias e administrativas, partes, advogados e interessados; (iv) realizar o procedimento atinente às sessões do Órgão Especial e do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região; (v) tramitar representações por excesso de prazo, pedidos

de providência, correições parciais, reclamações disciplinares e sindicâncias; (vi) minutar normas a serem expedidas pelo Corregedor; e (vii) controlar normas expedidas por juízes de 1º grau, com a finalidade de organizar os serviços internos, identificando boas práticas e oportunidade de aperfeiçoamento dos serviços de primeiro grau (art. 197 e seus parágrafos do Provimento CORE n. 1/2020).

A unidade informou que na atual gestão foram instauradas três sindicâncias em relação a magistrados e duas (instauradas na gestão anterior) ainda tramitam no Órgão Especial. As reclamações por excesso de prazo ou morosidade excessiva são apreciadas de pronto pela Corregedoria-Regional, provocadas por petições protocoladas junto ao PJe ou por e-mail. As reclamações e os pedidos de providência iniciados perante o Conselho Nacional de Justiça são prontamente apreciados pela Corregedoria-Regional que oficia aos magistrados de 1º grau para informações. Tão logo prestadas, as informações são repassadas ao CNJ.

O setor de **Correições** tem por atribuições: (i) fiscalizar, acompanhar e desenvolve ações relativas à gestão das unidades judiciárias de primeiro grau; (ii) acompanhar a execução dos projetos e ações determinadas e planejar o calendário das correições nas unidades judiciárias; (iii) analisar processos selecionados na fase de pré-correição, quais sejam: processos de vista obrigatória (art. 48 do Provimento CORE 64/2005 e art. 74 do Provimento CORE 01/2020), processos eletrônicos (PJe) e amostra processuais existentes na unidade, de acordo com a área de especialização, além dos processos mais antigos em conclusão para sentença e/ou despacho/decisão; (iv) orientar e dar suporte à solução dos problemas, promovendo o aprimoramento das atividades administrativas e jurisdicionais; (v) acompanhamento da situação do acervo, através de planos de trabalho; (vi) verificar instalações e condições de segurança, conservação e limpeza do prédio do fórum e seus anexos, de seus mobiliários, equipamentos e veículos utilizados pelo setor administrativo; (vii) verificar a regularidade e funcionamento dos serviços auxiliares e a existência, organização e atividades das comissões de gestão documental e de desfazimento de bens; (viii) compartilhar boas práticas; e (ix) elaborar relatórios de correição geral ordinária, inspeções gerais ordinárias e inspeções administrativas de avaliação, a serem apreciados pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

No que tange às correições ordinárias, a equipe informou que todas as 51 Subseções, com 234 unidades Judiciárias, serão inspecionadas até o final do mandato.

As correições ordinárias são realizadas de modo híbrido, com o objetivo de diminuir despesas com diárias. Na fase remota, são verificados os processos eletrônicos. Na fase presencial, são verificados os feitos físicos ainda existentes e os eletrônicos cuja análise não foi possível na fase remota. O Desembargador Corregedor e sua equipe comparecem às unidades e aferem *in loco* a situação dos órgãos. Dependendo do quadro no qual se encontra a unidade, a Corregedoria sugere métodos mais eficazes de gestão do acervo como, por exemplo, a utilização da “tabela dinâmica”, criada no

programa Excel para que a unidade identifique os gargalos, como os feitos parados há mais de 100 dias.

A equipe relatou que foi realizada correição complementar no Juizado Especial Federal de São José do Rio Preto, com a prestação de auxílio na gestão da unidade, o que culminou na redução do acervo de aproximadamente 10.000 processos no período entre 26/4 a 25/8/2023.

Diante de gargalo nas Varas de Execução Fiscal, a Corregedoria expandiu o PSE-FISCAL (Programa Simplificado de Extinção das Execuções Fiscais) para as Subseções do interior. Até 3/8/2023 foram extintos mais de 70.000 processos e estima-se que até final da gestão sejam extintos mais de 120.000 processos. Além disso, foi criada Comissão de Boas Práticas de Execução Fiscal com o objetivo de reunir e aperfeiçoar modelos de procedimentos e até sentenças, com compartilhamento de informações, troca de ideias e de experiências bem-sucedidas.

A unidade apontou estudos para desenvolvimento de índice voltado à medição objetiva do desempenho das unidades (ID), baseado no Índice de Produtividade de Servidores (IPS) e Taxa de Congestionamento (TC) do CNJ.

No que tange ao cumprimento das metas do CNJ, ao controle de bens depositados, apreendidos e constrictos, ao controle da prescrição penal e execuções penais, ao controle de processos parados, conclusos com prazo vencido e suspensos, a Corregedoria-Regional verifica a atuação das unidades judiciais durante as correições ordinárias e em todo fim do ano.

São realizadas ainda correições administrativas voltadas para os setores de contabilidade, distribuição, perícias e controle de mandados.

A **Assessoria COGEAUTORIZA** é responsável por (i) conferir e submeter à apreciação do Corregedor os despachos e portarias referentes a pedidos de férias dos juízes, que são processados pela DMAG; (ii) manifestar-se sobre os pedidos de trabalho remoto integral ou parcial; (iii) encaminhar ao CJF relatório trimestral com os nomes dos Magistrados que realizam teletrabalho; (iv) pedidos de compensações de plantão, cursos e demais ausências; (v) pedidos de ausência para participar de curso, seminário ou evento jurídico destinado à capacitação, para ministrar aula, curso ou palestra, consulta médica ou exames clínicos, reunião de associação de classe e outras; (vi) acompanhamento dos pedidos de autorização para juízes residirem fora da Sede da Subseção Judiciária de lotação; (vii) cadastro e atualização dos endereços e telefones residenciais dos Juízes Federais Titulares e Substitutos; (viii) pesquisas junto aos demais Tribunais Regionais Federais, Tribunais Superiores, Conselho da Justiça Federal e Conselho Nacional de Justiça; (ix) interface do Conselho do TRF da 3ª Região e da Escola da Magistratura com a Corregedoria Regional, no que concerne aos pedidos relacionados ao RH Magistrados; e (x) submeter os pedidos de alteração de férias de Juízes à aprovação do Corregedor-Regional, bem como a respectiva escala anual.

Na entrevista, a equipe informou que o gerenciamento de férias, afastamentos, licenças e regime de teletrabalho de magistrados está concentrado na Divisão de Assuntos da Magistratura – DMAG, órgão vinculado à Presidência do TRF3, que, após processar a tramitação dos pedidos, submete-os à apreciação do Corregedor. Os requerimentos de afastamentos e licenças acima de 30 dias e sem prejuízo da jurisdição são submetidos ao Corregedor para parecer e são apreciados pelo Órgão Especial. Em entrevista, informou-se que, por ora, não tramitam processos de vitaliciamento.

A equipe da Corregedoria participou das seguintes comissões, comitês e grupos: (i) Comitê Gestor de Processos de Trabalho, conforme SEI 0007268-73.2022.4.03.8000 e 0030155-51.2022.4.03.8000; (ii) GTTs - Grupos Temáticos de Trabalho, conforme SEI 0014396-47.2022.4.03.8000; (iii) Grupo de Suporte à Jurisdição - GSJ-CORE na 5ª Vara Federal de Campo Grande/MS, conforme SEI 0317712-29.2021.4.03.8000; (iv) Comitê Central de Macrogestão e Coordenação da Justiça Restaurativa da 3ª Região (CMCJ-3R), conforme SEI 0037510-83.2020.4.03.8000; (v) Comitê de Gestão de Conteúdo da Internet e Intranet da 3ª Região (COGENET), conforme SEI 0276411-05.2021.4.03.8000; (vi) Comissão Regional de Aprimoramento de Gestão de Bens Apreendidos (CORAGEB), conforme SEI 0020215-33.2020.4.03.8000; (vii) Comissão de Desburocratização e Dinamização Procedimental, conforme SEI 0020985-26.2020.4.03.8000; (viii) Fórum Interinstitucional Previdenciário, conforme SEI 0041672-24.2020.4.03.8000, e 0003991-49.2022.4.03.8000; (ix) Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPD, conforme Portaria PRES 2871; (x) Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade; (xi) Comitê Orçamentário de Segundo Grau; (xii) Comitê de Estatística e de Pesquisas Judiciárias, conforme Portaria PRES 2782; e (xiii) Comitê Multidisciplinar de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação – COMIT, conforme Portaria PRES 2782.

A fim de buscar qualidade e produtividade na prestação jurisdicional, a equipe informa adotar visão cooperativa e não apenas fiscalizatória e sancionatória, e sim aliada aos magistrados e servidores da Justiça Federal da 3ª Região. Apontaram-se como principais objetivos da atual gestão: (i) cumprimento das metas e diretrizes estratégicas nacionais das Corregedorias, fixadas pelo CNJ; (ii) apoio às unidades judiciárias em relação à organização cartorária, à distribuição de tarefas entre os servidores, à aplicação de boas práticas, à utilização adequada das ferramentas dos sistemas eletrônicos no andamento processual e de tudo mais que for necessário para promover substancial melhoria dos serviços judiciários; (iii) promoção, desenvolvimento e disseminação de instrumentos de governança na Justiça Federal da 3ª Região; (iv) acompanhamento e fiscalização das unidades judiciárias, especialmente em relação ao seu funcionamento e ao atendimento das metas e diretrizes do CNJ; (v) troca de experiências no uso dos sistemas, em especial o PJe1G e o Painel B.I.; (vi) expansão do PJeCor, sistema informatizado único para todas as corregedorias, que tem por objetivo unificar e padronizar a tramitação dos procedimentos administrativos, garantindo maior eficiência, transparência e economia na atuação dos órgãos correccionais; (vii)

continuidade do projeto de “Mapeamento dos Processos de Trabalho”, previsto nos artigos 185 a 190 do Provimento CORE n. 1/2020, para promover a identificação e padronização de tarefas rotineiras nas unidades, reduzindo repetições desnecessárias e custos no processo de trabalho; (viii) ampliação do diálogo e estreitamento de vínculos entre as unidades da Justiça Federal da 3ª Região e a Corregedoria Regional; (ix) atuação simplificada no atendimento às partes e advogados, com redução da burocracia, visando à obtenção de soluções efetivas para os problemas trazidos a conhecimento da CORE e evitando a instauração de procedimentos administrativos desnecessários; (x) acompanhamento dos processos de promoção de Juízes Federais a Desembargadores Federais; (xi) atendimento célere, adequado e eficaz aos magistrados nas demandas relativas a alguns tipos de afastamentos, pedidos de trabalho remoto e residência fora da subseção judiciária; e (xii) atualização constante das normas expedidas pela CORE.

A unidade relatou que foram atualizados o Provimento n. 01/2020 da Corregedoria, visando ao melhor acompanhamento das prescrições criminais com disponibilização de planilha de auxílio para cálculo, e o Manual de Orientações da Corregedoria-Regional, com recomendações sobre gestão de acervo. A Corregedoria ainda atuou na criação da Central de Custódias da Subseção de Guarulhos, a ser replicada futuramente em outras Subseções da 3ª Região.

Por fim, a equipe ainda enumerou série de realizações durante a gestão, dentre elas destacam-se: (i) proposta à Presidência do TRF3 para atribuição ao Centro Local de Inteligência - CLISP do acompanhamento e proposição de medidas de monitoramento e combate à Litigância Predatória; (ii) acompanhamento junto aos magistrados quanto à adesão à Recomendação n. 16 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal (Vícios de Construção no Minha Casa Minha Vida); (iii) expedição de recomendação ao Juizado Especial Federal de São Paulo voltada ao aumento da transparência na forma de designação de peritos, com implantação de ferramenta de controle de eventual incompatibilidade de peritos em determinados processos; (iv) desenvolvimento de Termo de Cooperação entre o TRF3 e a Universidade de São Paulo, visando ao desenvolvimento de cooperação técnica acadêmica, inclusive para realização atividades de atendimento à população vulnerável; (v) organização e realização, juntamente com a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo, da Semana Nacional de Identificação Civil – REGISTRE-SE; (vi) aprimoramento dos dados estatísticos do TRF3, com inclusão de informações referentes ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU e adoção plena de dados disponíveis nos painéis de BI fornecidos pelo Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados (DEGE), unificando-se a fonte de informações; (vii) participação na transposição do Setor de Estatística da Corregedoria para a Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados (DEGE) do TRF3, com cessão de servidores; (viii) expansão, em conjunto com as áreas técnicas do TRF3, do sistema PJeCor, conforme determinado no Provimento CNJ n. 130/2022, cabendo à Corregedoria-Regional a edição do ato normativo correlato (Provimento n. CORE 3/2022); (ix) expansão do sistema de “Mapeamento de Processos de Trabalho”, conforme o

Provimento CORE n. 01/2020; e (x) implantação de comunicação institucional com magistrados através do WhatsApp CORE, com divulgação de eventos, orientações e normas da Corregedoria de forma rápida e eficaz, em continuidade à prática implantada durante a gestão da Desembargadora Federal Marisa Santos.

15. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir a recomendação do item 13; e
- b) manter o bom plano de trabalho pretendido pelo Desembargador Corregedor para a correção de todas as unidades judiciais da Justiça Federal da 3ª Região, além de continuar o método de trabalho e as boas práticas da equipe, digno de elogio.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Nelton dos Santos.

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Membro da 1ª Seção e da 1ª Turma do TRF/3ª Região. Suplente do Órgão Especial. Membro da Comissão de Regimento Interno.

1.3 Tempo de exercício na unidade

6 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Antonio Ramirez Lopes (chefe de gabinete) - técnico judiciário

2.2 Quadro de Pessoal

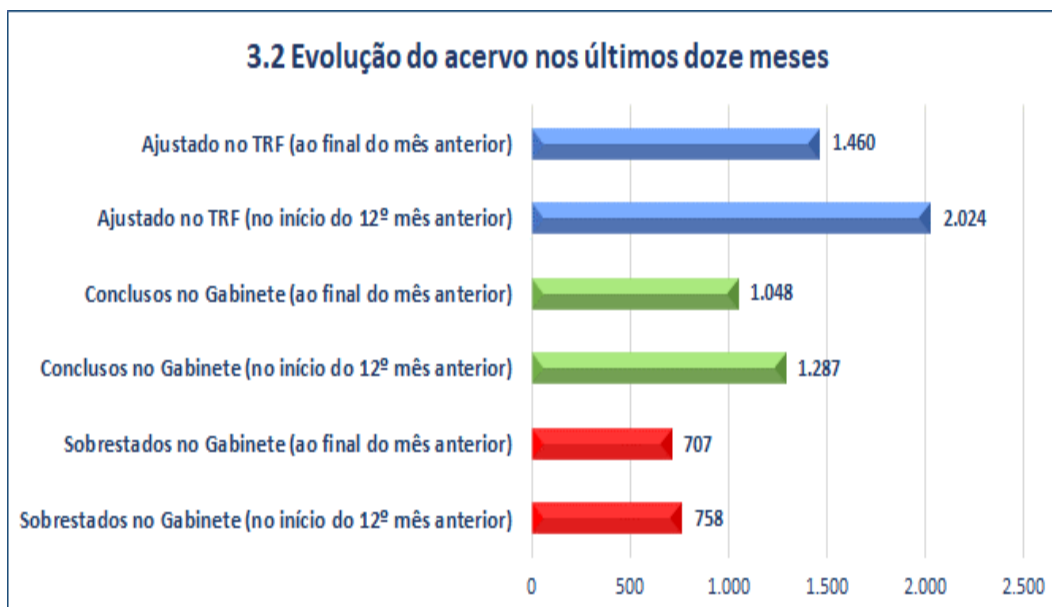
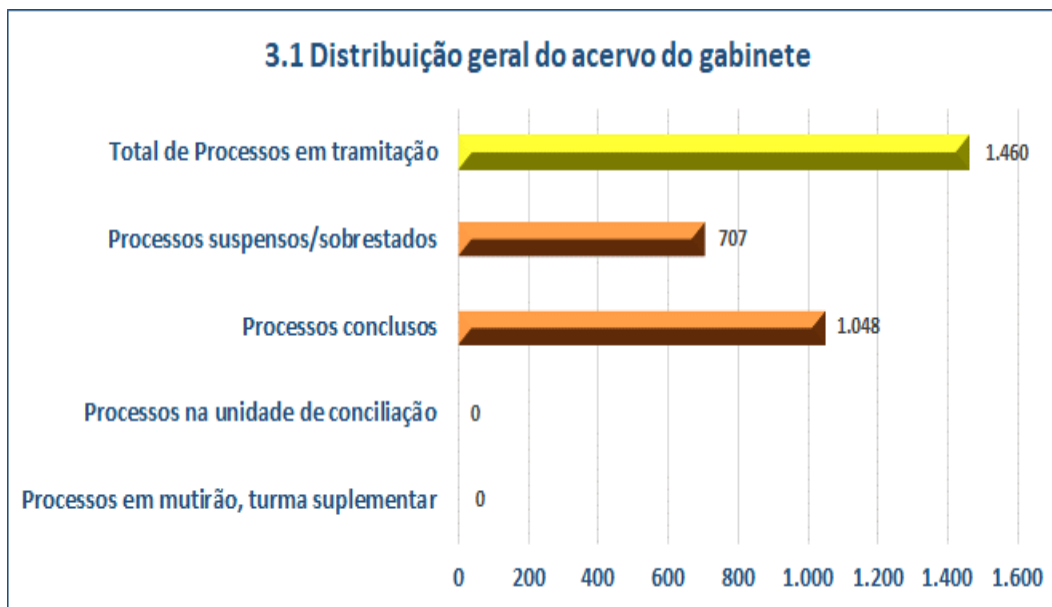
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7
FC-6	0
FC-5	0

FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



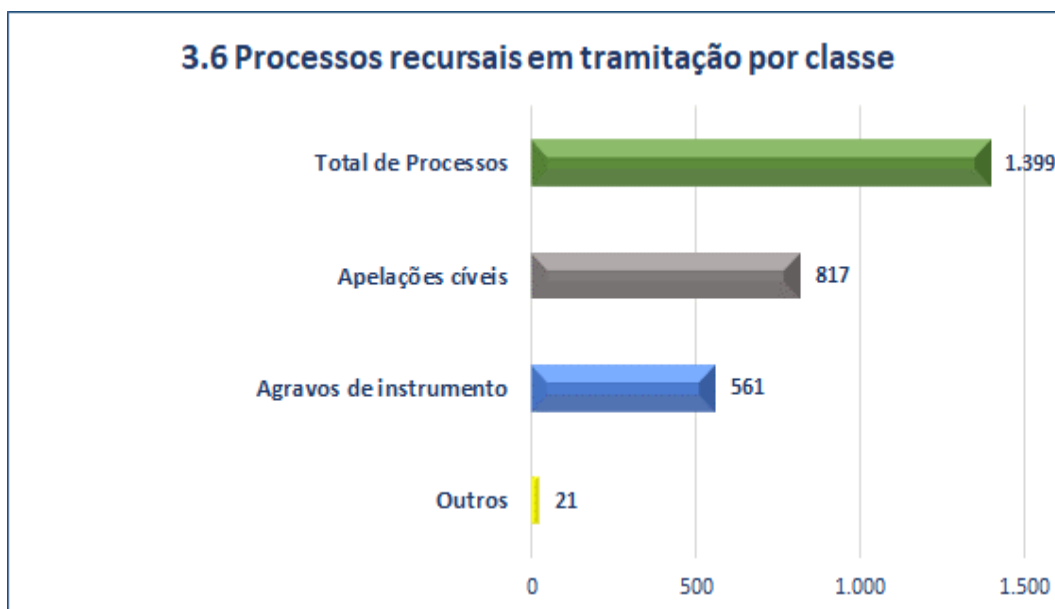
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
--	-----

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete
--	--

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	59
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	16
Reclamações	1
Ações rescisórias	23
Outros	16

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.399
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	200
Outros	1.196



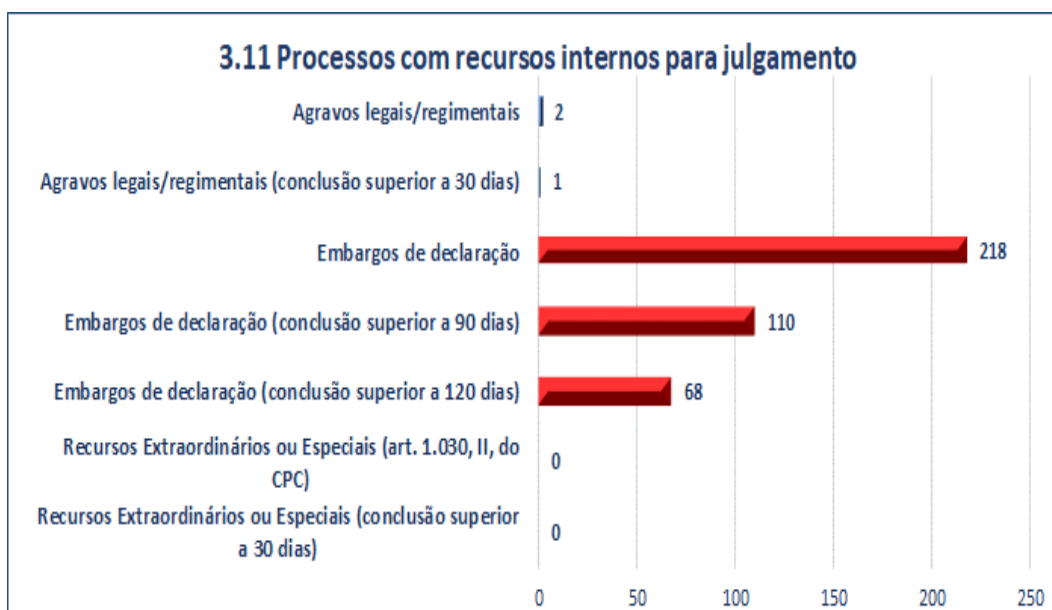
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões criminais	0
Outros	0

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em Habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	0
---------------	---

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

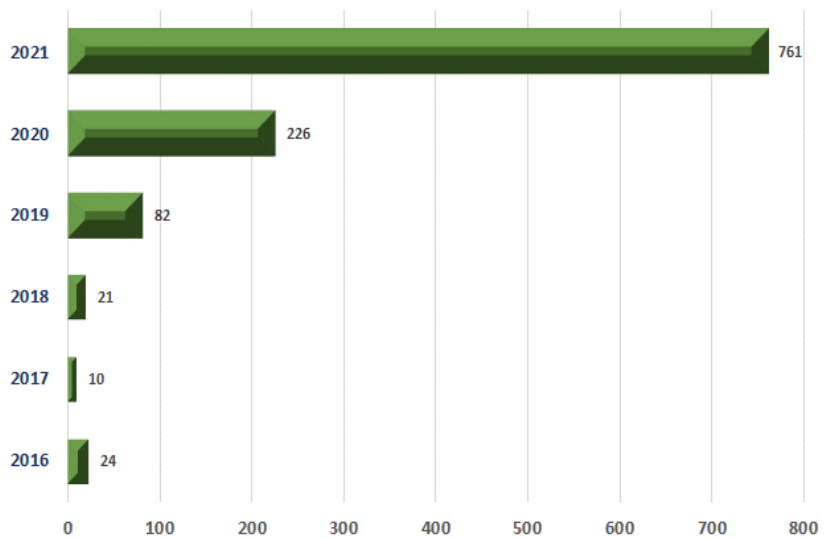


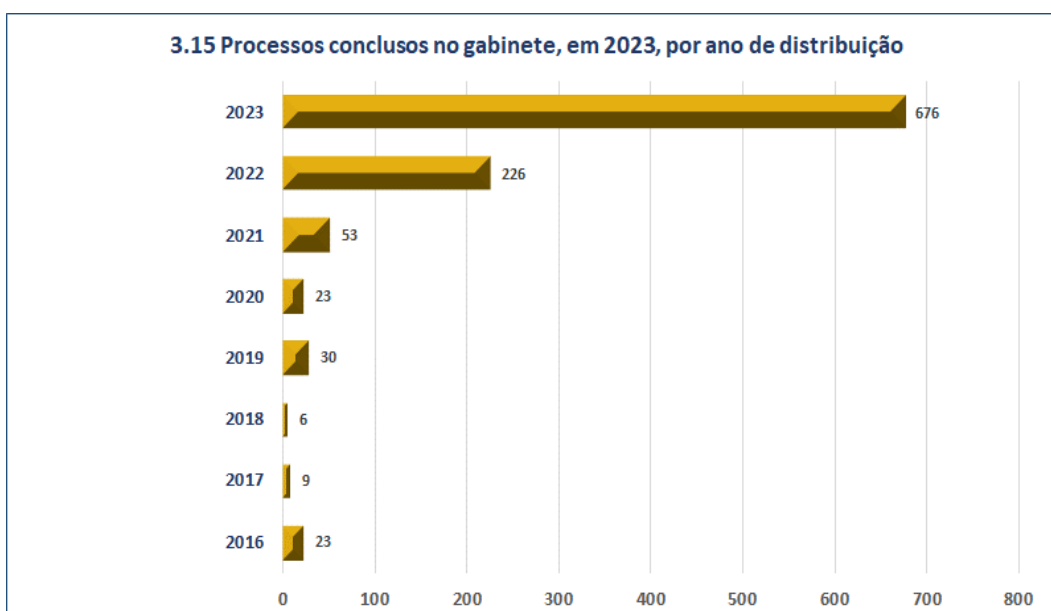
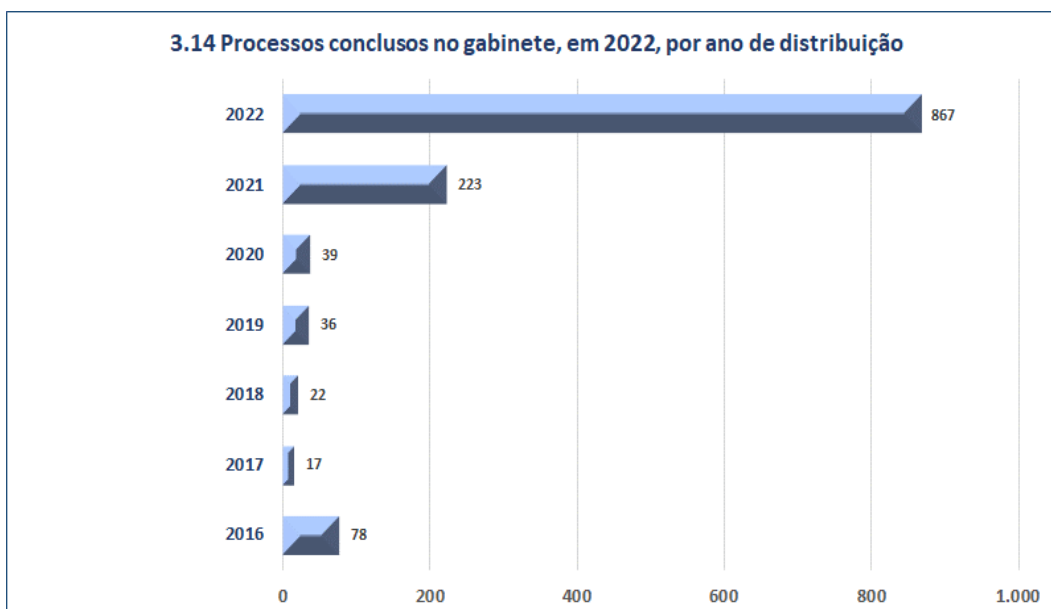
Nota: (Obs: de acordo com o painel do PJe do gabinete atualmente constam 55 embargos de declaração pendentes de inclusão em pauta)

3.12 Processos com tutela provisória

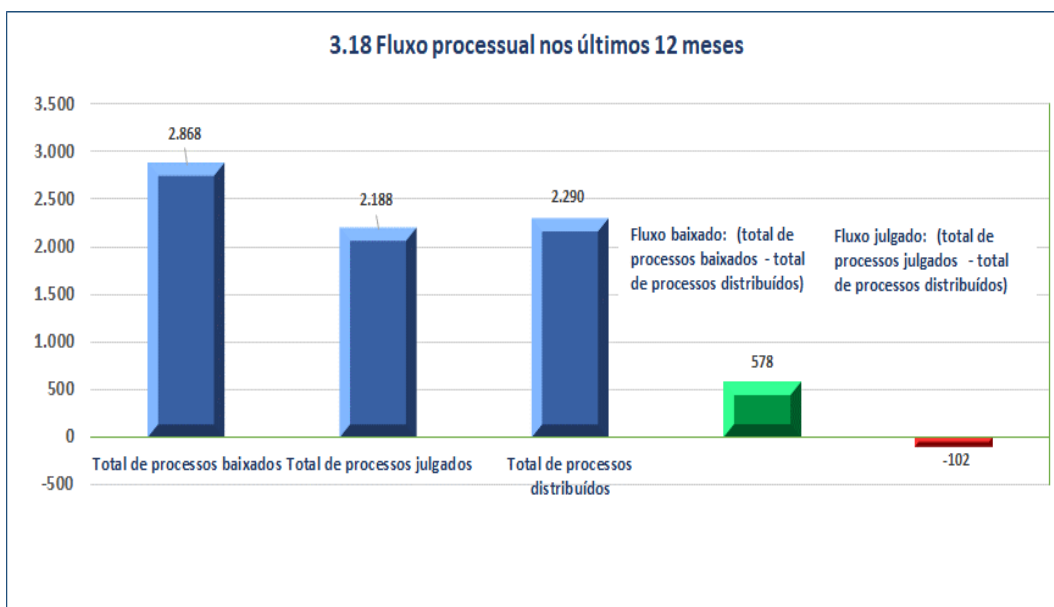
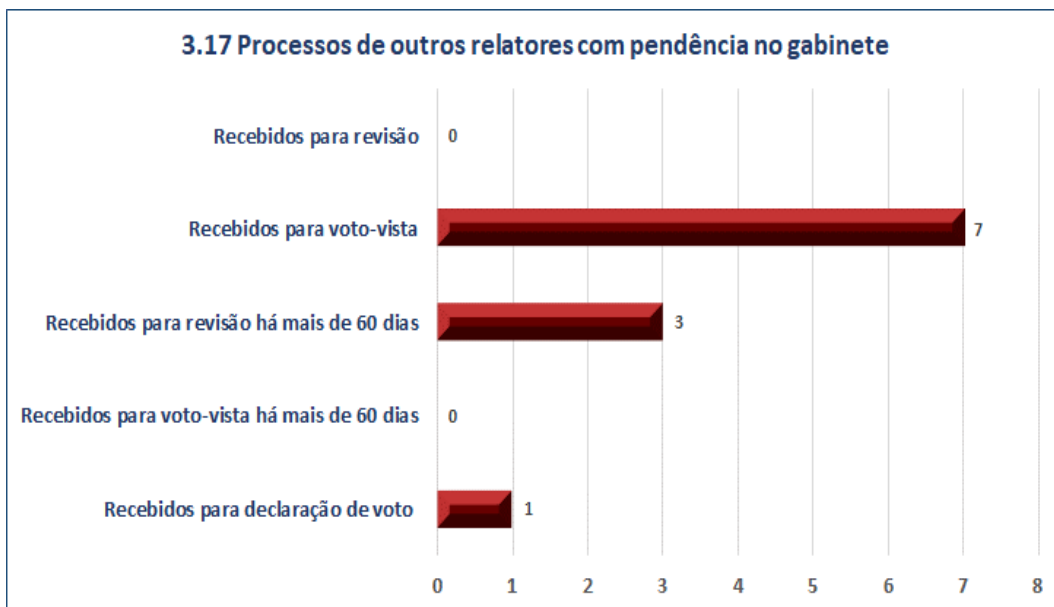


3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição

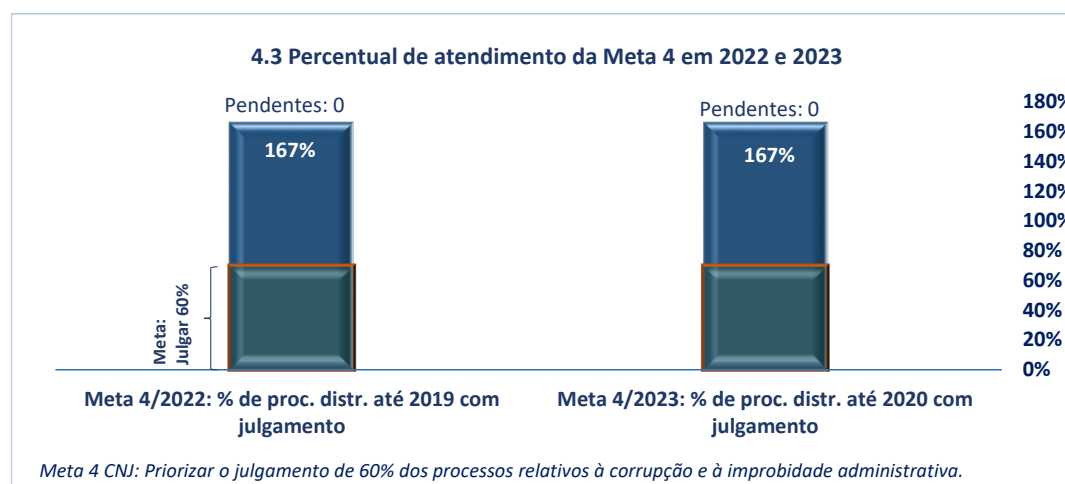
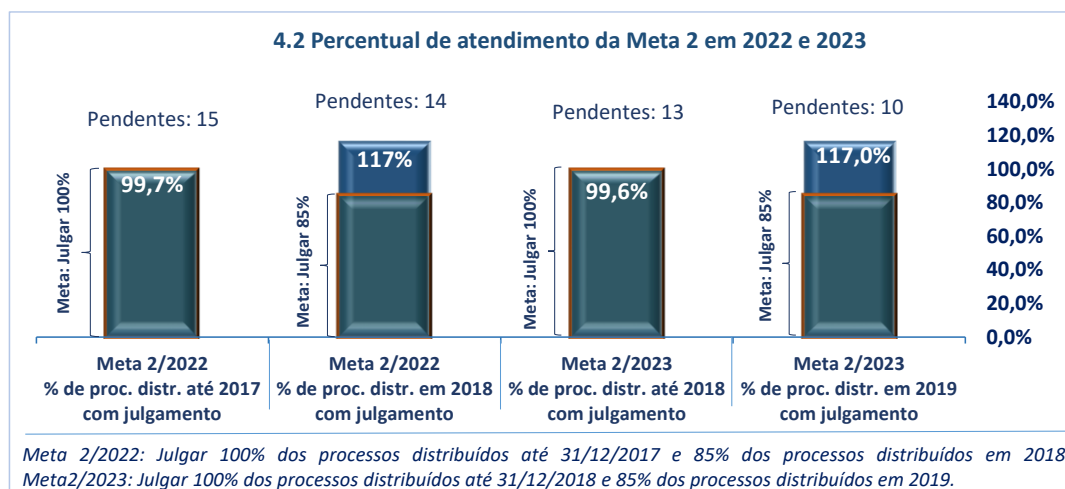
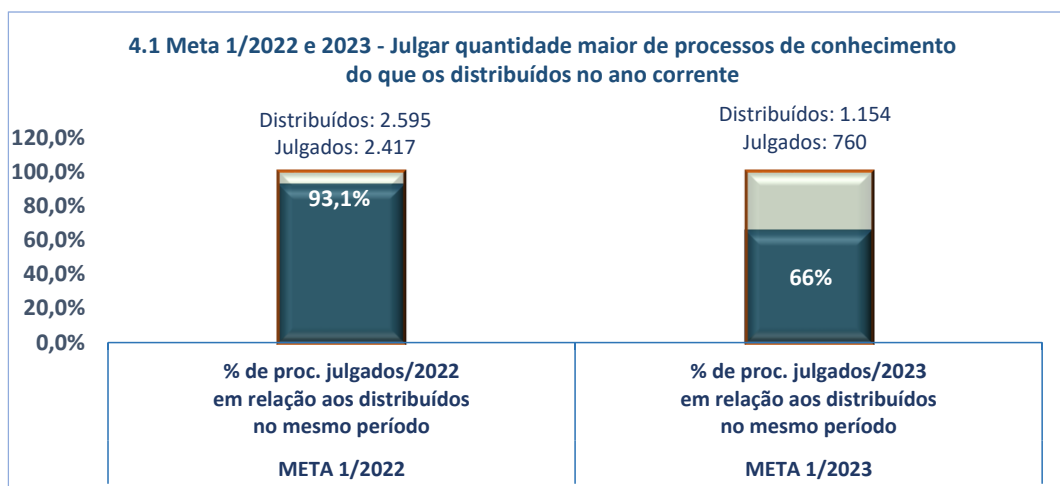


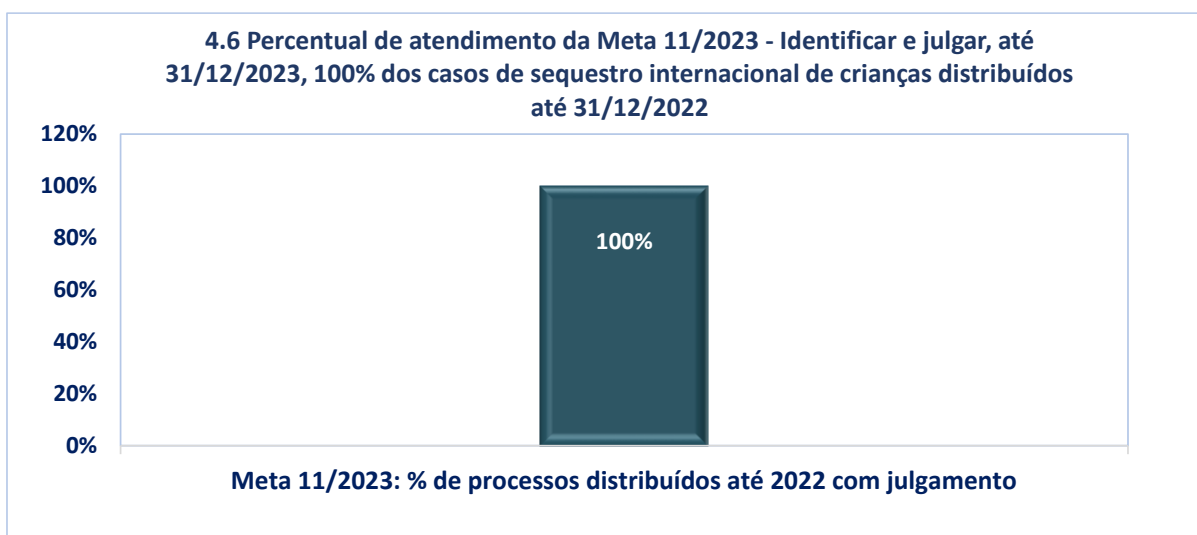
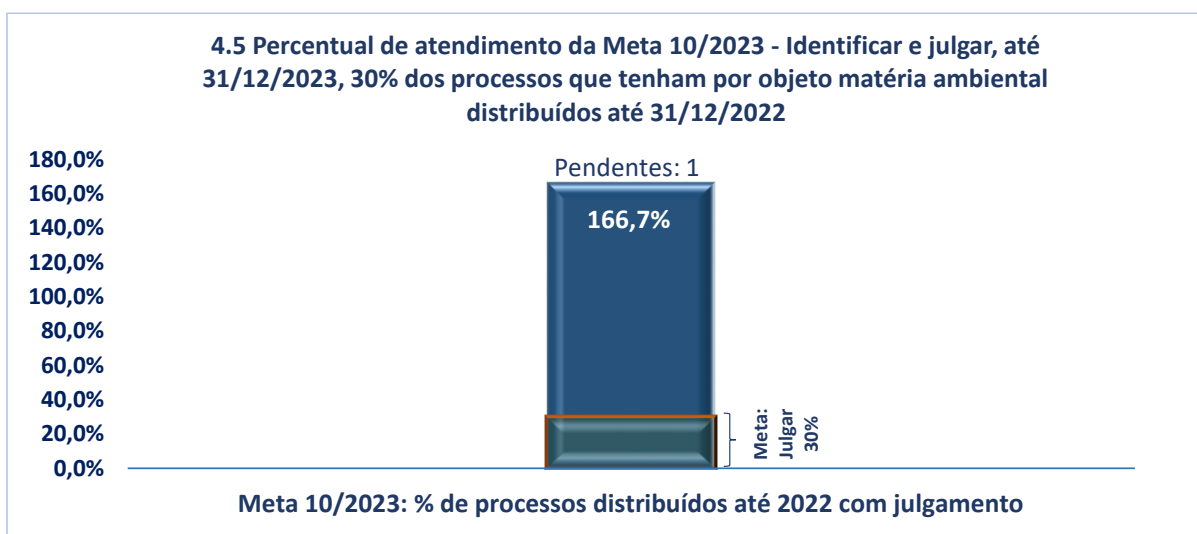
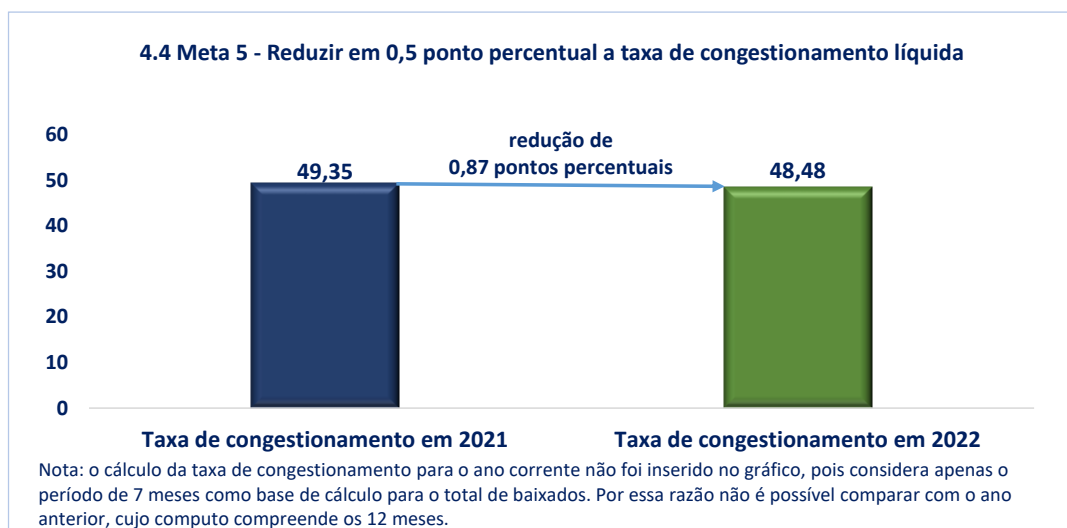


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	14
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	7
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0



4. METAS





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Todos os feitos afetados por determinação de sobrestamento, emitidas pelos Tribunais Superiores são despachados, etiquetados no sistema PJe e remetidos à Subsecretaria das Turmas, onde permanecem até o levantamento do sobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Como boas práticas podemos destacar: 1 - a iniciativa do Desembargador, com expressiva adesão dos servidores, de realizar encontros quinzenais na Emag (Escola de Magistrados), fora do horário de expediente, nos quais ele ministra aulas de processo civil, atualmente suspensas por conta das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, mas já em projeto de retorno, desta vez no formato virtual, por meio da plataforma Teams; 2 - a possibilidade de atendimento virtual aos advogados, para aqueles que assim o desejarem, realizado pelo magistrado, por meio da plataforma Teams, previamente agendado. Tal prática oportunizou o atendimento de mais de quatro centenas de advogados, das mais diversas regiões do país, desde março de 2020.

5.4 Dificuldades

As maiores dificuldades enfrentadas atualmente estão relacionadas, sobretudo, a extensos períodos que este Gabinete tem experimentado com sua lotação incompleta. Some-se a isso, também, o elevado número de licenças concedidas aos servidores nos últimos meses. Quanto à defasagem do quadro, vale ressaltar que apenas recentemente este Gabinete logrou êxito em lotar um servidor. Porém, é importante consignar que, nesse aspecto, tal lotação apenas atenua o problema. No que diz respeito às licenças, importante destacar que, nos últimos 12 meses, houve a concessão de duas licenças maternidade (uma ainda em curso), além da significativa quantidade de licenças médicas concedidas, que, somadas, chegam aproximadamente ao expressivo número de 23 meses de afastamento no conjunto dos servidores em um período de 18 meses.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Todos os planos de teletrabalho aprovados neste gabinete foram elaborados nos termos da Resolução n. 481 do Conselho Nacional de Justiça e da Resolução n. 514 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

No que diz respeito à Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, frise-se que esta Corte possui um Gabinete de Conciliação, que é a unidade responsável especificamente pela solução de processos em que há interesse manifestado das partes na composição. Ocorrendo nos autos a manifestação de interesse, os autos são remetidos ao Gabinete de Conciliação para processamento. Independentemente de manifestação das partes, verificando o Desembargador a viabilidade da solução consensual, o feito é remetido ao Gabinete de Conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5002400-38.2018.4.03.6114	3/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5004859-84.2020.4.03.6100	13/10/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
0012080-92.2009.4.03.6100	27/8/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: feito de relatoria da Des. Fed. Giselle França.		
5011924-33.2020.4.03.6100	14/3/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5002162-88.2019.4.03.6112	10/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
0079127-60.2003.4.03.0000	18/12/2003	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito na Vice-Presidência para apreciação de Recurso Especial.		
5005705-20.2019.4.03.6106	8/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5005304-40.2018.4.03.0000	19/3/2018	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: feito de relatoria do Des. Fed. Wilson Zauhy.		
0003944-06.2015.4.03.6130	22/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5001404-26.2017.4.03.6130	15/7/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta de julgamento de 10/10/2023.		
0000331-03.2017.4.03.6002	2/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5016214-62.2018.4.03.6100	14/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 24/8/2023.		
5024644-03.2018.4.03.6100	9/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 24/8/2023.		
5012690-57.2018.4.03.6100	1º/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 24/8/2023.		
5022392-86.2021.4.03.0000	24/9/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 16/8/2023.		
0012582-94.2010.4.03.6100	7/8/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
0002607-07.2013.4.03.6112	20/10/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
0007925-94.2010.4.03.6105	5/9/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: feito afetado por determinação de sobrestamento, emitida por Tribunais Superiores - Tema 985.		
0016184-35.2006.4.03.6100	4/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: feito na Vice-Presidência para apreciação de Recurso Especial.		
0000572-94.2019.4.03.6102	6/12/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5025205-52.2022.4.03.0000	16/9/2022	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
0007128-28.2009.4.03.6114	23/09/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito afetado por determinação de sobrestamento, emitida por Tribunais Superiores - Tema 985.		
0009937-39.2010.4.03.6119	12/12/2011	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: feito afetado por determinação de sobrestamento, emitida por Tribunais Superiores - Tema 985.		
0063385-24.2005.4.03.0000	22/8/2005	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 3/8/2023.		
5026719-44.2020.4.03.6100	13/7/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5002499-06.2017.4.03.6126	1º/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
5027469-76.2021.4.03.0000	4/11/2021	Conflito de competência cível
Observação/Providência: feito de relatoria do Des. Fed. Ali Mazloum.		
0014425-27.2011.4.03.0000	24/1/2012	Cautelar Inominada
Observação/Providência: feito julgado em 12/7/2011 e arquivado definitivamente. Determinação para a devida regularização da baixa no sistema.		
0093290-06.2007.4.03.0000	9/9/2014	Impugnação ao Valor da Causa Cível
Observação/Providência: feito arquivado definitivamente em 5/8/2021. Determinação para a devida regularização no sistema.		
5009979-70.2023.4.03.0000	14/4/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: feito decidido em 24/4/2023. Aguarda decurso de prazo para arquivamento.		
5013069-23.2022.4.03.0000	19/5/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: voto-vista será apresentado na sessão da 1ª Seção em 5/10/2023.		
5007673-31.2023.4.03.0000	22/3/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: em elaboração de relatório, voto e ementa. Determinação para inclusão em pauta em 60 dias.		
0017520-65.2011.4.03.0000	13/6/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: despachado em 30/8/2023, determinando-se a devida regularização do sigilo no sistema de acompanhamento de processos e o seu retorno ao arquivo.		
0030803-97.2015.4.03.6182	13/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta de julgamento de 26/10/2023 pelo Relator originário.		
0001371-67.2015.4.03.6106	11/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta de julgamento de 26/10/2023 pelo Relator originário.		
0000346-38.2019.4.03.9999	13/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: feito julgado em 3/8/2023.		
5000317-74.2021.4.03.6007	12/12/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023.		

5006721-47.2021.4.03.6103	26/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 15/8/2023.		
0002991-35.2015.4.03.6100	24/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: efetuada a lavratura do acórdão pelo relator originário em 31/8/2023.		
5015771-39.2022.4.03.0000	14/6/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito de relatoria da Des. Fed. Giselle França.		
5008119-77.2017.4.03.6100	22/6/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta de julgamento de 26/10/2023.		
0006309-67.2013.4.03.6109	1º/6/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: feito julgado na sessão de 3/8/2023.		
5000167-41.2022.4.03.6110	5/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: feito extinto, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil, em 30/8/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 45 processos selecionados, 44 são eletrônicos e 1 é físico (0017520-65.2011.4.03.0000, já arquivado).

Não foram inspecionados os processos 5027469-76.2021.4.03.0000 e 5000775-64.2017.4.03.6126, por estarem sob relatoria de outros desembargadores.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

0014425-27.2011.4.03.0000

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000572-94.2019.4.03.6102	5002162-88.2019.4.03.6112	5007673-31.2023.4.03.0000
5022392-86.2021.4.03.0000		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0003944-06.2015.4.03.6130	0012582-94.2010.4.03.6100	5002499-06.2017.4.03.6126
---------------------------	---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida no dia 17/10/2023 na unidade inspecionada pelo Desembargador Nelton dos Santos e pelos servidores Antônio Ramirez Lopes, João Nunes Sobrinho e Beatriz Helena Rodela Silva.

O gabinete em inspeção integra a 1ª Turma da Corte (1ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do TRF3, abrange o processamento e julgamento das seguintes matérias: “1) Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do

tempo de Serviço (FGTS); 2) Matéria de Direito Privado: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; 3) matéria trabalhista de competência residual; 4) propriedade industrial; 5) registros públicos; 6) servidores civis e militares; e 7) desapropriações e apossamentos administrativos” (art. 10, parag. 1º, da emenda Regimental n. 13, do TRF3).

A equipe do Desembargador Federal Nelson dos Santos assumiu o acervo atual em 23/2/2023.

Nos últimos doze meses, verifica-se uma evolução regressiva do acervo de processos, sendo de 2.024 processos com tramitação no início do 12º mês anterior ao da inspeção, e de 1.460 ao final do mês anterior.

Em relação à força de trabalho, relatou-se o extenso período em que o gabinete se encontrou com lotação incompleta, bem como o elevado número de licenças concedidas aos servidores nos últimos meses. Mesmo com o suprimento do quadro de servidores (14 efetivos), foi necessário ceder um agente de segurança e dois servidores da área judiciária.

Ressaltou-se que duas servidoras estiveram em licença maternidade dentro do período de um ano. De outro lado, foi destacada a significativa quantidade de licenças médicas concedidas, chegando a “23 meses de afastamento no conjunto dos servidores em um período de 18 meses”. Foi observado que os problemas médicos dos servidores foram em grande parte psicológicos em decorrência da pandemia da Covid-19 e do impacto sentido com o retorno ao trabalho presencial, já que muitos servidores já estavam habituados ao teletrabalho.

Há servidores em regime de teletrabalho, sendo observado o percentual e a meta de produtividade estabelecidos na Resolução n. 481/CNJ.

São apontadas, portanto, como dificuldades, o reduzido quadro de servidores e as regras do teletrabalho, tidas como muito rígidas. Apresentou-se como demanda, assim, a sua flexibilização, já que a unidade afirma que o teletrabalho sempre funcionou muito bem.

No entanto, apesar das dificuldades, é relatado que o gabinete vem logrando baixar o acervo, com uma produtividade satisfatória. De toda forma, é narrada a preocupação com uma prestação jurisdicional de qualidade e efetiva, com respeito ao jurisdicionado.

O gabinete possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional.

O resultado dos esforços da equipe da unidade em inspeção se revela no tempo médio de tramitação dos processos no gabinete até o primeiro julgamento. De acordo

com os dados estatísticos, o tempo é de 7 meses, abaixo da média da 1ª Turma, que possui uma média de 22 meses.

Quanto às metas do CNJ para os anos de 2022 e 2023 (parciais), afetas diretamente a incrementos quantitativos e qualitativos do estoque processual de cumprimento cotejado no questionário prévio, verificou-se o seguinte desempenho da unidade:

- (i) Meta CNJ 1/2023: 66% de cumprimento (760 processos julgados para 1.154 processos distribuídos);
- (ii) Meta CNJ 2/2023: 99,6% de cumprimento para a faixa de julgamentos dos processos distribuídos até 2018 (meta de 100% de julgamento) e de 117% para os processos distribuídos em 2019 (meta de 85% de julgamento).
- (iii) Meta CNJ 4/2023: 167% de cumprimento quanto a priorização do julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (meta de 70% de julgamento).
- (iv) Meta CNJ 5/2023: Redução de 0,87 pontos percentuais quanto à taxa de congestionamento líquida dos processos entre 2021 e 2022 (meta é a redução de 0,5 ponto percentual);
- (v) Meta CNJ 10/2023: 166,7% de cumprimento quanto ao julgamento dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022.

11. OBSERVAÇÕES

Deve-se inicialmente destacar que o Desembargador Federal Nelton dos Santos assumiu o Gabinete da 1ª Turma em 23/2/2023, de forma a não ser possível atribuir os resultados consignados no presente relatório unicamente à sua atuação.

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 1.018 para 1.048.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.287 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.048.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 362, na última inspeção, para 218, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete, considerando os dados disponibilizados pelo CJF relativamente ao quantitativo de feitos julgados (1º julgamento) no período de 10/2021 a 9/2023. Afinal, nos 13 a 24 meses anteriores à inspeção, foram julgados 2.499 feitos; e nos últimos doze meses, foram julgados 1.839. Relevante observar, no entanto, conforme já salientado acima, que o Desembargador Federal Nelton dos Santos assumiu o Gabinete da 1ª Turma em 23/2/2023. Assim, além de não ser possível atribuir os resultados consignados no presente relatório unicamente à sua atuação, o gabinete

necessitou de um período para se familiarizar com o acervo e as respectivas matérias, além da necessária triagem de processos. Tais procedimentos evidentemente resultam em uma inevitável queda inicial de julgamentos.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 7 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

Registre-se, finalmente, que as recomendações específicas na inspeção anterior foram cumpridas, não havendo pendências de saneamento neste aspecto, devendo ser observado que os autos n. 5018398-54.2019.4.03.6100 foram redistribuídos para a relatoria de outro Desembargador Federal em 6/3/2023.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 9;

b) acompanhar a evolução da situação de saúde dos servidores que apresentaram sequelas psicológicas relacionadas à Covid-19 e ao retorno ao trabalho presencial, sempre verificando a possibilidade de envolvimento da área de saúde do Tribunal se a providência se mostrar necessária;

c) manter as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade, dignos de elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Muta

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Membro do Órgão Especial, da 1ª Seção e da 1ª Turma do TRF/3ª Região.

1.3 Tempo de exercício na unidade

Por ato da Presidência do TRF/3ª Região (Ato PRES n. 4685/2023), o Desembargador Federal Carlos Muta passou a integrar a 1ª Seção e a 1ª Turma (Gabinete 03), a partir de 14 de abril de 2023.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Assessora I - Marta Fernandes Marinho Curia;
Chefe de Gabinete - Salaheddin Hussein Hassan; e
Assessora II - Vanilda Aparecida Terra

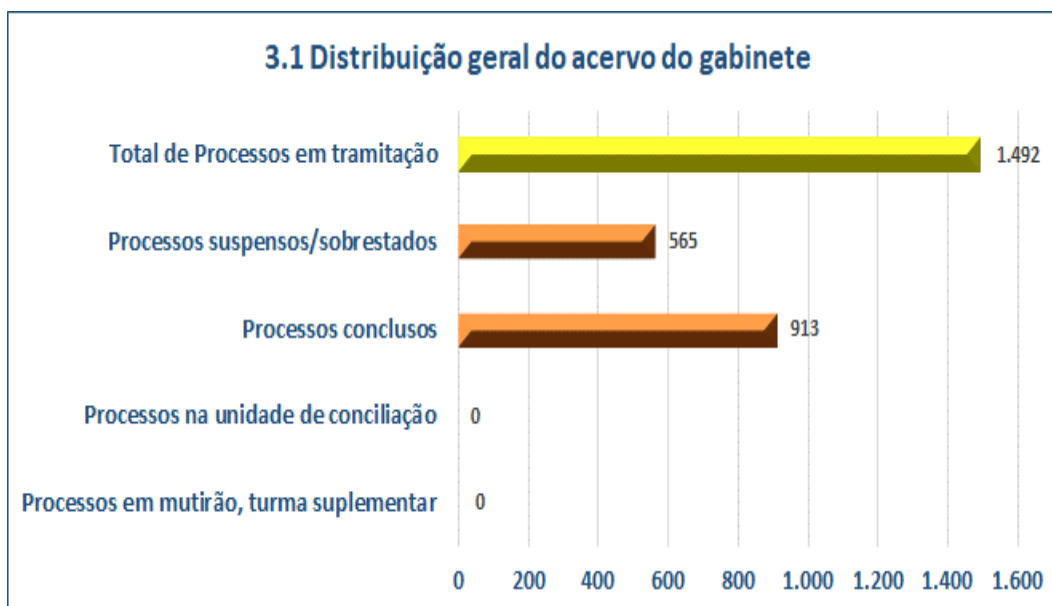
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	15 servidores efetivos assim distribuídos: 6 analistas judiciários; 8 técnicos judiciários e 1 técnico judiciário - agente de polícia judicial
Estagiários	3 estagiários de nível superior (1 vaga em aberto)

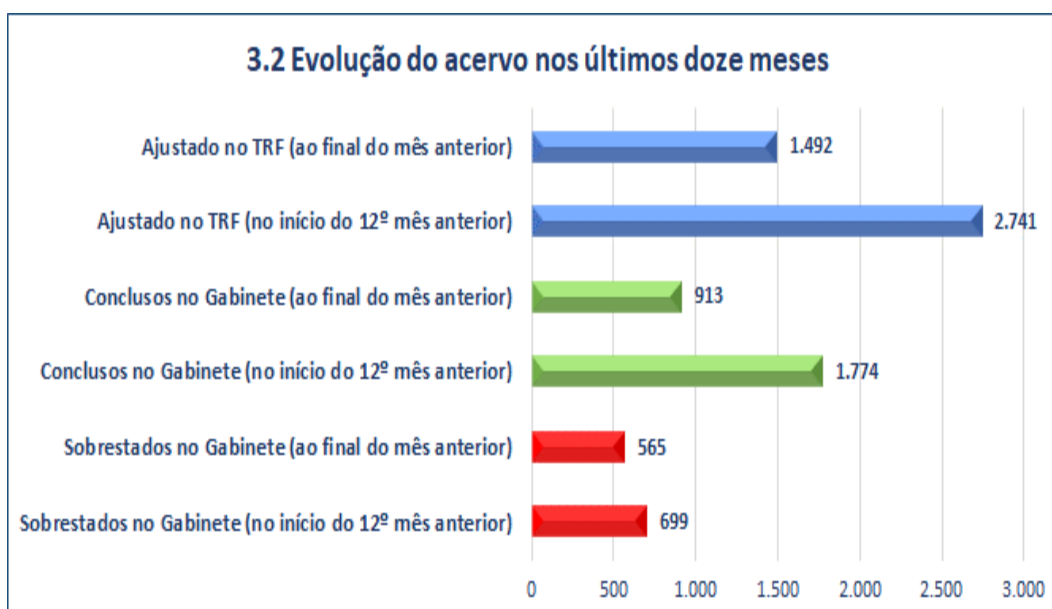
2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Marta Fernandes Marinho Curia
CJ-2	Salaheddin Hussein Hassan
CJ-1	Vanilda Aparecida Terra
FC-4	Antonio Carlos Paulik; Elcio Tsutomu Suzuki; Maurício Eduardo Lopes Ferrero e Paulo José Saffioti Junior
FC-3	Fábio Bordin de Sales; Juliana Chan Tcheou; Haydee Puntschart; Paulo Cesar Teixeira; Renato Nunes Rodrigues de Freitas; Rodrigo Otavio Ocanha de Almeida Carride e Wesley dos Santos

3. DADOS ESTATÍSTICOS



Nota: (processos 0000760-78.2014.403.6000; 0014701-27.2016.403.6000 e 0000577-39.2016.403.6000) remetidos em maio/2023 para o Gabinete da Conciliação; dados do acervo em 31/7/2023.



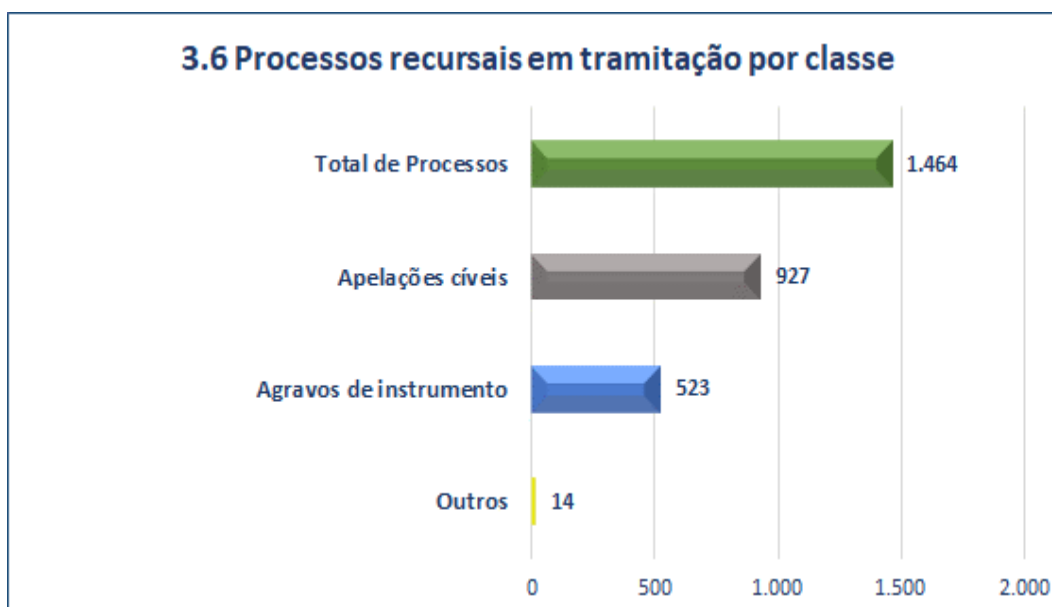
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	28 (inclui processos já com primeiro julgamento)
Mandados de segurança	zero
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Conflitos de competência	4 (CC's 5004464-54.2023.403.0000 e 5018805-85.202.403.0000 arquivados com trânsito em julgado - mês de referência: agosto/2023)
Reclamações	2 (reclamação 5012913-98.2023.403.00 redistribuída ao gabinete 41 - Resolução PRES 578/2023; e reclamação 50132208-62.2022.403.0000 incluída em pauta de 26 de setembro de 2023)
Ações rescisórias	10 (inclui processos já com primeiro julgamento ou aguardando prazo em secretaria)
Outros	12

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.464
Recursos em mandados de segurança coletivos	3 (processo 5020960-70.2018.403.6100 - remetido com trânsito em julgado para a Vara de origem; processo 5002386-02.2020.403.6141 - incluído na pauta de 12/setembro/2023 e processo 0011873-32.2010.403.6109 - sobrestado pelo Tema 985/STF em 14/agosto/2023)
Recursos em ações populares	zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	zero
Recursos em ações civis públicas	2 (processo 5029509-69.2018.403.6100 - incluído na pauta de 12/setembro/2023 - quórum ampliado do artigo 942 CPC e processo 5000240-62.2018.403.6119 - incluído na pauta de 24/outubro/2023)
Recursos em ações de desapropriação	4 (processo 0013730-34.2015.403.0000 - remetido para Vice-Presidência em 4/agosto/2023, após emissão de Juízo de Retratação pelo colegiado; processo 0000475-48.2007.403.6124 - incluído na

	pauta de 12/setembro/2023 - quórum ampliado do artigo 942 CPC; processo 0013820-57.1987.403.6100 - acórdão publicado em 5/setembro/2023 e processo 0006821-46.2010.403.6112 - acórdão publicado em 5/setembro/2023)
Recursos em ações com preferência legal	179
Outros	1.276



3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	zero
Revisões criminais	zero
Outros	zero

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	zero
Apelações	zero
Recursos em sentido estrito	zero
Recursos em habeas corpus	zero

Recursos em mandado de segurança	zero
Embargos infringentes e de nulidade	zero
Outros	zero

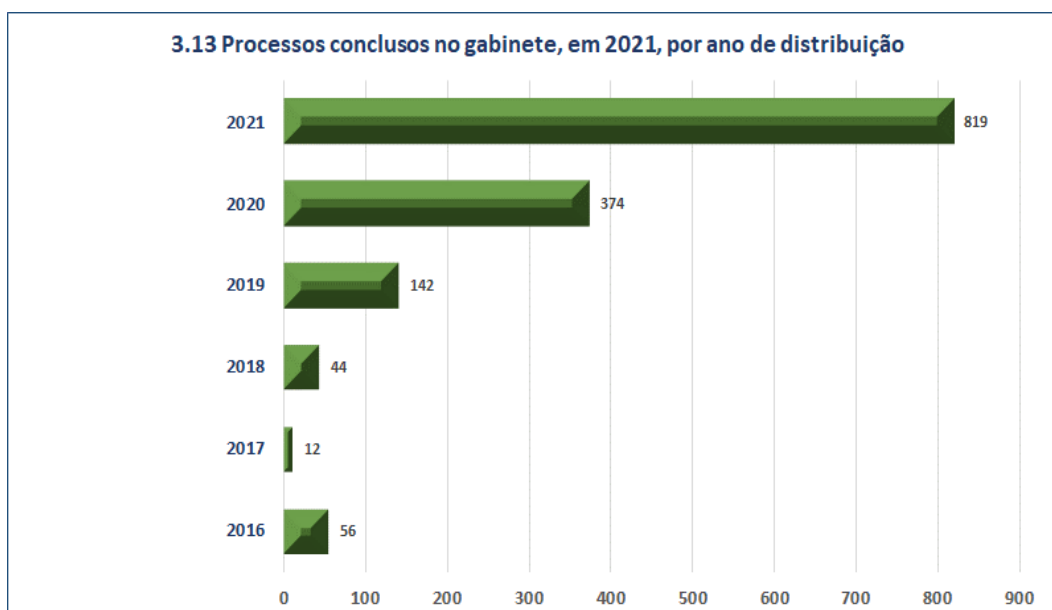
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	zero
Apelações	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	zero

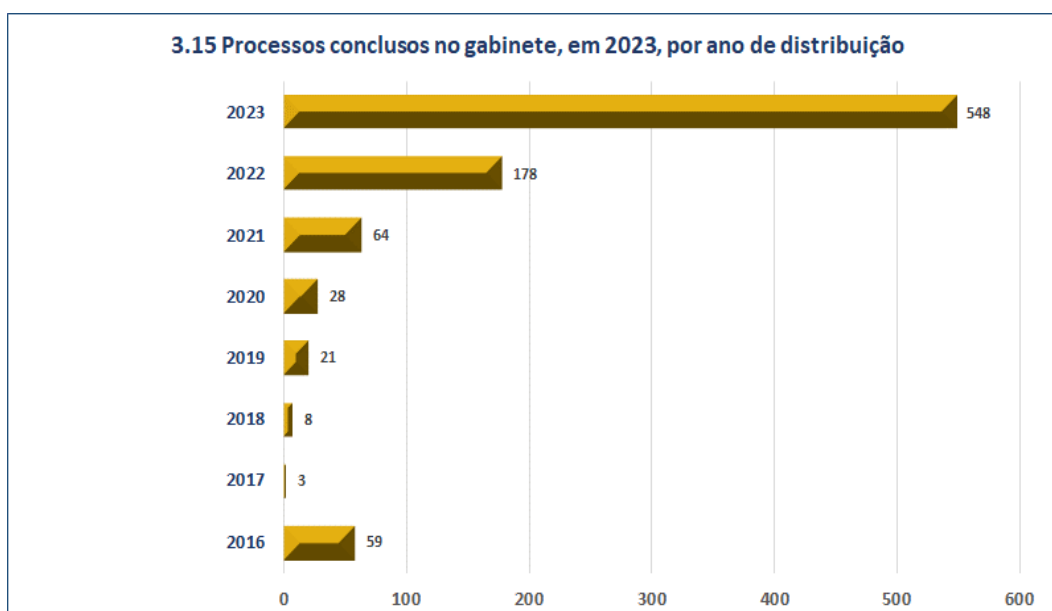
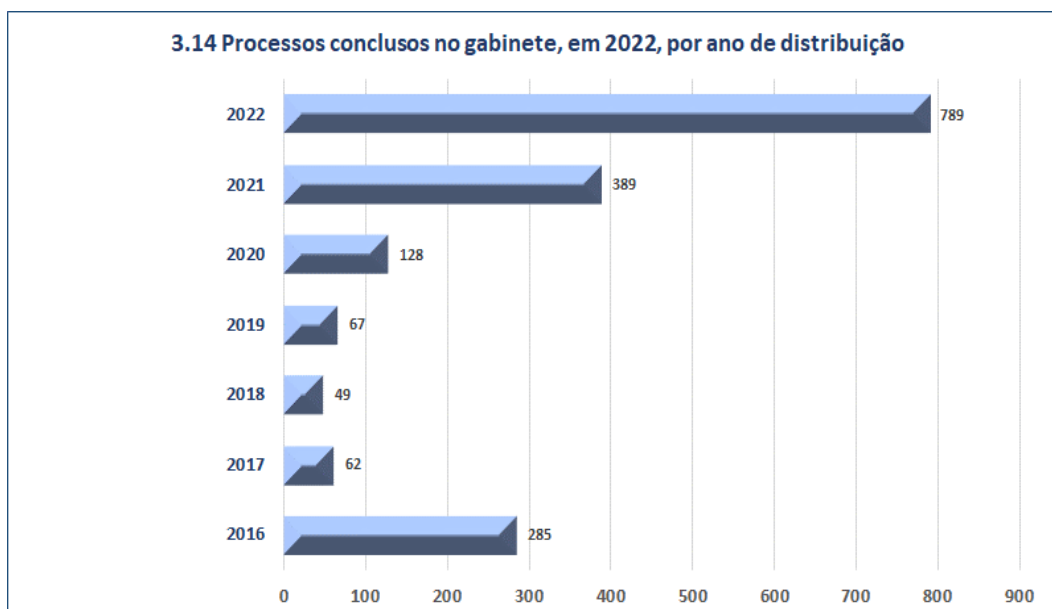
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1 (processo 5001033-45.2020.403.6134)
Por Recurso Especial	1 (processo 5001033-45.2020.403.6134 - Tema 1.174/STJ)

3.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração com conclusão superior a 90 dias	14 (todos julgados à exceção do ED Apel. 0006642-60.2015.403.6105 pautado para 26 de outubro de 2023 - sessão do quórum ampliado do artigo 942 CPC)
Embargos de declaração com conclusão superior a 120 dias	11(todos julgados)
Agravos legais/regimentais	zero
Embargos de declaração	237 (105 processos julgados em agosto/2023, 86 processos pautados para julgamento - meses de setembro e outubro/2023, 41 processos sobrestados, 1 processo com voto proferido e com pedido de vista, e 4 processos redistribuídos (sendo 3 referentes a ED de decisão interlocutória sem vinculação do gabinete e 1 por incompetência absoluta e com erro no cadastramento porque inexistente ED)
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	zero
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	2

Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	2 (Juízo de retratação 0013208-40.2015.403.6100 - pautado para 26 de setembro de 2023 e Juízo de retratação 0001048-23.2015.403.9999 concluso diretamente para outro relator designado para redigir o acórdão a ser retratado, vencido o relator originário, pendência externa)
---	---

3.12 Processos com tutela provisória	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	15 (4 processos listados para redistribuição nos termos da Res. PRES 632/2023 e 11 processos regularizados)
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	4 (processo 5007555-55.2023.403.00 - listado para redistribuição nos termos da Res. PRES 632/2023; processo 5027931-33.2021.403.0000 - redistribuído ao gabinete 41 - Res. PRES n. 578/2023; processo 5010212-67.2023.403.0000 - decisão julgando prejudicado, com prazo em curso na secretaria e processo 5031289-06.2021.403.0000 - incluído em pauta de 24/outubro/2023)

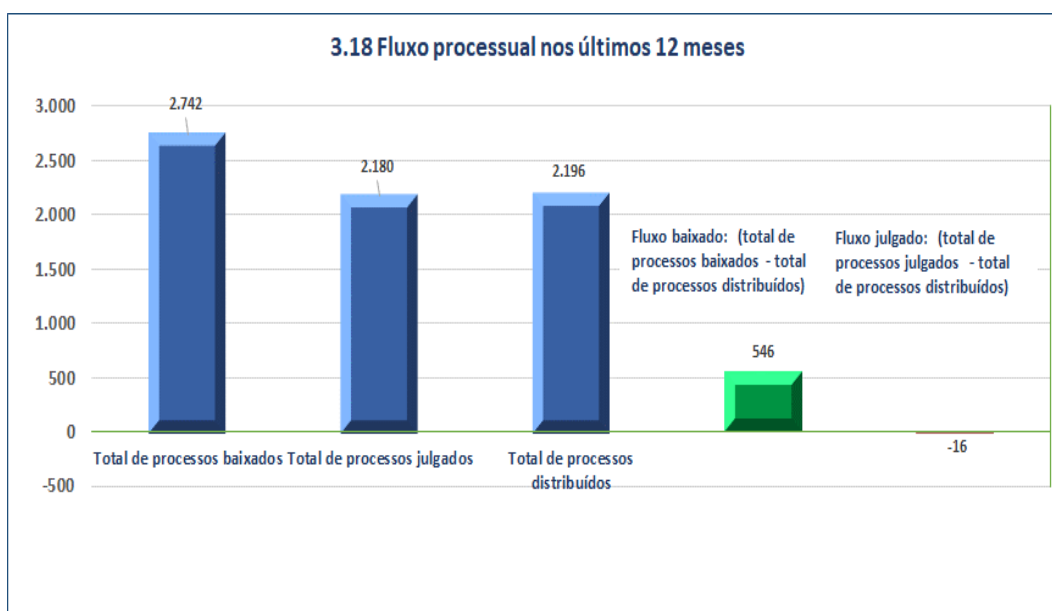




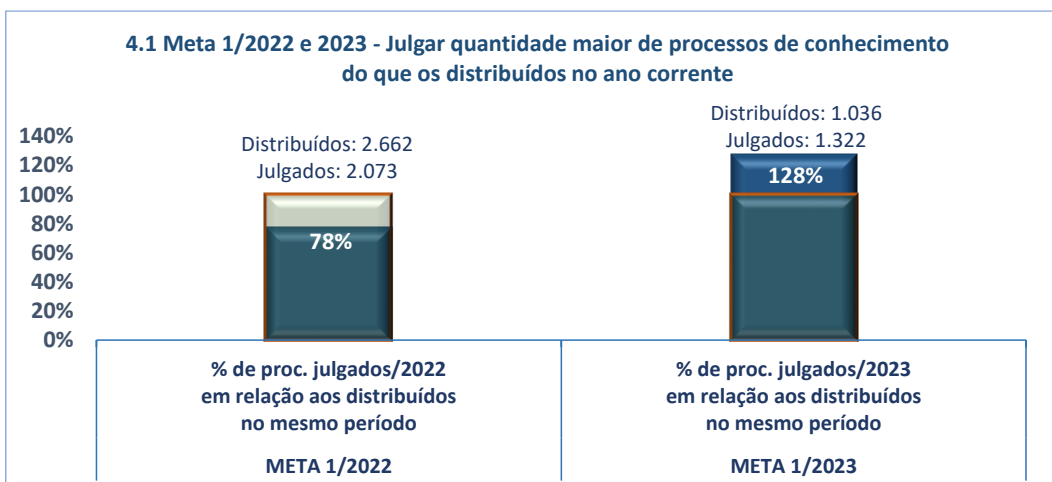
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	zero
Remetidos para voto-vista	24 (9 processos já julgados, 3 processos incluídos em pauta de 26 de outubro/2023 e 12 processos pendentes junto a gabinete diverso)
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	zero
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	7

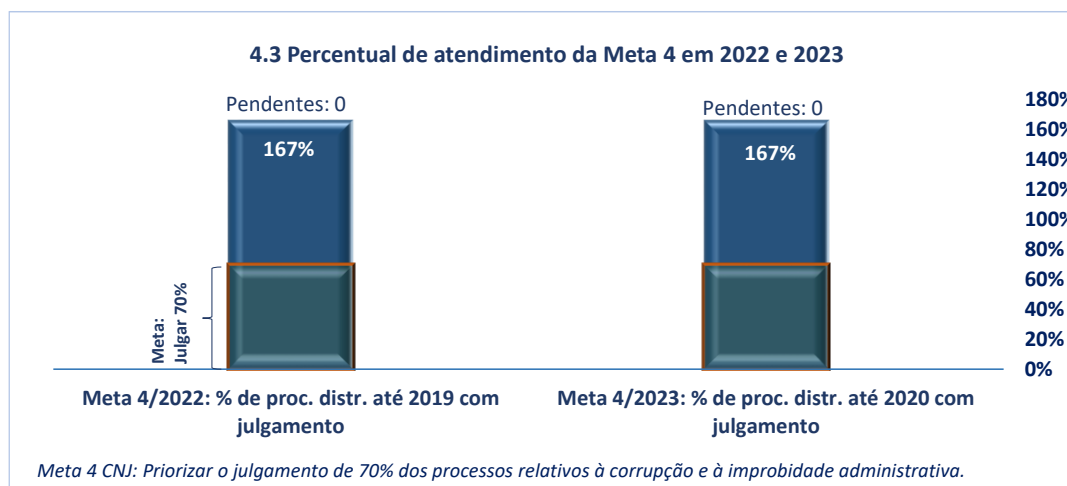
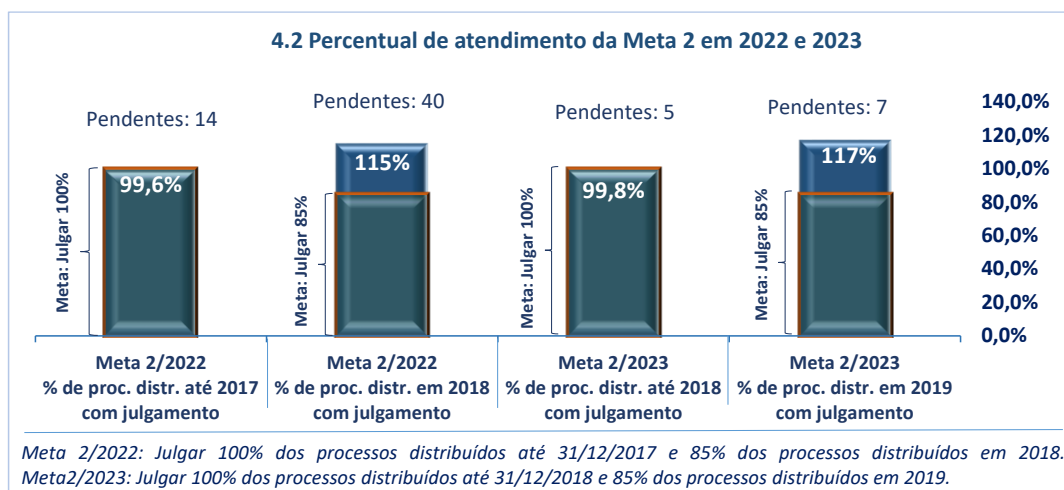
Remetidos para declaração de voto	zero
-----------------------------------	------

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	zero
Recebidos para voto-vista	zero
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	zero
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	zero
Recebidos para declaração de voto	zero



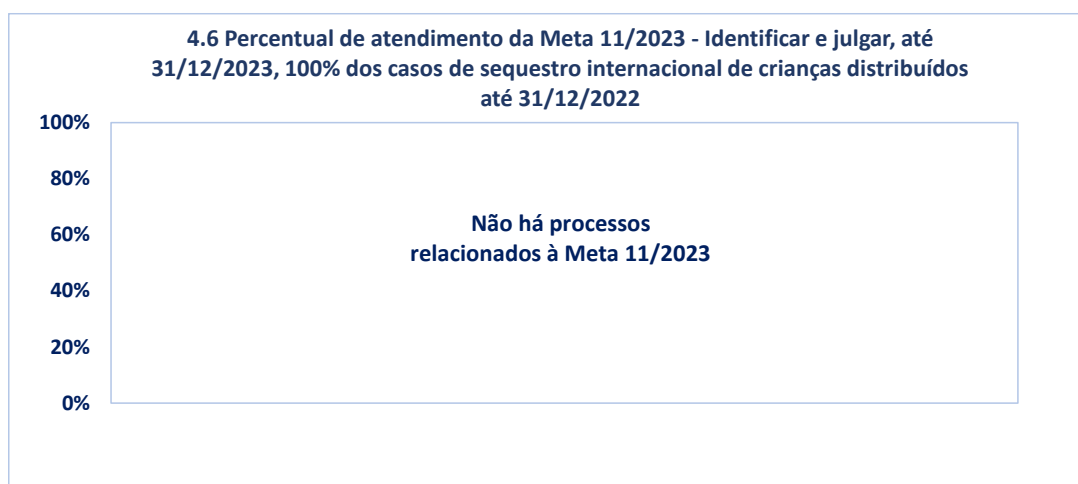
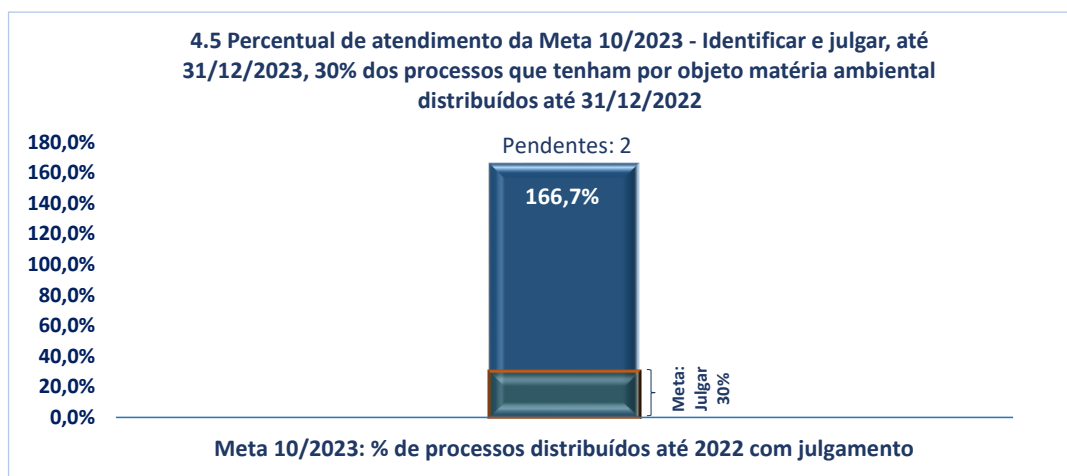
4. METAS





4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	dados não disponibilizados pelo setor de estatística até o fechamento do presente questionário
Taxa de congestionamento no ano anterior	56,78%
Taxa de congestionamento no ano corrente	41,76%



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O plano de gestão tem como premissa a movimentação do estoque e apreciação de urgências dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei processual, com tratamento específico para processos prioritários, processos incluídos em metas CJF e processos com recursos internos, de modo a assegurar que a produtividade em julgamentos de mérito supere a distribuição. O gabinete procura aproveitar as potencialidades da equipe, equacionando especialização dos servidores por matéria e alocação de processos e tarefas conforme dificuldade e aptidão de cada servidor. Há servidores alocados para triagem de entrada dos processos, encarregados de processamento inicial e distribuição de lotes para os servidores, com prazo pré-determinado para que sejam redigidas minutas para julgamento colegiado. A meta individual consiste na finalização, no prazo, do trabalho atribuído, alcançando-se, em grupo, a meta coletiva. Todas as minutas elaboradas passam por revisão do Desembargador Federal e, após aprovação, são agrupadas em ementário de modelos para consulta de toda a equipe. De regra, a partir das minutas revisadas, procura-se sempre transmitir feedback à

equipe sobre erros recorrentes, fatos relevantes, julgamentos das Cortes Superiores e inovação legislativa. Após cada período de avaliação de flutuação do acervo, os fluxos de trabalho são aprimorados, inclusive com mudanças na alocação da força de trabalho, para permitir que todas as tarefas a serem realizadas pela unidade possam funcionar de maneira ininterrupta e simultânea.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

A integralidade dos sobrestamentos na unidade decorre por ordem de suspensão nacional, através de comunicado do Núcleo de Gerenciamento de Precedente (órgão ligado à Vice-Presidência) ou verificação nos endereços eletrônicos das Cortes Superiores. A necessidade de sobrestamento é identificada na fase da triagem, com o que, de pronto, elabora-se a decisão pertinente. O PJe exige que a decisão de sobrestamento seja classificada com a indicação do número do tema de referência e após as devidas certificações em secretaria, o processo é remetido em tarefa específica para o Gabinete (mudança no fluxo do PJe ocorrida em agosto/2023). Com o julgamento do tema cadastrado, os processos são encaminhados para a elaboração de relatório e voto (respeitada a especialização por matéria).

5.3 Boas práticas e inovações

Há reuniões quinzenais para checagem da flutuação do acervo, dentro dos critérios adotados pelo plano de gestão (movimentação do estoque e apreciação de urgências dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei processual, com tratamento específico para os processos prioritários, os incluídos em metas CJF e os com recursos internos, de modo a assegurar que a produtividade em julgamentos de mérito supere a distribuição) e, a partir dessa avaliação, os fluxos de trabalho poderão ser modificados, inclusive com alocação de maior força de trabalho para as tarefas que estejam em atraso. Com a identificação de casos repetitivos e elaboração de um texto-padrão, há a elaboração de ementário de modelos, acessível a todos os servidores da unidade. Conforme já mencionado em questão anterior, o Desembargador Federal revisa todas as minutas e sempre transmite feedback à equipe, o que permite a correção de erros, alocação mais adequada de tarefas por servidor e a verificação da necessidade de treinamento em determinada habilidade exigível.

5.4 Dificuldades

A equipe tem perseverado para atingir bons resultados frente ao desafio de assunção de novo gabinete/acervo, a partir de 14 de abril de 2023, de especialidade distinta da anteriormente exercida por quase duas décadas e, ainda, com o quadro de lotação apenas parcialmente preenchido. Com a criação do quinto gabinete no órgão fracionário da 1ª Turma e redução dos cargos de Técnico Judiciário - Agente de Polícia Judicial (Resoluções CATFR3R ns 165 de 28/2/2023 e 173/2023 de 21/8/2023), houve a supressão de dois cargos, ainda vagos, da unidade. A par disso, há dificuldade na utilização dos dados estatísticos disponibilizados pelo BI, cite-se a título de exemplo, a demora na atualização quinzenal dos dados do acervo, o que prejudica diagnósticos internos, gerando retrabalho na compilação manual dos dados.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

A unidade cumpre os termos da Resolução n. 481/CNJ, disciplinada no âmbito interno, pela Res. PRES 541/2022, alterada pela Res. PRES 565/2023, com a observância do percentual máximo diário de 30% do quadro permanente do Gabinete em trabalho não presencial. Há plano de trabalho estabelecido para os servidores em regime de execução parcial ou integral de teletrabalho, com acréscimo na produtividade em torno de 20% a 30%, a depender do regime de teletrabalho aplicado. A meta mensal do gabinete é calculada no parâmetro da distribuição média, de modo a projetar que a produtividade sempre supere as entradas, com vistas à redução do acervo.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O Desembargador Federal Carlos Muta é o Coordenador do Gabinete de Conciliação do TRF/3 desde março/2022 e presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias da Justiça Federal da 3ª Região desde agosto/2023, atuando com ênfase no fortalecimento dos vínculos interinstitucionais, visando à estruturação de projetos que ampliem a produção de soluções consensuais, no âmbito não apenas do Tribunal como da Justiça Federal de 1ª instância. Há o encaminhamento de processos para a conciliação, inclusive em conflitos envolvendo temas sensíveis, como o tratamento de questões fundiárias indígenas relacionadas à demarcação territorial no Estado de Mato Grosso do Sul (0000760-78.2014.403.60000; 0014701-27.2016.403.6000 e 0000577-39.2016.403.6000).

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0036885-52.2012.4.03.6182	3/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para 24 de outubro de 2023.		
5004571-21.2019.4.03.6182	6/2/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão sobrestamento proferida nos termos do artigo 1.036, § 1º, CPC, assinada em 29/8/2023 e publicada em 31/agosto/2023.		
0002719-35.2015.4.03.6005	6/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para 26 de setembro de 2023.		
0011261-11.2006.4.03.6182	24/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para 24 de outubro de 2023.		
5022738-37.2021.4.03.0000	28/9/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: decisão de perda de objeto assinada 29/8/2023, em razão do julgamento da ApelRemNec 0014560-76.2014.4.03.6000 na sessão 29/8/2023.		
0001048-23.2015.4.03.9999	23/1/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: conclusos em 21/10/2021 ao relator para acórdão Des. Federal Wilson Zauhy, para retratação.		
5019771-19.2021.4.03.0000	26/8/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para 24 de outubro de 2023.		
5031289-06.2021.4.03.0000	14/12/2021	Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: processo pautado para 24 de outubro de 2023.		
0003061-27.2012.4.03.6110	24/4/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo enviado para retratação, por equívoco da secretaria, para o acervo do Des. Fed. Wilson Zauhy em 4/março/2022, com decisão de sobrestamento em 21/8/2023. Solicitada remessa dos autos para decisão de ratificação do sobrestamento.		
0013208-40.2015.4.03.6100	19/2/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado 15/8/2023, na sessão 942, CPC - publicado acórdão 22/8/2023.		
5001092-64.2019.4.03.6135	1º/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: iniciado julgamento na sessão de 1º/8/2023, após o voto do relator DF Carlos Muta, pediu vista DF Wilson Zauhy, aguarda para votar DF Nelton dos Santos - Incluído na pauta de 26/9/2023.		
0000622-29.2006.4.03.6118	6/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 15/8/2023 - sessão do quórum ampliado ao artigo 942 CPC - publicado acórdão 25/8/2023.		
5001414-83.2020.4.03.6124	4/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão proferida nos termos do artigo 932, CPC, publicada em 31/8/2013.		
5002999-47.2019.4.03.6144	7/12/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo sobrestado (Tema 985/STF) por decisão publicada decisão em 16/8/2023.		
5001165-09.2022.4.03.6110	5/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento (Tema 1.174/STJ). assinada em 29/8/2023 e publicada em 31/8/2023.		
0017832-69.2014.4.03.6100	23/8/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para 26 de setembro de 2023.		
5020129-47.2022.4.03.0000	26/7/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo julgado em 29 de agosto de 2023, atualmente na secretaria processante UNI 1.		
5014142-34.2020.4.03.6100	15/9/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão sobrestamento (Tema 985/STF), publicada 16/8/2023.		

5016424-64.2019.4.03.6105	21/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para 24 de outubro de 2023.		
0003534-39.2014.4.03.6111	9/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados em 1º/8/2023 - certidão de trânsito em julgado 16/8/2023, com baixa ao Juízo de origem, em 18/8/2023.		
0021670-54.2013.4.03.6100	2/6/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo sobrestado pela Secretaria, Tema 985/STF, na sessão 15/8/2023 - quórum ampliado do artigo 942, CPC - relatoria Juiz Convocado Renato Becho - publicada certidão em 21/8/2023.		
0014228-81.2006.4.03.6100	15/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração sobrestados (Tema 985/STF), por decisão publicada em 16/8/2023.		
0013820-57.1987.4.03.6100	7/2/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em sessão 29/8/2023 - publicado acórdão em 5/9/2023.		
5000240-62.2018.4.03.6139	5/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para 24 de outubro de 2023.		
5030906-91.2022.4.03.0000	16/11/2022	Petição Cível
Observação/Providência: processo pendente com o Des. Fed. Baptista Pereira, para consulta de prevenção, que foi reconhecida por S.Exa em 29 de agosto de 2023. Redistribuição em 30 de agosto de 2023.		
5012913-98.2023.4.03.0000	16/5/2023	Reclamação
Observação/Providência: processo redistribuído por sorteio em razão de criação de unidade judiciária (Gabinete 41 - DF Herbert de Bruyn), em 24/5/2023.		
5027291-93.2022.4.03.0000	5/10/2022	Inquérito Policial
Observação/Providência: decisão que reconheceu incompetência, com remessa à 4ª Seção, em 24/8/2023.		
5004992-11.2020.4.03.6106	3/11/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: apresentação de voto-vista pelo Des. Fed. Wilson Zauhy na sessão de 1º/8/2023 - votação unânime - publicação do acórdão em 8/8/2023.		
0005327-82.2006.4.03.6114	24/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: na sessão de 23/5/2023, após o voto do relator Des. Fed Carlos Muta, acolhendo juízo de retratação, acompanhado pelo Des. Fed. Nelton dos Santos, pediu vista Des.Fed. Wilson Zauhy.		
5032052-70.2022.4.03.0000	28/11/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: apresentado voto vista do DF Wilson Zauhy, na sessão de 1º/8/2023. Houve a oposição de embargos de declaração pautados para a sessão de 10 de outubro de 2023.		
5000020-73.2021.4.03.6102	15/4/2021	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: processo julgado na sessão de 1º/8/2023 - publicado acórdão em 8/8/2023.		
5000300-37.2018.4.03.6106	28/9/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: na sessão de 23/5/2023, após o voto do relator DF Carlos Muta, acolhendo juízo de retratação, acompanhado pelo DF Nelton dos Santos, pediu vista DF Wilson Zauhy - apresentado na sessão de 1º/8/2023, foi suspenso, nos termos do art. 942, CPC - incluído em pauta de 12/9/23		
5006247-43.2021.4.03.6114	30/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo não localizado no acervo, encontrava-se fora das tarefas do gabinete por erro PJe. Solicitado ao setor competente o retorno dos autos ao acervo do gab. 03, para assinatura de acórdão pelo Juiz Fed. Convocado Renato Becho.		
5021449-11.2017.4.03.0000	8/11/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: acórdão lavrado pelo Des. Fed. Hélio Nogueira e publicado em 24 de agosto de 2023.		
5020937-52.2022.4.03.0000	4/8/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão de sobrestamento (Tema 1.169/STJ), publicada em 30 de agosto de 2023.		
5013366-30.2022.4.03.0000	24/5/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão de sobrestamento (Tema 1.169/STJ), publicada 22/8/2023.		
5030165-51.2022.4.03.0000	7/11/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de Declaração contra decisão que indeferiu efeito suspensivo, redistribuído por sorteio, em razão de criação de nova unidade judiciária (Gabinete 41 - DF Herbert de Bruyn), em 4/5/2023.		
5017604-92.2022.4.03.0000	1º/7/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão sobrestamento proferida nos termos do artigo 1.036, § 1º, CPC, assinada em 28/8/2023 e publicada em 30/agosto/2023.		
5002917-76.2023.4.03.0000	9/2/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados, por decisão, nos termos do artigo 932, CPC, publicada em 28/8/2023.		
5003093-55.2023.4.03.0000	10/2/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para 10 de outubro de 2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 38 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Todos os processos listados estão em dia, não havendo recomendação a fazer.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Carlos Muta e pelos servidores Marta Fernandes Marinho Curia e Salaheddin Hussein Hassan.

O gabinete em inspeção integra a 1ª Turma da Corte (1ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do TRF3, abrange o processamento e julgamento das seguintes matérias: “1) Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS); 2) Matéria de Direito Privado: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; 3) matéria trabalhista de competência residual; 4) propriedade industrial; 5) registros públicos; 6) servidores civis e militares; e 7) desapropriações e apossamentos administrativos” (art. 10, parag. 1º, da emenda Regimental n. 13, do TRF3).

A equipe do Desembargador Federal Carlos Muta assumiu o acervo atual em abril/2023. Nos últimos doze meses, verifica-se uma evolução regressiva do número do acervo de processos, sendo de 2.741 processos com tramitação no início do 12º mês anterior ao da inspeção, e de 1.492 ao final do mês anterior.

A força de trabalho está adequada ao serviço do gabinete, com boa estrutura e contando com o quadro de servidores bem adaptados às rotinas de trabalho. No gabinete, existem atualmente 15 servidores efetivos e 3 estagiários. Há servidores em regime de teletrabalho na unidade, sendo observado o percentual e a meta de produtividade estabelecidos na Resolução n. 481/CNJ.

Verificou-se que os servidores se encontram em bom estado de saúde no pós-pandemia.

O expressivo resultado dos esforços da equipe da unidade em inspeção se revela no tempo médio de tramitação dos processos no gabinete até o primeiro julgamento. De acordo com os dados estatísticos, no referido gabinete o tempo é de 6 meses, abaixo da média da 1ª Turma, que possui uma média de 22 meses.

Quanto às metas dos conselhos superiores para o ano de 2022 e 2023 (parciais), afetas diretamente a incrementos quantitativos e qualitativos do estoque processual de cumprimento cotejado no questionário prévio, verificou-se o seguinte desempenho da unidade:

- (i) Meta CNJ 1/2023: 128% de cumprimento (1.322 processos julgados para 1.036 processos distribuídos);
- (ii) Meta CNJ 2/2023: 99,8% de cumprimento para a faixa de julgamentos dos processos distribuídos até 2018 (meta de 100% de julgamento) e de 117% para os processos distribuídos em 2019 (meta de 85% de julgamento).

(iii) Meta CNJ 4/2023: 167% de cumprimento quanto a priorização do julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (meta de 70% de julgamento).

(iv) Meta CNJ 5/2023: Redução de 15,02 pontos percentuais quanto à taxa de congestionamento líquida dos processos entre 2022 e 2023 (meta é a redução de 0,5 ponto percentual);

(v) Meta CNJ 10/2023: 166,7% de cumprimento quanto ao julgamento dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022.

Ainda, consoante relatado em entrevista, foi destacado que há dificuldade na utilização dos dados estatísticos disponibilizados pelo BI, como, por exemplo, a demora na atualização quinzenal dos dados do acervo, prejudicando diagnósticos internos e gerando retrabalho na compilação manual dos dados.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.630 para 913.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.741 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.492.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 342, na última inspeção, para 237, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete, considerando os dados disponibilizados pelo CJF relativamente ao quantitativo de feitos julgados (1º julgamento) no período de 10/2021 a 9/2023. Afinal, nos 13 a 24 meses anteriores à inspeção, foram julgados 2.759 feitos e nos últimos doze meses, foram julgados 1.982. Relevante observar, no entanto, conforme já salientado acima, que o Desembargador Federal Carlos Muta assumiu o Gabinete da 1ª Turma em abril de 2023. Assim, além de não ser possível atribuir os resultados consignados no presente relatório unicamente à sua atuação, o gabinete necessitou de um período para se familiarizar com o acervo e as matérias, além da necessária triagem de processos. Tais procedimentos evidentemente resultaram em uma inevitável queda inicial de julgamentos.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 6 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 1ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

Na data da entrevista (17/10/2023), realizada no Gabinete do Desembargador Federal Carlos Muta, foi apresentado à equipe de inspeção, pela servidora Marta Fernandes, os dados estatísticos atualizados, com um acervo total 886 processos em

tramitação, dos quais 477 já estão pautados e aguardando a data da sessão de julgamento, 336 sobrestados, 17 processos conclusos para minutar decisão intercorrente e 43 para preparar relatório e voto.

Registre-se, finalmente, que as recomendações específicas na inspeção anterior foram cumpridas, não havendo pendências de saneamento neste aspecto.

12. RECOMENDAÇÕES

Diante dos dados aferidos nesta inspeção, recomendando-se que sejam mantidas as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade, dignos de elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HERBERT DE BRUYN

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Herbert de Bruyn

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

1ª Turma (1ª Seção)

1.3 Tempo de exercício na unidade

1 mês (remoção em 4/8/2023 - Ato PRES n. 4.854/2023)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Shirley Catani Mariani (RF 1440) - Chefe de Gabinete

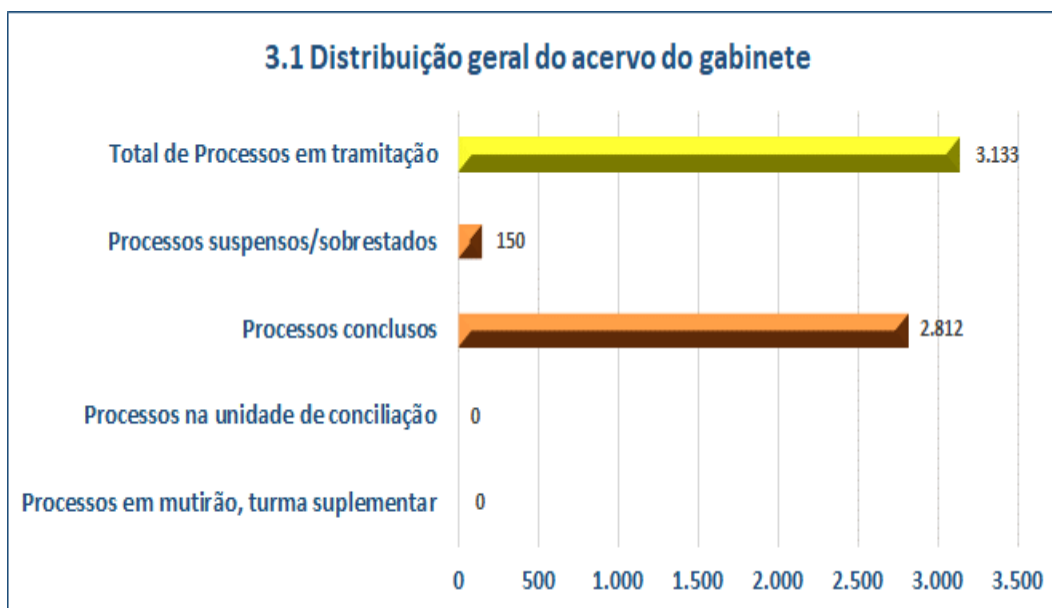
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14 (Resolução CATRF3R n. 173/2023)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7 (Resolução CATRF3R n. 173/2023)
FC-6	-
FC-5	-
FC-2	-
FC-1	-

3. DADOS ESTATÍSTICOS



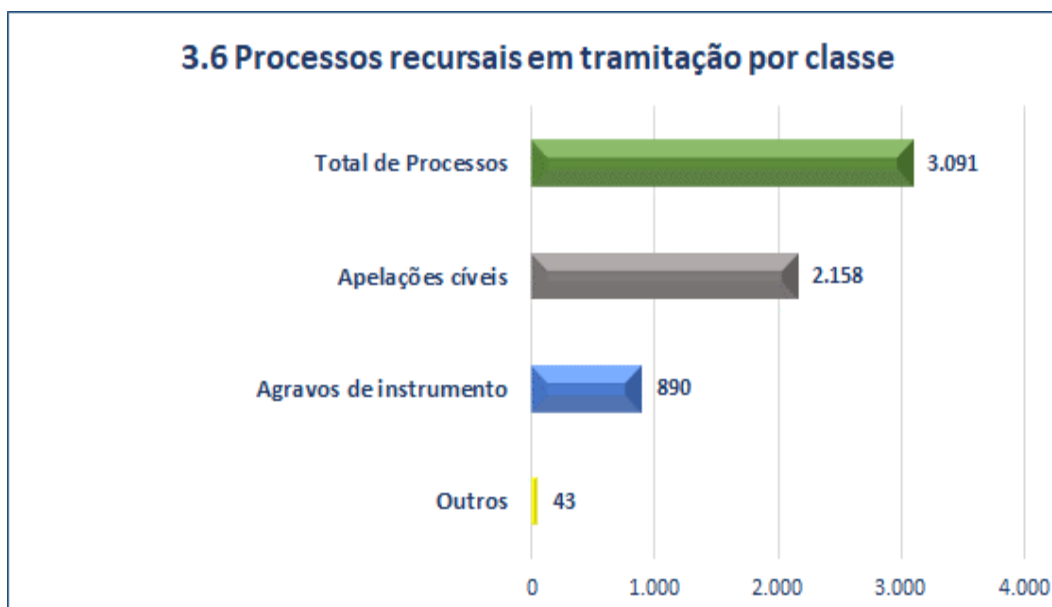
3.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF (ao final do mês anterior)	Gabinete criado em 6/3/2023
Acervo ajustado no TRF (no início do 12º mês anterior)	Gabinete criado em 6/3/2023
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	Gabinete criado em 6/3/2023
Acervo de conclusos no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	Gabinete criado em 6/3/2023
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	Gabinete criado em 6/3/2023
Acervo de sobrestados no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	Gabinete criado em 6/3/2023

3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	42

Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	21
Reclamações	0
Ações rescisórias	16
Outros	4

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.091
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	6
Recursos em ações de desapropriação	10
Recursos em ações com preferência legal	314
Outros	2.762



3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	-
Ações penais	-

Inquéritos	-
Habeas corpus	-
Revisões criminais	-
Outros	-

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	-
Apelações	-
Recursos em sentido estrito	-
Recursos em habeas corpus	-
Recursos em mandado de segurança	-
Embargos infringentes e de nulidade	-
Outros	-

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	-
Apelações	-
Ações penais	-
Inquéritos	-
Habeas corpus	-

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

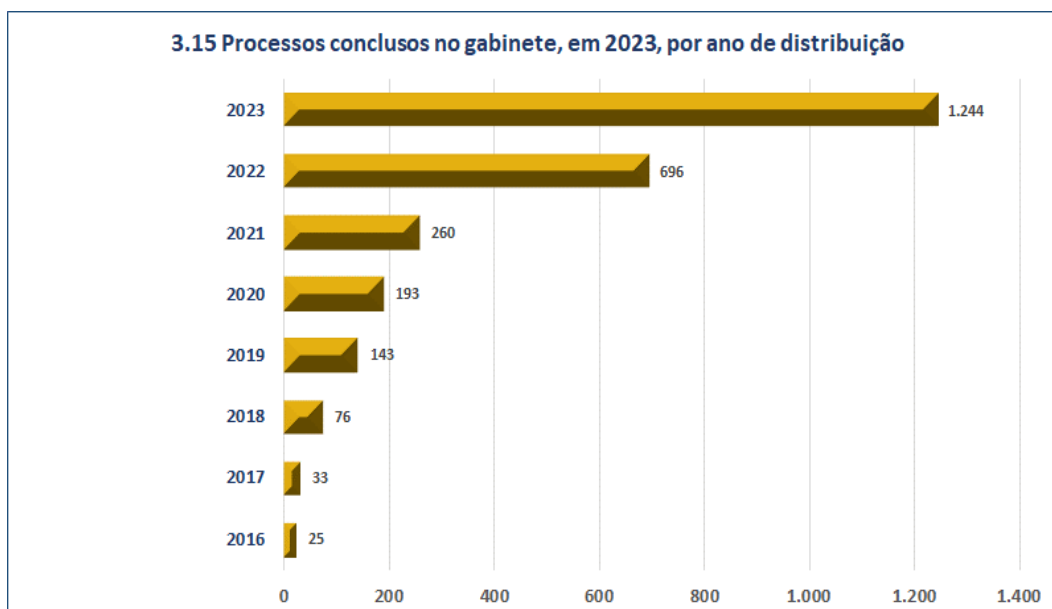
3.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração com conclusão superior a 90 dias	2
Embargos de declaração com conclusão superior a 120 dias	2
Agravos legais/regimentais	0
Embargos de declaração	17

Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

3.12 Processos com tutela provisória	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	176
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	57

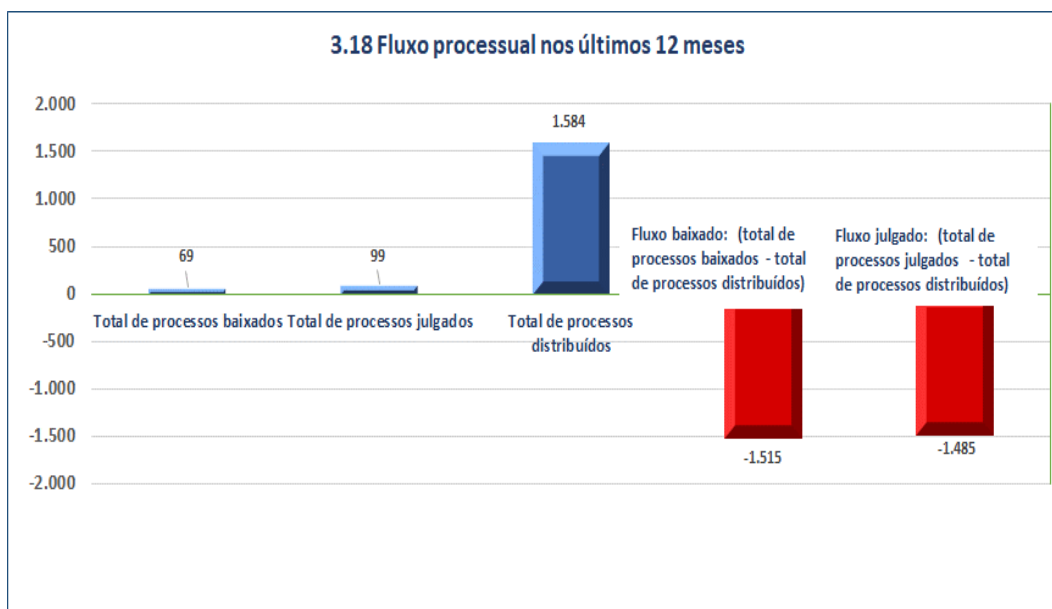
3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
2021	Gabinete criado em 6/3/2023
2020	Gabinete criado em 6/3/2023
2019	Gabinete criado em 6/3/2023
2018	Gabinete criado em 6/3/2023
2017	Gabinete criado em 6/3/2023
2016	Gabinete criado em 6/3/2023

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
2022	Gabinete criado em 6/3/2023
2021	Gabinete criado em 6/3/2023
2020	Gabinete criado em 6/3/2023
2019	Gabinete criado em 6/3/2023
2018	Gabinete criado em 6/3/2023
2017	Gabinete criado em 6/3/2023
2016	Gabinete criado em 6/3/2023



3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	3
Recebidos para revisão	-
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	-
Recebidos para declaração de voto	-



4. METAS

4.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Gabinete criado em 6/3/2023
Processos julgados no ano anterior	Gabinete criado em 6/3/2023
Processos distribuídos no ano corrente	1.573
Processos julgados no ano corrente	98

4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete criado em 6/3/2023
Pendentes em 31/12/2022	Gabinete criado em 6/3/2023
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 6/3/2023

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete criado em 6/3/2023
Pendentes em 31/12/2022	Gabinete criado em 6/3/2023
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 6/3/2023

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete criado em 6/3/2023
Pendentes no último dia do mês anterior	216
Porcentagem de atendimento da meta	0

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete criado em 6/3/2023
Pendentes no último dia do mês anterior	137
Porcentagem de atendimento da meta	0,85%

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2022	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes no último dia do mês anterior	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

4.8 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Gabinete criado em 6/3/2023
Taxa de congestionamento no ano anterior	Gabinete criado em 6/3/2023
Taxa de congestionamento no ano corrente	97,87%

4.9 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022	
---	--

Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	-
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	-

4.10 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	0
Pendentes no mês anterior	0
Percentual de cumprimento da meta	0

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Em razão da recente remoção do Desembargador Federal Herbert de Bruyn para o Gabinete 41, em 4/8/2023 (Ato PRES n. 4.854/2023), as atividades em execução são: triagem do acervo para identificação das matérias e respectivos quantitativos, das situações de urgências, das prioridades, do ano de distribuição dos processos. Paralelamente a isso, os servidores têm se dedicado ao estudo das matérias, ao conhecimento do posicionamento da Turma Julgadora e à elaboração de modelos de minutas para aprovação do magistrado. Após a finalização dessa etapa será possível elaborar o plano de trabalho, com a criação de equipes e atribuição de matérias, e dimensionar a meta a ser estabelecida e respectivo prazo para cumprimento.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos sobrestados são identificados com a etiqueta do Tema (repetitivo ou repercussão geral). Essa identificação possibilita a rápida localização dos processos após o julgamento do tema pela Corte Superior, para fins de julgamento do recurso. Recente alteração promovida pela AGES/TRF3 no PJe permite que os processos sobrestados sejam visualizados em tarefa do Gabinete. Essa nova funcionalidade permite também que petições protocoladas em processos sobrestados sejam exibidas em tarefa específica, para adoção de providência pelo Relator.

5.3 Boas práticas e inovações

Boas práticas: (i) utilização da ferramenta do PJe -etiqueta- para tratamento do acervo; (ii) triagem diária dos processos recebidos na unidade para identificação da matéria, ano de distribuição, servidor responsável, bem como da fase de processamento (inicial ou julgamento, nos Agravos de Instrumento; 1º julgamento; 2º julgamento - Embargos

de Declaração, Agravo Interno, Retratação, reapreciação de acórdão anulado por Tribunal Superior); (iii) controle estatístico interno (produtividade e acervo); (iv) formação de equipes de trabalho para análise de processos por matéria.

5.4 Dificuldades

No momento, as maiores dificuldades decorrem da mudança de acervo, em razão da remoção do magistrado, da 3ª para a 1ª Seção: o acervo é desconhecido; os servidores estão se familiarizando com as matérias de competência da 1ª Seção (há muitos anos trabalhavam na 3ª Seção (matéria previdenciária); na data da remoção do magistrado, a 1ª Turma possuía 3 sessões de julgamento em andamento, com pautas extensas, as quais demandaram dedicação integral da equipe na análise de processos e na identificação do posicionamento da Turma, para viabilizar a participação do magistrado. Essas dificuldades impedem, por ora, o avanço no desenvolvimento do plano de trabalho do gabinete.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O teletrabalho no TRF3 é regulamentado pela Resolução PRES n. 565/2023. O percentual de servidores nela fixado está sendo observado pelo Gabinete. Quanto às metas de produtividade, considerada a recente remoção do magistrado para este Gabinete, ainda estão em fase de implantação, tendo em vista a necessidade preliminar de realização de triagem do acervo para identificação das matérias e das respectivas quantidades de processos para a definição do plano de trabalho e formação das equipes de trabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Considerada a recente remoção do magistrado para este Gabinete e a fase atual de trabalho (triagem do acervo, identificação de matérias, conhecimento das teses da 1ª Seção e do posicionamento dos integrantes da 1ª Turma, preparação de minutas de votos conforme o entendimento do relator, até o momento não foram encontrados processos aptos ao encaminhamento à Conciliação. Na hipótese de ser identificada a possibilidade de conciliação, o(s) processo(s) será(ão) encaminhado(s) à unidade de conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5027565-57.2022.4.03.0000	7/10/2022	Agravo de Instrumento

Redistribuído por criação de unidade judiciária em 6/3/2023 - Processo sob análise de prevenção		
0000448-93.2014.4.03.6100	28/11/2020	Apelação/Remessa Necessária
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5011594-70.2019.4.03.6100	9/11/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
0001260-95.2001.4.03.6002	1º/3/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
5027181-35.2019.4.03.6100	23/7/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de julgamentos de 12/9/2023		
5003979-35.2020.4.03.6119	9/3/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo julgado monocraticamente em 13/11/2023		
5001644-94.2020.4.03.6005	25/6/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2024		
5026175-90.2019.4.03.6100	21/7/2022	Apelação/Remessa Necessária
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
5009498-08.2021.4.03.6102	24/10/2022	Apelação/Remessa Necessária
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5002076-92.2020.4.03.6109	8/11/2022	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de julgamentos de 24/10/2024		
0038150-35.1998.4.03.6100	15/9/2010	Apelação/Remessa Necessária
Redistribuído por prevenção ao DF Nelton dos Santos Em 22/8/2023		
0001568-53.2014.4.03.6107	2/7/2015	Apelação/Remessa Necessária
Redistribuído por prevenção ao DF wilson zauhy (art. 717 do CPC) em 4/9/2023		
0007865-60.2011.4.03.6114	12/12/2013	Apelação/Remessa Necessária
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
0025135-76.2010.4.03.6100	19/1/2012	Apelação/Remessa Necessária
Processo suspenso por Recurso Especial Repetitivo 985 (decisão proferida em 3/8/2023)		
5008791-47.2020.4.03.0000	16/4/2020	Conflito de competência cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0002031-69.2012.4.03.6105	21/5/2013	Apelação/Remessa Necessária
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
5016541-66.2021.4.03.0000	20/7/2021	Conflito de competência cível
Processo julgado monocraticamente em 12/9/2023		
5016361-84.2020.4.03.0000	18/6/2020	Conflito de competência cível
Processo incluído na pauta de julgamento de 5/10/2023 (1ª Seção)		

0041397-58.1997.4.03.6100	4/6/2008	Apelação/Remessa Necessária
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0001475-28.2016.4.03.6105	26/1/2022	Apelação Cível
Redistribuído por prevenção ao DF Wilson Zauhy em 4/9/2023		
5007571-75.2019.4.03.6102	19/8/2022	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5002935-03.2018.4.03.6102	4/7/2018	Apelação Cível
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
0004323-98.2015.4.03.6112	14/10/2016	Apelação Cível
Proferido despacho em 30/8/2023 - processo com prazo em curso - tramitação regular		
0004797-11.2011.4.03.6112	2/8/2012	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0000560-86.2010.4.03.6105	15/5/2012	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0003110-25.2008.4.03.6105	6/1/2010	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0008310-87.2011.4.03.0000	4/4/2011	Ação Rescisória
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0013342-52.2006.4.03.6110	24/1/2012	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0005477-30.2010.4.03.6112	17/5/2012	Apelação Cível
Processo Suspenso por Recurso Especial Repetitivo 985 (decisão proferida em 3/8/2023)		
5033227-69.2021.4.03.6100	27/12/2022	Remessa Necessária Cível
Processo de competência da 2ª Seção/3ª Turma, de relatoria da DF Consuelo Yoshida. Callcenter aberto em 8/2023 para regularização da localização do processo. Processo localizado no GAB DF Consuelo Yoshida		
0014068-07.2007.4.03.6105	12/9/2008	Apelação Cível
Redistribuído por prevenção ao DF Nelson dos Santos (art. 717 do CPC) em 4/9/2023		
5004371-77.2021.4.03.6106	23/11/2022	Remessa Necessária Cível
Remetidos os autos (por julgamento definitivo do recurso) para juízo de origem em 29/8/2023		
0014789-95.2003.4.03.6105	30/4/2008	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
0000854-23.2005.4.03.6103	27/2/2009	Apelação Cível
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
0008571-54.2003.4.03.6104	5/11/2007	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		

5036128-10.2021.4.03.6100	26/6/2022	Remessa Necessária Cível
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
0001360-12.2008.4.03.6000	12/2/2010	Restauração de Autos Cível
Proferido despacho em 4/9/23 - Processo com prazo em curso - Tramitação regular		
0000253-58.2013.4.03.6128	7/1/2016	Restauração de Autos Cível
Redistribuído por prevenção ao DF Carlos Muta em 5/9/2023		
5005822-54.2023.4.03.0000	7/3/2023	Tutela Cautelar Antecedente
Tutela apreciada em 3/8/2023 - Processo com prazo em curso até 27/9/2023		
0005207-68.2017.4.03.6109	16/1/2023	Apelação Cível
Redistribuído por prevenção em razão de modificação da competência em 2/8/2023 ao DF Carlos Muta		
5006025-14.2021.4.03.6102	2/12/2022	Apelação Cível
Redistribuído por prevenção ao DF Carlos Muta em 15/8/2023		
5030704-56.2018.4.03.0000	6/12/2018	Agravo de Instrumento
Proferido despacho em 5/9/23 (pedido de informações ao Juízo de 1º Grau). Processo em tramitação regular.		
5000697-54.2017.4.03.6002	15/4/2021	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5009935-05.2018.4.03.6183	30/6/2021	Apelação Cível
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
5002797-61.2018.4.03.6126	28/8/2019	Apelação Cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5015244-62.2018.4.03.6100	30/8/2018	Apelação Cível
Redistribuído por prevenção à DF Adriana Pileggi em 5/9/2023		
5006245-23.2018.4.03.6100	10/7/2018	Apelação/Remessa Necessária
Redistribuído por prevenção ao DF Wilson Zauhy em 1º/9/2023		
5023602-41.2022.4.03.0000	31/8/2022	Conflito de competência cível
Processo julgado monocraticamente em 12/9/2023		
5028159-71.2022.4.03.0000	14/10/2022	Conflito de competência cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5001250-89.2022.4.03.0000	26/1/2022	Conflito de competência cível
Redistribuído por criação de unidade judiciária (Resolução PRES n. 632/2023)		
5001695-73.2023.4.03.0000	31/1/2023	Agravo de Instrumento
Redistribuído por prevenção ao DF Carlos Muta em 1º/9/2023		
5003553-42.2023.4.03.0000	13/2/2023	Agravo de Instrumento
Redistribuído por prevenção ao DF Carlos Muta em 21/8/2023		

5005834-68.2023.4.03.0000	7/3/2023	Agravo de Instrumento
Embargos de declaração julgados em 21/8/23 - Processo com prazo em curso até 19/10/2023		
5009399-40.2023.4.03.0000	10/4/2023	Agravo de Instrumento
Processo apto para inclusão na pauta de julgamentos de 14/11/2023		
5008720-40.2023.4.03.0000	31/3/2023	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de julgamentos de 24/10/2023		
5011213-87.2023.4.03.0000	28/4/2023	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de julgamentos de 24/10/2023		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 40 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Todos os processos listados estão em dia, não havendo recomendação a fazer.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Herbert de Bruyn e pelas servidoras Shirley Catani Mariani e Ana Claudia Fernandes Scartezini.

O gabinete em inspeção integra a 1ª Turma da Corte (1ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do TRF3, abrange o processamento e julgamento das seguintes matérias: “1-) Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS); 2-) Matéria de Direito Privado: a-) domínio e posse; b-) locação de imóveis; c-) família e sucessões; d-) direitos reais sobre a coisa alheia; e-) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; 3-) matéria trabalhista de competência residual; 4-) propriedade industrial; 5-) registros públicos; 6-) servidores civis e militares; e 7-) desapropriações e apossamentos administrativos” (art. 10, parágrafo 1º, da emenda Regimental n. 13, do TRF3).

A equipe do Desembargador Federal Herbert de Bruyn assumiu o acervo atual em agosto/2023, não havendo, portanto, a possibilidade de se verificar a evolução anual do quantitativo de processos no acervo.

A força de trabalho está adequada ao serviço do gabinete, com boa estrutura, mas contando com o quadro de servidores que ainda está se familiarizando e se adaptando com a nova competência e rotinas de trabalho.

Constatou-se que em razão da recente remoção de uma servidora, atualmente há apenas 13 servidores efetivos de um quadro de 14 previsto na Resolução CATRF3R n. 173/2023. Não há estagiário no gabinete.

Há servidores em regime de teletrabalho na unidade, em sua forma híbrida, sendo observado o percentual e a meta de produtividade estabelecidos na Resolução n. 481/CNJ.

Verificou-se que os servidores se encontram em bom estado de saúde no pós-pandemia.

A análise das metas dos conselhos superiores para o ano de 2022 e 2023 restou prejudicada, já que o Gabinete foi criado em 6/3/2023.

Consoante relatado em entrevista, foi destacado que as maiores dificuldades decorrem da mudança de acervo, em razão da remoção do magistrado da 3ª para a 1ª Seção, tendo sido ressaltados os seguintes pontos: o acervo é desconhecido; os servidores estão se familiarizando com as matérias de competência da 1ª Seção (há muitos anos trabalhavam na 3ª Seção (matéria previdenciária); na data da remoção do magistrado, a 1ª Turma possuía 3 sessões de julgamento em andamento, com pautas extensas, as quais demandaram dedicação integral da equipe na análise de processos e na identificação do posicionamento da Turma para viabilizar a participação do magistrado.

O Desembargador Federal Herbert de Bruyn relatou que os servidores necessitam de treinamento e de cursos com o objetivo de melhor prepará-los à nova realidade decorrente da remoção da 3ª para a 1ª Seção, cuja competência e matérias são totalmente diversas.

11. OBSERVAÇÕES

A unidade inspecionada foi criada em 6/3/2023, sendo a primeira inspeção realizada depois de sua instalação.

O Desembargador Federal Herbert de Bruyn foi removido da 3ª para a 1ª Seção, assumindo a unidade inspecionada na data de 4/8/2023 (Ato PRES n. 4.854/2023).

Atualmente existem 2.812 processos conclusos (item 3.1 da minuta de relatório/2023).

Verifica-se que há o total de 17 embargos de declaração aguardando julgamento (item 3.11 – minuta de relatório/2023), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Não há como aferir a evolução da produtividade em relação aos últimos doze meses, pois a unidade inspecionada foi criada em 6/3/2023, não tendo transcorrido o referido período desde a sua instalação.

O tempo médio praticado no gabinete entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto na 1ª Turma equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Manter as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade, dignos de elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RENATO BECHO

Gabinete do Desembargador Federal Wilson Zauhy – respondido em 28/8 a 8/9/23

– 1ª Fase

A partir de 11/10/2023 – DF Renato Becho

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Wilson Zauhy

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

1ª Turma - 1ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

8 (oito) anos

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Juliana Reis Caliolo (chefe de gabinete) e Carla Maria Bosi Ferraz (assessora)

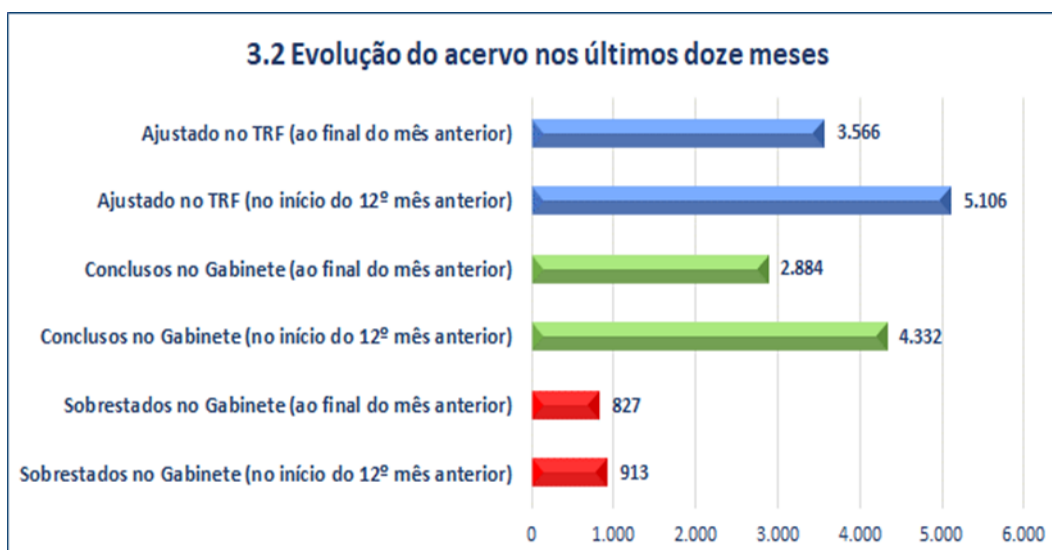
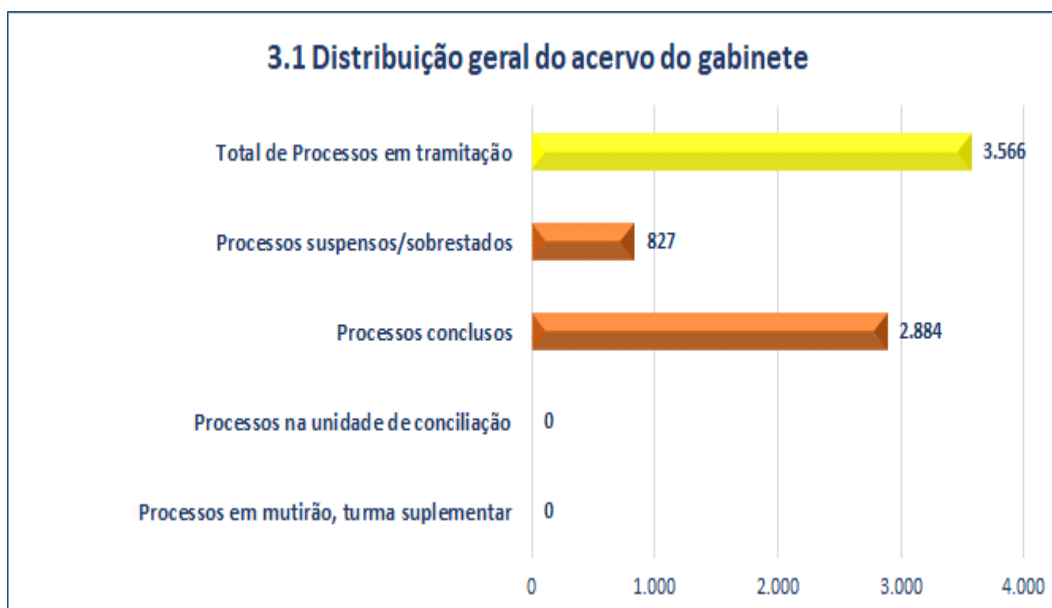
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1 - Assessor
CJ-2	1 - Chefe de Gabinete
CJ-1	1 - Assessor Jurídico
FC-4	4 - FC4
FC-3	7 - FC3

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

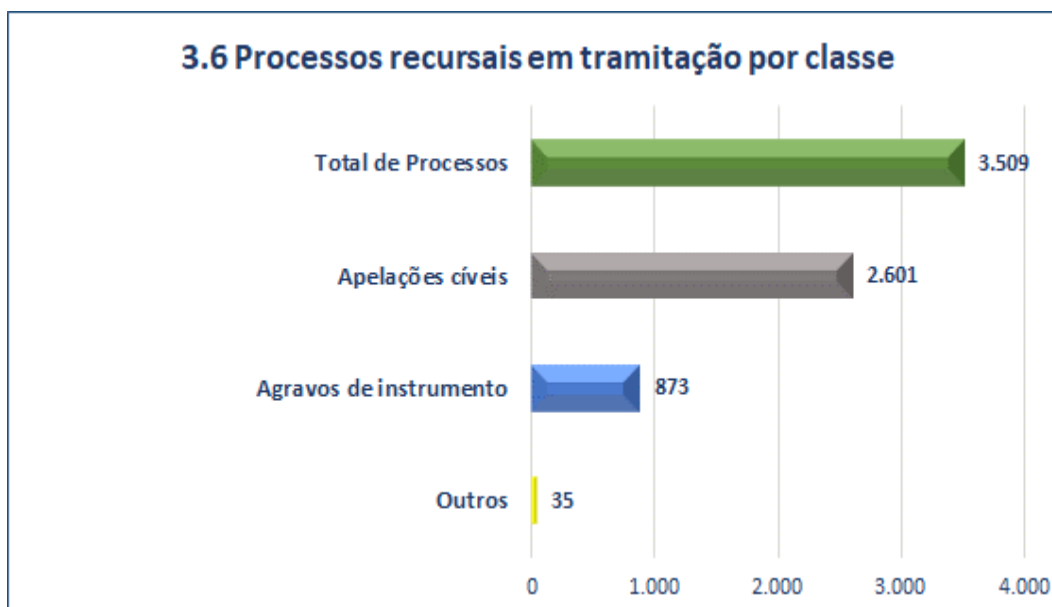
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	56
------------------------------------	----

Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	1
Ações rescisórias	24
Outros	27

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.509
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	13
Recursos em ações de desapropriação	21
Recursos em ações com preferência legal	332
Outros	3.142



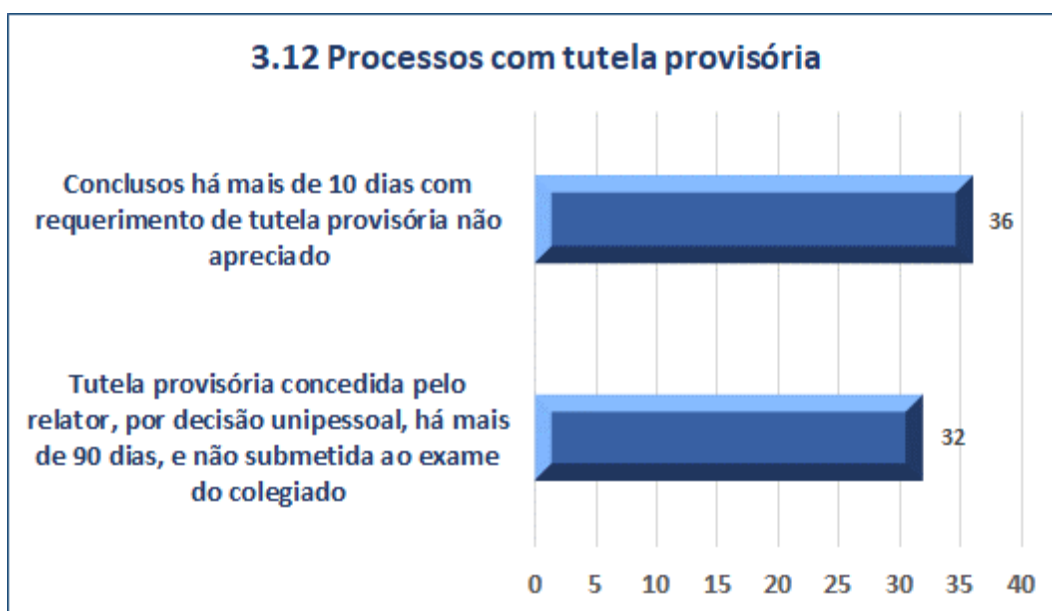
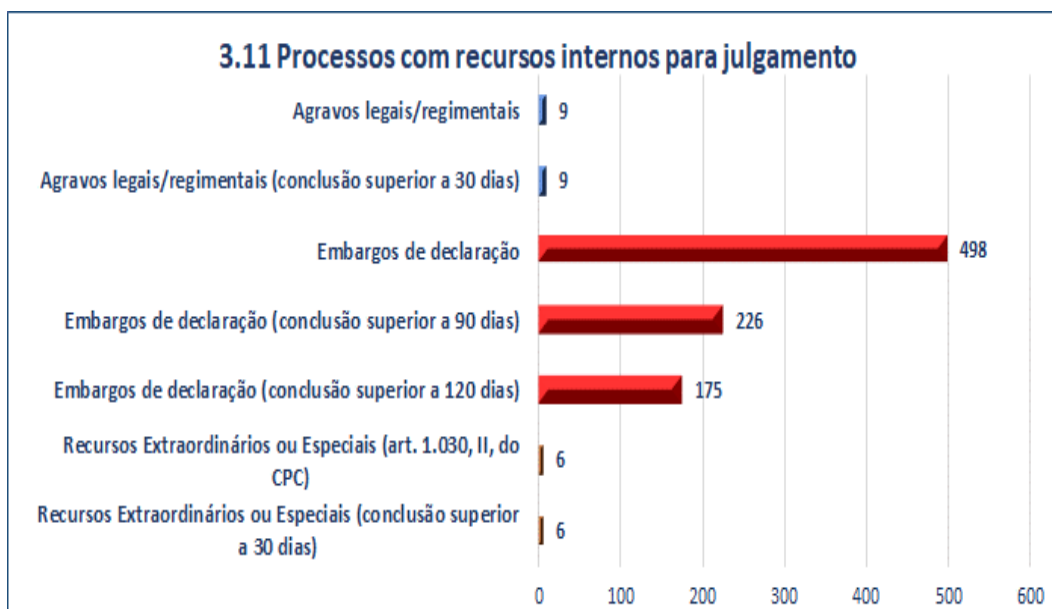
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0

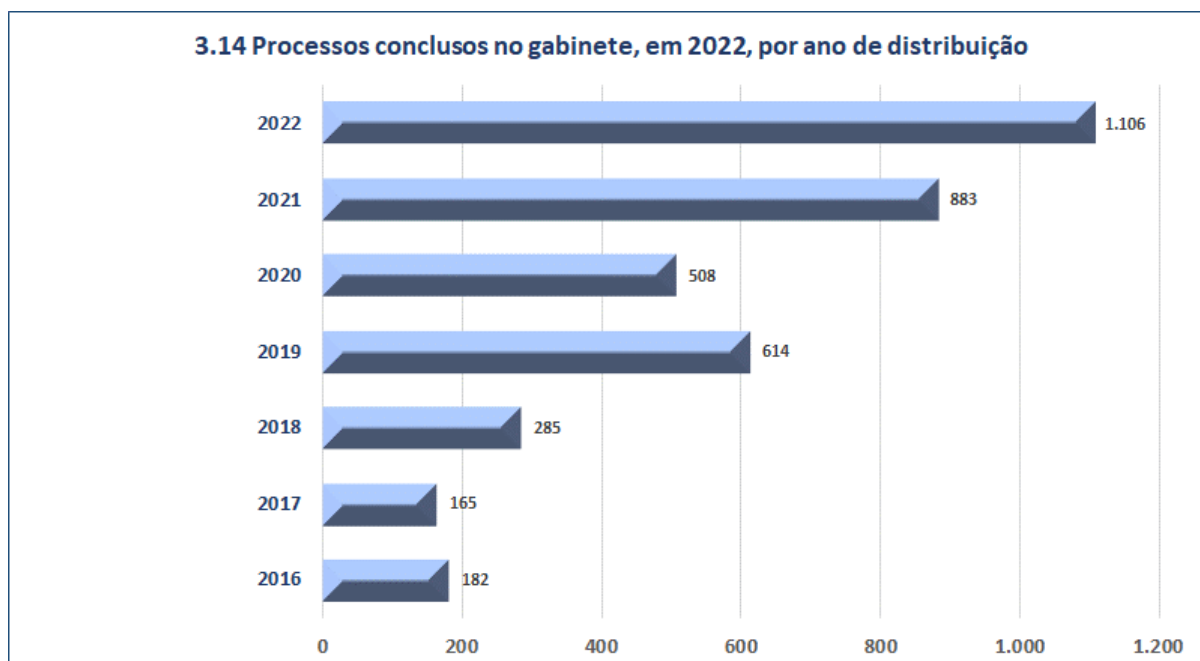
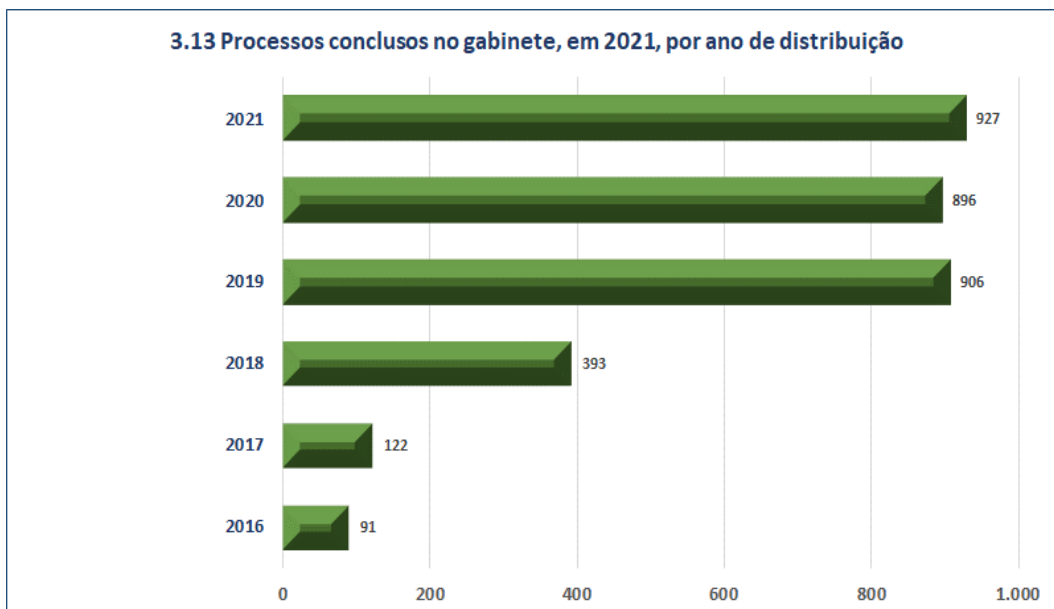
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

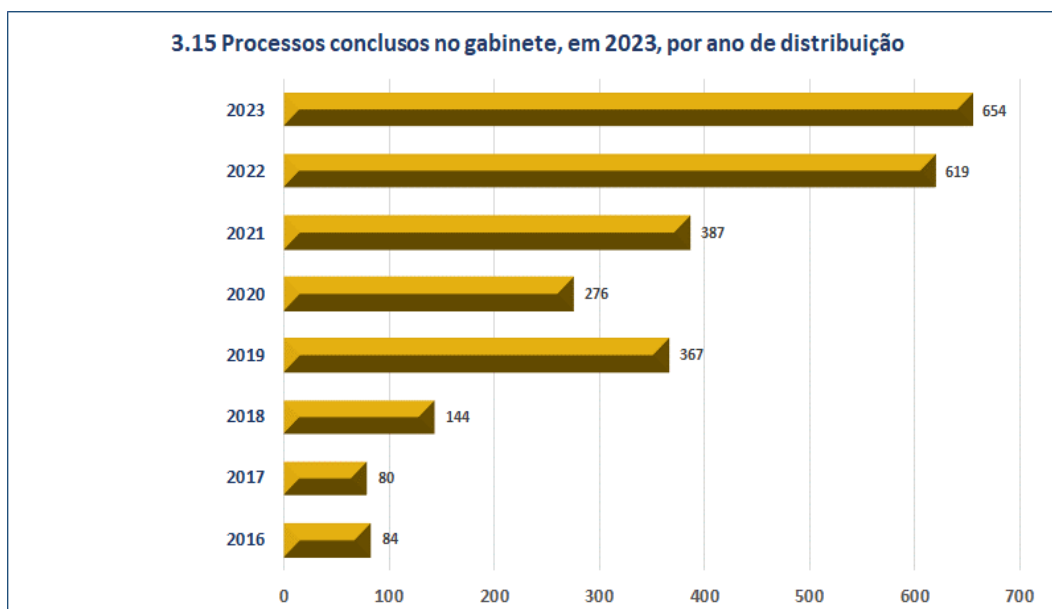
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





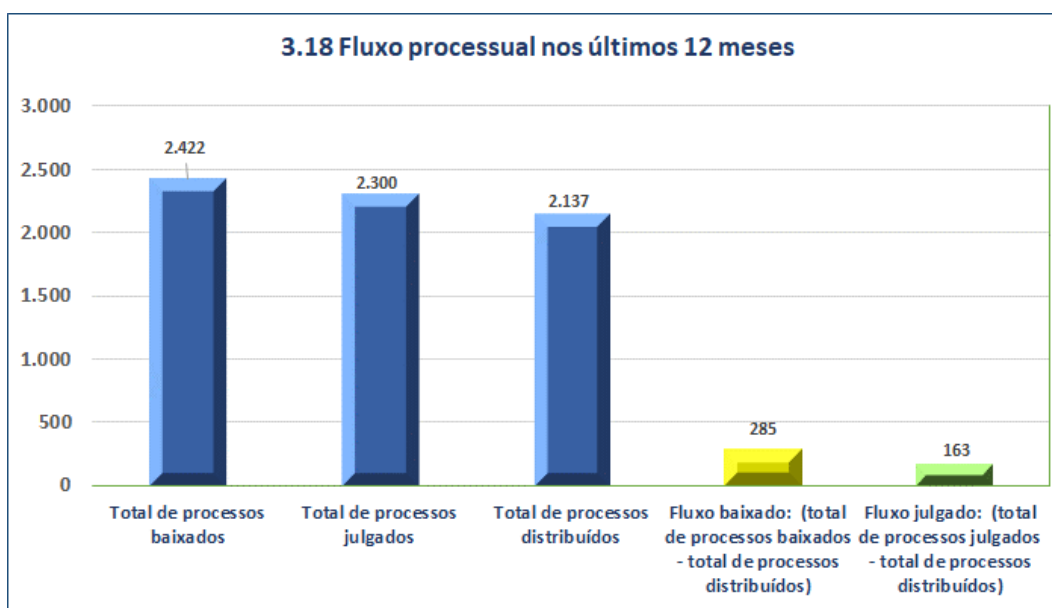


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

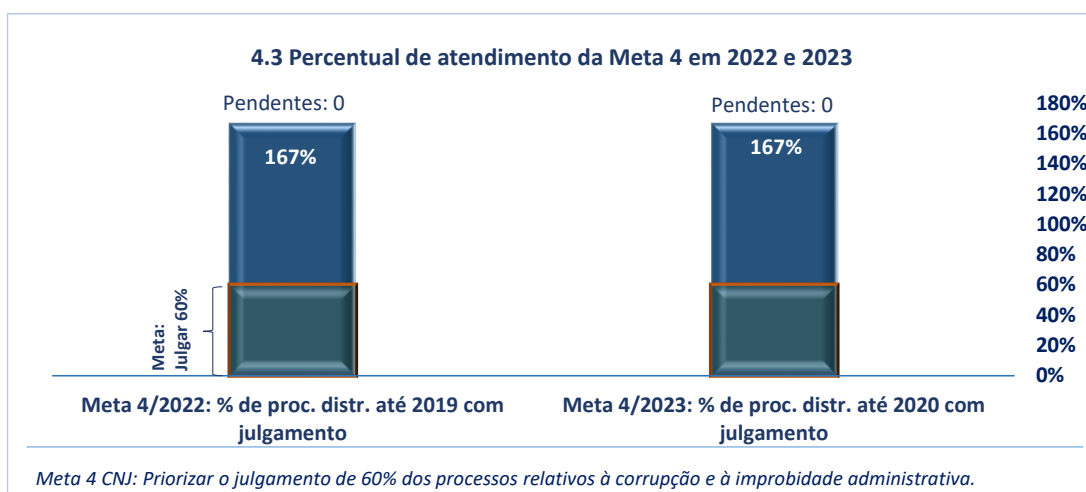
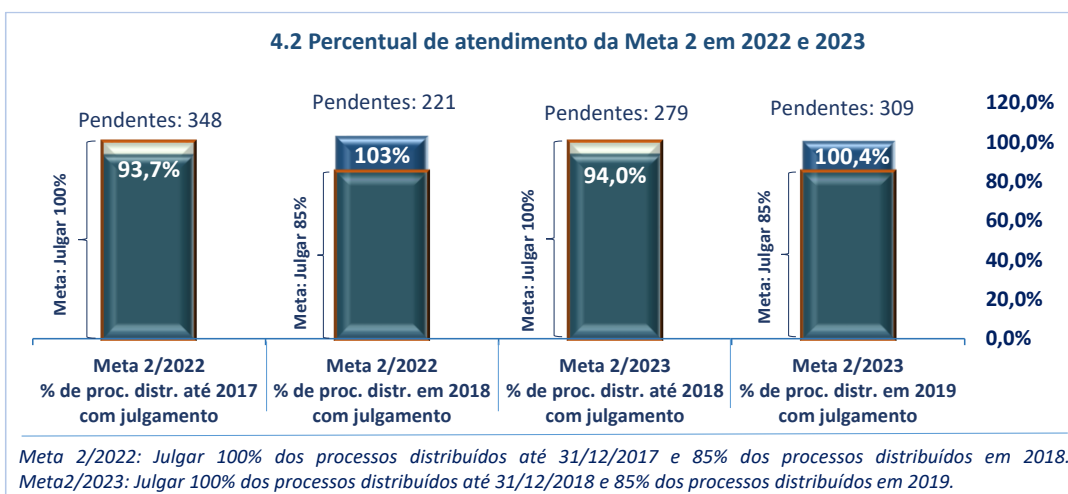
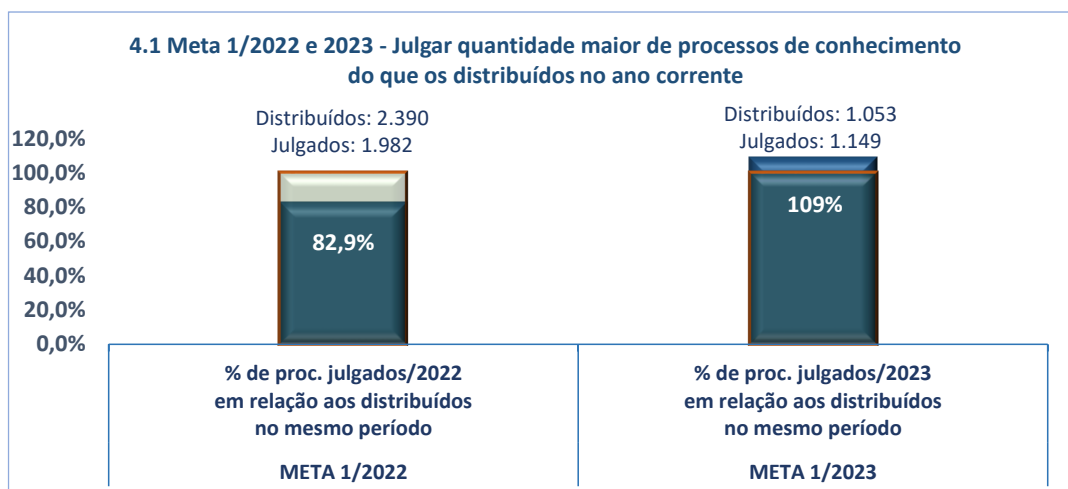
Remetidos para voto-vista	4
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	4

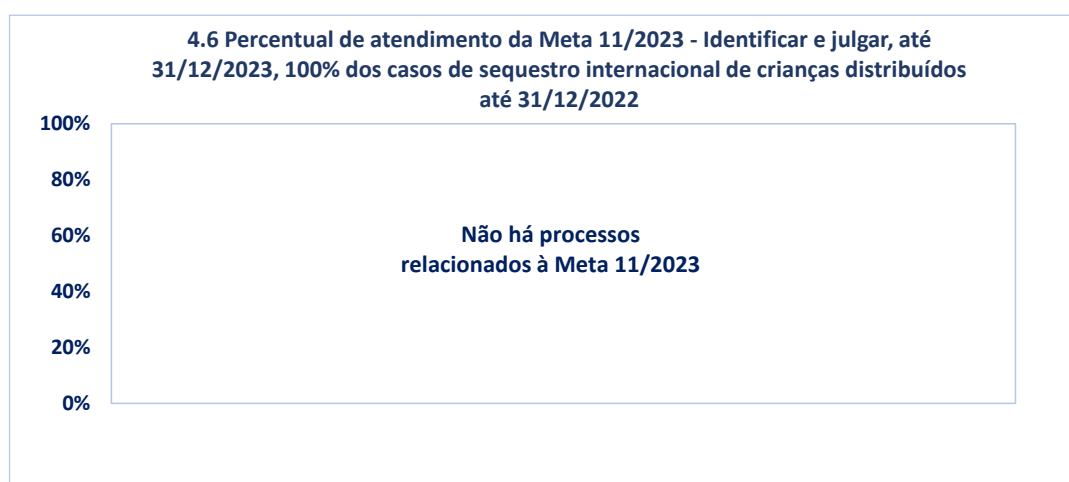
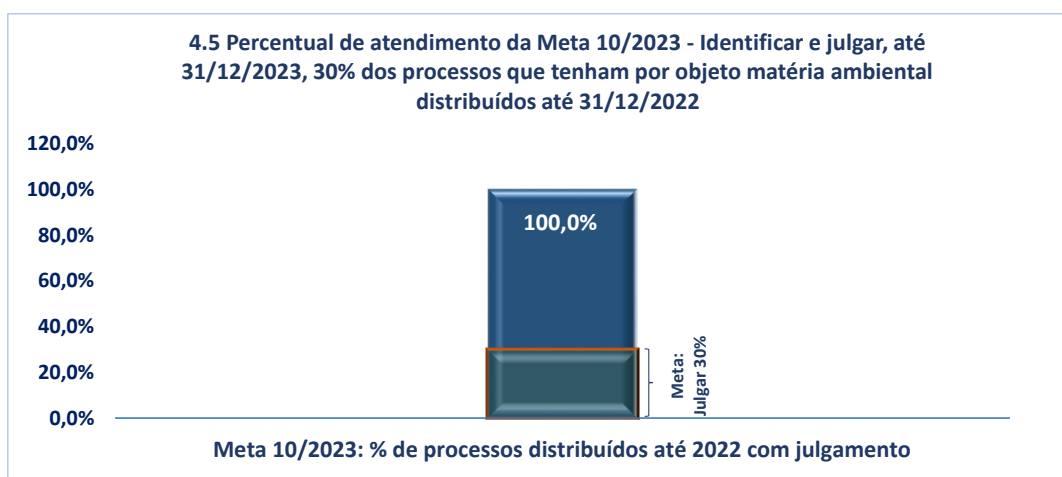
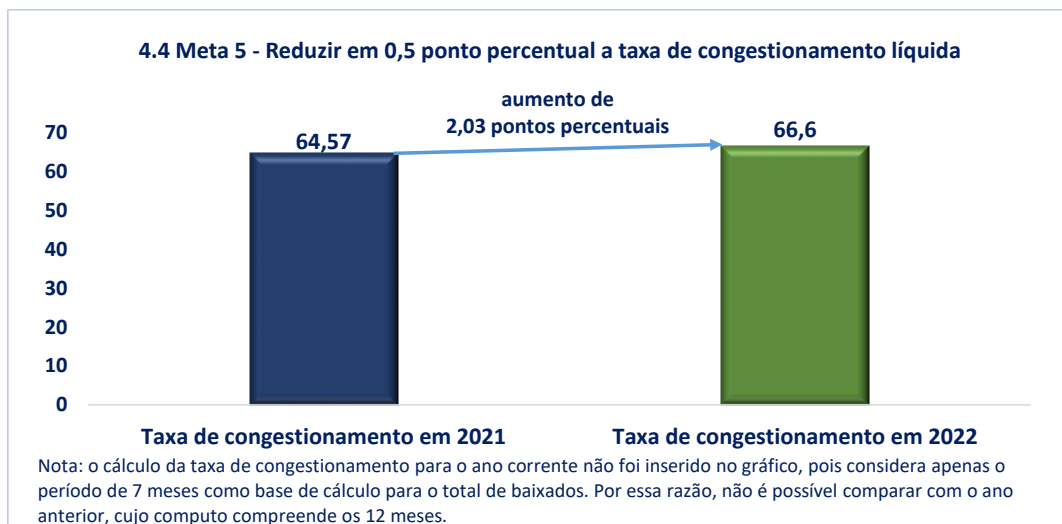
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para voto-vista	43
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	19



4. METAS





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Atualmente em fase de elaboração, a unidade não conta com um plano de gestão ultimado. Não obstante, há um rigoroso controle de acervo por meio da administração dos vários fluxos no PJe, com distribuição de tarefas pelos servidores de forma a obter a melhor performance individual conforme o perfil de cada um, com vistas a atingir a máxima produtividade da unidade.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle do sobrestamento é feito mediante consulta periódica aos sítios dos tribunais superiores para identificar matérias já julgadas e que são objeto do sobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

A unidade vem continuamente empenhando esforços para integração da equipe de trabalho por meio de reuniões frequentes e sistematização dos fluxos de trabalho. É de se destacar a fixação de metas individuais para atingimento por servidor, as quais vêm sendo alcançadas, o que promove renovado estímulo para superação pessoal/profissional, bem como institucional. A adoção do teletrabalho, conquanto imponha desafios para o atingimento de metas e a consecução de objetivos, vem se mostrando importante metodologia de trabalho.

5.4 Dificuldades

As dificuldades enfrentadas são inerentes ao próprio trabalho desenvolvido no Judiciário, a saber: o grande volume de processos e a realização constante de sessões de julgamento, o que impõem o desafio da adoção de métodos de trabalho eficazes para o atingimento do fim último da eficaz e célere entrega da prestação jurisdicional.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. O percentual de servidores em teletrabalho encontra-se dentro do limite previsto no artigo 5º da Resolução CNJ n. 227/2016, conforme redação atribuída pela Resolução CNJ n. 481/2022, sendo alcançados excelentes índices de produtividade com a adoção dessa metodologia de trabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, sempre que identificados casos em que seja possível a transação entre as partes

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5003072-89.2017.4.03.0000	31/3/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000821-89.2017.4.03.6114	8/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000261-96.2016.4.03.6110	14/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5006642-19.2017.4.03.6100	1º/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
5007710-04.2017.4.03.6100	4/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
5000220-27.2016.4.03.6144	16/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: sobrestado em razão de ordem de suspensão nacional de processamento de feitos pelo STF		
5004716-03.2017.4.03.6100	30/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000230-45.2017.4.03.6109	15/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5001737-42.2017.4.03.6141	1º/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
5000515-39.2017.4.03.6141	26/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000326-15.2017.4.03.6124	13/3/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
5000337-44.2017.4.03.6124	16/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000629-31.2018.4.03.6112	16/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5016236-87.2018.4.03.0000	13/7/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023		
5017623-40.2018.4.03.0000	26/7/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023		

5008962-38.2019.4.03.0000	11/4/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 12/09/2023		
0006090-51.2013.4.03.6110	8/8/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
0024471-45.2010.4.03.6100	30/6/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0000320-76.2010.4.03.6112	28/1/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0002200-82.2010.4.03.9999	2/2/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0008829-65.2011.4.03.6110	24/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5002724-66.2020.4.03.0000	10/2/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5003962-23.2020.4.03.0000	19/2/2020	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023		
0012001-93.2012.4.03.6105	27/11/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0009087-84.2007.4.03.6120	8/8/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0000447-40.2003.4.03.6118	8/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0006483-17.2011.4.03.9999	24/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5015784-42.2020.4.03.6100	15/4/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0022392-59.2011.4.03.6100	15/12/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 10/10/2023		
0000232-91.2008.4.03.6117	5/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0005010-49.2013.4.03.6111	8/4/2014	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
0003701-23.2009.4.03.6114	8/11/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em sessão de 29/8/2023		
0007352-18.2003.4.03.6100	27/2/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em sessão de 29/8/2023		

0028510-90.2007.4.03.6100	30/8/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3R		
0014312-82.2006.4.03.6100	13/8/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: redistribuir		
5001155-13.2018.4.03.6107	20/8/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: sobrestado em razão de ordem de suspensão nacional de processamento de feitos pelo STF		
0036367-96.2008.4.03.9999	30/6/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023		
0005813-08.2008.4.03.6111	6/11/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado em razão de ordem de suspensão nacional de processamento de feitos pelo STF		
1306563-12.1997.4.03.6108	22/6/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: julgado em sessão de 29/8/2023		
5009052-41.2022.4.03.0000	29/3/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 5/10/2023		
0014462-68.2003.4.03.6100	2/4/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: julgado em sessão de 29/8/2023		
0007177-02.2000.4.03.6109	12/12/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0000959-97.2001.4.03.6116	14/4/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em sessão de 29/8/2023		
0001318-61.2012.4.03.6116	19/9/2013	Apelação Criminal
Observação/Providência: será incluso na pauta de julgamento de 10/10/2023, pelo Revisor		
5001578-88.2020.4.03.6143	16/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5023009-12.2022.4.03.0000	25/8/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000090-92.2023.4.03.0000	5/1/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5001070-39.2023.4.03.0000	24/1/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5007211-74.2023.4.03.0000	20/3/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete criado pelo TRF 3 R		
0011549-05.2006.4.03.6102	2/10/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		

5002994-36.2019.4.03.6108	13/10/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5003991-64.2020.4.03.6114	26/3/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0001963-95.2016.4.03.6003	19/5/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000884-09.2020.4.03.6115	1º/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5018990-98.2019.4.03.6100	10/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado em razão de ordem de suspensão nacional de processamento de feitos pelo STF		
5014922-38.2020.4.03.0000	5/6/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5013372-08.2020.4.03.0000	26/5/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5023038-33.2020.4.03.0000	18/8/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5015733-61.2021.4.03.0000	9/7/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5016205-62.2021.4.03.0000	15/7/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
5000009-46.2023.4.03.0000	2/1/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 26/09/23		
5032825-18.2022.4.03.0000	6/12/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 26/9/23		
5014446-38.2017.4.03.6100	23/2/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023		
0005982-12.2016.4.03.6144	30/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: aguardando a inclusão em pauta pelo Desembargador que pediu vista dos autos		
0001312-30.2007.4.03.6116	3/7/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0000055-33.2017.4.03.0000	11/1/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0000330-88.2013.4.03.6121	31/3/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		

0013731-18.2007.4.03.6105	3/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: autos a serem redistribuídos para novo gabinete pelo TRF 3 R		
0004829-43.2011.4.03.6103	3/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0013173-22.2011.4.03.6100	18/11/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		
0000597-87.2008.4.03.6104	6/11/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: priorizar julgamento com a inclusão em pauta		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0031698-97.2008.4.03.9999	0000232-91.2008.4.03.6117	0000320-76.2010.4.03.6112
0000447-40.2003.4.03.6118	0001963-95.2016.4.03.6003	0002200-82.2010.4.03.9999
0006483-17.2011.4.03.9999	0008829-65.2011.4.03.6110	0011549-05.2006.4.03.6102
0012001-93.2012.4.03.6105	5000090-92.2023.4.03.0000	5000230-45.2017.4.03.6109
5000515-39.2017.4.03.6141	5000629-31.2018.4.03.6112	5000884-09.2020.4.03.6115
5001070-39.2023.4.03.0000	5001578-88.2020.4.03.6143	5002994-36.2019.4.03.6108
5003072-89.2017.4.03.0000	5003991-64.2020.4.03.6114	5004716-03.2017.4.03.6100
5007211-74.2023.4.03.0000	5015733-61.2021.4.03.0000	5015784-42.2020.4.03.6100
5016205-62.2021.4.03.0000	5023009-12.2022.4.03.0000	0005327-82.2006.4.03.6114
5000207-83.2023.4.03.0000		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0004829-43.2011.4.03.6103

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Renato Becho e pelos servidores Marilis Orias Barbare, Roberto Carlos Alexandre da Silva e Emanuelle Vieira Giancoli.

O gabinete em inspeção integra a 1ª Turma da Corte (1ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do TRF3, abrange o processamento e julgamento das seguintes matérias: “1-) Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS); 2-) Matéria de Direito Privado: a-) domínio e posse; b-) locação de imóveis; c-) família e sucessões; d-) direitos reais sobre a coisa alheia; e-) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; 3-) matéria trabalhista de competência residual; 4-) propriedade industrial; 5-) registros públicos; 6-) servidores

civis e militares; e 7-) desapropriações e apossamentos administrativos” (art. 10, parágrafo 1º, da emenda Regimental n. 13, do TRF3).

A equipe do Desembargador Federal Renato Becho assumiu o acervo atual em 11/10/2023, apenas uma semana antes da visita da corregedoria, de forma a não ser possível associar os resultados do gabinete nos últimos doze meses ao desembargador e sua equipe. Portanto, a entrevista centrou-se na análise do plano de gestão futuro do gabinete.

Nesse sentido, foi informado que a equipe é formada atualmente por 12 servidores lotados, sendo que a previsão do quadro é de 14 servidores. Dois servidores já trabalhavam com o Desembargador Renato Becho na primeira instância, e três servidores já integravam o quadro do Tribunal. Os demais servidores são oriundos de áreas administrativas do Tribunal e do novo concurso.

Relatou-se que foi recebido o acervo com número razoável de processos (2.741 em tramitação e 1.804 aguardando preparação de relatório e voto). Considerando o pouco tempo para conhecimento do acervo, está sendo feita triagem, estando o gabinete otimista com o desenvolvimento do trabalho e com a redução do acervo.

Na ocasião, o Desembargador apresentou o planejamento de gestão (Plano de Trabalho), com os seguintes itens:

- . *Priorizar Metas 1, 2, 4 e 10 do CNJ;*
- . *Priorizar movimentação dos processos mais antigos (2017/2019) (conclusos);*
- . *Verificar processos em que o assunto aparentemente exija urgência;*
- . *Verificar processos em que tenha pedido de liminar/tutela;*
- . *Triar processos (por classe/assunto) em que exista a possibilidade de perda de objeto;*
- . *Triar processos (por classe/assunto) em que, eventualmente, existe tese-posicionamento firmado;*
- . *Triar processos (por classe/assunto) em que, eventualmente, haja temas sobrestados;*
- . *Organizar processos/tarefas, com a devida criação de etiquetas, e padronizar procedimentos no PJe;*
- . *Organizar/padronizar decisões/votos.*

A equipe ainda apresentou as etiquetas de PJe que pretendem que sejam utilizadas.

O gabinete possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional.

Verificou-se que os servidores se encontram em bom estado de saúde no pós-pandemia.

O gabinete não externou grandes dificuldades ou demandas quanto ao trabalho, a não ser a de realização de cursos para qualificação da equipe, considerando que grande parte dela ainda é inexperiente na atividade realizada.

11. OBSERVAÇÕES

Sempre destacando que a atual equipe assumiu o acervo apenas no dia 11/10/2023, verificam-se as seguintes observações:

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 3.296 para 2.884.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.332 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.884.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 244, na última inspeção, para 498, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete. Afinal, nos 13 a 24 meses anteriores à inspeção, foram julgados 1.999 feitos; e nos últimos doze meses, foram julgados 2.300 feitos.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 61 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

Registre-se, finalmente, que consta uma pendência relativa à inspeção anterior, referente aos autos n. 0031698-97.2008.4.03.9999, que foram pautados para julgamento para a sessão do dia 10/10/2023, mas retirados. De seu turno, os autos n. 0002517-67.2015.4.03.6002, 0008571-54.2003.4.03.6104, 0008121-47.2004.4.03.6114 e 0041397-58.1997.4.03.6100, foram redistribuídos para outros desembargadores em 6/3/2023.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) cumprir a recomendação da inspeção anterior relativa aos autos n. 0031698-97.2008.4.03.9999;
- c) manter as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO MORIMOTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 27 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Todos os processos listados estão em dia, não havendo recomendação a fazer.

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Antônio Marimoto e pelas(os) servidoras(es) Adriana De Biagi Barros Alcântara, Angela Delazeri de Faria Soares, Edgard Costa Saura Júnior e Júlia Silvério Martins dos Santos.

Em resposta aos questionamentos abaixo, a equipe do gabinete do DF Antônio Morimoto apresentou as seguintes informações:

Questionamentos:

- Quantos servidores foram disponibilizados pelo Tribunal para essa unidade?
- Os servidores são oriundos das áreas fim ou meio?
- Como ficaram divididas as atribuições dentro da equipe na unidade?
- Como se dará a gestão da equipe frente às tarefas na unidade? O magistrado trouxe algum modelo em termos de gestão de gabinete para adotar na unidade?
- A partir do recebimento, por período excepcional, qual o planejamento e as metas que podem ser adotadas para o gabinete e principalmente para a gestão dos processos recebidos?

Resposta:

- *Estão lotados, no Gabinete do Des. Fed. Antonio Morimoto, 14 servidores, 13 do quadro de pessoal e 1 de fora dos quadros da Administração Pública. Temos também dois estagiários de nível superior.*

“- Dos 13 servidores, 7 são oriundos da área fim e 6 da área meio. Tanto técnicos como analistas são bacharéis em Direito, sendo que uma técnica ainda está cursando.

- As atribuições dentro da equipe foram divididas nos seguintes termos:

ADRIANA (CHEFE DE GABINETE) – auxílio na revisão de propostas de minutas elaboradas, apoio aos servidores e assessoramento ao Desembargador nas sessões de julgamento da 1ª Turma.

ANGELA (ASSESSORA) – tarefas administrativas relacionadas ao quadro de pessoal, auxílio na revisão de propostas de minutas elaboradas, apoio aos servidores e assessoramento ao Desembargador nas sessões de julgamento da 1ª Turma.

EDGARD (ASSESSOR II) – elaboração de propostas de minutas em processos de competência da 1ª Seção e assessoramento ao Desembargador nas sessões de julgamento desse Órgão Colegiado.

JULIA – auxílio nas tarefas administrativas relacionadas ao atendimento ao público em geral e elaboração de propostas de minutas em processos de competência da 1ª Turma.

JULIANE – auxílio no acompanhamento de processos no SEI e elaboração de propostas de minutas em processos de competência da 1ª Turma.

AGNES, LOUISE, ANA LAURA, ANDRÉ, VIVIAN, KAUÊ, JULIANA, MICHELE, BEATRIZ – elaboração de propostas de minutas em processos de competência da 1ª Turma.

MÁRIO (ESTAGIÁRIO) – auxílio na triagem dos processos que são distribuídos ao Gabinete.

RONALD (ESTAGIÁRIO) - resumos dos entendimentos levados à pauta de julgamento da 1ª Turma e auxílio na triagem dos processos que são distribuídos ao Gabinete.

- As matérias estão distribuídas aos servidores da seguinte forma:

AGNES e LOUISE – Cíveis e militares.

ANA LAURA – Responsabilidade civil e regressivas contra o INSS.

ANDRÉ e VIVIAN – Contribuições, imunidade tributária, SAT, GILRAT, FUNRURAL, laudêmio (exceto execução de laudêmio) e FGTS (empresa x União).

KAUÊ – execução fiscal, execução de laudêmio, execução de FGTS (União x empregador).

JULIANA – FGTS (particulares x CEF) e vícios de construção.

JULIANE – possessórias, marcas e patentes e residual.

JULIA – liminares processuais, cumprimento de sentença (exceto execução fiscal).

MICHELE – contratos em geral: FIES, mútuo bancário, cédula de crédito bancário.

BEATRIZ – SFH, cédula de crédito rural, PAR (programa de arrendamento residencial), FAR (fundo arrendamento rural).

EDGARD – 1ª Seção.

- Quanto à gestão, busca-se adequada distribuição da força de trabalho entre os servidores, cujas equipes especializadas por matérias criam propostas de matrizes de entendimentos do Desembargador em minutas de despachos, decisões e votos. Após a consolidação das matrizes, as metas serão traçadas, de acordo com o grau de complexidade da matéria analisada, variando entre duas e três decisões/votos por dia, por servidor. Ao final de cada mês, os servidores enviam à chefia planilha com todas as minutas confeccionadas. Na triagem dos processos, são identificados, por meio da inclusão de etiquetas próprias, os pedidos de concessão de liminar. Os juízos de retratação, embargos de declaração e agravos internos serão tratados com prioridade assim que recebidos. São realizadas, periodicamente, reuniões presenciais ou por videoconferência, com o intuito de motivar a equipe e padronizar o exercício das atividades.

- O Des. Fed. Antonio Morimoto não trouxe modelo em termos de gestão de gabinete para adotar na unidade, por ser ingresso pelo quinto constitucional do MPF.

- Quanto ao planejamento e às metas adotadas para o gabinete e para a gestão dos processos recebidos, nossas rotinas se direcionam à especialização e treinamento das equipes, observada a afinidade de cada servidor com a matéria analisada. Buscamos a padronização da forma de trabalho, inclusive na apreciação dos casos concretos. Nosso objetivo consiste em reduzir o acervo, com observância das metas do CNJ e o célere julgamento de feitos com prioridade legal. Iniciamos, em planilha, controle estatístico mensal, já alimentada com acervo recebido neste quinto gabinete (estatística TRF3 - 09/2023).

- Recebemos o acervo em 11.09.23. A prioridade estabelecida pelo Des. Fed. Antonio Morimoto foi a de identificarmos as liminares pendentes de análise, principalmente nos agravos de instrumento. Diante disso, após a organização do acervo por matérias (período de 11 a 18/09), as equipes, sob a orientação do Desembargador, passaram a elaborar as respectivas propostas de minuta. Gradualmente, cada equipe que finalizava as liminares de sua matéria, migrava para a elaboração de propostas de voto em apelações cíveis e agravos de instrumento. No peço-dia de 16.10.23, pautamos 86 processos para a sessão de 12.12.23.”

A equipe do Desembargador Federal Antônio Marimoto, é composta de servidores e servidoras que estavam lotados no gabinete anteriormente ocupado pelo magistrado, na 7ª Turma, que o acompanhou com a remoção para a unidade atual.

O gabinete recebeu acervo atual em setembro/2023, com 2.475 processos, sendo 652 sobrestados e 1.823 tramitando e ainda pendentes de 1º julgamento.

Diante da recente criação da unidade, fica prejudicada a verificação da evolução anual do quantitativo de processos no acervo.

A força de trabalho está adequada ao serviço do gabinete, com boa estrutura, mas contando com o quadro de servidores que ainda está se familiarizando e se adaptando com as novas rotinas de trabalho e à nova matéria, pois, no gabinete anterior, os servidores trabalhavam apenas com a matéria previdenciária.

Há servidores em regime de teletrabalho na unidade, em sua forma híbrida, sendo observado o percentual e a meta de produtividade estabelecidos na Resolução n. 481/CNJ.

Verificou-se que os servidores se encontram em bom estado de saúde no pós-pandemia.

O Desembargador Federal Antônio Marimoto relatou que os servidores necessitam de cursos com o objetivo de prepará-los à nova realidade decorrente da remoção da 7ª para a 1ª Seção, cuja competência e matérias são totalmente diversas, bem como treinamento nas diversas funcionalidades tanto do PJe como em outros softwares e sistemas agregados, como planilhas, editores de texto, Teams, relatórios do BI, SharePoint etc.

4. OBSERVAÇÕES

A unidade inspecionada foi instalada na data 11/9/2023 tendo como primeiro magistrado o Desembargador Federal Antônio Morimoto, que foi nomeado para o cargo de Desembargador Federal 25/5/2023, tomando posse em 20/6/2023.

O gabinete em inspeção integra a 1ª Turma da Corte (1ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do TRF3, abrange o processamento e julgamento das seguintes matérias: “1-) Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS); 2-) Matéria de Direito Privado: a-) domínio e posse; b-) locação de imóveis; c-) família e sucessões; d-) direitos reais sobre a coisa alheia; e-) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; 3-) matéria trabalhista de competência residual; 4-) propriedade industrial; 5-) registros públicos; 6-) servidores civis e militares; e 7-) desapropriações e apossamentos administrativos” (art. 10, parágrafo 1º, da emenda Regimental n. 13, do TRF3).

5. RECOMENDAÇÕES

Em virtude da recém criação da unidade, não há recomendação específica a ser feita, devendo a unidade manter as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Francisco

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Segunda Turma/Primeira Seção/Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

O Desembargador Carlos Francisco foi designado para o Gabinete n. 1025, da 2ª Turma, em 7/2/2020, onde permanece até a presente data.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Chefe de Gabinete: Fernando Capello Calazans (Técnico Judiciário); Assessor: Julio Neves da Silva (Analista Judiciário)

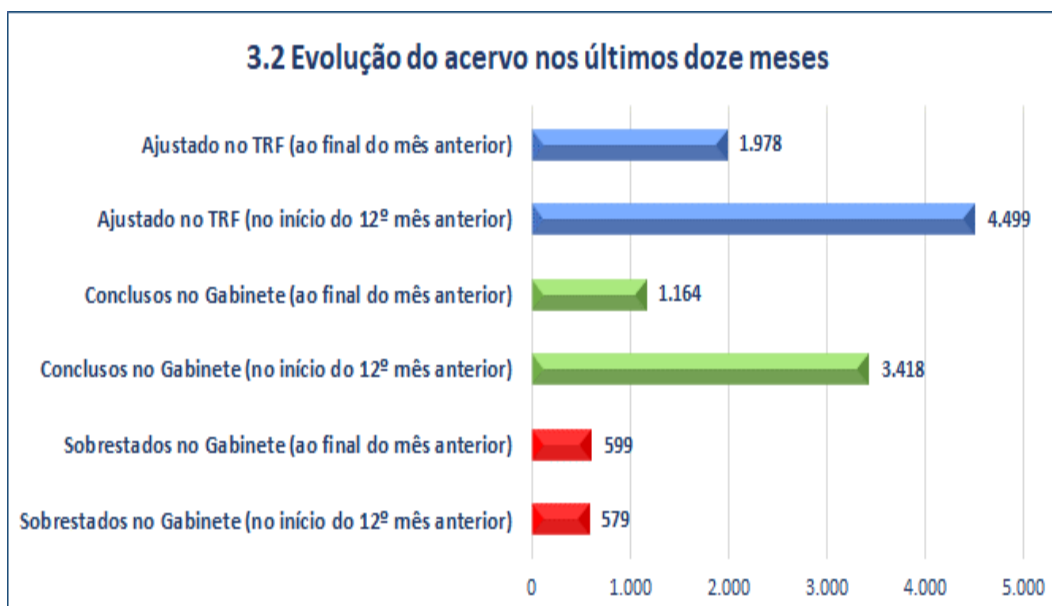
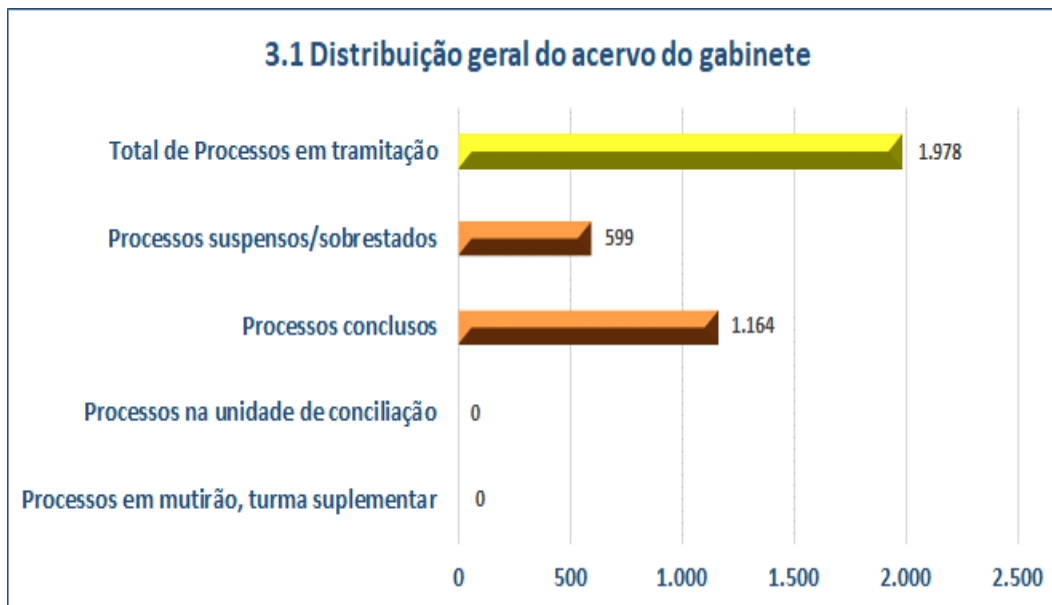
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	15
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Julio Neves da Silva
CJ-2	Fernando Capello Calazans
CJ-1	Danielle Claudino de Freitas Gasparini
FC-4	Cintia Suzuki; Cristiano Granato Negreiros Achao; Kátia da Silva Araújo; Luciana Maria Penna Dupre Rabello
FC-3	Adriana Pinheiro Amorim; Alexandre Porto Chacon; Iara Aparecida Elias Pereira Aranha; Keila Lemos Hakme; Leandro Funck; Matheus Castro Almeida Prado de Siqueira; Renan Russo Nobre

3. DADOS ESTATÍSTICOS

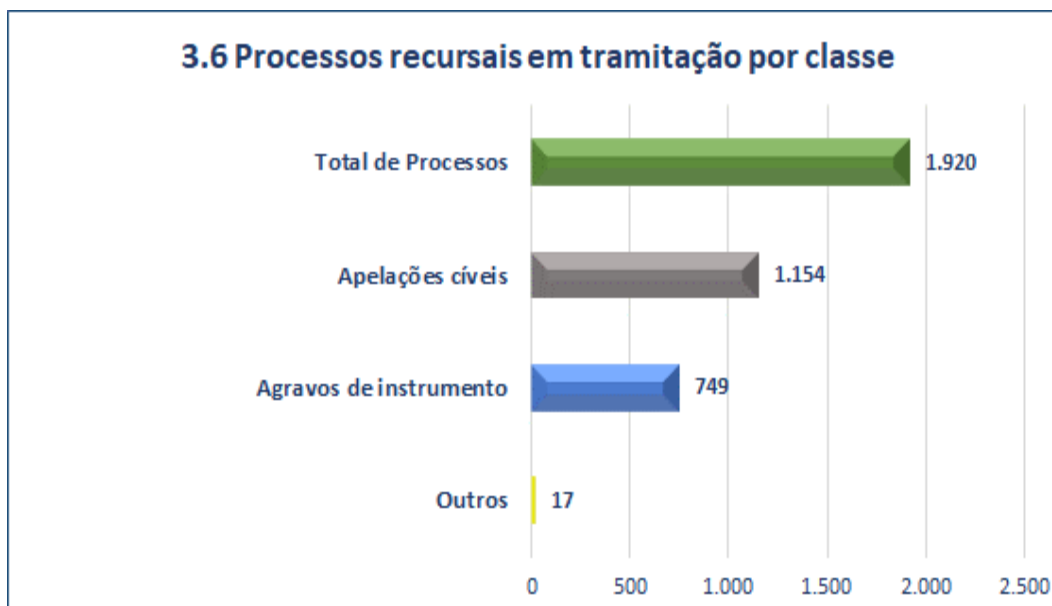


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não. (Obs.: em atendimento à Resolução PRES n. 578/2023, houve a redistribuição, em março/2023, de 25% dos processos ativos do Gabinete, para formação do acervo do novo Gabinete criado nesta 2ª Turma)
---	--

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	54
Mandados de segurança	1
IRDR	1
Conflitos de competência	9
Reclamações	1
Ações rescisórias	31
Outros	11

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.920
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações civis públicas	7
Recursos em ações de desapropriação	14
Recursos em ações com preferência legal	218
Outros	1.679

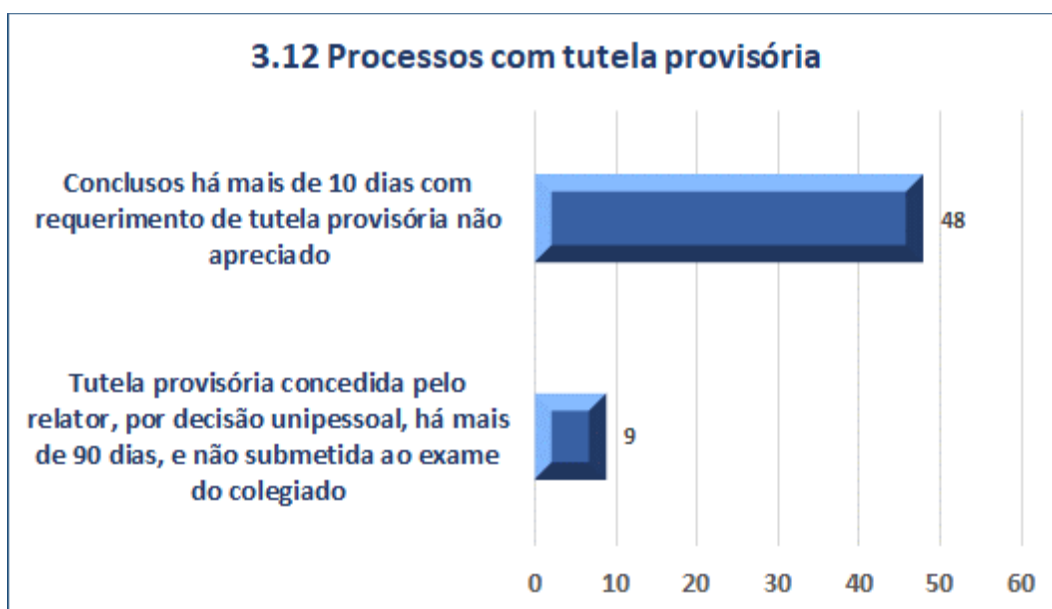
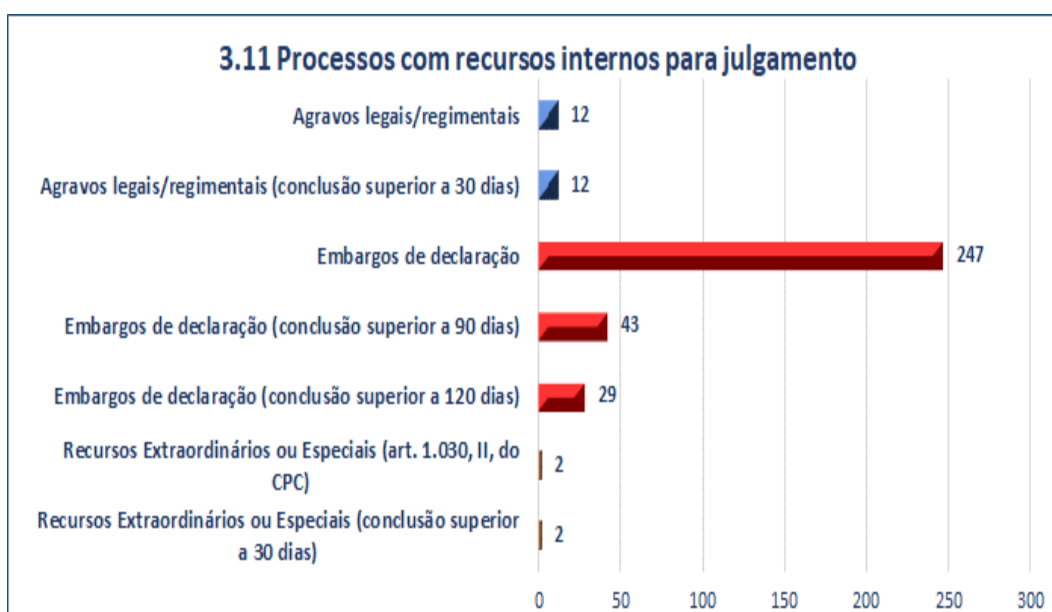


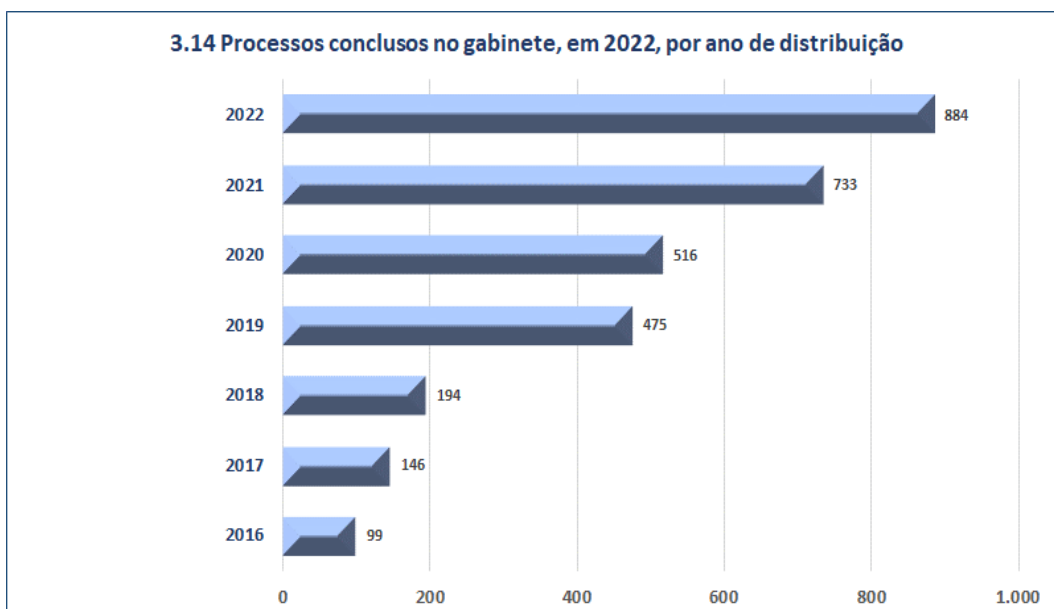
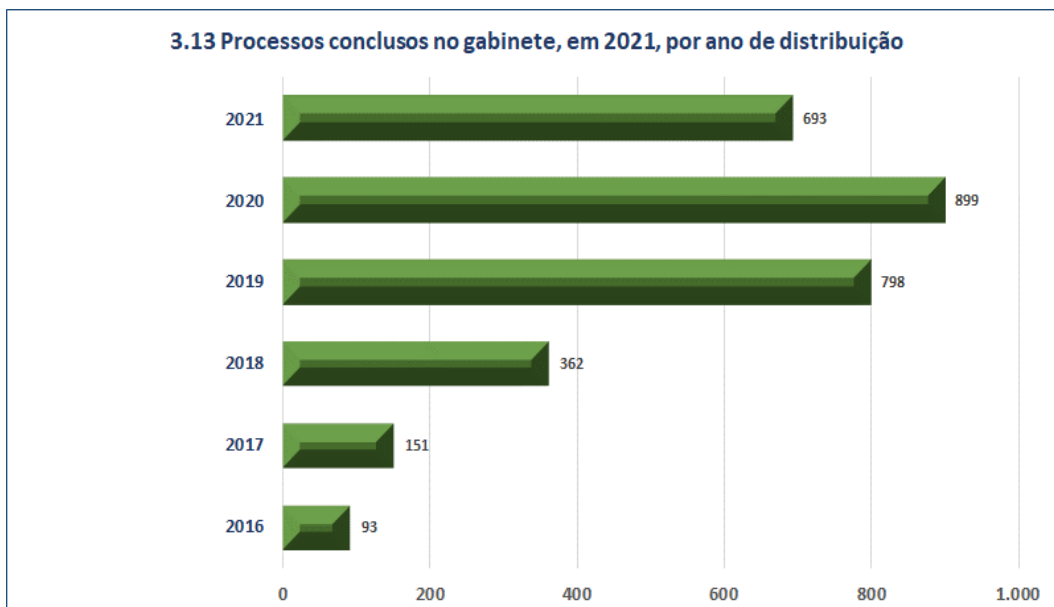
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	1

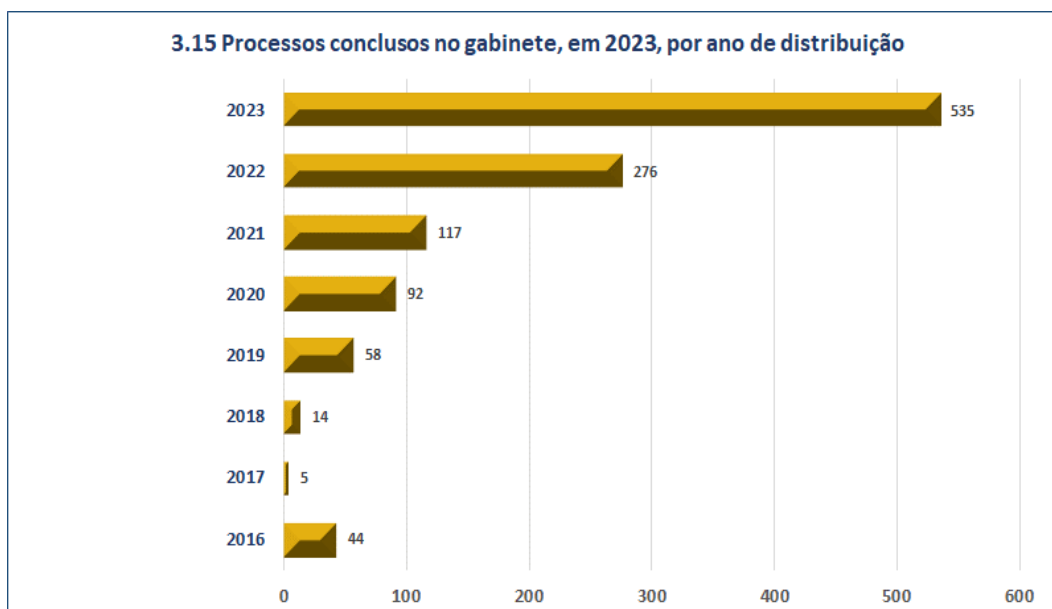
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	2
Apelações	2

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0





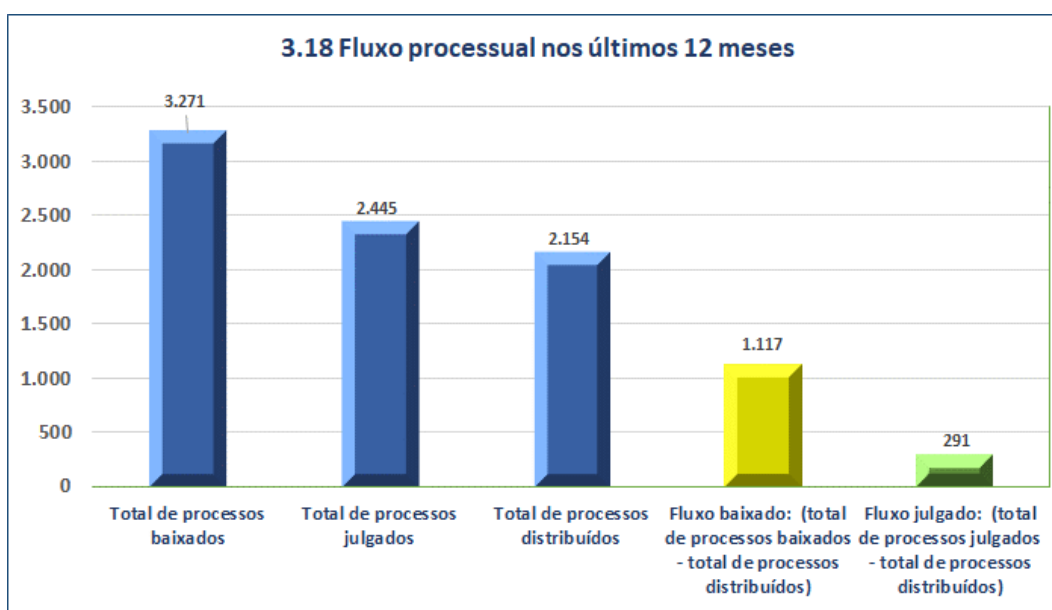


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

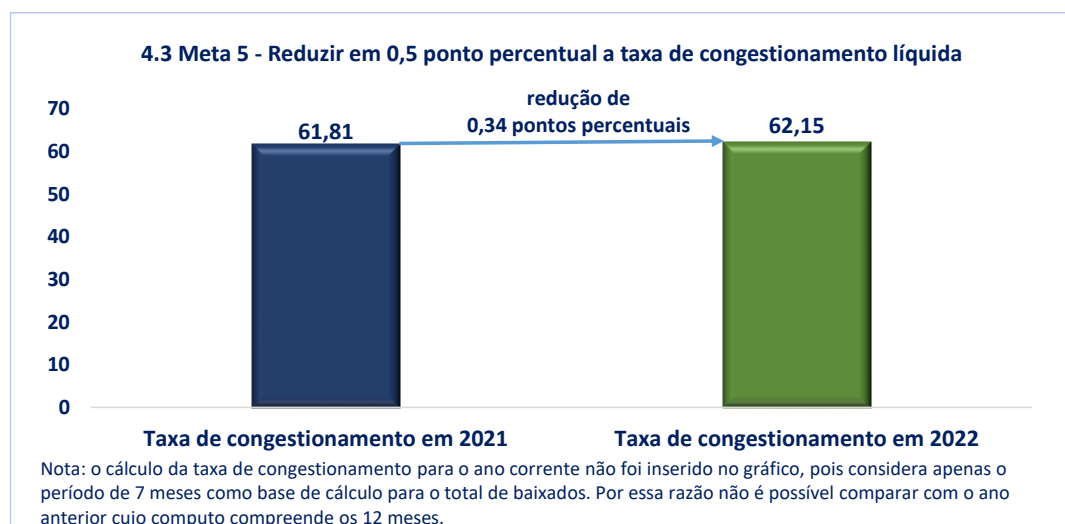
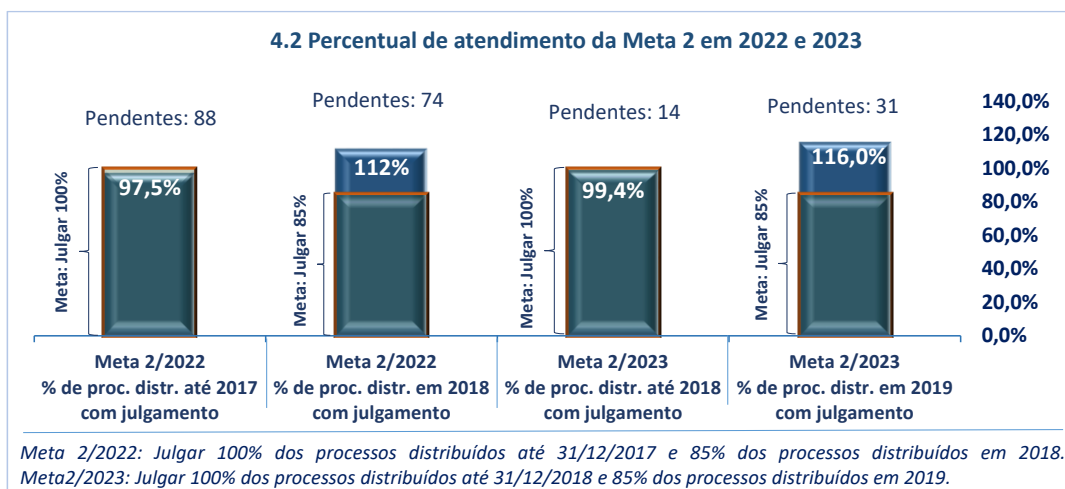
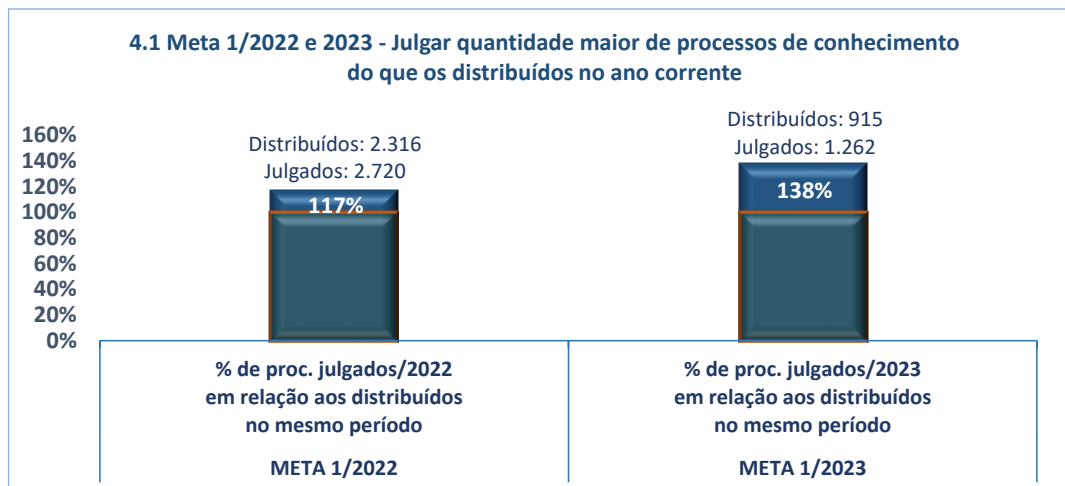
Remetidos para voto-vista	13
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	10

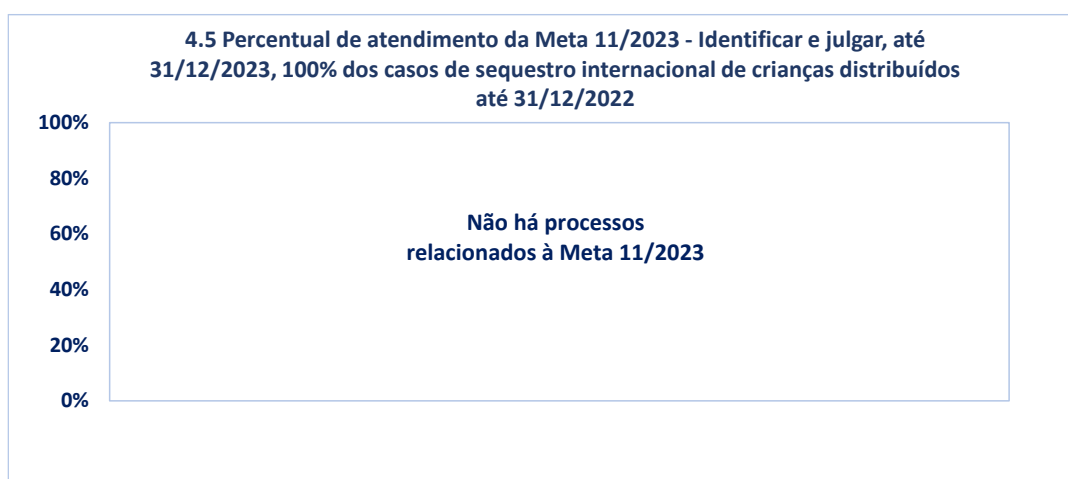
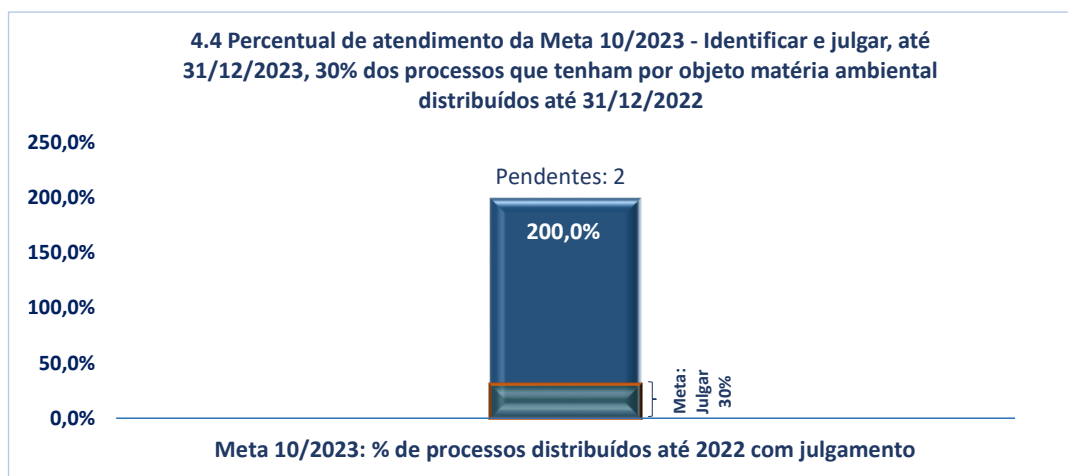
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle do acervo é feito a partir de relatórios periódicos (Microsoft Power BI; Relatórios Gerenciais PJe) para acompanhamento de distribuição, processos baixados, produtividade, metas, sobrestamentos, taxa de congestionamento, prioridades, processos sem movimentação por determinado período, processos sem visibilidade, entre outros. Com os dados obtidos é possível planejar a redistribuição de atividades com vistas a atender eventuais atrasos, processos prioritários e feitos indevidamente represados, a exemplo das recentes ações visando à redução do número expressivo de embargos de declaração pendentes de apreciação, de agravos de instrumento e de processos mais antigos (Meta 2). Com relação à divisão das atividades, são atribuídas matérias específicas aos integrantes da equipe, levando-se em conta a complexidade e a afinidade de cada servidor com os assuntos. Assim que os processos chegam da distribuição passam imediatamente por uma triagem, recebendo etiquetas indicativas da data de distribuição, assunto, entre outras informações relevantes, além de etiquetas com o nome do servidor designado para

tratar das respectivas matérias. Há a preocupação de que ao menos 2 servidores tenham domínio sobre cada matéria, para que não haja prejuízo durante períodos de férias, especialmente para os casos considerados urgentes. No período que antecede as sessões de julgamento, é feita uma conferência prévia dos processos dos demais desembargadores da Turma, também respeitando as matérias em que cada servidor atua, com o encaminhamento do resultado ao Desembargador, eventualmente com as declarações de voto nos casos em que se verifique entendimento divergente. São mantidos em rede, acessível a toda a equipe, arquivos contendo modelos elaborados diretamente pelo Desembargador Carlos Francisco, ou por ele ajustados e aprovados a partir de minutas feitas pelos servidores, sendo organizados por temas, e sistematicamente ampliados e atualizados em função de mudanças legislativas e sistema de precedentes. Há ainda planilha de temas repetitivos e em repercussão geral, com determinação de suspensão nacional dos processos que versem sobre matéria idêntica, para controle dos processos sobrestados. São realizadas reuniões periódicas com toda a equipe, visando avaliar e redirecionar a mecânica de trabalho e as metas, além de contínuo e permanente diálogo direto com os servidores para solução de problemas pontuais e feedback acerca das atividades realizadas. É feito ainda o monitoramento das petições por meio dos agrupadores do PJe, e da tarefa 'Recebidos da unidade processante' para verificação do teor de eventuais petições com requerimentos urgentes ou que permitam a imediata extinção do feito.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O acervo de processos sobrestados, por força de decisões proferidas em incidentes de resolução de demandas repetitivas, temas de repercussão geral e recursos repetitivos, é monitorado por meio de relatórios periódicos extraídos do PJe, bem como pelo acompanhamento do julgamento dos precedentes que motivaram a suspensão, para retomada do processamento, com a aplicação das respectivas teses vinculantes. Até o momento, os processos têm permanecido em tarefas de acompanhamento exclusivo da Subsecretaria processante, que reativa a movimentação assim que cessa o motivo do sobrestamento, ou a requerimento das unidades julgadoras. Porém, está em curso uma ação do TRF/PJe visando à migração desses processos para tarefas do PJe sob controle dos Gabinetes, situação que deve facilitar o acompanhamento dos feitos nessa condição. Por fim, destacamos um servidor para acompanhamento e antecipação de providências possíveis nos feitos sobrestados (preparação de minutas de relatórios e de partes da decisão pertinente a aspectos controvertidos não ligados aos temas que motivaram o sobrestamento), a fim de que seja possível a apresentação desses processos para julgamento com maior celeridade, tão logo sejam definidas as teses nos respectivos processos-paradigma.

5.3 Boas práticas e inovações

As restrições impostas pela pandemia do Covid-19 acabaram por exigir soluções que se prorrogaram em razão dos benefícios proporcionados, como o uso da ferramenta Microsoft Teams, seja internamente, para o contato com servidores desta e de outras unidades do Tribunal que estejam em teletrabalho, ou para atendimento de advogados, especialmente aqueles que se encontram fora do município de São Paulo. A

experiência do teletrabalho também mostrou resultados satisfatórios tanto em termos de produtividade, quanto na satisfação e bem-estar dos servidores que optaram por essa modalidade de trabalho. Ainda no contexto do teletrabalho, optamos por destacar um dia da semana em que toda a equipe esteja presente, o que contribui para a uniformização da comunicação e dos trabalhos, além de propiciar a preservação da cultura organizacional e das relações entre os servidores.

5.4 Dificuldades

No curso de 2022 foram encontradas dificuldades em relação à gestão do acervo, advindas do acúmulo de embargos declaratórios pendentes de apreciação, do alto número de liminares em agravos de instrumento/efeito suspensivo em apelação, e da quantidade significativa de processos antigos, impactando o tempo médio de tramitação processual. A partir de outubro de 2022 optamos pela realização de mutirões internos nessas três frentes, que resultaram na apreciação de todo o passivo de embargos (900 processos), e de liminares em agravos/efeito suspensivo em apelação (350 processos). Tiveram andamento, ainda, todos os 292 processos distribuídos entre 2007 e 2018, de forma que em 15/8/2023 todos os processos da Meta 2/2023 já se encontravam pautados para julgamento. Em relação a esse último ponto, vale registrar que a redistribuição de parte dos processos ativos, realizada em março de 2023 por força da Res. PRES n. 578/2023 (criação de novo gabinete na 2ª Turma), acabou contribuindo para antecipar o atendimento da Meta 2/2023.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Em relação ao teletrabalho, são observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 227, de 15/6/2016, e alterações posteriores, especialmente aquelas trazidas pela Resolução CNJ n. 481, de 22/11/2022, além das disposições contidas na Resolução PRES n. 514 de 28/4/2022, deste Tribunal, notadamente a limitação do número de servidores em trabalho não presencial a 30% do quadro permanente do Gabinete (art. 5, III, da Resolução CNJ n. 227/2016 e art. 5º-A, VI, e § 1º, da Resolução PRES n. 514/2022) e comparecimento na unidade por no mínimo 2 dias úteis por semana (art. 18, § 1º, da Resolução PRES n. 514/2022). Da mesma forma é observado o incremento, em até 30%, nas metas estabelecidas para os servidores que executam a mesma atividade nas dependências do órgão (em regra 7 minutos semanais de relatório/voto/acórdão), conforme art. 25, da Resolução PRES n. 514/2022.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O encaminhamento de feitos desta unidade para o Gabinete da Conciliação ocorre sempre que as partes apresentam indicativo da possibilidade de composição, ou ainda mediante requisição direta do feito pela referido Gabinete. Embora o número de feitos

submetidos ao Gabinete da Conciliação seja ainda pouco expressivo, realizamos recente contato com aquela unidade, com a perspectiva de encaminhamento de processos em que as chances de conciliação se mostrem promissoras, a exemplo das ações envolvendo a Caixa Econômica Federal que versem sobre danos materiais e morais, contratos comerciais e contratos habitacionais, além de ações ajuizadas por servidores públicos em face da União.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000686-66.2016.4.03.6125	11/3/2019	Apelação Cível
Julgado em 8/8/2023 - prazo em curso na subsecretaria		
5002511-29.2018.4.03.6144	26/4/2019	Apelação Cível
Julgado em 22/8/2023		
0025978-65.2015.4.03.6100	16/5/2019	Apelação Cível
Julgado em 22/8/2023		
5002344-66.2017.4.03.6105	25/9/2019	Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 22/8/2023		
0021585-97.2015.4.03.6100	13/11/2019	Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 22/8/2023		
5001645-95.2019.4.03.6108	8/1/2020	Apelação Cível
Julgado em 22/8/2023		
0009390-86.2016.4.03.6119	29/1/2020	Apelação Cível
Processo pautado para 19/9/2023		
0001164-96.2009.4.03.6100	7/2/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para 22/8/2023		
0015800-28.2013.4.03.6100	2/4/2020	Apelação Cível
Processo pautado para 3/10/2023		
0005997-35.2016.4.03.6126	6/4/2020	Apelação Cível
Estima-se a inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0005812-94.2016.4.03.6126	21/5/2020	Apelação Cível
Processo pautado para 7/11/2023		
5000830-70.2017.4.03.6140	27/5/2020	Apelação Cível
Processo pautado para 17/10/2023		
0316249-63.1997.4.03.6102	28/10/1999	Apelação Cível
Processo de relatoria Des. Cotrim Guimarães		
0035632-09.1997.4.03.6100	14/4/2004	Apelação/Remessa Necessária

Processo de relatoria da Des. Giselle França		
0002786-74.2013.4.03.6100	24/5/2022	Remessa Necessária Cível
Processo pautado para 5/9/2023		
5021031-04.2020.4.03.6100	8/10/2021	Remessa Necessária Cível
Julgado em 8/8/2023		
0206966-07.1994.4.03.6104	19/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para 3/10/2023		
0003704-19.2011.4.03.6110	21/9/2012	Apelação Cível
Processo de relatoria da Des. Giselle França, atualmente c/s naquele gabinete para apreciação do pedido de processamento de Resp e Re (voto do Des. Carlos Francisco apenas capitaneou a maioria no julgamento realizado em 15/12/2022, pela sistemática do art. 942, do CPC)		
0007374-67.2003.4.03.6103	6/2/2012	Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para 17/10/2023		
0022429-47.2015.4.03.6100	6/10/2016	Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada sob a sistemática do art. 942, do CPC)		
0012929-64.2009.4.03.6100	14/10/2009	Apelação Cível
Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada pela sistemática do art. 942/CPC)		
0004309-98.2007.4.03.6111	5/12/2008	Apelação Cível
Julgado em 22/8/2023		
0001842-93.2014.4.03.6114	28/11/2014	Restauração de Autos Cível
Processo pautado para 5/9/2023		
0008981-07.2015.4.03.6100	29/1/2016	Restauração de Autos Cível
Processo pautado para 5/9/2023		
0006059-61.2013.4.03.6100	10/2/2014	Restauração de Autos Cível
Processo pautado para 5/9/2023		
0042138-21.2004.4.03.0000	16/7/2004	Agravo de Instrumento
Julgado em 22/8/2023		
0001604-83.1995.4.03.6100	3/2/1997	Apelação Cível
Processo pautado para 19/9/2023		
1101757-46.1996.4.03.6109	23/2/2012	Apelação Cível
Processo redistribuído para Des. Renata Lotufo		
0007833-63.2012.4.03.6100	11/2/2014	Apelação Cível
Des. Carlos Francisco se declarou suspeito em 13/9/2021. Processo redistribuído para Gab. Des. Cotrim Guimarães		
0010422-96.2010.4.03.6100	18/3/2015	Apelação Cível
Processo redistribuído para Gab. Des. Renata Lotufo		

0006965-80.2015.4.03.6100	3/7/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo redistribuído para Gab. Des. Renata Lotufo		
5002982-80.2018.4.03.6100	11/5/2018	Apelação/Remessa Necessária
Des. Carlos Francisco se declarou impedido em 5/7/2022. Processo redistribuído para Gab. Des. Giselle França		
5003926-05.2020.4.03.6103	18/3/2021	Apelação Cível
Processo pautado para 3/10/2023		
0015394-75.2011.4.03.6100	28/10/2020	Apelação Cível
Estima-se a inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0009201-44.2011.4.03.6100	20/4/2021	Apelação Cível
Estima-se a inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0015436-94.2015.4.03.6000	18/8/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para 7/11/2023		
5001587-53.2018.4.03.6100	31/8/2021	Apelação Cível
Aguardando decurso do prazo para que a parte apelante se manifeste sobre a proposta de acordo apresentada pela União.		
5024121-16.2022.4.03.0000	6/9/2022	Petição Cível
Processo de relatoria da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul		
5021828-44.2020.4.03.0000	5/8/2020	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Processo pautado para 13/9/2023		
0008332-27.2010.4.03.6000	1º/3/2021	Petição Cível
Processo suspenso - Tema 985/STF		
5015517-32.2023.4.03.0000	8/6/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Pedido de efeito suspensivo em apelação apreciado em 24/8/2023 (monocrática)		
5020191-62.2018.4.03.6100	29/10/2020	Apelação Cível
Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada sob a sistemática do art. 942, do CPC)		
5003358-67.2022.4.03.6119	3/2/2023	Apelação Cível
Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada sob a sistemática do art. 942, do CPC)		
0027704-61.2008.4.03.9999	19/5/2008	Apelação Cível
Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada sob a sistemática do art. 942, do CPC)		
0022652-89.2008.4.03.6182	3/9/2013	Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada sob a sistemática do art. 942, do CPC)		
5002832-89.2021.4.03.6134	11/11/2022	Apelação Cível

Processo pautado para 19/10/2023 (sessão a ser realizada sob a sistemática do art. 942, do CPC)		
0014101-66.2018.4.03.9999	12/6/2018	Apelação Cível
Des. Carlos Francisco se declarou suspeito em 20/3/2023. Processo redistribuído para Gab. Des. Giselle França		
0001303-55.2014.4.03.6138	31/1/2018	Apelação Cível
Des. Carlos Francisco se declarou suspeito em 20/3/2023. Processo redistribuído para Gab. Des. Renata Lotufo		
0009506-43.2002.4.03.6100	17/8/2010	Apelação/Remessa Necessária
Des. Carlos Francisco se declarou impedido em 17/1/2023. Processo redistribuído para Gab. Des. Giselle França		
0001683-59.2000.4.03.6109	25/11/2014	Apelação Cível
Des. Carlos Francisco se declarou suspeito em 23/2/2023. Processo redistribuído para Gab. Des. Cotrim Guimarães		
5011294-45.2018.4.03.6100	22/5/2019	Apelação/Remessa Necessária
Processo redistribuído para Gab. Des. Renata Lotufo		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (caso não haja o julgamento na data aprazada):

0005812-94.2016.4.03.6126	0015436-94.2015.4.03.6000
---------------------------	---------------------------

b) Examinar pedido de tutela de urgência em até 30 dias (processo com requerimento há mais de 60 dias):

0005997-35.2016.4.03.6126

c) Priorizar (ação civil pública):

0009201-44.2011.4.03.6100	0015394-75.2011.4.03.6100
---------------------------	---------------------------

d) Examinar em até 30 dias (processo concluso para decisão há mais de 30 dias):

0035632-09.1997.4.03.6100

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, às 16h, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Carlos Francisco e pelos servidores Julio Neves da Silva e Fernando Capello Calazans.

Trata-se de Gabinete que integra a 2ª Turma e a 1ª Seção do Tribunal e que vem sendo titularizado pelo Desembargador Federal Carlos Francisco desde 7/2/2020.

Excetuadas as Turmas de competência criminal, a 2ª Turma é a única composta por apenas 4 Desembargadores Federais (as demais têm 5 Magistrados), e a sua competência engloba as discussões relativas a: 1) contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); 2) matérias de Direito Privado (domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia e constituição, dissolução e liquidação de sociedades); 3) assunto trabalhista de competência residual; 4) propriedade industrial; 5) registros públicos; 6) servidores civis e militares; 7) desapropriações e apossamentos administrativos.

O Desembargador Federal Carlos Francisco acumula as suas atividades jurisdicionais com a atuação como Diretor Acadêmico da Escola da Magistratura Federal da 3ª Região.

Considerado o cenário verificado em 30/9/2023, trata-se de Gabinete com o menor acervo entre os que integram a 2ª Turma, com 1.094 processos conclusos (tramitação líquida total de 1.721 processos). É também o Gabinete com a melhor média de tramitação de feitos pendentes de primeiro julgamento (tem tempo médio de 9 meses, ao passo que o tempo médio da 2ª Turma e da 1ª Seção é de 26 e 24 meses, respectivamente). Nos últimos 12 meses, julgou 2.429 processos (primeiro julgamento), tendo, assim, a melhor marca, no que respeita ao quantitativo de julgados, entre as unidades integrantes da 1ª e da 2ª Turmas.

Os entrevistados informaram que a unidade vem recebendo uma média de 140 processos novos, por mês (nos últimos 12 meses, recebeu, por distribuição, 1.968 processos), ao passo que dela foram redistribuídos, com a criação dos novos Gabinetes, pouco mais de 1.000 processos.

Acerca da sua organização, o Gabinete se divide em núcleos, quais sejam: 1) Tributário e Execução Fiscal (com 2 servidores); 2) Desapropriação, Indígena e Direito Marcário (com 2 servidores); 3) Agravos de Instrumento (com 2 servidores); 4) Servidor Público Civil (com 2 servidores); 5) Militar (com 1 servidor); 6) SFH (com 2 servidores); 7) Contratos Bancário e Monitoria (com 1 servidor).

No tocante à triagem dos processos, foi dito que há 1 servidor designado para tanto, que procede à etiquetagem, base da organização da unidade, que utiliza 3 etiquetas principais (de mês do recebimento, de assunto e de servidor responsável).

Além disso, todos os servidores participam da leitura das listas de julgamento, recebendo as partes relativas às matérias de sua incumbência, preparando, quando o caso, os votos divergentes, rotina que favorece a uniformidade dos trabalhos, a partir do acompanhamento das discussões.

Sobre as metas de produtividade, os entrevistados informaram que, atualmente, por semana, cada servidor deve minutar relatório e voto de 7 processos (com recursos principais) e de 2 embargos de declaração. Asseveraram, ainda, que, embora não haja

um plano de gestão documentado, os objetivos e estratégias de ação são muito claros e conhecidos de todos da equipe. Narrou-se, outrossim, a partir de alteração na composição da equipe, entre a última e a atual inspeções, a realização de mutirões para o enfrentamento de demanda represada de embargos de declaração, de pleitos de tutela de urgência em agravos de instrumento e de processos antigos (Meta Nacional 2), que rendeu ótimos resultados. Com efeito, em consonância com as declarações da unidade, nesses mutirões, foram apreciados 900 embargos de declaração, 350 processos com pedidos de liminares em agravos de instrumento e pedidos de efeito suspensivo a apelações, além de terem conferido andamento a quase 300 processos distribuídos entre 2017 e 2018.

A unidade ratificou que obedece a Resolução CNJ n. 481/2022, havendo 1 servidora em regime de teletrabalho integral, ao passo que os demais exercem as suas atribuições de modo híbrido. Acerca dessa sistemática, o Desembargador Federal entende que o trabalho presencial é o melhor, para fins gerenciais, de modo que foi estabelecido um dia (a quarta-feira) para que todos os servidores compareçam, estimulando-se, assim, o inter-relacionamento e preservando-se a cultura organizacional.

Sobre os atendimentos aos advogados, informou-se que, atualmente, não são muitos (de 8 a 10, por semana).

A partir das perguntas que lhes foram dirigidas, o Assessor e o Chefe de Gabinete entrevistados demonstraram conhecimento dos números e das características do Gabinete.

Sobre a situação do acervo no momento da entrevista, a unidade apresentou os seguintes dados: a) feitos localizados na tarefa “Minutar Ato” (despachos ou decisões monocráticas): 41 (dos quais, 38 estão pendentes de apreciação de pedido de tutela de urgência, sendo 1 distribuído em agosto/2023, 20 distribuídos em setembro/2023 e 17 distribuídos em outubro/2023); b) processos alocados na tarefa “Preparar Relatório e Voto”: 314 (dos quais, 2 se inserem na Meta Nacional 2/2023, mas tendo chegado ao Gabinete apenas em outubro/2023, 6 foram distribuídos em 2020, 4 foram distribuídos em 2021, 56 foram distribuídos em 2022 e o restante teve ingresso no ano de 2023); c) feitos constantes na tarefa “(Sessão – ED) Preparar Relatório e Voto”: 40 (sendo 7 inseridos na Meta Nacional 2/2023, 5 do ano de 2020, 2 do ano de 2021, 11 de 2022 e 15 do ano de 2023); d) quantidade de processos que estão em sessão de julgamento ou prontos para serem pautados: 653 (sendo 442 processos pautados para primeiro julgamento e 6 processos minutados e aptos a serem pautados para primeiro julgamento, bem como 192 embargos de declaração já pautados e 13 aptos para julgamento).

Quanto aos processos de competência da Seção, especificamente as ações rescisórias, foi dito que, no momento, 7 delas já estão aptas para julgamento e 5 se encontram na tarefa de preparar relatório e voto.

Perguntados acerca do tipo de demanda que representa o maior volume no Gabinete, considerado o passivo de processos a serem ainda julgados, os entrevistados mencionaram os processos relativos a contratos de mútuo habitacional e a questões referentes a vícios construtivos, no âmbito do SFH (Sistema Financeiro da Habitação). Especificaram, inclusive, 2 situações mais frequentes, que dizem respeito a determinado empreendimento imobiliário (Condomínio Residencial das Oliveiras) e a uma construtora específica posicionada no polo passivo das lides.

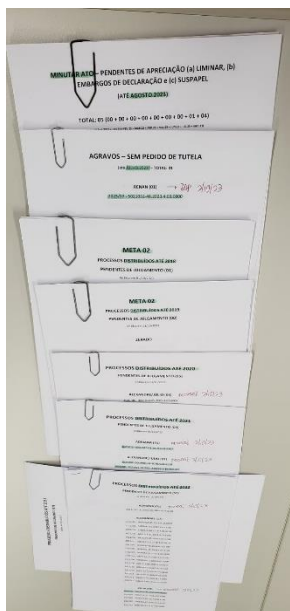
No que tange aos processos suspensos ou sobrestados, foi dito que, recentemente, houve a definição de que eles deixarão de constar no acervo da Subsecretaria da Turma e serão deslocados ao Gabinete, em razão da adoção de novas rotinas. Segundo a unidade, essa movimentação ainda não se integralizou, de modo que o Gabinete está, no momento, apenas com uma visão parcial desses feitos, pois, dos 629 processos suspensos ou sobrestados, apenas 283 estão já visíveis no acervo da unidade. Informou-se, ainda, que, desse total de 629 processos, mais de 350 são relativos aos índices de correção das contas do FGTS (ADI 5090).

No que respeita a iniciativas conciliatórias, os servidores noticiaram que, embora a conciliação não seja algo frequente no segundo grau, já estabeleceram um primeiro diálogo com o Gabinete de Conciliação do TRF3, visando a identificar nichos possíveis para o desenvolvimento de projetos nessa área, sendo que essa interlocução permitiu dividir dois temas: pleitos de indenização por danos materiais e morais formulados em desfavor da CEF e algumas demandas de servidor contra a União. Salientaram tratar-se de um primeiro passo, mas que não puderam aprofundar ainda. Indicaram a existência de 3 processos no Gabinete de Conciliação, atualmente.

Ainda sobre o acervo, perguntou-se acerca da situação do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) que está em tramitação no Gabinete. Trata-se do Processo n. 5001716-49.2023.4.03.0000, no qual a Associação autora postula o reconhecimento de que *“a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 5004648-14.2021.4.03.6100 deve prevalecer em todo o seu conteúdo, em atenção à eficácia preclusiva da coisa julgada (CPC, arts. 502 e 508), bem como pela inviabilidade de alegação de causa extintiva da obrigação que não seja superveniente à sentença (CPC, art. 525, § 1º, VII)”. Tendo em conta a natureza do instrumento processual e referir-se ele à definição de solução que tem, em tese, o condão de alcançar uma coletividade (de acordo com a parte autora, a sentença coletiva beneficiou 120 dos seus associados e deu ensejo a 114 execuções), é recomendável que se dê prioridade ao seu julgamento. De acordo com a informação prestada na entrevista, a previsão é de que o feito seja levado à apreciação (encontra-se na fase de admissibilidade), até o final deste ano. Analisando-se a tramitação do IRDR aludido, através do sistema PJe, constatou-se que se encontra concluso no Gabinete desde 16/6/2023, ou seja, há mais de 4 meses (mais de 120 dias). Localizando-se na tarefa “[Sessão] Aptos para Julgamento”, recomenda-se que ele seja incluído em julgamento em até 90 dias.*

No que tange às demandas criminais ainda em tramitação na unidade, informou serem 2, ambas tendo sido selecionadas na amostra da inspeção: 1 ação penal originária bastante complexa já julgada (e já julgados também os embargos de declaração opostos), com despacho recentemente exarado, e 1 apelação criminal, na qual se vem acompanhando o parcelamento tributário realizado pelo réu.

Consignou-se, na entrevista, a realização do controle do acervo através do BI (embora este não seja reputado muito confiável, a despeito de se tratar de ferramenta institucional) e dos relatórios extraídos do sistema PJe. Sobre o BI, foi apontada inconsistência, correspondente ao fato de indicar que no Gabinete tramitaria uma ação de improbidade administrativa, quando isso não corresponde à realidade, inclusive porque a unidade perdeu essa competência há algum tempo. Realçou-se o controle mensal de cumprimento das Metas definidas pelos órgãos de controle. Apresentaram-se à equipe de inspeção as várias listas de acompanhamento dos processos em tramitação, por ano de distribuição:



Merecem menção os percentuais relevantes de cumprimento das Metas Nacionais pelo Gabinete. O índice de atendimento da Meta Nacional 1/2022 chegou a 117%; já o referente à Meta Nacional 1/2023 está em 138%. Quanto à Meta Nacional 2/2023, considerados os processos distribuídos em 2019, o índice está em 116%, ao passo que, em relação aos processos distribuídos até 2018, estão pendentes 14 processos, estando o percentual em 99,4%. No que toca à Meta Nacional 10/2023, a unidade encontra-se com índice de cumprimento de 200%. Por fim, há de se consignar que, em tramitação no Gabinete, não há processos relacionados à Meta Nacional 11/2023.

Acerca do PJe, os servidores entrevistados manifestaram preocupação com a situação de “processos no limbo”, isto é, que simplesmente “somem” da visibilidade da

unidade. A propósito, noticiaram que, para esse problema recorrente, criou-se alternativa no próprio sistema, de geração de relatório de processos não visíveis, para o que abrem chamado no suporte local, uma vez por mês. Ainda sobre o PJe, destacaram que toda vez que o Conselho Nacional de Justiça atualiza a versão do sistema, as melhorias realizadas em âmbito local são perdidas e precisam ser refeitas, o que representa retrabalho.

O Gabinete participa de 2 sessões virtuais e 1 sessão presencial, por mês, na 2ª Turma, havendo acordo entre as unidades julgadoras, quanto à presencial, no sentido de serem levados, no máximo, 28 processos ao todo, haja vista o tempo necessário para a realização das sustentações orais, sublinhando-se que, se algum dos Gabinetes não chega ao topo da sua cota individual, os demais Gabinetes podem completar o número total com processos de suas Relatorias. Já para as sessões virtuais, não há limitador quantitativo, sendo apresentados, em média, pela unidade inspecionada, de 100 a 120 processos, por pauta, para primeiro julgamento, e mais 40 a 50 embargos de declaração. O Desembargador Federal vem adotando a estratégia de pautar todos os processos para sessões virtuais, para facilitar a organização, de modo a não serem surpreendidos com pedidos de sustentação oral de última hora.

Acerca do órgão julgador, apontou-se para a harmonia e a convergência de entendimento entre os magistrados que o integram, sendo poucas as divergências (deixadas às questões de maior relevância), o que foi considerado fator facilitador dos trabalhos.

Esse sentimento de colegialidade se revela, inclusive, no acolhimento, sem qualquer tipo de dissonância, dos processos de restauração de autos, decorrentes do incêndio que atingiu as instalações da Vice-Presidência, em 2017, chancelando a Turma Julgadora o entendimento da Vice-Presidência, quanto à competência, no Relator originário, para o seu processamento e julgamento.

Em que pese o alinhamento entre os Desembargadores Federais, os servidores entrevistados se ressentem da inexistência de maior diálogo entre as correspondentes assessorias, sendo carentes de uma interação mais profícua e do compartilhamento de boas práticas.

Perguntados acerca dos motivos que vêm embasando o adiamento ou a retirada de processos de pauta de julgamento, os entrevistados relacionaram a objeção das partes ao julgamento virtual, mediante manifestação do interesse de realização de sustentação oral, e as situações de suspensão determinadas nacionalmente pelo STF ou STJ (Temas Repetitivos ou de Repercussão Geral). Adicionaram que todos os pleitos das partes nesse sentido são formalizados nos autos (ainda quando encaminhados por e-mail, utilizando-se, para essa finalidade, apenas o e-mail da Secretaria), havendo decisões de indeferimento nas situações em que não cabe a realização de sustentação oral (como no julgamento de embargos de declaração).

No respeitante à sistemática do art. 942 do CPC/2015, salientou-se que, sendo poucas as divergências, as Turmas com composição estendida – que podem ocorrer de modo virtual ou presencial – também não são numerosas, a última delas tendo sido realizada há cerca de 5 meses e a próxima estando agendada para ocorrer no dia 19/10/2023 (próxima quinta-feira).

Como boa prática, apontaram a realização dos encontros semanais que propiciam a interlocução entre o Desembargador Federal e os servidores, a simetria informacional e o fortalecimento do sentimento de equipe.

No tocante às recomendações feitas na inspeção anterior (2022), relativas ao item 32 do Relatório correspondente, não foram identificadas pendências, a teor das informações prestadas pela unidade.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve expressiva diminuição do montante de processos conclusos (de 3.485 para 1.164). Esse resultado se deve, em parte, à redistribuição de processos, aos novos Gabinetes, criados com a ampliação do Tribunal (Resoluções PRES ns 578/2023 e 632/2023). No entanto, não se pode deixar de enfatizar a contribuição para ele dada pelos mutirões realizados na unidade, em que os servidores investiram contra o acervo de embargos de declaração, pleitos de tutela de urgência e processos antigos pendentes.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.418 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.164.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu, significativamente, de 993, na última inspeção, para 247, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete. Com efeito, nos últimos 12 meses, foram julgados 2.429 processos, ao passo que, de 13 a 24 meses atrás, a unidade ostenta uma marca de 2.753 processos julgados (- 12%).

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 9 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma, equivale a 26 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo bastante inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;

b) continuar envidando esforços para o atingimento da Meta Nacional 2/2023 (item 4.2);

c) manter o afinco no julgamento dos embargos de declaração, no tocante aos processos conclusos para julgamento há mais de 45 dias (item 3.11);

d) examinar os requerimentos de tutela provisória de urgência não apreciados há mais de 10 dias (item 3.12);

e) incluir em julgamento em até 90 dias o IRDR n. 5001716-49.2023.4.03.0000;

f) no mais, manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Cotrim Guimarães

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

2ª Turma, 1ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 6/10/2003, sendo que de 28/4/2023 a 16/5/2023 pediu remoção para 1ª Turma, retornando para a 2ª Turma em 27/4/2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Maria Elisa Pennesi Gouvea, Técnico Judiciário

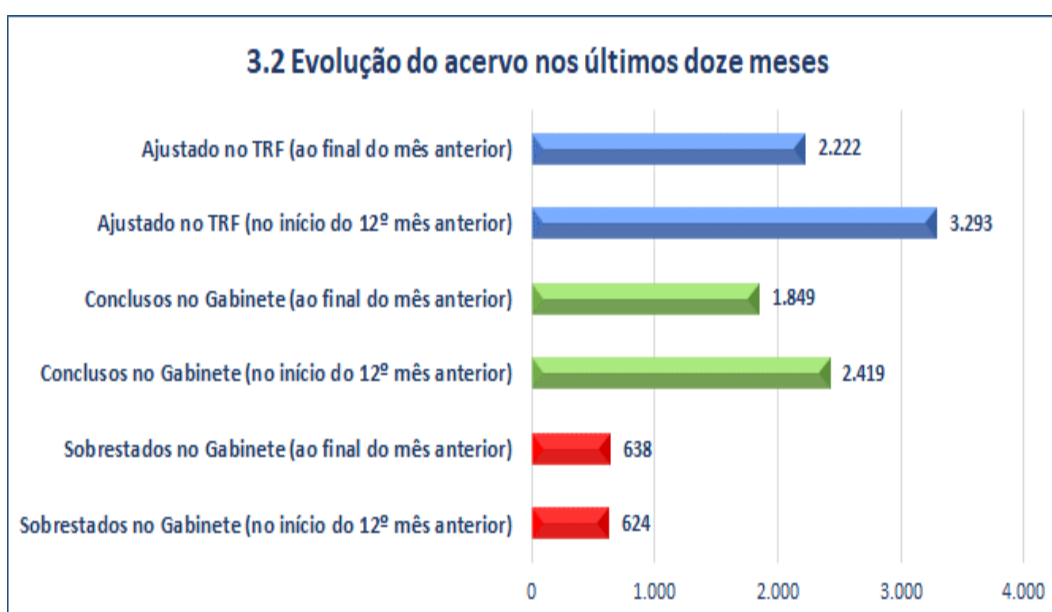
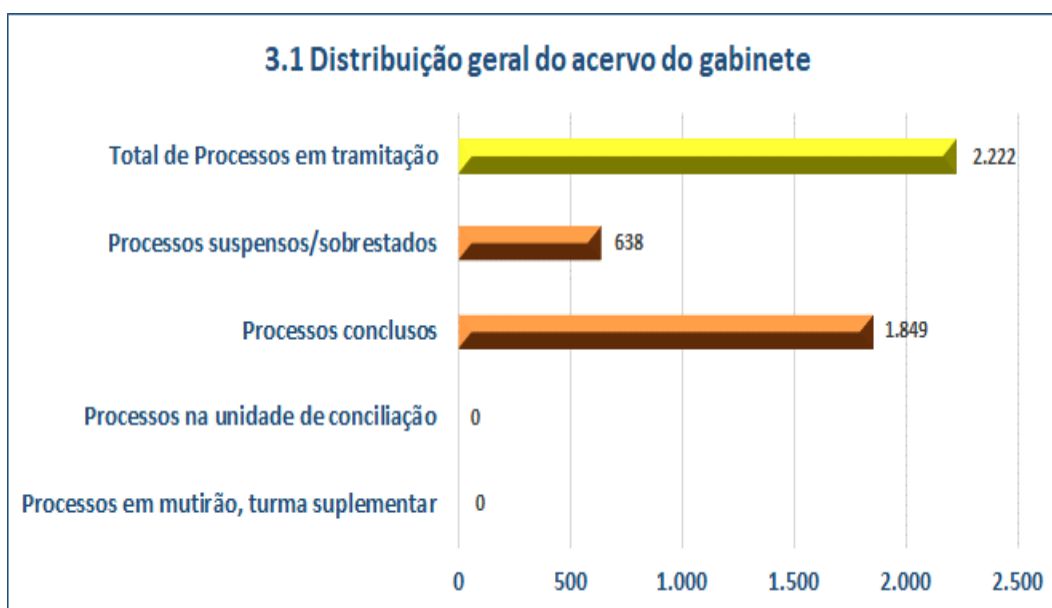
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

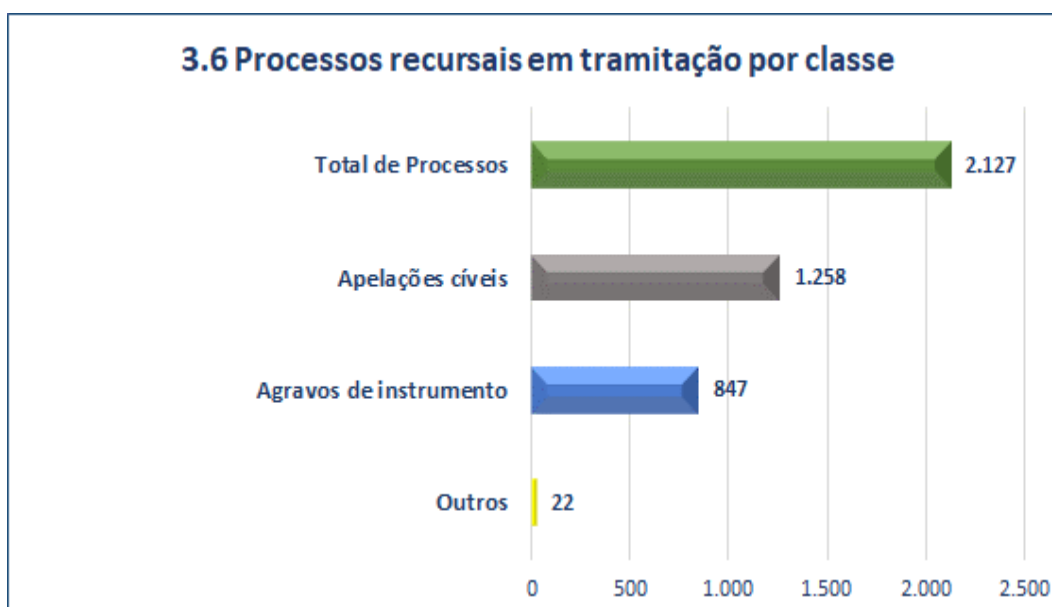


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não houve
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não houve

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	95
Mandados de segurança	6
IRDR	1
IAC	(em branco)
Arguição de inconstitucionalidade	(em branco)
Conflitos de competência	30
Reclamações	1
Ações rescisórias	41
Outros	16

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.127
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	(em branco)
Recursos em ações de improbidade administrativa	(em branco)
Recursos em ações civis públicas	9
Recursos em ações de desapropriação	15
Recursos em ações com preferência legal	227
Outros	1.876

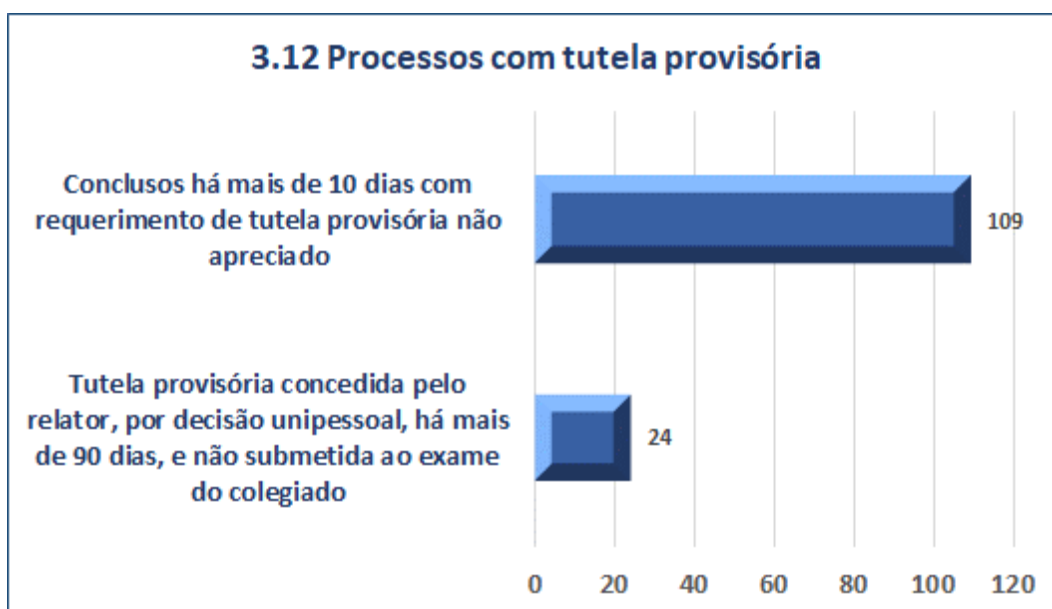
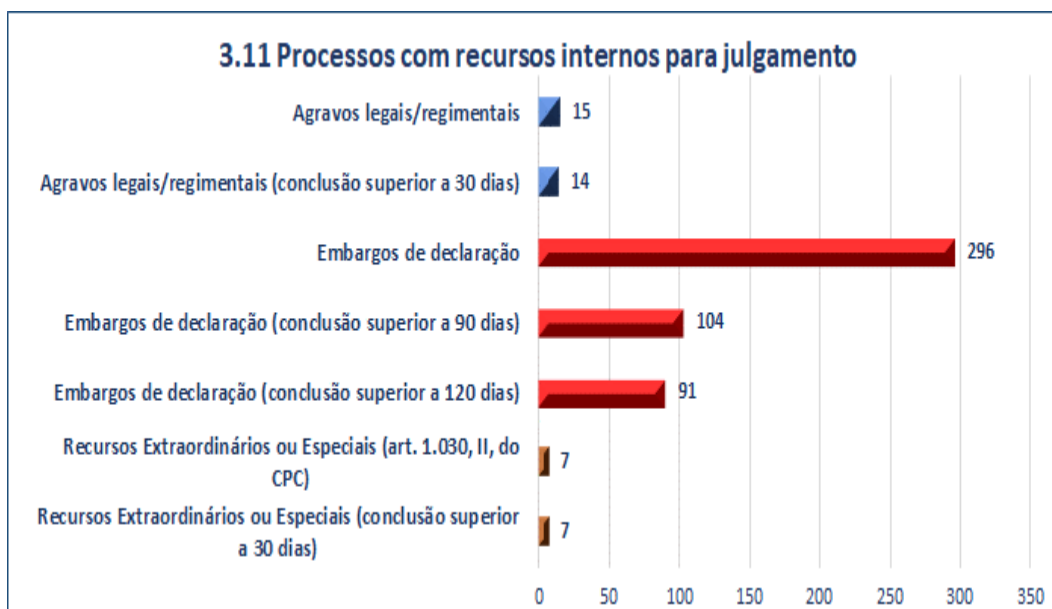


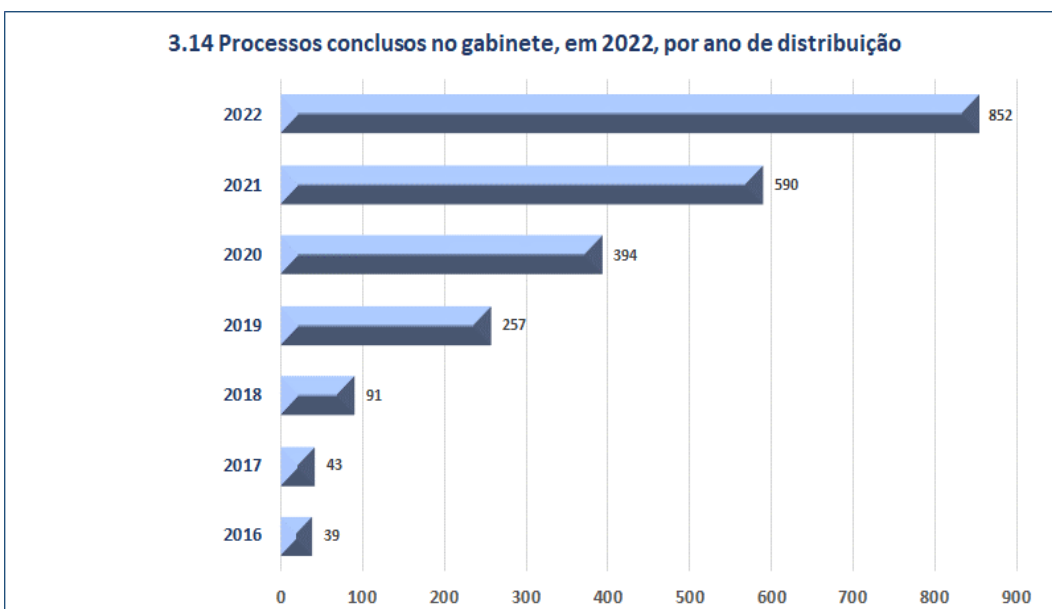
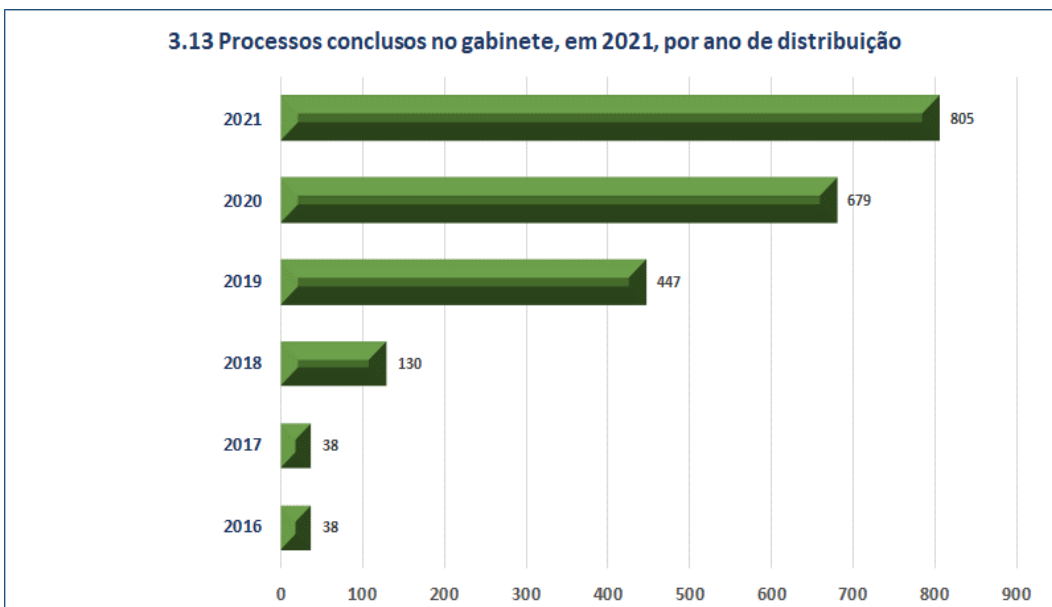
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	(em branco)
Ações penais	(em branco)
Inquéritos	(em branco)
Habeas corpus	(em branco)
Revisões criminais	(em branco)
Outros	(em branco)

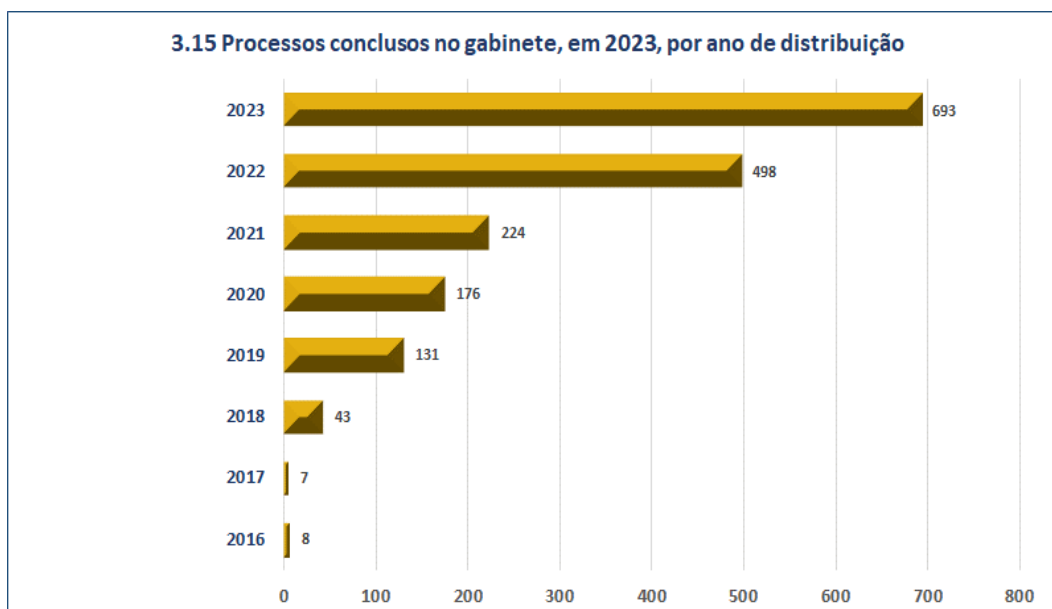
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	(em branco)
Apelações	(em branco)
Recursos em sentido estrito	(em branco)
Recursos em habeas corpus	(em branco)
Recursos em mandado de segurança	(em branco)
Embargos infringentes e de nulidade	(em branco)
Outros	(em branco)

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	(em branco)
Apelações	(em branco)
Ações penais	(em branco)
Inquéritos	(em branco)
Habeas corpus	(em branco)

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	6
Por IRDR	(em branco)
Por IAC	2
Por Arguição de Inconstitucionalidade	2
Por Recurso Especial	2
Por Recurso Extraordinário	2





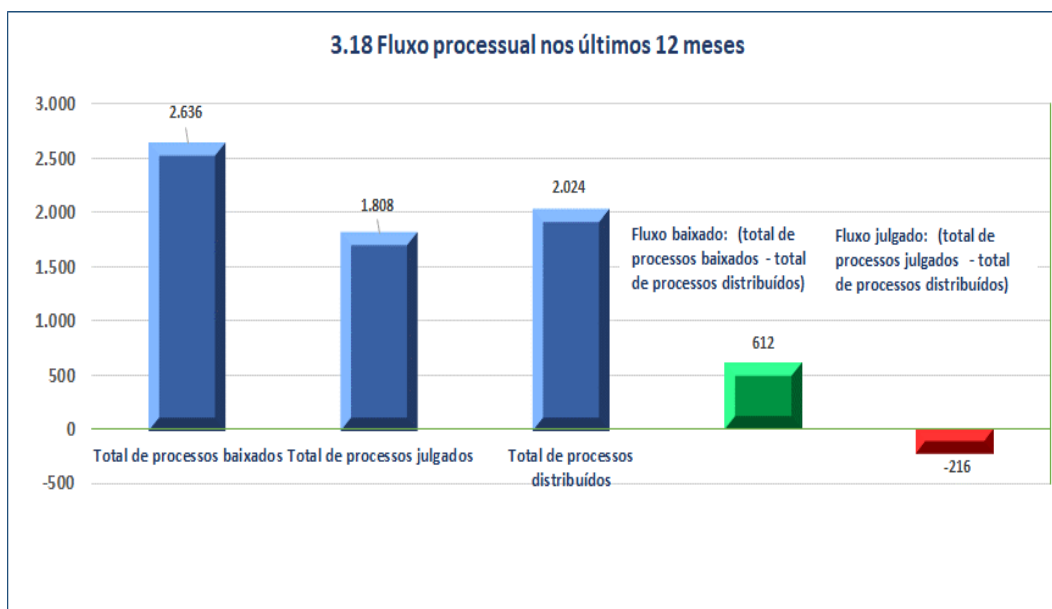


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

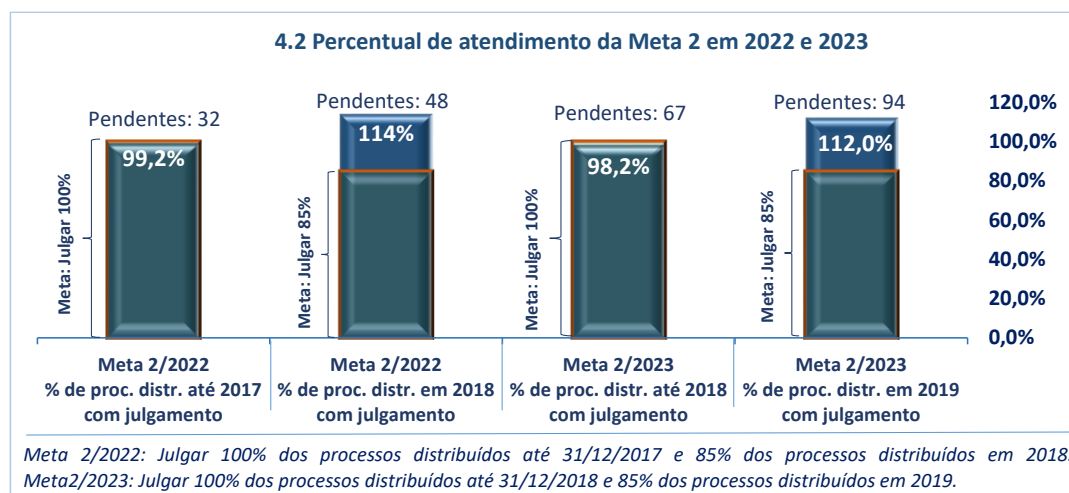
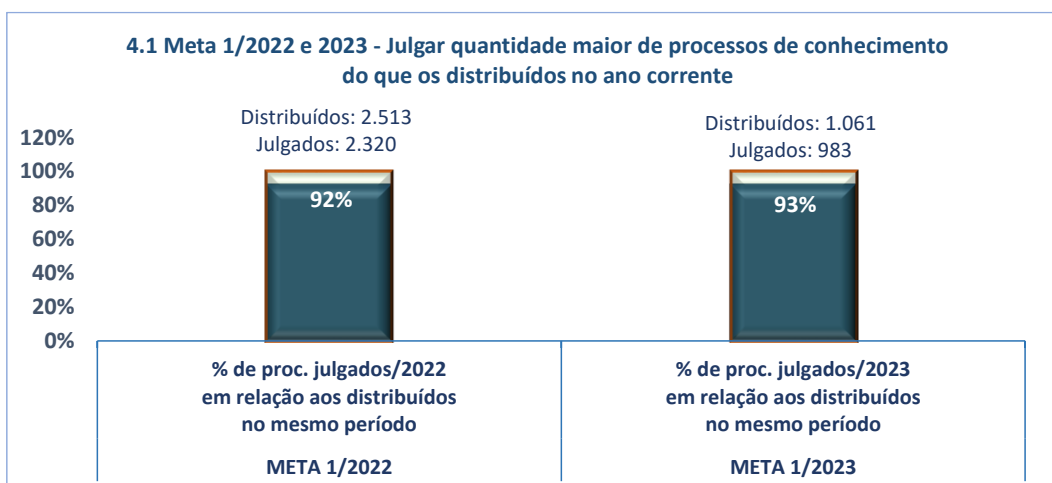
Remetidos para revisão	(em branco)
Remetidos para voto-vista	(em branco)
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	(em branco)
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	(em branco)
Remetidos para declaração de voto	(em branco)

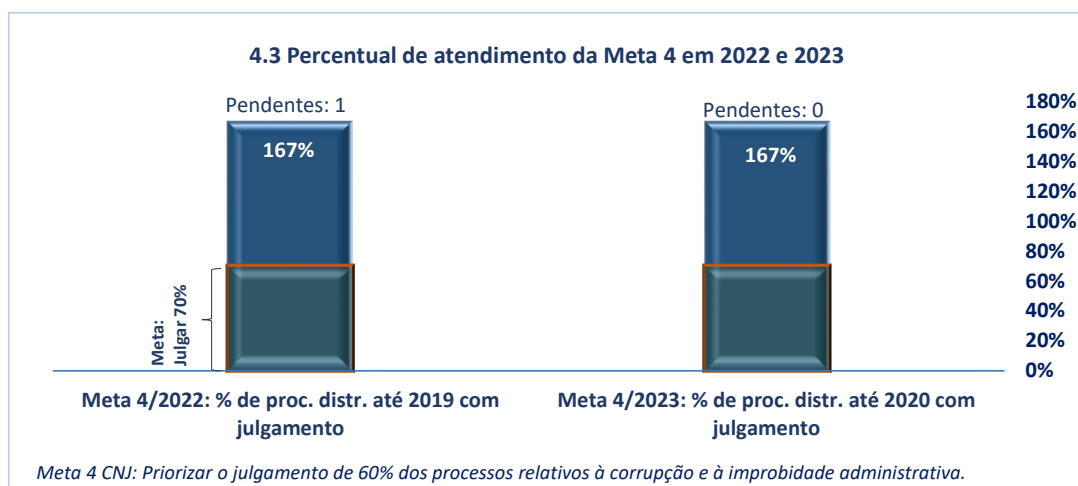
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	(em branco)
Recebidos para voto-vista	(em branco)
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	(em branco)
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	(em branco)
Recebidos para declaração de voto	(em branco)



4. METAS



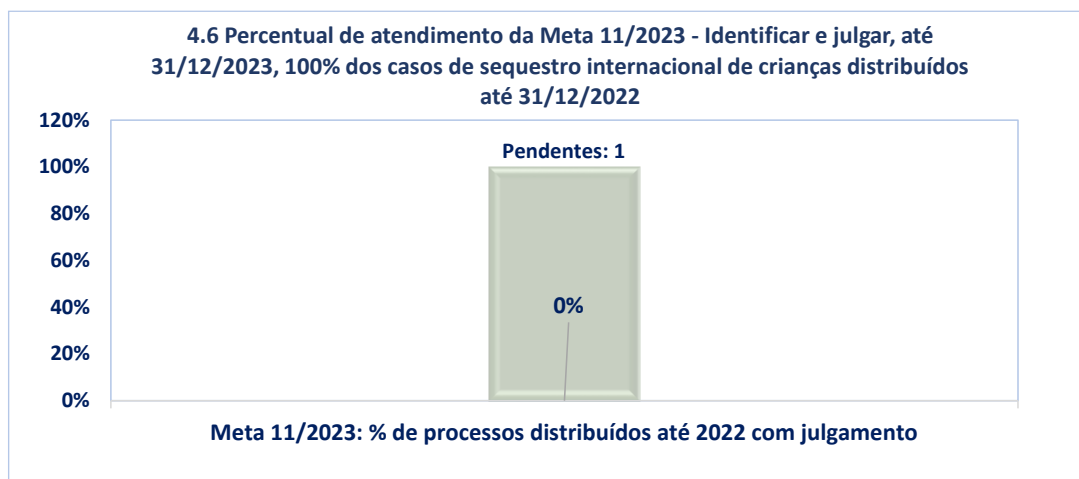


4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	(em branco)
Taxa de congestionamento no ano anterior	61,87%
Taxa de congestionamento no ano corrente	52,13% (variação período 31/07/23: - 9,74%)

4.5 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	(em branco)
Pendentes no último dia do mês anterior	(em branco)
Porcentagem de atendimento da meta	(em branco)



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Todos os tópicos mencionados estão previstos no plano de Gestão. O controle do acervo é feito mensalmente, quando o setor de estatística atualiza os dados. Com essa informação traçamos estratégias para trabalhar no que está precisando ser melhorado e a cada 3 meses são feitas reuniões com todos os servidores e o Desembargador para que essas estratégias sejam executadas. Distribuição de atividade e estabelecimento dos processos de trabalho: Cada servidor é responsável por uma determinada matéria, sendo responsável por todos os recursos referentes a ela, de acordo com sua experiência. Há especialização do trabalho por matéria. Com a digitalização do processo, atualmente, todos os servidores analisam os processos.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os servidores responsáveis pela matéria fazem triagem semanalmente para despachar e etiquetar os processos que devem ser sobrestados.

5.3 Boas práticas e inovações

Sessões Virtuais desde 05/2016. Produtividade duplicou em relação à metodologia anterior já ultrapassada em termos de resultados ao jurisdicionado. Idêntico procedimento é adotado no que tange ao prosseguimento do julgamento - art. 942 CPC. Com a criação da 4ª Seção, nos termos da Resolução n. 392, de 18/6/2014, o Acervo Criminal existente no gabinete foi finalizado em 10/2015. - Organização interna para elaboração de decisões/votos a partir da classificação pontual das matérias existentes no Gabinete, com atribuições específicas para cada servidor em relação às respectivas matérias, gerando perfeita radiografia/controle do acervo existente e programação dos votos. Processos distribuídos até 3 anos atrás são triados e dada prioridade no seu julgamento. Frentes de trabalho planejadas há cada 3 meses. - Servidores Despachando com Desembargador. Prática regular e frequente, que enriquece, incentiva e valoriza o trabalho em equipe. - Teletrabalho desde 2008. Mesmo com a pandemia nossa produtividade continuou alta e mostrou sucesso de uma organização do Gabinete para o trabalho virtual já de tempos.

5.4 Dificuldades

As nossas dificuldades estão relacionadas ao PJe. Tendo em vista que costuma apresentar inconsistências, tais como duplicação de feitos, mudanças de pastas aleatórias, quedas repentinas, atualização de trabalho feito, necessidade constante de sair e entrar no Sistema. Há, também, significativa dificuldade e perda de tempo no manuseio dos autos, quando comparado aos feitos físicos. O sistema de busca do PJe também apresenta imperfeições, dificultando a localização de processos sigilosos e minutas. Outro problema são as panes no sistema PJe que, aparentemente sem motivo, resultam em alterações e inversão de minutas de processos levados a

Julgamento pelo órgão colegiado. São problemas, que interferem nos trabalhos nas sessões de julgamento e atrasam a publicação dos acórdãos, tendo em vista a necessidade de abertura de chamado para regularização do problema. Por fim, a necessidade de incluir manualmente, um por um, processos adiados e retirados ou sobrestados pelo art. 942 do CPC.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Geralmente, os processos são encaminhados para o setor, quando o Gabinete da Conciliação nos solicita, mas também algumas vezes, foram deferidas liminares para aguardar a audiência de conciliação, nos casos de leilão de SFH. Houve casos também, que o advogado solicitou e enviamos e-mail ao Gabinete da Conciliação do TRF3, para verificar a possibilidade de agendamento.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5004823-98.2018.4.03.6104	20/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Preparar relatório e voto, julgar o processo.		
5002350-31.2017.4.03.6119	21/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com prazo em curso, com pedido de desistência homologado.		
5000656-42.2018.4.03.6135	1º/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Aguardando julgamento colegiado, com previsão de julgamento em 3/10/2023.		
5006568-22.2018.4.03.6102	18/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa aguardando sessão, julgar o processo.		
5026332-97.2018.4.03.6100	11/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0043569-22.2014.4.03.6182	19/3/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5006623-76.2018.4.03.6100	26/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5005813-74.2018.4.03.6109	30/4/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo na tarefa de retirados e adiados, julgar o processo.		
5003554-61.2017.4.03.6103	5/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0000908-12.2016.4.03.6100	7/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo distribuído em 7/5/2019, se encontra na tarefa analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0021925-46.2012.4.03.6100	3/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5018936-69.2018.4.03.6100	5/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: [Sessão] Processos retirados e adiados. Julgar o processo.		
0007613-60.2015.4.03.6100	14/6/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo se encontra na tarefa Preparar relatório e voto, julgar o processo.		
5002117-51.2018.4.03.6102	24/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5004459-32.2018.4.03.6103	24/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0002001-33.2014.4.03.6115	2/9/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo se encontra na tarefa aguardando sessão, previsão de ser julgado na pauta de 17/10/23.		
0002313-59.2011.4.03.6100	3/5/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: processo se encontra na tarefa preparar relatório e voto, julgar o processo.		
0056979-30.1999.4.03.6100	27/3/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa Triagem do Gabinete, julgar o processo.		
0001090-37.2012.4.03.6100	17/3/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa aguardando sessão, com previsão de julgamento em 19/9/23.		
5000067-29.2016.4.03.6100	3/6/2020	Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Processo na tarefa aguardando sessão, com previsão de julgamento em 3/10/23.		
0006472-08.2008.4.03.6114	18/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0010101-22.2014.4.03.6100	17/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0013543-97.2008.4.03.6102	3/7/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Preparar relatório e voto, julgar o processo.		
5022337-08.2020.4.03.6100	14/7/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5019592-85.2021.4.03.0000	25/8/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo na tarefa de retirados e adiados, julgar o processo.		
0009758-85.2012.4.03.6103	5/10/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5019447-29.2021.4.03.0000	23/8/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa aguardando sessão, com previsão de julgamento na Sessão Extraordinária Presencial de Julgamento de 19/10/2023 (Art. 942, CPC) de 19/10/2023, às 14h.		
5020242-35.2021.4.03.0000	31/8/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0021785-75.2013.4.03.6100	2/9/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0001359-27.2008.4.03.6000	20/12/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo se encontra na tarefa Preparar relatório e voto, julgar o processo.		
5000335-40.2022.4.03.0000	12/1/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Preparar relatório e voto, julgar o processo.		
5001142-60.2022.4.03.0000	25/1/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo na tarefa [Sessão] Aguardando julgamento, com previsão de julgamento em 3/10/2023.		
0000798-27.2000.4.03.6115	24/5/2004	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa analisar tipo de decisão a proferir, com liminar apreciada, julgar o processo.		

0026628-80.2000.4.03.6119	14/7/2008	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo em secretaria com prazo em curso, julgar os autos.		
5003887-79.2020.4.03.6144	11/7/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa [Sessão] Aguardando julgamento colegiado, com previsão de julgamento em 17/10/2023.		
0035332-23.2011.4.03.0000	18/11/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na tarefa [Sessão] Aguardando julgamento colegiado, com previsão de julgamento em 5/9/2023.		
5012907-28.2022.4.03.0000	18/5/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0003471-90.2009.4.03.6110	20/5/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0006786-55.2006.4.03.6103	19/9/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo se encontra na tarefa [Sessão - ED] Preparar relatório e voto, julgar o processo.		
0014591-84.2004.4.03.6182	28/9/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0000050-11.2017.4.03.0000	18/1/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decisão liminar e de antecipação de tutela proferida no tribunal e sem decisão definitiva ou acórdão proferido, julgar o processo.		
0017786-32.2004.4.03.6100	22/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso, ED decididos monocraticamente em 15/8/23.		
5010311-46.2018.4.03.6100	10/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5029327-50.2018.4.03.0000	21/11/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5000323-94.2020.4.03.0000	10/1/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo do acervo do Gabinete 42/Desembargador Federal/2ª Turma. Redistribuído por sorteio em razão de criação de unidade judiciária.		
0000035-55.2017.4.03.6139	7/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 10/8/20, julgar o processo.		
0001511-30.2012.4.03.6002	15/4/2021	Apelação Cível

Observação/Providência: processo distribuído em 15/4/21, se encontra na tarefa analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5000067-04.2019.4.03.6139	2/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa aguardando sessão, com previsão de julgamento em 7/11/2023.		
5031005-95.2021.4.03.0000	10/12/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na tarefa [Sessão] Aguardando julgamento, com previsão de julgamento em 17/10/2023.		
5000333-73.2017.4.03.6005	7/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5000414-76.2018.4.03.6105	2/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5026457-61.2020.4.03.0000	23/9/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5021310-83.2022.4.03.0000	9/8/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5034456-94.2022.4.03.0000	28/12/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5022692-82.2020.4.03.0000	14/8/2020	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5020216-03.2022.4.03.0000	27/7/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0009552-46.2013.4.03.6100	11/9/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo de Relatoria do DF Cotrim, adiado, em virtude de pedido de nova vista pelo senhor Desembargador Federal relator, após a apresentação do voto-vista do senhor Desembargador Federal Carlos Francisco, apresentar o voto vista em mesa.		
5006610-43.2019.4.03.6100	22/2/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: [Sessão - SU] Processo com prazo em curso - Acórdão. Publicado Acórdão em 14/8/2023.		
5002861-63.2021.4.03.6127	18/7/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: publicado acórdão em 9/8/23. Juntada de petição de ED em 23/8/23, julgar o recurso.		
0000885-72.2017.4.03.6119	19/12/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: processo julgado, acórdão publicado em 14/8/23, com petição de Recurso Especial e Recurso Extraordinário. processo se encontra com prazo em curso, após será enviado para UVIP.		
0019255-69.2011.4.03.6100	22/1/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar os EDS.		
5002113-60.2018.4.03.6119	12/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
5005186-30.2019.4.03.0000	6/3/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		
0002636-19.2015.4.03.6005	17/6/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo se encontra na tarefa [Sessão] Preparar relatório e voto, julgar os EDS.		
0000143-10.2009.4.03.6125	22/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração ainda não julgados, julgar os EDS.		
5020056-80.2019.4.03.0000	7/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na tarefa Analisar tipo de decisão a proferir, julgar o processo.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 68 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

5004823-98.2018.4.03.6104	0000798-27.2000.4.03.6115	0002313-59.2011.4.03.6100
0009758-85.2012.4.03.6103	0017786-32.2004.4.03.6100	0021925-46.2012.4.03.6100
5000335-40.2022.4.03.0000	5001142-60.2022.4.03.0000	5004459-32.2018.4.03.6103
5018936-69.2018.4.03.6100	5020216-03.2022.4.03.0000	5020242-35.2021.4.03.0000
5022692-82.2020.4.03.0000	5026332-97.2018.4.03.6100	5029327-50.2018.4.03.0000
5031005-95.2021.4.03.0000	0007833-63.2012.4.03.6100	5006623-76.2018.4.03.6100
5006568-22.2018.4.03.6102		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0000143-10.2009.4.03.6125	0019255-69.2011.4.03.6100	5020056-80.2019.4.03.0000
0001683-59.2000.4.03.6109		

c) Incluir em julgamento em até 90 dias (caso não haja o julgamento na data aprazada):

0000035-55.2017.4.03.6139	0000050-11.2017.4.03.0000	0001359-27.2008.4.03.6000
0001511-30.2012.4.03.6002	0003471-90.2009.4.03.6110	0006472-08.2008.4.03.6114
0007613-60.2015.4.03.6100	0009552-46.2013.4.03.6100	0014591-84.2004.4.03.6182
0056979-30.1999.4.03.6100	5000067-29.2016.4.03.6100	5000333-73.2017.4.03.6005
5000414-76.2018.4.03.6105	5000656-42.2018.4.03.6135	5002117-51.2018.4.03.6102

5003554-61.2017.4.03.6103

5010311-46.2018.4.03.6100

5019592-85.2021.4.03.0000

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (caso não haja o julgamento dos embargos de declaração na data aprazada):

0002636-19.2015.4.03.6005

0006786-55.2006.4.03.6103

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, às 10h30, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Cotrim Guimarães e pelos servidores Maria Elisa Pennesi Gouvea e Laércio Barroso Lopes Mataruco.

Trata-se de Gabinete que integra a 2ª Turma e a 1ª Seção do Tribunal e que vem sendo titularizado pelo Desembargador Federal Cotrim Guimarães desde 6/10/2003, exceto por um breve período (de 28/4 a 16/5/2023), no qual o referido Magistrado compôs a 1ª Turma.

Excetuadas as Turmas de competência criminal, a 2ª Turma é a única composta por apenas 4 Desembargadores Federais (as demais têm 5 Magistrados), e a sua competência engloba as discussões relativas a: 1) contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); 2) matérias de Direito Privado (domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia e constituição, dissolução e liquidação de sociedades); 3) assunto trabalhista de competência residual; 4) propriedade industrial; 5) registros públicos; 6) servidores civis e militares; 7) desapropriações e apossamentos administrativos.

O Desembargador Federal Cotrim Guimarães acumula as suas atividades jurisdicionais no TRF3 com a atuação junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

Considerado o cenário verificado em 30/9/2023, trata-se de Gabinete com o segundo menor acervo entre os que integram a 2ª Turma, com 1.803 processos conclusos (tramitação líquida total de 2.331 processos). É também o Gabinete com a segunda melhor média de tramitação de feitos pendentes de primeiro julgamento (tem tempo médio de 15 meses, ao passo que os tempos médios da 2ª Turma e da 1ª Seção são de 26 e 24 meses, respectivamente). Nos últimos 12 meses, julgou 1.795 processos (primeiro julgamento), tendo, assim, a segunda melhor marca, no que respeita ao quantitativo de julgados, entre as unidades integrantes da 2ª Turma.

Os entrevistados informaram que a unidade vem recebendo uma média de 250 processos novos, por mês, percebendo-se, recentemente, um aumento na distribuição (nos últimos 12 meses, recebeu, por distribuição, 1.866 processos), ao passo que dela foram redistribuídos, com a criação dos novos Gabinetes, pouco menos de 1.000 processos.

Acerca da sua organização, o Gabinete se divide em núcleos, quais sejam: 1) Execução Fiscal; 2) Contribuições; 3) Contratos; 4) Servidor; 5) Imobiliário (incluindo-se SFH e Desapropriações). De acordo com os entrevistados, 60% do acervo é representado pelos processos que se incluem nos 2 primeiros núcleos, que, por isso mesmo, contam com o maior número de servidores designados para o enfrentamento da demanda.

A força de trabalho é representada, no momento, por 14 servidores, com perfis variados, tendo, a unidade, cedido 2 servidores aos novos Gabinetes, criados com a ampliação do Tribunal. Não conta com estagiários. Portanto, à vista do quantitativo de processos conclusos, cada servidor responde por mais de 100 processos.

Sobre as metas da unidade, os entrevistados informaram que elas não são fixas, variando de acordo com a estratégia de gestão definida pelo Desembargador Federal, revista periodicamente, a depender dos gargalos identificados.

A unidade ratificou que obedece a Resolução CNJ n. 481/2022, havendo 2 servidores em regime de teletrabalho integral, ao passo que os demais exercem as suas atribuições de modo híbrido. Consignou-se, na entrevista, que esse modelo era há muito conhecido do Gabinete, tendo em conta que, desde 2008, já havia sido implementada, na unidade, a sistemática do *home office*, da qual foi uma das precursoras no âmbito do Tribunal. Também antes da pandemia (desde maio de 2016), o Gabinete já realizava julgamentos de modo virtual, razão pela qual não vivenciaram dificuldades de adaptação, em relação ao período de imposição de isolamento social, em razão do Covid19. De igual modo, a retomada presencial foi tranquila, já que os próprios servidores manifestaram interesse nesse retorno.

Dividindo-se por matérias-tema, a unidade não destina um servidor específico para o tratamento dos pedidos de tutela provisória de urgência, que são dirigidos aos servidores das correspondentes matérias, razão pela qual todos recebem recursos variados e feitos originários, segundo os assuntos correlatos.

No tocante à triagem dos processos, foi dito que há 1 servidor designado para tanto, que confere etiqueta aos autos, classificando primariamente, os processos chegados, ficando o Assessor do Desembargador com a incumbência de conferir esta primeira categorização, agrupando os processos e distribuindo-os conforme os núcleos. Além disso, o Assessor elaborou um roteiro, com orientações gerais de regência para a atuação da equipe. Essas diretrizes englobam: a conferência da regularidade processual (cabimento dos recursos e petições pendentes de análise); a identificação dos processos a serem priorizados (com liminar pendente ou deferida, abrangidos por Meta 2, selecionados para inspeção, feitos coletivos, para retratação, com agravo interno, entre outros); o acompanhamento de Temas Repetitivos ou de Repercussão Geral, para fins de sobrestamento ou dessobrestamento; a feitura de relatórios e votos, com padronização de modelos (segundo dito, há vários) e correção técnica (preocupação com a precisão da nomenclatura e a clareza das consequências do

provimento/procedência dos recursos/ações) e textual; a verificação diária da tarefa de embargos de declaração (em relação aos quais se orienta que os pontos específicos sejam devidamente abordados, destinando-se os modelos genéricos apenas às situações de inexistência de qualquer vício); a definição do momento de julgamento dos agravos internos (pautando-os somente quando a decisão agravada não tiver conhecido o recurso ou ele tiver sido julgado monocraticamente, de modo que, tratando-se de agravo interno contra decisão que apenas analisou o pedido de tutela recursal de urgência, será pautado o recurso principal, ficando prejudicado o agravo); o rito dos pedidos de efeito suspensivo à apelação (sem previsão de intimação da parte contrária para contrarrazões/impugnação, determinando-se, ao final da apreciação, o arquivamento, e, no caso de interposição de agravo interno, orientando-se a verificação acerca da localização da apelação, para fins de julgamento conjunto); o tratamento dos acervos individuais por cada responsável e dos processos suspensos, com os Temas correspondentes identificados nas etiquetas próprias; a gestão dos agravos de instrumento, em atenção às movimentações dos processos originários que possam impactar na tramitação dos recursos; a comunicação da equipe via *WhatsApp*.

Esse meio de comunicação (*WhatsApp*) é também empregado, para fins de interlocução entre os Gabinetes, que foi qualificada pelos entrevistados como boa, o que contribui para um maior alinhamento entre eles.

Sobre os atendimentos aos advogados, informou-se que, atualmente, são poucos, cerca de 2 por semana.

A partir das perguntas que lhes foram dirigidas, o Assessor e a Chefe de Gabinete entrevistados demonstraram conhecimento dos números e das características do Gabinete.

Questionados sobre o número atual de embargos de declaração pendentes de julgamento, informaram, após consulta ao PJe, que são 92 (neste número, não foram computados os já pautados). Sobre o número de processos que aguardam o exame de pedidos de tutela de urgência, somavam, ao tempo da entrevista, 45, o que representa uma redução importante, à vista do quantitativo que foi informado no relatório prévio à inspeção (de 109 feitos). Os entrevistados destacaram que vêm se dedicando ao enfrentamento simultâneo dessas pendências, relativas aos incidentes que aguardam julgamento e pleitos de tutela de urgência ainda não examinados. Sobre os agravos internos, disseram serem poucos, inclusive porque não se utilizam, de modo corriqueiro, de decisões terminativas, preferindo os julgamentos colegiados, opção resultante da percepção de que os índices de recorribilidade, no caso das terminativas, não era favorável.

Ainda sobre o acervo, perguntou-se acerca da situação do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) que está em tramitação no Gabinete. Trata-se de Processo n. 5015415-10.2023.4.03.0000, que tem por tema o afastamento de empregada gestante das suas atividades laborais, em razão da impossibilidade de

realização de trabalho remoto, mediante pagamento de salário-maternidade, durante o período da emergência sanitária decorrente do Covid19, deduzindo-se do valor o pagamento das contribuições sociais previdenciárias (art. 72, § 1º, da Lei n. 8.213/1991, art. 94 do Decreto n. 3.048/1999 e art. 86 da IN RFB n. 971/2009). Analisando-se a tramitação do IRDR telado, através do sistema PJe, constatou-se que se encontra concluso no Gabinete desde 16/6/2023, ou seja, há mais de 4 meses (mais de 120 dias), na tarefa “Analisar tipo de decisão a proferir”, sendo recomendável que se confira prioridade ao incidente, pautando-o para julgamento em até 90 dias.

Outrossim, a 1ª Turma tem competência exclusiva para os processos relativos à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia – Decreto n. 3.413/2000), havendo, na unidade judiciária, dois feitos pendentes relativos a essa competência. O primeiro é o Processo n. 5000082-22.2021.4.03.6100. Verificando-o, através do sistema PJe, depreendeu-se que ele foi distribuído no Tribunal em 12/9/2022 e se encontra concluso (última conclusão), no Gabinete, desde 24/4/2023 (atualmente na tarefa “Aguardando a sessão”, mas sem registro de designação de data). Segundo os servidores entrevistados, a apelação será julgada até o final deste ano. Considerada, especialmente, a natureza do processo, é de rigor a priorização do seu julgamento, o que fica, desde logo, recomendado: incluí-lo em julgamento em até 90 dias. O segundo processo é o de n. 5022812-57.2022.4.03.0000, que consiste em pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação antes mencionada. Nele, há pleito de reconsideração formulado pela União, no tocante à decisão que concedeu o efeito suspensivo pretendido. Esse requerimento está aguardando exame desde 2022. A conclusão ao Gabinete ocorreu em 28/9/2022, inexistindo qualquer movimentação desde então. A recomendação nesse caso – que, aqui, fica, desde logo, consignada – é a apreciação em até 30 dias.

O Gabinete participa de 2 sessões virtuais e 1 sessão presencial por mês, na 2ª Turma, havendo acordo entre as unidades julgadoras, quanto à presencial, no sentido de serem levados, no máximo, 10 processos por sessão, por Gabinete, haja vista o tempo necessário para a realização das sustentações orais. Já para as sessões virtuais, não há limitador quantitativo, sendo apresentados, em média, pela unidade inspecionada, 170 processos, por pauta. Acerca do órgão julgador, consignou-se o sentimento de colegialidade que efetivamente o caracteriza, a sua coesão de entendimento e a forma harmoniosa como atua, sendo poucas as divergências, o que foi considerado fator facilitador dos trabalhos.

Essa compreensão de coletivo foi apontada, inclusive, como base para o acolhimento, sem qualquer tipo de dissonância, dos processos de restauração de autos, decorrentes do incêndio que atingiu as instalações da Vice-Presidência, em 2017. Além dos feitos selecionados, com essa classificação, na amostra da inspeção, os servidores entrevistados afirmaram que eventualmente continuam chegando processos dessa natureza, chancelando a Turma Julgadora o entendimento da Vice-Presidência, quanto

à competência, no Relator originário, para o seu processamento e julgamento. Nesse contexto, asseverou-se que o desafogamento da Vice-Presidência vem sendo prestigiado, tendo o órgão especial do TRF3 estabelecido que os cumprimentos de sentença em ações rescisórias também devem ficar com os Relatores dos feitos rescisórios correspondentes, retirando-se essa competência da Vice-Presidência.

No respeitante à sistemática do art. 942 do CPC/2015, salientou-se que, sendo poucas as divergências, as Turmas com composição estendida – que podem ocorrer de modo virtual ou presencial – também não são numerosas, a última delas tendo sido realizada há cerca de 5 meses e a próxima estando agendada para ocorrer no dia 19/10/2023 (próxima quinta-feira), tendo sido pautados 80 processos, sendo 22 deles consistentes em análise de divergências e os demais, em embargos de declaração.

Quanto à 1ª Seção, há 1 sessão mensal, e as ações rescisórias que são de sua competência ficam sob a responsabilidade de 1 servidora do Gabinete, que minuta uma média de 4 feitos rescisórios por pauta. Ainda sobre os processos relativos à Seção, foi dito que há cerca de 55 em tramitação, dos quais 20 são ações rescisórias.

A unidade informou haver controle semanal de cumprimento das metas, consoante plano de gestão que, embora não documentado, é de conhecimento de todos os integrantes da equipe.

Perguntado acerca dos motivos que vêm embasando a retirada de processos das pautas de julgamento, bem como sobre o controle que a unidade vem realizando sobre essa situação, restou consignado que os processos nessa condição são localizados em pasta específica, de modo que são facilmente identificados pelos responsáveis, para a adoção das providências cabíveis, sendo que a reinclusão em pauta ocorre de modo paulatino.

Duas foram as razões apresentadas para o adiamento ou a retirada de pauta, quais sejam: a necessidade de ajustes na minuta ou o pedido do advogado de inclusão do processo em sessão presencial, quando ele é pautado para a virtual.

Sobre esses processos, diante da informação de que não são reincluídos com prioridade, mas de forma gradual, há de se considerar a necessidade de serem priorizados nesse retorno ao fluxo de julgamento, considerada a expectativa dos jurisdicionados, em face da anterior inclusão.

Ponto que precisa ser destacado, porque é merecedor de recomendação específica consiste na informação de que alguns pedidos de adiamento ou de retirada de sessão virtual formulados pelos advogados têm ocorrido através de mensagem eletrônica dirigida ao e-mail do Gabinete do Desembargador, bem como de que, embora os processos, de fato, fiquem adiados ou retirados, em atenção a esses pedidos, não há a inserção dos pleitos nos autos e, portanto, não se profere decisão a respeito. Por conseguinte, na movimentação do processo no sistema, não fica consignada a razão pela qual o processo não foi julgado na pauta para a qual ele foi aprazado. Assim, apenas

quando os pedidos são formulados diretamente nos próprios autos ou quando os pleitos de adiamento ou retirada são realizados através do e-mail da Secretaria do órgão julgador, que os anexa aos autos eletrônicos, fica consignada a razão para o não julgamento na data definida, havendo, inclusive, segundo narrado na entrevista, hipóteses de indeferimento de pedidos de adiamento ou de retirada de sessão virtual, quando o caso não comporta sustentação oral (embargos de declaração, por exemplo). Recomenda-se que todos os pedidos formulados pelas partes, relativos à retirada ou ao adiamento de julgamento, sejam lançados nos autos, para fins de apreciação (apreciação esta que pode se dar através de decisão do magistrado ou através de simples certidão acerca do pedido de retirada de sessão virtual, quando for o caso).

No que tange aos processos suspensos ou sobrestados, foi dito que, há cerca de 1 mês, deixaram de constar no acervo da Subsecretaria da Turma e foram deslocados ao Gabinete, em razão da adoção de novos fluxos. Com isso, foi necessário estabelecer uma nova organização, inclusive, para fins de acompanhamento dos motivos em função dos quais houve a suspensão ou o sobrestamento, notadamente quanto à identificação dos Temas Repetitivos e de Repercussão Geral. Após esse mapeamento, os diversos núcleos do Gabinete serão orientados a efetuarem o levantamento da situação de cada um desses Temas. Informou-se que, dos cerca de 670 processos sobrestados, 400 são relativos aos índices de correção das contas do FGTS (ADI 5090).

A grande dificuldade apontada pelo Gabinete, tanto no relatório que preencheu previamente aos trabalhos de inspeção, como na entrevista, diz respeito ao sistema PJe. Foi dito que o sistema de processo eletrônico vem apresentando instabilidade e inconsistências, destacando-se o que nomearam como insegurança de dados, haja vista ter sido percebido que alterações promovidas em minutas de decisões não estão sendo salvas no sistema, a despeito do comando humano dado para tanto. Por outro lado, avaliaram positivamente a atuação do suporte local.

Outra questão negativa pontuada pela unidade diz respeito aos dados estatísticos, considerando que os apurados pelo Setor de Estatística do TRF3 nunca coincidem com os coletados pelo Gabinete, que os extraem do próprio sistema PJe. Citaram-se, ainda, deficiências na digitalização dos processos físicos, havendo casos de falta de documentos.

Entre as boas práticas às quais a unidade aludiu, estão a postura do Desembargador Federal, de atuar com “portas abertas”, despachando com todos os servidores e com eles realizando reuniões periódicas, para fins de avaliação dos resultados alcançados, aprimoramento das rotinas, definição de novas linhas de enfrentamento e redesenho das metas. Acerca da gestão, o Desembargador Federal entende que a descentralização é muito relevante, tendo sublinhado, contudo, que delegar não corresponde a abdicar e que faz questão de acompanhar a movimentação e a evolução do acervo, adotando as medidas necessárias para a correção de eventuais distorções. Ademais, enfatizou a sua preocupação com o ambiente de trabalho e com o

bem-estar dos servidores, aspectos que também norteiam a sua administração do Gabinete.

A unidade afirmou que procura incorporar na gestão o cumprimento das recomendações de inspeções pretéritas e assimilar como suporte para a melhoria das atividades. No entanto, procedida à verificação referente ao atendimento das recomendações feitas na inspeção anterior, apurou-se a existência de algumas ainda não cumpridas, consoante se infere do quadro abaixo:

Número do processo	Situação
Recomendação: Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias)	
5030054-09.2018.4.03.0000	Julgado e arquivado
5009045-54.2019.4.03.0000	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
5000436-48.2020.4.03.0000	Recurso principal julgado. Pautado para julgamento de embargos de declaração
5011306-44.2018.4.03.6105	NÃO JULGADO
5026781-89.2017.4.03.6100	Julgado e baixado
5001437-28.2016.4.03.6105	Não julgado, foi sobrestado com base no Tema Repetitivo 997
5009149-80.2018.4.03.0000	Julgado e arquivado
5024474-95.2018.4.03.0000	Julgado e arquivado
5023356-20.2018.4.03.6100	Julgado, encontrando-se no STJ
0056979-30.1999.4.03.6100	NÃO JULGADO (atualmente pautado para 7/11/2023)
5029327-50.2018.4.03.0000	NÃO JULGADO
0002313-59.2011.4.03.6100	NÃO JULGADO
5010311-46.2018.4.03.6100	NÃO JULGADO (atualmente pautado para 21/11/2023)
0017786-32.2004.4.03.6100	NÃO JULGADO
5000974-43.2017.4.03.6108	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
5010369-49.2018.4.03.6100	NÃO JULGADO
5003191-58.2018.4.03.6000	Julgado e arquivado
5013195-48.2018.4.03.6100	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
5004823-98.2018.4.03.6104	NÃO JULGADO
5002350-31.2017.4.03.6119	Julgado e arquivado
5000946-59.2018.4.03.6102	Não julgado (determinou-se, apenas em 9/5/2023, o encaminhamento à origem, para fins de regularização da virtualização)
5010523-67.2018.4.03.6100	Não julgado, foi sobrestado com base no Tema 985 de Repercussão Geral
5024563-54.2018.4.03.6100	Julgado e baixado
5000888-03.2016.4.03.6110	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
5001749-67.2018.4.03.6126	Julgado e baixado
0002001-33.2014.4.03.6115	Julgado em 17/10/2023. Acórdão lavrado
0023785-77.2015.4.03.6100	Julgado e baixado
0005361-72.2015.4.03.6104	NÃO JULGADO
0010957-54.2012.4.03.6100	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
0002699-84.2014.4.03.6100	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
0059092-79.2008.4.03.9999	Julgado e baixado

0001090-37.2012.4.03.6100	Julgado em 19/9/2023. Acórdão publicado
5013902-12.2020.4.03.0000	Julgado e arquivado
Recomendação: Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias)	
0059413-89.1999.4.03.6100	Não julgado, mas distribuído a outra unidade (Gabinete 42)
5018413-53.2020.4.03.0000	Julgado e arquivado
Recomendação: Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração, conclusos há mais de 45 dias)	
0005008-06.1999.4.03.6100	Julgado. Está na Vice-Presidência
0003954-55.2012.4.03.6130	Julgado o recurso pendente na época, mas concluso ao Gabinete com novos embargos de declaração desde 6/7/2023
5003746-79.2018.4.03.6128	Julgado. Está na Vice-Presidência
0008918-79.2015.4.03.6100	Julgado e baixado
5001201-08.2018.4.03.6105	Julgado
0001877-33.2007.4.03.6103	Julgado o recurso pendente na época, mas concluso ao Gabinete com novos embargos de declaração desde 23/3/2023
Recomendação: Juízo de retratação. Julgar em 60 dias	
0002416-33.2011.4.03.6111	Julgado o recurso pendente na época. Atualmente suspenso/sobrestado (Tema 985 de Repercussão Geral)

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 2.773 para 1.849), para o que deve ter contribuído a redistribuição de processos, aos novos Gabinetes, criados com a ampliação do Tribunal (Resoluções PRES ns 578/2023 e 632/2023).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.419 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.849.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 430, na última inspeção, para 296, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma, equivale a 26 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;

- b) cumprir as recomendações feitas na inspeção anterior (2022), ainda não atendidas (tabela constante na parte final do item 10);
- c) envidar esforços para fins de cumprimento da Meta Nacional 1/2023 (item 4.1);
- d) priorizar o julgamento dos processos relativos à Meta Nacional 2/2023 (item 4.2);
- e) julgar os embargos de declaração, no tocante aos processos conclusos para julgamento há mais de 45 dias (item 3.11);
- f) examinar os requerimentos de tutela provisória de urgência não apreciados há mais de 10 dias (item 3.12);
- g) submeter ao colegiado os processos com tutela concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias (item 3.12);
- h) incluir em julgamento em até 90 dias o IRDR n. 5015415-10.2023.4.03.0000 e o Processo n. 5000082-22.2021.4.03.6100 (Convenção da Haia), conclusos para julgamento há mais de 90 dias;
- i) apreciar em até 30 dias petição lançada no Processo n. 5022812-57.2022.4.03.0000 (Convenção da Haia), que aguarda exame desde 2022;
- j) priorizar a reinclusão em julgamento dos processos adiados ou retirados de pauta;
- k) informar nos autos todos os pedidos, formulados pelas partes, de adiamento ou retirada de processos de pauta de julgamento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL AUDREY GASPARINI

Gabinete da Desembargadora Federal Giselle França – respondido em 28/8 a 8/9/23 – 1ª Fase

Atualmente: DF Audrey Gasparini a partir de 11/9/23

Obs.: as informações dos itens 1 a 8 foram preenchidas pela Desembargadora Giselle França e equipe, que não mais ocupam o Gabinete. Dessa forma, as informações alusivas à nova titular do Gabinete (Desembargadora Audrey Gasparini) e equipe foram inseridas no item 10, alusivo ao resultado da entrevista.

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

17710 - GAB. 04 - GABGAF - Gabinete da Desembargadora Federal Giselle França

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

2ª Turma - 1ª Seção - Órgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

2ª Turma e 1ª Seção - 4 meses e meio - A partir de 13/4/2023, conforme Ato PRES n. 4.735 de 13/4/2023 até 11/9/2023, conforme Ato PRES n. 5014 de 8/8/2023. Órgão Especial - 2 meses - A partir de 1º/7/2023, conforme Ato n. 33 de 29/6/2023.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

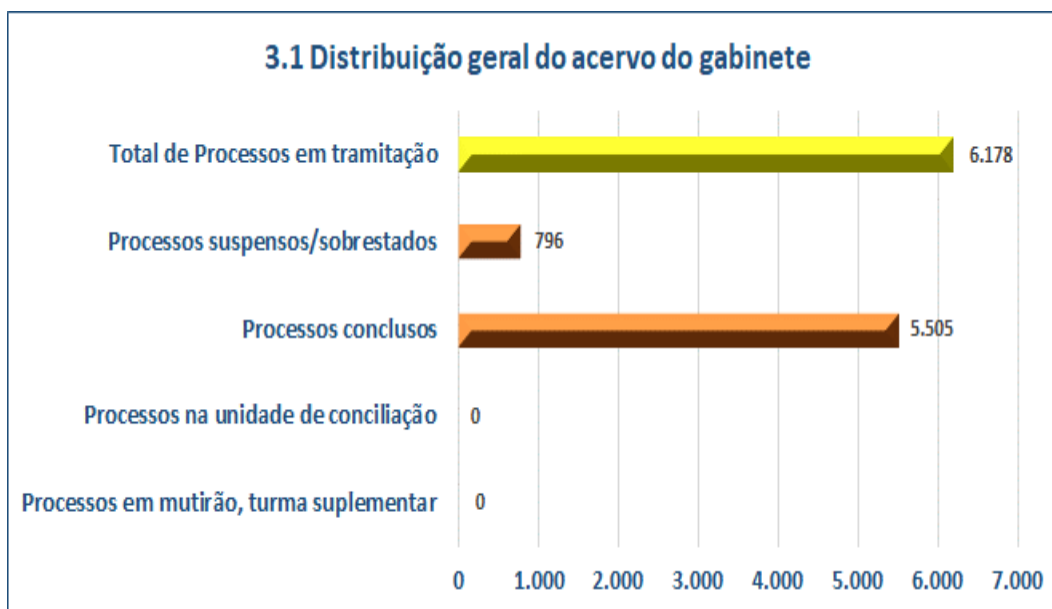
Deborah Zalc – Assessora

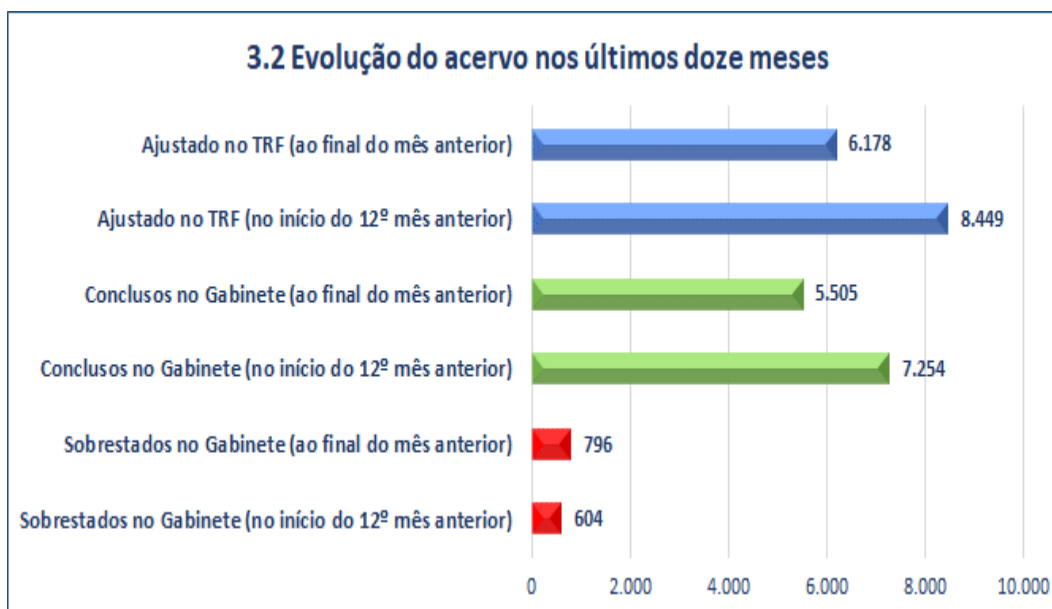
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	13 (treze) - Ana Maria Dias Martins, Ana Paula Lopes Samaan, Andrea Werle de Abreu, Bruna Chiarello Passamani, Deborah Zalc, Dmitri Assis Ramos, Guilherme da Ponte Costa, Guilherme Vitoriano Avancini, José Paulo Cury, Julia D Alessio, Leandro do Amaral, Rachel Trevelato Gasparini e Victor Matos
Servidores sem vínculo	Não há
Estagiários	2 (dois) - Julia Gonçalves dos Santos e Luiz Carlos Andrade Coelho Sobrinho

2.3 Cargos e Funções Comissionadas	
CJ-3	Deborah Zalc
CJ-2	Andrea Werle de Abreu
CJ-1	Rachel Trevelato Gasparini
FC-6	Não há
FC-5	Não há
FC-4	Ana Maria Dias Martins, Dmitri Assis Ramos, Guilherme Ponte da Costa e José Paulo Cury
FC-3	Ana Paula Lopes Samaan, Bruna Chiarello Passamani, Guilherme Vitoriano Avancini, Julia D Alessio e Victor Matos
FC-2	Não há
FC-1	Não há

3. DADOS ESTATÍSTICOS



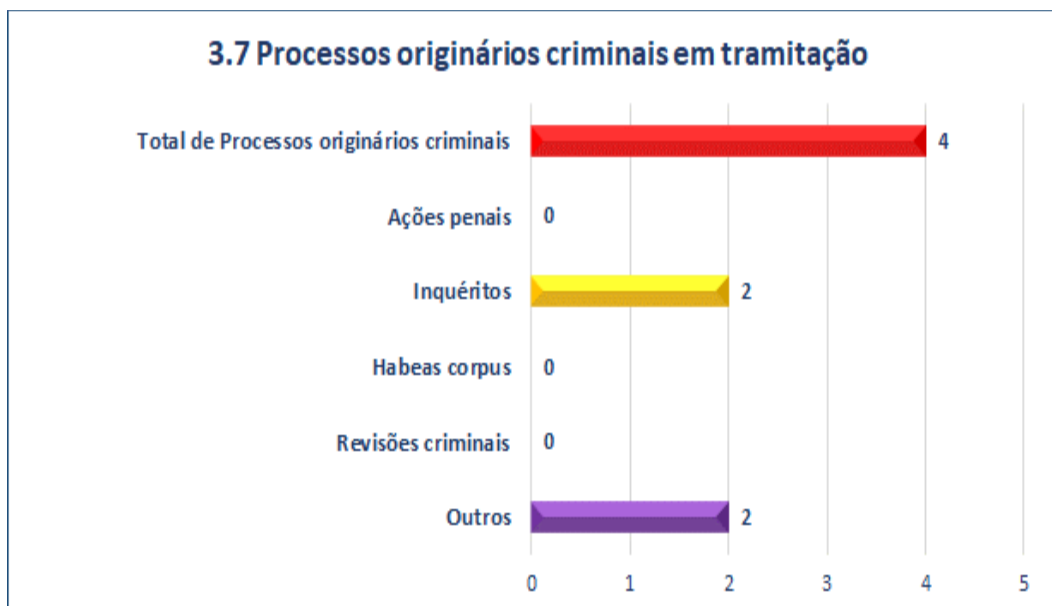
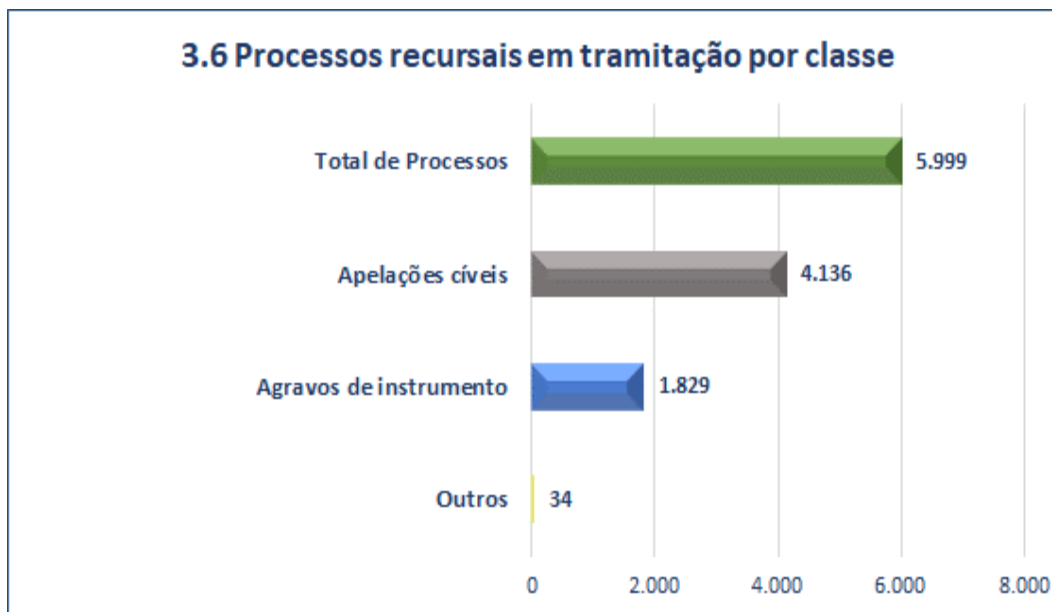


3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	175
Mandados de segurança	8
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	54
Reclamações	10
Ações rescisórias	56
Outros	47

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.999
Recursos em mandados de segurança coletivos	9
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	1

Recursos em ações civis públicas	37
Recursos em ações de desapropriação	45
Recursos em ações com preferência legal	584
Outros	5.327



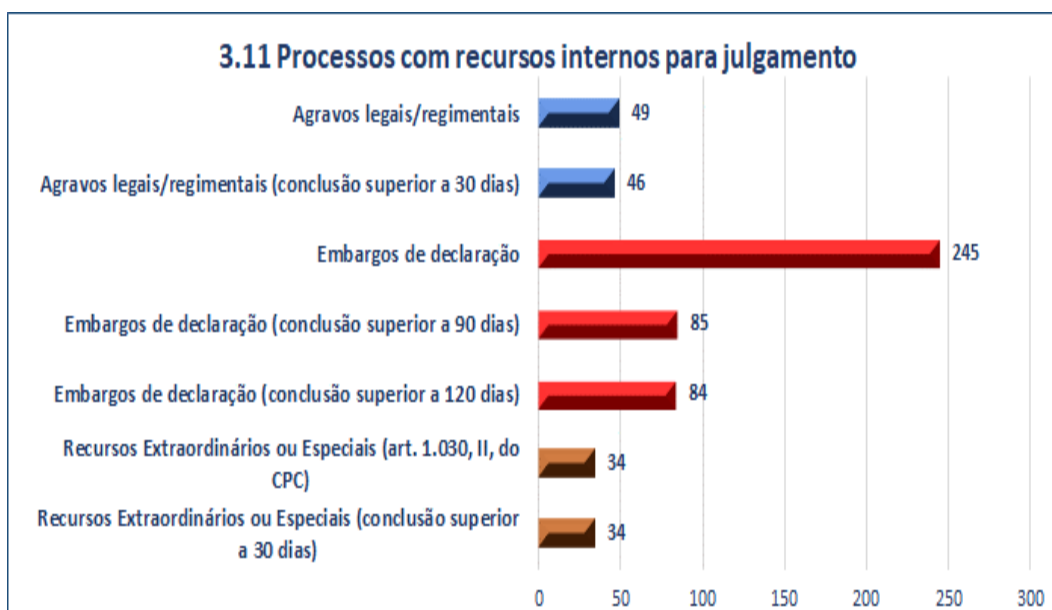
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Recursos em sentido estrito	Não se aplica.

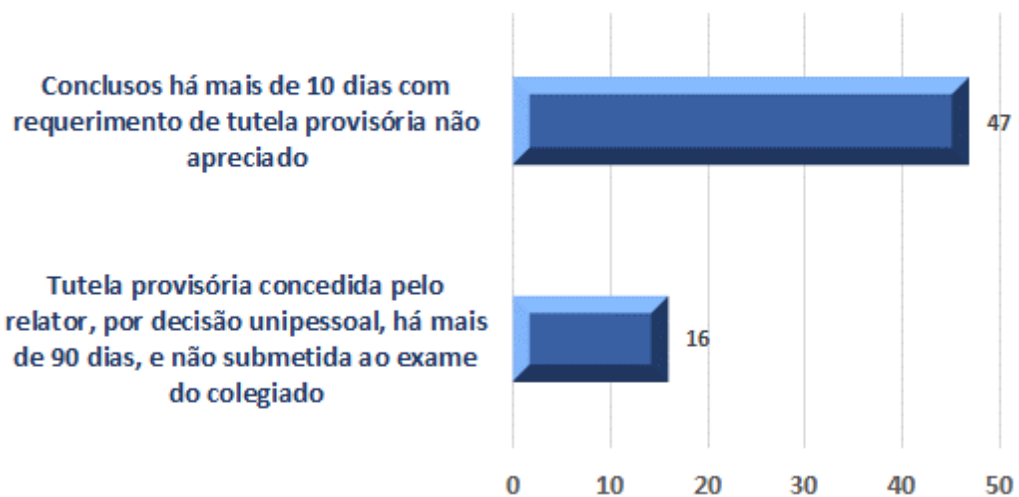
Recursos em habeas corpus	Não se aplica.
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica.
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas corpus	Não se aplica.

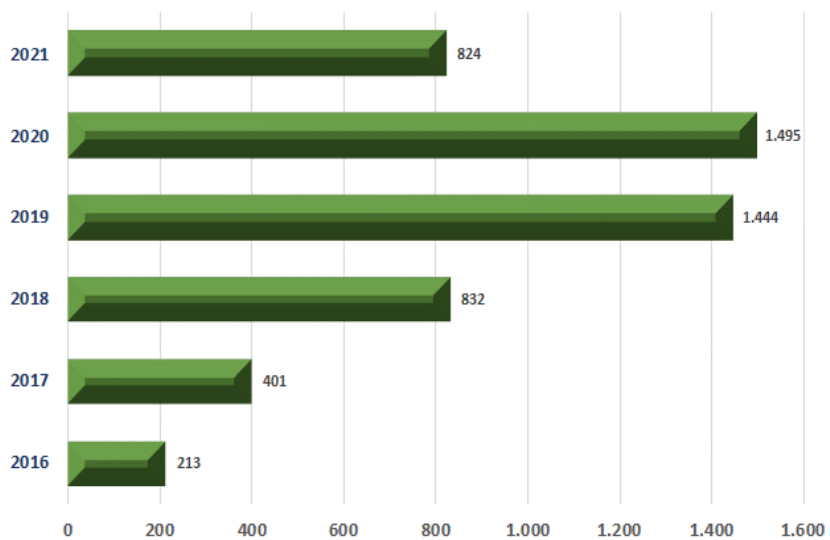
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Não há.
Por IRDR	Não há.
Por IAC	Não há.
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Não há.
Por Recurso Especial	Não há.
Por Recurso Extraordinário	Não há.

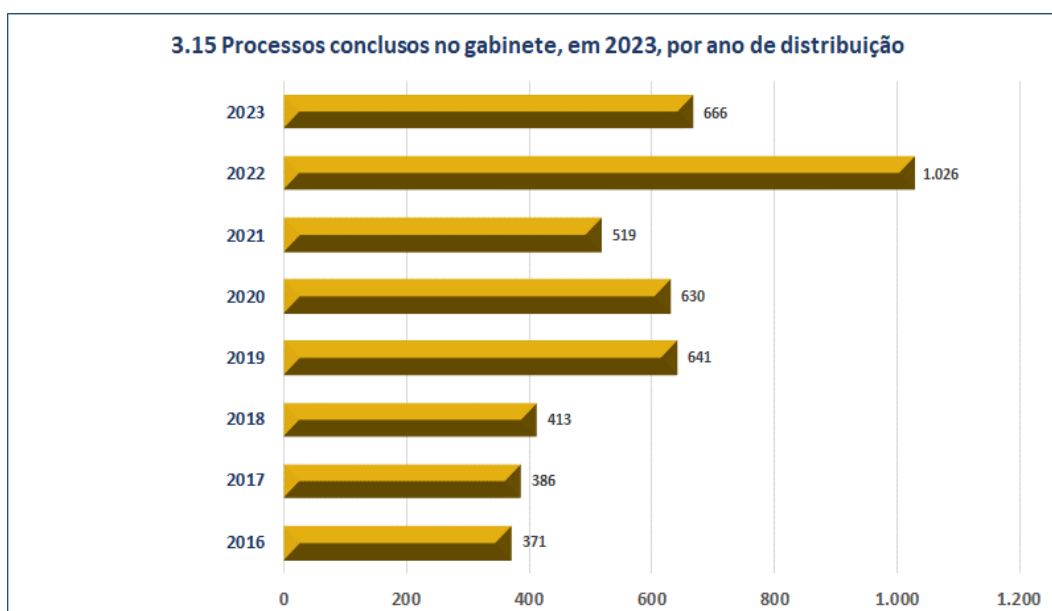
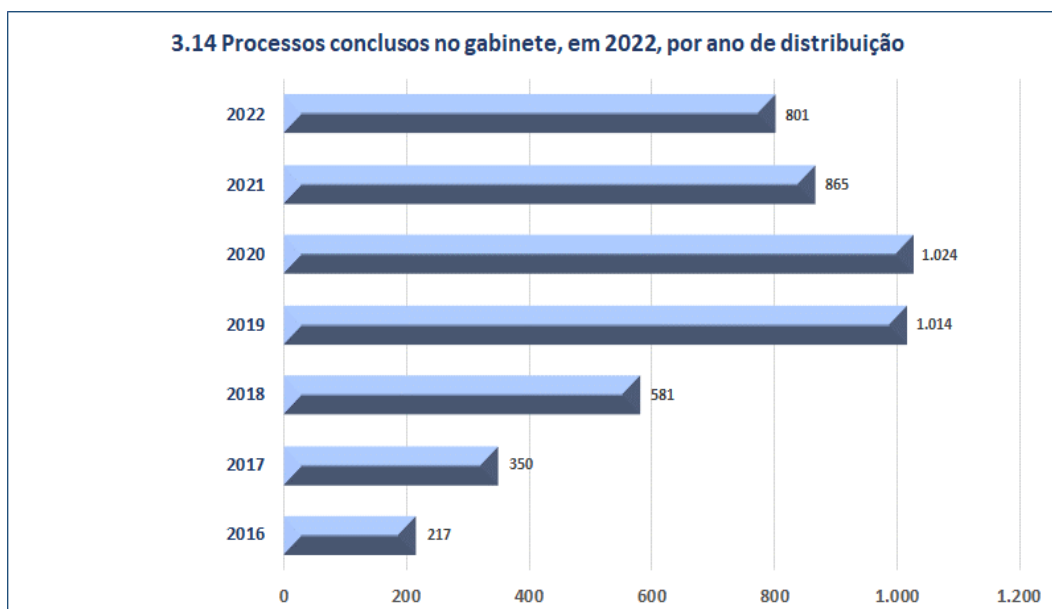


3.12 Processos com tutela provisória



3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição

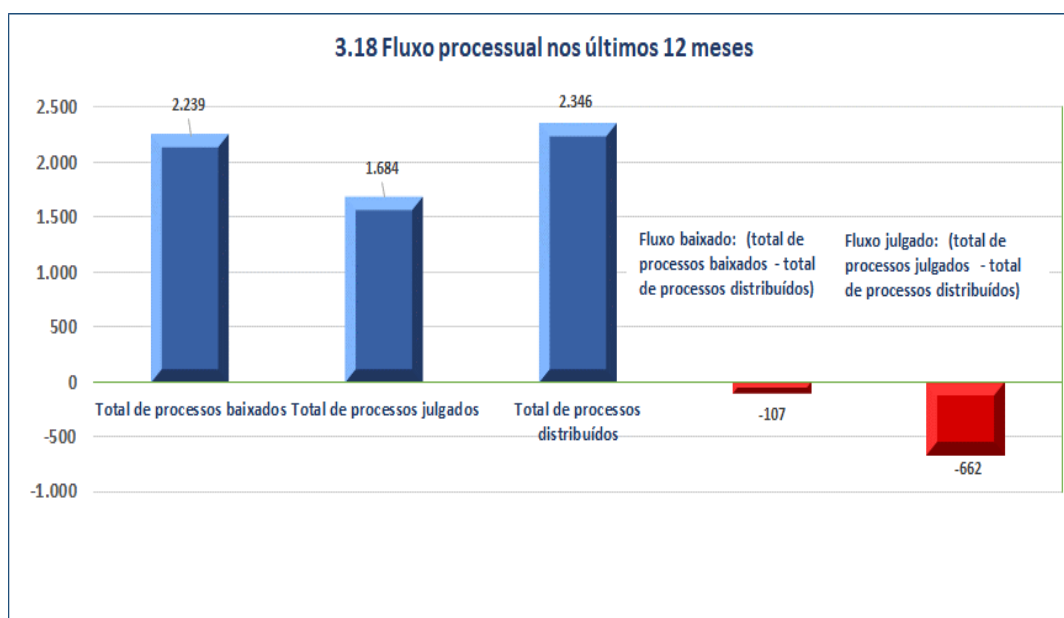




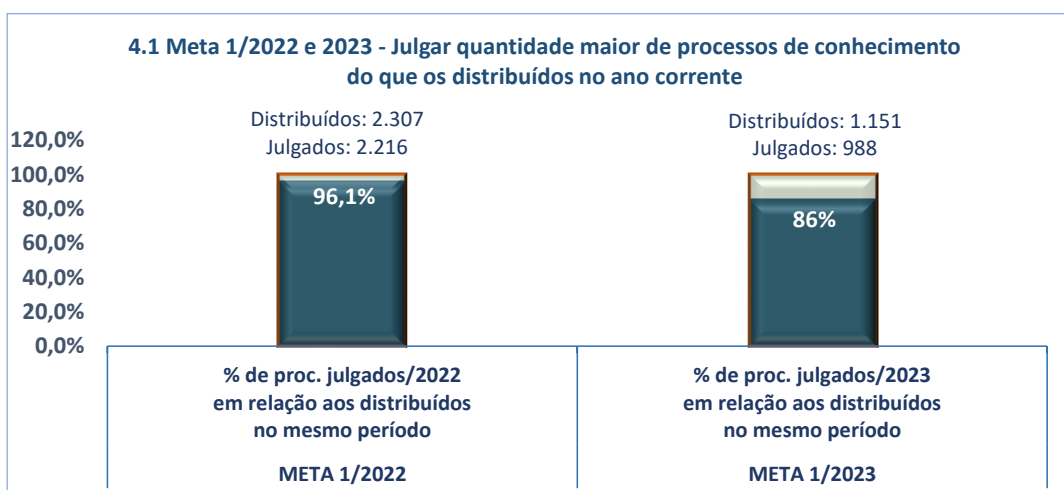
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	1
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	1
Remetidos para declaração de voto	0

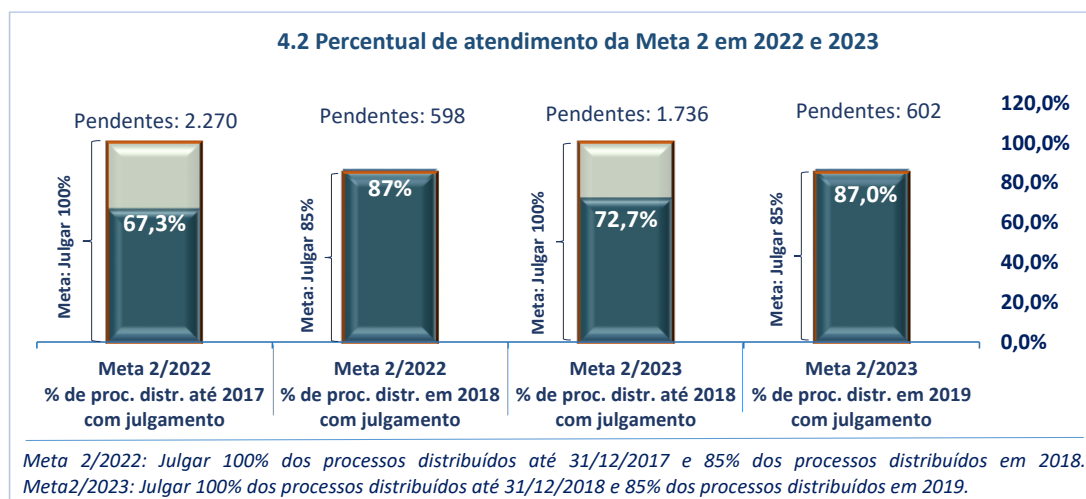
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0

Recebidos para voto-vista	2 – confirmados por meio de consulta aos autos eletrônicos.
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0 – confirmado por meio de consulta aos autos eletrônicos.
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

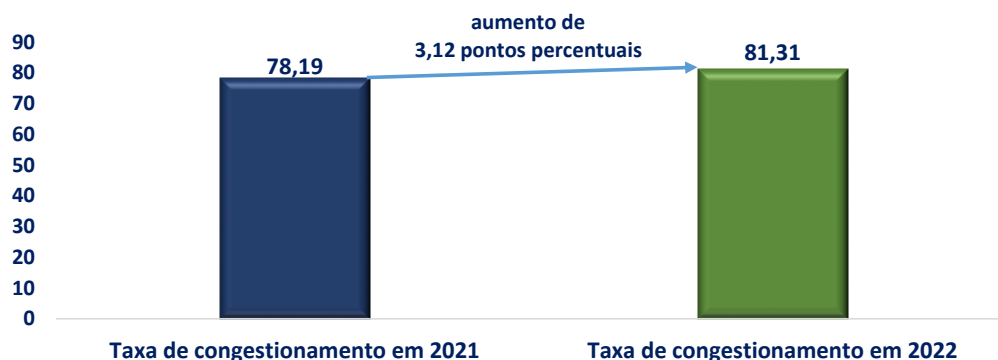




4.3 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9
Pendentes em 31/12/2022	3
Porcentagem de atendimento da meta	Ações de Improbidade: 95,24% - Crimes contra Adm. Pública: 285,71%

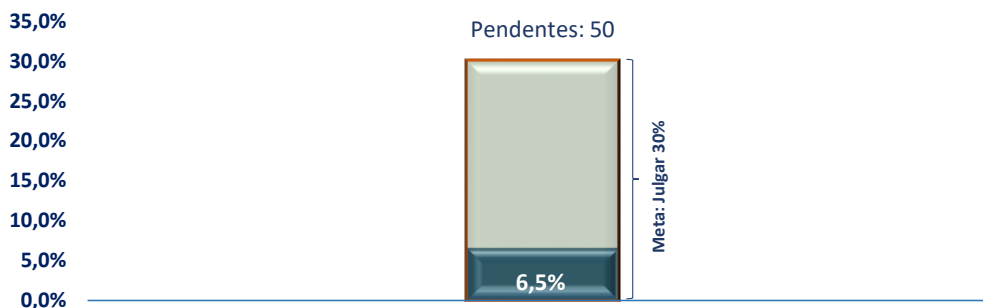
4.4 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	Ações de Improbidade: 119,05% - Crimes contra Adm. Pública: 142,86%

4.5 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida



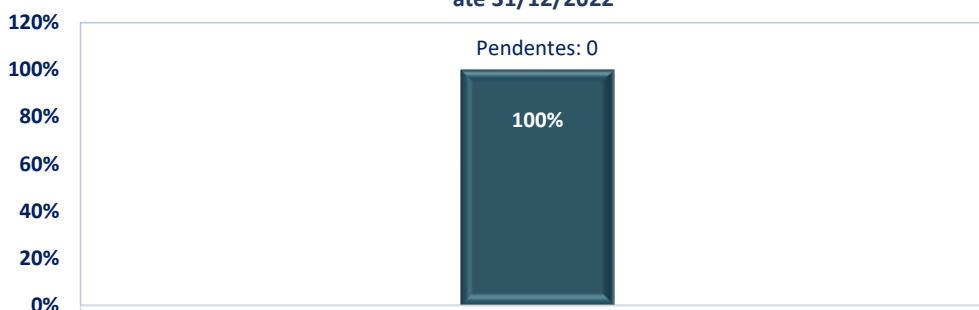
Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão não é possível comparar com o ano anterior, cujo computo compreende os 12 meses.

4.6 Percentual de atendimento da Meta 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022



Meta 10/2023: % de processos distribuídos até 2022 com julgamento

4.7 Percentual de atendimento da Meta 11/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022



Meta 11/2023: % de processos distribuídos até 2022 com julgamento

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

De início, cumpre informar que a Desembargadora Federal foi designada para o acervo em inspeção em 13/4/2023, oportunidade em que deu início a formação de sua nova equipe. A gestão do acervo teve início com o saneamento geral dos processos, identificação de pendências de processamento e retriagem dos feitos conclusos para identificação das matérias objeto do recurso. Nessa etapa os feitos foram movimentados e etiquetados com anotação como "inspeção 2022" e "pedido de preferência"; bem como foram movimentados cerca de 1.100 processos digitalizados, situação que será comunicada à equipe que assumirá o acervo em 11/9/2023. No tocante aos julgamentos, foi priorizada a análise de feitos semelhantes, embargos de declaração e agravos internos. Tudo com o objetivo de atingir a paulatina redução do acervo. Também foi priorizada a análise dos feitos sobrestados com tema solucionado. No âmbito da 1ª Seção foram proferidos 53 acórdãos, 19 decisões e 35 despachos.

A Des. Fed. foi designada para o acervo em inspeção em 13/4/2023, com uma equipe totalmente nova. Dessa sorte, foi determinado o saneamento geral do acervo, com a identificação de pendências de processamento e com a retriagem dos feitos conclusos a fim de possibilitar a identificação de temas repetitivos ou, ainda, de feitos semelhantes que possam ser julgados em bloco.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Após a decisão judicial de suspensão, na qual é identificado o tema/processo paradigma, os feitos ficavam sobrestados em Secretaria e esta era responsável por acompanhá-los, encaminhando-os à conclusão do gabinete em caso de peticionamento. Em razão de recente alteração, os processos sobrestados agora são gerenciados pelo próprio gabinete, que controla a entrada de petições por meio das ferramentas agrupador e documentos não lidos. Ademais, a partir do acompanhamento dos relatórios do NUGE (Núcleo de Gerenciamento dos Precedentes) e dos informativos das Cortes Superiores, encaminhados pelo e-mail institucional, é realizada a determinação de conclusão, por tema, para solução do caso concreto.

5.3 Boas práticas e inovações

A partir da assunção do acervo, foi realizado o saneamento geral dos feitos conclusos, priorizando-se a análise de tutelas de urgência pendentes. No atual momento o Gabinete repassará ao Magistrado que assumirá o acervo pedidos de tutela recém-recebidos, considerando, inclusive, que a Desembargadora Federal responsável pelo acervo está em gozo de férias desde 25/8/23. Também foi priorizada a análise dos feitos envolvendo menores, os quais contam com acompanhamento diferenciado pela Assessoria. No que diz respeito à triagem de acervo, priorizou-se a identificação de matérias e ano de distribuição, de forma a permitir atuação objetiva dos servidores, com otimização dos trabalhos. Os embargos de declaração e agravos internos pendentes foram redistribuídos entre os servidores, segundo a matéria, para

apreciação com prioridade, na medida do possível. Também tem se priorizado a resolução de processos sobrestados, com tema solucionado.

5.4 Dificuldades

No atual momento, estamos com duas vagas em aberto. Há dificuldade de preenchimento, considerado o esforço da Administração em preencher o quadro dos 12 (doze) gabinetes novos. A equipe é heterogênea, composta de servidores novos e antigos, mas é visível o esforço de todos para se integrar, se atualizar e aprender a matéria de forma a manter a continuidade do serviço.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, atualmente há apenas uma servidora em teletrabalho, na modalidade integral. A servidora cumpre as metas estabelecidas e tem contato frequente com a Assessoria.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O Gabinete segue as determinações da Presidência e do Setor de Conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0007467-68.2010.4.03.6108	3/2/2012	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada ausência de inserção dos autos do processo, foi minutado despacho para regularização. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0019724-96.2003.4.03.6100	29/8/2012	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Não encontradas petições pendentes, foi encaminhado para proferir voto (apelação) em 25/8/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000513-88.2000.4.03.6000	29/8/2012	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada petição pendente indicando irregularidade na digitalização. Providência: Minutado despacho para regularização. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0038059-91.2012.4.03.9999	21/9/2012	Apelação Cível

Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada a existência de petição pendente. Proferido despacho em 14/8/2023. Tornou à conclusão em 15/8/23. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento (apelação). a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0005930-80.2009.4.03.6105	9/11/2012	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Não encontradas irregularidades ou petições pendentes, foi encaminhado para voto em 25/8/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0009458-56.2008.4.03.6106	28/12/2012	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Proferido despacho em 3/8/2023 para inserção das peças dos autos físicos. Proferido despacho em 10/8/2023 para vista das peças às partes. Anotada no PJe prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0006401-21.2008.4.03.6109	22/2/2013	Apelação/Remessa Necessária
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada irregularidade, foi minutado despacho para retificação da autuação. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0003506-60.2012.4.03.6105	12/8/2013	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificado o não cadastramento da Defensoria Pública da União na autuação. Minutado despacho para retificação. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser indicada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000516-16.1999.4.03.6182	6/9/2013	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Não encontradas irregularidades ou petições pendentes, foi encaminhado para proferir voto em 2/8/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0007125-17.2006.4.03.6102	13/9/2013	Apelação Cível
Aguardando julgamento do recurso interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0002071-73.2012.4.03.6130	12/12/2013	Apelação/Remessa Necessária
Proferido despacho em 7/8/2023 para manifestação da apelada sobre petição de 9/3/2022. Tornaram os autos conclusos para julgamento da apelação. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0004055-66.2004.4.03.6100	13/6/2014	Apelação Cível
Aguardando julgamento do recurso interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0012800-35.2004.4.03.6100	13/6/2014	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada petição pendente. Proferido despacho em 24/8/2023 para manifestação da apelante acerca de pedido de sucessão processual.		
0005574-32.2011.4.03.6100	18/1/2013	Apelação Cível

Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada petição pendente indicando irregularidade na digitalização, foi minutado despacho para correção. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0022876-40.2012.4.03.6100	16/9/2014	Apelação/Remessa Necessária
Aguardando julgamento do recurso interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0006787-70.2001.4.03.6182	16/8/2012	Apelação Cível
Aguardando julgamento de apelação. Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada petição pendente de análise, foi despachado para retificação da autuação em 7/8/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável.		
0027589-30.2014.4.03.9999	6/10/2014	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Não encontradas petições pendentes, foi encaminhado para proferir voto (apelação) em 3/8/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5027116-07.2019.4.03.0000	17/10/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Aguardando julgamento do agravo regimental interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5018159-80.2020.4.03.0000	6/7/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Aguardando julgamento de embargos de declaração. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5017190-02.2019.4.03.0000	5/7/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Minutada decisão no sentido de homologar o pedido de desistência do incidente. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5021322-05.2019.4.03.0000	21/8/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Aguardando julgamento de agravo interno. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0005345-63.2016.4.03.0000	1º/7/2016	Petição Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento do recurso interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0011688-55.2009.4.03.6100	9/10/2020	Remessa Necessária Cível
Autos conclusos. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0007300-46.1999.4.03.6105	5/12/2008	Apelação Cível
Aguardando decisão acerca de eventual juízo de retratação (Resp 1.495.146/MG). Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		

5033378-36.2020.4.03.0000	14/12/2020	Tutela Cautelar Antecedente
Minutada decisão no sentido de julgar prejudicado o incidente, em razão da desistência da apelação interposta na ação originária. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5027097-64.2020.4.03.0000	30/9/2020	Tutela Cautelar Antecedente
Aguardando julgamento do agravo interno interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5004691-15.2021.4.03.0000	9/3/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Aguardando julgamento de agravo interno. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Anotada no PJe prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5001561-17.2021.4.03.0000	1º/2/2021	Mandado de Segurança Cível
Autos conclusos. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5000469-71.2020.4.03.6100	9/11/2021	Remessa Necessária Cível
Aguardando julgamento de reexame necessário. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0027640-26.1999.4.03.6100	13/6/2001	Apelação/Remessa Necessária
Aguardando decisão acerca de eventual juízo de retratação (RE n. 566.622/RS - Tema n. 32). Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0017137-04.2003.4.03.6100	11/3/2008	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento de 22/8/23. Retirado de pauta. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0048579-95.1997.4.03.6100	16/11/2000	Apelação/Remessa Necessária
Incluído em 21/8/2023 em pauta de julgamento de 17/10/2023, com voto minutado. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0026751-23.2009.4.03.6100	10/11/2010	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento de 25/7/23. Retirado de pauta. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0011721-21.2004.4.03.6100	19/2/2009	Apelação Cível
Incluído em pauta de julgamento de 22/8/2023 para juízo de retratação. Retirado de pauta. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0015472-26.1998.4.03.6100	21/1/2010	Apelação/Remessa Necessária
Aguardando decisão acerca de eventual juízo de retratação (Resp 1.495.146/MG). Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta		

no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0005020-90.1999.4.03.6109	3/7/2002	Apelação/Remessa Necessária
Aguardando decisão acerca de eventual juízo de retratação - Tema n. 62 STJ. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0002053-39.2012.4.03.6102	31/1/2013	Mandado de Segurança Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de autos digitalizados. Incluído em pauta de julgamento de 25/7/2023 para juízo de retratação. Retirado de pauta para sobrestamento do feito em razão de decisão proferida no RE n. 1.072.485 (Tema 985/STF).		
0002465-64.2003.4.03.6108	21/5/2008	Apelação Cível
Aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0007769-65.2008.4.03.6109	24/4/2009	Apelação Cível
Incluído em pauta de julgamento de 8/8/2023 para juízo de retratação. Retirado de pauta. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0025085-41.2015.4.03.0000	11/11/2015	Restauração de Autos Cível
Procedimento de restauração de autos de processos físicos. Despachado em 26/5/2023 para juntada de documentos. Aguardando análise das petições. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0019058-13.2013.4.03.0000	20/8/2013	Restauração de Autos Cível
Procedimento de restauração de autos de processos físicos. Despachado em 31/5/2023 para juntada de documentos. Aguardando análise das petições. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000435-71.2014.4.03.6140	10/9/2014	Restauração de Autos Cível
Procedimento de restauração de autos de processos físicos. Despachado em 26/5/2023 para juntada de documentos. Aguardando análise das petições. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000161-66.2010.4.03.6005	24/3/2011	Apelação Cível
Observação: Não conhecido o recurso de apelação. Embargos de declaração rejeitados. Aguardando julgamento do Agravo Interno. Providência: Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0005499-52.2014.4.03.0000	22/5/2014	Agravo de Instrumento
Autos sobrestados em razão de decisão proferida no RE 1.017.365 (Tema 1031). Pendente análise de agravo regimental requerendo reconhecimento de distinção do Tema. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000853-13.2007.4.03.6121	3/2/2017	Apelação Cível

Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Não encontradas irregularidades ou petições pendentes, foi encaminhado para proferir voto (agravo interno) em 26/7/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0003883-11.2010.4.03.6102	2/3/2017	Apelação Cível
Aguardando julgamento do recurso interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5003674-80.2017.4.03.0000	7/4/2017	Agravo de Instrumento
Aguardando julgamento de agravo interno. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0009233-92.2015.4.03.6105	30/4/2019	Apelação Cível
Aguardando julgamento do recurso. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0002559-52.2016.4.03.6109	17/5/2019	Apelação Cível
Aguardando julgamento da apelação interposta. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5000078-04.2017.4.03.6139	7/2/2020	Apelação Cível
Aguardando julgamento de apelação. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5000327-18.2018.4.03.6139	23/1/2020	Apelação Cível
Aguardando julgamento de apelação. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5008959-83.2019.4.03.0000	11/4/2019	Agravo de Instrumento
Aguardando julgamento do agravo de instrumento. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5007363-95.2018.4.03.6112	17/12/2018	Apelação Cível
Aguardando julgamento do recurso interposto. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5026761-31.2018.4.03.0000	23/10/2018	Conflito de competência cível
Aguardando julgamento do conflito de competência. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000631-94.2015.4.03.0000	24/9/2019	Tutela Cautelar Antecedente
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Verificada ausência de inserção dos autos do processo, foi minutado despacho para regularização. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5017986-90.2019.4.03.0000	16/7/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Aguardando julgamento de agravo interno. Analisados os autos não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5013199-76.2023.4.03.0000	18/5/2023	Conflito de Jurisdição
Incluído em pauta de julgamento de 27/9/2023.		
5019110-40.2021.4.03.0000	19/8/2021	Inquérito Policial
Proferida decisão deferindo prazo de prorrogação em 24/8/2023.		
5013329-66.2023.4.03.0000	19/5/2023	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Proferida decisão deferindo o pedido de quebra de sigilo em 24/8/2023.		
0005189-09.2010.4.03.6104	7/12/2015	Apelação Cível
Processo se encontrava na tarefa triagem de digitalizados. Não encontradas irregularidades e petições pendentes, foi encaminhado para proferir voto em 26/7/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0015712-49.2016.4.03.0000	31/8/2016	Agravo de Instrumento
Proferido despacho em 19/5/2023 para manifestação sobre os embargos de declaração. Tornaram conclusos em 23/5/2023. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0017725-25.2014.4.03.6100	22/11/2017	Apelação Cível
Despachado em 9/8/23: deferir pedido de sucessão processual; determinar manifestação sobre embargos opostos; indeferir assistência simples. Tornaram os autos conclusos em 4/9/23. Inserida etiqueta no PJe sobre prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0000294-60.2015.4.03.6126	25/10/2016	Apelação Cível
Aguardando julgamento da apelação interposta. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
0014816-06.2016.4.03.0000	9/8/2016	Agravo de Instrumento
Aguardando julgamento de embargos de declaração. Incluído em pauta de 30/5/23. Retirado de pauta. Não foram verificadas petições intercorrentes pendentes de análise. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade de julgamento a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		
5020597-16.2019.4.03.0000	13/8/2019	Agravo de Instrumento
Minutada decisão no sentido de julgar prejudicado o agravo de instrumento, em razão de prolação de sentença nos autos de origem. Inserida etiqueta no PJe indicando prioridade a ser informada ao próximo relator responsável pelo acervo.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 71 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Caso não julgado na pauta designada, julgar em 90 dias:

0000161-66.2010.4.03.6005	0000516-16.1999.4.03.6182	0000853-13.2007.4.03.6121
0002071-73.2012.4.03.6130	0002465-64.2003.4.03.6108	0003506-60.2012.4.03.6105
0003883-11.2010.4.03.6102	0004055-66.2004.4.03.6100	0026751-23.2009.4.03.6100
0011721-21.2004.4.03.6100	5000469-71.2020.4.03.6100	0017137-04.2003.4.03.6100
5003674-80.2017.4.03.0000	5027116-07.2019.4.03.0000	0005189-09.2010.4.03.6104
0005345-63.2016.4.03.0000	0005499-52.2014.4.03.0000	0005930-80.2009.4.03.6105
0006401-21.2008.4.03.6109	0006787-70.2001.4.03.6182	0007125-17.2006.4.03.6102
0007467-68.2010.4.03.6108	0009458-56.2008.4.03.6106	

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0002559-52.2016.4.03.6109	0007300-46.1999.4.03.6105	0007769-65.2008.4.03.6109
5027097-64.2020.4.03.0000	0015472-26.1998.4.03.6100	0027640-26.1999.4.03.6100
5000327-18.2018.4.03.6139	5002982-80.2018.4.03.6100	5004691-15.2021.4.03.0000
0000435-71.2014.4.03.6140	0019058-13.2013.4.03.0000	

c) Incluir em julgamento até 31/12/2022 (processos conclusos há mais de 100 dias) – Meta Nacional 2 do CNJ

0014351-17.2012.4.03.6182	0019724-96.2003.4.03.6100	0022876-40.2012.4.03.6100
0027589-30.2014.4.03.9999	5026761-31.2018.4.03.0000	5000078-04.2017.4.03.6139
5008959-83.2019.4.03.0000		

d) Priorizar o julgamento das ACP – Meta Nacional 6/2021 do CNJ

0009233-92.2015.4.03.6105	0011688-55.2009.4.03.6100
---------------------------	---------------------------

e) Excessos na tramitação acima de 30 dias para despachos/atos da secretaria. Regularizar em 30 dias:

0000294-60.2015.4.03.6126	0038059-91.2012.4.03.9999	0011688-55.2009.4.03.6100
0019058-13.2013.4.03.0000		

f) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração)

0009506-43.2002.4.03.6100	0014101-66.2018.4.03.9999	5015771-39.2022.4.03.0000
0014816-06.2016.4.03.0000 (sessão de 5/12/2023)	0015712-49.2016.4.03.0000 (sessão de 5/12/2023)	0017137-04.2003.4.03.6100 (sessão de 5/12/2023)

g) Pedido de vista. Incluir em julgamento em 30 dias:

5002832-89.2021.4.03.6134	5003358-67.2022.4.03.6119
---------------------------	---------------------------

h) Proceder à baixa definitiva:

5017190-02.2019.4.03.0000	5017986-90.2019.4.03.0000	5021322-05.2019.4.03.0000
5033378-36.2020.4.03.0000		

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada pela Desembargadora Federal Audrey Gasparini e pelos servidores Marina Rizério Moura dos Santos, Wilson Eduardo Fontanezi e Ana Elisa Lopes Manfrini.

A magistrada integra a 2ª Turma Especializada e a 1ª Seção Especializada, com competência para processos relativos a Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Direito Privado (domínio e posse;

locação de imóveis; família e sucessões; direitos reais sobre a coisa alheia; constituição, dissolução e liquidação de sociedades); matéria trabalhista de competência residual; propriedade industrial; registros públicos; servidores civis e militares; desapropriações e apossamentos administrativos. Atua também como membro da Comissão do XX Concurso Público para Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da 3ª Região.

Esclareceu que tomou posse em 6/3/2023, quando assumiu o acervo do antigo Gabinete do Desembargador Federal Peixoto Júnior, onde atuou até 12/4/2023. Em seguida, assumiu uma Turma especializada em Direito Previdenciário. A magistrada retornou ao presente gabinete apenas no dia 20/9/2023. Durante esse período de 5 meses, a Desembargadora Federal Giselle França respondeu pela unidade.

A Desembargadora Audrey Gasparini e os servidores presentes à reunião esclareceram que os dados do início do presente relatório foram preenchidos, não pela equipe atual, mas pela equipe que ocupava anteriormente o gabinete, juntamente com a Desembargadora Giselle França.

A unidade conta, no momento, com 13 servidores, tendo um servidor retornado às atividades no dia 16/10/2023. Parte da equipe adota o regime híbrido de teletrabalho, dentro dos percentuais permitidos pela Resolução CNJ n. 481/2022. Há um servidor que realiza teletrabalho integral e 4 servidores que trabalham integralmente no presencial.

A equipe esclareceu que, no início do ano de 2022, houve uma redistribuição de parcela do acervo, em atendimento à Resolução PRES n. 578, de 28/2/2023, que, em decorrência da criação de novo gabinete, determinou a redistribuição do quantitativo correspondente à média de processos da Turma, dividindo-se por quatro o total em tramitação no Órgão Colegiado.

Ao ser questionadas sobre a estratégia para enfrentamento do acervo, a Desembargadora e a assessoria informaram que estão numa fase de mapeamento, com a inclusão das etiquetas. Ressaltaram que a gestão anterior havia retirado as etiquetas dos processos, através das quais se identificam, principalmente, as matérias envolvidas nos processos, o que tem gerado um grande trabalho.

No que tange ao aspecto quantitativo do acervo, a equipe esclareceu que a maior demanda é relacionada aos processos de Direito Tributário.

A assessoria pontuou que o aumento do acervo também se deveu ao fato de o antigo Desembargador receber processos do órgão especial, o que demandava bastante tempo de análise, comprometendo o processamento dos feitos da Turma. Comemoraram, porém, o fato de, neste primeiro mês de trabalho, já haverem conseguido reduzir o acervo em 200 feitos.

A triagem dos processos é feita por um assessor específico, que faz a análise de prevenção dos processos, do preenchimento dos requisitos para a admissibilidade do recurso e inclui as etiquetas de acordo com as matérias.

Há uma dificuldade especial com os processos digitalizados, tendo em vista que não há indexação das peças, sendo comum, inclusive, estarem fora de ordem.

Foi informado que ainda não há um plano de gestão ou estratégias definidas, diante da necessidade de identificação do acervo e das respectivas prioridades. Também ainda não há uma divisão de trabalho estabelecida, mas a tendência é de que as matérias sejam o critério a ser utilizado.

No respeitante à Meta Nacional 2/2022, observa-se que foram julgados 67,3% dos processos distribuídos até 2017 e 87% dos feitos distribuídos em 2018. Quanto à Meta 2/2023, foram julgados 72,7% dos processos distribuídos até 2018 e 87% dos processos distribuídos até 2019.

Em relação à aludida Meta Nacional 2 do CNJ, a assessora informou que a estratégia para o enfrentamento será realizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica.

Quanto aos processos relativos à Meta Nacional 4/2023 do CNJ, destacou-se que não há ações civis públicas de improbidade administrativa no gabinete. Esclareceu-se que, em verdade, foram identificados 3 recursos em ações de ressarcimento ao erário (processos n. 5022338-61.2018.4.03.6100 e 5003928-86.2017.4.03.6100). Diante da identificação das referidas ações como ações civis públicas de improbidade administrativa, foi aberto um chamado ao suporte do PJe, registrado sob o n. 10620330, questionando sobre a permanência dos processos no relatório da Meta Nacional 4 do CNJ.

No tocante às ações civis públicas (Meta Nacional 6/2021 do CNJ), foi informado pela equipe que existem atualmente 32 recursos em ações civis públicas que ainda não foram julgados. Esclareceu que todos foram já identificados com as etiquetas respectivas.

Em relação à ação ambiental n. 5007363-95.2018.4.03.6112 (Meta Nacional 10/2023 do CNJ), a assessora informou que foi proferida decisão reconhecendo a competência da 2ª Sessão para apreciar o feito, o que ocasionou a sua redistribuição.

Destacou-se, também, que há 3 recursos acerca de sequestro internacional de crianças - Convenção da Haia (Meta Nacional 11/2023 do CNJ), tombados sob os ns 5024058-54.2023.4.03.0000, 5025641-74.2023.4.03.0000 e 5000920-90.2020.4.03.6005. A assessoria informou que já estão devidamente identificados.

Tramitam no gabinete, atualmente, segundo o Boletim Estatístico, 3 reclamações constitucionais: 5009591-75.2020.4.03.0000, 5018969-50.2023.4.03.0000 e 5023392-58.2020.4.03.0000. Apenas a reclamação n. 5009591-75.2020.4.03.0000 se encontra pendente de julgamento.

No tocante às ações originárias criminais, esclareceu-se que não há nenhuma ação pendente. Em relação aos processos sobrestados, afirmou a assessoria que ainda não

foi possível realizar a sua verificação, dado o decurso de apenas um mês desde a assunção do gabinete. Importante destacar, ainda a este respeito, que adotou o tribunal, quanto aos sobrestados, nova diretriz, passando tais processos para o controle dos gabinetes, e não mais das Secretarias.

Quanto aos pedidos liminares, a assessoria salientou que não há tantos pedidos pendentes de análise, haja vista que a eles se dedicaram quando assumiram a unidade. Acrescentou que, de igual modo, confere tratamento prioritário aos processos com pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação.

Como maior dificuldade, a equipe apontou o volume do acervo.

Em virtude da mudança da equipe, este seria o quadro atual de pessoal, em substituição àquele constante acima (no item 2):

GABINETE DESEMBARGADORA AUDREY GASPARINI

Servidor responsável pela chefia da unidade – Wilson Eduardo Fontanezi – RF 1929 - Analista Judiciário.

Quadro de Pessoal:

1. Wilson Eduardo Fontanezi - RF 1929 – Analista Judiciário
2. Ana Elisa Lopes Manfrini - RF 4468 – Analista Judiciário
3. Marina Rizerio Moura dos Santos – RF 3546 – Analista Judiciário
4. Helen de Oliveira Biajone – RF 3652 – Técnico Judiciário
5. Barbara Lyrio do Valle – RF 4212 – Analista Judiciário
6. Simone Amato – RF 1407 – Técnico Judiciário
7. Isac Firochi Moromizato – RF 4101 – Técnico Judiciário
8. Marcos Castanho Lazarini - RF 3876 – Técnico Judiciário
9. Carlos Augusto Moraes Correia Lima – RF 4106 – Analista Judiciário
10. Francisco Oliveira da Silva – RF 1690 – Técnico Judiciário
11. Júlio Cesar de Oliveira – RF 4105 – Analista Judiciário
12. Mauricio Barreto Costa – RF 4065 – Técnico Judiciário
13. Romero de Souza Bento – RF 252- Técnico Judiciário
14. Vanessa Minotti – RF 4478 – Analista Judiciário

Servidores efetivos: Os 14 servidores elencados são efetivos.

Servidores sem vínculo: Não temos servidores sem vínculo.

Estagiários: Bianca Farias Fortes

Thais Santos do Nascimento

Cargos e Funções Comissionadas:

CJ-3 – Wilson Eduardo Fontanezi - RF 1929 – Analista Judiciário

CJ-2 – Ana Elisa Lopes Manfrini - RF 4468 – Analista Judiciário

CJ-1 – Marina Rizerio Moura dos Santos – RF 3546 – Analista Judiciário

FC-4 – Helen de Oliveira Biajone – RF 3652 – Técnico Judiciário

FC-4 – Barbara Lyrio do Valle – RF 4212 – Analista Judiciário

FC-4 – Simone Amato – RF 1407 – Técnico Judiciário

FC-4 – Isac Firochi Moromizato – RF 4101 – Técnico Judiciário

FC-3 – Marcos Castanho Lazarini - RF 3876 – Técnico Judiciário

FC-3 – Carlos Augusto Moraes Correia Lima – RF 4106 – Analista Judiciário

FC-3 – Francisco Oliveira da Silva – RF 1690 – Técnico Judiciário

FC-3 – Júlio Cesar de Oliveira – RF 4105 – Analista Judiciário

FC-3 – Mauricio Barreto Costa – RF 4065 – Técnico Judiciário

FC-3 – Romero de Souza Bento – RF 252 - Técnico Judiciário

Vanessa Minotti – RF 4478 – Analista Judiciário. Já foi indicado para ocupar uma FC-3. O processo está tramitando.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 7.495 para 5.505. Nada obstante, a redução se deveu à redistribuição ocorrida com a criação do novo gabinete (de n. 93), conforme Resoluções PRES n. 578/2023 e 632/2023.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 8.449 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.178.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 251, na última inspeção, para 245.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio verificado, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 45 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma (que o gabinete integra), equivale a 26 meses. Trata-se de indicador que deve ser aqui destacado, merecendo uma especial preocupação, por ser bastante superior à média da turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) manter a priorização do julgamento dos processos relativos à Meta Nacional 2/2023;
- c) priorizar o julgamento dos 32 recursos em ações civis públicas (Meta Nacional 6/2021 do CNJ);
- d) elaborar plano de ação para estabelecer a estratégia de trabalho na unidade, com mapeamento das necessidades, identificação das prioridades, divisão de trabalho e cronograma de objetivos a serem cumpridos;
- e) ampliar, inclusive com o apoio da Presidência do Tribunal, a interlocução entre a unidade inspecionada e os setores técnicos do TRF3 e do CNJ, para aprimorar a compreensão do sistema PJe e a construção de melhorias destinadas à maximização da performance e à eliminação ou redução das dificuldades e deficiências narradas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL RENATA LOTUFO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Renata Lotufo

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

2ª Turma - 1ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 13/4/2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Heloisa Cristina Pereira da Silva Rimola - Assessora (CJ03)

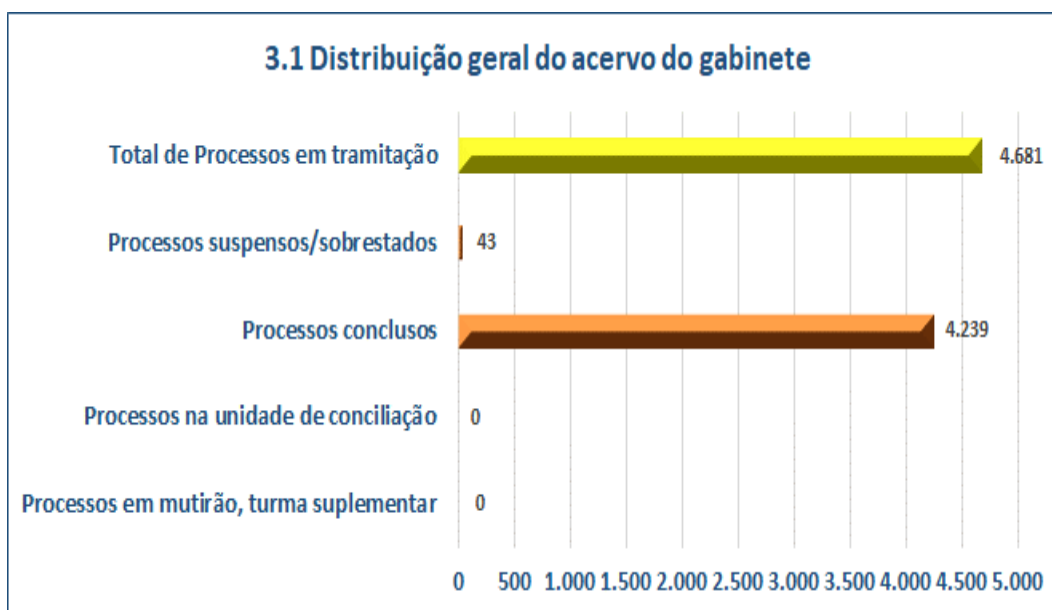
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	13
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Heloisa Cristina Pereira da Silva Rimola
CJ-2	Priscila Barata Diniz Facchini
CJ-1	Debora Babian Szacher
FC-4	Rafael Machado Giuliani, Claudia Pires Matsuo Dias da Silva, Eliana Martins Vargas e Claudia Regina da Silva
FC-3	Alanna Vieira de Alencar, Lilian Suelen Ferreira de Oliveira, Nathaly Matte, Eduardo Costa de Araújo, Renata Brandão Pellicce e Amanda Cristina Borges Macedo

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

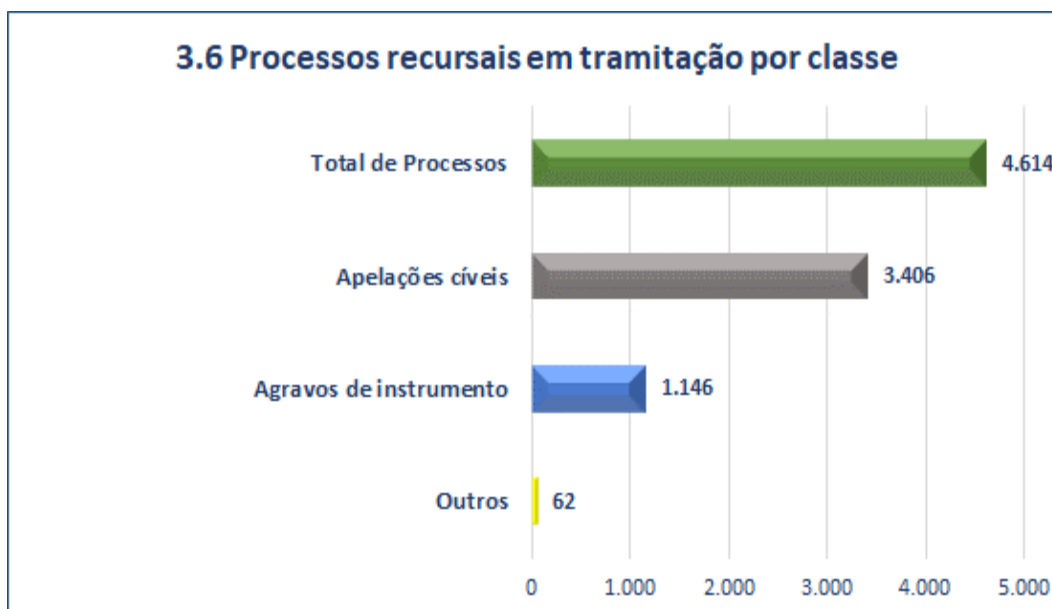
Acervo ajustado no TRF (ao final do mês anterior)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Acervo ajustado no TRF (no início do 12º mês anterior)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Acervo de conclusos no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Acervo de sobrestados no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	67
Mandados de segurança	3
Conflitos de competência	23
Reclamações	1
Ações rescisórias	30
Outros	10

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.614
Recursos em mandados de segurança coletivos	3
Recursos em ações civis públicas	15
Recursos em ações de desapropriação	38
Recursos em ações com preferência legal	495
Outros	4.066



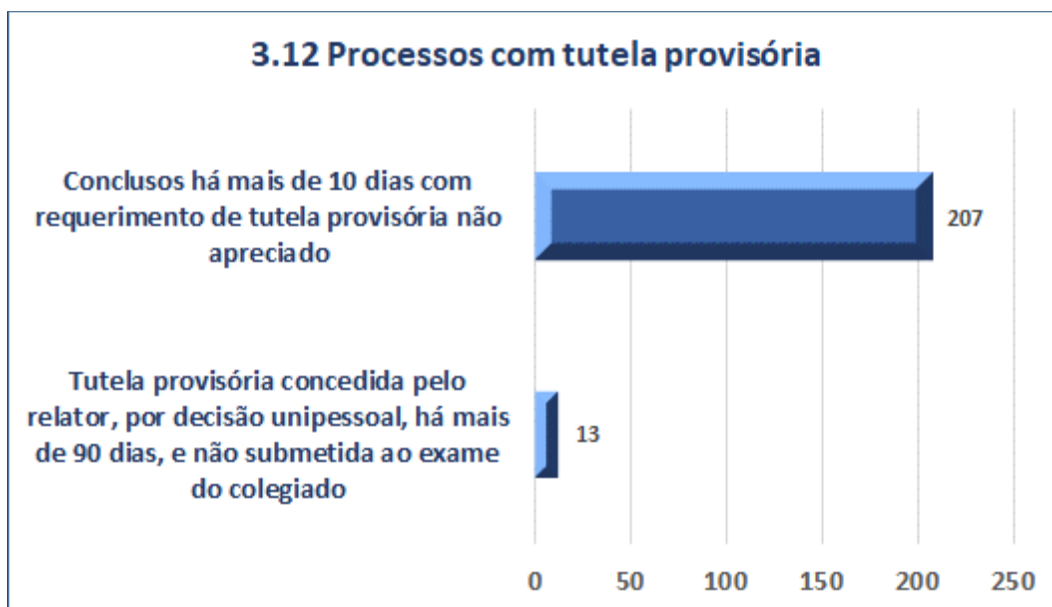
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

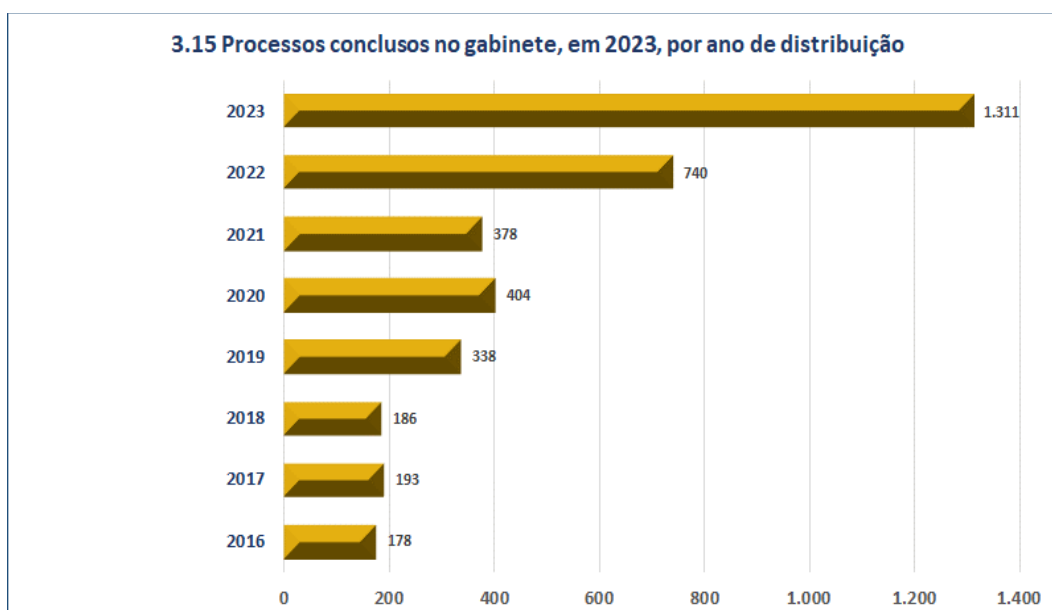
3.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração com conclusão superior a 90 dias	2
Embargos de declaração com conclusão superior a 120 dias	0
Agravos legais/regimentais	0
Embargos de declaração	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0



3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
2021	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2020	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2019	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2018	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2017	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

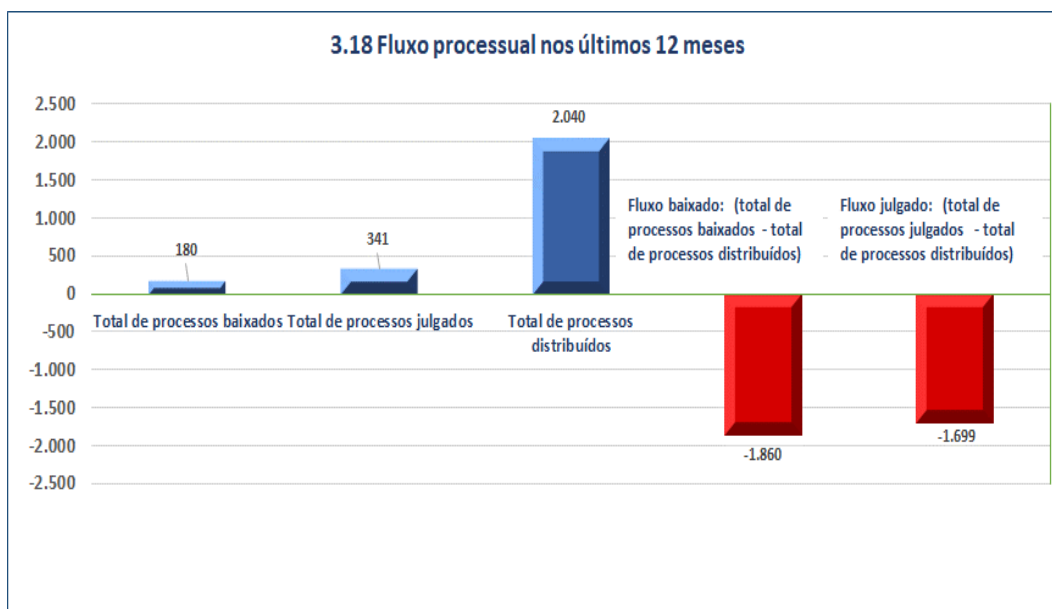
2016	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
------	--

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
2022	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2021	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2020	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2019	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2018	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2017	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
2016	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

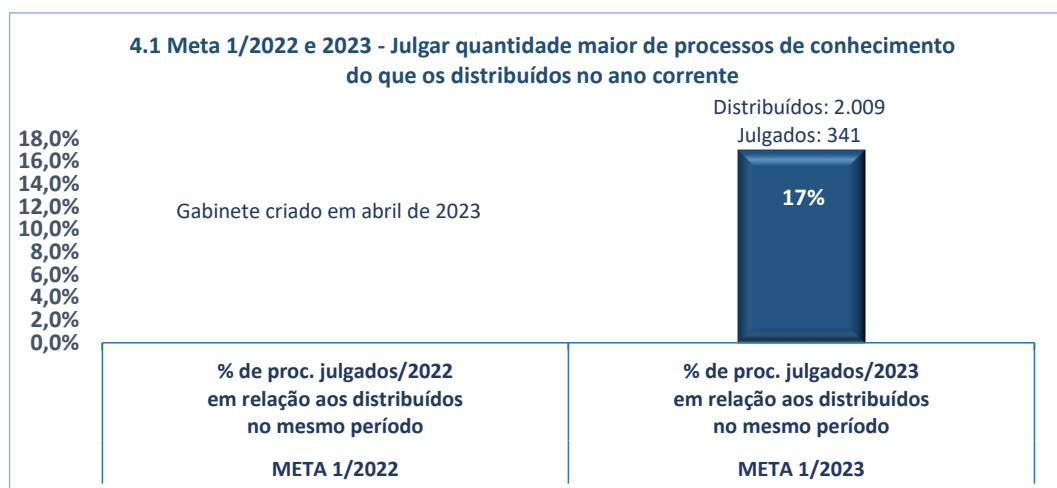


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para voto-vista	4



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Pendentes em 31/12/2022	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Pendentes em 31/12/2022	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes no último dia do mês anterior	897
Porcentagem de atendimento da meta	4,68%
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	em branco

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

Pendentes no último dia do mês anterior	323
Porcentagem de atendimento da meta	5,55%
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	em branco

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Pendentes em 31/12/2022	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes no último dia do mês anterior	2
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	em branco
Porcentagem de atendimento da meta	em branco

4.8 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Taxa de congestionamento no ano anterior	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Taxa de congestionamento no ano corrente	96,35%

4.9 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

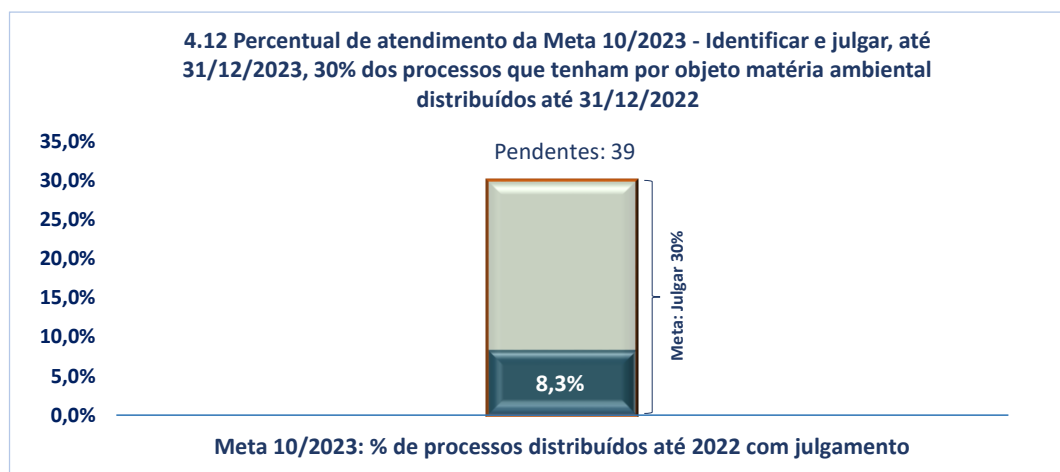
Processos distribuídos no ano anterior	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Processos baixados no ano anterior	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Processos julgados no ano anterior	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Pendentes em 31/12/2022	prejudicado - criação gabinete em abril/2023
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado - criação gabinete em abril/2023

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, a % de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0



4.13 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes no mês anterior	1
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	em branco
Percentual de cumprimento da meta	em branco

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Existe plano de gestão do gabinete, com controle do acervo, distribuição semanal das atividades a serem feitas pelos servidores e estabelecimento dos processos de trabalho (análise - elaboração de minuta - conferência - assinatura ou inclusão em pauta de julgamento).

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Por meio de planilhas de controle interno do Gabinete e também pelo fluxo do PJe.

5.3 Boas práticas e inovações

- triagem de processos para conhecer o acervo; - reuniões frequentes com avaliação de desempenho do grupo para investigar dificuldades e possíveis melhorias; - encaminhamento de matérias triadas e agrupadas pelo gestor para os servidores; - divisão de funcionários por setores; - acompanhamento dos serviços pelo planner; - utilização do teams para compartilhamento de documentos e troca de mensagens; - utilização de etiquetas para identificar processos e fases; - incentivo à realização de cursos promovidos pelo tribunal; - criações de modelos padronizados diretamente no

PJe; - despacho de petição por agendamento, podendo ocorrer de forma presencial ou via teams, a critério do advogado.

5.4 Dificuldades

- Grande volume de processos recebidos por redistribuição dos outros gabinetes por ocasião da implantação do Gabinete 42 em abril/2023. - Necessidade da triagem de todos os feitos recebidos, a fim de verificar os pedidos de liminares e efeito suspensivo ainda não apreciados, bem como para classificação dos processos para os diferentes setores do gabinete.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, é feito o encaminhamento quando verificada a possibilidade de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001555-42.2018.4.03.6102	11/2/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5007253-41.2019.4.03.6119	29/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5002267-98.2021.4.03.6143	27/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0008067-85.2012.4.03.6119	21/10/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 1º/9/2023, determinando a redistribuição dos autos para a 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.		
5057016-06.2022.4.03.9999	22/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0023680-72.2017.4.03.9999	3/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		

5000323-25.2020.4.03.6134	15/3/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetido para tarefa "minutar ato judicial" em 1º/9/2023.		
5010964-48.2018.4.03.6100	11/10/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0009028-29.2007.4.03.6110	24/1/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0001319-09.2013.4.03.6117	14/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023		
5000192-80.2020.4.03.6124	18/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5024571-31.2018.4.03.6100	4/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0027295-75.2014.4.03.9999	17/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0003959-93.2014.4.03.6102	5/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 1º/9/2023, determinando a redistribuição dos autos para o gabinete da Desembargadora Federal Giselle França.		
0037759-61.2014.4.03.9999	10/12/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5003210-13.2018.4.03.6114	27/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Elaborada minuta de decisão. Remetido para tarefa "revisar ato judicial" em 4/9/2023.		
0022841-12.2014.4.03.6100	17/2/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0042681-14.2015.4.03.9999	17/12/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0014351-17.2012.4.03.6182	6/1/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 1º/9/2023, determinando a redistribuição dos autos para o gabinete da Desembargadora Federal Giselle França.		
0001724-82.2012.4.03.6116	23/3/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 17/8/2023, proferida decisão determinando a redistribuição do processo para a 3ª Seção do e. TRF 3ª Região (ID 278554141). Atualmente, os autos tramitam no gabinete do Desembargador Federal Toru Yamamoto (GAB 28).		
0005040-04.2010.4.03.6107	28/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0001052-85.2005.4.03.6127	4/1/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		

0002533-70.2010.4.03.6107	17/4/2013	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 31/8/2023, determinando manifestação das partes acerca da restauração.		
0019968-20.2006.4.03.6100	3/12/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0012791-97.2009.4.03.6100	6/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0001083-45.2012.4.03.6100	26/12/2013	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 31/8/2023, determinando manifestação das partes acerca da restauração.		
0000186-34.2014.4.03.6104	7/4/2014	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 31/8/2023, determinando manifestação das partes acerca da restauração.		
5019530-11.2022.4.03.0000	21/7/2022	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0026200-58.2000.4.03.6100	17/5/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 28/8/2023 foi proferido despacho, determinando a manifestação das partes acerca da restauração de autos (ID 279106247).		
5010965-29.2020.4.03.0000	8/5/2020	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0001181-93.2005.4.03.6126	25/9/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0010581-10.2008.4.03.6100	17/4/2013	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 31/8/2023, determinando manifestação das partes acerca da restauração.		
0000968-88.2008.4.03.6124	11/12/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0010569-83.2005.4.03.6105	15/4/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: já analisado. Aguardando sessão de julgamento. Pauta dia 7/11/2023.		
0002428-85.2004.4.03.6113	20/4/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0023234-16.2005.4.03.0000	9/5/2005	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 22/8/2023, foi proferido acórdão pela 2ª Turma do e. TRF 3ª Região (ID 278932816).		
5009254-52.2021.4.03.0000	28/4/2021	Conflito de competência cível
Observação/Providência: incluído pauta julgamento 7/12/2023.		
0005281-35.2002.4.03.6114	12/5/2006	Apelação Cível

Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0059413-89.1999.4.03.6100	9/11/2004	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5019207-40.2021.4.03.0000	20/8/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Remetido para tarefa "minutar ato judicial" em 5/9/2023.		
5006031-91.2021.4.03.0000	23/3/2021	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 7/12/2023.		
5021822-03.2021.4.03.0000	20/9/2021	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 7/12/2023.		
5005916-87.2017.4.03.6183	22/10/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5003966-51.2020.4.03.6114	11/2/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5007489-98.2020.4.03.6105	25/1/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5003640-66.2021.4.03.0000	24/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
0000040-62.2015.4.03.6005	20/7/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5034388-47.2022.4.03.0000	23/12/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Remetido para tarefa "minutar ato judicial" em 1º/9/2023.		
5029414-64.2022.4.03.0000	27/10/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 7/12/2023.		
5009834-14.2023.4.03.0000	13/4/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Em 9/8/2023 foi proferido despacho designando o juízo suscitante para os atos urgentes do processo e determinando a manifestação do MPF (ID 278227720). Foi aberta vista ao Órgão Ministerial, que apresentou parecer, com a remessa dos autos à conclusão em 25/8/2023.		
5029171-23.2022.4.03.0000	25/10/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5001924-18.2018.4.03.6108	12/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 8/5/2023, foi proferido despacho determinando a redistribuição do processo (ID 273703985). Atualmente, os autos estão no gabinete do Desembargador Federal Cotrim Guimarães (GAB 05).		
5008533-70.2020.4.03.6100	16/3/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 20/4/2023, determinando a redistribuição do processo para a 2ª Seção do TRF 3ª Região (ID 272915616). Atualmente, os autos tramitam no gabinete da Desembargadora Federal Adriana Pileggi (GAB 09).		

5000228-59.2023.4.03.0000	9/1/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5003110-91.2023.4.03.0000	10/2/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído pauta julgamento 21/11/2023.		
5000814-96.2023.4.03.0000	20/1/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão em 24/8/2023, rejeitando os embargos de declaração.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0006965-80.2015.4.03.6100	0010422-96.2010.4.03.6100	1101757-46.1996.4.03.6109
5000323-94.2020.4.03.0000	5006031-91.2021.4.03.0000	5009254-52.2021.4.03.0000
5010965-29.2020.4.03.0000	5011294-45.2018.4.03.6100	5021822-03.2021.4.03.0000
5029414-64.2022.4.03.0000		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0001303-55.2014.4.03.6138

c) Incluir em julgamento em até 90 dias (caso não haja o julgamento na data aprazada):

0000040-62.2015.4.03.6005	0000968-88.2008.4.03.6124	0001052-85.2005.4.03.6127
0001181-93.2005.4.03.6126	0001319-09.2013.4.03.6117	0002428-85.2004.4.03.6113
0005040-04.2010.4.03.6107	0005281-35.2002.4.03.6114	0009028-29.2007.4.03.6110
0010569-83.2005.4.03.6105	0012791-97.2009.4.03.6100	0019968-20.2006.4.03.6100
0022841-12.2014.4.03.6100	0023680-72.2017.4.03.9999	0027295-75.2014.4.03.9999
0037759-61.2014.4.03.9999	0042681-14.2015.4.03.9999	0059413-89.1999.4.03.6100
5000192-80.2020.4.03.6124	5002267-98.2021.4.03.6143	5003966-51.2020.4.03.6114
5007253-41.2019.4.03.6119	5007489-98.2020.4.03.6105	5010964-48.2018.4.03.6100
5019530-11.2022.4.03.0000	5024571-31.2018.4.03.6100	5057016-06.2022.4.03.9999

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (caso não haja o julgamento dos embargos de declaração na data aprazada):

5000228-59.2023.4.03.0000	5029171-23.2022.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

e) Apreciar o pedido de tutela de urgência em até 30 dias:

5019207-40.2021.4.03.0000

f) Regularizar em 30 dias (processo aguardando despacho no Gabinete há mais de 30 dias):

0005268-11.2012.4.03.6106	0033304-53.2009.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

g) Retificar a classe processual (Restauração de Autos):

0026200-58.2000.4.03.6100

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, às 15h, na unidade inspecionada, pela Desembargadora Federal Renata Lotufo e pelas servidoras Heloisa Cristina Pereira da Silva Rimola, Priscila Barata Diniz Facchini e Debora Babian Szacher.

Trata-se de Gabinete novo, que passou a compor a 2ª Turma e a 1ª Seção do Tribunal, criado, no início deste ano, por força da ampliação do TRF3, com acervo constituído mediante a redistribuição de processos das outras unidades judiciárias (Resoluções PRES ns 578/2023 e 632/2023), e do qual passou a ser titular a Desembargadora Federal Renata Lotufo, a partir de 13/4/2023, ou seja, há pouco mais de 6 meses.

A equipe da unidade é integrada por 2 servidoras, que já assessoravam a Magistrada Titular no primeiro grau, anteriormente à sua promoção; por 4 servidores antigos, que foram cedidos por outros setores do Tribunal, como consequência da sua ampliação; e por 7 servidores novos, nomeados no âmbito do último concurso público realizado. Há, ainda, uma vaga de servidor a ser preenchida. O Gabinete conta com uma estagiária.

A Desembargadora Federal Renata Lotufo acumula as suas atividades jurisdicionais com a atuação como Coordenadora do Laboratório de Inovação e como suplente da Direção da Escola da Magistratura Federal da 3ª Região – EMAG.

Excetuadas as Turmas de competência criminal, a 2ª Turma é a única composta por apenas 4 Desembargadores Federais (as demais têm 5 Magistrados), e a sua competência engloba as discussões relativas a: 1) contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); 2) matérias de Direito Privado (domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia e constituição, dissolução e liquidação de sociedades); 3) assunto trabalhista de competência residual; 4) propriedade industrial; 5) registros públicos; 6) servidores civis e militares; 7) desapropriações e apossamentos administrativos.

Os processos redistribuídos ao Gabinete chegaram todos de uma vez (em 6/3/2023), desorganizados, em situações diferentes, sem qualquer etiqueta, inclusive porque, quando são movimentados de um setor a outro, o sistema PJe não preserva a identificação a eles atribuída pela unidade responsável anterior. Por consequência, todo o acervo recebido teve que passar por uma triagem, que se iniciou, imediatamente, em 13/4/2023.

As entrevistadas informaram que todos os processos chegados (mais de 4.600) passaram por exame inicial, para uma primeira ordenação dos trabalhos, mas a triagem propriamente dita (com a etiquetagem adequada, abrangendo informações sobre assunto geral, assunto específico, setor, servidor responsável e próxima fase) ainda está sendo realizada. Noticiaram a conclusão da triagem de todos os agravos de instrumento,

bem como que já iniciaram este procedimento no que toca às apelações. A previsão é que, até o final do ano, a triagem e o mapeamento do acervo sejam concluídos, de modo que, a partir de 2024, seja possível passar ao objetivo seguinte fixado, de enfrentamento dos processos inseridos na Meta Nacional 2, cuja quantidade exata, consoante reconheceram, ainda desconhecem, já que não finalizaram essa etapa de identificação. Também consta entre os escopos, para o ano de 2024, passar a julgar mais que os distribuídos e baixar o acervo em tramitação e de conclusos. Assim, as principais Metas Nacionais (1 e 2) estão prestigiadas nos propósitos definidos pela unidade.

Há de se destacar que, à vista das providências adotadas pela unidade inspecionada, quanto aos processos selecionados na amostra da inspeção, divisa-se que o Gabinete já vem se preocupando com a inclusão dos processos antigos em julgamento, havendo muitos deles pautados para a sessão da 2ª Turma de 21/11/2023.

Nesse tratamento inicial dos processos chegados na unidade, as entrevistadas se depararam com um grande volume de processos antigos (entre os quais, muitas execuções fiscais), com andamento muito atrasado, e com 800 liminares pendentes de apreciação e, nesse contexto, a estas conferiu prioridade, em atenção à urgência inerente a esses pleitos. Assim, os 2 primeiros meses da gestão foram destinados, fundamentalmente, à triagem e à apreciação dos pedidos de tutela de urgência pendentes.

A respeito dos pedidos de urgência, insta mencionar que, no relatório prévio preenchido pelo Gabinete para fins de inspeção, constaram 207 processos conclusos há mais de 10 dias com pedido de tutela provisória não apreciado, o que evidencia, a despeito de ainda ser um número elevado, o avanço da unidade no tratamento desse tipo de requerimento, tendo em conta o volume represado recebido na chegada.

Acerca da organização da unidade, foi dividida nos seguintes setores: 1) Contratos (com 3 servidores); 2) Contribuição previdenciária e FGTS (com 2 servidoras); 3) Servidores públicos civis e militares (com 1 servidora); 4) Cumprimento de sentença (com 1 servidora, que acumula as ações rescisórias e os conflitos de competência); 5) Execução fiscal e embargos à execução (com 2 servidoras); 6) Residual (abrangendo possessórias, matéria trabalhista, propriedade industrial e Convenção da Haia, entre outras, com 1 servidora designada). Sobre os agravos de instrumento, são distribuídos àqueles a quem cabe a matéria de fundo, para a análise do pedido de tutela de urgência (exame que se realiza de modo mais circunstanciado, já visando ao aproveitamento das razões na minuta dos votos correspondentes), ao passo que foi destacada a estagiária existente na unidade para a elaboração da minuta dos votos dos recursos dos pedidos de urgência já anteriormente apreciados.

As 3 assessoras se dividem nas atividades de triagem, orientação, conferência de decisões e votos e feitura de pautas de Turma e Seção, além de se debruçarem sobre as listas de julgamento dos outros Gabinetes.

Foi ressaltada a coesão e o compromisso da equipe, que, segundo explicitado na entrevista, trabalha feliz, empolgada e se ajudando mutuamente. Percebeu-se que o ambiente de trabalho é bastante colaborativo. Ademais, a Desembargadora Federal trabalha com as “portas abertas”, primando pela acessibilidade e estimulando os servidores a debaterem os assuntos e tirarem as dúvidas consigo. Também foi destacada a ótima integração entre os Gabinetes, a harmonia dos seus entendimentos, o que faz com que as divergências sejam poucas e que as sessões ampliadas (art. 942 do CPC/2015) possam ser realizadas com maior espaçamento.

Todos os servidores estão trabalhando em regime presencial, nessa fase inicial de operação do Gabinete, com vistas à integração da equipe, havendo a perspectiva de que, a partir do ano que vem, alguns passem à sistemática do trabalho híbrido.

Referenciou-se haver um grande volume de pedidos de atendimento de advogados.

No início das atividades, utilizou-se largamente de decisões terminativas e, atualmente, o foco tem sido o julgamento dos agravos de instrumento em colegiado, de modo que a unidade começou a construir os seus modelos e a formar a sua base de dados, com a utilização das ferramentas disponíveis no *Microsoft Teams*. Outrossim, vem desenvolvendo e apurando o controle estatístico do acervo e da produtividade, quinzenalmente, acompanhando também os resultados alcançados pelos demais Gabinetes, buscando, num primeiro momento, o pareamento e, em fase seguinte, a superação por resultados mais arrojados, segundo o anseio manifestado pela assessoria.

A unidade compreende a necessidade de um pensamento estratégico, diante do volume de processos pendentes (vem, por exemplo, reunindo os feitos por semelhança, para fins de julgamento conjunto, com aproveitamento do esforço de construção das teses e modelos), mas considera também já ter passado pelo período mais crítico de adaptação inicial (no qual houve, inclusive, alguns ajustes na equipe, com a modificação das áreas às quais se dedicavam alguns servidores, em atenção à aptidão com as matérias) e alcançado a estabilidade necessária para colocar em prática um plano de gestão a longo prazo. A propósito, foi apresentado à equipe de inspeção um plano de trabalho para o ano de 2023, do qual se extraem os seguintes principais pontos:

a) META: *“Analisar e triar os processos redistribuídos em virtude da criação dos Gabinete 42 em março de 2023, com prioridade para as liminares e tutelas pendentes de apreciação”;*

b) OBJETIVOS: *“Prestar a jurisdição de forma efetiva, satisfatória e sem atraso, contribuindo para o acesso à justiça qualificado”;*

c) ESTRATÉGIA para alcançar esses propósitos: 1) mapeamento de todas as atividades próprias de Gabinete da 1ª Seção; 2) aperfeiçoamento do processo de trabalho da triagem e respectiva documentação para o adequado encaminhamento dos feitos ao responsável pela elaboração da minuta da decisão, constando etiqueta do setor

e das matérias, mediante planilha de controle semanal das atividades a serem desempenhadas; 3) aperfeiçoamento do processo de trabalho da elaboração de minutas de decisões e respectiva documentação dessa atividade;

d) MEDIÇÃO e AVALIAÇÃO: quinzenalmente, através de planilhas estatísticas próprias;

e) RECURSOS DISPONÍVEIS: “Quase a totalidade dos servidores possui habilidades e conhecimento para desenvolver, com autonomia, as atribuições de competência do Gabinete, o que tem tornado possível o remanejamento do quadro funcional de acordo com a demanda apurada mensalmente”, mencionando-se, ainda, que os servidores da unidade participaram, em 2023, de cursos oferecidos pela Escola da Magistratura, para o aprimoramento de seus conhecimentos nas áreas de Execução Fiscal, Servidor Militar, Direito Civil e Inteligência Artificial, sendo esse corpo funcional considerado apto e suficiente à demanda do Gabinete;

f) TAREFAS: devidamente demarcadas entre os servidores integrantes da equipe;

g) PRAZO: o que é assinalado no *planner*, em atenção às especificidades de cada matéria.

Acerca dos processos de outras Relatorias que estão na unidade inspecionada, aguardando voto-vista, foram prestadas as seguintes informações: 1) 5002881-48.2020.4.03.6108 (Relator Desembargador Federal Carlos Francisco) – o voto-vista foi proferido em 25/7/2023, completando-se o julgamento em 19/10/2023 (art. 942 do CPC/2015); 2) 5001422-19.2022.4.03.6115 (Relator Desembargador Federal Carlos Francisco) – pedido de vista na sessão de 25/7/2023. O voto-vista já foi minutado e houve a inclusão em pauta para a sessão de 21/11/2023; 3) 5002946-97.2021.4.03.0000 (Relator Desembargador Federal Carlos Francisco) – pedido de vista na sessão de 13/6/2023. O voto-vista já foi minutado e houve a programação de pauta para a sessão de 30/1/2024; 4) 5006163-22.2019.4.03.0000 (Relator Desembargador Federal Carlos Francisco) – pedido de vista na sessão de 3/10/2023. O voto-vista já foi minutado e houve a inclusão em pauta para a continuação do julgamento em 5/12/2023.

Entre as dificuldades apontadas, afora o volume de processos a gerir, foram trazidas à consideração algumas questões referentes ao sistema PJe, tendo sido relatados eventos de indisponibilidade, lentidão e perda de visibilidade de processos (“limbo”), além do caráter trabalhoso da sua operabilidade quanto a algumas tarefas, a exemplo da necessidade de cadastramento das mesmas informações múltiplas vezes. No entanto, sobre o sistema PJe, a Desembargadora Federal realçou que ele atende bem aos fins a que se destina.

11. OBSERVAÇÕES

Tratando-se de Gabinete novo, criado há menos de 12 meses (abril de 2023) e que não passou por inspeção anterior, não há como estabelecer comparações acerca, por exemplo, do aumento ou da diminuição de processos conclusos ou de embargos de declaração pendentes de julgamento, em espaço de tempo razoável.

Sobre a evolução da produtividade da unidade, comparando-se a produtividade mensal do Gabinete da 2ª Turma que registrou o maior número de julgados nos últimos 12 meses (2.429 [número de feitos julgados] dividido por 12 [número de meses] = 202,41) com a produtividade mensal da unidade em inspeção (759 [feitos julgados] dividido por 5 [número de meses de existência do novo Gabinete] = 151,80 –, divisa-se uma tendência promissora. De mais a mais, é possível afirmar, pelo que foi visto quando da entrevista, que a equipe se mostra entrosada, dedicada aos objetivos do seu plano de trabalho e esperançosa de que, com a manutenção do ritmo do serviço, possa passar às fases mais avançadas de organização e de desempenho.

Apenas para fins informativos, pode-se consignar que, neste instante, o tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 33 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma, equivale a 26 meses. No entanto, não se trata de indicador que mereça ser pontuado, neste momento, em desfavor da unidade, considerada a sua jovialidade, como antes mencionado.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) concluir a triagem do acervo recebido, para fins de mapeamento e avanço na gestão do Gabinete, com foco no atendimento das Metas Nacionais 1 e 2;
- c) persistir no enfrentamento dos processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado;
- d) observar, no caso de pedidos de vista, o tempo máximo de 60 dias, para a devolução dos processos a julgamento, proferindo-se os votos-vista, em relação aos feitos pendentes dessa providência (identificados no item 10), nas sessões para as quais foram aprazados.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JÚNIOR

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Nery Junior

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Terceira Turma/Segunda Seção/Órgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 2/3/2020

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

João José Montezino - Chefe de Gabinete

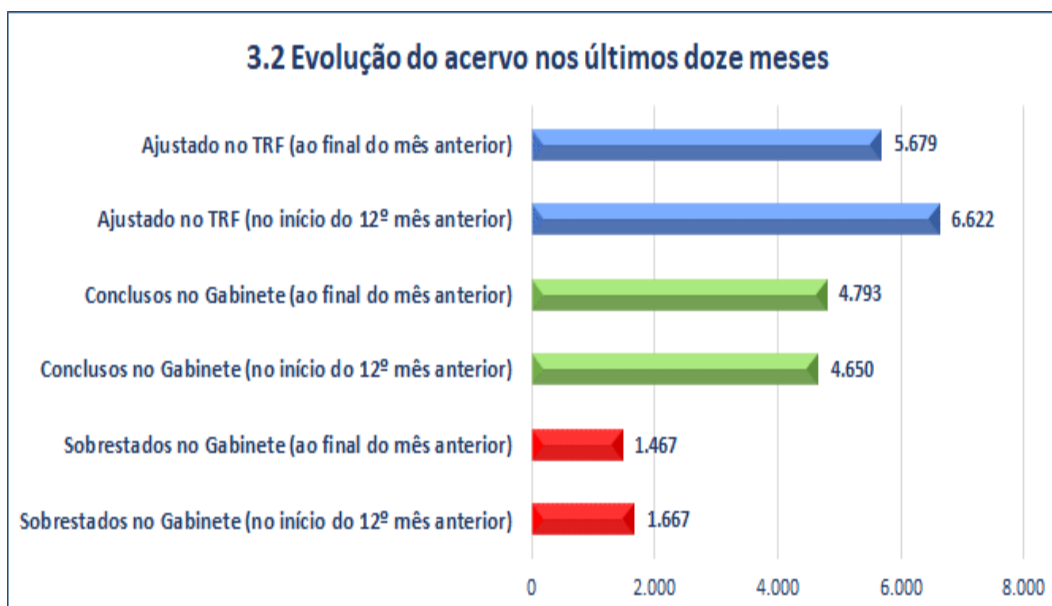
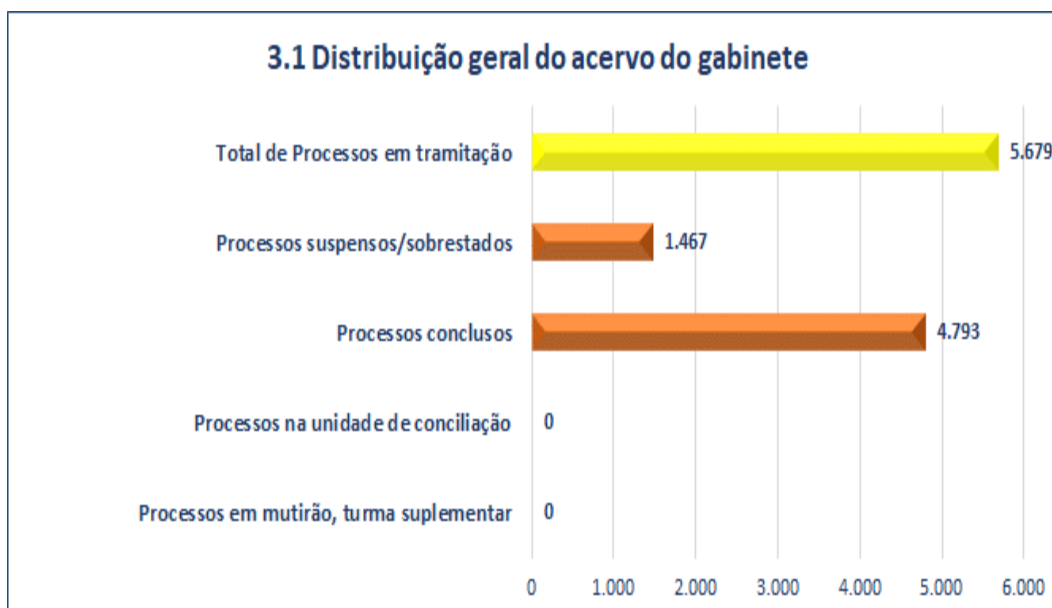
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	9

3. DADOS ESTATÍSTICOS

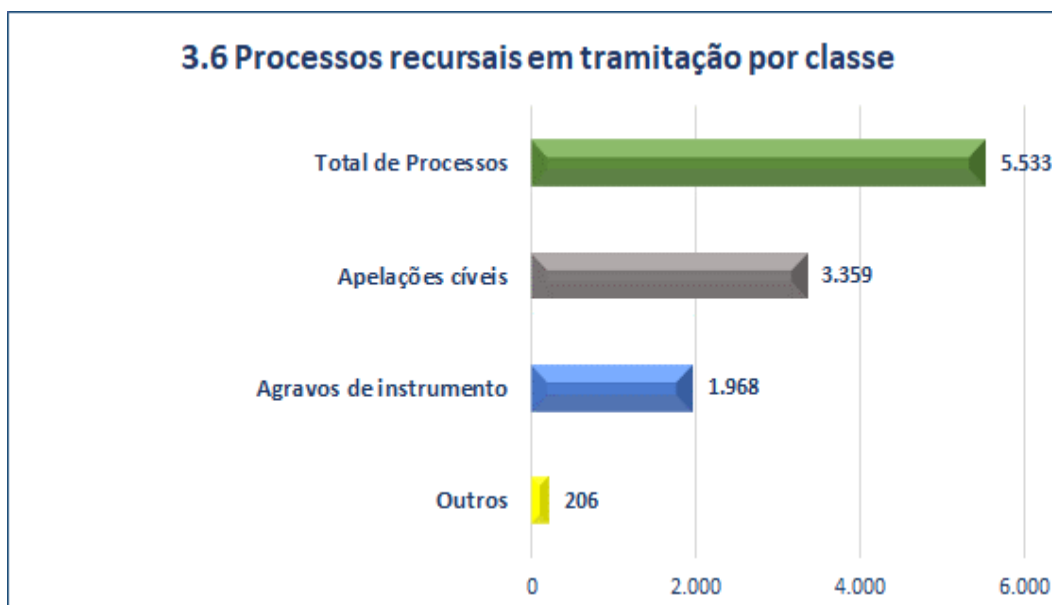


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	144
Mandados de segurança	10
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	28
Reclamações	3
Ações rescisórias	32
Outros	70

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.533
Recursos em mandados de segurança coletivos	9
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	57
Recursos em ações civis públicas	81
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	375
Outros	5.010

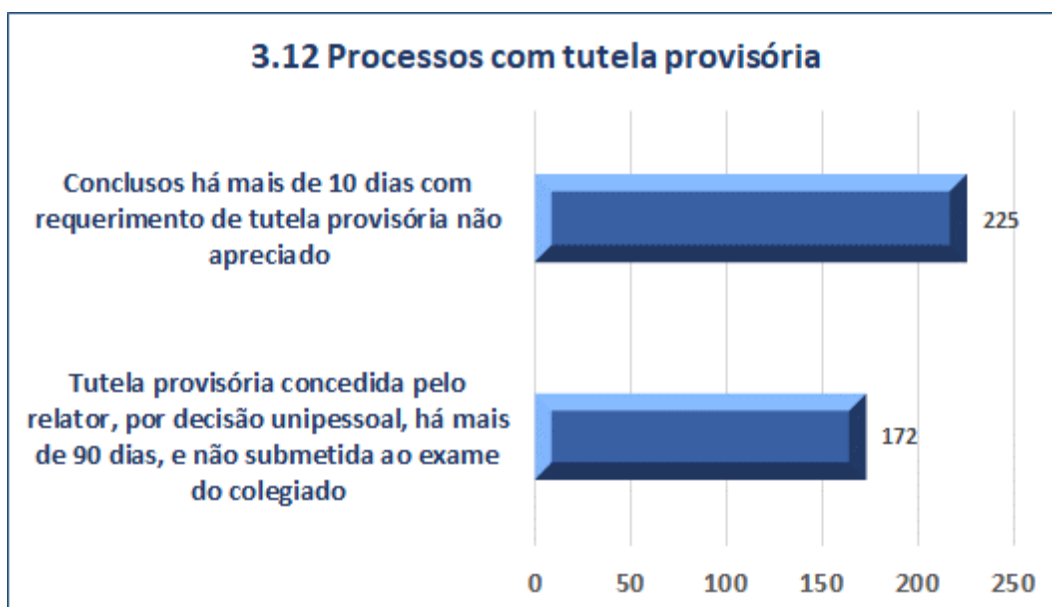
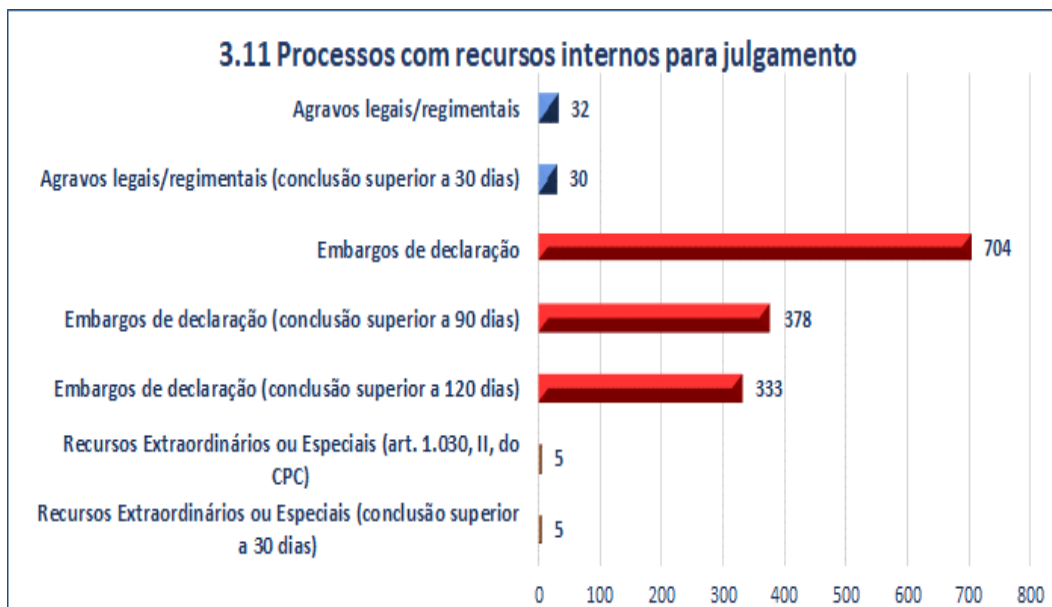


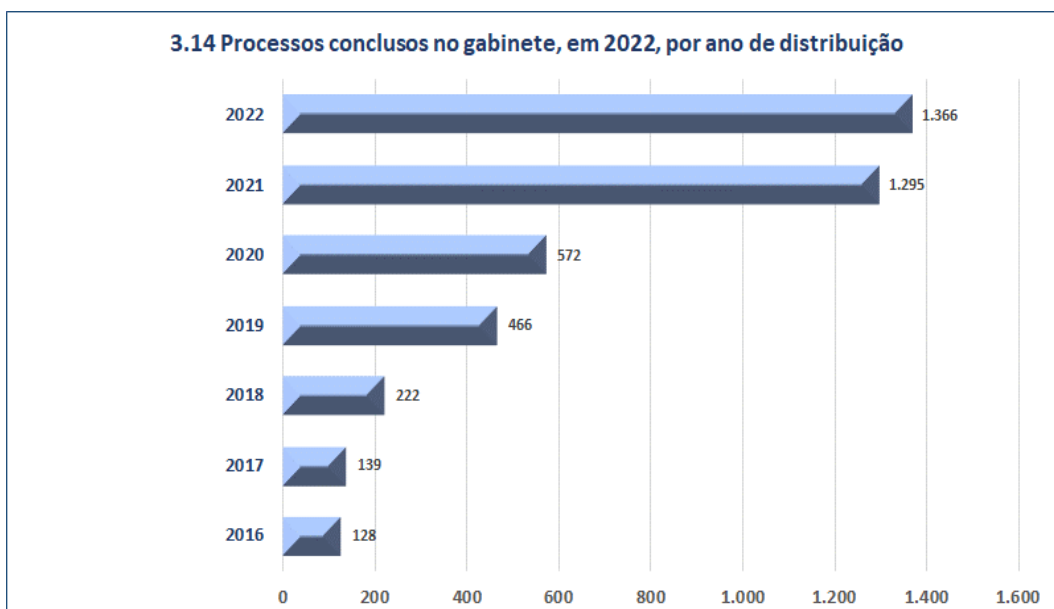
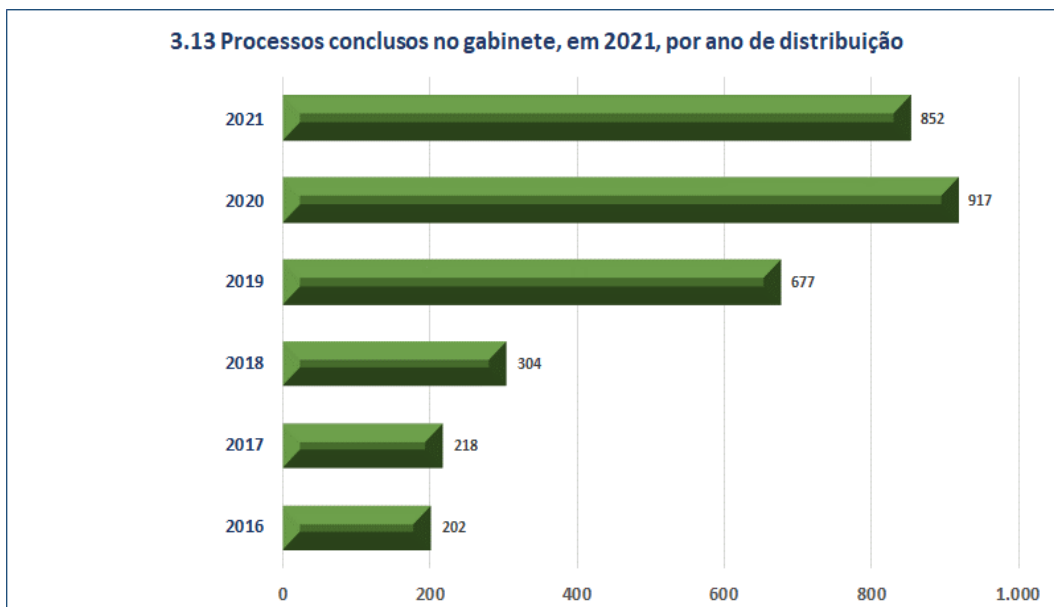
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	2

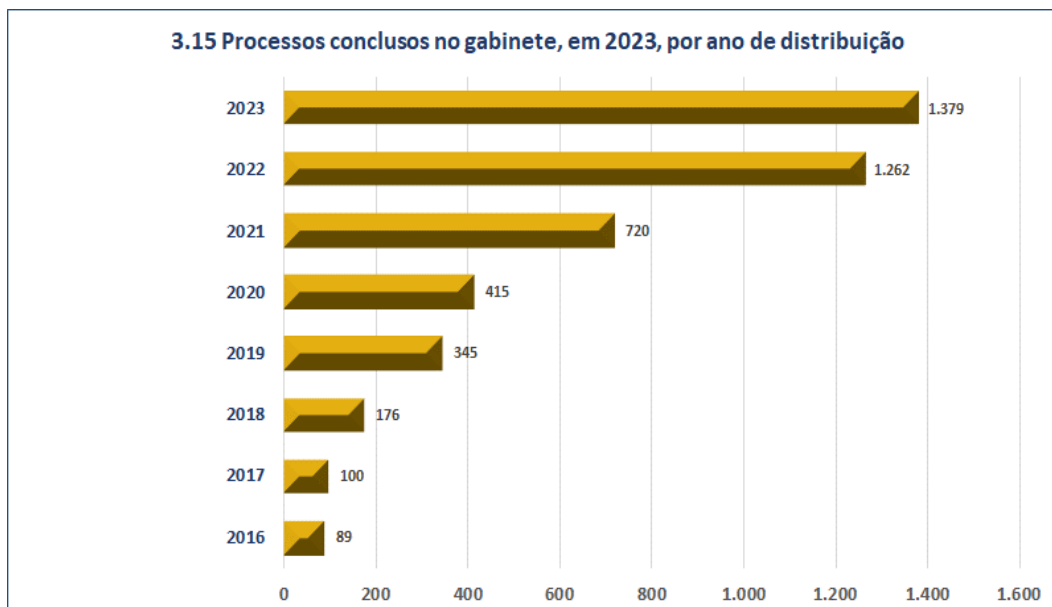
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





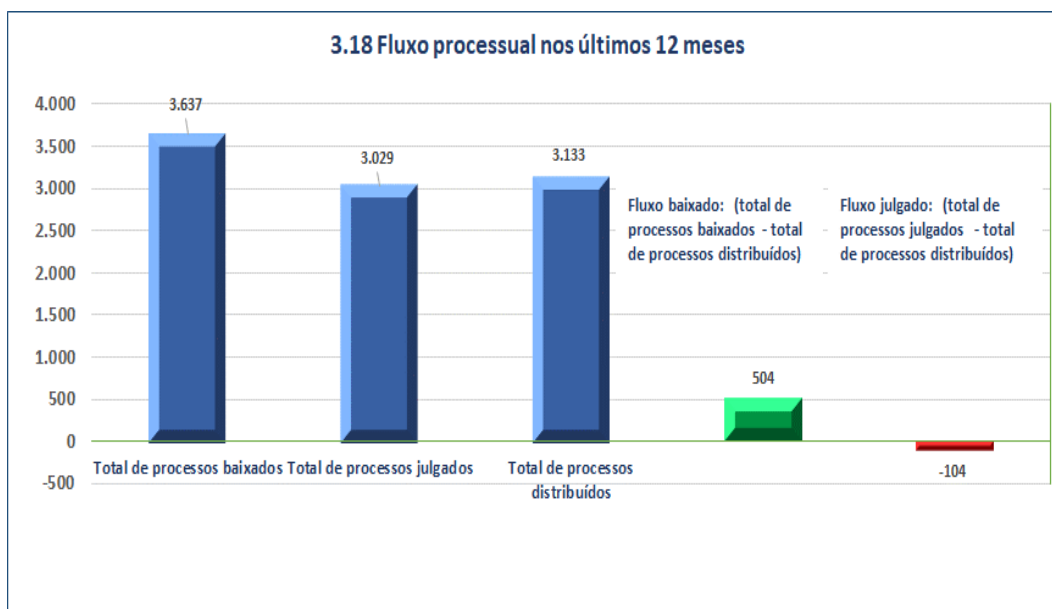


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

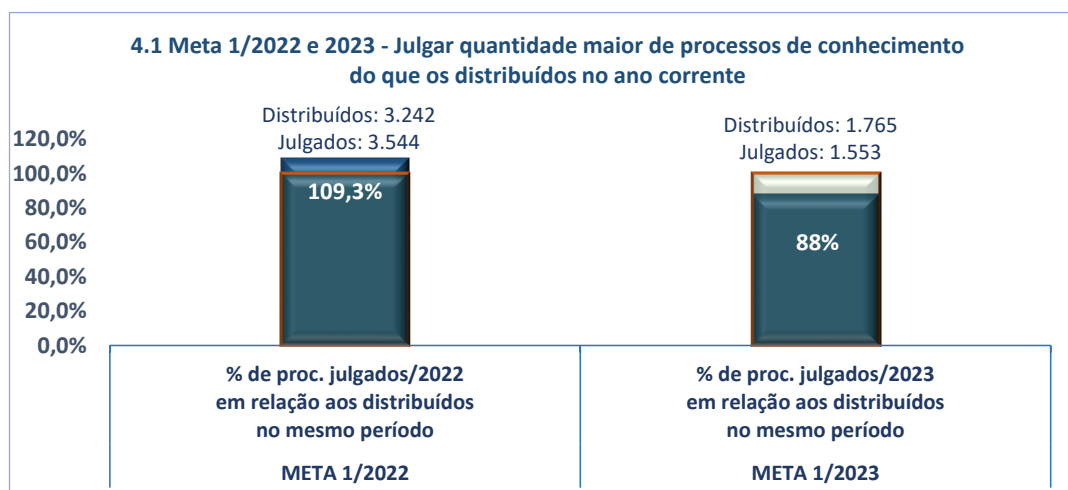
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	10
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	8
Remetidos para declaração de voto	0

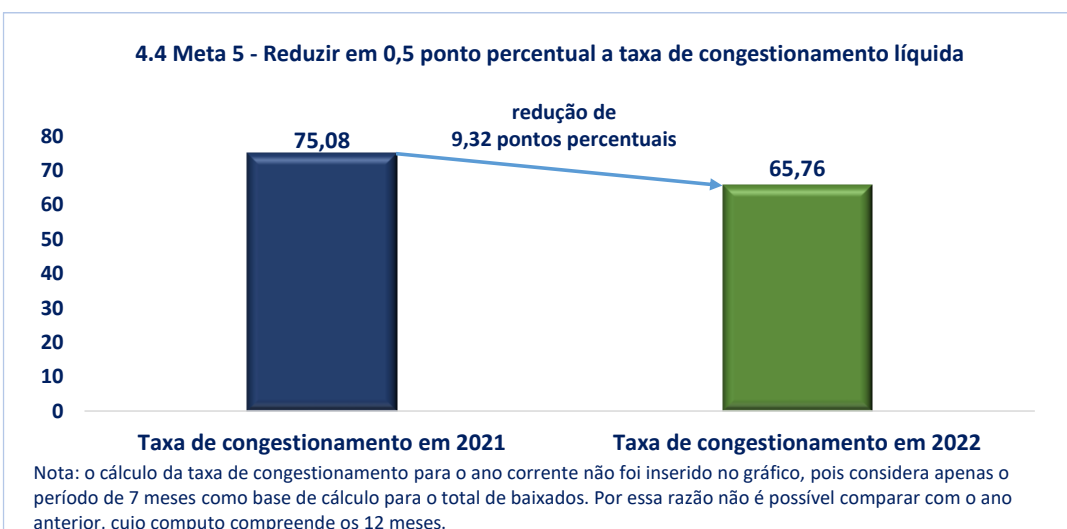
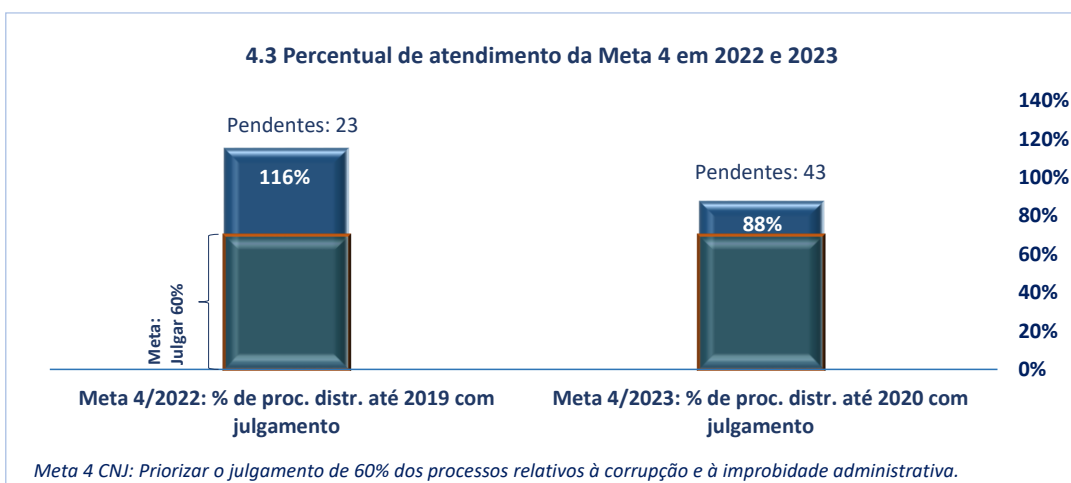
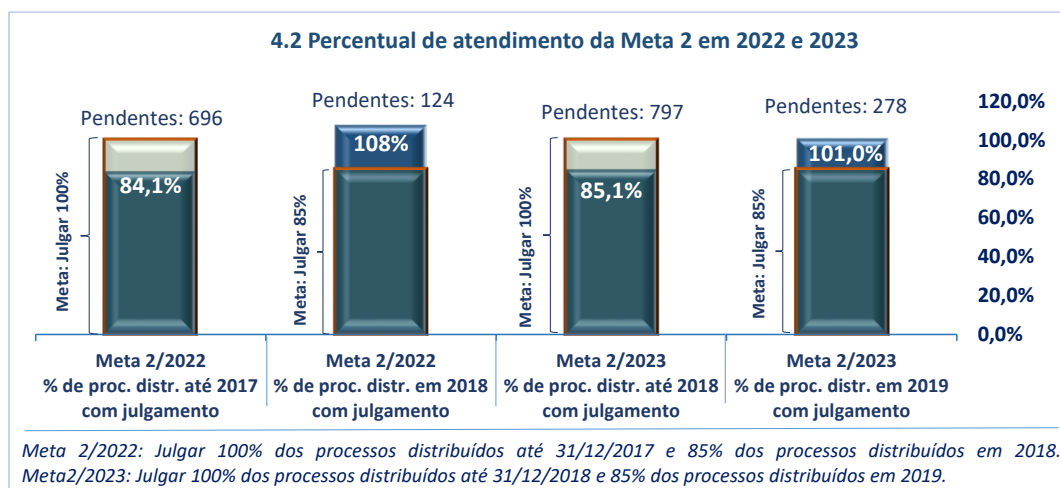
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

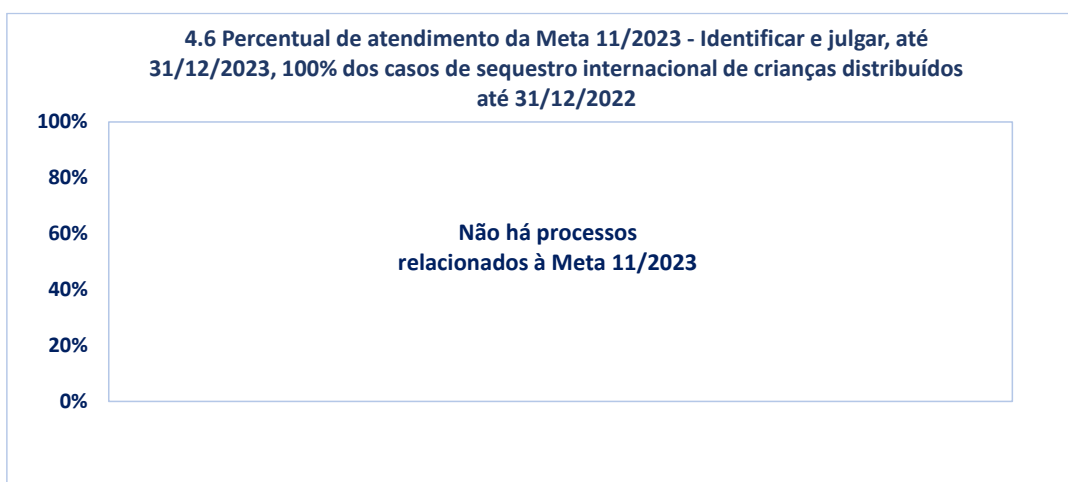
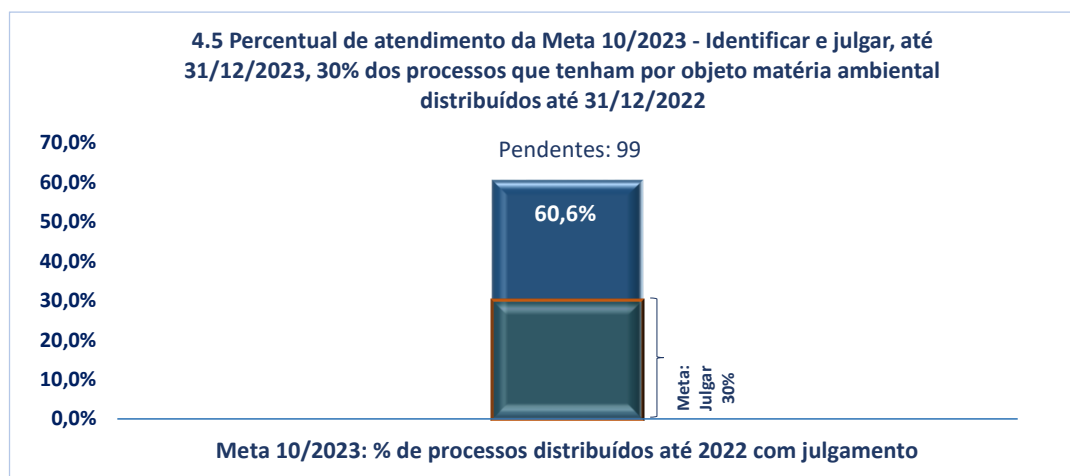
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	19
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	19
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, a distribuição das atividades é diária, obedecendo o critério da matéria. O chefe de gabinete realiza a triagem dos processos e insere etiqueta com o assunto e o nome do servidor especializado na matéria. Os servidores aplicam os modelos já aprovados pelo Desembargador e pelo Assessor por meio de ferramenta de centralização dos modelos: o SIGMA. A ferramenta utiliza inteligência artificial para gestão dos modelos e foi desenvolvida por servidor do próprio gabinete, tendo vencido o Prêmio Inovare 2021. Os processos são organizados com etiquetas virtuais no PJe indicando as matérias, prioridades legais, metas do CNJ e o servidor responsável pela minuta.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

É proferida decisão determinando o sobrestamento do processo e indicando o motivo, lançada etiqueta no PJe e o processo é encaminhado à Secretaria processante, onde é lançada a fase correspondente.

5.3 Boas práticas e inovações

O processo de trabalho do Gabinete centraliza-se na triagem dos processos realizada pelo chefe de gabinete, que os encaminha a servidores treinados especializados em matérias específicas. Os servidores aplicam os modelos já aprovados pelo Assessor e pelo Desembargador, fazendo uso especialmente de ferramenta de centralização dos modelos com uso de inteligência artificial desenvolvida no Gabinete, o SIGMA, aprovado no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário.

5.4 Dificuldades

O número de servidores foi reduzido de 16 para 14 em razão da criação de novos Gabinetes. Os contratos de todos os estagiários se encerraram e não está autorizada a contratação de novos.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O gabinete observa rigorosamente o percentual mínimo de 70% dos servidores em regime presencial e a produtividade é acompanhada diariamente.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim. Vislumbrando-se a possibilidade de acordo (v.g. Planos Econômicos, anuidade de Conselhos, Dano Ambiental, etc.), os processos são encaminhados para o Gabinete da Conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000522-24.2017.4.03.0000	8/2/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
5014676-47.2017.4.03.0000	15/8/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com voto pronto com previsão de julgamento na sessão de 4/10/23.		
5004965-51.2017.4.03.6100	3/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de voto com previsão de julgamento para a sessão de 18/10/23.		

5000397-50.2018.4.03.6134	21/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
5014152-49.2018.4.03.6100	6/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de voto com previsão de julgamento para a sessão de 18/10/22.		
5005354-36.2017.4.03.6100	30/7/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
5003830-61.2018.4.03.6102	2/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de voto com previsão de julgamento para a sessão de 18/10/23.		
5003616-70.2018.4.03.6102	30/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 2/8/23, com prazo do acórdão em curso para as partes.		
5005881-39.2018.4.03.6104	17/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de voto com previsão de julgamento para a sessão de 18/10/22.		
5007432-85.2017.4.03.6105	9/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 23/8/23 aguardando lavratura de acórdão.		
5002167-26.2018.4.03.6119	3/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de minuta com previsão de julgamento para a sessão de 18/10/23.		
5002704-79.2018.4.03.6100	11/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de voto com previsão de julgamento para a sessão de 18/10/23.		
0014355-59.2001.4.03.0000	28/12/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho com o seguinte teor: Defiro a citação/intimação da empresa Pontimax Dobrasil Comercio Atadista de Produtos Eletrônicos LTDA. Intime-se também a União Federal para apresentar o valor atualizado dos honorários advocatícios em cobro.		
0004105-24.2007.4.03.6121	29/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta com previsão de julgamento em 6/9/23.		
0012635-51.2005.4.03.6100	26/2/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase final de elaboração de voto com previsão de inclusão para julgamento na sessão de 18/10/23.		
0036075-77.2004.4.03.0000	29/6/2004	Ação Rescisória
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta.		

0006794-89.2007.4.03.6105	15/7/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho intimando a parte embargada a apresentar resposta aos embargos de declaração. Com o retorno, será incluído em pauta de julgamento.		
0001403-24.2006.4.03.6127	28/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com voto pronto com previsão de julgamento na sessão de 18/10/23.		
0000572-88.2006.4.03.6122	2/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0030703-44.2008.4.03.6100	22/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0029889-23.1994.4.03.6100	10/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0023377-72.2004.4.03.6100	30/3/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0000571-06.2006.4.03.6122	6/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0010898-08.1999.4.03.6105	23/6/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 29/8/23 determinando a baixa dos autos à vara de origem, tendo em vista o trânsito em julgado de processo em apenso, em resposta à consulta formulada pela Turma processante.		
0004202-58.2005.4.03.6100	7/1/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 para o novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0018654-15.2001.4.03.6100	17/7/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho proferido em 1º/9/23 com o seguinte teor: Intime-se o autor Osvaldo de Oliveira Pereira, pessoalmente, no endereço indicado na exordial, para regularizar sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, tendo em vista o falecimento de sua advogada,		
0660149-39.1991.4.03.6100	2/10/1995	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
0529891-39.1998.4.03.6182	27/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho intimando a União Federal a informar a data da constituição do crédito executado bem como para se manifestar sobre a ocorrência de prescrição. Com o retorno, será incluído em pauta de julgamento.		
0619668-34.1991.4.03.6100	19/10/1994	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: processo com voto pronto aguardando inclusão em pauta previsto para julgamento na sessão de 18/10/23.		
0048634-42.1999.4.03.0000	5/10/1999	Ação Rescisória
Observação/Providência: proferido despacho intimando os advogados de Guarani Serviços e Representações Ltda no cumprimento de sentença 0731397-65.2021.4.03.6100, ajuizado para executar o acórdão ora rescindendo.		
0043269-51.2000.4.03.6182	19/1/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
0030141-74.2004.4.03.6100	8/6/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo com voto pronto com previsão de julgamento para a sessão presencial de 18 de outubro de 2023.		
0020060-76.1998.4.03.6100	20/5/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho do seguinte teor: Oficie-se o Juízo a quo, com urgência, para que proceda à inserção, nestes autos eletrônicos, das peças e documentos referentes ao processo n. 0020060-76.1998.4.03.6100 (ação cautelar). Cumprida a diligência, serão incluídos em pauta.		
0202512-47.1995.4.03.6104	3/4/1997	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
0020854-05.1995.4.03.6100	26/2/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão suspendendo o feito com fulcro no artigo 313, § 2º do CPC intimando a advogada dos autores a fim de esclarecer se há interesse de eventuais herdeiros na sucessão processual.		
0028927-63.1995.4.03.6100	2/8/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferido despacho em 29/8/23 determinando nova intimação do advogado a fim de juntar certidão de óbito do autor bem como se há interesse de eventuais herdeiros na sucessão processual.		
0004927-67.2007.4.03.6103	2/5/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0005746-25.2003.4.03.6109	12/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 para o novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0042058-32.2000.4.03.6100	18/4/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão intimando as autoras para regularizar representação processual e trazer cópia do atestado de óbito do co-autor Luiz Paulo Giopatto bem como manifestar interesse na sucessão processual.		
1101605-59.1995.4.03.6100	27/8/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão determinando a suspensão do feito com fulcro no artigo 313, § 2º do CPC bem como intimando os advogados dos autores a fim de trazer cópias		

dos atestados de óbito e esclarecer sobre o interesse de eventuais herdeiros na sucessão processual.		
0000579-71.2005.4.03.6104	18/12/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho deferindo prazo de 20 dias para a parte autora regularizar sua representação processual. Cumprida a determinação, será incluído em pauta para julgamento.		
0009194-66.2004.4.03.6110	4/8/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferido despacho em 28/8/23 indeferindo o pedido de extinção do processo por motivo de transação vez que já houve julgamento dos apelos e da remessa oficial sendo ainda determinado a baixa dos autos à vara de origem.		
0006701-93.2016.4.03.0000	4/4/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: agravo de instrumento aguardando desfecho do julgamento da Apciv 0001274-95.2014.4.03.6108.		
5002059-84.2019.4.03.0000	5/2/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
5022634-16.2019.4.03.0000	3/9/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Apciv 0000524-96.2015.4.03.6128 em fase de elaboração de voto para futura inclusão em pauta de julgamento. Após, o presente incidente perderá objeto.		
0033011-05.1998.4.03.6100	27/3/2003	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferida decisão suspendendo o feito, com fulcro no artigo 313, § 2º, do Código de Processo Civil bem como intimando a advogada do autor para que diligencie a fim de trazer aos autos cópia do atestado de óbito, bem como para esclarecer interesse de eventuais herdeiros.		
0037909-18.2009.4.03.9999	28/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
0016433-82.2008.4.03.6110	21/1/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0017824-64.2011.4.03.0000	4/7/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta.		
0040461-34.2004.4.03.6182	10/6/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0003123-14.2014.4.03.6105	30/1/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com voto pronto com previsão de julgamento na sessão de 18/10/23.		
5003045-38.2019.4.03.0000	12/2/2019	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF3.		
5027695-52.2019.4.03.0000	24/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão em 5 de setembro de 2023 com o seguinte teor: Tendo em vista o julgamento da ação que originou a interposição deste agravo de instrumento, constata-se a ausência superveniente de interesse recursal. Ante o exposto, julgo prejudicado o agravo de instrumento,		
5001985-71.2018.4.03.6141	23/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento.		
0005260-21.2015.4.03.6141	8/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta com previsão de julgamento em 20/9/23.		
0001238-74.2015.4.03.6122	10/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0004221-15.2015.4.03.6100	29/1/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
5014132-54.2020.4.03.0000	29/5/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: ApCiv 5000518-52.2019.4.03.6002 em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta de julgamento. Após, o presente incidente perderá objeto.		
5012691-38.2020.4.03.0000	21/5/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: ApCiv 5008211-84.2019.4.03.6100 com previsão de julgamento na sessão de 18 de outubro de 2023. Após julgamento, o presente incidente perderá objeto.		
5010962-74.2020.4.03.0000	8/5/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: aguardando elaboração de minuta na ApCiv 5005254-32.2018.4.03.6105 para futura inclusão em pauta de julgamento para posterior perda de objeto do presente incidente.		
5008568-94.2020.4.03.0000	15/4/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: aguardando elaboração de minuta de voto na apelação 0015250-09.2008.4.03.6100 para posterior perda de objeto do presente incidente.		
5026967-11.2019.4.03.0000	16/10/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: ApelRemNec 5024068-10.2018.4.03.6100 em fase de elaboração de voto para futura inclusão em pauta de julgamento. Após, o presente incidente perderá objeto.		
5033927-75.2022.4.03.0000	15/12/2022	Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: processo com voto pronto com previsão de julgamento para a sessão de 30/8/23.		
5018733-98.2023.4.03.0000	7/7/2023	Habeas Data Criminal
Observação/Providência: processo redistribuído em 15/8/23 para a 4ª Seção do TRF por se tratar de Habeas Corpus Criminal.		

0004517-81.2013.4.03.6108	18/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando convocação do Desembargador Federal Nelton dos Santos para trazer voto-vista após tentativa infrutífera de conciliação.		
0003088-79.2013.4.03.6108	18/8/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo aguardando convocação do Desembargador Federal Nelton dos Santos para trazer voto-vista, após a infrutífera tentativa de conciliação.		
0003946-34.2004.4.03.6106	3/2/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: processo aguardando voto-vista feito pela Desembargadora Federal Adriana Pileggi na sessão de 25/4/23.		
5057096-67.2022.4.03.9999	23/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo aguardando pedido de vista feito na sessão de 25/4/23 pela Desembargadora Federal Adriana Pileggi.		
0005786-45.2016.4.03.6143	18/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: processo aguardando pedido de vista feito em 25/4/23 pela Desembargadora Federal Adriana Pileggi.		
5001605-33.2022.4.03.6133	31/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com acórdão já lavrado, encontrando-se com prazo em curso para as partes.		
5026545-46.2021.4.03.6182	28/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com acórdão já lavrado, encontrando-se com prazo em curso para as partes.		
5026260-53.2021.4.03.6182	23/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com acórdão já lavrado, encontrando-se com prazo em curso para as partes.		
5026268-30.2021.4.03.6182	23/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com acórdão já lavrado, encontrando-se com prazo em curso para as partes.		
0030361-68.2011.4.03.9999	22/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo aguardando intimação de acórdão.		
5025392-75.2021.4.03.6182	29/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com acórdão já lavrado, encontrando-se com prazo em curso para as partes.		
0017627-70.1996.4.03.6100	28/4/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Não se trata de processo aguardando juntada de voto-vencido mas sim de processo retirado de pauta. O processo será redistribuído em 11/9/23 ao novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0006521-87.2018.4.03.6182	12/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com voto-vencido já juntado aguardando assinatura de inteiro teor.		
5002916-36.2019.4.03.6110	14/4/2020	Apelação Cível

Observação/Providência: processo aguardando assinatura de inteiro teor do acórdão.		
0006569-84.2007.4.03.6100	19/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho intimando a embargada para resposta aos embargos de declaração. Com o retorno, será incluído em pauta de julgamento.		
0007014-53.2008.4.03.6105	22/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho intimando a embargada para resposta aos embargos de declaração. Com o retorno será incluído em pauta de julgamento.		
0001859-23.2009.4.03.6303	3/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será redistribuído em 11/9/23 para o novo gabinete que integrará a 3ª Turma do TRF.		
0029043-35.2015.4.03.0000	10/12/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo aguardando julgamento da ApCiv 0001274-95.2014.4.03.6108.		
0019287-65.2016.4.03.0000	19/10/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo em fase de elaboração de minuta para futura inclusão em pauta.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em julgamento em até 90 dias:

0017824-64.2011.4.03.0000	0036075-77.2004.4.03.0000	5000397-50.2018.4.03.6134
5005354-36.2017.4.03.6100	5008568-94.2020.4.03.0000	5010962-74.2020.4.03.0000
5012691-38.2020.4.03.0000	5014132-54.2020.4.03.0000	5022634-16.2019.4.03.0000
5026967-11.2019.4.03.0000	5012516-73.2022.4.03.0000	

b) incluir os embargos de declaração em até 60 dias:

0007014-53.2008.4.03.6105	0043269-51.2000.4.03.6182
---------------------------	---------------------------

c) caso não julgado na sessão de 9/11/2023, na qual está pautado, incluir em julgamento em até 90 dias:

0030141-74.2004.4.03.6100	0003123-14.2014.4.03.6105	0006569-84.2007.4.03.6100
0006794-89.2007.4.03.6105	0019287-65.2016.4.03.0000	

d) tendo em vista que o feito foi retirado da pauta, incluir em julgamento em até 90 dias:

0037909-18.2009.4.03.9999	5014676-47.2017.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

e) tendo em vista que o acórdão foi prolatado em 10/11/2021, adotar medidas para impulsionar o feito:

5000522-24.2017.4.03.0000

f) tendo em vista que o feito voltou da digitalização há mais de 100 dias, adotar medidas para impulsionar o feito:

0006701-93.2016.4.03.0000	0029043-35.2015.4.03.0000	0202512-47.1995.4.03.6104
0660149-39.1991.4.03.6100		

Os demais processos encontram-se regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Nery Júnior, pelo Chefe de Gabinete João José Montezino e pelo Assessor André Costa Ferraz.

O Desembargador Federal Nery Júnior exerceu a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, durante biênio iniciado em fevereiro de 2018 e terminado em fevereiro de 2020, quando assumiu o atual Gabinete.

Na Inspeção CJF/2022, foi sugerida a inclusão do Gabinete no programa de acompanhamento permanente de unidades. A sugestão parecia exagerada, e não foi acolhida. Atualmente, é elogiável a dinâmica do Gabinete e o comprometimento da equipe com o trabalho, e é perceptível a melhora e o esforço do grupo para reduzir o acervo e cumprir as metas do CNJ.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF3 aprovou Emenda Regimental e editou Resoluções que dispuseram sobre a ampliação do Tribunal e a criação de mais um Gabinete em cada uma das Turmas das quatro Seções. As 1ª e 4ª Seções passaram a ter quatro Gabinetes em cada Turma e as 2ª e 3ª Seções passaram a ter cinco Gabinetes em cada Turma.

A Resolução PRES n. 632/2023 equacionou a distribuição de processos para os novos Gabinetes e também impôs a redução de 18 para 14 cargos lotados na unidade. E o quadro receberá um estagiário neste mês. Atualmente a equipe atua em trabalho remoto parcial, sendo que 4 servidores executam suas atividades exclusivamente de modo presencial e 1 servidor exclusivamente de modo remoto.

Na entrevista, pontuou-se que a equipe trabalha em conjunto há muitos anos e está bem integrada. O Chefe de Gabinete relatou que a distribuição busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização por matérias. E o controle de processos é diário, com a utilização das ferramentas de BI.

Em exame a partir da anterior Inspeção, vê-se que o Desembargador e a sua equipe têm alcançado resultados positivos de produtividade. A equipe tem priorizado o julgamento de embargos de declaração e dos processos com distribuição mais antiga. Relatou-se que os números de embargos de declaração são altos porque contabilizam não somente aqueles opostos contra acórdão, como também os contra despachos e decisões monocráticas.

O atendimento aos advogados é realizado pelo Desembargador Federal presencialmente ou de forma remota (pelo aplicativo “Teams”), conforme escolhido pelo próprio advogado.

Dentre as dificuldades, a equipe pontuou que a redução do quadro de servidores compromete, mas não impede o êxito na diminuição do acervo. E que há a necessidade de aperfeiçoamento dos dados estatísticos fornecidos pelo TRF3, de modo que os números reflitam a realidade da unidade. O controle ainda é feito de modo manual com tabelas feitas pelos próprios servidores.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, realizada em maio de 2022, e o mês de julho de 2023, houve diminuição do montante de processos conclusos de 5.394 para 4.793.

Já após a colheita dos números acima (ocorrida em julho de 2023), e diante das alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021, houve redistribuição de feitos para os novos gabinetes em 11/9/2023. Assim, na semana da inspeção, o acervo foi reduzido para 3.715 processos conclusos, conforme planilha fornecida pelo CJF.

No mesmo período dos últimos doze meses, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.622 feitos em tramitação (item 3.2 do relatório/2023, acima), e no mês anterior à inspeção eram 5.679 (item 3.2 do relatório/2023).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 624, na última inspeção, para 704.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 foi atingida no ano anterior e – se o ritmo for mantido – será atingida ao final do presente ano. A Meta 2 no ano anterior não foi atingida nos seus dois indicativos – 84,1% e 85,1%, mas neste ano a Meta 2 já bateu 108% e 101% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023, acima).

As Metas 4, 5 e 10 foram alcançadas com êxito pelo Gabinete.

O tempo médio constatado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 27 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 26 meses. Trata-se de indicador levemente superior à média da Turma, mas melhor e inferior à média da 2ª Seção (30 meses).

A taxa de congestionamento líquida teve diminuição de 9,32 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023), ou seja, houve redução maior do que 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

Assim, é louvável o comprometimento da equipe com a organização e planos para redução do acervo.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) manter as metas voltadas à diminuição do acervo, como tem sido feito, e ao julgamento dos processos mais antigos, cuja quantidade ainda é grande;
- c) priorizar o julgamento de embargos de declaração e dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado;
- d) priorizar o julgamento de processos de outros gabinetes em que há pedido de vista; e
- e) manter o bom método de trabalho e as boas práticas, que têm resultado em diminuição de acervo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Consuelo Yoshida

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

3ª Turma; 2ª Seção; Órgão Especial; Pleno.

1.3 Tempo de exercício na unidade

Integrante da 3ª Turma desde março de 2022

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Kathia Maria Olbrich dos Santos Mandaliti, assessora.

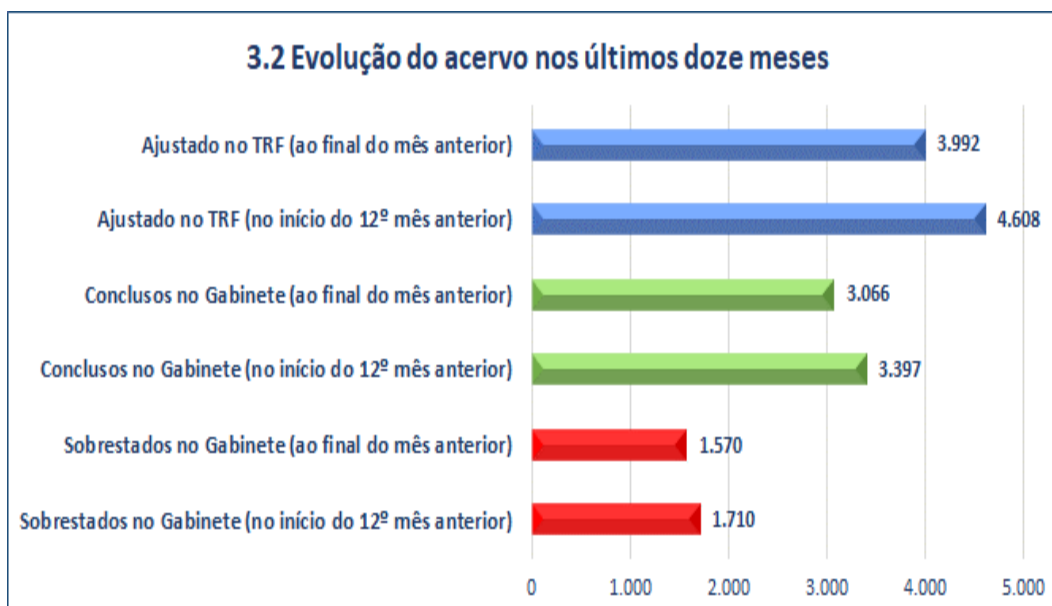
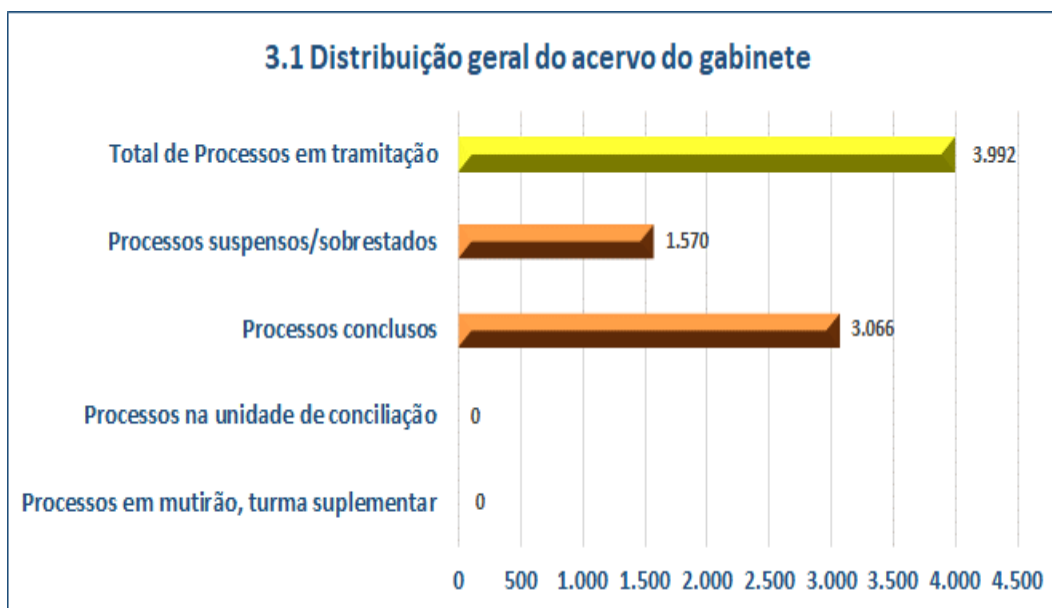
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

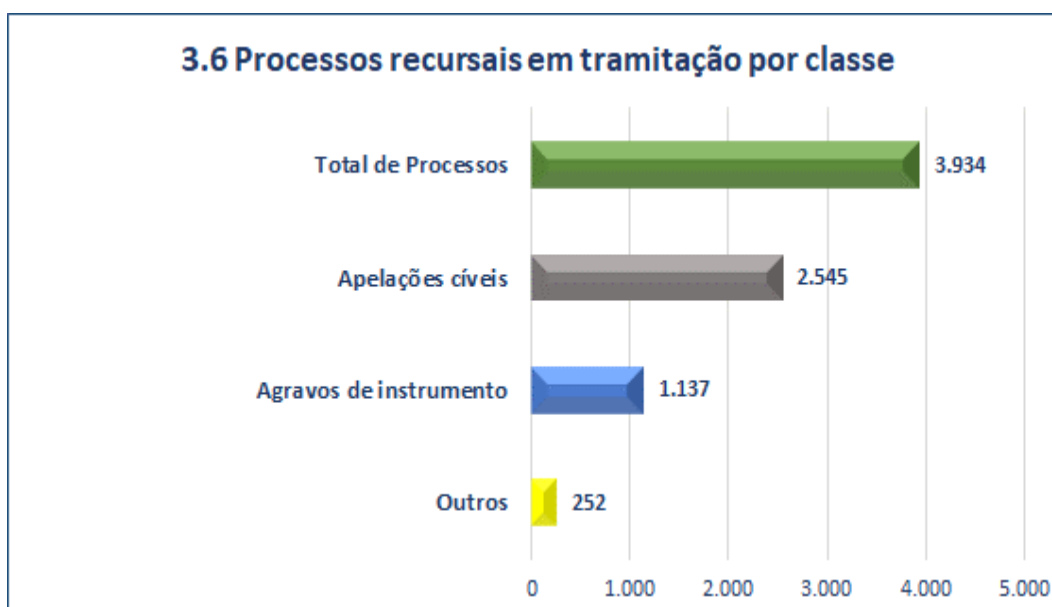


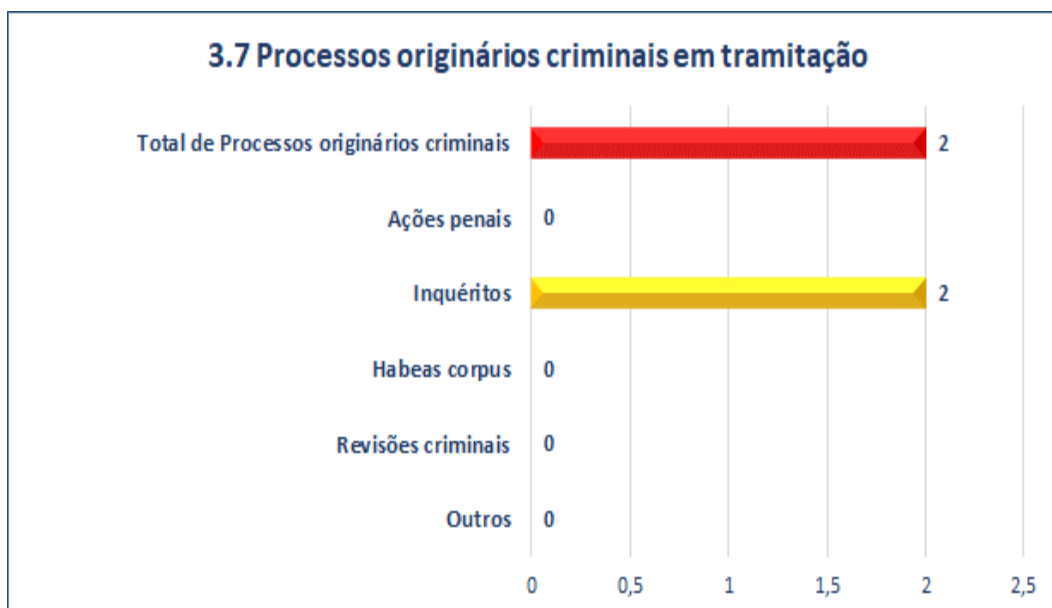
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não aplicável

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	56
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	17
Reclamações	0
Ações rescisórias	18
Outros	19

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.934
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	23
Recursos em ações civis públicas	34
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	292
Outros	3.577



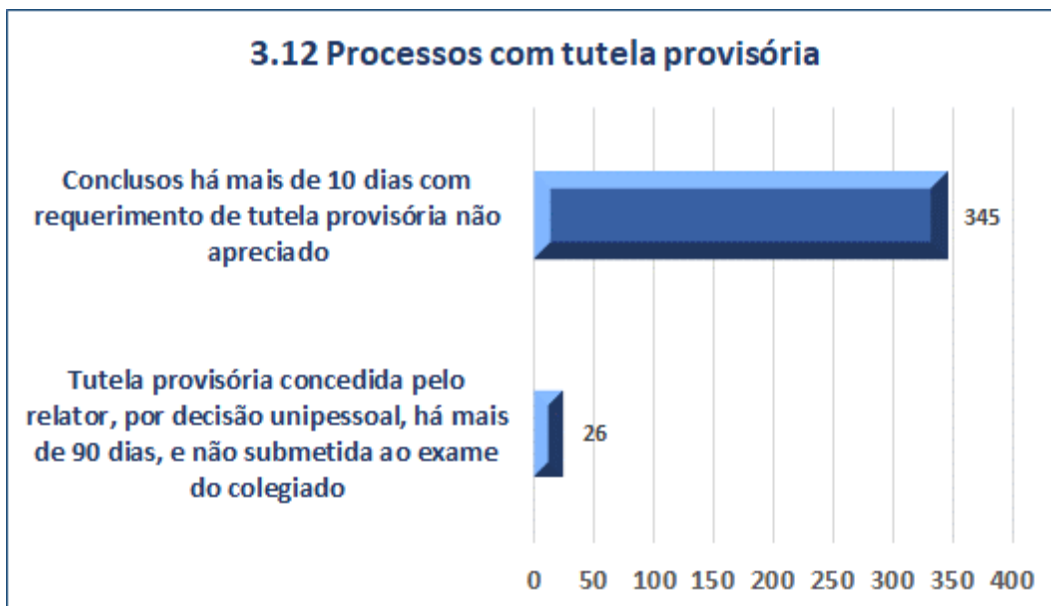
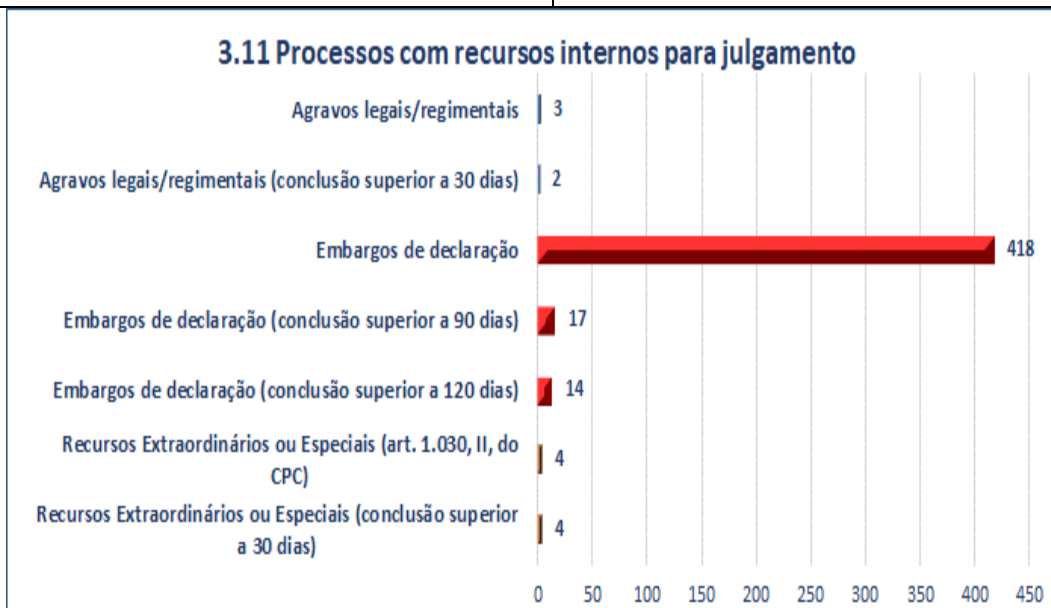


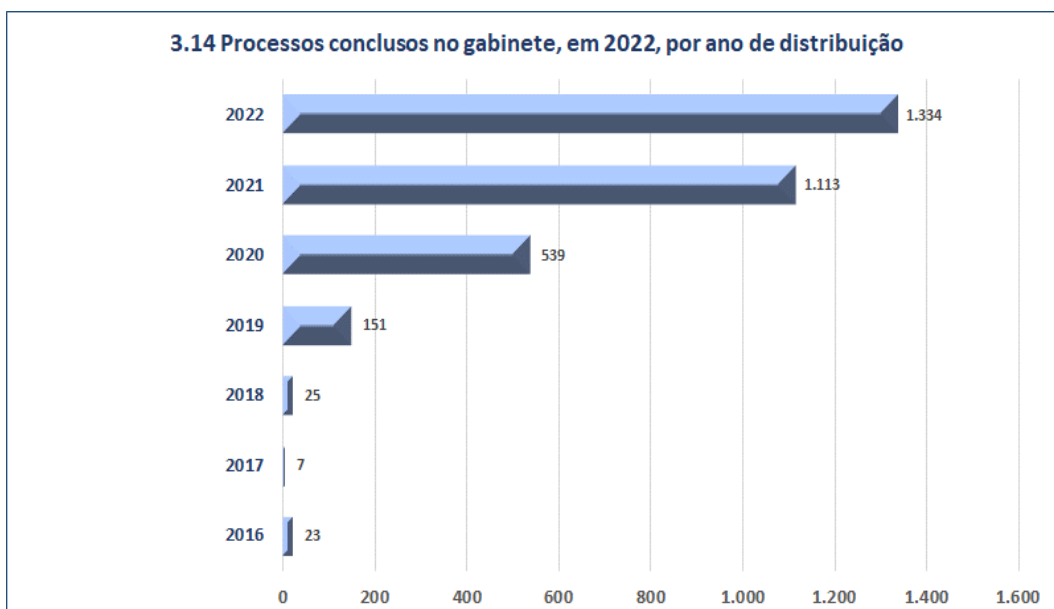
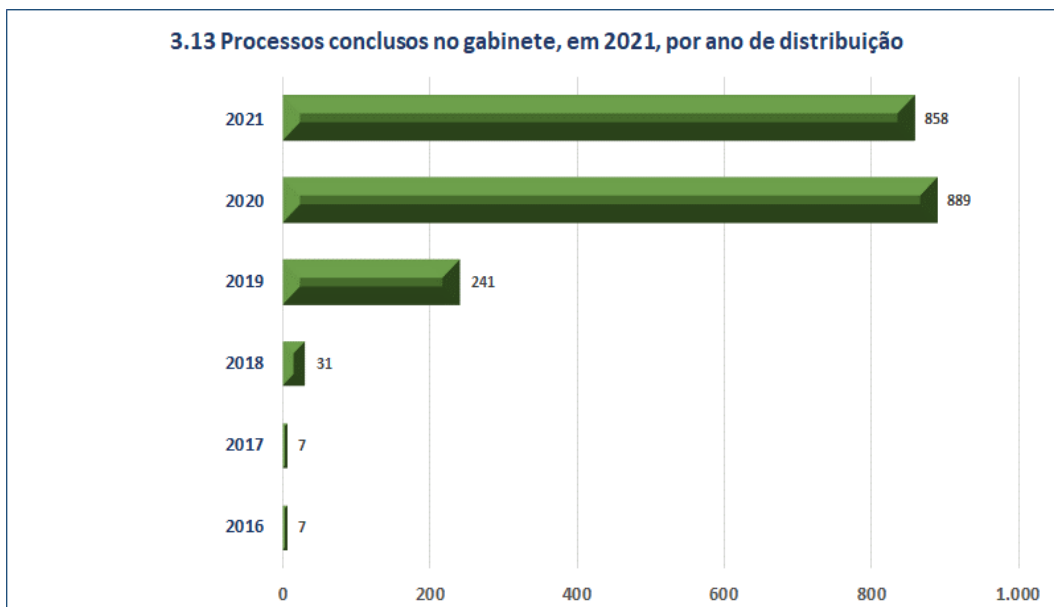
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

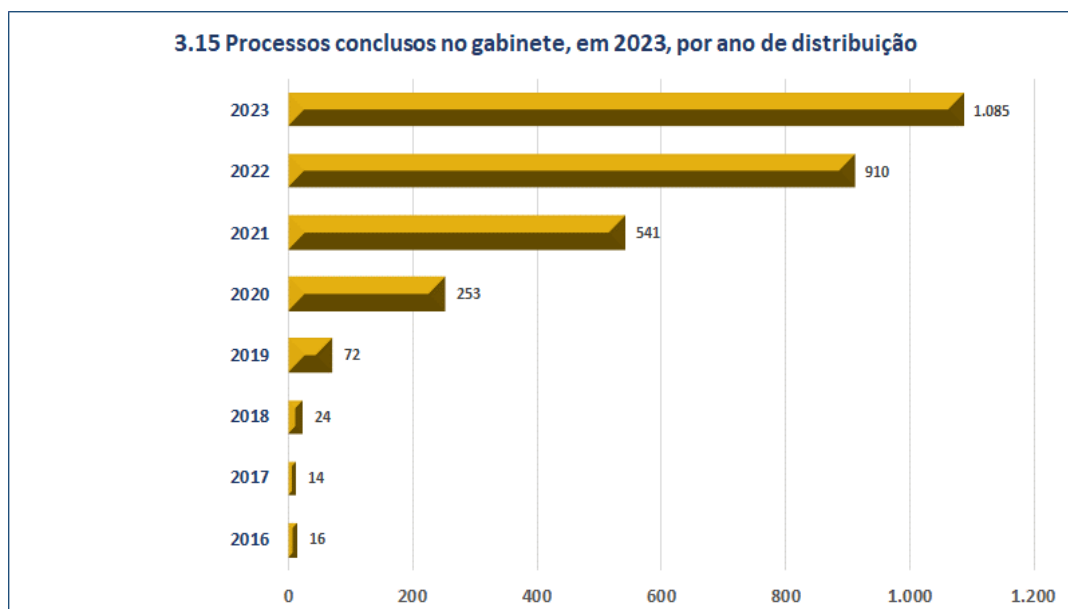
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	6
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

Por Recurso Especial	2
Por Recurso Extraordinário	2

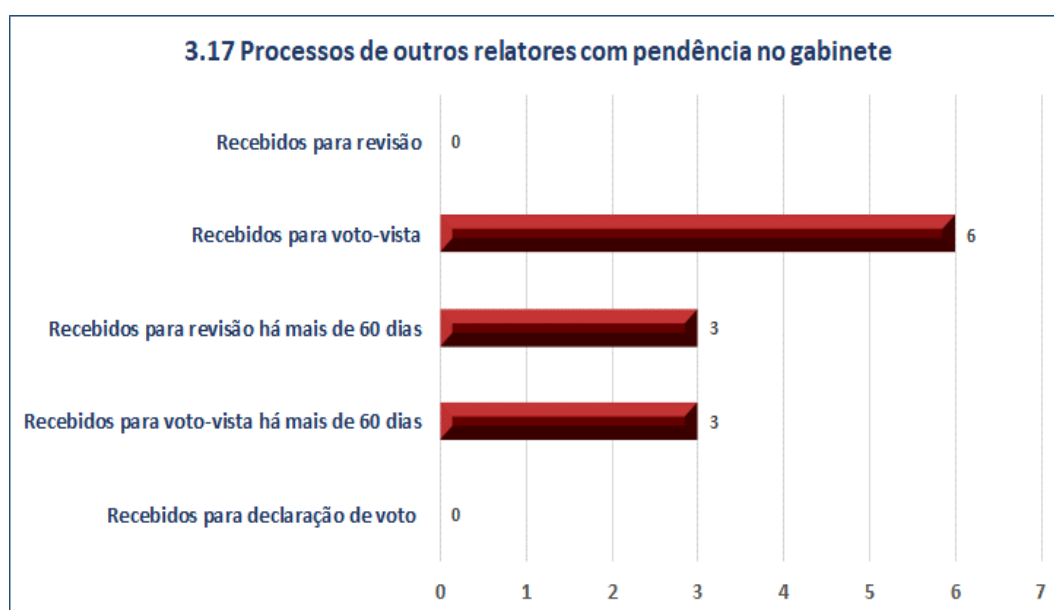


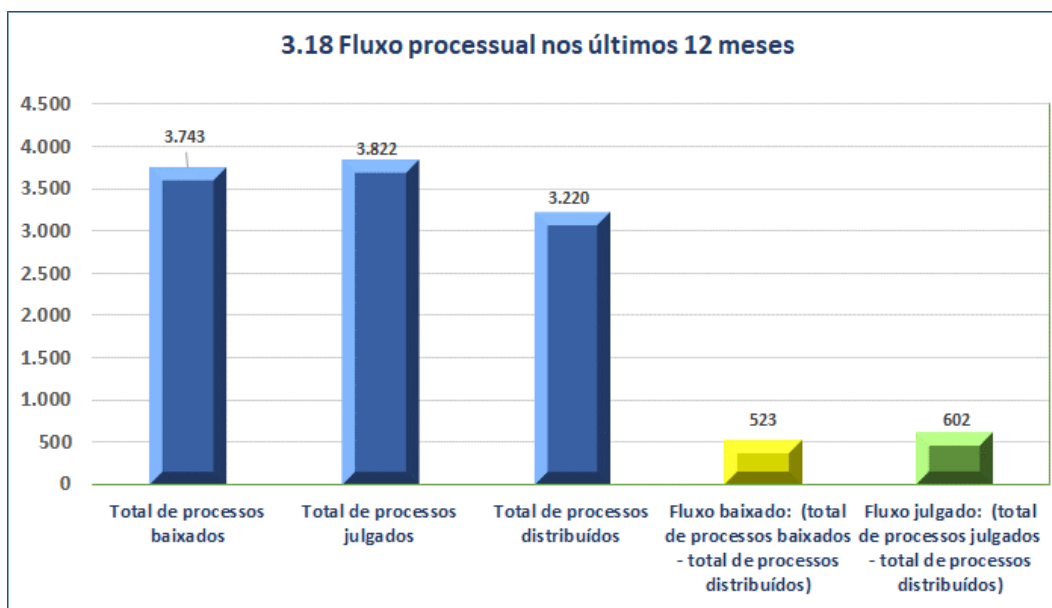




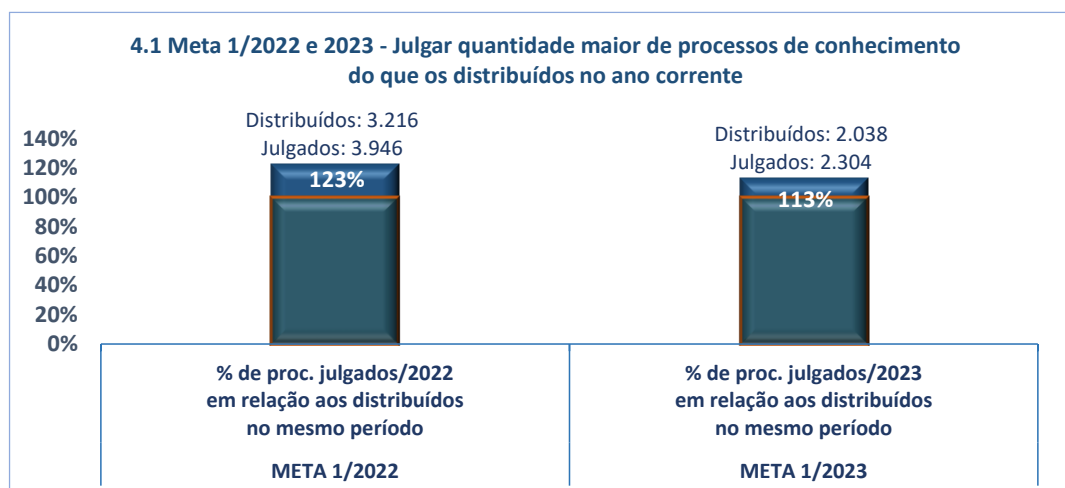
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	12
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	7
Remetidos para declaração de voto	0

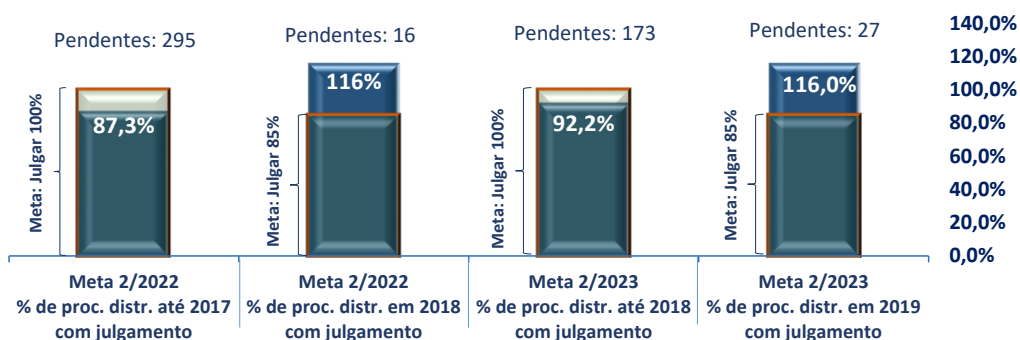




4. METAS

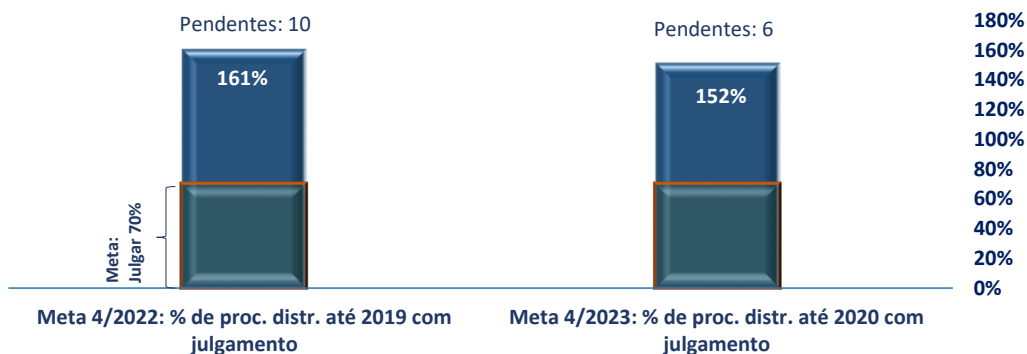


4.2 Percentual de atendimento da Meta 2 em 2022 e 2023



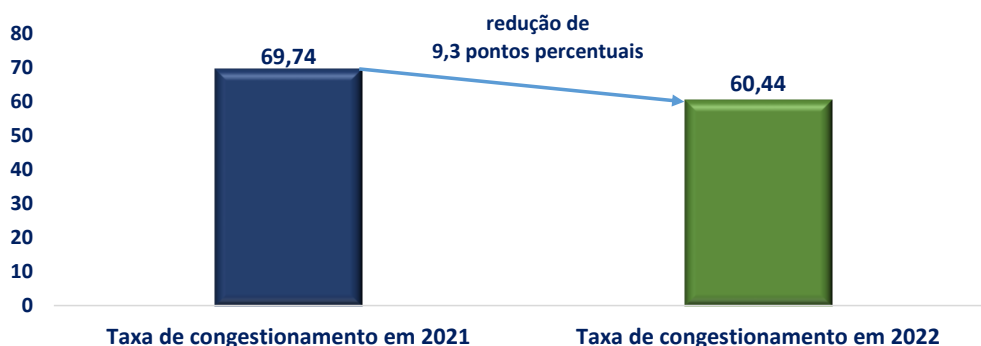
Meta 2/2022: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017 e 85% dos processos distribuídos em 2018.
 Meta 2/2023: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019.

4.3 Percentual de atendimento da Meta 4 em 2022 e 2023

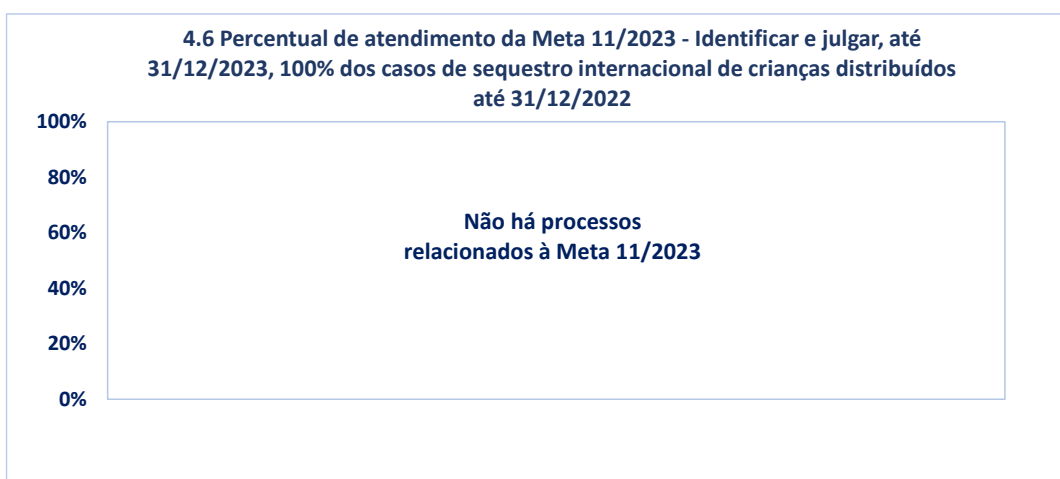
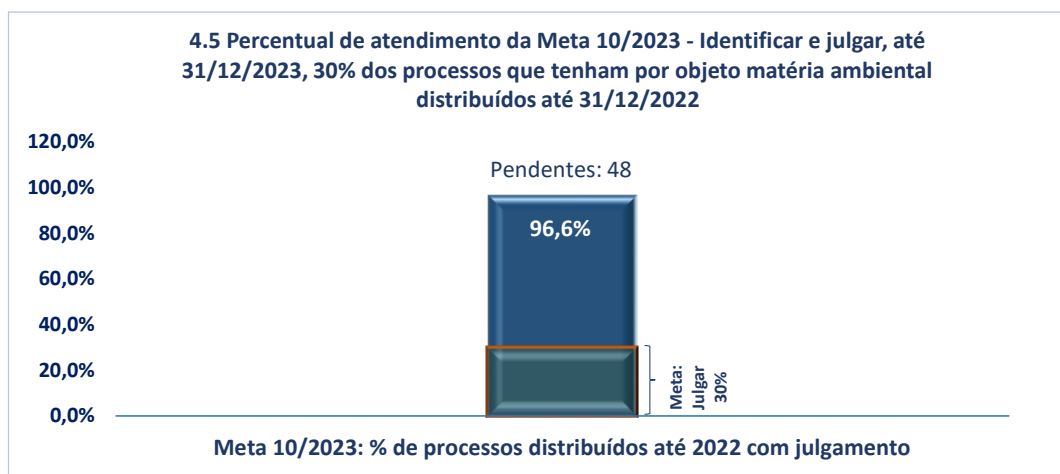


Meta 4 CNJ: Priorizar o julgamento de 60% dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

4.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida



Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão não é possível comparar com o ano anterior, cujo computo compreende os 12 meses.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle do acervo começa com a distribuição dos processos. É feita uma triagem inicial dos feitos por assunto, identificados por etiquetas e atribuídos aos servidores de acordo com a experiência e a afinidade de cada um com a matéria, levando-se em conta o desempenho/formação do servidor. Após esta distribuição interna, o controle do acervo passa por uma segunda etapa, em que serão priorizadas as preferências legais, as metas do CNJ, os pedidos de antecipação de tutela e efeito suspensivo à apelação, os despachos que demandam celeridade, o julgamento dos embargos de declaração e as recomendações feitas na inspeção. Periodicamente, é feita a verificação do acervo do servidor e, havendo demora na análise desses processos, o servidor é orientado a dar prioridade. Também são feitas reuniões mensais para o controle do acervo, momento em que é mostrada e discutida a estatística interna do gabinete, a produtividade dos servidores. Na reunião, levanta-se o ponto em que se deve dar mais atenção para que seja estabelecida uma força tarefa visando reduzir/zerar os processos em que deve ser dada a devida prioridade.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos sobrestados é feito da seguinte maneira: um dos servidores acompanha periodicamente os julgamentos dos temas com repercussão geral. Constatado o julgamento de um tema com determinação de sobrestamento, os processos são solicitados à Secretaria, onde estão localizados, que os encaminha ao gabinete, dando-se prioridade ao julgamento. No mês de agosto deste ano, foram criadas pastas de processos sobrestados no PJe, o que permitirá ao gabinete o levantamento do sobrestamento com mais agilidade.

5.3 Boas práticas e inovações

Os aprimoramentos do PJe, como o citado na questão 5.2, agilizam a busca do processo, sua distribuição interna, e conseqüentemente sua análise. Um ponto sempre presente nas boas práticas é o oferecimento de cursos para capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, especialmente em relação às ferramentas disponíveis no PJe, que possibilitam um melhor controle do acervo e uma busca mais ágil por modelos já previamente elaborados pelo gabinete. O estabelecimento de metas individuais com o respectivo acompanhamento de seus cumprimentos, bem como a elaboração de uma estatística interna do gabinete também são boas práticas a serem observadas.

5.4 Dificuldades

As maiores dificuldades observadas decorrem do reduzido número de servidores e da falta de conhecimento pleno das funcionalidades oferecidas pelo sistema eletrônico (PJe).

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores em teletrabalho está de acordo com o determinado na Resolução n. 481, do CNJ. Foi estabelecido um plano de trabalho com metas a serem cumpridas, visando uma boa produtividade para a necessária redução do acervo do gabinete. O acompanhamento da produtividade dos servidores é feito mensalmente, através de planilhas por eles enviadas com o número de processos analisados.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, especialmente os processos sobre os planos econômicos.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0003139-23.2014.4.03.6119	13/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5029232-53.2018.4.03.6100	23/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 2/8/23, acórdão publicado em 9/8/2023		
0025331-91.2010.4.03.6182	1º/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 6/9/2023.		
5000267-54.2017.4.03.6115	30/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 23/8/23, acórdão publicado em 31/8/2023		
5007646-23.2019.4.03.6100	21/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 4/10/2023.		
0000839-04.2007.4.03.6000	26/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 2/8/23, acórdão publicado em 9/8/2023		
5012777-47.2017.4.03.6100	29/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5008152-33.2018.4.03.6100	1º/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 20/9/2023.		
0007417-57.2010.4.03.6103	9/7/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: despacho em elaboração.		
5011222-20.2021.4.03.0000	19/5/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0005023-76.2008.4.03.6126	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
0007620-28.2010.4.03.6100	5/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
5003331-47.2018.4.03.6112	11/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 2/8/23, acórdão publicado em 10/8/23		
5000312-49.2021.4.03.6105	27/1/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5023077-63.2020.4.03.6100	11/1/2022	Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
5014577-71.2021.4.03.6100	17/2/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5004052-97.2021.4.03.6110	22/2/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 4/10/2023.		
5026737-95.2021.4.03.0000	27/10/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0002971-08.2010.4.03.6104	23/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
0000863-72.2007.4.03.6116	25/4/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado. Despacho para regularização do polo ativo proferido em 5/9/2023.		
0023911-74.2008.4.03.6100	26/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado. Despacho para regularização da representação processual proferido em 5/9/2023.		
0202947-33.1995.4.03.6100	16/6/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
0000495-14.2007.4.03.6003	27/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
0001461-56.2008.4.03.6127	9/2/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado. Despacho proferido em 5/9/2023 para que a parte autora se manifeste acerca da proposta de acordo.		
0031198-88.2008.4.03.6100	12/5/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
0009274-94.2008.4.03.6108	3/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado. Despacho para manifestação acerca de pedido de habilitação de sucessores proferido em 5/9/2023.		
5028356-60.2021.4.03.0000	12/11/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: decisão monocrática proferida em 28/8/2023, publicada em 3/9/2023		
5027082-61.2021.4.03.0000	1º/11/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: decisão acerca de pedido de antecipação de tutela proferida em 5/9/2023.		
0001496-76.2008.4.03.6107	14/6/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		
0011363-96.2008.4.03.6106	4/10/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo a ser redistribuído para o novo gabinete		

0005673-22.1999.4.03.6100	24/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0008331-19.1999.4.03.6100	9/3/2001	Apelação Cível
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 4/10/2023.		
0029269-11.1994.4.03.6100	27/2/2002	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 4/10/2023.		
0005905-73.1995.4.03.6100	28/3/2001	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 4/10/2023.		
0000462-97.2003.4.03.6121	11/1/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0002244-86.1995.4.03.6100	18/6/2002	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 4/10/2023.		
5033663-58.2022.4.03.0000	14/12/2022	Cumprimento Provisório de Sentença de Ações Coletivas
Observação/Providência: decisão monocrática proferida em 5/9/2023.		
5033436-68.2022.4.03.0000	12/12/2022	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: julgado em 2/8/23, acórdão publicado em 9/8/2023		
0024402-38.2014.4.03.0000	26/9/2014	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: restauração homologada em 28/7/23, acórdão publicado em 7/8/2023		
5101257-02.2021.4.03.9999	29/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5010598-97.2023.4.03.0000	21/4/2023	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0004036-07.2011.4.03.6103	23/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0002255-47.2011.4.03.6103	23/9/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5029397-96.2020.4.03.0000	26/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5003538-44.2021.4.03.0000	23/2/2021	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0002607-43.1999.4.03.6000	2/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho em elaboração.		
0001714-95.2014.4.03.6139	27/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5012678-68.2022.4.03.0000	16/5/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5018649-34.2022.4.03.0000	12/7/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
5017533-90.2022.4.03.0000	1º/7/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo será pautado em 11/9/2023, para ser julgado na sessão de 18/10/2023.		
0009245-43.2014.4.03.6105	7/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: julgamento iniciado em 22/7/2021. Atualmente aguardando voto-vista do Des. Fed. Nery Junior.		
0008235-08.2016.4.03.6100	12/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: julgamento iniciado em 15/12/2021. Atualmente aguardando voto-vista do Des. Fed. Nery Junior.		
0002139-68.2016.4.03.6102	11/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: julgamento iniciado em 21/10/2020. Atualmente aguardando voto-vista do Des. Fed. Nery Junior.		
5001778-60.2021.4.03.0000	3/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento iniciado em 16/2/2022. Atualmente aguardando voto-vista do Des. Fed. Nery Junior.		
5001785-52.2021.4.03.0000	3/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento iniciado em 16/2/2022. Atualmente aguardando voto-vista do Des. Fed. Nery Junior.		
5003156-74.2018.4.03.6105	27/4/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: julgamento iniciado em 2/2/2022. Atualmente aguardando voto-vista do Des. Fed. Silva Neto.		
0009534-08.2007.4.03.6109	22/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado. Despacho para manifestação da parte contrária acerca de pedido de habilitação de sucessores proferido em 5/9/2023.		
0005448-03.2008.4.03.6127	5/11/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado		

0003082-36.2008.4.03.6112	9/3/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado. Despacho para regularização do polo ativo proferido em 05/09/2023.		
0027760-74.2015.4.03.0000	26/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 20/9/2023.		
0026936-18.2015.4.03.0000	17/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 20/9/2023.		
0025048-14.2015.4.03.0000	29/10/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo já pautado para ser julgado na sessão de 20/9/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em julgamento em até 90 dias:

5012678-68.2022.4.03.0000	5026737-95.2021.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) promover o andamento processual:

5017533-90.2022.4.03.0000	5033436-68.2022.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

c) ante o pedido de vista, incluir em pauta de julgamento em 30 dias:

5024458-09.2020.4.03.6100	5025163-07.2020.4.03.6100	5027030-35.2020.4.03.6100
---------------------------	---------------------------	---------------------------

d) caso não julgado na sessão de 9/11/2023, na qual está pautado, incluir em julgamento em até 90 dias:

5003538-44.2021.4.03.0000	5101257-02.2021.4.03.9999
---------------------------	---------------------------

e) diante do adiamento/retirada da pauta de julgamento do dia 18/10/2023, julgar em 90 dias:

0002255-47.2011.4.03.6103	0004036-07.2011.4.03.6103	0007417-57.2010.4.03.6103
---------------------------	---------------------------	---------------------------

Os demais processos aferidos já se encontram regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pela Desembargadora Federal Consuelo Yoshida e pela Chefe de Gabinete Kathia Maria Olbrich dos Santos Mandaliti.

A Desembargadora exerceu a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, durante o biênio iniciado em março de 2020 e terminado em fevereiro de 2022.

Com a assunção da atividade no atual Gabinete, em 2 de março de 2022 (3ª Turma e 2ª Seção), a equipe passou por natural readaptação ao novo acervo e já se observa clara melhoria do perfil de tramitação.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF3 aprovou a Emenda Regimental n. 21/2022 e editou as Resoluções PRES n. 578/2023 e 632/2023 que dispuseram sobre a ampliação do Tribunal e a criação de mais um Gabinete em cada uma das Turmas das quatro Seções. As 1ª e 4ª Seções passaram a ter quatro Gabinetes em cada Turma e as 2ª e 3ª Seções passaram a ter cinco Gabinetes em cada Turma.

A Resolução PRES n. 632/2023 equacionou a distribuição de processos para os novos Gabinetes da 2ª Seção. A Resolução também impôs a redução de 18 para 14 cargos lotados na unidade.

Na entrevista, pontuou-se que a maior parte da equipe trabalha em conjunto há muitos anos e está bem integrada, e que ainda não foi possível avaliar os efeitos da redução do quadro de servidores que, na prática, reduziu o número de 15 para 14, já que o setor não estava com o quadro completo.

O retorno ao trabalho presencial está de acordo com a Resolução n. 481 do CNJ, com a adoção de rodízio entre os servidores, salvo um em trabalho remoto integral e outros três que optaram pelo trabalho presencial permanente.

Há a adoção de metas individuais para boa produtividade e a redução do acervo é monitorada por planilha mensal.

A triagem inicial dos processos é feita por assunto e atribuídos aos servidores designados para cada tema. Em seguida, observam-se as preferências legais, as metas do CNJ e pedidos de urgência. Despachos, embargos de declaração e recomendações de inspeções anteriores estão igualmente na ordem de prioridades. Há a preocupação de incluir, em todas as pautas, pelo menos um processo antigo ou incluído em metas do CNJ, por cada servidor.

Há reuniões mensais para discussão do controle do acervo e análise das estatísticas, para eventual designação de força tarefa caso necessário, e incentivo aos servidores para participação de cursos de aperfeiçoamento.

O atendimento aos advogados é realizado pela Desembargadora Federal presencialmente ou de forma remota (pelo aplicativo “Teams”). Mesmo após a Resolução CNJ n. 481/2022, o despacho remoto tem sido escolhido pela maioria dos advogados. É dada prioridade de atendimento aos advogados de processos que já estejam incluídos em pauta de julgamento, pois assim há melhor compreensão do caso.

Dentre as dificuldades, a equipe apontou a necessidade de aperfeiçoamento dos dados estatísticos fornecidos pelo TRF3, de modo que os números reflitam a realidade da unidade, embora já tenha sido notada melhoria do sistema. Foi destacada ainda a necessidade de oferecimento permanente de cursos de treinamento para melhor uso e interpretação dos dados obtidos através da ferramenta Painel B.I. (*Business Intelligence*), bem como a longa pendência de chamados abertos junto ao PJe para

solução de problemas na inclusão de ementas após a sessão de julgamento, apesar da urgência da matéria para o gabinete.

Foi explicitado que os processos com pedido de vista são oriundos de anterior convocação da Desembargadora junto à 6ª Turma, e há previsão de que serão incluídos em pauta já em novembro deste ano.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à colheita de dados para a inspeção anterior, realizada em maio de 2022, e o mês de julho de 2023, houve aumento do montante de processos conclusos de 2.206 para 3.066.

Todavia, considerando o período de doze meses contados da inspeção (a partir de agosto de 2022), houve redução do montante de processos conclusos, de 3.397 para 3.066.

Vê-se, assim, que imediatamente quando a Desembargadora e sua equipe assumiram o Gabinete, vindos da Vice-Presidência, houve aumento do número de conclusos, mas depois da adaptação inicial, o acervo começou a diminuir e o bom ritmo tem sido mantido.

Após a colheita dos números acima (ocorrida em julho de 2023), houve redistribuição de feitos para os novos gabinetes, em 11/9/2023. Assim, na semana da inspeção, o acervo foi reduzido para 2.540 processos conclusos, conforme planilha fornecida pelo CJF.

No mesmo período dos últimos doze meses, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.608 feitos em tramitação (item 3.2 do relatório/2023), e no mês anterior à inspeção eram 3.992 (item 3.2 do relatório/2023).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 322, na última inspeção, para 418.

Houve leve aumento do total de tutelas provisórias concedidas pelo Relator, por decisão unipessoal e não submetidas ao exame do colegiado há mais de 90 dias (de 20 para 26). E o número total de processos com agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias permaneceu idêntico (total de 2).

Em relação aos últimos doze meses, houve positiva evolução em relação à produtividade do gabinete.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 foi atingida no ano anterior (123%) e – se o ritmo for mantido – será atingida ao final do presente ano (atualmente em 113%). A Meta 2 no ano anterior não foi atingida em um de seus indicativos – 87,3% e 116%, e a deste ano a Meta 2 apresenta os percentuais de 92,2% e 116% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023).

As Metas 4, 5 e 10 foram alcançadas com êxito pelo Gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 19 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 26 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo melhor, pois inferior em tempo à média da Turma e à média da 2ª Seção (de 30 meses). A aferição é no sentido de que a média será melhorada ainda mais, diante da diligência da Desembargadora e de sua equipe.

A taxa de congestionamento líquida teve diminuição de 9,3 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023), ou seja, houve redução maior do que 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

Destaca-se o ótimo desempenho do Gabinete no atingimento da Meta 4 (“priorizar o julgamento de 60% dos processos relativos à corrupção e improbidade administrativa”), alcançado o percentual de 152% em 2023, atualmente com seis processos pendentes.

É elogiável a organização do Gabinete e, também, o comprometimento da equipe com o trabalho e a diligência da Desembargadora, o que se reflete na diminuição do acervo.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) priorizar o julgamento dos embargos de declaração e dos processos com tutela provisória concedida por decisão unipessoal há mais de 90 dias, bem como dos processos de outros gabinetes com pedido de vista;
- c) manter as metas voltadas à diminuição do acervo, como tem sido feito, e ao julgamento dos processos mais antigos, e
- d) manter o bom método de trabalho e as boas práticas, que têm resultado em bom fluxo de julgamento e diminuição do acervo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Delgado.

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Atuação junto à Terceira Turma e, por conseguinte, à Segunda Seção do Tribunal, além de integrar o Órgão Especial, o Plenário e o Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. A competência da Segunda Seção está prevista no § 2º do art. 10 do Regimento Interno da Corte, que dispõe: “§ 2º - À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.”

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 22 de maio de 2023, conforme Ato PRES n. 4.761, de 24 de abril de 2023.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Débora Bragante Martins, Assessora do Desembargador Federal.

2.2 Quadro de Pessoal

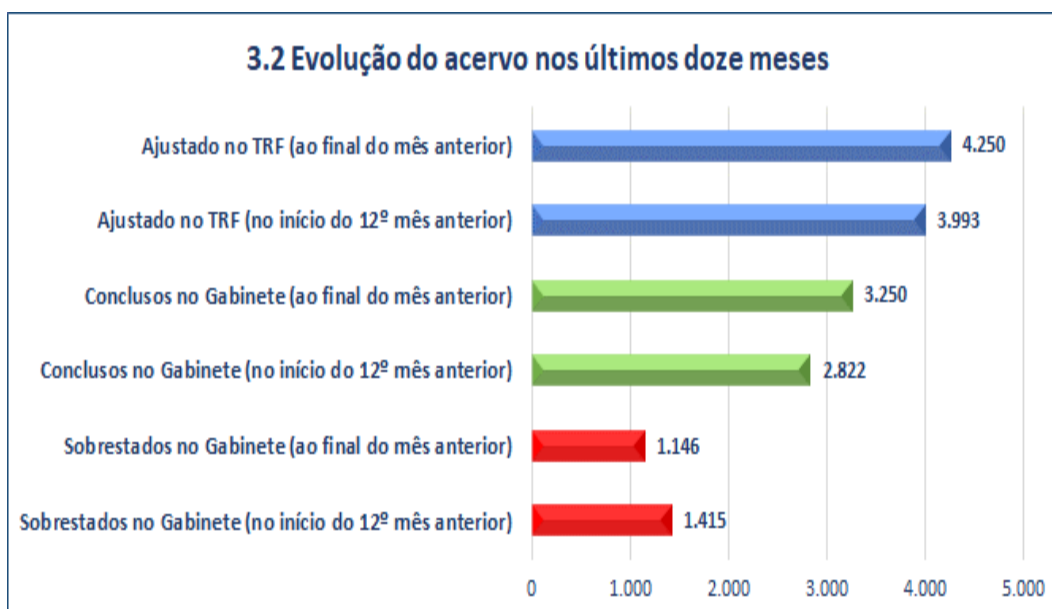
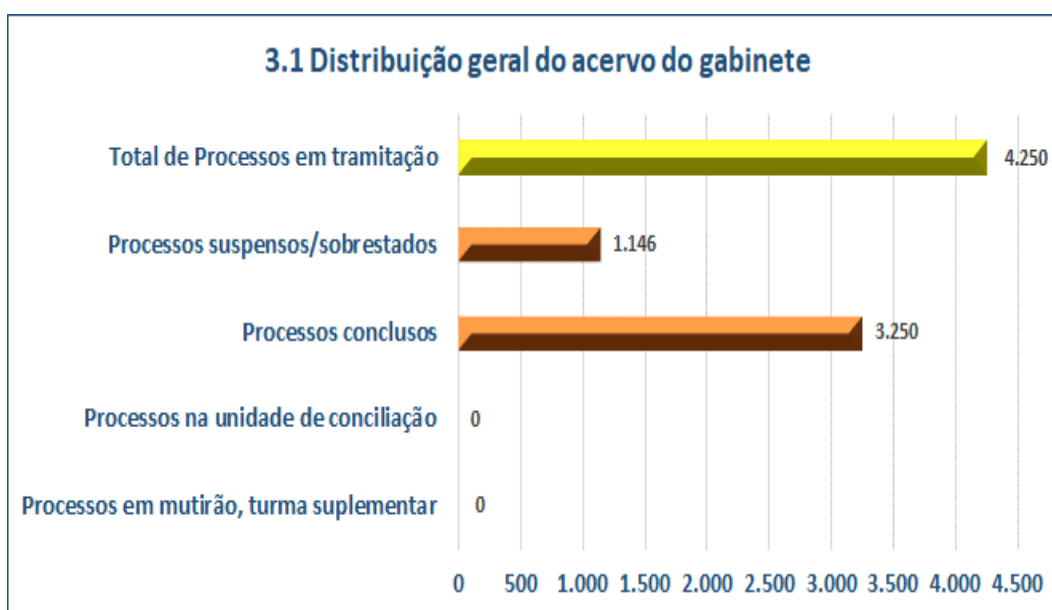
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1

CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

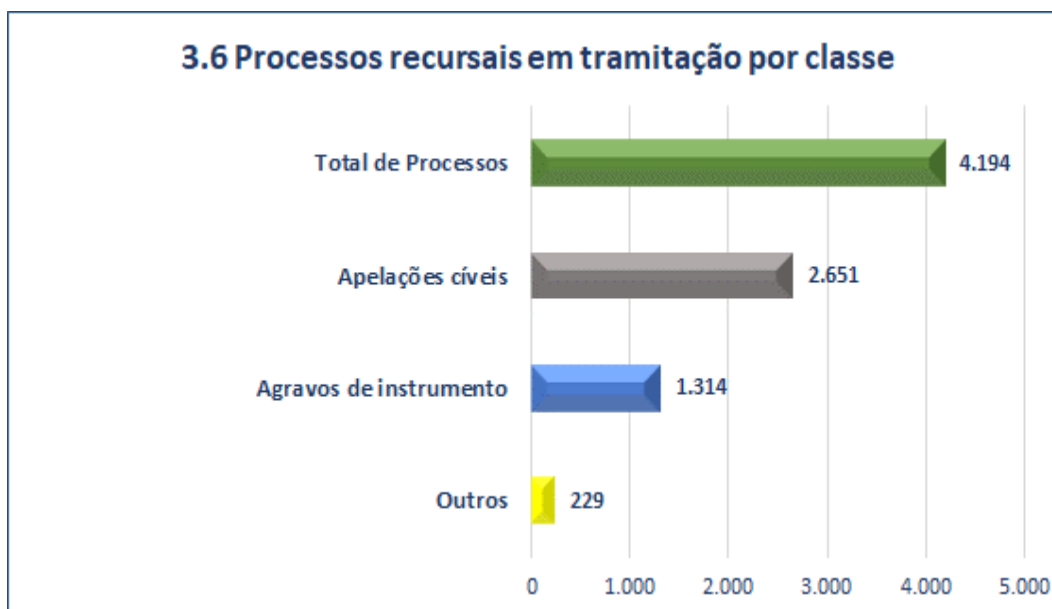
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicada, em razão da resposta anterior.

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	56
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	12
Reclamações	2
Ações rescisórias	15
Outros	26

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.194
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	38
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	295
Outros	3.835



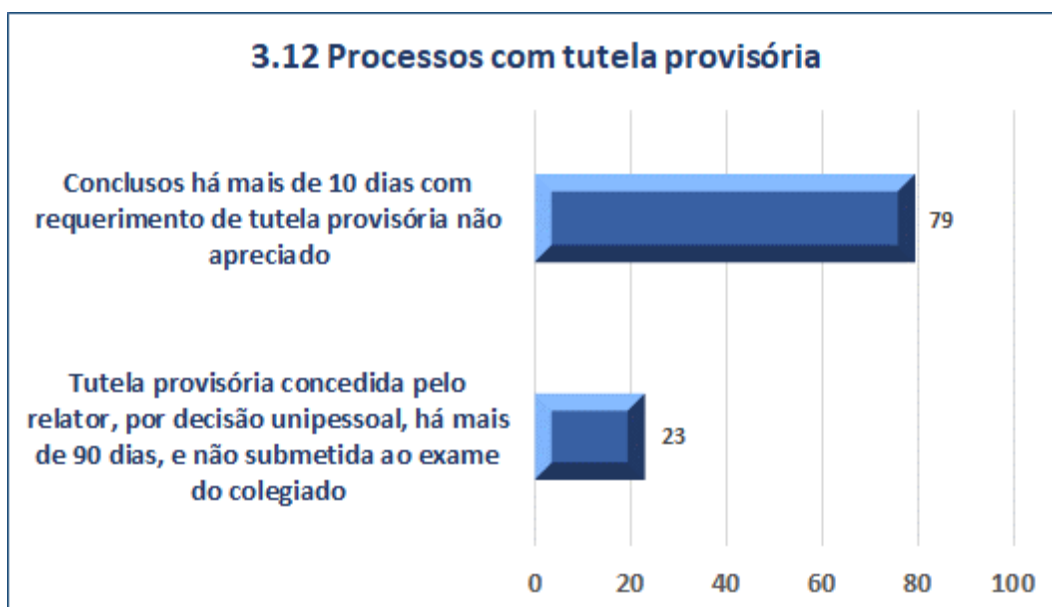
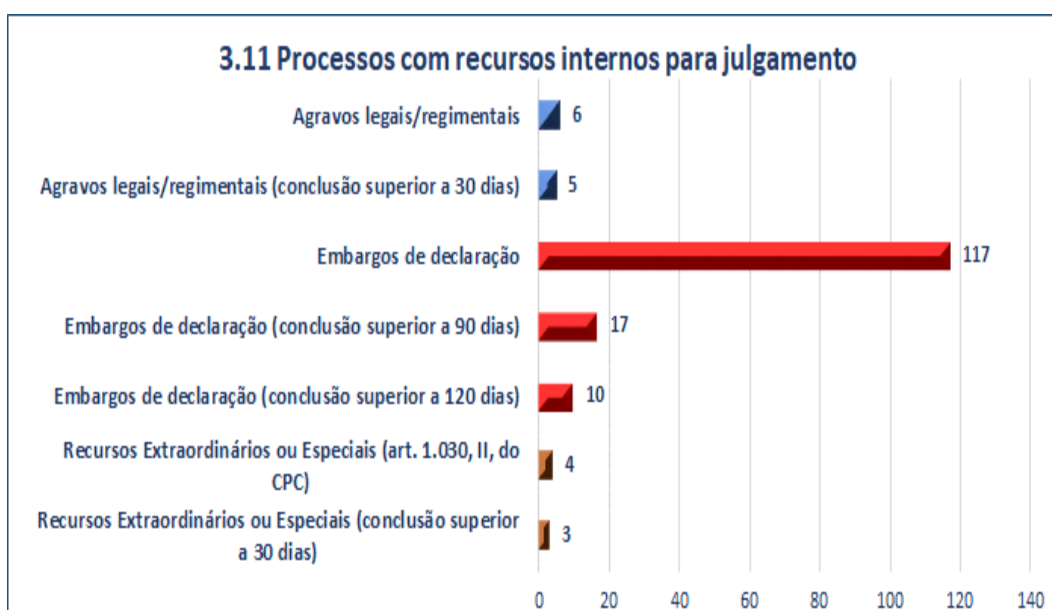
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

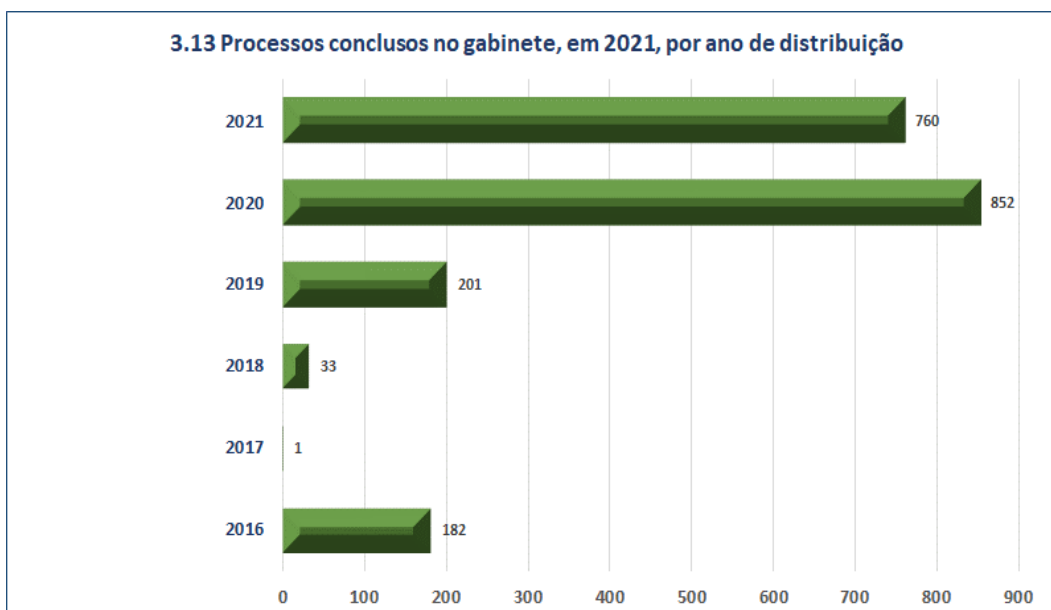
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

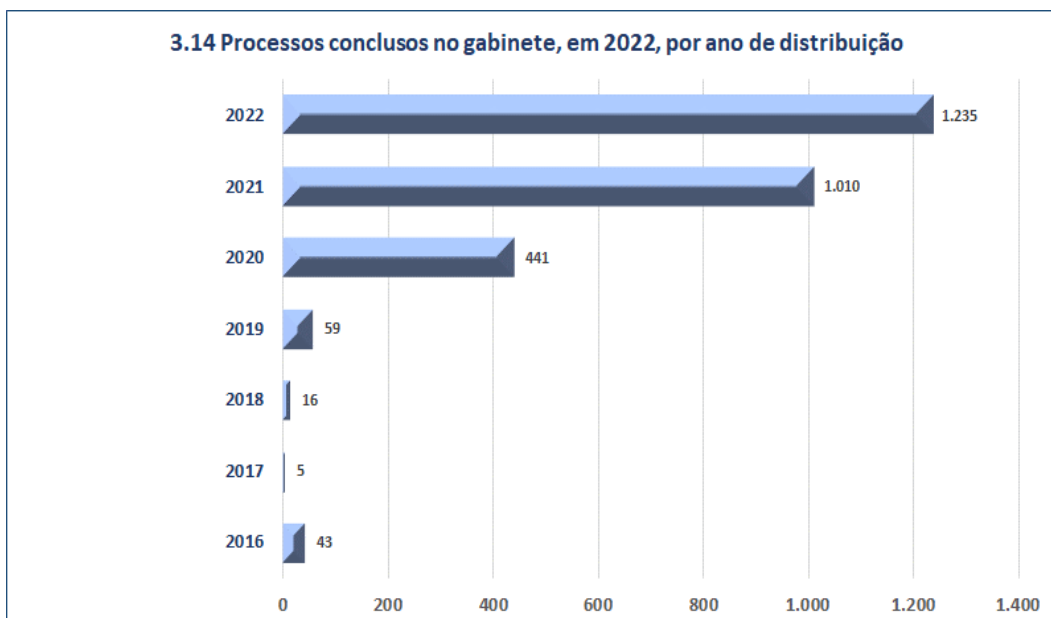
Habeas corpus	0
---------------	---

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

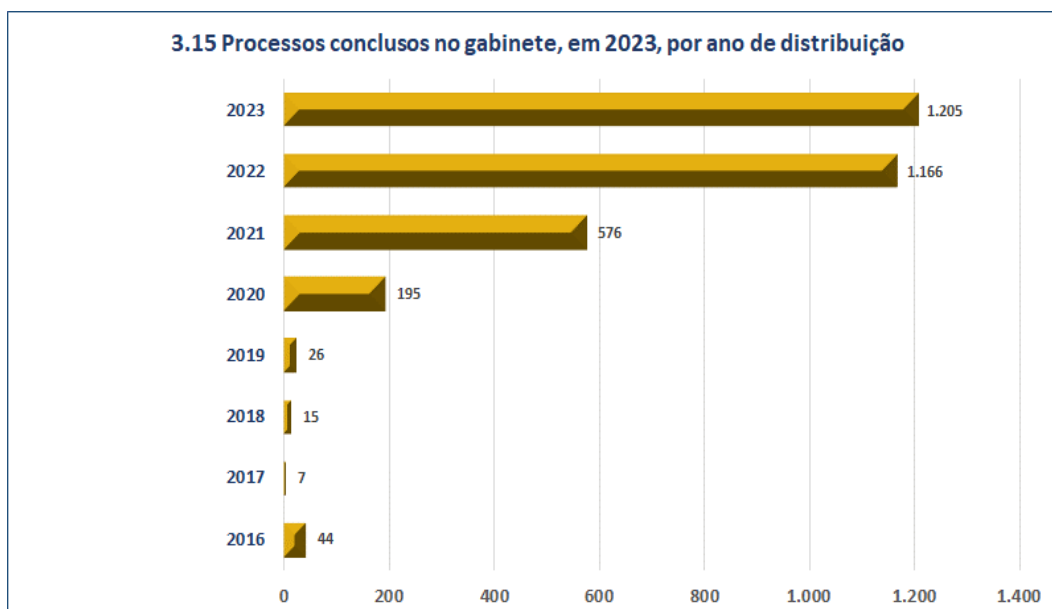




Nota: ano 2016 (incluindo os anos anteriores a 2016)



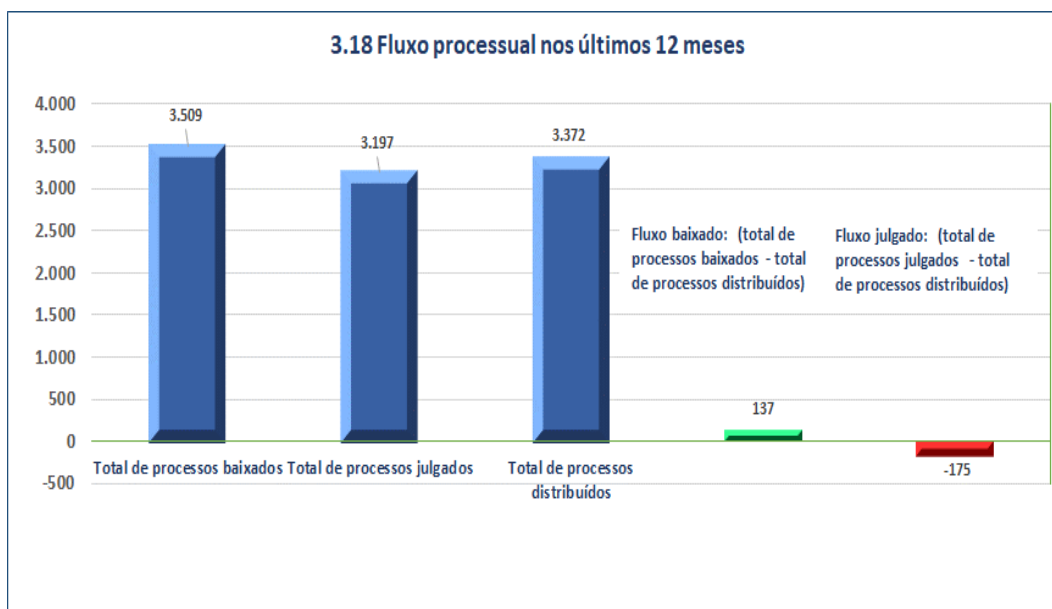
Nota: ano 2016 (incluindo os anos anteriores a 2016)



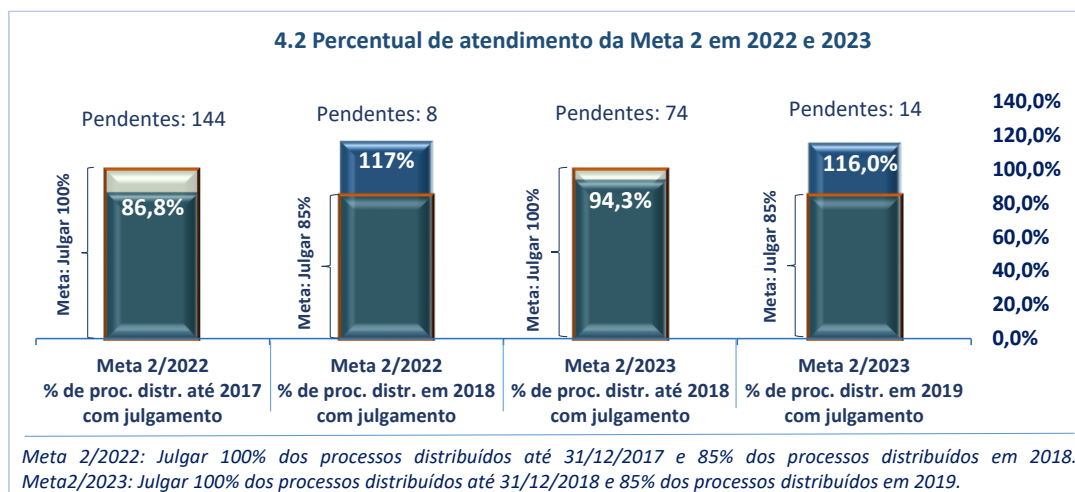
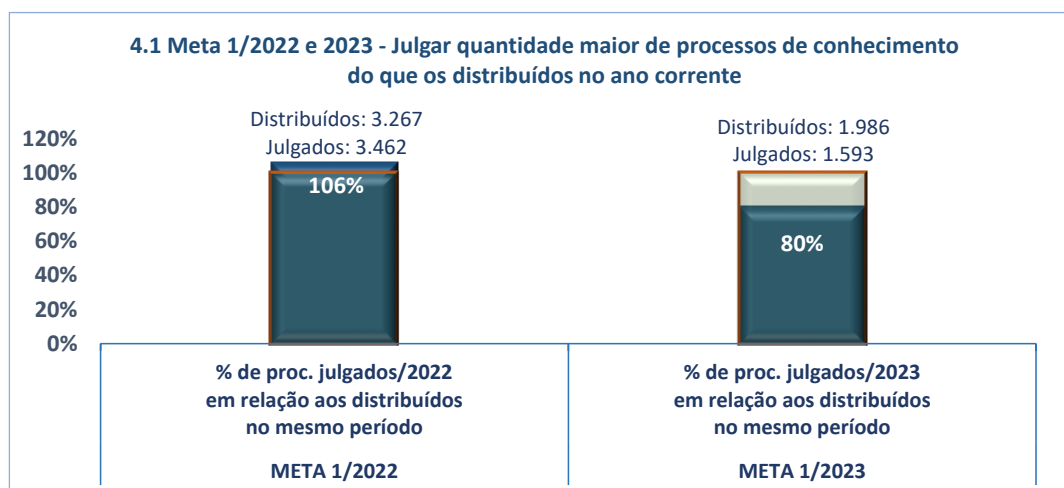
Nota: ano 2016 (incluindo os anos anteriores a 2016)

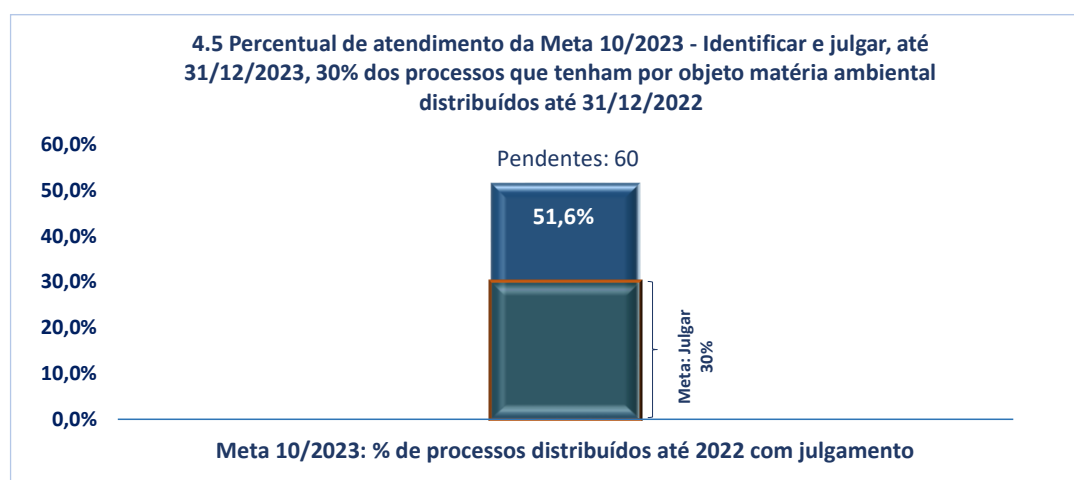
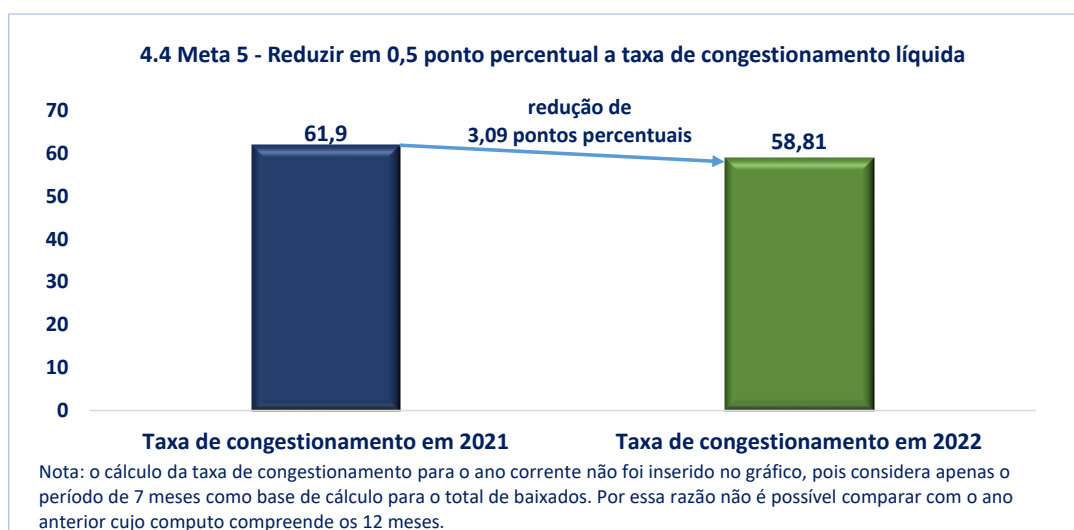
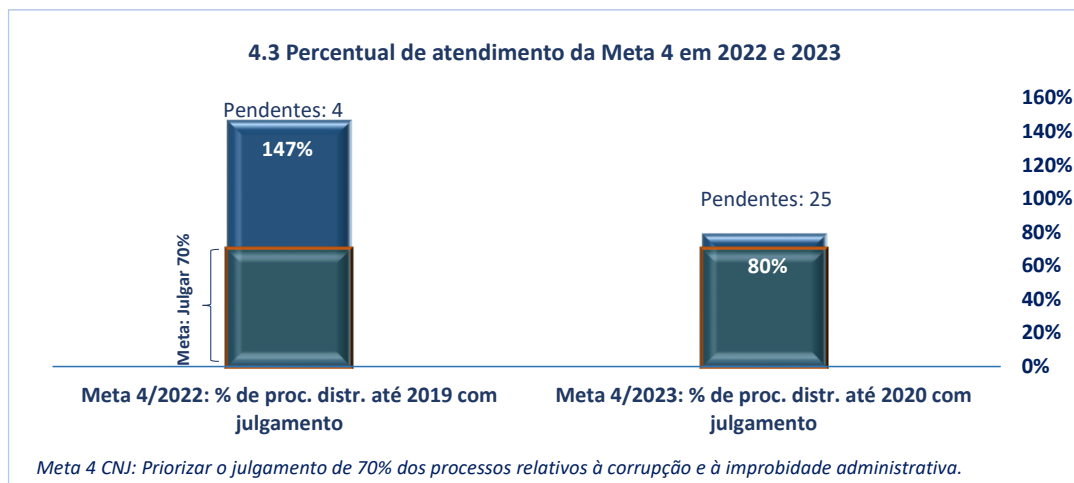
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

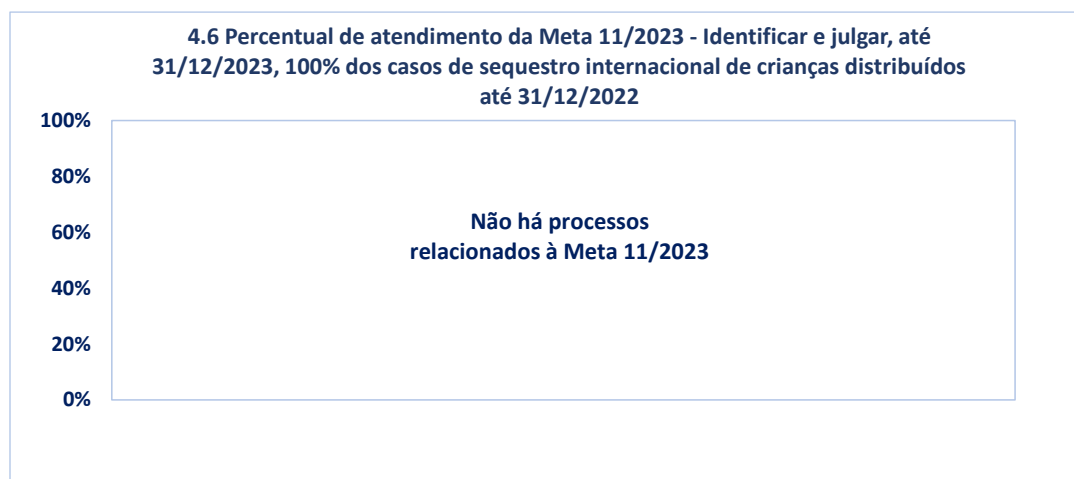
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Ao assumirmos a unidade em 22/5/2023 criamos três frentes de trabalho: Triagem, Criação e Vazão. A primeira ficou responsável por analisar todos os processos conclusos, vinculando etiquetas de assunto, além da de ano/mês de distribuição, com vistas a orientar o julgamento dos feitos mais antigos. Também foram identificados feitos de competência de outras seções e recursos prejudicados, sendo que o trabalho foi concluído em 28 de julho. O núcleo “Criação” ficou com a atribuição de elaborar minutas de decisão de maior complexidade, em especial nos agravos de instrumento, além de votos, sendo que, após aprovadas, as teses passam a integrar o banco de modelos do Gabinete. No início, a equipe “Vazão” ficou incumbida de analisar os processos com embargos de declaração e os com pedido de desistência ou homologação de acordo. Atualmente, estamos priorizando o julgamento de algumas matérias recorrentes para aumentar a produtividade, além dos casos abrangidos pelas metas do CNJ.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Até meados de agosto, o controle dos feitos sobrestados ficava a cargo da Subsecretaria competente, que procedia ao levantamento quando o tema afetado era julgado ou, então, quando a parte juntava petição que exigia pronunciamento do Relator. Atualmente, a maior parte dos processos com tramitação suspensa se encontra em tarefas do Gabinete, o qual passou a exercer a gestão desses casos, exceto, daqueles que foram sobrestados antes da unificação das Subsecretarias processantes. Quanto a estes últimos, ao menos por ora, a responsabilidade permanece sendo da Subsecretaria. Importante registrar que estamos sempre atentos aos temas afetados ou decididos pelas Cortes Superiores, precipuamente aqueles com determinação de suspensão nacional, eis que impactam diretamente nos recursos e ações pendentes de julgamento.

5.3 Boas práticas e inovações

A título de boas práticas e inovações destacamos: a) triagem do acervo; b) controle das petições juntadas; c) identificação dos processos com o ano/mês de ingresso no Tribunal, facilitando a separação daqueles abrangidos pelas metas do CNJ; d) criação, no *One Drive*, do banco de modelos do Gabinete, permitindo, assim, que todos os servidores tenham acesso às teses aprovadas, independentemente de estarem trabalhando presencial ou de forma remota; e) manutenção, no *One Drive*, de planilha do Excel para consulta das matérias já decididas, detalhando as especificidades dos casos e permitindo a utilização de filtros para localização dos temas.

5.4 Dificuldades

Diante da recente mudança de acervo, que incluiu também a alteração de competência, as dificuldades enfrentadas até o momento pela unidade são: a) adaptação da equipe com as novas matérias e com os entendimentos firmados no âmbito das Turmas e Seção do Tribunal, bem como das Cortes Superiores; b) cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2023, em especial a Meta 1 - julgar mais processos do que os distribuídos no período, tendo em vista a diversidade de assuntos vinculados à 2ª Seção e, também, o tempo exigido para a criação das teses jurídicas; c) a quantidade de agravos de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, distribuídos diariamente, que demandou a ampliação da equipe “Criação” pouco tempo após a assunção do acervo.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, sendo que os planos de trabalho observam o disposto na Resolução PRES n. 514, de 28 de abril de 2022.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim. Nesse pouco tempo que estamos à frente do acervo, identificamos que alguns processos de expurgos inflacionários das cadernetas de poupança foram encaminhados pelo Relator anterior ao Gabinete da Conciliação, sendo que alguns deles foram devolvidos sem êxito, o que resultou na determinação de novo sobrestamento até decisão do STF sobre o tema. Ademais, recentemente, o próprio Setor de Conciliação nos enviou e-mail solicitando a remessa de feito específico para tentativa de acordo.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000682-70.2017.4.03.6104	6/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5013776-97.2017.4.03.6100	6/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
5029682-93.2018.4.03.6100	20/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto em elaboração, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
0026928-51.2017.4.03.6182	8/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
0002579-41.2014.4.03.6003	21/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
0002011-64.2012.4.03.6142	15/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
5000833-14.2019.4.03.6121	29/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
0000860-70.2015.4.03.6138	8/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5006290-84.2019.4.03.6102	25/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data,		

oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
0007975-35.2015.4.03.6109	9/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
5007567-78.2018.4.03.6100	8/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0001171-27.2016.4.03.6138	5/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferido despacho em 31/9/2023 (ID 279247488), no sentido de determinar que a parte autora junte, em 15 dias, os arquivos contidos na mídia que constava dos autos físicos. Assim que o processo retornar à conclusão, o voto será elaborado, com posterior inclusão em pauta.		
5013123-57.2020.4.03.0000	22/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
0000562-53.2015.4.03.6114	23/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5007676-52.2019.4.03.6102	22/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
0000052-19.2014.4.03.6100	18/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5000562-62.2019.4.03.6102	28/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão, em 4/9/2023, declinando da competência para uma das Turmas da 1ª Seção (ID 279306796), com menção ao processo constar da lista da inspeção.		
0003295-49.2007.4.03.6121	9/7/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5010257-17.2017.4.03.6100	17/7/2020	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5000002-31.2021.4.03.6109	1º/7/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5023052-50.2020.4.03.6100	16/7/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a sessão de 18/10/2023.		
5021566-60.2021.4.03.0000	16/9/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: proferida decisão monocrática terminativa, em 24/8/2023, no sentido de indeferir liminarmente a inicial, nos termos dispostos nos artigos 485, I, e 330, III, do CPC (ID 278653232).		
5016519-94.2019.4.03.6105	23/10/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferida decisão monocrática terminativa, em 31/8/2023, no sentido de negar provimento à remessa necessária, mantendo hígida a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição (ID 279091775).		
5002025-38.2021.4.03.6112	19/10/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo pautado para a sessão de 4/10/2023.		
5028878-87.2021.4.03.0000	18/11/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: proferida decisão monocrática terminativa, em 17/8/2023, no sentido de indeferir liminarmente a inicial, nos termos dispostos nos artigos 485, I, e 330, III, do CPC (ID 278511643).		
0011192-60.2008.4.03.6100	16/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: expedido ofício à Desembargadora Federal Adriana Pileggi, que atua na qualidade de sucessora do magistrado designado para a lavratura do acórdão, informando que o processo, que retornou da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, constou da lista de inspeção.		
0003748-93.2015.4.03.0000	3/3/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo conclusos em 27/6/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Proferida decisão monocrática terminativa, em 31/8/2023, no sentido de julgar prejudicado o agravo de instrumento, ante a superveniente perda do objeto processual (ID 279243227).		
0031911-25.2011.4.03.0000	14/10/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo conclusos em 18/7/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0012552-16.2016.4.03.0000	6/7/2016	Restauração de Autos Cível

Observação/Providência: em 24/7/2023, a classe “restauração de autos” foi retificada para “agravo de instrumento”, sendo que, em 26/8/2023, fora proferida decisão homologando o pedido de desistência do recurso (ID 278341796).		
0011145-77.2013.4.03.0000	21/5/2013	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: expedido ofício à Desembargadora Federal Adriana Pileggi, que atua na qualidade de sucessora do magistrado designado para a lavratura do acórdão, informando que o processo, que retornou da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, constou da lista de inspeção.		
0034466-49.2015.4.03.9999	9/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho em 31/8/2023, a fim de que o executado, ora apelado, apresente cópia do processo autuado sob o n. 0002801-65.1999.8.26.0472, em 15 dias, sob pena de não conhecimento do recurso e consequente prejuízo à análise de eventual juízo de retratação (ID279274471).		
0014878-17.2014.4.03.0000	27/6/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo conclusos em 1º/8/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0675748-18.1991.4.03.6100	12/4/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo conclusos em 9/8/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0027291-38.2014.4.03.9999	17/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: processo conclusos em 15/8/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação e retirado de pauta pelo Relator anterior em 25/4/2023. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão, em 11/9/2023, para a Sessão de 18/10/2023.		
0017668-80.2009.4.03.6100	4/8/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo conclusos em 15/9/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0025876-39.1998.4.03.6100	29/12/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo conclusos em 24/10/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0011279-21.2005.4.03.6100	11/9/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: expedido ofício ao Desembargador Federal Cotrim Guimarães, Relator atual em razão da declinatória de competência proferida em 3/8/2023 (ID 277978569), a qual fora reconsiderada nesta data (ID 279562502). Diante disso, aguardamos a conclusão dos autos para inclusão em pauta.		
0002630-18.2011.4.03.6113	28/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: processo conclusos em 6/12/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		

0905027-88.1998.4.03.6110	22/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: processo conclusos em 12/12/2022 para o exercício de eventual juízo de retratação. Autos na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0002276-79.2009.4.03.6107	10/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: há erro no sistema, pois o processo ainda não foi julgado. Encaminhado ofício à UNI2 para adoção de eventual medida quanto à retificação dos dados. Conta dos autos despacho de sobrestamento proferido em 7/8/2023 (ID 278096569) e remessa à Conciliação em 21/8/2023.		
0005548-55.2008.4.03.6127	6/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: expedido ofício à UNI2 dado o tempo do processo na tarefa. Constatado erro de fluxo foi aberto chamado. Em 31/8/2023, houve remessa dos autos à Conciliação, com ato na mesma data (ID 279329453). Devido à matéria, o agravo interposto em 13/9/2010 ainda não pode ser julgado.		
5007946-70.2019.4.03.6104	21/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para a sessão de 4/10/2023.		
5005610-04.2021.4.03.0000	18/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para a sessão de 4/10/2023.		
5008797-20.2021.4.03.0000	23/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
5012311-78.2021.4.03.0000	1º/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão, em 31/8/2023, declinando da competência para uma das Turmas da 1ª Seção (ID 279127850), com menção ao processo constar da lista da inspeção.		
5000246-90.2022.4.03.6119	2/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para a sessão de 4/10/2023.		
5002245-47.2018.4.03.6110	27/4/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0003000-39.2011.4.03.6002	27/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
5001058-64.2019.4.03.6111	11/12/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		

0000661-19.2017.4.03.6125	21/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
0002624-55.2008.4.03.6100	3/3/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: proferido despacho em 31/8/2023 (ID 279193955), no sentido de converter o julgamento em diligência, a fim de determinar o retorno dos autos à Vara de origem para a devida regularização, tendo em vista que a Defensoria Pública da União não foi intimada da sentença.		
0002010-78.2016.4.03.6000	19/7/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo constante da lista de feitos que serão redistribuídos, em 11/9/2023, ao quinto Gabinete que será implantado no âmbito da Turma. Após essa data, oficiaremos ao(à) titular da unidade, a fim de lhe dar ciência de que os autos figuraram na listagem da Inspeção.		
5009565-72.2023.4.03.0000	11/4/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		
5008250-09.2023.4.03.0000	28/3/2023	Reclamação
Observação/Providência: processo pautado para a sessão de 27/9/2023.		
5000407-90.2023.4.03.0000	13/1/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: proferida decisão monocrática terminativa, em 31/8/2023, no sentido de julgar prejudicado o conflito de competência, por perda do objeto (ID 279178070).		
0010084-75.2008.4.03.6106	11/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho em 31/8/2023 (ID 279091140), afastando a litispendência alegada, com retorno à fase de sobrestamento, eis que a matéria está com determinação de suspensão nacional. Diante disso, os embargos de declaração opostos em 23/8/2010 ainda não podem ser julgados.		
0006643-29.2007.4.03.6104	19/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: proferido despacho em 31/8/2023 (ID 279099551) para intimar a CEF a se manifestar sobre o pedido de habilitação. Em razão da matéria em discussão estar com determinação de suspensão nacional, os embargos de declaração opostos em 22/5/2009 ainda não podem ser julgados.		
0012950-60.2016.4.03.0000	12/7/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferido despacho, em 31/8/2023, no sentido de intimar a parte contrária sobre os embargos de declaração opostos (ID 279115914). Assim que os autos retornarem à conclusão o recurso será analisado, com a consequente inclusão em pauta para julgamento.		
5000337-32.2017.4.03.6128	27/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: os embargos de declaração e o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação foram apreciados em 23/11/2020 (ID 145010395). Os autos estão na tarefa Aptos a julgamento, com voto em elaboração, aguardando a inclusão em pauta, em 11/9/2023, para a Sessão de 18/10/2023.		

5004017-42.2018.4.03.0000	6/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: expedido ofício ao Desembargador Federal Nery Júnior, informando que o feito constou da lista da inspeção e que o acórdão foi lavrado por outro membro. Recebi os autos em 30/8/2023 e já estão aguardando a próxima inclusão em pauta, em 11/9/2023, para a Sessão de 18/10/2023.		
0000249-06.2007.4.03.6104	8/7/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo na tarefa Aptos a julgamento, com voto elaborado tratando da remessa necessária e dos embargos de declaração pendentes de julgamento, aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá em 11/9/2023 para a Sessão de 18/10/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em julgamento em até 90 dias:

0011192-60.2008.4.03.6100	5015173-51.2023.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) caso não julgado na sessão de 9/11/2023, na qual está pautado, incluir em julgamento em até 90 dias:

0011279-21.2005.4.03.6100	5008250-09.2023.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

c) tendo em vista que o feito voltou da digitalização em 26/7/2022, adotar medidas para impulsionar o processo:

0011145-77.2013.4.03.0000

Os demais processos aferidos já se encontram regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Carlos Delgado, pela Chefe de Gabinete Débora Bragante Martins e pela Assessora Vanessa Domingues Esteves.

Entre 26/1/2016 a 21/5/2023, o Desembargador Federal Carlos Delgado atuou no Gabinete 25, pertencente à 7ª Turma (3ª Seção – matéria previdenciária). Foi durante esse período, alheio à gestão do Magistrado, que a unidade teve o leve crescimento de acervo.

A unidade inspecionada era da titularidade do Desembargador Federal Carlos Muta, isto de 2020 a 2023, com o menor acervo da Turma e, depois da remoção deste, por pouco mais de um mês ficou a cargo do então Juiz Federal Convocado Renato Becha (14/4/2023 a 21/5/2023).

Com a assunção da atividade no atual Gabinete, a equipe passa por natural readaptação ao novo acervo.

Não é possível aferir, de modo mais efetivo, a produtividade comparativa do gabinete para com os demais de igual competência, pois a mudança do Desembargador Carlos Delgado foi recente. Mas o Gabinete é, juntamente com o Gabinete da Desembargadora Consuelo Yoshida, os dois que têm menos feitos em andamento, na 3ª Turma, dado positivo e que deve ser destacado.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF3 aprovou a Emenda Regimental n. 21/2022 e editou as Resoluções PRES n. 578/2023 e 632/2023 que dispuseram sobre a ampliação do Tribunal e a criação de mais um Gabinete em cada uma das Turmas das quatro Seções. As 1ª e 4ª Seções passaram a ter quatro Gabinetes em cada Turma e as 2ª e 3ª Seções passaram a ter cinco Gabinetes em cada Turma.

A recente Resolução PRES n. 632/2023 equacionou a distribuição de processos para os novos Gabinetes da 2ª Seção a partir de 11/9/2023. Determinou-se que apenas os feitos pendentes de primeiro julgamento nos quais inexista indicativo de prevenção seriam redistribuídos aos novos Gabinetes.

A mesma norma também impôs a redução de 17 para 14 cargos na unidade. O quadro de pessoal tem 13 servidores, de modo que há apenas uma vaga na unidade. Atualmente, a equipe atua em trabalho remoto parcial, sendo que 2 servidores executam suas atividades exclusivamente de modo presencial.

Na entrevista, o Gabinete relatou que não houve dificuldade em adequar-se à matéria afeta à 2ª Seção desta Corte, mas a equipe teve de se dedicar para organizar o volumoso acervo pretérito, com matéria diferente da anterior unidade. Ao assumir o Gabinete, em maio de 2023, criaram-se três frentes de trabalho: Triagem, Criação e Vazão. Parte da equipe triou todos os processos conclusos e criou etiquetas de assunto e ano/mês de distribuição. A equipe informou que a triagem dos feitos antigos foi encerrada em 29/7/2023. Outra frente de trabalho elabora minutas de decisão que, após aprovadas pelo Desembargador, passam a integrar o banco de modelos do Gabinete. E a equipe “Vazão” ficou incumbida de analisar os processos com embargos de declaração e os com pedido de desistência ou homologação de acordo.

A equipe, que ainda está em fase de adaptação, busca administrar o acervo tendo por parâmetros os critérios de antiguidade, de matérias similares e de urgência, com a finalidade de assim aumentar a produtividade.

O atendimento aos advogados é realizado pelo Desembargador Federal presencialmente ou de forma remota (pelo aplicativo “Teams”), conforme escolhido pelo próprio advogado. O Desembargador Carlos Delgado destacou que comparece todos os dias ao gabinete, de modo que o advogado pode ser atendido no local ou pelo “Teams”.

A equipe teceu elogios à melhoria implementada nas ferramentas de estatísticas do Tribunal, mas foi apontado, na entrevista, a necessidade de aperfeiçoamento, de modo que os números reflitam os dados recentes das unidades (há um atraso de aproximadamente quinze dias das informações).

Por fim, apontou-se ainda a necessidade de melhorias nas funcionalidades do sistema PJe, para que se torne mais célere a liberação dos feitos após o julgamento.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, realizada em maio de 2022, e o mês de julho de 2023, houve aumento do montante de processos conclusos de 2.548 para 3.250.

Já após a colheita dos números acima (ocorrida em julho de 2023), e diante das alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021, houve redistribuição de feitos para os novos gabinetes, em 11/9/2023. Assim, na semana da inspeção, o acervo foi reduzido para 2.859 processos conclusos, conforme planilha fornecida pelo CJF.

No mesmo período dos últimos doze meses, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.250 feitos em tramitação (item 3.2 do relatório/2023, acima), e no mês anterior à inspeção eram 4.250 (item 3.2 do relatório/2023, acima). Os dados referem-se ao período anterior à assunção do Desembargador Carlos Delgado e da sua equipe no Gabinete.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 119, na última inspeção, para 117, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Como é recente a assunção do Gabinete pelo Desembargador e sua equipe, não é possível aferir por completo a evolução da produtividade do órgão. Porém, nas entrevistas foi reiterado o comprometimento com a organização e planos para redução do acervo.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 foi atingida no ano anterior e – se o ritmo for mantido – deve ser atingida ao final do presente ano. A Meta 2 no ano anterior não foi atingida nos seus dois indicativos – 86,8% e 94,3%, mas para o presente ano a Meta 2 já bateu 117% e 116% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023, acima).

As Metas 4, 5 e 10 foram alcançadas com êxito pelo Gabinete.

O tempo médio apurado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 26 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, já que melhor, pois inferior à média da Turma e à média da 2ª Seção (30 meses). A aferição é no sentido de que a média será melhorada ainda mais, diante da diligência habitual do Desembargador e de sua equipe.

A taxa de congestionamento líquida teve diminuição de 12,49 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023, acima), ou seja, houve redução maior do que 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

Assim, é louvável o comprometimento da equipe com a organização e planos para redução do acervo.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) manter as metas voltadas à diminuição do acervo, como tem sido feito, e ao julgamento dos processos mais antigos, cuja quantidade ainda é grande, desde antes do recente ingresso do atual titular; e
- c) manter o bom método de trabalho e as boas práticas da equipe.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL ADRIANA PILEGGI

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Adriana Pileggi

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Terceira Turma/Segunda Seção/ e Pleno.

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 13/4/2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Lorenzo da Paz Wilson de Medeiros - Chefe de Gabinete

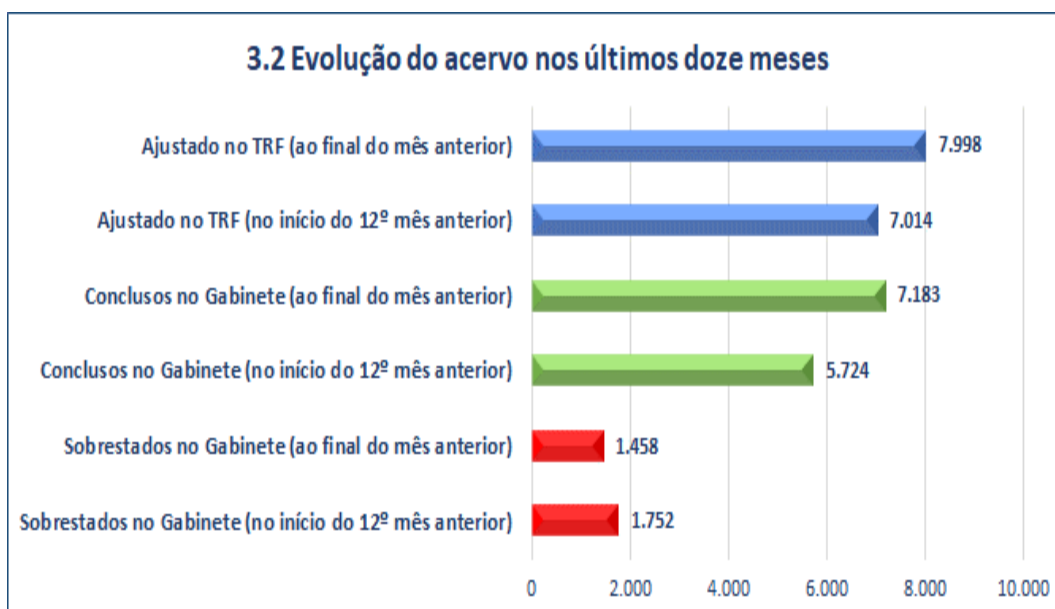
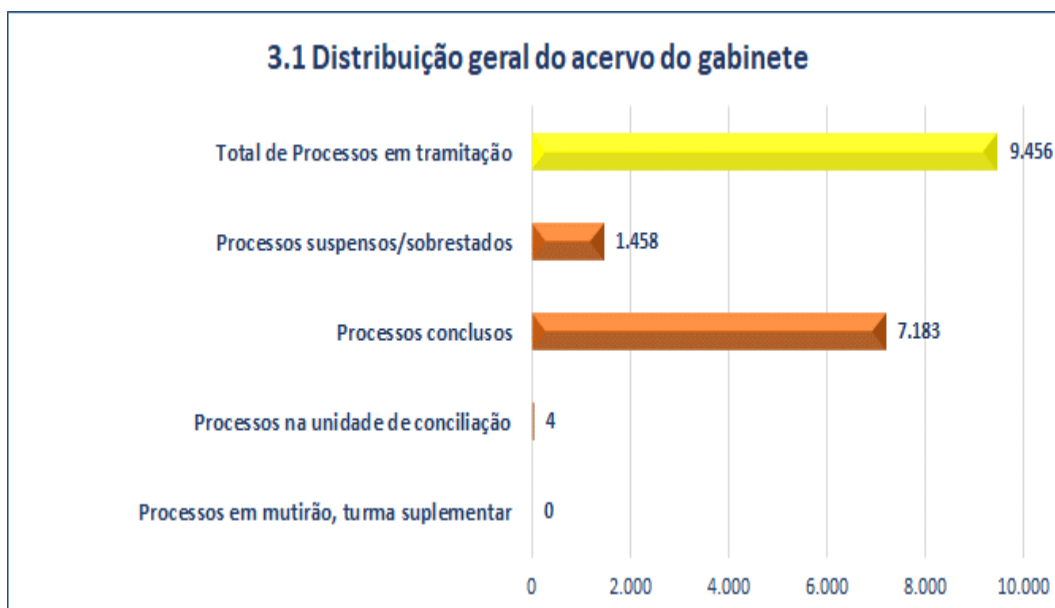
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

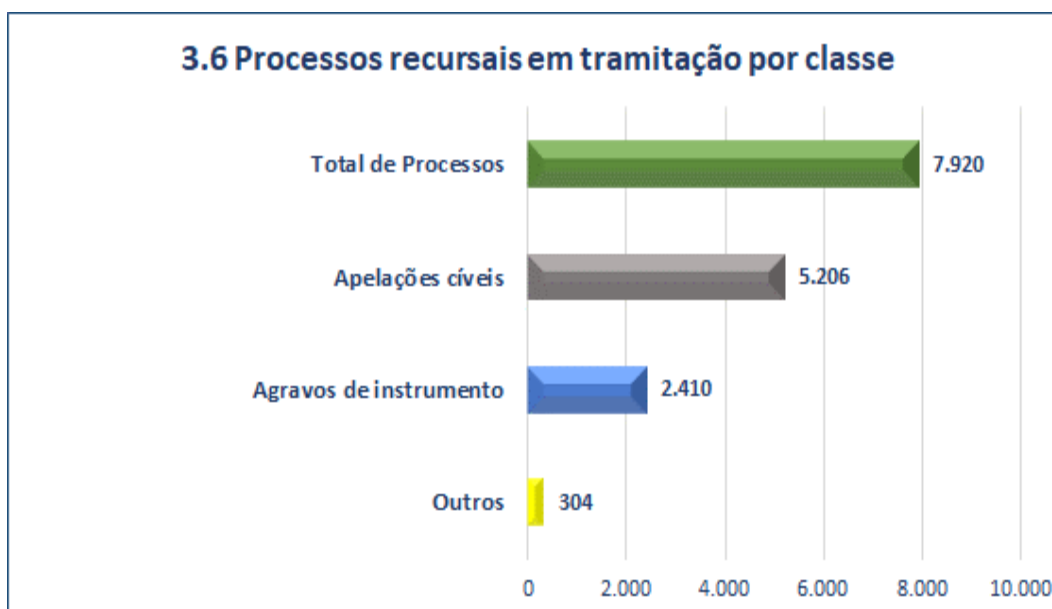
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	-
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	-

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	78
------------------------------------	----

Mandados de segurança	4
IRDR	1
Conflitos de competência	19
Ações rescisórias	33
Outros	21

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.920
Recursos em mandados de segurança coletivos	17
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	55
Recursos em ações civis públicas	93
Recursos em ações com preferência legal	458
Outros	7.296

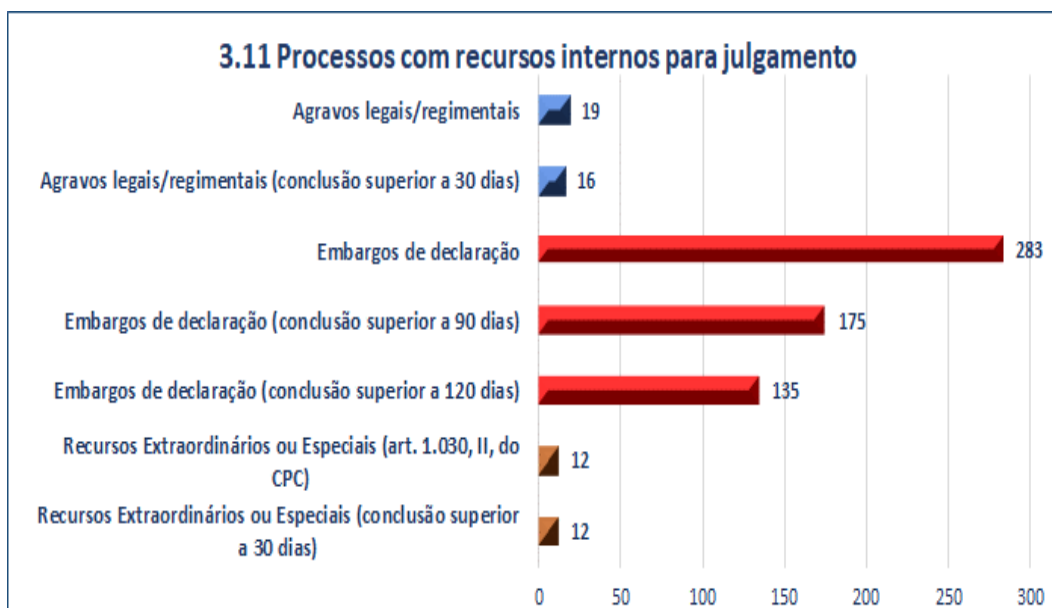


3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	
Ações penais	
Inquéritos	
Habeas corpus	
Revisões criminais	
Outros	

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	
Apelações	
Recursos em sentido estrito	
Recursos em habeas corpus	
Recursos em mandado de segurança	
Embargos infringentes e de nulidade	
Outros	

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	
Apelações	
Ações penais	
Inquéritos	
Habeas corpus	

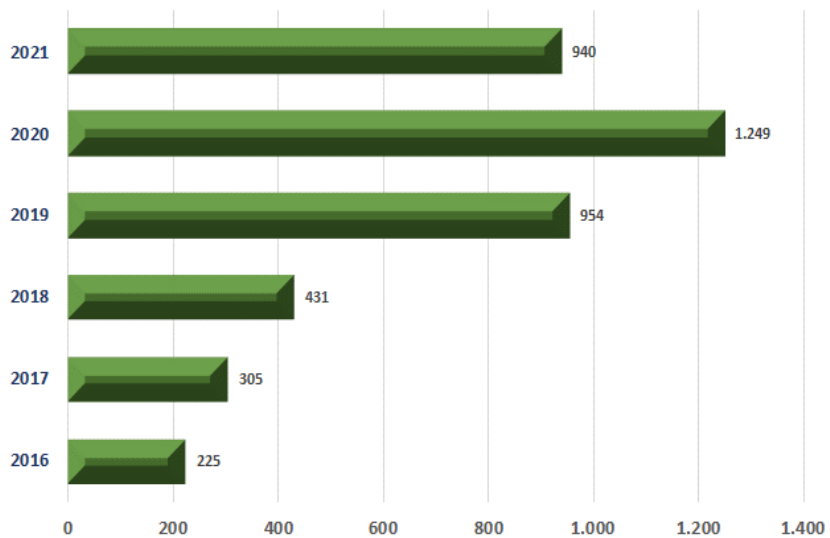
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1

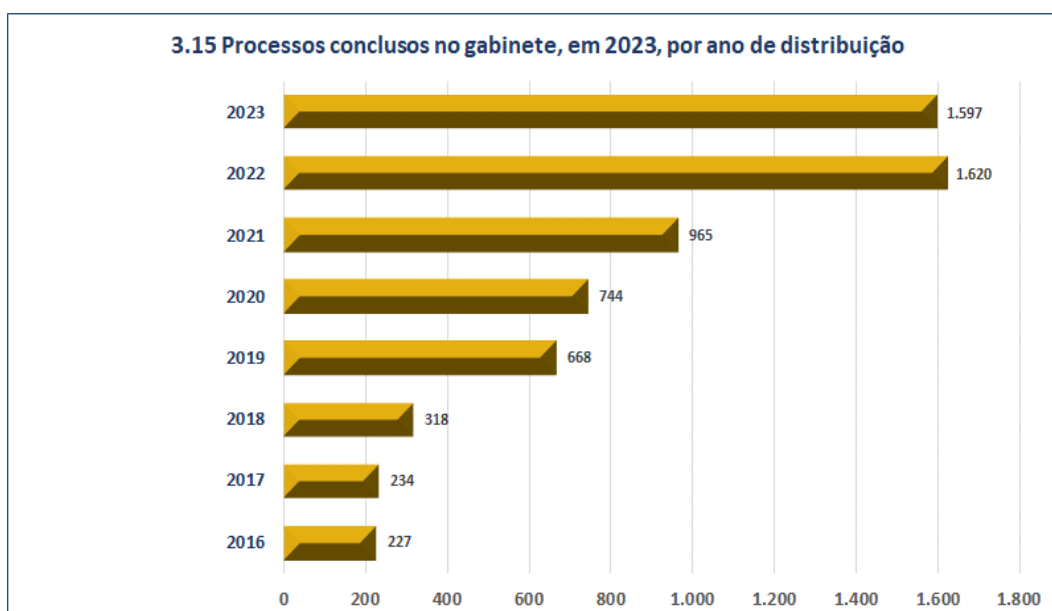
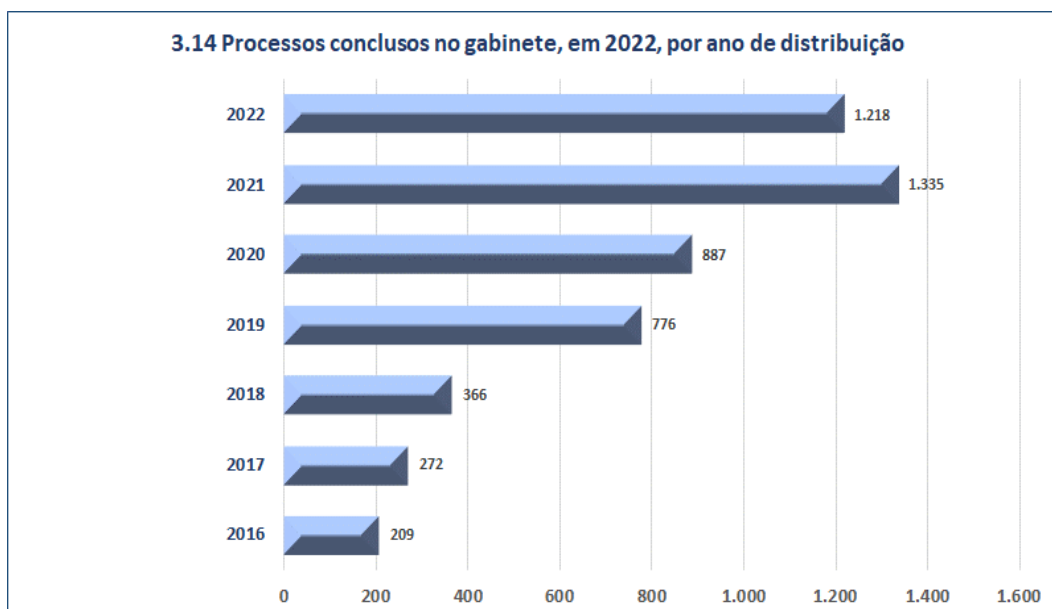


3.12 Processos com tutela provisória



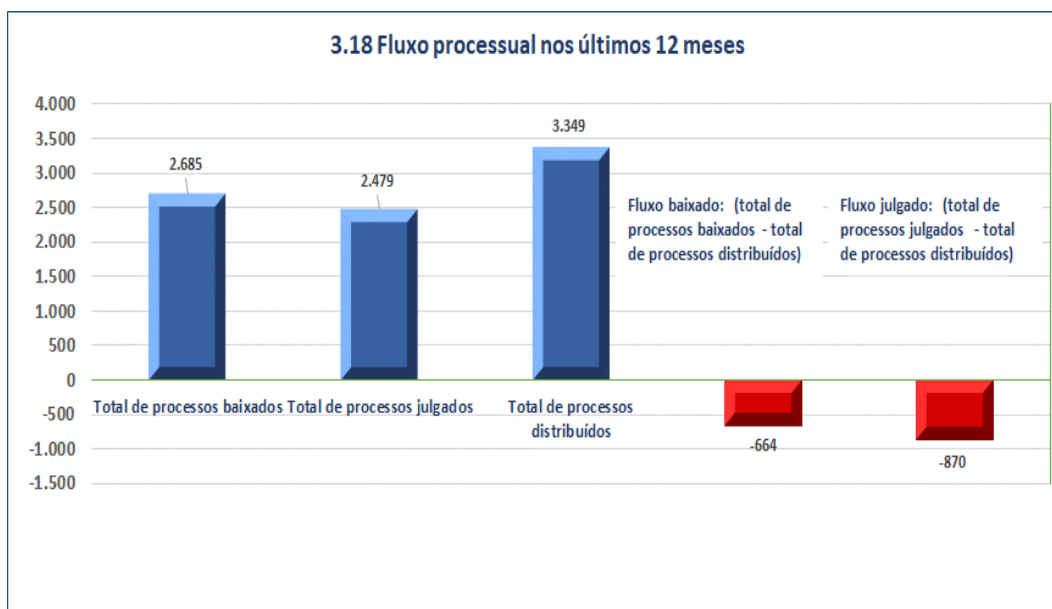
3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição



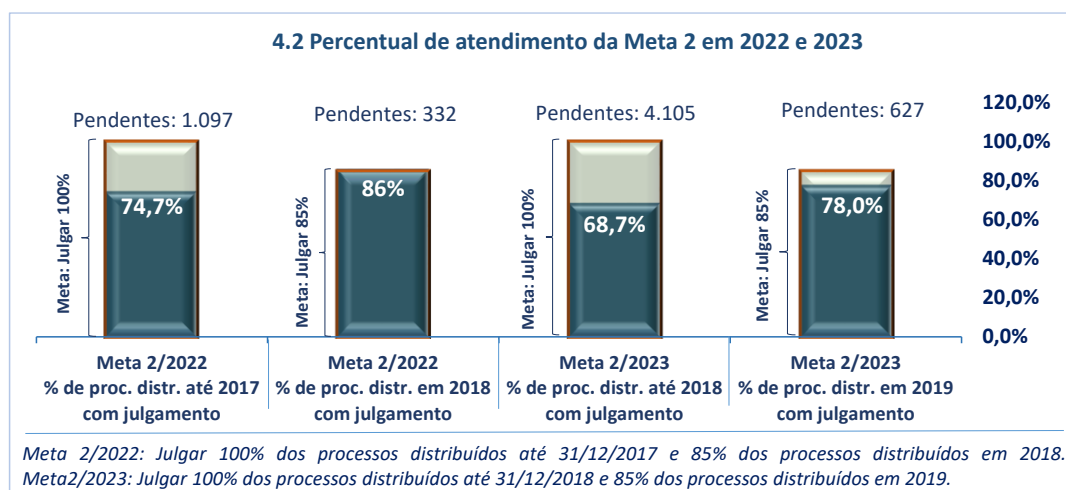
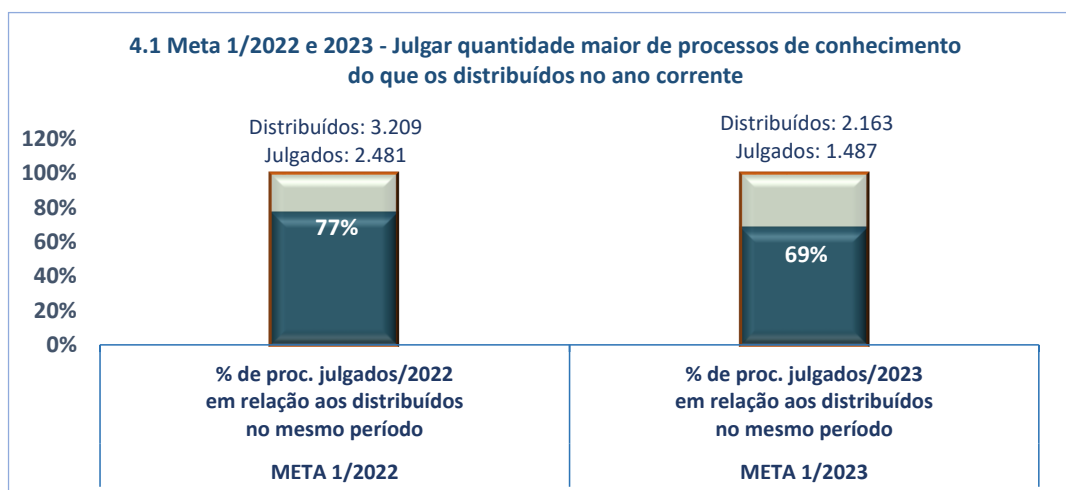


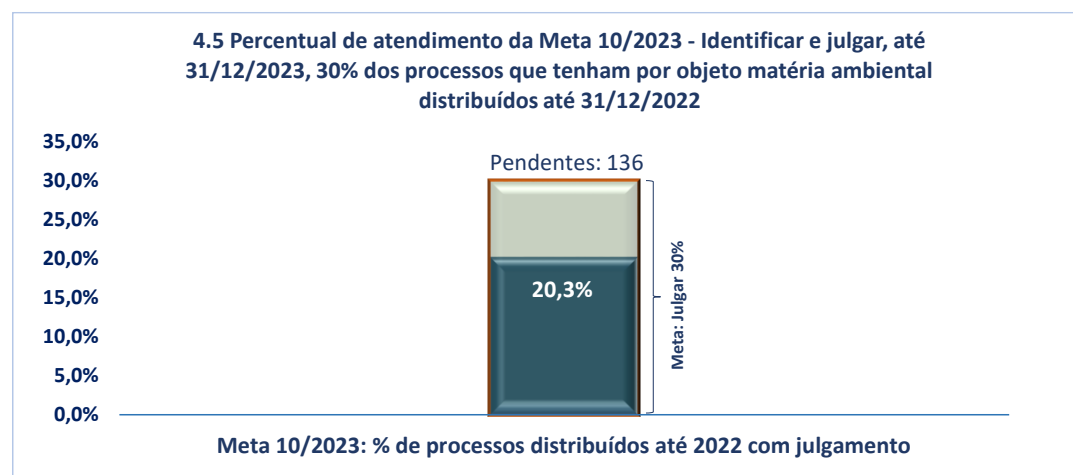
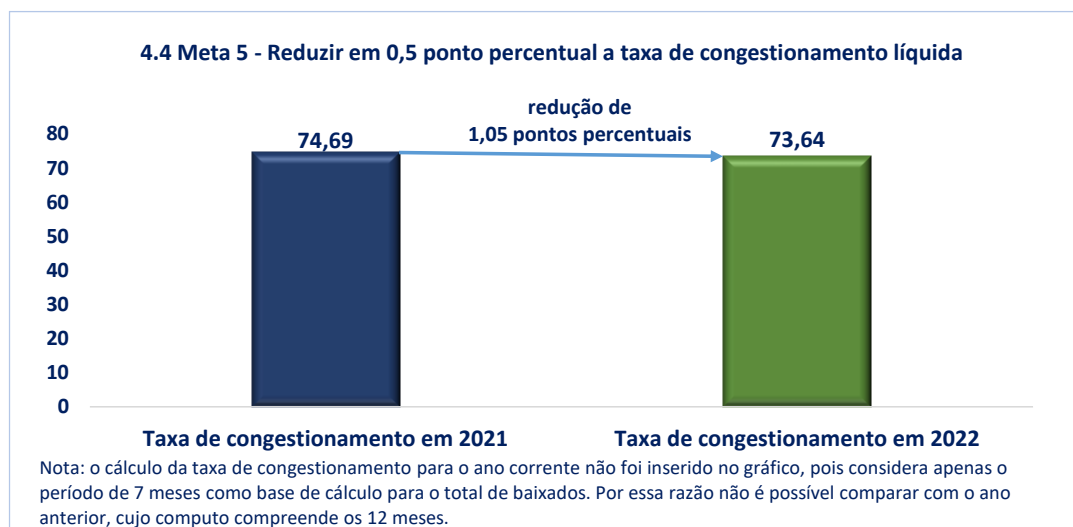
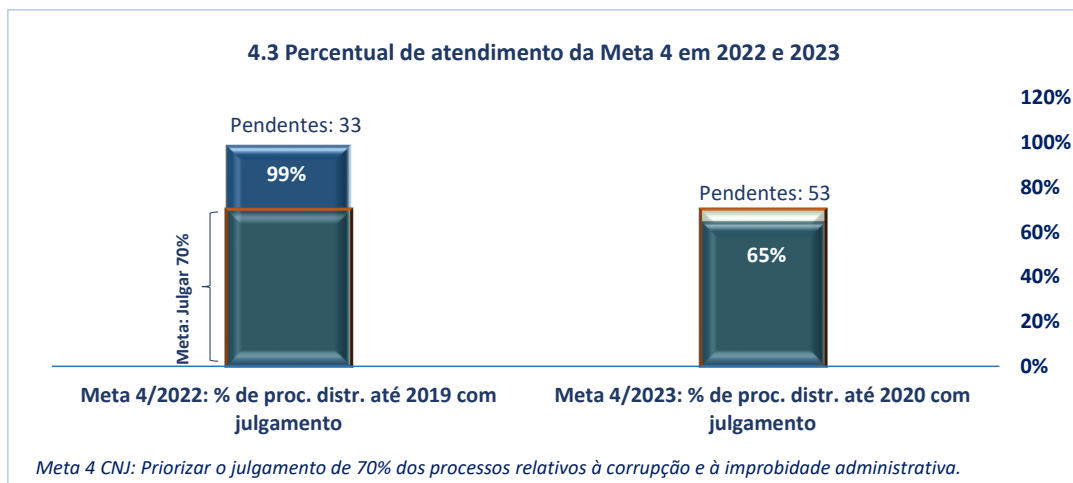
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para voto-vista	9
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	9

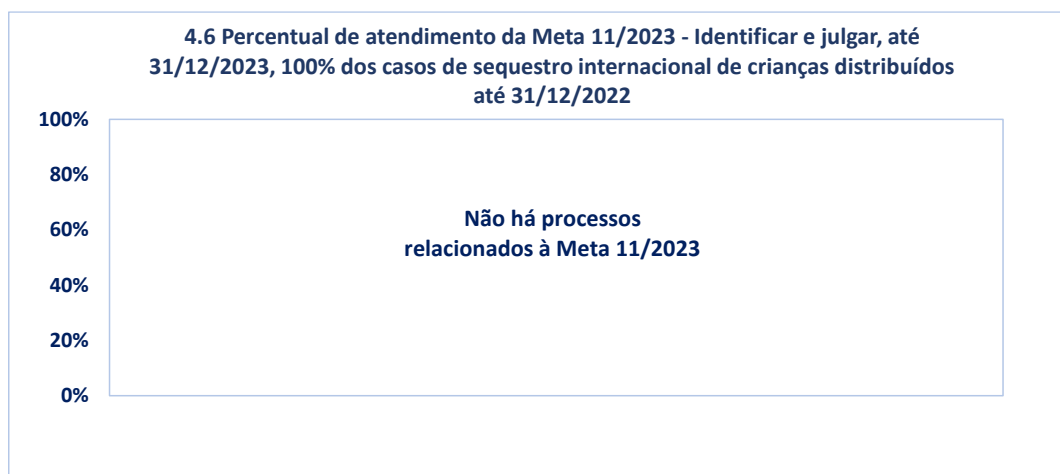
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para voto-vista	12
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	9



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O plano de gestão prevê o controle do acervo com consultas periódicas ao setor de estatística do Tribunal. Prioriza-se o julgamento monocrático dos processos com tese pacificada no âmbito da Turma, Seção e Tribunais Superiores. As atividades são distribuídas de acordo com a especialização de cada servidor. A triagem dos feitos é feita diariamente com a inserção de etiquetas com identificação do assunto e servidor responsável. Atualmente, 2 servidores dedicam-se às análises de pedidos de antecipações de tutelas em agravos de instrumento, tutelas cautelares antecedentes, pedidos de efeito suspensivo em apelação. 3 servidores atuam nas atividades concernentes às pautas de julgamento colegiado. Há 1 servidor exclusivo para atendimento aos e-mails e telefonemas externos além de tarefas administrativas do gabinete.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle numérico dos feitos sobrestados é feito pela Subsecretaria processante. Os assuntos com repercussão geral são atualizados através de e-mail interno além de processos SEI de conhecimento geral. A partir das informações recebidas, elabora-se minuta determinando o sobrestamento dos respectivos processos. Firmadas as teses nos Tribunais Superiores, a Subsecretaria procede ao levantamento do sobrestamento e à conclusão à Relatora.

5.3 Boas práticas e inovações

- Procede-se à elaboração de planilhas com os entendimentos da Turma e Seção julgadoras, incluindo as divergências apontadas pela Magistrada, para conhecimento de todos os servidores. - Utilização de grupos de Whatsapp e Teams, composto por todos os servidores, o que agiliza o esclarecimento e trocas de informações diariamente, além do compartilhamento de minutas de votos, despachos, decisões. - Modelos de respostas a e-mails sobre a política de atendimento ao público externo,

agendamento para despachos com advogados e demais informações sobre julgamento dos feitos. - Adoção de metas de produtividade de servidores em sistema de pontuação, adequado a cada plano de trabalho remoto e presencial.

5.4 Dificuldades

- Como o Gabinete ficou sem magistrado titular, desde a saída do Desembargador Federal Nelton dos Santos, em 22/2/2023, o acervo sofreu um aumento significativo de feitos. - A demanda de atendimento presencial desde a Pandemia caiu drasticamente, não havendo a necessidade da presença de mais do que dois servidores por dia para atendimento a telefonemas e ao público presencial (quase nulo). Neste aspecto, a Resolução CNJ 481 não favorece ao aumento da produtividade, enquanto apenas 30% da equipe pode permanecer em teletrabalho. - O quadro reduzido de servidores qualificados também é impeditivo de incremento de produtividade, principalmente considerando-se todos os afastamentos que ocorrem durante um ano judiciário. - Quando a Magistrada assumiu o gabinete, havia um déficit de 3 servidores, não havendo reposição. Igualmente, com a criação dos novos gabinetes, nosso quadro de vagas foi reduzido.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Em regra geral, a Resolução CNJ n. 481 tem sido respeitada. Contudo, cumpre ressaltar que, desde o início do exercício da Desembargadora Federal Adriana Pileggi, em 13 de abril de 2023, ocorreram saídas de servidores para outros setores, bem como licenças nojo, licenças para tratamento de saúde, além férias e compensações, ocasionando percentual presencial inferior aos 70% estabelecidos pela referida norma, nos respectivos períodos. Quanto à produtividade, a equipe atualmente encontra-se em período de adaptação, com o intuito de alcançar, coletivamente, a baixa de processos em número superior à distribuição e redistribuição de feitos, considerada a complexidade e diversidade de assuntos afetos à 2ª Seção desta Corte, bem como a capacidade técnica de cada servidor.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Desde que Desembargadora Federal Adriana Pileggi assumiu o acervo, nenhum processo foi encaminhado para a conciliação. Neste período, houve apenas uma solicitação do Gabinete da Conciliação em 17/8/2023, no entanto, os processos não foram encaminhados, com as seguintes justificativas: 0000068-06.2001.4.03.6107 - Com decisão publicada em 17/8/2023; 0011818-92.2007.4.03.6107 - Processo Suspenso por Recurso Extraordinário com repercussão geral 284; 0005791-93.2007.4.03.6107 - Com decisão publicada em 22/8/2023; 0001127-82.2008.4.03.6107 - Com decisão publicada em 21/8/2023; 0010460-

58.2008.4.03.6107 - Com decisão publicada em 24/8/2023; 0007334-97.2008.4.03.6107 - com proposta de acordo da Caixa, preparado para a intimação do interessado. 0003779-38.2009.4.03.6107 - Com decisão publicada em 17/8/2023. Atualmente encontram-se no Gabinete da Conciliação os feitos: 5002780-33.2019.4.03.6112 0007454-93.2010.4.03.6100 0002845-04.2009.4.03.6100 0001353-74.2009.4.03.6100

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5002438-83.2018.4.03.6103	17/7/2018	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5001454-85.2017.4.03.6119	25/6/2018	Apelação Cível
Proferida decisão terminativa.		
5002823-44.2017.4.03.6110	26/6/2018	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5000002-45.2018.4.03.6106	8/6/2018	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5000307-18.2016.4.03.6100	12/6/2018	Apelação Cível
Prolatada decisão terminativa.		
5002098-28.2017.4.03.6119	28/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Proferida decisão terminativa.		
5000551-04.2018.4.03.6123	29/6/2018	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5014009-60.2018.4.03.6100	6/7/2018	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5012524-59.2017.4.03.6100	2/7/2018	Apelação Cível
Apto para julgamento na sessão de 18/10/2023.		
5000885-29.2018.4.03.6126	10/7/2018	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5004592-92.2018.4.03.6000	9/7/2018	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		

5004069-71.2018.4.03.6100	10/7/2018	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0009305-71.2014.4.03.6119	15/4/2016	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0050422-81.2013.4.03.6182	2/8/2017	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0007887-92.2013.4.03.6100	25/7/2016	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0009823-90.2016.4.03.9999	28/3/2016	Apelação/Remessa Necessária
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0002183-34.2005.4.03.6115	8/7/2016	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0008409-26.2012.4.03.6110	12/2/2015	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0005268-65.2014.4.03.6130	2/12/2016	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0009050-23.2013.4.03.6128	21/11/2017	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0007171-94.2015.4.03.6100	18/5/2016	Apelação Cível
Proferida decisão terminativa.		
0004848-13.2015.4.03.6102	14/7/2016	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0004731-14.2009.4.03.6108	13/9/2013	Apelação Cível
Proferida decisão terminativa.		
0020798-10.2011.4.03.6100	8/4/2014	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0006573-83.2015.4.03.9999	4/3/2015	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0013507-85.2013.4.03.6100	3/12/2014	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		

0007493-15.2009.4.03.6104	28/5/2013	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0001683-94.2011.4.03.6102	30/3/2012	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0001227-08.2001.4.03.6002	7/2/2013	Apelação Cível
Despacho proferido para regularização da representação processual.		
0003368-11.2012.4.03.6100	8/3/2013	Apelação/Remessa Necessária
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0036286-45.2011.4.03.9999	28/9/2011	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0001867-05.2006.4.03.6109	3/9/2012	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0006294-16.2013.4.03.6104	17/3/2015	Remessa Necessária Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0041650-41.2000.4.03.6100	8/3/2010	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0004498-71.2015.4.03.6119	16/8/2017	Remessa Necessária Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
5018306-13.2018.4.03.6100	5/2/2019	Remessa Necessária Cível
Prolatada decisão terminativa em 31/8/2023.		
0000509-34.2004.4.03.6122	3/2/2015	Remessa Necessária Cível
Processo em preparo de voto para inclusão na pauta de 18/10/2023.		
5028278-03.2020.4.03.0000	14/10/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Proferida decisão terminativa.		
0011763-76.2008.4.03.6182	19/11/2008	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0712564-96.1991.4.03.6100	9/6/2008	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
5031168-75.2021.4.03.0000	13/12/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Proferida decisão terminativa.		
5021049-55.2021.4.03.0000	10/9/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Proferida decisão terminativa por perda de objeto.		
0003984-11.2016.4.03.0000	2/3/2016	Restauração de Autos Cível

Decisão de procedência prolatada determinando a remessa dos autos à Vice-Presidência para apreciação de recurso excepcional.		
0008410-87.2007.4.03.6109	13/10/2008	Apelação Cível
Apto para julgamento na sessão de 18/10/2023.		
0006599-71.2016.4.03.0000	5/4/2016	Restauração de Autos Cível
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0536297-47.1996.4.03.6182	26/1/2000	Apelação Cível
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0013939-32.1998.4.03.6100	20/10/2004	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0011505-41.1996.4.03.6100	17/10/2001	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0010322-64.1998.4.03.6100	9/4/2003	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0001735-58.1995.4.03.6100	25/6/1999	Apelação Cível
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0026302-32.2009.4.03.0000	4/8/2009	Restauração de Autos Cível
Decisão de procedência da restauração com remessa à Vice-Presidência para a apreciação de recurso excepcional.		
0056338-13.1997.4.03.6100	9/11/2000	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0002839-09.2014.4.03.6104	13/2/2015	Restauração de Autos Cível
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5008721-25.2023.4.03.0000	31/3/2023	Tutela Cautelar Antecedente
Proferida decisão deferindo a tutela cautelar.		
0004163-57.2015.4.03.6182	28/11/2022	Apelação Cível
Informação de pendência de acórdão não verificada. Declarada o impedimento da Magistrada e determinada a distribuição do feito em 21/7/2023.		
0007029-61.2013.4.03.6100	17/5/2016	Apelação Cível
Redistribuído por impedimento da Dra. Adriana Pileggi.		
5007772-11.2017.4.03.0000	30/5/2017	Agravo de Instrumento
Proferida decisão terminativa.		
5006128-33.2017.4.03.0000	10/5/2017	Agravo de Instrumento
Proferido despacho para regularização da representação processual.		
5010016-10.2017.4.03.0000	26/6/2017	Agravo de Instrumento
Proferida decisão terminativa.		

5008204-30.2017.4.03.0000	5/6/2017	Agravo de Instrumento
Proferida decisão terminativa.		
5007829-29.2017.4.03.0000	31/5/2017	Agravo de Instrumento
Proferida decisão terminativa.		
5016001-57.2017.4.03.0000	31/8/2017	Agravo de Instrumento
Proferida decisão terminativa.		
0002426-30.2009.4.03.6117	4/1/2010	Apelação Cível
Pedido de habilitação de herdeiros em andamento.		
0001006-42.2008.4.03.6111	29/1/2010	Apelação Cível
Decisão proferida em 30/8 mantendo o feito sobrestado por negativa de acordo manifestada pela parte apelada. O agravo do art. 557 do CPC 1973, encontra-se prejudicado pela primeira decisão que determinou a suspensão do processo, objeto do agravo legal.		
0001295-08.2008.4.03.6003	22/4/2010	Apelação Cível
Proferida sentença extintiva, relativamente a uma das partes e determinando o sobrestamento do feito, relativamente a parte remanescente, por tema de repercussão geral.		
5020144-89.2017.4.03.0000	20/10/2017	Agravo de Instrumento
Apto para julgamento na sessão de 18/10/2023.		
5001915-47.2018.4.03.0000	8/2/2018	Agravo de Instrumento
Processo baixado por cancelamento da distribuição. Petição de agravo interno diz respeito ao processo n. 0006307-90.2014.4.03.6100, já baixado ao Juízo de origem.		
5015991-08.2020.4.03.0000	16/6/2020	Agravo de Instrumento
Julgamento suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
5000261-58.2018.4.03.6003	19/11/2018	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5004298-25.2018.4.03.6102	20/2/2019	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0015558-09.2013.4.03.6120	29/5/2019	Apelação/Remessa Necessária
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
5003765-54.2018.4.03.6106	28/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
5001733-42.2019.4.03.6106	27/8/2019	Apelação Cível
Determinação para que seja minutada decisão terminativa ou para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		
0031264-59.2013.4.03.0000	31/5/2022	Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Feito com trânsito em julgado, arquivado em 18/9/2020.		

5003450-74.2019.4.03.0000	15/2/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Apto para inclusão na pauta de 18/10/2023.		
0013516-91.2006.4.03.6100	28/8/2014	Apelação Cível
Aguardando apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
5012098-72.2021.4.03.0000	28/5/2021	Agravo de Instrumento
Aguardando apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
5017114-75.2019.4.03.0000	4/7/2019	Agravo de Instrumento
Aguardando apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
5016604-62.2019.4.03.0000	28/6/2019	Agravo de Instrumento
Aguardando apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
0017781-63.2011.4.03.6100	16/3/2015	Apelação Cível
Aguardando apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
0004375-24.2015.4.03.6103	18/5/2017	Apelação Cível
Aguardando apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Nery Júnior.		
5020332-42.2022.4.03.6100	27/1/2023	Remessa Necessária Cível
Por equívoco da Subsecretaria, o Gab 9 foi indicado como vencedor no julgamento de 13 de abril, porém, a votação foi unânime. Intercorrência solucionada via Processo SEI n. 0033279-08.2023.4.03.8000, com a correção via banco de dados do voto vencedor da Relatora, Gab. 10.		
5024365-12.2021.4.03.6100	18/5/2022	Apelação/Remessa Necessária
Acórdão publicado em 4/9/2023.		
0003563-70.2006.4.03.0000	17/1/2006	Agravo de Instrumento
Processo físico remetido ao STF, distribuído como ACO 0003264 (0021430-55.2019.1.00.0000) em 14/5/2019 e apensada a ACO 0003269.		
0022101-84.2015.4.03.0000	30/9/2015	Agravo de Instrumento
Apto para julgamento na sessão de 18 de outubro de 2023.		
0017815-33.2014.4.03.6100	23/5/2016	Apelação Cível
Processo em listagem para redistribuição ao 5º Gabinete da 3ª Turma previsto para 11/9/2023.		
0023305-03.2014.4.03.0000	17/9/2014	Agravo de Instrumento
Aptos para julgamento na Sessão de 18/10/2023.		
0011744-11.2016.4.03.0000	27/6/2016	Agravo de Instrumento
Processo de relatoria do Gab. 10 - Des. Fed. Consuelo Yoshida.		
0006681-78.2016.4.03.6119	25/10/2017	Apelação Cível
Determinação para que o feito seja incluído nas próximas sessões de julgamento de 2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 78 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em julgamento em até 90 dias:

0008410-87.2007.4.03.6109	0011763-76.2008.4.03.6182	0036286-45.2011.4.03.9999
5000551-04.2018.4.03.6123	5000885-29.2018.4.03.6126	5001733-42.2019.4.03.6106
5002438-83.2018.4.03.6103	5003765-54.2018.4.03.6106	5004592-92.2018.4.03.6000
5008533-70.2020.4.03.6100	5015244-62.2018.4.03.6100	

b) caso não julgado na sessão de 9/11/2023, na qual está pautado, incluir em julgamento em até 90 dias:

0002839-09.2014.4.03.6104	0011744-11.2016.4.03.0000	5000261-58.2018.4.03.6003
---------------------------	---------------------------	---------------------------

c) tendo em vista que os autos retornaram da Vice-Presidência há mais de 100 dias, incluir em julgamento em até 90 dias:

0001735-58.1995.4.03.6100	0006599-71.2016.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

d) tendo em vista a manifestação do MPF há mais de 100 dias, adotar medidas para impulsionar o feito:

5001454-85.2017.4.03.6119

e) tendo em vista a manifestação da União Federal há mais de 100 dias, adotar medidas para impulsionar o feito:

5014009-60.2018.4.03.6100

f) tendo em vista a interposição de agravo em recurso especial em 8/2/2018, encaminhar os autos à Vice-Presidência:

5001915-47.2018.4.03.0000

g) tendo em vista o julgamento realizado há mais de 100 dias, prolatar voto-vista em 30 dias:

0003946-34.2004.4.03.6106	0005786-45.2016.4.03.6143	5057096-67.2022.4.03.9999
---------------------------	---------------------------	---------------------------

h) tendo em vista a baixa definitiva dos autos do processo principal n. 0029794-07.2005.4.03.61, dar baixa no agravo retido:

0003563-70.2006.4.03.0000

i) tendo em vista que o feito voltou da digitalização há mais de 100 dias, adotar medidas para impulsionar:

0002183-34.2005.4.03.6115	0005268-65.2014.4.03.6130	0006573-83.2015.4.03.9999
0006681-78.2016.4.03.6119	0007493-15.2009.4.03.6104	0007887-92.2013.4.03.6100
0008409-26.2012.4.03.6110	0009050-23.2013.4.03.6128	0009305-71.2014.4.03.6119
0010322-64.1998.4.03.6100	0011505-41.1996.4.03.6100	0013939-32.1998.4.03.6100
0050422-81.2013.4.03.6182	0536297-47.1996.4.03.6182	

Os demais processos aferidos já se encontram regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pela Desembargadora Federal Adriana Pileggi, pelo Chefe de Gabinete Lorenzo da Paz Wilson de Medeiros e pelos Assessores Alexandre e Rodrigo.

A unidade inspecionada era da titularidade do Desembargador Federal Nelson Santos, isto de 25/5/2015 a 22/2/2023, e depois por uma semana ficou a cargo do Juiz Federal Convocado Renato Becha (23/2/2023 a 5/3/2023) e por um mês a cargo da Juíza Federal Lesley Gasparini (6/3/2023 a 12/4/2023). Foi durante esse período, anterior à gestão da Desembargadora Adriana, que a unidade sofreu com o crescimento de acervo.

A Magistrada foi promovida por antiguidade e tomou posse em 13/4/2023. Antes da assunção da atividade no atual Gabinete, a Desembargadora Federal Adriana Pileggi era titular da 13ª Vara de Execução Fiscal de São Paulo.

Não é possível aferir de modo efetivo a produtividade comparativa do gabinete para com os demais de igual competência, pois a assunção da Desembargadora foi recente. Mas o Gabinete é aquele que tem mais feitos conclusos, na 3ª Turma e, até o momento, o ritmo de colocação de novos feitos em pauta ainda é lento.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF3 aprovou a Emenda Regimental n. 21/2022 e editou resoluções que dispuseram sobre a ampliação do Tribunal e a criação de mais um Gabinete em cada uma das Turmas das quatro Seções.

A recente Resolução PRES n. 632/2023 equacionou a distribuição de processos para os novos Gabinetes da 2ª Seção a partir de 11/9/2023. A mesma norma também impôs a redução de 17 para 14 cargos na unidade inspecionada. E o quadro de pessoal tem atualmente 14 servidores e 5 estagiários. Três servidores são requisitados da 1ª instância e já trabalhavam com a Desembargadora na 13ª Vara de Execução Fiscal de São Paulo. Parte dos servidores é remanescente dos Gabinetes das Desembargadoras Federais aposentadas Diva Malerbi e Cecília Marcondes. Atualmente a equipe atua em trabalho remoto parcial.

Com a assunção da atividade no atual Gabinete, a equipe enfrenta desafios para se adaptar à matéria afeta à 2ª Seção desta Corte. Na entrevista, relatou-se que ainda não foram triados todos os processos, diante do volumoso acervo pretérito. E, pelo menos, mais de 400 feitos foram redistribuídos a outros Gabinetes ante impedimento da Desembargadora Adriana, proveniente de Vara de Execução Fiscal.

Em consulta à ferramenta do B.I. (*Business Intelligence*), é possível verificar a evolução do acervo de feitos conclusos entre maio a agosto de 2023 (7.740 processos em maio/2023, 7.876 processos em junho/2023, 7.998 processos em julho/2023 e 8.122 processos em agosto/2023). Consta-se que a curva é levemente crescente, indicativa de que a produtividade deve ser melhorada. Ou seja, o número de feitos julgados é

menor que o de feitos distribuídos. Em setembro, houve redução do acervo de conclusos para 7.007 processos, mas em razão da redistribuição dos processos para os novos Gabinetes da 2ª Seção (Resolução PRES n. 632/2023).

Ao assumir o Gabinete, em abril de 2023, tem-se priorizado o julgamento dos feitos por meio de decisões monocráticas. E há recomendação aos servidores para dar preferência os processos com prioridade legal, os feitos de Meta 2 e os mais antigos.

Em razão do volumoso acervo e do tempo decorrido, o Gabinete informou que, em relação aos pedidos de antecipação da tutela recursal, apenas agravos de instrumentos interpostos em 2023 estão sendo apreciados.

A equipe relatou que em média são incluídos cerca de 50 a 100 processos por pauta de julgamento (há apenas duas pautas da Turma por mês). São fixadas metas individuais semanais de produtividade e de resultados, variáveis de acordo com a dificuldade da matéria.

A Desembargadora Federal apontou que espera melhoria sensível a partir do ano de 2024. O atendimento aos advogados é realizado pela Desembargadora presencialmente ou de forma remota (pelo aplicativo “Teams”), conforme escolhido pelo próprio advogado.

A equipe teceu elogios à melhoria implementada nas ferramentas de estatísticas do Tribunal, mas foi apontado, na entrevista, que preferia a anterior configuração do B.I.

A Desembargadora relatou problema relativo à insensibilidade da direção do Tribunal para com a sua limitação deambular. Foi observado que o tema seria tratado com a Presidência, para tentativa de solução (ver relatório da Presidência).

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, realizada em maio de 2022, e o mês de julho de 2023, houve forte aumento do montante de processos conclusos de 5.226 para 7.183.

Já após a colheita dos números acima (ocorrida em julho de 2023), e diante das alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021, houve redistribuição de feitos para os novos gabinetes, em 11/9/2023. Assim, na semana da inspeção, o acervo foi reduzido para 6.239 processos conclusos, conforme planilha fornecida pelo CJF.

No mesmo período dos últimos doze meses, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.014 feitos em tramitação (item 3.2 do relatório/2023, acima), e no mês anterior à inspeção eram 7.998 (item 3.2 do relatório/2023, acima). Os dados referem-se ao período anterior à assunção da Desembargadora Adriana Pileggi e da sua equipe no Gabinete.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 262, na última inspeção, para 283, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Como é recente a assunção do Gabinete pelo Desembargador e sua equipe, não é possível aferir a evolução da produtividade do órgão.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 não foi atingida no ano anterior e apenas se o ritmo for melhorado poderá ser atingida ao final do presente ano. A Meta 2 no ano anterior não foi atingida nos seus dois indicativos – 74,7% e 68,7%, e para o presente ano a Meta 2 está em 86% e 78% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023, acima).

As Metas 4/2022 e 5 foram alcançadas pela unidade. Mas a Meta 10 não foi atingida.

O tempo médio constatado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 33 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 26 meses. Trata-se de indicativo que merece destaque sendo superior à média da Turma e à média da 2ª Seção (30 meses).

A taxa de congestionamento líquida teve diminuição de 1,05 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023), ou seja, houve redução maior do que 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) dar mais enfoque às metas do CNJ e procurar diminuir o tempo de primeiro julgamento em direção às médias de órgãos de igual competência;
- c) manter a atenção indicada na entrevista relativa à necessidade de diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos, cuja quantidade é grande, desde antes do recente ingresso da atual titular.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS CALIXTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) promover o andamento processual:

0001496-76.2008.4.03.6107	0001859-23.2009.4.03.6303	0004927-67.2007.4.03.6103
0005023-76.2008.4.03.6126	0005746-25.2003.4.03.6109	0007620-28.2010.4.03.6100
0011363-96.2008.4.03.6106	0016433-82.2008.4.03.6110	

b) tendo em vista o retorno dos autos da digitalização há mais de 100 dias, adotar medidas para impulsionar o feito:

0000495-14.2007.4.03.6003	0000571-06.2006.4.03.6122	0000572-88.2006.4.03.6122
0001683-94.2011.4.03.6102	0002010-78.2016.4.03.6000	0002579-41.2014.4.03.6003
0002971-08.2010.4.03.6104	0003000-39.2011.4.03.6002	0003368-11.2012.4.03.6100
0004202-58.2005.4.03.6100	0004498-71.2015.4.03.6119	0004848-13.2015.4.03.6102
0006294-16.2013.4.03.6104	0009823-90.2016.4.03.9999	0013507-85.2013.4.03.6100
0020060-76.1998.4.03.6100	0020798-10.2011.4.03.6100	0023377-72.2004.4.03.6100
0029889-23.1994.4.03.6100	0030703-44.2008.4.03.6100	0031198-88.2008.4.03.6100
0041650-41.2000.4.03.6100	0202947-33.1995.4.03.6100	

c) incluir em julgamento em até 90 dias:

0001238-74.2015.4.03.6122	0002011-64.2012.4.03.6142	0004221-15.2015.4.03.6100
0015558-09.2013.4.03.6120	0020060-76.1998.4.03.6100	0026928-51.2017.4.03.6182
0712564-96.1991.4.03.6100	5001058-64.2019.4.03.6111	5003045-38.2019.4.03.0000
5004069-71.2018.4.03.6100	5004298-25.2018.4.03.6102	5006290-84.2019.4.03.6102
5013123-57.2020.4.03.0000	5013776-97.2017.4.03.6100	5023077-63.2020.4.03.6100

Os demais processos aferidos já se encontram regularizados.

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pela Chefe de Gabinete Claudia Lupo e pela assessora Sandra. O Desembargador

Federal Rubens Calixto estava se recuperando de Covid-19 e conversou por telefone com o Desembargador da equipe do CJF.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF3 aprovou a Emenda Regimental n. 21/2022 e editou as Resoluções PRES n. 578/2023 e 632/2023 que dispuseram sobre aspectos operacionais relativos à ampliação do Tribunal e criação de mais um Gabinete em cada uma das Turmas das quatro Seções. As 1ª e 4ª Seções passaram a ter quatro Gabinetes em cada Turma e as 2ª e 3ª Seções passaram a ter cinco Gabinetes em cada Turma.

A recente Resolução PRES n. 632/2023 equacionou a distribuição de processos para os novos Gabinetes da 2ª Seção a partir de 11/9/2023. Determinou-se que apenas os feitos pendentes de primeiro julgamento nos quais inexista indicativo de prevenção seriam redistribuídos aos novos Gabinetes.

O Desembargador Federal Rubens Calixto foi promovido por antiguidade em 8/10/2023. Antes da assunção da atividade no atual Gabinete, o Desembargador Federal era titular da 1ª Vara de Execução Fiscal de Ribeirão Preto.

Diante da recente promoção, de menos de um mês, não é possível aferir a produtividade comparativa do gabinete para com os demais de igual competência, pois a assunção do Desembargador ocorreu há apenas duas semanas.

Na entrevista, foi relatado que o quadro de servidores é majoritariamente inexperiente com o trabalho de gabinete. Das quatorze vagas existentes, treze estão ocupadas, e desses treze apenas seis têm prévia experiência de gabinete, sendo os demais oriundos de setores administrativos do Tribunal, alguns recém empossados em concurso público. O Desembargador requisitou apenas um servidor da primeira instância.

Destacou-se que a inexperiência dos servidores com as particularidades do trabalho de gabinete demanda treinamento específico, inclusive do próprio sistema PJe. Em razão disso, a apenas dois servidores foi permitido o trabalho remoto parcial, dada a prévia experiência desses em relação às atividades de gabinete. Os demais trabalham de modo presencial integral.

A título de planejamento inicial, a equipe está focada na triagem do acervo e etiquetagem eletrônica dos processos, para facilitar a identificação dos mais antigos e dos assuntos de maior volume. A prioridade inicial foi dada aos agravos de instrumento, em especial aqueles com antecipação de tutela deferida, além da busca pelos processos indicados pelo CJF e das metas do CNJ. Dado o acervo recente, e na forma em que disciplinada a redistribuição, o gabinete não recebeu embargos de declaração pendentes para serem examinados, e assim esse problema não existe.

Como meta inicial de produtividade, foi estabelecido o objetivo de produção de cinco votos por dia por servidor, número ainda não alcançado. Foi destacado um servidor

exclusivamente para acompanhamento dos processos sobre expurgos econômicos com proposta de acordo da Caixa Econômica Federal e/ou notícia de óbito de alguma das partes, dado o grande volume de feitos nesta situação.

O gabinete está no processo de criação de modelos para disponibilizar aos servidores, e realiza periodicamente o controle de temas sobrestados e leitura de informativos.

Há preferência por julgamentos em sessão, optando-se pela elaboração de decisões monocráticas apenas em casos estritamente previstos pela lei. Nas duas primeiras pautas de julgamento do gabinete, foram incluídos 62 e 70 processos, para as pautas de 9/11 e 22/11, respectivamente.

Dentre as dificuldades, destacou-se que a classificação dos assuntos no sistema é feita pelos advogados, o que nem sempre é acurado e atrapalha o processo de triagem. Também foi apontada a falta de melhores ferramentas de pesquisa do PJe para identificação dos feitos e de uma melhor biblioteca virtual, para consulta de todos os servidores.

O atendimento dos advogados é realizado pelo Desembargador Federal preferencialmente de modo presencial, salvo advogados oriundos de localidades mais distantes, quando é realizado remotamente pelo programa “Teams”, sempre mediante prévio agendamento por e-mail.

4. OBSERVAÇÕES

O gabinete é novo, criado com a ampliação, e de acordo com planilha fornecida pelo Conselho da Justiça Federal, o acervo existente em 30/9/2023, com os processos redistribuídos ao gabinete, em tramitação total, é de 5.582, dos quais 3.466 estão conclusos e 1.958 sobrestados. É o terceiro maior acervo da Turma, de acordo com as estatísticas fornecidas pelo CJF.

O Desembargador foi nomeado por promoção por Decreto de 8 de setembro de 2023. Com a criação da unidade, que é nova, derivada da ampliação, e a recentíssima promoção e assunção do Desembargador, não é possível aferir a evolução da produtividade do órgão. Na entrevista, porém, foi verificado o comprometimento com a organização e planos para redução do acervo e aumento de produtividade, bem como para o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

5. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 2;

b) efetuar a triagem e análise do acervo, com especial atenção ao cumprimento das metas do CNJ e aos processos com pendências antigas, para dar início a bom fluxo de julgamentos e processamento dos feitos, tal como idealizado pelo Desembargador;

c) aumentar o número de processos por pauta de julgamentos, com vistas à diminuição do acervo; e

d) manter o comprometimento demonstrado nas entrevistas, com vistas ao atingimento dos objetivos.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Mônica Nobre

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

4ª Turma/2ª Seção/Órgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

10 anos - Ato n. 11.872, de 16/9/2013.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Sandra Marinho Bueno - Chefe de Gabinete

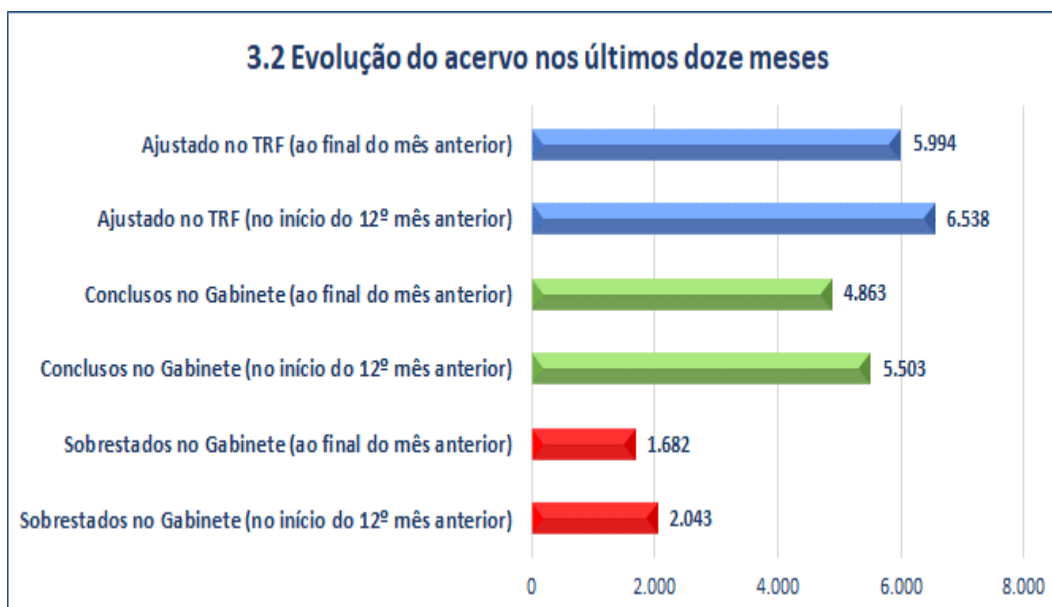
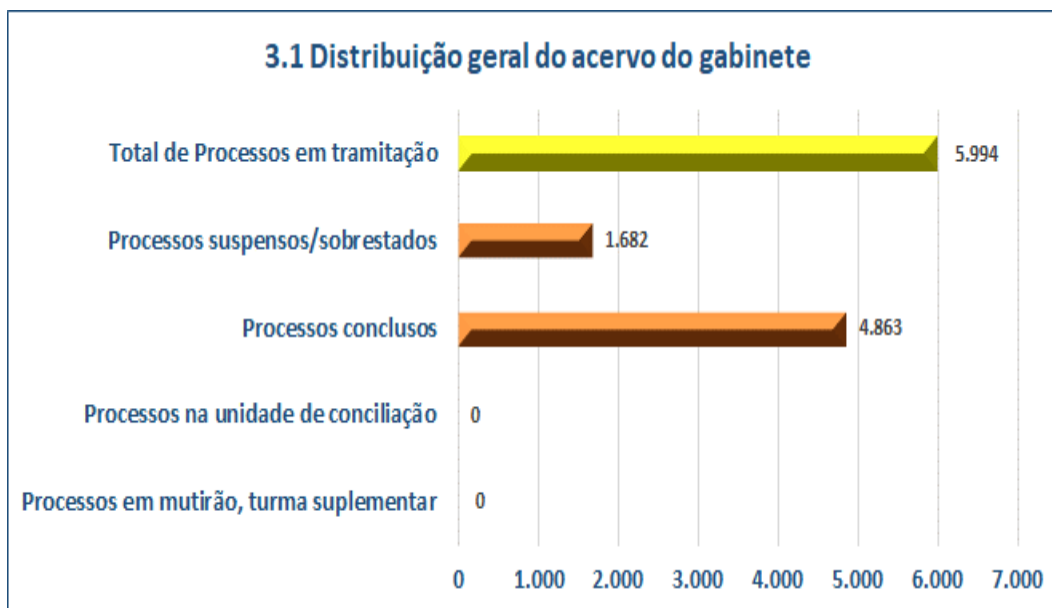
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	9

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

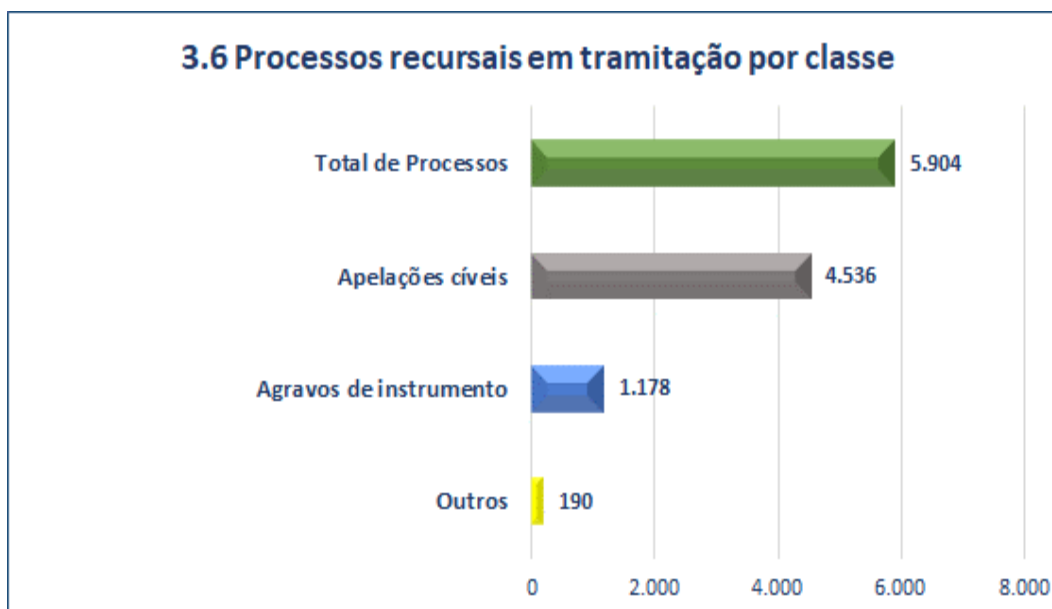
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	90
Mandados de segurança	1

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	33
Reclamações	0
Ações rescisórias	25
Outros	31

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.904
Recursos em mandados de segurança coletivos	12
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	40
Recursos em ações civis públicas	35
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	349
Outros	5.472



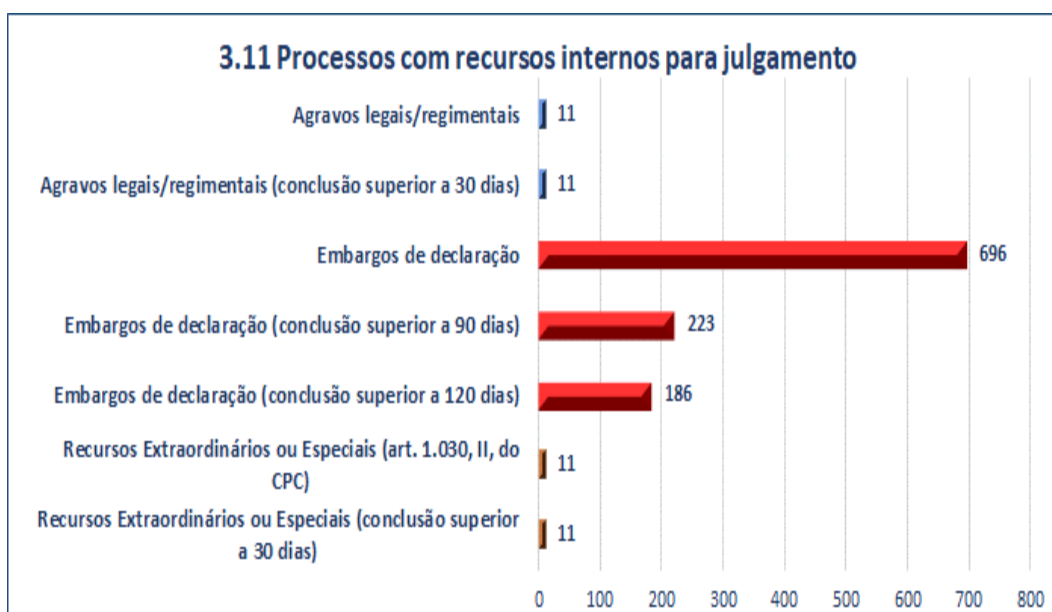
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0

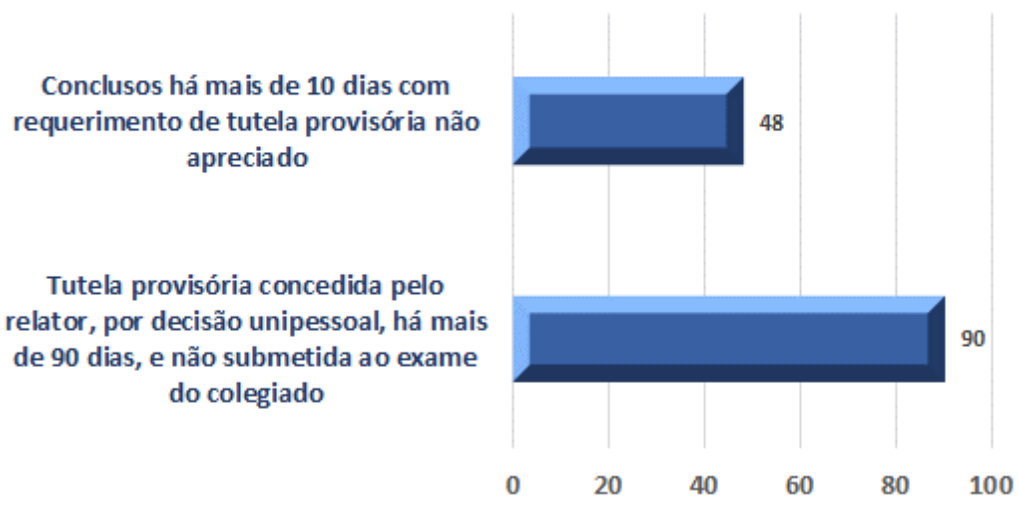
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

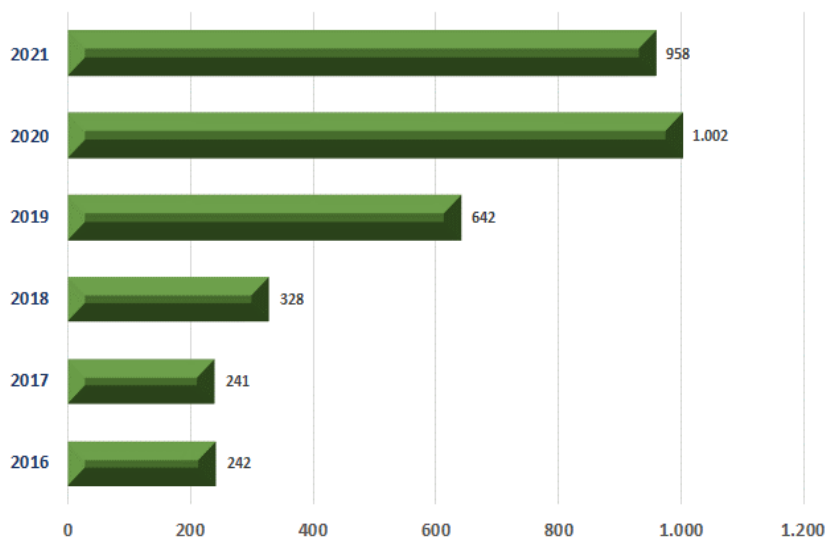
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

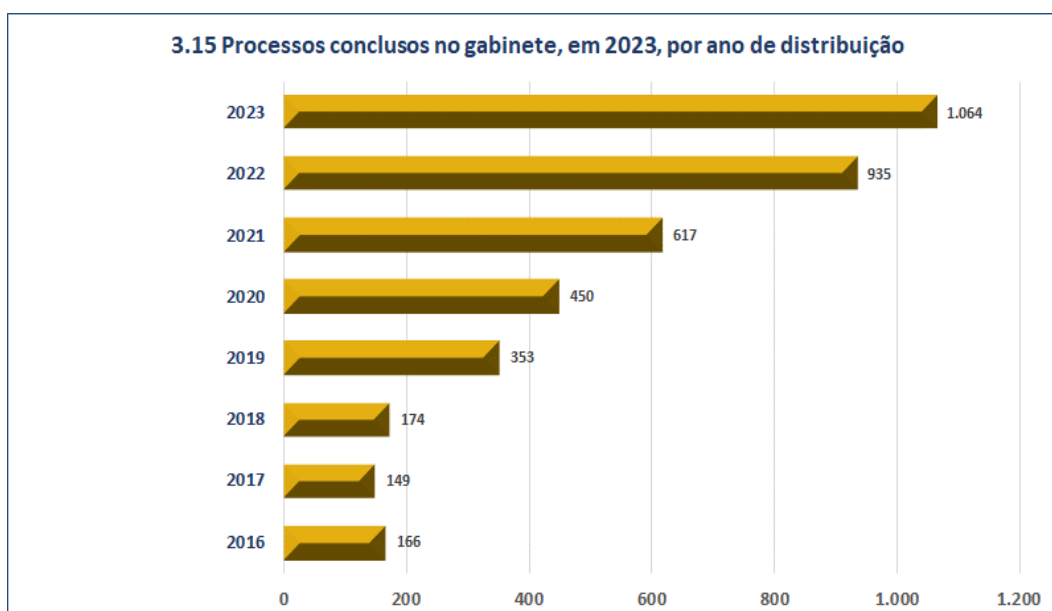
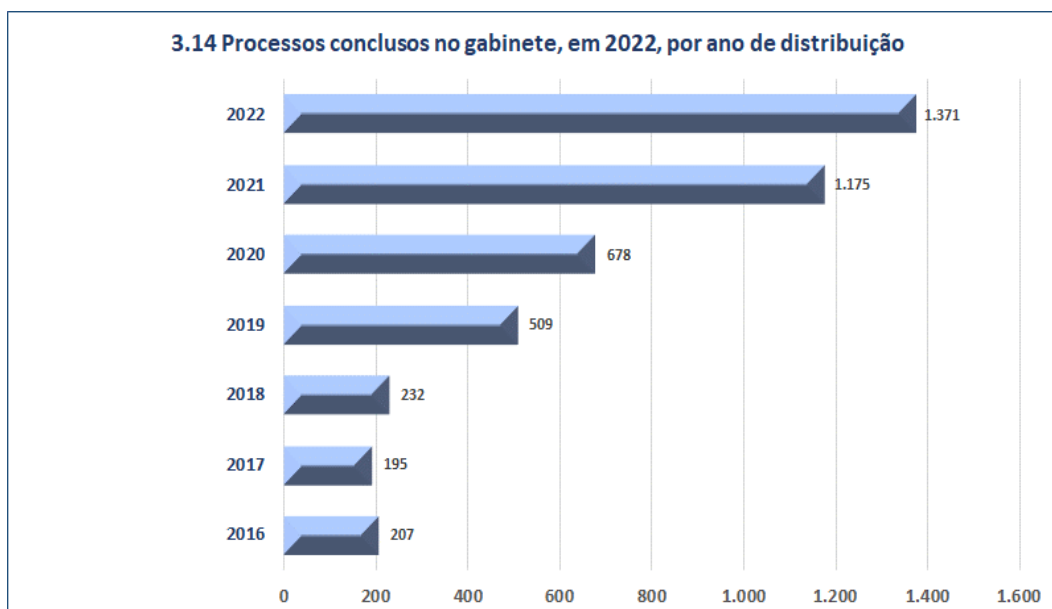


3.12 Processos com tutela provisória



3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição



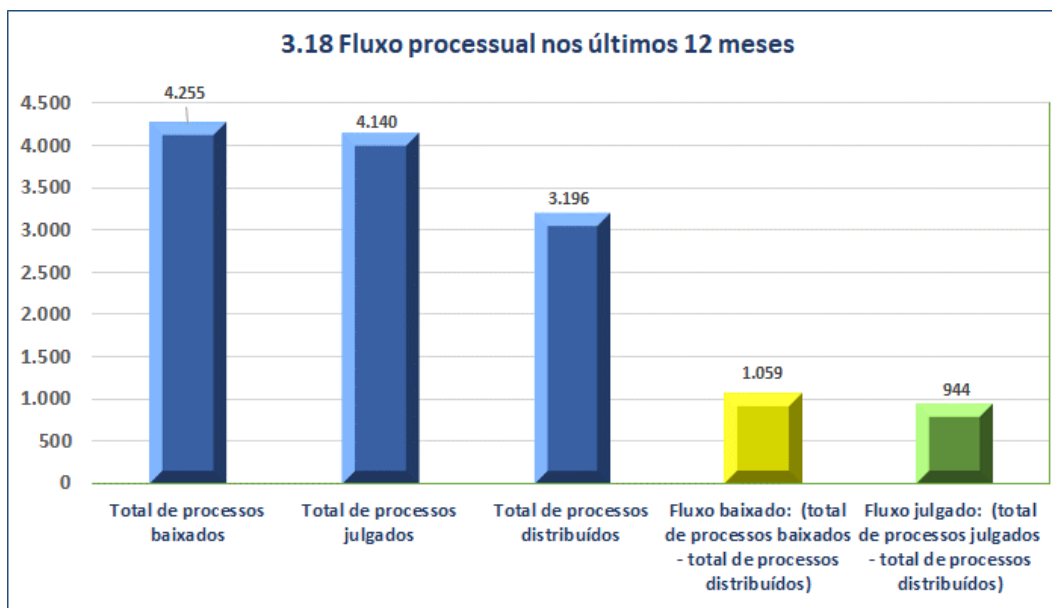


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista	4
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	2
Remetidos para declaração de voto	0

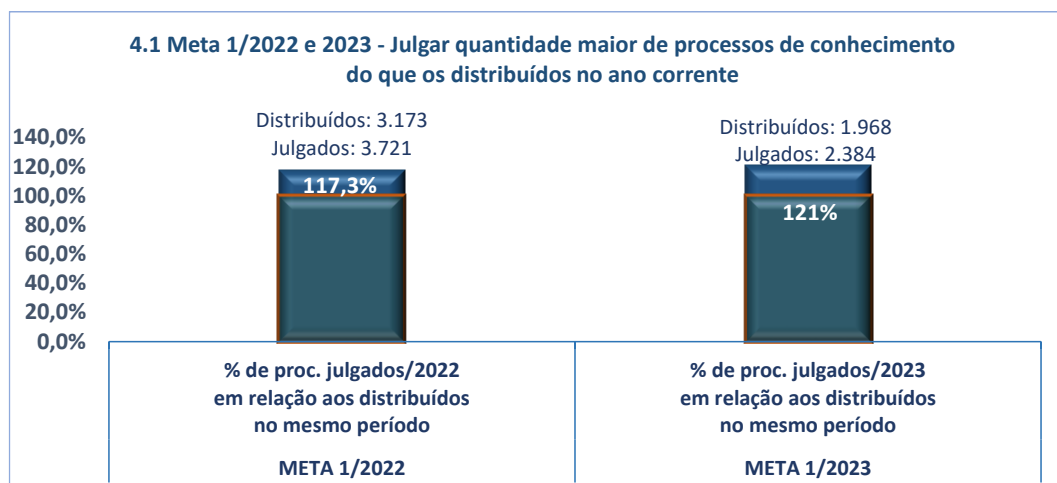
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	2
Recebidos para declaração de voto	0

Recebidos para voto-vista

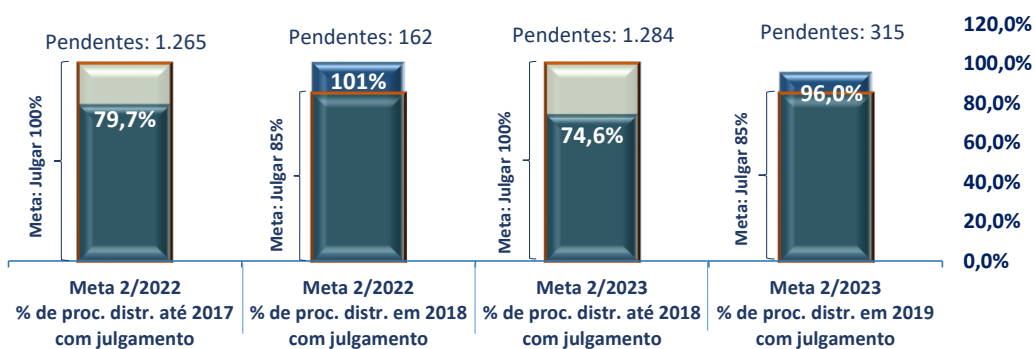
2



4. METAS



4.2 Percentual de atendimento da Meta 2 em 2022 e 2023



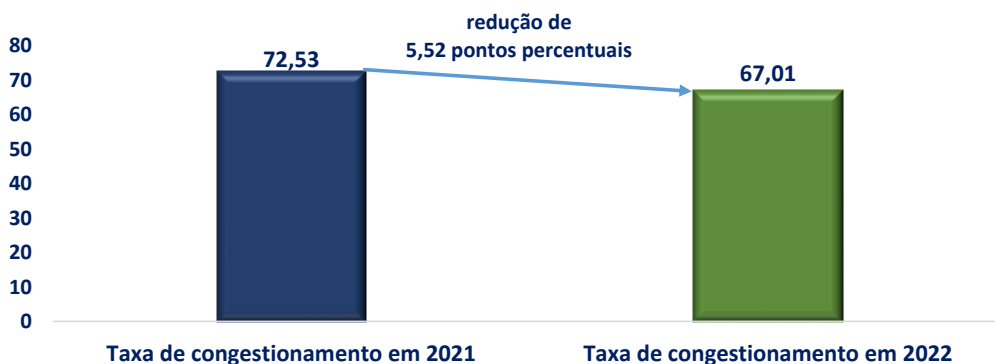
Meta 2/2022: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017 e 85% dos processos distribuídos em 2018.
 Meta2/2023: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019.

4.3 Percentual de atendimento da Meta 4 em 2022 e 2023

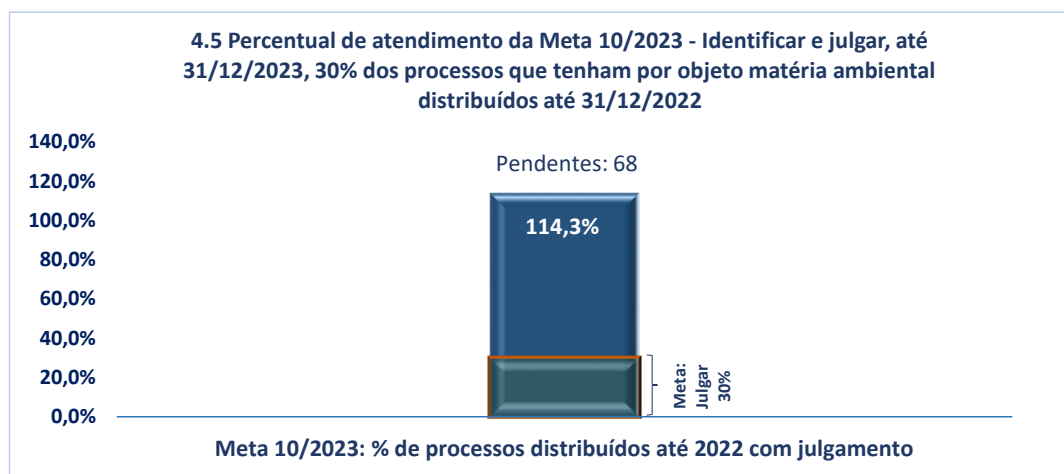


Meta 4 CNJ: Priorizar o julgamento de 60% dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

4.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida



Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão não é possível comparar com o ano anterior, cujo computo compreende os 12 meses.



4.6 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	em branco
Pendentes no mês anterior	em branco
Percentual de cumprimento da meta	em branco

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O planejamento das atividades do gabinete começa com reunião da Desembargadora com a assessoria, ocasião em que a evolução estatística do acervo é analisada e são expostas eventuais dificuldades e também oportunidades de melhorias encontradas no processo de trabalho. A partir dessa análise, são traçadas as estratégias para o próximo período, com definição de diretrizes e metas, que são então expostas e discutidas com o grupo de funcionários envolvidos. A distribuição das atividades entre os servidores é feita sempre visando a melhor adequação possível entre as tarefas e as habilidades e aptidões individuais.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos, por ocasião da decisão de sobrestamento, recebem fase específica onde consta o tema correspondente, além de etiqueta identificadora da matéria sobrestada. Com esta classificação, são remetidos à subsecretaria e solicitados para conclusão quando julgado o tema pertinente. Há setor na unidade processante responsável pelos processos sobrestados que também nos auxiliam neste controle. Há acompanhamento por parte dos funcionários e assessoria dos boletins do STJ e STF que noticiam o julgamento dos temas sobrestados. Recentemente houve uma alteração positiva no PJe que agora permite a visualização pelo gabinete dos processos sobrestados, o que possibilita um maior controle.

5.3 Boas práticas e inovações

Como boas práticas, destacamos a organização de frentes de trabalho que atuam simultaneamente no gabinete, objetivando manter em dia tanto os pedidos de liminar e de tutela, as ações civis públicas e de improbidade, quanto diminuir o acervo geral. Além disso, a comunicação célere, direta e constante entre a Desembargadora, chefia e demais funcionários, presencialmente e virtualmente, agiliza a identificação e a solução de problemas, bem como contribui para a uniformização de procedimentos.

5.4 Dificuldades

O equilíbrio entre a necessidade de celeridade para resolução da grande quantidade de processos, das mais diversas matérias, muitos deles com medidas urgentes, e a demanda de estudo aprofundado e cauteloso de feitos envolvendo matérias de alta complexidade tem sido o maior desafio enfrentado. Diante desse cenário, a redução do quadro de funcionários do gabinete em razão da recente ampliação do TRF3 é motivo de apreensão.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Há escala de teletrabalho, respeitando o percentual máximo diário de 30%. Foram fixadas metas de produtividade de acordo com as matérias enfrentadas pelos servidores, que são acompanhadas constantemente pela chefia.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sempre que se vislumbra a possibilidade de conciliação, o feito é encaminhado para o Gabinete de Conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000155-95.2017.4.03.6144	3/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5001719-07.2018.4.03.6102	24/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002518-96.2018.4.03.6119	21/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5011272-84.2018.4.03.6100	26/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000665-40.2017.4.03.6102	13/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5004881-98.2018.4.03.6105	18/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5001507-65.2018.4.03.6108	8/8/2018	Apelação Cível

Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5004624-52.2018.4.03.6112	9/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5006010-90.2017.4.03.6100	5/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5009405-90.2017.4.03.6100	29/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000775-64.2017.4.03.6126	5/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Redistribuído para a 1ª Seção - incompetência.		
5007662-30.2017.4.03.6105	31/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5013422-38.2018.4.03.6100	3/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0009390-89.2015.4.03.6000	26/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5004925-35.2018.4.03.6100	10/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0007707-52.2008.4.03.6100	4/5/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000145-06.2011.4.03.6126	10/11/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamentos.		
0000198-68.2007.4.03.6112	5/11/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0003654-65.2003.4.03.6112	20/1/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0004793-59.2015.4.03.6103	10/2/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0004560-27.2014.4.03.6126	21/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0021212-14.2012.4.03.9999	12/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0039799-02.2006.4.03.6182	25/5/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0005992-61.2011.4.03.6102	20/8/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0006263-20.2009.4.03.6109	17/12/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
0004138-91.2009.4.03.6105	14/5/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000108-91.2010.4.03.6100	1º/3/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0023223-55.2011.4.03.6182	31/1/2013	Apelação Cível

Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0009984-33.2013.4.03.6143	26/9/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0001347-44.2012.4.03.6106	10/6/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0009431-71.2011.4.03.6105	17/5/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0032320-16.2010.4.03.6182	22/4/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0008828-47.2010.4.03.6100	16/9/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0009817-59.2011.4.03.9999	23/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0013235-03.2009.4.03.6110	2/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0006306-88.2008.4.03.6109	7/12/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
0017349-63.2010.4.03.6105	28/12/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0004812-26.2010.4.03.6108	23/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0902194-83.2005.4.03.6100	12/2/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0002601-08.2010.4.03.6111	29/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0001721-82.2007.4.03.6123	8/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0002533-10.2009.4.03.6106	4/8/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0018150-33.2006.4.03.6100	10/8/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0007723-26.1996.4.03.6100	19/2/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 23/8/2023.		
0009373-70.2004.4.03.6119	12/11/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0011495-90.2006.4.03.6182	12/5/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
0308335-50.1994.4.03.6102	15/9/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir na pauta de julgamento.		

0011833-92.2001.4.03.6100	29/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação)		
0023923-79.1994.4.03.6100	18/3/1999	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
0093007-41.1992.4.03.6100	12/6/2000	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
1104799-69.1997.4.03.6109	5/6/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
0061222-56.1995.4.03.6100	19/6/2000	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
0010109-29.1996.4.03.6100	10/8/1999	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação).		
0019960-19.2001.4.03.6100	5/7/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (retratação)		
0000654-75.2003.4.03.6106	18/8/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir na pauta de julgamentos		
5025822-51.2018.4.03.0000	15/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5010675-19.2017.4.03.0000	3/7/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5012614-63.2019.4.03.0000	20/5/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5007232-26.2018.4.03.0000	10/4/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Mônica Nobre declarou-se impedida referido agravo por haver atuado no feito originário, tendo sido o recurso redistribuído em 22/9/2020 para o Desembargador Federal Marcelo Saraiva.		
5001632-91.2017.4.03.6100	18/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão em 17/8/2023 tornando sem efeito a certidão de trânsito em julgado, restando prejudicado o agravo interno.		
5005005-92.2020.4.03.0000	3/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5004932-06.2019.4.03.6128	19/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000905-39.2020.4.03.6000	3/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5030647-71.2018.4.03.6100	1º/10/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5015606-64.2018.4.03.6100	25/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5020898-30.2018.4.03.6100	8/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000169-11.2019.4.03.6144	13/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5003531-48.2018.4.03.6114	12/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5015432-51.2020.4.03.0000	10/6/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

5029003-89.2020.4.03.0000	21/10/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5008435-52.2020.4.03.0000	14/4/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5031106-35.2021.4.03.0000	13/12/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5033026-10.2022.4.03.0000	7/12/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5005098-50.2023.4.03.0000	1º/3/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0008750-70.2012.4.03.6104	16/5/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando apresentação do voto-vista do Juiz Federal Silva Neto.		
5004951-44.2019.4.03.6182	30/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando apresentação do voto-vista do Juiz Federal Silva Neto.		
5011221-11.2021.4.03.6119	3/6/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Publicado acórdão em 8/8/2023.		
5011169-38.2022.4.03.6100	14/10/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 8/8/2023.		
5009588-16.2021.4.03.6102	30/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 8/8/2023.		
0002830-97.2016.4.03.6000	11/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Expedida a intimação eletrônica do acórdão em 30/8/2023.		
0002467-13.2016.4.03.6000	11/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Expedida a intimação eletrônica do acórdão em 30/8/2023.		
5014164-25.2021.4.03.0000	22/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Expedida intimação eletrônica do acórdão em 30/8/2023.		
5030410-62.2022.4.03.0000	9/11/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (embargos de declaração em face de acórdão unânime).		
0004418-42.2007.4.03.6102	11/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - (suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança pelo STF)		
0000008-37.2009.4.03.6112	22/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - (suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança pelo STF)		
0005354-55.2008.4.03.6127	9/6/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - (suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança pelo STF)		
0002475-38.2008.4.03.6107	28/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - (suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança pelo STF)		
0010633-43.2008.4.03.6120	9/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - (suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança pelo STF)		
0011330-82.2003.4.03.6106	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - (suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança pelo STF)		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 67 processos selecionados, todos eram eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0001721-82.2007.4.03.6123	0002533-10.2009.4.03.6106	0011833-92.2001.4.03.6100
0004793-59.2015.4.03.6103	0005992-61.2011.4.03.6102	0006263-20.2009.4.03.6109
0004138-91.2009.4.03.6105	0017349-63.2010.4.03.6105	0019960-19.2001.4.03.6100
0023923-79.1994.4.03.6100	0061222-56.1995.4.03.6100	5000155-95.2017.4.03.6144
5000905-39.2020.4.03.6000	5002518-96.2018.4.03.6119	5003531-48.2018.4.03.6114
5011272-84.2018.4.03.6100	5013422-38.2018.4.03.6100	5020898-30.2018.4.03.6100

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (Agravos de instrumento ou Agravo interno, Mandado de Segurança):

5025822-51.2018.4.03.0000	5030647-71.2018.4.03.6100	5029003-89.2020.4.03.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

c) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0009373-70.2004.4.03.6119 - Regularizar sobrestamento - Tema Repetitivo n. 1003-
--

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 20/10/2023, na unidade inspecionada, pela Desembargadora Mônica Nobre e pelas servidoras Sandra Marinho Bueno (assessora) e Hayra Taluana Carolina Nery Paranzini Ataliba (chefe de gabinete).

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, à qual compete o julgamento de processos relativos a: 1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral e preços públicos e 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (artigo 10, § 2º do RITRF3).

Atualmente o gabinete tem lotação composta por 14 servidores, tendo sofrido redução de dois servidores, em razão da ampliação do Tribunal, com consequente reestruturação. Além disso, possui um agente de polícia judicial que está lotado no setor de segurança. Desde o final de agosto, duas servidoras se encontram em licença gestante.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas individuais definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para a definição das cotas.

Relatam trabalhar simultaneamente com processos observando as Metas 1 e 2/CNJ, eis que ainda possuem processos antigos que não podem ser descuidados, enquanto preocupam-se com a redução do acervo, em cumprimento da Meta 1.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução n. 481/CNJ. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas. Possui uma servidora em regime de teletrabalho integral.

A comunicação com servidores em teletrabalho é realizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e por e-mail.

Nos dias em que o trabalho é feito de forma presencial, deve ser observado o ponto eletrônico conforme determinado pela administração.

Não há política de recompensas no gabinete.

No que diz respeito à gestão de processos, referiram que a Meta 1 é sempre alcançada, que o acervo está controlado, com liminares e ações civis públicas em dia e os pedidos de preferência são analisados e deferidos, na medida do possível.

Da mesma forma, com relação aos processos da Meta 2, que por serem mais complexos e antigos, demandam um esforço adicional, pelo que estão sendo feitos, dentro das possibilidades.

Em regra, a gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal e pelo controle das etiquetas.

O atendimento ao público externo é realizado por e-mail e via Teams, e, se necessário, de forma presencial.

Ainda, relataram as dificuldades enfrentadas pela unidade, dentre as quais elencam:

- 1) Muita divergência nos entendimentos dos desembargadores integrantes da turma;
- 2) Atividades frequentes de gestão de pessoas e de processos que não são contabilizadas na produtividade, tais como análise de pauta, conferência de processos, orientação e outros.
- 3) Dificuldades inerentes ao funcionamento do PJe, especialmente no que diz respeito à pauta de julgamentos, que exige uma conferência manual para revisão interna dos processos.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 5.202 para 4.863.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.538 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.994.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 716, na última inspeção, para 696, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 37 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Turma, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo um pouco superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 9.

Manter as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o levantamento, monitoramento e tratamento específico para processos digitalizados antigos, especialmente agravos de instrumento, agravo interno e embargos de declaração que se encontram pendentes de julgamento. Os agravos internos questionam decisões monocráticas, sendo recomendável que haja a manifestação do colegiado. Os agravos de instrumento atacam decisões interlocutórias, muitas das quais deliberam sobre tutelas de urgência, as quais demandam rápida solução. E a apreciação dos embargos de declaração constitui pressuposto para a conclusão da manifestação do órgão colegiado.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

Recomenda-se, ainda, a realização de curso acerca do funcionamento do PJe, especialmente com relação às suas facilidades e ferramentas, aos servidores e gestores. O constante aperfeiçoamento dos sistemas, e bem assim dos conhecimentos necessários ao seu adequado uso, constituem medidas importantes para a boa gestão processual.

No geral percebe-se que a unidade tem boa gestão e está conseguindo diminuir o acervo de processos, o que é positivo e digno de elogio, apresentando boas perspectivas para os próximos meses. Deve ser registrado, a propósito, que no período apurado o gabinete foi o mais produtivo da 4ª Turma, a denotar boa organização e adequada gestão processual.

A Turma foi recentemente ampliada, e isso acarretou a redistribuição de mais de 1.500 processos para o novo gabinete que foi criado (assumido pelo Des. Federal Wilson Zauhy). A ampliação do órgão colegiado é muito recente, de modo que os reflexos não foram ainda sentidos, mas certamente a diminuição na distribuição permitirá que a demanda possa ser enfrentada em melhores condições.

Ao que se percebe, nos últimos 12 meses a média de distribuição anual, considerando quatro gabinetes na 4ª Turma, foi de 3.220 processos, e média mensal de 268 processos. Com a nova realidade (cinco gabinetes) há uma projeção (a partir dos dados referentes aos 12 últimos meses) de distribuição anual de 2.576 processos e, logo, de 214 processos mensais.

Em suma, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento diário do acervo, práticas estas já adotadas pelas gestoras do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal André Nabarrete

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

4ª Turma, integrante da 2ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde fevereiro de 2012

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Daniel Kiyoshi Hatanaka, RF 3055, Analista Judiciário - Chefe de Gabinete (CJ2) desde 4/2/2020 (Ato n. 2.402, de 27 de janeiro de 2020 - DOU 4/2/2020)

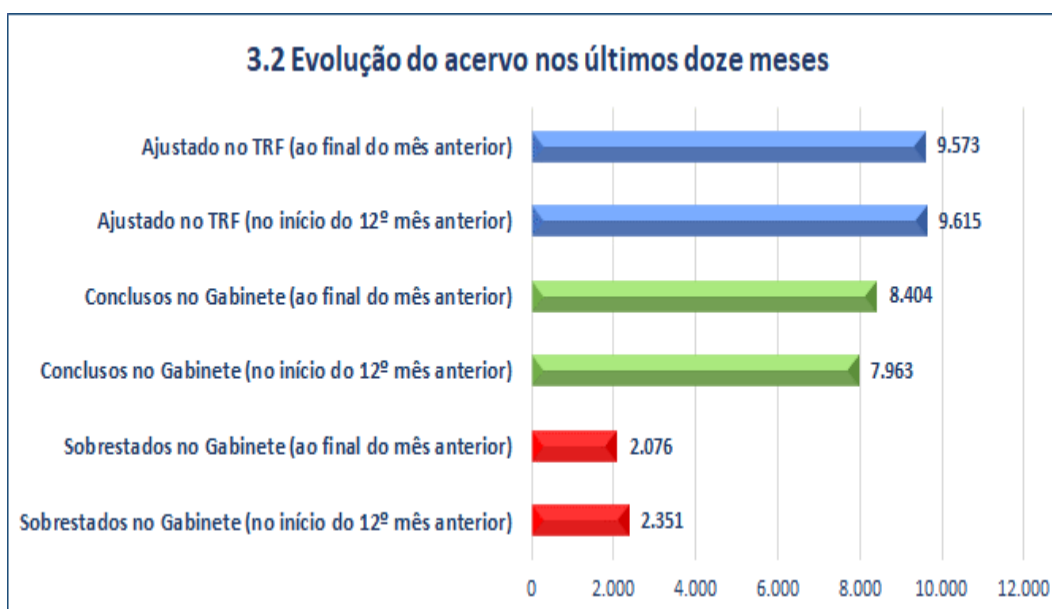
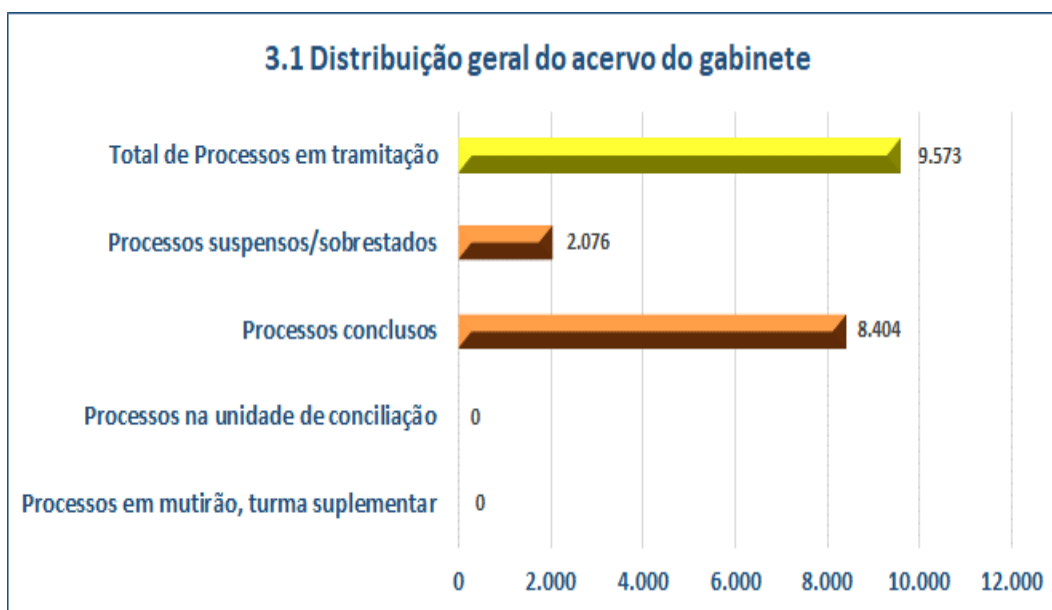
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16 (dezesseis), dos quais 2 (dois) são agentes de segurança
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	(1) Marcelo da Cruz Coutinho - RF: 2620
CJ-2	(1) Daniel Kiyoshi Hatanaka - RF: 3055
CJ-1	(1) Juliana Guimarães Müller - RF: 2620
FC-4	(4) Ângela Pereira de Castro - RF: 2891; Caroline Bacher Peres - RF: 3567; Ieda Aparecida Lima - RF: 3163; Jurânia Costa Cavalcante Santana - RF: 3062
FC-3	(9) Alexandre Domingues Martins Bandeira - RF: 3183; Carlos Eduardo Frota do Amaral Gurgel - RF: 4318; Cibele Ribeiro de Moraes - RF: 3900; Hudson Reis Casimiro - RF: 2275; Jamil de Sousa - RF: 1574; Mariangela Brandão Vilela - RF: 4058; Patrícia Bianchi Veiga - RF: 3988; Rodrigo Cunha Rodrigues - RF: 2965; Rosane Moreira Figueredo - RF: 3549
FC-6	0
FC-5	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

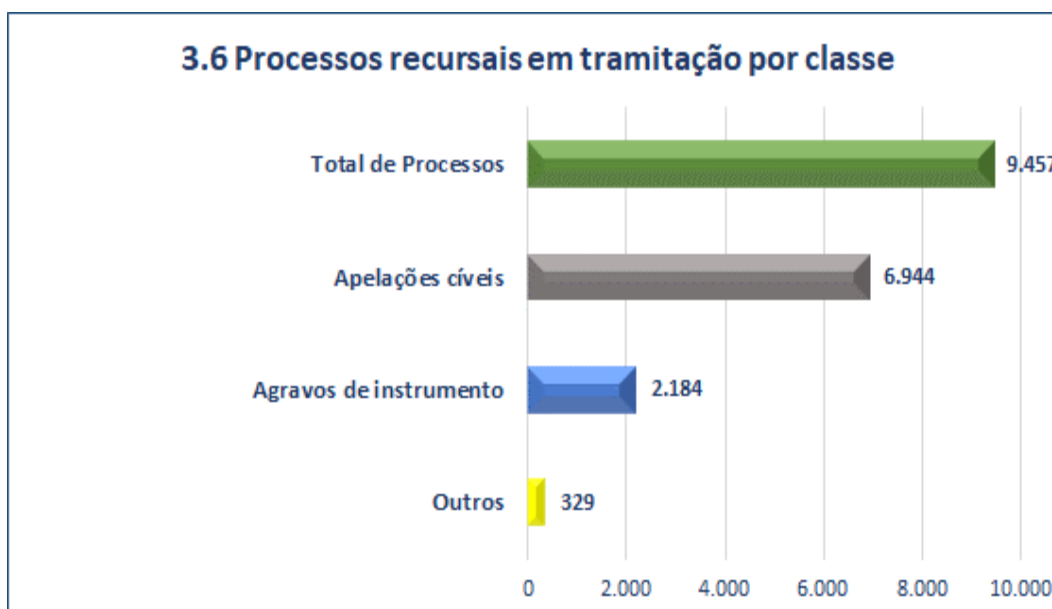
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	116
------------------------------------	-----

Mandados de segurança	11
IAC	1
Conflitos de competência	41
Reclamações	2
Ações rescisórias	33
Outros	28
IRDR	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	9.457
Recursos em mandados de segurança coletivos	16
Recursos em ações populares	6
Recursos em ações de improbidade administrativa	98
Recursos em ações civis públicas	130
Recursos em ações com preferência legal	452
Recursos em ações de desapropriação	0
Outros	0



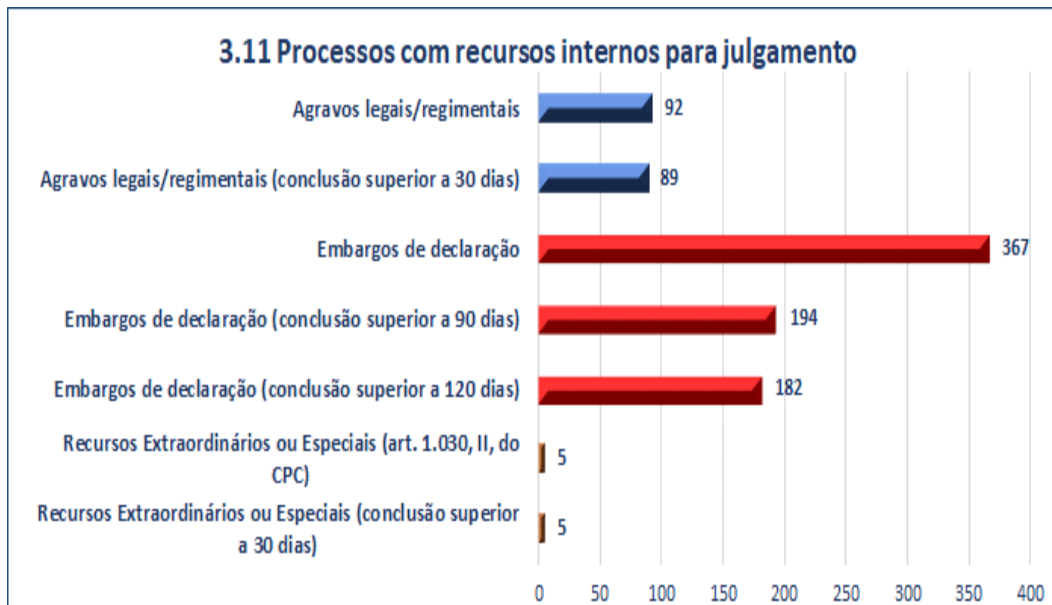
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica
Revisões Criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica

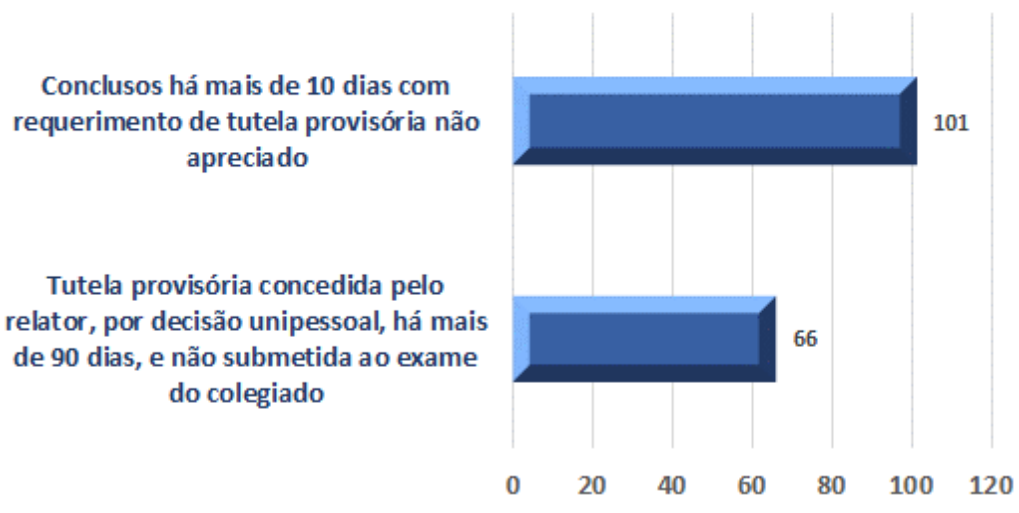
Apelações	Não se aplica
Recursos em sentido estrito	Não se aplica
Recursos em habeas corpus	Não se aplica
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica

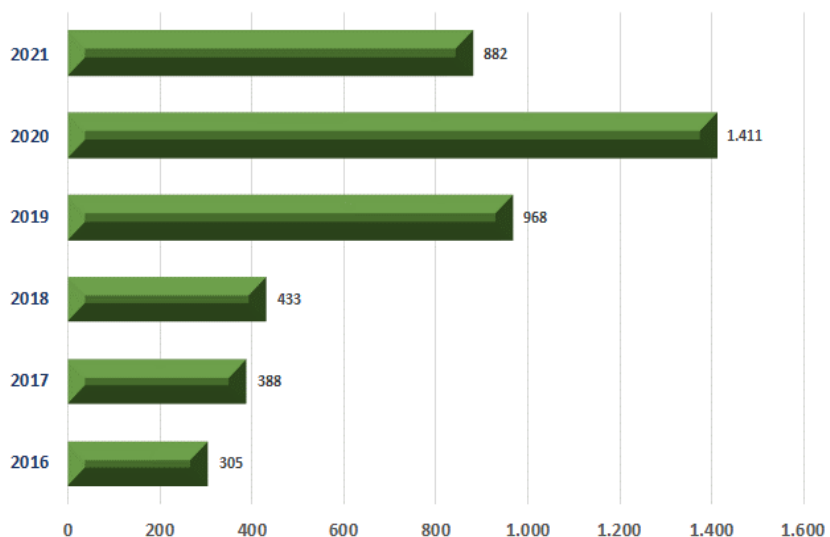
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por Recurso Extraordinário	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0

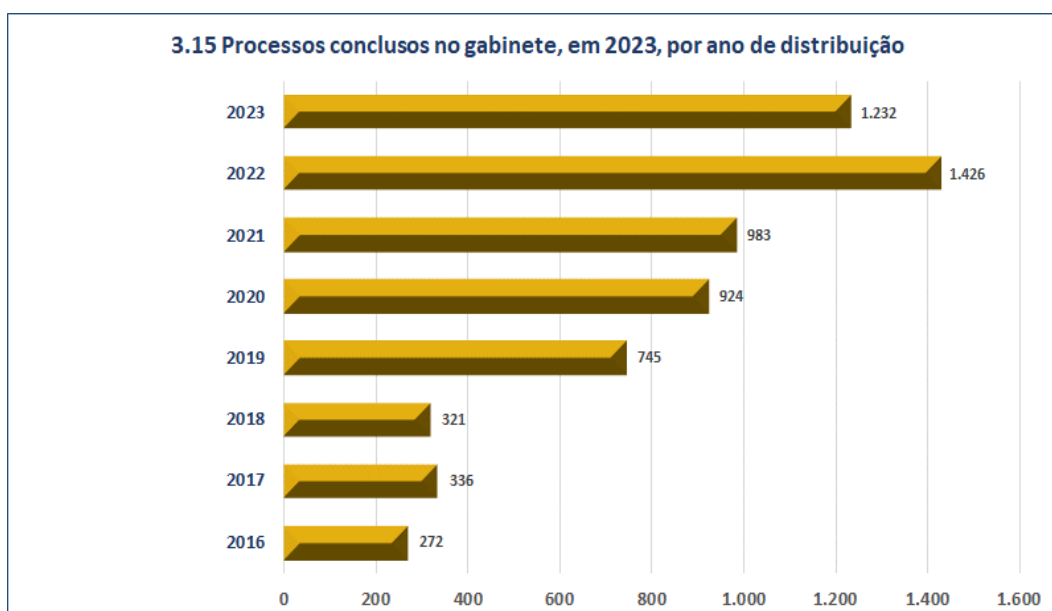
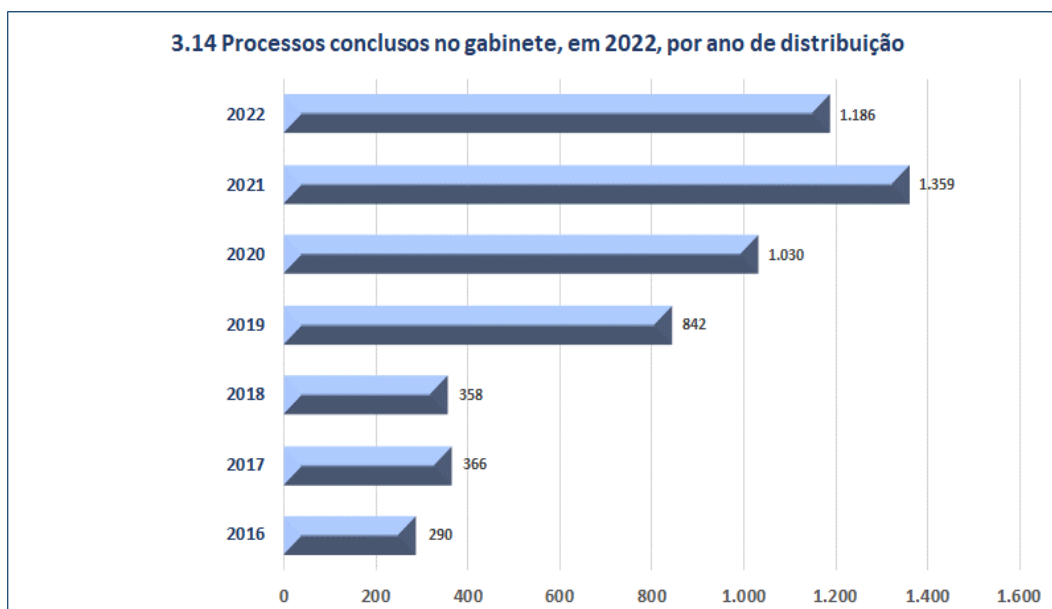


3.12 Processos com tutela provisória



3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição





3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

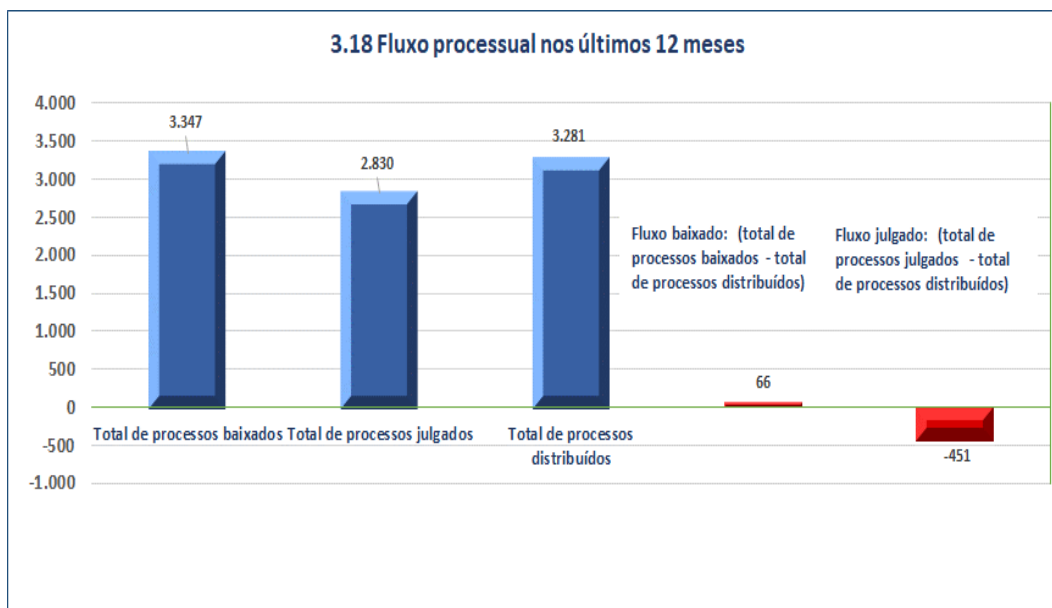
Remetidos para voto-vista	15
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	13
Remetidos para revisão	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

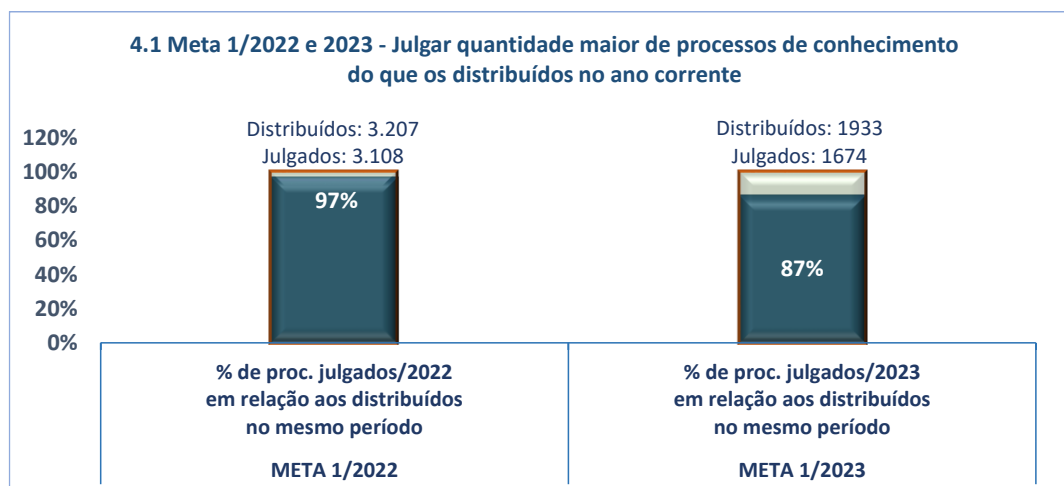
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	1

Recebidos para declaração de voto

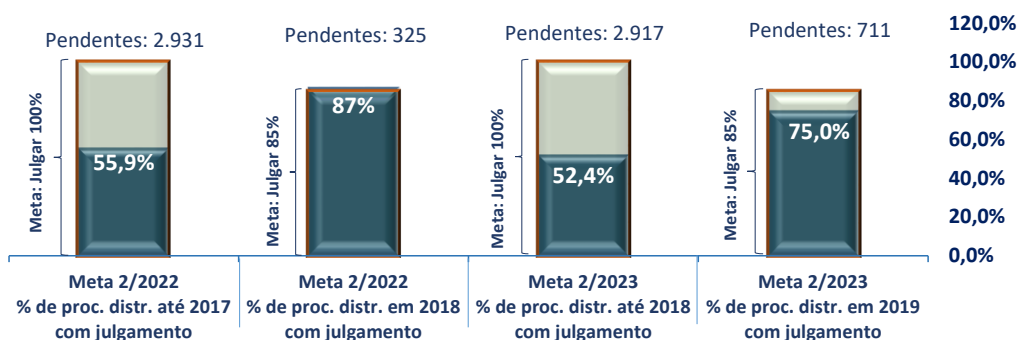
0



4. METAS

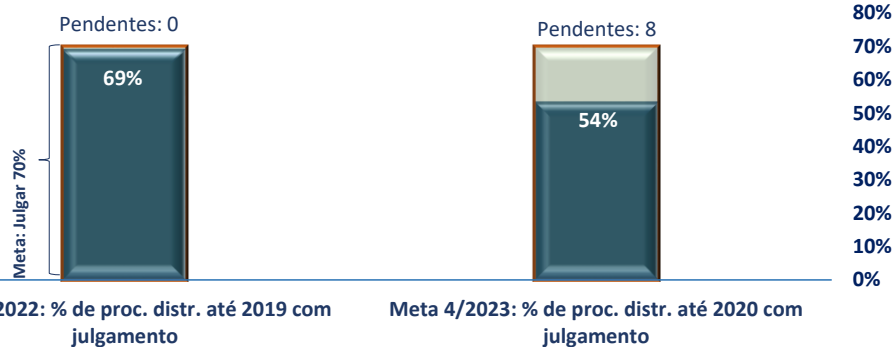


4.2 Percentual de atendimento da Meta 2 em 2022 e 2023



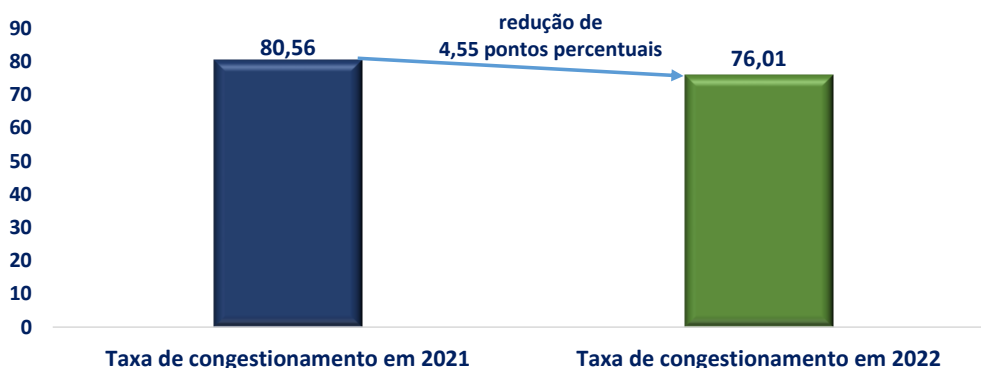
Meta 2/2022: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017 e 85% dos processos distribuídos em 2018.
 Meta 2/2023: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019.

4.3 Percentual de atendimento da Meta 4 em 2022 e 2023

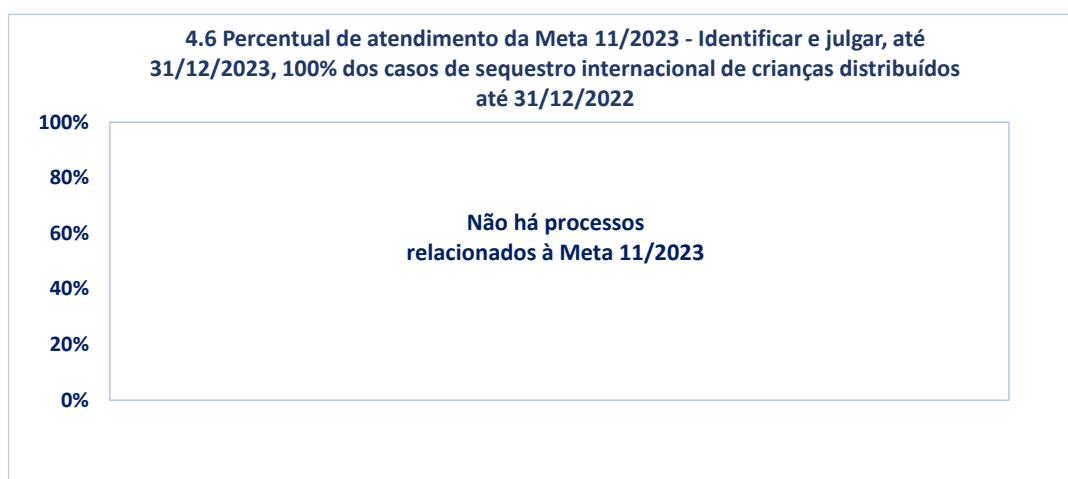
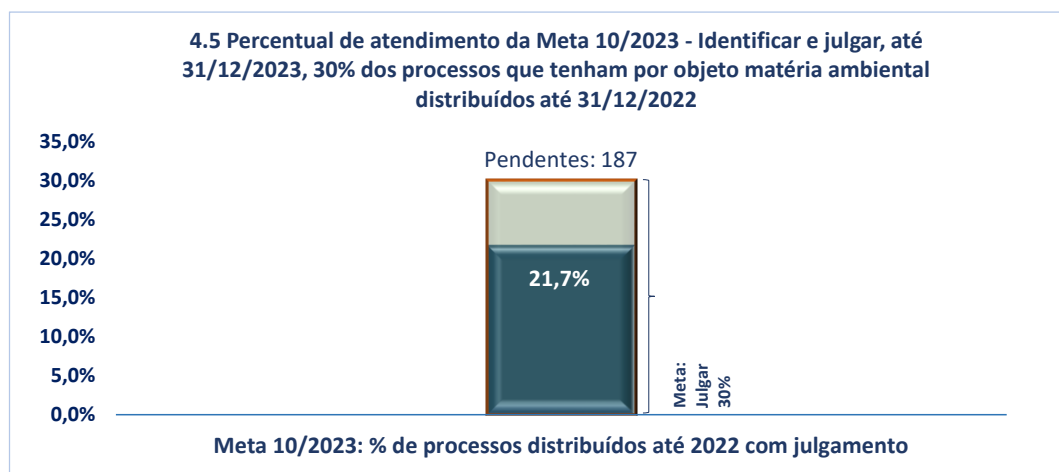


Meta 4 CNJ: Priorizar o julgamento de 70% dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

4.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida



Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão não é possível comparar com o ano anterior cujo computo compreende os 12 meses.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, o plano de gestão engloba o controle do acervo, a distribuição das atividades entre os servidores e o processo de trabalho. O acervo é controlado por meio de uma lista de processos mais antigos e complexos, nos quais atuam os servidores que ocupam a função FC4. Os demais servidores (função FC3) elaboram minutas dos outros processos (despachos, decisões e votos), que são distribuídos entre eles por matérias. Dessa forma, é feito um trabalho para julgar os feitos mais antigos, sem perder de vista a produtividade. A distribuição das atividades do gabinete se dá da seguinte forma: Há um assessor jurídico, que orienta e faz uma análise prévia das minutas e as pautas de julgamento; um chefe de gabinete, que cuida da parte administrativa; um servidor que cuida do fluxo de processos (entrada e saída); uma servidora que cuida das sessões de julgamento; uma servidora que cuida exclusivamente das Ações Cíveis Públicas; e 9 servidores para a produção de minutas de votos, decisões e despachos.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Quando há decisões em REsp representativo da controvérsia, RE com repercussão geral, com determinação de sobrestamento ou IRDR, o gabinete identifica os processos, faz a decisão e os remete à Subsecretaria com a indicação do respectivo tema. A subsecretaria, portanto, realiza o controle do sobrestamento, com a remessa dos feitos aos gabinetes após o julgamento de algum tema pelos tribunais superiores ou pelo Órgão Especial desta corte. No entanto, no dia 23/8/2023 a Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação - AGES deste Tribunal, por meio do Comunicado 34/2023, informou aos gabinetes que: "foram alteradas as localizações das tarefas de processo sobrestado de competência do Tribunal, que antes eram atribuição das Secretarias, agora passam a ser visíveis nas rotinas dos Gabinetes." Dessa forma, salvo orientação contrária da administração, os gabinetes passaram, desde então, a controlar o sobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Considerado que a unidade recebe inúmeros processos antigos, foi aplicada uma inovação em 2021 no sentido de estabelecer o desenvolvimento do trabalho com o escopo de levar a julgamento esses feitos, em atenção à Meta 2 do CNJ, contudo sem perder de vista a produtividade objeto da Meta 1 do CNJ, o que tem se mostrado uma boa prática que a cada ano é aprimorada e que será continuada até que haja o cumprimento das metas, sobretudo a Meta 2.

5.4 Dificuldades

A grande dificuldade é a falta de servidores, problema que será agravado a partir do dia 11/9/2023, quando os gabinetes terão o seu quadro funcional reduzido de 16 para 14 servidores, em virtude do aumento do número de desembargadores e, conseqüentemente, a criação dos novos gabinetes neste TRF da 3ª Região.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual e as metas de produtividade estabelecidas pela Resolução n. 481 do CNJ são verificadas pela unidade. Sobre o teletrabalho, a unidade entende que: a) a produtividade era muito maior quando os servidores trabalhavam mais dias em regime de teletrabalho (Resolução PRES n. 370, de 20/8/2020) comparado com o atual sistema; b) os servidores produziam mais, porque tinham liberdade para exercer suas funções nos horários mais compatíveis com a vida familiar, sem contar que não precisavam gastar tempo de locomoção entre seus lares e a sede desta Corte, o que, levado em conta que estamos na cidade de São Paulo, é algo muito considerável; c) os regimes de teletrabalho anteriores à Resolução n. 481/CNJ, especialmente o estabelecido pela Resolução PRES n. 370, de 20/8/2020, não prejudicavam o atendimento ao público externo (advogados e jurisdicionado), tampouco a produtividade e as atividades do gabinete; e d) o teletrabalho nos moldes atuais representa um gasto público que poderia ser reduzido, conforme se mostrou nos regimes anteriores de teletrabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, quando requisitados pela unidade de conciliação desta Corte ou pelas partes.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0012817-18.2016.4.03.0000	8/7/2016	Tutela Antecipada Antecedente
Observação: Processo com consulta de prevenção em andamento no Gabinete do Des. Federal Wilson Zauhy. Providência: Aguardar consulta de prevenção para dar o andamento cabível (redistribuição ou processamento para julgamento).		
5002603-95.2017.4.03.6126	30/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5001783-66.2017.4.03.6000	5/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5001029-12.2017.4.03.6102	23/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5000297-28.2018.4.03.6124	20/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n.632, de 22 de agosto de 2023).		
5015398-80.2018.4.03.6100	7/8/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5007119-90.2018.4.03.6105	16/9/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5001206-18.2018.4.03.6109	25/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5002072-53.2018.4.03.6100	9/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5001267-16.2018.4.03.6128	20/8/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5001604-89.2018.4.03.6100	3/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5002976-10.2017.4.03.6100	24/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento eletrônica da 4ª Turma designada para o dia 21/9/2023.		
5002941-57.2017.4.03.6130	6/8/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5002159-12.2018.4.03.6002	27/11/2018	Apelação Cível

Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5001572-06.2018.4.03.6126	8/10/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5017625-43.2018.4.03.6100	9/8/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5007546-05.2018.4.03.6100	6/2/2019	Remessa Necessária Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5000234-80.2016.4.03.6121	25/4/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
0030349-25.2009.4.03.9999	21/8/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
0000096-33.2009.4.03.6126	3/11/2009	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0030687-90.2008.4.03.6100	22/9/2009	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0020222-56.2007.4.03.6100	24/3/2008	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0037339-32.2009.4.03.9999	21/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
0020692-87.2007.4.03.6100	8/9/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento eletrônica da 4ª Turma designada para o dia 21/9/2023.		
0000037-64.2007.4.03.6110	23/7/2008	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0014753-63.2006.4.03.6100	10/10/2007	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0022786-42.2006.4.03.6100	26/11/2007	Apelação Cível
Observação: Processo julgado na sessão eletrônica da 4ª Turma realizada no dia 17/8/2023. Providência: Processo em secretaria aguardando prazo para eventual interposição de recurso pelas partes.		
0000182-26.2007.4.03.6109	27/3/2008	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0020972-29.2005.4.03.6100	16/10/2007	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0026524-72.2005.4.03.6100	25/11/2008	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
0003862-28.2007.4.03.6106	24/7/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta da sessão de julgamento da 4ª Turma do dia 21/9/2023.		
0011071-03.2006.4.03.6100	15/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento da 4ª Turma designada para o dia 21/9/2023.		
5018016-57.2021.4.03.0000	6/8/2021	Reclamação
Observação: Processo redistribuído por prevenção. Providência: Análise e processamento do feito para oportuno julgamento.		
5020939-56.2021.4.03.0000	9/9/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação: Mandado de segurança originário distribuído sem petição inicial. Providência: Intimação do impetrante para juntada da inicial e processamento do feito para posterior julgamento.		
5017420-73.2021.4.03.0000	29/7/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do feito para julgamento.		
5019729-67.2021.4.03.0000	26/8/2021	Conflito de competência cível
Observação: Conflito de competência prejudicado por perda superveniente do interesse processual. Providência: Feito com prazo em curso para eventual recurso ou certificação do trânsito em julgado.		
5025655-29.2021.4.03.0000	20/10/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação: Mandado de segurança originário aguardando processamento. Providência: Realizar intimações e diligências, para posterior julgamento do feito.		
0032664-98.2000.4.03.6100	7/12/2005	Apelação Cível
Observação: Processo sobrestado (Tema STF 285), com proposta de acordo pela CEF e aguardando habilitação do(s) sucessor(es) do autor. Providência: Remessa à UFOR para retificação do polo ativo com a inclusão dos sucessores do autor. Após, intimação para manifestação sobre a proposta de acordo.		
5003005-51.2022.4.03.0000	10/2/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0004651-03.2002.4.03.6106	28/10/2005	Apelação Cível
Observação: Processo sobrestado (Tema STF 285), com proposta de acordo pela CEF e aguardando habilitação do(s) sucessor(es) do autor. Providência: Despacho reiterando a indicação de sucessores para habilitação e manifestação sobre a proposta de acordo.		
5004118-40.2022.4.03.0000	16/2/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento presencial da 2ª Seção designada para o dia 3/10/2023.		
0002554-38.2004.4.03.6113	27/7/2006	Apelação Cível
Observação: Processo devolvido à turma julgadora pela Vice-Presidência, em virtude do julgamento do Tema STJ 444. Providência: Análise do feito para inclusão em sessão de julgamento.		
5010783-72.2022.4.03.0000	26/4/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento presencial da 2ª Seção designada para o dia 3/10/2023.		
0017771-96.2000.4.03.6102	10/6/2003	Apelação Cível

Observação: Processo com relatório/voto/ementa minutados. Providência: Inclusão na sessão de julgamento eletrônica da 4ª Turma designada para o dia 26/10/2023.		
5014524-23.2022.4.03.0000	2/6/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0003010-30.2005.4.03.6120	10/5/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5018425-96.2022.4.03.0000	11/7/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Análise e julgamento do pedido de efeito suspensivo ao apelo.		
0014123-90.1995.4.03.6100	31/10/2001	Apelação Cível
Observação: Processo sobrestado (Tema STF 285), com proposta de acordo pela CEF que foi rejeitada pelos sucessores do autor que se habilitaram nos autos. Providência: Despacho para determinar a retificação do polo ativo com a inclusão dos sucessores, bem como o sobrestamento do feito.		
5024508-31.2022.4.03.0000	9/9/2022	Conflito de competência cível
Observação: Des. Federal André Nabarrete declinou da competência para o Órgão Especial desta Corte. Providência: Feito livremente distribuído à relatoria da Des. Federal Giselle de Amaro e França, onde está em andamento.		
5012809-43.2022.4.03.0000	17/5/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para diligência/julgamento.		
5015620-78.2019.4.03.0000	18/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5017622-21.2019.4.03.0000	11/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação: Processo de origem sentenciado. Providência: Decisão terminativa - Agravo de instrumento prejudicado.		
5022504-26.2019.4.03.0000	2/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5025607-41.2019.4.03.0000	3/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
0004004-32.2007.4.03.6106	12/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado (Tema STF 285), com proposta de acordo pela CEF, com prazo em curso em subsecretaria para que a parte autora se manifeste a respeito.		
0005681-79.2007.4.03.6112	12/5/2008	Apelação Cível
Observação: Processo sobrestado (Tema STF 285), com petição de habilitação do(s) sucessor(es) do autor. Providência: Despacho para retificação do polo ativo e posterior sobrestamento, à vista da ausência de proposta de acordo pela CEF.		
0043668-94.2008.4.03.9999	8/8/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
0007882-44.2007.4.03.6112	19/12/2008	Apelação Cível
Observação: Processo sobrestado (Tema STF 285), com proposta de acordo pela CEF e aguardando habilitação do(s) sucessor(es) do autor. Providência: Despacho para que o		

advogado proceda à indicação de sucessores para habilitação e se manifeste sobre a proposta de acordo.		
0005061-75.2009.4.03.9999	18/2/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
0000057-57.2009.4.03.6119	6/7/2009	Apelação Cível
Observação: Processo sobrestado (Tema STF 285), com proposta de acordo pela CEF e aguardando habilitação do(s) sucessor(es) do autor. Providência: Despacho reiterando a indicação de sucessores para habilitação e manifestação sobre a proposta de acordo.		
5012418-30.2018.4.03.0000	6/6/2018	Agravo de Instrumento
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para diligência/julgamento.		
5005320-91.2018.4.03.0000	19/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para diligência/julgamento.		
5026201-89.2018.4.03.0000	17/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação: Agravo de instrumento prejudicado, em razão da perda superveniente do objeto. Providência: Processo com prazo em curso em secretaria, para eventual interposição de recurso ou certificação do trânsito em julgado.		
5001924-72.2019.4.03.0000	4/2/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo selecionado para redistribuição (Resolução PRES n. 632, de 22 de agosto de 2023).		
5028710-90.2018.4.03.0000	13/11/2018	Agravo de Instrumento
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5004541-15.2018.4.03.6119	30/10/2018	Apelação Cível
Observação: Processo concluso para julgamento. Providência: Análise e encaminhamento do recurso para julgamento.		
5014450-32.2023.4.03.0000	30/5/2023	Inquérito Policial
Observação: Processo distribuído em 30/5/2023. Providência: Aguardar diligência em curso.		
0033231-66.1999.4.03.6100	12/2/2014	Apelação Cível
Observação: Julgamento do processo suspenso (sessão de 3/3/2022), em virtude de pedido de vista pelo Des. Federal Marcelo Saraiva. Providência: Aguardar apresentação do voto-vista em sessão pelo Des. Federal Marcelo Saraiva.		
0002960-68.2013.4.03.6105	9/10/2015	Apelação Cível
Observação: Processo adiado da sessão de 17/7/2022, em virtude de pedido de vista pela Des. Federal Marli Ferreira. Providência: Aguardar apresentação do voto-vista pela Des. Federal Marli Ferreira para conclusão do julgamento.		
5010037-10.2022.4.03.0000	16/4/2022	Agravo de Instrumento
Observação: Julgamento do processo suspenso (sessão de 13/10/2022), em virtude de pedido de vista pela Des. Federal Marli Ferreira. Providência: Aguardar apresentação do voto-vista pela Des. Federal Marli Ferreira.		
5006557-20.2019.4.03.6114	8/3/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação: Julgamento do processo suspenso (sessão de 10/6/2021), em virtude de pedido de vista pela Des. Federal Marli Ferreira. Providência: Aguardar apresentação do voto-vista pela Des. Federal Marli Ferreira.		
0002985-73.2007.4.03.0000	24/1/2007	Agravo de Instrumento
Observação: Julgamento do processo suspenso (sessão de 22/6/2023), em virtude de pedido de vista pela Des. Federal Marli Ferreira. Providência: Aguardar apresentação do voto-vista pela Des. Federal Marli Ferreira.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 51 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000037-64.2007.4.03.6110	0000057-57.2009.4.03.6119	0000096-33.2009.4.03.6126
0000182-26.2007.4.03.6109	0002554-38.2004.4.03.6113	0014753-63.2006.4.03.6100
0020222-56.2007.4.03.6100	0030687-90.2008.4.03.6100	5001267-16.2018.4.03.6128
5001572-06.2018.4.03.6126	5002159-12.2018.4.03.6002	5002941-57.2017.4.03.6130
5004541-15.2018.4.03.6119	5018016-57.2021.4.03.0000	5007119-90.2018.4.03.6105
5007546-05.2018.4.03.6100		

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (Demais medidas urgentes - Excesso na tramitação acima de 60 dias):

5012418-30.2018.4.03.0000	5005320-91.2018.4.03.0000	5012809-43.2022.4.03.0000
5014524-23.2022.4.03.0000	5015620-78.2019.4.03.0000	5022504-26.2019.4.03.0000
5025607-41.2019.4.03.0000	5025655-29.2021.4.03.0000	

c) promover o andamento:

0032664-98.2000.4.03.6100

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da inspeção foi recebida, no dia 23/10/2023, pelo Desembargador Federal André Nabarrete, pelo Chefe de Gabinete Daniel Kyioshi Hatanaka e pelo Assessor Marcelo da Cruz Coutinho.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos a: 1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral e preços públicos e 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (artigo 10, § 2ª do RITRF3).

Atualmente o gabinete tem lotação composta por 14 servidores, tendo sofrido redução de dois servidores, em razão da ampliação do Tribunal, com consequente reestruturação. Além disso, possui um agente de polícia judicial, que está lotado no setor de segurança. No momento, não existem estagiários trabalhando no setor.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas individuais definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para a definição das cotas e especialização por assuntos.

Referem trabalhar simultaneamente com processos observando as Metas 1 e 2/CNJ, utilizando o painel/sistema BI do Tribunal para acompanhamento do desempenho

da unidade, e mediante o destacamento de servidores para enfrentamento destes processos de forma prioritária.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução 481/CNJ, sendo formalizado no “Sistema EGP”. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas.

A comunicação com servidores em teletrabalho é realizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e por e-mail.

Nos dias em que o trabalho é feito de forma presencial, deve ser observado o ponto eletrônico conforme determinado pela administração.

Não há política de recompensas no gabinete.

O atendimento a advogados é realizado de forma presencial, em dias preestabelecidos pelo Desembargador. Também é possível o encaminhamento de vídeos e memoriais por e-mail. O Desembargador não costuma fazer atendimento por meio de plataformas on-line.

Em regra, a gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal e pelo controle das etiquetas.

Os processos do PJe, após triagem, recebem etiqueta de identificação por matéria e são encaminhados para o servidor responsável pela análise do tema.

Os modelos de minutas estão bem organizados no aplicativo Microsoft Teams, estando disponíveis e podendo ser acessados por todos os servidores, o que facilita a elaboração de minutas e padroniza o entendimento do gabinete. No mesmo aplicativo, realizam o controle do acervo, registrando a lista de processos antigos.

Ainda, relataram as dificuldades enfrentadas pela unidade, dentre as quais elencam:

- Volume de processos em pauta;
- Redução do quadro de servidores;
- Aumento da distribuição, a qual esperam que seja reduzida após a criação dos novos gabinetes;
- Dificuldades inerentes ao funcionamento do PJe, especialmente no que diz respeito a:

1. pauta de julgamentos, que exige uma conferência manual para revisão interna dos processos;

2. gestão e pesquisa documental, sendo inviabilizada a localização de modelos e minutas;

3. editor de textos muito restrito, exigindo a utilização de um editor (Word) em paralelo, que dispõe de melhores ferramentas;

4. processos em segredo de justiça, que não podem ser localizados sequer pelo Desembargador Relator;

5. inexistência de pasta específica para a entrada de petições juntadas pelos advogados, o que dificulta a localização e análise dos requerimentos.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 6.977 para 8.404.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.963 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 8.404.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 441, na última inspeção, para 367, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 46 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Turma, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

A análise do relatório anterior em conjunto com as informações obtidas na entrevista, permite inferir a necessidade de aprimoramento na gestão do acervo. Desta forma, é essencial que se estabeleça uma triagem mais efetiva dos processos distribuídos, bem como a elaboração de fluxos padrão que tornem mais célere a análise e, a consequente, inclusão de processos em pauta de julgamento.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 9.

Verificar a necessidade de lançamento de fase processual para baixa de processos que constam no acervo do Gabinete, mas não mais em tramitação.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda igualmente a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

Recomenda-se, ainda, constante aperfeiçoamento no que toca às boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o levantamento, monitoramento e tratamento específico para processos digitalizados antigos, especialmente agravos de instrumento, agravo interno e embargos de declaração que se encontram pendentes de julgamento. Os agravos internos questionam decisões monocráticas, sendo recomendável que haja a manifestação do colegiado. Os agravos de instrumento atacam decisões interlocutórias, muitas das quais deliberam sobre tutelas de urgência, as quais demandam rápida solução. E a apreciação dos embargos de declaração constitui pressuposto para a conclusão da manifestação do órgão colegiado.

Os alegados problemas de sistema devem ser reportados à Presidência para comunicação à Secretaria de Tecnologia da Informação, a fim de que sejam providenciados eventuais ajustes e/ou correções, caso não se trate de falta de conhecimento por parte dos usuários, o que, se for o caso, também deve ser enfrentado, proporcionando-se treinamento.

Como a despeito da boa organização do gabinete houve aumento do acervo de processos conclusos para julgamento, recomenda-se sejam envidados esforços para incrementar o número de julgamentos.

A Turma, com efeito, ganhou recentemente mais um membro, e isso acarretou a redistribuição de mais de 1.500 processos para o novo gabinete criado (assumido pelo Des. Federal Wilson Zauhy). A ampliação do órgão colegiado é muito recente, de modo que os reflexos não foram ainda sentidos, mas certamente a diminuição na distribuição permitirá que a demanda possa ser enfrentada em melhores condições.

Ao que se percebe, nos últimos 12 meses a média de distribuição anual, considerando quatro gabinetes na 4ª Turma, foi de 3.220 processos, e média mensal de 268 processos. Com a nova realidade (cinco gabinetes) há uma projeção (a partir dos dados referentes aos 12 últimos meses) de distribuição anual de 2.576 processos e, logo, de 214 processos mensais.

Em suma, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento diário do acervo, práticas estas já adotadas pelos gestores do gabinete, havendo, contudo, necessidade de procura de estratégias para tentar diminuir o acervo de processos conclusos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL - 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargadora Federal Marli Ferreira

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

4ª Turma/2ª Seção/Órgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

13 (treze) anos

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Fabiano Pereira Kobal - RF 2715, Chefe de Gabinete

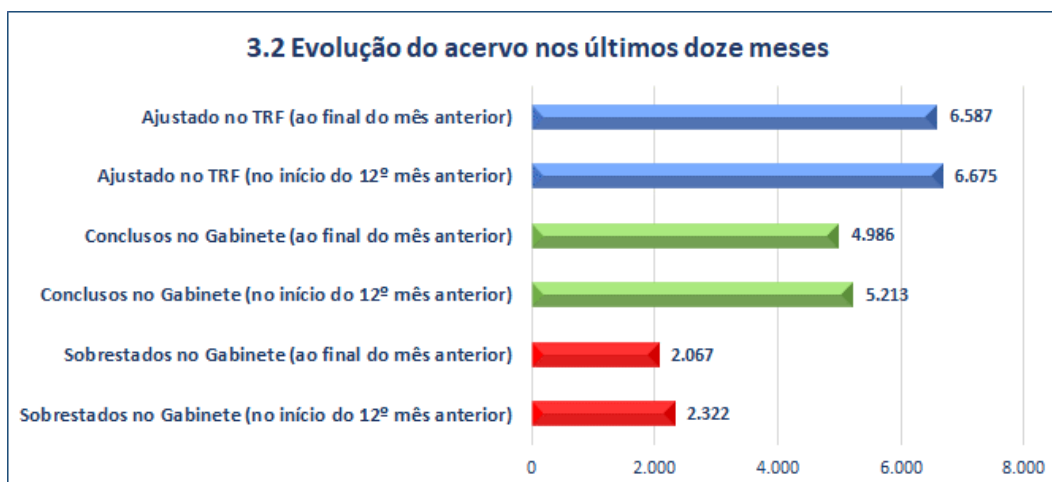
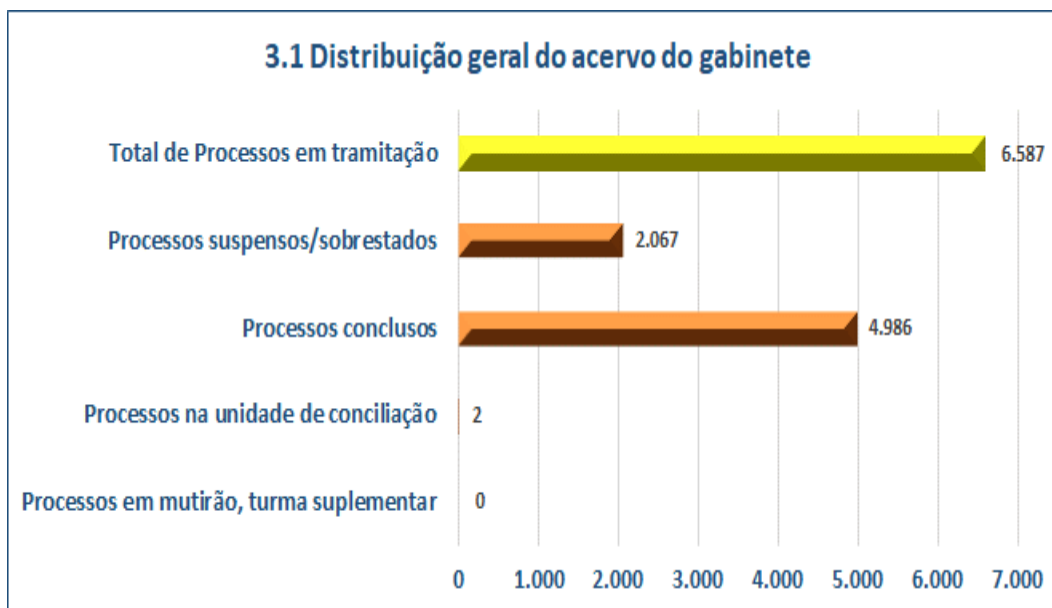
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	15
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	1

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

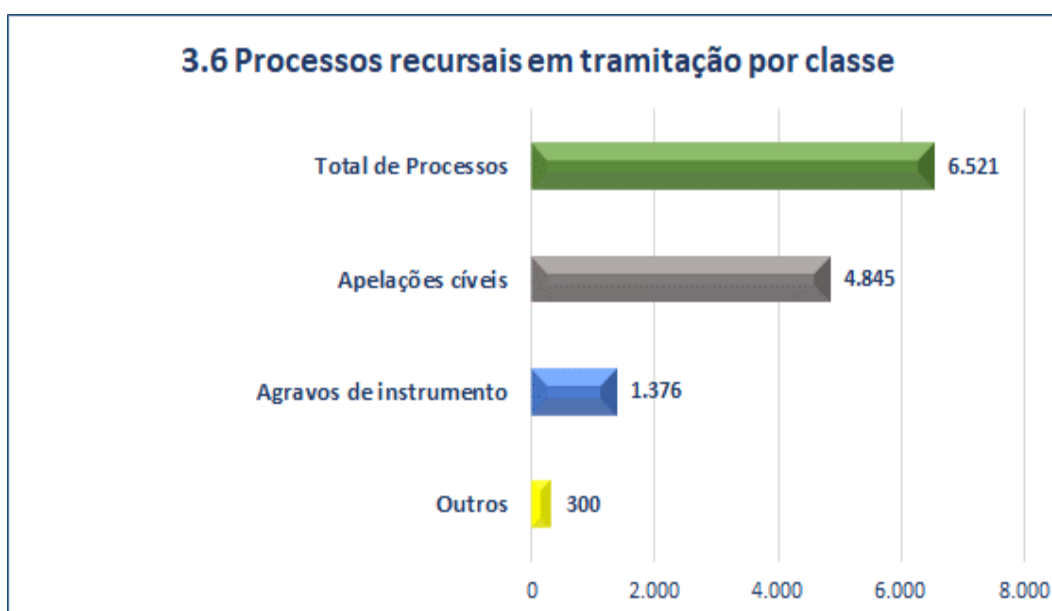
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
---	-----

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	66
Mandados de segurança	6
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	21
Reclamações	0
Ações rescisórias	19

Outros	19
--------	----

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.521
Recursos em mandados de segurança coletivos	22
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	41
Recursos em ações civis públicas	103
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	375
Outros	5.976

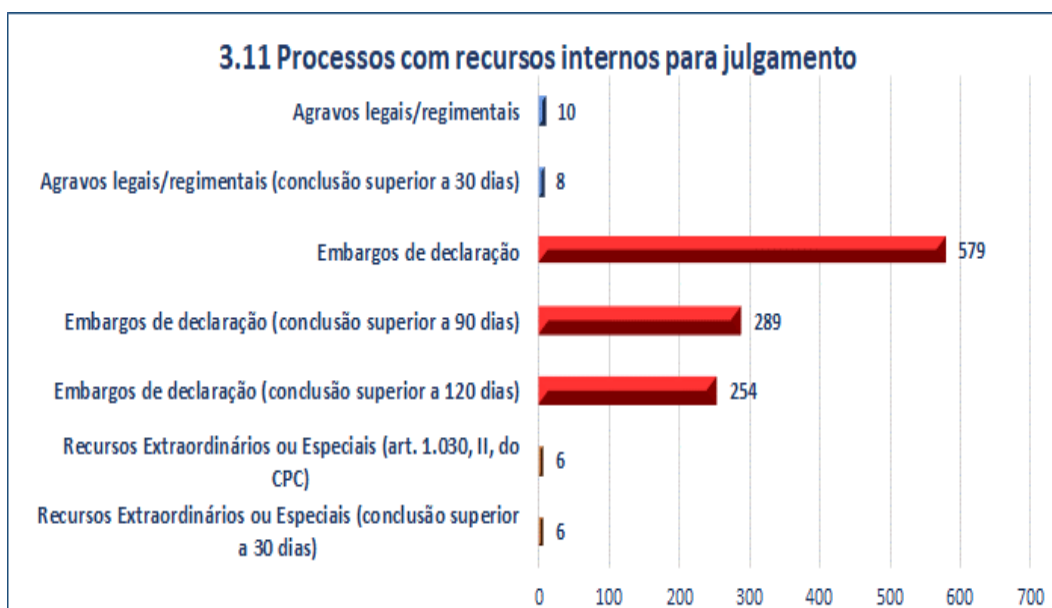


3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

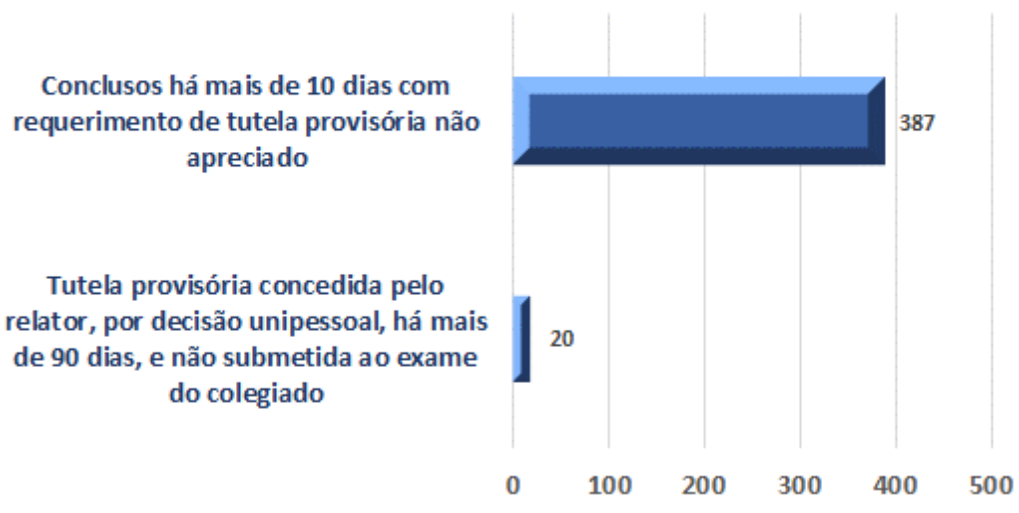
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

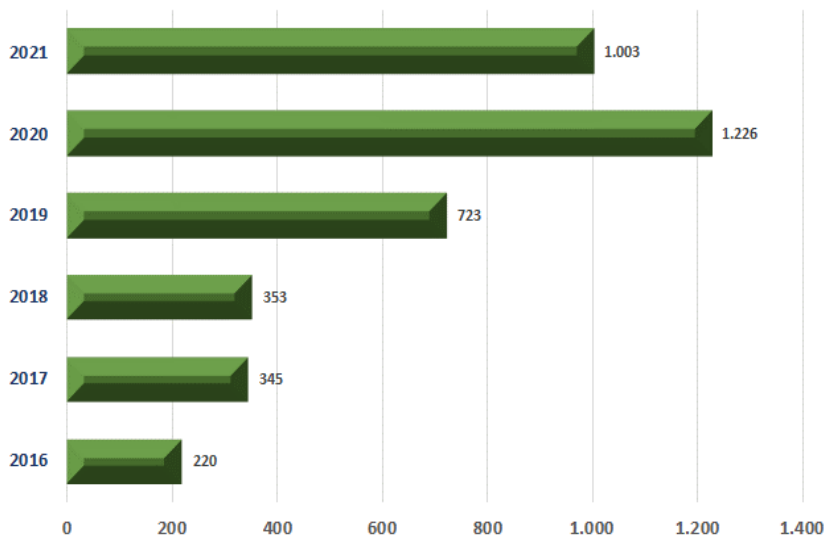
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

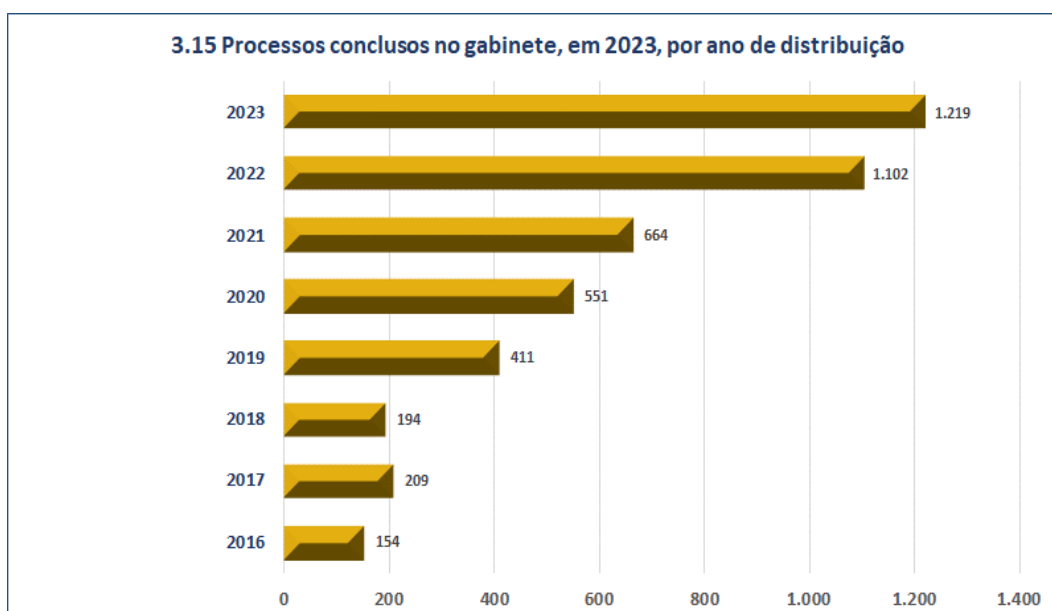
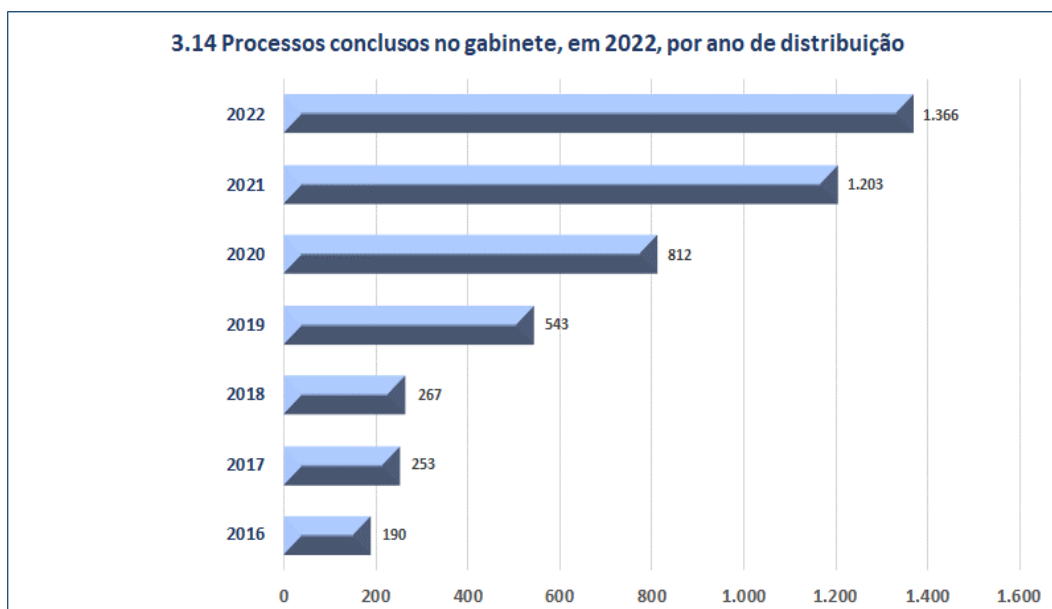


3.12 Processos com tutela provisória



3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição



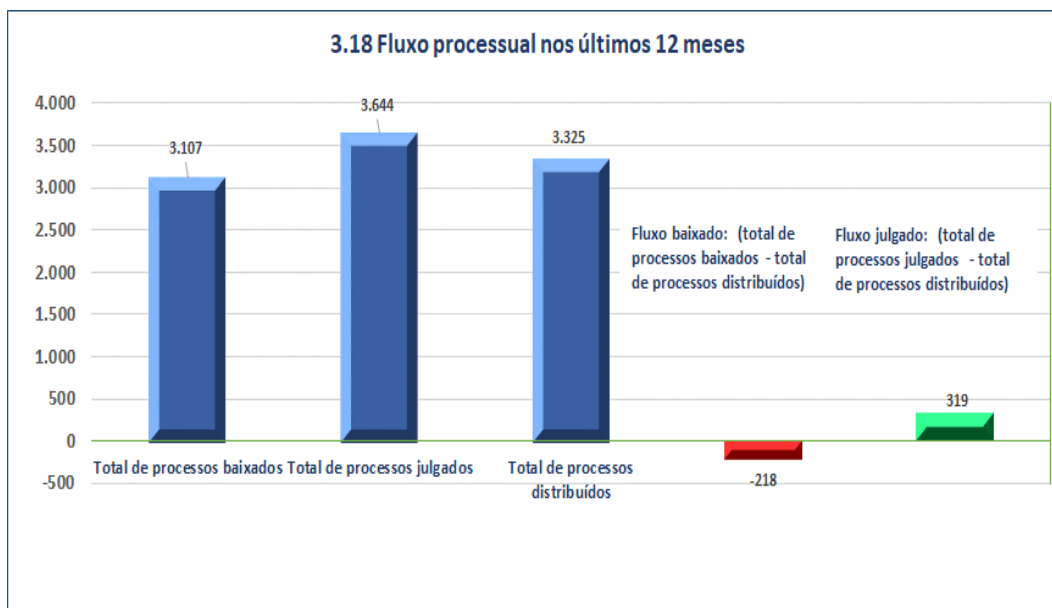


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

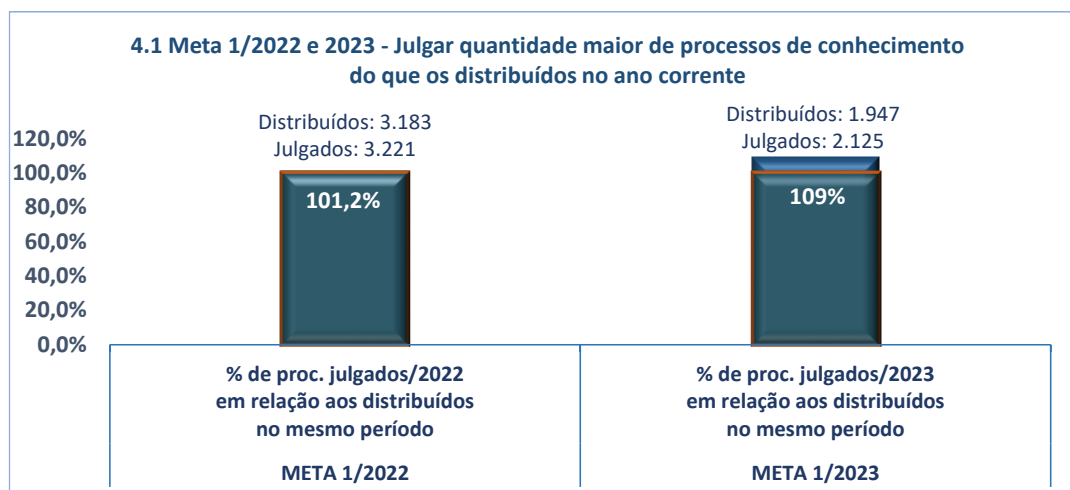
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	32
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	27

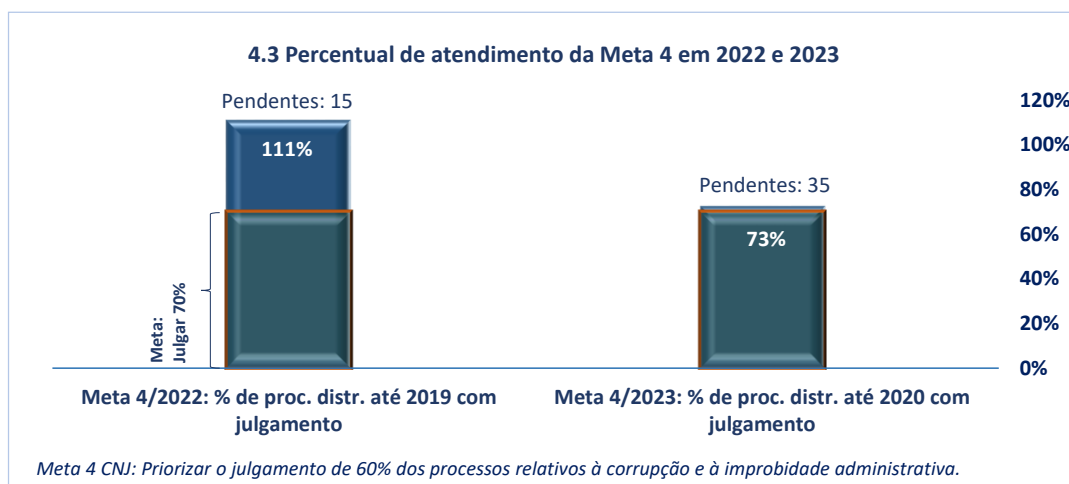
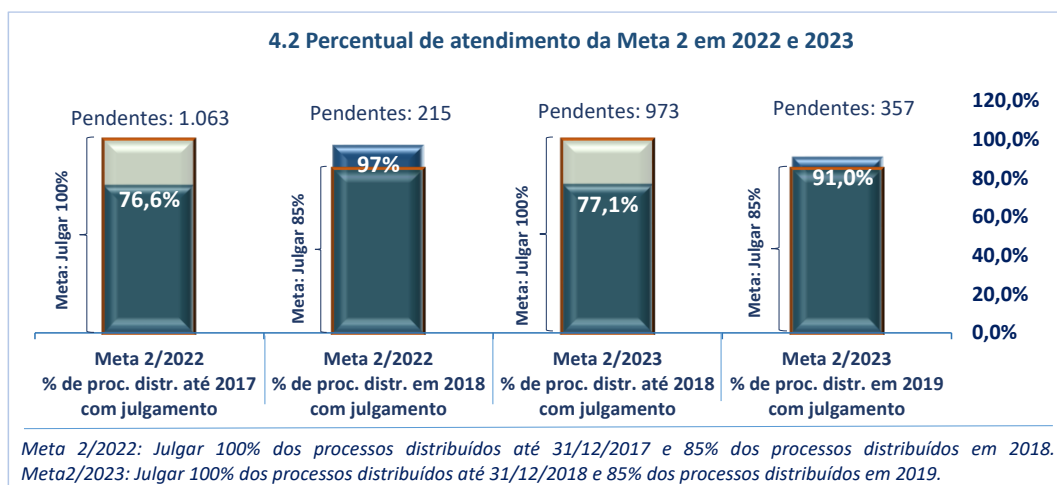
Recebidos para declaração de voto

0



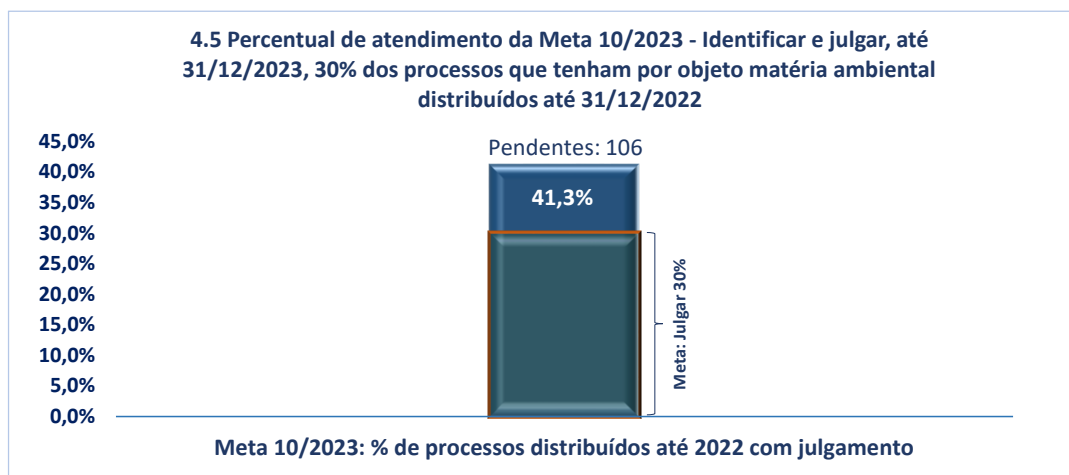
4. METAS

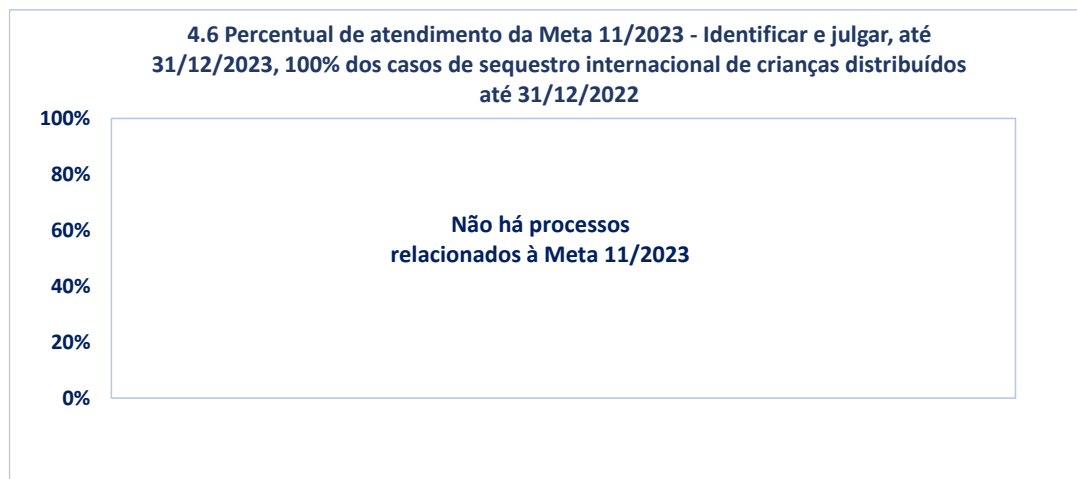




4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no ano corrente	1,39
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	não disponível
Taxa de congestionamento no ano anterior	não disponível





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle é feito pelo relatório estatístico. Apesar de não formalizado em documento, o plano de gestão adotado desde o início do Gabinete é bem claro, e de conhecimento de todos os servidores. Os processos da Seção e do Órgão Especial são de atribuição da Assessoria. Quanto aos demais, a atividade fim é distribuída em 2 grupos, levando em consideração a classe processual - agravo de instrumento (3 servidores) e demais recursos (atualmente com 7 servidores - 2 cargos, remanejados pela Presidência). 2 servidores na atividade-meio, sendo 1 técnico e 1 agente de segurança.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Acessando mensalmente o relatório disponível pelo Setor de Estatística, bem como os temas nos Tribunais Superiores, a permitir que os processos possam voltar à tramitação regular.

5.3 Boas práticas e inovações

É feita triagem dos processos que ingressam a fim de permitir julgamento conjunto de matérias repetitivas, além de evitar que mais de um servidor trabalhe na mesma matéria, pois a classificação em conformidade com o assunto da tabela do CNJ mostra-se insuficiente. Houve aumento de reuniões individuais como forma de manutenção e controle das atividades de cada servidor. O controle da atividade também é feito pelo aplicativo whatsapp, ocasião em que a Exma. Des. Federal é constantemente acessada para esclarecimento imediato de dúvidas/conferências dos trabalhos.

5.4 Dificuldades

Afirma a unidade que não conseguiu aumentar significativamente a produção em razão da existência de 2 cargos vagos que não conseguiu preencher; Instabilidade constante do sistema PJe; problemas com perda de documentos digitados e salvos; salvamento de documentos; problemas em acessar jurisprudência da própria Relatoria;

Impossibilidade de acesso a processo sigiloso; dificuldade na inserção e salvamento de votos-vista no PJe; impossibilidade de consulta de documentos já produzidos dentro do PJe.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Houve adaptação da presença no local de trabalho, conforme o percentual estabelecido, de modo que atualmente cada servidor comparece na unidade do Gabinete 3 vezes na semana.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, sempre quando há solicitação pelo Setor de Conciliação, que estabelece juntamente com os Órgãos Públicos as matérias passíveis de transação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5023681-29.2017.4.03.6100	8/3/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5023666-60.2017.4.03.6100	6/4/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5003617-61.2018.4.03.6100	2/5/2018	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5003940-88.2017.4.03.6104	26/3/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5000779-88.2018.4.03.6119	18/5/2018	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5000503-64.2017.4.03.6128	28/5/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5006412-40.2018.4.03.6100	26/4/2018	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5003041-53.2018.4.03.6105	5/6/2018	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
5001511-33.2017.4.03.6110	16/5/2018	Apelação Cível
O processo já foi pautado, estando na rotina aguardando sessão.		
5023455-88.2017.4.03.0000	4/12/2017	Agravo de Instrumento

O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5000255-94.2018.4.03.6118	15/6/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5001425-52.2018.4.03.6102	11/7/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento		
5002241-74.2017.4.03.6100	26/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5000295-52.2017.4.03.6105	2/7/2018	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5002089-83.2018.4.03.6102	23/7/2018	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0003849-93.2016.4.03.6112	23/9/2016	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0005772-51.2011.4.03.6106	13/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0006022-93.1997.4.03.6100	24/4/2013	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina “aptos para julgamento”, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0011141-34.2008.4.03.6105	4/9/2012	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0000877-53.2011.4.03.6104	19/6/2015	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0006321-11.2013.4.03.6100	14/3/2014	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina “aptos para julgamento”, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0025359-72.2014.4.03.6100	31/8/2015	Apelação/Remessa Necessária
O processo foi devolvido à E. Vice-Presidência, para prosseguimento, em razão de r. despacho proferido em 4/9/2023.		
0015274-27.2014.4.03.6100	31/10/2014	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0002741-09.2014.4.03.6109	22/7/2015	Apelação/Remessa Necessária
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0008712-68.2006.4.03.6104	15/2/2011	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0002509-61.2004.4.03.6104	18/4/2011	Apelação/Remessa Necessária
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		

0003437-96.2010.4.03.6105	20/12/2010	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0022792-49.2006.4.03.6100	4/2/2011	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0006907-06.2004.4.03.6119	3/11/2010	Apelação Cível
O processo já foi pautado, estando na rotina ED - aguardando sessão.		
0002360-11.2008.4.03.6109	13/12/2010	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5002284-02.2017.4.03.6103	3/6/2019	Remessa Necessária Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0009184-36.2015.4.03.6110	8/6/2020	Remessa Necessária Cível
O processo foi decidido monocraticamente em 4/9/2023.		
0015337-91.2010.4.03.6100	17/6/2011	Apelação Cível
O julgamento do processo foi adiado, tendo sido reincluído na pauta de julgamento de 9/10/2023, em razão de pedido de sustentação oral.		
5004871-08.2019.4.03.6109	17/7/2020	Remessa Necessária Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0009952-90.2009.4.03.6103	9/2/2011	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0000172-16.2006.4.03.6109	1º/12/2009	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0601308-60.1996.4.03.6105	16/7/2007	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0001983-75.2001.4.03.6112	2/1/2008	Apelação/Remessa Necessária
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0011821-84.2005.4.03.6182	1º/8/2008	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5011850-72.2022.4.03.0000	9/5/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
O processo foi decidido monocraticamente, com decisão publicada em 23/8/2023.		
0012225-60.2005.4.03.6110	24/8/2007	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5000796-12.2022.4.03.0000	20/1/2022	Tutela Cautelar Antecedente
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0020571-93.2006.4.03.6100	1º/12/2008	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
0007884-56.2008.4.03.6119	16/9/2009	Apelação Cível

O processo foi decidido monocraticamente, com decisão publicada em 31/8/2023.		
5021492-45.2017.4.03.0000	9/11/2017	Agravo de Instrumento
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0017870-55.2008.4.03.6112	11/6/2010	Apelação Cível
Processo baixado em diligência com despacho proferido em 4/9/23 para habilitação de eventuais herdeiros, em razão de falecimento do polo ativo.		
0022909-94.2012.4.03.0000	8/8/2012	Agravo de Instrumento
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0009147-19.2004.4.03.6102	9/8/2016	Apelação Cível
O processo com decisão proferida em 29/8/2023, determinando a remessa dos autos a e. Des. Mônica Nobre, Relatora para acórdão, para julgamento dos declaratórios.		
5004031-55.2020.4.03.0000	19/2/2020	Agravo de Instrumento
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5003140-97.2021.4.03.0000	17/2/2021	Agravo de Instrumento
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0027959-87.2009.4.03.6182	17/6/2021	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5013555-81.2017.4.03.0000	2/8/2017	Agravo de Instrumento
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5006932-61.2018.4.03.6112	11/12/2018	Apelação Cível
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
5007609-24.2018.4.03.6102	27/5/2019	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5003741-78.2017.4.03.6100	11/3/2019	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0005425-94.2015.4.03.6100	8/11/2019	Apelação/Remessa Necessária
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0001167-87.2016.4.03.6138	10/12/2019	Apelação/Remessa Necessária
O processo será redistribuído ao quinto Gabinete da 4ª Turma em 11/9/2023, conforme listagem disponibilizada pela E. Presidência TRF3.		
5033944-14.2022.4.03.0000	15/12/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
5009999-61.2023.4.03.0000	14/4/2023	Mandado de Segurança Cível
Processo redistribuído ao Juizado Especial, em razão de incompetência declarada, conforme r. decisão proferida em 28/8/2023.		
5001773-77.2017.4.03.6111	12/1/2018	Petição Cível
Processo redistribuído ao Juizado Especial, em razão de incompetência declarada, conforme r. decisão proferida em 16/5/2023.		

5028302-35.2018.4.03.6100	20/9/2019	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5003917-03.2021.4.03.6105	22/6/2022	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0013145-88.2010.4.03.6100	27/4/2022	Apelação Cível
O processo já teve seu julgamento iniciado, com voto da Dra. Marli, tendo sido suspenso em 23/11/2022, em razão de pedido de vista formulado pelo e. Des. Federal Marcelo Saraiva.		
5010090-97.2017.4.03.6100	1º/12/2021	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
5031256-49.2021.4.03.6100	26/4/2022	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0016980-11.2015.4.03.6100	11/6/2020	Apelação Cível
O processo já teve o julgamento iniciado, com voto da Dra. Marli, tendo sido suspenso em 25/4/2023, em razão de pedido de vista formulado pelo e. Des. Federal Marcelo Saraiva.		
5017707-11.2017.4.03.6100	3/2/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo com acórdão pendente de publicação.		
5013910-52.2021.4.03.0000	18/6/2021	Agravo de Instrumento
Processo com acórdão pendente de publicação.		
5019305-30.2018.4.03.0000	13/8/2018	Agravo de Instrumento
Processo com acórdão pendente de publicação.		
5002477-51.2021.4.03.0000	10/2/2021	Agravo de Instrumento
Processo com acórdão pendente de publicação.		
5012913-69.2021.4.03.0000	8/6/2021	Agravo de Instrumento
Processo com acórdão pendente de publicação.		
5017892-74.2021.4.03.0000	5/8/2021	Agravo de Instrumento
Processo com acórdão pendente de publicação.		
5011484-85.2021.4.03.6105	23/10/2022	Apelação Cível
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0004217-67.2009.4.03.6106	15/1/2010	Apelação Cível
Processo com acórdão publicado em 7/8/2023.		
0032532-37.2010.4.03.6182	12/6/2012	Apelação Cível
O processo foi decidido monocraticamente, com decisão disponibilizada em 6/9/23.		
0018030-05.2016.4.03.0000	30/9/2016	Agravo de Instrumento
O processo foi decidido monocraticamente, com decisão publicada em 21/8/2023.		
0018811-27.2016.4.03.0000	21/10/2016	Agravo de Instrumento
O processo, com voto pronto, está na rotina ED - aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0002844-51.2016.4.03.6107	5/5/2017	Apelação/Remessa Necessária
O processo, com voto pronto, está na rotina aptos para julgamento, aguardando a data prevista em cronograma da 4ª Turma para sua inclusão em pauta de julgamento.		
0000370-72.2009.4.03.6004	17/10/2016	Apelação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento do mês de novembro de 2023, diante da ausência de tempo hábil para aditamento da pauta do mês anterior.		
0002841-46.2008.4.03.6182	19/11/2014	Apelação Cível

Processo convertido em diligência, diante da necessidade de manifestação da embargante acerca da subsistência de interesse no julgamento do recurso.

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000370-72.2009.4.03.6004	0005425-94.2015.4.03.6100	0009147-19.2004.4.03.6102
0601308-60.1996.4.03.6105	5003617-61.2018.4.03.6100	5007609-24.2018.4.03.6102
5013555-81.2017.4.03.0000	5023455-88.2017.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

0002960-68.2013.4.03.6105	5002341-24.2020.4.03.6100	5004951-44.2019.4.03.6182
5006557-20.2019.4.03.6114	5022881-59.2021.4.03.6100	

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração com excesso na tramitação acima de 45 dias):

0002509-61.2004.4.03.6104	0003437-96.2010.4.03.6105	5002284-02.2017.4.03.6103
0008712-68.2006.4.03.6104		

d) Incluir em julgamento em até 30 dias (medidas urgentes com excesso na tramitação acima de 60 dias):

5000779-88.2018.4.03.6119	5004871-08.2019.4.03.6109	5006412-40.2018.4.03.6100
5033944-14.2022.4.03.0000		

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada, pela Juíza Federal Noemi Martins de Oliveira (em razão das férias regulares da Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira) e pelos servidores Cláudia Maria Comis Dutra (assessora) e Fabiano Pereira Kobal (chefe de gabinete).

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos a: 1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral e preços públicos e 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (artigo 10, § 2º do RITRF3).

Atualmente o gabinete tem lotação composta por 12 servidores, tendo sofrido redução de dois servidores, em razão da ampliação do Tribunal, com conseqüente reestruturação. Referem que há duas vagas não preenchidas. Além disso, possui um agente de polícia judicial, que está lotado no setor de segurança, e um estagiário.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas individuais definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para a definição das cotas.

Relatam trabalhar simultaneamente com processos observando as Metas 1 e 2/CNJ. A Meta 2 está incluída nas metas pessoais dos servidores, que recebem uma conta de processos antigos regularmente a serem feitos juntamente com sua produção usual.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução 481/CNJ. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas. Possuem dois servidores em teletrabalho integral.

A comunicação com servidores em teletrabalho é realizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e por e-mail.

Nos dias em que o trabalho é feito de forma presencial, deve ser observado o ponto eletrônico conforme determinado pela administração.

Não há política de recompensas no gabinete.

Em regra, a gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal e pelo controle das etiquetas.

O atendimento ao público externo é realizado por e-mail e via Teams, preferencialmente.

Os processos do PJe recebem etiqueta de identificação por matéria, bem como são identificados e separados os agravos internos, de instrumento e os embargos de declaração para que sejam tratados como prioridade na divisão das metas entre os servidores. As liminares e tutelas são imediatamente identificadas e distribuídas para os servidores responsáveis pela análise e confecção das minutas.

Ainda, relataram as dificuldades enfrentadas pela unidade, dentre as quais elencam:

- 1) Muitos conflitos de competência com outras seções;
- 2) A forma de seleção e contratação dos estagiários pelo Tribunal dificulta a sua utilização pelo gabinete, porquanto os candidatos não são comprometidos e capacitados;
- 3) A prática adotada na Turma de não pautar processos durante o período de convocação de Juízes Federais, nas férias de desembargadores integrantes do colegiado, que somente analisam e decidem as tutelas de urgência, o que atrasa o andamento dos processos nos períodos de férias regulamentares;
- 4) Dificuldades inerentes ao funcionamento do PJe, especialmente no que diz respeito a:

- 4.1 pauta de julgamentos, que exige uma conferência manual para revisão interna dos processos;
- 4.2 gestão documental, com o desaparecimento de minutas inclusive de processos julgados;
- 4.3 editor de textos, que exige a utilização de um editor (Word) em paralelo, eis que não possui ferramentas semelhantes;
- 4.4 pesquisa documental, que dificulta a localização de modelos e minutas pelo seu criador;
- 4.5 processos sigilosos, que não aparecem sequer para o desembargador relator;
- 4.6 criação de documentos em lote, que inexistente;
- 4.7 datação dos documentos, que não leva em consideração o momento da assinatura, mas da criação, gerando disparidade entre a elaboração e a assinatura (a data do documento poderia puxar a data em que assinado).

Relatam, ainda, que as falhas recorrentes no sistema são reportadas ao Setor de Informática, sem que obtenham resposta ou solução.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 5.222 para 4.986.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.675 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.587.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 395, na última inspeção, para 579, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução significativa em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 32 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Turma, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 9.

Manter as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o levantamento, monitoramento e tratamento específico para processos digitalizados antigos,

especialmente agravos de instrumento, agravo interno e embargos de declaração que se encontram pendentes de julgamento. Os agravos internos questionam decisões monocráticas, sendo recomendável que haja a manifestação do colegiado. Os agravos de instrumento atacam decisões interlocutórias, muitas das quais deliberam sobre tutelas de urgência, as quais demandam rápida solução. E a apreciação dos embargos de declaração constitui pressuposto para a conclusão da manifestação do órgão colegiado, tendo sido verificado aumento de acervo no particular.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

Recomenda-se, ainda, a realização de curso acerca do funcionamento do PJe, especialmente com relação às suas facilidades e ferramentas, aos servidores e gestores. O constante aperfeiçoamento dos sistemas, e bem assim dos conhecimentos necessários ao seu adequado uso, constituem medidas importantes para a boa gestão processual.

Os alegados problemas de sistema devem ser reportados à Presidência para comunicação à Secretaria de Tecnologia da Informação, a fim de que sejam providenciados eventuais ajustes e/ou correções, caso não se trate de falta de conhecimento por parte dos usuários, o que, se for o caso, também deve ser enfrentado, proporcionando-se treinamento.

Quanto ao fato de, segundo informado, não se admitir na Turma que os(as) juízes(as) convocados(as) em substituição nas férias dos(as) desembargadores(as) pautem processos, limitando-se sua atuação à análise das tutelas de urgência, de rigor, como agora a Turma conta com cinco integrantes, de se questionar a necessidade, como regra, de convocação, pois a organização da escala de férias pode resolver a maior parte das situações. Não obstante, havendo convocação, parece contraproducente limitar a atuação do(a) juiz(íza) convocado(a). Trata-se de magistrado(a) habilitado(a) a responder pelo gabinete, e, nesse caso, não há óbice a que exerça plenamente a jurisdição, inclusive para relatar os processos que, ainda que transitoriamente, estão sob sua responsabilidade. Recomenda-se que este tema seja submetido ao colegiado.

Pode-se dizer que a unidade, no geral, tem boa gestão e está conseguindo diminuir o acervo de processos, o que é positivo e digno de elogio, apresentando boas perspectivas para os próximos meses.

Em que pese a diminuição da equipe, a ampliação do Tribunal apresenta oportunidade ao melhor enfrentamento da demanda.

A Turma ganhou recentemente mais um membro, e isso acarretou a redistribuição de mais de 1.500 processos para o novo gabinete criado (assumido pelo Des. Federal

Wilson Zauhy). A ampliação do órgão colegiado é muito recente, de modo que os reflexos não foram ainda sentidos, mas certamente a diminuição na distribuição permitirá que a demanda possa ser enfrentada em melhores condições.

Ao que se percebe, nos últimos 12 meses a média de distribuição anual, considerando quatro gabinetes na 4ª Turma, foi de 3.220 processos, e média mensal de 268 processos. Com a nova realidade (cinco gabinetes) há uma projeção (a partir dos dados referentes aos 12 últimos meses) de distribuição anual de 2.576 processos e, logo, de 214 processos mensais.

Em suma, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento diário do acervo, práticas estas já adotadas pelos gestores do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Marcelo Saraiva

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

4ª Turma, 2ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

17/9/2015

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Alexandre Ciro Tribino Filho - analista judiciário - área fim.

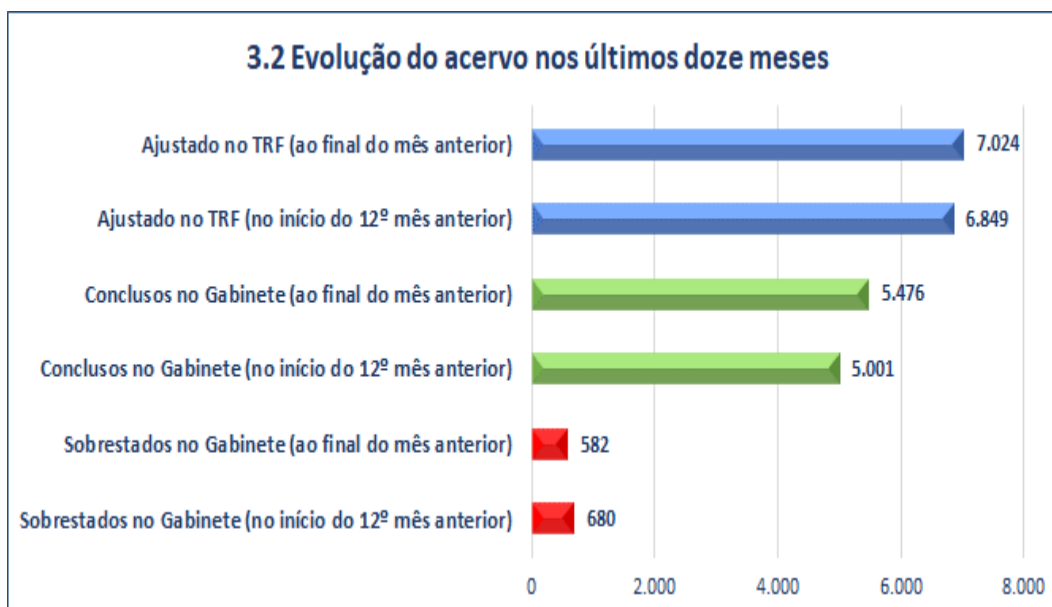
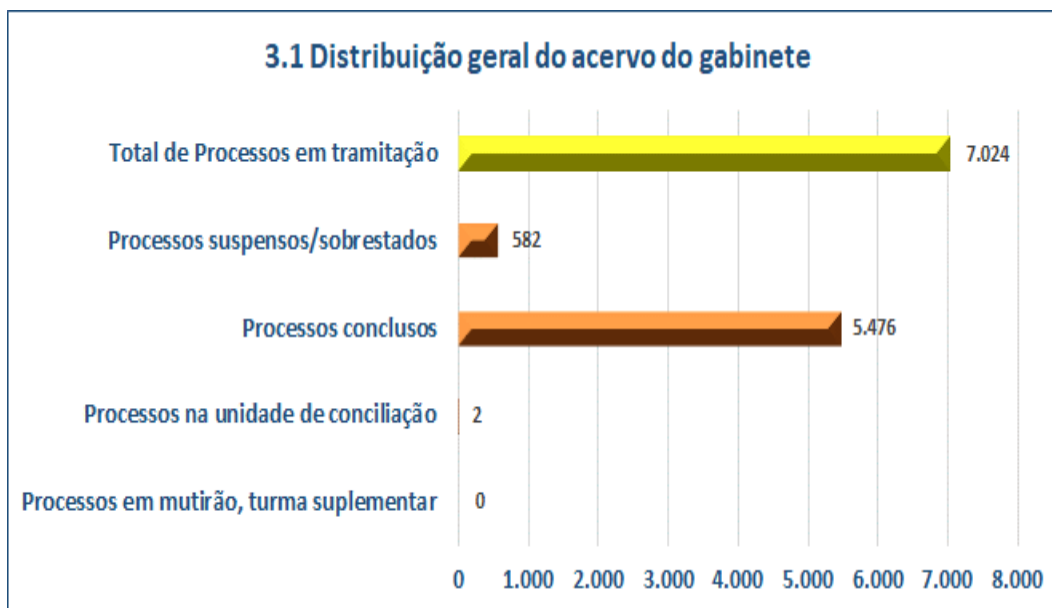
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	8
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

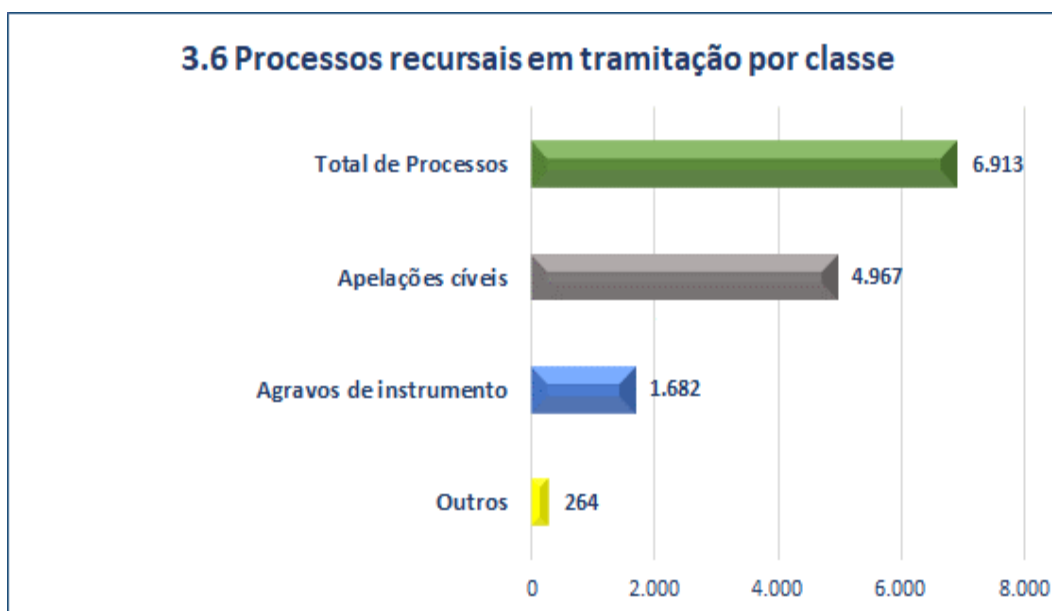
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	0

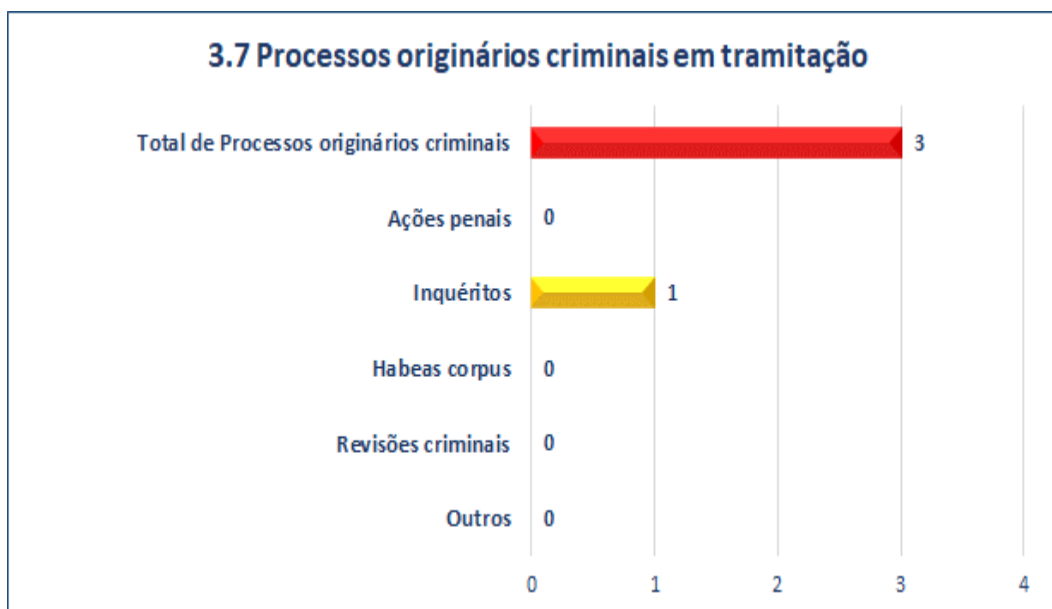
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	108
Mandados de segurança	8
Conflitos de competência	32

Ações rescisórias	15
Outros	53
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Reclamações	0

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.913
Recursos em mandados de segurança coletivos	22
Recursos em ações populares	6
Recursos em ações de improbidade administrativa	75
Recursos em ações civis públicas	62
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	446
Outros	6.307

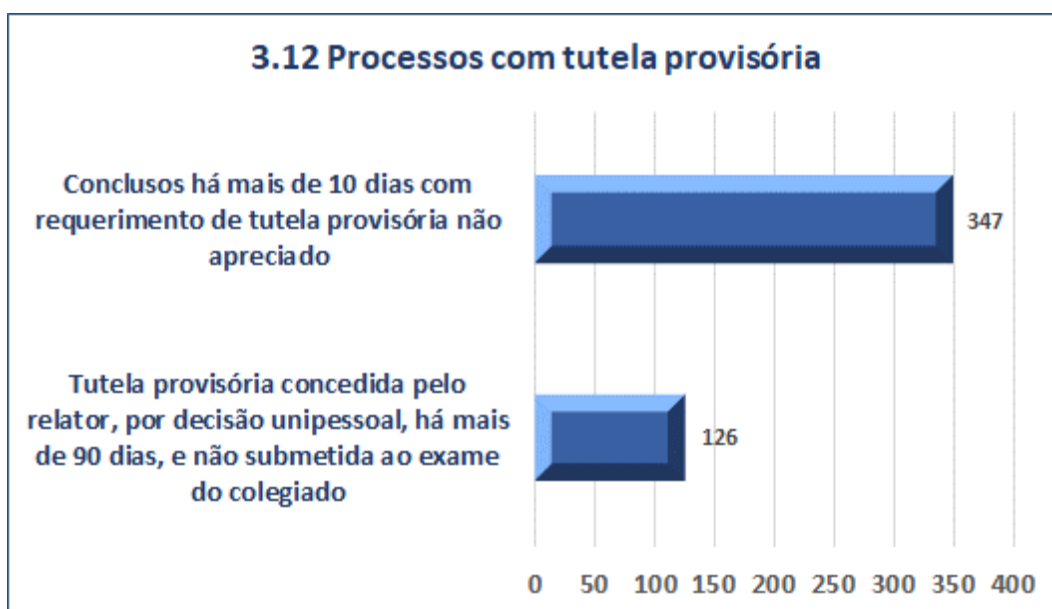
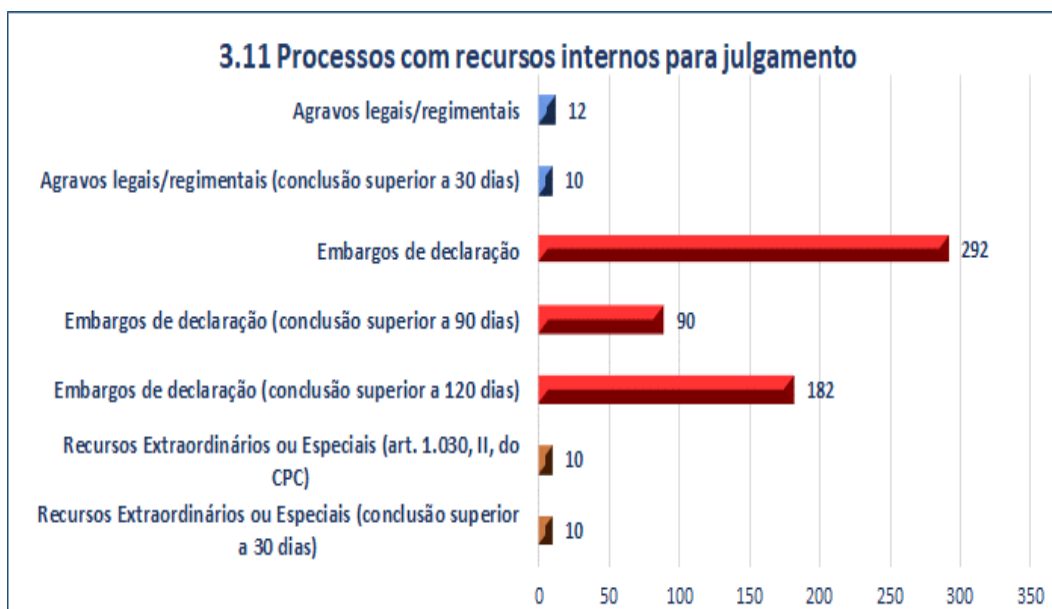


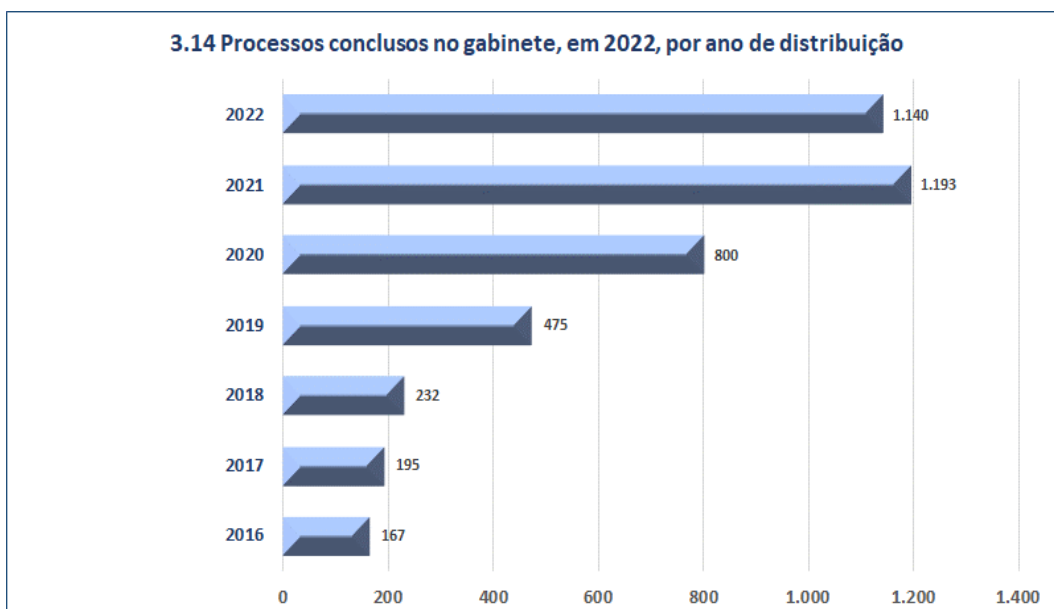
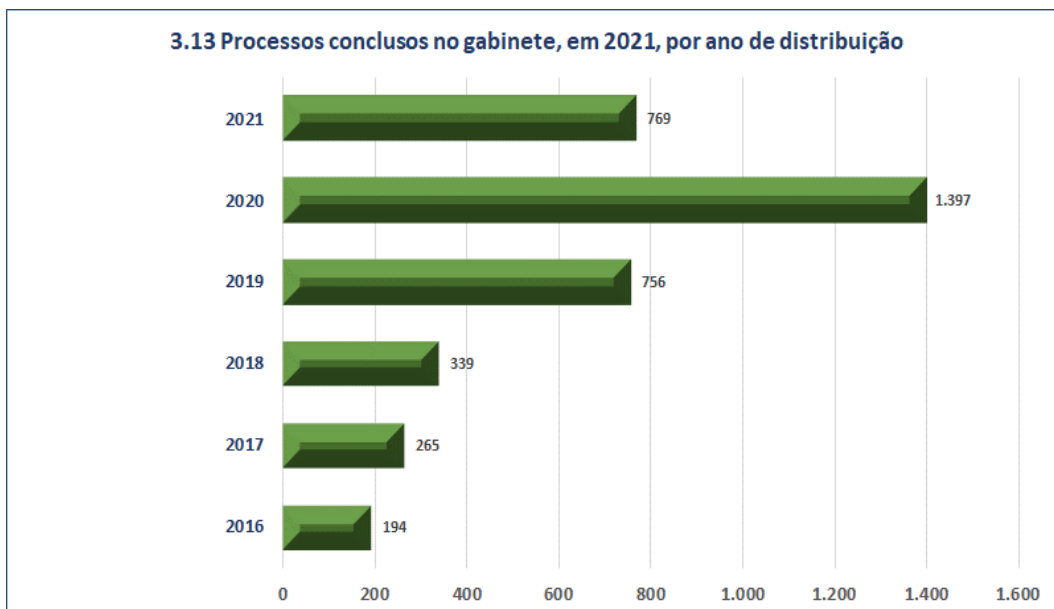


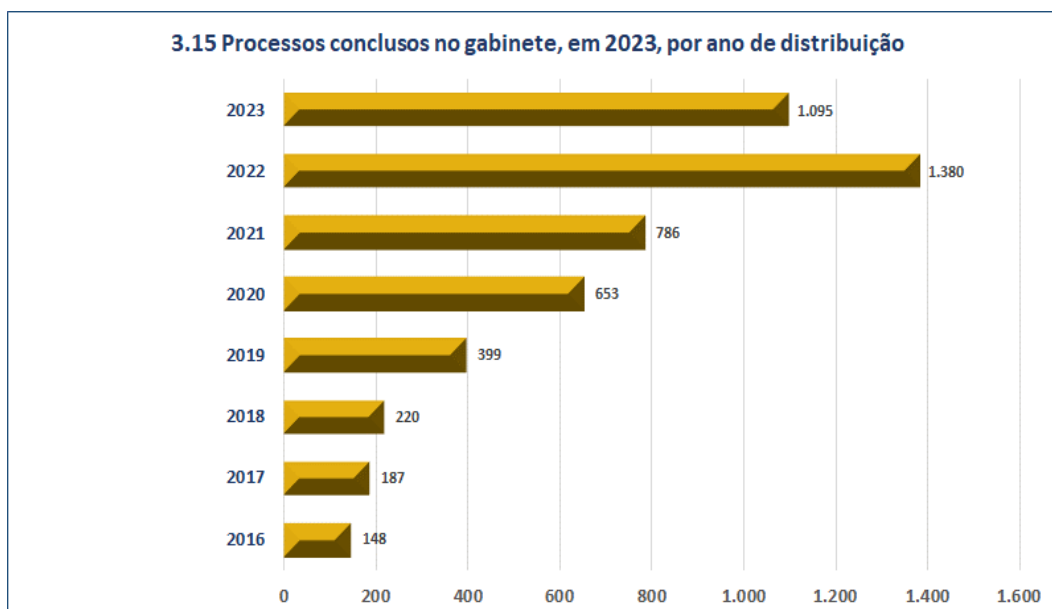
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





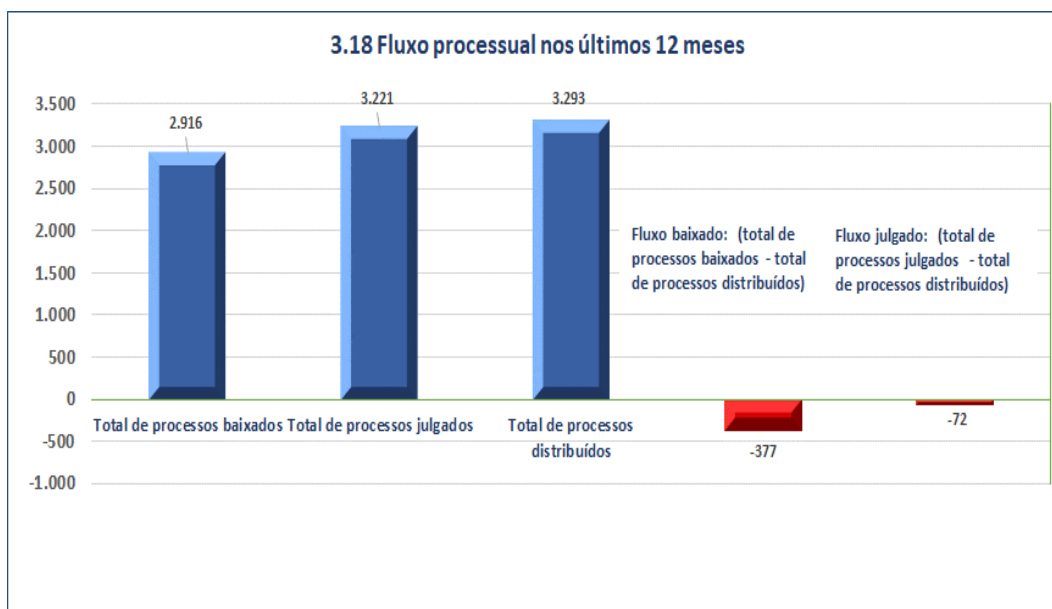


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

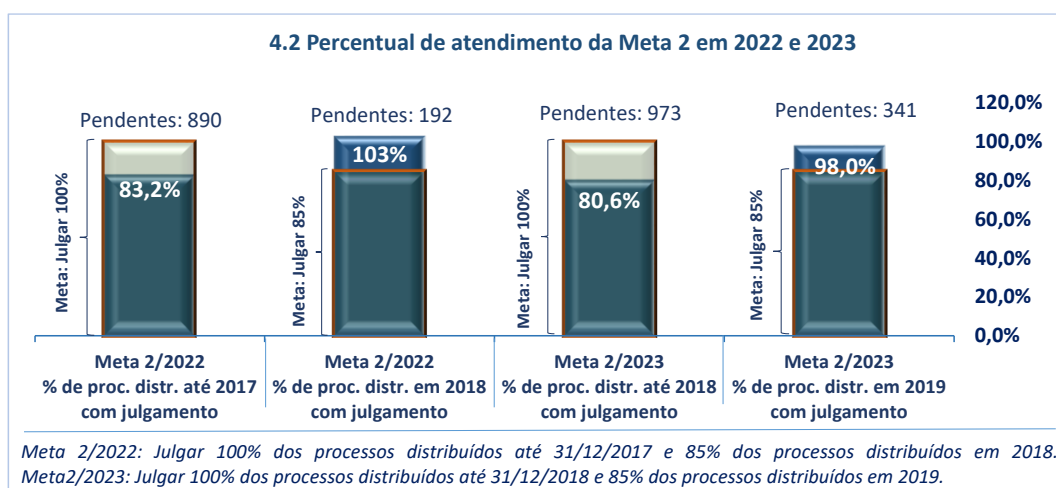
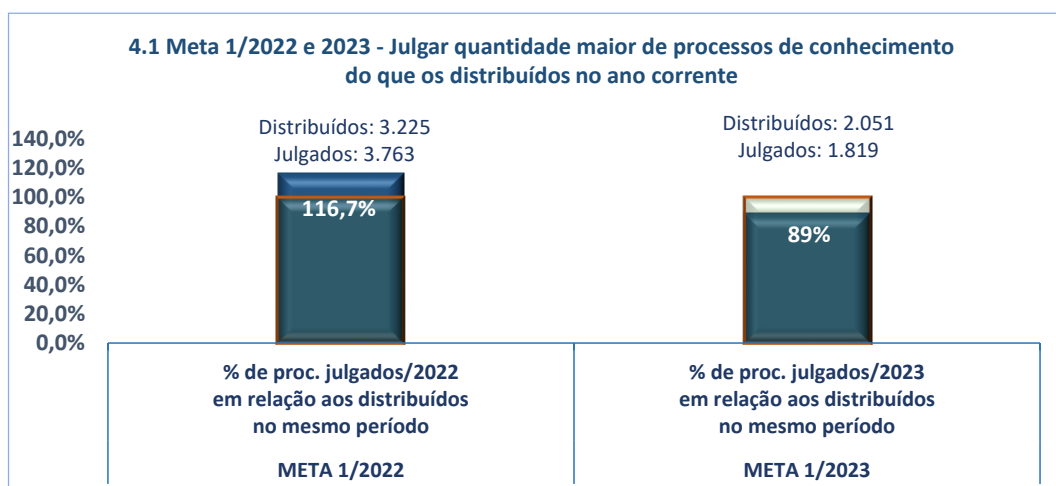
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	18
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	16
Remetidos para declaração de voto	0

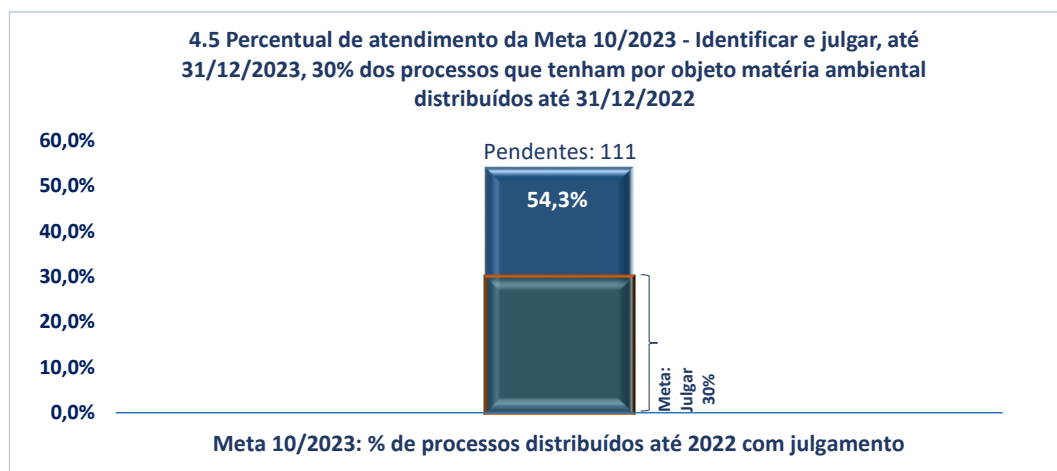
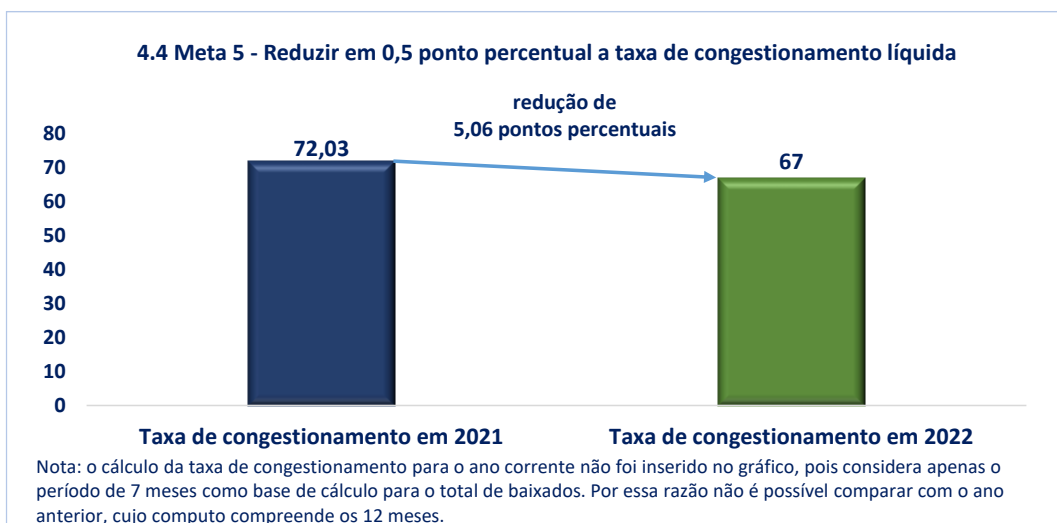
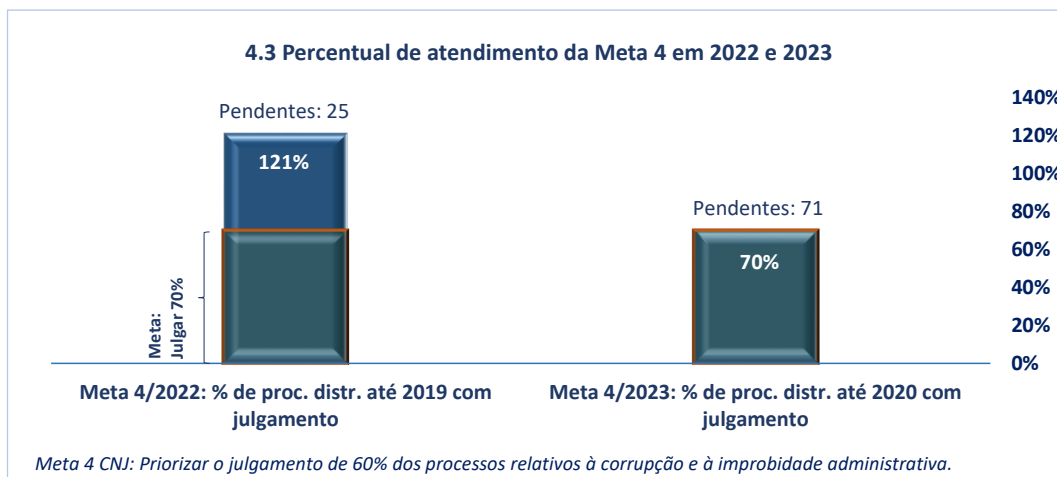
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

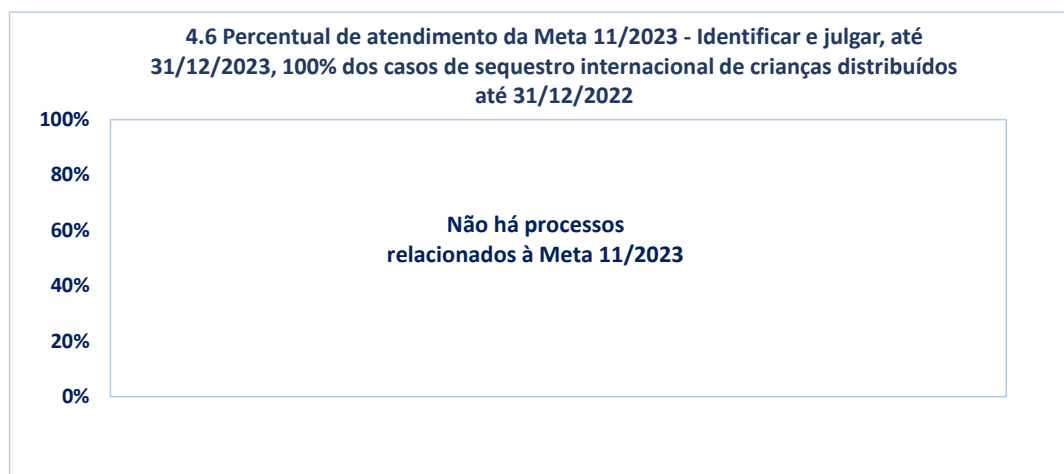
Recebidos para voto-vista	12
Recebidos para revisão	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	8
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Não há plano de gestão escrito. O controle do acervo, a distribuição das atividades e o estabelecimento de processos de trabalho são realizados pelo Chefe de Gabinete e Assessora, através de reuniões entre si e os funcionários, quando são passadas as diretrizes, levando em consideração as sugestões fornecidas pelos funcionários. O controle do acervo é feito mensalmente através da análise da estatística fornecida pelo próprio Tribunal.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos são sobrestados de acordo com o tema. Após o respectivo julgamento é solicitado o levantamento do sobrestamento e as ações são julgadas preferencialmente por decisões monocráticas.

5.3 Boas práticas e inovações

A triagem dos processos é feita tão logo chegam no gabinete. Os processos são etiquetados por matéria específica. Todas as minutas são conferidas pela assessora e chefe de gabinete. Os processos com pedido de liminar e recursos internos são separados e encaminhados a funcionários específicos.

5.4 Dificuldades

O sistema PJe apresenta instabilidade, gerando retrabalho e muitas vezes falta de acesso aos processos. O aumento significativo da distribuição e a ausência de ampliação do quadro de servidores dificultam o cumprimento das metas.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Como matéria de competência da Turma é eminentemente de direito público, a unidade entende que não há muita margem para conciliação. Mas sempre que a matéria permite, estimula a conciliação e encaminha o feito para o gabinete de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001722-69.2017.4.03.6110	1º/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5010948-31.2017.4.03.6100	30/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5017457-41.2018.4.03.6100	30/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5002922-29.2017.4.03.6105	22/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5001467-95.2018.4.03.6104	25/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5012786-09.2017.4.03.6100	8/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5001745-11.2018.4.03.6100	15/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5001561-34.2018.4.03.6107	1º/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5000542-81.2018.4.03.6110	18/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5001848-61.2017.4.03.6000	8/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5001952-44.2017.4.03.6100	10/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5002550-26.2018.4.03.6144	29/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5018076-68.2018.4.03.6100	4/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5023619-82.2019.4.03.0000	13/9/2019	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Sucessão do acervo em 30/6/2023. Em análise para julgamento.		
0018177-37.2001.4.03.6182	22/2/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0009563-88.2003.4.03.6112	23/1/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0020642-61.2007.4.03.6100	13/9/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		

5020311-38.2019.4.03.0000	9/8/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000695-43.2020.4.03.0000	17/1/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0018008-29.2006.4.03.6100	25/3/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0013740-34.2003.4.03.6100	24/6/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão do dia 17/8/2023		
0012501-19.2008.4.03.6100	27/7/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0009849-54.2007.4.03.6103	14/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5023126-08.2019.4.03.0000	9/9/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0022040-82.2003.4.03.6100	24/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5005345-36.2020.4.03.0000	5/3/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5018420-45.2020.4.03.0000	7/7/2020	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para informações do Juízo suscitado.		
5001712-50.2020.4.03.6100	26/10/2020	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Sucessão do acervo em 30/6/2023. Em análise para julgamento oportuno.		
0047055-93.2006.4.03.6182	11/7/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5010765-22.2020.4.03.0000	7/5/2020	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para manifestação do MPF.		
0004159-20.2007.4.03.6111	6/2/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5003715-84.2020.4.03.6000	12/7/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão do dia 17/8/2023		
5016795-39.2021.4.03.0000	22/7/2021	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Sucessão do acervo em 30/6/2023. Processo em análise para pautar.		
5002593-64.2019.4.03.6002	17/8/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito julgado na sessão do dia 17/8/2023		
5031453-05.2020.4.03.0000	20/11/2020	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0008550-95.2000.4.03.6100	8/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0026285-06.2008.4.03.9999	14/5/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5021491-55.2020.4.03.0000	3/8/2020	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: MS Civ. para julgar - Redistribuído por competência exclusiva em razão de sucessão		
5029596-55.2019.4.03.0000	13/11/2019	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		

0001420-68.2011.4.03.6003	11/3/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluído na lista de redistribuição (Resolução PRES n. 632 de 22/8/2023).		
5001120-52.2020.4.03.6117	7/12/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0000079-11.2015.4.03.6118	26/5/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5002958-77.2022.4.03.0000	9/2/2022	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0009417-30.1996.4.03.6100	23/9/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0023510-61.1997.4.03.6100	30/6/1999	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 5/9/2023		
0018918-27.2004.4.03.6100	4/6/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5009391-97.2022.4.03.0000	11/4/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Sucessão do acervo em 30/6/2023. Agravo interno para pautar.		
5032330-13.2018.4.03.0000	26/12/2018	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0059547-19.1999.4.03.6100	14/9/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0603936-56.1995.4.03.6105	1º/2/1996	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0044379-45.1997.4.03.6100	16/12/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0009570-33.2005.4.03.6105	27/8/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0004972-90.2006.4.03.6108	19/10/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5017612-69.2022.4.03.0000	1º/7/2022	Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para manifestação da corré a fim de constituir novo advogado para apresentar resposta à acusação.		
5006043-07.2022.4.03.6100	26/6/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5013276-95.2017.4.03.0000	28/7/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0000965-63.2013.4.03.6123	19/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5008995-28.2019.4.03.0000	11/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5014188-24.2019.4.03.0000	4/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5006801-21.2020.4.03.0000	25/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5014948-36.2020.4.03.0000	5/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5000130-54.2016.4.03.6100	13/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		

5003044-36.2018.4.03.6128	26/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5004547-43.2018.4.03.6112	7/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5000856-11.2019.4.03.6104	30/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5001635-73.2018.4.03.6112	6/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5005289-70.2019.4.03.6100	26/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5021294-03.2020.4.03.0000	30/7/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5028841-94.2020.4.03.0000	20/10/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0001463-30.2011.4.03.6124	16/8/2016	Petição Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 7/8/2023.		
5033425-10.2020.4.03.0000	14/12/2020	Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para informações.		
5007842-86.2021.4.03.0000	13/4/2021	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Processo associado aos autos 5017612-36.2022.4.03.0000, com posterior arquivamento, uma vez que todos os pedidos foram deliberados, nada mais existindo a ser provido.		
5002341-24.2020.4.03.6100	27/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído em sessão de julgamento de 1º/6/2023 - com pedido de vista do Juiz Federal convocado Silva Neto		
5022881-59.2021.4.03.6100	7/1/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído em sessão de julgamento de 1º/6/2023 - com pedido de vista do Juiz Federal convocado Silva Neto		
5005496-31.2022.4.03.0000	25/2/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 5/9/2023		
5030521-46.2022.4.03.0000	10/11/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão lavrado		
5021134-40.2022.4.03.6100	30/3/2023	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão lavrado		
0000550-58.2018.4.03.6106	30/3/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão lavrado		
5014748-13.2021.4.03.6105	16/2/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão lavrado		
5028451-27.2020.4.03.0000	15/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0008852-84.2001.4.03.6102	4/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0000504-50.2015.4.03.6114	7/1/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0013165-46.2018.4.03.6182	27/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
5006130-95.2020.4.03.0000	13/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		

5002751-20.2018.4.03.0000	19/2/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0003939-26.2001.4.03.6113	30/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 85 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000504-50.2015.4.03.6114	0000965-63.2013.4.03.6123	0004159-20.2007.4.03.6111
0004972-90.2006.4.03.6108	0008550-95.2000.4.03.6100	0009563-88.2003.4.03.6112
0009849-54.2007.4.03.6103	0018008-29.2006.4.03.6100	0018177-37.2001.4.03.6182
5017457-41.2018.4.03.6100	0047055-93.2006.4.03.6182	5001120-52.2020.4.03.6117
5001635-73.2018.4.03.6112	5001848-61.2017.4.03.6000	5002550-26.2018.4.03.6144
5006801-21.2020.4.03.0000	5018076-68.2018.4.03.6100	5012786-09.2017.4.03.6100

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

0008750-70.2012.4.03.6104	0013145-88.2010.4.03.6100	0016980-11.2015.4.03.6100
5003917-03.2021.4.03.6105	5010090-97.2017.4.03.6100	5028302-35.2018.4.03.6100
5031256-49.2021.4.03.6100		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração com excesso na tramitação acima de 45 dias):

0008852-84.2001.4.03.6102	0009417-30.1996.4.03.6100	0013165-46.2018.4.03.6182
5002751-20.2018.4.03.0000	5006130-95.2020.4.03.0000	5028451-27.2020.4.03.0000

d) Incluir em julgamento em até 30 dias (medidas urgentes com excesso na tramitação acima de 60 dias):

0012501-19.2008.4.03.6100	0018918-27.2004.4.03.6100	5000130-54.2016.4.03.6100
5000695-43.2020.4.03.0000	5001712-50.2020.4.03.6100	5002958-77.2022.4.03.0000
5003044-36.2018.4.03.6128	5004547-43.2018.4.03.6112	5005289-70.2019.4.03.6100
5005345-36.2020.4.03.0000	5010948-31.2017.4.03.6100	5020311-38.2019.4.03.0000
5021294-03.2020.4.03.0000	5021491-55.2020.4.03.0000	5023126-08.2019.4.03.0000
5028841-94.2020.4.03.0000	5029596-55.2019.4.03.0000	0018918-27.2004.4.03.6100
5007232-26.2018.4.03.0000	5014188-24.2019.4.03.0000	5008995-28.2019.4.03.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida, no dia 19/10/2023, pelo Desembargador Federal Marcelo Saraiva, a assessora Ana Cristina de Rezende Bellinello Chbane e o chefe de gabinete Alexandre Ciro Tribino Filho.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos a: 1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral

e preços públicos e 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (artigo 10, § 2º do RITRF3).

Atualmente o gabinete tem lotação composta por 14 servidores, tendo sofrido redução de dois servidores, em razão da ampliação do Tribunal, com consequente reestruturação. Além disso, possui um agente de polícia judiciária, que está lotado no setor de segurança.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas do grupo, observando as Metas 1 e 2 do CNJ, sendo disponibilizados os resultados e gráficos no mural do gabinete, e metas individuais, definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para a definição das cotas.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução n. 481/CNJ. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas, sendo enviados pelos servidores relatórios de processos com minutas elaboradas/prontas.

Há, no momento, uma servidora em teletrabalho no exterior.

A comunicação com servidores em teletrabalho é realizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e por e-mail.

Nos dias em que o trabalho é feito de forma presencial, deve ser observado o ponto eletrônico conforme determinado pela administração.

Não há política de recompensas no gabinete.

O atendimento ao público externo é realizado por e-mail e via Teams, preferencialmente, sendo possível o encaminhamento de documentos também por e-mail.

Em regra, a gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal e pelo controle das etiquetas.

Os processos do PJe recebem etiqueta de identificação por matéria, ano e fase processual.

Ainda, relataram as dificuldades enfrentadas pela unidade, dentre as quais elencam:

- Aposentadoria da assessora anterior, que resultou em uma reestruturação das atividades desenvolvidas pelos atuais gestores.

- Dificuldades inerentes ao funcionamento do PJe, especialmente no que diz respeito a:

1. pauta de julgamentos, que exige uma conferência manual para revisão interna dos processos e não dispõe da facilidade do comentário interno (sem disponibilização a todo colegiado);
2. editor de textos, que exige a utilização de um editor (Word) em paralelo, eis que não possui ferramentas semelhantes;
3. processos sigilosos, que não aparecem sequer para o desembargador relator;
4. falhas recorrentes no sistema são reportadas ao Setor de Informática, sem que obtenham resposta ou solução.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 4.754 para 5.476.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.001 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.476.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 284, na última inspeção, para 292, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 29 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Turma, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 9.

Manter as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o levantamento, monitoramento e tratamento específico para processos digitalizados antigos, especialmente agravos de instrumento, agravo interno e embargos de declaração que se encontram pendentes de julgamento. Os agravos internos questionam decisões monocráticas, sendo recomendável que haja a manifestação do colegiado. Os agravos de instrumento atacam decisões interlocutórias, muitas das quais deliberam sobre tutelas de urgência, as quais demandam rápida solução. E a apreciação dos embargos de declaração constitui pressuposto para a conclusão da manifestação do órgão colegiado, tendo sido verificado aumento de acervo no particular.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

Os alegados problemas de sistema devem ser reportados à Presidência para comunicação à Secretaria de Tecnologia da Informação, a fim de que sejam providenciados eventuais ajustes e/ou correções, caso não se trate de falta de conhecimento por parte dos usuários, o que, se for o caso, também deve ser enfrentado, proporcionando-se treinamento.

Como a despeito da boa organização do gabinete houve aumento do acervo de processos conclusos para julgamento, recomenda-se sejam envidados esforços para incrementar o número de julgamentos.

Pode-se dizer que a unidade, no geral, tem boa gestão, o que é positivo e digno de elogio, apresentando boas perspectivas para os próximos meses.

De efeito, a Turma ganhou recentemente mais um membro, e isso acarretou a redistribuição de mais de 1.500 processos para o novo gabinete criado (assumido pelo Des. Federal Wilson Zauhy). A ampliação do órgão colegiado é muito recente, de modo que os reflexos não foram ainda sentidos, mas certamente a diminuição na distribuição permitirá que a demanda possa ser enfrentada em melhores condições.

Ao que se percebe, nos últimos 12 meses a média de distribuição anual, considerando quatro gabinetes na 4ª Turma, foi de 3.220 processos, e média mensal de 268 processos. Com a nova realidade (cinco gabinetes) há uma projeção (a partir dos dados referentes aos 12 últimos meses) de distribuição anual de 2.576 processos e, logo, de 214 processos mensais.

Em suma, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento diário do acervo, práticas estas já adotadas pelos gestores do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos são, atualmente, eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000198-68.2007.4.03.6112	0000877-53.2011.4.03.6104	0001167-87.2016.4.03.6138
0001347-44.2012.4.03.6106	0001420-68.2011.4.03.6003	0003849-93.2016.4.03.6112
0005772-51.2011.4.03.6106	0006022-93.1997.4.03.6100	0008828-47.2010.4.03.6100
0005061-75.2009.4.03.9999	0009431-71.2011.4.03.6105	0009817-59.2011.4.03.9999
0009984-33.2013.4.03.6143	0011821-84.2005.4.03.6182	0020571-93.2006.4.03.6100
0011141-34.2008.4.03.6105	0015274-27.2014.4.03.6100	0021212-14.2012.4.03.9999
0011495-90.2006.4.03.6182	0018150-33.2006.4.03.6100	0022040-82.2003.4.03.6100
0022792-49.2006.4.03.6100	0023223-55.2011.4.03.6182	0026285-06.2008.4.03.9999
0026524-72.2005.4.03.6100	0037339-32.2009.4.03.9999	5000169-11.2019.4.03.6144
0030349-25.2009.4.03.9999	0039799-02.2006.4.03.6182	5000234-80.2016.4.03.6121
0032320-16.2010.4.03.6182	0902194-83.2005.4.03.6100	5000255-94.2018.4.03.6118
5000295-52.2017.4.03.6105	5000297-28.2018.4.03.6124	5000542-81.2018.4.03.6110
5000665-40.2017.4.03.6102	5000856-11.2019.4.03.6104	5001029-12.2017.4.03.6102
5001206-18.2018.4.03.6109	5001467-95.2018.4.03.6104	5001507-65.2018.4.03.6108
5001561-34.2018.4.03.6107	5001604-89.2018.4.03.6100	5001722-69.2017.4.03.6110
5001783-66.2017.4.03.6000	5002072-53.2018.4.03.6100	5002089-83.2018.4.03.6102
5002603-95.2017.4.03.6126	5004624-52.2018.4.03.6112	5004925-35.2018.4.03.6100
5006932-61.2018.4.03.6112	5015398-80.2018.4.03.6100	

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (demais medidas urgentes, excesso de tramitação acima de 60 dias):

5013276-95.2017.4.03.0000	5003741-78.2017.4.03.6100	5003041-53.2018.4.03.6105
0043668-94.2008.4.03.9999	0003010-30.2005.4.03.6120	

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida, no dia 20 de outubro de 2023, pelo Desembargador Federal Wilson Zauhy, pela assessora Juliana Reis Caliolo e pela chefe de gabinete Carla Maria Bosi Ferraz, que discorreram sobre as atividades desenvolvidas no setor.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos a: 1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral e preços públicos e 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (artigo 10, § 2º do RITRF3).

Atualmente o gabinete tem lotação composta por 14 servidores, tendo sofrido redução de dois servidores, em razão da ampliação do Tribunal, com consequente reestruturação. Além disso, possui um agente de polícia judicial que está lotado no setor de segurança.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas individuais definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para a definição das cotas.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução n. 481/CNJ. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas.

A comunicação com servidores em teletrabalho é realizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e por email, sendo que os servidores devem permanecer à disposição durante o horário de expediente externo do Tribunal, para demandas urgentes, independentemente do horário de cumprimento da jornada de trabalho remoto.

Nos dias em que o trabalho é feito de forma presencial, deve ser observado o ponto eletrônico conforme determinado pela administração.

Não há política de recompensas no gabinete.

No que diz respeito à gestão de processos, referiram que assumiram o atual acervo em 11/10/2023, sendo que estão ainda em processo de triagem e definição de estratégias para movimentação e julgamento.

A triagem do acervo está sendo realizada, com aposição de etiquetas alusivas à matéria do processo, bem como ao gerenciamento das metas do CNJ.

Em regra, a gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal e pelo controle das etiquetas.

Os processos mais antigos do gabinete serão distribuídos entre os servidores e considerados prioridade para o alcance das metas.

O atendimento ao público externo é realizado por e-mail e via Teams, e, excepcionalmente, de forma presencial.

Ainda, relataram as dificuldades enfrentadas pela unidade, dentre as quais elencam:

- 1) Muitos casos de conflito de competência com a 1ª Seção;
- 2) Acervo recentemente distribuído, e em processo de triagem;

3) Dificuldades inerentes ao funcionamento do PJe, especialmente no que diz respeito à pesquisa de modelos e documentos, busca por “criador” do documento inexistente, o que exige a utilização de bancos/sistemas paralelos para pesquisa e arquivamento de modelos de minutas.

Também elogiaram a Escola Judicial que oferece muitos cursos de capacitação, o que auxilia na apropriação de conhecimentos para corresponder às exigências de mudança de acervo/competência.

4. OBSERVAÇÕES

Com relação a este Gabinete especificamente, resta prejudicada a comparação com os resultados da inspeção anterior, eis que se trata de unidade recentemente criada por meio da ampliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O que se constata, contudo, é que se trata de uma equipe experiente, que trabalha há anos com o Desembargador Wilson, que já foi responsável por um acervo controlado, e que está se apropriando dos processos recentemente redistribuídos, com uma perspectiva positiva para um futuro próximo.

5. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 2.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

No mais, recomenda-se sejam mantidas as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o levantamento, monitoramento e tratamento específico para processos digitalizados antigos, especialmente agravos de instrumento, agravo interno e embargos de declaração que se encontram pendentes de julgamento.

Considerando que o acervo foi recentemente redistribuído, recomenda-se um levantamento dos processos mais antigos da unidade, priorizando as preferências legais e os processos alcançados pela Meta 2/CNJ. Deve igualmente ser completada a triagem

dos processos, pois o conhecimento do acervo é essencial ao desenvolvimento de plano de gestão.

Recomenda-se, ainda, a realização de curso sobre o funcionamento do PJe, especialmente com relação às suas facilidades e ferramentas, aos servidores e gestores.

A ampliação do órgão colegiado é muito recente, de modo que os reflexos não foram ainda sentidos, mas tudo indica que deve haver redução da distribuição por unidade.

Ao que se percebe, nos últimos 12 meses a média de distribuição anual, considerando quatro gabinetes na 4ª Turma, foi de 3.220 processos, e média mensal de 268 processos. Com a nova realidade (cinco gabinetes) há uma projeção (a partir dos dados referentes aos 12 últimos meses) de distribuição anual de 2.576 processos e, logo, de 214 processos mensais.

Em que pese a diminuição das equipes nos gabinetes, a ampliação do Tribunal apresenta oportunidade de melhores condições para enfrentamento da demanda.

Isto posto, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da organização do trabalho e do monitoramento do acervo, conforme estratégias que serão adotadas pela equipe para fazer frente ao acervo recentemente recebido.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NEKATSCHALOW

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal André Nekatschalow

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma/4ª Seção/Comissão de Jurisprudência/Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

20 (vinte) anos

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Rui César Nakai, chefe de gabinete

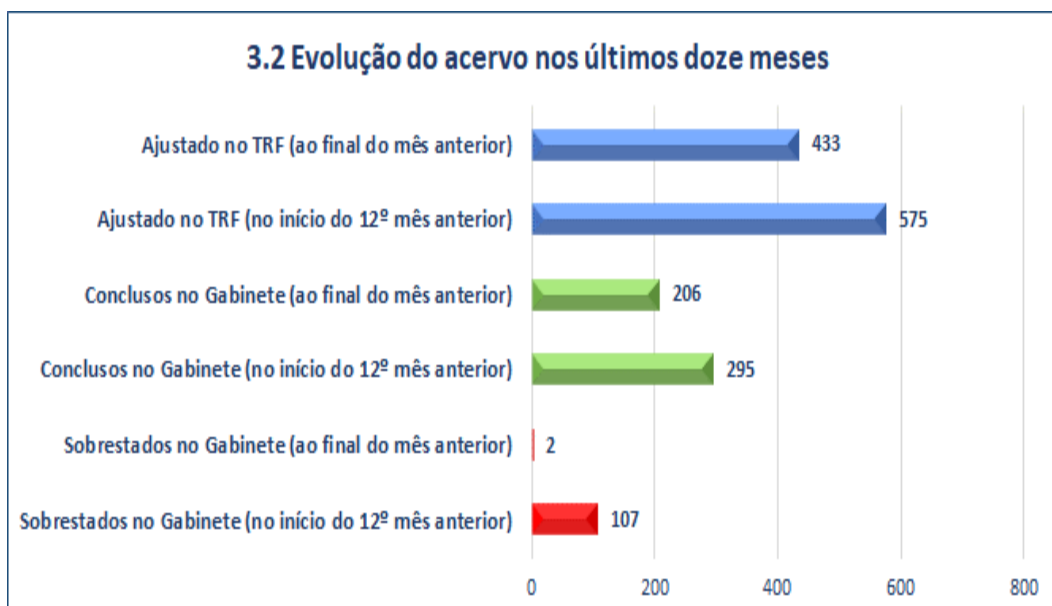
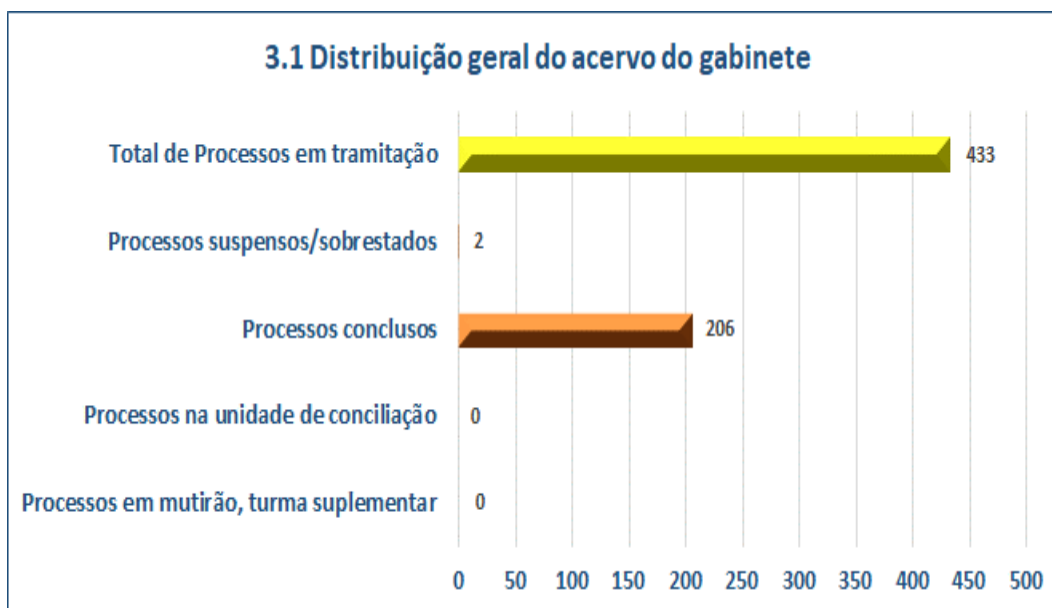
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	4

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



Nota: Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) - 2 (ApCrim baixada a origem; AI julgado e apenso a ApCiv sobrestada pelo DF Peixoto JR)

3.3 Ações para evolução do acervo

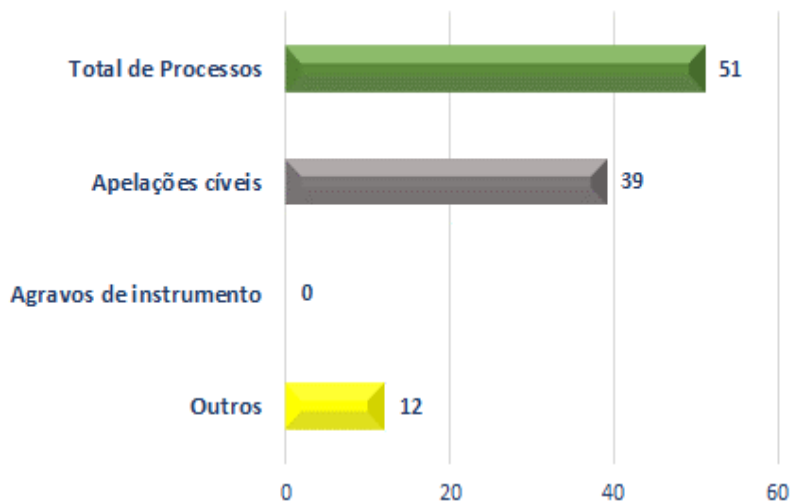
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim. Houve redistribuição para novo gabinete criminal.
---	--

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Foram redistribuídos 114 processos para o novo gabinete criminal.
--	---

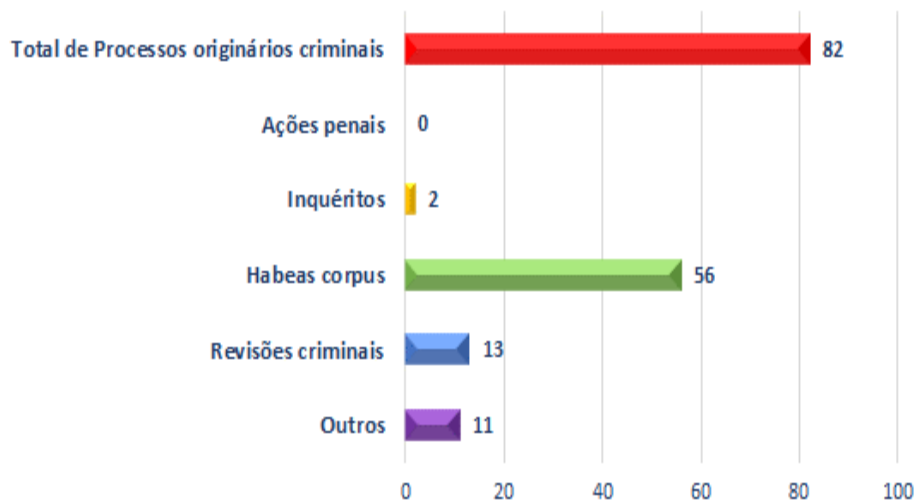
3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	2
Mandados de segurança	(em branco)
IRDR	(em branco)
IAC	(em branco)
Arguição de inconstitucionalidade	(em branco)
Conflitos de competência	(em branco)
Reclamações	(em branco)
Ações rescisórias	1
Outros	1 (restituição de coisas apreendidas)

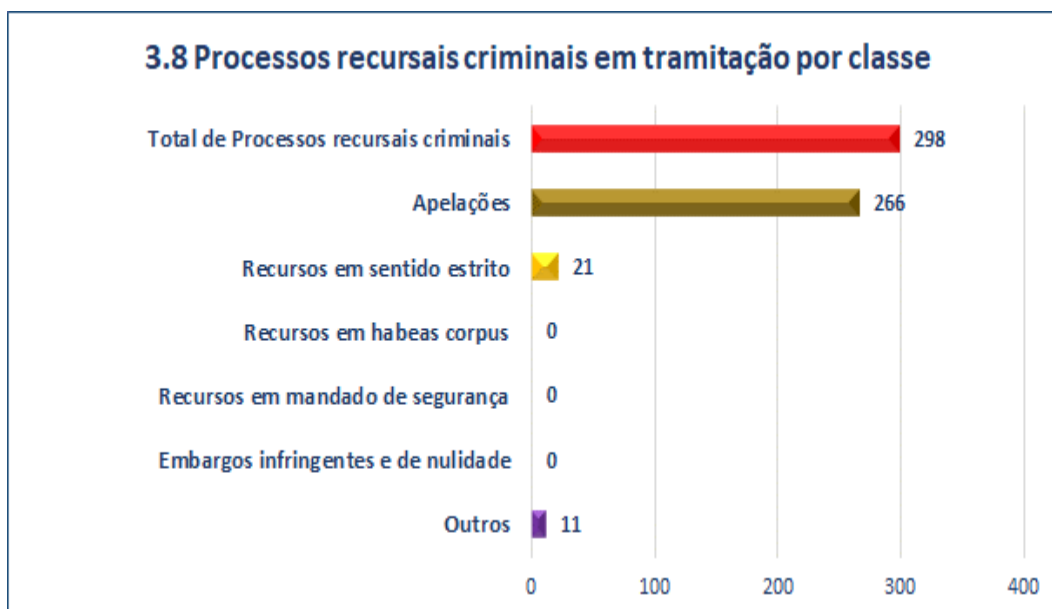
3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	51
Recursos em mandados de segurança coletivos	2
Recursos em ações populares	(em branco)
Recursos em ações de improbidade administrativa	(em branco)
Recursos em ações civis públicas	(em branco)
Recursos em ações de desapropriação	(em branco)
Recursos em ações com preferência legal	(em branco)
Outros	49

3.6 Processos recursais em tramitação por classe



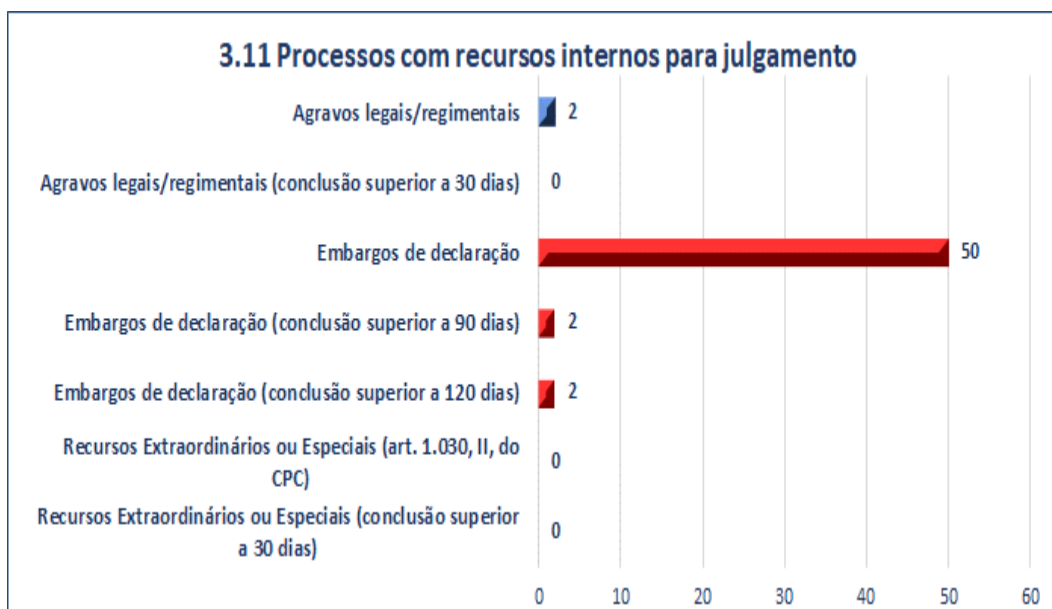
3.7 Processos originários criminais em tramitação





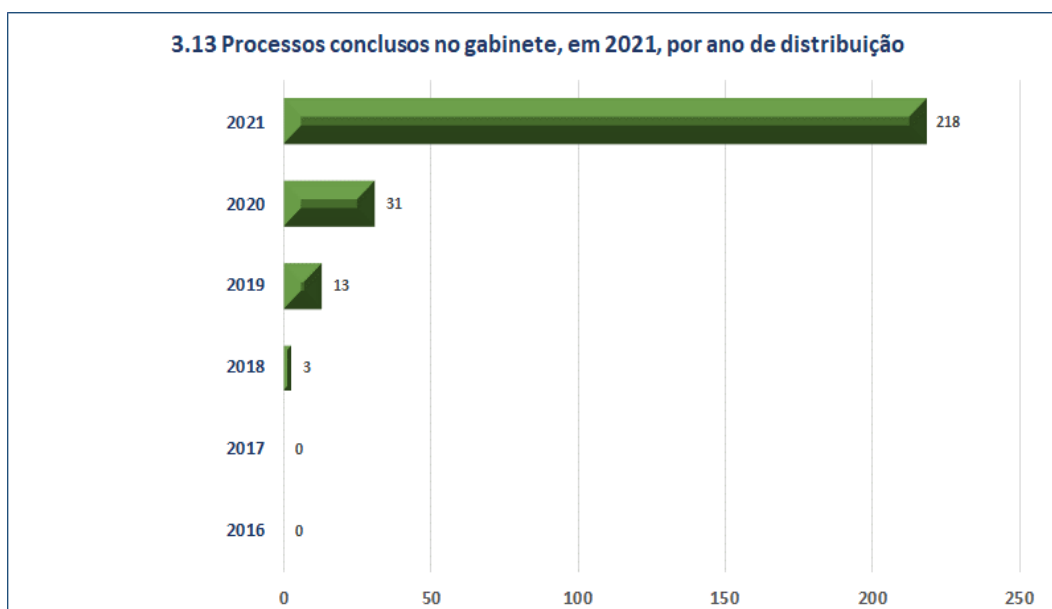
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	62
Apelações	25
Ações penais	(em branco)
Inquéritos	(em branco)
Habeas corpus	25 (+ 12 outros)

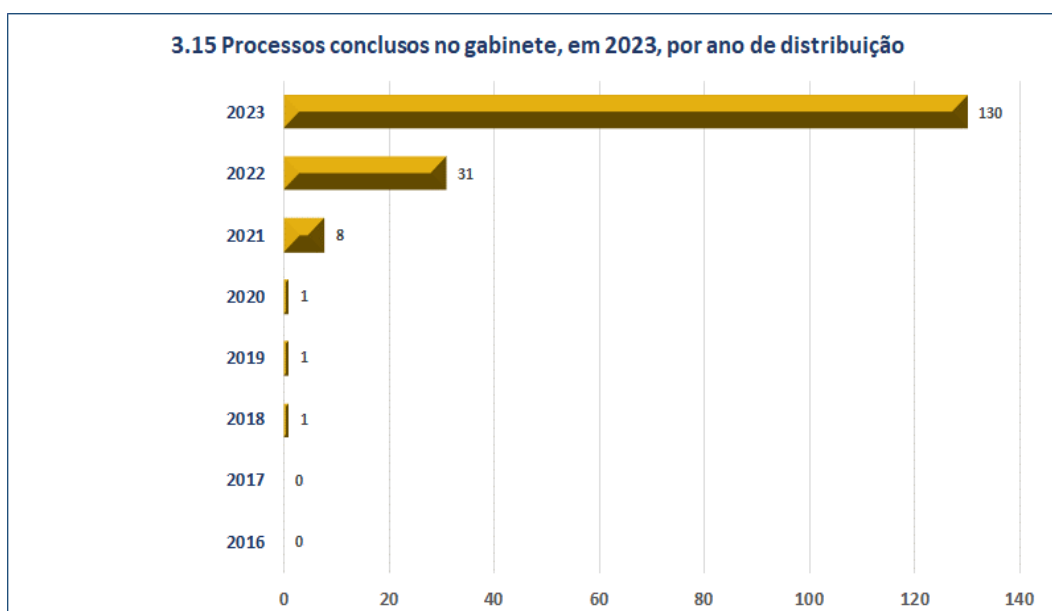
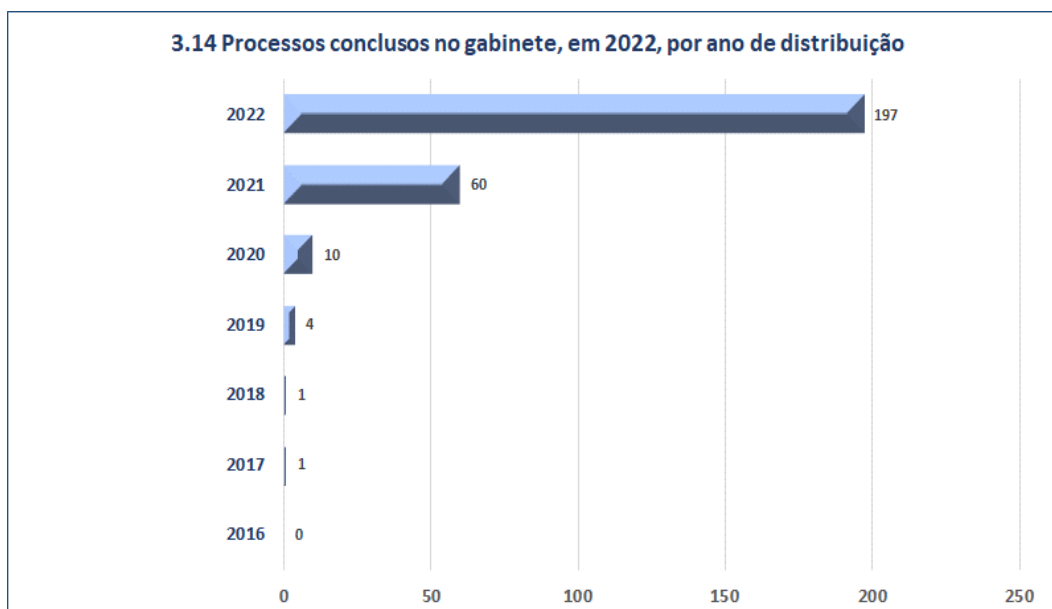
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	(em branco)
Por IRDR	(em branco)
Por IAC	(em branco)
Por Arguição de Inconstitucionalidade	(em branco)
Por Recurso Especial	(em branco)
Por Recurso Extraordinário	(em branco)



3.12 Processos com tutela provisória

Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	0

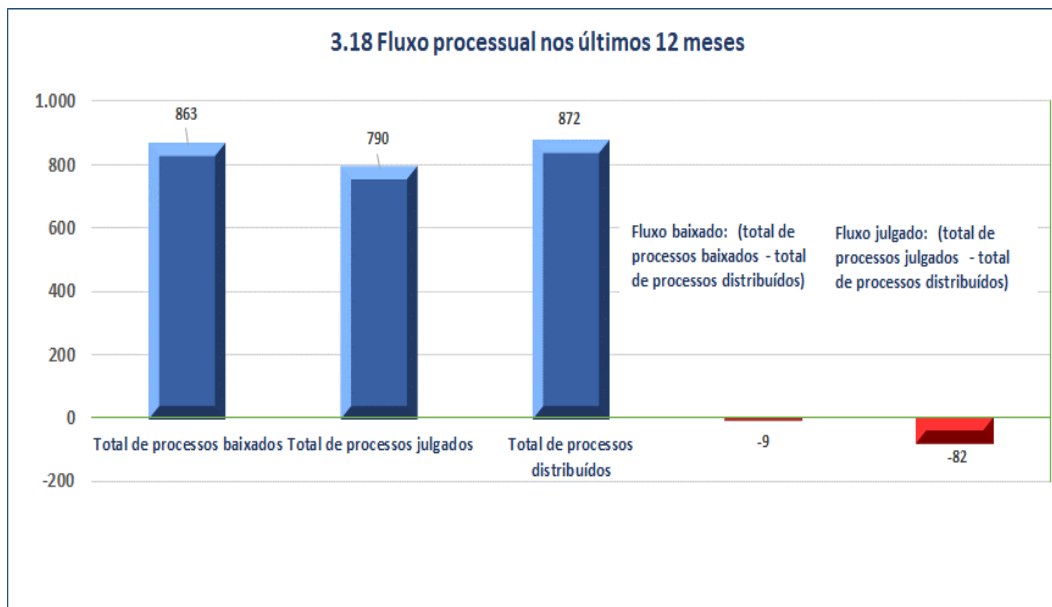




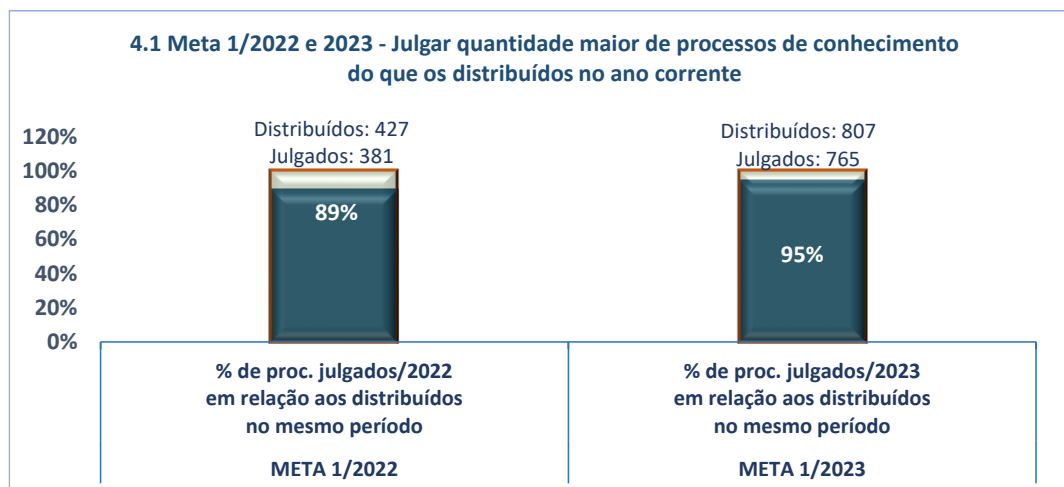
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para voto-vista	2
Remetidos para revisão	dados não disponibilizados pela Estatística
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	dados não disponibilizados pela Estatística
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	dados não disponibilizados pela Estatística
Remetidos para declaração de voto	dados não disponibilizados pela Estatística

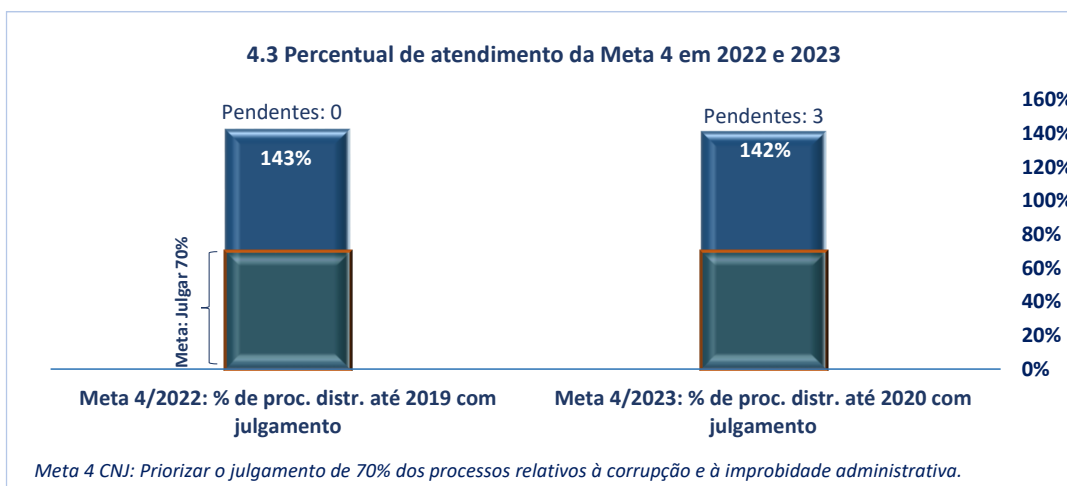
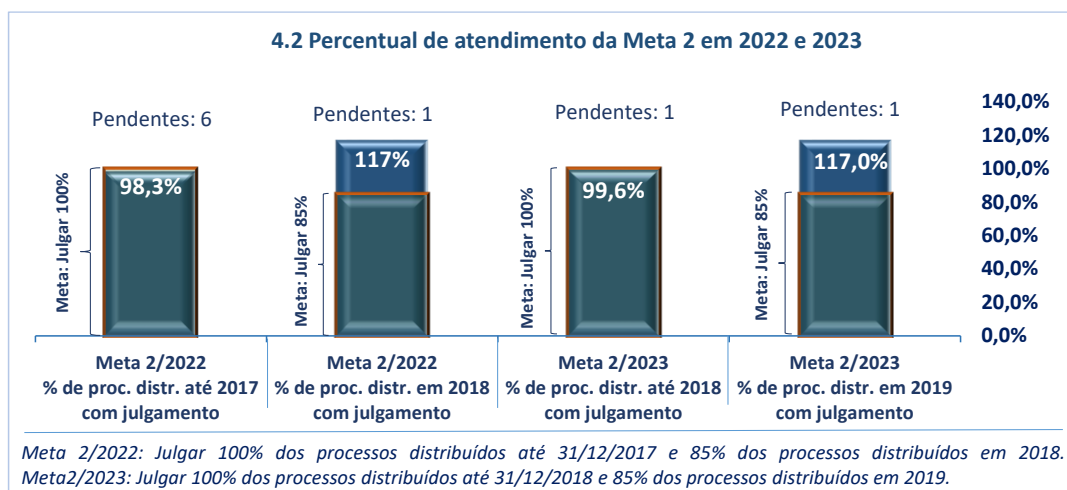
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	dados não disponibilizados pela Estatística
Recebidos para voto-vista	dados não disponibilizados pela Estatística
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	dados não disponibilizados pela Estatística
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	dados não disponibilizados pela Estatística
Recebidos para declaração de voto	1 (lavratura de acórdão)



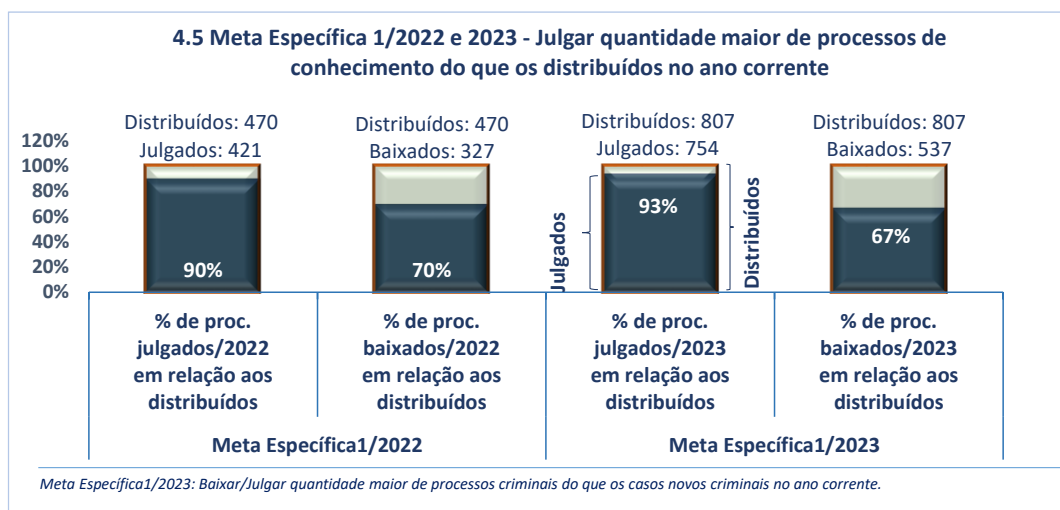
4. METAS





4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no ano anterior	-5,42
Taxa de congestionamento no ano corrente	-2,51
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	dados não disponibilizado pela Estatística anterior

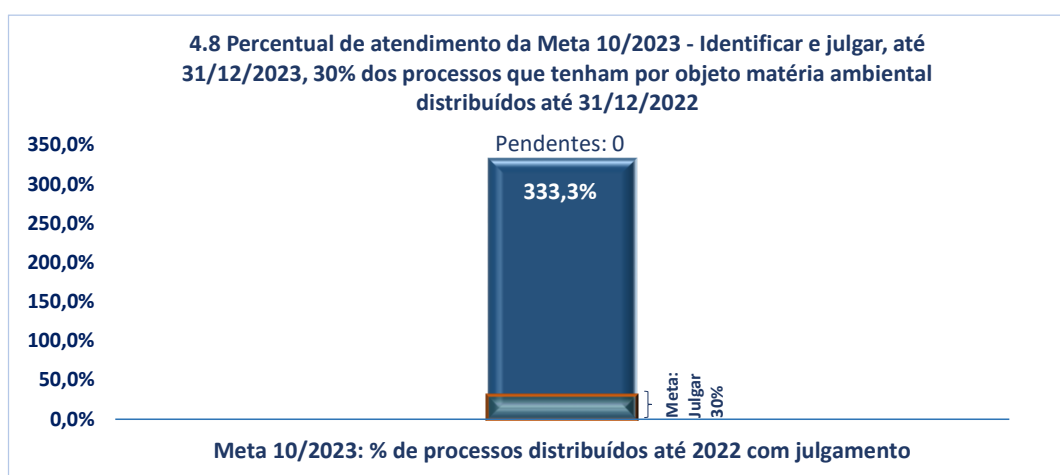


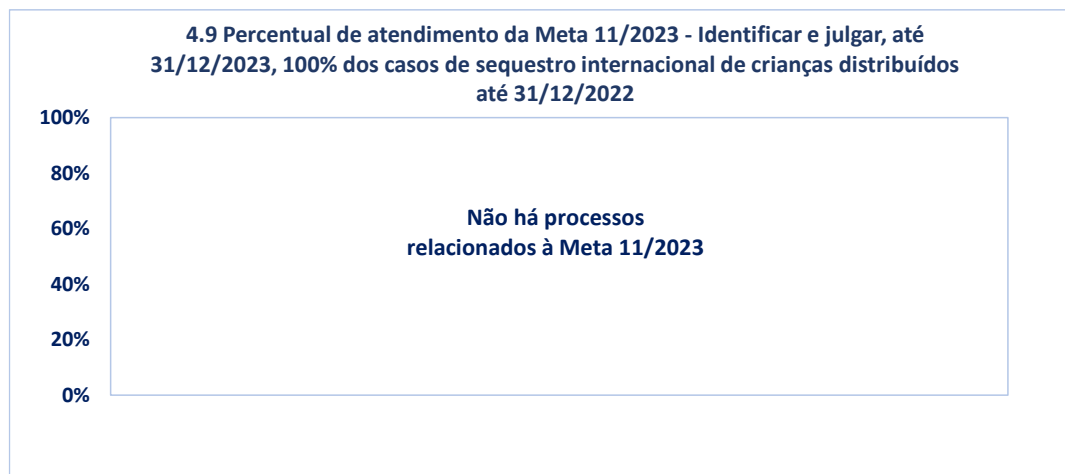
4.6 META ESP. 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados não disponibilizados pela Estatística
Pendentes em 31/12/2022	dados não disponibilizados pela Estatística
Porcentagem de atendimento da meta	dados não disponibilizados pela Estatística

4.7 META ESP. 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, a % de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	(em branco)
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Os processos conclusos e em termos no mês anterior são distribuídos aos servidores e estagiários na primeira segunda-feira do mês subsequente para serem minutados. As liminares são distribuídas para as quatro equipes de liminares, cada uma responsável por uma semana no mês. A triagem, planilhas de prescrição e despachos são feitos por equipe própria. Após a aprovação das minutas, os processos ficam a cargo do assessor para inclusão de relatórios, encaminhamento ao revisor e inclusão de pauta. As revisões das pautas de julgamento são coordenadas pelo desembargador e pelo assessor, que distribuem para os servidores casos específicos para análise.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os poucos casos sobrestados foram baixados para o 1º grau acompanhar, pois eram casos de crimes de sonegação previdenciária e houve o parcelamento das contribuições. Nos feitos cíveis, entende-se que o sobrestamento deve ocorrer na Vice-Presidência, visto que são casos que voltam para Turma apenas para eventual juízo de retratação.

5.3 Boas práticas e inovações

A criação das equipes de liminares e de uma equipe administrativa para cuidar da triagem, despachos, planilhas de prescrição e distribuição. O incentivo para os estagiários fazerem minutas de recursos criminais simples.

5.4 Dificuldades

Dificuldade de localizar documentos no PJe de processos físicos volumosos que foram digitalizados. Falta de controle de prevenção nas distribuições de feitos no PJe. Dificuldade de acesso em feitos sigilos que não estão mais conclusos no PJe, bem

como a demora para inclusão em pautas de julgamento. Falta de clareza do RH em relação ao cumprimento do percentual máximo (30%) do teletrabalho, pois não há um padrão entre os gabinetes e subsecretarias. Dados inconsistentes fornecidos pelos sistemas (lixo eletrônico), que vinculam determinados feitos que estão em outros órgãos. Não preenchimento de cargos vagos no gabinete, pois os servidores novos tomam posse e ficam prestando serviços em órgãos administrativos, inclusive os analistas judiciários, até a criação e implantação dos novos gabinetes. Dessa forma, prioriza-se os futuros novos gabinetes, que ficarão com o quadro completo, mas com servidores sem experiência, o que poderia ser adquirido nos gabinetes antigos durante os anos de espera.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. O percentual máximo de 30% (trinta por cento) de servidores em teletrabalho está sendo observado. E a meta de produtividade está sendo cumprida em termos qualitativos, pois os casos mais complexos são distribuídos para quem está em teletrabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não, em razão da matéria criminal e a previsão de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A).

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0003188-58.2004.4.03.6105	2/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: determinada a inclusão em pauta para julgamento em 4/9/23.		
5000157-55.2021.4.03.6005	10/8/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: julgada a apelação criminal em 4/9/23.		
5022647-10.2022.4.03.0000	22/8/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: será dada prioridade para o julgamento.		
5004252-33.2023.4.03.0000	21/2/2023	Revisão Criminal
Observação/Providência: dar-se-á prioridade ao julgamento.		
0016789-48.2015.4.03.6105	13/12/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: juntado o relatório e encaminhados os autos ao revisor em 4/9/23.		
0000029-31.2019.4.03.6122	23/11/2022	Apelação Criminal

Observação/Providência: juntado o relatório e encaminhado ao revisor em 4/9/23.		
5000971-03.2023.4.03.6133	13/4/2023	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: recurso incluído na pauta de julgamento do dia 7/8/23, adiado para revisão de entendimento, dar-se-á prioridade para o julgamento.		
5005509-82.2020.4.03.6181	20/5/2022	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: será dada prioridade para o julgamento.		
5009200-18.2023.4.03.0000	5/4/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: proferida decisão extintiva em 16/8/23.		
5030927-67.2022.4.03.0000	16/11/2022	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: julgado em 7/8/23.		
5002981-86.2023.4.03.0000	9/2/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: indicação para julgamento conjunto com a ApCrim 0001525-13.2015.4.03.6130, que foi encaminhada ao revisor em 4/9/23.		
0013371-39.2009.4.03.6000	20/9/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão declinando da competência em 31/8/23.		
0012543-97.2010.4.03.6100	15/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 18/9/23.		
0007347-44.2013.4.03.6100	2/4/2014	Apelação//Remessa Necessária
Observação/Providência: determinada a inclusão em pauta para julgamento em 28/8/23.		
0002577-32.2010.4.03.6126	6/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado os embargos de declaração em 7/8/23.		
0004809-71.2010.4.03.6108	22/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado os embargos de declaração em 7/8/23.		
0011710-77.2009.4.03.6112	8/11/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado os embargos de declaração em 7/8/23.		
0000456-14.2007.4.03.6004	28/3/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: aguardando resultado do julgamento da 5ª Câmara do MPF, ocorrido em 31/8/23, o que prejudicará o agravo regimental.		
5005250-35.2022.4.03.0000	23/2/2022	Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: julgado em 2/5/22, e encaminhado para juntar o voto vencido do DF Maurício Kato em 10/5/22.		
5011353-92.2021.4.03.0000	2/6/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: julgado em 21/8/23.		
5010080-28.2022.4.03.6181	15/12/2022	Inquérito Policial
Observação/Providência: tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, nos termos da Resolução CJF n. 63/09.		
5025166-55.2022.4.03.0000	16/9/2022	Inquérito Policial

Observação/Providência: tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, nos termos da Resolução CJF n. 63/09.		
5004031-92.2019.4.03.6110	1º/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: aguardando voto vista do DF Paulo Fontes (Sessão 5/9/22).		
5001894-73.2021.4.03.6141	22/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: aguardando voto vista do DF Paulo Fontes (Sessão 5/9/22).		
0002550-78.2010.4.03.6181	24/3/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: aguardando voto vista do DF Paulo Fontes (Sessão 28/11/22).		
0000187-11.2016.4.03.6181	2/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: aguardando voto vista do DF Paulo Fontes (Sessão 13/2/23)		
5001109-97.2022.4.03.6005	13/10/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: julgado os embargos de declaração em 21/8/23.		
0018530-17.2010.4.03.6100	21/6/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 18/9/23.		
0000092-08.2013.4.03.6109	5/2/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 18/9/23.		
0004752-49.2012.4.03.6119	6/9/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 18/9/23.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 35 processos selecionados, todos foram inspecionados, são eletrônicos ou já digitalizados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta para julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões nas quais atualmente pautados:

0000029-31.2019.4.03.6122	0000456-14.2007.4.03.6004	0003188-58.2004.4.03.6105
0007347-44.2013.4.03.6100	0016789-48.2015.4.03.6105	5000157-55.2021.4.03.6005
5000971-03.2023.4.03.6133	5002981-86.2023.4.03.0000	5004252-33.2023.4.03.0000
5005509-82.2020.4.03.6181	5022647-10.2022.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

0000187-11.2016.4.03.6181	0002550-78.2010.4.03.6181	5001894-73.2021.4.03.6141
---------------------------	---------------------------	---------------------------

c) Regularizar em até 90 dias:

0000221-11.2017.4.03.6129

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 24/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador André Nekatschalow e pelo Chefe de Gabinete Rui César Nakai.

Apurou-se que o gabinete é atualmente composta por 13 (treze) servidores e 5 (cinco) estagiários, todos atuando na atividade-fim.

A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento e demais tarefas de cunho administrativo, bem como distribuição de processos tematicamente e conferência inicial de minutas.

O gestor principal do gabinete, Rui César Nakai demonstra pleno conhecimento e controle sobre o acervo, tendo explicitado as estratégias adotadas no enfrentamento das necessidades e prioridades da unidade, devendo ser reconhecido o excelente trabalho desenvolvido, que resultou na identificação do menor acervo dentre as unidades da 5ª Turma, totalizando 433 processos em tramitação.

O controle de acervo é realizado não apenas através do sistema PJe, com utilização de etiquetas, desde o ingresso por distribuição até a triagem, como também via controle interno do próprio gabinete em planilhas próprias, que consideram essenciais ao adequado acompanhamento dos feitos. O trabalho de triagem e encaminhamento está adequado e não induz maiores dificuldades diante do acervo controlado, todos de distribuição recente, visto que praticamente todos os processos conclusos foram distribuídos entre 2021 e 2023. Não obstante, à vista das inconsistências apontadas no sistema PJe, a chefia da unidade registra necessidade de manter controle através de ferramentas externas.

As medidas de triagem informadas evidenciam controle temático qualitativo de acervo e tratamento célere pelos servidores responsáveis, inexistindo processos de maior urgência pendentes, como *habeas corpus* e mandados de segurança sem tratamento. Tais informações estão corroboradas pela estatística fornecida, da qual se extrai que o Gabinete 15, no momento da verificação e entrevista, não mantinha pedido de tutela antecipada pendente ou com tutela concedida a mais de 90 (noventa) dias sem julgamento, nem qualquer tipo de processo paralisado injustificadamente ou número significativo de processos sobrestados.

Segundo informado pela unidade, dos 50 embargos de declaração identificados, a quase totalidade já recebeu devido tratamento, vários deles já com pauta de julgamento designada e minutas submetidas. Ressaltou-se que os embargos declaratórios são imediatamente verificados quando ingressam, também à vista do pequeno acervo da unidade e analisados pelo mesmo servidor designado a tratar do processo em fases anteriores de trabalho, o que minimiza erros e potencializa a celeridade de análise.

As revisões são realizadas de forma igualmente célere, inexistindo processos atualmente no gabinete nessa posição.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ, informando-se ainda que as recomendações das inspeções pretéritas são submetidas ao controle da chefia de gabinete e repassada à equipe para identificação e priorização dos processos com recomendação/observação.

Há metas designadas por grupo de trabalho, sem descuidar de verificar eventual baixa pontual de rendimento de determinado servidor. É realizado controle mensal de produtividade também via sistema PJe, sem necessidade de controle externo ao sistema, novamente por conta do acervo controlado.

A força de trabalho lotada é considerada suficiente para enfrentamento da demanda processual e não foram apontadas dificuldades técnica de capacitação, mas ao contrário, apurou-se que o corpo de estagiários também atua diretamente na produção de minutas de processos mais simples, compondo a produtividade do gabinete.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância, Vice-presidência) em que os processos são “desviados” do fluxo e acabam “perdidos” em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam “esquecidos” nesse local eletrônico não controlado pela unidade jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento.

Também é digno de nota dificuldade apontada pela equipe inspecionada no que concerne à alteração de ID das peças em rotina do sistema PJe. Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância. As referências a números de identificação (ID) distintos em primeiro e segundo grau acaba por dificultar a análise processual.

Ainda em relação ao PJe destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores.

Foram relatadas pela equipe inspecionada dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, apontando-se inconsistências, notadamente em relação aos processos cíveis remanescentes à especialização que foram captados. A estatística identificou 53 processos cíveis relacionados ao Gabinete 15, número não reconhecido pela equipe inspecionada como acervo pendente nos controles.

Significativa parcela desses processos já foi julgada, está pautada ou recebeu tratamento devido para fins de encaminhar julgamento, sendo identificados vários processos de natureza criminal equivocadamente classificados como de matéria cível, notadamente embargos infringentes junto à 4ª Seção.

A unidade inspecionada relatou ainda significativa discrepância comparativa na distribuição de processos ao gabinete 15, fato confirmado em consulta ao quadro de distribuição média captado pela estatística, sobretudo dentre os gabinetes que compõem a 5ª Turma:

4ª Seção	5ª Turma	Gab. 15 Des. Fed. André Nekatschalow	782
		Gab. 16 Des. Fed. Paulo Fontes	517
		Gab. 17 Des. Fed. Mauricio Kato	577
		Gab. 43 Des. Fed. Ali Mazloum	650
	Média da 5ª Turma		632
	11ª Turma	Gab. 38 Des. Fed. Fausto de Sanctis	624
		Gab. 39 Des. Fed. José Lunardelli	837
		Gab. 40 Des. Fed. Nino Toldo	720
		Gab. 44 Des. Fed. Hélio Nogueira	594
	Média da 11ª Turma		694
	Média da 4ª Seção		663

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve ligeiro aumento do montante de processos conclusos de 162 para 206, devendo ser levado em consideração a redistribuição de parte do acervo em razão da criação de dois gabinetes novos em março de 2023. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 295 feitos e no mês anterior à inspeção eram 206.

Em relação ao acervo houve diminuição eis que no início do 12º mês anterior à inspeção a unidade contava com 575 processos e no final do mês anterior à inspeção, com 433 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 34, na última inspeção, para 50, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Contudo, em relação a este ponto em específico constatou-se junto à unidade que esses feitos não estão paralisados, muitos deles já com o devido encaminhamento ou pautados, a também demonstrar que sobre os embargos declaratórios há tratamento e controle adequados, valendo aqui novamente frisar que o

gabinete ostenta o menor tempo de tramitação de processos dentre as unidades da matéria.

Em relação aos últimos doze meses, houve aumento de produtividade do gabinete, refletido também no acréscimo do índice de cumprimento da Meta 1 do CNJ, de 89% para 95% em relação aos processos distribuídos no período. Mesmo considerando a redistribuição decorrente da criação de novas unidades na especializada temática, cabe avaliar essa evolução também à luz da redução de processos conclusos em gabinete entre 2022 e 2023 (itens 3.14 e 3.15 deste relatório) em contraste com distribuição regular que não experimentou redução, mas ao contrário, indica alguma disparidade na forma como já destacado ao final do item 10 deste relatório.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que também merece destaque sendo muito inferior à média da Turma e o menor indicador de tempo de tramitação entre todos os gabinetes da matéria tanto na 5ª quanto na 11ª Turma.

Com relação aos feitos de natureza cível e a apontada inconsistência dos dados apresentados pela estatística do TRF3 (itens 3.4 e 3.5 do presente relatório) foi constatado erro de identificação, classificando-se processos criminais como de natureza cível, a exemplo do embargos infringentes e de nulidade da matéria criminal tramitando junto à 4ª Seção como processos de natureza cível, alguns deles já devidamente julgados e/ou baixados.

O problema foi relatado ao setor de informática para adoção das medidas cabíveis.

O gabinete apresenta acervo controlado e bem gerido, destacando-se a média de tramitação dos processos, a menor identificada entre todos os gabinetes da matéria penal.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) cumprir as recomendações do item 9.

b) manter a estratégia de enfrentamento do acervo, sempre buscando ferramentas de aprimoramento e adotar medidas junto à distribuição para identificar a motivação da discrepância quantitativa de média de processos distribuídos no âmbito da especialidade.

c) registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO FONTES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Paulo Fontes

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma/4ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

1º/4/2013

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Erica Nozaki (Chefe de Gabinete)

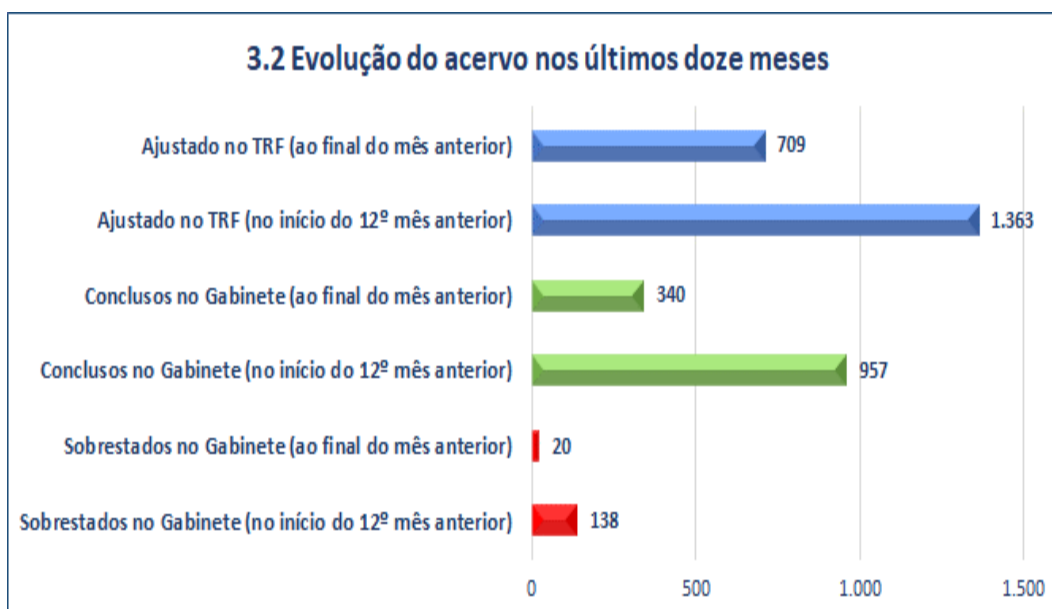
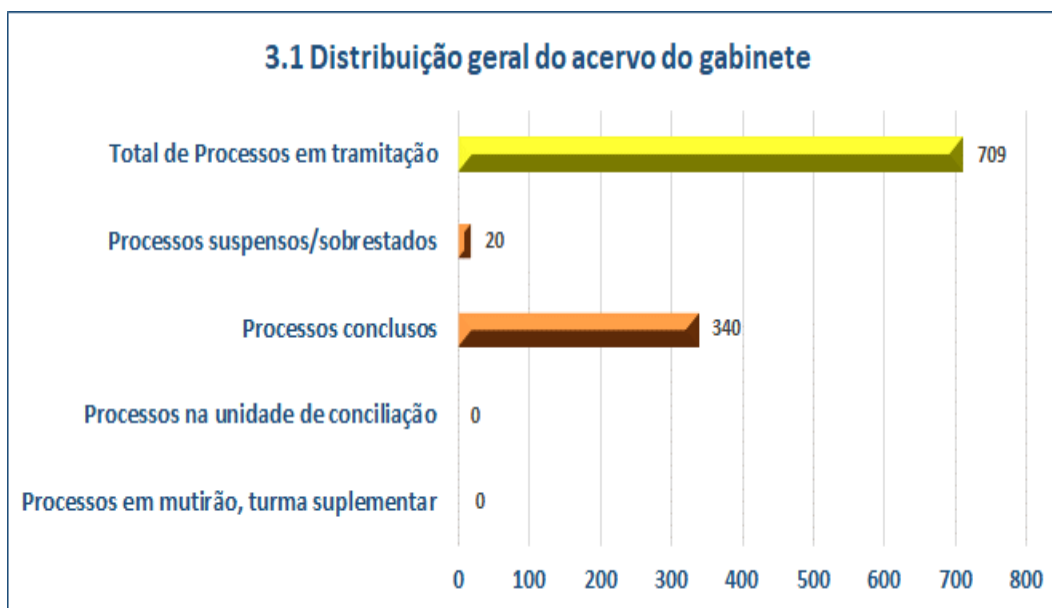
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1 Cargo de Assessor
CJ-2	1 Cargo de Chefe de Gabinete
CJ-1	1 Cargo de Assessor Jurídico I
FC-4	4 Funções de Assistente I
FC-3	5 Funções de Assistente Técnico

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

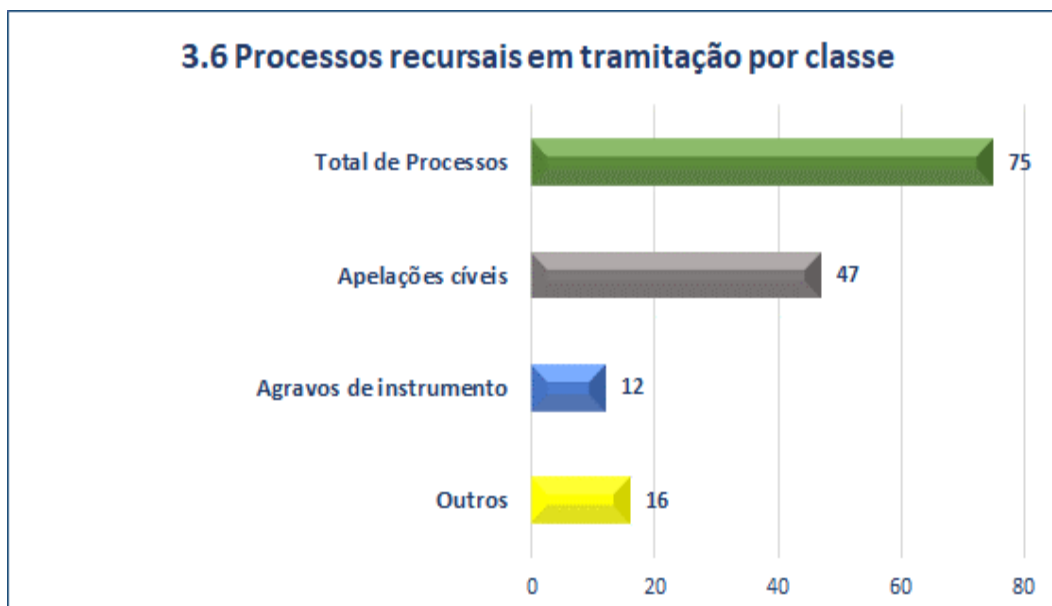
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
---	-----

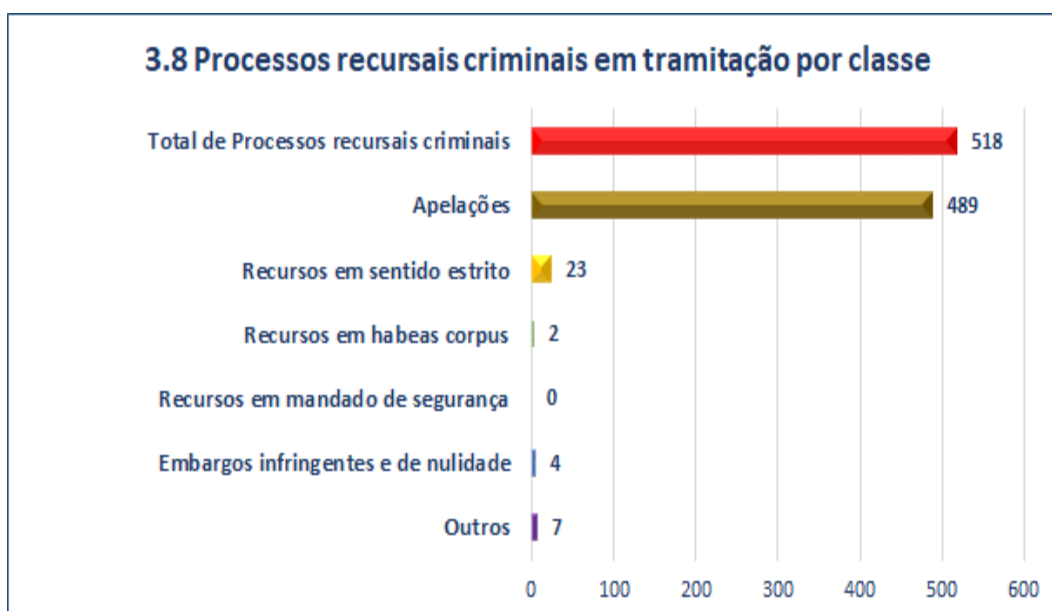
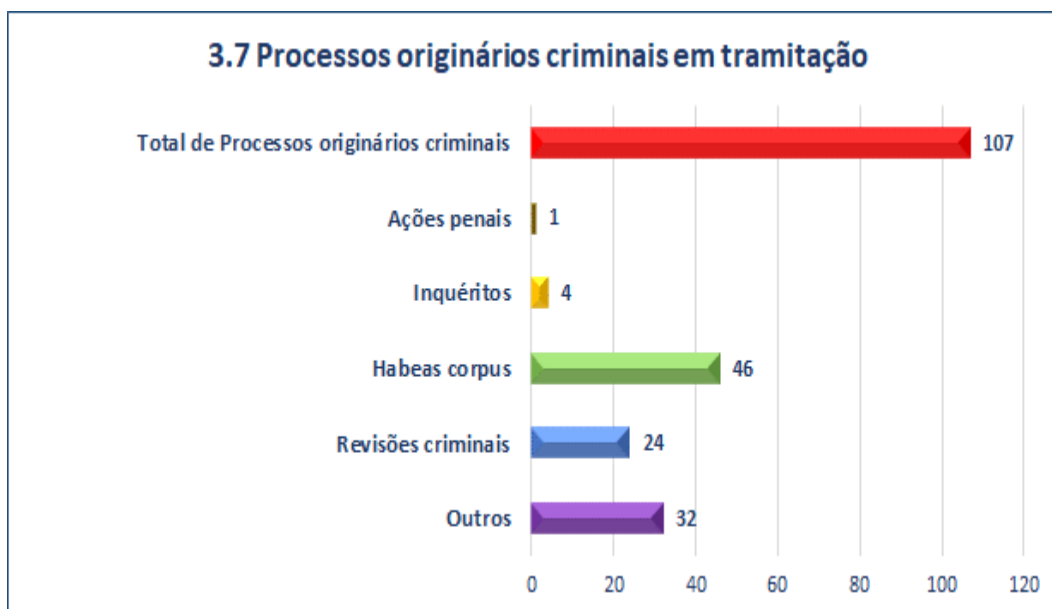
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	9
Mandados de segurança	0
Ações rescisórias	1

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Outros	8

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	75
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	74

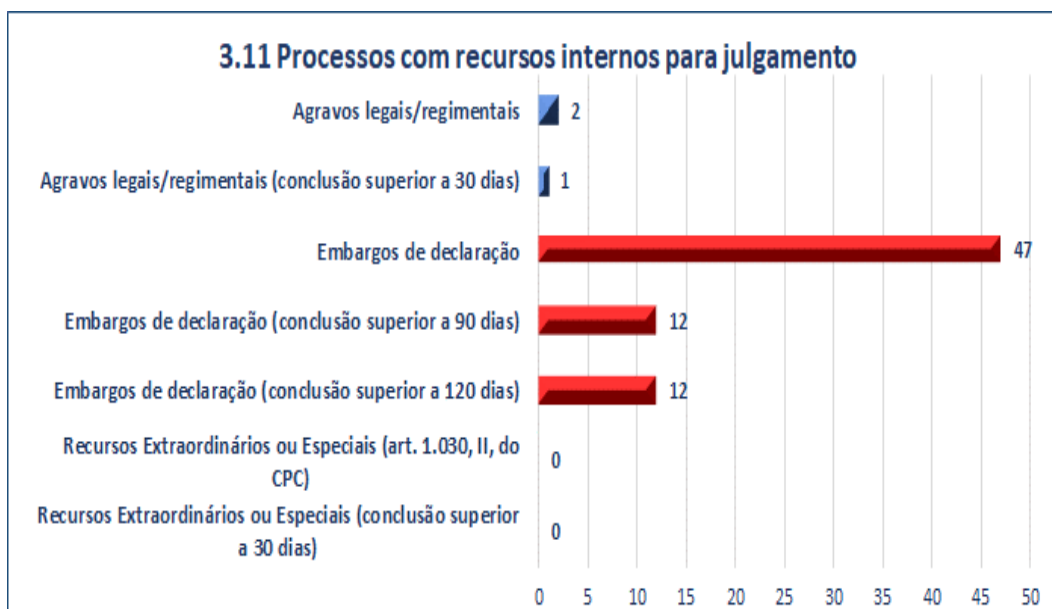




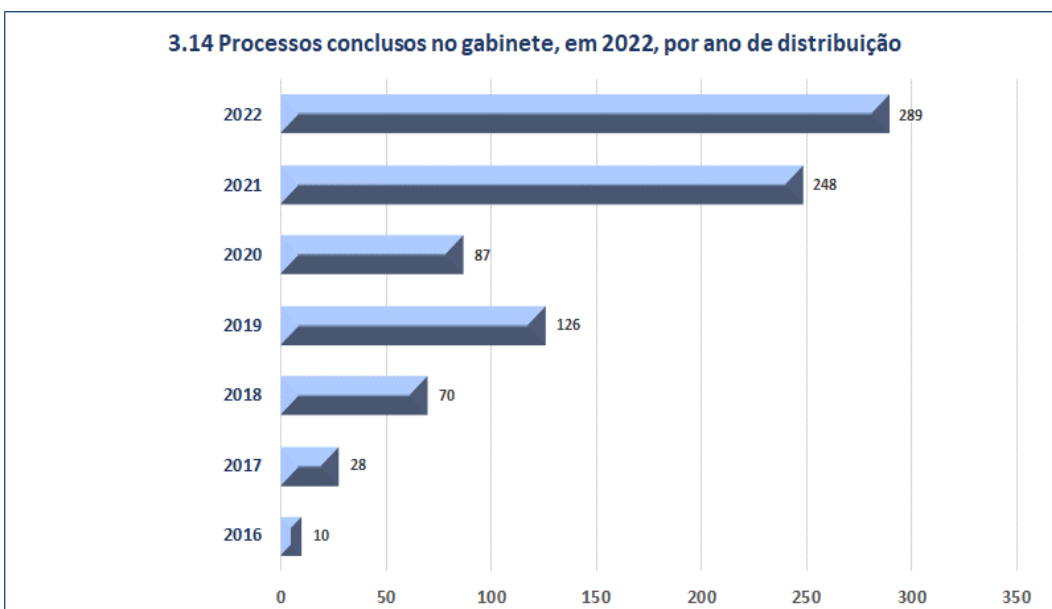
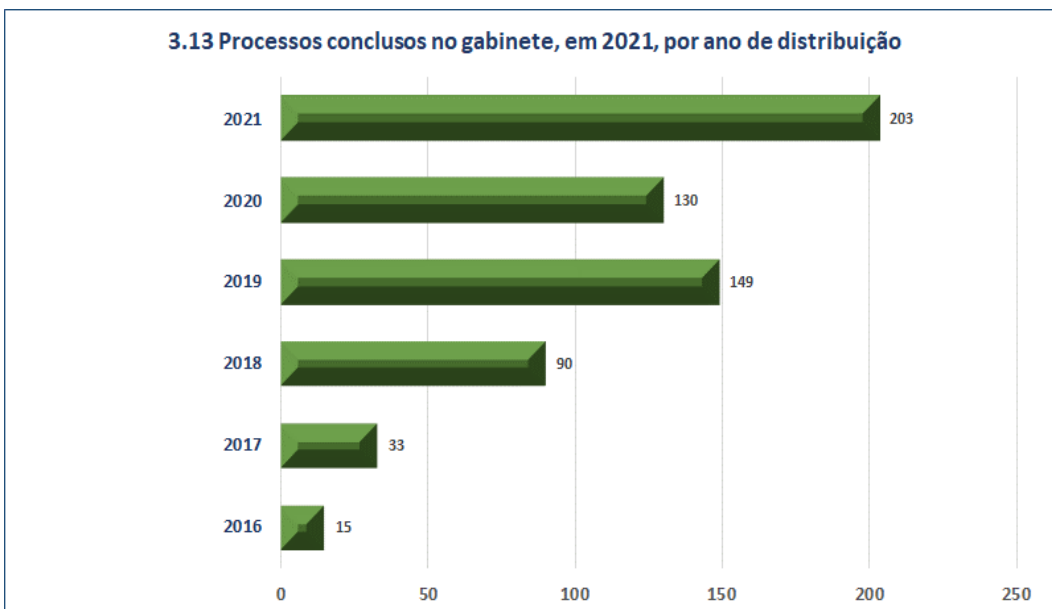
3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	88
Apelações	59
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas Corpus	12

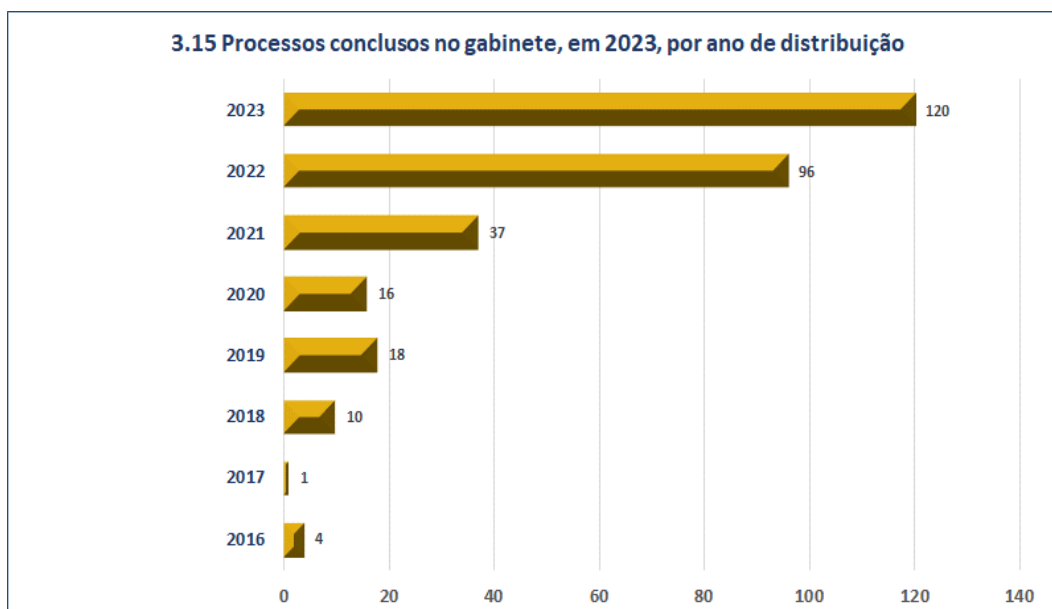
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



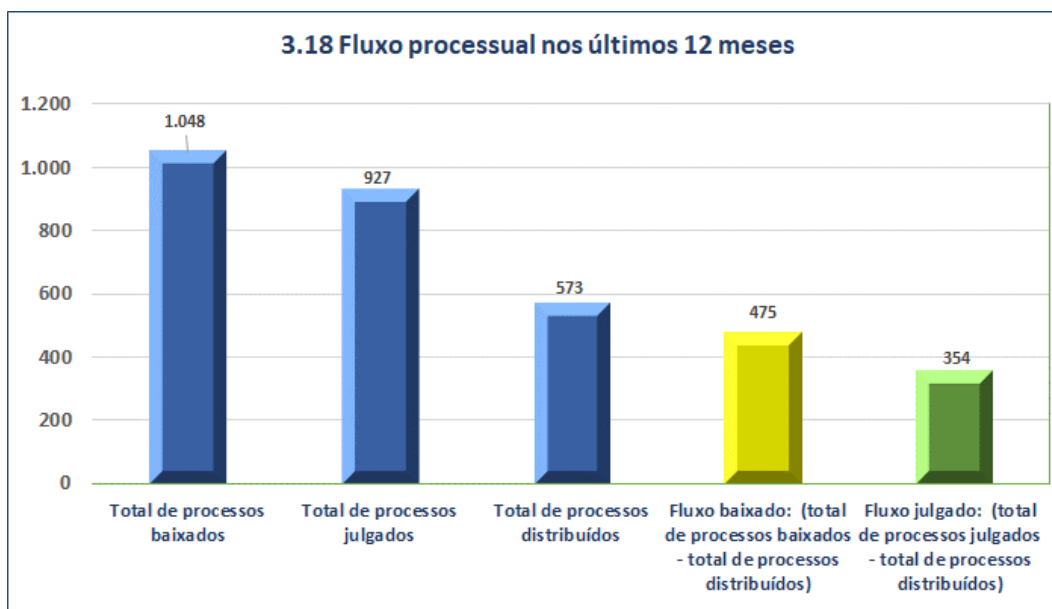
3.12 Processos com tutela provisória	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	1



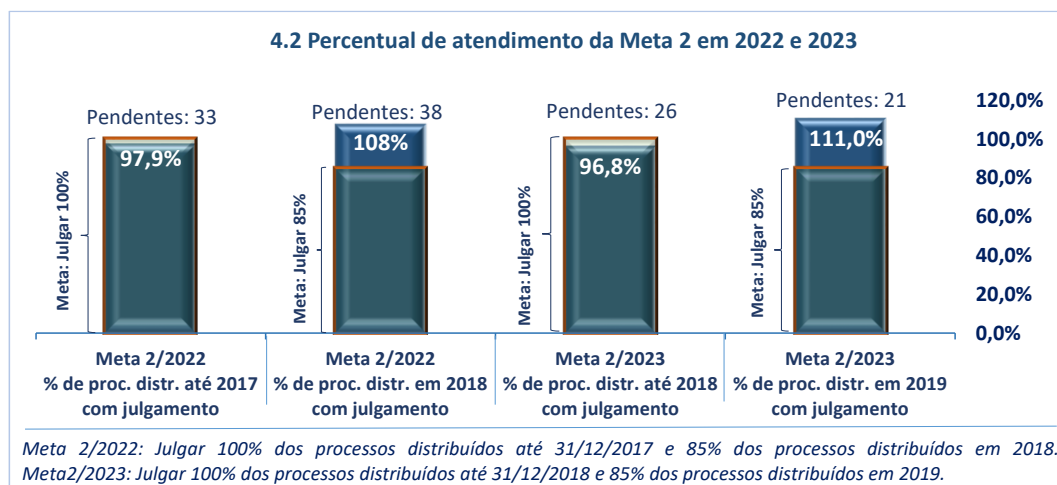
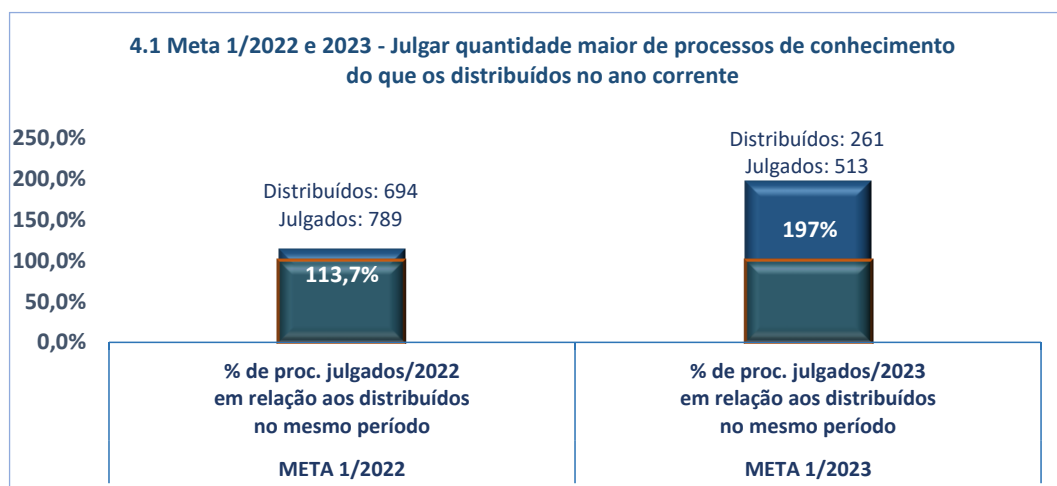


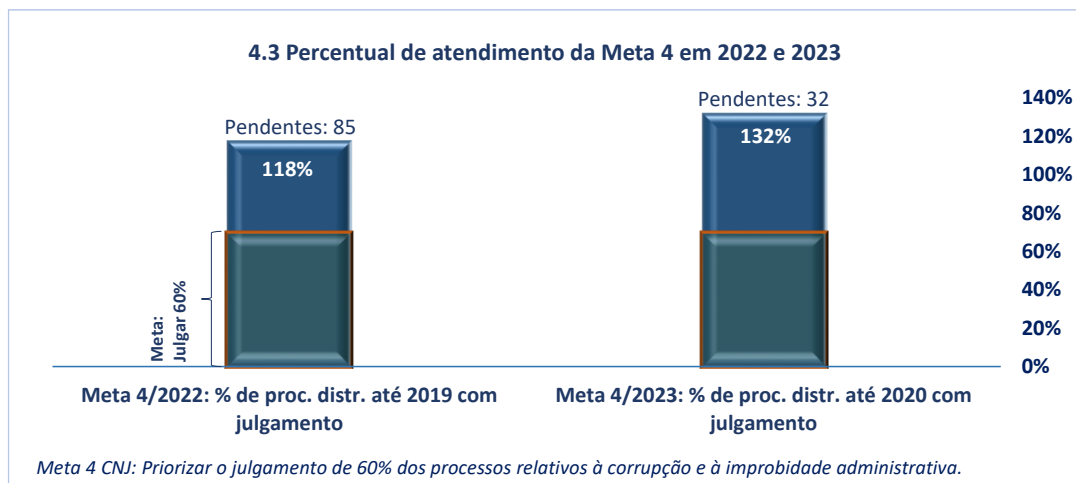
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para voto-vista	6
Remetidos para revisão	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para voto-vista	22
Recebidos para revisão	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	18
Recebidos para declaração de voto	0



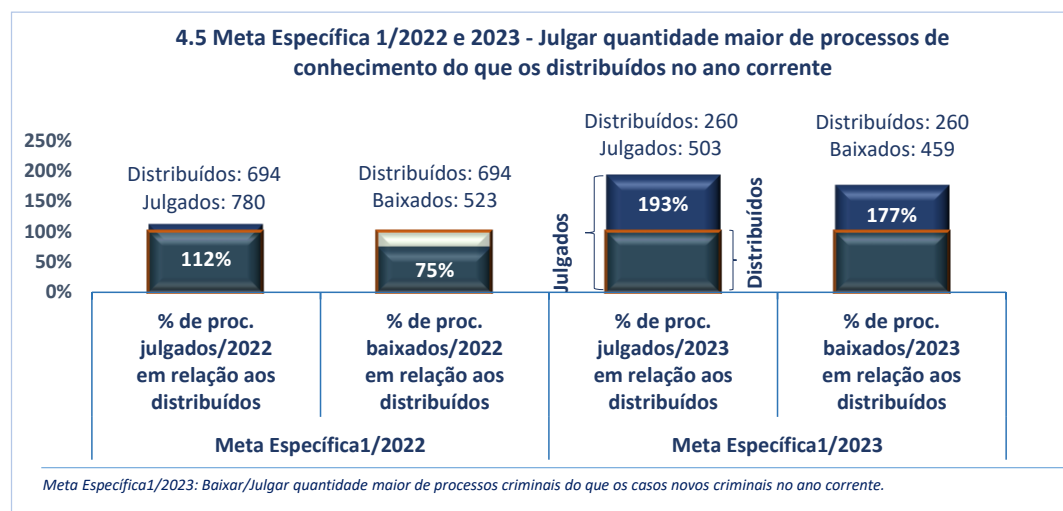
4. METAS





4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

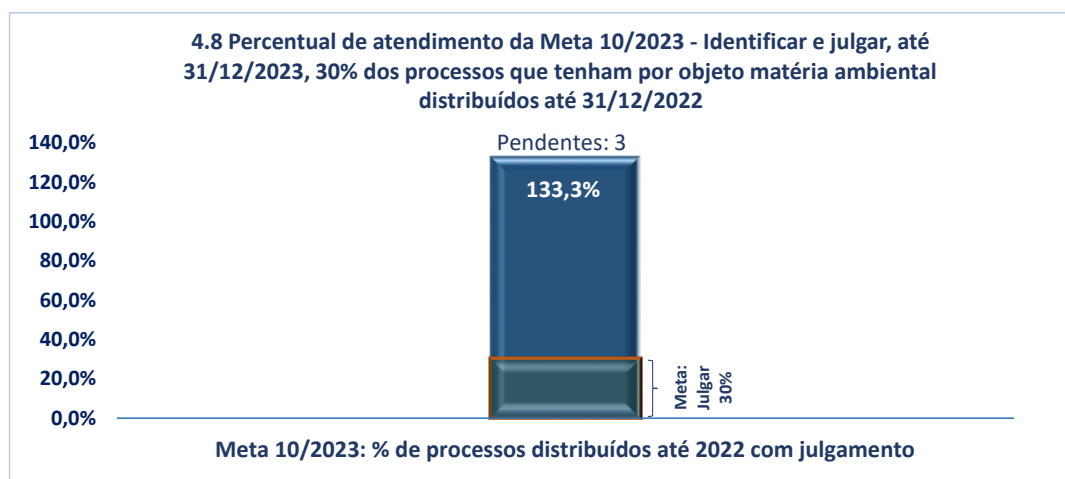
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	não disponível
Taxa de congestionamento no ano anterior	2,35%
Taxa de congestionamento no ano corrente	-21,18%



4.6 META ESP. 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não disponível
Pendentes em 31/12/2022	não disponível
Porcentagem de atendimento da meta	não disponível

4.7 META ESP. 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, a % de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não disponível
Pendentes no último dia do mês anterior	não disponível
Porcentagem de atendimento da meta	não disponível



4.9 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	não disponível
Pendentes no mês anterior	não disponível
Percentual de cumprimento da meta	não disponível

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?
A unidade busca por meio de controle interno, realizado por tabelas com informações da estatística e dos servidores, reduzir o acervo e melhorar o desempenho a cada ano, sempre buscando cumprir as metas do CNJ, julgar mais rápido processos com réus presos e os processos com prescrição próxima.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?
A partir do momento em que é determinado o sobrestamento e tomadas as providências necessárias em secretaria, o processo é enviado à tarefa "SOBRESTADO

POR MOTIVOS DIVERSOS" no PJe. Dessa forma, é possível verificar, sempre que necessário, quantos e quais são os processos sobrestados, assim como o motivo do sobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

No final de 2020, o gabinete implementou a especialização por tipos penais, a fim de atingir duas finalidades: (i) aumento da produtividade; (ii) melhor análise dos processos a partir da especialização dos temas.

5.4 Dificuldades

Não há dificuldades.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0004685-34.2009.4.03.6105	3/4/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico recém digitalizado no PJe. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0010512-56.2000.4.03.6100	28/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0006674-19.2016.4.03.6109	22/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0006491-95.2004.4.03.6100	18/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
5005147-20.2020.4.03.6104	6/11/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0001097-39.2016.4.03.6116	27/6/2019	Apelação Criminal

Observação/Providência: Operação de alta complexidade. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0003524-74.2009.4.03.6109	9/8/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0010980-51.2013.4.03.6104	30/8/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0003357-20.2018.4.03.6181	10/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0005890-35.2007.4.03.6181	1º/3/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0003103-14.2014.4.03.6108	24/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Alta complexidade. Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0006863-51.2012.4.03.6104	7/2/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0002023-29.2010.4.03.6181	21/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0720841-04.1991.4.03.6100	28/10/2009	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0010410-42.2016.4.03.6110	3/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
5000241-87.2020.4.03.6006	6/8/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação de alta complexidade. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0007692-13.2014.4.03.6120	30/6/2016	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação de alta complexidade. Incluído na relação de prioridades de gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0003222-40.2003.4.03.6114	20/7/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0006414-25.2014.4.03.6104	22/8/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação de alta complexidade. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0003440-41.2015.4.03.6181	9/9/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0007801-27.2014.4.03.6120	21/8/2015	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação de alta complexidade. Incluído na relação de prioridades. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		

0003983-98.2002.4.03.6181	19/9/2014	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 23/10/2023		
0000736-93.2018.4.03.6005	24/9/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0008469-38.2016.4.03.6181	7/10/2021	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0010815-25.2017.4.03.6181	18/11/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação de alta complexidade do gabinete. Incluído na relação de prioridades. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
5000308-67.2021.4.03.6119	28/10/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0000297-35.2011.4.03.6003	3/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0000113-98.2019.4.03.6003	14/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
5006574-73.2020.4.03.6000	13/10/2021	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0003264-55.2014.4.03.6130	19/1/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando prazo para juntada de razões de apelação do réu. Advogado intimado pessoalmente para constituir novo advogado.		
5000171-96.2022.4.03.6104	18/2/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação de alta complexidade. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0001514-60.2018.4.03.6103	16/11/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
5001107-97.2022.4.03.6112	17/5/2022	Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0107793-66.2006.4.03.0000	9/11/2006	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Apenso inativo da Apelação Cível n. 0012091-97.2004.4.03.6100 que retornará à Vice-Presidência.		
1303969-93.1995.4.03.6108	12/5/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico recém digitalizado no PJe. Aguardando correção da digitalização. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0000462-65.2019.4.03.6112	29/11/2022	Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0019412-09.2011.4.03.0000	12/7/2011	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo físico recém digitalizado no PJe. Aguardando correção da digitalização. Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
5031143-28.2022.4.03.0000	17/11/2022	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado na sessão de 7/8/2023. Acórdão publicado em 15/8/2023.		
5005195-50.2023.4.03.0000	1º/3/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado na sessão de julgamento de 7/8/2023. Arquivado em 5/9/2023.		
5021954-26.2022.4.03.0000	15/8/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 14/12/2023.		
5007964-31.2023.4.03.0000	26/3/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
5022642-85.2022.4.03.0000	22/8/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 14/12/2023.		
5028368-74.2021.4.03.0000	12/11/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: Julgado na sessão de 21/8/2023. Acórdão publicado em 30/8/2023.		
5008208-12.2021.4.03.6181	29/11/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Não consta no painel de tarefas do gabinete. Em consulta à UNI4, foi informado que o processo é de relatoria do Desembargador Federal Maurício Kato		
0000120-57.2019.4.03.0000	28/1/2021	Inquérito Policial
Observação/Providência: Não se encontra no acervo ativo do gabinete. Inquérito com tramitação direta entre a PF e o MPF.		
0009368-46.2010.4.03.6181	8/2/2023	Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
0002182-27.1987.4.03.6100	28/11/2022	Petição Cível
Observação/Providência: Incluído na relação de prioridades do gabinete. Previsão de julgamento: 1º semestre de 2024.		
5006248-37.2021.4.03.0000	3/3/2022	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgado embargos de declaração em 13/2/2023. Voto vencido do Des. Fed. Maurício Kato juntado 5/9/2023.		
5010277-96.2022.4.03.0000	18/4/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 21/9/2023.		
5006411-57.2021.4.03.6130	12/5/2022	Inquérito Policial
Observação/Providência: Não se encontra no acervo ativo do gabinete. Inquérito com tramitação direta entre a PF e o MPF.		
5034376-33.2022.4.03.0000	23/12/2022	Inquérito Policial
Observação/Providência: Não se encontra no acervo ativo do gabinete. Inquérito com tramitação direta entre a PF e o MPF.		

5024186-11.2022.4.03.0000	6/9/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 21/9/2023.		
0004947-55.2016.4.03.6002	4/11/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Relatoria Desembargador Federal Fausto De Sanctis.		
5000951-42.2022.4.03.6005	7/12/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Alta complexidade. Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0000633-60.2016.4.03.6004	7/12/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
5003421-37.2021.4.03.6181	10/9/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
5000024-46.2022.4.03.6112	10/5/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0001710-84.2006.4.03.6124	2/9/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixa definitiva ao juízo de origem em 24/8/2023.		
0000416-22.2018.4.03.6109	27/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Não consta do painel de tarefas do PJe. Está "preso" na tarefa [SU-Crim] Avaliar determinações (Subsecretaria de Registro e Informações Processuais/Desembargador Federal/UFOR). Aguardando solução do chamado de informática pela equipe técnica do PJe.		
0020957-80.2012.4.03.0000	22/5/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0003031-36.2013.4.03.6181	1º/10/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/10/2023.		
0024184-82.2010.4.03.6100	22/2/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em análise. Previsão de julgamento: sessão de 11/12/2023.		
0012530-98.2010.4.03.6100	28/4/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Suspenso até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 1.035, § 5º, CPC (Repercussão Geral Tema n. 985).		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, 47 são eletrônicos e foram inspecionados em consulta ao sistema PJe.

Os 3 processos físicos indicados na listagem de inspeção foram analisados por meio de extrato processual (SIAPRO), fornecido pelo responsável pela unidade, além da consulta presencial de dois deles.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Regularizar em 60 dias (aguarda juízo de retratação):

0002182-27.1987.4.03.6100

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000297-35.2011.4.03.6003	0002023-29.2010.4.03.6181	0003103-14.2014.4.03.6108
0003264-55.2014.4.03.6130	0003357-20.2018.4.03.6181	0003524-74.2009.4.03.6109
0005890-35.2007.4.03.6181	0006863-51.2012.4.03.6104	0007692-13.2014.4.03.6120
0008469-38.2016.4.03.6181	0010512-56.2000.4.03.6100	0010815-25.2017.4.03.6181
0010980-51.2013.4.03.6104	0720841-04.1991.4.03.6100	1303969-93.1995.4.03.6108
5000308-67.2021.4.03.6119	5000951-42.2022.4.03.6005	5005147-20.2020.4.03.6104
5010277-96.2022.4.03.0000	5021954-26.2022.4.03.0000	5022642-85.2022.4.03.0000
5024186-11.2022.4.03.0000		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões em que estão atualmente pautados (processos conclusos há mais de 100 dias):

0003983-98.2002.4.03.6181 5000171-96.2022.4.03.6104

d) Regularizar em até 60 dias (embargos de declaração com excesso na tramitação acima de 45 dias):

0019412-09.2011.4.03.0000 0000416-22.2018.4.03.6109

e) Priorizar julgamento de processo com réu preso:

5000024-46.2022.4.03.6112

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Paulo Fontes e pelas servidoras Erica Nozaki, Fernanda Castro e Miriam Oliveira Senatore.

Apurou-se que o gabinete é composto atualmente por 13 servidores efetivos, todos atuam na atividade-fim.

A Chefia e a Assessoria cuidam da triagem, gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento, bem como elaboração e conferência inicial de minutas.

Em 2020 o gabinete implementou a especialização por tipos penais, o que resultou em aumento da produtividade e melhoria da análise dos processos.

A triagem é realizada por servidor específico que faz a distribuição das tarefas de acordo com cada especialização. O controle de acervo é realizado por meio de planilha Excel, alimentada pela Chefe de Gabinete Erica Nozaki. A necessidade de controle através de ferramenta externa se dá em virtude de inconsistências relevantes do sistema PJe, relatados na entrevista de forma contundente.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância, Vice-Presidência) em que os processos são “desviados” do fluxo e acabam “perdidos” em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam “esquecidos” nesse local eletrônico não controlado pela unidade

jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento, demanda essa que se afigura urgente, dada a gravidade da situação e potenciais problemas que podem daí surgir.

Também é digno de nota a dificuldade apontada pela equipe inspecionada, no que concerne à alteração de ID das peças em rotina do sistema PJe. Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância. As referências a números de identificação (ID) distintos em primeiro e segundo grau acaba por dificultar a análise processual.

Ainda em relação ao PJe, destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores. Aliás, trata-se de observação comum feita por praticamente todos os gabinetes inspecionados o que, igualmente, está a merecer uma resolução imediata pelo setor de informática competente.

Foram relatadas pela equipe inspecionada dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, apontando-se inconsistências, notadamente em relação aos processos cíveis remanescentes à especialização que foram captados.

Foram estabelecidas metas coletivas e individuais (8 apelações por mês), com certa flexibilidade diante da existência de processos mais complexos que demandam mais tempo para análise.

A unidade busca por meio de controle interno, realizado por tabelas com informações da estatística e dos servidores, reduzir o acervo e melhorar o desempenho a cada ano, sempre buscando cumprir as metas do CNJ, julgar mais rapidamente processos com réus presos e os processos com prescrição próxima.

Após o cumprimento de rotina específica pela Subsecretaria, o processo sobrestado é enviado à tarefa "SOBRESTADO POR MOTIVOS DIVERSOS" no PJe. Dessa forma, é possível verificar, sempre que necessário, quantos e quais são os processos sobrestados, assim como o motivo do sobrestamento.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ.

Não foram relatadas dificuldades, além daquelas inerentes ao sistema PJe.

Os embargos de declaração são tratados com celeridade, sendo levados a julgamento assim que possível, tal como os votos-vista que dependem da composição integral para julgamento. Acerca do quantitativo apontado no item 3.11 deste relatório,

as entrevistadas afirmam ser um número equivocado, não obstante o dado tenha sido extraído do portal de estatística. Eventual inconsistência deve ser relatada ao setor responsável.

Não há pendências relacionadas a *habeas corpus*, pedidos liminares, réus presos, que possuem prioridades máximas por determinação do Desembargador.

Embora o acervo seja em razoável número, os gestores têm trabalhado com afinco para a redução do acervo e atendimento das metas do CNJ, destacando-se especial esforço considerando que o Desembargador preside a Comissão de Concurso, o que toma muito de seu tempo produtivo no gabinete.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 951 para 340, devendo ser levado em consideração a redistribuição de parte do acervo em razão da criação de dois gabinetes novos em março de 2023. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 957 feitos conclusos, e no mês anterior à inspeção eram 340.

Em relação ao acervo houve diminuição eis que no início do 12º mês anterior à inspeção a unidade contava com 1.363 processos e no final do mês anterior à inspeção, com 709 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 121, na última inspeção, para 47, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 17 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

Com relação aos feitos de natureza cível e a apontada inconsistência dos dados apresentados pela estatística do TRF3 (itens 3.4 e 3.5 do presente relatório) foi constatado erro de identificação, classificando-se processos criminais como de natureza cível, como por exemplo, embargos infringentes e de nulidade (4ª Seção) classificados como processos de natureza cível.

O problema foi relatado ao setor de informática para adoção de medidas cabíveis.

Constatou-se que a unidade jurisdicional conta com um acervo antigo cível e penal relevante, que gera dificuldades para a evolução de produtividade, visto que são processos complexos, com digitalização de autos físicos, o que dificulta a sua análise.

Não obstante, há notório comprometimento da equipe em realizar um trabalho mais aprimorado, com perspectiva de solução de gargalos que prejudicam atualmente a produtividade. Foi inclusive informada a intenção em providenciar o julgamento de todo o acervo cível ainda pendente.

A equipe do gabinete demonstra consciência dos desafios e busca adotar estratégias para reduzir o acervo mais antigo, sem embargo do cumprimento das metas do CNJ. Os dados estatísticos demonstram melhoria nos resultados, havendo clara perspectiva de melhora no futuro.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Manter a estratégia de enfrentamento do acervo mais antigo, sempre buscando ferramentas de aprimoramento.
- c) Registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.
- d) Priorizar as pendências nos processos cíveis e acervo mais antigo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MAURÍCIO KATO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Mauricio Kato

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma integrante da 4ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 11/12/2014

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Luciana de Paula Santos (chefe de gabinete - CJ2)

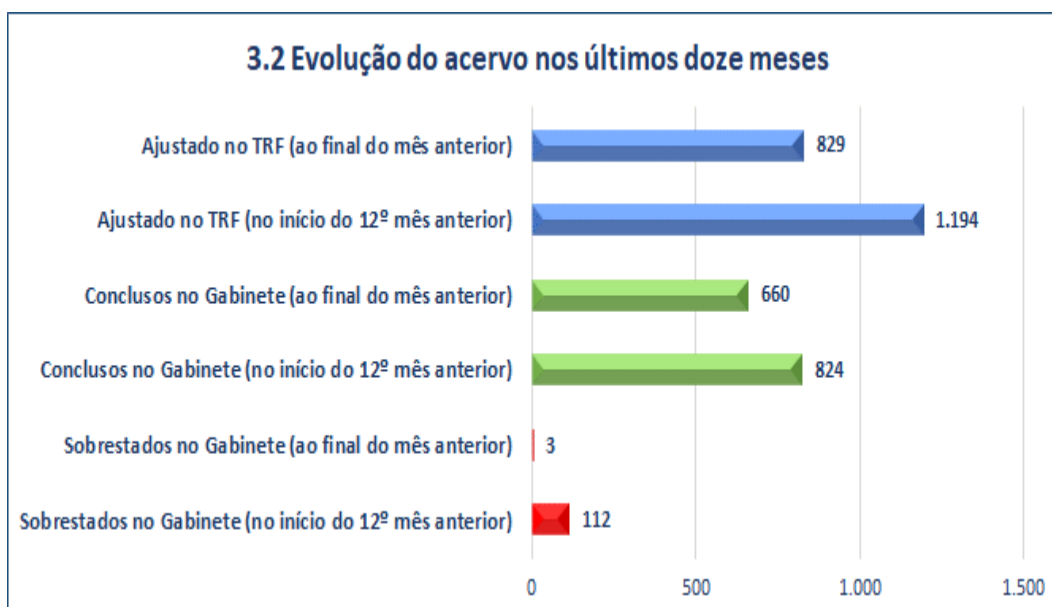
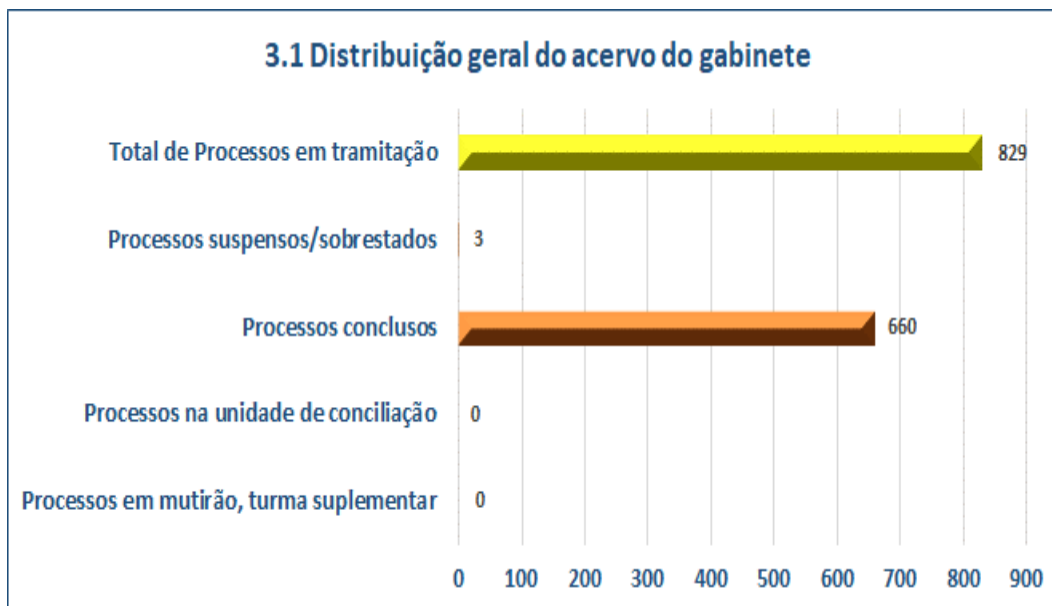
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14 servidores (já considerado o remanejamento de 2 cargos de agente da polícia judicial para reserva da Presidência - Resolução CATRF3R 173, de 22/8/2023)
Estagiários	3 estagiários

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7

3. DADOS ESTATÍSTICOS



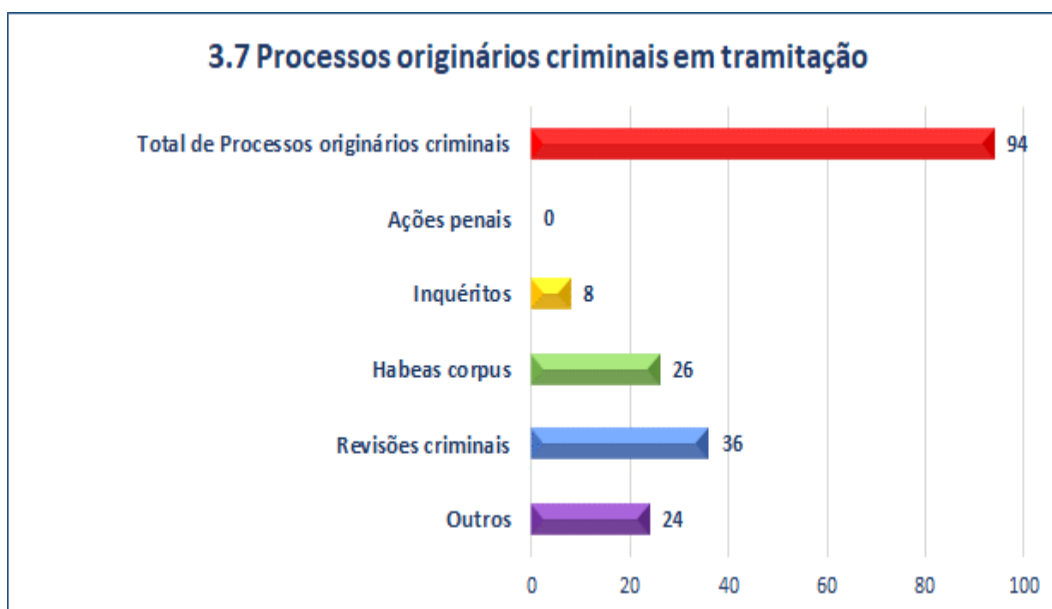
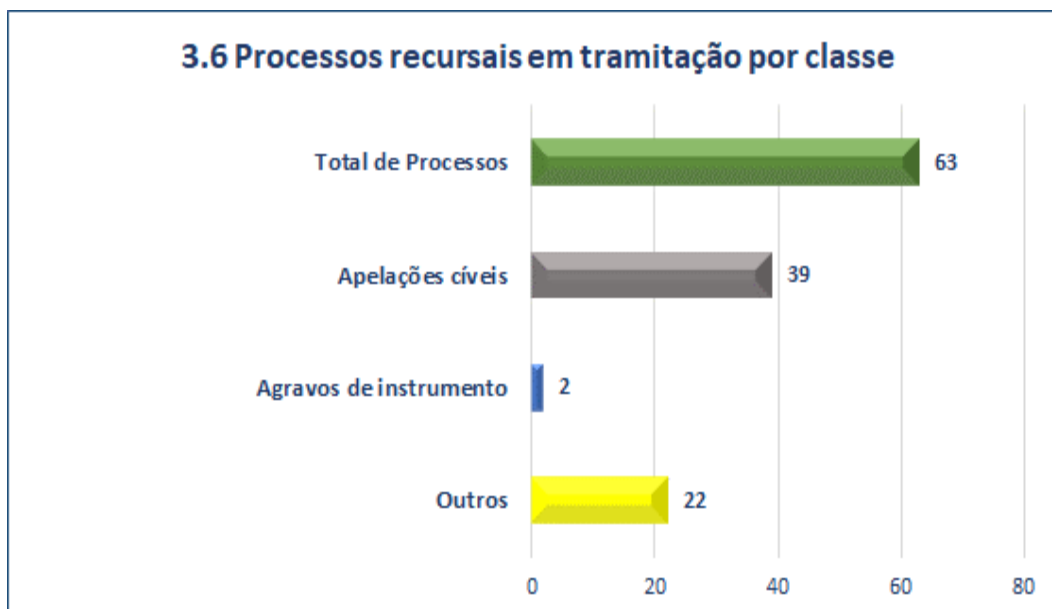
3.3 Ações para evolução do acervo

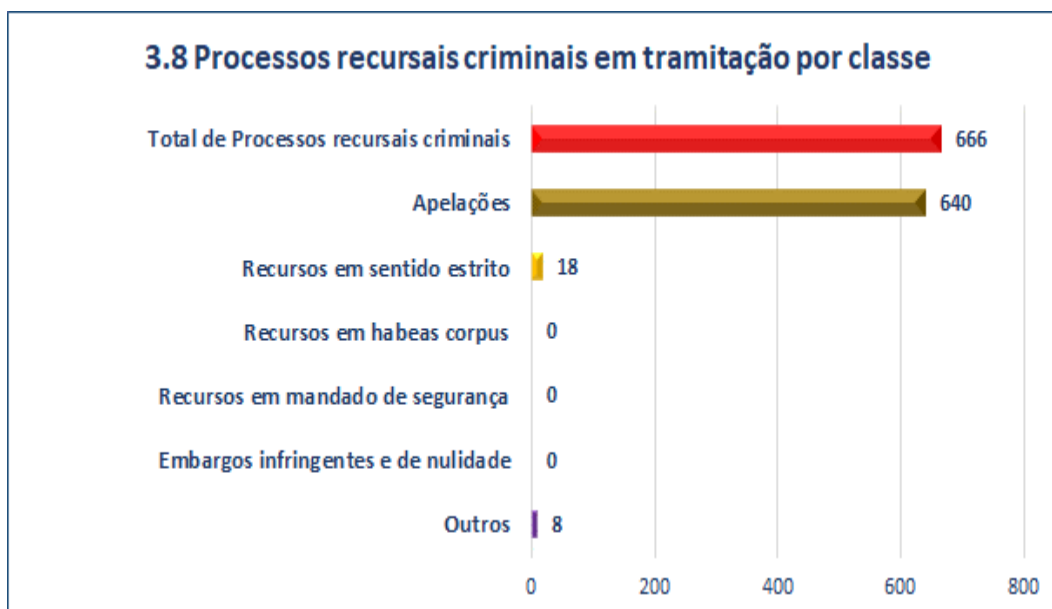
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
---	-----

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	6 processos
Ações rescisórias	2 processos
Outros	4 processos

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	63 processos
Recursos em mandados de segurança coletivos	1 processo
Recursos em ações de desapropriação	1 processo
Recursos em ações com preferência legal	1 processo
Outros	60 processos



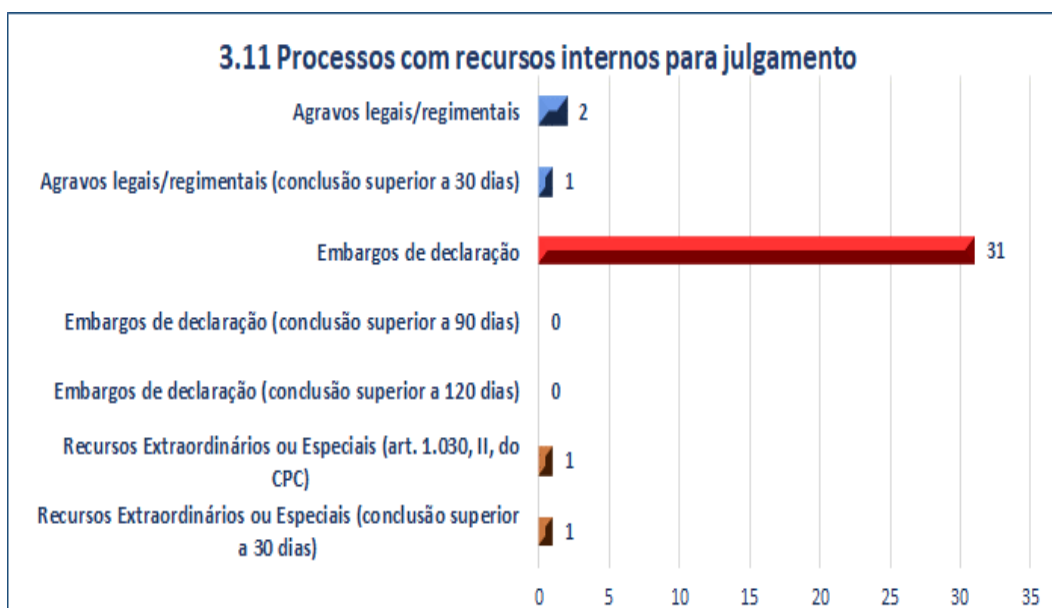


3.9 Processos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	116 processos
Apelações	80 processos
Habeas corpus	12 processos

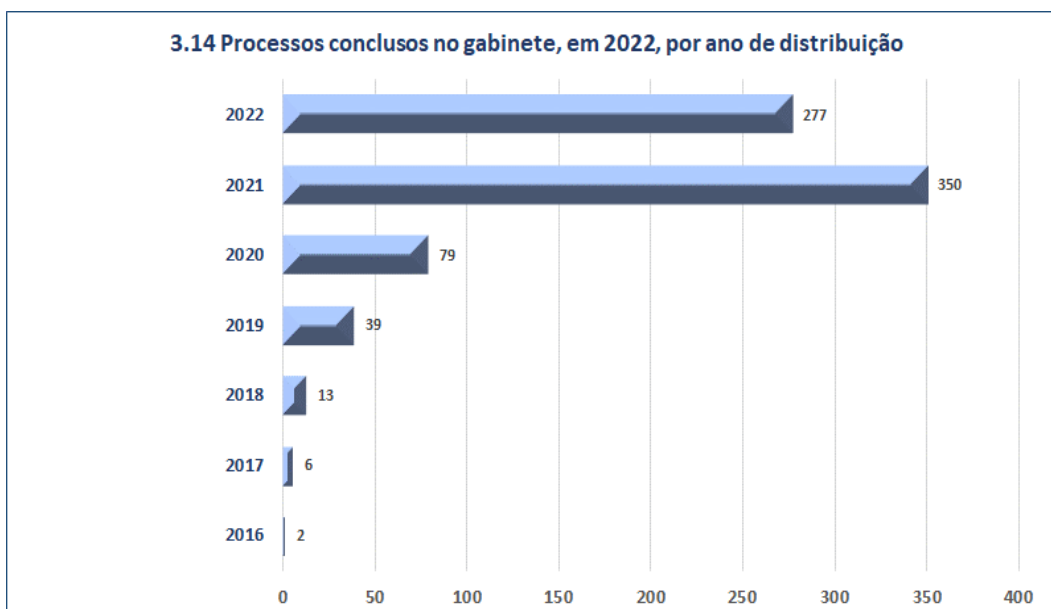
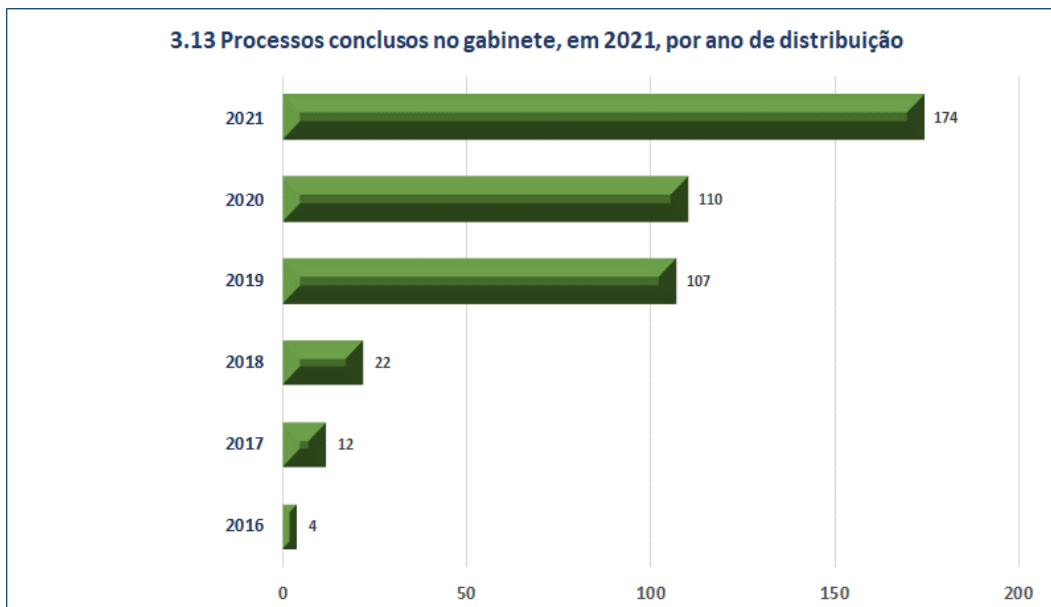
3.10 Processos sobrestados no Gabinete

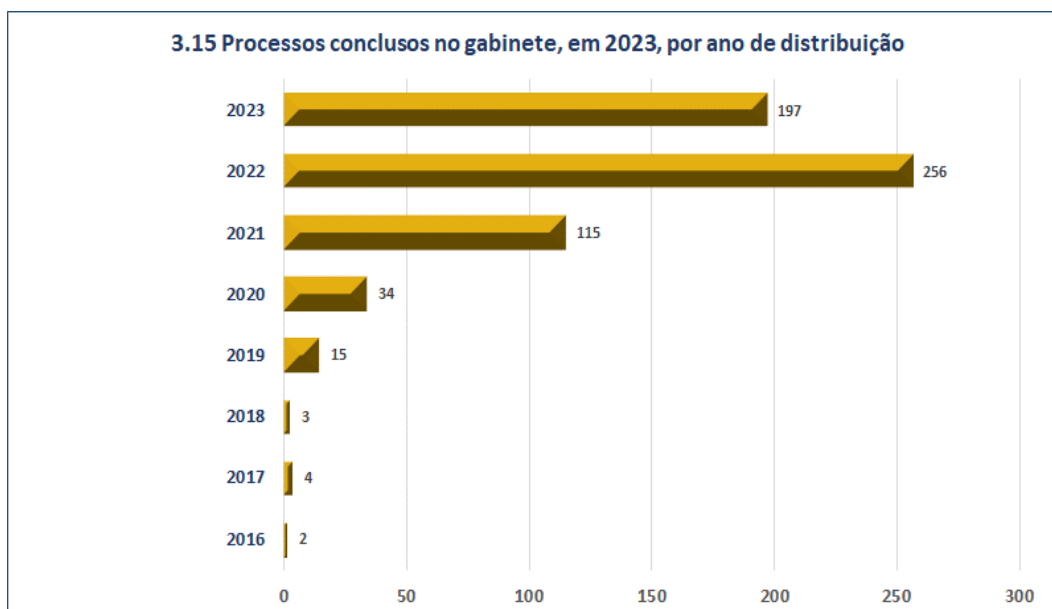
Total de feitos	zero
-----------------	------



3.12 Processos com tutela provisória

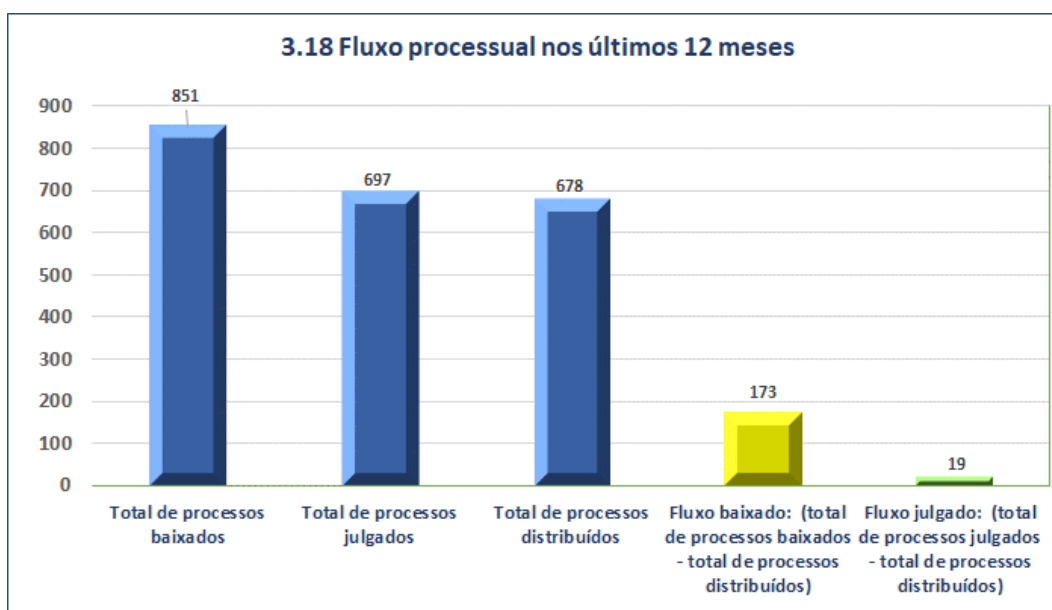
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	6 processos
--	-------------



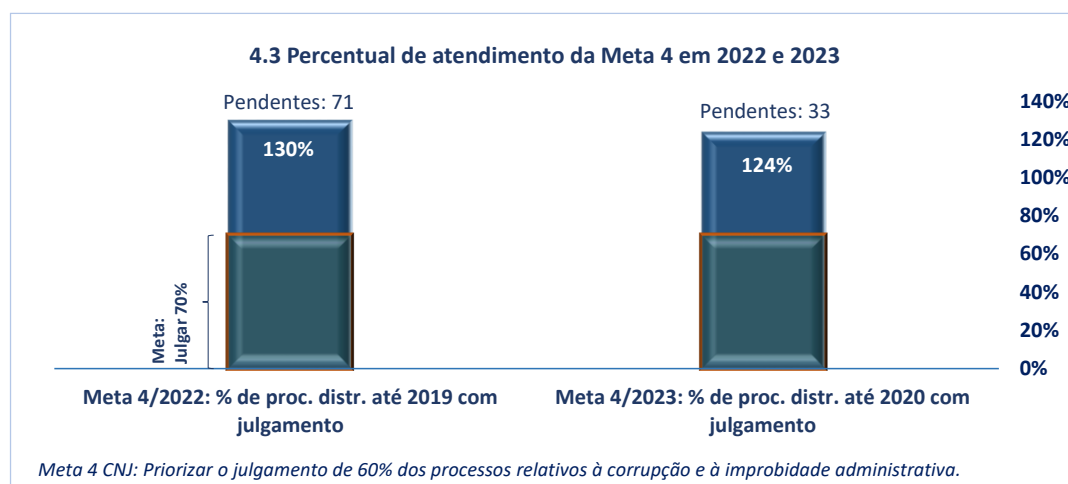
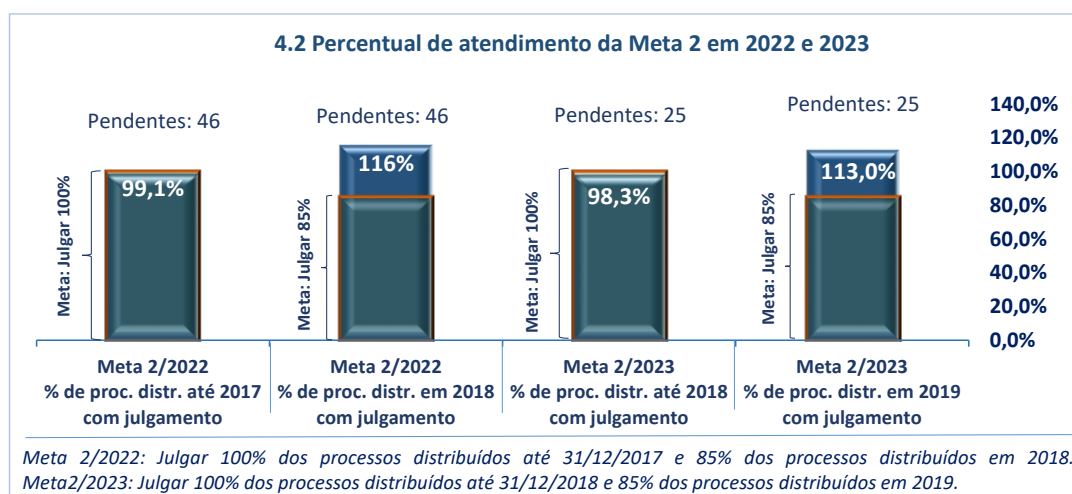
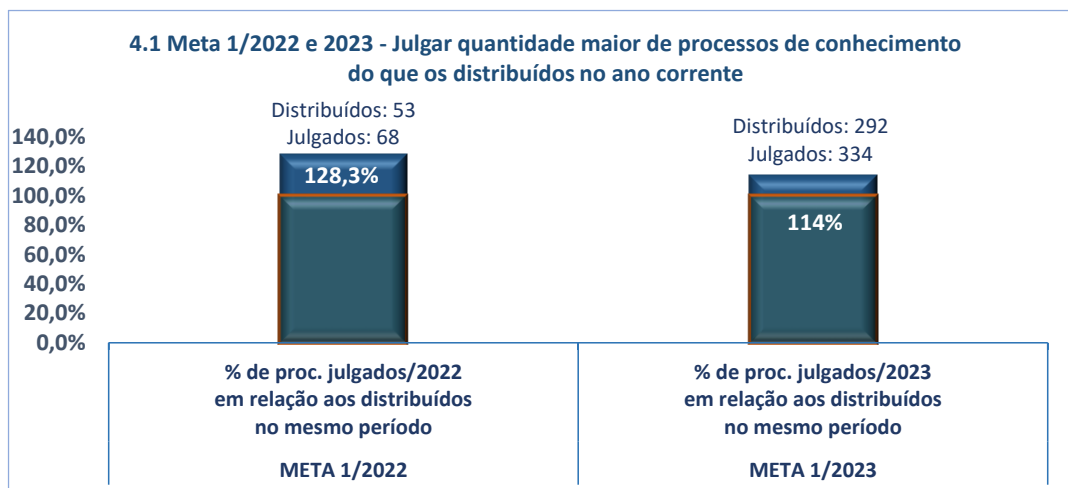


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para voto-vista	3 processos
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	2 processos

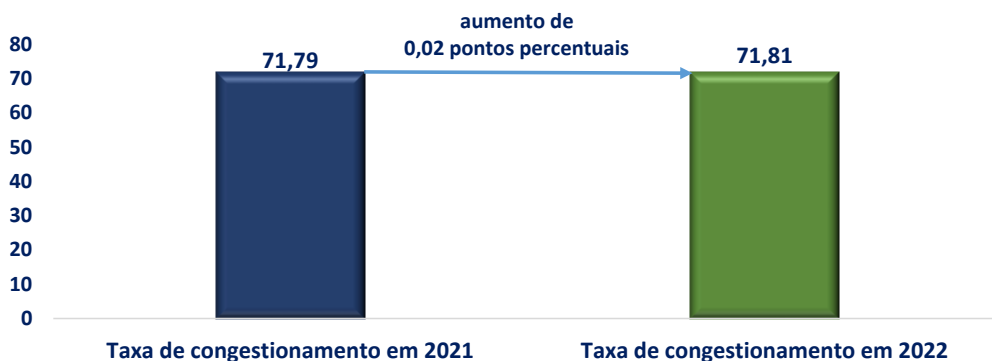
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para voto-vista	1 processo



4. METAS

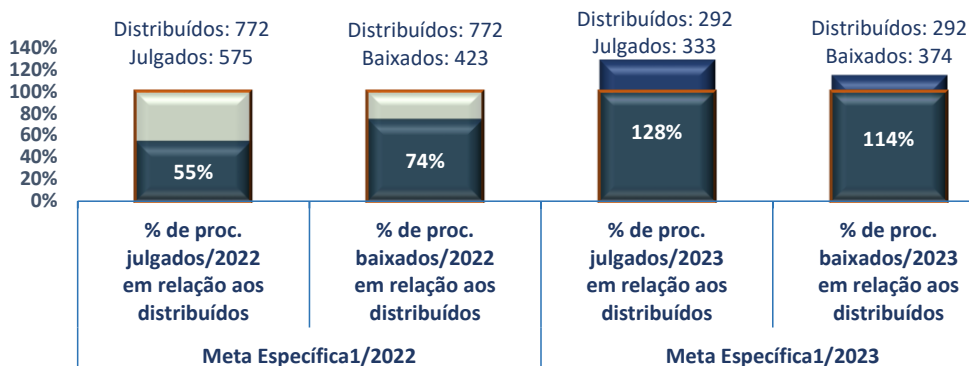


4.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida



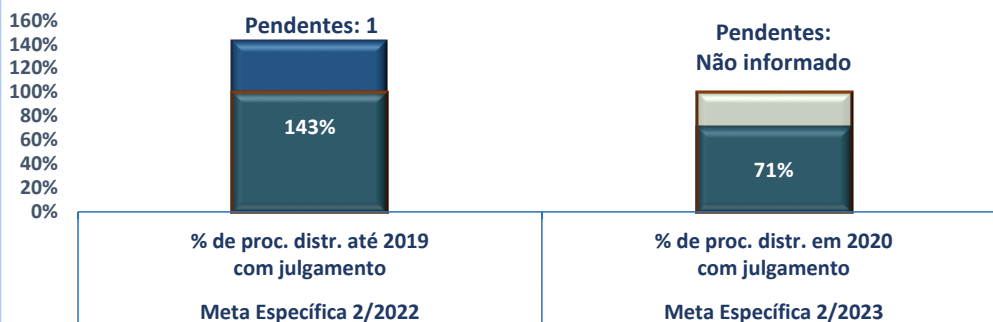
Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão não é possível comparar com o ano anterior, cujo computo compreende os 12 meses.

4.5 Meta Específica 1/2022 e 2023 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

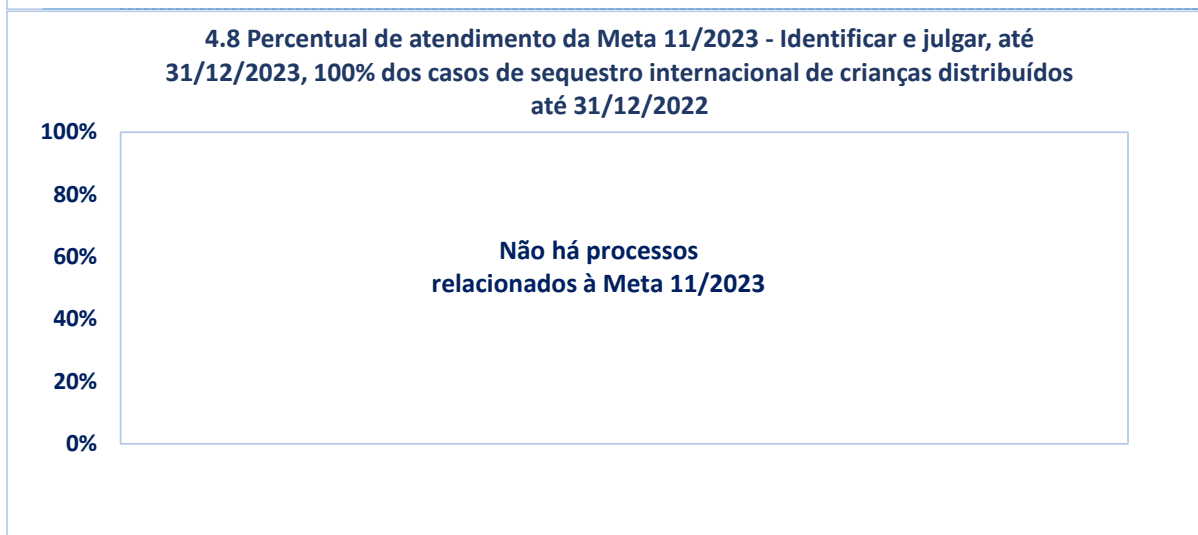
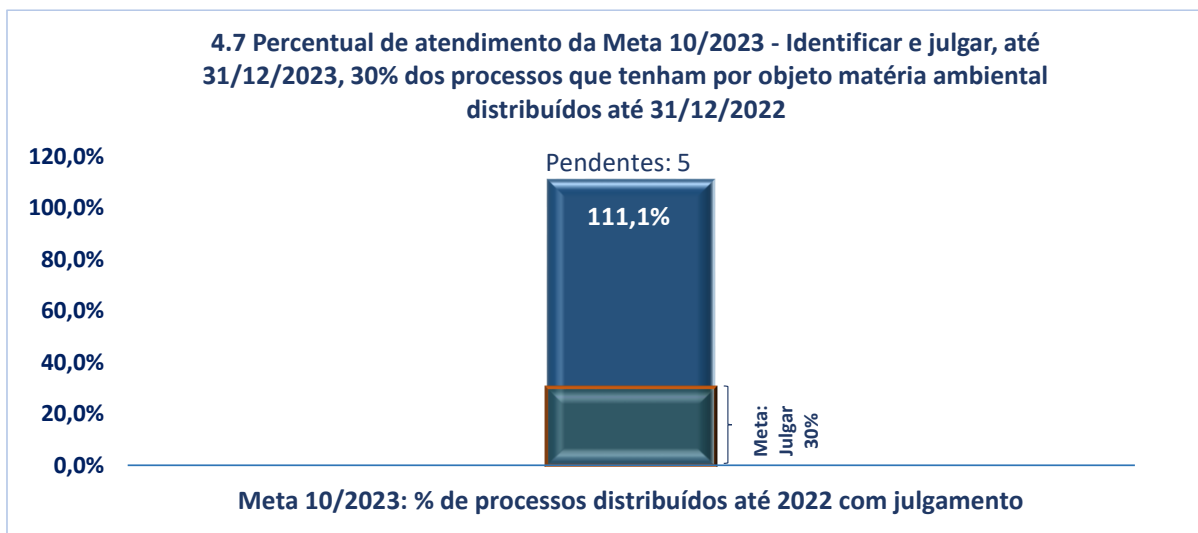


Meta Específica1/2023: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

4.6 Meta Específica 2/2022 e 2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019



Meta Específica2/2023: Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A unidade não possui plano de gestão formalizado. De qualquer sorte, o acompanhamento do acervo cabe à chefe do gabinete que se utiliza dos relatórios gerenciais do PJe para compor planilhas de controle interno, as quais também são alimentadas com dados de interesse da unidade. A atribuição de atividades e processos de trabalho está baseada em diretrizes macro estabelecidas pelo Desembargador Federal e especificadas pela chefe do gabinete, consideradas as contingências de recursos humanos e materiais. As rotinas e controles administrativos estão formalizados em expedientes SEI próprios.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Atualmente, o gabinete não possui processos suspensos. E, há controle interno de feitos cíveis conclusos para juízo de retratação do tema 985 do STF (decisão proferida

nas Petições 31.458/2022, 73.166/2022 e 54.423/202), que foram adiados na sessão ocorrida 24/7/2023.

5.3 Boas práticas e inovações

Considerando que o objetivo principal da unidade é a melhora constante na qualidade da prestação jurisdicional, especialmente na individualização máxima dos julgados e no aprofundamento técnico dos julgamentos, me parece que as prévia revisão e padronização das minutas, antes mesmo da submissão à conferência e aprovação pelo magistrado, tem atendido a este fim, sem descuidar do cumprimento das metas CNJ e observância da antiguidade de conclusão e outras prioridades.

5.4 Dificuldades

A principal dificuldade encontrada é a falta de capacitação em boa parte do quadro de servidores. Embora dedicados e comprometidos, alguns não reúnem habilidade técnica satisfatória para elaboração das minutas, o que, além do desgaste motivacional deles mesmos, acarreta a reelaboração de minutas em termos mínimos para submissão ao magistrado e sobrecarrega o pequeno número que efetivamente possui aptidão para a atividade em gabinete. Ainda, as incertezas quanto ao cenário "administrativo", especialmente no que diz respeito à possibilidade de trabalho remoto dificultou, senão impediu, o planejamento e a consecução de metas do gabinete, além de que há o engessamento na gestão da unidade que fica sem qualquer margem de atuação para administrar conforme as suas particularidades.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Atualmente, a unidade conta com 3 (três) servidoras em regime de teletrabalho integral, sendo que uma delas está enquadrada no artigo 17, inciso I da Resolução PRES 530/2022 com alterações da Resolução PRES 565/2023 ("deficiência, necessidades especiais ou doença grave elencadas no art. 6.º, XIV, da Lei n. 7.713/1988, ou que tenham filho, cônjuge, companheiro ou dependentes legais nessa condição, conforme o disposto na Resolução n. 227, de 15 de junho de 2016, do CNJ, e na Resolução PRES n. 423, de 17 de maio de 2021") e as outras duas observam meta de produtividade diferenciada dos demais integrantes do quadro. Ainda, os demais servidores cumprem regime de teletrabalho parcial (4 dias presencial/1 dia remoto) e também cumprem metas estipuladas pela gestão do gabinete.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Considerando a competência absoluta criminal, não há ação específica voltada à conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0012661-09.2015.4.03.6000	13/2/2019	Apelação Criminal
Pende declaração de voto que será apresentada em autos físicos que foram encaminhados à digitalização e aguardam inserção de arquivos digitais. Processo destacado com prioridade.		
5008349-81.2020.4.03.0000	13/4/2020	Conflito de Jurisdição
Processo destacado com prioridade. Previsão de apresentação em mesa da sessão presencial de 19/11/2023 (4ª Seção).		
0006477-71.2018.4.03.6181	16/3/2020	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0000569-76.2018.4.03.6005	3/7/2020	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0001351-56.2013.4.03.6006	6/5/2020	Apelação Criminal
Incluído na pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
0007623-50.2018.4.03.6181	28/8/2020	Apelação Criminal
Previsto para a pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
5005131-66.2020.4.03.6104	29/9/2020	Apelação Criminal
Processo incluído na pauta da sessão designada para 23/10/2023		
0011407-46.2007.4.03.6108	29/7/2020	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade para remessa ao revisor em até 60 dias e previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0003030-92.2012.4.03.6114	29/11/2012	Apelação Cível
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
0004192-08.2018.4.03.6181	29/9/2020	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0031968-72.2013.4.03.0000	19/12/2013	Agravo de Instrumento
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
0002974-42.2018.4.03.6181	17/11/2020	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0001028-69.2018.4.03.6105	2/3/2021	Apelação Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
0008992-47.2013.4.03.6119	18/2/2021	Apelação Criminal
Decisão monocrática de extinção da punibilidade pela prescrição		
0000869-29.2018.4.03.6105	8/3/2021	Apelação Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
0008893-46.2017.4.03.6181	3/3/2021	Apelação Criminal
Julgamento conjunto com o processo principal (apelação criminal 0004115-04.2015.403.6181 - Operação Captura). O principal, contudo, já teve julgamento iniciado em autos físicos que foram encaminhados à digitalização e aguardam inserção de arquivos digitais. Processo destacado com prioridade.		
0005268-11.2012.4.03.6106	11/10/2013	Apelação/Remessa Necessária

Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
0011346-80.2010.4.03.6109	26/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
0014096-57.2011.4.03.6000	29/5/2012	Apelação Cível
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
0012854-58.2018.4.03.6181	26/5/2021	Apelação Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
0012966-08.2010.4.03.6181	22/4/2021	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0001127-41.2015.4.03.6106	7/6/2021	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade para remessa ao revisor em até 60 dias e previsão para a pauta da sessão 23/10/2023.		
0006130-38.2018.4.03.6181	2/10/2019	Apelação Criminal
Julgamento já iniciado em autos físicos que foram encaminhados à digitalização e aguardam inserção de arquivos digitais. Processo destacado com prioridade e minuta já em curso, contudo, considerando cronogramas internos do gabinete e subsecretaria, ainda não é possível estimar apresentação em mesa.		
0006855-84.2016.4.03.6120	1º/6/2021	Apelação Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
0004941-25.2014.4.03.6000	13/5/2021	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0001005-45.2012.4.03.6005	16/6/2021	Apelação Criminal
Julgado na sessão de 4/9/2023 (5ª Turma)		
0002844-57.2015.4.03.6181	15/6/2021	Apelação Criminal
Julgado na sessão de 4/9/2023 (5ª Turma)		
0005290-96.2016.4.03.6181	20/5/2021	Apelação Criminal
Julgado na sessão de 4/9/2023 (5ª Turma)		
0007482-60.2016.4.03.6000	7/7/2021	Apelação Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
5001041-57.2021.4.03.0000	26/1/2021	Revisão Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão eletrônica designada para 19/10/2023 (4ª Seção).		
0003245-85.2018.4.03.6105	6/8/2021	Apelação Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
5000189-88.2020.4.03.6104	5/8/2021	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade para remessa ao revisor em até 60 dias e previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
5031522-71.2019.4.03.0000	4/12/2019	Revisão Criminal
Processo destacado com prioridade. Previsão de remessa ao revisor em até 60 dias e previsão de pauta da sessão presencial de 19/11/2023 (4ª Seção).		
5001500-59.2021.4.03.0000	1º/2/2021	Revisão Criminal
Processo não está em termos para julgamento (aguardando manifestação da Procuradoria Regional da República). Julgamento conjunto com RevCrim 5001498-89.2021.403.0000 e 5001523-05.2021.403.0000 (Operação Oversea).		
5004427-98.2021.4.03.6110	16/11/2021	Remessa Necessária Criminal

Decisão monocrática de não conhecimento do reexame necessário		
5001498-89.2021.4.03.0000	1º/2/2021	Revisão Criminal
Julgamento conjunto com RevCrim 5001500-59.2021.403.0000 (que ainda não está em termos) e 5001523-05.2021.403.0000 (Operação Oversea).		
5033633-91.2020.4.03.0000	16/12/2020	Revisão Criminal
Processo conclusos em termos para julgamento apenas em março/2022. Destaque para prioridade de remessa ao revisor.		
5030142-42.2021.4.03.0000	1º/12/2021	Revisão Criminal
Processo conclusos em termos para julgamento apenas em março/2022. Destaque para prioridade de remessa ao revisor.		
5002168-93.2022.4.03.0000	4/2/2022	Revisão Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão eletrônica designada para 19/10/2023 (4ª Seção).		
5002180-10.2022.4.03.0000	4/2/2022	Revisão Criminal
Previsto para pauta de julgamento da sessão eletrônica designada para 19/10/2023 (4ª Seção).		
0032595-52.2008.4.03.0000	27/8/2008	Restauração de Autos Cível
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
5019112-73.2022.4.03.0000	18/7/2022	Cautelar Inominada Criminal
Processo destacado com prioridade e previsão para a pauta da sessão 23/10/2023.		
0000223-40.2010.4.03.6124	7/10/2022	Representação Criminal/Notícia de Crime
Julgamento conjunto com o processo principal (Apelação Criminal 0000322-78.2008.403.6124). O principal, contudo, já teve julgamento iniciado em autos físicos que foram encaminhados à digitalização e aguardam inserção de arquivos digitais. Processo destacado com prioridade.		
0031377-86.2008.4.03.0000	20/8/2008	Restauração de Autos Cível
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
5000494-60.2021.4.03.6129	7/2/2022	Recurso em Sentido Estrito
Processo incluído na pauta de julgamento da 5ª Turma designada para 23/10/2023.		
0003902-92.2012.4.03.6119	14/6/2013	Restauração de Autos Cível
Restauração de autos - Processo remetido à Vice-Presidência em 2/8/2023 por declínio de competência, tendo sido determinada a redistribuição às Turmas integrantes da 1ª Seção.		
5012597-85.2023.4.03.0000	12/5/2023	Habeas Corpus Criminal
Na sessão de julgamento ocorrida em 21/8/2023, a 5ª Turma, por unanimidade, concedeu parcialmente a ordem para determinar que juízo federal da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP a análise meritória do pedido de trancamento da ação penal.		
5007435-12.2023.4.03.0000	21/3/2023	Mandado de Segurança Criminal
Processo destacado com prioridade e previsão para a pauta da sessão 23/10/2023 (julgamento conjunto agravo regimental e mérito).		
5010216-07.2023.4.03.0000	18/4/2023	Habeas Corpus Criminal
Processo destacado com prioridade e previsão para a mesa da sessão 23/10/2023.		
0001052-50.2016.4.03.0000	6/2/2017	Inquérito Policial
Com o declínio parcial competência houve redistribuição para a Justiça Federal de Campo Grande/MS e desmembramento do IPL (processo 0002491-62.2017.403.0000) que foi remetido para tramitação direta e, posteriormente, acolhida promoção de arquivamento, com trânsito em julgado em 28/6/2018.		
0000566-73.2018.4.03.6118	28/1/2019	Inquérito Policial

Em 19/6/2019, o feito foi remetido para Procuradoria Regional da República para tramitação direta com a Polícia Federal, consoante Resolução CJF 63/2009.		
5032515-17.2019.4.03.0000	14/12/2019	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Em 30/3/2020, o feito foi remetido para Polícia Federal para tramitação direta com Ministério Público Federal, consoante Resolução CJF 63/2009.		
0005079-90.2013.4.03.6108	29/3/2021	Apelação Criminal
Processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
5003522-64.2019.4.03.6110	21/11/2019	Apelação Criminal
Retirado da pauta sessão 4/9/2023 (5ª Turma) e convertido em diligência para perícia complementar (balística).		
0000055-07.2019.4.03.6000	23/5/2022	Apelação Criminal
Na sessão de julgamento da 4ª Seção ocorrida em 17/10/2023, após voto da relatora Juíza Federal Convocada Louise Filgueiras, no que foi acompanhada pelo Des. Fed. André Nekatschalow, pediu vista Des. Fed. Paulo Fontes.		
0011328-71.2010.4.03.6105	3/7/2019	Apelação Criminal
Na sessão de 27/3/2023, a 5ª Turma, por maioria, rejeitou preliminar suscitada pelo Des. Fed. Paulo Fontes, nos termos do voto da relatora Juíza Federal Convocada Louise Filgueiras, no que foi acompanhada pelo Des. Fed. André Nekatschalow. Pediu vista Des. Fed. Paulo Fontes para exame do mérito.		
5005129-80.2022.4.03.6119	30/1/2023	Apelação Criminal
Acórdão proferido em 28/8/2023.		
0001846-36.2009.4.03.6105	19/12/2022	Apelação Criminal
Acórdão proferido em 28/8/2023.		
0001944-97.2013.4.03.6002	16/11/2022	Apelação Criminal
Acórdão proferido em 28/8/2023.		
0015509-37.2017.4.03.6181	9/1/2020	Apelação Criminal
Não há pendência de embargos declaratórios. Operação Brabo que envolve dezenas de réus e complexa tramitação processual. Há indicação de julgamento conjunto com outras duas apelações criminais em sessão extraordinária única. Dada a complexidade, ainda não é possível estimar remessa ao revisor.		
5006909-29.2019.4.03.6000	28/5/2021	Apelação Criminal
Com a juntada de voto vencido pelo Des. Fed. Mauricio Kato, em 22/8/2023, o relator, Des. Fed. Paulo Fontes, julgou os embargos declaratórios prejudicados.		
5002011-12.2019.4.03.6181	12/5/2022	Apelação Criminal
Embargos declaratórios já apreciados por decisão monocrática em 28/11/2022. O processo destacado com prioridade com programação para encaminhar ao revisor em até 60 dias/previsão para a pauta da sessão 13/11/2023.		
0007507-91.2017.4.03.6112	25/11/2019	Apelação Criminal
Pende embargos declaratórios que serão apresentados em autos físicos que foram encaminhados à digitalização e aguardam inserção de arquivos digitais. Previsão de inclusão na mesa da sessão 23/10/2023.		
0002757-85.2004.4.03.6117	9/3/2022	Apelação Cível
Incluído na pauta de julgamento da sessão híbrida designada para 23/10/2023 (5ª Turma).		
0000572-29.2013.4.03.6127	21/2/2018	Apelação Criminal
Pende embargos declaratórios que serão apresentados em autos físicos que foram encaminhados à digitalização e aguardam inserção de arquivos digitais. Previsão de inclusão na mesa da sessão 23/10/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, todos foram inspecionados e são eletrônicos ou digitalizados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Embargos de declaração. Excesso na tramitação acima de 45 dias. Regularizar em 60 dias:

0000572-29.2013.4.03.6127	0015509-37.2017.4.03.6181
---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

5008349-81.2020.4.03.0000	0000869-29.2018.4.03.6105	0002974-42.2018.4.03.6181
0011407-46.2007.4.03.6108	0006477-71.2018.4.03.6181	0012966-08.2010.4.03.6181
5000189-88.2020.4.03.6104	5002168-93.2022.4.03.0000	5031522-71.2019.4.03.0000
0008893-46.2017.4.03.6181	5001500-59.2021.4.03.0000	5001498-89.2021.4.03.0000
5002180-10.2022.4.03.0000	0001127-41.2015.4.03.6106	5002011-12.2019.4.03.6181
0004941-25.2014.4.03.6000	5033633-91.2020.4.03.0000	5030142-42.2021.4.03.0000

c) Incluir em julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões em que estão atualmente pautados:

0003245-85.2018.4.03.6105	5001041-57.2021.4.03.0000	0007623-50.2018.4.03.6181
5005131-66.2020.4.03.6104	0001351-56.2013.4.03.6006	5010216-07.2023.4.03.0000
0001028-69.2018.4.03.6105	0012854-58.2018.4.03.6181	5000494-60.2021.4.03.6129
0007482-60.2016.4.03.6000	0000869-29.2018.4.03.6105	5007435-12.2023.4.03.0000

d) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

0011328-71.2010.4.03.6105

e) Processo retirado de pauta. Regularizar em até 90 dias:

0006130-38.2018.4.03.6181	5003522-64.2019.4.03.6110
---------------------------	---------------------------

f) Réu preso. Regularizar em 60 dias:

0005079-90.2013.4.03.6108

g) Processo julgado aguardando juntada de voto. Regularizar em 60 dias:

0012661-09.2015.4.03.6000

h) Demais medidas urgentes. Excesso na tramitação acima de 60 dias. Regularizar tramitação em até 60 dias:

5032515-17.2019.4.03.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 20/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Maurício Kato e pelas servidoras Luciana de Paula Santos e Leica Kraneck.

Apurou-se que o gabinete é composto por 14 (quatorze) servidores e 3 (três) estagiários, todos atuando na área-fim.

A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento e concentram as tarefas de cunho administrativo, bem como elaboração e conferência inicial de minutas.

A gestora principal do gabinete, Luciana de Paula Santos, demonstra total conhecimento e controle sobre o acervo, não obstante quantitativamente expressivo, atualmente com 829 processos em tramitação. Esclareceu as estratégias adotadas no enfrentamento das necessidades e prioridades da unidade jurisdicional, focando no enfrentamento de processos com distribuição mais antiga alternativamente com às metas definidas pelo CNJ e aqueles com prazo prescricional próximo, abordagem que está espelhada nos quadros de processos conclusos por ano de distribuição, conforme itens 3.13, 3.14 e 3.15 do presente relatório, pendendo ainda acervo reduzido com distribuição anterior a 2021, mas com tratamento encaminhado pela equipe.

O controle de acervo é realizado diretamente no sistema PJe, com utilização de etiquetas, desde o ingresso por distribuição até a triagem, sendo captados processos por matéria e designados a cada servidor. O trabalho de triagem e encaminhamento é feito por servidores especificamente designados para tanto, havendo separação temática entre os servidores da unidade o que vem mostrando bom resultado, visto que o gabinete cumpriu em 2022 e cumpre no corrente ano a Meta 1 do CNJ com alguma folga (128% e 114%, respectivamente – quadro 4 do presente relatório).

As medidas de triagem informadas evidenciam controle temático qualitativo de acervo, destacando-se que os *habeas corpus* e mandados de segurança listados pela inspeção estavam já devidamente tratados ou pautados por ocasião da entrevista. Tais informações estão corroboradas pela estatística fornecida, da qual se extrai que o Gabinete 17, no momento da verificação e entrevista, não mantinha pedido de tutela antecipada pendente ou com tutela concedida a mais de 90 (noventa) dias sem julgamento.

Segundo informado pela unidade, dos 31 embargos de declaração identificados, nenhum está pendente de análise, sendo imediatamente verificados quando ingressam, invariavelmente tratados pelo mesmo servidor que atuou no processo em fases anteriores de trabalho.

Quanto aos processos com réus presos, embora retratem quantidade digna de registro, vêm também sendo priorizados pela unidade, que informou perspectiva de pautar quase 50% deles tendo em vista as minutas já elaboradas ou em vias de finalização.

As revisões são realizadas de forma igualmente célere, inexistindo processos atualmente no gabinete nessa posição.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ, informando-se ainda que as recomendações das inspeções

pretéritas são submetidas ao controle da chefia de gabinete e repassada à equipe para identificação e priorização dos processos com recomendação/observação.

As metas são coletivas, sem descuidar de verificar eventual baixa pontual de rendimento individual. É realizado controle mensal de produtividade também via sistema PJe, no momento sem necessidade de controle externo ao sistema.

Segundo informado pela chefia de gabinete, a força de trabalho lotada na unidade, embora quantitativamente compatível com outros gabinetes inspecionados, é considerada insuficiente para enfrentamento da demanda processual em razão de apontada dificuldade na composição de equipe com capacitação técnica para elaboração de minutas. Referiu-se ainda problemas e inconsistências na digitalização dos processos físicos, inserção de mídias e arquivos essenciais, relatado como um elemento dificultador tanto no que concerne ao acesso para elaboração das minutas quanto para o incremento do tempo de tramitação dos feitos.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância, Vice-Presidência) em que os processos são “desviados” do fluxo e acabam “perdidos” em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam “esquecidos” nesse local eletrônico não controlado pela unidade jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento.

Também é digno de nota dificuldade apontada pela equipe inspecionada no que concerne à alteração de ID das peças em rotina do sistema PJe. Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância. As referências a números de identificação (ID) distintos em primeiro e segundo grau acaba por dificultar a análise processual.

Ainda em relação ao PJe destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores.

Foram relatadas pela equipe inspecionada dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, apontando-se inconsistências, notadamente em relação aos processos cíveis remanescentes à especialização que foram captados. A estatística identificou 69 processos cíveis relacionados ao Gabinete 17, dados considerados inconsistentes pela equipe inspecionada, sendo verificado que alguns deles tratam de embargos infringentes em matéria criminal distribuídos junto à 4ª Seção e não processos de natureza cível.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve ligeiro aumento do montante de processos conclusos de 655 para 660, o que não representa nem mesmo 1%, devendo ser levado em consideração a redistribuição de parte do acervo em razão da criação de dois gabinetes novos em março de 2023.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 824 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 660 (dados constantes do item 3.2 do presente relatório).

Em relação ao acervo, houve diminuição, eis que no início do 12º mês anterior à inspeção a unidade contava com 1.194 processos e no final do mês anterior à inspeção, com 829 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 45 na última inspeção, para 31, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção, sendo certo que desse universo de 31 embargos declaratórios a unidade informou encaminhamento para julgamento da quase totalidade.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete no que concerne ao número de processos julgados e baixados (itens 4.18 do relatório de 2022 e item 3.17 do relatório da presente inspeção), sendo certo que a unidade se mantém cumprindo a Meta 1 do CNJ com folga (114%, conforme item 4 do presente relatório).

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo ligeiramente superior à média da Turma, a contrastar em alguma medida com a evolução de produtividade.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9.
- b) manter a estratégia de enfrentamento do acervo, sempre buscando ferramentas de aprimoramento, notadamente no que concerne à redução do tempo de tramitação.
- c) registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ALI MAZLOUM

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Ali Mazloum

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma, 4ª Seção e Órgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 21/3/2023 - Ato Pres n. 4598, de 13 de março de 2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Mauro Marcos Ribeiro - Assessor

2.2 Quadro de Pessoal

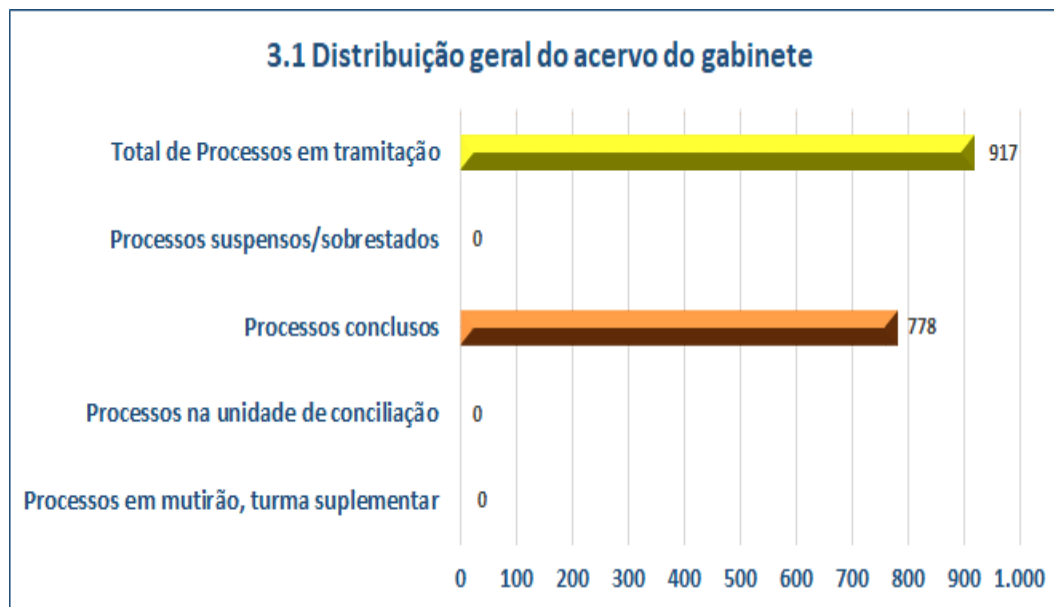
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	1. Letícia Alves de Oliveira

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Mauro Marcos Ribeiro
CJ-2	Claudio Antonio da Silva
CJ-1	Rosangela Picco
FC-6	não tem
FC-5	não tem
FC-4	1. Alexandre Riso da Rocha, 2. Anderson Rocha Fernandes, 3. Elaine Cristina Rocha, 4. Roberta Cristina Ligorio.
FC-3	1. Luis Eduardo de Almeida Bedin, 2. Maria das Graças Santana, 3. Jose Alberto Casonatto Junior, 4. Kerollyn Lorraine Urbano, 5. Nicole Scassiotta Neves, 6. Roberta Silvia de Carvalho Pressinotti, 7. Sidnei Batista Gomes.

FC-1	OBS: O Agente da Polícia Judicial, Alan Hilton de Souza Matos não tem função comissionada
------	---

3. DADOS ESTATÍSTICOS



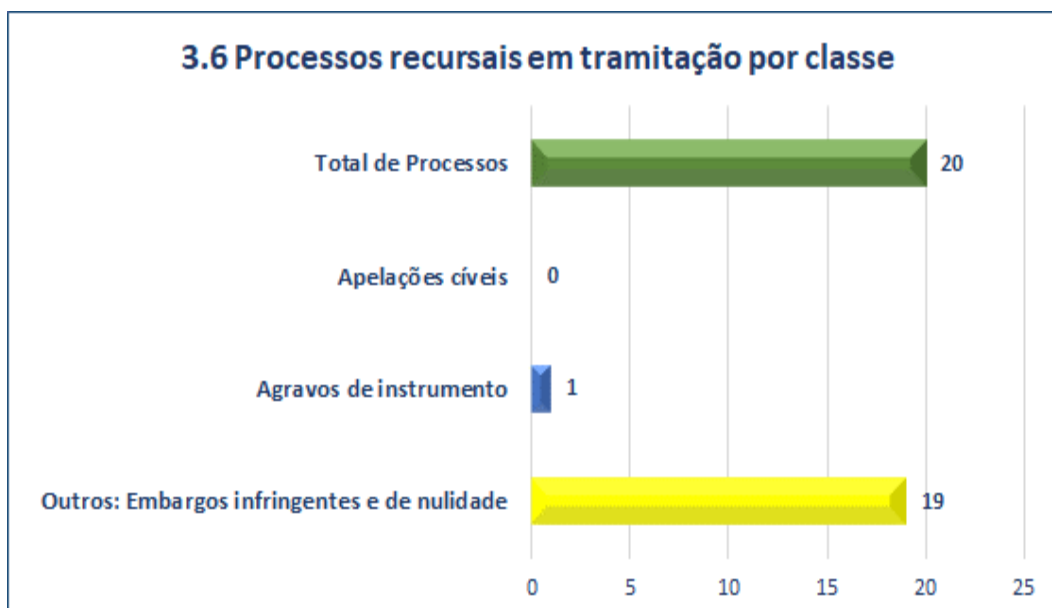
3.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF (ao final do mês anterior)	0
Acervo ajustado no TRF (no início do 12º mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (no início do 12º mês anterior)	0

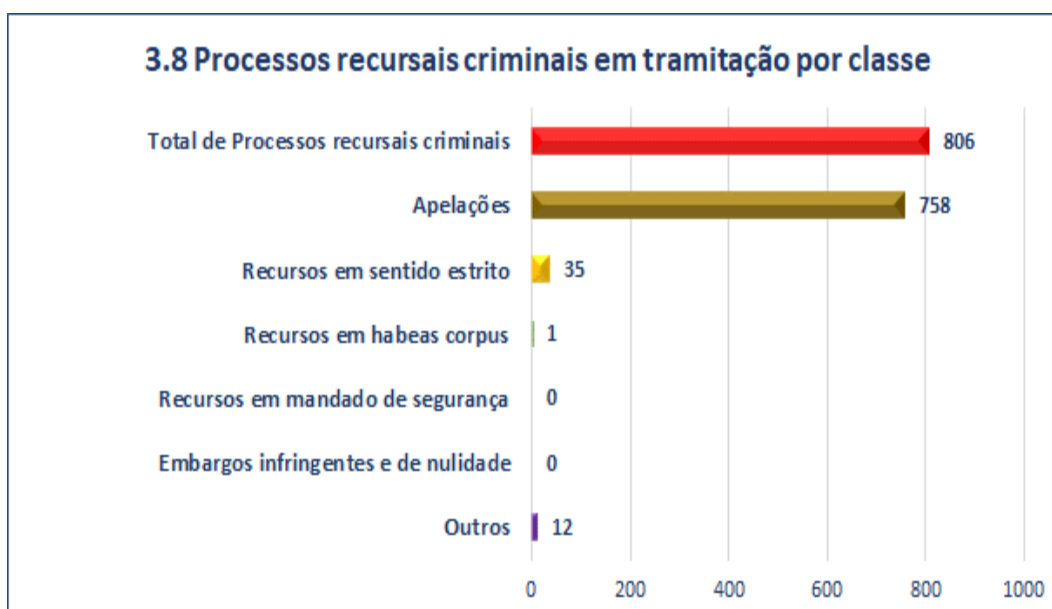
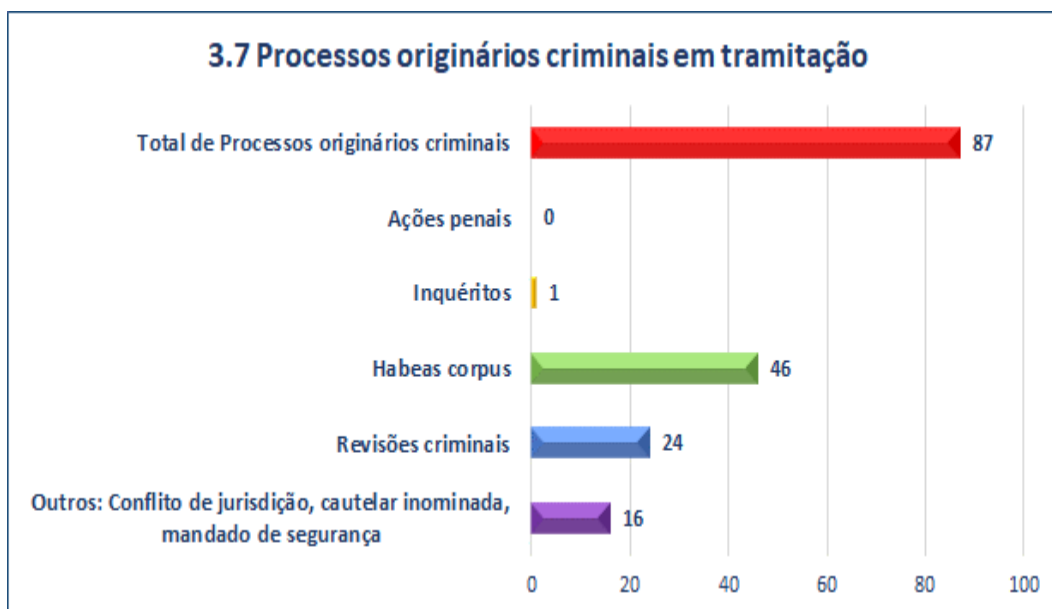
3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicada

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	4
Mandados de segurança	0

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	1
Ações rescisórias	0
Outros	1 (restituição de coisas apreendidas)

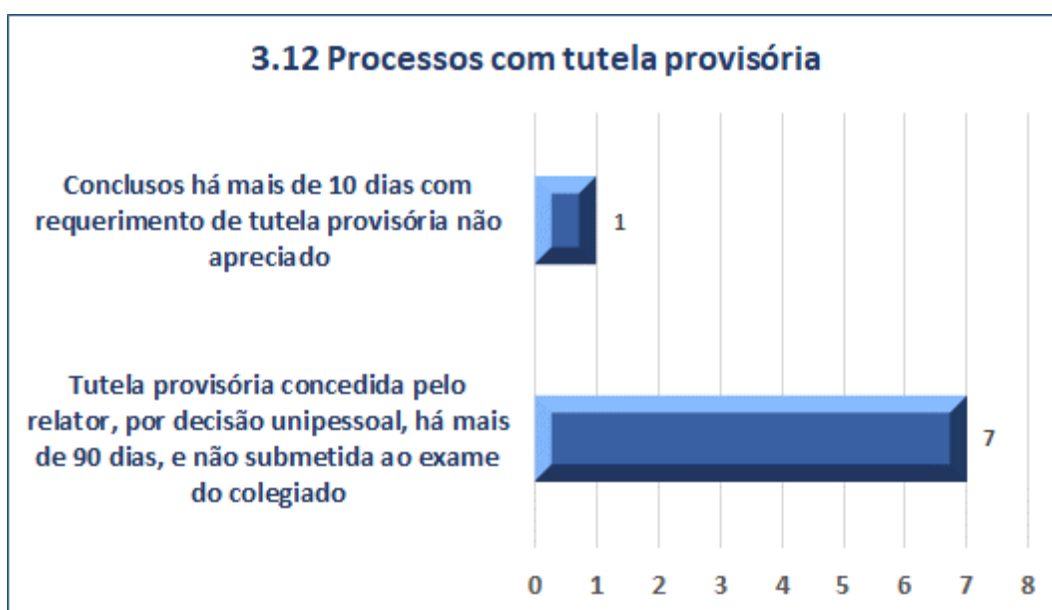
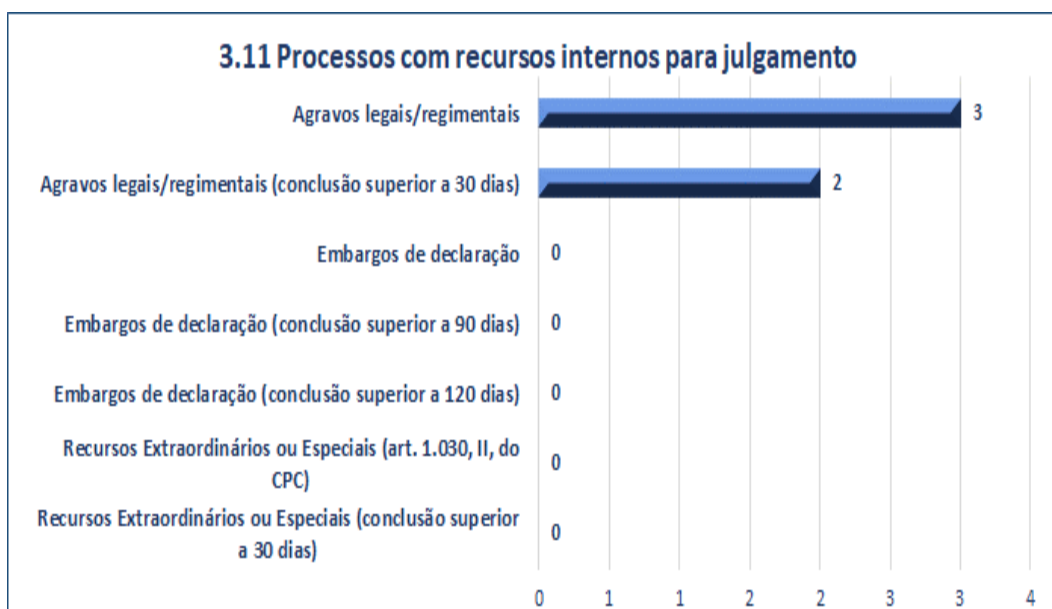
3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	20
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	20 (embargos infringentes e de nulidade e agravo de instrumento)





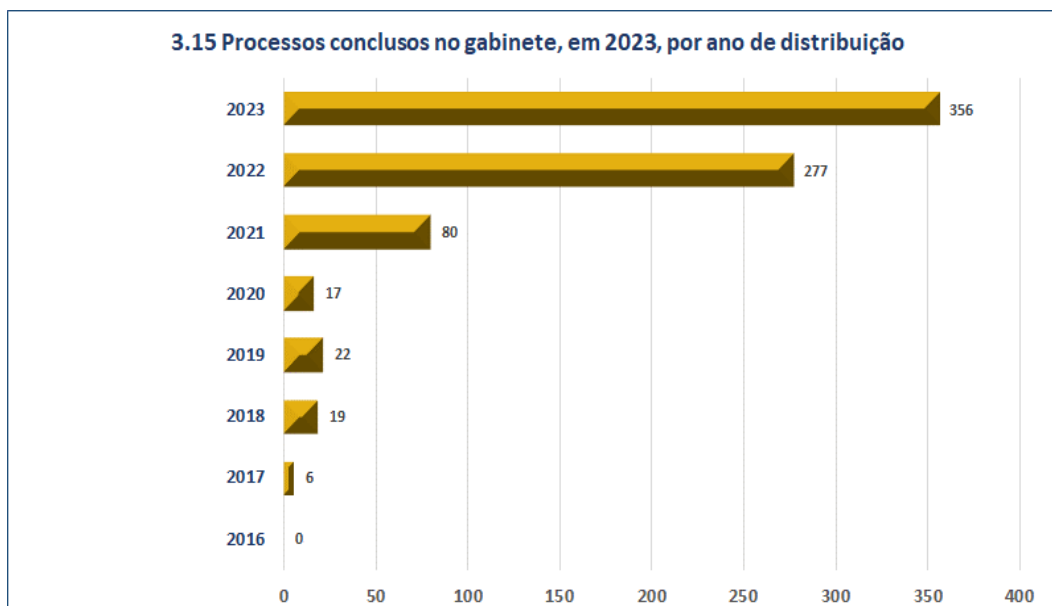
3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	82
Apelações	32
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	21 e outros = 29 (revisão criminal, embargos infringentes, agravo de execução penal)

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
2021	Em branco
2020	Em branco
2019	Em branco
2018	Em branco
2017	Em branco
2016	Em branco

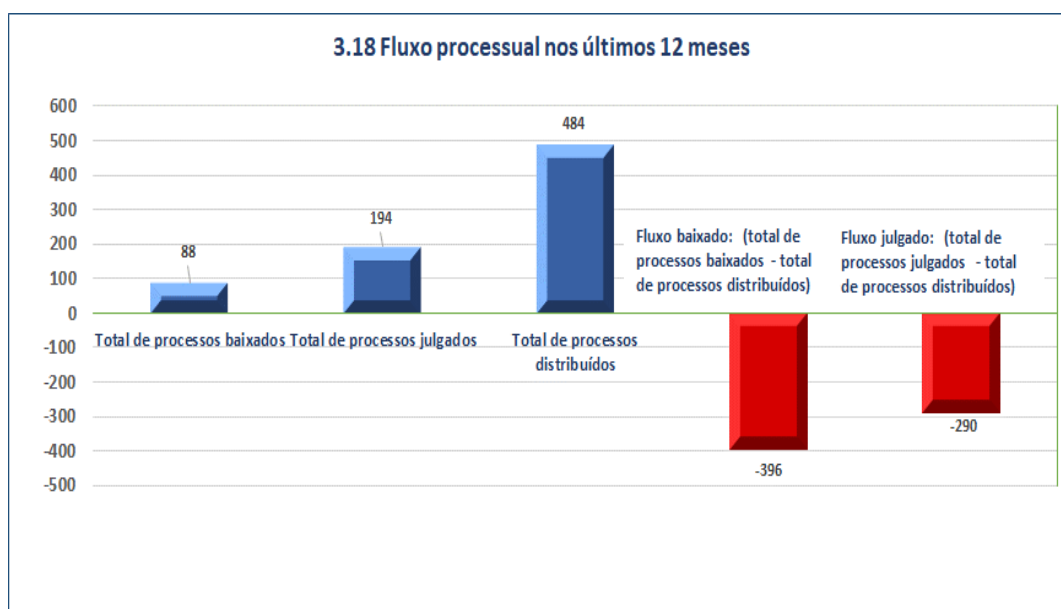
3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
2022	Em branco
2021	Em branco
2020	Em branco
2019	Em branco
2018	Em branco
2017	Em branco
2016	Em branco



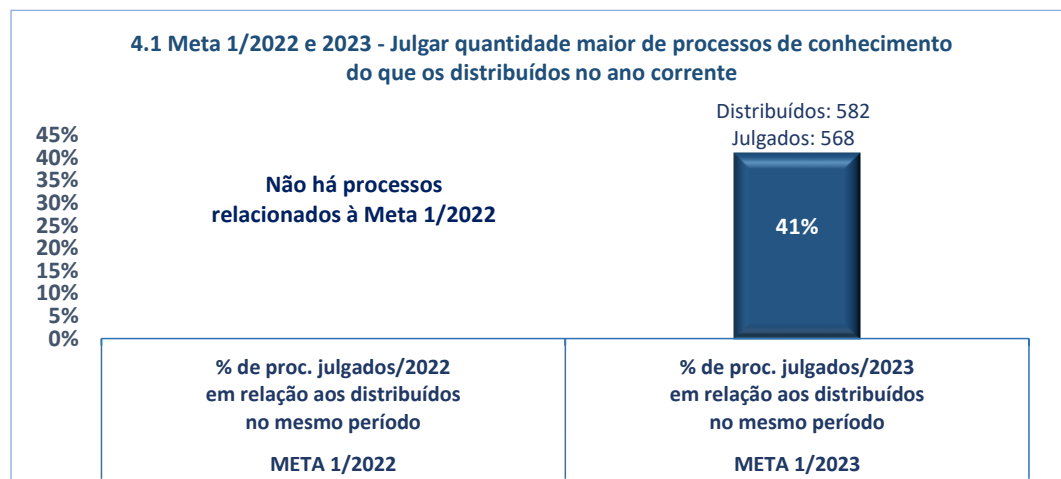
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	1
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0

Remetidos para declaração de voto	0
-----------------------------------	---

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	gabinete não existia
Pendentes em 31/12/2022	gabinete não existia
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	24
Porcentagem de atendimento da meta	em branco

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	48
Porcentagem de atendimento da meta	4,90%

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	gabinete não existia
Pendentes em 31/12/2022	gabinete não existia
Porcentagem de atendimento da meta	gabinete não existia

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
---	--

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	gabinete não existia
Pendentes no último dia do mês anterior	50
Porcentagem de atendimento da meta	8,24%

4.8 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	em branco
Taxa de congestionamento no ano anterior	em branco
Taxa de congestionamento no ano corrente	91,19%

4.9 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	em branco
Processos baixados no ano anterior	em branco
Processos julgados no ano anterior	em branco
Processos distribuídos no ano corrente	484
Processos baixados no ano corrente	85
Processos julgados no ano corrente	189

4.10 META ESP. 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	em branco
Pendentes em 31/12/2022	em branco
Porcentagem de atendimento da meta	em branco

4.11 META ESP. 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, a % de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	em branco
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

4.12 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	em branco
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	em branco

4.13 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	em branco
Pendentes no mês anterior	em branco
Percentual de cumprimento da meta	em branco

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O gabinete foi criado no dia 6/3/2023, tendo o Desembargador Federal Ali Mazloum sido removido para o mesmo no dia 21/3/2023. Tão logo recebemos o acervo de processos redistribuídos dos demais gabinetes, foi realizada a triagem por matéria, antiguidade de distribuição/parecer no Tribunal Regional Federal. Com essas informações e por iniciativa do Magistrado, fizemos pequenos mutirões por matérias, atendendo sempre às prioridades estabelecidas pelo CNJ (réus presos, metas do CNJ, prescrição próxima etc.), salientando que majoritariamente a equipe não tinha experiência na matéria criminal. Os mutirões funcionam na seguinte sistemática: a) escolhida a matéria, o Desembargador desenvolve um voto/modelo e passa os entendimentos aos servidores; b) após, cada servidor desenvolve um voto, e, juntamente com o grupo, discute o processo/teses com o Magistrado e assim, todos participam do processo.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Por ser um gabinete novo, não temos processos sobrestados. Quando tivermos processos sobrestados, o controle será realizado por planilhas e etiquetas no PJe.

5.3 Boas práticas e inovações

Iniciamos os trabalhos com a metodologia desenvolvida pelo Exmo. Desembargador Federal, atuando por matérias e sempre com a participação de todos os servidores nas reuniões. Essa metodologia difunde o conhecimento e facilita nos votos futuros.

5.4 Dificuldades

Quantidade de processos antigos recebidos de outros gabinetes, bem como o quadro de funcionários reduzidos.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, estão sendo observadas nos termos da Resolução n. 481/CNJ.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000317-25.2018.4.03.6118	24/8/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0002589-27.2015.4.03.6108	22/8/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5003810-22.2021.4.03.6181	30/8/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0001203-58.2017.4.03.6118	9/2/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 9/10/2023.		
5002480-58.2019.4.03.6181	14/2/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0000119-28.2018.4.03.6137	26/5/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0004550-17.2017.4.03.6113	9/1/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5000175-67.2020.4.03.6181	27/9/2021	Apelação Criminal

Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0001062-55.2016.4.03.6124	4/11/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 9/10/2023.		
0009883-13.2012.4.03.6181	28/11/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 23/10/2023.		
0005744-32.2015.4.03.6110	10/11/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5003844-97.2022.4.03.6104	19/08/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 18/9/2023.		
0000081-60.2019.4.03.0000	9/5/2019	Inquérito Policial
Observação/Providência: Minuta de decisão monocrática em elaboração, declarando a incompetência deste Tribunal, com declinação para o Tribunal Regional Eleitoral.		
5006221-33.2020.4.03.6000	1º/9/2021	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 21/9/2023.		
0004291-48.2014.4.03.6106	17/7/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo está aguardando julgamento na Pauta de 18/9/2023.		
0000403-44.2015.4.03.6136	2/4/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0001277-41.2019.4.03.6119	14/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5008514-78.2021.4.03.6181	11/11/2022	Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5001229-79.2019.4.03.6124	15/10/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5003106-72.2022.4.03.6181	2/9/2022	Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 18/9/2023.		
5005008-60.2022.4.03.6181	18/10/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: O processo está aguardando julgamento na Pauta de 9/10/2023.		
5027185-34.2022.4.03.0000	4/10/2022	Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 15/8/2023 à Relatoria do e. Desembargador Federal Maurício Kato, em face da prevenção reconhecida.		
5000986-56.2022.4.03.6181	14/7/2022	Recurso em Sentido Estrito

Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
5005242-68.2021.4.03.6119	24/5/2022	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta de 19/10/2023.		
5026379-96.2022.4.03.0000	28/9/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0002143-94.2010.4.03.6109	5/11/2013	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: elaboração da proposta de minuta do conjunto: Relatório/Voto/Acórdão em andamento, para inclusão nas próximas pautas de julgamento.		
0008710-90.2009.4.03.6105	13/12/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo está aguardando julgamento na Pauta de 9/10/2023.		
0010422-32.2011.4.03.6110	6/12/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho proferido em 4/9/2023, determinando a redistribuição do feito à Relatoria do e. Desembargador Federal Maurício Kato, nos termos do artigo 2º, parte final, da Resolução Pres. n. 578 de 28/2/2023.		
5007109-52.2023.4.03.0000	17/3/2023	Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 21/9/2023.		
5012468-80.2023.4.03.0000	11/5/2023	Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 21/9/2023.		
5006773-48.2023.4.03.0000	15/3/2023	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 18/9/2023.		
5009907-83.2023.4.03.0000	14/4/2023	Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 13/11/2023.		
5005506-93.2021.4.03.6181	4/2/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 23/10/2023.		
5009210-43.2020.4.03.6119	1º/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 9/10/2023.		
5001596-61.2022.4.03.6104	30/8/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 23/10/2023.		
5010862-17.2023.4.03.0000	25/4/2023	Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 19/10/2023.		
5006886-78.2022.4.03.6000	2/6/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento na Pauta de 9/10/2023.		
0008136-45.2016.4.03.6130	17/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo foi julgado na Pauta de 4/9/2023.		
0001478-33.2019.4.03.6119	19/8/2021	Apelação Criminal

Observação/Providência: O processo foi julgado na Pauta de 4/9/2023.		
5007692-18.2020.4.03.6119	23/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo foi julgado na Pauta de 4/9/2023.		
5009154-39.2022.4.03.6119	8/2/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 18/9/2023		
5009130-14.2021.4.03.6000	17/4/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo foi julgado na Pauta de 4/9/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 42 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000317-25.2018.4.03.6118	0001277-41.2019.4.03.6119	0010422-32.2011.4.03.6110
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões em que estão atualmente pautados (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000119-28.2018.4.03.6137	0000403-44.2015.4.03.6136	0002143-94.2010.4.03.6109
0002589-27.2015.4.03.6108	0004550-17.2017.4.03.6113	0005744-32.2015.4.03.6110
0009883-13.2012.4.03.6181	5000175-67.2020.4.03.6181	5000986-56.2022.4.03.6181
5001229-79.2019.4.03.6124	5001596-61.2022.4.03.6104	5002480-58.2019.4.03.6181
5003810-22.2021.4.03.6181	5005242-68.2021.4.03.6119	5005506-93.2021.4.03.6181
5008514-78.2021.4.03.6181	5009907-83.2023.4.03.0000	5010862-17.2023.4.03.0000
5026379-96.2022.4.03.0000		

c) Incluir em pauta para julgamento no prazo de 30 dias (cautelar inominada com liminar deferida):

5027185-34.2022.4.03.0000

d) Adotar providências em razão de recurso interposto em 60 dias:

0000081-60.2019.4.03.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Ali Mazloum e pelos servidores Mauro Marcos Ribeiro, Claudio Antônio da Silva e Rosângela Picco.

Em relação ao acervo assumido pela equipe, foram relatados os trabalhos iniciais de triagem, realizado por meio de planilha dinâmica no Excel, onde os dados principais de controle foram inseridos, possibilitando ao gestor direcionar a força de trabalho de acordo com as urgências, réus presos, prescrição, e abordagem do acervo mais antigo.

Apurou-se que o gabinete é composto por 15 servidores efetivos e 1 estagiária. Dos 15 servidores, todos trabalham na área-fim. Dois servidores acompanham o

Desembargador desde a 1ª instância, com assunção de uma equipe que era especializada na área previdenciária. Após ajustes, dois servidores com experiência em direito penal foram lotados no gabinete.

A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento, bem como elaboração e conferência inicial de minutas.

O gestor principal, Mauro, demonstra total conhecimento do acervo, tendo explicitado em pormenor as estratégias adotadas no enfrentamento das necessidades e prioridades da unidade jurisdicional, devendo ser reconhecido o excelente trabalho desenvolvido, ainda que em estágio inicial, a merecer elogio. É ele o responsável pela triagem e distribuição das tarefas aos demais servidores da equipe.

Como a equipe é composta, prioritariamente, por servidores que atuavam em gabinete previdenciário, fez-se necessário um trabalho de capacitação a fim de ajustar a equipe ao dia a dia da temática criminal. O próprio Desembargador desincumbiu-se dessa tarefa, com a elaboração de votos de determinada matéria, debatida com a equipe, que passa a elaborar minutas orientadas pelos entendimentos do magistrado. Além de eliminar possíveis erros, a metodologia oferece a possibilidade de desenvolvimento dos servidores, que mais informados, tendem a realizar o trabalho com mais segurança e desenvoltura.

Além disso, como relatado, antes da elaboração das minutas de votos, ao receberem os processos, há uma entrevista pessoal com o Desembargador, que dá a diretriz do trabalho a ser feito. Uma vez ultimada a minuta, e inserida no sistema, o Magistrado a revê e corrige o que entende ser necessário.

Por ser um gabinete novo, não há processos sobrestados. Planeja-se exercer o controle por meio de planilhas e etiquetas no PJe.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ.

As metas são coletivas, sem descuidar de verificar eventual baixa pontual de rendimento de determinado servidor, a ser discutida e solucionada.

Foram relatadas dificuldades em relação ao reduzido quadro de servidores e a grande quantidade de processos recebidos de outros gabinetes.

Acerca do acervo de processos cíveis (um total de 24 processos), foi esclarecido que se trata de acervo referente ao Órgão Especial.

Tendo assumido o gabinete em março de 2023 com cerca de 82 presos com julgamentos pendentes, atualmente há apenas 1.

Não há embargos de declaração pendentes de análise, sendo informado que são verificados imediatamente.

As revisões são realizadas de forma célere, tanto que não há processos atualmente no gabinete nessa posição.

11. OBSERVAÇÕES

O gabinete 43 foi instalado em 6/3/2023, tendo o Desembargador Federal Ali Mazloun assumido a sua titularidade em 21/3/2023.

Como esta é a primeira inspeção da unidade, inviável realizar comparações em relação a inspeções anteriores, assim como analisar dados relativos ao período de doze meses contados da inspeção, quanto ao montante de processos conclusos, embargos de declaração aguardando julgamento e evolução de produtividade.

De todo modo, observa-se que os primeiros dados estatísticos mostram boa produtividade com enfrentamento do acervo oriundo dos demais gabinetes. Ainda que se reconheça o desafio relacionado aos processos mais antigos, muitas vezes complexos e volumosos, a equipe demonstrou comprometimento com estratégias para a solução.

A unidade conta com o maior acervo da 5ª Turma, composto majoritariamente por processos antigos redistribuídos de outros gabinetes, o que é natural, considerando a recente assunção do gabinete pela equipe e, ainda, a redistribuição do acervo e a distribuição dirigida aos gabinetes novos, que perdurou por algum tempo após a mencionada redistribuição.

As estratégias construídas pela equipe para desenvolvimento dos trabalhos merecem elogios e revelam uma perspectiva de excelentes resultados no futuro.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo ligeiramente superior à média da Turma, mas que é justificável neste momento diante do pouco tempo de trabalho da equipe na unidade jurisdicional.

A análise dos processos selecionados para a inspeção e dos dados estatísticos demonstra que o gabinete possui uma ótima administração com o comprometimento do Desembargador e sua equipe com o desenvolvimento de um trabalho eficiente para enfrentamento do acervo, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Manter as estratégias de gestão e controle.

c) Manter a capacitação por matéria até que a equipe esteja suficientemente treinada.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Junior

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

O Desembargador Federal Mairan Maia compõe a Sexta Turma, que integra a Segunda Seção, e tem assento no Órgão Especial e no Plenário deste Tribunal. Integra, ainda, a Comissão de Informática desta Terceira Região, como membro titular (2022/2024).

1.3 Tempo de exercício na unidade

Acervo assumido em 7/3/2022 (Ato PRES 3843/2023)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Chefe de Gabinete: Adriano Turri Carolino RF 3562 e Assessora: Luciane Pires de Camargo RF 2214

2.2 Quadro de Pessoal

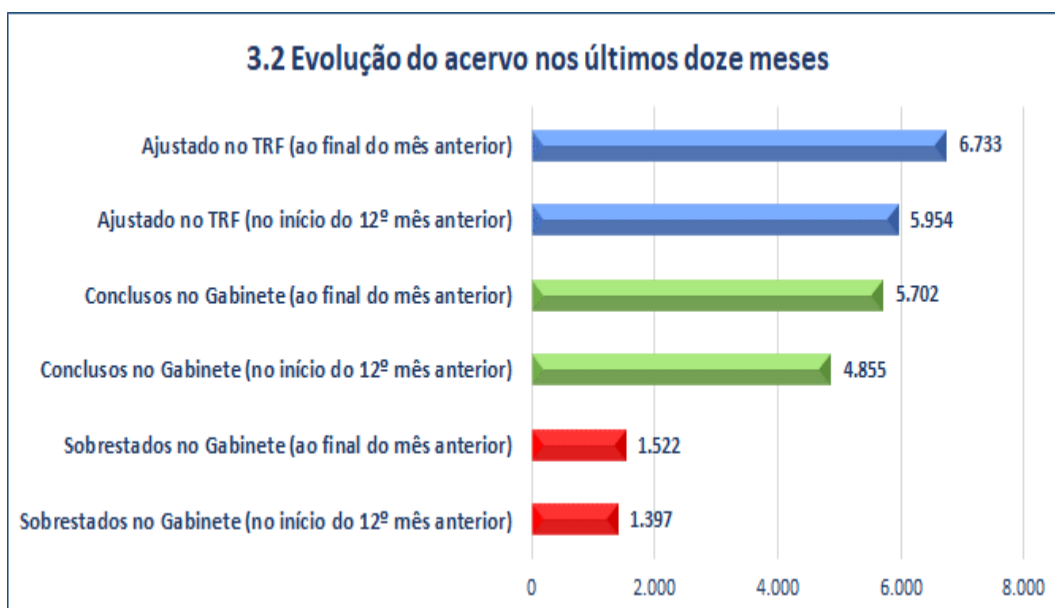
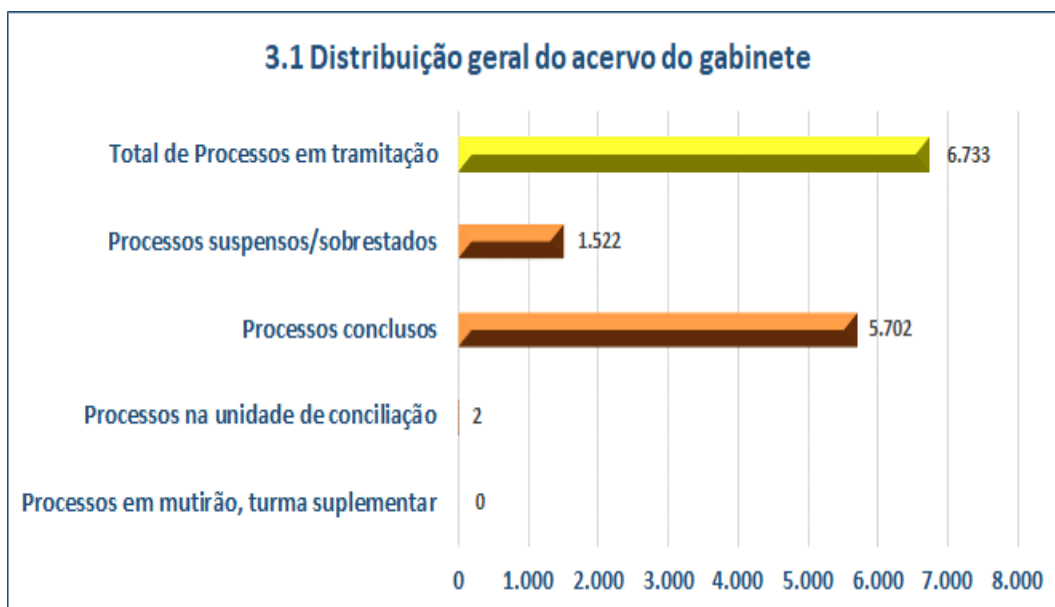
Servidores efetivos	Até 11/9/2023 Total: 16 servidores efetivos incluídos 2 agentes de segurança. A partir de 11/9/2023 Total: 14 servidores efetivos (12 servidores área-fim e 2 servidores área-meio)	
Servidores sem vínculo		0
Estagiários		0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3		1
CJ-1		2
FC-4		4
FC-3		7

CJ-2	0
FC-6	0
FC-5	0
FC-2	0
FC-1	0

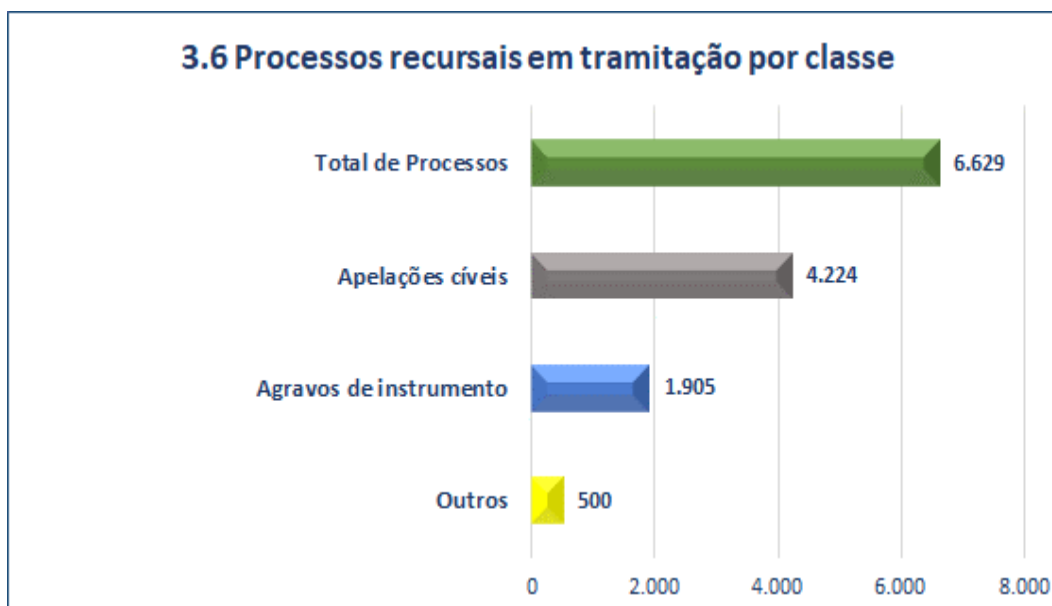
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	104
Mandados de segurança	7
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	13
Reclamações	2
Ações rescisórias	32
Outros	50

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.629
Recursos em mandados de segurança coletivos	13
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	38
Recursos em ações civis públicas	54
Recursos em ações de desapropriação	não se aplica (outra competência)
Recursos em ações com preferência legal	668
Outros	5.866



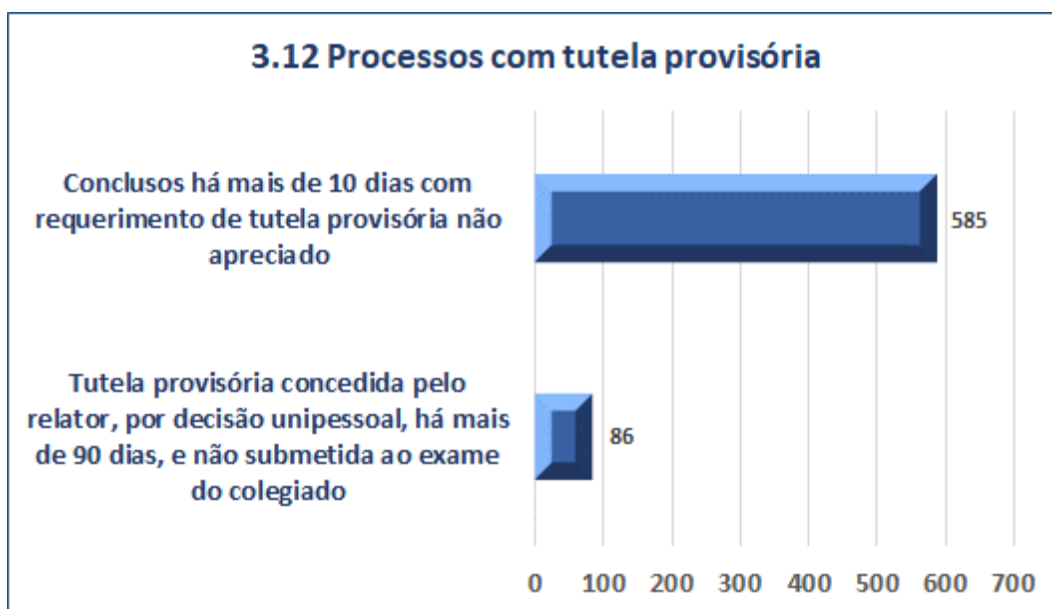
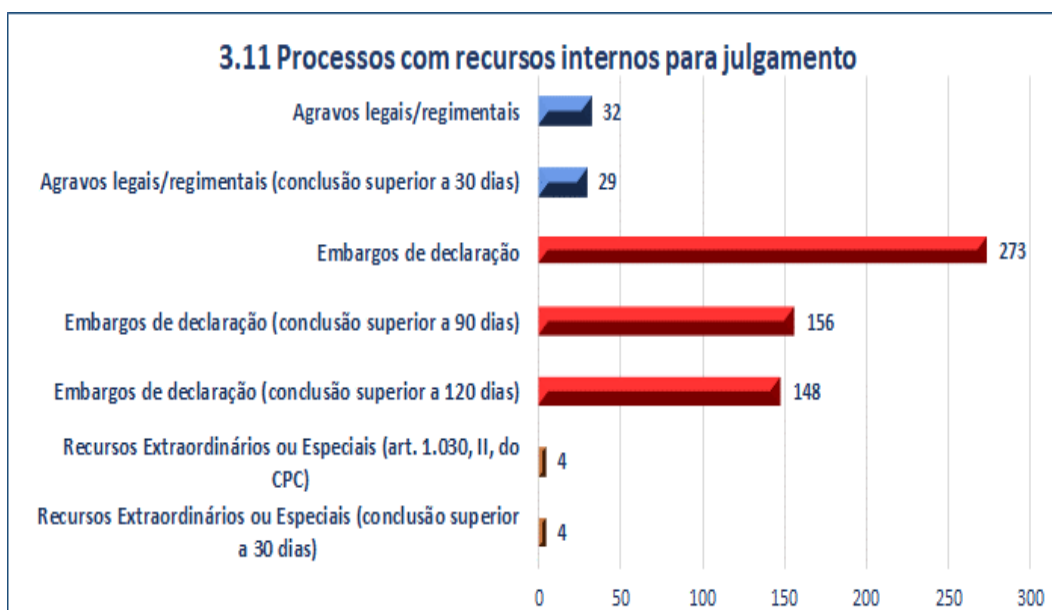
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica (outra competência)
Ações penais	Não se aplica (outra competência)
Inquéritos	Não se aplica (outra competência)
Habeas corpus	Não se aplica (outra competência)
Revisões criminais	Não se aplica (outra competência)
Outros	Não se aplica (outra competência)

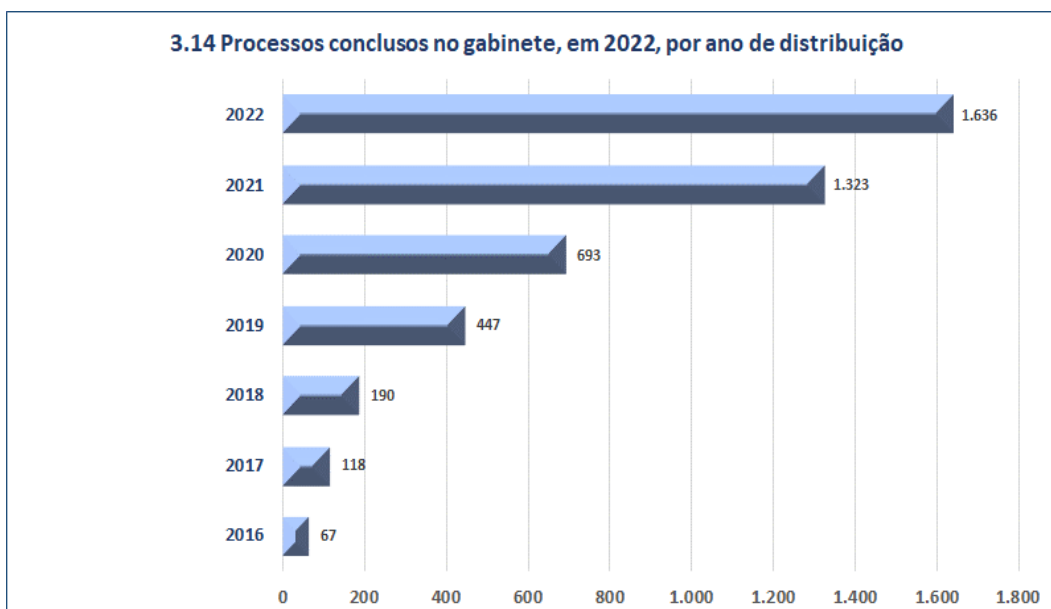
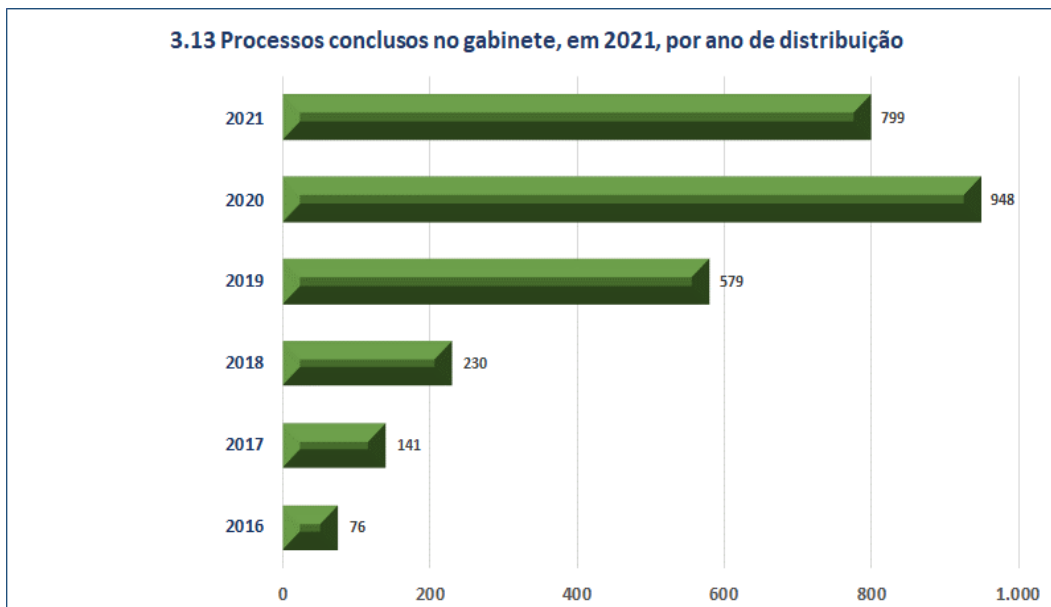
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica (outra competência)
Apelações	Não se aplica (outra competência)
Recursos em sentido estrito	Não se aplica (outra competência)
Recursos em habeas corpus	Não se aplica (outra competência)
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica (outra competência)
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica (outra competência)
Outros	Não se aplica (outra competência)

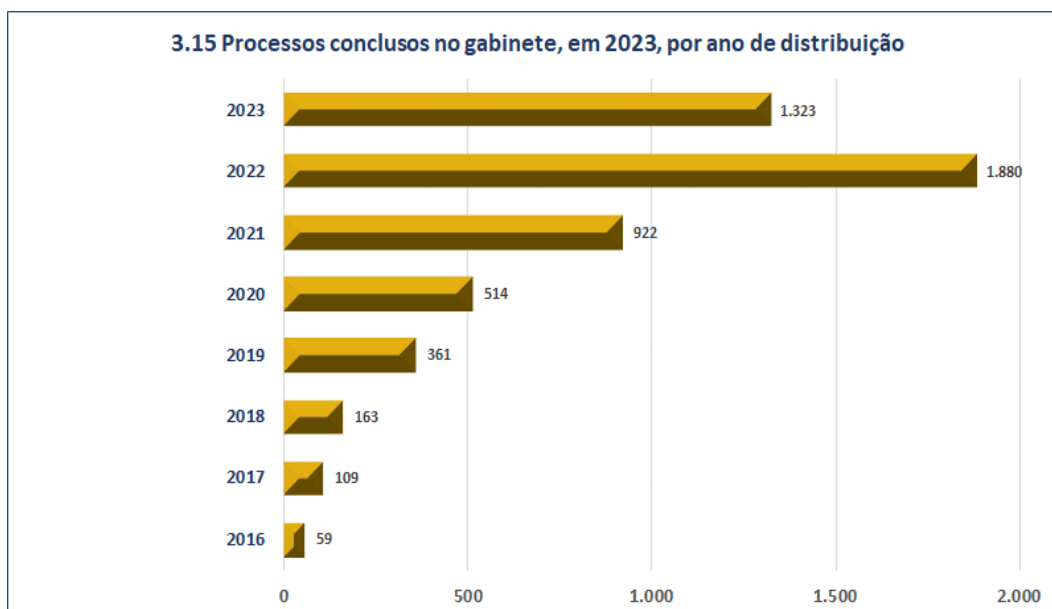
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica (outra competência)
Apelações	Não se aplica (outra competência)
Ações penais	Não se aplica (outra competência)
Inquéritos	Não se aplica (outra competência)

Habeas corpus	Não se aplica (outra competência)
---------------	-----------------------------------

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

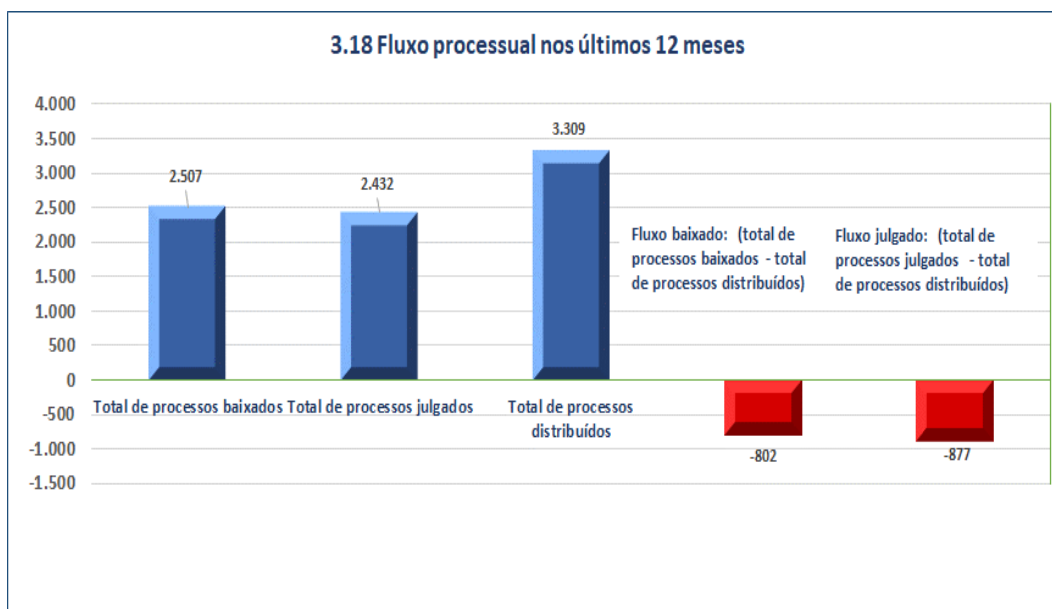




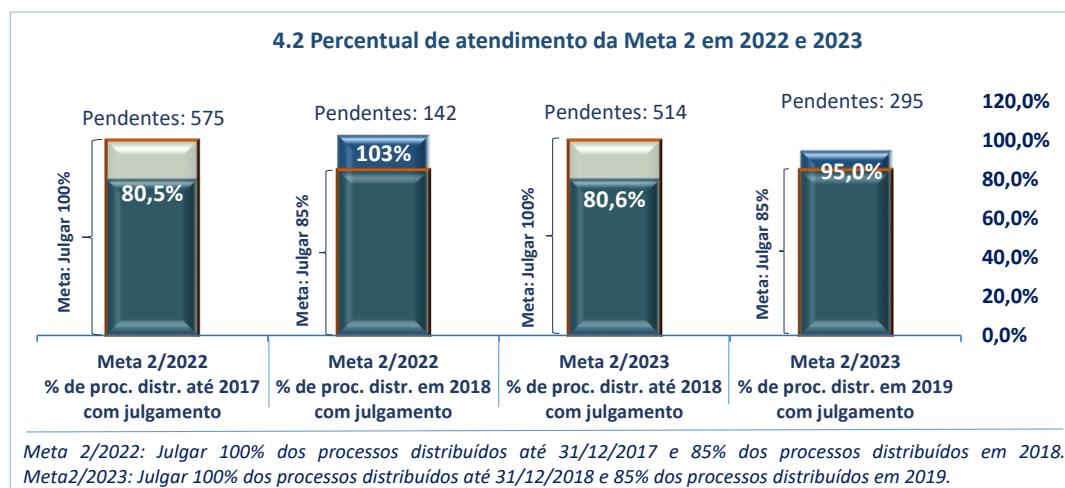
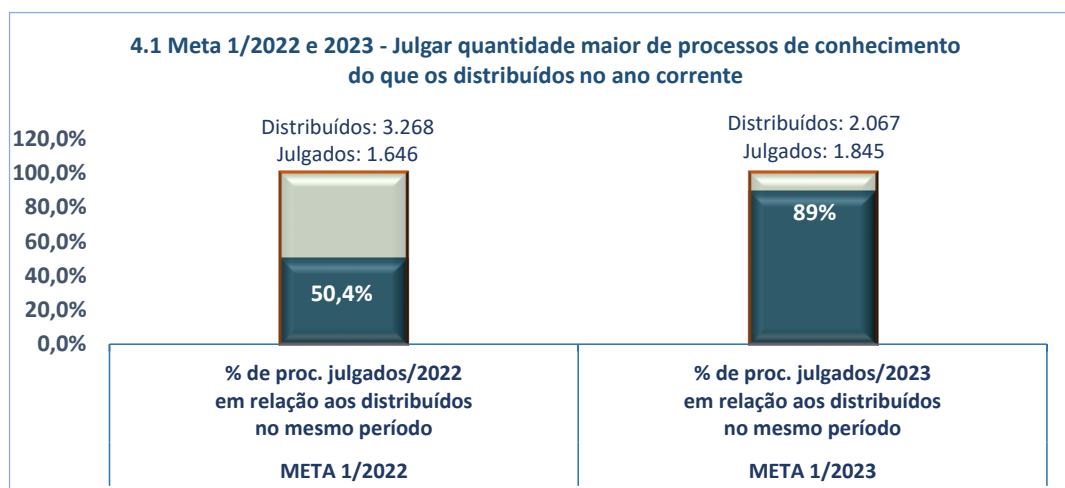


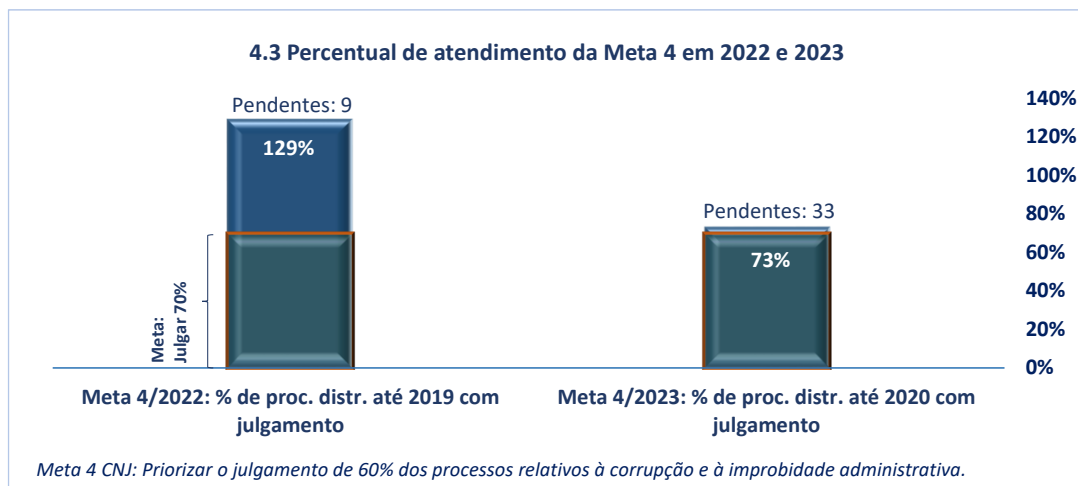
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



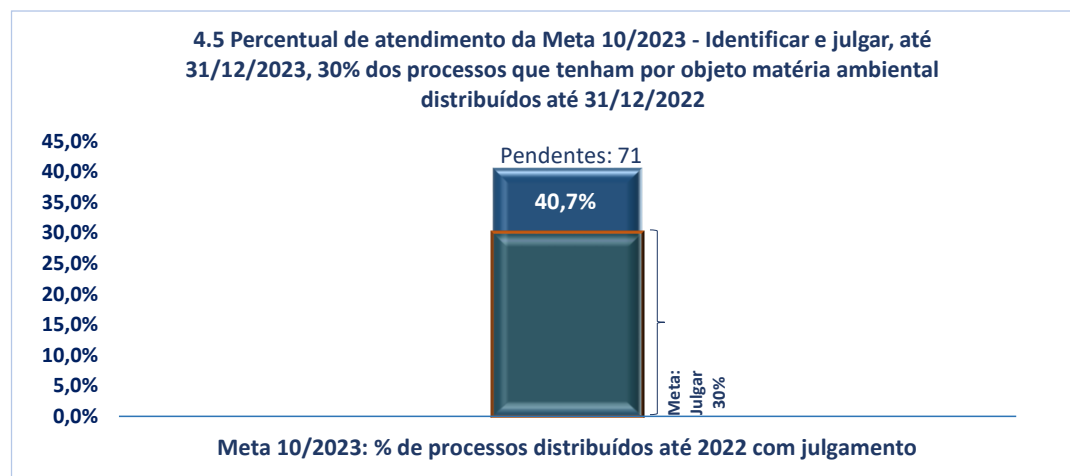
4. METAS

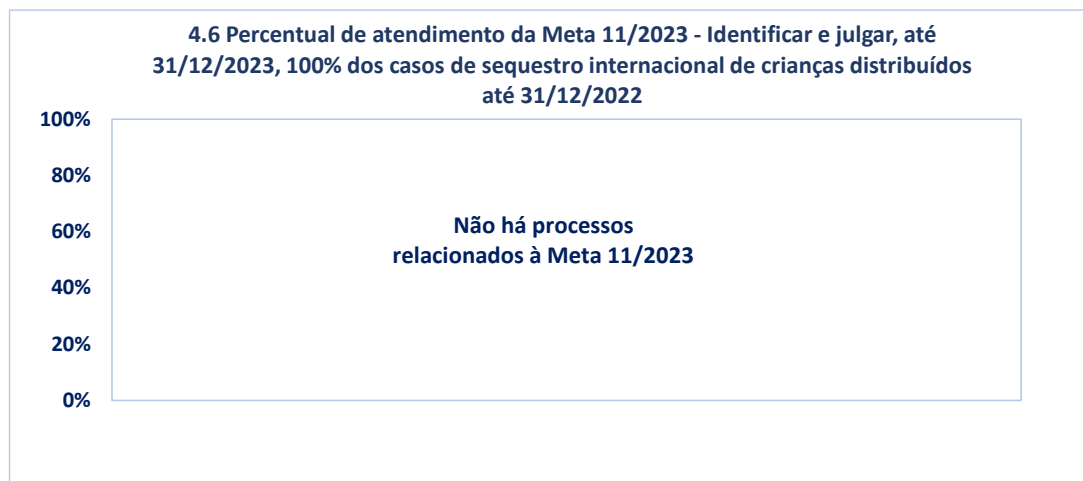




4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	7,03
Taxa de congestionamento no ano anterior	0,00
Taxa de congestionamento no ano corrente	1,55





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O Desembargador Federal estabelece periodicamente os objetivos a serem alcançados, com o fito de diminuir o acervo, sem que se perca de vista o atendimento de metas quantitativas e qualitativas recomendadas pelo CJF e pelo CNJ. Doze servidores, incluídos o Chefe de Gabinete e a Assessora, exercem a atividade-fim. A distribuição das atividades entre os servidores da área-fim se dá por especialização da matéria a ser trabalhada, combinada com a classe processual e o Órgão julgador. No Setor de agravos de instrumento (3 servidores) não há divisão por matéria e a divisão das tarefas se dá por meio do final do número de registro do recurso. Em atividade-meio, há dois servidores que auxiliam na parte administrativa/operacional do Gabinete, entre elas, o controle do acervo. A Assessora do Gabinete é responsável pela Gestão de Pessoal; pelo gerenciamento administrativo e pela gestão de recursos materiais da unidade, bem como pelo controle de atendimentos de partes e advogados. Em relação ao trabalho com os processos, tanto a Assessora como o Chefe de Gabinete, conforme orientação do Desembargador Federal, fixam as quotas individuais e gerenciam seu cumprimento, bem como orientam os servidores quanto à elaboração de minutas, sem prejuízo da orientação direta do Desembargador Federal. Cabe ao Chefe de Gabinete o acompanhamento das sessões da Turma e de todo o fluxo de julgamento. Em relação à Seção, atualmente, há servidor designado para o acompanhamento das sessões e do fluxo dos julgamentos. A Assessora tem auxiliado na elaboração de minutas de despachos e decisões nos feitos da Seção. Em relação ao Órgão Especial, o servidor ocupante da função de Assessor Jurídico I se responsabiliza por essas tarefas, bem como pela elaboração de minutas de despachos, decisões e votos. Em relação à gestão dos processos, não existem, no acervo, processos físicos. O controle do acervo é feito por meio das ferramentas que o sistema PJe disponibiliza. É possível inserir, nos feitos eletrônicos, etiquetas/lembretes para identificação dos feitos por matéria; do servidor responsável por preparar minuta no processo; dos feitos inseridos nas metas/CNJ etc. As etiquetas possibilitam a identificação dos processos, auxiliam na localização e movimentação de autos, o que pode ser feito inclusive em lote. Dentro do

sistema, os feitos ficam organizados como se estivessem em pastas, de modo a ser possível identificar os que foram recebidos da Secretaria processante; se encontram no Gabinete para triagem; se encontram aguardando elaboração de minuta despacho/decisão; aptos para julgamento; incluídos em pauta; com embargos de declaração para julgamento; retirados ou adiados de sessão de julgamento; disponíveis para elaboração de voto-vista e, agora, inclusive, é possível serem visualizados os feitos sobrestados.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O próprio PJe agora possibilita o controle dos processos que se encontram sobrestados. É possível visualizar nas TAREFAS os recursos sobrestados por determinação de Tribunais Superiores e por determinação em IRDR ou IAC, bem como é possível identificar os recursos sobrestados com petição pendente.

5.3 Boas práticas e inovações

A equipe é composta, em sua maioria, por servidores que acompanham o Desembargador Federal Mairan Maia há muito tempo, o que, sem dúvida, facilita traçar um bom plano de trabalho, considerando a cordialidade e o vínculo de confiança desenvolvidos ao longo dos anos. Como boas práticas, destacam-se o diálogo direto com o Desembargador e com os demais gestores da unidade, elemento facilitador na condução dos trabalhos; a especialização dos servidores no trato de determinadas matérias, o que auxilia no alcance de bons resultados; a racionalidade do trabalho e o efetivo engajamento e comprometimento da equipe. As minutas dos votos em Embargos de declaração contra os acórdãos e dos agravos internos contra decisões monocráticas são elaboradas pelo servidor que trabalhou com o processo, de modo a facilitar a compreensão da situação e a agilizar o julgamento. As ferramentas digitais disponíveis, a exemplo da Plataforma TEAMS, têm sido utilizadas na comunicação entre os servidores e Chefia, principalmente agora em que o trabalho não presencial se apresenta, efetivamente, como nova modalidade de trabalho. Na execução das tarefas, as ferramentas do próprio PJe, como os relatórios gerenciais, e o sistema SIGMA (uso de modelos para produzir minutas) têm sido utilizados no Gabinete. O atendimento aos advogados pelo Desembargador tem sido feito mediante agendamento prévio pelo e-mail institucional do Gabinete. Fica a critério do solicitante escolher a modalidade, tendo prevalecido a modalidade virtual, o que otimiza os trabalhos.

5.4 Dificuldades

O Desembargador Federal Mairan Maia foi removido para o atual acervo em março de 2022. Inicialmente, a preocupação estava na organização dos feitos; na verificação das pendências atinentes às preferências legais e aos feitos mais antigos; às tutelas de urgência pendentes de análise, identificadas em grande número, e, ainda, às metas/CNJ. Na verificação do acervo, deparou-se com grande número de feitos com inconsistências em sua virtualização. Essa verificação continua sendo feita pelos servidores da área-meio, que ao se depararem com alguma questão, já submetem à Assessora ou ao Chefe de Gabinete para eventual providência. Além da ampla

competência da Turma, que enseja diversidade de matérias, muitas de grande complexidade, merece destaque o tamanho do acervo em relação ao número reduzido de servidores área-fim (12 servidores incluídos Assessora e Chefe de Gabinete). Desde que assumido o acervo, em março de 2022, o quadro de servidores se manteve incompleto. No momento, a unidade não conta com o trabalho de estagiários.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual máximo diário de 30% do quadro de servidores em trabalho não presencial está sendo observado.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sempre que surge a possibilidade de composição entre as partes é encaminhado o respectivo processo ao Gabinete de Conciliação desta Corte.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0065343-16.2003.4.03.0000	20/10/2003	Petição Cível
Observação/Providência: Redistribuição equivocada: feito: principal em trâmite no STJ		
0008945-15.2004.4.03.0000	2/3/2004	Petição Cível
Observação/Providência: Redistribuição equivocada: feito: principal em trâmite no STJ		
0004276-16.2004.4.03.0000	2/2/2004	Petição Cível
Observação/Providência: Redistribuição equivocada: feito: principal em trâmite no STJ		
0003934-05.2004.4.03.0000	28/1/2004	Petição Cível
Observação/Providência: Redistribuição equivocada: feito: principal em trâmite no STJ		
5000871-79.2017.4.03.6126	4/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5000228-52.2016.4.03.6128	14/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5003871-62.2017.4.03.6102	29/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5000576-62.2018.4.03.6108	11/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		

5005563-68.2018.4.03.6100	27/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5002834-07.2016.4.03.0000	30/11/2016	Ação Rescisória
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5001882-84.2018.4.03.6102	10/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5025478-40.2017.4.03.6100	14/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
5017660-03.2018.4.03.6100	8/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
5015417-86.2018.4.03.6100	24/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
0001720-85.2011.4.03.6114	3/9/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0009044-33.2009.4.03.6103	22/12/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
0035817-57.2015.4.03.9999	23/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
0011075-37.2011.4.03.6109	10/7/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
0013032-80.2009.4.03.6000	26/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
5024718-57.2018.4.03.6100	9/9/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0001219-76.2011.4.03.6100	23/8/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
0001682-08.2017.4.03.6100	7/10/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
5029088-12.2019.4.03.0000	8/11/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decidir em 60 dias		
5005697-06.2019.4.03.6183	7/1/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
5025738-16.2019.4.03.0000	4/10/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgar agravo interno pendente em 60 dias		
0008467-06.2005.4.03.6100	4/5/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		

0002716-82.2017.4.03.0000	3/4/2017	Processo Administrativo
Observação/Providência: redistribuição equivocada (competência Presidência da Comissão de Regimento Interno)		
5028174-11.2020.4.03.0000	13/10/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5028957-03.2020.4.03.0000	21/10/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decidir em 10 dias		
5008375-68.2018.4.03.6105	9/2/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decidir em 60 dias		
5020933-53.2019.4.03.6100	15/3/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0003037-22.2009.4.03.6104	5/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
0003197-93.2008.4.03.6100	21/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0033081-07.2007.4.03.6100	25/9/2012	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
5029739-73.2021.4.03.0000	29/11/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
5011612-87.2021.4.03.0000	24/5/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5003718-09.2021.4.03.6128	24/11/2021	Incidente de Suspeição Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
5013081-37.2022.4.03.0000	19/5/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decidir em 10 dias		
5013633-02.2022.4.03.0000	25/5/2022	Reclamação
Observação/Providência: Já decidido. Incompetência do TRF. Envio ao STJ.		
0011189-51.2007.4.03.6000	17/2/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0003742-19.2006.4.03.6106	4/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias		
0008698-78.2006.4.03.6106	17/11/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
0003635-76.2014.4.03.0000	20/2/2014	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
0021911-63.2011.4.03.0000	8/5/2017	Restauração de Autos Cível

Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5019806-18.2017.4.03.0000	17/10/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5006651-74.2019.4.03.0000	20/3/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5009437-91.2019.4.03.0000	16/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
5020765-18.2019.4.03.0000	15/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 60 dias		
5011972-61.2017.4.03.0000	14/7/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
0033264-41.2008.4.03.6100	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Expurgos inflacionário - levantamento suspensão - análise petição habilitação - decidir em 30 dias		
0000568-22.2008.4.03.6109	15/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Expurgos inflacionários - levantamento suspensão - petição habilitação = decidir em 30 dias		
0000755-78.2009.4.03.6114	29/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Expurgos inflacionários - levantamento suspensão - petição acordo = decidir em 30 dias		
0010236-95.2009.4.03.6104	22/2/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0009892-49.2016.4.03.0000	1º/6/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
5000853-69.2018.4.03.0000	25/1/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
5001306-71.2018.4.03.6141	29/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
0002524-88.2017.4.03.6002	16/4/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
0000292-80.2012.4.03.6131	19/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		
5016988-58.2019.4.03.6100	24/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		
0004724-36.2015.4.03.6100	17/3/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na listagem para ser redistribuído		

5014688-27.2018.4.03.0000	28/6/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgar em 30 dias		
5012249-38.2021.4.03.0000	31/5/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5012913-11.2017.4.03.0000	25/7/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: embargos de declaração decididos - agravo interno pendente - julgar em 60 dias		
5012903-64.2017.4.03.0000	25/7/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5018385-56.2018.4.03.0000	2/8/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5011824-79.2019.4.03.0000	13/5/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
0001037-52.2014.4.03.0000	22/1/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 60 dias		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

5006651-74.2019.4.03.0000	5014064-75.2018.4.03.0000	5029088-12.2019.4.03.0000
0001219-76.2011.4.03.6100	0008467-06.2005.4.03.6100	0033081-07.2007.4.03.6100
0035817-57.2015.4.03.9999	5000228-52.2016.4.03.6128	5000576-62.2018.4.03.6108
5000853-69.2018.4.03.0000	5001882-84.2018.4.03.6102	5002834-07.2016.4.03.0000
5003718-09.2021.4.03.6128	5008375-68.2018.4.03.6105	5009437-91.2019.4.03.0000
5011612-87.2021.4.03.0000	5012913-11.2017.4.03.0000	5015417-86.2018.4.03.6100
5024718-57.2018.4.03.6100	5025738-16.2019.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (demais medidas urgentes – excesso na tramitação acima de 15 dias):

0010236-95.2009.4.03.6104	5000871-79.2017.4.03.6126
---------------------------	---------------------------

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (- Embargos de declaração - Excesso na tramitação acima de 45 dias):

5011824-79.2019.4.03.0000	5012903-64.2017.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada no dia 19/10/2023, pelo Desembargador Mairan Gonçalves Maia Junior e, após, pelos assessores Luciane Pires de Camargo e Adriano Turri Carolino.

O Desembargador Federal Mairan Maia iniciou referindo que assumiu o Gabinete há 1 ano e 6 meses, registrando as dificuldades encontradas, em parte já mencionadas no relatório da Inspeção/2022. Descreveu em detalhes as condições do acervo recebido, a reorganização implementada desde então e o quadro atual, além do planejamento para os próximos meses. Destacou, por exemplo, o esforço despendido na etiquetagem dos processos, na priorização dos feitos com pendência de análise de pedido de efeito suspensivo, no controle e conferência dos processos físicos digitalizados.

Mencionou, ainda, o saneamento das ações de poupança sobrestadas, com regularização da homologação de acordos, representação processual e habilitação de sucessores.

Esclareceu acerca das estratégias adotadas e prioridades estabelecidas para administrar o acervo, dentre elas a divisão da equipe com especialização por matéria. Disse que procuram trabalhar com processos mais antigos, de regra mais complexos, concomitantemente com outros mais recentes e de menor dificuldade, com o propósito de diminuição do acervo.

Destacou que passado o período inicial de organização e mapeamento, percebe resultados positivos, especialmente pelo julgamento, nos últimos 12 meses, de processos em número equivalente aos novos distribuídos, aumento gradual da produtividade e diminuição do tempo médio de tramitação.

O Gabinete está organizado para, até o final de 2023: a) vencer a triagem inicial, que ainda abrange número considerável de processos; b) julgar os embargos de declaração acumulados, recursos estes que são, como regra, minutados pelo servidor que atua na matéria.

Da mesma forma, quanto aos processos mais antigos, anos de 2018 e 2019, a previsão é que possam ser incluídos em pauta até meados de 2024.

Diante das recentes alterações decorrentes do acréscimo de mais um Gabinete à Sexta Turma, que inclusive envolveu redistribuição de parte do acervo dos Gabinetes antigos, não há, no momento, preocupação com a igualdade de resultados em relação aos demais, já que estão em situações similares.

Pelas razões já relatadas, no momento também não há uma preocupação com o alcance de tempos médios similares aos demais Gabinetes, já que outras metas devem ser alcançadas prioritariamente. De qualquer forma, o quantitativo de processos pautados entre os Gabinetes é equivalente.

A unidade procura incorporar na gestão o cumprimento das recomendações das inspeções, que contribuem para a identificação de falhas e aperfeiçoamento do fluxo de trabalho.

Os processos sobrestados são etiquetados pelo Gabinete conforme cada tema e aguardam na Secretaria, à exceção dos referentes aos expurgos inflacionários. Julgado o tema, a Secretaria consulta o Gabinete, para envio antes ou depois do trânsito em julgado.

O Gabinete relata diversas dificuldades com a utilização do PJe, dentre elas: a) a inexistência de ferramenta que informe o óbito das partes ou de seus procuradores, exigindo pesquisas por outros meios, mais trabalhosos; b) a ausência de funcionalidade para fácil gerenciamento de petições protocoladas; c) a falta de acesso direto a relatórios gerenciais e dados estatísticos; e d) a impossibilidade de acesso a processos sigilosos oriundos de outros Gabinetes.

Afora isso, também no tocante ao PJe, o Gabinete ressenete-se da falta de um sistema único e adequado para criação e edição de documentos, gestão de modelos e outros. Foi mencionado, no particular, que diante das instabilidades encontradas na criação de documentos dentro do PJe, cumuladas com a ausência de boas ferramentas de edição e formatação dos textos e utilização de modelos, faz-se necessária a criação das minutas primeiramente no Word, opção que não é considerada mais eficiente que a anterior utilização do GEDPRO.

Por fim, no tocante à competência originária a situação é de regularidade, sem conflitos de competência e com reduzido número de ações rescisórias pendentes de julgamento.

Merece registro o visível esforço que a equipe vem realizando para a organização do acervo recebido e adaptação às novas matérias assumidas, com excelentes perspectivas para o incremento da produtividade nos próximos meses, assim como o zelo pela qualidade da prestação jurisdicional entregue.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação aos dados registrados no relatório da inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 4.855 para 5.702.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.954 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.733.

Merece ser referido que por força da Resolução PRES 632/2023, em agosto de 2023 houve redistribuição de 20% do quantitativo de processos existente em 30/6/2023, para composição do acervo inicial do 5º Gabinete da Sexta Turma.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 254 na última inspeção, para 273, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 24 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 6ª Turma, equivale a 30 meses. Trata-se de indicador que merece destaque positivo, pois inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Dar continuidade às estratégias implementadas para cumprimento das metas do CNJ ainda não atingidas.
- c) Diante do aumento do acervo verificado em 2/2022, apesar da redistribuição parcial ocorrida por força da Resolução PRES 632/2023, uma vez superadas todas as dificuldades iniciais relatadas pelo Gabinete, implementar estratégias objetivando a gradativa redução do quantitativo de processos conclusos para julgamento.
- d) Prosseguir reportando à equipe técnica as dificuldades encontradas na utilização do PJe, encaminhando sugestões de melhorias com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema em face das necessidades existentes e atuando de forma colaborativa com os demais gabinetes para que todos possam se apropriar e fazer o melhor uso das ferramentas existentes.
- e) Manter o bom método de trabalho e as boas práticas, com constante aprimoramento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOHNSOM DI SALVO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Johansom di Salvo- GABJDS

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

6ª Turma/2ª Seção/Membro do Conselho de Administração para o biênio 2022/2024.

1.3 Tempo de exercício na unidade

Na Sexta Turma desde 22 de outubro de 2012

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Wilma Ap. Nascimento do Carmo - chefe de gabinete e Maurílio Antonio Alves - assessor

2.2 Quadro de Pessoal

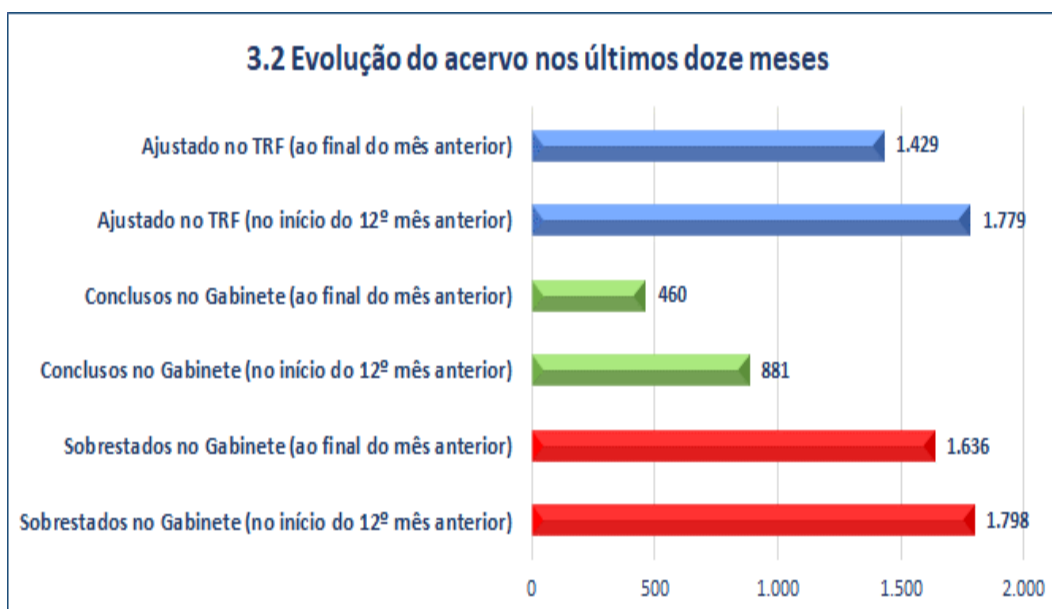
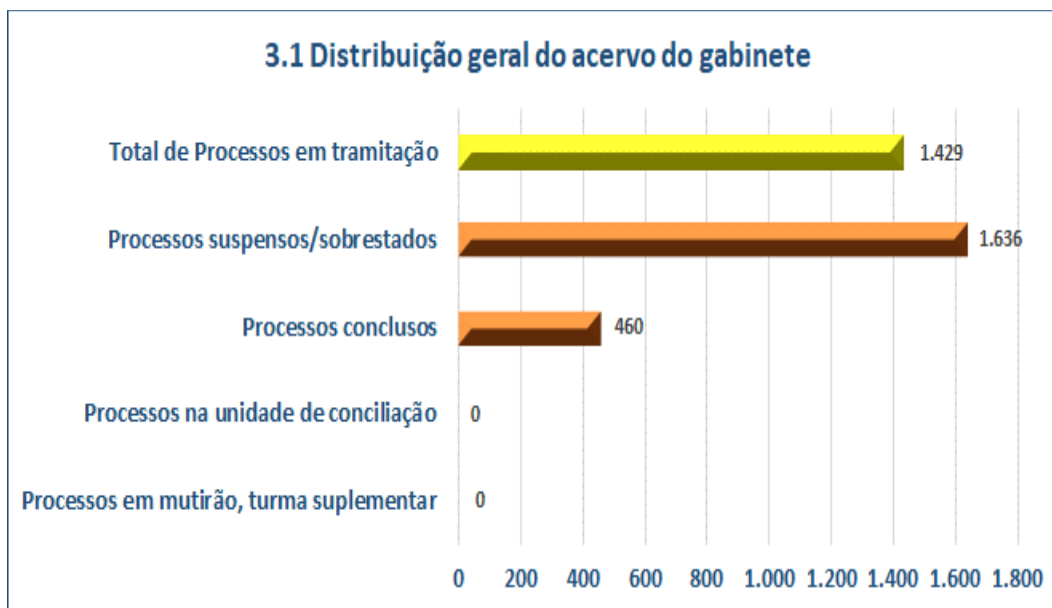
Servidores efetivos	15 = (9 Analistas Judiciários - 6 Técnicos Judiciários e 1 técnico judiciário agente da polícia judicial).
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0

FC-1	0
------	---

3. DADOS ESTATÍSTICOS

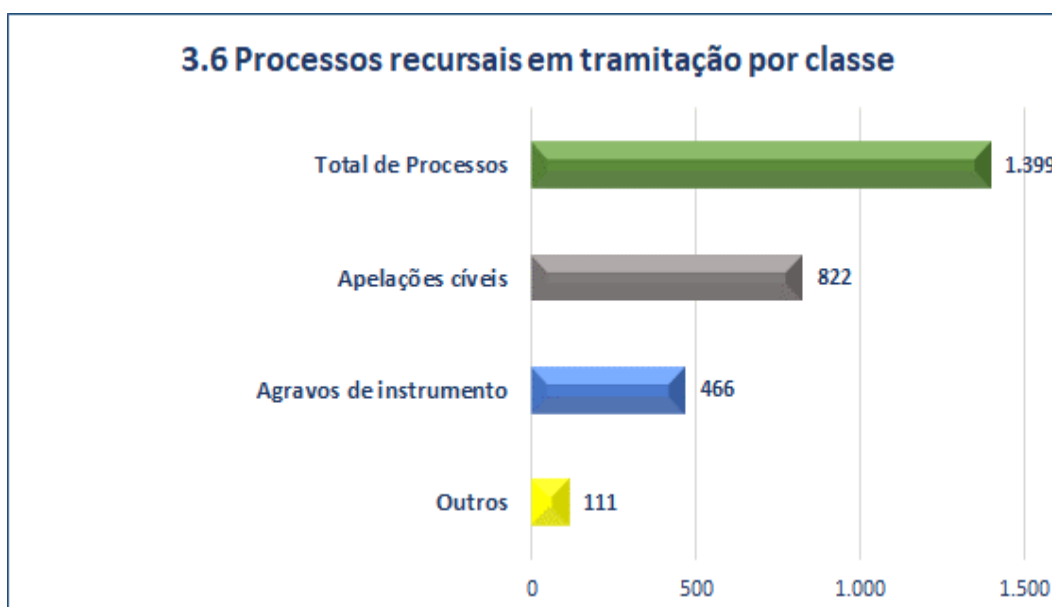


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	0

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	30
Mandados de segurança	1
Conflitos de competência	5
Ações rescisórias	20
Outros	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Reclamações	0

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.399
Recursos em ações de improbidade administrativa	8
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações com preferência legal	162
Outros	1.227
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de desapropriação	0

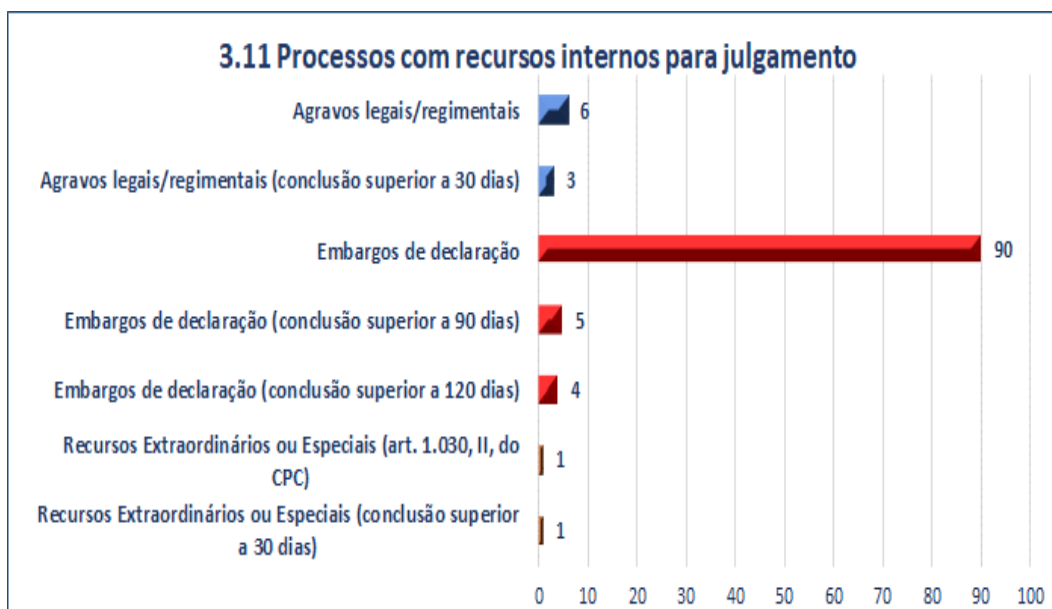


3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

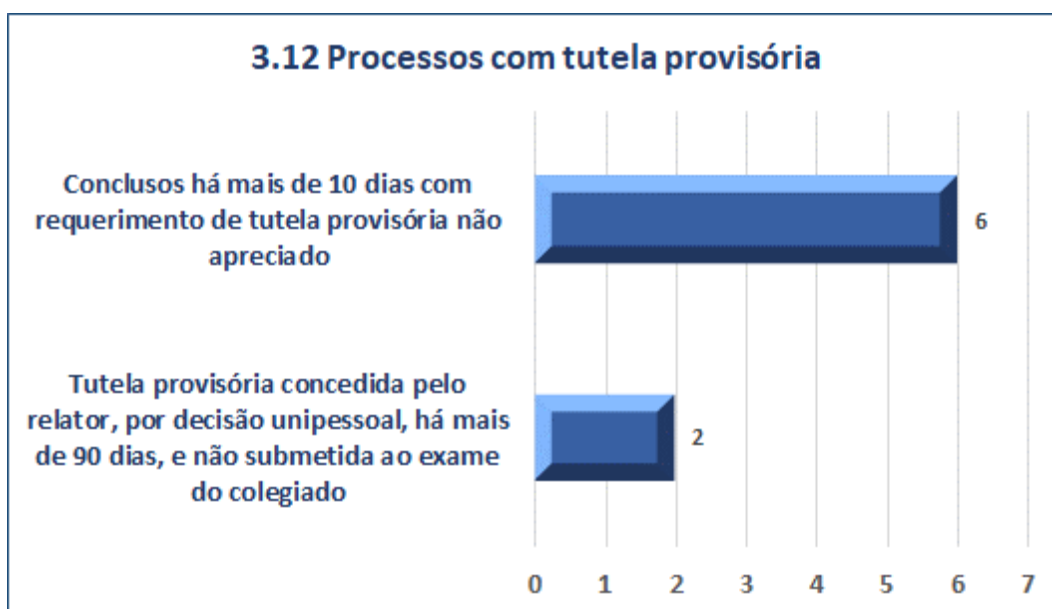
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

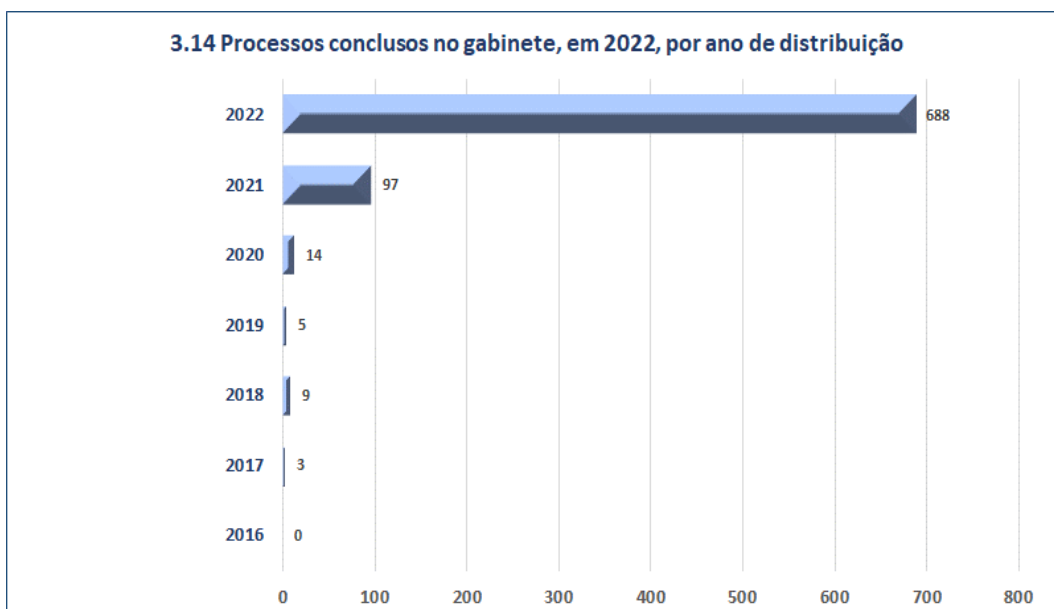
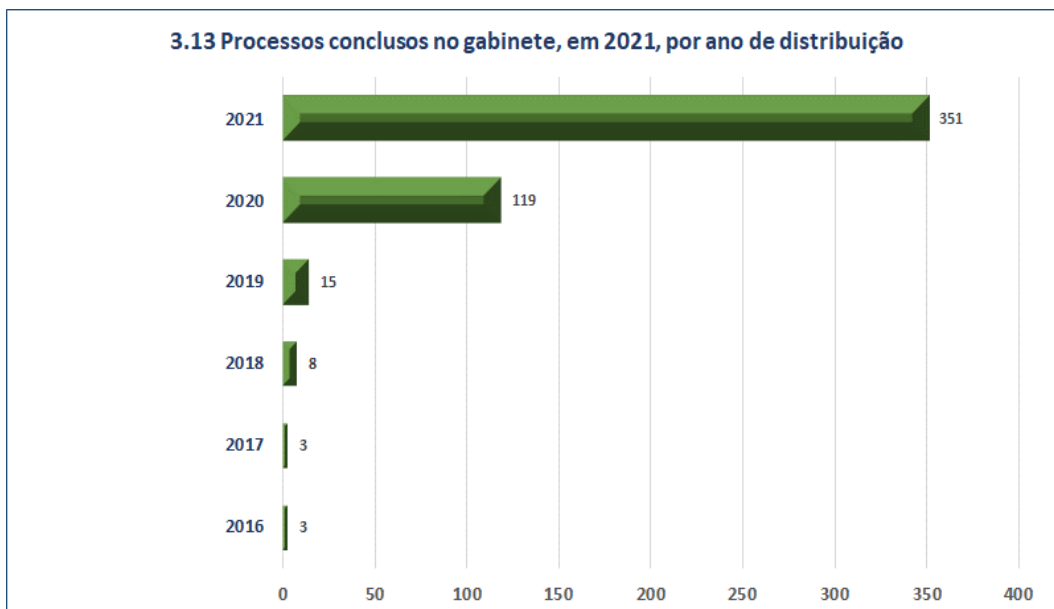
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

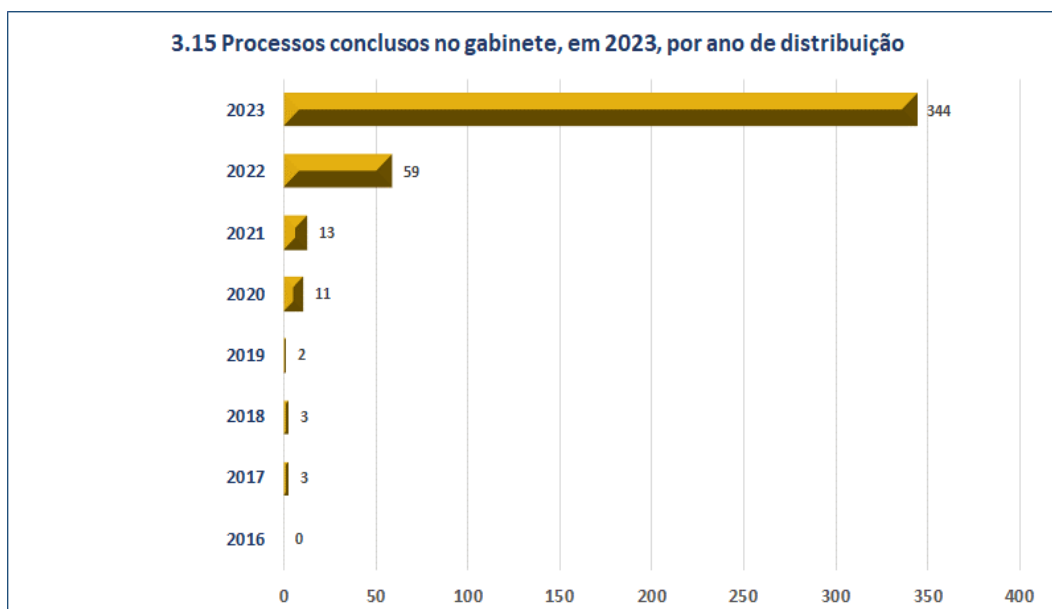
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



Nota: Recursos Extraordinários: refere-se a processo que retornou para retratação)





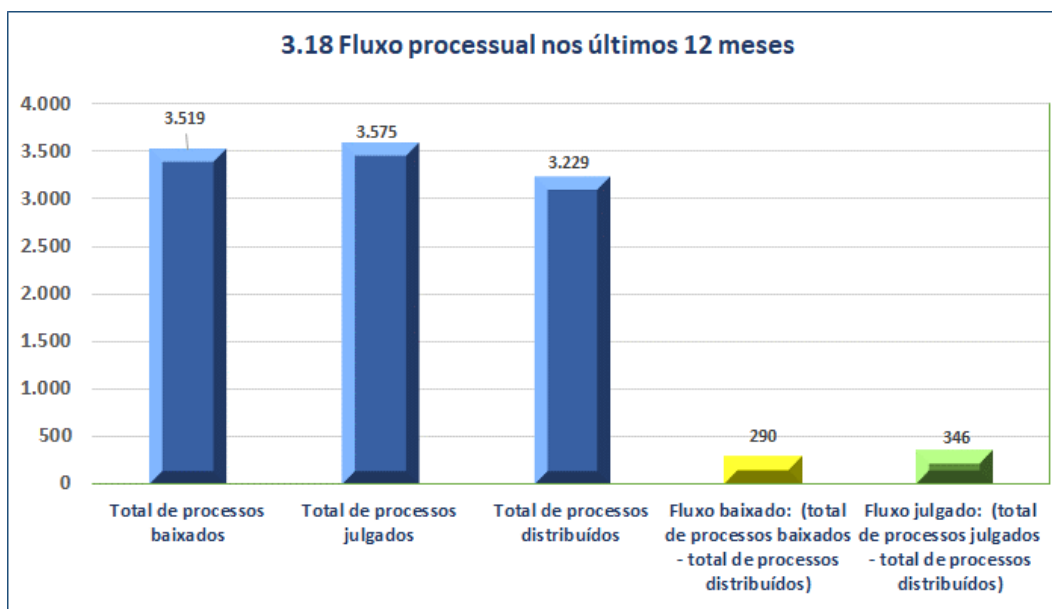


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

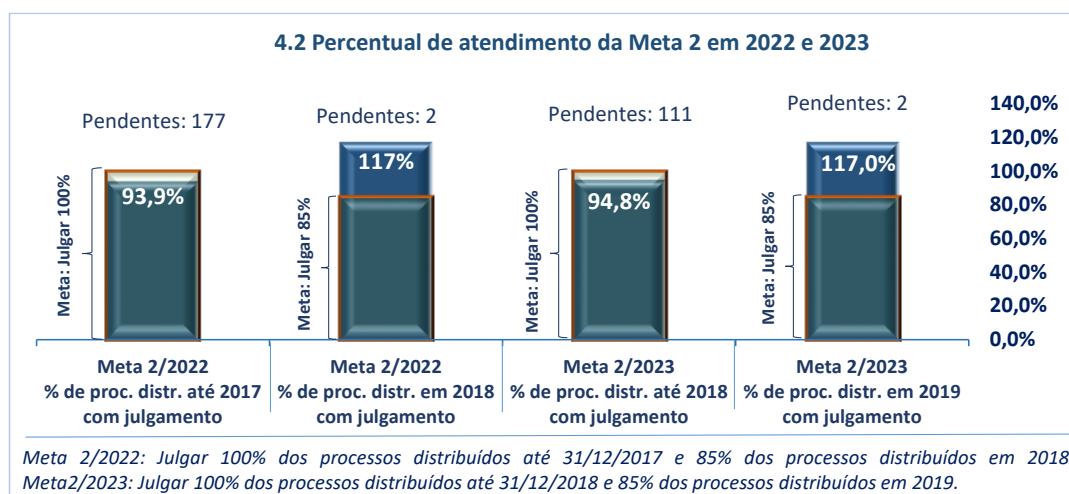
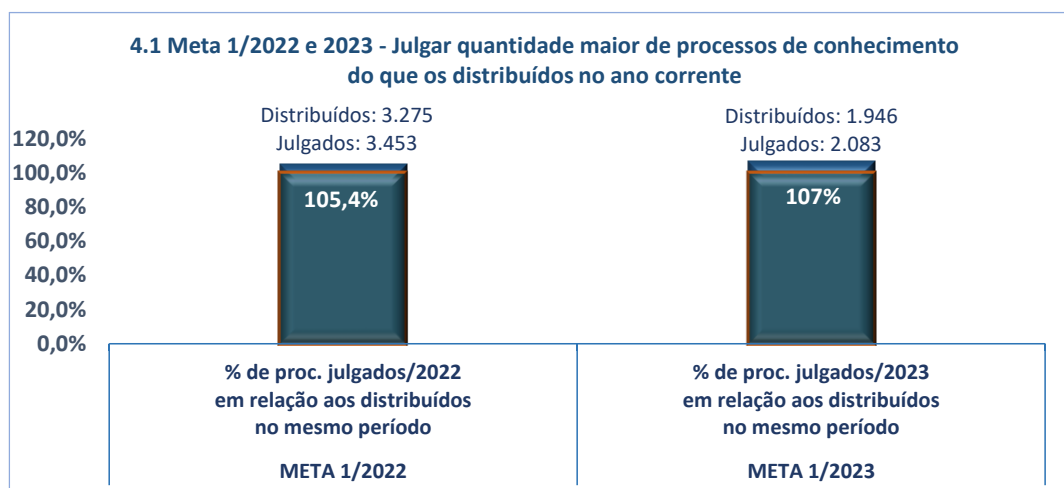
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	6
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

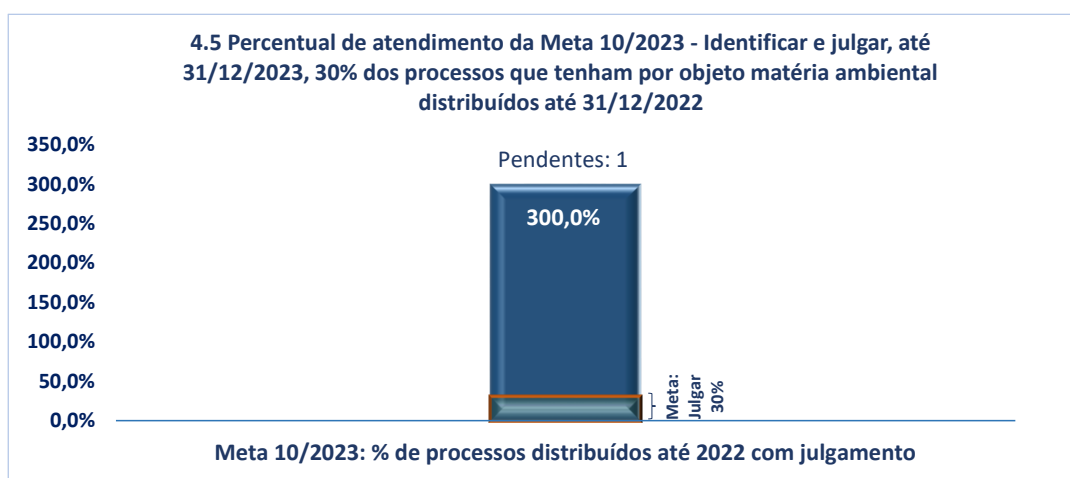
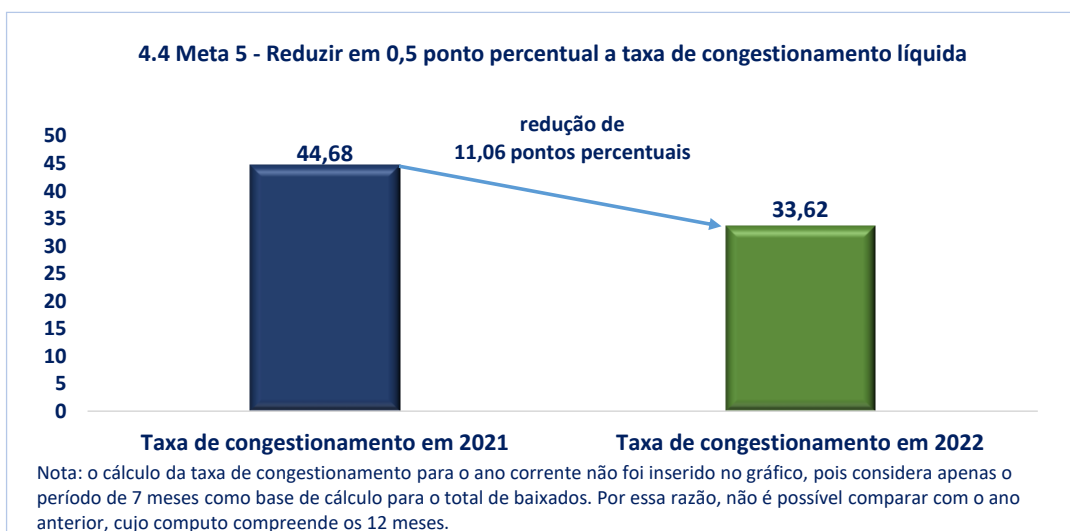
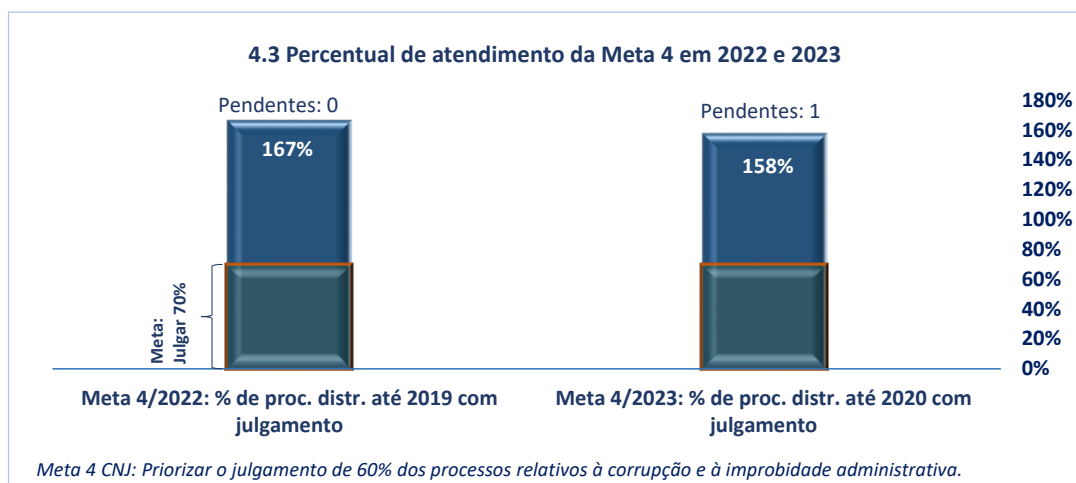
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

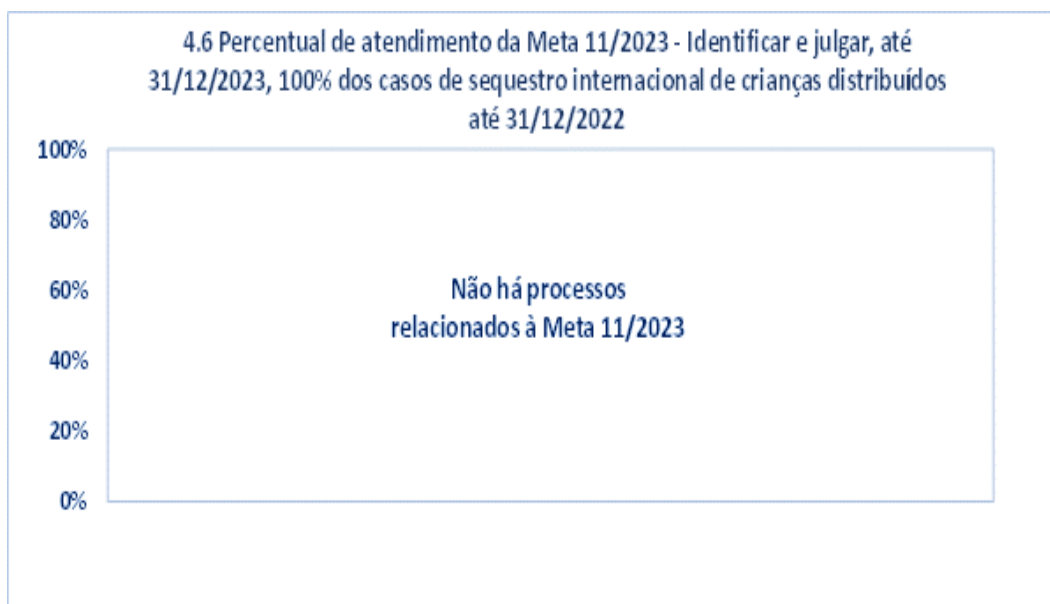
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O gabinete adota práticas de gestão para que os resultados sejam otimizados, como os exemplos a seguir discriminados: Os processos são triados pela Assessoria do Desembargador (chefe de gabinete e assessor) assim que chegam ao gabinete, os feitos que abordam temas inéditos e tutela urgentes são encaminhados ao Desembargador, os demais sendo etiquetados com o nome do servidor para a elaboração de minutas de decisão monocrática e relatório/voto, conforme os modelos confeccionados pelo Desembargador, bem como eventuais recursos decorrentes daqueles atos, tudo isso conforme a matéria e também conforme o acervo, sempre observadas as prioridades e urgências. Todo o acervo de processos conclusos ao gabinete é acompanhado pela assessoria para que não fiquem sem movimentação em determinada tarefa sem necessidade. No entender do Desembargador a especialização ou setorização dos funcionários conforme a natureza da lide e a matéria é forma de aumentar a celeridade, com intuito de facilitar o alcance das metas. O acompanhamento diário dos processos recebidos na unidade e o canal de comunicação aberto entre toda a equipe e o Desembargador é fundamental para o bom andamento do trabalho. O Desembargador confere toda a produtividade da unidade diariamente.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes deste Tribunal informa sobre os temas sobrestados. Após triagem dos processos é proferida a decisão determinando o sobrestamento e os autos são enviados para a Subsecretaria da Turma para as providências. Posteriormente os autos retornam ao gabinete onde ficam aguardando em pastas específicas. Os processos sobrestados, em sua grande maioria, são

relativos aos expurgos inflacionários dos planos econômicos. No entanto, há também processos sobrestados por determinação de Tribunais Superiores, IRDR, IAC e motivos diversos. Quando ocorre o julgamento de algum tema sobrestado, os processos sobrestados relativos ao tema julgado são analisados.

5.3 Boas práticas e inovações

A atribuição a cada servidor por matérias específicas para a confecção de minutas e sugestões de despachos, votos e decisões monocráticas é uma prática antiga e bem-sucedida nesta unidade judiciária. A priorização por decisões monocráticas, uma vez que o Desembargador interpreta com largueza o art. 932 do CPC à luz dos princípios de celeridade e razoável duração dos processos, o que resulta agilidade, sem prejuízo das partes que tem o recurso de agravo interno. O bom relacionamento da equipe e desta com o Desembargador é fundamental para que todos trabalhem satisfeitos, mantenham boa produtividade, com o compromisso de todos com a prestação do serviço público.

5.4 Dificuldades

Não foram encontradas dificuldades no período.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Todos os planos de teletrabalho que estão em andamento neste gabinete foram feitos observando-se o que é estabelecido na Resolução n. 481/CNJ e a Portaria n. 514/22 desta Corte, permitindo-se que o máximo de servidores que estejam realizando o teletrabalho a cada dia não seja superior a 30% dos servidores, bem como as metas estabelecidas em cada plano.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, todos os processos em que há manifestação da parte no interesse de realização de acordo, bem como os processos solicitados pelo setor de conciliação a este gabinete, são prontamente para lá encaminhados.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5002638-95.2020.4.03.0000	7/2/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo de outra relatoria que foi levado a julgamento em 6/8/2020,		

em que o Des. Fed. Johonsom di Salvo foi vencedor, reconhecendo-se a dissolução irregular a implicar redirecionamento da execução, retornando os autos ao relator.		
5001614-34.2021.4.03.6002	14/3/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo chegou ao gabinete com atraso por problemas do PJe, foi necessário fazer chamado para regularização, chegando ao gabinete somente 1º/9/23, quando foi dada preferência na apreciação, sendo julgado em 3/9/23 por decisão monocrática.		
5001113-38.2021.4.03.6113	5/8/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para julgamento na sessão de 5/10/2023.		
5029751-23.2021.4.03.6100	8/10/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando julgamento conjunto com o processo n. 5010301-31.2020, onde as partes estão suscitando incidentes, para que possam ser incluídos em pauta para julgamento.		
5000354-46.2022.4.03.0000	13/1/2022	Ação Rescisória
Observação/Providência: Julgado em 1º/8/2023, aguardando decurso de prazo.		
5023964-47.2020.4.03.6100	9/9/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 10/8/2023, aguardando decurso de prazo.		
0040908-89.1995.4.03.6100	20/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo que não chegou na pasta triagem deste gabinete até o momento. Foi realizado chamado n. 10608250 em 5/9/2023 para a devida regularização.		
5000352-76.2022.4.03.0000	13/1/2022	Ação Rescisória
Observação/Providência: Julgado em 1º/8/2023, remetidos para Vice-Presidência em 30/8/2023.		
5001212-78.2022.4.03.6143	10/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 10/8/2023, aguardando decurso de prazo.		
0002131-85.2012.4.03.6117	8/2/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta de julgamento para a sessão de 5/10/2023.		
5000856-30.2019.4.03.6130	28/11/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para julgamento na sessão de 5/10/2023.		
0000987-60.2008.4.03.6103	17/12/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo extremamente complexo distribuído em 27/3/2020, retornando à 1ª Instância para redigitalização integral dos autos, retornando à conclusão em 14/6/22. Pedido da parte ré para composição. Não houve consenso com os demais litigantes. Aguardando inclusão em pauta.		
5003347-20.2021.4.03.6104	18/11/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 10/8/2023, aguardando decurso de prazo.		
0025996-04.2006.4.03.6100	10/7/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 10/8/2023.		
0000060-07.2002.4.03.6103	18/10/2005	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Julgado na sessão de 5/9/2023.		

5001605-33.2021.4.03.6112	7/7/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Redistribuído à 1ª Seção por incompetência em 13/12/2022.		
0000266-06.2012.4.03.6124	12/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento para a sessão de 14/9/2023.		
5000019-81.2018.4.03.6106	12/11/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgado em 18/1/2023, transitado e encaminhado à origem em 22/8/2023.		
5001638-55.2023.4.03.0000	31/1/2023	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão em 2/2/2023, transitado em julgado.		
5003087-48.2023.4.03.0000	10/2/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão em 1º/3/23, com trânsito em julgado em 8/8/2023.		
5024458-09.2020.4.03.6100	20/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado para a relatoria da Des. Fed. Consuelo Yoshida, com pedido de vista.		
5027030-35.2020.4.03.6100	11/4/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado para a relatoria da Des. Fed. Consuelo Yoshida, com pedido de vista.		
5025163-07.2020.4.03.6100	14/3/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado para a relatoria da Des. Fed. Consuelo Yoshida, com pedido de vista.		
5000885-42.2020.4.03.6002	4/4/2023	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado à relatoria do Des. Fed. Valdeci dos Santos com pedido de vista.		
5021794-34.2022.4.03.6100	30/1/2023	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado para a relatoria do Des. Fed. Valdeci dos Santos, com pedido de vista.		
5030208-21.2022.4.03.6100	17/3/2023	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado para a relatoria do Des. Fed. Valdeci dos Santos, com pedido de vista.		
0044951-31.2006.4.03.6182	28/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para julgamento na sessão de 14/9/2023.		
5000493-21.2020.4.03.6126	17/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 1º/8/2023, para manifestação da União sobre os Embargos de Declaração apresentados, para que seja possível o julgamento do referido recurso.		
5001121-46.2020.4.03.6114	16/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta pronta na pasta Aptos para Inclusão em Pauta.		
5022152-33.2021.4.03.6100	7/10/2021	Apelação Cível

Observação/Providência: Proferida decisão declarando impedimento em 2/12/2021, redistribuído para Dr. Valdeci dos Santos em 9/12/2021.		
5012516-73.2022.4.03.0000	13/5/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Redistribuído por dependência à relatoria do Des. Fed. Nery Júnior em 30/6/2022.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 22 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000987-60.2008.4.03.6103

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (Embargos de declaração - Excesso na tramitação acima de 45 dias):

5000493-21.2020.4.03.6126

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada no dia 19/10/2023, pelo Desembargador Johansom Di Salvo e, após, pelos assessores Wilma A. Nascimento do Carmo, Maurílio Antonio Alves e André Krokoiz de Toledo.

Questionado sobre os excelentes números do Gabinete, o Desembargador referiu serem fruto do processo de trabalho desenvolvido, com especial atenção aos julgamentos por meio de decisões monocráticas, inclusive quanto às ações rescisórias. Esclareceu que, realizado o monitoramento, verificou-se baixo índice de recorribilidade quanto às decisões monocráticas, em torno de 25%, indicando o acerto da estratégia adotada.

Informou, ainda, que realizam análise contínua dos processos sobrestados, quando necessário adotando providências para a habilitação de sucessores ou regularização da representação processual.

Destacou que o trabalho no Gabinete é muito bem distribuído, tendo os servidores, que já trabalham juntos há anos, liberdade para a escolha das matérias de preferência, dentro das possibilidades existentes (as atribuições da equipe estão descritas no item 5.1 acima). Afirmou que a especialização por matérias aumenta a produtividade e é importante quando há alteração dos entendimentos, informada pelo Desembargador.

Foi relatado que o sistema PJe é muito instável, por isso as minutas precisam ser criadas no editor Word. Afora isso, as petições novas não chegam num local específico no sistema, o que no momento não interfere no trabalho, porque são poucos processos pendentes de julgamento, porém poderia ser aperfeiçoado. Da mesma forma a ausência de informação, pelo sistema, quando há óbito da parte. O controle preciso do acervo

pendente de julgamento é feito por contagem das tarefas no Gabinete, o que só pode ser realizado desta forma em razão do baixo número de feitos.

O acervo é de fácil identificação. São poucos processos com recurso interno para análise, pois praticamente todos já estão minutados, aguardando sessão de julgamentos. As prioridades são constantemente repassadas aos responsáveis. Quanto à produtividade exigida de cada servidor, varia conforme a matéria assumida. Não há mais processos autuados no TRF3 em 2017 e 2018 aguardando julgamento, e pouquíssimos dos anos de 2019, 2020 e 2021.

As orientações das inspeções pretéritas são sempre cumpridas, com acompanhamento pela assessoria. Quanto aos processos sobrestados, ficam localizados na Subsecretaria, ainda que a maioria tenha controle pelo próprio Gabinete.

De se destacar a excelente organização do Gabinete e a interação entre os servidores e o Desembargador Federal, o que se reflete nos ótimos números verificados, conforme dados apresentados à equipe de inspeção, a saber (referentes à situação no dia da Inspeção):

- 101 processos de competência da Turma para análise;
- 801 processos sobrestados em tarefas no Gabinete;
- 280 processos sobrestados em tarefas da Subsecretaria (por motivo de erro na migração do PJe ainda não vieram para as tarefas do Gabinete);
- 326 processos já minutados, aguardando sessão pelo Colegiado;
- 7 processos para preparar relatório/voto; e
- 4 processos de competência da Seção.

A forma de trabalho e os resultados obtidos pela equipe surpreendem positivamente, indicando que apesar do significativo número de novos processos distribuídos mês a mês, a existência de um planejamento claro, que passa por constante aperfeiçoamento, o bom ambiente de trabalho, que prima pela clareza da comunicação e respeito às individualidades, o comprometimento e a dedicação contínua de todos, dentre outros aspectos que poderiam ser apontados, proporcionam a entrega de uma prestação jurisdicional rápida e de qualidade.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 360 para 460.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.779 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.429.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 84, na última inspeção, para 90, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 35 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 6ª Turma, equivale a 30 meses. Trata-se de indicador superior à média da Turma.

As pequenas variações nos indicadores acima, no entanto, não devem ser consideradas como piora da situação verificada na inspeção anterior, pois mantido o reduzidíssimo número de processos conclusos e de embargos de declaração aguardando julgamento. O diminuto acréscimo se explica pelo tempo necessário à inclusão dos processos já minutados em pauta de julgamentos.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Reportar à equipe técnica eventuais dificuldades encontradas na utilização do PJe, encaminhando sugestões de melhorias com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema em face das necessidades existentes e atuando de forma colaborativa com os demais gabinetes, para que todos possam se apropriar e fazer o melhor uso das ferramentas existentes;
- c) Manter a excelente gestão do trabalho no Gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Valdeci dos Santos

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

6ª Turma/2ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

7 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Thiago Barcelos Marques Pereira. Chefe de Gabinete. Analista Judiciário

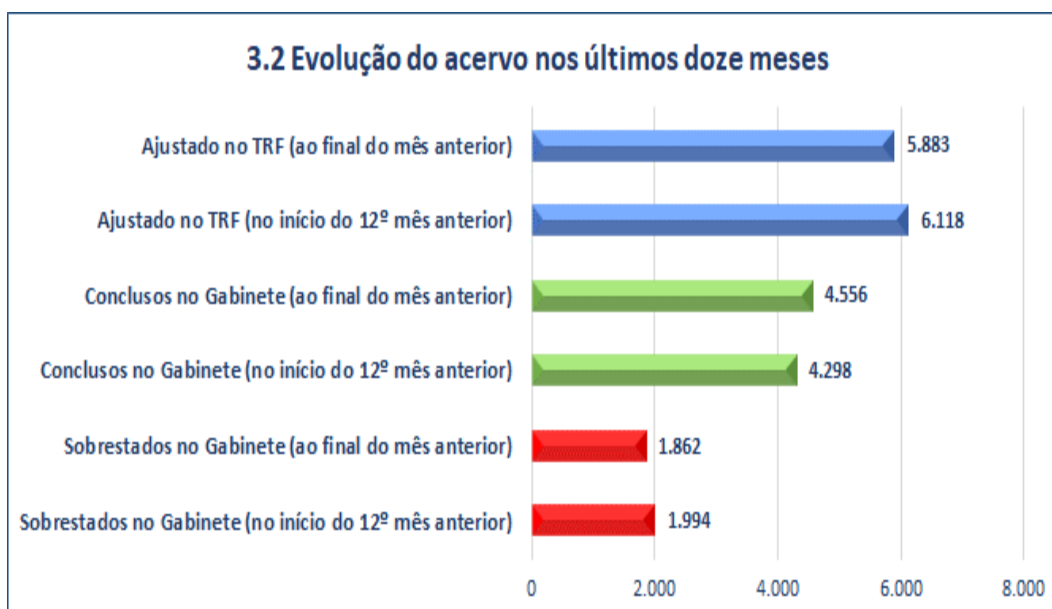
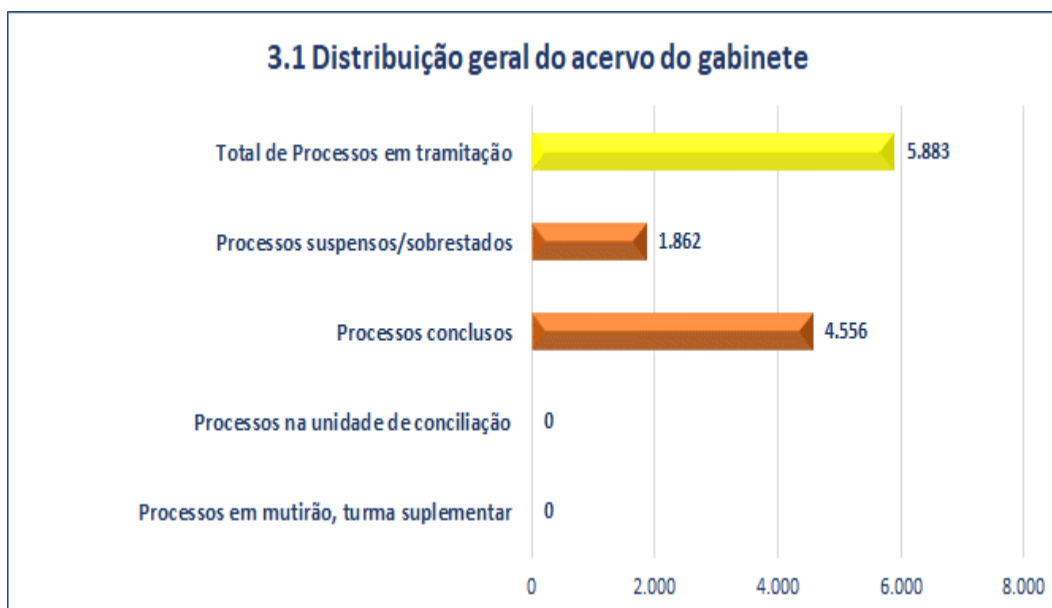
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1 - assessor
CJ-2	1 - chefe de gabinete
CJ-1	1 - assessor jurídico I
FC-4	4
FC-3	9

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

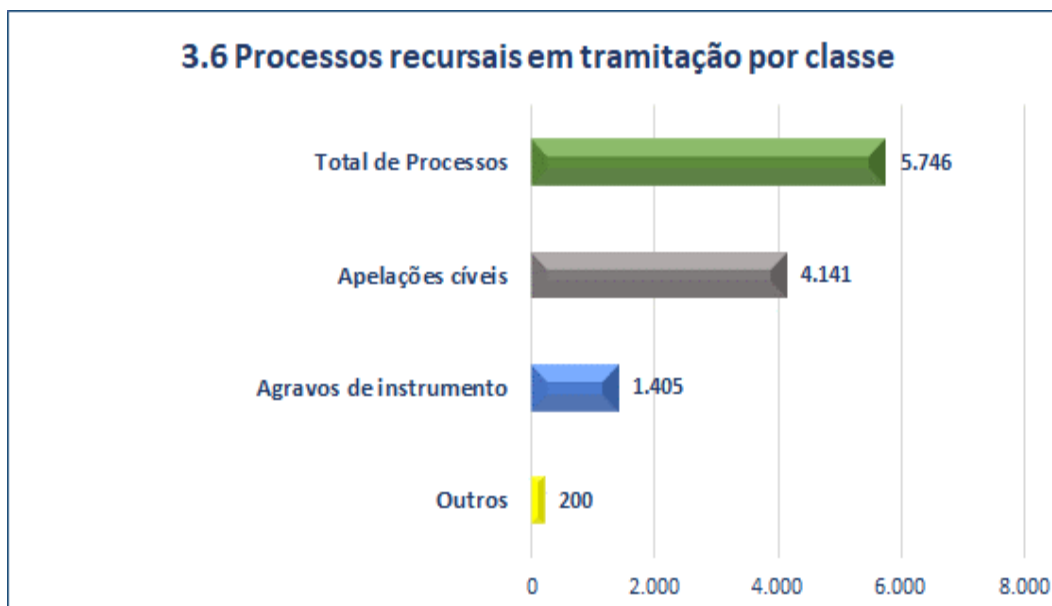
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
---	-----

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	137
Mandados de segurança	4
Conflitos de competência	65

Ações rescisórias	35
Outros	33
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Reclamações	0

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.746
Recursos em mandados de segurança coletivos	8
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	80
Recursos em ações civis públicas	99
Recursos em ações com preferência legal	321
Outros	5.233
Recursos em ações de desapropriação	0



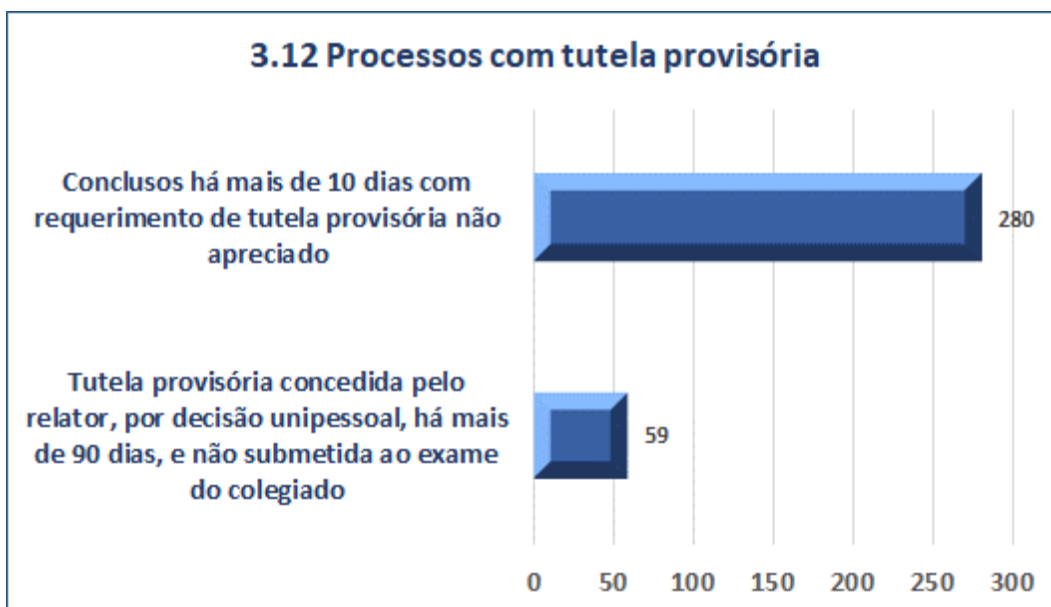
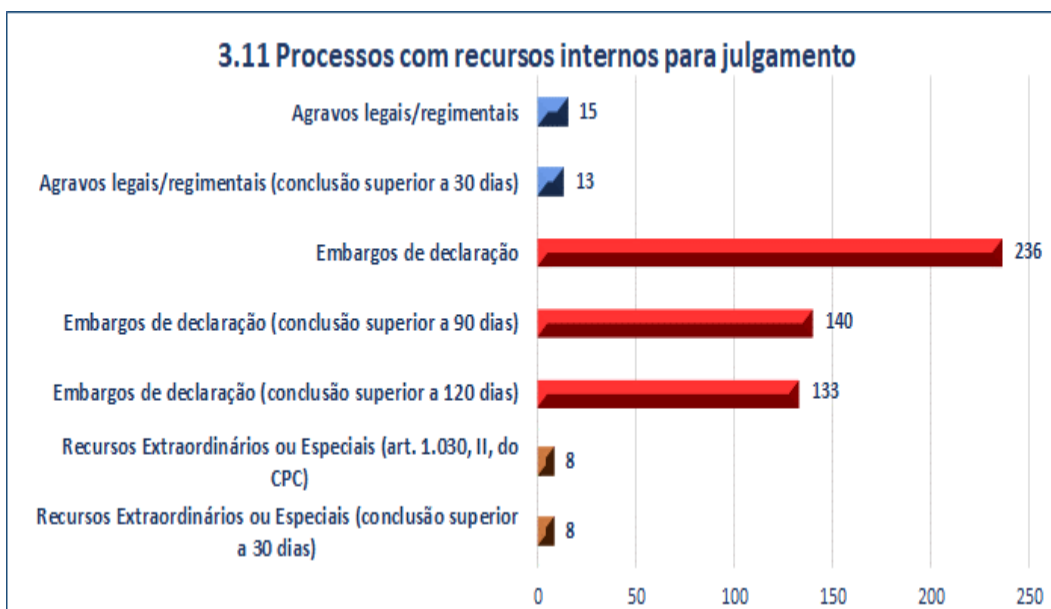
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

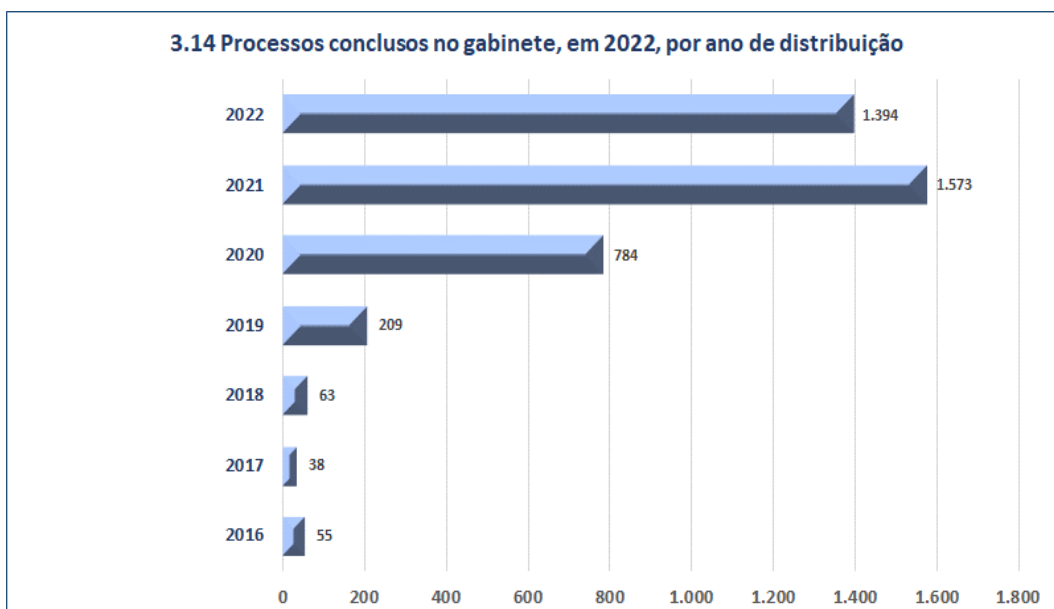
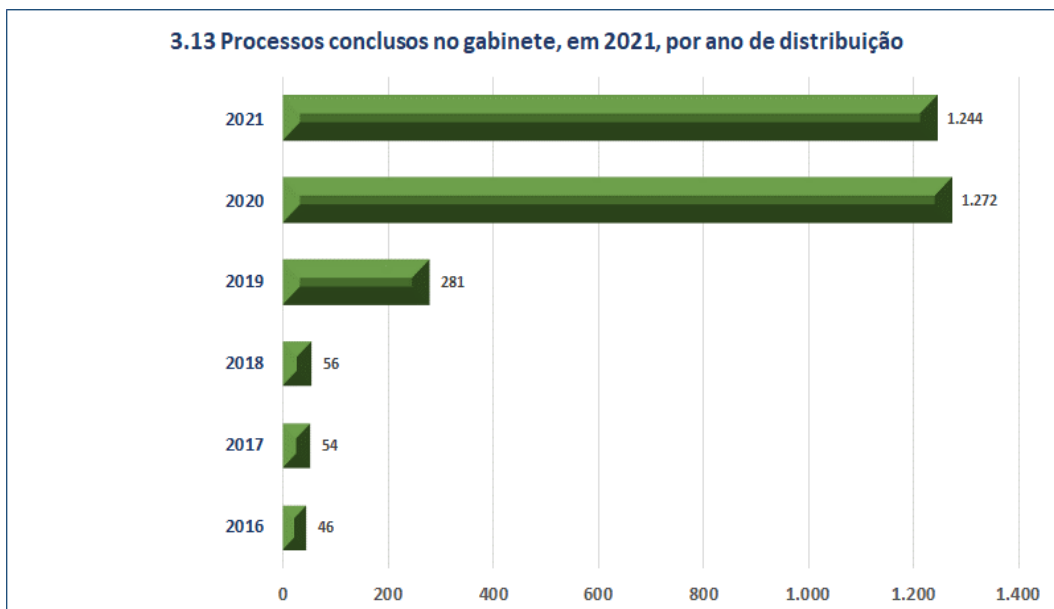
Revisões criminais	0
Outros	0

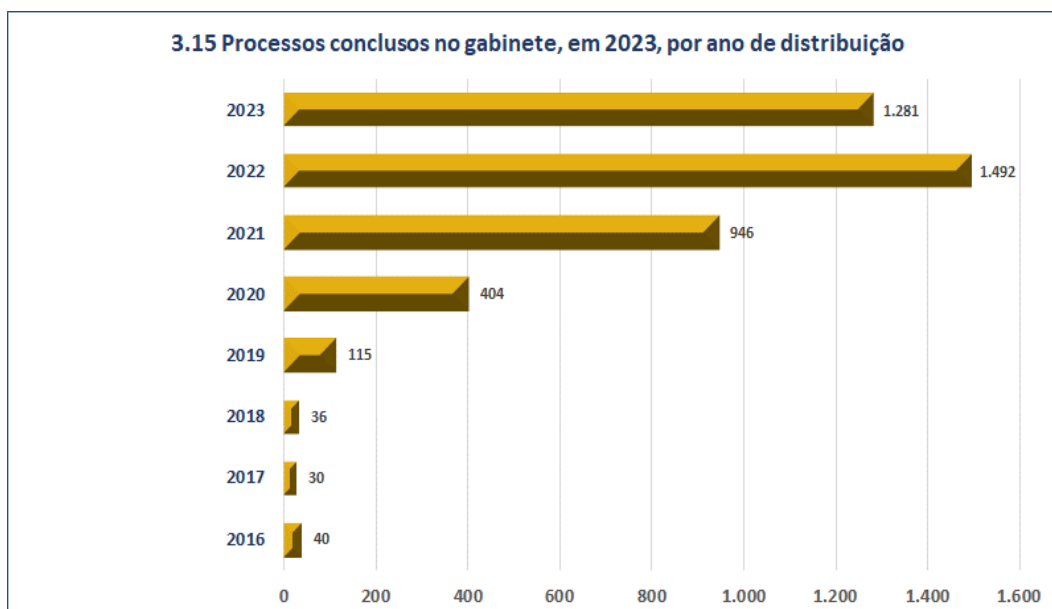
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





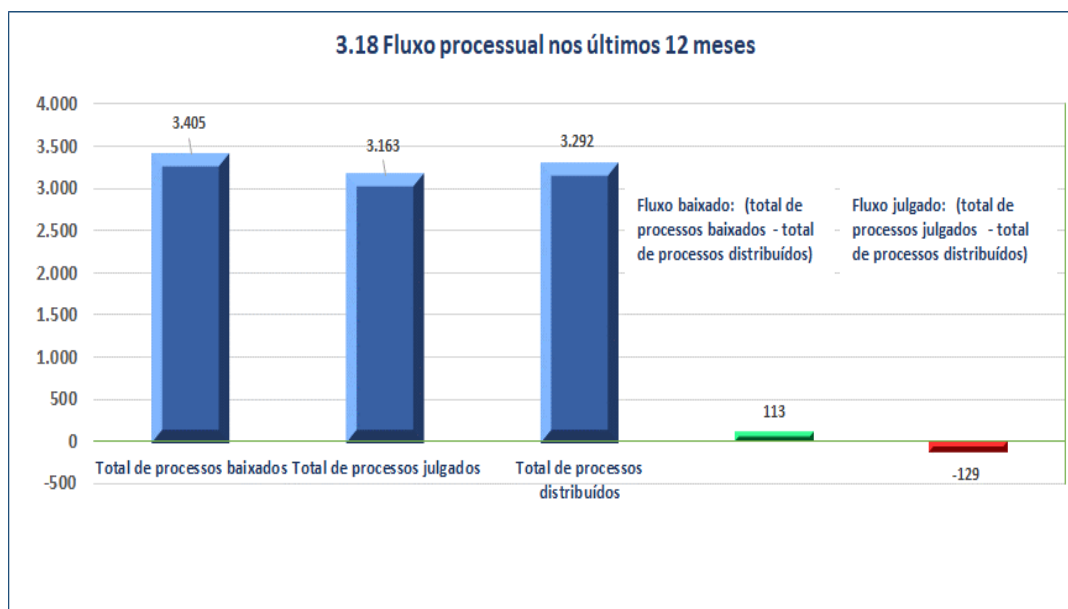


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

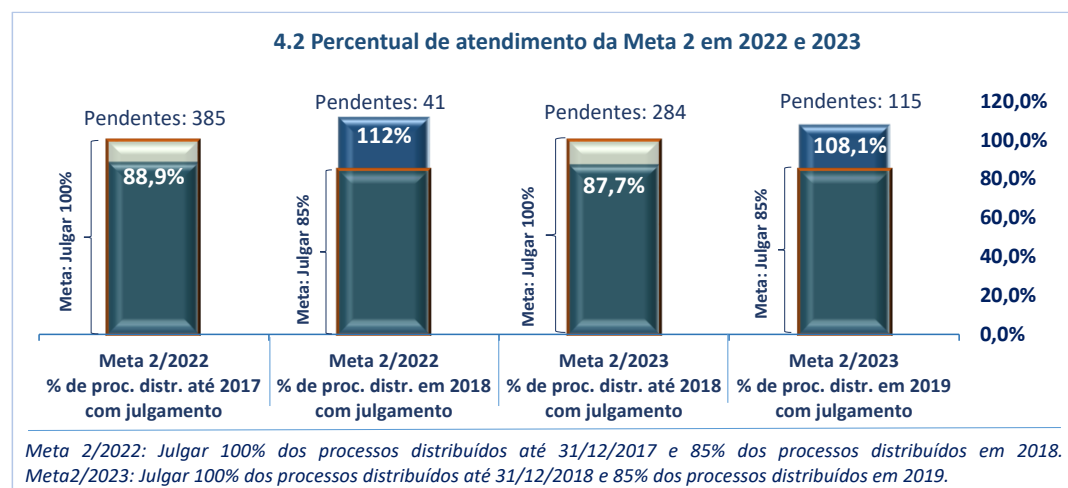
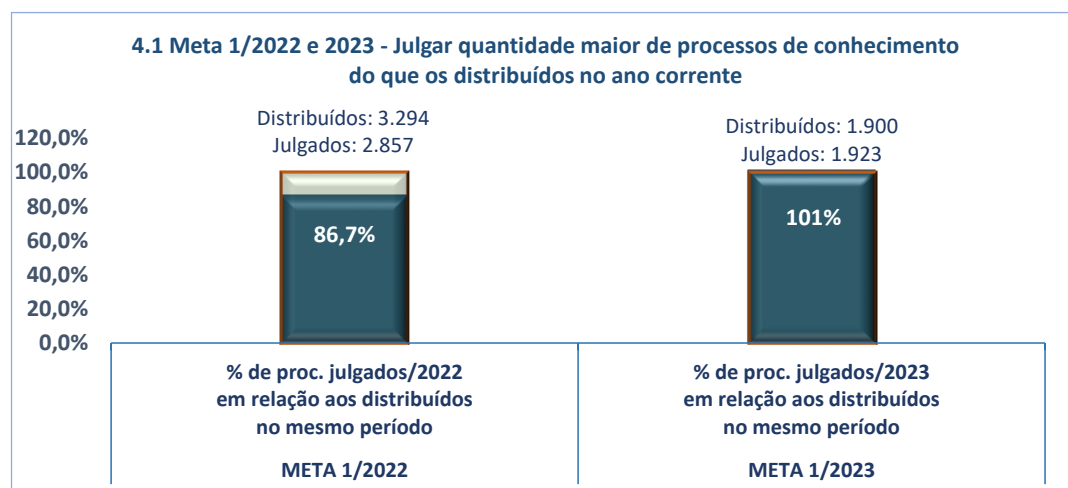
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para revisão	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0

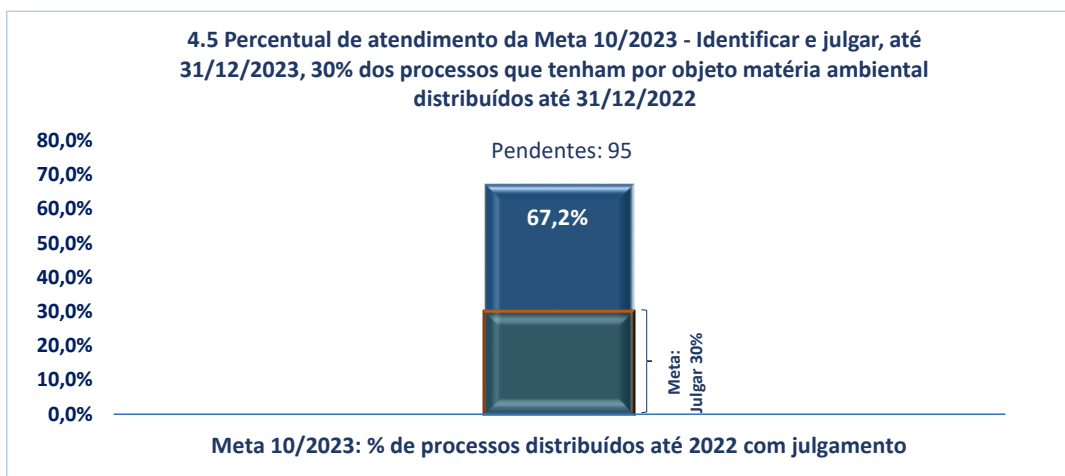
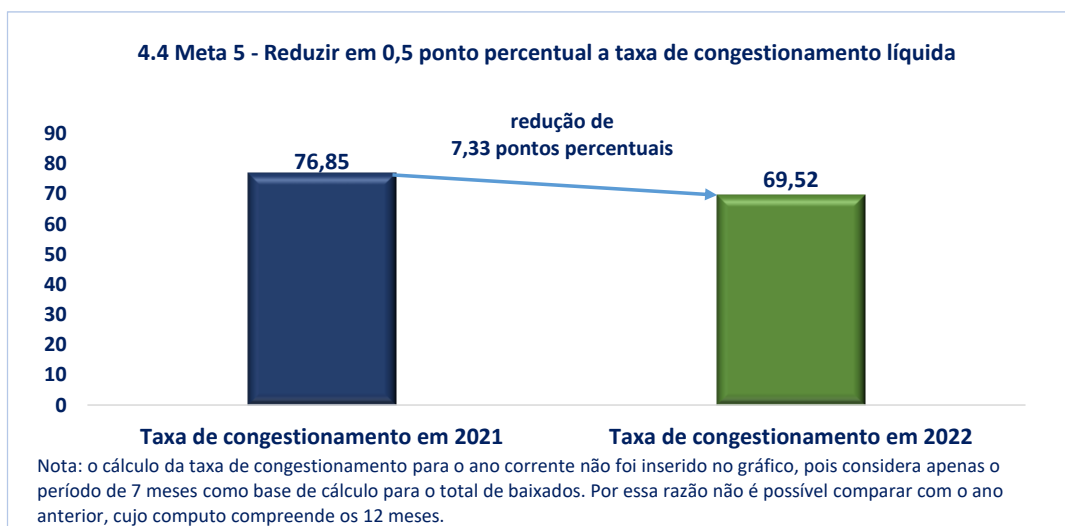
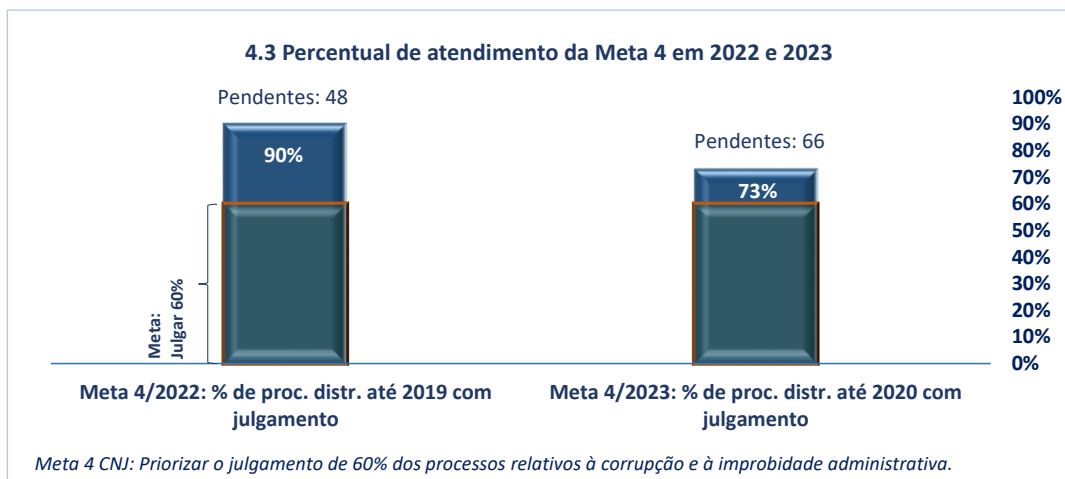
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para revisão	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0



4. METAS





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O plano de gestão da Unidade foi recentemente atualizado a fim de adequação ante a mudança de acervo da 1ª Turma (competência residual) para a 6ª Turma (matéria tributária, direito público entre outros). Quanto à distribuição de trabalho o Gabinete é organizado da seguinte forma: Há duas servidoras responsáveis pelo atendimento ao público, bem como para auxiliar em toda tramitação administrativa do Gabinete. O agente de segurança possui função específica condizente com seu cargo e está à disposição do Desembargador para executá-las. O Assessor, além de suas funções regimentais, é responsável pela análise das pautas de julgamento e todas as suas intercorrências, acompanhando o Magistrado nas sessões. O Assessor II auxilia na análise de pautas, atendimento ao público e minuta de processos de maior complexidade e urgência. O Chefe de Gabinete, além de suas funções regimentais, realiza a gestão pessoal de cada servidor, estuda planos de trabalho, realiza triagem de processos, estudos estatísticos, além de minutar autos judiciais. Em regra, os demais servidores são organizados de acordo com sua capacidade de resposta em razão da matéria. Não há especialização no Gabinete, em razão da dinâmica das matérias, distribuição, retratação e demais recursos. Ao serem distribuídos os processos ao Gabinete, ou remetidos pela Secretaria à conclusão, cabe ao Chefe de Gabinete realizar triagem pormenorizada, atribuindo o processo aos servidores previamente destacados para minutar determinada matéria. Eventuais preferências legais ou metas estipuladas pelo CNJ são destacadas e informadas ao servidor responsável pela minuta, a fim de priorizar sua análise. Etiquetados os processos e remetidos à pasta de trabalho, cada servidor é responsável por, em regra, 4 processos ao dia, a depender da complexidade. As cotas são estabelecidas após reunião entre o Desembargador e o Chefe de Gabinete. Não há cota para processos de improbidade administrativa, ação civil pública ou qualquer outra matéria que exija total comprometimento e foco do servidor dada sua complexidade. Ao final de cada semana os servidores remetem ao Chefe de Gabinete, via e-mail institucional, a relação dos processos minutados. Em caso de descumprimento da meta é sopesado se há algum problema pessoal ou dificuldade com a matéria tratada nos autos. Caso seja notada dificuldades, um servidor é destacado a auxiliar, ou a matéria é trocada. Considerando ser um Gabinete de competência complexa, em que se observa uma dinâmica processual específica, o Chefe de Gabinete, a fim de buscar a melhor prestação jurisdicional, analisa mensalmente a curva estatística específica de cada tipo recursal distribuído. Por vezes, nota-se uma grande quantidade de agravos de instrumento distribuídos, por outras, embargos de declaração, agravo interno e retratação. Assim, a força de trabalho é constantemente redistribuída a fim de minutar o maior número de processos, em mutirões específicos. Todas as ações são avaliadas semanalmente pelo Desembargador e sua assessoria para fins de adequação.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Todos os processos eram sobrestados em Secretaria, tendo que o Gabinete realizar controle via assessoria no tocante às matérias e eventuais julgados dos Tribunais Superiores para o devido julgamento da matéria. A partir da semana em que se preenche esse formulário, o setor de Estatística deste Tribunal modificou a tela inicial do PJe para que todos os Gabinetes visualizem e controlem os processos sobrestados.

5.3 Boas práticas e inovações

A triagem pormenorizada de cada processo auxilia diretamente na otimização da produção do Gabinete. O controle de produtividade dos servidores e as reuniões individuais para identificar dificuldades e resoluções.

5.4 Dificuldades

A falta de servidores é condição que dificulta a melhor prestação jurisdicional. Atualmente a unidade cedeu 3 vagas para auxiliar a criação de novos gabinetes neste Tribunal, o que refletiu diretamente na produção das minutas. Ademais, o fato de estar há apenas 7 meses nesse acervo impõe desafios para adequar com celeridade a equipe à matéria, produzir modelos, bem como dar vazão não só aos muitos processos antigos herdados, como também enfrentar a alta distribuição, notadamente agravos de instrumento urgentes. Ademais, a atual sistemática do PJe é fator que atrapalha a eficiência para minutar os processos. Com a devida triagem é possível separar diversos processos idênticos, que poderiam ser minutados em bloco. Contudo, tal ferramenta só é disponível para decisões monocráticas e despachos. À título de exemplo, quando o Desembargador estava na 1ª Turma foram distribuídos mais de 500 processos idênticos sobre índice de proventos de servidores públicos e foi possível minutar todos em bloco, via sistema Gedpro. Hoje, para realizar a mesma tarefa, o servidor demoraria horas ou dias. Outrossim, em um acervo com muitos processos é essencial a visualização pormenorizada de cada um deles, o que não é possível no sistema PJe. Mesmo com a ferramenta de “etiquetar” a poluição visual é grande e atrapalha a gestão das matérias e urgências. Facilitaria que o gestor da unidade tivesse liberdade para criar pastas para melhor visualização e destaque de prioridades.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Após a Resolução n. 481 do CNJ, a Presidência deste TRF3 atualizou o regramento quanto ao número de servidores em *home office* para a necessária adequação dos trabalhos, ao qual este Gabinete aderiu, sendo certo que a produtividade dos funcionários é alta, mesmo com pouco tempo de contato com as matérias da 6ª Turma.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Atualmente não. Apenas quando requerido pelas partes ou em eventual mutirão realizado por este Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5018503-65.2018.4.03.6100	28/9/2018	Apelação Cível
Aguardando a minuta de outros processos da mesma classe para ser analisado		
5001600-56.2018.4.03.6131	14/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Processo redistribuído para novo gabinete		
5022405-26.2018.4.03.6100	17/4/2019	Apelação Cível
Pautado para sessão de 14/9/23		
0004483-63.2019.4.03.9999	31/7/2019	Apelação/Remessa Necessária
Processo redistribuído para novo gabinete		
0018876-55.2016.4.03.6100	24/5/2019	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0002444-97.2012.4.03.6100	31/7/2019	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0005974-81.2017.4.03.6182	30/5/2019	Apelação Cível
Processo aguardando para ser minutado, após análise de outros mais antigos da mesma classe		
5000437-28.2018.4.03.6006	30/8/2019	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
5008829-63.2018.4.03.6100	17/7/2019	Apelação/Remessa Necessária
Pautado para sessão de 14/9/23		
0017321-03.2016.4.03.6100	31/5/2019	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
5020617-74.2018.4.03.6100	28/6/2019	Apelação Cível
Processo pautado para sessão de 5/10/23		
5002008-20.2017.4.03.6119	3/7/2019	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0004991-97.2014.4.03.6114	17/9/2015	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0007433-79.2008.4.03.6103	2/12/2014	Apelação/Remessa Necessária
Processo aguardando análise de outros da mesma classe para ser minutado		
0011336-10.2003.4.03.6100	16/5/2014	Apelação Cível
Processo sendo analisado e minutado		
0006047-03.2012.4.03.6126	11/2/2015	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0004907-95.2015.4.03.6103	31/10/2018	Apelação/Remessa Necessária

Processo redistribuído para novo gabinete		
0001427-31.2009.4.03.6100	17/1/2013	Apelação Cível
Processo minutado aguardando pauta		
0018723-66.2009.4.03.6100	15/3/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo minutado e retirado da pauta de 10/8/23 para adequação de voto		
0027243-88.2004.4.03.6100	9/5/2016	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0002858-32.2011.4.03.6100	8/9/2014	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0020363-70.2010.4.03.6100	28/3/2011	Apelação Cível
Pautado para sessão de 14/9/23		
0005897-70.2012.4.03.6110	14/3/2017	Apelação Cível
Pautado para sessão de 17/9/23		
0002870-10.2015.4.03.6002	11/7/2016	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0006352-24.2010.4.03.6104	20/10/2015	Apelação Cível
Processo julgado em 24/8/23 aguardando prazo recursal		
0004616-07.2015.4.03.6100	25/8/2016	Apelação Cível
Processo de improbidade administrativa aguardando a minuta de outros da mesma classe para ser analisado		
0001383-63.2011.4.03.6125	27/11/2012	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0001700-14.2008.4.03.6110	20/6/2013	Apelação Cível
Pautado para sessão de 14/9/23		
0000719-51.2009.4.03.6109	3/7/2013	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0001505-48.2007.4.03.6115	26/10/2009	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0001551-42.2009.4.03.6123	18/8/2011	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0002337-61.2000.4.03.6104	28/11/2011	Apelação/Remessa Necessária
Processo redistribuído para novo gabinete		
0001863-14.2005.4.03.6105	25/9/2008	Apelação Cível
Processo com despacho aguardando manifestação da União		
0027159-54.2009.4.03.9999	30/7/2009	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		

0079840-21.1997.4.03.9999	21/11/1997	Apelação/Remessa Necessária
Processo sendo minutado		
0029394-76.1994.4.03.6100	20/8/1997	Apelação Cível
Processo sendo minutado com prioridade		
0514928-31.1995.4.03.6182	1º/12/2008	Apelação/Remessa Necessária
Processo sendo minutado		
0010659-59.1999.4.03.9999	22/4/1999	Apelação/Remessa Necessária
Processo sendo minutado		
0024577-17.2004.4.03.6100	8/8/2007	Apelação Cível
Processo sendo minutado		
0000748-60.2002.4.03.6105	23/9/2005	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0008974-41.2008.4.03.6106	8/3/2010	Apelação Cível
Processo despachado, aguardando prazo para manifestação da parte autora		
0004599-98.2016.4.03.0000	21/3/2016	Agravo de Instrumento
Processo redistribuído para novo gabinete		
0010428-60.2016.4.03.0000	14/6/2016	Agravo de Instrumento
Processo redistribuído para novo gabinete		
0015417-12.2016.4.03.0000	29/8/2016	Agravo de Instrumento
Processo redistribuído para novo gabinete		
5000981-60.2016.4.03.0000	27/7/2016	Agravo de Instrumento
Processo redistribuído para novo gabinete		
5001248-61.2018.4.03.0000	31/1/2018	Agravo de Instrumento
Processo minutado aguardando pauta		
0008982-54.2015.4.03.6144	19/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Processo redistribuído para novo gabinete		
0010497-79.2008.4.03.6109	5/1/2011	Apelação Cível
Processo de planos econômicos com autocomposição infrutífera, sobrestado por determinação do STF		
0011994-31.2008.4.03.6109	19/4/2011	Apelação Cível
Processo de expurgos inflacionários, para habilitação de herdeiros, e sobrestado		
0025399-84.2015.4.03.0000	3/11/2015	Agravo de Instrumento
Processo julgado em 24/8/23		
0002457-92.2019.4.03.9999	15/3/2019	Apelação Cível
Processo minutado aguardando pauta de julgamento		
5010200-92.2019.4.03.0000	25/4/2019	Agravo de Instrumento

Redistribuído por prevenção ao Gabinete da Desembargadora Federal Giselle França		
0066373-67.2003.4.03.6182	22/9/2020	Apelação Cível
Pautado para sessão de 28/9/23		
5006389-31.2017.4.03.6100	21/2/2020	Apelação/Remessa Necessária
Pautado para sessão de 14/9/23		
5025509-90.2018.4.03.0000	10/10/2018	Agravo de Instrumento
Agravo de instrumento com decisão de prejudicialidade do recurso aguardando prazo para recurso		
5026976-36.2020.4.03.0000	29/9/2020	Agravo de Instrumento
Processo sendo minutado		
5000422-66.2017.4.03.6112	19/5/2021	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
5001761-56.2018.4.03.6102	18/5/2021	Apelação Cível
Processo redistribuído		
0000951-11.2014.4.03.6005	3/11/2020	Apelação Cível
Processo sendo minutado para inclusão em pauta de julgamento		
5020200-83.2021.4.03.0000	31/8/2021	Conflito de competência cível
Processo minutado e retirado da pauta de 5/9/23 para adequar o voto		
5022557-36.2021.4.03.0000	27/9/2021	Conflito de competência cível
Processo minutado e retirado da pauta de 5/9/23 para adequação do voto		
0022925-09.2016.4.03.0000	4/8/2020	Mandado de Segurança Cível
Processo aguardando análise de outros urgentes para ser minutado		
5027916-64.2021.4.03.0000	9/11/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo sendo minutado		
0006747-55.2006.4.03.6104	21/8/2019	Petição Cível
Processo sendo minutado		
5007649-37.2022.4.03.0000	16/3/2022	Conflito de competência cível
Processo sendo minutado		
5006965-24.2017.4.03.6100	6/7/2017	Apelação Cível
Processo sendo minutado com prioridade		
0012851-90.2016.4.03.0000	13/7/2016	Agravo de Instrumento
Processo redistribuído		
5008467-62.2017.4.03.0000	7/6/2017	Agravo de Instrumento
Processo sendo minutado		
0001638-26.2012.4.03.6112	12/11/2015	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		

0022907-42.2011.4.03.6182	15/4/2014	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		
0003849-98.2013.4.03.6112	16/11/2016	Apelação Cível
Processo redistribuído para novo gabinete		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0001383-63.2011.4.03.6125	0001427-31.2009.4.03.6100	0002444-97.2012.4.03.6100
0002457-92.2019.4.03.9999	0002858-32.2011.4.03.6100	0002870-10.2015.4.03.6002
0004616-07.2015.4.03.6100	0005974-81.2017.4.03.6182	0006747-55.2006.4.03.6104
5007649-37.2022.4.03.0000	5018503-65.2018.4.03.6100	5020617-74.2018.4.03.6100
5022405-26.2018.4.03.6100	5022557-36.2021.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

5000885-42.2020.4.03.6002	5021794-34.2022.4.03.6100	5030208-21.2022.4.03.6100
---------------------------	---------------------------	---------------------------

c) Incluir em julgamento em até 30 dias (medidas urgentes – excesso de tramitação acima de 60 dias):

0022925-09.2016.4.03.0000

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0007433-79.2008.4.03.6103	5022152-33.2021.4.03.6100
---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada no dia 18/10/2023, às 16h, pelo Desembargador Federal Valdeci dos Santos e, após, pelos assessores Thiago Barcelos Marques e Caram Tannus.

De acordo com as informações prestadas pelos assessores à equipe de inspeção, o Desembargador Federal Valdeci dos Santos assumiu o Gabinete recentemente, em janeiro de 2023, oriundo de outra Turma, com competência diversa.

Informaram que de início foi realizada a triagem dos processos, já finalizada. Comparativamente com a situação existente no Gabinete anterior, houve considerável aumento de acervo, além da necessária adaptação dos servidores às novas matérias.

Recentemente passaram a trabalhar com especialização dos servidores por matéria, respeitadas as habilidades de cada um, o que se mostrou necessário diante da realidade apresentada, que não permitiria manter a organização de trabalho

anteriormente praticada. Na implementação de mudanças prezam, sempre, pela preservação do bom ambiente de trabalho.

Também quanto ao acervo, registraram que o Gabinete passou por sucessivas trocas de titularidade desde o ano de 2018, gerando um trabalho sem continuidade e o acúmulo de número considerável de processos com elevada complexidade, pendentes de julgamento ou da análise de medidas de urgência. Tudo isso tem dificultado a evolução das atividades.

Relataram inúmeras dificuldades no uso do PJe, dentre as quais: a) a organização por etiquetas, exigindo muitas delas, o que gera uma visualização poluída do processo; b) ausência de ferramentas adequadas para localização dos processos, a exemplo dos inclusos na Meta 2; c) falta de acesso a relatórios para gerenciamento, diversos daqueles disponibilizados pela equipe de estatística do Tribunal, merecendo destaque, no ponto, a impossibilidade de controle da produtividade dentro do próprio sistema.

Ainda no tocante ao PJe, o Gabinete enfrenta obstáculos para a criação e edição de minutas, incluindo pesquisa de modelos. Utilizam como editor de texto o Word, com modelos salvos na plataforma Teams, afirmando que tal rotina é adotada por força da fragilidade e das inconsistências verificadas no PJe.

Quanto à organização do trabalho, mencionam a priorização, por ora, do aumento da produtividade, em detrimento de uma maior atenção aos processos mais antigos. Entretanto, são minutados de imediato processos urgentes que envolvam perecimento de direito, assim como pedidos de liminar.

Os processos sobrestados em razão da afetação pelos temas estão sendo triados, para uma melhor organização. Nessa triagem, verificado que o tema já foi julgado, estão sendo feitas as minutas, com prioridade para processos relativos a expurgos inflacionários, em razão dos acordos propostos.

Há muitos embargos de declaração para julgamento, na sua maioria anteriores à troca de titularidade do Gabinete. Foi destacado um servidor para minutá-los. Não há acervo significativo de agravos internos.

Diante da recente chegada ao Gabinete e das dificuldades iniciais já relatadas, por ora a equipe não trabalha com preocupação em manter-se em igualdade de resultados em relação aos demais Gabinetes da Turma ou Seção, inclusive quanto aos tempos médios.

Sempre procuram seguir as recomendações das inspeções passadas, o que não se deu ainda com esse Gabinete, em exercício há menos de 1 ano.

De se destacar que o Gabinete, que atua no acervo inspecionado há cerca de 9 meses, já vê resultados positivos, como redução do número de processos e elaboração de modelos, bem como adaptação do plano de gestão anteriormente aplicado, a fim de melhorar a qualidade das decisões.

Digno de registro é o esforço de toda a equipe na adaptação às novas matérias e ao acervo recebido, com todas as suas particularidades, desde a mudança de Gabinete.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 3.984 para 4.556.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.118 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.883.

Merece ser referido que por força da Resolução PRES 632/2023, em agosto de 2023 houve redistribuição de 20% do quantitativo de processos existente em 30/6/2023, para composição do acervo inicial do 5º Gabinete da Sexta Turma.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 528, na última inspeção, para 236, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 24 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 6ª Turma, equivale a 30 meses. Trata-se de indicador que merece destaque positivo, pois inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Estabelecer plano de ação para julgamento de processos incluídos em metas estabelecidas pelo CNJ, em especial no que se refere à Meta 2, com prioridade;
- c) Diante do aumento do acervo verificado em 2/2022, apesar da redistribuição parcial ocorrida por força da Resolução PRES 632/2023, uma vez superadas as dificuldades iniciais relatadas pelo Gabinete, dar continuidade às estratégias adotadas, objetivando a gradativa redução do quantitativo de processos conclusos para julgamento;
- d) Prosseguir reportando à equipe técnica as dificuldades encontradas na utilização do PJe, encaminhando sugestões de melhorias com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema em face das necessidades existentes e atuando de forma colaborativa com os demais gabinetes, para que todos possam se apropriar e fazer o melhor uso das ferramentas existentes, se for o caso solicitando treinamento para a equipe;

e) Manter as boas práticas, sem descuidar do constante aprimoramento dos processos de trabalho.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL GISELLE FRANÇA

**Gabinete da Desembargador Federal Souza Ribeiro – respondido em 28/8 a 8/9/23
– 1ª Fase**

Atualmente: DF Giselle França a partir de 11/9/23

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Giselle França

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

6ªTurma/2ª Seção/Órgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 11/9/2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Débora Zalc - Assessora e Andréa Werle de Abreu – Chefe de Gabinete

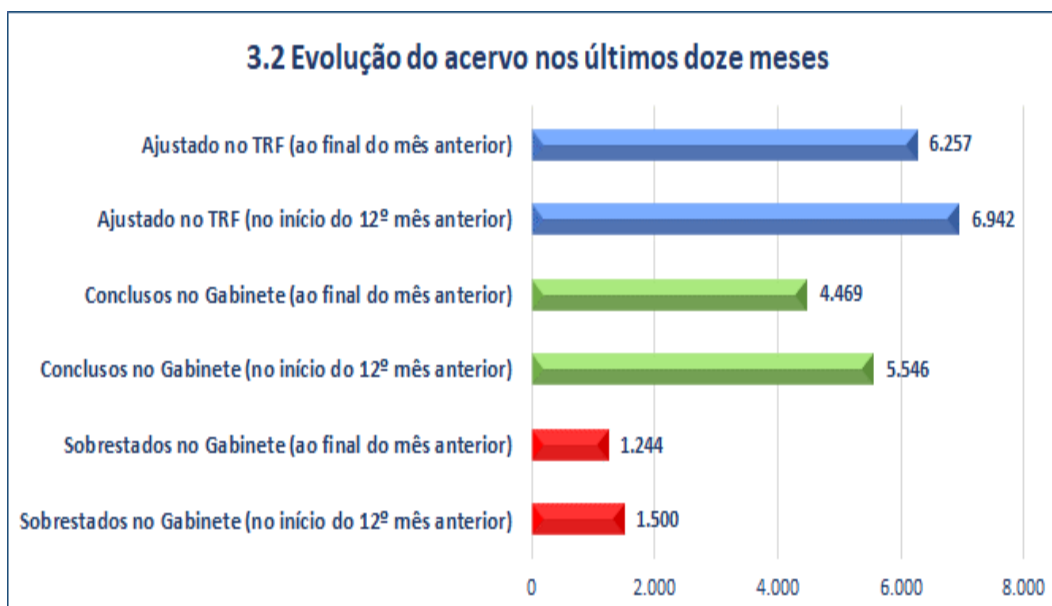
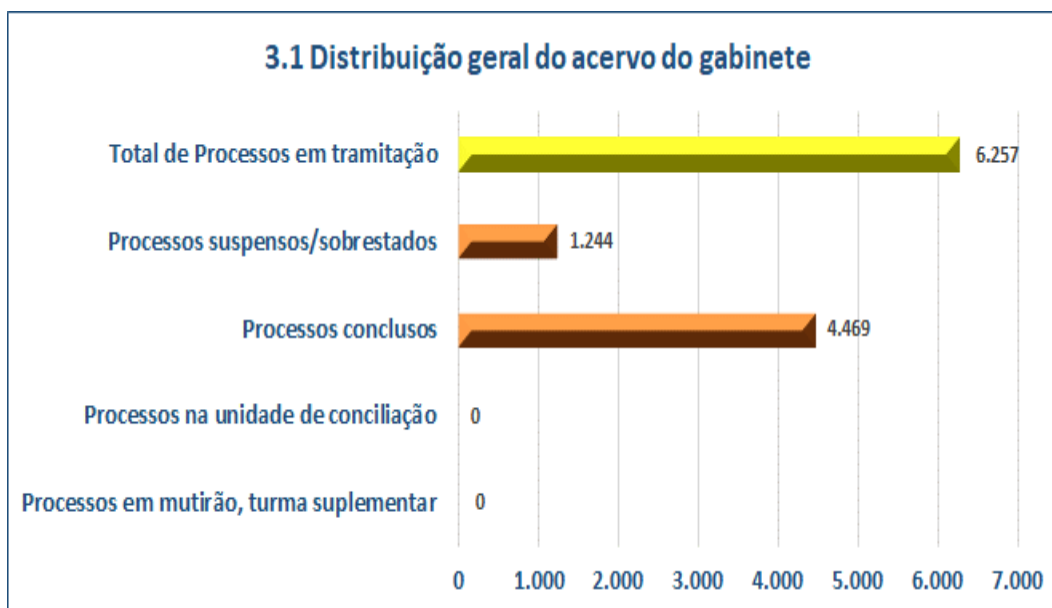
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	8

3. DADOS ESTATÍSTICOS

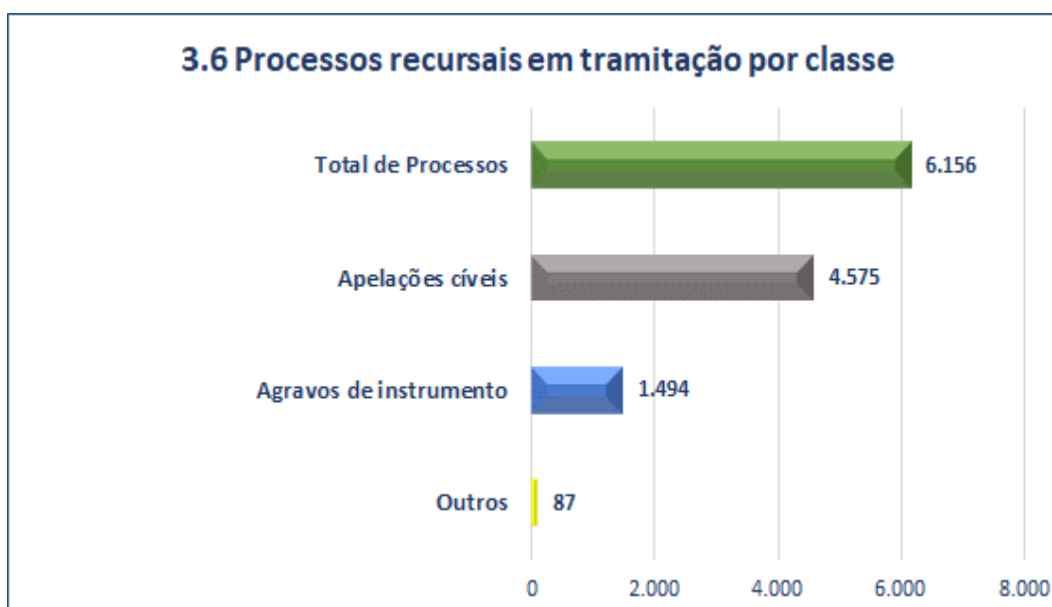


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	99
Mandados de segurança	8
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	42
Reclamações	1
Ações rescisórias	27
Outros	21

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.156
Recursos em mandados de segurança coletivos	16
Recursos em ações populares	6
Recursos em ações de improbidade administrativa	39
Recursos em ações civis públicas	54
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	325
Outros	5.722

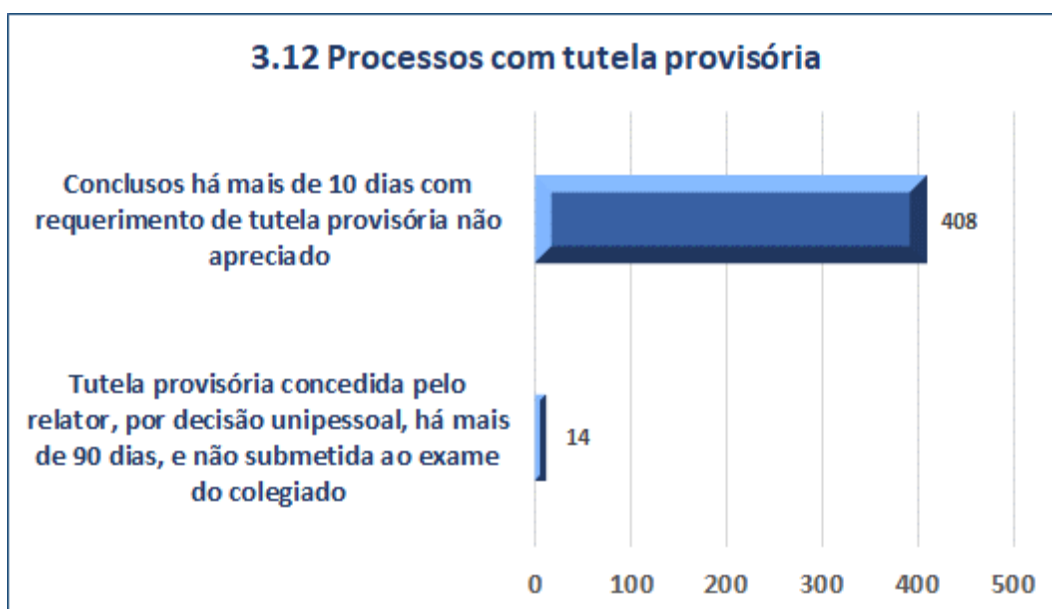
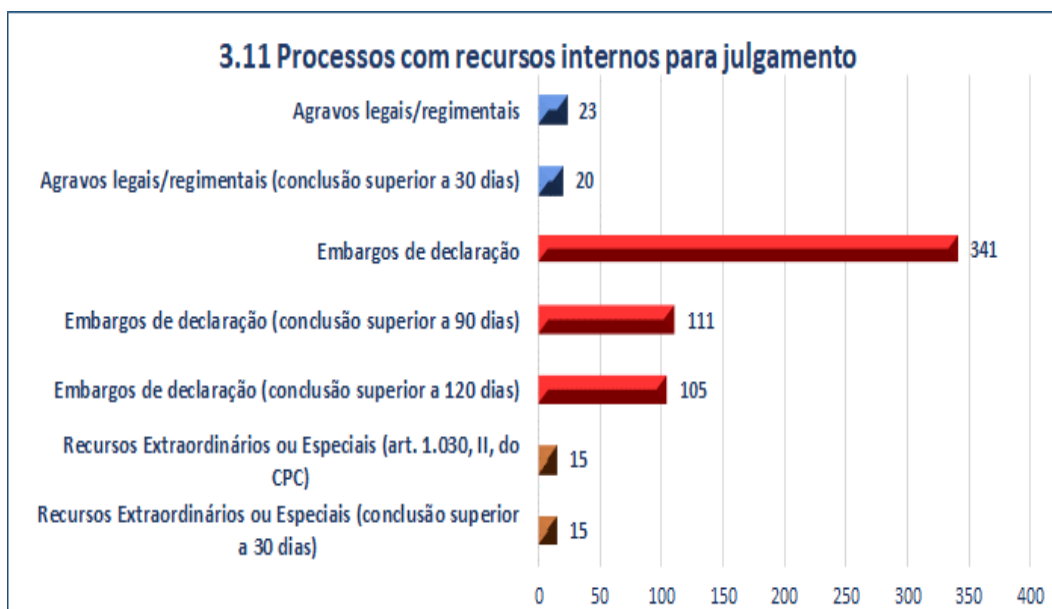


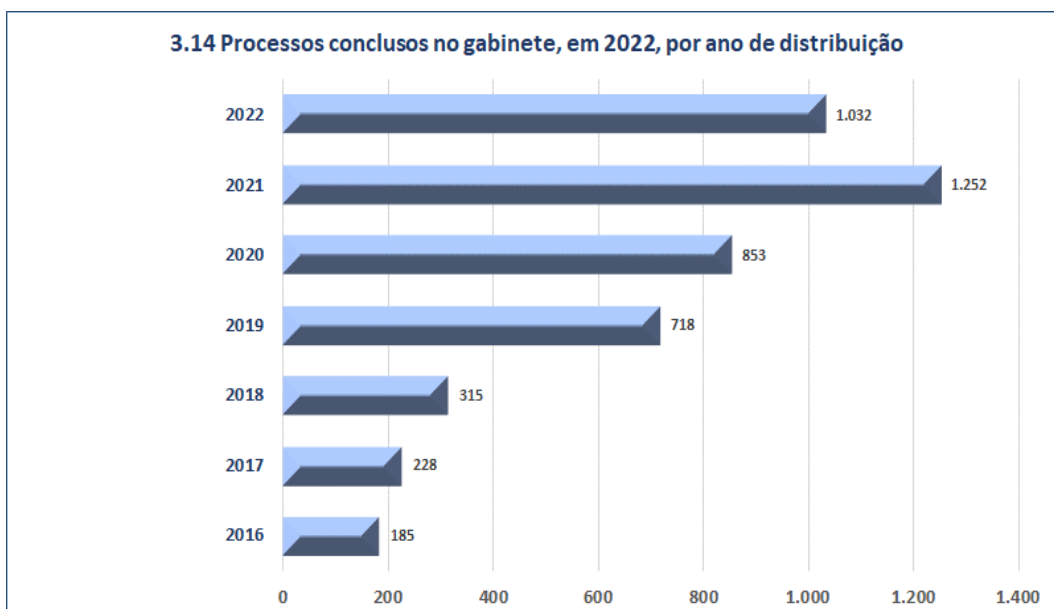
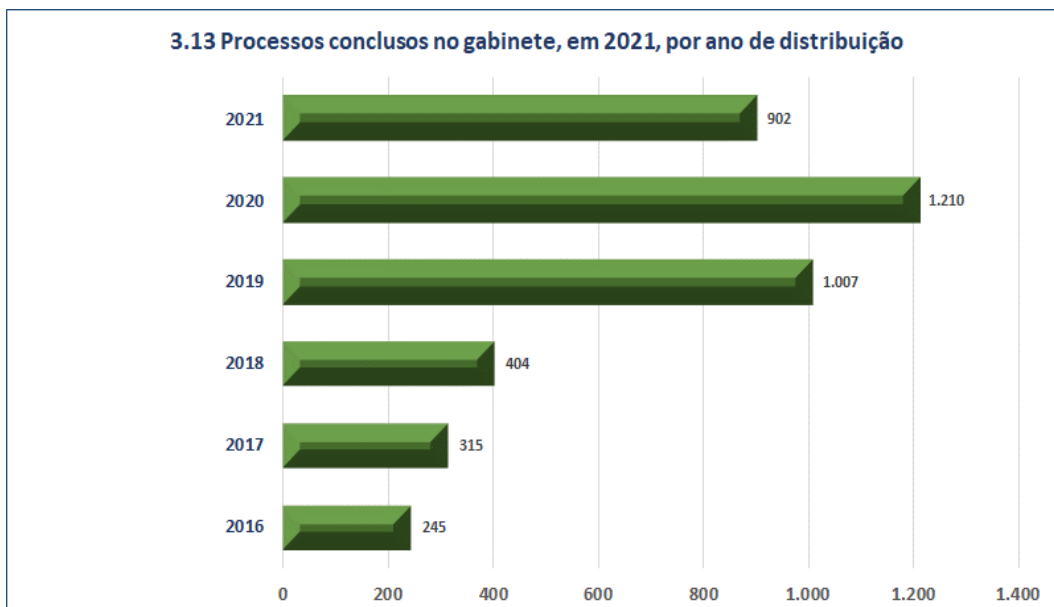
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	1

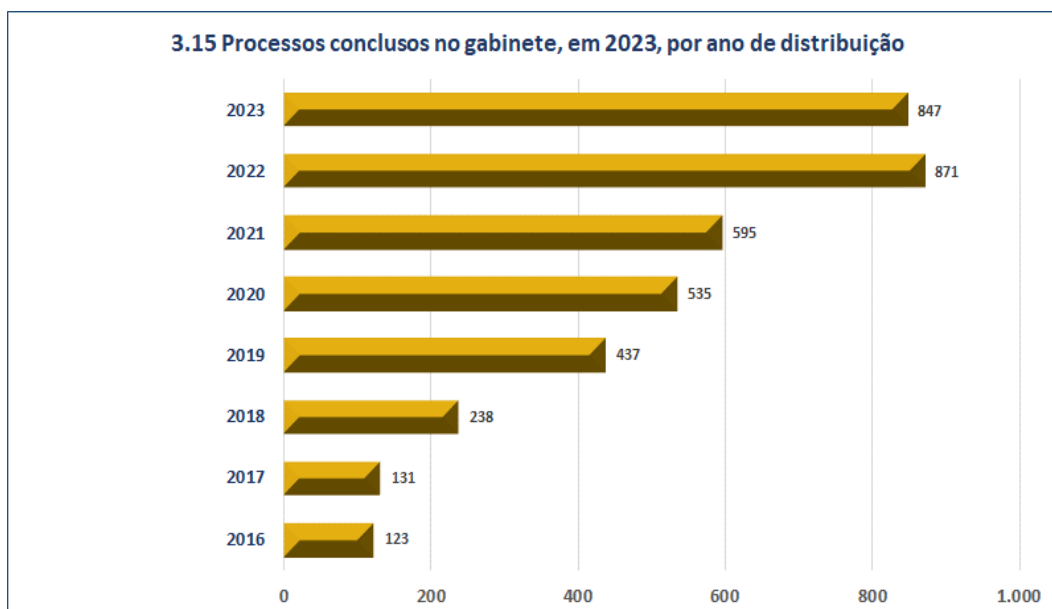
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	1
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por arguição de inconstitucionalidade	0
Por recurso especial	0
Por recurso extraordinário	0





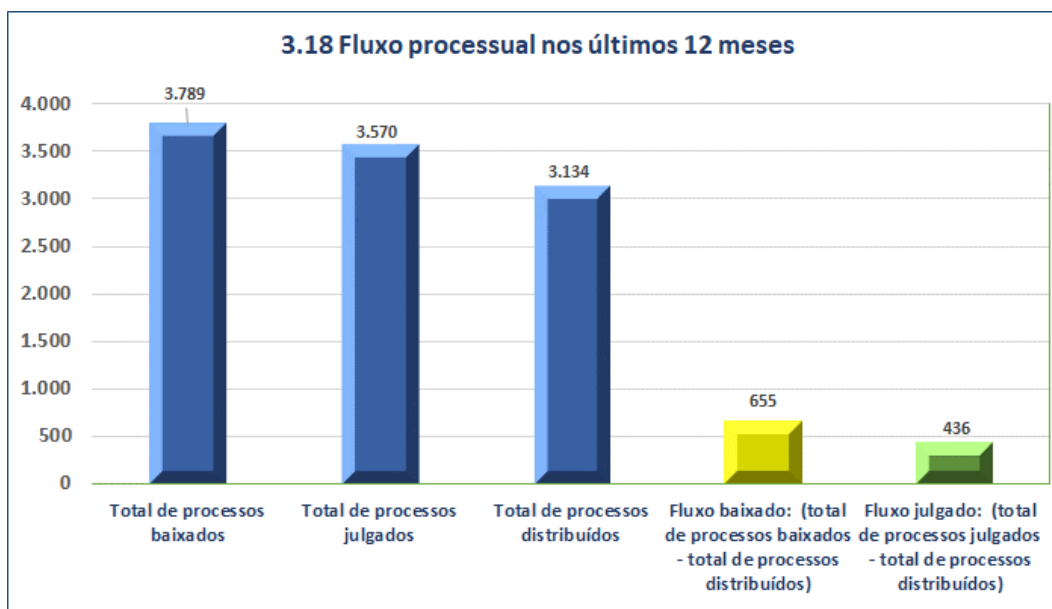


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

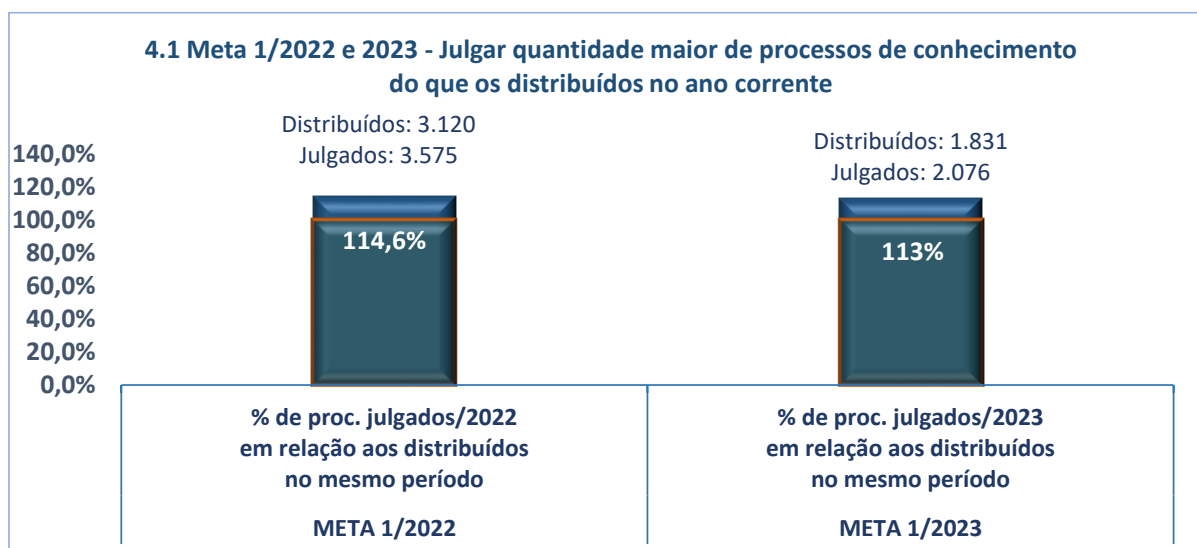
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	7
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	7
Remetidos para declaração de voto	0

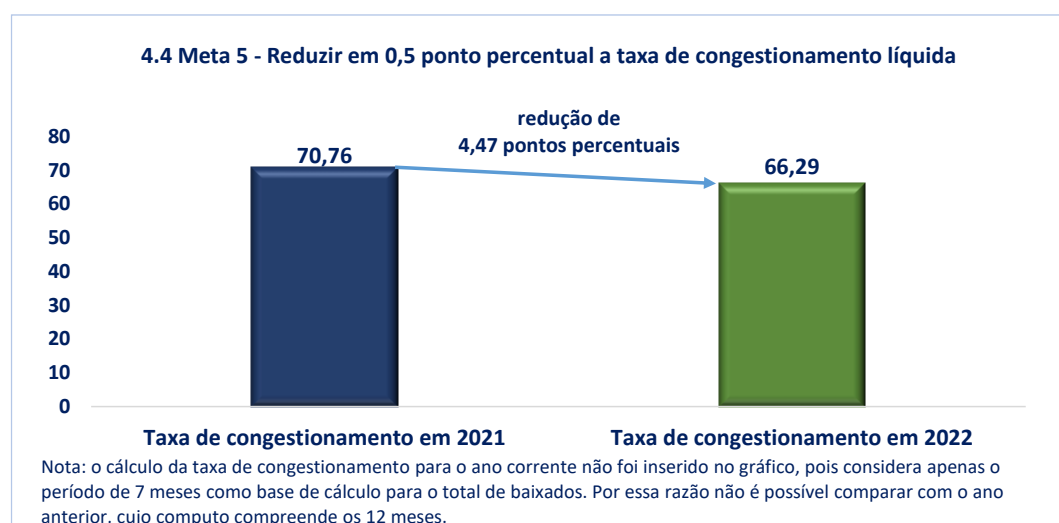
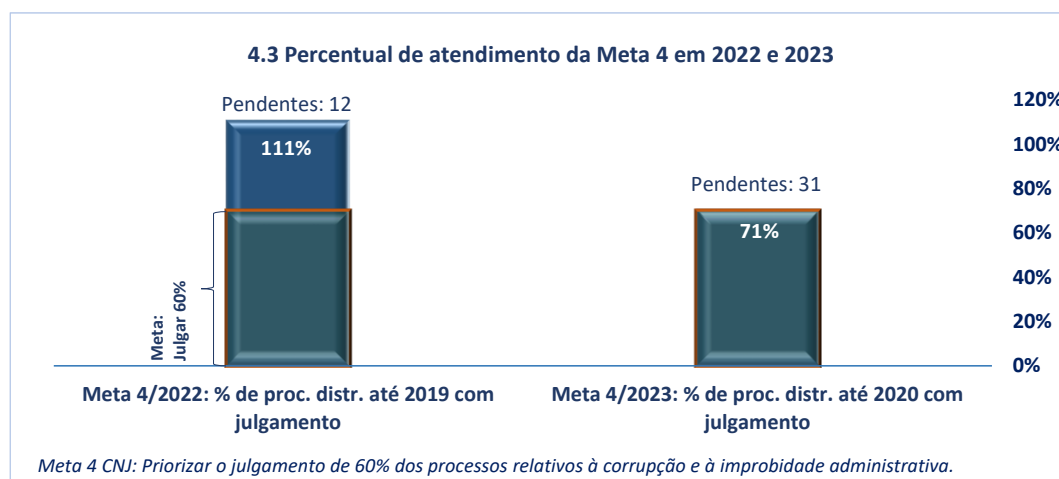
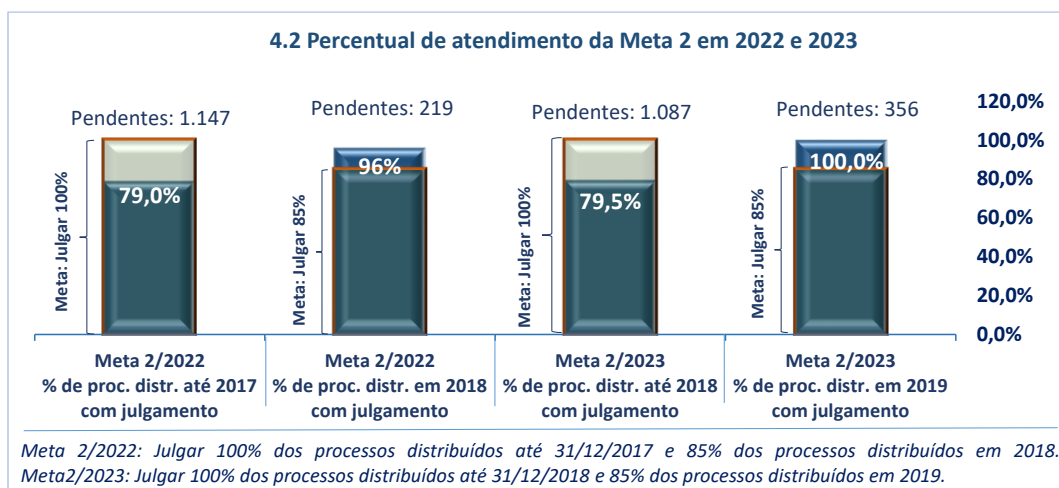
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

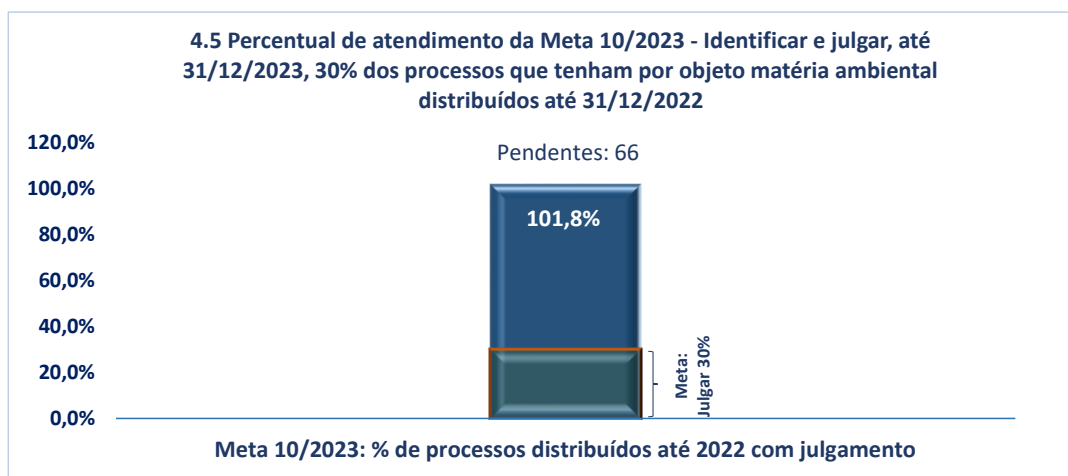
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para revisão	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. A unidade possui um servidor para o exercício de funções administrativas, o qual efetua o levantamento dos dados relativos aos processos e controla, através de planilhas, a produtividade dos servidores. A assessora II separa os processos de acordo com o trabalho a ser executado (despacho/minuta/voto) e os distribui em pastas próprias organizadas pelo sistema PJe, conforme classes da matéria cadastrada e assuntos a serem julgados. Os demais servidores elaboram minutas de votos, existindo, dentre eles, um grupo de 4 servidores que atuam também em sede de tutelas de urgência. A partir de maio/2023, houve uma mudança de direcionamento e redistribuição dos trabalhos com o fito de buscar a especialização por assunto/matéria, visando tornar mais célere e com maior qualidade as minutas propostas. O Assessor e a Chefe de Gabinete auxiliam o Desembargador Federal nas sessões de julgamento, na revisão e confecção de minutas atinentes aos processos, bem como nas reuniões periódicas com toda a equipe com vistas à avaliação dos trabalhos desenvolvidos, bem assim das novas orientações sobre os entendimentos da E. Des. Federal. Com vistas à diminuição do tempo de duração para o julgamento dos processos, designou-se três servidores para o enfrentamento dos processos - Meta 2 - e as ACP (Improbidade e Ambiental). Salienta-se que a partir do mês de maio/2023, houve, também, um esforço concentrado para otimizar o julgamento dos recursos internos pendentes de julgamento e, a partir daí, um controle mais direto sobre esses recursos internos interpostos. De forma contínua e constante, são verificadas as necessidades para o enfrentamento do acervo, com eventuais mudanças de estratégia, se necessário, para uma melhor distribuição das tarefas e um trabalho permanente de atualização do banco de dados, através da ferramenta TEAMS, com atualizações dos entendimentos e modelos das teses a serem aplicadas.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos é realizado através da classificação do assunto/matéria e

pela identificação do TEMA afetado através de Etiqueta própria no PJe. Os autos ficam sobrestados na Subsecretaria e, atualmente, essa tarefa encontra-se com visibilidade no painel PJe do Gabinete. Tão logo, julgado o respectivo Tema, solicitamos à UN2A o dessobrestamento dos feitos, a ele inerentes, e, passa-se para análise e elaboração das respectivas minutas.

5.3 Boas práticas e inovações

- Levantamento do acervo existente, com a devida classificação dos processos por Assuntos e Teses; - Separação dos processos por agrupamentos - Teses: PROCESSOS: TRIBUTÁRIO - FISCAL - ADMINISTRATIVO/CONSTITUCIONAL - AGRAVO - ACP; - Distribuição do acervo existente para cada servidor no âmbito do assunto a que este esteja mais ambientado; - Incentivo aos Servidores para participação em cursos e palestras que envolvam as áreas dos assuntos atinentes às atividades exercidas. - Mapeamento constante dos recursos internos interpostos (Agravos Internos e Emb. Declaração) a fim de que sejam julgados dentro do prazo de 30 dias.

5.4 Dificuldades

1) Diversificação dos temas e complexidade das matérias a serem analisadas; 2) Quantidade expressiva de processos distribuídos, com pedido de tutela recursal, os quais demandam análise em caráter de urgência (Agravos de Instrumento, Suspensão de Apelação, IDPJ); 3) Dificuldade na pesquisa de precedentes junto às buscas realizadas através do sistema PJe.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Hoje, tendo em vista a atual regulamentação do Teletrabalho no TRF3, o gabinete adota o percentual máximo diário de 30% do quadro permanente da unidade em trabalho não presencial. Temos somente uma servidora em Teletrabalho integral, de modo que, diariamente, em sistema de rodízio permaneçam no trabalho presencial 70% dos servidores. O TNP (aprovado) pela Administração e seu devido controle efetuado através do ponto eletrônico. A meta de produtividade é estabelecida pelo grau de complexidade dos processos em análise. A média atual de produtividade está em 1,5 processos-dia, contudo diante da nova metodologia aplicada no plano de gestão pretendemos alcançar o patamar como meta de 3 processos-dia e, sendo que para quem está no TNP integral a meta será de 4 processos-dia. O acompanhamento além de ser realizado de forma interna, verificada através do login do servidor e, pela atribuição dos respectivos processos para cada um, também, é feito pelo sistema B.I. através do portal de transparência do TRF3, podemos acompanhar a evolução dos trabalhos e os índices de atingimento das Metas.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O estímulo à conciliação segue o Plano Estratégico do TRF3. A CECON ao solicitar um determinado grupo de processos (matéria ou assunto), nos envia uma relação a qual é imediatamente disponibilizada àquele Setor. Contudo, depreende-se, que em vista a Competência atinente à 2ª Seção (direito público) sua aplicação não tem um resultado tão satisfatório esperado.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5002564-88.2017.4.03.6000	14/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5003829-07.2017.4.03.6104	27/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5000233-72.2018.4.03.6106	11/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5000047-78.2016.4.03.6119	12/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5000197-76.2017.4.03.6005	10/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5001564-32.2017.4.03.6104	10/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5008477-08.2018.4.03.6100	26/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5002454-46.2018.4.03.6100	18/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5001860-85.2017.4.03.6126	2/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5001452-63.2017.4.03.6104	30/5/2018	Apelação Cível

Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5002067-16.2018.4.03.6105	5/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0019498-18.2008.4.03.6100	24/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0034637-44.2007.4.03.6100	23/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0010808-53.2015.4.03.6100	17/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0012768-16.2017.4.03.9999	9/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0010123-82.2013.4.03.6143	9/11/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0004306-38.2010.4.03.6112	29/1/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0021462-41.2011.4.03.6100	29/4/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0010278-65.2010.4.03.6119	9/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0019156-75.2006.4.03.6100	19/10/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0027406-29.2008.4.03.6100	21/9/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0015194-65.2001.4.03.6182	1º/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0005843-68.2007.4.03.6114	28/2/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento		

seja realizado com presteza.		
0005814-65.2009.4.03.6108	3/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0011381-57.2007.4.03.6105	22/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0050008-98.2004.4.03.6182	14/1/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0025956-09.2002.4.03.6182	10/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0015421-06.2008.4.03.9999	10/4/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
1200441-26.1998.4.03.6112	27/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0008170-58.1989.4.03.6100	15/9/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5002250-78.2019.4.03.6128	27/2/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 14/8/2023		
5001430-77.2020.4.03.6143	6/7/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática.		
5017954-17.2021.4.03.0000	5/8/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5029052-33.2020.4.03.0000	22/10/2020	Reclamação
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5009398-36.2020.4.03.6119	28/6/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5000701-16.2021.4.03.6111	17/9/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0022922-54.2016.4.03.0000	26/2/2020	Mandado de Segurança Cível

Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0060984-37.1995.4.03.6100	1º/9/1997	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0017360-35.1995.4.03.6100	19/6/1997	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0674831-96.1991.4.03.6100	18/9/1998	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0018494-87.2001.4.03.6100	26/2/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5010592-61.2021.4.03.0000	12/5/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0010745-77.2005.4.03.6100	17/9/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0009413-47.2007.4.03.9999	7/5/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: incluído em pauta de julgamento em 14/9/23		
5024802-20.2021.4.03.0000	15/10/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: proferida decisão para remessa dos autos à Vice Presidência em face da interposição de Recurso Ordinário.		
0016155-34.1996.4.03.6100	28/3/2001	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0000873-57.2005.4.03.6126	6/4/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5030780-41.2022.4.03.0000	11/11/2022	Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
0011437-66.2011.4.03.6100	15/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5001993-75.2017.4.03.0000	16/3/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		

0010240-71.2014.4.03.6100	18/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0048258-41.2008.4.03.0000	28/8/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5004448-26.2020.4.03.6105	1º/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. (Agravo Interno)		
5011436-83.2017.4.03.6100	6/4/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
0004451-05.2016.4.03.6106	9/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5001610-64.2018.4.03.6143	8/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5015476-07.2019.4.03.0000	17/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5016347-37.2019.4.03.0000	26/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5021395-74.2019.4.03.0000	21/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5008686-74.2018.4.03.6100	28/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5000190-47.2023.4.03.0000	9/1/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5031872-54.2022.4.03.0000	25/11/2022	Conflito de competência cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
5028336-40.2019.4.03.0000	30/10/2019	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: iniciado o julgamento em 4/4/2023, foi solicitado vistas pelo E. Des. Fed. Nery Junior - julgamento suspenso.		

0007213-61.2006.4.03.6100	10/9/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: iniciado o julgamento em 11/5/23, pediu vista dos autos o Des.Fed. Mairan Maia. Julgamento suspenso.		
0003451-87.2015.4.03.6143	1º/6/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
0006730-63.1999.4.03.6104	5/3/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza.		
5001135-56.2017.4.03.6107	30/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado, com ED solicitando a juntada do Voto Vencido. Vista à parte.		
5013814-12.2017.4.03.6100	15/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza		
0000852-18.2003.4.03.6105	4/10/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: em diligência ao juízo de origem para fornecimento de cópias digitalizadas de peças tidas como ilegíveis.		
5007690-64.2018.4.03.6104	19/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. (Emb.Declaração)		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados, todos são eletrônicos/digitalizados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0008170-58.1989.4.03.6100	0010123-82.2013.4.03.6143	1200441-26.1998.4.03.6112
5000233-72.2018.4.03.6106	5008686-74.2018.4.03.6100	5030780-41.2022.4.03.0000
5001993-75.2017.4.03.0000		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (Embargos de declaração - Excesso na tramitação acima de 45 dias):

0000852-18.2003.4.03.6105	5007690-64.2018.4.03.6104
---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada no dia 23/10/2023, pela Desembargadora Federal Giselle França e, após, pelas servidoras Deborah Zalc, Andréia Werle de Abreu e Rachel Trevelato Gasparini.

A Desembargadora Federal assumiu o Gabinete recentemente, em 11/9/2023. Referiu que o trabalho iniciou com a identificação e triagem dos processos mediante a etiquetagem, aproveitando-se parte da triagem feita pela equipe anterior. Além disso, foram identificados processos da última inspeção para verificação de pendências, despachadas as petições não analisadas e organizados os processos sobrestados pelo art. 942 do CPC para conclusão do julgamento.

Feito isso, partiu-se para a elaboração de minutas a fim de conhecer as competências e habilidades dos servidores, para posterior definição da distribuição do trabalho.

Identificados os perfis, os servidores foram divididos em equipes, por matéria, a saber: equipe de agravo de instrumento, com 4 servidores; agências reguladoras e conselhos, com 2 servidores; PIS/COFINS, com 3 servidores; retratações, ensino superior, processos administrativos e Ações Cíveis Públicas, com 1 servidor para cada uma delas, tudo mediante supervisão das assessoras. Cada equipe é responsável pela análise dos embargos de declaração afetos aos processos de sua atribuição. Os 2 estagiários colaboram na triagem e análise de questões processuais, para saneamento dos processos.

Também foi realizado mutirão para julgamento de embargos de declaração e apreciação de pedidos de antecipação de tutela em agravos de instrumento ou ações originárias pendentes, bem como análise de processos de natureza repetitiva e menos complexos, além da elaboração dos primeiros modelos de forma colaborativa entre gestores e servidores.

Na fase atual, com o Gabinete organizado, os próprios servidores buscam nas etiquetas os processos para minutar.

Atualmente a unidade possui 14 servidores. A equipe é nova, apenas a Chefe de Gabinete acompanhou a Desembargadora, oriunda da primeira instância. As funções existentes na unidade são 1 CJ-3, 1 CJ-2, 1 CJ-1, 4 FC-4 e 8 FC-3. As 3 assessoras coordenam as equipes e colaboram na elaboração de minutas, assim como nas questões de pessoal. A Desembargadora analisa as minutas, debate e orienta as correções.

São distribuídos diariamente às equipes os agravos com pedido de efeito suspensivo, para imediata análise. No início cerca de 300 estavam pendentes de análise, muitos com perda de objeto.

No momento são 5.360 processos ativos no Gabinete, dentre eles cerca de 1.100 agravos, que serão rapidamente vencidos. O maior desafio são os processos referentes às metas do CNJ. Especificamente em relação à Meta 2, são 1.227 processos, os quais pretendem finalizar no ano de 2024. A estratégia adotada é mesclar a análise de processos novos e antigos.

A Desembargadora destacou, ainda, que os processos redistribuídos por força da Resolução PRES 632/2023, foram em sua maioria os sobrestados, razão pela qual a carga de trabalho do Gabinete praticamente não alterou, sendo o acervo formado, grande parte, por processos ativos.

O Gabinete participará de 4 sessões até o final de 2023, nas quais serão pautados todos os processos inspecionados que ainda pendem de julgamento, bem como as retratações, embargos de declaração e agravos internos, esses como forma de analisar as teses, entender as matérias discutidas e diminuir o quantitativo de processos.

Quanto ao teletrabalho, os servidores foram divididos em 2 grupos, que se revezam no trabalho remoto 2 vezes por semana. A equipe está integralmente presente às quartas-feiras. Passado o período inicial de experiência e validação, o regime de teletrabalho do Gabinete será oficializado, com estabelecimento de metas superiores às do trabalho exercido de modo presencial.

O atendimento aos advogados é feito pela própria Desembargadora, 1 vez por semana, o que tem se mostrado suficiente.

Com relação ao PJe, foram mencionadas algumas dificuldades, dentre elas que o acompanhamento da pauta precisa ser feito fora do PJe, em planilha do Excel, além de o sistema não permitir acesso aos processos com julgamento suspenso da sessão anterior e notas internas.

Ainda quanto ao PJe, não há uma etiqueta específica onde apareçam as petições novas. Ainda que seja possível localizá-las por meio do relatório de documentos não lidos, trata-se de ação que depende de marcação manual das petições lidas, para que não mais apareçam no relatório.

Quanto às boas práticas, relatou-se o compartilhamento de pauta internamente, o que facilita a comunicação entre a Desembargadora e a assessoria, além do conhecimento dos entendimentos da Turma.

Deve ser registrado que, apesar de a equipe ser nova, há poucas semanas no Gabinete, já se percebe a boa organização dos fluxos de trabalho, com planejamento claro, definição de prioridades, atribuição de tarefas com respeito às potencialidades e individualidades de cada servidor. Visível, ainda, o pleno domínio das ferramentas de trabalho existentes, em especial do PJe. São boas as perspectivas de avanço na gestão de acervo, não obstante sua complexidade histórica.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 4.976 para 4.469.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.942 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.257.

Merece ser referido que por força da Resolução PRES 632/2023, em agosto de 2023 houve redistribuição de 20% do quantitativo de processos existente em 30/6/2023, para composição do acervo inicial do 5º Gabinete da Sexta Turma.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 740, na última inspeção, para 341, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

No relatório de estatística do período de 10/2021 a 9/2023 há redução de produtividade do gabinete 18 em 21%. No entanto, não há como avaliar a produtividade da equipe em relação aos últimos doze meses, uma vez que a Desembargadora Giselle assumiu o Gabinete e seu acervo em 11/9/2023.

O tempo médio praticado no Gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 41 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 6ª Turma, equivale a 30 meses. Trata-se de indicador superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Dar continuidade ao planejamento implementado e, superada a fase inicial de formação da equipe e organização do acervo, priorizar o cumprimento das metas do CNJ ainda não atingidas;
- c) Prosseguir reportando à equipe técnica as dificuldades encontradas na utilização do PJe, encaminhando sugestões de melhorias com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema em face das necessidades existentes e atuando de forma colaborativa com os demais gabinetes para que todos possam se apropriar e fazer o melhor uso das ferramentas existentes;
- d) Manter as boas práticas, com constante aprimoramento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 46 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias/com tutela concedida sem julgamento):

0000292-80.2012.4.03.6131	0000719-51.2009.4.03.6109	0015417-12.2016.4.03.0000
0000748-60.2002.4.03.6105	0001551-42.2009.4.03.6123	0027243-88.2004.4.03.6100
0001720-85.2011.4.03.6114	0002524-88.2017.4.03.6002	0003037-22.2009.4.03.6104
0004483-63.2019.4.03.9999	0004599-98.2016.4.03.0000	0004724-36.2015.4.03.6100
0004907-95.2015.4.03.6103	0004991-97.2014.4.03.6114	0006047-03.2012.4.03.6126
0008698-78.2006.4.03.6106	0008982-54.2015.4.03.6144	0010428-60.2016.4.03.0000
0010808-53.2015.4.03.6100	0011075-37.2011.4.03.6109	0013032-80.2009.4.03.6000
5000422-66.2017.4.03.6112	5000437-28.2018.4.03.6006	5000981-60.2016.4.03.0000
5001306-71.2018.4.03.6141	5001600-56.2018.4.03.6131	5001761-56.2018.4.03.6102
5005697-06.2019.4.03.6183	5017660-03.2018.4.03.6100	5025478-40.2017.4.03.6100

b) Incluir em julgamento em 60 dias (embargos de declaração com tramitação acima de 45 dias):

0001638-26.2012.4.03.6112	0003849-98.2013.4.03.6112	0012851-90.2016.4.03.0000
0022907-42.2011.4.03.6182		

c) Incluir em julgamento em 30 dias (medidas urgentes – tutela cautelar antecedente):

5029739-73.2021.4.03.0000	0027159-54.2009.4.03.9999	
---------------------------	---------------------------	--

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 18/10/2023, às 14h, de forma presencial, inicialmente com o Desembargador Federal Luiz Alberto de Souza Ribeiro e, após, com o assessor Janderson Cossoni.

O Desembargador Federal Souza Ribeiro assumiu o acervo do Gabinete 48 recentemente, em 11/9/2023. Trata-se de Gabinete novo, de mesma competência do

Gabinete 18, no qual atuava anteriormente. O acervo foi formado a partir da redistribuição de processos dos outros 4 Gabinetes da Sexta Turma, objetivando a equalização. A mudança, ainda que na mesma matéria, foi importante para a equipe, pois vista como um recomeço.

Referiu que o trabalho no novo Gabinete iniciou com a triagem dos processos, com ajustes na organização da equipe para definição de competências. Foram triados, até o momento, cerca de 80% dos processos recebidos por redistribuição, havendo planejamento para cada grupo de trabalho, já com resultados positivos no que concerne à redução do acervo inicial.

A equipe atual já assessorava o Desembargador no Gabinete anterior, e as funções existentes na unidade são 1 CJ-3, 1 CJ-2, 1 CJ-1, 4 FC-4 e 5 FC-3.

Quanto às atribuições, um servidor é responsável pelas funções administrativas, como levantamento de dados e elaboração de planilhas de produtividade. A assessora II separa os processos para distribuição em pastas organizadas no Sistema PJe, de acordo com a matéria cadastrada. O assessor e o chefe de gabinete auxiliam o Desembargador nas sessões, na revisão e elaboração de minutas, bem como nas reuniões periódicas com a equipe para a avaliação e orientações sobre entendimentos. O assessor também cuida do atendimento de advogados, o que lhe consome considerável tempo de trabalho na semana. Referido atendimento é feito após agendamento por e-mail ou mesmo sem pedido prévio, quando comparecem pessoalmente.

Os demais servidores elaboram minutas. Dentre eles 4 atuam em sede de tutela de urgência e 3 no enfrentamento dos processos de Meta 2 e das Ações Civas Públicas (improbidade administrativa e matéria ambiental). Procuram otimizar o julgamento de recursos internos. No que se refere à Meta 2, estão analisando os processos de 2011, pois os referentes aos anos anteriores estão suspensos por afetação do Tema 264 (expurgos inflacionários).

Busca-se a especialização por assunto/matéria, visando a celeridade e qualidade das minutas, sempre respeitando as habilidades e preferências de cada um. Continuamente são verificadas as necessidades para eventuais mudanças de estratégia para melhor distribuição das tarefas, bem como atualização do banco de dados por meio da plataforma Teams.

O controle dos processos sobrestados é realizado por classificação do assunto/matéria e pela identificação do tema afetado em etiquetas no PJe. Uma vez julgado, há solicitação de dessobrestamento à secretaria para julgamento.

Ainda, segundo informado, o assessor tem acesso fácil ao acervo em razão da organização implementada. O acervo é complexo, com grande diversidade de matérias, e é separado por agrupamentos em etiquetas, quais sejam, Tributário, Fiscal, Administrativo, Constitucional, Agravo e ACP, com subetiquetas para os assuntos dentro

de cada matéria, visando à especialização. Todos os servidores têm mesas virtuais, onde são colocados processos diariamente, sempre observando a complexidade para definição dos quantitativos. As minutas ainda não finalizadas ficam separadas numa etiqueta “tarefa” para acompanhamento.

Como dificuldade, foi referido que a quantidade de processos distribuídos é expressiva, com muitos pedidos de tutela recursal, o que demanda análise em caráter de urgência. Ademais, há grande dificuldade para pesquisa de precedentes no Sistema PJe. O sistema é muito instável, por isso o Gabinete concentra os modelos na plataforma Teams e as minutas são elaboradas dentro do editor de texto Word, para depois serem copiadas e coladas no PJe.

Cada servidor analisa os autos de forma a elaborar decisão monocrática ou voto, e as revisões das minutas são feitas pelo assessor e pelo Desembargador, sendo dispensada a revisão dos votos padronizados. As minutas mais complexas são de análise do Desembargador.

Quanto ao teletrabalho, o Gabinete adaptou-se à Resolução n. 481/CNJ, respeitando o percentual máximo diário de 30%, e os detentores de CJs trabalham exclusivamente de modo presencial. Há controle pelo ponto eletrônico e pelo cumprimento das metas previstas, estabelecidas de acordo com o grau de complexidade dos processos. A média de produtividade diária é de 3 minutas para quem está em trabalho de forma híbrida, e 4 para quem está em teletrabalho integral. O acompanhamento é feito semanalmente, através do login de cada servidor e pela atribuição dos processos. Privilegia-se a comunicação com a equipe de forma presencial.

No que diz respeito à Meta 3 do CNJ, referiu-se que é seguido o Plano Estratégico do TRF3, disponibilizando-se processos à unidade de conciliação quando solicitado, o que não tem muito impacto em razão das matérias afetas à 2ª Seção.

Relativamente à capacitação, o Gabinete sugere que sejam feitas consultas para verificação das necessidades e que, por ora, não houve nada nesse sentido.

A Turma realiza uma sessão virtual e uma presencial por mês. Como a Turma possui 5 Desembargadores, não é necessário novo julgamento relativamente às hipóteses do art. 942 do CPC.

Destacou-se que não houve, por ora, priorização dos processos incluídos na inspeção atual, já que por ser Gabinete novo não foi disponibilizada previamente a relação. No entanto, agora cientes da listagem, atribuirão prioridade para os julgamentos ou outras diligências pendentes.

Por fim, cabe o registro de que o Gabinete ainda se encontra em período de adaptação, visto que está em atividade há pouco mais de 1 mês, insuficiente para a baixa significativa do acervo. Entretanto, já se percebem resultados positivos, que serão potencializados a médio e longo prazo. A metodologia de gestão anteriormente referida

vem sendo aplicada com sucesso, tanto que já triada a maior parte do acervo e iniciados os julgamentos.

4. OBSERVAÇÕES

Não houve inspeção anterior na unidade, tendo em vista a sua criação em setembro de 2023. Em razão disso, o presente relatório não contém análise comparativa da evolução do acervo nos últimos 12 meses.

Foram relatadas dificuldades com pesquisa de precedentes no PJe.

Na gestão de pessoas o Gabinete adota práticas que valorizam a produtividade individual e do grupo, sem prejuízo da qualidade das minutas.

O Gabinete está bem organizado, o Desembargador e a chefia demonstram conhecer a realidade atual e os desafios existentes, estando em constante aprimoramento do sistema de gestão.

5. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 2;
- b) Manter constante aperfeiçoamento dos processos de trabalho, dando continuidade às estratégias implementadas para cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e redução gradativa do acervo;
- c) Reportar à equipe técnica as dificuldades encontradas na utilização do PJe, encaminhando sugestões de melhorias com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema em face das necessidades existentes e atuando de forma colaborativa com os demais gabinetes para que todos possam se apropriar e fazer o melhor uso das ferramentas existentes.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL INÊS VIRGÍNIA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargadora Federal Inês Virgínia

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

7ª Turma/3ª Seção/Conselho de Administração

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde março de 2018: 5 anos e 5 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

João Agripino Sena Junior - Chefe de Gabinete - CJ2/ Patrícia Previde Guimarães
Quartim Barbosa - Assessora - CJ3

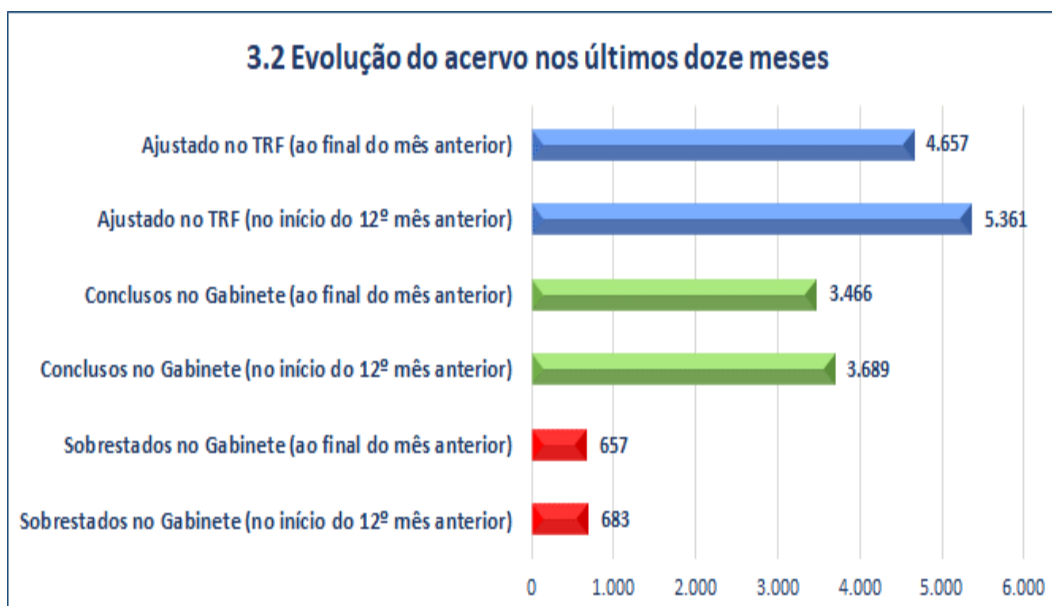
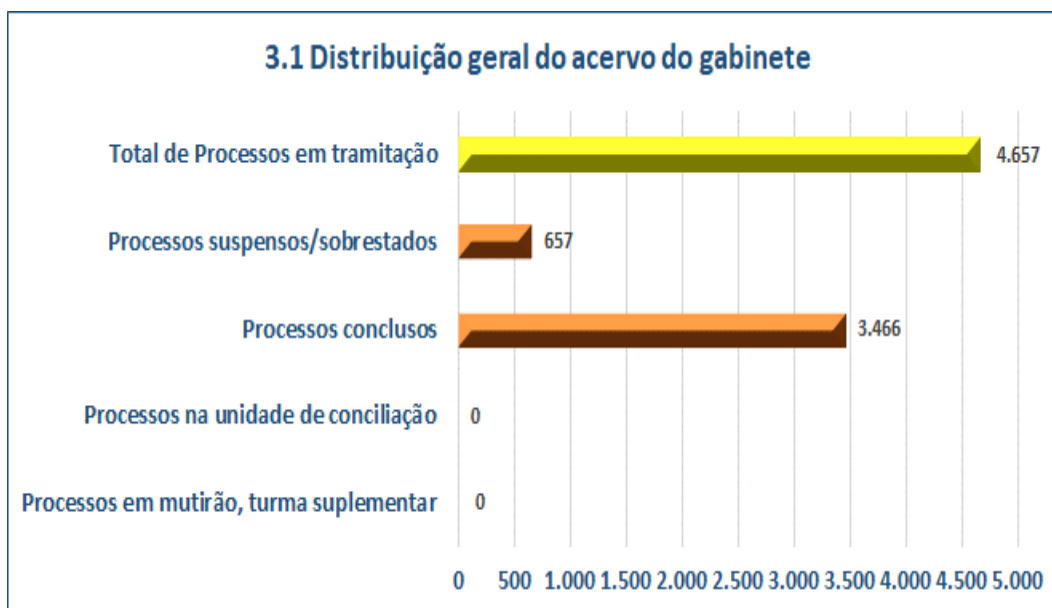
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	9
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

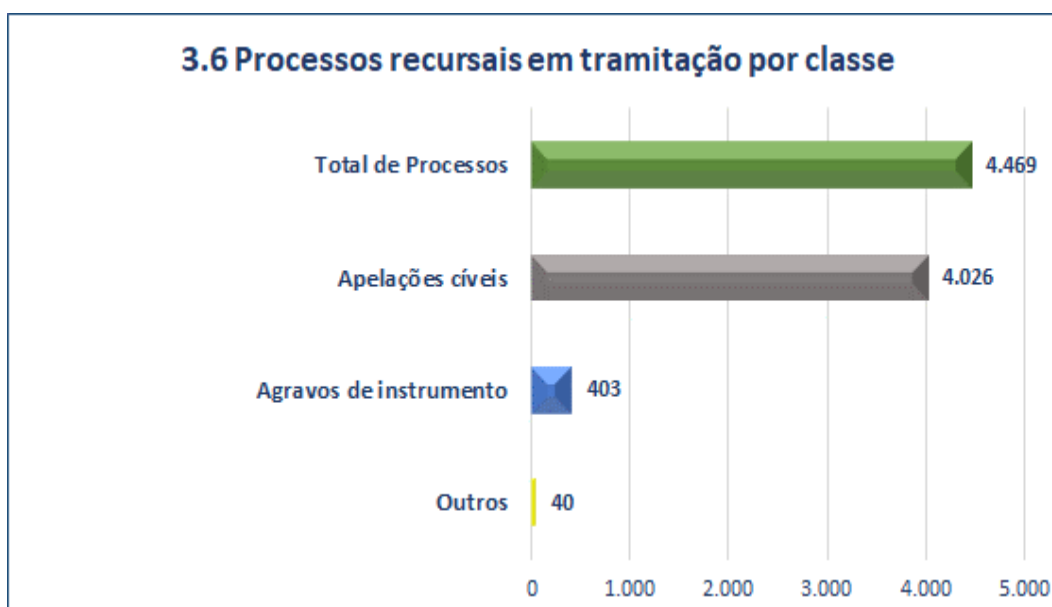


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	188
Mandados de segurança	1
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	13
Reclamações	2
Ações rescisórias	154
Outros	17

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.469
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.031
Outros	3.436

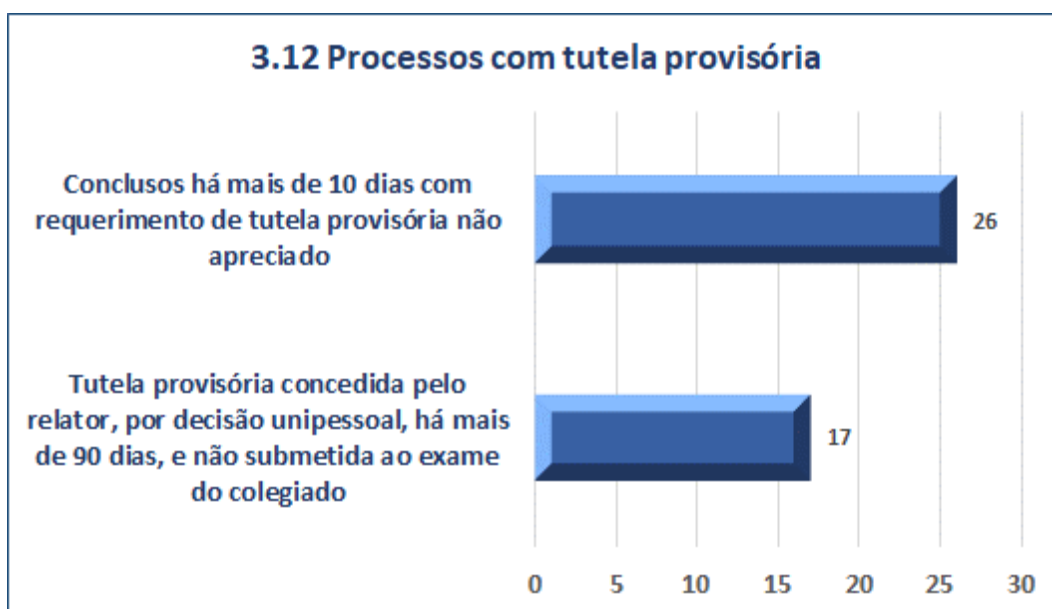
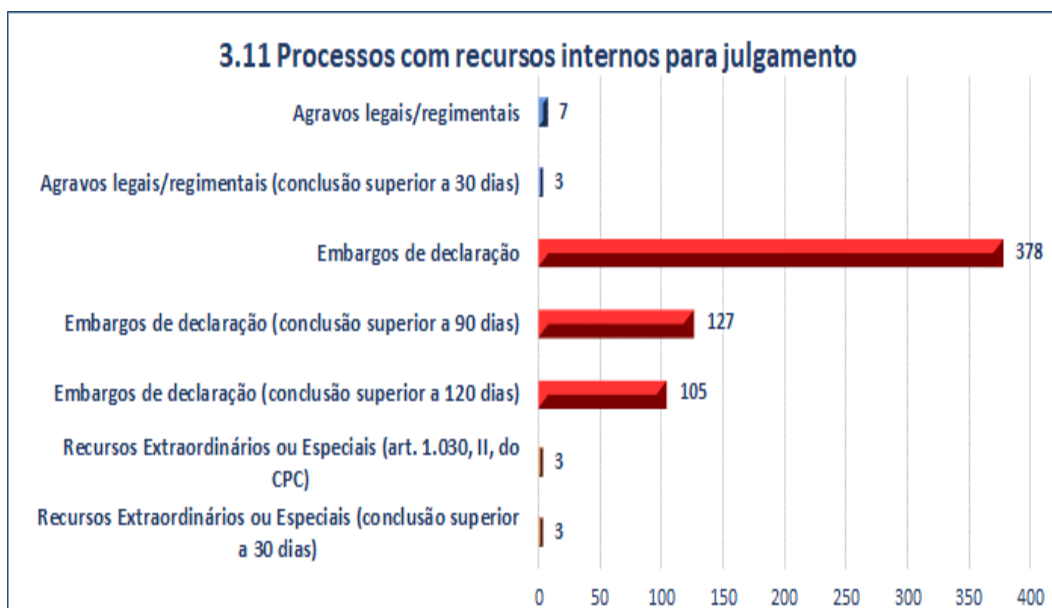


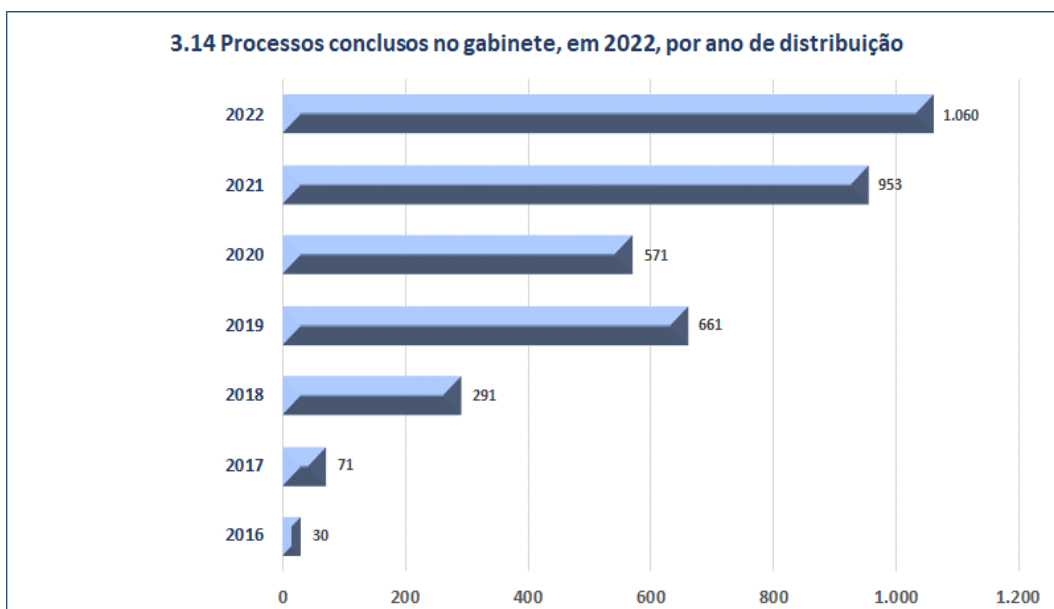
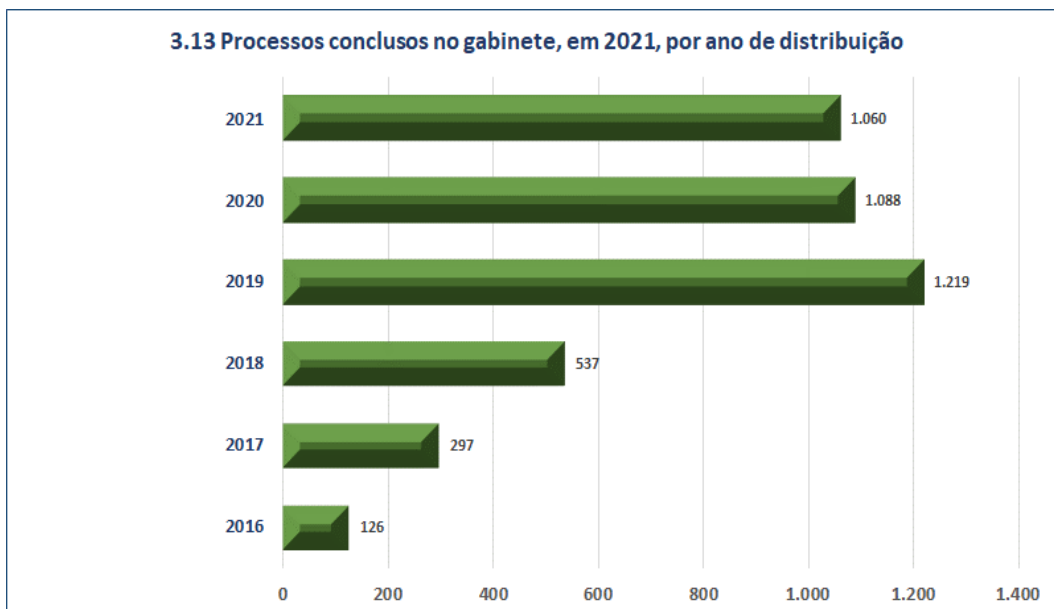
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica

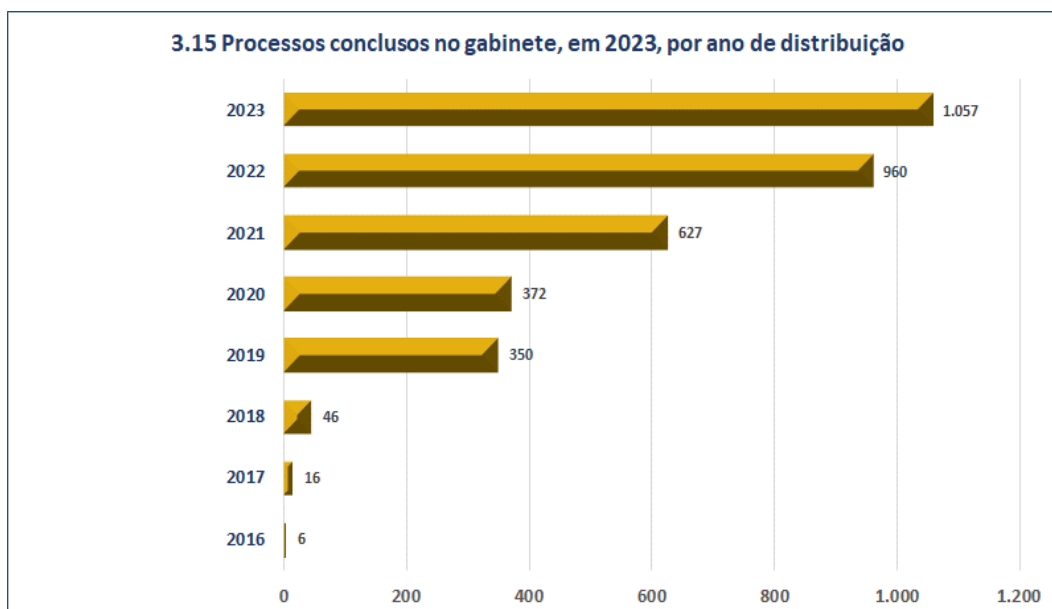
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em sentido estrito	Não se aplica
Recursos em habeas corpus	Não se aplica
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





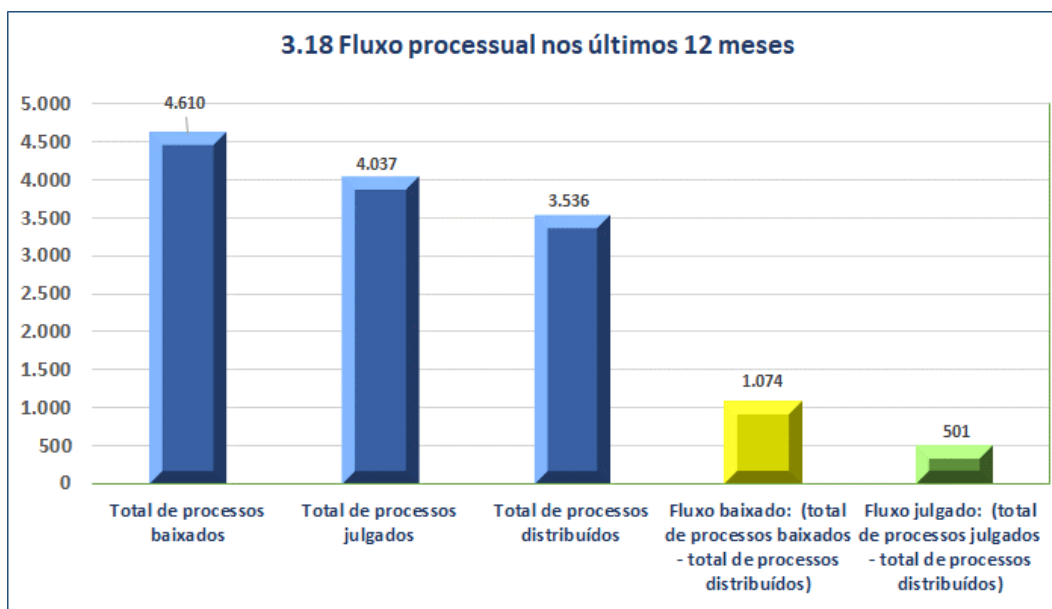


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

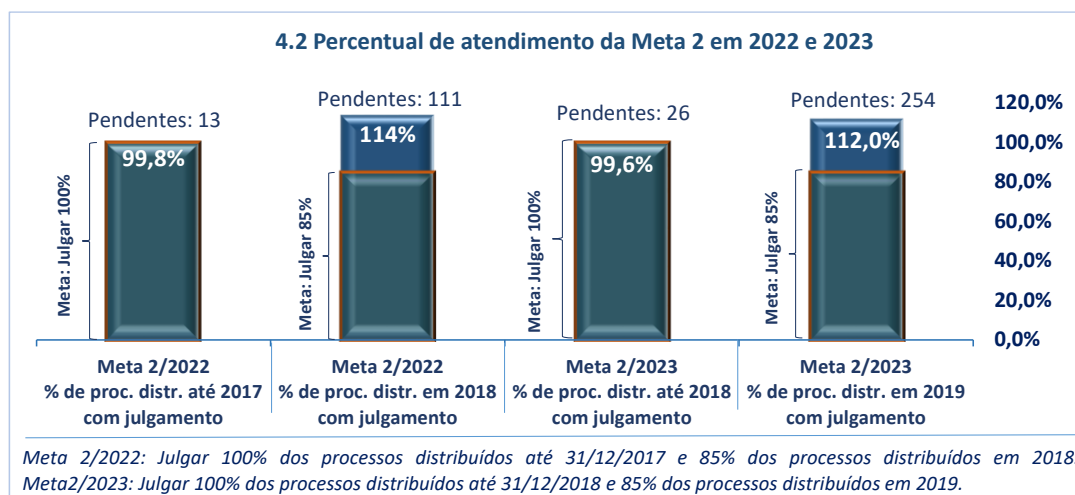
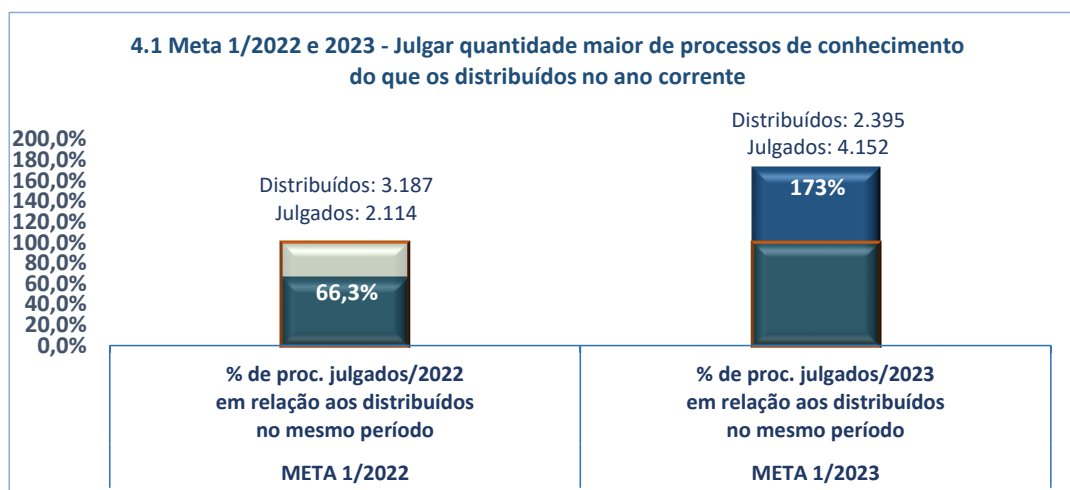
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	1
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	1
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.3 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
Taxa de congestionamento no ano anterior	0,34
Taxa de congestionamento no ano corrente	- 2,06
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	61,70

4.4 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.5 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica
Pendentes no mês anterior	Não se aplica
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, estão previstos. a) O controle do acervo é prioridade da Chefia: trabalhamos com os dados estatísticos disponibilizados pelo Tribunal, mas também com o controle semanal do Painel do Usuário no PJe. Utilizando como base as metas do CNJ, o planejamento do Gabinete para o controle do acervo prevê: Meta 1/2023 - manter o uso de decisões monocráticas para temas possíveis; Meta 2/2023 - planejamento quadrimestral prevendo, até o fim do ano, a conclusão do julgamento dos processos de 2018 e a apreciação de 50% dos processos de 2019 pendentes de primeiro julgamento e 70% dos conclusos; também há previsão de realização de mutirões para apreciação de recursos internos com ênfase na Meta 2. b) A distribuição das atividades está se mostrando eficaz: b.1) um servidor tria e saneia semanalmente os processos que são distribuídos ao Gabinete: etiqueta para identificação da matéria, toma providências urgentes (envia ao Ministério Público, quando necessário, encaminha pedidos de tutela e apelações em Ação Civil Pública e Mandado de Segurança; avisa aos líderes dos grupos, faz minutas de decisão de incompetência, etc. - b.2) líderes de grupo, por matéria, são responsáveis por: manter ou alterar o entendimento das

minutas de decisões e votos com o entendimento da Desembargadora; repassar ao grupo informações pertinentes, fazer o contato direto com a Desembargadora e analisar as pautas das sessões de julgamento nas matérias que lhes são pertinentes, levando à Desembargadora sugestões de eventuais divergências do entendimento predominante neste Gabinete. As líderes do grupo de Especial e Especial Rural têm reunião semanal com a Desembargadora, para alinhamento de entendimento e consulta de dúvidas. - b.3) os demais servidores, que compõem os grupos, elaboram minutas de despachos, decisões e votos e se reportam aos líderes; há uma reunião semanal por grupo, para troca de informações. - b.4) os estagiários realizam atividades administrativas, minutas de roteiros de sessões, minutas de despachos, decisões e votos menos complexos; b.5) o Chefe de Gabinete cuida mais especificamente da Gestão dos processos (estratégias para redução do acervo, acompanhamento estatístico e estratégias processuais). A Assessora cuida da Gestão de pessoas e assuntos administrativos (agenda da Desembargadora, lançamentos do PJe, envio de processos para pauta, divisão das pautas, preparação das sessões de julgamento, respostas a advogados, representações protocolizadas junto à Ouvidoria e à Corregedoria do CJF e do CNJ). Os processos de trabalho também estão previstos e um deles "Apelação" já foi inclusive mapeado para a Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (ADEG).

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Quando há determinação de sobrestamento pelos Tribunais Superiores, elaboramos minutas de decisões sobrestando os feitos que tratam do tema. Após a intimação das partes, os feitos sobrestados são enviados pela Subsecretaria para as novas pastas do PJe, no Painel do Usuário. Por aí temos o controle dos feitos sobrestados, etiquetados por Tema (a etiqueta é inserida pelo Gabinete). Mas também continuamos com o controle anterior à criação destas pastas no PJe, através da estatística disponibilizada pelo Tribunal, mensalmente.

5.3 Boas práticas e inovações

a. Controle efetivo do acervo, através de triagem semanal e acompanhamento de dados estatísticos; b. acompanhamento dos processos pendentes, dando maior celeridade a solução dos que possuem prioridades legais (idosos, super idosos, doenças graves) e aos que se enquadram na Meta 2/2023, pela data de distribuição no Tribunal; c. Deslocamento de servidores para aumento dos grupos de trabalho nas matérias que tem maior entrada, como por exemplo, "Aposentadoria Especial"; d. Divisão do grupo de Especial entre "Especial/ATC" e "Especial Rural", melhorando assim o fluxo do trabalho; e. Realização de reuniões semanais dos grupos de trabalho para troca de informações e dúvidas e reunião das líderes de "Especial/ATC" e "Especial Rural" com a Desembargadora, para solução de questões ventiladas pelos servidores e alinhamento de entendimento de questões que surgem nas sessões de julgamento; f. Reunião semanal da chefia com a Desembargadora, para alinhamento de entendimentos, para traçar estratégias de trabalho e tomada de decisões mais relevantes no que pertine ao cotidiano do Gabinete; g. Melhor aproveitamento dos estagiários, que além das atividades administrativas, vem contribuindo com elaboração

de minutas de decisões simples e votos não complexos, sob supervisão. Além disso, elaboram minuta de roteiro das sessões, que são disponibilizados aos demais assessores da 7ª Turma, 10 a 15 dias antes da sessão de julgamento; h. Constante acompanhamento dos servidores, com escuta ativa e feedbacks; i. como não possuímos meios de recompensa por participação em Plantões e pela dedicação e destaque na realização dos trabalhos, instituímos uma política de premiação através de atribuição de dias de substituição de férias da Chefia. Inovação: Reuniões mensais com os demais assessores e chefes de Gabinete da 7ª Turma, para troca de informações, de entendimentos sobre determinados Temas e alinhamento de procedimentos em sessões de julgamento. Esta prática, implantada desde que a Desembargadora assumiu a Presidência da 7ª Turma, tem colaborado muito para selar a boa convivência entre as Chefias, melhorar a comunicação e o fluxo de trabalho na Turma.

5.4 Dificuldades

Temos consciência de que há pontos que podem ser aperfeiçoados, em especial no que se refere a diminuição do acervo da 3ª Seção, ao enfrentamento dos recursos internos e ao controle dos feitos em que há pedido de tutela. Estamos fazendo reuniões e traçando estratégias para diminuição destas dificuldades.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual de servidores é cumprido. Dos 16 servidores que compõem o quadro atualmente, 7 estão em teletrabalho integral. Calculamos 30% dos 9 restantes, mantendo assim 3 servidores em casa diariamente e 6 no Gabinete. Os servidores trabalham presencialmente, 3 vezes por semana, a exceção da Assessora (4 vezes por semana) e do Chefe de Gabinete (todos os dias). A meta de produtividade está sendo cumprida conforme se infere dos relatórios estatísticos.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Atualmente não temos feitos aptos à conciliação, apesar de termos mantido tratativas do INSS para tanto, inclusive numa ACP foi dado prazo para a autarquia, que se manifestou contrária a remessa dos autos para tentativa de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000411-68.2017.4.03.6134	14/3/2018	Apelação Cível
Acórdão publicado em 16/8/2023.		
5023835-53.2018.4.03.9999	11/8/2018	Apelação Cível
Feito sobrestado. Tema 1.102/STF.		
5027354-36.2018.4.03.9999	21/8/2018	Apelação Cível
Acórdão publicado em 29/8/2023.		
5000143-88.2019.4.03.9999	11/1/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
5006830-20.2018.4.03.6183	7/1/2019	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 26/9/2023.		
5001503-71.2018.4.03.6126	16/1/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
5002299-85.2018.4.03.6183	18/1/2019	Apelação/Remessa Necessária
Acórdão publicado em 16/8/2023.		
5130826-19.2019.4.03.9999	24/1/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
5002442-11.2017.4.03.6183	15/2/2019	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 26/9/2023.		
5140505-43.2019.4.03.9999	26/1/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
5159602-29.2019.4.03.9999	30/1/2019	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5001457-30.2018.4.03.6111	5/2/2019	Apelação Cível
Julgado monocraticamente em 30/8/2023.		
0005950-36.2016.4.03.6102	4/2/2019	Apelação/Remessa Necessária
Julgado monocraticamente em 5/9/2023.		
5007108-55.2017.4.03.6183	29/1/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
5283394-20.2019.4.03.9999	27/2/2019	Apelação Cível

Julgado monocraticamente em 31/8/2023.		
5280557-89.2019.4.03.9999	27/2/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
5364376-21.2019.4.03.9999	13/3/2019	Apelação Cível
Processo enviado para ser redistribuído para um dos novos gabinetes previdenciários criado no TRF3.		
0038357-49.2008.4.03.0000	6/10/2008	Ação Rescisória
Julgado monocraticamente em 3/9/2023.		
0024839-21.2015.4.03.9999	22/6/2015	Apelação Cível
Acórdão publicado em 30/8/2023.		
5000343-97.2017.4.03.6141	13/11/2017	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5013632-97.2019.4.03.6183	19/3/2021	Remessa Necessária Cível
Julgado monocraticamente em 31/8/2023.		
5355456-24.2020.4.03.9999	16/11/2020	Remessa Necessária Cível
Julgado monocraticamente em 31/8/2023.		
0000163-71.2013.4.03.6121	22/9/2021	Remessa Necessária Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
0017693-55.2017.4.03.9999	19/6/2017	Apelação Cível
Acórdão publicado em 17/8/2023.		
5172564-16.2021.4.03.9999	11/11/2021	Remessa Necessária Cível
Julgado monocraticamente em 31/8/2023.		
5173894-48.2021.4.03.9999	17/11/2021	Remessa Necessária Cível
Julgado monocraticamente em 31/8/2023.		
5002378-47.2022.4.03.0000	7/2/2022	Conflito de competência cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 28/9/2023.		
5018903-07.2022.4.03.0000	14/7/2022	Cumprimento de sentença
Julgado monocraticamente em 3/9/2023.		
5018902-22.2022.4.03.0000	14/7/2022	Cumprimento de sentença
Julgado monocraticamente em 3/9/2023.		
5011540-66.2022.4.03.0000	4/5/2022	Conflito de competência cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 28/9/2023.		
0015613-21.2017.4.03.9999	26/5/2017	Apelação/Remessa Necessária
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
0043633-90.2015.4.03.9999	24/11/2015	Apelação/Remessa Necessária

Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
0033253-37.2017.4.03.9999	19/10/2017	Apelação Cível
Reconsiderada decisão que determinara o sobrestamento do feito. Após o decurso do prazo legal, o feito será incluído em pauta para julgamento.		
0009520-42.2017.4.03.9999	23/3/2017	Apelação Cível
Acórdão publicado em 17/8/2023.		
0036299-39.2014.4.03.9999	1º/12/2014	Restauração de Autos Cível
Julgado monocraticamente em 1º/9/2023.		
0046874-77.2012.4.03.9999	23/11/2012	Restauração de Autos Cível
Julgado monocraticamente em 1º/9/2023.		
0009790-23.2004.4.03.9999	30/4/2014	Restauração de Autos Cível
Julgado monocraticamente em 1º/9/2023.		
5009523-57.2022.4.03.0000	11/4/2022	Mandado de Segurança Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
0006333-14.2006.4.03.6183	24/3/2008	Restauração de Autos Cível
Julgado monocraticamente em 31/8/2023.		
5010022-92.2017.4.03.6183	1º/9/2022	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5012345-31.2021.4.03.6183	10/5/2023	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5065195-89.2023.4.03.9999	14/6/2023	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5003247-81.2020.4.03.6110	19/6/2023	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 26/9/2023.		
5010474-51.2022.4.03.0000	20/4/2022	Conflito de competência cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 28/9/2023.		
5011491-30.2019.4.03.0000	9/5/2019	Conflito de competência cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 28/9/2023.		
5022694-81.2022.4.03.0000	23/8/2022	Conflito de competência cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 28/9/2023.		
5065621-38.2022.4.03.9999	18/8/2022	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5059284-96.2023.4.03.9999	5/4/2023	Apelação Cível
Acórdão publicado em 5/9/2023.		
5058652-70.2023.4.03.9999	29/3/2023	Apelação Cível
Acórdão publicado em 5/9/2023.		

5002001-70.2018.4.03.6126	13/9/2018	Apelação Cível
Feito Sobrestado. Tema 1.102/STF.		
5185057-59.2020.4.03.9999	6/3/2020	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5028015-15.2018.4.03.9999	22/8/2018	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5001570-12.2017.4.03.6113	28/8/2020	Apelação Cível
Incluído na pauta de sessão de julgamento de 10/10/2023.		
5016978-56.2019.4.03.6183	1º/7/2020	Apelação Cível
Julgamento convertido em diligência para realização de perícia nos termos do Tema 1.083/STJ. Será apreciado após a realização de perícia e manifestação das partes		
5000501-17.2018.4.03.6110	29/8/2018	Apelação Cível
Julgamento convertido em diligência para realização de perícia nos termos do Tema 1.083/STJ. Será apreciado após a realização de perícia e manifestação das partes.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Verificar a necessidade de correção da movimentação no sistema (processos aguardando a certificação de trânsito em julgado e baixa no sistema, providências que incumbem à Subsecretaria, estando, contudo, os relacionados como no Gabinete):

5027354-36.2018.4.03.9999	5058652-70.2023.4.03.9999	5059284-96.2023.4.03.9999
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

5016978-56.2019.4.03.6183

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, na unidade inspecionada pela Desembargadora Inês Virgínia e pelos servidores João Agripino Sena Junior (Chefe de Gabinete) e Patrícia Previde Guimarães (Assessora). O Desembargador Edilson Nobre conduziu a entrevista com a Desembargadora, enquanto sua equipe fez a entrevista com a assessoria.

A Desembargadora Inês Virgínia assumiu suas funções no Tribunal em março de 2018, estando a equipe já bastante entrosada e com conhecimento acerca da matéria previdenciária, bem como da tramitação dos processos em segundo grau.

A unidade inspecionada conta atualmente com 14 servidores, que é a lotação ideal dos gabinetes, após a instalação dos criados a partir da ampliação do quadro de Desembargadores.

A divisão das tarefas no gabinete ocorreu com o agrupamento dos servidores de acordo com as matérias, possuindo cada grupo uma liderança com mais experiência. Cada grupo é responsável por elaborar minutas de despachos, decisões e votos dentro de sua matéria. Há servidores que atuam em mais de um grupo e dividem seu tempo de acordo com a necessidade do acervo. Tanto a Assessora, como o Chefe de Gabinete e a Assessora Jurídica I, além do desempenho de suas atribuições inerentes à gestão da unidade, como assessoramento às demandas da Desembargadora, realização de tarefas administrativas e supervisão do trabalho de toda a equipe, também contribuem com a elaboração de minutas.

Os grupos de trabalho na unidade inspecionada são divididos da seguinte forma (o quantitativo de processos refere-se ao dia em que elaborada a tabela, não representando a situação atual do Gabinete):

Matéria	Responsável	Total	Analisar	Apoio/FC4	FC3
ESPECIAL	Ana	1785	1106	Landim e Pechoto	De Giuli, Marina e Sylvia
TEMPO		230	121		
IDADE		67	17	Sylvia	
Soma Ana		2082	1244	Apoio/FC4	FC3
AG. INSTRUMENTO	João	263	124	Ana	Maíra
EXECUÇÃO		124	91		
HABILITAÇÃO		2	0	Alexandre	NA
RESTAURAÇÃO DE AUTOS		7	6		
DESAPOSENTAÇÃO		2	0	NA	NA
READEQUAÇÃO		137	5		
COBRANÇA		28	19	Pechoto	NA
FERROVIÁRIO		2	2		
REVISÃO		499	357		
Soma João		1064	604	Apoio/FC4	FC3
ACRÉSCIMO 25%	Patrícia	1	0	Alexandre	Boni
INCAPACIDADE		102	3		
INCAPACIDADE RURAL		0	0	NA	Rafael, Boni e estagiários
LOAS		67	15		
MATERNIDADE		7	3		
PENSÃO		43	0		
PENSÃO RURAL		10	1		
RECLUSÃO		18	0		
Soma Patrícia		247	22		
Total 7a Turma		2828	1623		
OUTROS		Total	Analisar		
AVERBAÇÃO		2	2		
AÇÃO CIVIL PÚBLICA		5	0		
Total 7a Turma		7	2		

A organização é dinâmica e monitorada constantemente, pois, a depender da demanda, são realizados mutirões internos para a saída de processos de determinada matéria em que se observou um acúmulo ou aumento no acervo. Isso favorece a disseminação de informação entre os servidores e demonstra o comprometimento com a produtividade.

À exceção dos agravos de instrumento, que são triados diariamente pelo Chefe de Gabinete, a triagem dos processos é realizada semanalmente, por servidor designado para tal função, que verifica a necessidade de adoção de alguma providência e lança a etiqueta do sistema com as informações necessárias ao direcionamento dos processos aos núcleos de trabalho.

O controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências é realizado através da extração de relatórios gerenciais e do acompanhamento dos dados estatísticos publicados mensalmente pelo Tribunal. Segundo informação dos entrevistados, houve significativa melhora dos relatórios disponibilizados pela unidade de estatística do Tribunal, os quais se apresentam bastante confiáveis.

Nada obstante, constataram-se discrepâncias entre alguns dados apresentados pela Divisão de Estatística do Tribunal, lançados neste relatório de inspeção, e as informações prestadas pelos gestores do gabinete durante a entrevista, a exemplo da informação sobre a existência de um IRDR em tramitação no gabinete (item 3.4 do presente relatório), o qual, segundo relato dos gestores da unidade inspecionada, já foi julgado e não se encontra mais no gabinete, e também da informação sobre a existência de um processo aguardando voto-vista de outro desembargador há mais de 60 dias, tendo a assessoria do gabinete, contudo, informado durante a entrevista que não existem processos nessa situação naquela unidade.

Quanto à organização do trabalho, são realizadas reuniões semanais entre a Desembargadora e os gestores, bem como entre estes e os grupos de trabalho e mesmo da Desembargadora diretamente com alguns líderes de grupos, para o acompanhamento da produtividade do gabinete, definição de metas, atualização da jurisprudência da 7ª Turma e esclarecimento de dúvidas em casos específicos.

Outro exemplo de boa prática, de iniciativa da Desembargadora Inês Virgínia, destaca-se a realização de reuniões mensais com as assessorias dos outros gabinetes que compõem a 7ª Turma, para a troca de experiências e atualização de informações relativas à jurisprudência do órgão julgador e às sessões de julgamento.

Como políticas de recompensas, vinculadas às metas, a unidade utiliza a indicação para substituição de férias da chefia, conforme o desempenho dos servidores.

Os feitos com prioridade legal ou relativos às metas do CNJ são priorizados e distribuídos aos líderes dos grupos, que têm por missão dividi-los entre seus componentes com prazo predeterminado para elaboração de minutas de decisão ou

voto. Os gestores da unidade demonstraram possuir um controle e acompanhamento constante dos processos relativos às metas do CNJ.

Durante a entrevista, os gestores do gabinete apresentaram à equipe de inspeção um esboço do planejamento das metas do gabinete durante o ano de 2023, conforme imagem a seguir:

PLANEJAMENTO 2023

META 1. PRODUTIVIDADE.

Manter uso de decisões monocráticas.

META 2. 2023 [2018 (100%) E 2019 (85%)]

Cenário em setembro de 2022 temos:

- (i) 199 (2018) e 533 (2019) pendentes de primeiro julgamento;
- (ii) 245 (2018) e 594 (2019) conclusos.

Planejamento:

Primeiro Quadrimestre

- (i) Concluir o julgamento dos processos de 2018 (199 em 09/2022) pendentes de primeiro julgamento;
- (ii) Triar processos de 2019. Apreciar monocraticamente os possíveis;
- (iii) No 4º mês do ano fazer mutirão para apreciar recursos internos, com ênfase nos de meta 2.

Segundo Quadrimestre

- (i) Concluir o julgamento dos processos de 2018 conclusos (245 em 09/2022);
- (ii) Apreciar 50% dos processos de 2019 pendentes de primeiro julgamento (533 em 09/2022);
- (iii) No 8º mês do ano fazer mutirão para apreciar recursos internos, com ênfase nos de meta 2.

Terceiro Quadrimestre

- (i) Apreciar 70% dos processos de 2019 conclusos (594 em 09/2022);
- (ii) No 11º mês do ano fazer mutirão para apreciar recursos internos, com ênfase nos de meta 2.

RECURSO INTERNOS

PRIORIDADES

AGRAVOS DE INSTRUMENTO

De acordo com dados estatísticos extraídos do sistema Power BI e apresentados à equipe do CJF durante a entrevista, o gabinete conseguiu atingir as metas estabelecidas acima em relação aos processos da Meta 2 do CNJ (2018 e 2019), o que

demonstra uma evolução elogiável no desempenho de toda a equipe da unidade inspecionada.

A unidade jurisdicional utiliza decisões terminativas em casos de precedentes de observação obrigatória e em situações em que há entendimento uniforme da Turma, o que pode ser reputada boa prática para a redução do acervo, mormente quando constatado que a taxa de recorribilidade com interposição de embargos de declaração e agravo interno, segundo relatórios estatísticos extraídos do Power BI, corresponde a cerca de 16%.

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada pela observação da especialidade das matérias, tendo sido, inclusive, sugerida pelos gestores a realização de curso de capacitação para os servidores, notadamente na área de Direito Previdenciário e Processo Civil.

O controle dos processos sobrestados ocorre pela análise de dados estatísticos do Tribunal, observando-se, dentre o quantitativo de processos sobrestados, um maior número de feitos relacionados aos Temas 1102/STF e 1140/STJ, este último indicado pelo STJ como correspondente ao tema analisado no IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000.

Observa-se também inconsistência nos processos inspecionados, sendo registrados em três deles que não há informação acerca do decurso de prazo para o INSS manifestar-se sobre o acórdão (5027354-36.2018.4.03.9999, 5058652-70.2023.4.03.9999 e 5059284-96.2023.4.03.9999). Tal atribuição, incumbe à Subsecretaria, porém, os processos constam da relação da amostra selecionada para inspeção no Gabinete.

Com relação ao teletrabalho, seis servidores se enquadram nas situações previstas na Resolução CNJ n. 481/2022 para trabalho integralmente remoto, não sendo computados no percentual de 30% referido na citada resolução. Os demais, com exceção do Chefe de Gabinete, que trabalha presencialmente todos os dias, exercem suas atividades em regime híbrido (presencial e teletrabalho), em rodízio, de modo a preservar o percentual estabelecido na Resolução CNJ n. 481/2022 em trabalho presencial.

Quanto ao tema, foi relatado pela assessoria que a restrição ao teletrabalho foi difícil de administrar e gerou grande insatisfação dos servidores, especialmente por não ter sido registrado qualquer prejuízo para a produtividade com a adoção do trabalho remoto, bem como por muitas vezes este ser imposto aos servidores, por circunstâncias diversas, a exemplo de greve dos transportes públicos, ataque hacker sofrido pelo sistema do Tribunal e a própria pandemia, quando se descobriu tal forma de trabalho.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos 4.628 para 3.466.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.689 feitos conclusos, e no mês anterior à inspeção eram 3.466 processos conclusos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 434, na última inspeção, para 378, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 17 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 7ª Turma, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo levemente superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.

A partir dos dados disponibilizados para a inspeção, assim como daqueles fornecidos durante a entrevista e da análise dos processos selecionados pela equipe do CJF, observa-se que o Gabinete é bem administrado, contando com assessoria e equipe bastante experiente, o que se evidencia pela redução do acervo de forma contínua, inclusive dos processos mais antigos. Embora ainda existam muitos processos conclusos há mais de 100 dias, tempo considerado razoável pelo CJF para julgamento, observa-se o esforço da equipe no enfrentamento dos processos mais antigos, o que se reflete no cumprimento das metas do CNJ.

Inclusive, dos 48 processos selecionados pela equipe de estatística do CJF para a inspeção, apenas quatro apresentam pendências, dos quais, três referem-se a atos da Subsecretaria. Todos os demais já foram regularizados. A expectativa, portanto, é de que, com a continuidade do trabalho que já vem sendo realizado, haja redução do acervo e cumprimento de todas as metas.

Apesar disso e da adoção de decisões monocráticas, o tempo médio para julgamento no Gabinete (17 meses) ainda é superior à média da Turma (16 meses) e mais que o dobro do gabinete melhor classificado em tal parâmetro (8 meses). Considerando os gabinetes vinculados à Subsecretaria Unificada A das Turmas da 3ª

Seção, existem dois em que o tempo médio para julgamento é de apenas quatro meses. Recomenda-se, portanto, considerando a interação existente entre as assessorias dos Gabinetes da 7ª Turma, um mapeamento de boas práticas com vistas a celeridade dos julgamentos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO VIEIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Marcelo Vieira

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

7ª Turma/3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

9 meses no Tribunal/6 meses em gabinete da 7ª Turma

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Caroline Ravagnani Sichieri Fornari - chefe de gabinete

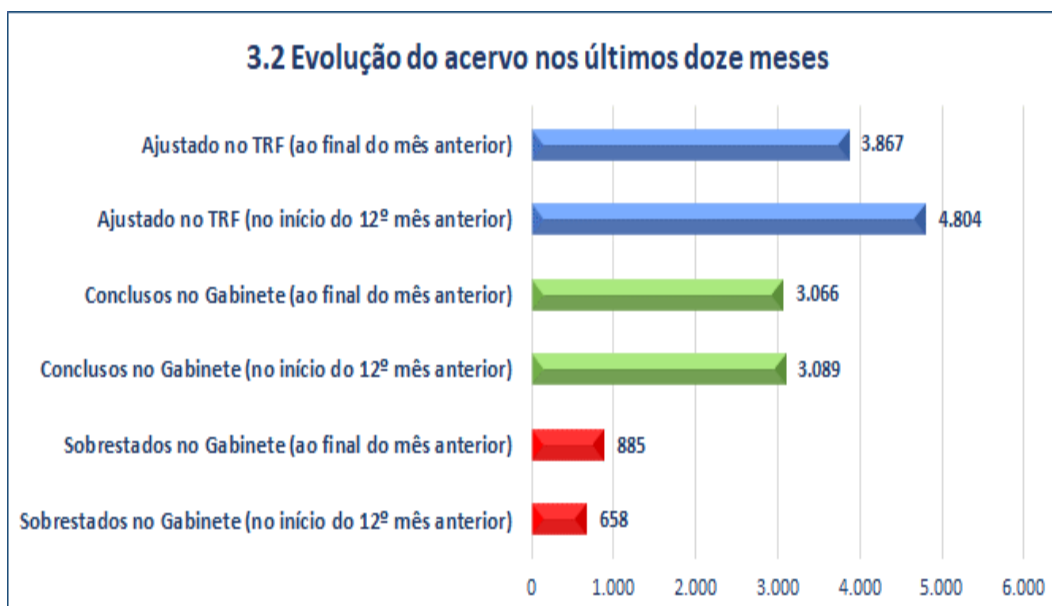
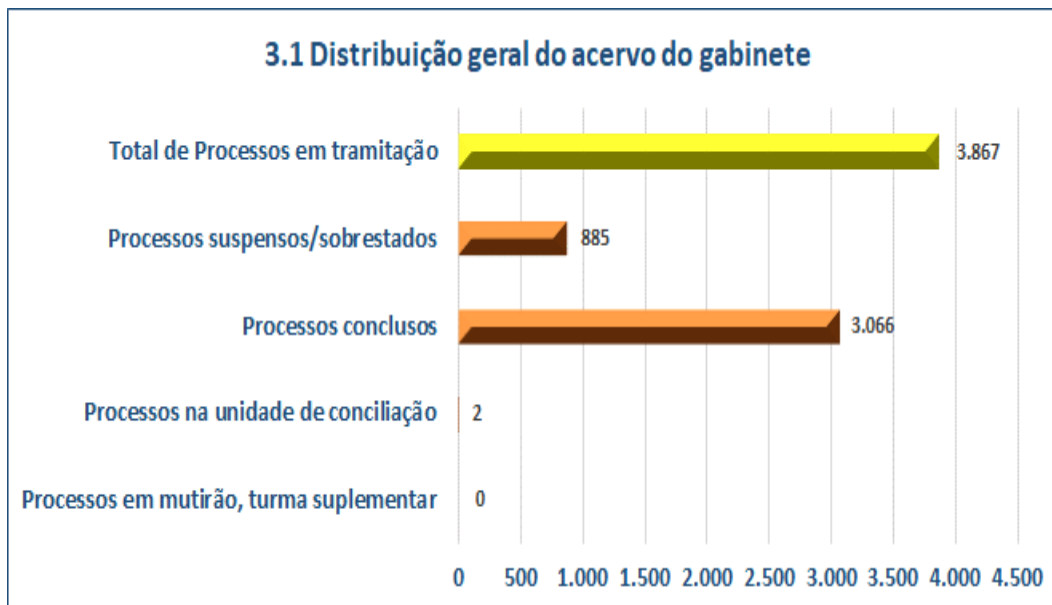
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	0

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	56
Mandados de segurança	3
IRDR	1
Conflitos de competência	2
Reclamações	1
Ações rescisórias	43
Outros	6

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.811
Recursos em ações com preferência legal	968
Outros	2.843

3.6 Processos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.811
Apelações cíveis	3.348
Agravos de instrumento	425
Outros	38

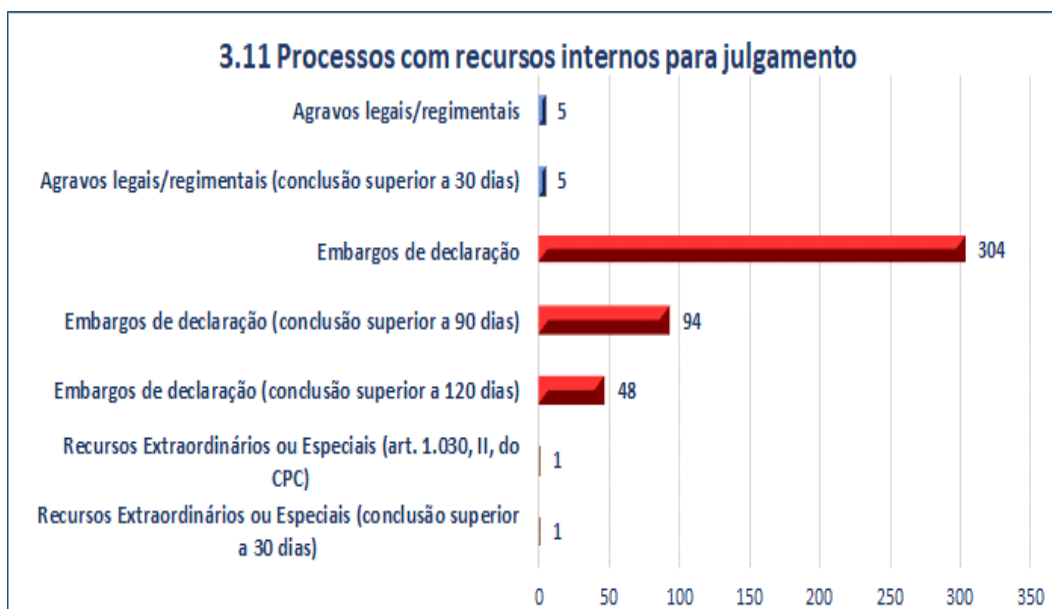
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	

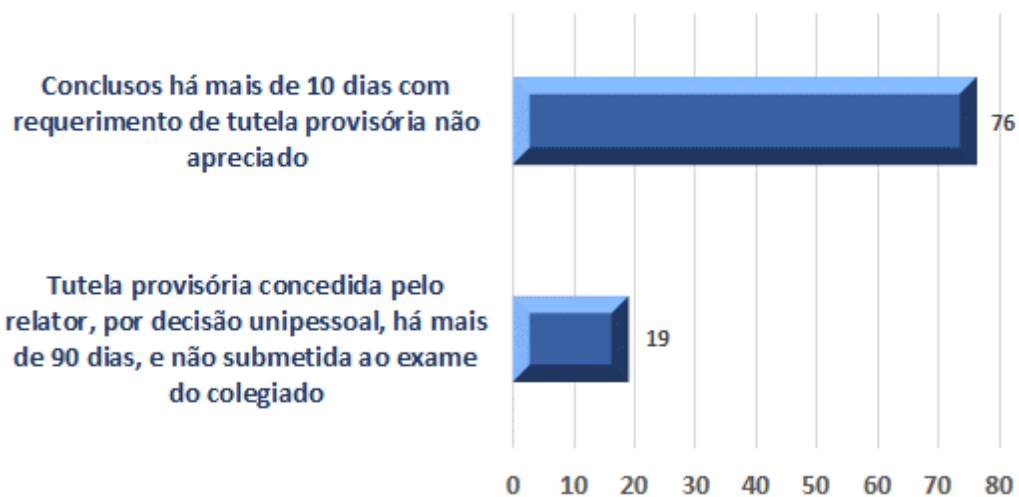
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

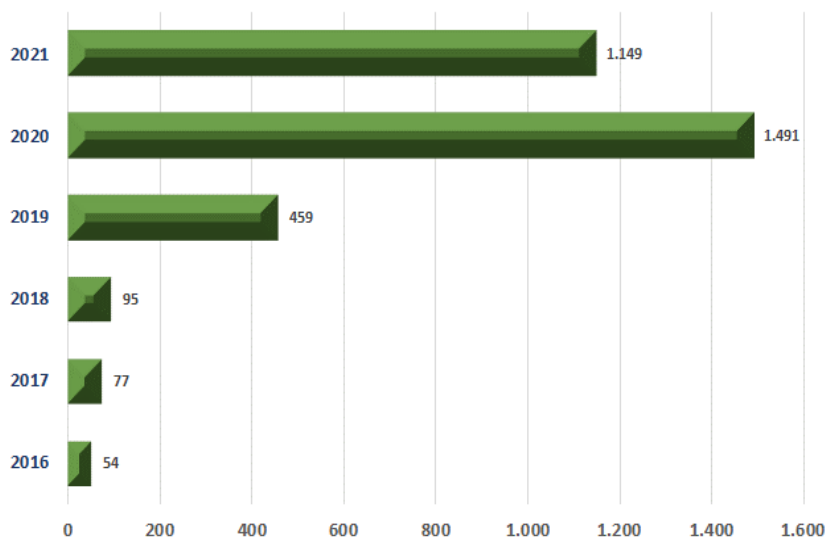
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

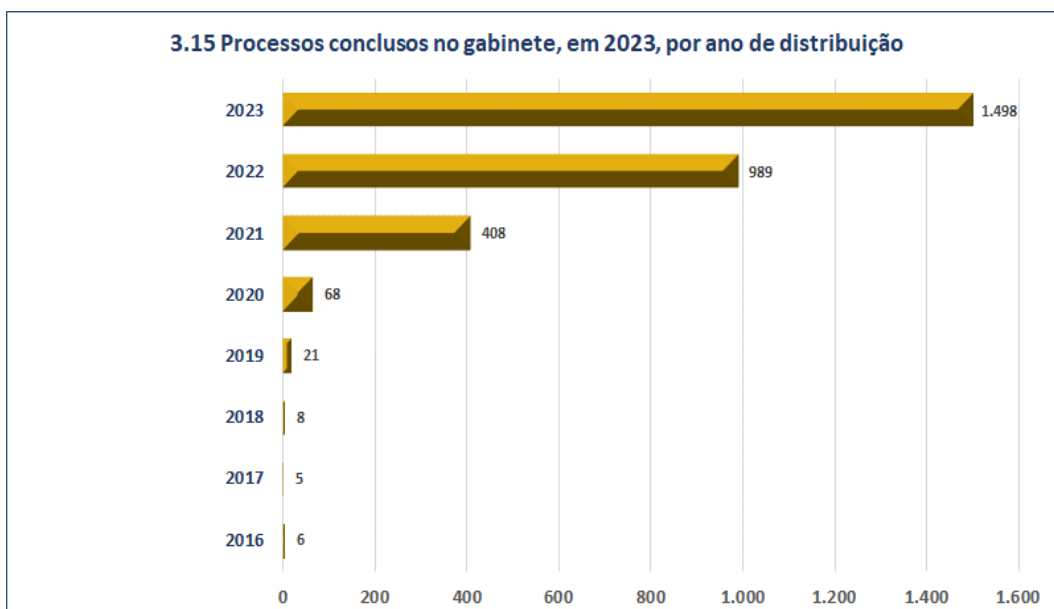
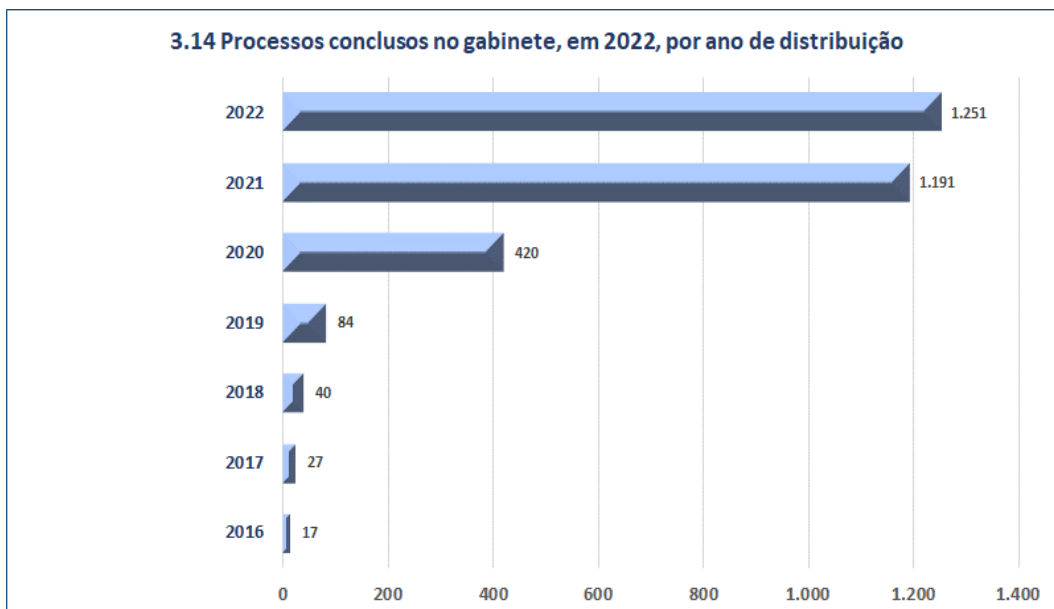


3.12 Processos com tutela provisória



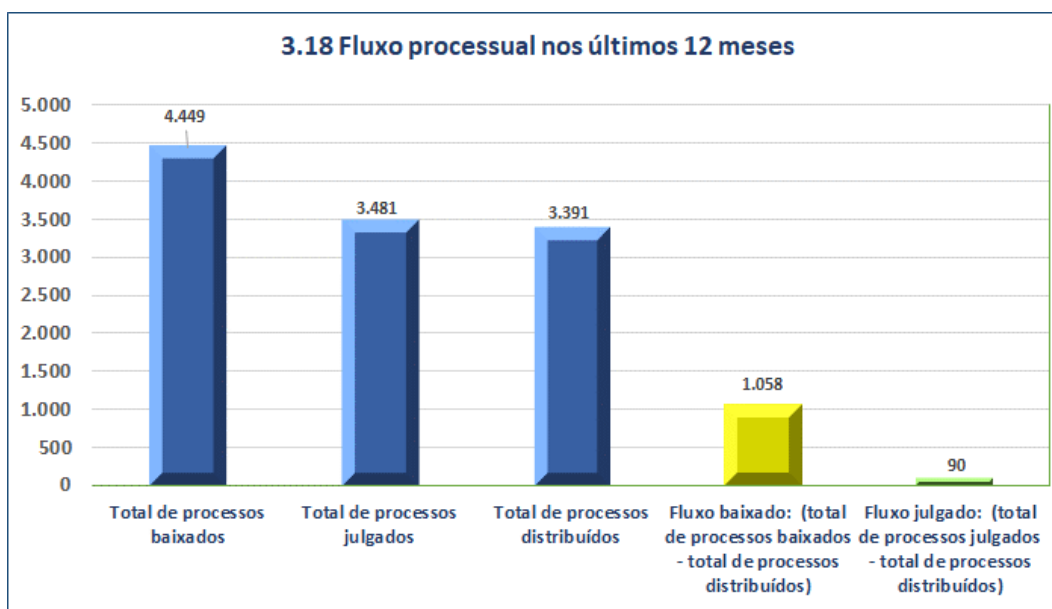
3.13 Processos concluídos no gabinete, em 2021, por ano de distribuição



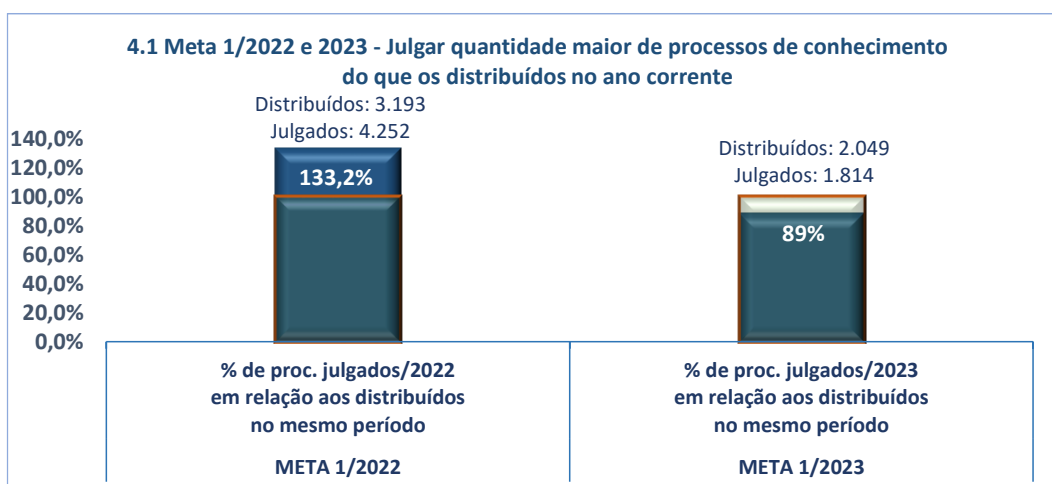


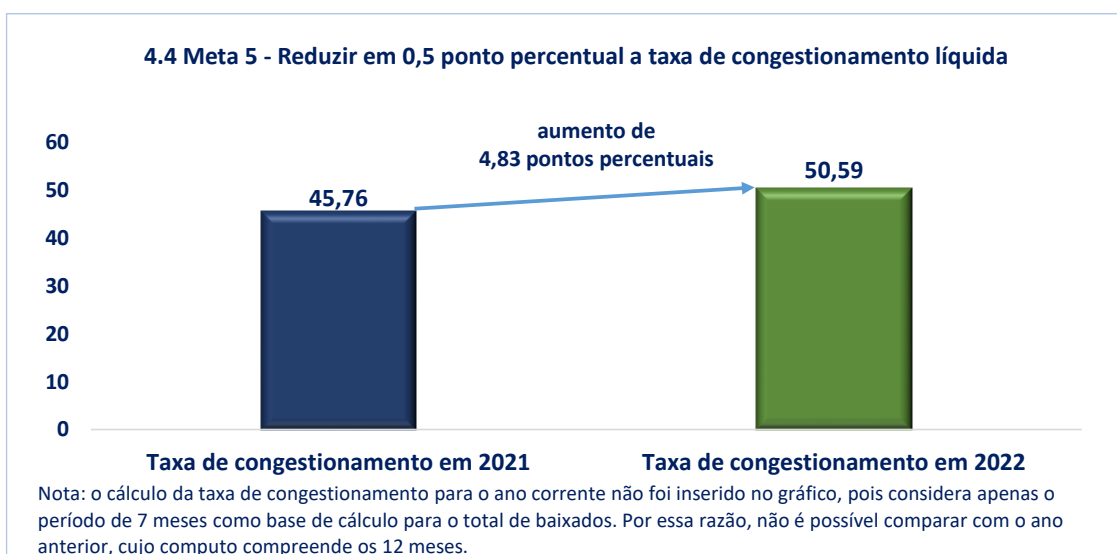
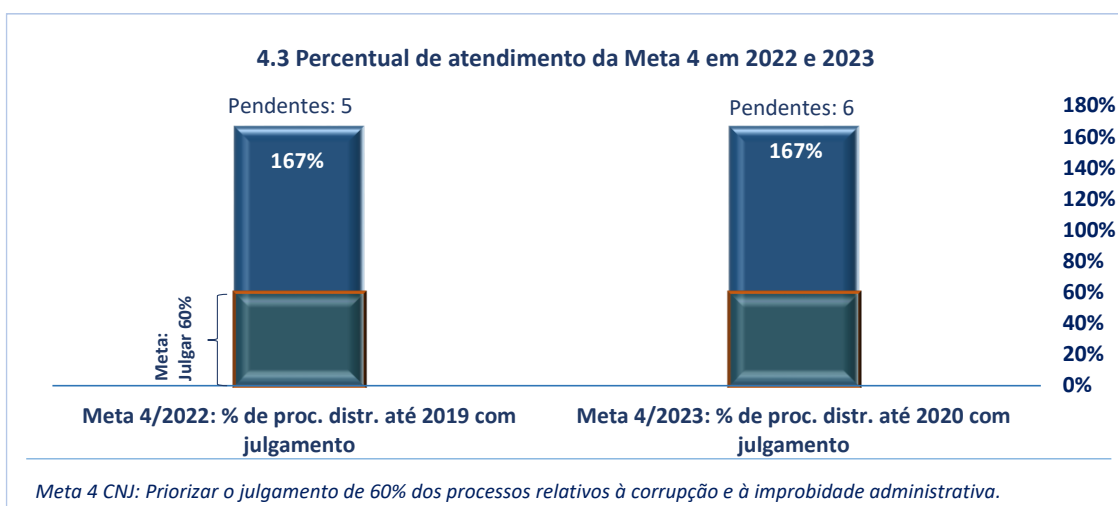
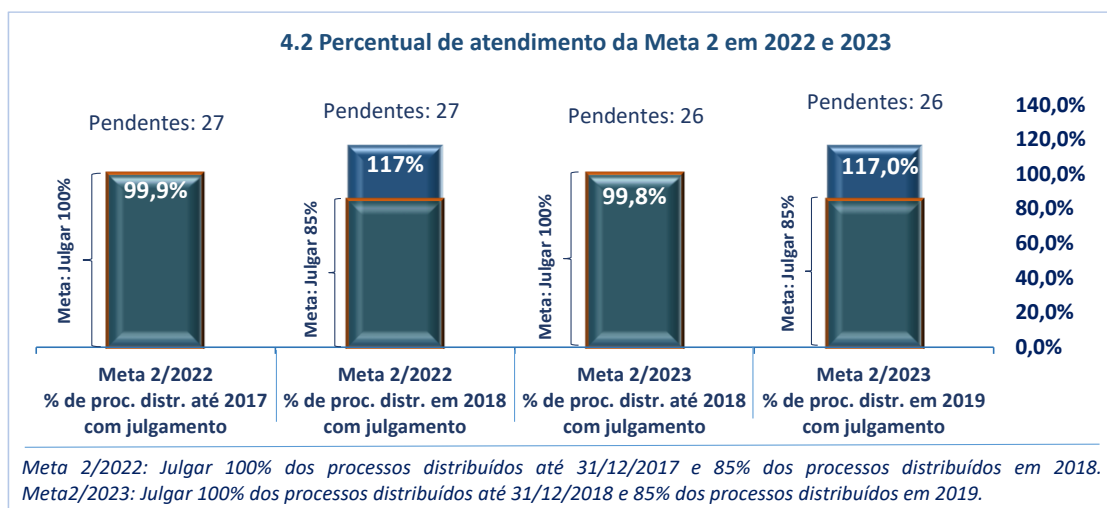
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

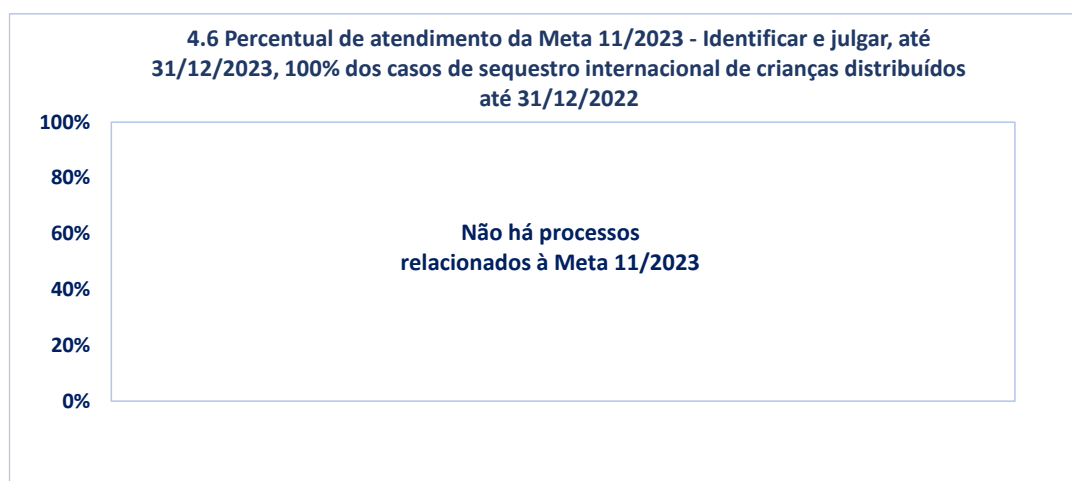
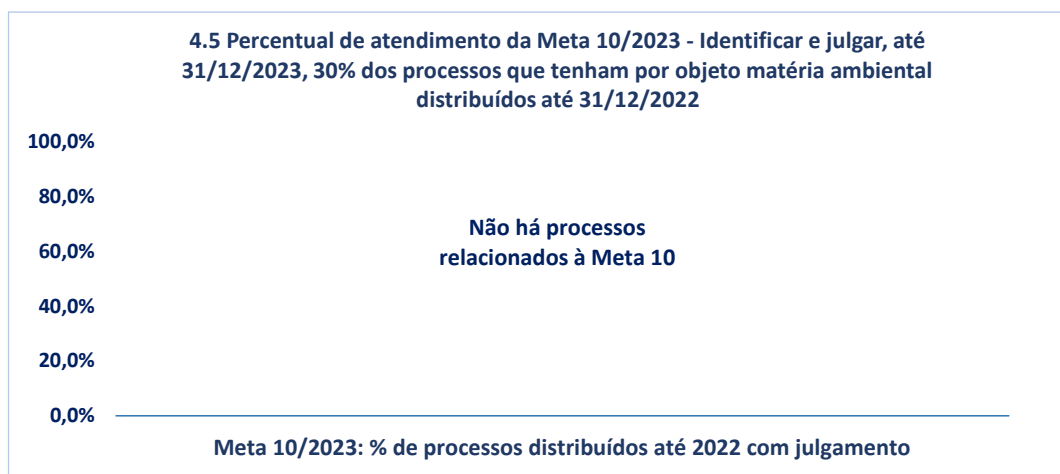
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para voto-vista	1 - já encaminhado ao gabinete da Relatora, para apontar questão de ordem.
Recebidos para revisão	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Para o controle do acervo utilizamos planilhas e gráficos obtidos no painel Power BI, alimentado pelo Setor de Estatística deste Tribunal e adaptados especificamente para o acompanhamento dos trabalhos e para aferir a produtividade do gabinete. Os gráficos permitem o acompanhamento da evolução mensal do acervo total, dos feitos concluídos no gabinete e dos feitos constantes da Meta 2 do CNJ, bem como da quantidade de entradas e saídas no respectivo mês. As tabelas e planilhas são utilizadas para fazer comparativos de produtividade de outros órgãos julgadores, para acompanhamento mensal da distribuição e da produtividade individual e coletiva da equipe e para identificação da quantidade de processos por assunto e setor. Nosso planejamento e avaliação dos resultados são tratados e discutidos mensalmente entre as gestoras e Desembargador. Nessas reuniões são estabelecidas ou revisadas as metas e feitas as avaliações de produtividade (individual e/ou coletiva). Também são analisados os dados estatísticos e feitas projeções para o período seguinte, sempre com foco e atenção para os feitos mais antigos do acervo, para os casos de prioridade legal e para

as matérias com maior volume de processos. Definidas as metas e etiquetados os processos por funcionário, são divulgadas à equipe, além de realizada reunião geral para esclarecimento de dúvidas. A distribuição das tarefas é feita conforme a experiência dos servidores (perfil, habilidade e características individuais), inclusive com acesso e orientação direta das gestoras e desembargador, para dirimir eventuais dúvidas, conforme a peculiaridade de cada processo. Foram criados grupos de trabalho no Gabinete (especialização dos servidores por perfil e qualificação), divididos por assuntos/matérias correspondentes, cada um coordenado por um assistente (FC4). Esta metodologia permite que o trabalho seja racionalizado e facilita o acompanhamento da evolução das atividades desenvolvidas. Para manter a uniformidade das decisões, há pasta de modelos (por assunto/matéria/tese), disponibilizadas a todos os servidores e que é atualizada constantemente.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O sobrestamento se dá por despacho do Desembargador, encaminhado à subsecretaria, que intima as partes do lançamento do sobrestamento. Criamos a etiqueta respectiva, indicando o nº do tema, para que seja facilmente identificado pelos servidores. Atualmente foi disponibilizada aos gabinetes a visualização da "pasta" existente no ambiente das subsecretarias, de forma a facilitar a visualização dos processos de relatoria do Desembargador que estão sobrestados. Acompanhamos as publicações dos Tribunais Superiores e sempre que julgado e definida determinada tese, determina-se o levantamento do respectivo sobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

São boas práticas no gabinete o atendimento a advogados, partes ou interessados de pronto, sem necessidade de agendamento, uma vez que as gestoras e desembargador estão presentes diariamente. Também podemos citar a disponibilização na entrada do gabinete de gráfico indicativo da produtividade, distribuição e comparativo entre gabinetes que compõem a 3ª Seção. Outra boa prática são os agendamentos de reuniões setoriais entre gestoras, desembargador e equipe para discussão de casos atuais e dúvidas processuais. A ferramenta "teams" também é amplamente utilizada pelo gabinete, pois havendo trabalho remoto da equipe, tem se mostrado um meio eficaz de comunicação, divulgação de orientações, modelos, solução de dúvidas pontuais e demais questões administrativas. Outra boa prática é a troca de experiências entre os gestores dos gabinetes da 7ª Turma, que realizam reuniões mensais, levando aos demais as principais questões enfrentadas pela equipe, as dúvidas e eventuais soluções adotadas por cada Relator, facilitando o trabalho do colegiado.

5.4 Dificuldades

Atualmente, há certa dificuldade no cálculo dos processos em que há preenchimento de requisitos para concessão de benefício de tempo de contribuição após a EC 103/2019. Trata-se de nova situação, em que as partes podem ter direito a mais de uma modalidade de benefício, combinando diversos requisitos, o que torna mais trabalhosa a confecção das minutas. Também podemos apontar a aplicação do Tema

995 do STJ, que autorizou a "reafirmação da DER", devendo-se levar em conta, de ofício, o tempo de trabalho posterior ao ajuizamento da ação, o que requer um trâmite mais longo do processo previdenciário no Tribunal, pois há possibilidade de produção de prova e necessidade de intimação do INSS para que se manifeste a respeito.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, há meta de produtividade estabelecida mensalmente para os servidores em teletrabalho, de forma idêntica aos que trabalham de forma presencial, uma vez que com exceção das gestoras e do Desembargador, que comparecem diariamente ao Tribunal, todos os servidores têm ao menos um dia de trabalho remoto, de forma a atender à atual disciplina do teletrabalho, não excedendo o contingente de 30% diário em trabalho remoto.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Atualmente não.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0019613-16.2007.4.03.9999	2/7/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: processo trata de restauração de autos, veio concluso ao gabinete com documentos constantes no sistema gedpro em 31/5/23. Será incluído na pauta de 10/10/23.		
0013220-94.2015.4.03.9999	6/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo trata de restauração de autos, já está incluído na pauta da sessão de julgamentos de 26/9/2023.		
5370686-09.2020.4.03.9999	4/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo retirado de pauta pelo então relator do processo, Dr Toru Yamamoto. Estava na pasta aguardando sessão sem inclusão em pauta. Abrimos chamado no setor para recolocarem no fluxo. Previsão de inclusão na pauta de 10/10/23.		
0003609-41.2016.4.03.6133	25/2/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta de julgamentos de 22/11/22 e retirado pelo relator da época, DF Toru Yamamoto. Processo estava em pasta aguardando sessão, de forma equivocada, fora do fluxo correto para futura inclusão em pauta. Solicitamos à informática sua correta localização. Será pautado para 10/10/23		
5049594-14.2021.4.03.9999	12/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo retirado de julgamento em novembro de 2022 pelo então Relator Dr Toru Yamamoto, encontrava-se na pasta aguardando sessão sem inclusão em pauta. Abrimos chamado e a previsão é de inclusão na pauta de 10/10/23.		
5113541-42.2021.4.03.9999	18/6/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: já designada servidora para preparar minuta, previsão de inclusão na pauta de 10/10/23.		
5000464-08.2018.4.03.6007	6/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já destinado à servidora para preparar minuta - previsão de inclusão em pauta de 10/10/23		
5003848-39.2020.4.03.6126	14/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado em 10/8/2023, em curso de prazo na subsecretaria		
5005937-56.2020.4.03.6119	16/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo encaminhado para servidora preparar minuta, previsão de inclusão na pauta de julgamentos de 10/10/2023		
5008984-41.2019.4.03.6000	9/7/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo está na listagem preparada pela AGES, dos processos que serão redistribuídos aos novos gabinetes com previsão de instalação em 11/9/2023		
5004445-31.2020.4.03.6183	19/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamentos de 12/9/23.		

5130629-93.2021.4.03.9999	20/7/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo com prazo em curso na subsecretaria. Julgado na sessão de 10/8/23.		
5134823-39.2021.4.03.9999	27/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: processo com prazo em curso na subsecretaria. Julgado na sessão de 10/8/23.		
5001524-86.2019.4.03.6134	9/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: retirado de pauta de 8/8/23 para regularização da representação processual, já providenciada, será incluído na pauta de 10/10/23.		
5145032-67.2021.4.03.9999	17/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: já designada servidora para minutar. Previsão de inclusão em pauta de 10/10/23.		
0005079-06.2006.4.03.6183	27/12/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferido despacho para regularização da representação processual, determinando retorno dos autos para apreciar juízo de retratação. Processo redistribuído a este gabinete em agosto de 2021. Previsão de inclusão em pauta em 10/10/23 ou 24/10/23, a depender da conclusão.		
0030541-40.2013.4.03.0000	9/11/2020	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: o processo trata de restauração de autos, foi julgado pela 7ª Turma em dezembro de 2021 e veio à conclusão em fevereiro de 2022. Estava erroneamente na tarefa "aguardando sessão", abrimos chamado na informática para que recoloquem o processo no fluxo, para inclusão em pauta de 24/10/23.		
5041923-03.2022.4.03.9999	18/3/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo já incluído na pauta de julgamentos de 12/9/23.		
0003679-39.2015.4.03.6183	28/8/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo recebido pelo gabinete em 25/3/22 para juízo de retratação. Já designada servidora para minutar e incluir na pauta de 10/10/23		
0001565-79.2005.4.03.6183	15/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos de 12/9/23 - havia retornado ao gabinete em 26/4/22 para juízo de retratação		
5006321-55.2021.4.03.6128	13/6/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo já destinado à servidor que preparará a minuta, previsão de inclusão na pauta de 10/10/2023		
0000359-41.2013.4.03.6315	23/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 2/12/22, será incluído na pauta de 10/10/23		
0005599-03.2002.4.03.9999	27/2/2002	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo remetido para juízo de retratação em fevereiro de 2023. Será incluído na pauta de 10/10/23		
0039906-26.2015.4.03.9999	21/10/2015	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo já incluído na sessão de julgamentos de 12/9/23		
0048207-20.1995.4.03.6100	8/4/1999	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo veio à conclusão para julgamento de juízo de retratação em fevereiro de 2023. Já designada servidora para preparar a minuta.		
0005786-76.2003.4.03.6183	17/3/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na subsecretaria, com prazo em curso. Proferido acórdão em juízo de retratação, sessão de julgamentos de 10/8/23		
5008756-65.2020.4.03.6183	21/1/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com agravo interno pendente de julgamento, concluso em 27/3/2023, previsão de inclusão na pauta de 24/10/23		
5011026-05.2020.4.03.6105	22/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos de 26/9/23.		
5030981-33.2022.4.03.0000	16/11/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já incluído na pauta de julgamentos de 26/9/2023		
5004249-39.2022.4.03.6103	23/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado, pendência de julgamento do tema "revisão da vida toda"		
5004774-21.2022.4.03.6103	1º/2/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado, trata do tema pendente "revisão da vida toda".		
5012083-35.2023.4.03.0000	9/5/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado à servidora para preparar minuta de extinção do feito sem análise do mérito. Caso de incompetência deste TRF3.		
5011902-34.2023.4.03.0000	7/5/2023	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Processo já destinado ao servidor responsável que preparará a minuta, previsão de inclusão na pauta de 26/10/23.		
5010276-77.2023.4.03.0000	18/4/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo incluído na listagem preparada pela AGES para redistribuição aos novos gabinetes com previsão de implantação em 11/9/2023		
5016137-44.2023.4.03.0000	14/6/2023	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na subsecretaria. Proferida decisão que não concedeu a antecipação de tutela em 22/8/23.		
5004499-45.2017.4.03.6104	26/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na subsecretaria, extinto sem julgamento do mérito, ausência de habilitação de herdeiros.		
0011697-20.2013.4.03.6183	6/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo veio à conclusão em 12/7/2023, a subsecretaria certificou o decurso do prazo para que a viúva procedesse à habilitação. Intimada por edital, não se manifestou. Processo encaminhado à servidora que preparará minuta de extinção do feito sem análise do mérito.		

5031396-84.2020.4.03.0000	19/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na subsecretaria - partes foram intimadas dos cálculos juntados - previsão de inclusão na pauta de 24/10/23.		
5015801-45.2020.4.03.0000	14/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já incluído na pauta da sessão de julgamentos de 26/9/23.		
5030631-79.2021.4.03.0000	7/12/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Oposição de embargos de declaração e conclusão em junho de 2023. Processo em que já foi designado servidor para preparação da minuta. Será incluído na pauta de 24/10/23.		
5340202-11.2020.4.03.9999	11/10/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Já designada servidora para preparar a minuta. Previsão de inclusão na pauta de julgamentos de 24/10/23.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 40 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

5006321-55.2021.4.03.6128	0030541-40.2013.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) regularizar a fase processual no sistema (lançar no sistema a fase de conclusão para julgamento):

5004445-31.2020.4.03.6183

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Marcelo Vieira e pelas servidoras Mirian Terezinha Doutel Pastore (Assessora) e Caroline Ravagnani Sichieri Fornari (Chefe de Gabinete).

O Desembargador Marcelo Vieira assumiu suas funções no Tribunal em 1º/12/2022, inicialmente na 8ª Turma (Gabinete 29), passando para a 7ª Turma (Gabinete 23) em 21/3/2023, sendo este o gabinete inspecionado. Digno de nota que o Desembargador manteve toda a equipe que trabalhava com o Ministro Paulo Domingues quando este integrava o TRF3, a qual tem larga experiência na matéria da competência da 7ª Turma (Previdenciário), por ter laborado no Gabinete 24, também da 7ª Turma, de 2014 a 2021.

As entrevistadas demonstraram domínio das atividades de gestão do Gabinete, conduzindo o trabalho de modo organizado e sistematizado, com o estabelecimento de metas e controle do acervo. O trabalho é organizado em equipes, divididas por matérias (tempo de contribuição, benefícios por incapacidade, execução etc), tanto em relação às apelações como aos agravos de instrumento. Cerca de 80% dos processos conclusos

referem-se a discussão acerca de tempo de contribuição, sendo relatada, inclusive, dificuldade em relação à análise dos processos e à verificação dos segurados que reúnem as condições para aposentadoria, especialmente após a EC 103/2019 e a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça quanto à reafirmação da DER. Foi informado, contudo, que está sendo desenvolvida pela equipe de Tecnologia da Informação, a partir de discussões nas Turmas privativas de questões previdenciária, uma tabela para cálculo de tempo de contribuição, a qual será incorporada ao sistema PJe, sendo o Gabinete ora inspecionado o escolhido para testar a ferramenta, quando concluída. Tal iniciativa é de interesse de toda a Justiça Federal, sendo interessante o Conselho da Justiça Federal verificar a possibilidade de padronização e compartilhamento com os demais Tribunais e Turmas Recursais/Juizados Especiais Federais.

Outra boa prática que se pode observar na 7ª Turma é a realização de reuniões mensais com as assessorias dos gabinetes para discussão dos problemas enfrentados e troca de experiências.

O Desembargador e as gestoras do Gabinete (Assessora e Chefe de Gabinete), trabalham presencialmente todos os dias. Os demais servidores trabalham no formato híbrido (três dias presencial e dois em teletrabalho), em sistema de rodízio, de modo a garantir a presença diária de 70% da equipe presencial, conforme determina a Resolução CNJ n. 481/2022. No entanto, foi relatado ter havido diminuição na produtividade com a redução do trabalho à distância, bem como insatisfação dos servidores, especialmente considerando os problemas de deslocamento na cidade de São Paulo.

A lotação ideal em cada gabinete, após a instalação dos gabinetes criados com a Lei n. 14.253/2022, é de 14 servidores. Porém, o gabinete inspecionado conta com apenas 13 servidores, sendo informado que há dificuldade de provimento da vaga remanescente, inclusive em razão do grande número de desistência entre os nomeados do último concurso.

Com a criação dos novos gabinetes, foi redistribuído, em 11/9/23, 20% do acervo dos gabinetes existentes, a partir de critérios predeterminados pela Presidência. Em razão disso, os dados indicados nos gráficos integrantes deste relatório estão desatualizados. Em relação à Meta 1, por exemplo, o gráfico 4.1 sinaliza que em 2022 foi cumprida 133,2% da meta, enquanto no ano em curso, na data em que coletados os dados, estava cumprida apenas 89% da meta. Contudo, com a redistribuição de 20% do acervo, é de se supor que a meta tenha sido alcançada.

Ainda em relação às metas, é de se observar que os dados analisados foram extraídos pelos painéis disponibilizados pela equipe de estatística do Tribunal. Contudo, há inconsistência em tais dados, pois, como se trata de um Gabinete com competência privativa em matéria previdenciária, não haveria possibilidade de se encontrar processos vinculados à Meta 4 - CNJ, relativa ao julgamento de processos que tratam de corrupção e improbidade administrativa. No entanto, apareceram 3 processos como sendo da Meta 4/2022 e 5 da Meta 4/2023. Contudo, foi informado no questionário que se trata de

processos já julgados pela 5ª Turma, sob a relatoria do Desembargador Paulo Fontes, ou seja, jamais integraram o acervo Gabinete 23, atualmente titularizado pelo Desembargador Marcelo Vieira.

A 7ª Turma realiza duas sessões por mês, sendo uma virtual e outra presencial. Mesmo nos casos em que há julgamento de temas de recursos repetitivos ou de repercussão geral, ou nas demais hipóteses do art. 932, do CPC, o Desembargador Marcelo Vieira submete o julgamento à Turma, realizando julgamento monocrático apenas depois de firmado o entendimento do Colegiado.

O sobrestamento de processos restringe-se aos casos em que há determinação nesse sentido pelos Tribunais Superiores e é realizado por despacho do Desembargador, sendo as partes intimadas. Foi informado que o sobrestamento seria feito na Subsecretaria, sendo possível a visualização, no perfil do gabinete, da pasta de processos sobrestados, o que facilitaria o controle e organização. No entanto, conforme restou esclarecido quando da entrevista realizada na Subsecretaria Unificada A da 3ª Seção (7ª e 9ª Turmas), incumbe a esta apenas realizar a intimação do despacho de sobrestamento, devolvendo, após o decurso de prazo, os autos para sobrestamento no próprio Gabinete.

Segundo relatado, até maio de 2023, a média de conclusão mensal ficava em torno de 250 - 270 processos. Porém, com o julgamento de Tema 1102 pelo Supremo Tribunal Federal (revisão da vida toda), teria havido um incremento na distribuição, chegando a 450 por mês. Acredita-se, contudo, que se trate de situação atípica e que a distribuição volte ao antigo patamar ou até mesmo seja reduzido, em razão da criação dos novos gabinetes.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, passando de 3.473 para 3.066.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.089 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.066.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 320, na última inspeção, para 304, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 7ª Turma, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo bastante inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 9.

A partir dos dados disponibilizados para a inspeção, assim como daqueles fornecidos durante a entrevista e da análise dos processos selecionados pela equipe do CJF, observa-se que apesar de o Desembargador ter assumido o Gabinete há apenas seis meses, este vem sendo muito bem conduzido, contando com assessoria e equipe bastante experiente, o que se reflete também no tempo médio para julgamento dos processos, que corresponde à metade do tempo médio da Turma. Inclusive, dos 40 processos selecionados pela equipe de estatística do CJF para a inspeção, apenas 3 apresentam pendências. Todos os demais já foram regularizados. A expectativa, portanto, é de que, com a continuidade do trabalho que já vem sendo realizado, haja redução do acervo e cumprimento de todas as metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JEAN MARCOS

Gabinete do Desembargador Federal Antonio Morimoto – respondido em 28/8 a 8/9/23 – 1ª Fase

Atualmente: DF Jean Marcos a partir de 18/9/23

(os dados informados nos itens identificados com asterisco referem-se ao Gabinete do Desembargador Antônio Morimoto. As informações acerca dos servidores e plano de gestão do gabinete estão retratadas no resultado da entrevista - item 10)

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação *

Gabinete do Desembargador Federal Antonio Morimoto

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

7ª Turma/3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade *

Desde 20/6/23 - Ato Pres/TRF3 n. 4885/23. Após 11/9/23, o Des. Fed. Antonio Morimoto será removido, a pedido, para o Gabinete 45 da Primeira Turma (Ato Pres/TRF3 n. 5015/23).

2. RECURSOS HUMANOS *

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Angela Delazeri de Faria Soares – assessora

2.2 Quadro de Pessoal *

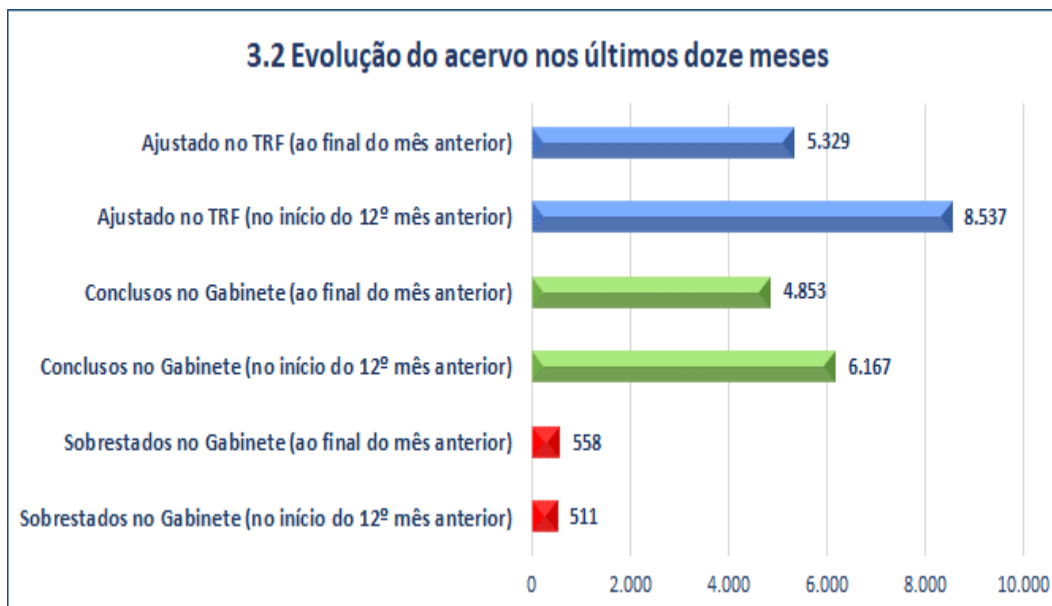
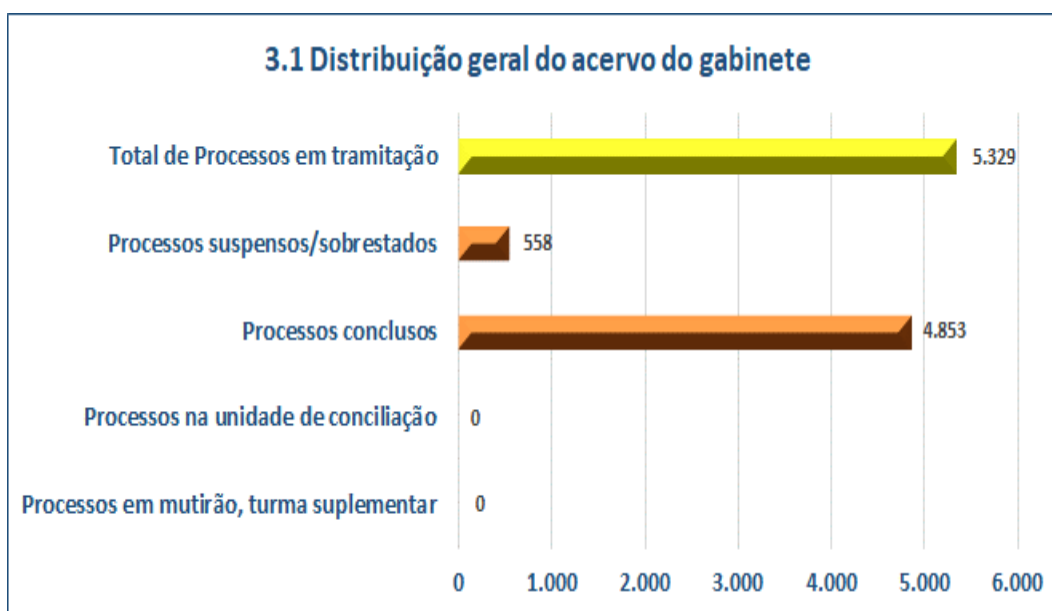
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1

FC-6	0
FC-5	0
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0
FC-4	4

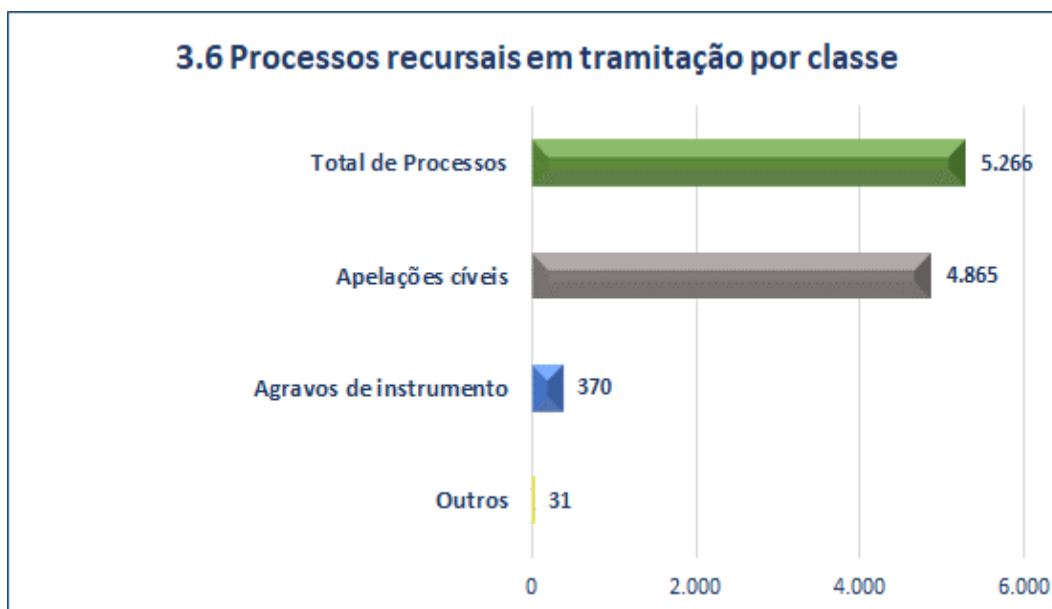
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	61
Mandados de segurança	1
Conflitos de competência	14
Ações rescisórias	25
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Reclamações	0
Outros	21

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.266
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações com preferência legal	1.693
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Outros	3.570



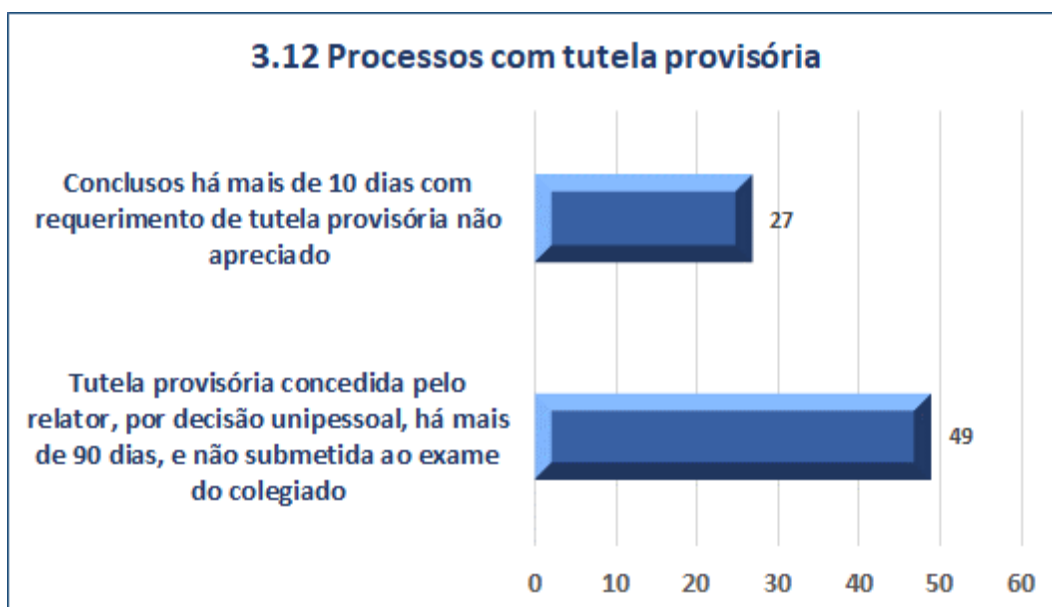
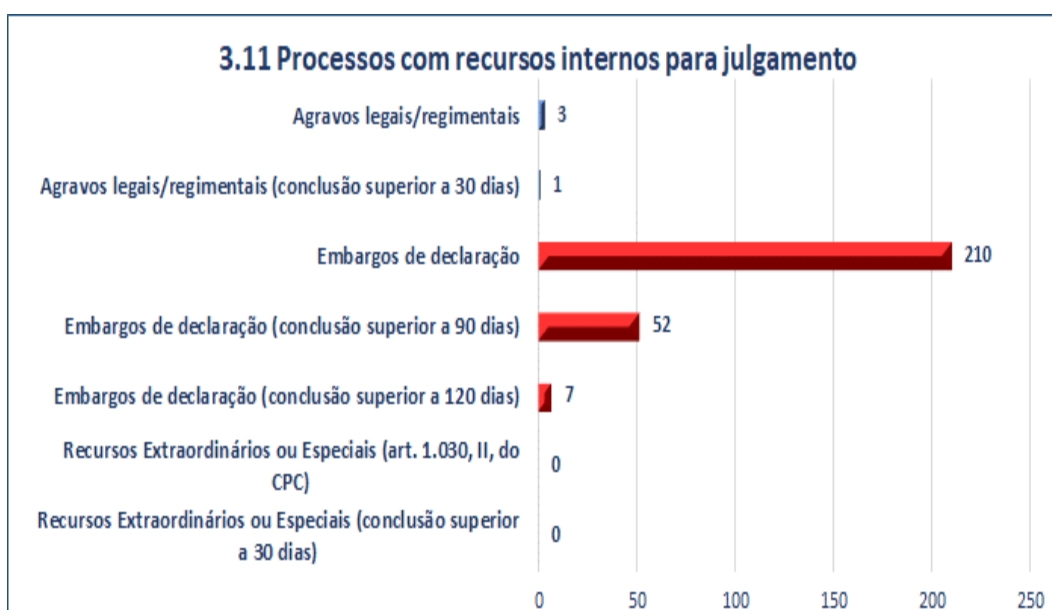
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

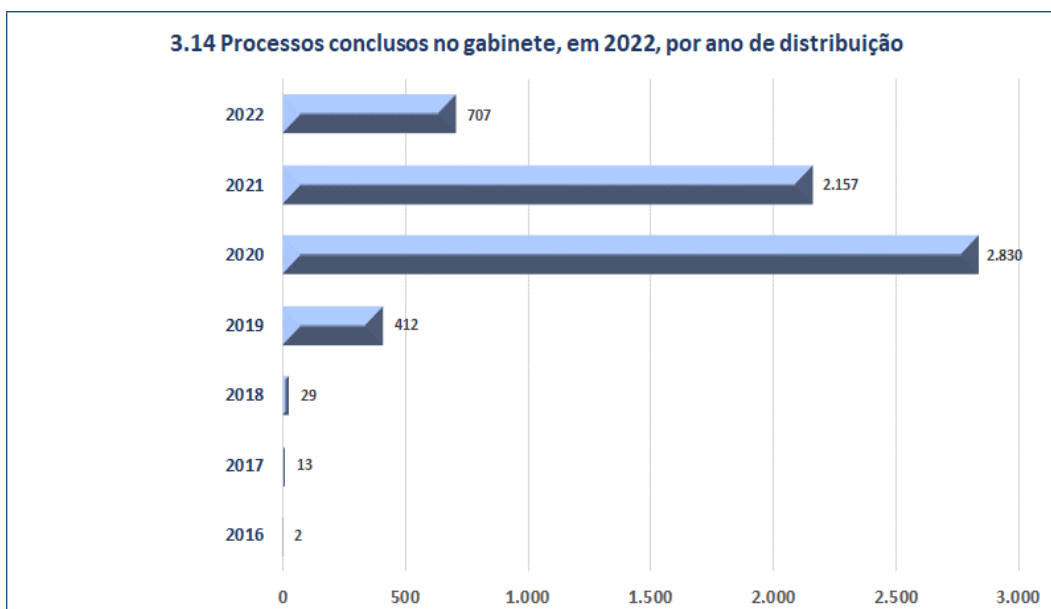
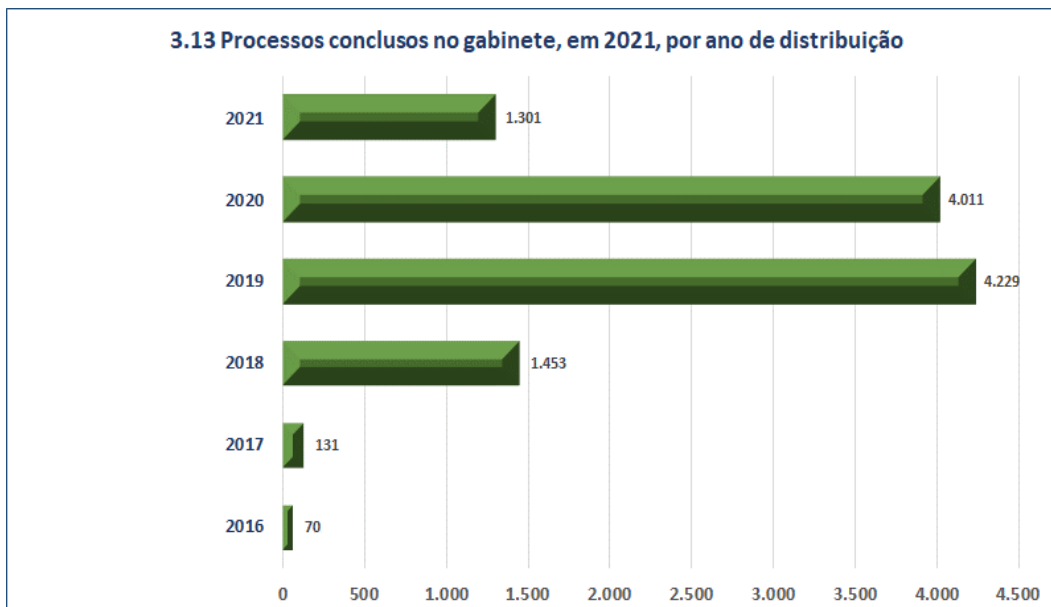
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

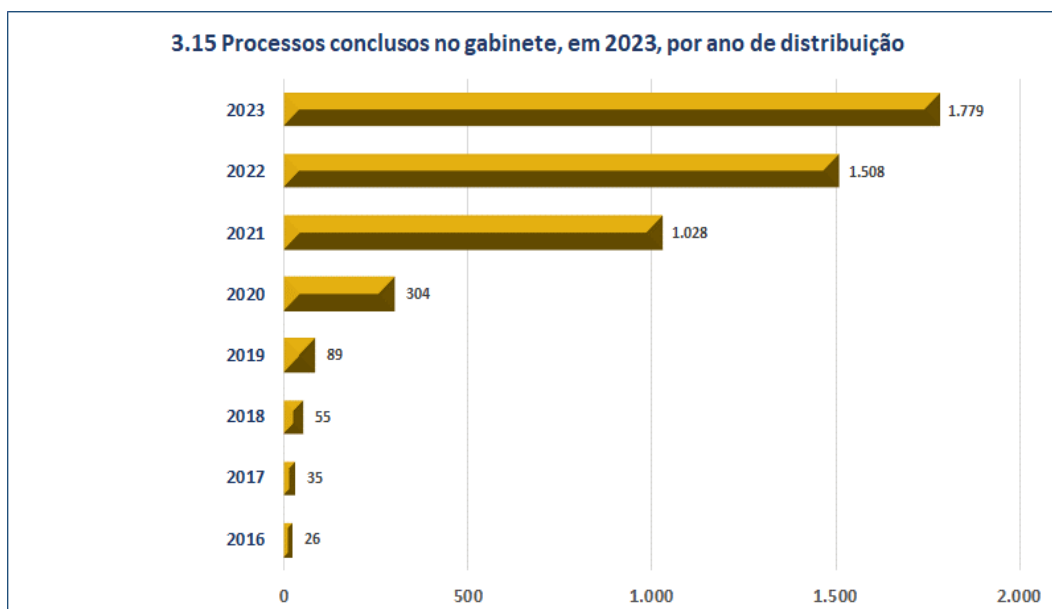
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	0
---------------	---

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

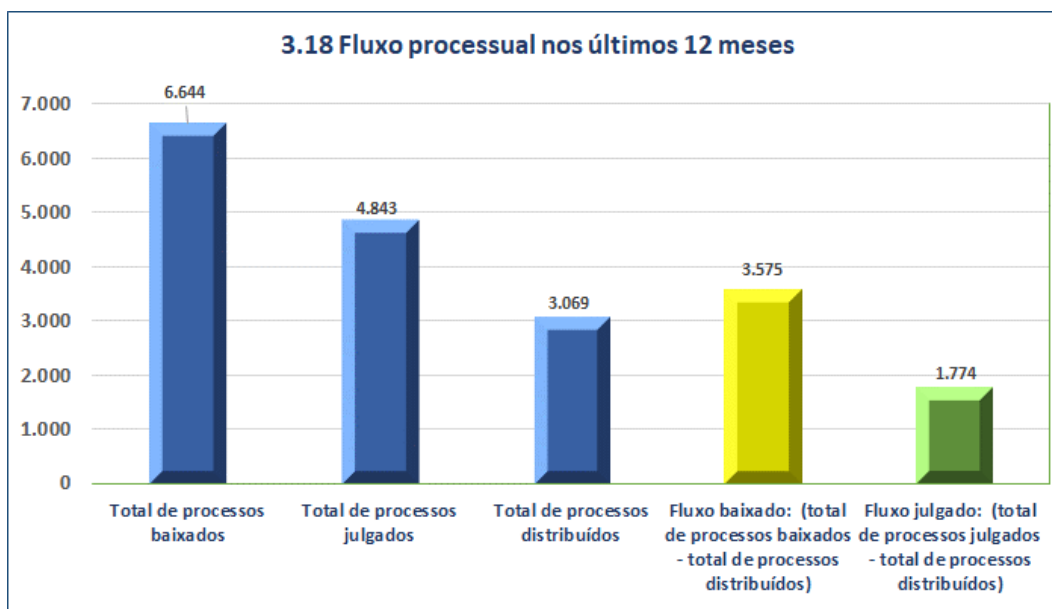




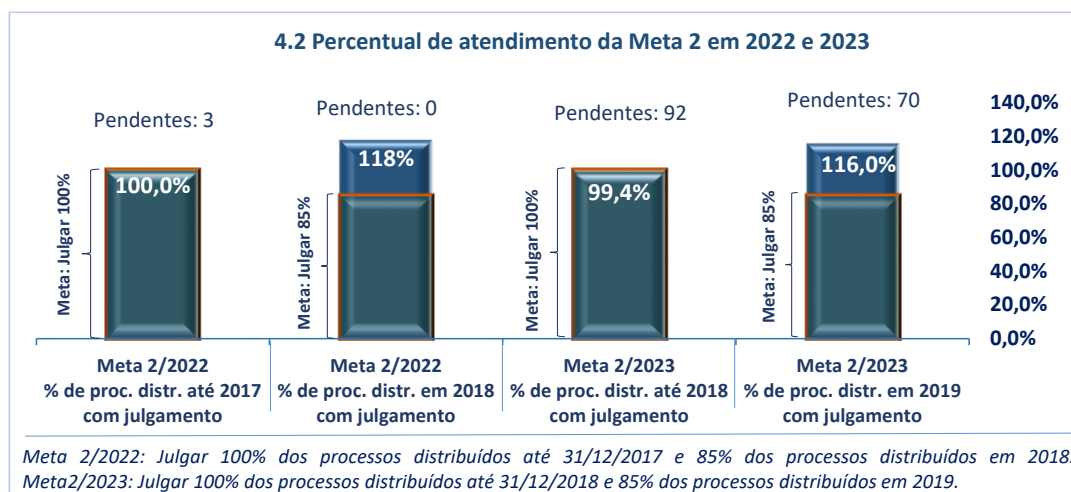
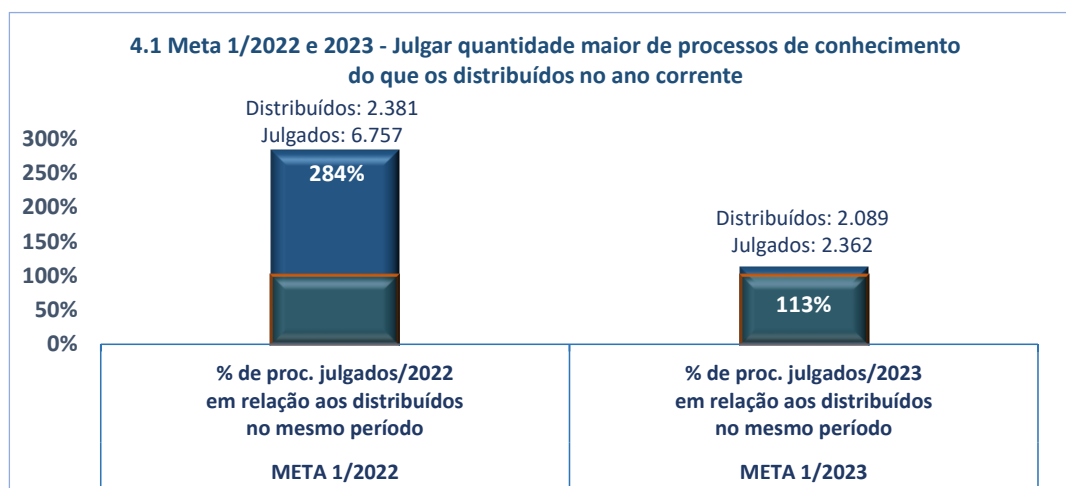


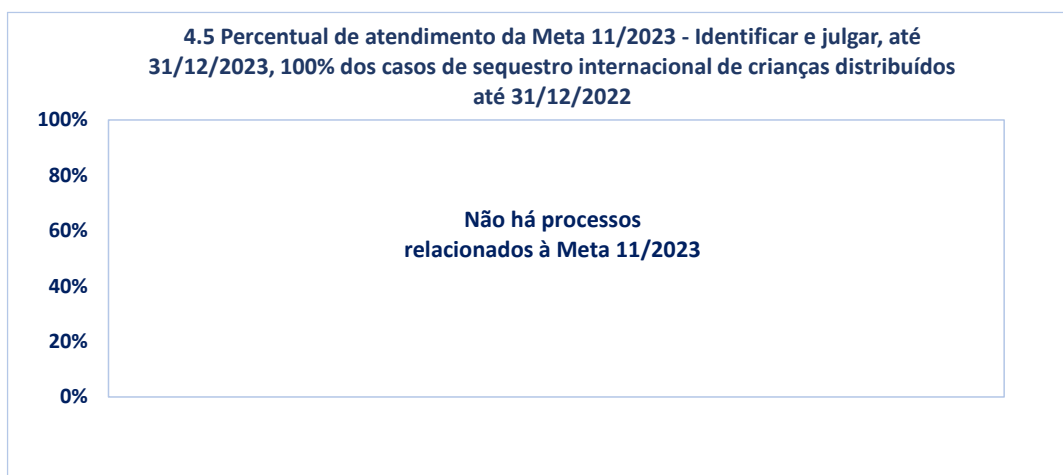
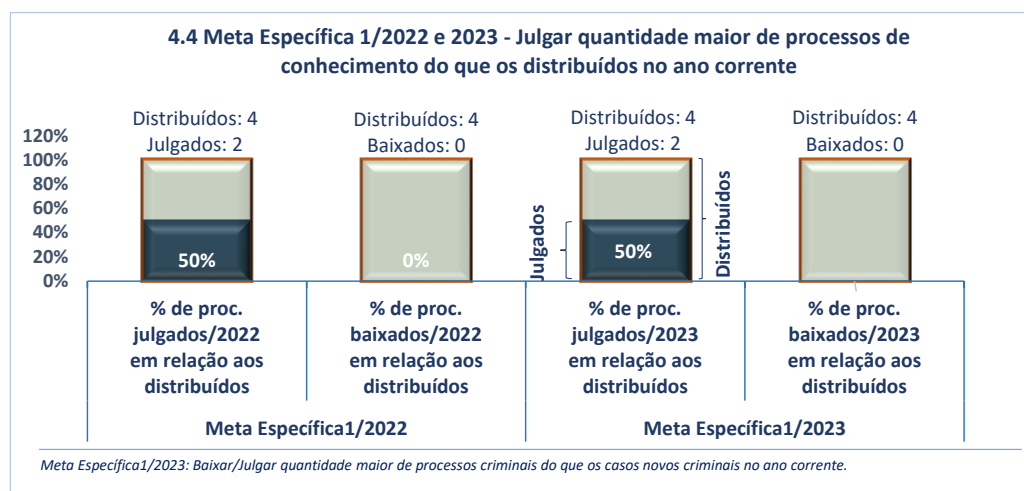
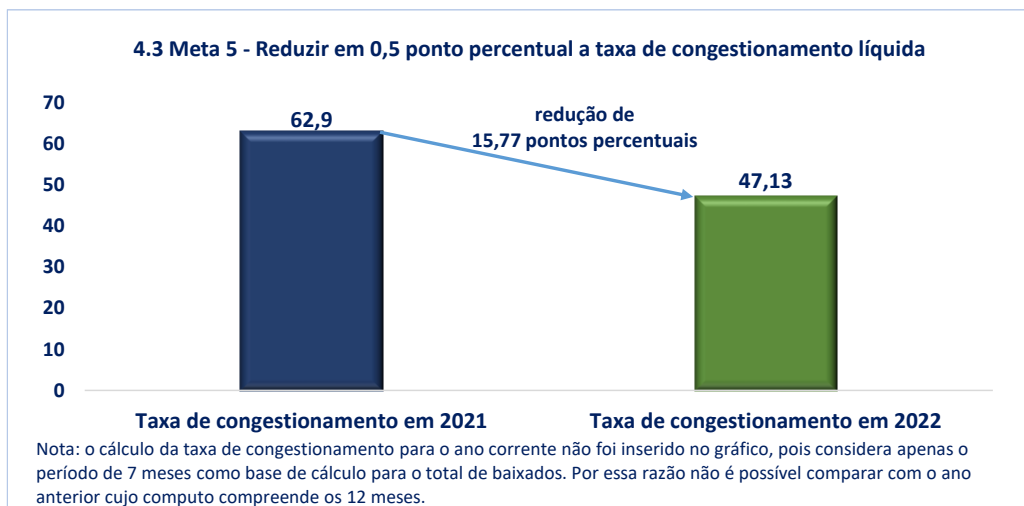
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





5. PLANO DE GESTÃO *

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Nosso plano de gestão é composto de rotinas direcionadas à redução do acervo, observando-se o cumprimento das metas do CNJ e o célere julgamento de feitos com prioridade legal. Na triagem dos processos, são identificados, por meio da inclusão de etiquetas próprias, pedidos de concessão de liminar, processos mais antigos, além de retratações, embargos de declaração e agravos internos. Há adequada distribuição da força de trabalho entre os servidores, cujas equipes especializadas por matérias adaptam matrizes pré-aprovadas de entendimentos do Desembargador a casos concretos, em minutas de despachos, decisões e votos. As metas são traçadas de acordo com o grau de complexidade da matéria analisada. São realizadas, periodicamente, reuniões presenciais ou por videoconferência, com o intuito de motivar a equipe e padronizar o exercício das atividades.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Após comunicação de que houve afetação de controvérsia, com determinação de suspensão pelos Tribunais Superiores, são lançadas, nos processos correlatos, decisões de sobrestamento, com indicação do número do Tema no PJe. Os feitos são encaminhados à secretaria. Periodicamente, quando requisitado, a secretaria envia relatório, por e-mail, com a relação desses processos, por matéria. Assim que publicada a tese firmada em Repetitivo, o gabinete requisita os processos para imediato julgamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Especialização das equipes, observada a afinidade de cada servidor com a matéria a ser analisada; reuniões periódicas com os servidores, com a presença do Desembargador; padronização da forma de trabalho adotada na unidade, inclusive para análise de casos concretos, conforme orientações do Desembargador; e controle estatístico mensal de redução do acervo por planilhas.

5.4 Dificuldades

- Recente redução do número de servidores nos gabinetes, de 16 para 14, devido à ampliação das Turmas que compõem o TRF3. - Ausência de treinamento específico de tarefas gerais e das matérias de competência do gabinete a servidores recém-empossados.

6. TELETRABALHO *

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. O Gabinete atende os critérios definidos nas Resoluções n. 481 do CNJ e n. 565 do TRF3, observado o percentual máximo diário de 30% do nosso quadro permanente em teletrabalho. Dos 14 servidores aqui lotados, uma servidora realiza o teletrabalho integral, e seis, o parcial, com a prestação de labor presencial em dois ou três dias da semana, conforme planilha de controle disponibilizada à equipe. Segundo avaliação da chefia imediata, o exercício do teletrabalho tem revelado o aumento da produtividade, graças ao senso de disciplina dos servidores e do bom uso das ferramentas eletrônicas disponibilizadas pelo Tribunal.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, sempre que há nos autos manifestação do autor ou proposta de acordo do INSS.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
6218396-26.2019.4.03.9999	19/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 17/9/20, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Inclusão na pauta de julgamento de 20/6/22, tendo sido retirado pelo então relator, Des. Fed. Carlos Delgado. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5006076-57.2019.4.03.6114	10/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 25/9/20, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 30/1/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5000902-57.2017.4.03.6140	27/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 8/8/23. Foram opostos embargos de declaração e o feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
5251133-65.2020.4.03.9999	16/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/11/20, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 19/2/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5001790-63.2019.4.03.6105	18/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 22/8/23. Foram opostos embargos de declaração e o feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
0001833-27.2012.4.03.6139	17/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 8/8/23. Foram opostos embargos de declaração e o feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
5000415-07.2017.4.03.6102	13/8/2020	Apelação Cível

Observação/Providência: Decisão proferida em 2/12/20, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Retorno à conclusão em 9/3/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5001752-22.2017.4.03.6105	26/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 11/12/20, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 16/3/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5019281-77.2018.4.03.6183	15/10/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 22/8/23. Feito encontra-se na subsecretaria processante para providências.		
5003101-28.2020.4.03.6114	29/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 8/1/21, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 22/3/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5318622-22.2020.4.03.9999	11/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 8/8/23. Foram opostos embargos de declaração e o feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
5000567-46.2017.4.03.6105	5/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 22/1/21, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 30/3/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5336400-05.2020.4.03.9999	6/10/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 22/8/23. Feito encontra-se na subsecretaria processante para providências.		
5001946-73.2018.4.03.6109	13/11/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão proferida em 26/1/21, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 19/4/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5000389-23.2020.4.03.6128	3/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 1º/2/21, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 20/4/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5007790-50.2017.4.03.6105	14/1/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 3/2/21, recebendo o apelo. retorno à conclusão em 20/4/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5008586-28.2019.4.03.6119	11/1/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 4/2/21, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Retorno à conclusão em 20/4/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5002719-96.2020.4.03.6126	23/12/2020	Apelação Cível

Observação/Providência: Julgado em 8/8/23. Foram opostos embargos de declaração e o feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
5008398-86.2019.4.03.6102	14/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 1º/2/21, recebendo o apelo. Retorno à conclusão em 20/4/21. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
0004004-30.2016.4.03.6134	5/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 29/6/20, sobrestando o feito pelo Tema 999/STJ. Levantamento da causa suspensiva em 13/3/23, data da conclusão. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
0003148-16.2016.4.03.6183	9/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 12/12/22, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Retorno à conclusão em 17/3/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
0002633-74.2014.4.03.6110	12/8/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de sobrestamento pelo Tema 1.090/STJ, em 2/6/21, pelo então relator Des. Fed. Carlos Delgado. Levantamento em 20/3/23 com pedido de habilitação de terceiro. Despacho proferido em 10/8/23 para manifestação. Retorno à conclusão em 29/8/23.		
0038675-61.2015.4.03.9999	13/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida, em 17/1/23, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Retorno à conclusão 23/3/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5033755-36.2022.4.03.0000	14/12/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 18/8/23, homologando pedido de desistência do agravo interno. Feito encontra-se na subsecretaria para providências.		
0001251-50.2016.4.03.6183	21/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 18/8/2023, determinando o levantamento do sobrestamento, visto que o Tema 1.059/STJ somente suspendeu recursos especiais e agravos em recurso especial. Feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
0001045-29.2010.4.03.6124	20/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em sessão ocorrida em 21/8/17, o então relator, Des. Fed. Carlos Delgado, que atuava neste Gabinete 25, foi vencido. Foram opostos embargos de declaração. O feito atualmente se encontra no Gabinete 22 - Rel. Des. Fed. Inês Virgínia.		
0005490-81.2009.4.03.6106	30/6/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em sessão ocorrida em 21/8/17, o então relator, Des. Fed. Carlos Delgado, que atuava neste Gabinete 25, foi vencido. Foram opostos embargos de declaração. O feito atualmente se encontra no Gabinete 22 - Rel. Des. Fed. Inês Virgínia.		
0001426-87.2013.4.03.6138	25/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/2/23, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25,		

pois, a partir de 11/9/23, o Des. Fed. Antonio Morimoto será removido para o Gabinete 45 da Primeira Turma desta Corte.		
0002875-28.2002.4.03.6183	20/1/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 8/8/23. Feito encontra-se na subsecretaria processante para providências.		
0006969-96.2014.4.03.6183	14/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 16/2/23, recebendo o apelo em ambos os efeitos. Retorno à conclusão em 25/4/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
0000416-23.2008.4.03.6125	1º/6/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em sessão ocorrida em 21/8/17, o então relator, Des. Fed. Carlos Delgado, que atuava neste Gabinete 25, foi vencido. Foram opostos embargos de declaração. O feito atualmente se encontra no Gabinete 22 - Rel. Des. Fed. Inês Virgínia.		
5031912-36.2022.4.03.0000	25/11/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida em 14/12/22, indeferindo a liminar. Interposição de agravo regimental em 20/12/22 com retorno à conclusão em 12/4/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5011090-89.2023.4.03.0000	27/4/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida em 18/8/23, indeferindo a liminar. Feito encontra-se com prazo aberto para manifestação das partes.		
5011966-44.2023.4.03.0000	8/5/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida em 9/5/23, indeferindo a liminar. Interposição de agravo regimental em 18/5/23 com retorno à conclusão em 13/7/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5005621-62.2023.4.03.0000	6/3/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 14/4/23. Retorno à conclusão em 10/5/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5000702-55.2018.4.03.6127	1º/10/2018	Petição Cível
Observação/Providência: Julgado em 29/9/21, determinando a remessa do feito ao JEF da Subseção Judiciária de Campinas. Atualmente, encontra-se na 12ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.		
5011727-40.2023.4.03.0000	4/5/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Petição Cível endereçada erroneamente ao 2º grau, conforme ID 273623216. Há pedido de desistência (ID 273917429). Despacho determinando redistribuição do feito por prevenção em 12/5/23. Conclusão em 16/5/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5011552-46.2023.4.03.0000	3/5/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 4/5/23. Retorno à conclusão em 30/5/23. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5002520-17.2023.4.03.0000	7/2/2023	Conflito de Jurisdição

Observação/Providência: Feito encontra-se para julgamento pelo Órgão Especial. Nunca fez parte do acervo do Des. Fed. Antonio Morimoto, haja vista não integrar o órgão julgador, somente do anterior relator, Des. Fed. Carlos Delgado.		
5015173-51.2023.4.03.0000	5/6/2023	Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Feito encontra-se para julgamento pelo Órgão Especial. Nunca fez parte do acervo do Des. Fed. Antonio Morimoto, haja vista não integrar o órgão julgador, somente do anterior relator, Des. Fed. Carlos Delgado.		
0002587-46.2013.4.03.6102	29/6/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado na sessão de 4/11/19. Foram opostos embargos de declaração, porém decisão de 2/6/21 sobrestou o feito (Tema 1.090/STJ) e o levantamento se deu em 21/7/23, data da conclusão. Será anotada nos autos a prioridade de análise e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
0007409-51.2018.4.03.9999	21/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 28/6/21, sobrestando o feito pelo Tema 1.064/STJ. Levantamento da causa suspensiva em 21/7/23, data da conclusão. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5000548-94.2018.4.03.6108	21/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 26/10/22, sobrestando o feito pelo Tema 1.105/STJ. Levantamento da causa suspensiva em 3/4/23, data da conclusão. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
5002012-96.2018.4.03.6127	11/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 18/10/21. Foram opostos embargos de declaração e o feito foi sobrestado pelo Tema 732/STJ. Em 21/7/23, a causa suspensiva foi levantada e o feito retornou à conclusão. Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 25.		
0004155-70.2018.4.03.9999	16/2/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 22/8/23. Feito encontra-se na subsecretaria processante para providências.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0001251-50.2016.4.03.6183	0002587-46.2013.4.03.6102	0007409-51.2018.4.03.9999
5002012-96.2018.4.03.6127		

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0038675-61.2015.4.03.9999	5003101-28.2020.4.03.6114	5005621-62.2023.4.03.0000
5008586-28.2019.4.03.6119	5011552-46.2023.4.03.0000	5031912-36.2022.4.03.0000

c) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

5002520-17.2023.4.03.0000

d) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento (aguardando despacho/ato ordinatório há mais de 30 dias):

0002633-74.2014.4.03.6110

e) regularizar a fase processual no sistema (registrar remessa do processo à 12ª Turma Recursal de São Paulo):

5000702-55.2018.4.03.6127

f) regularizar a fase processual no sistema - registrar remessa do processo ao gabinete do(a) novo(a) relator(a):

0000416-23.2008.4.03.6125

0001045-29.2010.4.03.6124

0005490-81.2009.4.03.6106

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Jean Marcos e pelos servidores Carlos Eduardo Bastos da Cunha Rodrigues (Assessor), Bruno Ávila Fontoura Kronka (Chefe de Gabinete) e Bruno de Almeida Barboza (Assessor Jurídico I).

O Desembargador Jean Marcos assumiu suas funções no Tribunal em 29/6/2023, inicialmente no Gabinete 24, passando para o Gabinete 25, também da 7ª Turma, em 18/9/2023, sendo este o gabinete inspecionado.

Integra a equipe do Gabinete servidor que assessorava o Desembargador quando integrava a Turma Recursal, ora ocupando o cargo de Chefe de Gabinete. O Assessor e o Assessor Jurídico I já trabalhavam no Tribunal, possuindo, portanto, experiência quanto ao trâmite dos processos em segundo grau. A lotação ideal dos gabinetes é de 14 servidores, porém, existem apenas 13 servidores lotados no Gabinete do Desembargador Jean Marcos, havendo uma vaga de Analista Judiciário - Área Judiciária ainda não preenchida.

Seis servidores trabalham presencialmente todos os dias, enquanto sete laboram no formato híbrido (três dias presencial e dois em teletrabalho), em sistema de rodízio, de modo a garantir a presença diária de 70% da equipe presencial, conforme determina a Resolução CNJ n. 481/2022.

O Gabinete ainda se encontra em fase de organização e diagnóstico a fim de que possam ser traçadas as diretrizes do plano de trabalho. No entanto, já foram elaboradas planilhas de controle de produtividade e estabelecidas as prioridades, havendo perspectiva de elaboração de 100 minutas por semana, meta ainda não alcançada, uma vez que o Desembargador assumiu o gabinete há apenas um mês.

Para alcançar tal resultado, os gestores pretendem separar os processos por matéria, priorizando os mais urgentes, para dinamizar a elaboração das minutas.

Necessário se destacar, entretanto, que, embora tenha sido respondido no questionário que é priorizada a triagem de processos, foi constatado na entrevista que estão sendo triados, por servidor designado pela Assessoria, apenas os processos que se encontravam na tarefa de triagem (cerca de 800, restando, na data da entrevista, pouco mais de 400). No entanto, para o conhecimento do acervo e organização segundo as diretrizes do Desembargador, seria interessante triagem de todos os processos, inclusive para identificar situações que não deveriam se encontrar no Gabinete. Nesse aspecto, sugere-se o compartilhamento da boa prática observada no Gabinete do Desembargador Erick Gramstrup, que, a despeito de ter assumido suas funções há pouco mais de um mês, sua Chefe de Gabinete realizou a triagem de todos os processos, inclusive, compartilhando com a equipe de inspeção o resultado desse trabalho, com a quantidade de processos por classe processual, bem como por assunto, de modo bastante detalhado, que, além de agilizar a elaboração das minutas de julgamento, possibilitou a localização de processos para julgamento monocrático, nos termos do art. 932 do CPC, bem como situações em que há determinação, pelos tribunais superiores, de suspensão de tramitação, e ainda casos de incompetência do juízo.

Com a criação dos novos gabinetes, foi redistribuído, em 11/9/23, a partir de critérios predeterminados pela Presidência, 20% do acervo dos gabinetes existentes. No Gabinete em análise tal providência implicou na redução de 1.200 processos. Dessa forma, os dados indicados nos gráficos integrantes deste relatório, apesar de já indicarem significativa redução dos processos, estão desatualizados em relação ao acervo e ao cumprimento das metas.

Segundo os dados informados pela assessoria no momento da entrevista, o total de processos conclusos é de 4.615. Sobre distribuição de novos feitos, o gráfico do Power BI que nos foi disponibilizado evidencia que a média mensal é de 259 processos. No entanto, observa-se um aumento considerável entre os meses de maio e agosto de 2023, não se podendo afirmar, contudo, que se trate de uma tendência, ou alteração anômala causada, por exemplo, pela publicação do julgamento do Tema 1102 pelo Supremo Tribunal Federal, que aconteceu em abril.

O sobrestamento de processos restringe-se aos casos em que há determinação nesse sentido pelos tribunais superiores e é realizado por despacho do Desembargador, sendo as partes intimadas. Embora a equipe de inspeção tenha identificado processo, na amostra analisada, que estava sobrestado pelo Tema 1090-STJ, no qual não houve determinação de suspensão de recursos em segundo grau, a assessoria informou que já havia identificado e solucionado o equívoco.

Foram relatadas as seguintes dificuldades na unidade inspecionada:

a) limitação quanto ao cadastro de modelos de minutas no PJe, seja em razão do limite quantitativo estabelecido pelo sistema, impedindo a unidade de cadastrar todos os modelos utilizados, seja em face da dificuldade de encontrar os modelos já cadastrados;

- b) o editor de texto do PJe não conserva a formatação dos textos copiados;
- c) a consulta processual não permite a localização de eventuais processos incidentais/associados;
- d) inconsistência na indicação correta da localização dos processos, com ausência de registro de conclusão ou de remessa para outras unidades;
- e) inconsistência dos dados estatísticos obtidos no sistema Power BI do Tribunal, especialmente quando comparados esses dados no Portal de Estatísticas do CNJ (<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>).

A título de medida destinada a melhorar as atividades na unidade inspecionada, os gestores entrevistados apontaram a necessidade de promoção de cursos de capacitação dos servidores, notadamente na área de Direito Previdenciário.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 8.699 para 4.853).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.167 feitos em tramitação, e no mês anterior à inspeção eram 4.853.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 204, na última inspeção, para 210, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete, com significativa redução do acervo.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 7ª Turma, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Turma, porém, bastante superior ao gabinete com menor média (Gabinete 23), que é de 8 meses. No entanto, como o Desembargador assumiu o Gabinete há apenas um mês, tal indicador não reflete ainda o trabalho desenvolvido pela nova equipe.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.

O Desembargador Jean Marcos assumiu o gabinete há apenas um mês, estando ainda na fase de diagnóstico do acervo e treinamento da equipe, no entanto, observa-se

que os gestores detêm conhecimento de ferramentas de gestão, aplicando-as para acompanhamento da produtividade e fixação de metas.

Recomenda-se, entretanto, a triagem de todos os processos e não apenas dos processos mais novos, de modo a que possam se apropriar efetivamente do que existe no acervo, separando-os por assunto, seja para priorizar os urgentes, bem como para agilizar a elaboração de minutas e movimentação de processos que necessitem de despacho ou possam ser julgados monocraticamente (art. 932, CPC).

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ALESSANDRO DIAFÉRIA

Gabinete do Desembargador Federal Jean Marcos – respondido em 28/8 a 8/9/23 – 1ª Fase

Atualmente: DF Alessandro Diaferia a partir de 18/9/23

(os dados informados nos itens identificados com asterisco referem-se ao Gabinete do Desembargador Jean Marcos. As informações acerca dos servidores e plano de gestão do Gabinete do Desembargador Alessandro Diaferia estão retratadas no resultado da entrevista - item 10)

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação *

12110 - GAB.24 - GABJM - Gabinete do Desembargador Federal Jean Marcos

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

7ª Turma – 3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade *

Desde 8/5/2023 (como juiz convocado). Desde 29/6/2023 (posse administrativa como desembargador federal).

2. RECURSOS HUMANOS *

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

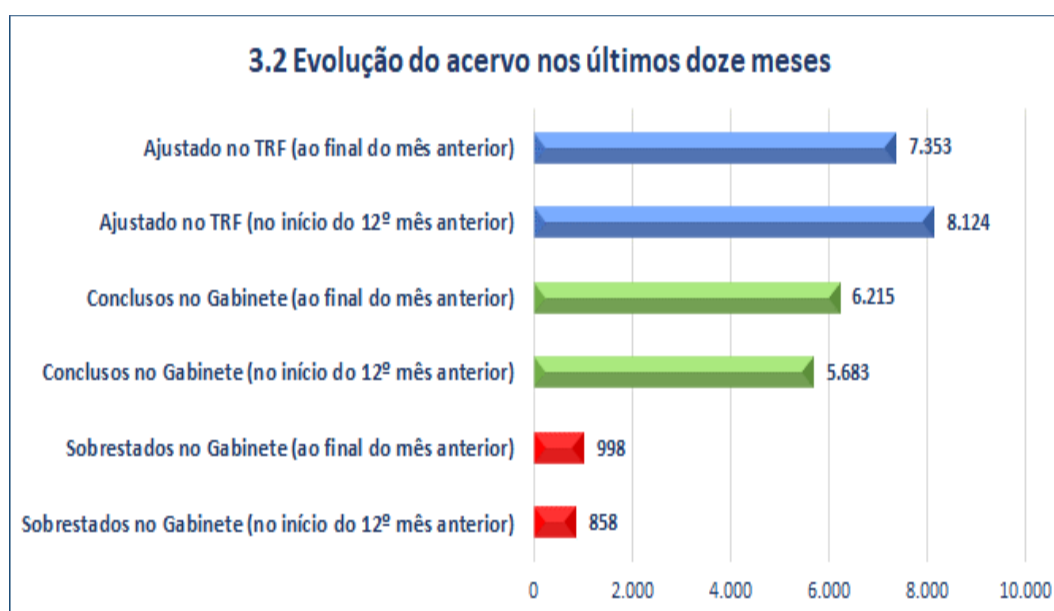
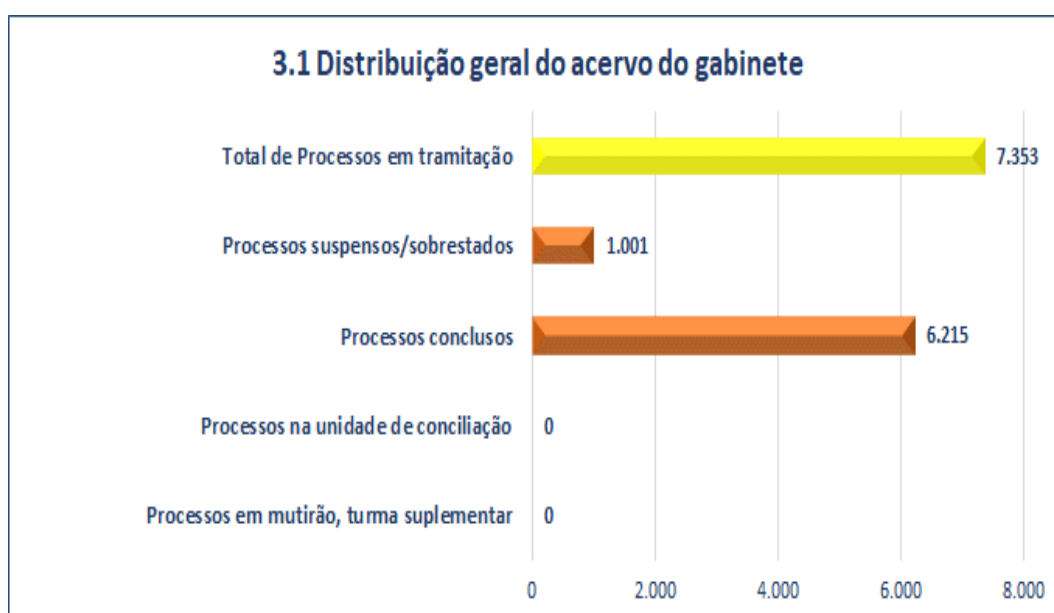
Bruno Ávila Fontoura Kronka (Chefe de Gabinete)

2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	São 14 vagas no total no quadro do GABJM. Hoje, estão ocupadas por 13 servidores efetivos, incluído o Chefe de Gabinete, Técnico Judiciário cedido pela JFMS. Ainda há 1 vaga de Analista Judiciário Área Judiciária (AJAJ).
Servidores sem vínculo	Não há
Estagiários	Não há

2.3 Cargos e Funções Comissionadas	
CJ-3	Assessor (1)
CJ-2	Chefe de Gabinete (1)
CJ-1	Assessor Jurídico I (1)
FC-4	Assistente I (4)
FC-3	Assistente Técnico (7)

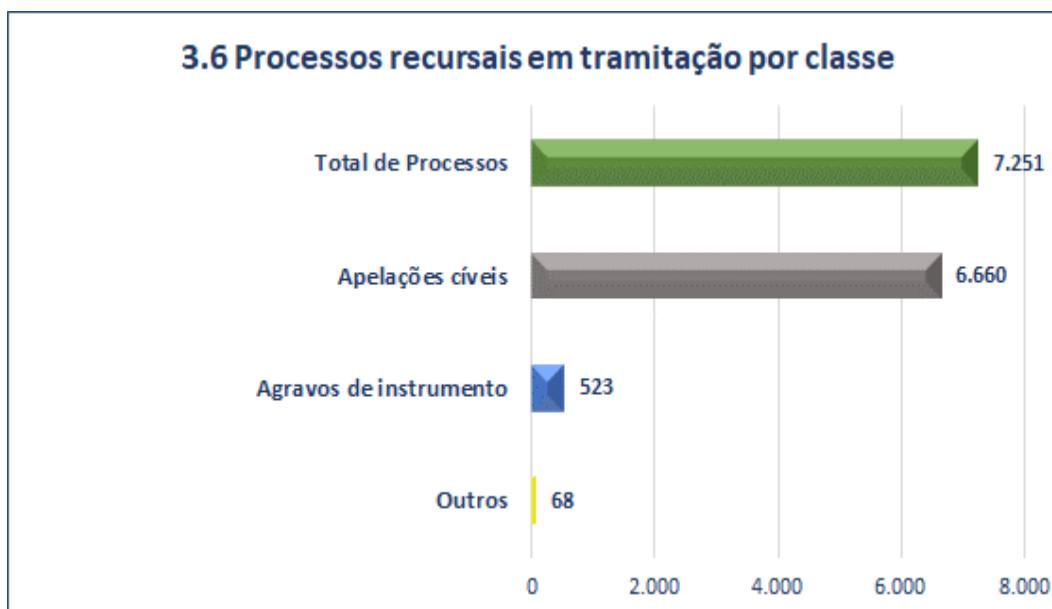
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	102
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	0
Ações rescisórias	70
Outros	24

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.251
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.777
Outros	5.473



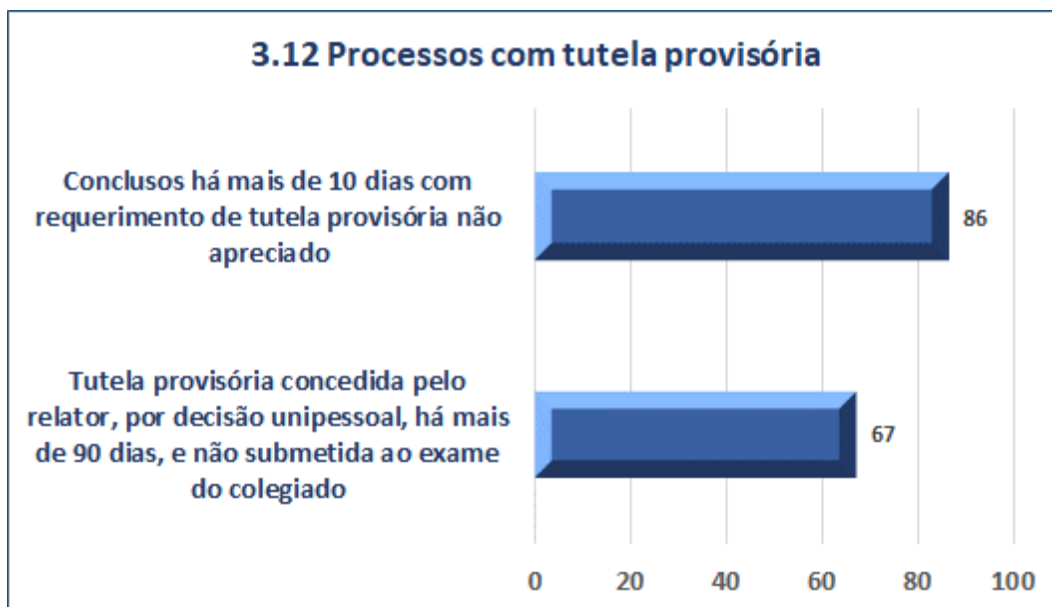
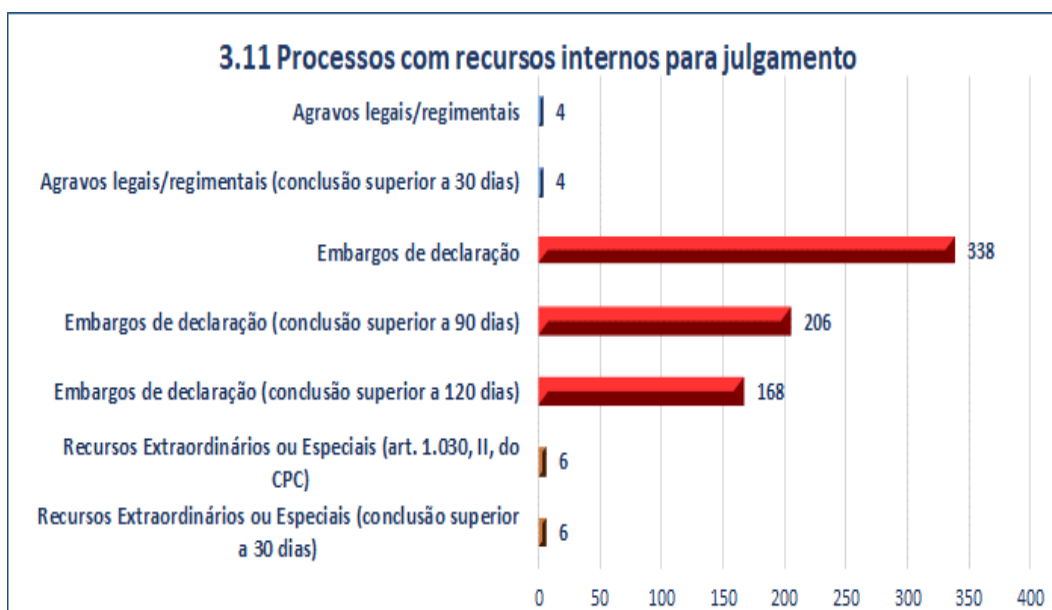
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

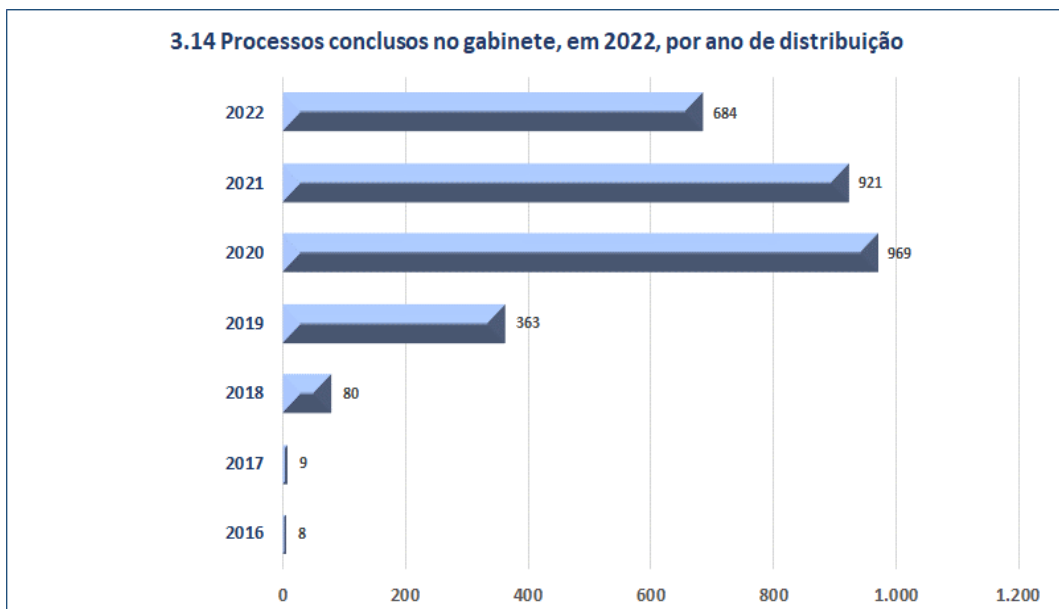
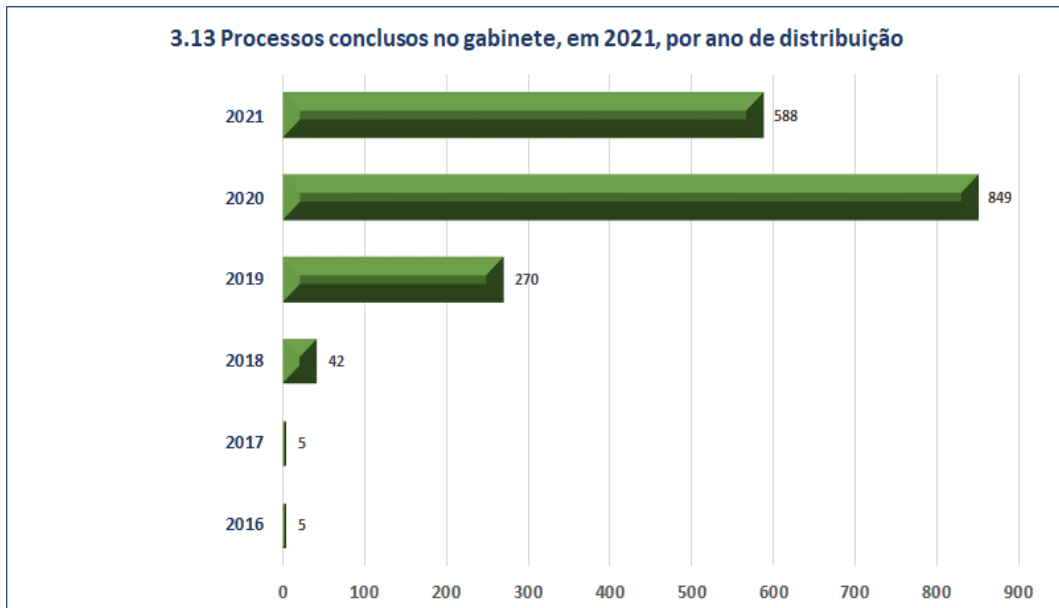
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

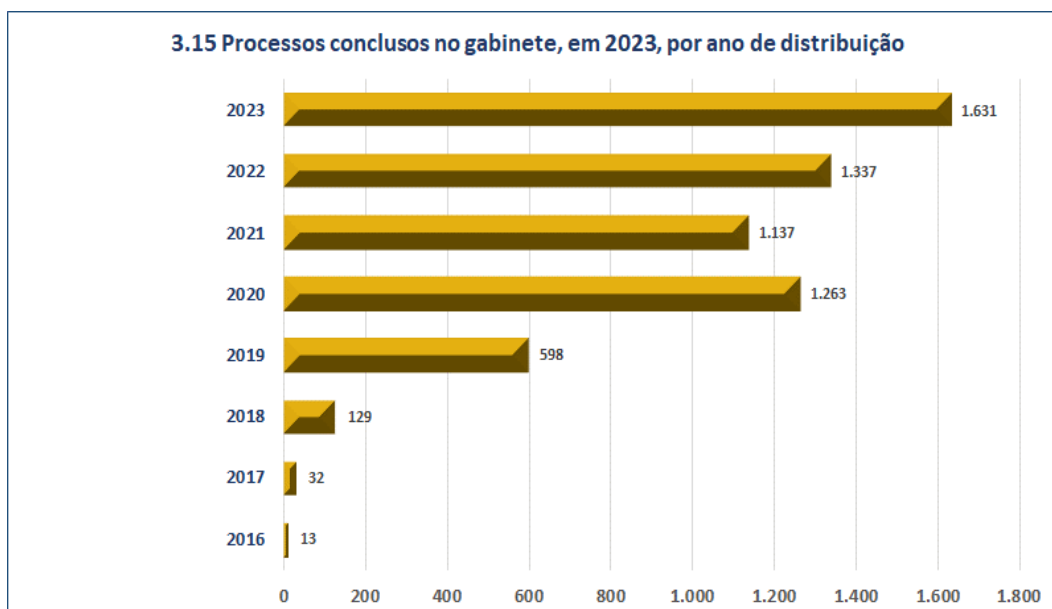
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	0
---------------	---

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

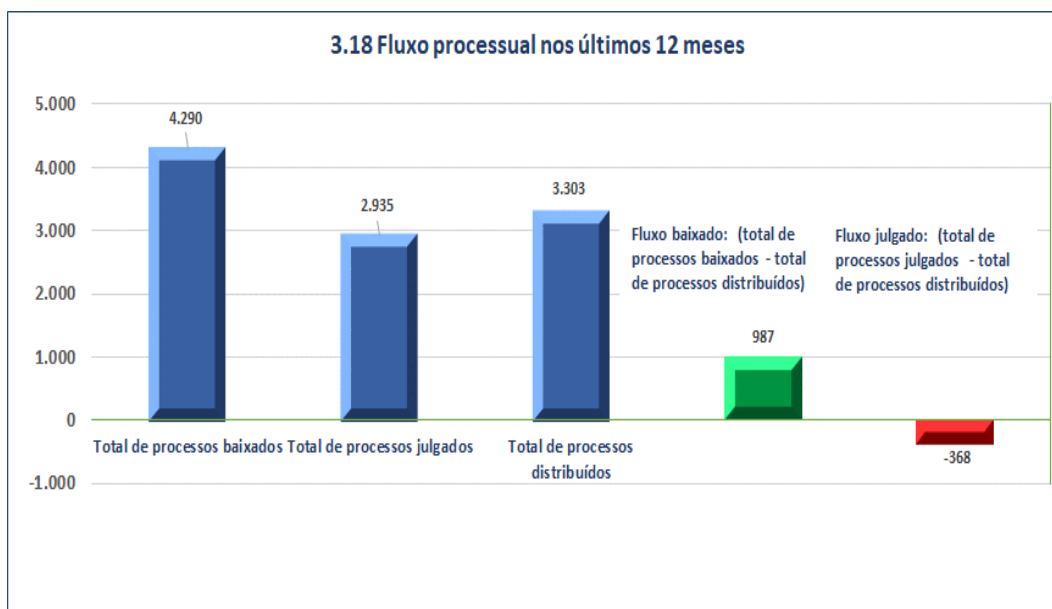




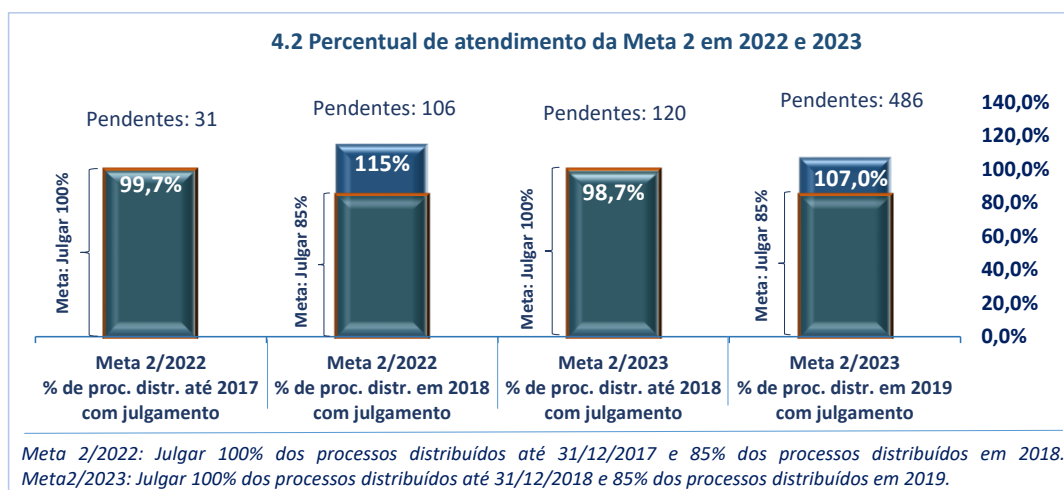
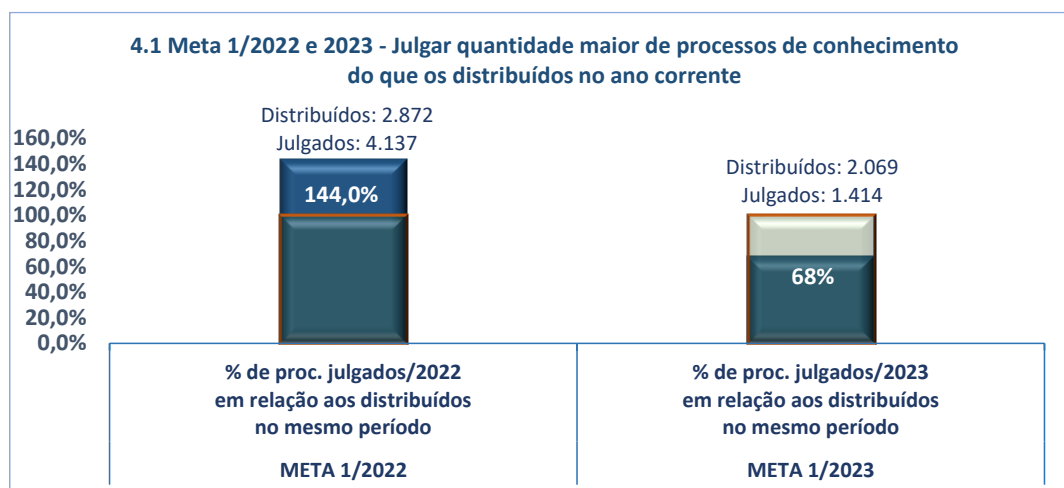


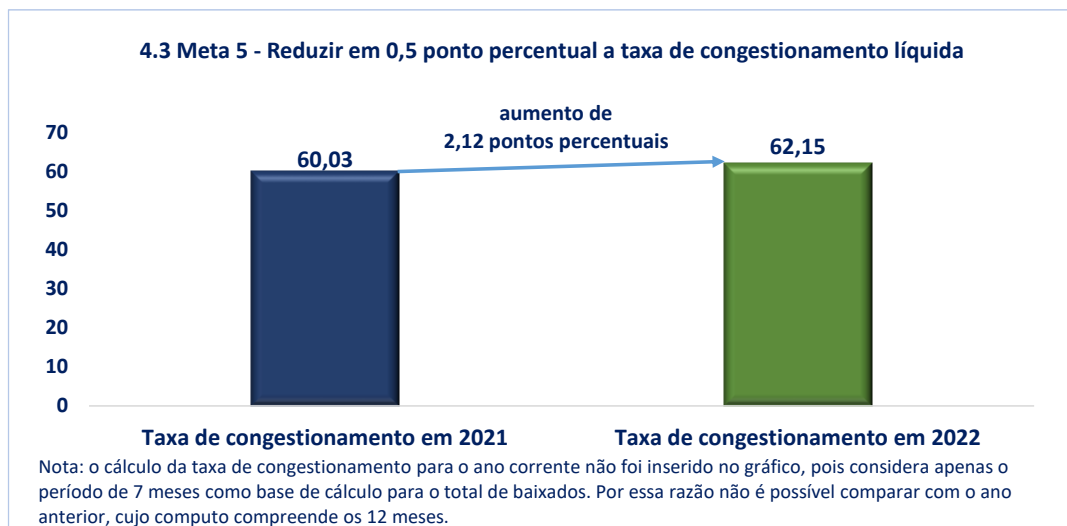
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





4.4 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

4.5 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no mês anterior	Não se aplica.
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica.

5. PLANO DE GESTÃO *

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?
A gestão do gabinete busca o melhor atendimento ao jurisdicionado, guiando-se pelas prioridades legais, metas estabelecidas pelo CNJ e redução do acervo da forma mais célere e eficiente. Assim que os processos chegam ao gabinete, é realizada triagem, com análise de requisitos de admissibilidade, pedidos de liminar e separação e etiquetagem por matéria e de acordo com as prioridades. Mantemos uma distribuição equitativa da força de trabalho entre nossos servidores, cujas equipes especializadas em diferentes áreas utilizam matrizes de entendimentos previamente aprovadas pelo Desembargador, adaptando-as às circunstâncias concretas na elaboração de minutas

de despachos, decisões e votos, com estabelecimento de metas fixadas de acordo com a urgência e complexidade dos casos tratados. A verificação do cumprimento das metas do setor é feita por meio de reuniões presenciais e por videoconferência e pela distribuição de relatórios periódicos com dados do setor e abertura de etapa para sugestões, questionamentos e envio de dúvidas que busquem aperfeiçoar o processo de controle de qualidade do trabalho realizado.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Após a decisão judicial de suspensão, na qual é identificado o tema/processo paradigma, os feitos ficam sobrestados em Secretaria. A Secretaria de Processamento é responsável por acompanhar os feitos, sendo que encaminha e-mails com apontamento de eventual petição nova em feito sobrestado, para análise. A partir do acompanhamento dos relatórios do NUGE (Núcleo de Gerenciamento dos Precedentes) e dos informativos das Cortes Superiores, encaminhados pelo e-mail institucional, é realizada a determinação de conclusão, por tema, para solução do caso concreto.

5.3 Boas práticas e inovações

Hoje, o Gabinete repassa ao Magistrado os pedidos recebidos no dia. Tem sido priorizada a triagem do acervo, por matéria e ano de distribuição, de forma a permitir atuação objetiva dos servidores, com otimização dos trabalhos. Os embargos de declaração e agravos internos pendentes são redistribuídos entre os servidores para apreciação com prioridade, na medida do possível. Os processos devolvidos para o Gabinete para juízo de retratação são identificados e distribuídos para os servidores segundo a matéria, também para análise com prioridade. Também tem sido priorizada a resolução de processos sobrestados com tema solucionado (com trânsito em julgado).

5.4 Dificuldades

Percebo como dificuldade, de modo geral, para se atingir os objetivos traçados pelo CNJ a ausência de contato mais próximo entre os servidores deste órgão judiciário e representante(s) do CJF durante o ano e no momento do preenchimento desta autoinspeção, a fim de facilitar o atingimento das metas traçadas e critérios de accountability judicial adotados. Outra dificuldade que deve ser levada em consideração é o fato de que o Desembargador Federal Jean Marcos Ferreira foi designado para atuar no acervo em questão a partir de 29/6/2023 (Ato PRES TRF3 n. 4.915, de 29 de junho de 2023) e, desde então, tem envidado esforços para identificação do acervo e encaminhamento para julgamento, observadas as preferências legais. Ressalte-se, ainda, que a partir de 18 de setembro de 2023 o Desembargador Federal Jean Marcos Ferreira passará a atuar no Gabinete n. 25 (3073) da 7ª Turma, Terceira Seção, em razão de Remoção deferida pela presidência do TRF da 3ª Região, motivo pelo qual não será possível pautar os processos deste Gabinete 24, listados pelo CJF nesta autoinspeção, para as próximas sessões de julgamento desta Turma. Além disso, houve recente redução do número de servidores nos gabinetes, de 16 para 14, devido à ampliação das Turmas que compõem o TRF3.

Não há, tampouco, treinamento específico de tarefas gerais e das matérias de competência do gabinete a servidores recém-empossados pela Administração do Tribunal.

6. TELETRABALHO *

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual de servidores e a meta de produtividade estão em observância à Resolução n. 481/CNJ e à regulamentação do TRF3 sobre a matéria. Há, hoje, 7 servidores em teletrabalho parcial, com comparecimento presencial mínimo de 2 vezes na semana ao local de trabalho (GABJM) e 6 servidores em trabalho presencial integral, não excedendo a 30% (trinta por cento) do quadro permanente do Gabinete. A meta de desempenho/produtividade dos servidores (diária, semanal e/ou mensal), que estão em teletrabalho é superior à dos servidores que estão em trabalho exclusivamente presencial e executam a mesma atividade nas dependências do órgão, não ultrapassando a 30%, observando a proporcionalidade e a razoabilidade, conforme Res. PRES n. 514/2022 do TRF3 e alterações posteriores.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O Gabinete segue as determinações da Presidência do TRF3 e do Setor de Conciliação do Tribunal quanto ao encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5067281-72.2019.4.03.9999	11/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível interposta.		
5090639-66.2019.4.03.9999	16/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão que nega provimento à apelação do INSS e mantém a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural à parte autora proferido em 29/8/2023 e disponibilizado no DJ Eletrônico em 1º/9/2023. Aguarda transcurso de prazo recursal das partes.		
5100208-91.2019.4.03.9999	18/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível do INSS.		
5123345-05.2019.4.03.9999	23/1/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível da parte autora.		
5127136-79.2019.4.03.9999	23/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
5000480-77.2019.4.03.9999	14/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
5161907-83.2019.4.03.9999	30/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado Acórdão em 17/8/2023. Aguarda transcurso de prazo recursal das partes.		
5157457-97.2019.4.03.9999	29/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível do INSS.		
5163605-27.2019.4.03.9999	31/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível das partes (INSS e parte autora).		
5163947-38.2019.4.03.9999	31/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível da parte autora.		
5177721-38.2019.4.03.9999	3/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível da parte autora.		
5222954-58.2019.4.03.9999	13/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado Acórdão em 17/8/2023. Aguarda transcurso de prazo recursal das partes.		
5014527-92.2018.4.03.6183	28/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
5331218-72.2019.4.03.9999	7/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível do INSS.		
0025389-11.2018.4.03.9999	14/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
0016848-86.2018.4.03.9999	13/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
5001724-83.2020.4.03.6126	10/11/2020	Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Aguarda posse de desembargador federal no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento de apelação cível.		
5026956-89.2018.4.03.9999	20/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de apelação cível.		
5066722-52.2018.4.03.9999	9/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito havia sido sobrestado aguardando o julgamento do Tema 1070 pelo STJ. Após o levantamento do sobrestamento, este Juízo providenciou a juntada das mídias nos autos, conforme certidão id. 263091275. Aguarda inclusão em pauta para julgamento da apelação cível interposta.		
0023404-07.2018.4.03.9999	19/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Será anotada a prioridade de análise no feito e repassada ao sucessor do Gabinete 24.		
5063702-53.2018.4.03.9999	22/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
0008772-73.2018.4.03.9999	3/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
0008249-85.2013.4.03.6103	2/2/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Houve levantamento do sobrestamento, que havia sido determinado em razão do Tema 979 do STJ. Aguarda inclusão em pauta para julgamento da apelação cível/remessa necessária.		
5000614-43.2018.4.03.6183	1º/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda posse de desembargador federal no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento de apelação cível.		
5000013-84.2017.4.03.6114	3/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno contra decisão monocrática que rejeitou embargos de declaração opostos pela parte autora contra a decisão monocrática que deu provimento à apelação do INSS para julgar improcedente o pedido. Aguarda posse de desembargador federal no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento		
0018383-50.2018.4.03.9999	26/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda posse de desembargador federal no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento de apelação cível.		
0012012-70.2018.4.03.9999	27/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta para julgamento de apelação cível do INSS.		
0008827-92.2016.4.03.9999	11/3/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
0024157-71.2012.4.03.9999	26/6/2012	Apelação Cível

Observação/Providência: Trata-se de processo que ficou sobrestado aguardando o julgamento do Tema Repetitivo n. 979 pelo C. STJ, o que ocorreu em 23/4/2021. O processo será redistribuído em 11/9/2023 para o Gabinete n. 49, da 7ª Turma, 3ª Seção.		
0011824-21.2014.4.03.6183	5/8/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: A Vice-Presidência do TRF3 determinou, nos termos do art. 1.040, II, do CPC, a devolução dos autos à Turma Julgadora, para verificação da pertinência de juízo de retratação para reafirmação da DER. Aguarda a posse de desembargador no acervo para a inclusão do feito em pauta.		
0013219-12.2015.4.03.9999	6/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão proferido nos autos. O INSS opôs embargos de declaração, alegando tratar-se de desaposentação indireta. Aguarda a posse de novo desembargador no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento.		
0004292-28.2013.4.03.9999	6/2/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda a posse de novo desembargador no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento e julgamento de novos embargos de declaração da parte autora contra acórdão proferido, que acolheu embargos de declaração do INSS.		
0004332-90.2005.4.03.6183	2/2/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para apreciação do pedido formulado pelo INSS, em que erro aponta haver erro de cálculo do tempo de serviço que, uma vez corrigido, pode importar em cassação do benefício.		
0005394-10.2001.4.03.6183	11/12/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: A Vice-Presidência do TRF3 determinou, nos termos do art. 1.040, II, do CPC, a devolução dos autos à Turma Julgadora, para verificação da pertinência de se proceder ao juízo de retratação. Aguarda a posse de novo desembargador no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento.		
5028323-70.2021.4.03.0000	11/11/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Decisão monocrática indeferiu o pleito cautelar. Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão em pauta para julgamento definitivo do mérito do pedido.		
5007611-25.2022.4.03.0000	16/3/2022	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Despacho proferido nos seguintes termos: "ID 274424087. Intime-se o INSS para se manifestar sobre o alegado pelo autor".		
5010762-33.2021.4.03.0000	14/5/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Deferido pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação, nos termos do artigo 1.012, § 4º, do Código de Processo Civil. Aguarda inclusão em pauta de julgamento.		
0037851-15.2009.4.03.9999	27/10/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado Acórdão em que a Egrégia 7ª Turma, em sessão realizada em 22/8/2023, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu exercer o juízo de retratação, para acolher os embargos de declaração do INSS". Aguarda transcurso de prazo recursal das partes.		
5000722-55.2022.4.03.0000	19/1/2022	Restauração de Autos Cível

Observação/Providência: Aguarda posse de desembargador federal no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento da restauração de autos instaurado após verificação de que os autos físicos n. 0017203-92.2001.403.9999 baixaram à origem em diligência e não foram devolvidos.		
5030696-74.2021.4.03.0000	8/12/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática deferiu a liminar para determinar a imediata suspensão da ordem de implantação de benefício, bem como a citação de Maria Lúcia Ribeiro na qualidade de litisconsorte necessária. Aguarda a posse de desembargador federal no acervo para a inclusão em pauta.		
0001885-12.2004.4.03.6104	18/5/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso extraordinário da parte autora pendente. A Vice-Presidência do TRF3 determinou a devolução dos autos à Turma Julgadora, para juízo de retratação (Tema 334 do STF). Aguarda a posse de novo desembargador no acervo para inclusão do feito em pauta de julgamento.		
0000967-08.2004.4.03.6104	8/10/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido. Recurso extraordinário da parte autora. A Vice-Presidência do TRF3 determinou a devolução dos autos à Turma Julgadora, para verificação da pertinência de se proceder ao juízo positivo de retratação na espécie, para eventual retratação. Aguarda inclusão do feito em pauta.		
0013363-78.1994.4.03.6100	3/8/1998	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito aguarda o levantamento da suspensão do trâmite de todos os processos que tratam sobre a chamada revisão da vida toda, em que o STF atendeu a pedido do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Recurso Extraordinário (RE) 1276977 (Tema 1102 de repercussão geral).		
0008378-91.2003.4.03.9999	5/1/2012	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Incidente instaurado de ofício pela Vice-Presidência desta Corte para restauração de autos físicos sobrestados, destruídos em decorrência de incêndio nas dependências do arquivo do Tribunal. Aguarda a posse de novo desembargador federal para inclusão em pauta de julgamento.		
0039184-02.2009.4.03.9999	9/10/2015	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta para julgamento da restauração, com o intuito de viabilizar o prosseguimento do feito de origem.		
5026650-08.2022.4.03.0000	29/9/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão publicado em março de 2023, indeferindo a justiça gratuita e negando provimento ao Agravo de Instrumento. Aguarda a posse de desembargador federal responsável pelo acervo para a inclusão do feito em pauta para julgamento de agravo regimental interposto pela parte autora.		
5005903-03.2023.4.03.0000	8/3/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de instrumento cuja tutela antecipada foi indeferida em 13/3/2023. Aguarda posse de novo desembargador responsável por este acervo para inclusão do feito em pauta para julgamento do mérito do recurso.		
5009576-89.2017.4.03.6183	24/7/2020	Apelação Cível

Observação/Providência: A sétima turma, por unanimidade, decidiu rejeitar as preliminares e, por maioria, negar provimento à apelação e ao reexame necessário, nos termos do voto do Juiz Convocado Marcelo Guerra. Aguarda-se novo desembargador para a inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
5012527-05.2022.4.03.0000	13/5/2022	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Deferido parcialmente, em decisão monocrática, o pedido de antecipação de tutela, para determinar que o INSS se abstenha de realizar desconto em folha relativamente aos valores pagos a título do benefício NB n. 57/143.830.613-7. Aguarda inclusão em pauta para julgamento do agravo interno.		
0014779-98.2009.4.03.6183	20/9/2010	Petição Cível
Observação/Providência: Feito aguarda o levantamento da suspensão do trâmite de todos os processos que tratam sobre a chamada revisão da vida toda, em que o STF atendeu a pedido do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Recurso Extraordinário (RE) 1276977 (Tema 1102 de repercussão geral).		
0016148-08.2016.4.03.0000	30/8/2016	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: O segurado requereu o procedimento de execução invertida (ID 270136225). O INSS manifestou-se pela extinção do feito. Aguarda a posse de novo desembargador no acervo para inclusão do feito em pauta para julgamento da ação rescisória em fase de cumprimento.		
0082857-40.2007.4.03.0000	1º/7/2022	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Trata-se de ação rescisória em fase de cumprimento. O segurado requereu o procedimento de execução invertida (ID 268947421). O INSS manifestou-se pela extinção do feito. Aguarda inclusão do feito em pauta de julgamento pelo próximo desembargador responsável pelo acervo.		
6109791-83.2019.4.03.9999	24/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão lavrado e publicado em 31/8/2023. Aguarda transcurso de prazo recursal das partes.		
0002729-69.2012.4.03.6301	7/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão com determinação de sobrestamento em razão do Tema 1209/STF - Reconhecimento da atividade de vigilante como especial, com fundamento na exposição ao perigo, seja em período anterior ou posterior à promulgação da Emenda Constitucional 103/2019.		
5004079-03.2018.4.03.6105	12/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão que concedeu aposentadoria especial para o autor em 11/8/2020. Após oposição de embargos de declaração pelas partes, o feito foi sobrestado para aguardar julgamento do Tema 1083 do STJ. Aguarda inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
5026303-87.2018.4.03.9999	19/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 13/10/2020, extinguindo sem resolução de mérito quanto ao benefício de aposentadoria por idade rural. Aguarda inclusão em pauta para julgamento de embargos de declaração opostos.		
6079623-98.2019.4.03.9999	18/10/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Feito havia sido sobrestado aguardando o julgamento do Tema 1070 pelo STJ. Após o levantamento do sobrestamento, o feito aguarda inclusão em pauta para julgamento de embargos de declaração.

5000015-85.2017.4.03.6136	7/5/2019	Apelação Cível
---------------------------	----------	----------------

Observação/Providência: Trata-se de ação que foi sobrestada aguardando o julgamento do Tema 1070 pelo STJ. Vieram conclusos após levantamento da suspensão em junho de 2023. Aguarda inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 49 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0004332-90.2005.4.03.6183	0008249-85.2013.4.03.6103	0008378-91.2003.4.03.9999
0012012-70.2018.4.03.9999	0013219-12.2015.4.03.9999	0016148-08.2016.4.03.0000
0039184-02.2009.4.03.9999	5000614-43.2018.4.03.6183	5000722-55.2022.4.03.0000
5001724-83.2020.4.03.6126	5007611-25.2022.4.03.0000	5026956-89.2018.4.03.9999
5066722-52.2018.4.03.9999	5067281-72.2019.4.03.9999	5100208-91.2019.4.03.9999
5123345-05.2019.4.03.9999	5163947-38.2019.4.03.9999	5331218-72.2019.4.03.9999

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

5009576-89.2017.4.03.6183	5000015-85.2017.4.03.6136	5026303-87.2018.4.03.9999
6079623-98.2019.4.03.9999		

c) regularizar a fase processual no sistema (lançar no sistema fase de conclusão para julgamento):

5100208-91.2019.4.03.9999	5123345-05.2019.4.03.9999	5163947-38.2019.4.03.9999
5331218-72.2019.4.03.9999		

d) regularizar a fase processual no sistema (lançar no sistema redistribuição do processo para novo relator):

6109791-83.2019.4.03.9999

e) Em relação ao processo inspecionado de n. 5007611-25.2022.4.03.0000, trata-se de Tutela Cautelar Antecedente, conclusa para julgamento no gabinete desde 15/6/2022, originária da Apelação Cível n. 5287606-50.2020.4.03.9999. Este último processo, muito embora esteja concluso para julgamento no gabinete desde 21/7/2020, não consta na amostragem dos processos inspecionados, razão pela qual se recomenda, em relação a essa Apelação Cível n. 5287606-50.2020.4.03.9999, não só a sua inclusão em julgamento em até 90 dias, como também o seu julgamento conjunto com a Tutela Cautelar Antecedente n. 5007611-25.2022.4.03.0000.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Alessandro Diaferia e pelas servidoras Viviane Hashimoto (Assessora), Lucy Ribeiro (Chefe de Gabinete) e Vivian Carvalho (Assessora Jurídica I).

O Desembargador Alessandro Diaferia assumiu suas funções no Tribunal em 20/9/2023, no Gabinete 24. Anteriormente, era titular da 1ª Vara Federal Criminal, do Júri e das Execuções Penais de São Paulo.

A unidade inspecionada conta com a lotação de 13 servidores, dentre os quais duas assessoras (Viviane Hashimoto e Vivian Carvalho) estavam atuando na primeira instância com o magistrado. A Chefe de Gabinete já trabalhava no Tribunal, possuindo experiência quanto ao trâmite dos processos em segundo grau. Existem duas servidoras que já trabalhavam no Tribunal e os demais são novatos.

Apenas as duas servidoras que já integravam o quadro do Tribunal, realizam teletrabalho 3 vezes por semana. Todos os demais estão em trabalho presencial, de modo que o Gabinete cumpre a Resolução CNJ n. 481/2022.

O Gabinete ainda se encontra em fase de organização e diagnóstico, bem como de conhecimento e treinamento da equipe, tanto em relação à matéria de competência da Turma, como de funcionamento do Tribunal, considerando que muitos servidores são novatos e, inclusive, as assessoras trabalhavam antes em vara criminal. Em razão disso, ainda não foi elaborado o plano de gestão.

Foi designado um servidor para a triagem dos processos novos, além da identificação, por meio do sistema, de processos cuja discussão já foi resolvida pelos tribunais superiores em recursos repetitivos ou repercussão geral, o que possibilitará o julgamento monocrático, na forma do art. 932, do CPC.

Sobre triagem, sugere-se o compartilhamento da boa prática observada no Gabinete do Desembargador Erick Gramstrup, que, a despeito de ter assumido suas funções há pouco mais de um mês, sua Chefe de Gabinete realizou a triagem de todos os processos, inclusive, compartilhando com a equipe de inspeção o resultado desse trabalho, com a quantidade de processos por classe processual, bem como por assunto, de modo bastante detalhado, que, além de agilizar a elaboração das minutas de julgamento, possibilitou a localização de processos para julgamento monocrático, nos termos do art. 932 do CPC, bem como situações em que há determinação, pelos tribunais superiores, de suspensão de tramitação, e ainda casos de incompetência do juízo.

Como medida para melhorar as atividades na unidade inspecionada, as gestoras entrevistadas apontaram a necessidade de promoção de cursos de capacitação dos servidores, notadamente na área de Processo Civil e de Direito Previdenciário.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 6.424 para 6.173).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.683 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.215. Deve ser considerado, contudo, que o Desembargador assumiu o Gabinete há apenas um mês, não podendo lhe ser imputado o aumento do acervo de processos conclusos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 315, na última inspeção, para 338, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 23 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 7ª Turma, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma. No entanto, conforme já destacado, o Desembargador assumiu o Gabinete há apenas um mês, não tendo ainda contribuído para a definição do tempo médio para julgamento dos processos.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 9.

O Desembargador Alessandro Diaferia assumiu o gabinete há apenas um mês, estando ainda na fase de diagnóstico do acervo e treinamento da equipe, não sendo possível ainda apresentar o plano de gestão.

Recomenda-se, para melhor conhecimento do acervo e identificação de questões repetitivas, passíveis de padronização, a triagem de todos os processos e não apenas daqueles recebidos da distribuição.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ERIK GRAMSTRUP

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Erick Gramstrup

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

7ª Turma/3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

1 mês

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 22 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0008827-92.2016.4.03.9999	0016848-86.2018.4.03.9999	0024157-71.2012.4.03.9999
0025389-11.2018.4.03.9999	5000143-88.2019.4.03.9999	5000415-07.2017.4.03.6102
5000480-77.2019.4.03.9999	5001503-71.2018.4.03.6126	5006076-57.2019.4.03.6114
5007108-55.2017.4.03.6183	5007790-50.2017.4.03.6105	5008984-41.2019.4.03.6000
5014527-92.2018.4.03.6183	5063702-53.2018.4.03.9999	5130826-19.2019.4.03.9999
5140505-43.2019.4.03.9999	5280557-89.2019.4.03.9999	5364376-21.2019.4.03.9999

b) regularizar a fase processual no sistema (lançar fase de conclusão para julgamento):

0016848-86.2018.4.03.9999	0025389-11.2018.4.03.9999	5000143-88.2019.4.03.9999
5000480-77.2019.4.03.9999	5001503-71.2018.4.03.6126	5007108-55.2017.4.03.6183
5014527-92.2018.4.03.6183	5130826-19.2019.4.03.9999	5140505-43.2019.4.03.9999
5280557-89.2019.4.03.9999	5364376-21.2019.4.03.9999	

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Erick Gramstrup e pelas servidoras Rosane Dantas de Brito (Assessora) e Georgina de Santana Farias Santos Moraes (Chefe de Gabinete).

O Desembargador Erick Gramstrup assumiu suas funções no Tribunal em 20/9/2023, no Gabinete 49, instalado em decorrência da criação de novos cargos de

Desembargador Federal pela Lei 14.253/2021. Anteriormente, o Desembargador era titular da 6ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo.

A unidade inspecionada conta com a lotação de 12 servidores, dentre os quais duas servidoras (a Assessora e a Chefe de Gabinete) atuavam na primeira instância com o magistrado, enquanto três já trabalhavam no Tribunal, possuindo experiência em matéria previdenciária, e sete foram nomeados no último concurso, encontrando-se ainda em fase de treinamento.

Todos os servidores atuam na área-fim e trabalham de forma presencial, em razão, inclusive, de favorecer o entrosamento da equipe, que é nova, sendo a maioria recém-empossada.

Como se trata de um gabinete recentemente instalado, com a maioria dos servidores ainda em fase de treinamento, a divisão das atribuições na equipe encontra-se em fase inicial e experimental, pautando-se na especialização das matérias e sendo realizada atualmente de acordo com o perfil de cada servidor, tendo sido apresentado pela unidade inspecionada um plano de gestão que inclui a triagem diária dos processos que chegam conclusos, com a designação de um servidor responsável pela análise dos pedidos de tutela em agravo de instrumento, como também a priorização do julgamento dos embargos de declaração e agravos internos, que são distribuídos aos mesmos servidores que elaboraram as minutas iniciais.

O referido plano de gestão apresentado pela unidade inspecionada enumera a adoção imediata das seguintes medidas:

1. mapeamento de todas as matérias relativas ao acervo distribuído ao gabinete, com a identificação do quantitativo de processos por matéria e cadastro de etiquetas correspondentes em cada processo, tarefa essa já concluída e com resultado apresentado durante a inspeção à equipe da Corregedoria do CJF;
2. incluir na próxima pauta de julgamento (do dia 28/11/2023) 40 processos, além dos feitos mais antigos, principalmente aqueles relacionados a metas do CNJ;
3. revisão dos processos sobrestados em razão de temas de representativos de controvérsia, com a movimentação dos feitos relativos a precedentes qualificados já julgados ou com afetação cancelada;
4. despacho de redistribuição dos processos de competência de outras Seções do Tribunal, que se encontravam localizados indevidamente no gabinete inspecionado;
5. elaboração de minutas para aprovação do Desembargador;
6. treinamento dos novos servidores;
7. promover o imediato andamento dos processos constantes da lista de inspeção do CJF, os quais foram recebidos por redistribuição dos outros gabinetes.

Apesar de se tratar de um gabinete recém-instalado e de uma equipe nova, as entrevistadas demonstraram tratar-se de uma unidade extremamente organizada e com domínio de técnicas de gestão, inclusive, com a elaboração do plano de gestão acima reproduzido.

Merece destaque o trabalho de triagem de todos os processos recebidos pelo Gabinete, realizado em dez (10) dias, oportunidade em que foi identificada quantidade de processos por classe processual, bem como por assunto, de modo bastante detalhado, o que possibilitou a localização de processos para julgamento monocrático, nos termos do art. 932 do CPC, bem como situações em que há determinação, pelos tribunais superiores, de suspensão de tramitação, e ainda casos de incompetência do juízo. Demais disso, a providência possibilita a identificação de processos prioritários, como também agilizará a elaboração das minutas de julgamento, com o agrupamento de processos do mesmo assunto.

Após esse trabalho de triagem de movimentação dos processos que puderam ser despachados, o acervo do gabinete, na data de 30/9/2023 era de 4.907 processos, dos quais 685 estão sobrestados na Subsecretaria e 4.222 estão conclusos (tramitação líquida).

Foram também identificados, para acompanhamento, os processos em que as partes solicitam informações por e-mail, telefone ou por meio da Ouvidoria.

O atendimento aos advogados é realizado de forma presencial ou por vídeoconferência, à escolha dos advogados, sendo que, até o momento, apenas dois procuraram atendimento e foram recebidos pessoalmente pelo Desembargador.

Como medida para melhorar as atividades na unidade inspecionada, as gestoras apontaram a necessidade de promoção de cursos de capacitação dos servidores, notadamente na área de Direito Previdenciário, bem como sobre o funcionamento do Tribunal para os novos servidores.

4. OBSERVAÇÕES

Não há possibilidade de comparação com inspeção anterior, por se tratar de gabinete recém instalado. No entanto, pode ser registrado que o acervo no dia 30/9/2023 era de 4.907 processos, sendo 685 estão sobrestados na Subsecretaria e 4.222 estão conclusos (tramitação líquida).

5. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 2.

O Desembargador Erick Gramstrup assumiu o gabinete há apenas um mês, não sendo possível ainda sequer pautar processos para as sessões das quais participou, estando a maioria dos servidores ainda em treinamento. No entanto, pelo que se observou na entrevista, a unidade inspecionada está muito bem gerida, merecendo elogio o excelente trabalho de triagem e diagnóstico do acervo, realizado em curto espaço de tempo, bem como elaboração de plano de gestão bastante consistente. A expectativa, portanto, é de que, com a continuidade do trabalho que já vem sendo realizado, haja redução do acervo e cumprimento de todas as metas.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA CAZERTA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Therezinha Cazerta

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Oitava Turma/Terceira Seção/Orgão Especial

1.3 Tempo de exercício na unidade

Três anos (desde 28/4/2020).

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Paulo Roberto Serraglio Júnior, técnico judiciário, Assessor da Des. Fed. Therezinha Cazerta

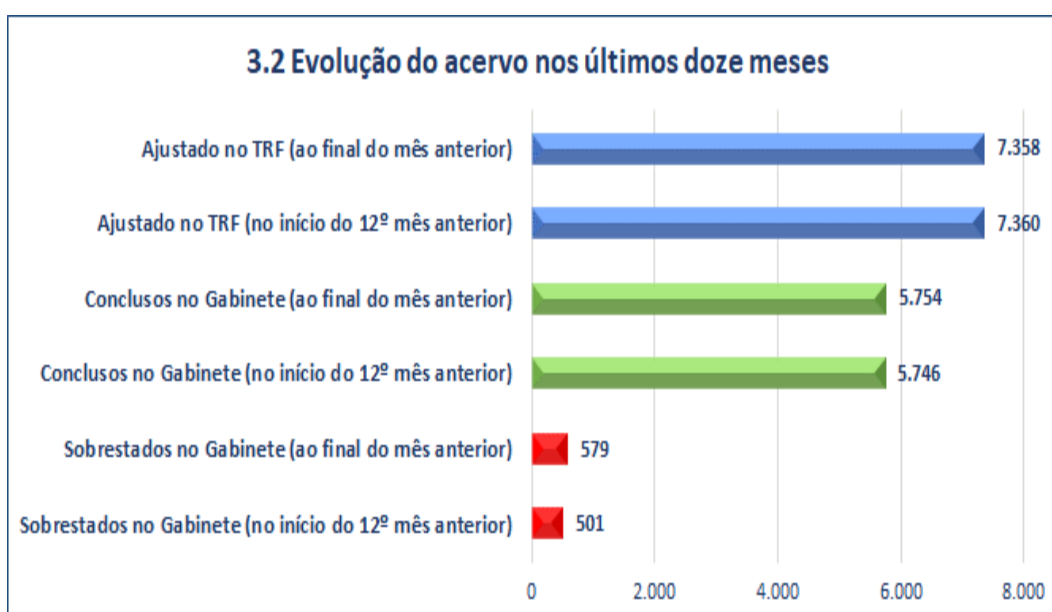
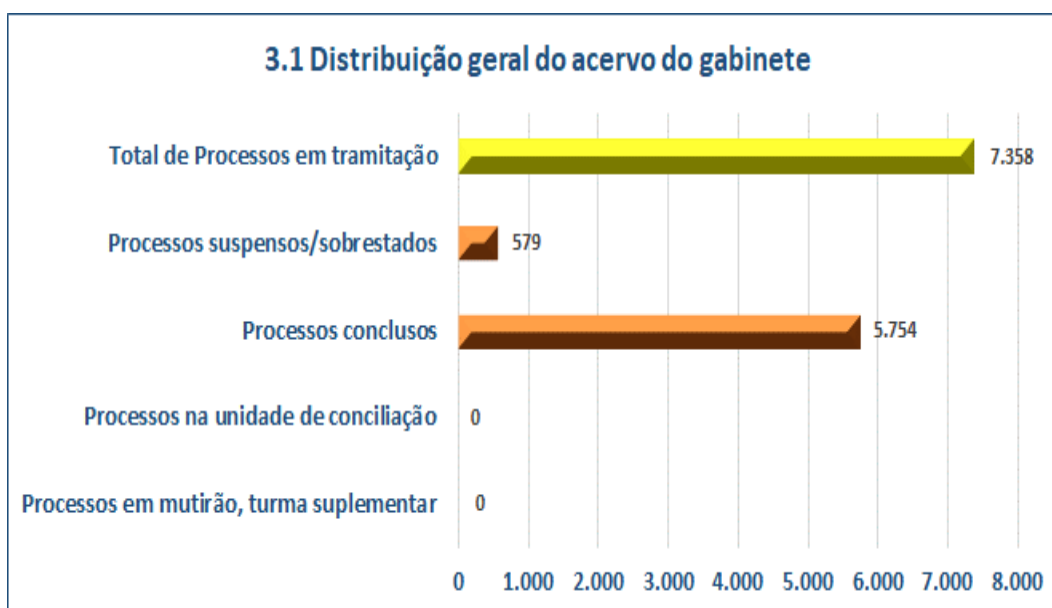
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	8

3. DADOS ESTATÍSTICOS

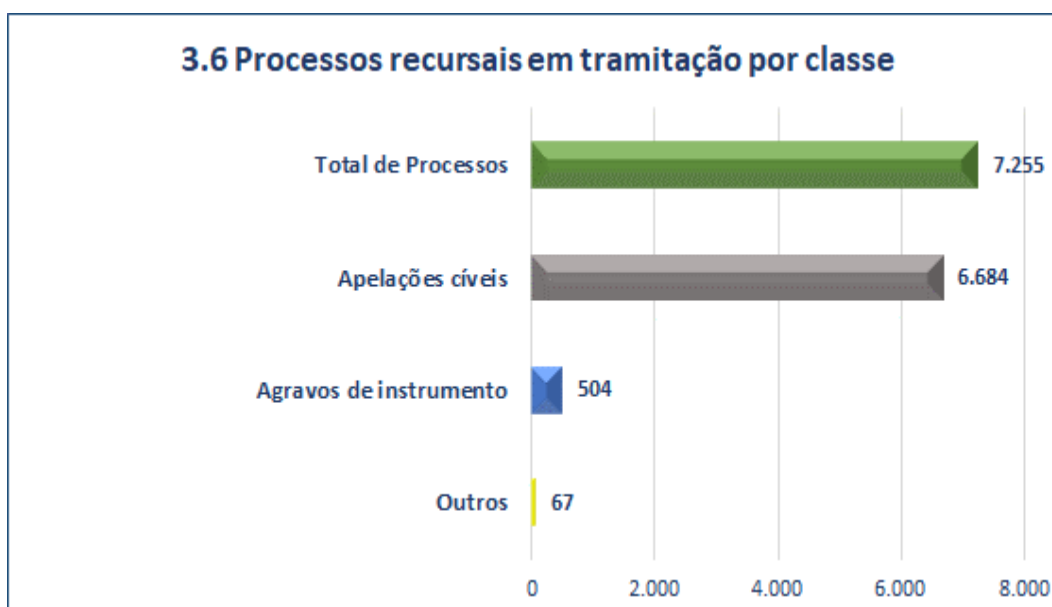


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	101
Mandados de segurança	8
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	9
Reclamações	1
Ações rescisórias	70
Outros	13

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.255
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.724
Outros	5.531



3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	1

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

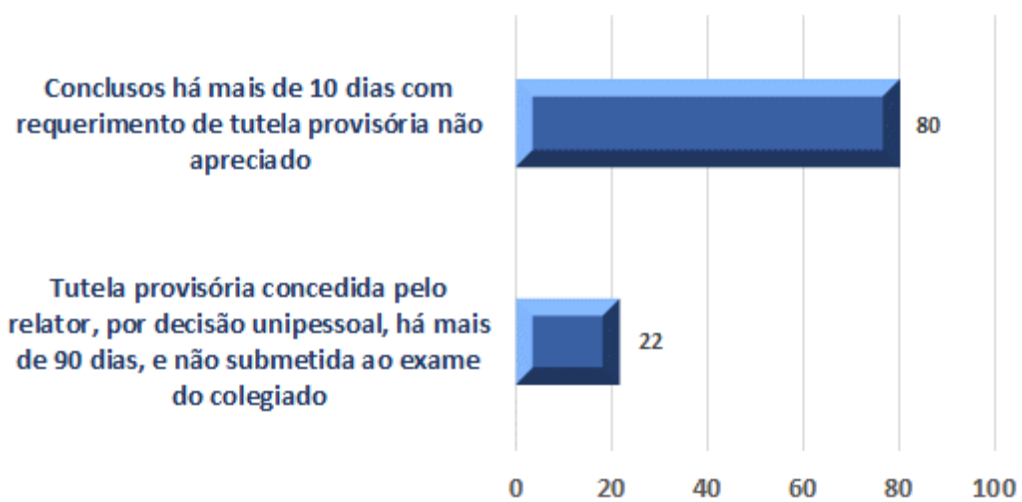
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

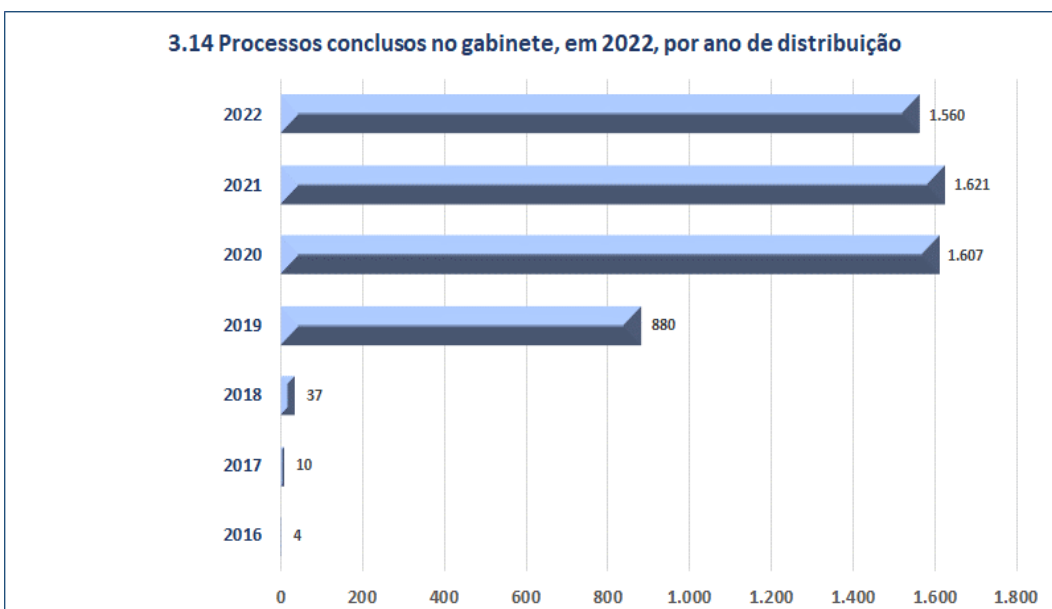
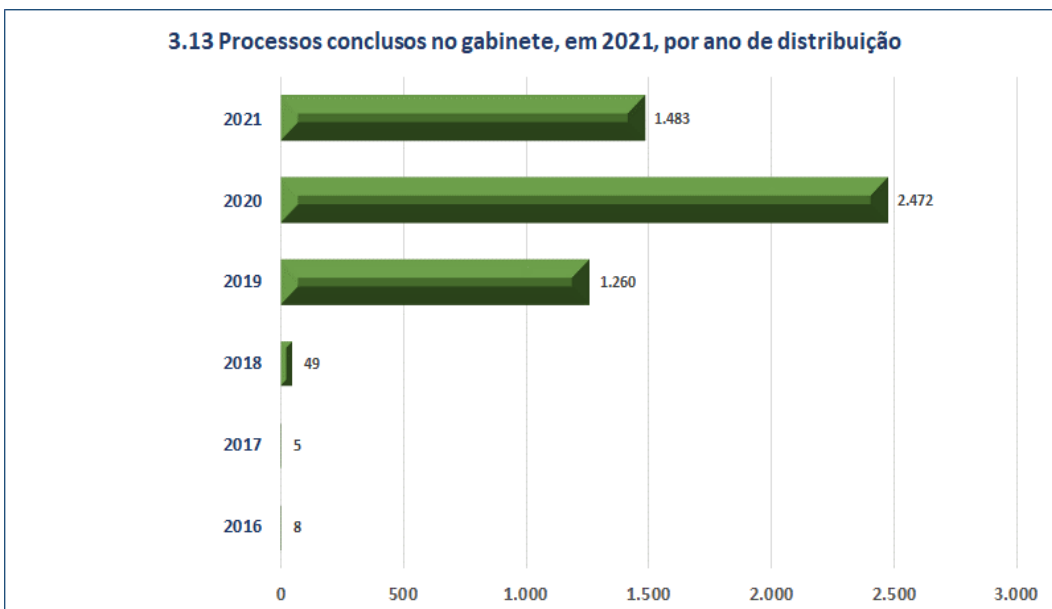
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

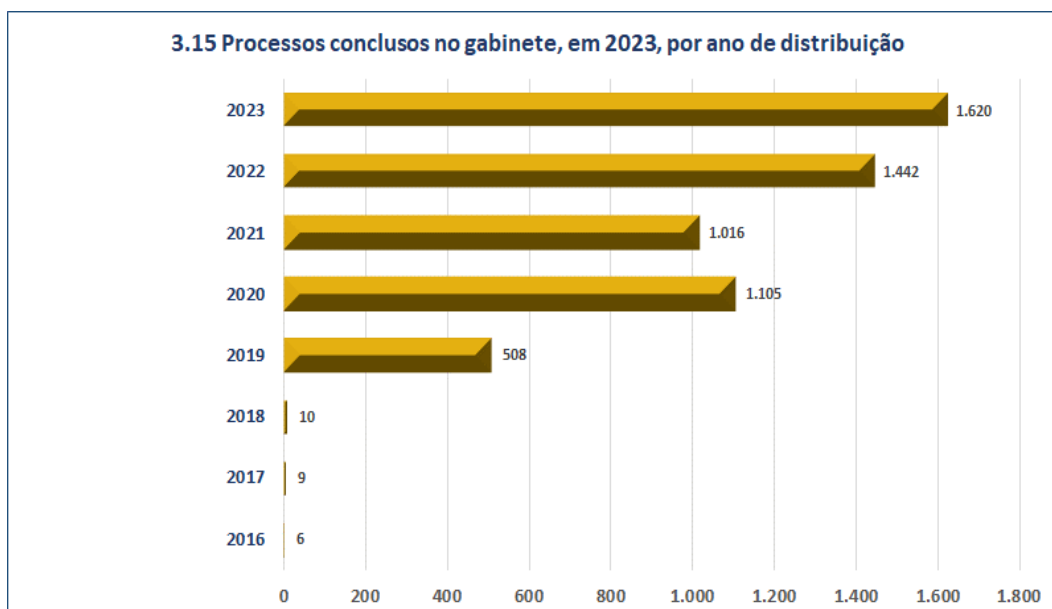
3.11 Processos com recursos internos para julgamento



3.12 Processos com tutela provisória

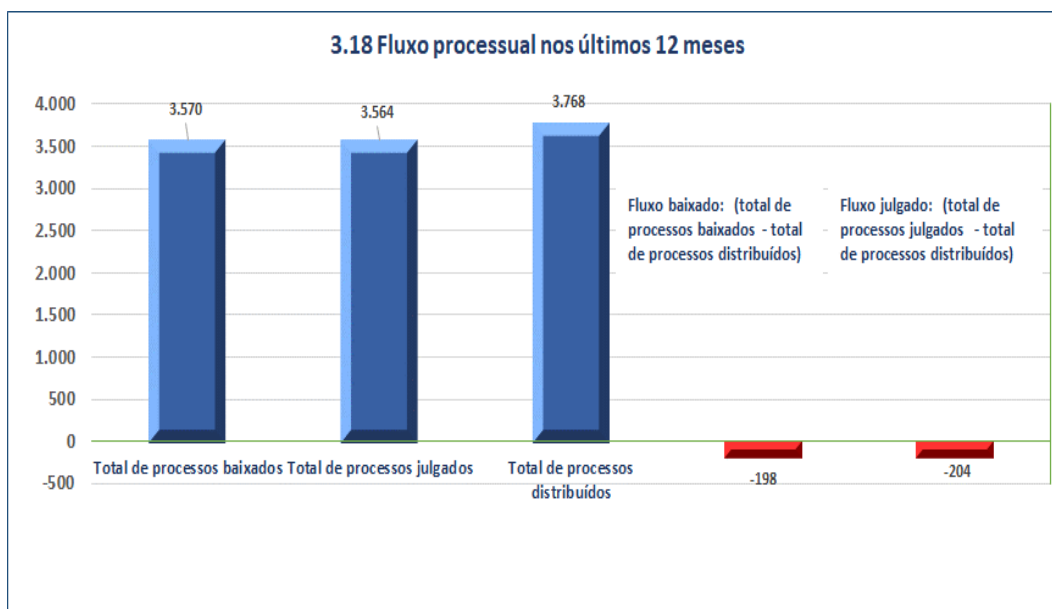




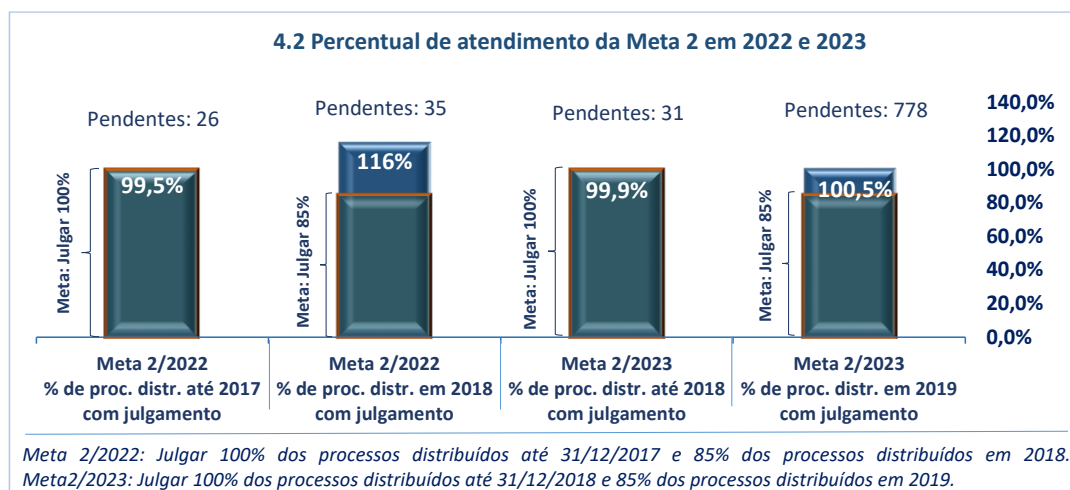
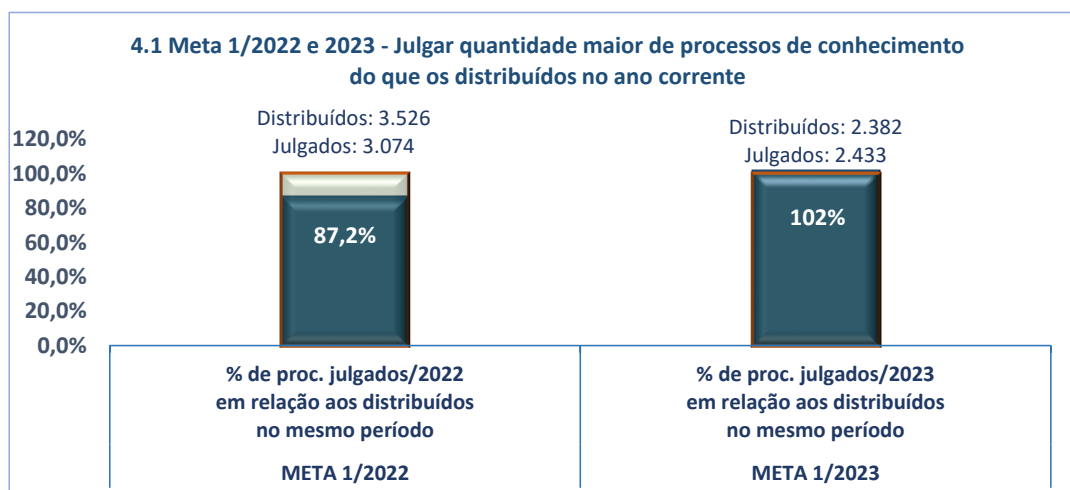


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para voto-vista	2
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	1
Remetidos para revisão	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

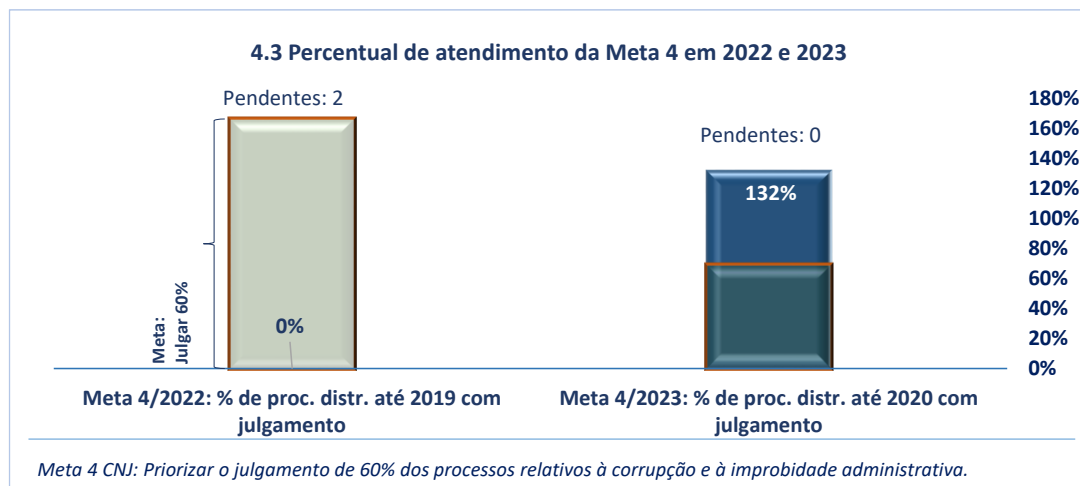
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	4
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

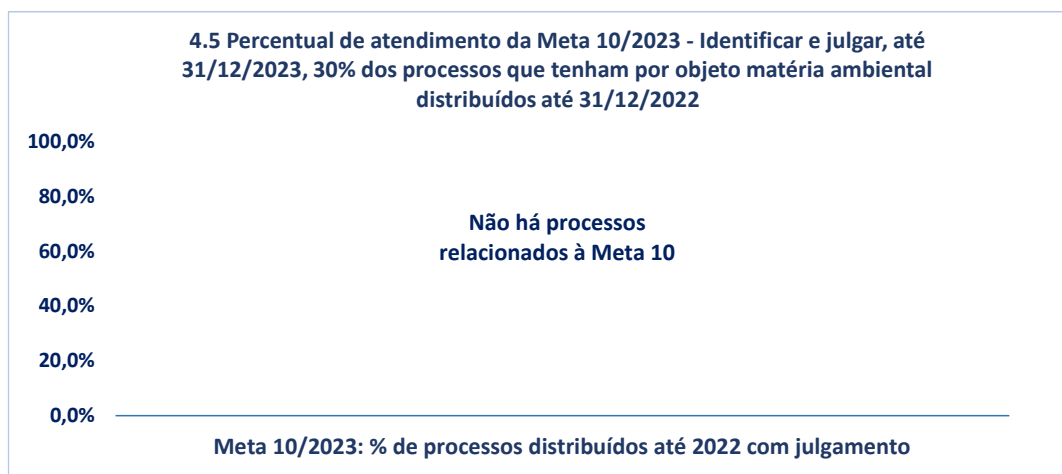


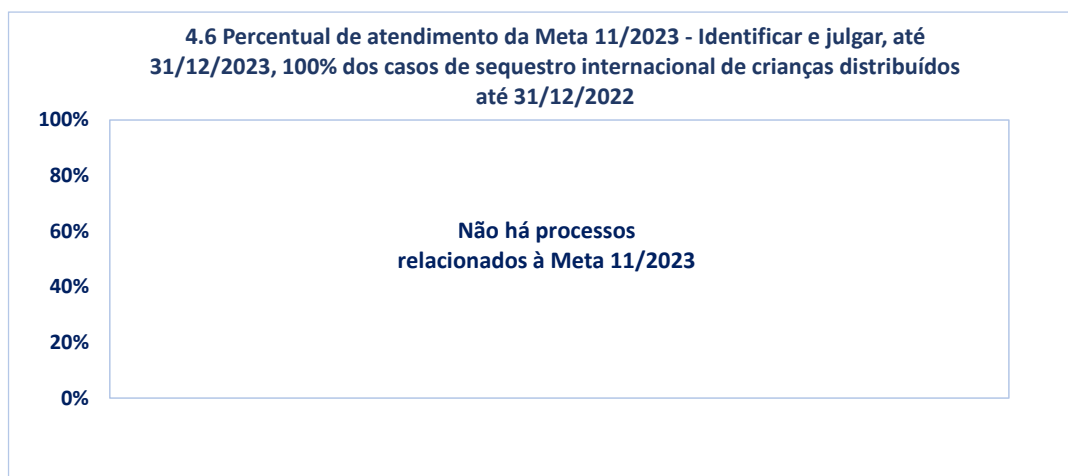
Meta 2/2022: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017 e 85% dos processos distribuídos em 2018.
 Meta2/2023: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019.



4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no ano anterior	6,89
Taxa de congestionamento no ano corrente	-2,57
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Dados não disponíveis





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O plano de gestão abarca o controle rotineiro de acervo em variados aspectos (controle de ingresso, triagem, petições pendentes, metas, prioridades e fluxo de julgamento). Determina a distribuição de atividades dos servidores em equipes, com atribuições específicas, e as condições de trabalho (horários, teletrabalho etc.). Prevê os processos de trabalho, que estão em permanente evolução, contando com a experiência e as sugestões dos servidores.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Realizada triagem do processo, uma vez identificado que se trata de tema objeto de ordem de sobrestamento ou suspensão, é incluída etiqueta e minuta de despacho, validado pelos gestores e submetido à magistrada. Os processos são automaticamente enviados à Subsecretaria, onde permanecem nessa condição. Sobrevindo informação de julgamento de determinado tema pelos Tribunais Superiores, os gestores contatam a Subsecretaria e solicitam o levantamento do sobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Permanente evolução dos fluxos de trabalho. Prática de triagem célere dos processos assim que ingressam. Estão sendo utilizadas ferramentas de automação de etiquetas e inteligência artificial para triagem. São separados pelos gestores processos antigos e complexos, atribuídos a determinados servidores, permitindo promover produtividade. Adoção de textos mais sintéticos, sem perda de qualidade. Uso de modelos no próprio sistema PJe, reduzindo tempo na formatação. Sistema de controle de produção semiautomatizado por planilha. Deixando a relatoria de operação de grande porte no OE permitiu adequação de atribuições (CJ3 assumiu a supervisão do trabalho conduzido pelo CJ1 nos AIs). Fixadas metas mais agressivas nas equipes responsáveis pelas apelações.

5.4 Dificuldades

O sistema PJe, apesar de todas suas qualidades, apresenta inúmeros problemas, desde corriqueiros, como atualizações, travamentos e lentidão, a graves, como inconsistências em gravação de minutas, inserção em pautas de julgamento e assinaturas de documentos. Significativa rotatividade de servidores dificulta a estabilização das equipes, tendo ocorrido a saída de 3 servidores ao longo de 2023, impondo treinamento e curva de aprendizado àquelas reposições, arduamente obtidas. Ausência de estagiários também tem impactado os trabalhos, especialmente no setor de triagem.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, as normativas atinentes ao teletrabalho são seguidas pela unidade, sendo que todos os servidores em teletrabalho têm metas de produtividade, acompanhadas mensalmente.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Quanto à Meta 3, em processos com possibilidade de acordo, especialmente naqueles em que há proposta por uma das partes, são as demais intimadas a se manifestarem. Em 2023, foi encerrado 1 processo por conciliação, na própria unidade. Nenhum feito foi encaminhado ao Gabinete da Conciliação, identificando-se nos autos, como regra, oposição a solução consensual pelas partes.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5692445-87.2019.4.03.9999	28/5/2019	Apelação Cível
Autuado em 28/5/2019. Conclusos em 30/7/2019. Juntados documentos recebidos da origem em 22/8/2019. Julgado em 4/9/2023. Prazo em curso.		
0010395-82.2015.4.03.6183	25/7/2019	Apelação Cível
Autuado em 25/7/2019. Conclusos em 5/8/2019. Inserido em pauta de julgamento de 6/4/2020. Sessão redesignada para 1º/6/2020. Retirado de pauta. Inserido em pauta de 18/9/2023. Aguardando sessão.		
5703554-98.2019.4.03.9999	31/5/2019	Apelação Cível
Autuado em 31/5/2019. Conclusos em 6/8/2019. Apto para julgamento. Será inserido em pauta de 13/11/2023.		
5002617-32.2019.4.03.9999	7/8/2019	Apelação Cível

Autuado em 7/8/2019. Conclusos em 7/8/2019. Será redistribuído a novo Gabinete da 8ª Turma.		
0002909-62.2015.4.03.6113	6/5/2019	Apelação Cível
Autuado em 6/5/2019. Conclusos em 8/8/2019. Será redistribuído a novo Gabinete da 8ª Turma.		
0008306-52.2016.4.03.6183	31/7/2019	Apelação Cível
Autuado em 31/7/2019. Conclusos em 8/8/2019. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
5718653-11.2019.4.03.9999	3/6/2019	Apelação Cível
Autuado em 3/6/2019. Conclusos em 15/8/2019. Remetido para consulta de prevenção em 8/9/2023.		
5732362-16.2019.4.03.9999	7/6/2019	Apelação Cível
Autuado em 7/6/2019. Conclusos em 20/8/2019. Juntados documentos recebidos da origem em 30/8/2019. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
0005210-15.2015.4.03.6102	9/5/2019	Apelação Cível
Autuado em 9/5/2019. Conclusos em 21/8/2019. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
5732720-78.2019.4.03.9999	7/6/2019	Apelação Cível
Autuado em 7/6/2019. Conclusos em 22/8/2019. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
5745310-87.2019.4.03.9999	11/6/2019	Apelação Cível
Autuado em 11/6/2019. Conclusos em 22/8/2019. Inserido em pauta de julgamento de 6/4/2020. Sessão redesignada para 1º/6/2020. Retirado de pauta. Em preparação para inclusão em pauta.		
5729026-04.2019.4.03.9999	6/6/2019	Apelação Cível
Autuado em 6/6/2019. Conclusos em 23/8/2019. Em preparação para inclusão em pauta.		
5000849-10.2018.4.03.6183	6/2/2019	Apelação Cível
Autuado em 6/2/2019. Distribuído livremente. Reconhecida prevenção em 17/6/2019. Redistribuído em 26/8/2019. Conclusos na mesma data. Em preparação para inclusão em pauta.		
5719848-31.2019.4.03.9999	4/6/2019	Apelação Cível
Autuado em 4/6/2019. Conclusos em 26/8/2019. Requerida habilitação de sucessores em 14/12/2021. Determinada complementação de documentação em 5/9/2023. Prazo em curso em fase de habilitação de herdeiros.		
5768483-43.2019.4.03.9999	18/6/2019	Apelação/Remessa Necessária
Autuado em 18/6/2019. Conclusos em 3/9/2019. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
0000536-61.2010.4.03.6104	22/4/2019	Apelação/Remessa Necessária
Autuado em 22/4/2019. Redistribuição em 27/8/2019 e 10/9/2019. Petição sobre digitalização em 2/12/2019. Petição em 17/11/2019. Apto para julgamento. Será Inserido em pauta de 13/11/2023.		

5790211-43.2019.4.03.9999	28/6/2019	Apelação/Remessa Necessária
Autuado em 28/6/2019. Conclusos em 13/9/2019. Juntados documentos recebidos da origem em 1º/10/2019. Petição requerendo prioridade em 26/11/2019. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
0004392-70.2019.4.03.9999	23/7/2019	Apelação/Remessa Necessária
Autuado em 23/7/2019. Digitalizado em 5/8/2019. Conclusos em 17/9/2019. Petição de substabelecimento em 25/8/2023. Aguarda julgamento. Em preparação para inclusão em pauta.		
5791146-83.2019.4.03.9999	28/6/2019	Apelação/Remessa Necessária
Autuado em 28/6/2019. Redistribuído por dependência em 18/9/2019. Conclusos na mesma data. Em preparação para inclusão em pauta.		
5794336-54.2019.4.03.9999	29/6/2019	Apelação/Remessa Necessária
Autuado em 29/6/2019. Conclusos em 20/9/2019. Petição requerendo celeridade em 27/6/2021. Julgado em 4/9/2023. Prazo em curso.		
0020273-58.2017.4.03.9999	5/7/2017	Apelação Cível
Autuado em 5/7/2017. Digitalizado em 12/7/2019. Conclusos 2/12/2019. Para juízo de retratação. Recebidos documentos da origem em 4/5/2023. Apto para julgamento. Será Inserido em pauta de 13/11/2023.		
0009295-82.2008.4.03.6104	25/4/2017	Apelação Cível
Digitalizado em 8/11/2019. Redistribuído em 16/4/2020. Concluso ao gabinete em 28/6/2023. Previamente a análise pela 8ª Turma, remetidos os autos à Vice-Presidência para apreciação.		
0000687-67.2015.4.03.6131	5/12/2018	Apelação Cível
Digitalizado em 13/11/2018. Redistribuído por prevenção em 23/8/2019. Remetidos ao setor de cálculos em 27/8/2019. Conclusos em 9/1/2020. Decisão monocrática provendo o recurso em 23/4/2020. Agravo interno interposto em 15/5/2020. Inserido em pauta de julgamento de 2/10/2023.		
5041969-26.2021.4.03.9999	27/2/2021	Remessa Necessária Cível
Autuado em 21/2/2021. Conclusos em 5/3/2021. Petições requerendo julgamento em 13/12/2022 e 22/5/2023. Apto para julgamento. Será inserido em pauta de 13/11/2023.		
5000458-63.2021.4.03.6114	19/5/2021	Remessa Necessária Cível
Autuado em 19/5/2021. Conclusos na mesma data. Remetidos ao MPF, juntado parecer em 1º/6/2021. Determinada redistribuição por incompetência em 7/6/2021. Redistribuído em 10/6/2021. Conclusos na mesma data. Será redistribuído ao novo Gabinete da 8ª Turma.		
5005250-09.2020.4.03.6110	23/6/2021	Remessa Necessária Cível
Autuado em 23/6/2021. Redistribuído por prevenção em 24/6/2021. Manifestação do MPF na mesma data. Apto para julgamento. Será Inserido em pauta de 13/11/2023.		
5000386-40.2021.4.03.6126	14/6/2021	Remessa Necessária Cível
Autuado em 14/6/2021. Manifestação do MPF em 28/6/2021. Conclusos na mesma data. Será Inserido em pauta de 13/11/2023.		
5000410-34.2021.4.03.6105	24/9/2021	Remessa Necessária Cível

Autuado em 24/9/2021. Conclusos na mesma data. Proferida decisão para redistribuição para 2ª Seção em 8/9/2023.		
5000728-93.2021.4.03.6112	14/10/2021	Remessa Necessária Cível
Autuado em 14/10/2021. Manifestação do MPF em 3/11/2021. Conclusos na mesma data. Proferida decisão para redistribuição para 2ª Seção em 8/9/2023.		
0005556-29.2006.4.03.6183	28/4/2009	Apelação Cível
Autuado em 27/4/2009. Digitalizado em 10/1/2020. Conclusos em 9/11/2021, para juízo de retratação. Apto para julgamento. Será inserido em pauta de 13/11/2023.		
0036614-33.2015.4.03.9999	9/10/2015	Apelação Cível
Restauração de autos. Conclusos em 14/2/2022. Determinada retificação da classe processual e citação das partes em 8/9/2023.		
0007529-67.2016.4.03.6183	6/9/2017	Apelação Cível
Digitalizado em 11/2/2020. Decisão da Vice-Presidência determina retorno para julgamento de ED em 17/12/2021. Redistribuído em 21/7/2022. Conclusos na mesma data. Em preparação para inclusão em pauta.		
0005321-47.2015.4.03.6183	28/12/2016	Apelação Cível
Autuado em 24/8/2022. Redistribuído em 29/9/2022. Conclusos na mesma data. Julgado em 21/8/2023. Opostos ED em 1º/9/2023. Em prazo na Subsecretaria.		
0208933-24.1993.4.03.6104	5/10/1995	Apelação Cível
Digitalizado. Em fase de juízo de retratação. Relatoria do Gab. 30 - Juíza Convocada Audrey Gasparini. Há anotação de impedimento da Des. Fed. Therezinha Cazerta.		
0003011-43.1990.4.03.9999	28/3/2014	Apelação Cível
Digitalizado em 19/10/2021. Concluso em 22/3/2022 para juízo de retratação quanto ao Tema 96. Julgado em 11/7/2022. Concluso para retratação quanto aos temas 491, 492 e 905/STJ e 810/STF em 8/2/2023. Julgado em 7/8/2023. Prazo em curso.		
5010254-53.2022.4.03.0000	18/4/2022	Mandado de Segurança Criminal
Competência OE. Autuado em 18/4/2022. Conclusos em 19/4/2022. Processado. Inserido em pauta de julgamento de 27/9/2023.		
5010529-65.2023.4.03.0000	20/4/2023	Agravo de Instrumento
AI autuado em 20/4/2023. Conclusos na mesma data. Proferida decisão monocrática em 18/7/2023. Interposto agravo interno em 31/7/2023. Apto para julgamento. Será Inserido em pauta de 13/11/2023.		
5011661-60.2023.4.03.0000	4/5/2023	Petição Cível
Autuada em 4/5/2023. Reconhecida incompetência, determinando-se redistribuição à Turma Recursal de SP em 7/6/2023. Transitado em julgado em 13/7/2023.		
5015111-11.2023.4.03.0000	5/6/2023	Mandado de Segurança Cível
Autuado em 5/6/2023. Conclusos na mesma data. Reconhecida incompetência, determinando-se redistribuição ao primeiro grau em 7/6/2023. Arquivado definitivamente.		
5009885-13.2017.4.03.6183	26/2/2021	Apelação Cível

Autuado em 26/2/2021. Indeferida antecipação de tutela em 21/5/2021. Deferida antecipação de tutela em 28/3/2022. Petição requerendo julgamento em 20/3/2023. Em preparação para inclusão em pauta.		
5014248-60.2020.4.03.0000	1º/6/2020	Agravo de Instrumento
Autuado em 1º/6/2020. Concedida a liminar em 1º/10/2020. Julgado em 22/2/2021. Julgados EDs em 12/7/2021. Determinada juntada de documentos e manifestações, sobrevivendo última petição em 21/2/2023. Conclusos em 10/3/2023. Apto para julgamento. Será inserido em pauta de 13/11/2023.		
5013569-26.2021.4.03.0000	15/6/2021	Agravo de Instrumento
Autuado em 15/6/2021. Redistribuído por prevenção em 25/6/2021. Indeferida antecipação de tutela em 25/11/2022. Opostos EDs em 6/12/2022. Conclusos em 2/3/2023. Apto para julgamento. Será Inserido em pauta de 13/11/2023		
5001960-69.2019.4.03.6126	14/10/2019	Apelação Cível
Autuado em 23/10/2019. Conclusos em 2/1/2020. Julgado em 5/9/2020. Julgados EDs em 30/1/2023. Opostos novos EDs em 6 e 13/2/2023. Inserido em pauta de julgamento de 2/10/2023.		
5002531-48.2020.4.03.6112	16/6/2021	Apelação Cível
Autuado em 16/6/2021. Julgado em 6/3/2023. Opostos EDs em 13 e 21/3/2023. Inserido em pauta de julgamento 18/9/2023.		
6217301-58.2019.4.03.9999	19/12/2019	Apelação Cível
Autuado em 19/9/2019. Redistribuído em 20/3/2020. Concedida antecipação de tutela em 7/7/2021. Julgado em 3/4/2023. Opostos EDs em 19/4/2023. Inserido em pauta de julgamento de 2/10/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 33 processos selecionados, todos eletrônicos. Não há processos físicos inspecionados. Não foi inspecionado o processo 5000728-93.2021.4.03.6112, por ter sido redistribuído em 12/9/2023.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a fazer.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada pela Desembargadora Therezinha Cazerta e pelos servidores Paulo Roberto Serraglio Junior, Matheus Henrique de Paiva Carvalho e Ana Beatriz Giamarino Moreira.

Em relação ao teletrabalho, o gabinete informou que há servidores em trabalho híbrido, sendo 2 em teletrabalho integral.

Houve necessidade de ajustes recentes na força de trabalho da equipe. A equipe está com déficit de 1 servidor. Até pouco tempo, 2 servidoras permaneceram por tempo considerável de licença médica.

O gabinete priorizou os processos do Órgão Especial, da Seção e de metas, focando na produtividade também sob o aspecto qualitativo.

Quanto aos servidores, informou-se que houve fixação de metas de produtividade.

No que se refere ao acervo, pelo planejamento atual, tem-se a expectativa de redução nos próximos 18 meses. Os servidores estão divididos em equipes, sendo que a divisão permanece a mesma já elencada na inspeção anterior (invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, agravo de instrumento e residual).

Em relação à ação penal da Operação Westminster, de competência do Órgão Especial, informada na inspeção anterior, o gabinete ressaltou que não atuam mais nesses processos desde março de 2023.

Por fim, os servidores informaram sobre a rotatividade e dificuldade na manutenção de estagiários no gabinete.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos (de 5.515 para 5.754).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.360 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.358.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 115, na última inspeção, para 176, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete. O fluxo processual nos últimos 12 meses foi de 3.768 processos distribuídos e 3.564 processos julgados. No entanto, foi possível a baixa de 3.570 processos.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 19 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 8ª Turma, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador pouco superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- priorizar o julgamento dos processos conclusos há mais de 100 dias, dos embargos de declaração e dos processos das Metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Toru Yamamoto

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

8ª Turma/3ª Seção/Conselho de administração/Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

A partir de 14/2/2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Yolanda de Oliveira Silva, chefe de gabinete

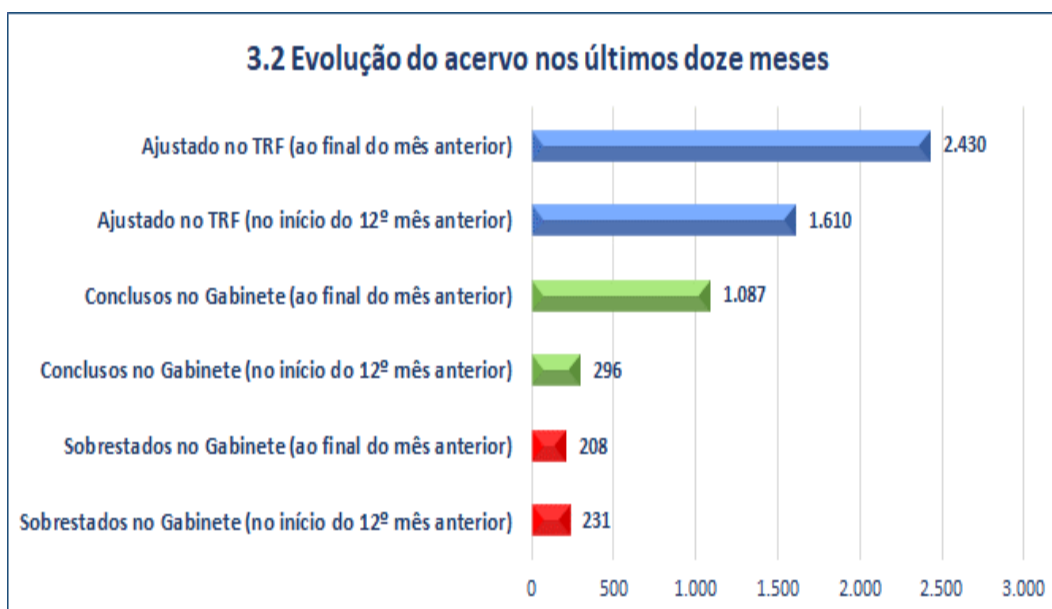
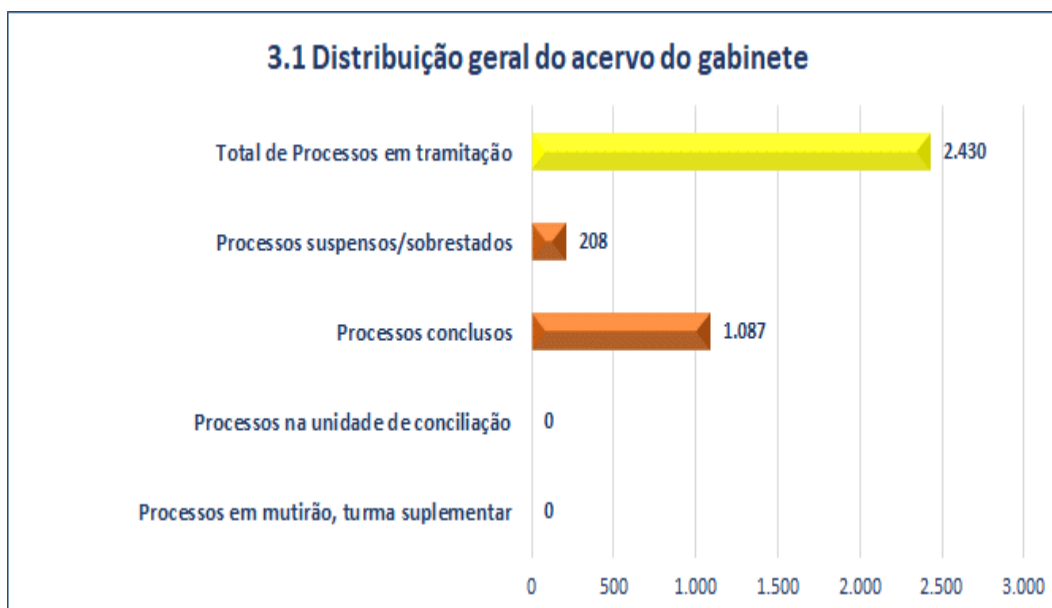
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

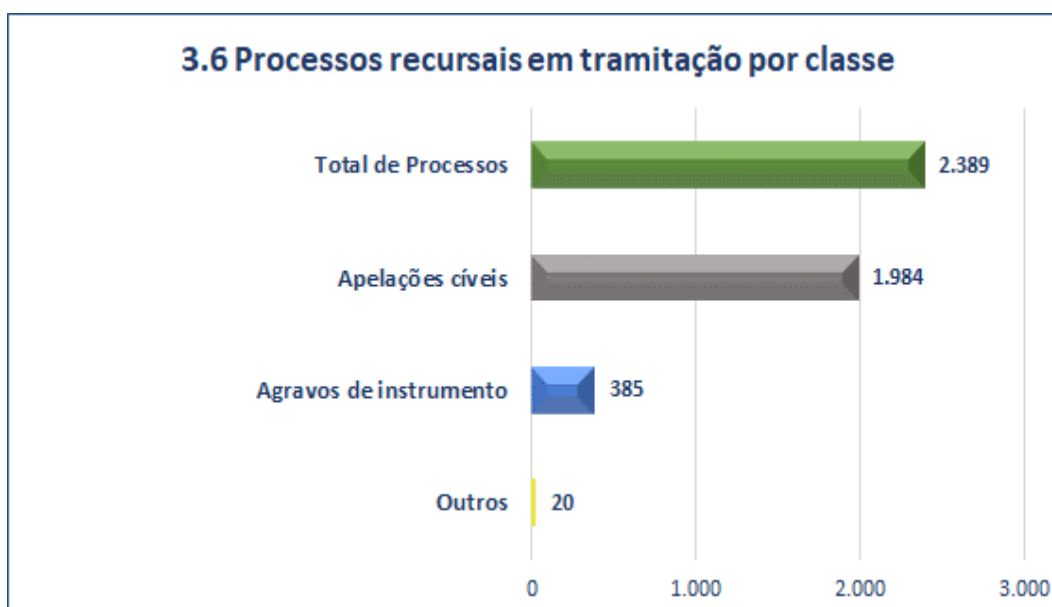


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	41
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	21
Outros	13

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.389
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	6
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	906
Outros	1.477

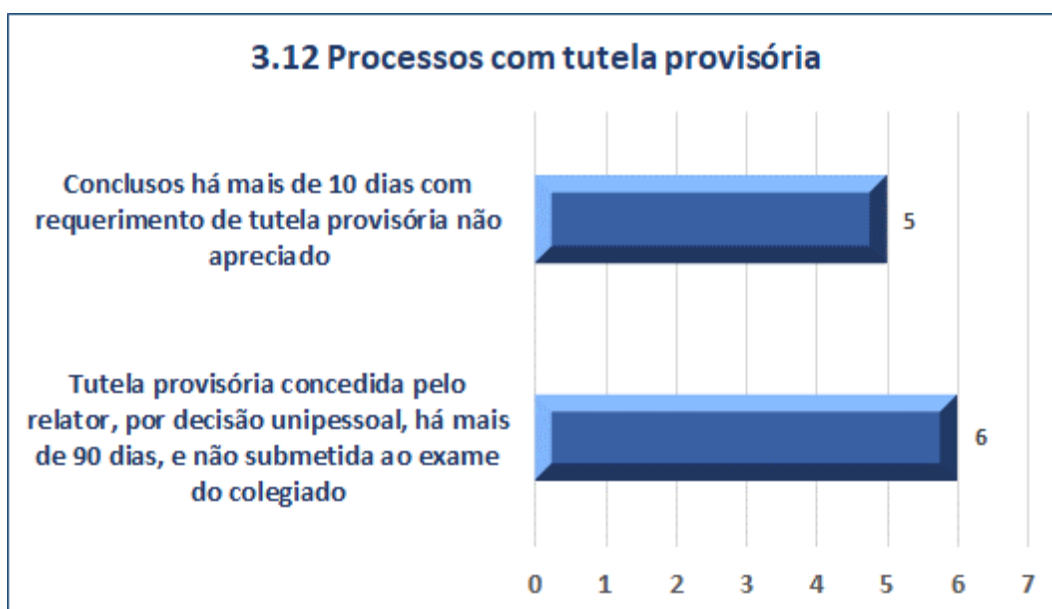
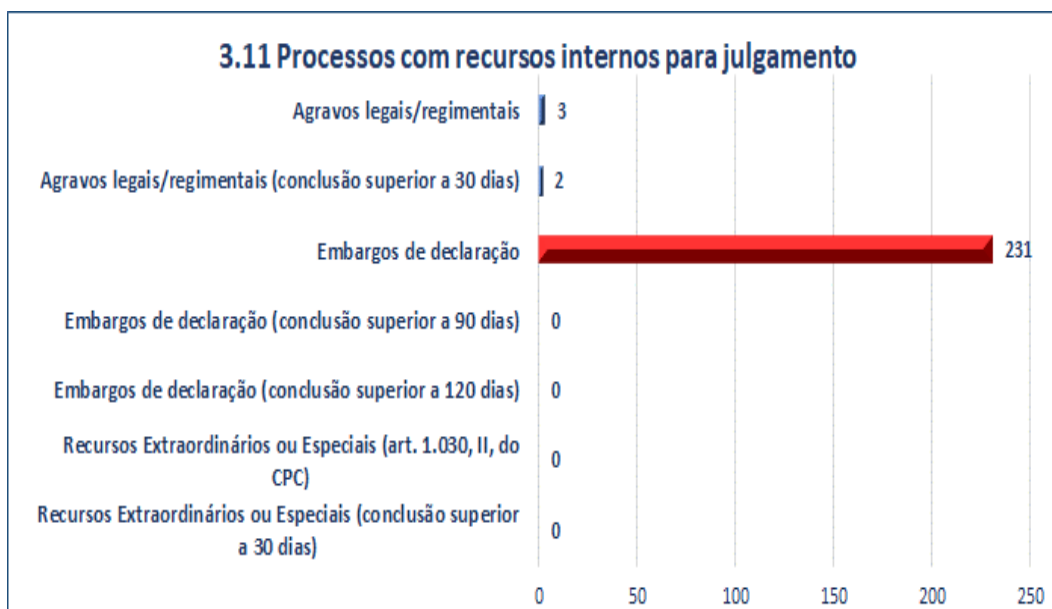


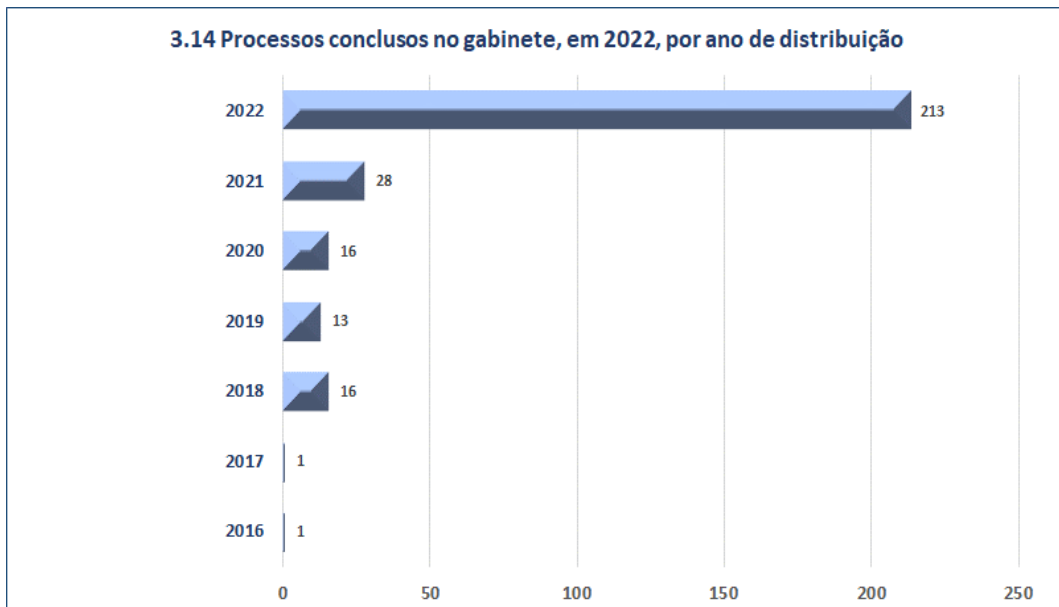
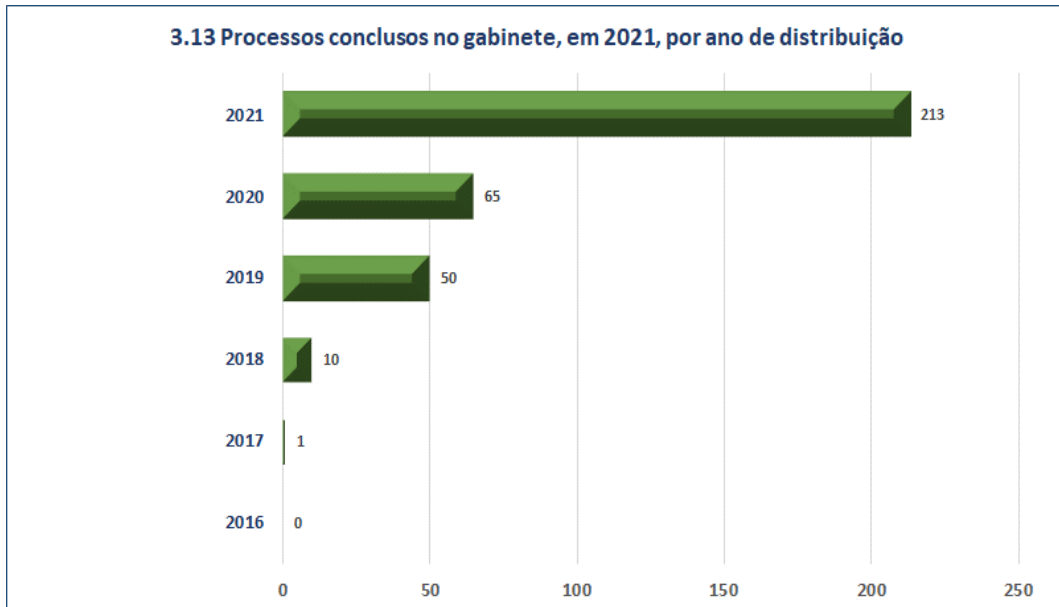
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

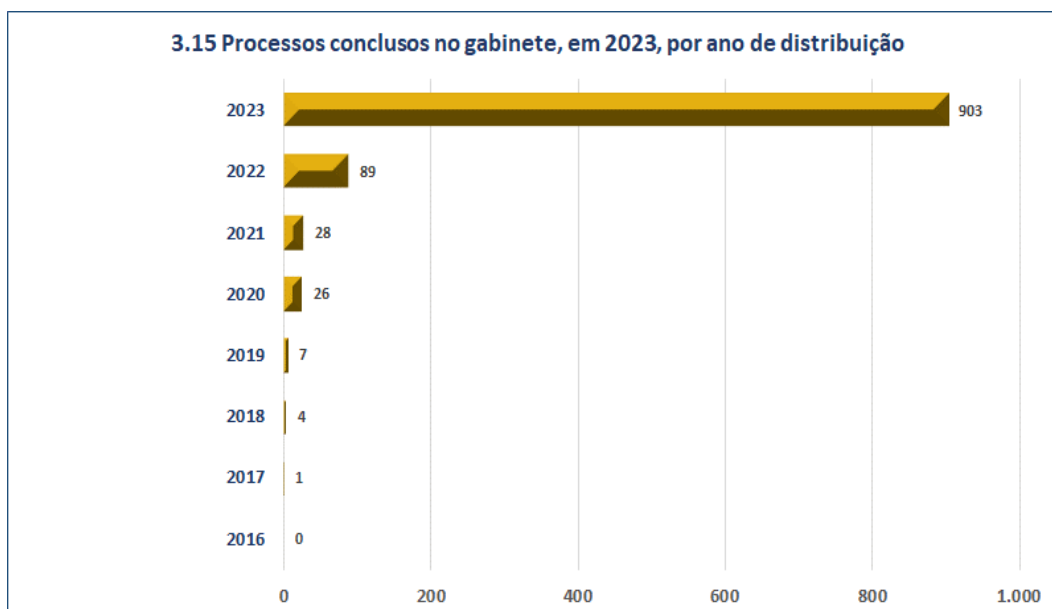
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

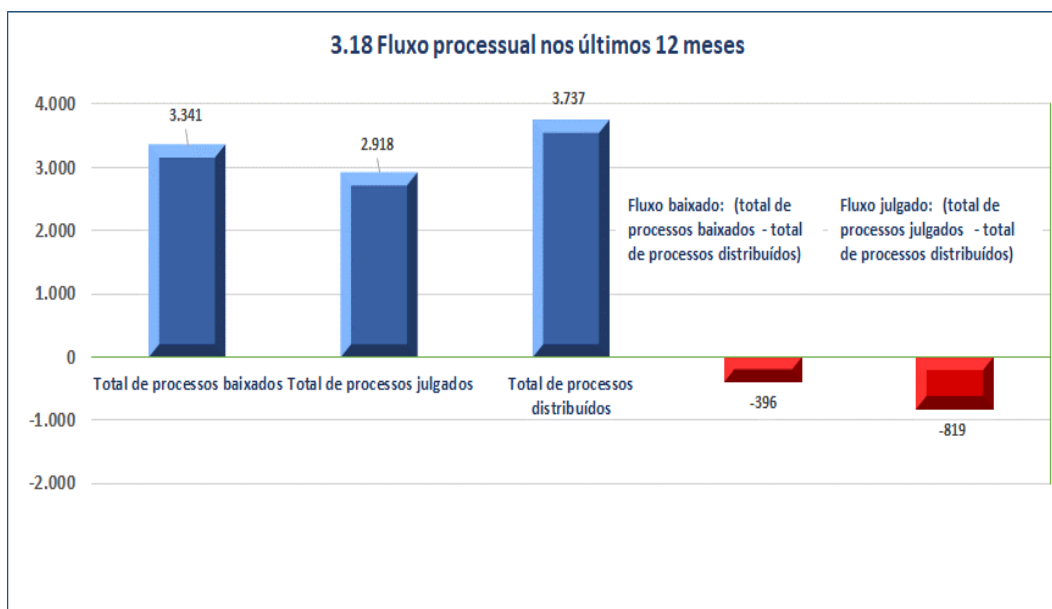




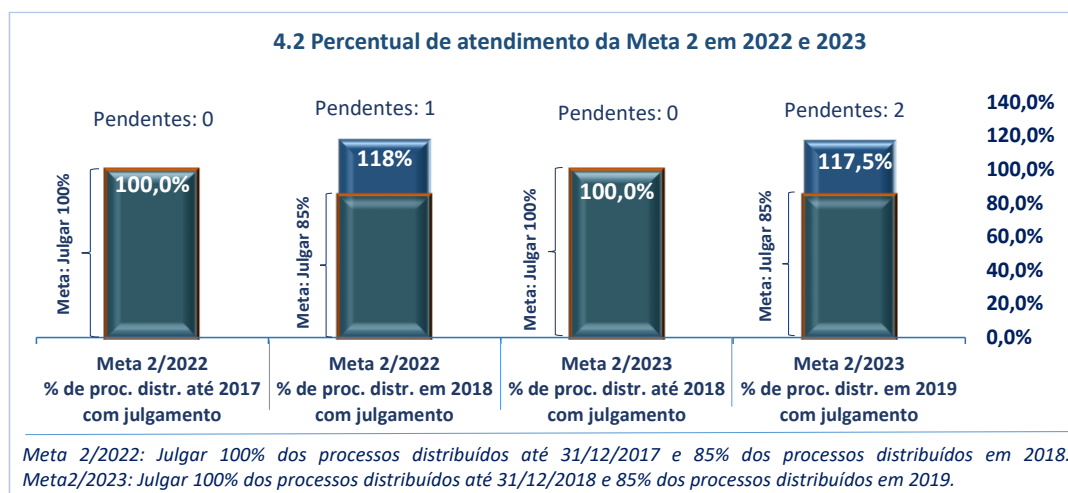
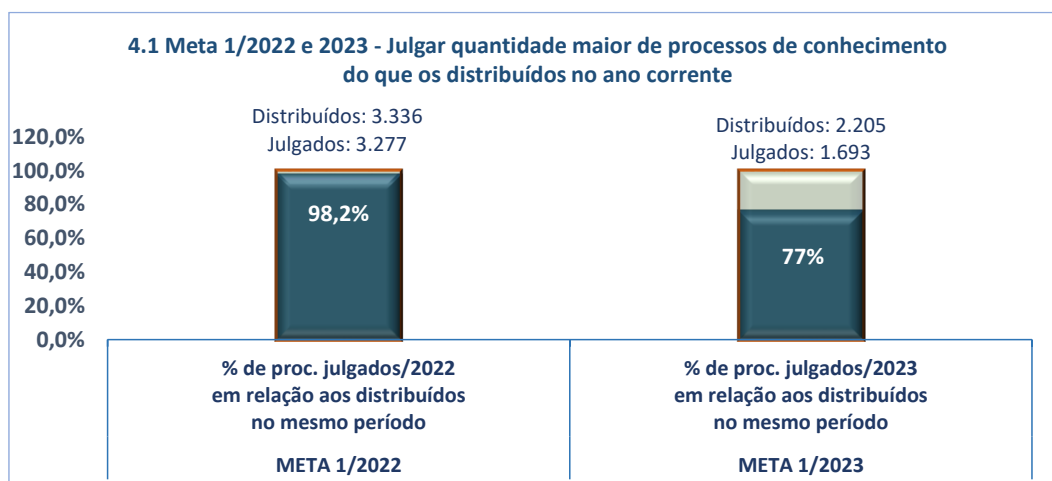


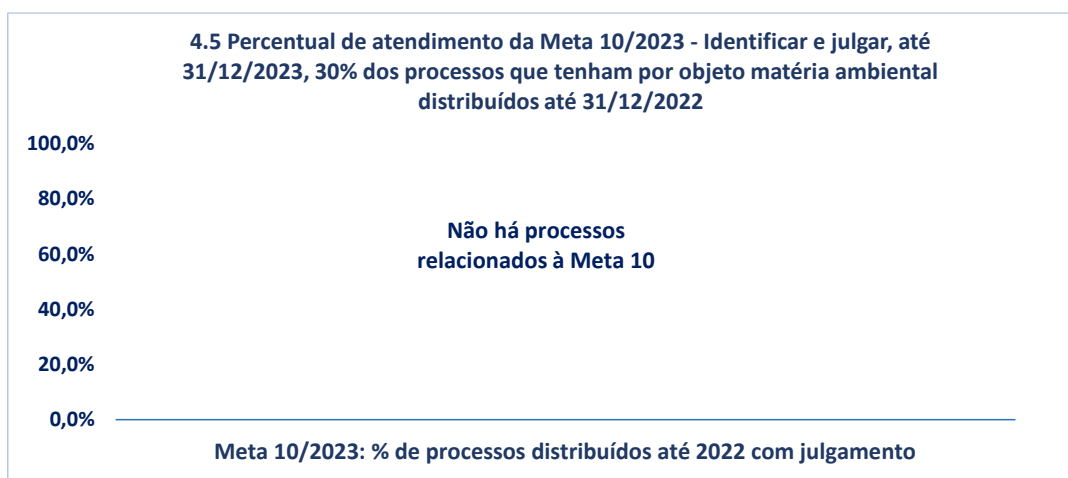
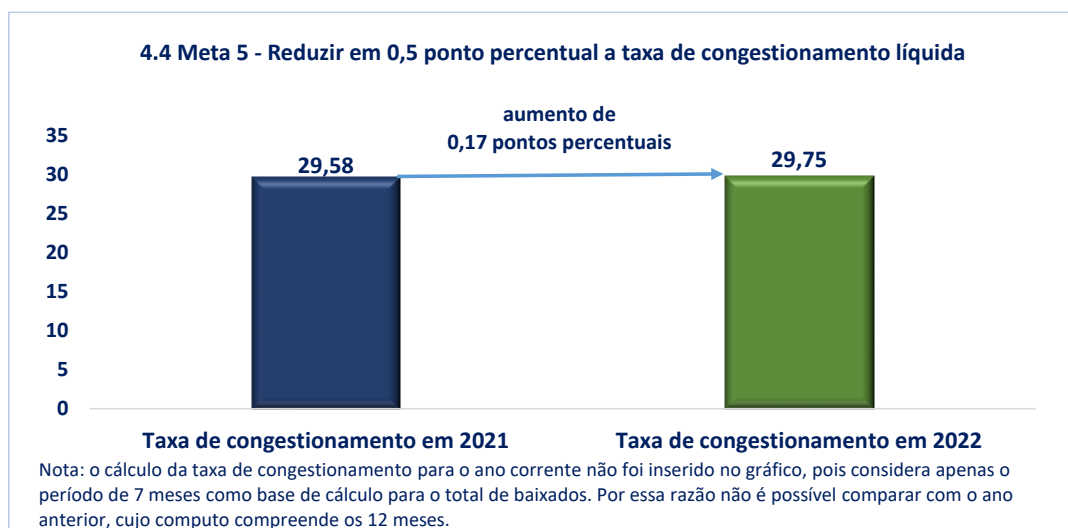
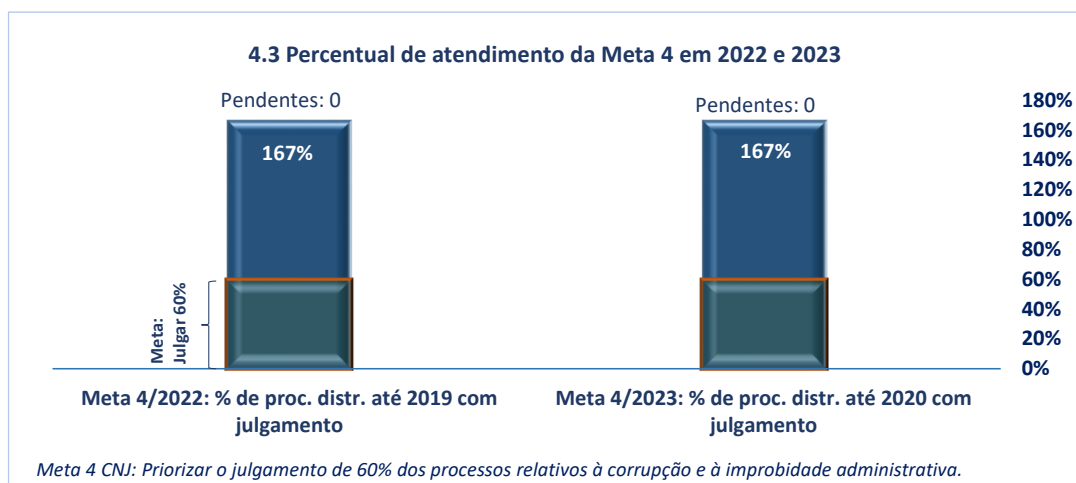
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para voto-vista	3
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	1

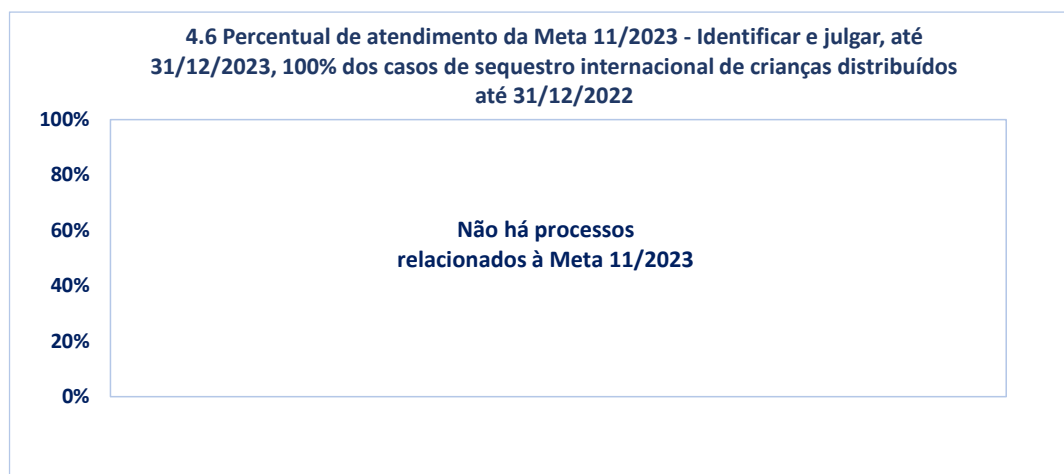
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle do acervo, a distribuição das atividades e os processos de trabalho integram o plano de gestão do gabinete. O controle do acervo total é efetuado com auxílio das ferramentas de estatística, fornecidas por setor próprio do Tribunal, e do sistema PJe. A distribuição de tarefas é efetuada de acordo com a quantidade de processos recebidos diariamente. Contudo, se há uma maior quantidade de feitos de determinada matéria, há o realocamento e o treinamento de servidores para fazer frente a esse aumento. A redistribuição de tarefas também ocorre quando do afastamento por mais de cinco dias de determinado servidor. Os processos de trabalho são desenvolvidos dentro de cada matéria e tipo de recurso e ficam acessíveis aos servidores para observação, sugestões e propostas de melhoria.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle do sobrestamento, até 23/8/2023, era efetuado pelas Subsecretarias das Turmas e Seções. Mas, a partir daquela data, as tarefas de sobrestamento foram remetidas para os gabinetes. Assim, os feitos sobrestados são identificados com etiquetas criadas no sistema PJe, com o tipo de sobrestamento, processos vinculados, números dos temas repetitivos ou de repercussão geral, para acompanhamento.

5.3 Boas práticas e inovações

As boas práticas aplicadas no setor referem-se ao controle da minuta dos feitos pela data de distribuição a partir de sua identificação por meio de etiquetas com mês e ano. Assim, cada servidor, a partir da etiqueta atribuída a ele, pode filtrar os processos por ordem de data de distribuição. Outra prática que vem sendo implementada é a de treinar mais de um servidor para cada matéria, de modo que, em casos de ausências/afastamentos, sempre haja pessoal treinado para a minuta de qualquer matéria.

5.4 Dificuldades

As dificuldades enfrentadas pelo setor referem-se à qualidade da digitalização dos processos físicos e nos problemas de integração do sistema PJe com o sistema e-SAJ, da Justiça Estadual de São Paulo.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual de servidor em teletrabalho diário é limitado a 30% (trinta por cento) do quadro de servidores lotados no gabinete. A majoração da meta de produtividade dos servidores em teletrabalho varia de 10% a 20%, dependendo da quantidade de dias em teletrabalho, em relação à produtividade dos servidores em trabalho presencial.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, quando é apresentada proposta de conciliação pelas partes ou quando o Gabinete da Conciliação propõe a remessa dos autos.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0003088-67.2014.4.03.6133	3/12/2015	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 4/9/2023, por unanimidade, decidiu, em juízo de retratação negativo, nos termos do artigo 1.040, II, do CPC/2015, negar provimento ao agravo legal da parte autora.		
5003388-97.2020.4.03.0000	13/2/2020	Ação Rescisória
Feito pautado para Sessão de 13/5/2021 da 3ª Seção desta E. Corte. Após apresentação de voto do E. Relator, pediu vista o Desembargador Nelson Porfírio. Voto-vista apresentado na Sessão de 18/5/2022, tendo sido pedida vista antecipada pela Desembargadora Federal Leila Paiva.		
5006376-52.2019.4.03.6103	16/2/2023	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em 21/8/2023, à unanimidade, rejeitou preliminar para conhecer da remessa oficial; de ofício, julgou extinto o feito, sem resolução de mérito, quanto à especialidade no período de 1º/8/1987 a 1º/8/1994, e deu parcial provimento aos apelos das parte. Intimação eletrônica em 24/8/2023.		
5000028-77.2022.4.03.6114	13/3/2023	Apelação Cível

A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 21/8/2023, por unanimidade, decidiu rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, negar provimento à apelação da autora. Acórdão publicado em 28/8/2023.		
5003596-23.2021.4.03.6119	30/6/2022	Apelação Cível
Feito de relatoria da Exma. Desembargadora Federal Therezinha Cazerta. Pautado para Sessão de 5/9/2022 da 8ª Turma desta E. Corte, tendo o Exmo. Desembargador Federal David Dantas (Desembargador do Gabinete 28 à época) pedido vista dos autos. Voto-vista apresentado na Sessão de 12/12/2022.		
0004384-50.2015.4.03.6114	20/3/2017	Apelação Cível
Cumprimento de sentença (processo de conhecimento distribuído em 16/3/2017) recebido em 26/5/2023 e incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 18/9/2023, da 8ª Turma desta E. Corte.		
0000146-05.2013.4.03.6131	3/8/2015	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em 3/4/2023, por unanimidade, em juízo negativo de retratação, negou provimento ao apelo, tendo o Desembargador Federal Herbert de Bruyn e o Juiz Federal Convocado Denilson Branco acompanhado o Relator, pela conclusão. Feito remetido ao Gabinete da Vice-Presidência em 7/6/2023.		
0000203-93.2002.4.03.6103	22/11/2016	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em 3/4/2023, por unanimidade, decidiu dar parcial provimento ao recurso, tendo os Exmos. Desembargador Federal Herbert de Bruyn e Juiz Federal Convocado Denilson Branco acompanhado o Relator, pela conclusão. Autos remetidos (por julgamento definitivo) ao Juízo de origem em 5/9/2023.		
0001098-65.2013.4.03.6104	25/11/2015	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 3/4/2023, por unanimidade, em juízo de retratação, acolheu parcialmente os embargos de declaração do INSS. Feito remetido ao Gabinete da Vice-Presidência em 7/6/2023.		
0003708-07.2006.4.03.6183	23/7/2009	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, decidiu acolher os embargos de declaração opostos pela parte autora. Acórdão publicado em 10/8/2023.		
5002909-17.2019.4.03.6119	30/1/2020	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, decidiu rejeitar os embargos de declaração opostos pela parte autora. Acórdão publicado em 14/8/2023.		
5012237-70.2019.4.03.6183	8/7/2020	Apelação Cível
Decisão proferida em 23/8/2023, determinando o sobrestamento do feito, em cumprimento a determinação proferida nos autos do RE 1.276.977/DF (Tema 1102).		
0004459-78.2004.4.03.6113	10/9/2020	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, decidiu rejeitar os embargos de declaração opostos pelo INSS. Feito remetido ao Gabinete da Vice-Presidência em 30/8/2023.		
0003608-47.2009.4.03.6183	6/9/2013	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 21/8/2023, por unanimidade, decidiu rejeitar os embargos de declaração opostos pela parte autora. Acórdão publicado em 28/8/2023.		

0006323-04.2005.4.03.6183	4/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, decidiu rejeitar os embargos de declaração. Acórdão publicado em 14/8/2023.		
0002360-17.2007.4.03.6183	23/5/2014	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 21/8/2023, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração opostos pela parte autora. Acórdão publicado em 28/8/2023.		
0005061-53.2004.4.03.6183	19/3/2010	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, decidiu rejeitar os embargos de declaração. Acórdão publicado em 15/8/2023.		
0005386-62.2003.4.03.6183	16/8/2007	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em 7/8/2023, à unanimidade, acolheu os embargos de declaração e anulou o acórdão anterior e, em novo julgamento, em juízo de retratação, deu parcial provimento ao agravo legal, esclarecendo os critérios incidentes de correção monetária e dos juros de mora. Acórdão publicado em 14/8/2023.		
0000453-75.2005.4.03.6183	27/10/2010	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, decidiu acolher os embargos de declaração opostos pela parte autora. Acórdão publicado em 14/8/2023.		
0005640-60.2013.4.03.6126	12/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 7/8/2023, por unanimidade, acolheu parcialmente os embargos de declaração da parte autora, sem efeitos infringentes. Acórdão publicado em 14/8/2023.		
5000096-13.2020.4.03.6109	2/12/2020	Apelação Cível
Feito suspenso em 12/12/2020 (Tema 999). Proferida decisão, em 10/5/2023, para levantar o sobrestamento, não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, negar-lhe provimento. Decisão, em 23/8/2023, determinando sobrestamento do feito (Tema 1.102).		
0003433-02.2014.4.03.6111	10/12/2015	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 24/4/2023, por unanimidade, decidiu, em juízo de retratação positivo, acolher os embargos de declaração da parte autora. Feito remetido ao Gabinete da Vice-Presidência em 23/6/2023.		
5182925-29.2020.4.03.9999	5/3/2020	Apelação Cível
Baixa definitiva do feito ao MM. Juízo de origem em 8/9/2023.		
0000488-58.2013.4.03.6117	16/6/2014	Apelação Cível
A 8ª Turma, em sessão realizada em 24/4/2023, por unanimidade, decidiu, em juízo de retratação, dar provimento ao agravo interno da parte autora. Feito remetido ao gabinete da Vice-Presidência em 23/6/2023.		
0023217-18.2002.4.03.6100	10/12/2007	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em 7/8/2023, à unanimidade, em juízo de retratação, anulou, de ofício, o acórdão ID 260285896, e acolheu os embargos de declaração dos autores, com efeitos infringentes, determinando a revisão da renda mensal inicial do benefício, conforme Tema 334/STF. Intimações expedidas em 10/8/2023.		

5001336-77.2018.4.03.6183	10/10/2018	Apelação Cível
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 21/8/2023, por unanimidade, decidiu dar provimento à apelação da parte autora. Acórdão publicado em 28/8/2023.		
0003323-64.2003.4.03.6183	14/11/2007	Apelação/Remessa Necessária
A E. 8ª Turma, em sessão realizada em 21/8/2023, por unanimidade, decidiu em juízo de retratação, dar parcial provimento ao agravo interno da parte autora, para fixar os critérios de incidência de correção monetária e juros de mora. Acórdão publicado em 28/8/2023.		
5000091-18.2017.4.03.6134	28/3/2023	Petição Cível
Feito distribuído em 11/4/2019. Decisão não conhecendo da apelação. Baixa ao Juízo de origem em 17/10/2019. Recebido em 28/3/2023 e determinada baixa ao JEF de origem em 12/4/2023. Recebido em 30/5/2023 e determinada baixa ao JEF de origem 5/6/2023. Remessa às Turmas Recursais em 30/6/2023.		
5002089-13.2019.4.03.6114	22/2/2021	Apelação Cível
2/3/2021-decisão:rejeitar preliminar, não conhecer do recurso adesivo do autor, negar prover o apelo do INSS e prover o apelo do autor. 24/5/2021-acórdão:negar provimento ao agravo interno do INSS. Sobrestamento em 13/7/2011(Tema 1083). Conversão em diligência em 23/6/2022. Pautado para 18/9/2023		
5052693-21.2023.4.03.9999	1º/2/2023	Apelação Cível
Feito pautado para a Sessão, de 18/9/2023, da 8ª Turma desta E. Corte, para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora.		
5004710-50.2023.4.03.0000	27/2/2023	Agravo de Instrumento
Decisão proferida em 3/8/2023, rejeitando os embargos de declaração opostos pela parte autora. Expedição de intimação eletrônica na mesma data.		
5007757-44.2022.4.03.6183	13/1/2023	Apelação/Remessa Necessária
Feito pautado para a Sessão, de 18/9/2023, da 8ª Turma desta E. Corte, para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora.		
5013774-04.2019.4.03.6183	29/8/2022	Apelação Cível
Feito pautado para a Sessão, de 18/9/2023, da 8ª Turma desta E. Corte, para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora.		
5057952-94.2023.4.03.9999	22/3/2023	Apelação Cível
Feito pautado para a Sessão, de 18/9/2023, da 8ª Turma desta E. Corte, para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 32 processos selecionados, todos eletrônicos.

Não há qualquer recomendação.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Toru Yamamoto e pelas servidoras Yolanda de Oliveira Silva e Eliane Dias da Cruz Oliveira.

Foram prestados esclarecimentos sobre o histórico do gabinete e a progressiva redução do acervo de processos até a realidade atual. Ressaltou-se que o Desembargador assumiu o gabinete apenas em fevereiro do ano corrente, trazendo sua equipe para trabalhar no novo acervo.

Hoje, o gabinete conta com 14 (quatorze) servidores, sendo 1 (um) em teletrabalho integral e 10 (dez) em teletrabalho híbrido. Os processos são divididos e minutados conforme matéria e recurso. Para suprir qualquer deficiência de produção durante período de férias e/ou atestado médico, os servidores se especializam em mais de uma matéria, de forma a manter a produtividade do gabinete sempre alta.

A propósito, o magistrado registrou preocupação com relação às dificuldades de integração do sistema do PJe (adotado pelo TRF3) com o sistema e-SAJ (da Justiça Estadual de São Paulo). Essa questão dificulta muito o envio dos processos digitalizados, bem como a baixa dos mesmos, o que gera um atraso desnecessário no andamento processual.

Na ocasião, foi também esclarecido que o gabinete passou por uma redução de acervo recente, em razão da ampliação do Tribunal, o que resultou em um acervo de menos de 500 (quinhentos) processos conclusos – pautados e não pautados – todos do ano de 2023. O alto número de processos em tramitação reflete processos sobrestados ou na Vice-Presidência, aguardando admissibilidade de recurso especial e/ou extraordinário.

Merece elogio a produtividade atual do gabinete, que conta com um reduzido número de processos conclusos, considerando apenas os não pautados. Os servidores esclareceram que os processos pautados, apesar de constarem como conclusos no gabinete, aguardam seu julgamento, visto que a média de tempo de um processo incluído em pauta até seu efetivo julgamento é de 45 (quarenta e cinco) dias.

Trata-se, portanto, de um gabinete previdenciário muito bem organizado, produtivo e sem qualquer recomendação de cunho corretivo, merecendo apenas elogios.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 312 para 1.087 processos.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 454 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.087 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 42 processos, na última inspeção, para 231 processos, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 8ª Turma, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo bastante inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações para a unidade.

Manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO CONSOLIM

Gabinete do Juiz Federal Convocado Alessandro Diaferia - respondido em 28/8 a 8/9/23 – 1ª Fase

Atualmente: DF João Consolim a partir de 11/9/23

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Juiz Federal Convocado Alessandro Diaferia

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

8ª Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

O Dr. Alessandro Diaferia assumiu a titularidade do Gabinete 26 em 4/8/2023, somando 32 dias de exercício até a data do envio deste relatório.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Lucy Del Poz Ribeiro

2.2 Quadro de Pessoal

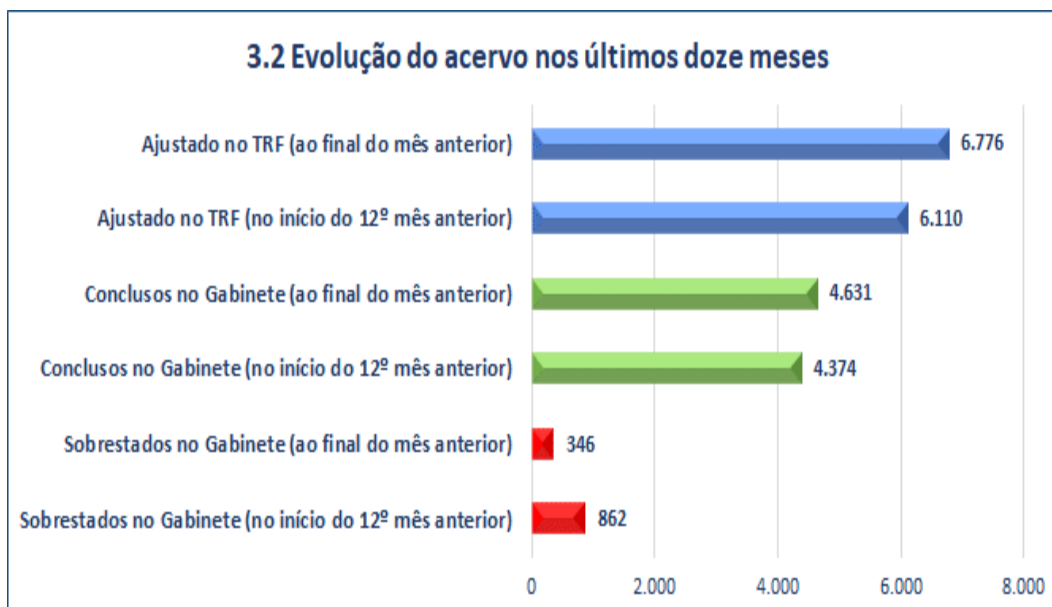
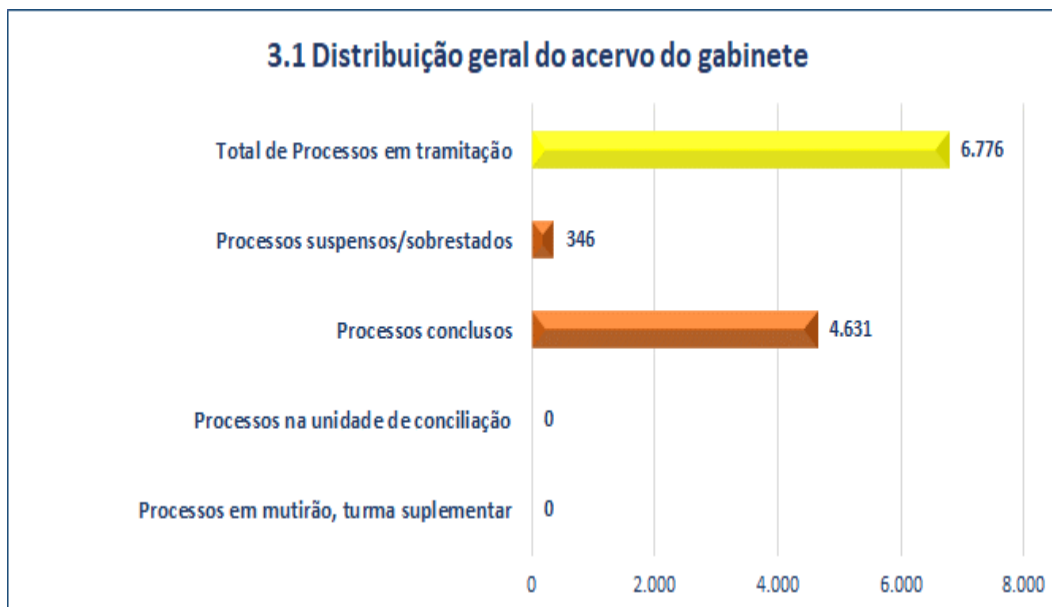
Servidores sem vínculo	nenhum
Estagiários	nenhum

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	não há
FC-5	não há
FC-4	4
FC-3	7

FC-2	não há
FC-1	não há

3. DADOS ESTATÍSTICOS



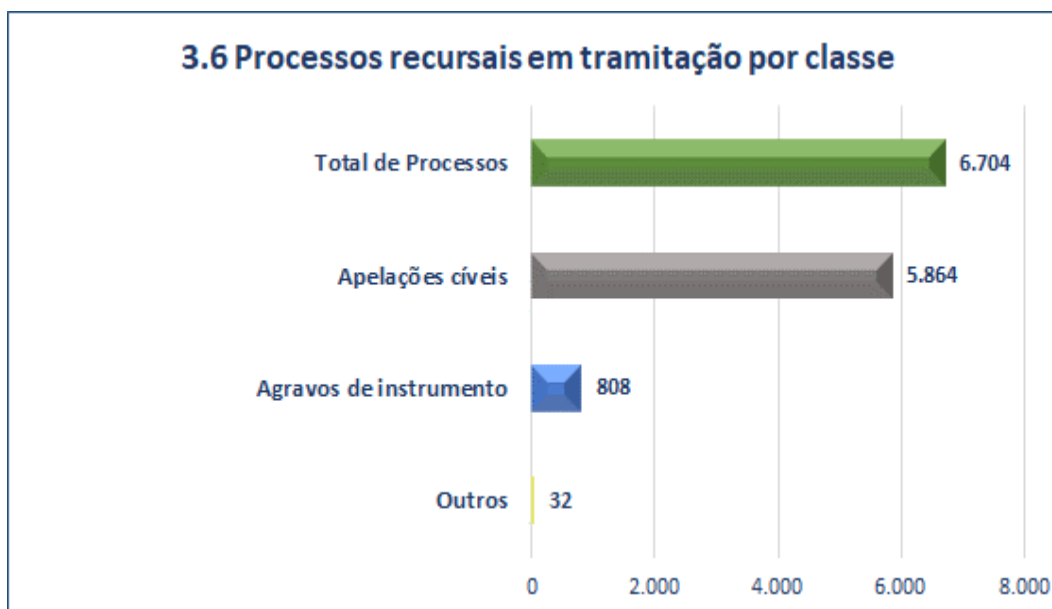
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
---	-----

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não se aplica
--	---------------

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	72
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	0
Ações rescisórias	42
Outros	25

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.704
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.398
Outros	5.302



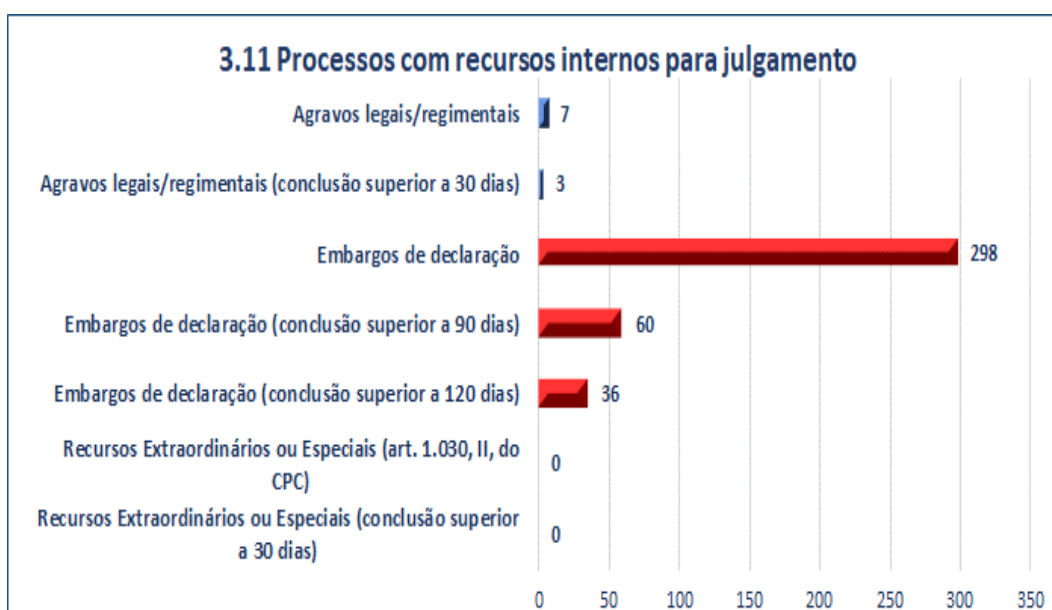
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

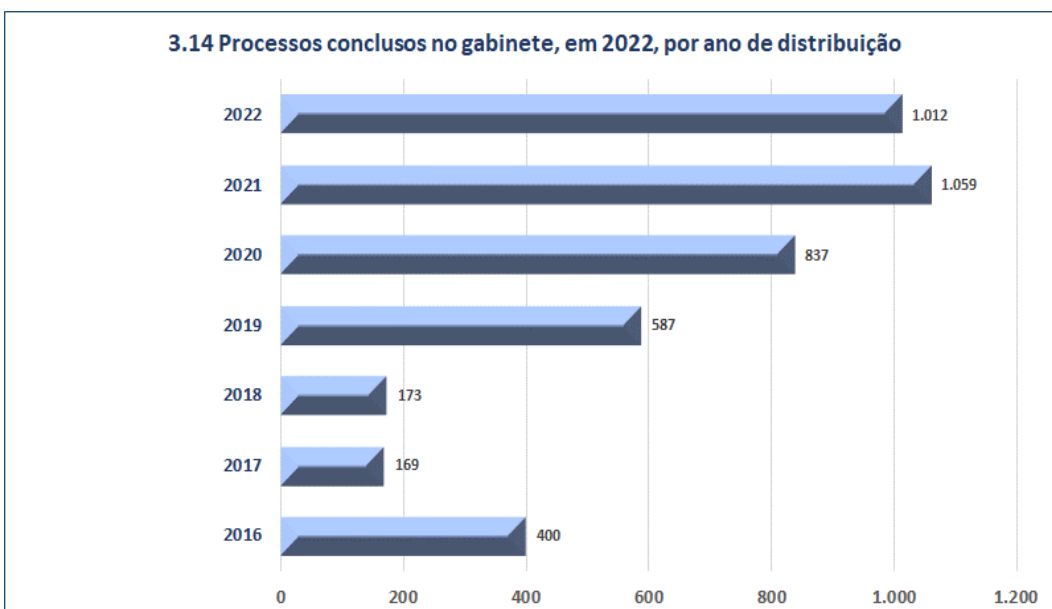
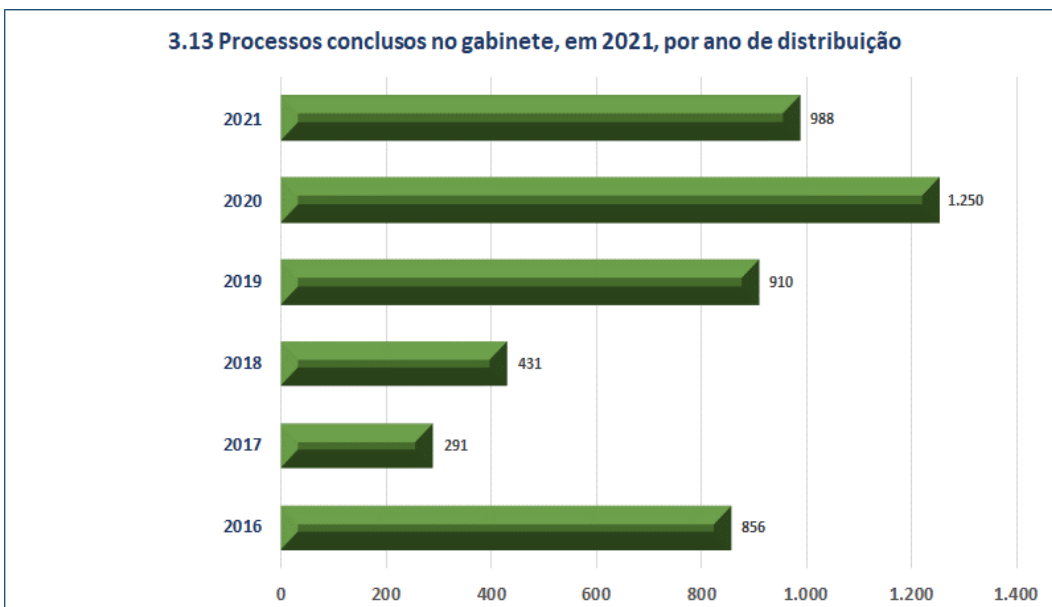
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

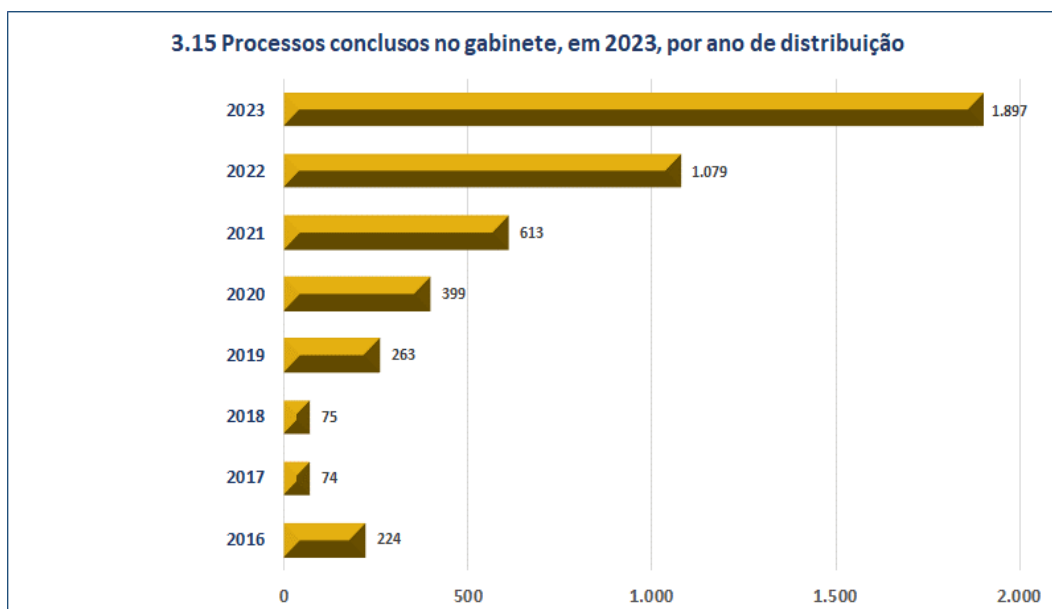
Habeas corpus	0
---------------	---

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	1
Por Recurso Extraordinário	0



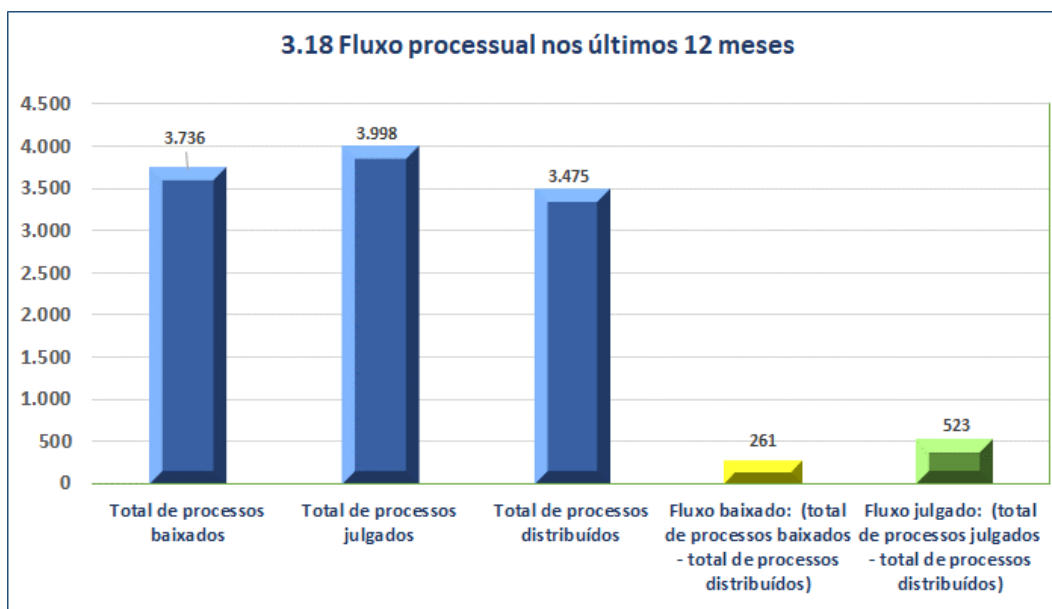
3.12 Processos com tutela provisória	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	38
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	0



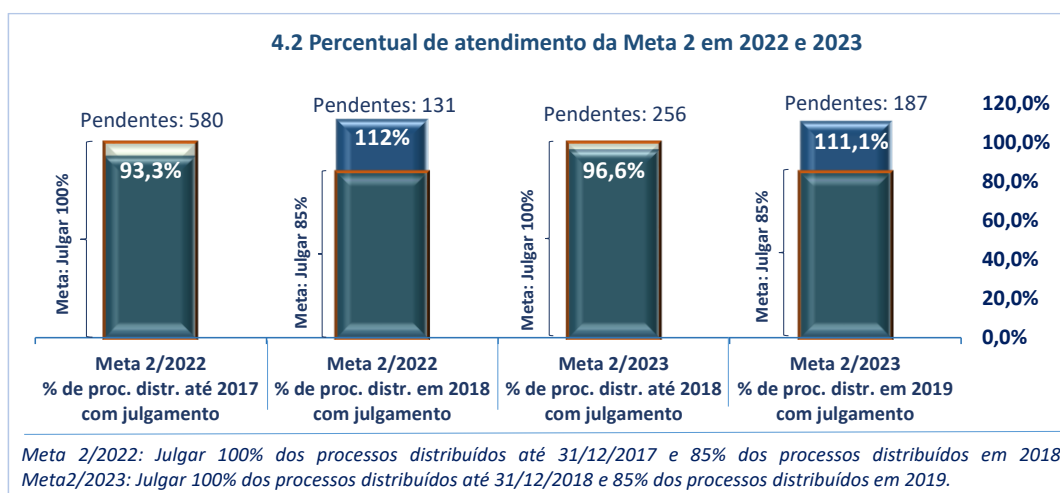
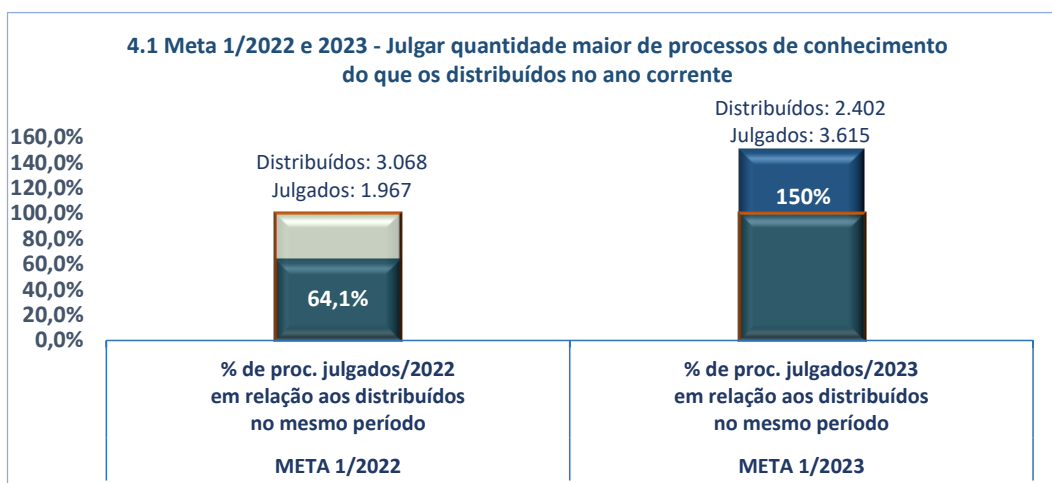


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	não se aplica
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	não se aplica
Remetidos para declaração de voto	não se aplica

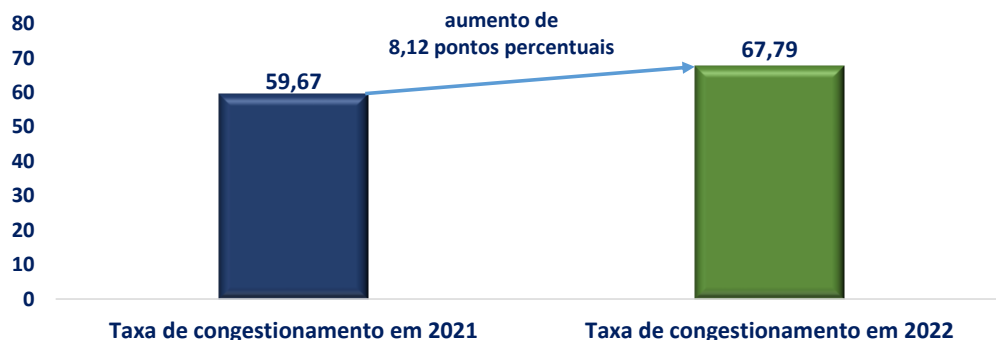
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	não se aplica
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	não se aplica
Recebidos para declaração de voto	não se aplica



4. METAS

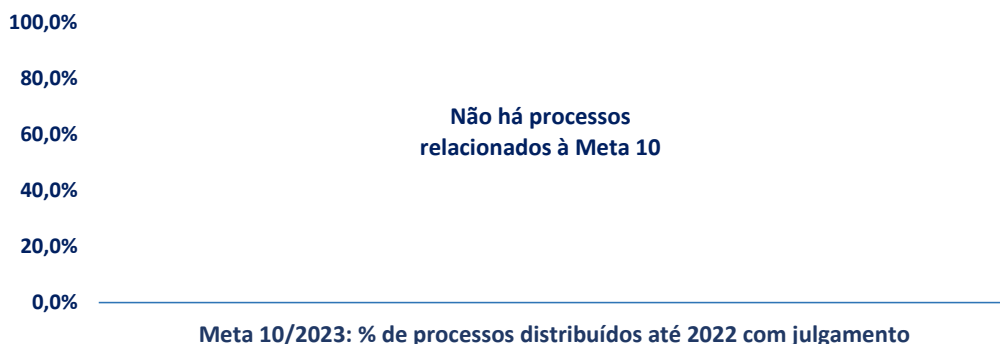


4.3 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida

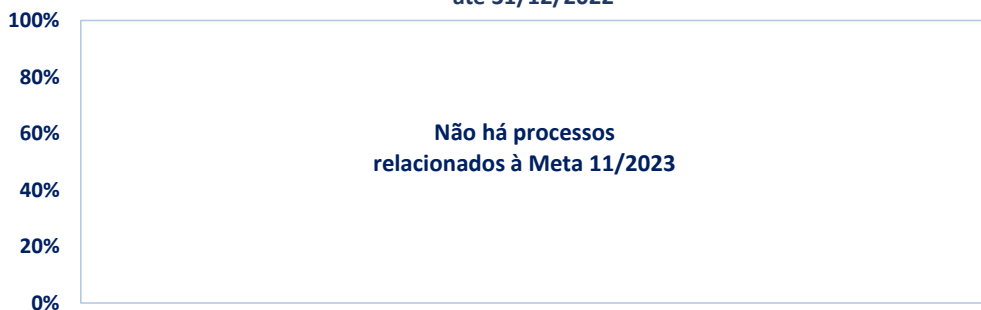


Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão, não é possível comparar com o ano anterior, cujo computo compreende os 12 meses.

4.4 Percentual de atendimento da Meta 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022



4.5 Percentual de atendimento da Meta 11/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O plano de gestão desenvolvido estabelece rotinas que visam atingir a redução da taxa de congestionamento de processos da unidade, com valorização não apenas do aspecto quantitativo, mas sobretudo do aspecto qualitativo. Após levantamento dos dados estatísticos da unidade foi desenvolvida estratégia para a redução do acervo que inclui o controle de entradas e saídas de feitos, com a realização de triagem por assunto e ano distribuição (visando identificar processos inseridos na Meta 2), mediante etiquetagem que permite filtragem dos feitos por temas. Feita análise inicial do acervo, houve a designação de servidores de acordo com o respectivo perfil para análise dos recursos e confecção de minutas, mediante especialização nas matérias em discussão. Estabeleceu-se quota individual e coletiva, observando-se o grau de dificuldade da demanda, tendo como meta inicial o julgamento de quantidade de feitos igual à distribuição ou superior a 30% desse referencial, a depender do quantitativo de distribuição mensal, ressaltando que dentre os feitos julgados devem constar de 20 a 30% de processos de Meta 2. O plano de gestão inclui a designação de servidor responsável pela análise dos pedidos de tutela em agravo de instrumento, de modo a permitir que tenham célere apreciação. Os processos com recursos internos (embargos de declaração e agravo interno) têm seu julgamento igualmente priorizado, sendo regularmente incluídos em sessão de julgamento, de modo a evitar o congestionamento de processos no acervo total do Gabinete.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os feitos sobrestados são encaminhados à Subsecretaria, mas o controle do quantitativo por matéria e tema é feito pelo Gabinete, podendo ser acessado em rotina específica do PJe, pois há tarefa no painel do PJe do Gabinete que permite a visualização dos feitos. Assim que seja fixada a tese jurídica, determina-se o levantamento do sobrestamento e solicita-se que seja aberta a conclusão dos feitos para julgamento.

5.3 Boas práticas e inovações

O DF Alessandro Diaferia atende o advogado presencialmente todos os dias, não sendo necessário o agendamento. Caso o advogado seja de localidade diferente da sede do TRF3 e assim o desejar, é agendado horário para atendimento via Microsoft Teams. Mantém-se atualizada planilha com identificação dos temas do STJ e STF com sobrestamento nacional para consulta dos servidores do Gabinete. O controle de produtividade dos servidores é feito quinzenalmente, avaliando-se periodicamente o desempenho, com a realização de reunião da equipe para aprimoramento dos trabalhos.

5.4 Dificuldades

Pode ser mencionado que o quadro de servidores disponíveis para formar o Gabinete era majoritariamente de servidores recém nomeados para funções na atividade-fim, sem experiência anterior na elaboração de minutas, o que exigiu maior tempo de treinamento da equipe.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Atualmente apenas 2 servidores estão em regime de teletrabalho, pois estavam aptos a preencherem os requisitos e demonstraram que cumprem a meta adicional de 30% a ser atingida em trabalho não presencial.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Em sendo identificada situação no caso concreto em que se vislumbre a possibilidade de conciliação, o feito é encaminhado para análise do Gabinete de Conciliação que submeterá o processo à consideração do Desembargador Coordenador da Conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000660-64.2017.4.03.9999	24/2/2017	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5008481-87.2018.4.03.6183	13/8/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5002196-18.2018.4.03.6106	21/8/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5004723-98.2018.4.03.9999	7/8/2018	Apelação Cível
Apelação julgada monocraticamente em 1º/8/2023. Autos na subsecretaria aguardando prazo em curso.		
5003122-72.2018.4.03.6114	10/9/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		

5011012-49.2018.4.03.6183	16/10/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5009254-35.2018.4.03.6183	16/10/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5004420-38.2018.4.03.6102	11/10/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5036112-04.2018.4.03.9999	31/8/2018	Apelação Cível
julgado por decisão monocrática em agosto de 2023, com prazo em curso.		
5007160-60.2018.4.03.6104	9/11/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5067234-35.2018.4.03.9999	12/11/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5002964-17.2018.4.03.6114	14/12/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5075717-54.2018.4.03.9999	6/12/2018	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0003381-40.2013.4.03.6111	2/7/2014	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0003619-20.2012.4.03.6103	30/3/2016	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0008511-61.2015.4.03.6104	8/6/2017	Apelação Cível
consta do PJe o julgamento de apelação em 3/6/2019, porém, o processo em questão está acometido ao gabinete 29		
0011225-53.2012.4.03.6183	27/6/2014	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		
0036542-17.2013.4.03.9999	23/10/2013	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		

0002652-16.2011.4.03.6133	17/3/2014	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0022395-20.2012.4.03.9999	20/6/2012	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0000955-58.2013.4.03.6110	29/11/2013	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se a inclusão em pauta de julgamento em 120 dias.		
0009119-35.2010.4.03.6104	18/11/2013	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. Há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		
0046655-98.2011.4.03.9999	25/11/2011	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. Há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		
0001447-37.2010.4.03.6116	9/1/2013	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0058469-85.2007.4.03.6301	28/8/2013	Apelação/Remessa Necessária
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. Há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		
0009219-18.2005.4.03.9999	16/10/2013	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0010886-33.2009.4.03.6108	18/6/2012	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0022123-60.2011.4.03.9999	14/6/2011	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0049337-89.2012.4.03.9999	11/12/2012	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. Há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		
0013913-92.2002.4.03.6100	31/5/2011	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias. Há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		

0001728-76.2008.4.03.6111	26/11/2010	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0010164-16.2006.4.03.6104	3/6/2009	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
0003613-88.2005.4.03.6125	27/9/2010	Apelação Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5000487-96.2020.4.03.6131	12/12/2020	Remessa Necessária Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5001990-44.2022.4.03.6112	7/12/2022	Remessa Necessária Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5001774-40.2017.4.03.6183	4/9/2017	Apelação Cível
Apelação julgada em 24/3/2020, aguardando julgamento do agravo legal. Matéria suspensa no STF (Tema 1102)		
5000802-52.2019.4.03.6134	30/3/2020	Apelação Cível
Apelação julgada em 23/4/2020, embargos de declaração julgados, pendente de julgamento de agravos internos. Matéria suspensa no STF (Tema 1102)		
5023356-16.2020.4.03.0000	20/8/2020	Agravo de Instrumento
apelação julgada em abril/2023. pendente de julgamento de agravo interno.		
5023530-88.2021.4.03.0000	5/10/2021	Agravo de Instrumento
Julgado agravo de instrumento em julho de 2023, por decisão monocrática. pendente julgamento de agravo interno.		
5176189-58.2021.4.03.9999	26/11/2021	Apelação Cível
Julgada apelação em julho de 2023, por decisão monocrática. pendente julgamento de agravo interno.		
5023945-37.2022.4.03.0000	5/9/2022	Agravo de Instrumento
Apreciado efeito suspensivo em agravo de instrumento em setembro de 2022, pendente julgamento de agravo interno e do agravo de instrumento. Há previsão de redistribuição do feito, em 11/9 p.f., ao gabinete 50, criado pela Lei n. 14.253.		
5026181-59.2022.4.03.0000	26/9/2022	Petição Cível
Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5034286-25.2022.4.03.0000	20/12/2022	Petição Cível
Ação rescisória com decisão monocrática declinando da competência (acórdão do JEF) em 12/2022. Baixados em março de 2023		
5010083-62.2023.4.03.0000	17/4/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Na data da assunção do acervo 26 por esta relatoria, em 4/8/2023, estimava-se o julgamento em 120 dias.		
5009193-26.2023.4.03.0000	5/4/2023	Petição Cível
Ação rescisória com decisão monocrática declinando da competência (acórdão do JEF) em 14/4/2023. Baixados em maio de 2023		
5007659-47.2023.4.03.0000	22/3/2023	Mandado de Segurança Cível
Mandado de segurança originário julgado monocraticamente em 29/3/2023. Pendente de julgamento de embargos de declaração.		
5000273-67.2017.4.03.6113	11/12/2018	Apelação Cível
Apelação julgada em 1º/3/2019, aguardando julgamento dos embargos de declaração. Matéria suspensa no STF (Tema 1102)		
5025938-57.2018.4.03.0000	15/10/2018	Agravo de Instrumento
Julgado agravo de instrumento em março de 2020, pendente de julgamento de embargos de declaração.		
5000819-09.2017.4.03.6183	14/2/2018	Apelação Cível
Apelação julgada em 24/6/2020, aguardando julgamento dos embargos de declaração. Matéria suspensa no STF (Tema 1102)		
5005435-27.2017.4.03.6183	12/11/2018	Apelação Cível
Apelação julgada no colegiado em 22/7/2020. Aguarda julgamento dos embargos de declaração. Feito suspenso no STF (Tema 1102)		
5005958-51.2018.4.03.6103	10/9/2019	Apelação Cível
Apelação julgada no colegiado em 22/7/2020. Aguarda julgamento dos embargos de declaração. Feito suspenso no STF (Tema 1102)		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 41 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000955-58.2013.4.03.6110	0001447-37.2010.4.03.6116	0001728-76.2008.4.03.6111
0002652-16.2011.4.03.6133	0003381-40.2013.4.03.6111	0003613-88.2005.4.03.6125
0003619-20.2012.4.03.6103	0009219-18.2005.4.03.9999	0010164-16.2006.4.03.6104
0022123-60.2011.4.03.9999	0022395-20.2012.4.03.9999	5000487-96.2020.4.03.6131
5000660-64.2017.4.03.9999	5001990-44.2022.4.03.6112	5002196-18.2018.4.03.6106
5002964-17.2018.4.03.6114	5003122-72.2018.4.03.6114	5004420-38.2018.4.03.6102
5007160-60.2018.4.03.6104	5007659-47.2023.4.03.0000	5008481-87.2018.4.03.6183
5009254-35.2018.4.03.6183	5011012-49.2018.4.03.6183	5026181-59.2022.4.03.0000
5067234-35.2018.4.03.9999	5075717-54.2018.4.03.9999	

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelos servidores Patrícia Romani e Márcio Rogério Capello. O Desembargador João Eduardo Consolim não estava presente por motivo de afastamento médico.

Os servidores informaram que, apesar de o Desembargador Federal João Eduardo Consolim ter tomado posse no dia 20/9/2023, sua equipe apenas tomou posse no mês de outubro.

A equipe é majoritariamente formada por servidores que nunca trabalharam com o Desembargador, nem mesmo em gabinete, não possuindo qualquer experiência em análise e minuta de processos, sendo provenientes de setores administrativos. A exceção são a chefe de gabinete e o chefe de assessoria que trabalhavam anteriormente com o Desembargador na 1ª instância.

Em razão da recente investidura dos servidores, os mesmos ainda estão em fase de instalação e acesso aos sistemas judicial e administrativo, tendo até mesmo participado de curso de manuseio e utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Com relação aos processos, a equipe está fazendo uma triagem inicial, com separação de matéria e ano de conclusão. O chefe de assessoria, Márcio Rogério Capello, está treinando cada servidor, individualmente, para que consigam examinar o processo de maneira satisfatória, de modo a conseguirem minutar um relatório, voto e ementa. Além disso, já foi iniciada a produção dos modelos padrões a serem utilizados como base pelo demais servidores.

Relataram que já conseguiram observar que o acervo recebido é composto de muitos processos antigos. Em razão disso, entendem que, como forma de rejuvenescer o acervo, irão se valer de decisões monocráticas, quando cabíveis, para acelerar o tempo de espera dos jurisdicionados.

Esperam que, até o mês de dezembro/2023 a janeiro/2024, consigam ter dado vazão a diversos processos, analisando as liminares, fazendo os despachos instrutórios e até mesmo pautando alguns para decisão em colegiado.

Diante disso, embora se trate de acervo antigo, entende-se que é cedo para fazer uma valoração objetiva da produtividade e evolução do gabinete, visto se tratar de uma equipe recém-constituída.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior (acervo antigo), houve diminuição do montante de processos conclusos de 4.730 para 4.631 processos.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.626 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.631 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 222 processos, na última inspeção, para 298 processos, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete (acervo antigo; equipe nova).

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 18 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 8ª Turma, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador igual à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Treinamento da equipe para análise dos processos e minuta dos votos, decisões e despachos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

JUÍZA FEDERAL CONVOCADA LOUISE FILGUEIRAS

3 - Gabinete do JFC Denílson Branco – respondido em 28/8 a 8/9/23 – 1ª Fase
JFC Louise Filgueiras a partir de 20/9/2023

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Juiz Federal Convocado Denilson Branco

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Oitava Turma/3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

5 meses (desde 21/3/2023)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Rita Jacob Simas - Técnico Judiciário

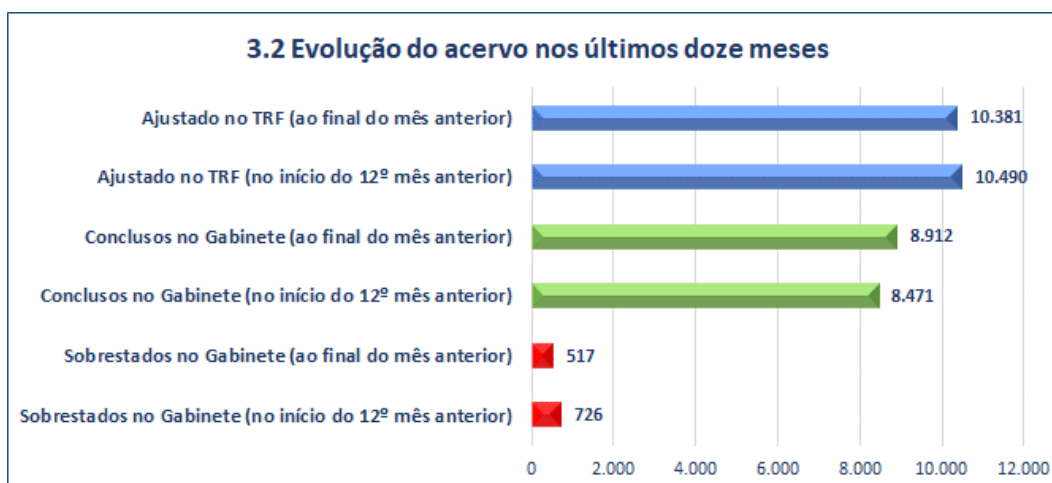
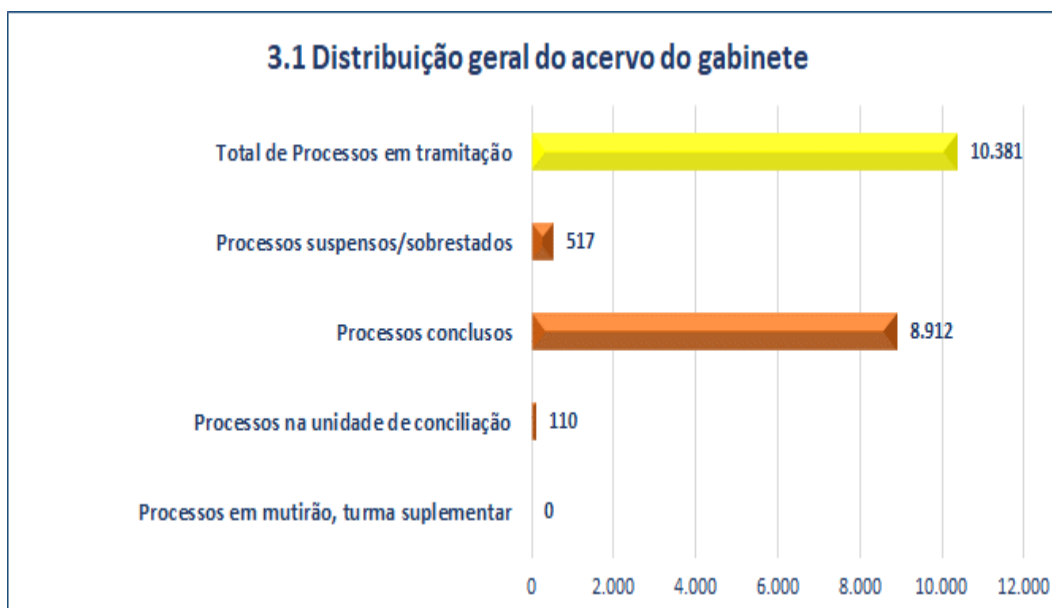
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	5

3. DADOS ESTATÍSTICOS

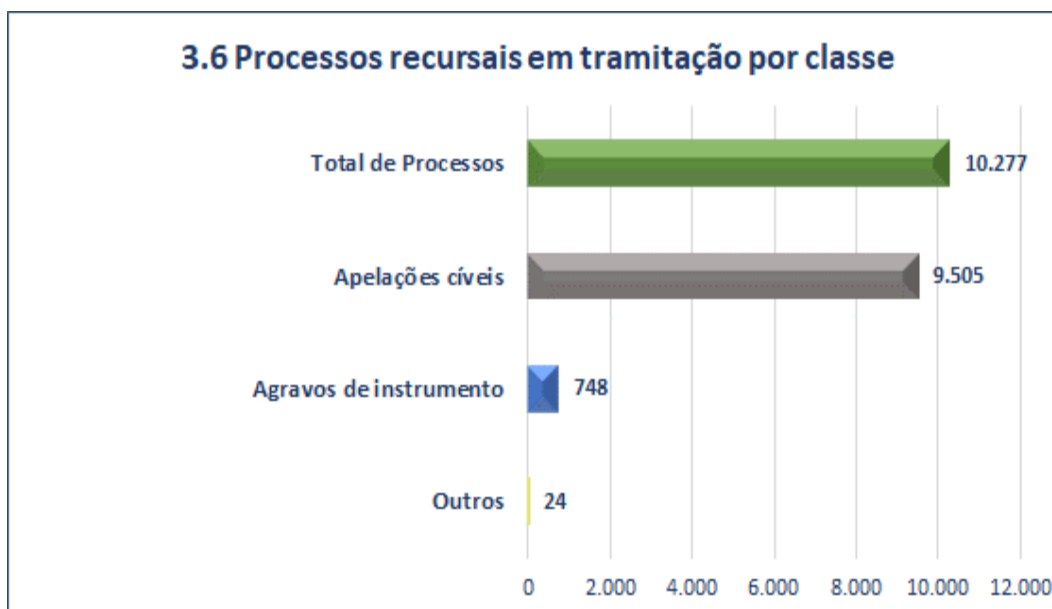


3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve auxílio ao Gabinete

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	104
Mandados de segurança	4

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	75
Outros	22

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Total de feitos recursais cíveis	10.277
Recursos em ações civis públicas	6
Recursos em ações com preferência legal	1.700
Outros	8.571



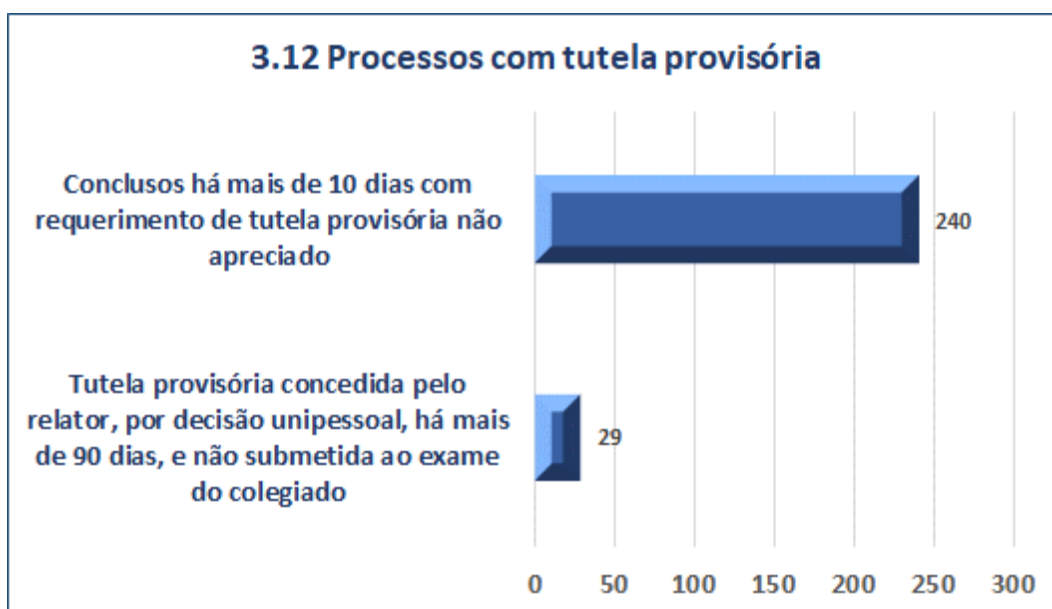
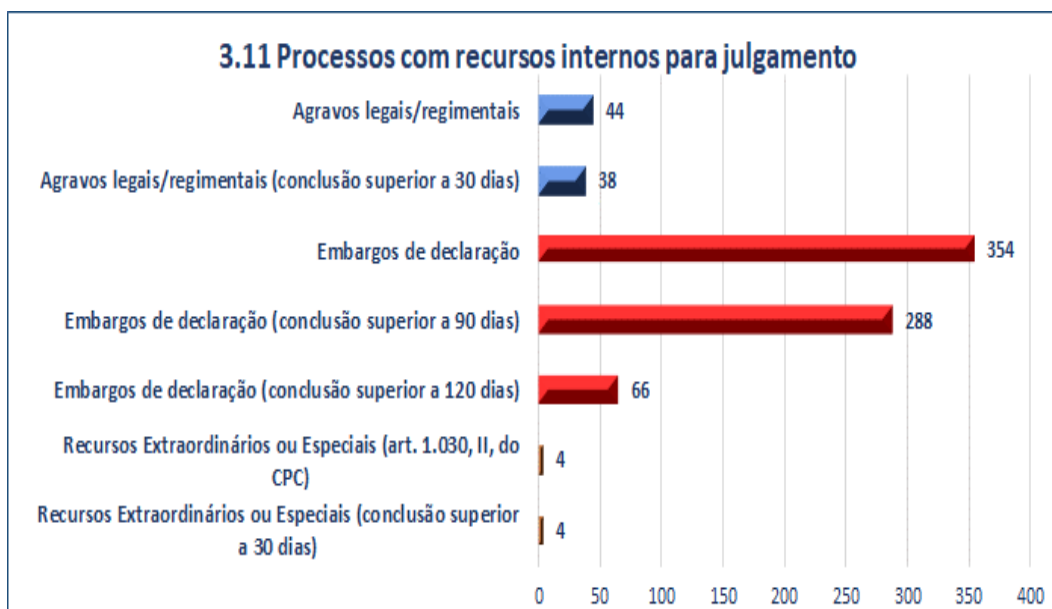
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

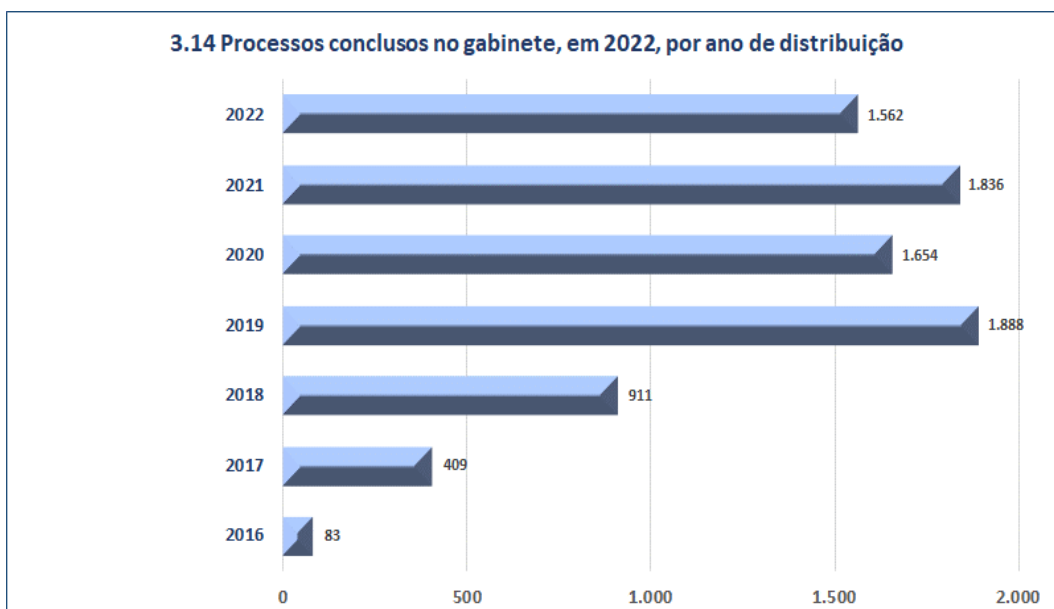
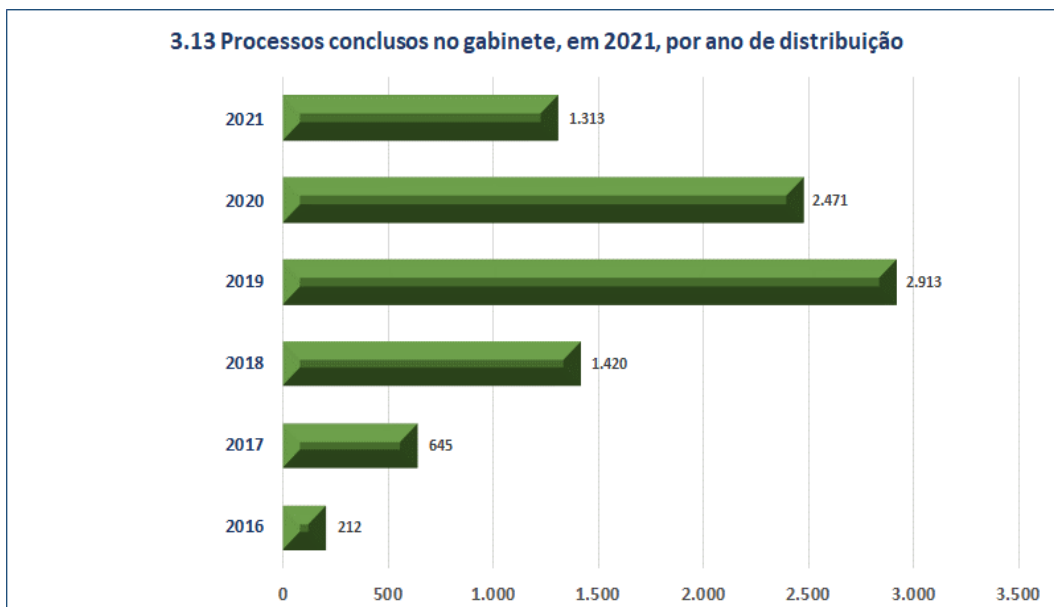
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

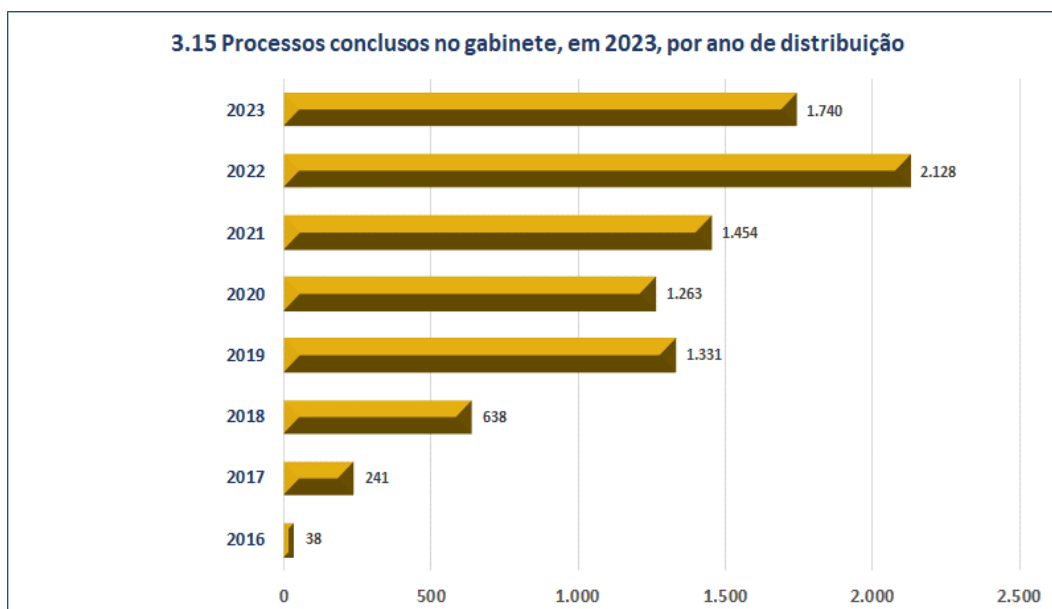
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	509
Por IRDR	160
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	137
Por Recurso Extraordinário	212





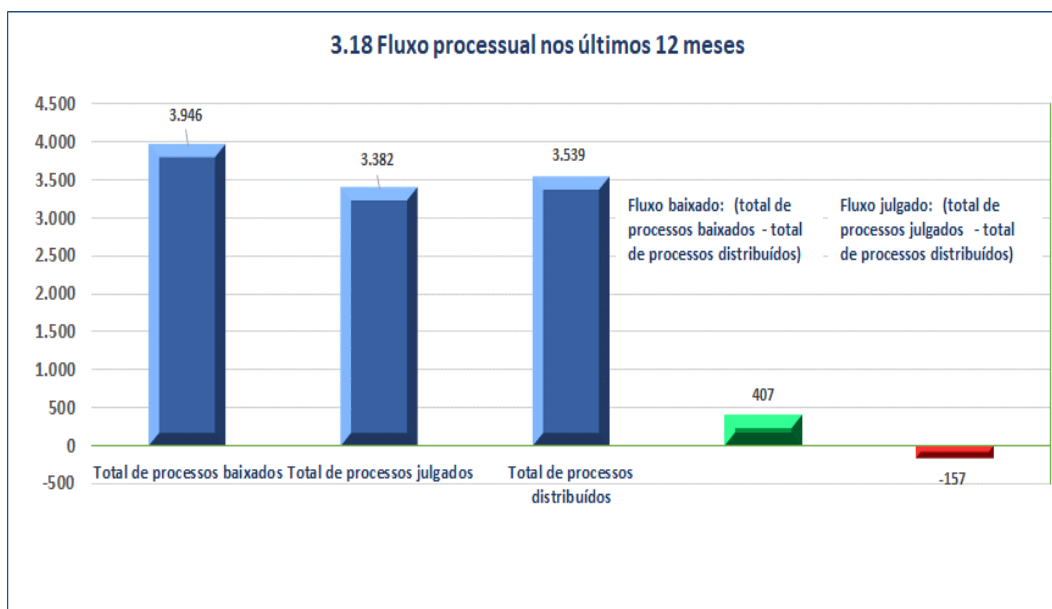


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

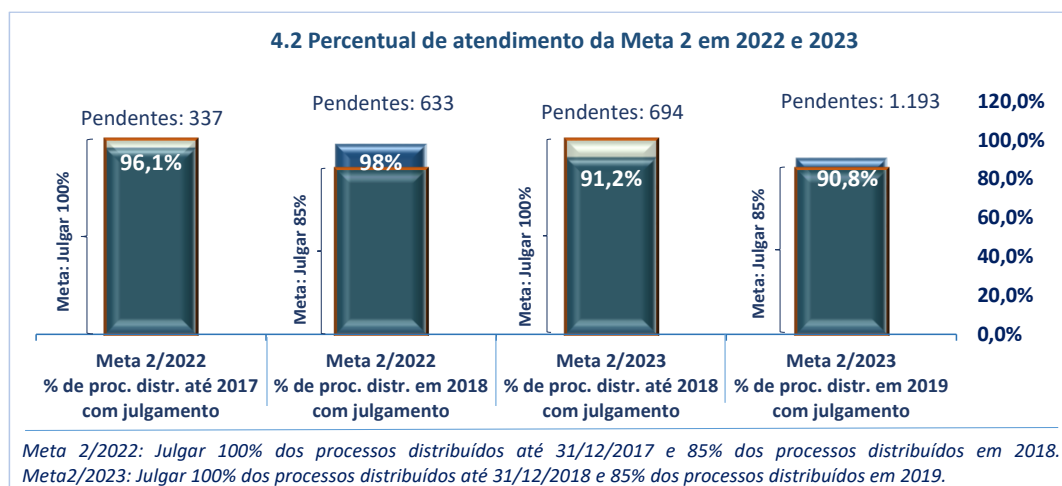
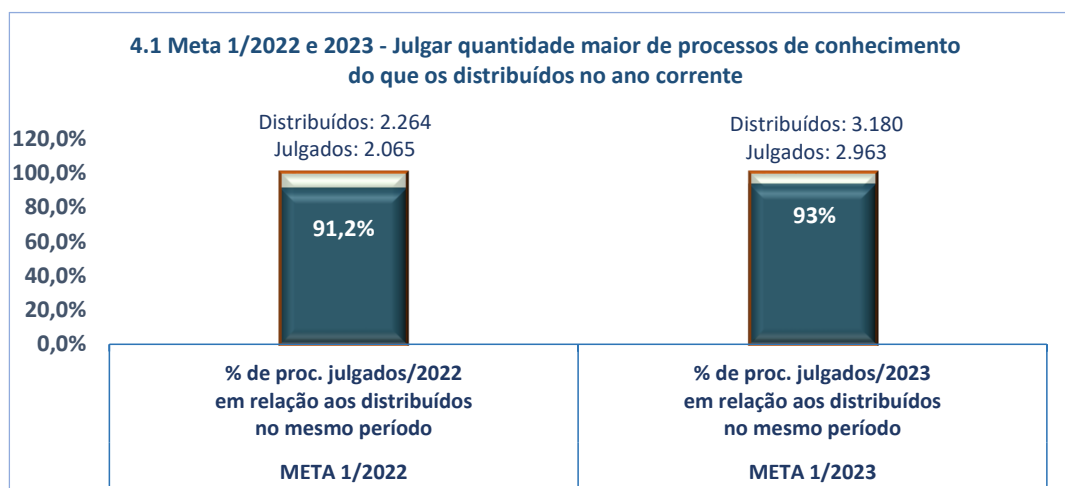
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.3 Percentual de atendimento da Meta 4 em 2022 e 2023

Não há processos relacionados à Meta 4

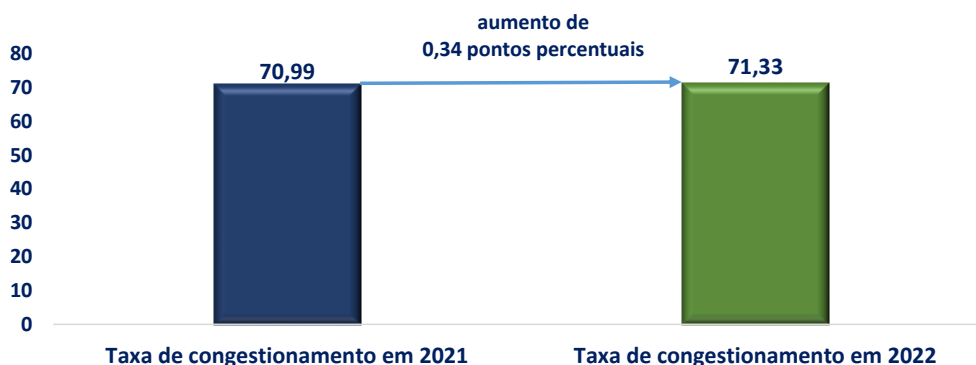
100%
90%
80%
70%
60%
50%
40%
30%
20%
10%
0%

Meta 4/2022: % de proc. distr. até 2019 com julgamento

Meta 4/2023: % de proc. distr. até 2020 com julgamento

Meta 4 CNJ: Priorizar o julgamento de 60% dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

4.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida



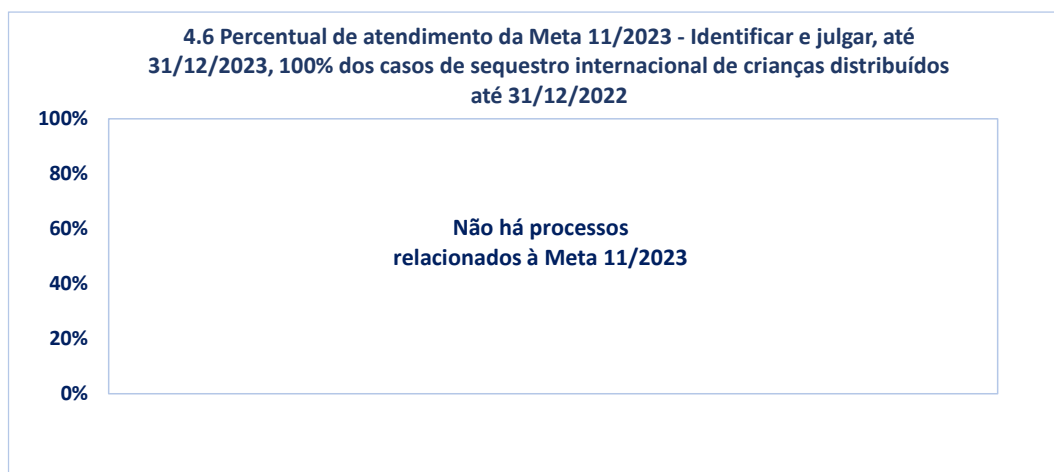
Nota: o cálculo da taxa de congestionamento para o ano corrente não foi inserido no gráfico, pois considera apenas o período de 7 meses como base de cálculo para o total de baixados. Por essa razão, não é possível comparar com o ano anterior, cujo computo compreende os 12 meses.

4.5 Percentual de atendimento da Meta 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022

Não há processos relacionados à Meta 10

100,0%
80,0%
60,0%
40,0%
20,0%
0,0%

Meta 10/2023: % de processos distribuídos até 2022 com julgamento



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim; o controle é feito através dos relatórios gerenciais, extraídos a cada 1 ou 2 meses; por meio dos relatórios os gestores (chefe de gabinete e assessor) controlam os processos mais antigos (Meta 2), passando-os aos servidores para confecção das minutas com preferência a tais feitos. As atividades são distribuídas pelo grau de demanda e dificuldade da matéria, da seguinte forma: 1 servidor para agravo de instrumento, auxílio-reclusão e salário-maternidade, 1 servidor para aposentadoria por idade / tempo de contribuição, 2 servidores para tempo de contribuição, 1 servidor para tempo de contribuição/revisões e execução, 1 servidor para pensão por morte e doença/invalidez, 1 servidor para doença/invalidez, 1 servidor para benefício assistencial; Assessor: conferência das minutas e orientações gerais aos servidores, confecção de minutas das matérias da Seção, análise das pautas e organização do gabinete; Chefe de gabinete: conferência das minutas, orientações gerais aos servidores, análise da pauta da Turma e organização da parte administrativa do gabinete (resposta a e-mails recebidos na caixa de correio do gabinete, tomada de providências exigidas na parte administrativa do gabinete, deferimento de férias, compensações dos servidores etc); Assessor II: confecção de minutas em casos mais complexos / tempo de contribuição e apoio ao assessor e chefe de gabinete, quando solicitado. Há meta individual mensal para cada servidor, que é estipulada de acordo com o grau de dificuldade da matéria. Os gestores controlam a produtividade pelos relatórios gerenciais e também por planilha individual que cada servidor preenche para seu próprio controle.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle é feito por meio de etiquetas com o número do Tema.

5.3 Boas práticas e inovações

Como boas práticas podemos citar as reuniões periódicas feitas com a equipe, as orientações gerais passadas frequentemente pela chefia, com atualizações da jurisprudência dos Tribunais Superiores e da 3ª Seção do Tribunal, separação dos processos da Meta 2 pela chefia aos servidores, para facilitar a triagem visando à confecção das minutas a tais processos preferenciais, divisão do trabalho por matérias, o que facilita a celeridade na confecção das minutas devido a maior especialização gerada aos servidores, bom relacionamento em geral entre a equipe, busca pelo reconhecimento dos servidores com maior destaque, a quem, em regra, são atribuídas substituições da chefia e funções comissionadas destacadas.

5.4 Dificuldades

Como dificuldades podemos citar a falta de servidores no quadro do gabinete - atualmente há três vagas em aberto -, problemas de saúde e pessoais de alguns servidores, o que, em regra, acaba gerando períodos de licença-médica, e, por fim, há alguns servidores sem qualificação / formação jurídica (três no total). Todos esses fatores têm gerado inevitável queda na produtividade geral do gabinete, com prejuízo ao cumprimento das metas nacionais do CNJ. Não obstante todas essas dificuldades, o percentual de cumprimento da Meta 2 nesta unidade tem sido acima de 90%, conforme itens 4.2 a 4.5.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Conforme destacado no item 5.4, essa unidade vem enfrentando muitas dificuldades para o cumprimento das metas de produtividade, tendo em vista o reduzido quadro de servidores, além de pouco poder contar com alguns servidores sem qualificação jurídica (três no total), o que vem contribuindo para queda da produtividade geral da unidade; por outro lado, todos os demais servidores tem apresentado ótimo trabalho, com boa qualidade, e cumprido a meta individual de produtividade, o que, contudo, vem se demonstrando insuficiente a possibilitar que a unidade cumpra integralmente todas as metas do CNJ, devido às exceções já descritas. Relativamente ao teletrabalho, o percentual de servidores vem sendo cumprido, tendo sido feita escala que estabelece aqueles em trabalho presencial diariamente na unidade; importante ressaltar, por fim, que o trabalho em "home office" tem gerado ganhos à unidade, devido ao aumento da produtividade individual dos servidores. Não obstante todas essas dificuldades, o percentual de cumprimento da Meta 2 nesta unidade tem sido acima de 90%, conforme itens 4.2 a 4.5.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, encaminhamos os feitos quando solicitado pela unidade de conciliação. Até a presente data foram encaminhados cerca de 110 processos.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000069-68.2018.4.03.9999	5/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5000827-47.2018.4.03.9999	8/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5001700-47.2018.4.03.9999	8/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: conclusos desde março/2018. Será dada preferência.		
5001783-63.2018.4.03.9999	9/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5002242-65.2018.4.03.9999	20/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5004597-84.2017.4.03.6183	27/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: publicada decisão em 14/8/2023. Processo com prazo em curso.		
5002554-41.2018.4.03.9999	2/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5004178-77.2017.4.03.6114	8/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5000880-70.2018.4.03.6105	7/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5000373-91.2018.4.03.6111	19/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5009261-27.2018.4.03.6183	23/7/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: será dada preferência.		
5028561-70.2018.4.03.9999	23/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: será dada preferência.		
5041441-94.2018.4.03.9999	6/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo incluído na listagem dos feitos que serão redistribuídos para criação do 5º gabinete de Turma.		
5046147-23.2018.4.03.9999	10/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: será dada preferência.		
5032918-93.2018.4.03.9999	28/8/2018	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: processo incluído na listagem dos feitos que serão redistribuídos para criação do 5º gabinete de Turma.		
0028133-81.2015.4.03.9999	17/7/2015	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo com trânsito em julgado, arquivado definitivamente em 5/8/2021. Foi indevidamente lançado o andamento "digitalizado", mas não foi feita a digitalização. Solicitamos à Secretaria que regularize as informações sobre o andamento do feito.		
0037528-29.2017.4.03.9999	16/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
0041519-13.2017.4.03.9999	14/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
0009180-98.2017.4.03.9999	21/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: conclusos desde 21/3/2017; será dada preferência.		
0005427-36.2017.4.03.9999	15/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: conclusos desde 15/2/2017; será dada preferência.		
0022946-24.2017.4.03.9999	28/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: conclusos desde 28/7/2017; será dada preferência.		
0002414-45.2011.4.03.6117	2/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 10/8/2023; aguardando publicação/intimação das partes.		
0004449-79.2014.4.03.6114	7/7/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo com voto pronto; será incluído em pauta em breve.		
0005510-48.2009.4.03.6114	1º/6/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: julgado em 3/8/2023. Aguardando intimação das partes.		
0003292-35.2014.4.03.6126	23/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: retirado da pauta de 24/7/2023; será dada preferência.		
0004580-37.2013.4.03.6131	26/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: feito conclusos desde 22/9/2021, após julgamento; há agravo interno; será dada preferência.		
5002380-75.2021.4.03.6103	1º/9/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5000258-13.2017.4.03.6109	16/10/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: decisão publicada em 1º/10/2021. Aguarda julgamento de agravo interno. Será dada preferência.		
5007413-49.2021.4.03.6102	14/5/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: publicada decisão em 18/8/2023. Processo com prazo em curso.		
0034136-91.2011.4.03.9999	25/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: será dada preferência.		

5008871-74.2021.4.03.0000	26/4/2021	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será dada preferência.		
0005328-95.2014.4.03.6111	10/11/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 25/8/2023; aguardando intimação das partes.		
0002972-06.2014.4.03.9999	31/1/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: julgado em 5/9/2022; há embargos de declaração; será dada preferência.		
0013524-96.2005.4.03.6102	1º/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 8/9/2022; há agravo interno; será dada preferência.		
0013536-13.2005.4.03.6102	26/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 9/9/2022. há agravo interno; será dada preferência.		
0005679-70.2011.4.03.6112	21/3/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: incluído na pauta de 18/9/2023. Aguardando a sessão.		
0001918-55.2007.4.03.6117	15/10/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 12/9/2022; há agravo interno. Será dada preferência.		
0000500-51.2008.4.03.6116	28/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: por decisão datada de 9/9/2022 foi julgado extinto o processo sem resolução de mérito, por carência superveniente da ação, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015. Há agravo interno do MPF protocolado em 10/10/2022. Será dada preferência.		
0022556-54.2012.4.03.0000	27/7/2012	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: feito extinto por decisão de 9/9/2022. Será dada preferência - despacho de providências finais.		
0016410-77.2009.4.03.6183	17/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: devolvido pela Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, em 15/2/2023; será dada preferência.		
0007808-82.2005.4.03.6104	14/12/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 21/8/2023; há embargos de declaração; será dada preferência.		
0000422-61.2007.4.03.6126	19/2/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 4/9/2023. Aguardando publicação do Acórdão.		
0004207-25.2005.4.03.6183	22/11/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado - Tema 1102/STF, ainda não julgado pelo STF.		
0003783-22.2001.4.03.6183	24/11/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 4/9/2023; aguardando publicação do Acórdão.		
0005483-63.2013.4.03.6134	26/9/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: julgado em 4/9/2020; há embargos e agravo não julgados; será dada preferência.		

0004886-05.2015.4.03.6141	9/6/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 21/6/2023; há agravo interno; será dada preferência.		
0011456-05.2017.4.03.9999	11/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: agravo interno pendente; será dada preferência.		
0012574-16.2017.4.03.9999	26/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: agravo interno pendente; será dada preferência.		
0023760-36.2017.4.03.9999	3/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 4/7/2019; há agravo interno; será dada preferência.		
0000619-29.2013.4.03.6183	26/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo incluído na pauta de 2/10/2023. Aguardando a sessão.		
5008599-80.2021.4.03.0000	22/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão indeferindo o pedido de tutela recursal proferida em 28/9/2021. Será dada preferência.		
5011513-83.2022.4.03.0000	4/5/2022	Petição Cível
Observação/Providência: ação declaratória de inexistência de decisão judicial. Petição inicial indeferida em 21/7/2022. Interposto agravo interno, aguarda julgamento. Será dada preferência.		
5021742-05.2022.4.03.0000	12/8/2022	Petição Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5025657-62.2022.4.03.0000	21/9/2022	Petição Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
5030865-27.2022.4.03.0000	16/11/2022	Petição Cível
Observação/Providência: processo localizado na Vice-Presidência, pendente de análise Recurso Especial.		
5017829-49.2021.4.03.0000	4/8/2021	Petição Cível
Observação/Providência: será dada preferência.		
0001211-77.2008.4.03.6109	4/9/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: julgado em sessão realizada em 5/6/2023, em que foi proferida a seguinte decisão: "a Oitava Turma, por unanimidade, decidiu dar provimento aos embargos de declaração, para sanar erro material".		
5086116-40.2021.4.03.9999	4/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 5/6/2023.		
5000390-46.2018.4.03.6138	15/3/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: publicado acórdão em 14/8/2023.		
0000985-34.2014.4.03.6183	19/1/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para 18/9/2023. Aguardando a sessão.		
0016603-12.2017.4.03.9999	5/6/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: julgado em 25/2/2019; há embargos de declaração; será dada preferência.		
0012467-35.2018.4.03.9999	3/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: embargos de declaração pendente; será dada preferência.		
0006480-52.2017.4.03.9999	24/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 22/8/2023.		
0022413-65.2017.4.03.9999	24/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: embargos recebidos como agravo interno; será dada a preferência.		
0013675-88.2017.4.03.9999	10/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 18/3/2019; há embargos de declaração; será dada preferência.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, todos 61 eletrônicos. Não há processos físicos inspecionados.

O processo 0028133-81.2015.4.03.9999 não foi inspecionado, conforme informado no item 8 do presente Relatório (processo com trânsito em julgado, arquivado definitivamente em 5/8/2021. Foi indevidamente lançado o andamento "digitalizado", mas não foi feita a digitalização. Foi solicitado à Secretaria que regularize as informações sobre o andamento do feito).

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

0006480-52.2017.4.03.9999

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000500-51.2008.4.03.6116	0000619-29.2013.4.03.6183	0001918-55.2007.4.03.6117
0003292-35.2014.4.03.6126	0013524-96.2005.4.03.6102	0013536-13.2005.4.03.6102
5000069-68.2018.4.03.9999	5000258-13.2017.4.03.6109	5000373-91.2018.4.03.6111
5000827-47.2018.4.03.9999	5000880-70.2018.4.03.6105	5001700-47.2018.4.03.9999
5002242-65.2018.4.03.9999	5002380-75.2021.4.03.6103	5002554-41.2018.4.03.9999
5004178-77.2017.4.03.6114	5008599-80.2021.4.03.0000	5009261-27.2018.4.03.6183
5011513-83.2022.4.03.0000	5021742-05.2022.4.03.0000	5025657-62.2022.4.03.0000
5028561-70.2018.4.03.9999		

c) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0001211-77.2008.4.03.6109

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

0013675-88.2017.4.03.9999

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pela Juíza Federal Convocada Loiuze Filgueiras e pelos servidores Marcelo Damasceno Silveira e Rita Jacob Simas.

Inicialmente, foi relatado pelos servidores sobre a sucessão de acervos ocorrida desde 2022:

- em fevereiro de 2022, o Desembargador Stefanini assumiu a Corregedoria, sendo que uma parte da equipe o acompanhou, e os demais foram para outros gabinetes;

- de 2/2022 a 12/2022, o acervo foi assumido pelo Juiz Federal Convocado Denilson (2/2022 a 12/2022) e por uma nova equipe;

- de 12/2022 a 3/2023, o acervo foi assumido pelo Desembargador Federal Marcelo Vieira;

- de 3/2023 a 8/2023, o acervo foi novamente assumido pelo Juiz Federal Denilson;

- desde setembro de 2023, está a cargo da Juíza Federal Convocada Loiuze Filgueiras.

Quanto à equipe de trabalho, foi informado que o quadro ficou completo recentemente. A equipe é dividida por matérias e conforme a demanda, sendo atualmente a demanda maior de benefício por incapacidade, aposentadoria por tempo de contribuição e especial. Segundo informações dos servidores, o foco de trabalho é na Meta 2/CNJ.

Há servidores em teletrabalho, sendo 4 em teletrabalho integral.

Os servidores apontaram algumas dificuldades, entre elas, a sucessão dos acervos, a instabilidade do PJe e a renovação da equipe (sendo que três ainda estão em treinamento).

Apesar disso, foi informado que o acervo vem sendo reduzido.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 8.386 para 8.912).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 10.490 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 10.381.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 476, na última inspeção, para 354, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 26 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 8ª Turma, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Priorizar os recursos internos e os processos das metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SILVIA ROCHA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 22 processos selecionados, todos 22 eletrônicos. Não há processos físicos inspecionados.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a fazer.

Obs: registre-se que após a 1ª fase da inspeção os 22 processos selecionados foram redistribuídos.

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete foi criado em decorrência da ampliação do Tribunal. Atualmente, conta com 13 servidores, sendo 2 oriundos do 1º grau que vieram acompanhando a Desembargadora. Além disso, do total, somente 3 possuem experiência em matéria previdenciária. O gabinete está com déficit de 1 servidor.

Com a redistribuição, o gabinete passou a contar com aproximadamente 5.600 processos, sendo a maioria de contagem de tempo de contribuição.

Como forma de gestão do acervo, o gabinete está sendo organizado por matérias, conforme aptidão de cada servidor.

4. OBSERVAÇÕES

Os 22 processos inspecionados foram redistribuídos em setembro de 2023.

5. RECOMENDAÇÕES

Sem recomendações.

GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Daldice Santana

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Nona Turma e Terceira Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Doze anos e oito meses. A Desembargadora Federal Daldice Santana está em exercício na unidade desde a assunção ao cargo (22/12/2010).

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Renato Ramos de Quadros, chefe de gabinete.

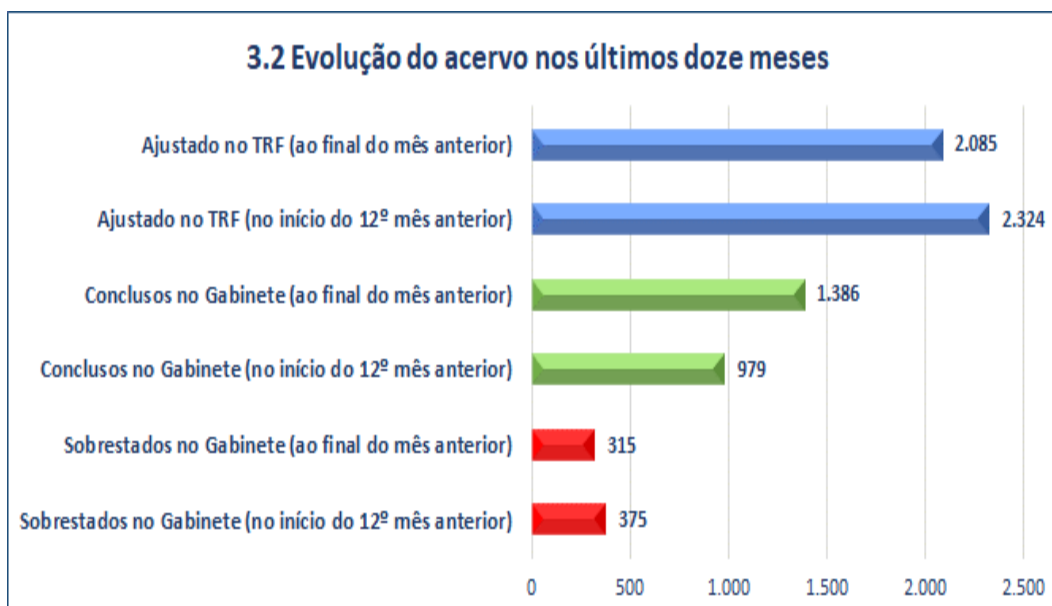
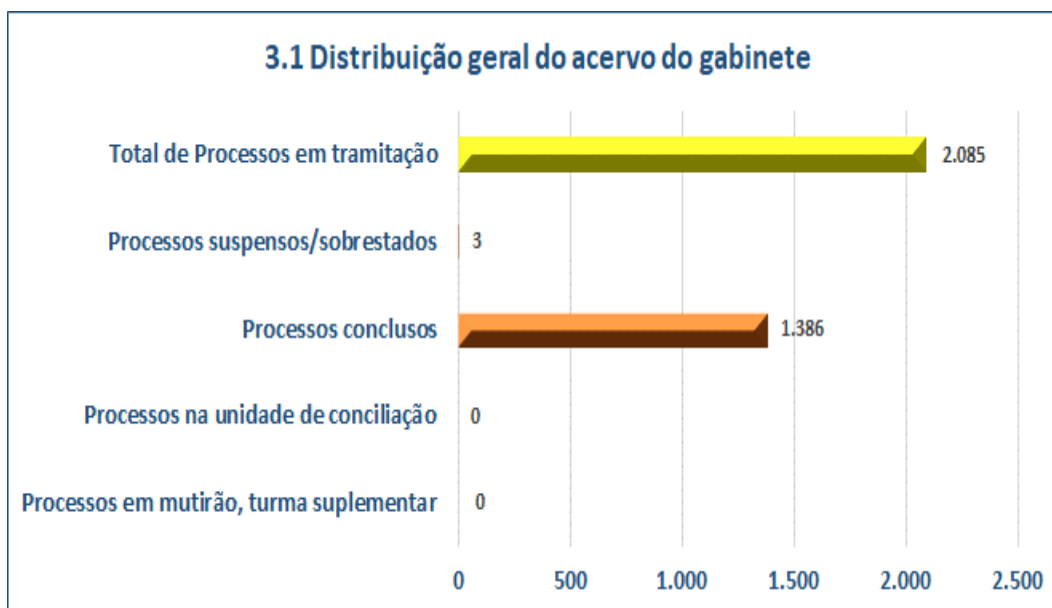
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	Não há
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	9
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

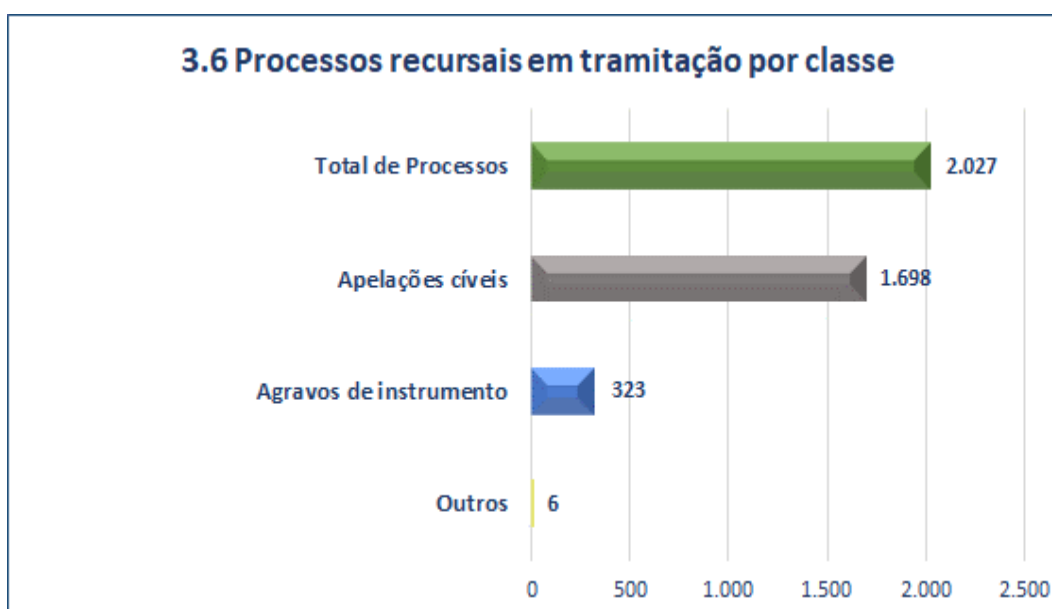


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve essa ocorrência

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	58
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	47
Outros	9

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.027
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	809
Outros	1.218

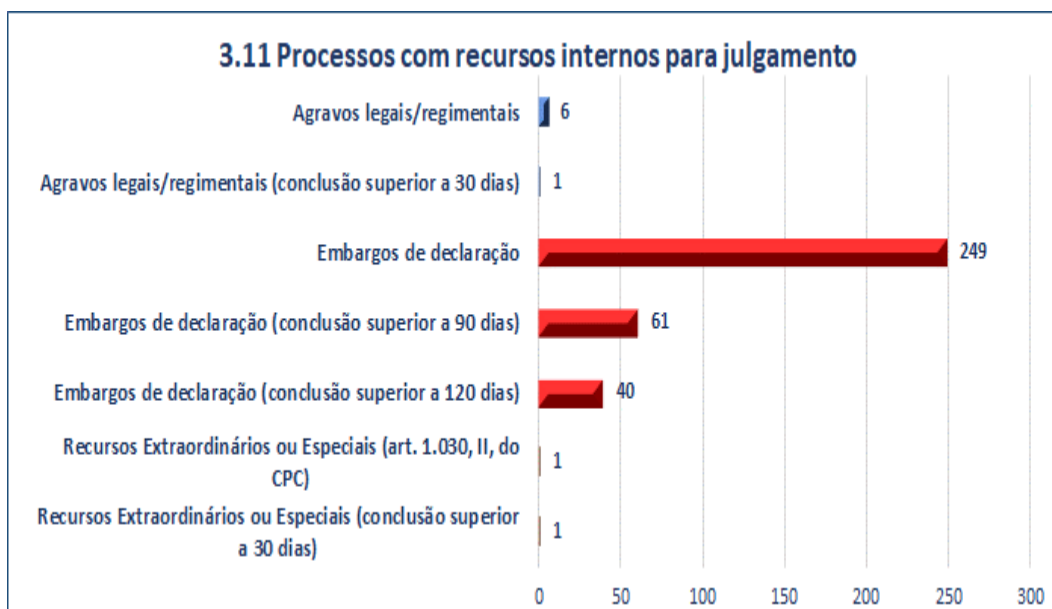


3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

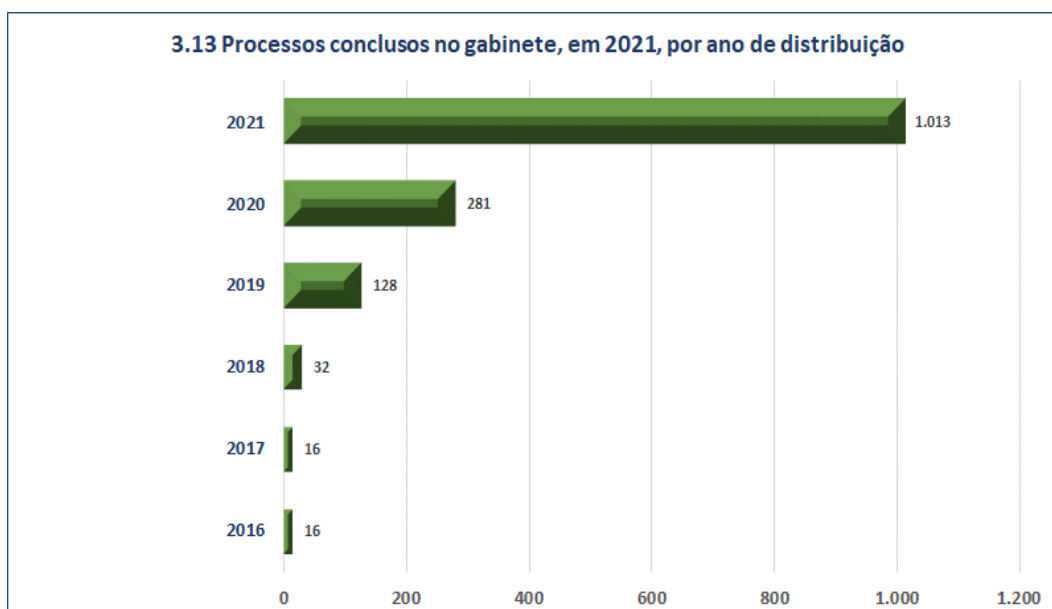
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

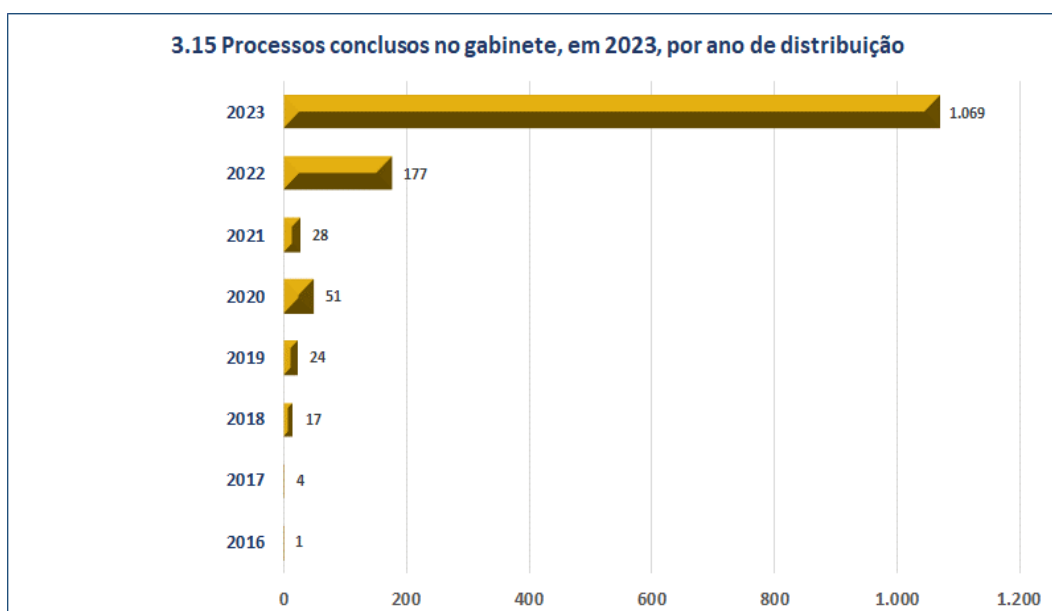
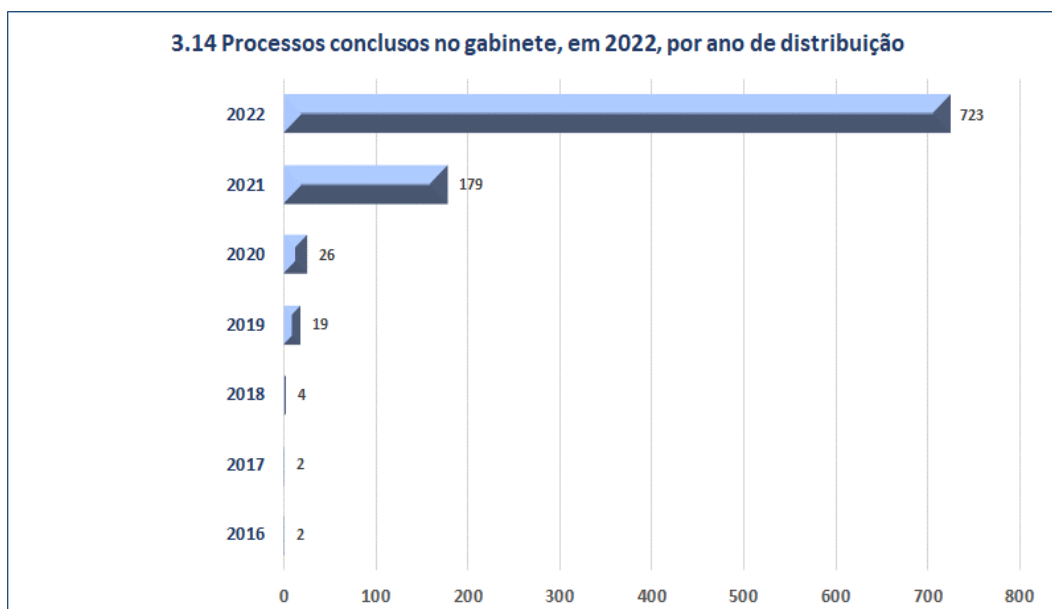
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



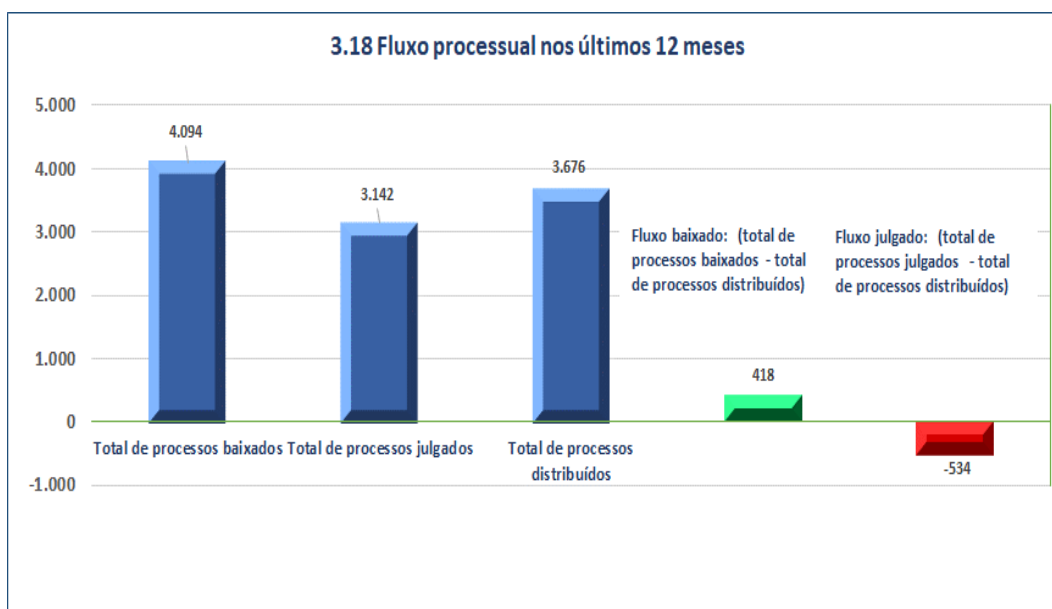
3.12 Processos com tutela provisória	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	23
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	0



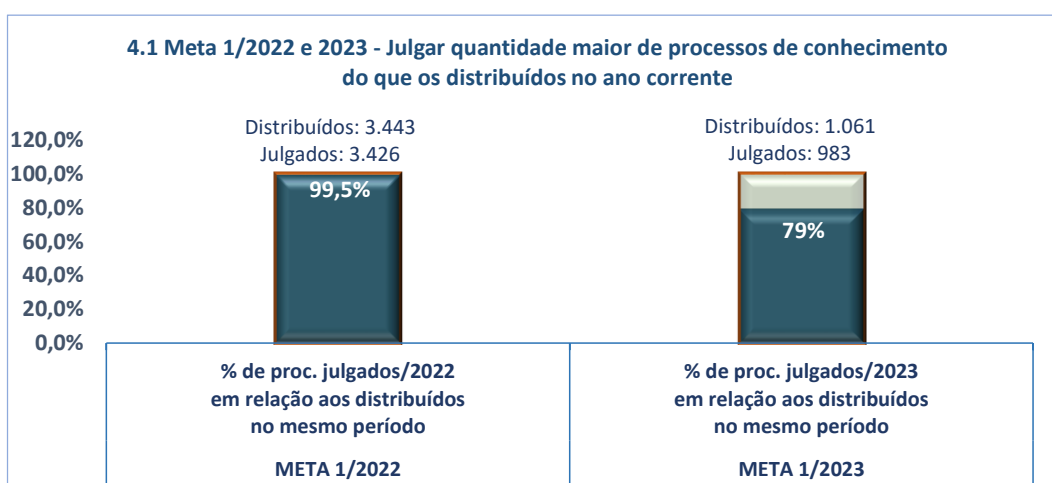


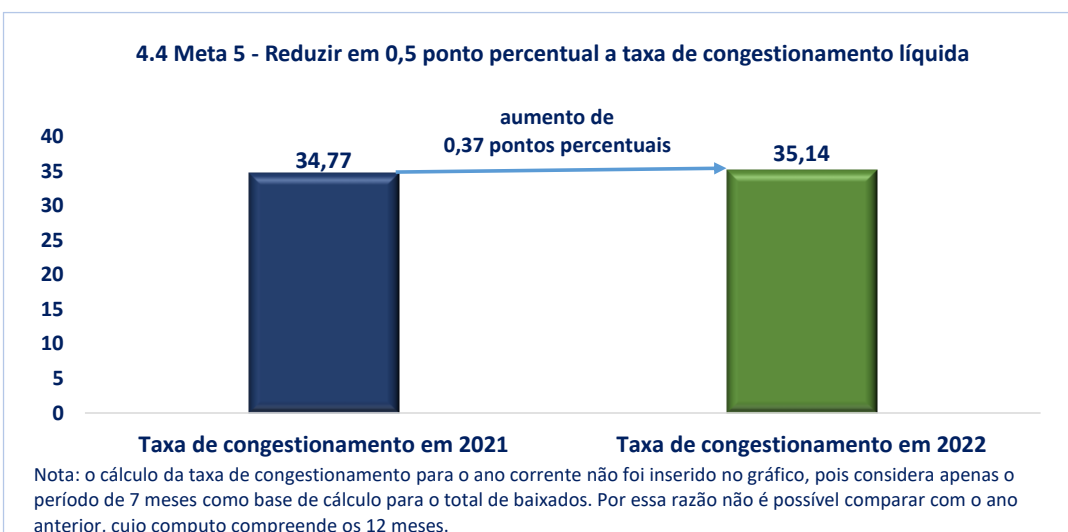
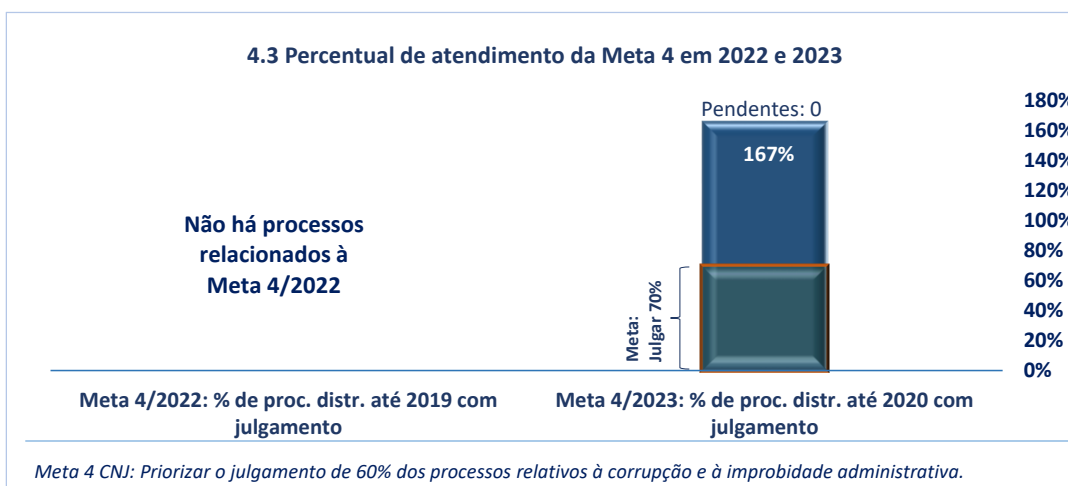
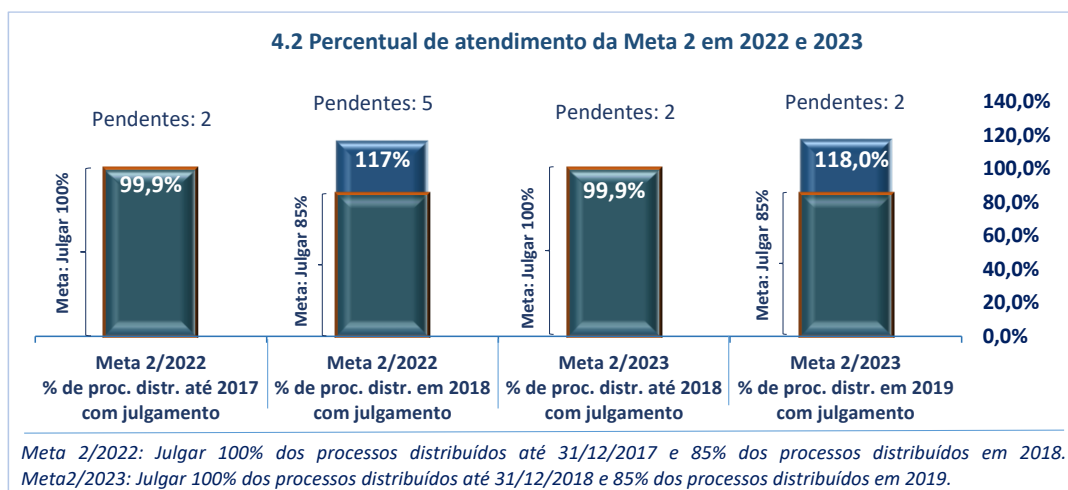
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	3
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	3
Remetidos para declaração de voto	0

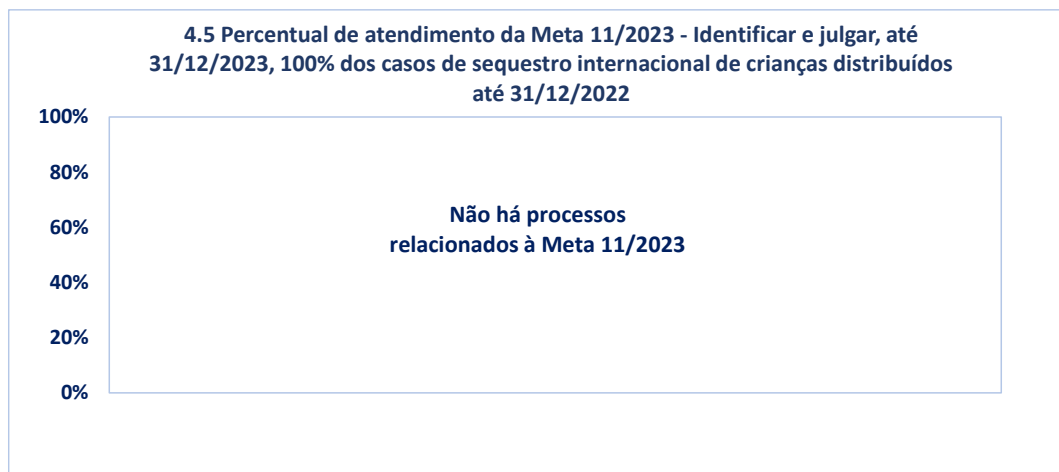
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O plano de trabalho desta unidade está documentado no SEI n. 0013098-20.2022.4.03.8000 e foi estruturado para atender à seguinte meta: "julgar os recursos de processos conclusos até 6 (seis meses) contados da distribuição". Além desta meta, o plano de trabalho estabelece o objetivo da unidade, as estratégias e os recursos para alcançá-los, com especificação e individualização das tarefas (por servidores) e estabelecimento de prazo para executá-las.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Noticiada a determinação de sobrestamento em razão de afetação de tema repetitivo ou de repercussão geral, as equipes de trabalho (inclusive de triagem) identificam os processos, inserem etiqueta do PJe com indicação do tema e elaboram a minuta de suspensão. Os processos sobrestados ficam em tarefas específicas do PJe (até 23/8/2023 essa tarefa ficava na Subsecretaria). O Gabinete acompanha os desdobramentos de cada tema por meio dos sites oficiais dos tribunais e pelas publicações encaminhadas por e-mail pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGE) desta Corte. Havendo desafetação do tema ou publicação do acórdão no qual é fixada a tese jurídica, a unidade solicita à Subsecretaria, por e-mail, o levantamento da suspensão e a conclusão dos autos, priorizando o julgamento desses casos.

5.3 Boas práticas e inovações

Boas práticas: (i) imediata triagem dos processos recebidos no Gabinete para identificação da matéria, da fase de processamento (1º julgamento, recursos internos, juízo de retratação, etc) e do servidor responsável, com atribuição de tempo máximo para elaboração de minutas (inserindo-se as respectivas etiquetas do PJe); (ii) divisão do trabalho por equipes especializadas no assunto; (iii) controle estatístico interno

mensal (acervo e produtividade), para fundamentar possível remanejamento das equipes de trabalho conforme a demanda de matérias.

5.4 Dificuldades

As dificuldades atuais estão relacionadas à limitação do teletrabalho. O teletrabalho integral extraordinário exercido pelos servidores em razão das imposições decorrentes da pandemia de Covid-19 proporcionou excelentes índices de produtividade. Contudo, diante da nova regulamentação do teletrabalho pelo CNJ, o Gabinete não tem conseguido alcançar os mesmos índices de produtividade, a despeito dos esforços.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. O Trabalho Não Presencial (TNP) no TRF3, adequado ao disposto na Resolução CNJ n. 481/2022, é regulamentado pela Resolução PRES n. 514/2022, com as alterações introduzidas pela Resolução PRES n. 565/2023. Respeitado o percentual máximo de servidores estabelecido na regulamentação, o Gabinete adota, primordialmente, o TNP na modalidade "trabalho remoto por gestão diferenciada" (artigos 27 a 30 da Resolução PRES n. 514/2022), sem perder de vista a meta estabelecida no plano de trabalho da unidade.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Atualmente não há normatização ou construção de fluxo que permita o encaminhamento automático de processos passíveis de diálogo entre as partes. Os atos normativos que disciplinavam esse encaminhamento não estão mais em vigor. Este Gabinete, contudo, desde a triagem busca identificar situações aptas a ensejar a adoção de métodos para solução consensual de conflitos. Ao identificar essas situações, é designado mediador para promover o diálogo entre as partes, cabendo a este Gabinete a homologação de possível acordo. Esse procedimento não importa em conversão do julgamento em diligência e é desenvolvido por meio do encaminhamento ao mediador das peças úteis ao diálogo entre as partes.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000362-15.2020.4.03.6007	9/2/2022	Apelação Cível
Conclusos em 12/5/2022. Iniciado o julgamento na sessão de 29/6/2022. Concluído o julgamento na sessão de 23/8/2023 (art. 942, caput e § 1º, do CPC). Tramitação regular.		
5010017-65.2020.4.03.6183	4/8/2022	Apelação Cível

Conclusos em 4/8/2022. Julgado na sessão de 30/8/2023. Tramitação regular.		
5009529-76.2021.4.03.6183	31/8/2022	Apelação Cível
Conclusos em 31/8/2022. Julgado na sessão de 30/8/2023. Tramitação regular.		
0001065-27.2016.4.03.6183	23/6/2017	Apelação Cível
Conclusos em 1º/9/2022. Iniciado o julgamento na sessão de 7/12/2022. Concluído o julgamento na sessão de 23/8/2023 (art. 942, caput e § 1º, do CPC). Tramitação regular.		
5013975-25.2021.4.03.6183	9/9/2022	Apelação Cível
Conclusos em 26/9/2022. Iniciado o julgamento na sessão 15/2/2023. Incluído na pauta de 27/9/2023 (art. 942, caput e § 1º, do CPC). Tramitação regular.		
5000094-07.2021.4.03.6142	18/2/2022	Apelação Cível
Conclusos (com ED) em 30/9/2022. Julgado na sessão de 16/8/2023. Tramitação regular.		
5014167-89.2020.4.03.6183	7/10/2022	Apelação Cível
Conclusos em 10/10/2022. Julgado na sessão de 16/8/2023. Tramitação regular.		
5166649-83.2021.4.03.9999	14/10/2021	Apelação Cível
Conclusos (com ED) em 19/10/2022. Aguarda manifestação do INSS sobre nulidade apontada pela parte autora na petição de maio de 2023. Tramitação regular.		
5004660-18.2019.4.03.6126	29/7/2022	Apelação Cível
Conclusos (com ED) em 28/10/2022. Julgado na sessão de 30/8/2023. Tramitação regular.		
5000566-96.2020.4.03.6124	12/9/2022	Apelação Cível
Conclusos em 28/10/2022. Iniciado o julgamento na sessão de 1º/2/2023. Concluído o julgamento na sessão de 23/8/2023 (art. 942, caput e § 1º, do CPC). Tramitação regular.		
5002812-95.2020.4.03.6114	14/7/2022	Apelação Cível
Conclusos (com ED) em 4/11/2022. Julgado na sessão de 2/8/2023. Tramitação regular.		
5005925-61.2018.4.03.6103	8/7/2022	Apelação Cível
Conclusos (com ED) em 4/11/2022. Julgado na sessão de 16/8/2023. Tramitação regular.		
5003422-14.2021.4.03.6119	8/11/2022	Apelação Cível
Conclusos em 10/11/2022. Julgado na sessão de 30/8/2023. Tramitação regular.		
0020317-77.2017.4.03.9999	5/7/2017	Apelação/Remessa Necessária
Conclusos (para juízo de retratação) em 9/12/2022. Incluído na pauta de 27/9/2023. Tramitação regular.		
0005050-87.2005.4.03.6183	9/4/2010	Apelação/Remessa Necessária
Conclusos (para juízo de retratação) em 19/4/2023. Julgado na sessão de 2/8/2023. Tramitação regular.		
0012312-10.2013.4.03.6183	29/4/2016	Apelação Cível
Conclusos (para juízo de retratação) em 10/5/2023. Incluído na pauta de 27/9/2023. Tramitação regular.		
5004006-25.2017.4.03.6183	3/10/2018	Apelação Cível

Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5001174-41.2017.4.03.6111	9/10/2018	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5005768-82.2018.4.03.6105	22/10/2018	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5099335-91.2019.4.03.9999	18/1/2019	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
0008159-26.2016.4.03.6183	13/9/2019	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5001374-26.2017.4.03.6183	12/12/2017	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5001596-91.2017.4.03.6183	21/2/2018	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5005901-21.2017.4.03.6183	21/2/2018	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5002394-52.2017.4.03.6183	19/4/2018	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5002306-23.2018.4.03.6104	4/5/2018	Apelação Cível
Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.		
5007738-77.2018.4.03.6183	7/1/2019	Apelação Cível

Conclusos em 14/7/2023 (depois de levantada a suspensão). Nova suspensão determinada pelo STF em 28/7/2023 (Tema 1.102). Aguardar publicação do STF da ata de julgamento dos embargos de declaração para prosseguimento do feito nesta Corte.

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 28 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Promover o andamento em até 30 dias (excesso na tramitação há mais de 30 dias):

0008159-26.2016.4.03.6183	5001174-41.2017.4.03.6111	5001374-26.2017.4.03.6183
5001596-91.2017.4.03.6183	5002306-23.2018.4.03.6104	5002394-52.2017.4.03.6183
5004006-25.2017.4.03.6183	5005768-82.2018.4.03.6105	5005901-21.2017.4.03.6183
5007738-77.2018.4.03.6183	5099335-91.2019.4.03.9999	

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pela Desembargadora Daldice Santana e pelos servidores Renato Ramos de Quadros, Daniel Augusto Câmara e Cláudia Beatriz Pace Albuquerque Silvestrini.

A Desembargadora Daldice Santana reuniu-se, em conjunto, com o Desembargador Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, a servidora Nathalia Resende Lara Gabriel e sua equipe acima mencionada.

Foram prestados esclarecimentos sobre o histórico do gabinete e a progressiva redução do acervo de processos até a realidade atual. A Desembargadora assumiu o acervo em 2011 e, desde então, vem fazendo um trabalho progressivo de redução do quantitativo.

Hoje, o gabinete conta com 14 (quatorze) servidores, sendo 2 (dois) servidores em teletrabalho integral, 9 (nove) servidores em teletrabalho híbrido e 3 (servidores) presencial. A maior parte da equipe é composta pelas mesmas pessoas que acompanham a Desembargadora desde sua posse.

Implantou-se um plano de gestão de forma que a equipe possua metas individuais (indicador quantitativo) e objetivos (indicador qualitativo). Busca-se, assim, maior efetividade nas minutas e, por consequência, uma maior satisfação por parte do jurisdicionado.

Foi informado que o acervo é administrado através de etiquetas que indicam a matéria, o recurso, o servidor responsável e o tempo médio para a minuta. A título de exemplo, as liminares possuem um prazo de 30 (trinta) dias para elaboração, os recursos internos 2 (dois) meses e demais processos 6 (seis) meses em média.

Hoje, o acervo do gabinete é composto por aproximadamente 500 (quinhentos) processos conclusos não pautados. Contudo, ressaltou-se que mais da metade desse valor são de processos que, por ordens da Desembargadora, foram levantados do sobrestamento e aguardam oportunidade para julgamento, em razão da matéria ainda estar suspensa nas Cortes Superiores (Tema 999/STJ e 1102/STF).

Informaram que o gabinete vem sendo reconhecido como exemplo para os demais integrantes da Turma e Seção, em razão dos excelentes resultados obtidos e do reconhecimento obtido na inspeção passada, que não teve nenhuma recomendação.

Trata-se, portanto, de um gabinete previdenciário muito bem organizado e produtivo, merecendo elogios.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.401 para 1.386 processos.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.258 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.386 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 421, na última inspeção, para 249 processos, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 4 meses, enquanto que, esse mesmo tempo, na 9ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GILBERTO JORDAN

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Gilberto Jordan.

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Nona Turma.

1.3 Tempo de exercício na unidade

8 anos e 8 meses.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Maurizio Petagna - Chefe de Gabinete

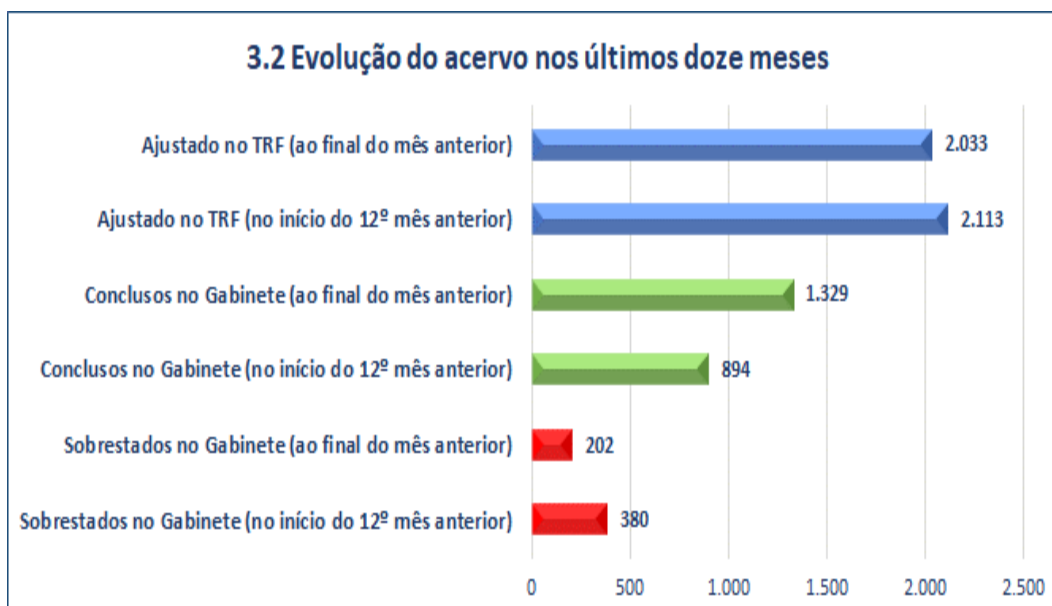
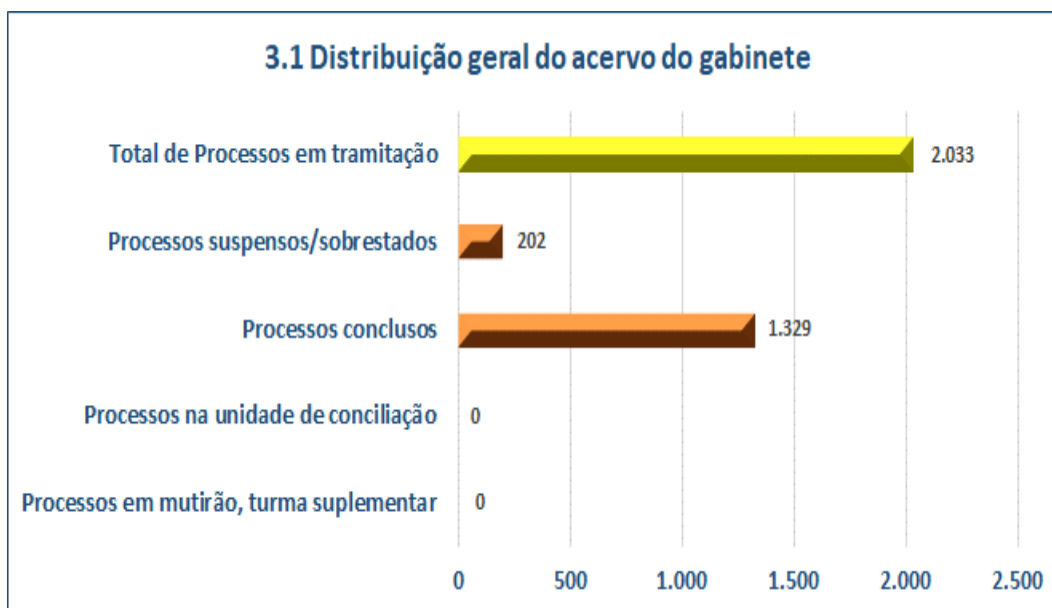
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	Zero
Estagiários	Zero

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	Zero
FC-5	Zero
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	Zero
FC-1	Zero

3. DADOS ESTATÍSTICOS

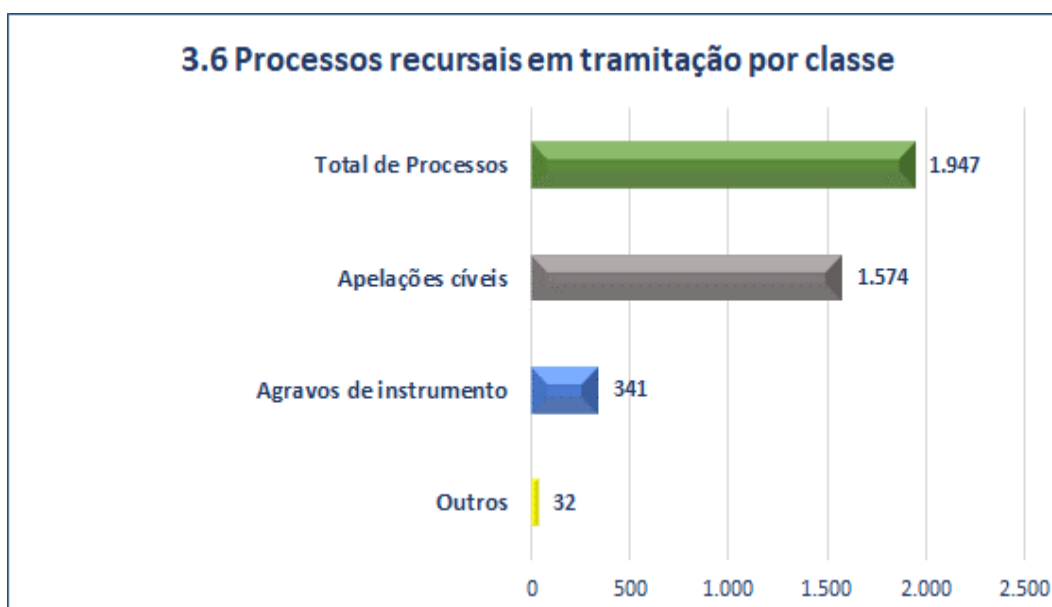


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	86
Mandados de segurança	1
IRDR	Zero
IAC	Zero
Arguição de inconstitucionalidade	Zero
Conflitos de competência	4
Reclamações	Zero
Ações rescisórias	55
Outros	26

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.947
Recursos em mandados de segurança coletivos	Zero
Recursos em ações populares	Zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	Zero
Recursos em ações civis públicas	Zero
Recursos em ações de desapropriação	Zero
Recursos em ações com preferência legal	793
Outros	1.154

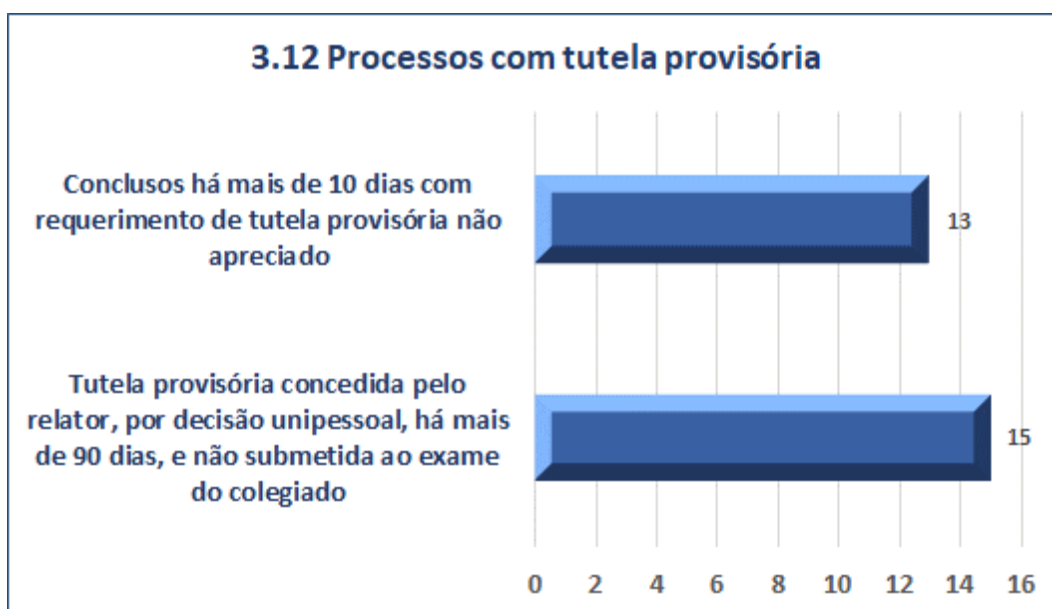
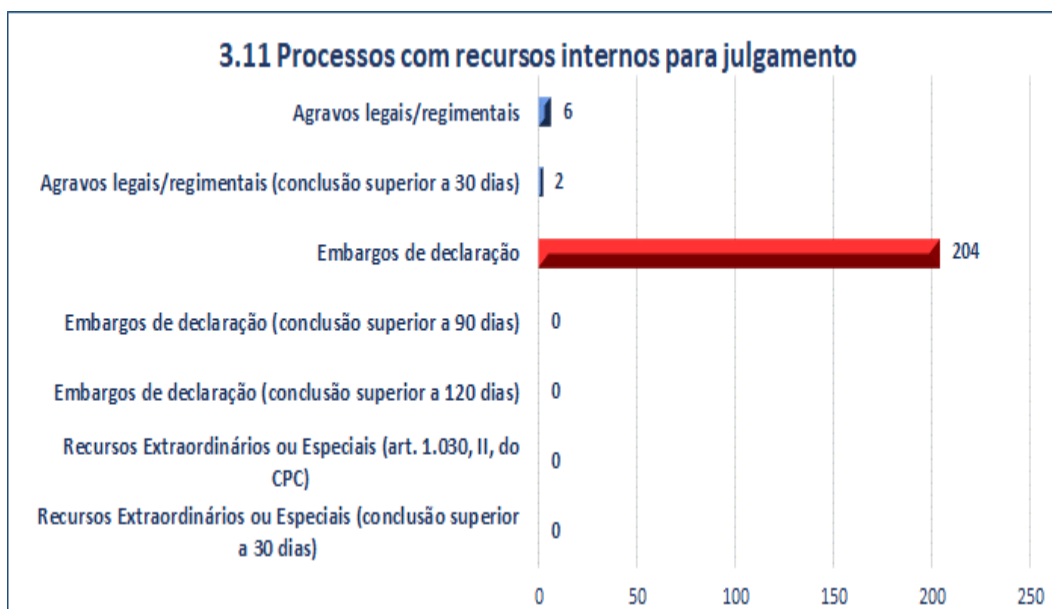


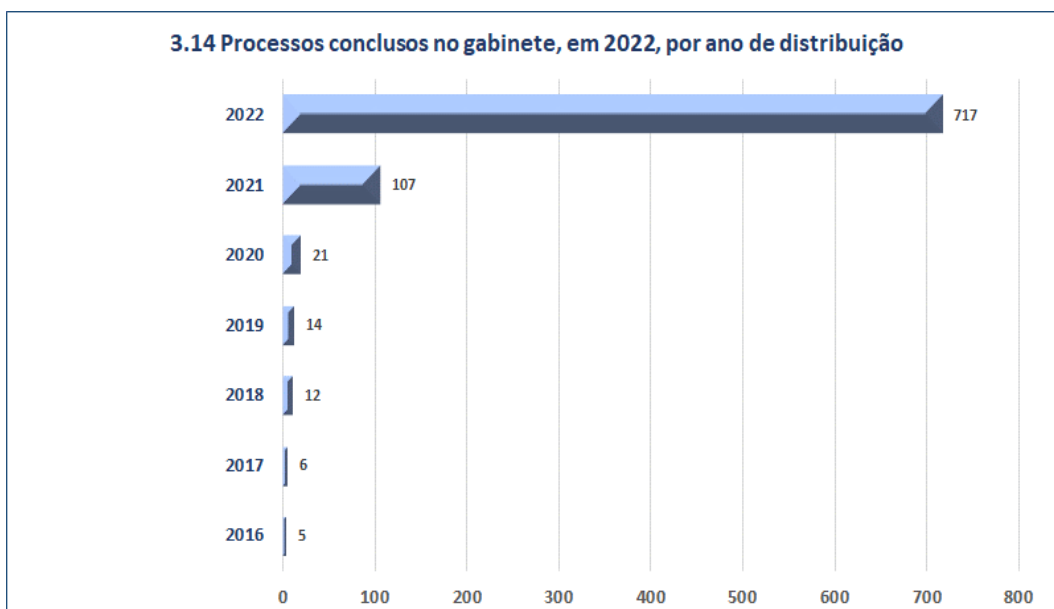
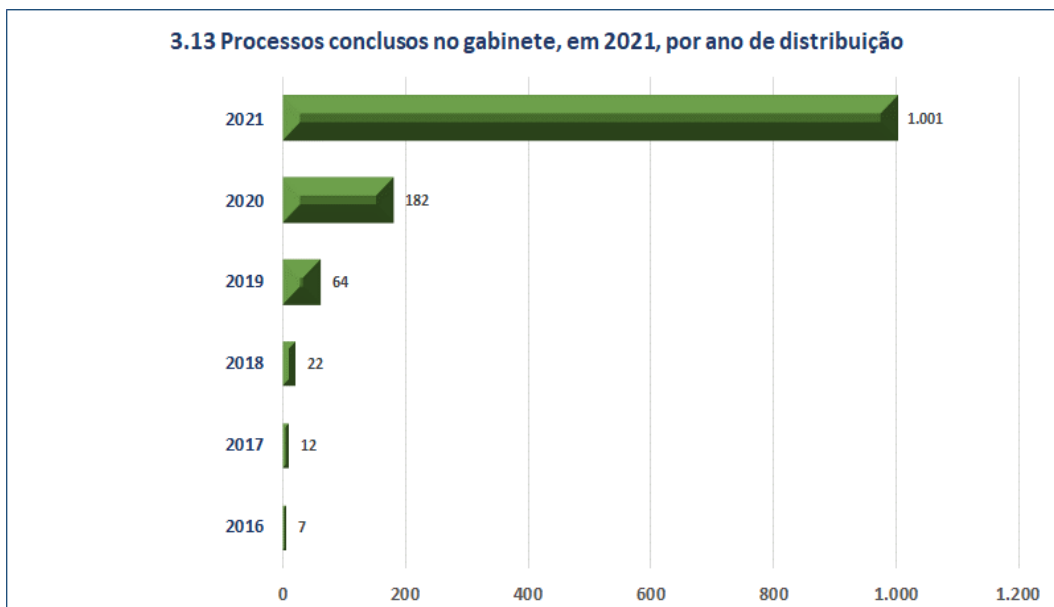
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero
Revisões criminais	Zero
Outros	Zero

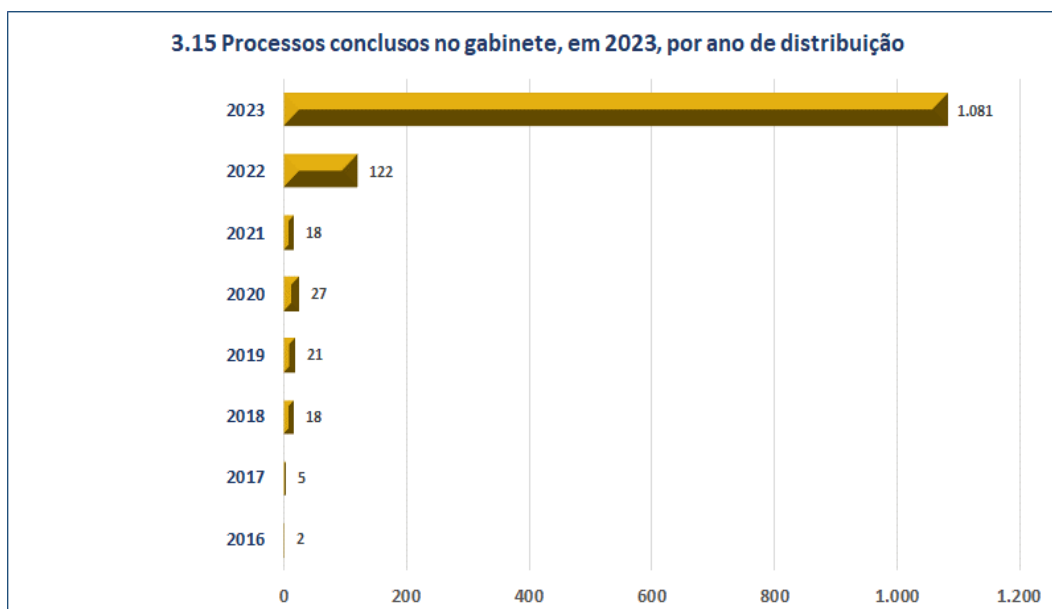
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Zero
Apelações	Zero
Recursos em sentido estrito	Zero
Recursos em habeas corpus	Zero
Recursos em mandado de segurança	Zero
Embargos infringentes e de nulidade	Zero
Outros	Zero

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Zero
Apelações	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Zero
Por IRDR	Zero
Por IAC	Zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Zero
Por Recurso Especial	Zero
Por Recurso Extraordinário	Zero

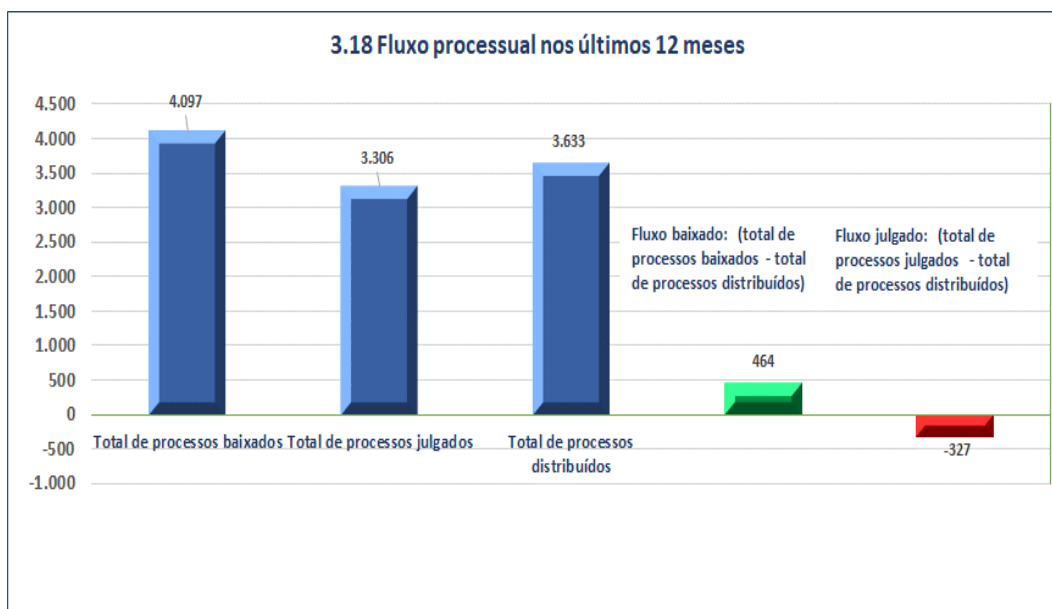




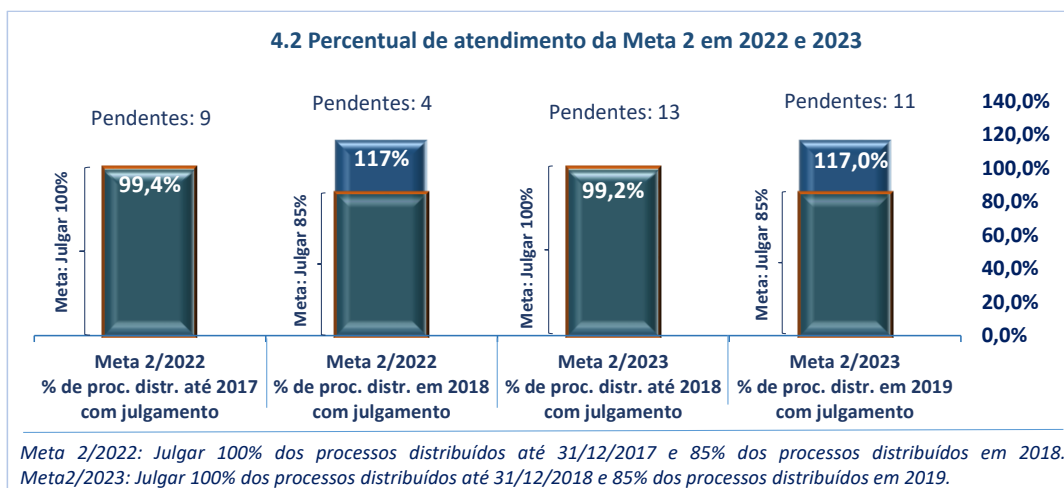
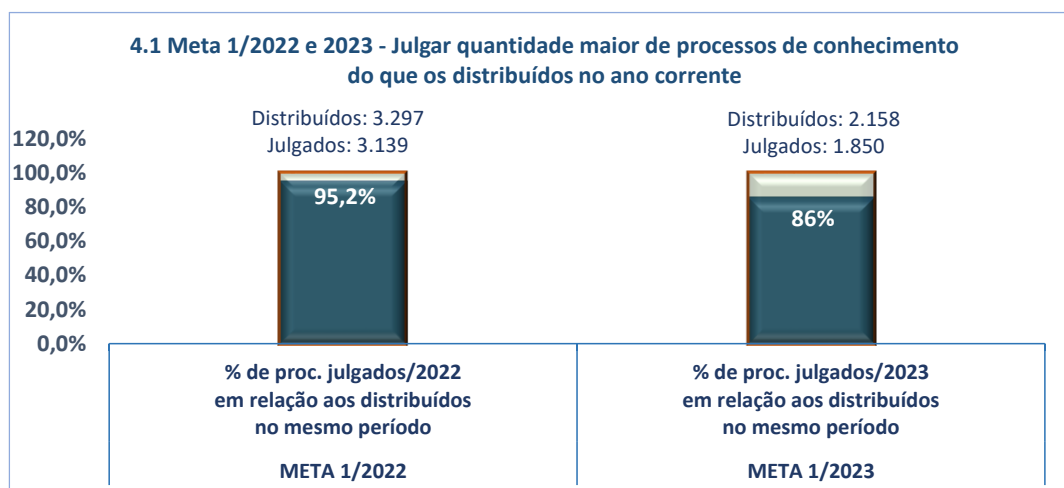


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	Zero
Remetidos para voto-vista	Zero
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	Zero
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	Zero
Remetidos para declaração de voto	Zero

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	Zero
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	Zero
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	2
Recebidos para declaração de voto	Zero



4. METAS



4.3 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Dados não disponíveis.
Taxa de congestionamento no ano anterior	38,86%
Taxa de congestionamento no ano corrente	36,90%

4.4 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.5 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica
Pendentes no mês anterior	Não se aplica
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle do acervo assim como o estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão do Gabinete. O controle do acervo e o gerenciamento dos processos de trabalho são definidos pela distribuição das atividades em relação à matéria, a fim de favorecer a padronização. O desenvolvimento desta competência nos auxilia na busca pela agilidade na prestação jurisdicional célere e com qualidade.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Recentemente houve a migração das tarefas de processos sobrestados para o Gabinete, que antes era atribuição das Secretarias. Com a recente alteração, o sistema PJe implementou melhorias e criou a tarefa "Sobrestados - Analisar petição", o que facilita a localização e o andamento dos feitos sobrestados.

5.3 Boas práticas e inovações

Com a distribuição das atividades em relação à matéria abordada nas demandas, além da padronização, a prestação jurisdicional é mais célere e com qualidade. O gerenciamento de processos de trabalho possibilita a melhoria das atividades e a mensuração dos resultados, contribuindo para a cooperação e interação entre os servidores, tendo como consequência o alcance dos objetivos e a obtenção de resultados em tempo recorde. Outro ponto que merece destaque é a utilização do sistema SIGMA, que imprime maior celeridade na elaboração de minutas, cujos modelos encontram-se na base de dados do PJe, estando acessível a toda equipe.

5.4 Dificuldades

A significativa redução do número de servidores em teletrabalho traz como consequência a diminuição da produtividade e aumento gradativo do acervo, além da diminuição da qualidade de vida dos servidores em razão da sobrecarga de trabalho. A dificuldade ainda foi agravada em razão da perda, entre abril e julho do corrente ano, de três experientes servidores que passaram a exercer cargos de chefia em outros gabinetes, ou seja, perdemos considerável força de trabalho, exigindo um esforço maior da equipe para tentar suprir as ausências. Somente em agosto conseguimos repor um dos cargos e estamos operando com menos dois servidores sem a correspondente redução do acervo e da distribuição, o que somente ocorrerá a partir de 11/9/2023.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Atualmente apenas 30% do quadro permanente do Gabinete encontra-se em teletrabalho em sistema de revezamento. Quanto à meta de produtividade, o controle é feito através de planilhas por um servidor responsável sob a supervisão da Chefia do Gabinete, cujo acompanhamento é semanal. As cotas são individualizadas conforme a matéria/competência.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Como a competência do Gabinete se restringe à matéria previdenciária, o encaminhamento de feitos para o Gabinete de Conciliação somente ocorre quando há programa de acordos com o INSS, uma vez que dificilmente o INSS aceita a conciliação como técnica de composição de conflitos.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5067964-07.2022.4.03.9999	31/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5070115-43.2022.4.03.9999	13/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
0000637-33.2022.4.03.9999	7/10/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5007636-50.2021.4.03.6183	9/11/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5000529-40.2022.4.03.6111	17/11/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5055187-87.2022.4.03.9999	8/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo julgado em sessão realizada em 2/8/2023. Acórdão publicado em 9/8/2023. Opostos Embargos de Declaração em 11/8/2023. Processo encontra-se na Subsecretaria com prazo em curso para contrarrazões.		
5000756-92.2020.4.03.6113	9/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo indicado pela AGES para redistribuição, a ser realizada em 11/9/2023, ante a instalação do quinto Gabinete na 9ª Turma.		
5000426-45.2021.4.03.6183	9/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo indicado pela AGES para redistribuição, a ser realizada em 11/9/2023, ante a instalação do quinto Gabinete na 9ª Turma.		
0000683-22.2022.4.03.9999	11/11/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo julgado em sessão realizada em 23/8/2023. Acórdão publicado em 31/8/2023.		
5690294-51.2019.4.03.9999	13/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 11/10/2023.		
5015862-78.2020.4.03.6183	30/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo foi retirado da pauta de julgamento da sessão do dia 16/8/2023, para fins de revisão da minuta. Pautado para a sessão de julgamento do dia 11/10/2023.		
5014928-91.2018.4.03.6183	29/5/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo Revisão da Vida Toda, Temas 1102/STF 999/STJ. Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração opostos pelo INSS no STF.		
0051616-04.1995.4.03.6100	17/9/1999	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5008319-64.2020.4.03.6105	5/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria da Des. Fed. Daldice Santana. Julgado nas sessões realizadas em 16/3/2023, 29/3/2023 e 23/8/2023 (julgamento do mérito). Acórdão publicado em 31/8/2023.		
5002134-12.2022.4.03.6114	26/9/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria da Des. Fed. Daldice Santana. Julgado nas sessões realizadas em 16/3/2023, 29/3/2023 e 23/8/2023 (julgamento do mérito). Acórdão publicado em 31/8/2023.		
5000755-22.2020.4.03.6109	26/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo indicado pela AGES para redistribuição, a ser realizada em 11/9/2023, ante a instalação do quinto Gabinete na 9ª Turma. Revisão da Vida Toda. TEMAS 1102/STF 999/STJ.		
5369971-64.2020.4.03.9999	23/2/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo de relatoria da Des. Fed. Daldice Santana julgado em sessão realizada em 30/8/2023. Aguardando publicação do acórdão.		
5002512-35.2021.4.03.6103	17/2/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo indicado pela AGES para redistribuição, a ser realizada em 11/9/2023, ante a instalação do quinto Gabinete na 9ª Turma. Revisão da Vida Toda. Temas 1102/STF 999/STJ.		
5000757-54.2023.4.03.9999	2/2/2023	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
0047721-09.1997.4.03.6183	26/3/2002	Petição Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo julgado em sessão realizada em 31/8/2023. Aguardando publicação do acórdão.		
5022555-66.2021.4.03.0000	27/9/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
0049127-91.1995.4.03.6100	3/8/1998	Petição Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo julgado em sessão realizada em 31/8/2023. Aguardando publicação do acórdão.		
0001921-91.2014.4.03.6140	23/2/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo julgado em sessão realizada em 23/8/2023. Acórdão publicado em 31/8/2023.		
0002726-78.2012.4.03.9999	31/1/2012	Restauração de Autos Cível

Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo julgado em sessão realizada em 16/8/2023. Acórdão publicado em 23/8/2023.		
0032817-78.2017.4.03.9999	16/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 11/10/2023.		
5005272-47.2017.4.03.6183	22/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo Revisão da Vida Toda, Temas 1102/STF 999/ST. Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração opostos pelo INSS no STF.		
5006819-37.2023.4.03.0000	15/3/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Reconhecida a incompetência deste TRF3 em decisão monocrática deste magistrado em 29/3/2023 e encaminhada a ação para a Turma Recursal JEF/SP, onde foi proferido acórdão de não conhecimento com trânsito em julgado em 24/5/2023.		
5009188-04.2023.4.03.0000	5/4/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Reconhecida a incompetência deste TRF3 em decisão monocrática deste magistrado em 13/4/2023 e encaminhada a ação rescisória para a Turma Recursal JEF/SP, onde foi proferida decisão de não conhecimento. Aguardando a certificação do trânsito em julgado		
0007031-54.2005.4.03.6183	20/9/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5012927-58.2018.4.03.0000	12/6/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
6074889-07.2019.4.03.9999	17/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 11/10/2023.		
5011162-30.2018.4.03.6183	19/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 13/9/2023.		
5003075-20.2017.4.03.6119	15/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo Revisão da Vida Toda, Temas 1102/STF 999/STJ. Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração opostos pelo INSS no STF.		
5004033-21.2017.4.03.6114	15/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Situação em 5/9/2023: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 27/9/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 29 processos selecionados, todos eletrônicos.

Não há qualquer recomendação.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Gilberto Jordan e pelos servidores Maurizio Petagna, Fatima Regina Barbosa B. de Mello e Daniel Bezelga Octaviano.

Foram prestados esclarecimentos sobre o histórico do gabinete e a progressiva redução do acervo de processos até a realidade atual. O Desembargador assumiu o mesmo acervo há 9 anos e vem fazendo um trabalho progressivo de redução do quantitativo.

Hoje, o gabinete conta com 14 (quatorze) servidores, sendo 3 (três) servidores em teletrabalho integral e 11 (onze) servidores em teletrabalho híbrido. A maior parte da equipe é composta pelas mesmas pessoas que acompanham o Desembargador desde sua posse.

A gestão do acervo é realizada de forma em que há um servidor técnico, de área meio, que faz a triagem de todos os processos assim que chegam na caixa do gabinete. A triagem é realizada considerando a matéria e recurso, sendo incluídas etiquetas no processo para sua identificação, e, também, fazendo o encaminhamento imediato para as decisões liminares e despachos saneadores. Cada servidor é especializado na minuta de uma matéria e/ou recurso.

Hoje, o acervo do gabinete é composto por aproximadamente 200 (duzentos) processos conclusos não pautados. Contudo, ressaltou-se que existe um grande quantitativo de processos que foram levantados do sobrestamento e aguardam oportunidade para julgamento, em razão da matéria ainda estar suspensa nas Corte Superiores (Tema 999/STJ e 1102/STF), e que estão pautados, mas aguardam o julgamento colegiado.

Os servidores fizeram uma ressalva apenas com relação ao teletrabalho, uma vez que, no ano corrente, houve uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para retorno dos servidores ao trabalho presencial, observado o percentual de 70% de pessoas presentes diariamente. Isso causou uma diminuição na produtividade e no atrativo para os funcionários, que antes minutavam um número considerável de processos em troca do regime de teletrabalho integral. Entendem que isso desestimulou boa parte dos integrantes do gabinete.

Apesar desta observação, trata-se de um gabinete previdenciário muito bem organizado e produtivo, merecendo elogios.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 1.094 para 1.329 processos.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.208 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.329.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 221, na última inspeção, para 204 processos, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 4 meses, enquanto que, esse mesmo tempo, na 9ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

Manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CRISTINA MELO

Gabinete da JFC Audrey Gasparini – respondido em 28/8 a 8/9/23 – 1ª Fase
Atualmente: DF Cristina Melo a partir de 20/9/23

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Juíza Federal Convocada Audrey Gasparini

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

9ª Turma e 3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 13/4/2023 (4 meses)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Helen de Oliveira Biajone, Chefe de gabinete

2.2 Quadro de Pessoal

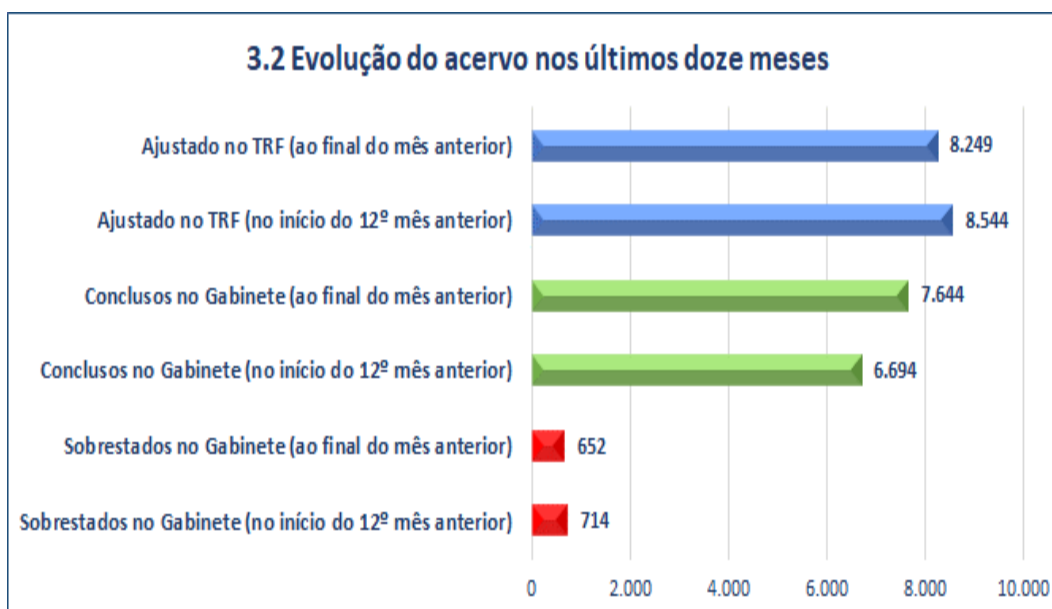
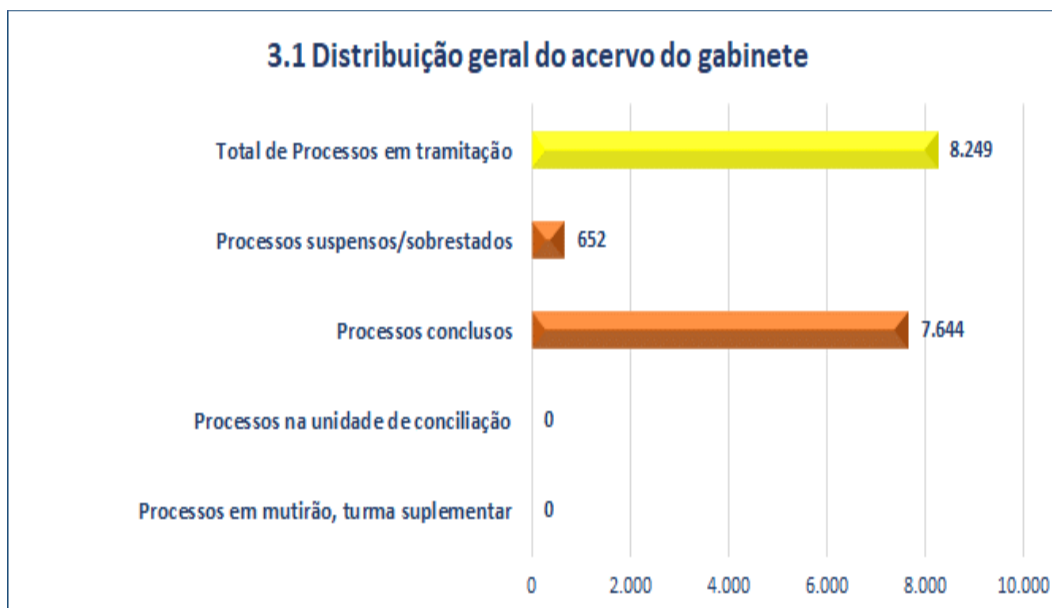
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	Zero
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	Zero
FC-5	Zero
FC-4	4
FC-3	5
FC-2	Zero

FC-1	Zero
------	------

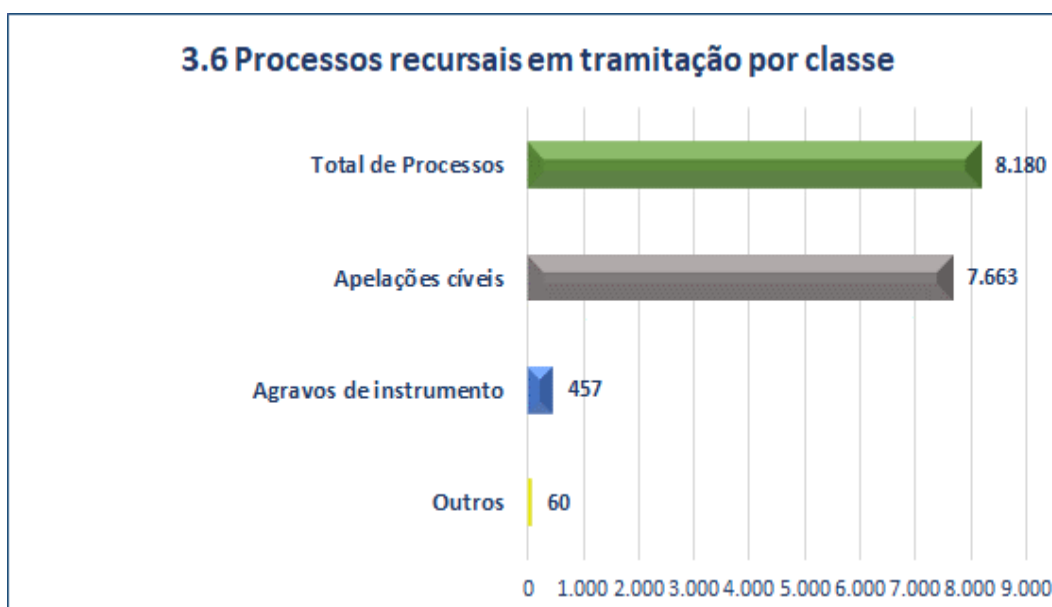
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	69
Mandados de segurança	2
IRDR	Zero
IAC	Zero
Arguição de inconstitucionalidade	Zero
Conflitos de competência	1
Reclamações	Zero
Ações rescisórias	51
Outros	15

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.180
Recursos em mandados de segurança coletivos	Zero
Recursos em ações populares	Zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	Zero
Recursos em ações civis públicas	Zero
Recursos em ações de desapropriação	Zero
Recursos em ações com preferência legal	1.713
Outros	6.467

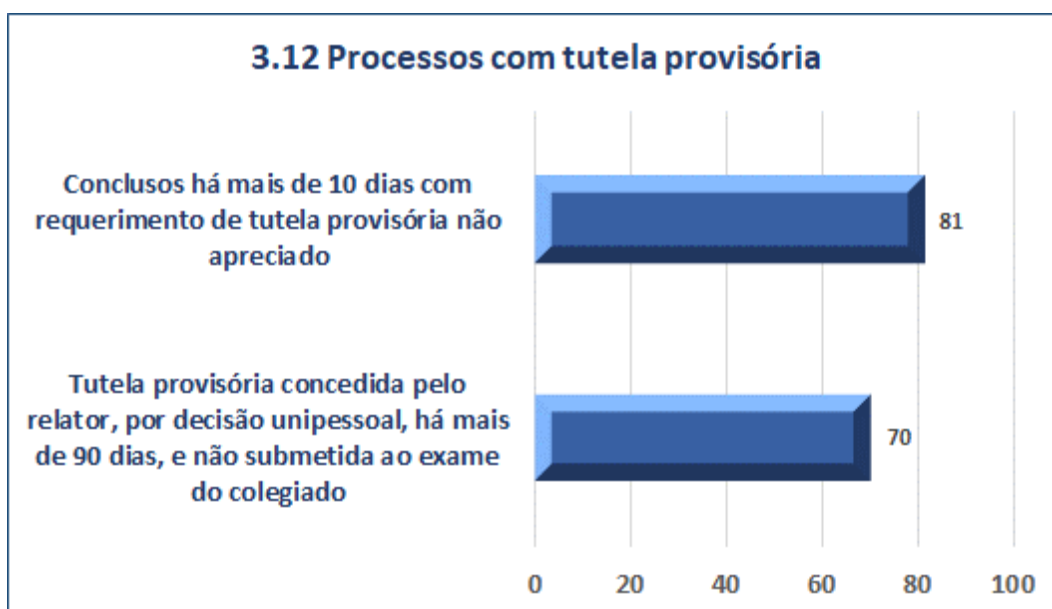
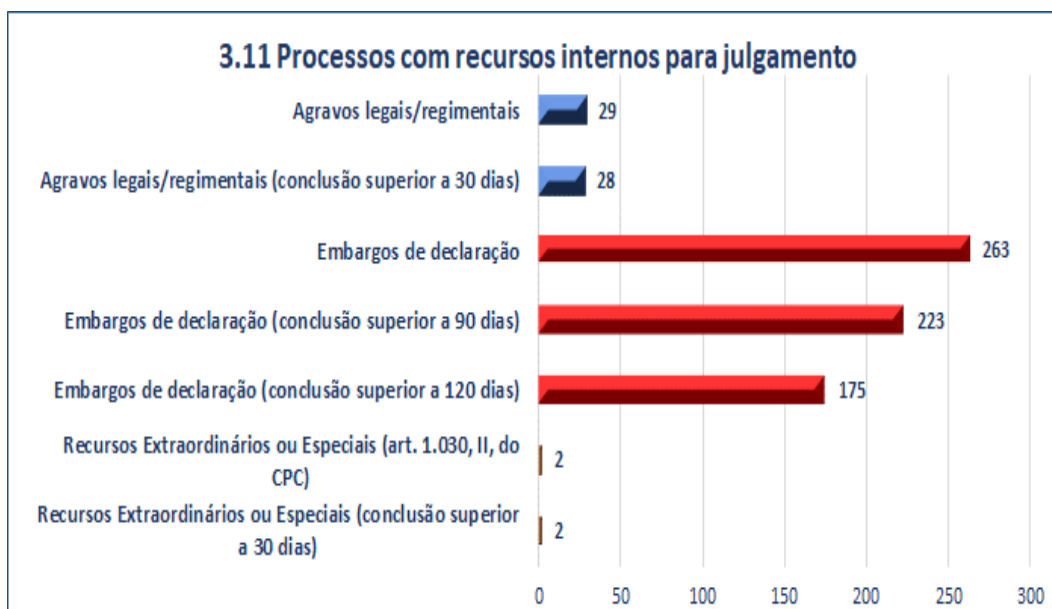


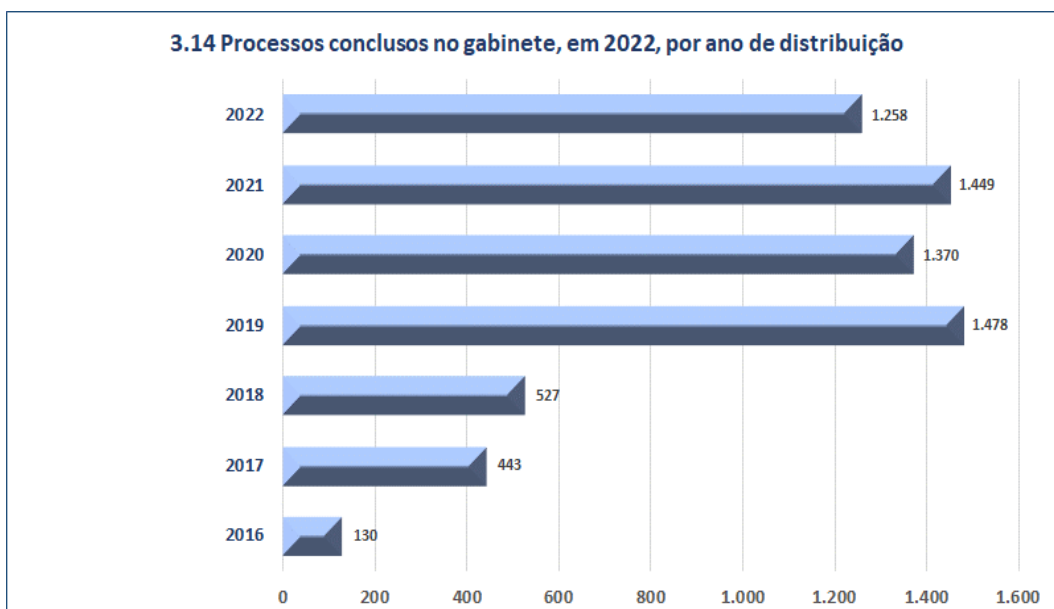
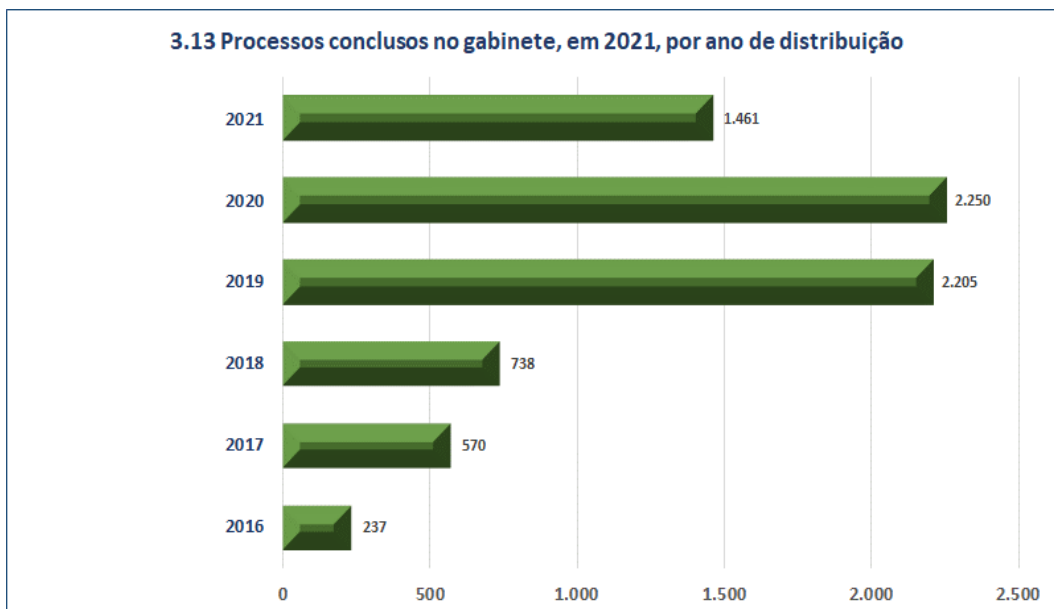
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero
Revisões criminais	Zero
Outros	Zero

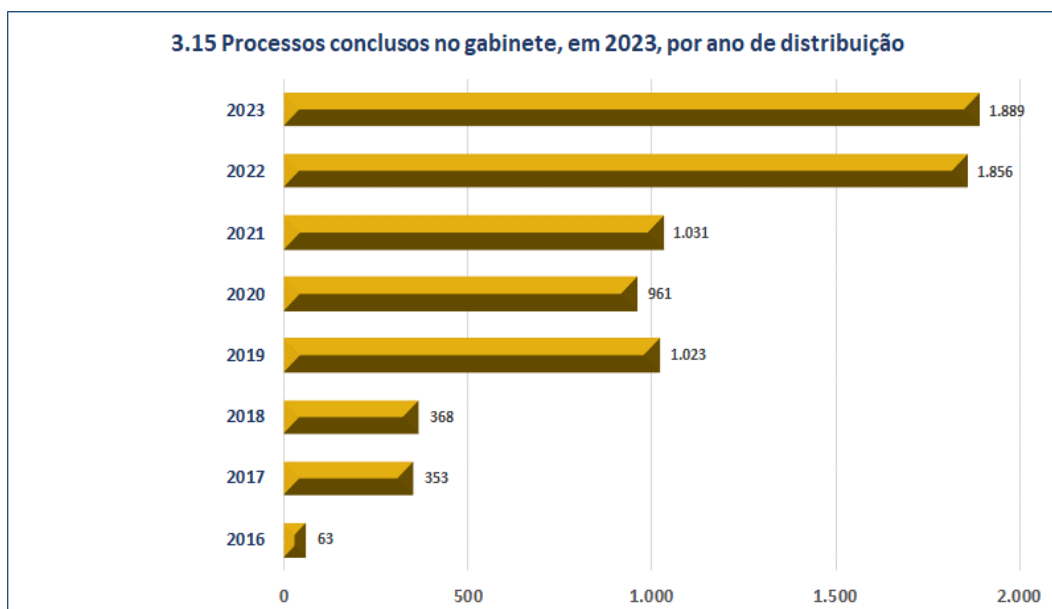
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Zero
Apelações	Zero
Recursos em sentido estrito	Zero
Recursos em habeas corpus	Zero
Recursos em mandado de segurança	Zero
Embargos infringentes e de nulidade	Zero
Outros	Zero

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Zero
Apelações	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Zero
Por IRDR	Zero
Por IAC	Zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Zero
Por Recurso Especial	Zero
Por Recurso Extraordinário	Zero





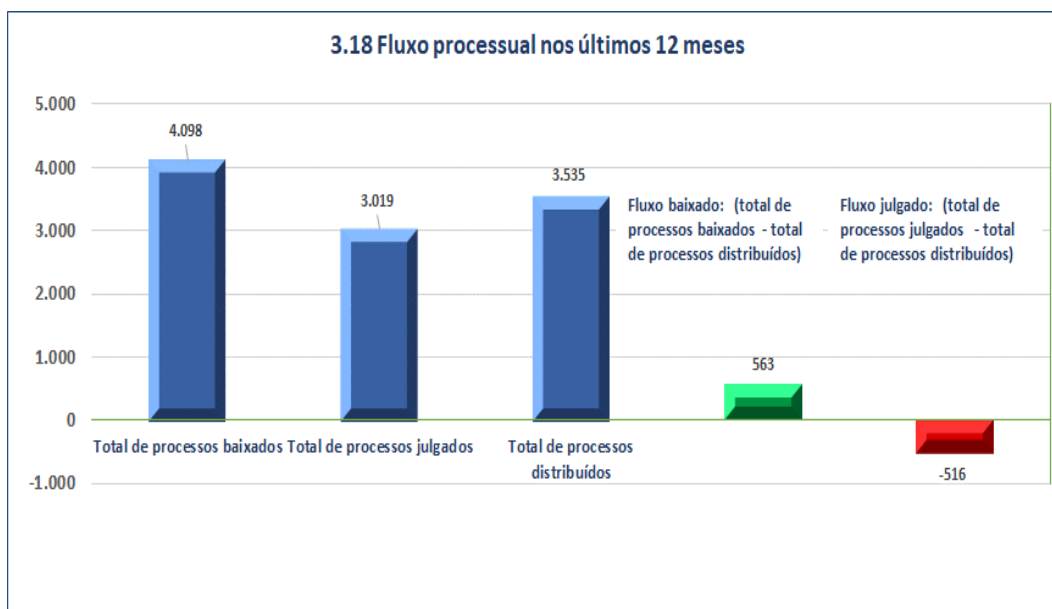


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

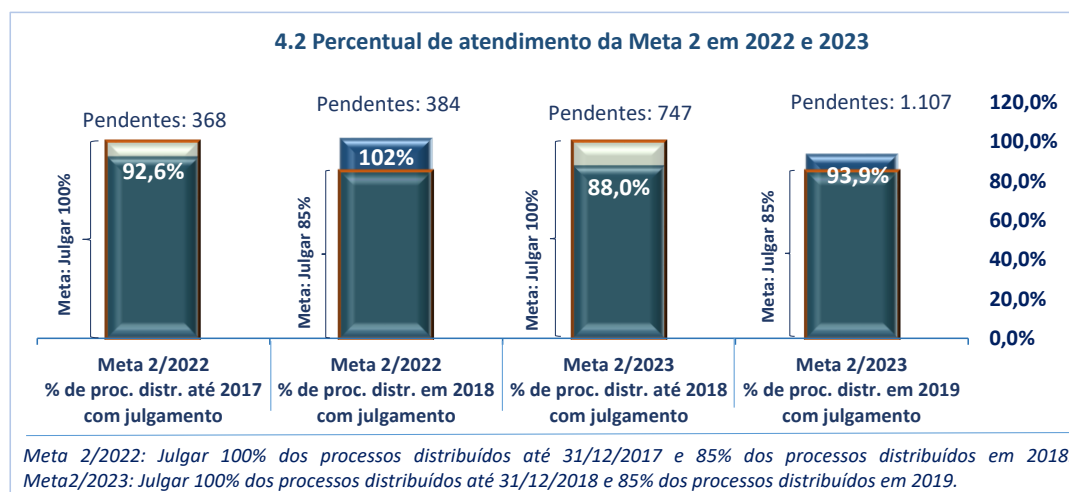
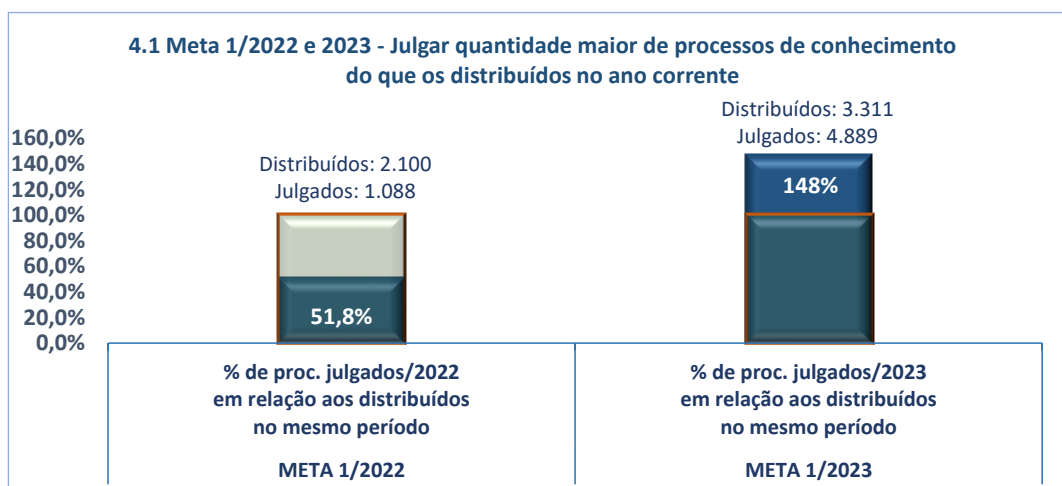
Remetidos para revisão	Zero
Remetidos para voto-vista	Zero
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	Zero
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	Zero
Remetidos para declaração de voto	Zero

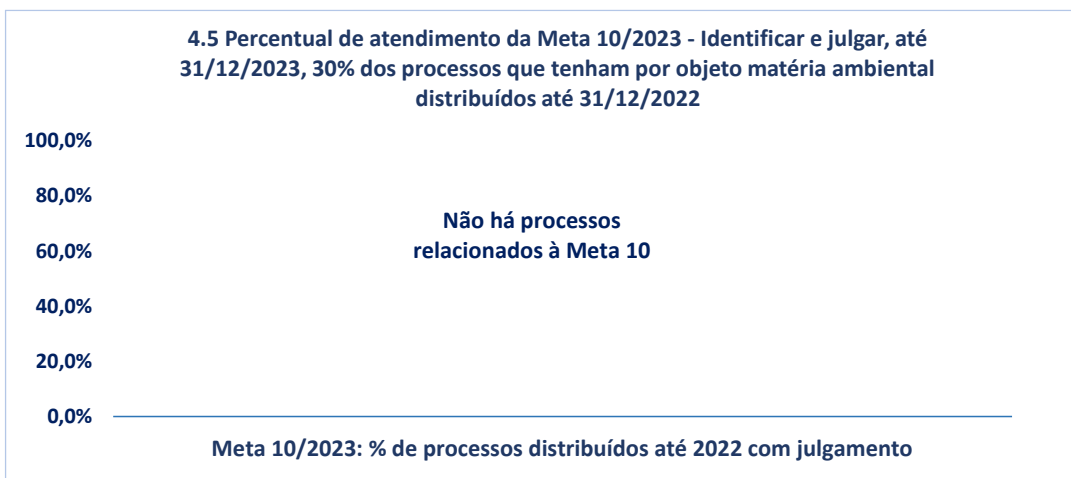
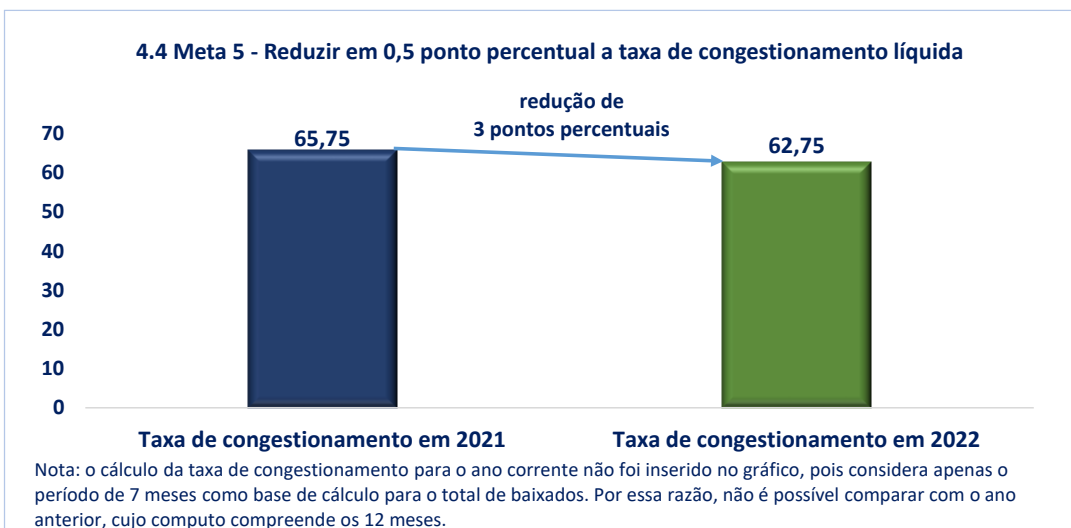
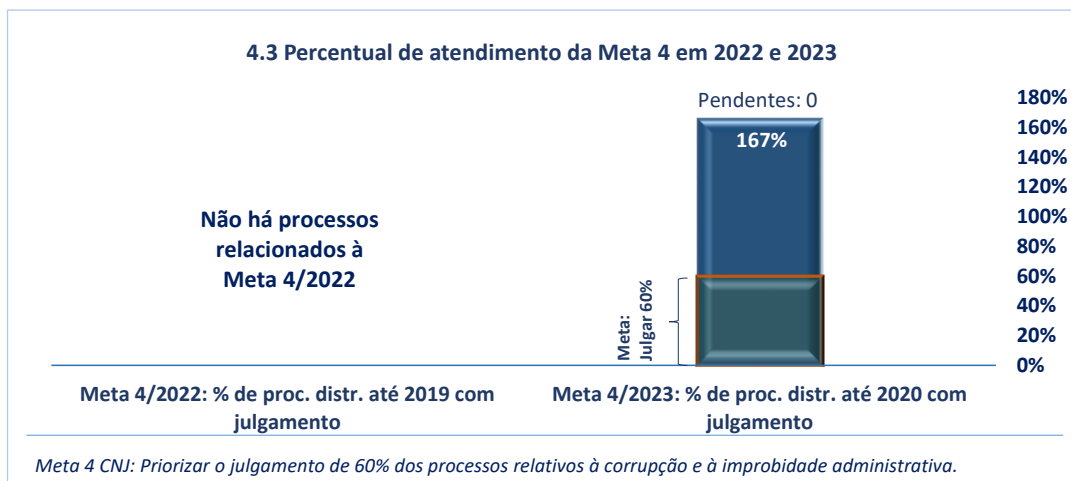
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

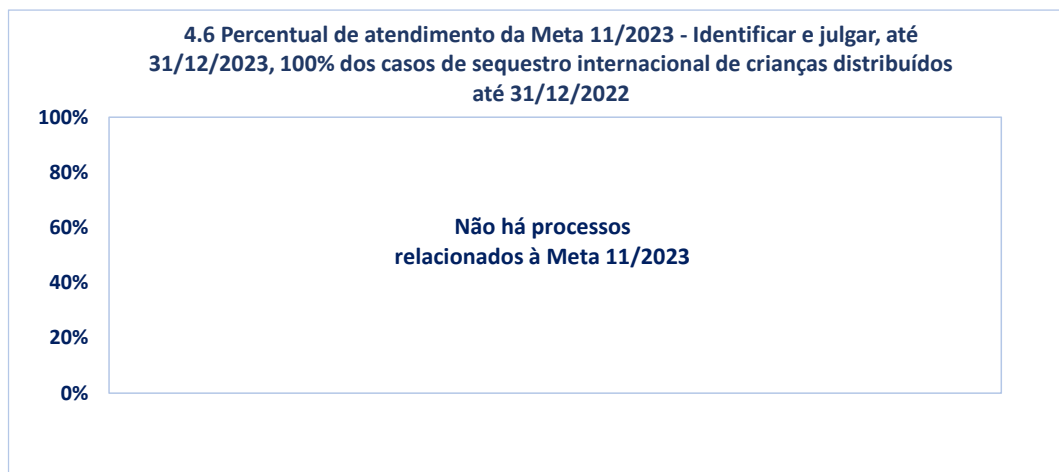
Recebidos para revisão	Zero
Recebidos para voto-vista	Zero
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	Zero
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	Zero
Recebidos para declaração de voto	Zero



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Conforme o Ato PRES n. 4723/2023, a Juíza Federal Convocada Audrey Gasparini foi designada para atuar no Gab. n. 30 da Nona Turma/Terceira Seção a partir de 13 de abril de 2023. Num primeiro momento, foi realizado um mutirão para triagem dos processos e identificação das respectivas matérias, com utilização da ferramenta - etiquetas do PJe. Com o objetivo de otimizar a produção de minutas, foram montadas equipes para atuação por núcleos de temas, com estipulação de metas a depender da complexidade da matéria e da forma de trabalho (presencial ou teletrabalho). Um dos servidores ficou responsável por cuidar do fluxo de entrada de processos no gabinete e elaboração de minutas de despachos e decisões terminativas. Tendo em vista que a equipe estava há muitos anos em acervo de outra competência, foram necessárias várias adaptações, tanto na elaboração das minutas, com estudo das novas matérias, quanto no processamento dos feitos, em razão das diferentes práticas e regras das atuais subsecretarias em comparação com as anteriores. O trabalho é organizado conforme os cronogramas de julgamentos da Nona Turma e da Terceira Seção, sendo que o controle dos processos é feito pela chefia/assessoria por meio de planilhas em Excel. O gabinete busca incluir nas pautas tanto processos com prioridade legal e/ou mais antigos quanto feitos de matérias que possuem maior volume de distribuição, com o escopo de dar a necessária atenção às prioridades e metas e, concomitantemente, garantir a produtividade para fins de redução do acervo.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Quando o gabinete toma conhecimento da afetação de algum Tema, com determinação de sobrestamento, providencia a identificação dos respectivos processos para cumprimento da determinação por meio de decisão da Relatora. É feita a indicação do Tema por ocasião do envio dos autos à secretaria com utilização de ferramenta própria no PJe. Recentemente, foi criado novo fluxo de processos sobrestados no PJe, de maneira que tanto os gabinetes quanto as secretarias conseguem visualizá-los, o que facilita o controle dos feitos sobrestados. Quando o gabinete toma conhecimento do

Julgamento dos Temas afetados, solicita à secretaria o envio dos feitos relacionados para elaboração de minuta de decisão monocrática ou inclusão em pauta, conforme o caso.

5.3 Boas práticas e inovações

Assim que o Tribunal, há alguns anos, disponibilizou a plataforma Microsoft Teams, o gabinete passou a utilizá-la, tanto para comunicação e divulgação de orientações, quanto para criação de acervo de modelos de minutas, com o objetivo de uniformização e otimização dos trabalhos. A utilização da plataforma tem se mostrado bastante eficaz, sendo que conseguimos manter a equipe informada em tempo real, integrando as pessoas que estão em trabalho presencial e, também, as que estão em teletrabalho.

5.4 Dificuldades

Nos últimos anos, o gabinete tem trabalhado na maior parte do tempo sem o quadro de servidores completo, sendo que, quando a equipe ainda estava na Segunda Turma, já havia cedido duas vagas em razão da criação de novo gabinete na Primeira Seção. Atualmente, integram a equipe 12 servidores, sendo que um em licença-médica desde fevereiro do presente ano. Ademais, a equipe trabalhava há muitos anos em processos de competência da Primeira Seção, e com a mudança para a Terceira Seção, estão todos em fase de adaptação.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores em regime de teletrabalho no setor observa os limites estabelecidos na Resolução n. 481 do CNJ. As metas de produtividade estabelecidas nos planos de teletrabalho também observam as Resoluções do CNJ, sendo superiores às dos servidores do setor que executam a mesma atividade nas dependências do órgão. Em acréscimo, informo que em razão da mudança de matéria que a equipe passou em abril do corrente ano, as metas estão sendo ajustadas para as novas necessidades de produção, observando também o tempo necessário à adaptação dos servidores à nova competência de julgamento.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Conforme informações recebidas do setor de conciliação do Tribunal, nos feitos de matéria previdenciária são realizados trabalhos por projetos, de maneira que, em cada projeto iniciado, o INSS aponta os processos nos quais tem interesse em tentativa de conciliação. Após, o setor de conciliação entra em contato com os respectivos gabinetes para fazer a solicitação dos autos. Desde que a equipe foi designada para

atuar na Nona Turma/Terceira Seção, não foi recebida nenhuma solicitação de envio de processos para conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5022987-66.2018.4.03.9999	10/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
5023057-83.2018.4.03.9999	10/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão de extinção do feito sem resolução do mérito.		
5024219-16.2018.4.03.9999	12/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5004547-24.2018.4.03.6183	1º/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
5000332-18.2018.4.03.6114	20/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
5006634-93.2018.4.03.6104	31/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5002816-42.2018.4.03.6102	2/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5026936-98.2018.4.03.9999	20/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5033261-89.2018.4.03.9999	28/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
5042092-29.2018.4.03.9999	7/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
5058378-82.2018.4.03.9999	9/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Recurso de apelação julgado em 16/8/2023. Acórdão publicado em 23/8/2023.		
5061245-48.2018.4.03.9999	16/10/2018	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito levado a julgamento na Nona Turma na sessão realizada no dia 30/8/2023.		
5066478-26.2018.4.03.9999	8/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
5066670-56.2018.4.03.9999	9/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5065092-58.2018.4.03.9999	29/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0003063-35.2013.4.03.6183	3/8/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
0026496-61.2016.4.03.9999	1º/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 27/9/2023.		
0000864-57.2016.4.03.6111	22/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0005535-09.2015.4.03.6128	30/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5000036-52.2021.4.03.6126	2/6/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5004799-30.2019.4.03.6106	22/6/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5189408-75.2020.4.03.9999	11/3/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
6217149-10.2019.4.03.9999	18/11/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5003729-44.2021.4.03.6126	25/1/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0007028-82.2014.4.03.9999	14/3/2014	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferido despacho para regularização de fase processual e determinando o retorno dos autos conclusos para julgamento do agravo interno.		
0007103-08.2010.4.03.6105	14/5/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 27/9/2023.		
0041556-11.2015.4.03.9999	5/11/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		
0008447-42.2014.4.03.6183	21/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0005380-64.2009.4.03.6112	3/10/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0009669-27.2010.4.03.6105	28/5/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0002899-20.2012.4.03.6114	4/4/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5012991-29.2022.4.03.0000	19/5/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferido despacho determinando a regularização processual e baixa no Sistema PJe.		
0008184-93.2003.4.03.6183	7/7/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferido despacho determinando a remessa dos autos à Vice-Presidência da Corte.		
5000873-55.2021.4.03.0000	22/1/2021	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão indeferindo a inicial.		
0006833-21.2009.4.03.6104	8/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0013853-83.2010.4.03.6183	27/7/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0015543-84.2009.4.03.6183	8/7/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
0024461-94.2017.4.03.9999	10/8/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferido despacho para regularização da representação processual, com determinação de retorno dos autos conclusos após o cumprimento para análise do agravo interno.		
0028540-31.2012.4.03.6301	18/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão determinando o sobrestamento do feito em razão do Tema 1209 do STF.		
0012193-71.2018.4.03.9999	27/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Nona Turma designada para o dia 11/10/2023.		
5000064-48.2018.4.03.6183	21/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferido despacho determinando o levantamento do sobrestamento e retorno dos autos conclusos após o cumprimento.		
5002664-22.2017.4.03.6104	7/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão determinando que o feito permaneça sobrestado em razão do Tema 1140 do STJ.		
5033116-18.2022.4.03.0000	8/12/2022	Petição Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Por decisão proferida em 12/1/2023 pelo então Relator, foi declinada da competência à Turma Recursal, ocorrendo a remessa pela Secretaria em 17/2/2023. Segundo informações do Sistema PJe, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão da Turma Recursal em 15/6/2023.		
5001243-49.2022.4.03.6127	17/3/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Por despacho proferido em 12/4/2023 pela então Relatora, foi determinada a redistribuição dos autos à Turma Recursal, ocorrendo a remessa pela Secretaria em 11/5/2023. Segundo informações do Sistema PJe, foi certificado o trânsito em julgado da decisão da Turma Recursal.		
5012911-31.2023.4.03.0000	16/5/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Feito incluído em pauta de julgamento da Terceira Seção designada para o dia 28/9/2023.		
0006163-04.2015.4.03.6126	12/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão julgando os embargos de declaração opostos pelo INSS.		
5011606-63.2018.4.03.6183	7/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão julgando os embargos de declaração opostos pela parte autora.		
5002331-54.2019.4.03.6119	18/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão determinando que o feito permaneça sobrestado em razão do Tema 1102 do STF.		
5020976-66.2018.4.03.6183	5/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão determinando que o feito permaneça sobrestado em razão do Tema 1102 do STF.		
5002446-94.2017.4.03.6103	3/9/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão determinando que o feito permaneça sobrestado em razão do Tema 1102 do STF.		
5024813-20.2019.4.03.0000	26/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos em análise para elaboração de minuta e inclusão em pauta de julgamento da Nona Turma.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 52 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0003063-35.2013.4.03.6183	0005535-09.2015.4.03.6128	0041556-11.2015.4.03.9999
0208933-24.1993.4.03.6104	5000332-18.2018.4.03.6114	5004547-24.2018.4.03.6183
5022987-66.2018.4.03.9999	5033261-89.2018.4.03.9999	5042092-29.2018.4.03.9999
5066670-56.2018.4.03.9999		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

5024813-20.2019.4.03.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada pela Desembargadora Federal Cristina Melo e pelos servidores Isabella de Freitas Sanchez Barbosa, Assessora, e Thiago Gomes Peixoto, Chefe de Gabinete.

Inicialmente, foi ressaltado que toda a equipe do gabinete é nova, tendo se iniciado a sua formação em 13/9/2023, com apenas 8 servidores, enquanto que a Desembargadora Federal Cristina Melo iniciou sua atuação em 20/9/2023. Hoje contam com 12 servidores, enquanto a força total de trabalho por gabinete, no TRF3, é de 14 servidores, após a recente ampliação.

Os servidores vieram de outros gabinetes e todos atuam na área-fim, sendo que uma servidora acumula funções administrativas. Apenas 2 servidores não são do quadro, e 2 servidores foram alocados na unidade na última semana. Salientou-se que nenhum dos servidores trabalhava com matéria previdenciária anteriormente, sendo que, nesse primeiro momento, estão ainda se familiarizando e se apropriando da matéria, com a construção de modelos e padronização de entendimentos.

Já tiveram duas sessões de julgamento, tendo sido levados cerca de 115 processos em cada sessão, estando, assim, na média da 9ª Turma.

Apontou-se a necessidade de especialização dos servidores, para que, em um momento posterior, possam ser constituídos núcleos por matéria específica, com um

servidor coordenando cada núcleo. Hoje, estão trabalhando com acervo aberto, até para que sejam identificados as afinidades e o perfil de cada servidor.

O acervo recebido foi de cerca de 6 mil processos, muitos antigos, misturados, com as classificações de matérias postas pelas equipes anteriores, de modo que foi necessária a realização de triagem para otimizar a produção das minutas. Mais à frente, pretendem fazer uma triagem mais fina, a fim de serem utilizados modelos nos casos cabíveis.

Atualmente, estão com foco no atendimento da Meta 2 do CNJ e nos processos selecionados pela inspeção que estavam pendentes de apreciação.

Relataram ter recebido muitos agravos internos, vez que a Turma adota o julgamento por meio de decisão terminativa em muitos casos, contando hoje com cerca de 200 agravos internos pendentes de julgamento; quanto aos embargos de declaração, são 100 relativos a decisões monocráticas e 90 opostos em relação a acórdãos da Turma.

Utilizam os relatórios gerenciais do Tribunal e o BI para controle dos processos, enquanto que o próprio gabinete acompanha o julgamento dos temas repetitivos e de repercussão geral, com auxílio das informações do Núcleo de Precedentes do TRF3.

Afirmaram que o gabinete possui muitos processos relativos a aposentadoria especial pendentes, que exigem uma análise mais detalhada quanto à questão probatória, sendo que, nesse primeiro momento, estão priorizando os processos de matérias em que já há precedente ou tema julgado, e também aqueles em que a análise de prova é facilitada (benefícios de incapacidade, LOAS, auxílio-reclusão), para poder dar um volume maior aos julgamentos, enquanto a equipe vai se familiarizando com a matéria previdenciária.

Informou-se que foi realizada a padronização dos consectários legais, a fim de otimizar a produção das minutas.

Foram tecidos elogios à atuação da Subsecretaria da 9ª Turma, quanto ao método de trabalho e ao controle dos processos retirados de pauta e adiados. São realizadas duas sessões por mês, sendo uma presencial e uma virtual, e o objetivo da equipe é julgar cerca de 150 processos por pauta, resultando em 300 processos por mês, de modo a retirar parcela do estoque todo mês, vez que a distribuição gira em torno de 200 processos mensais.

Por enquanto, todos os servidores trabalham presencialmente, o que reputam importante nesse período de integração e adaptação, sendo que, posteriormente, pretendem implantar também o trabalho remoto na unidade.

A unidade ainda não possui plano de gestão formal, mas há a pretensão de que seja elaborado.

Quanto à capacitação dos servidores, apontou-se que foram realizados alguns cursos por vídeo e que seria de interesse da unidade que fossem ofertados cursos sobre a matéria previdenciária e também sobre a elaboração de ementas.

Pretendem reduzir o acervo até o próximo ano, mantendo o número de processos julgados superior ao número de processos distribuídos.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 7.079 para 7.644).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.694 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.644.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 125, na última inspeção, para 263, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 25 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 9ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Cumprir as metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO NILSON LOPES

JFC Denilson Branco a partir de 21/10/2023

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Juiz Federal Convocado Nilson Lopes

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

9ª Turma/3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Convocação a partir de 3/2/2022 para atuar no GAB32

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Paula Alessandra Motta Molinari - Chefe de Gabinete; Mariana Maria Telles - Assessora

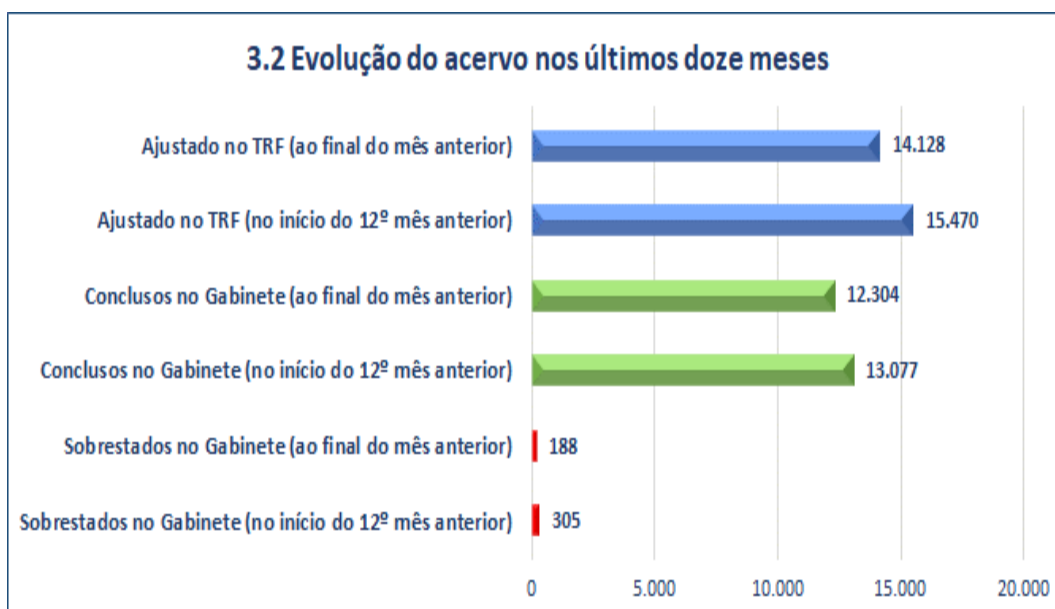
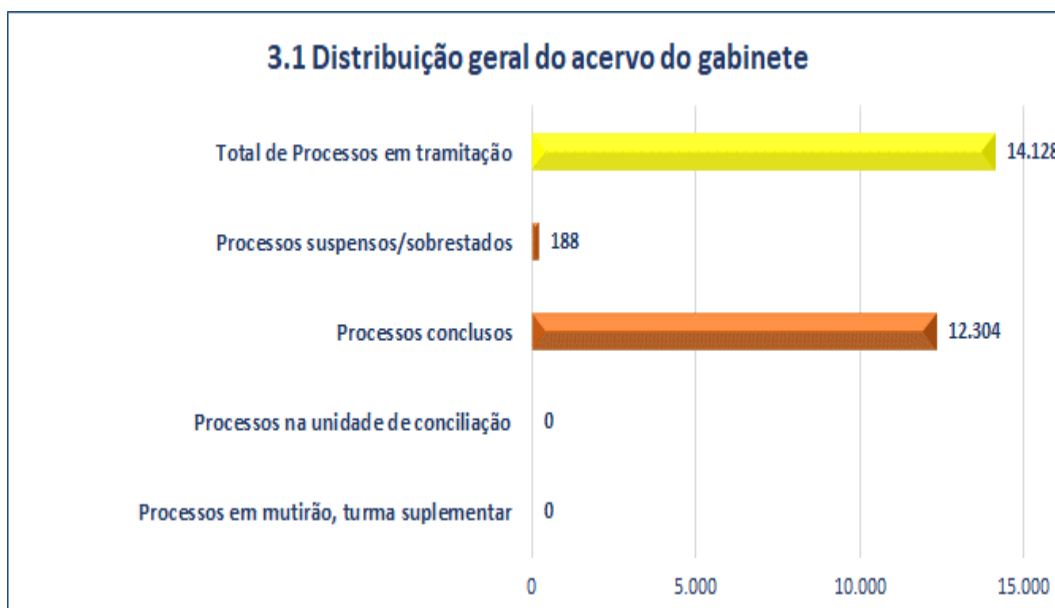
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	18 lotados, mais 1 servidor prestando serviços
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	9

3. DADOS ESTATÍSTICOS

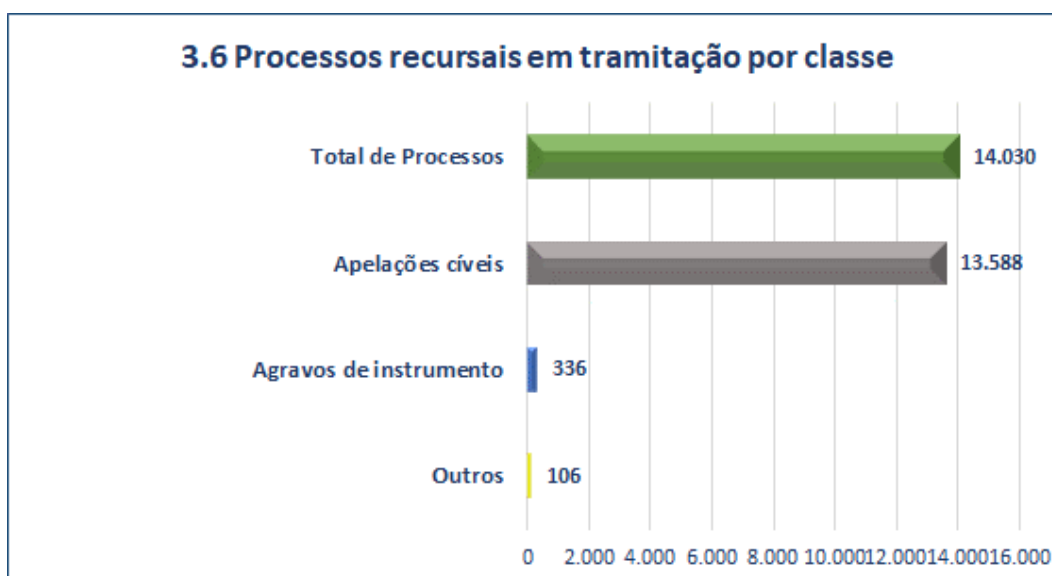


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	98
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	1
Ações rescisórias	67
Outros	23

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	14.030
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.829
Outros	12.200

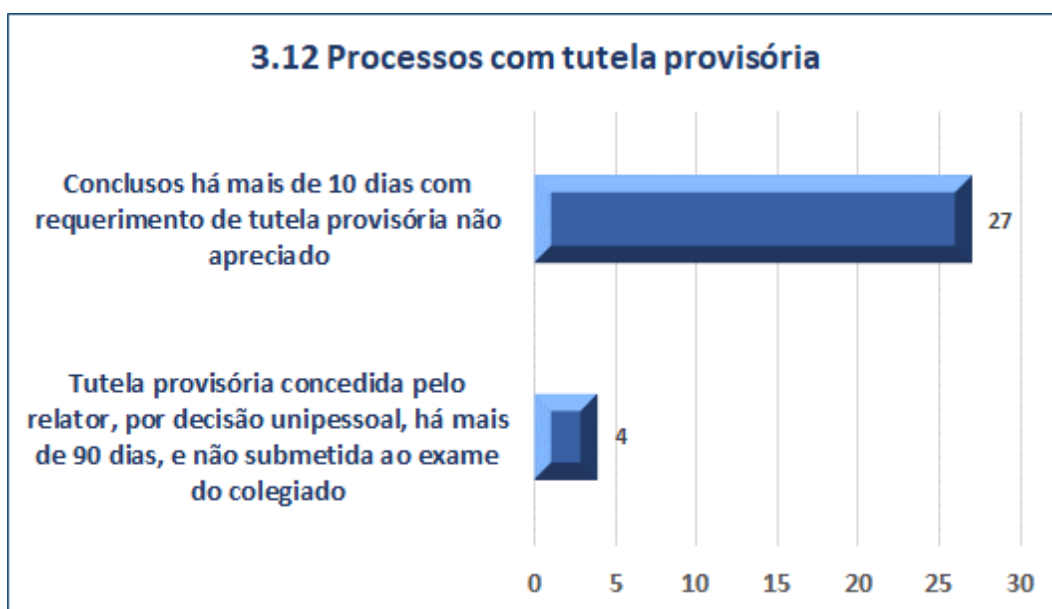
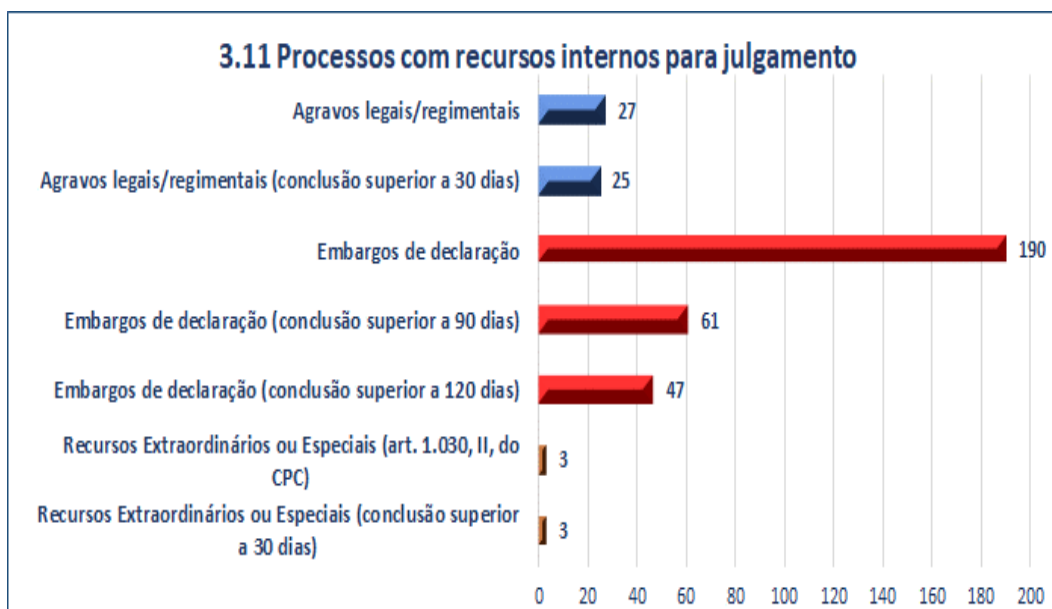


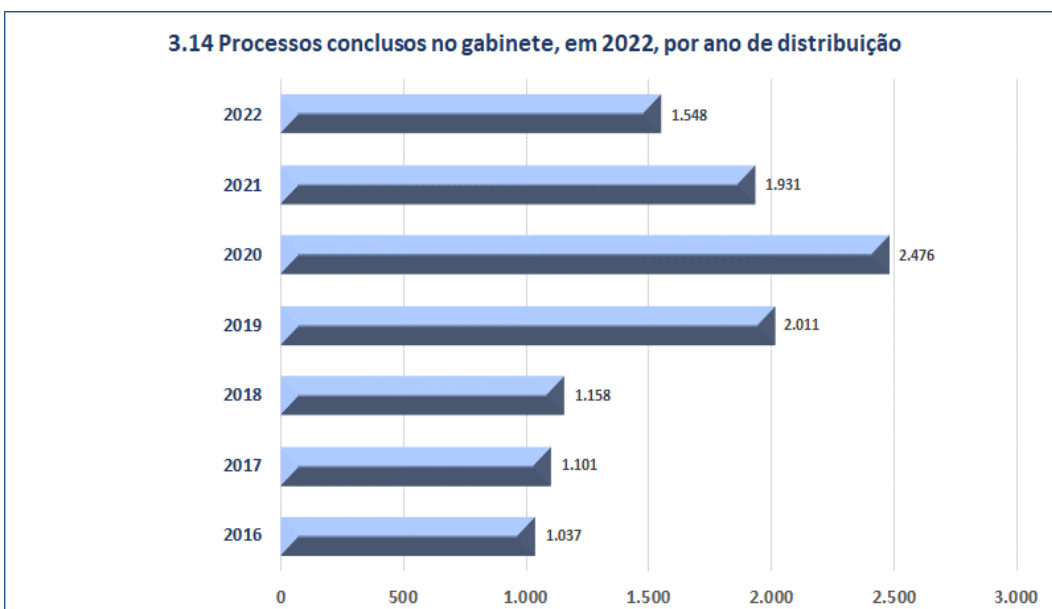
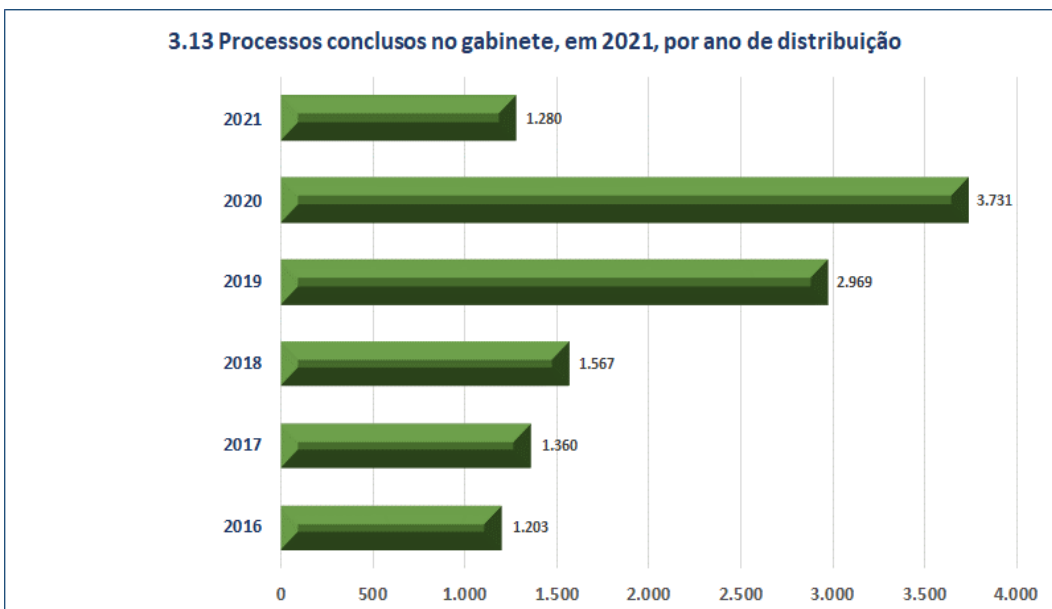
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas corpus	não se aplica
Revisões criminais	não se aplica
Outros	não se aplica

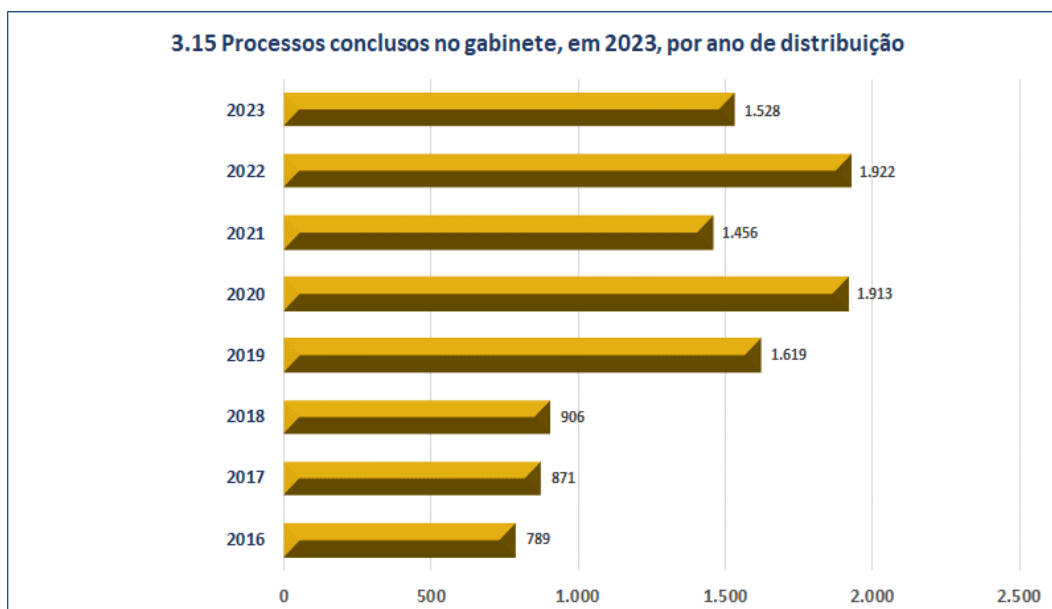
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	não se aplica
Apelações	não se aplica
Recursos em sentido estrito	não se aplica
Recursos em habeas corpus	não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	não se aplica
Outros	não se aplica

3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	não se aplica
Apelações	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas corpus	não se aplica

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

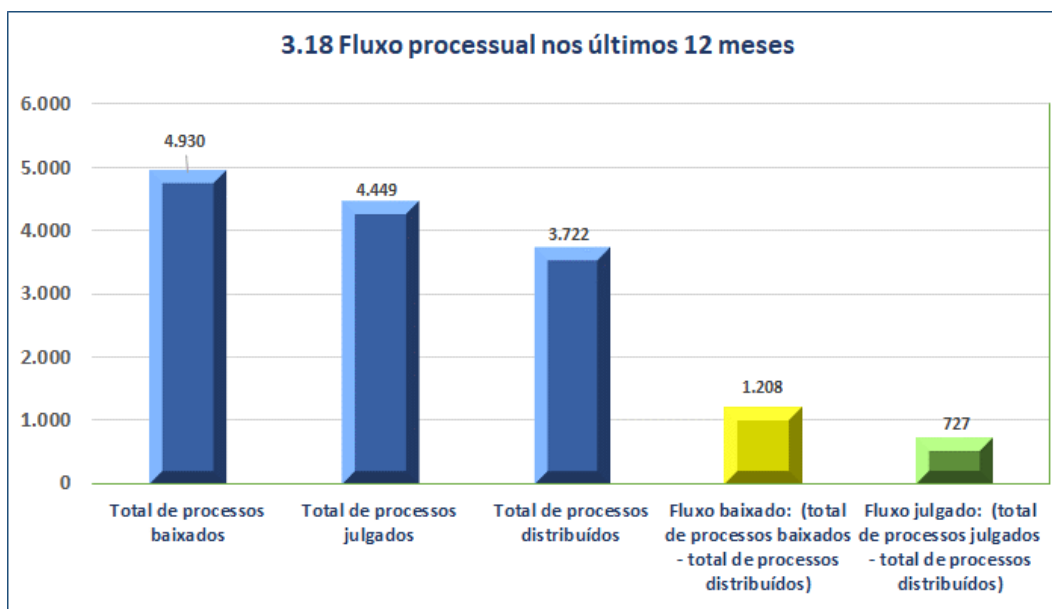




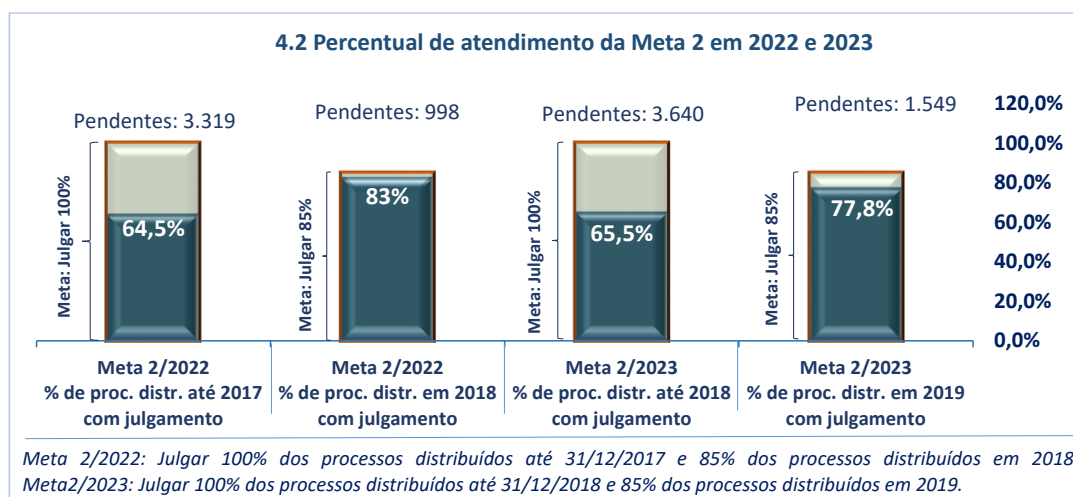
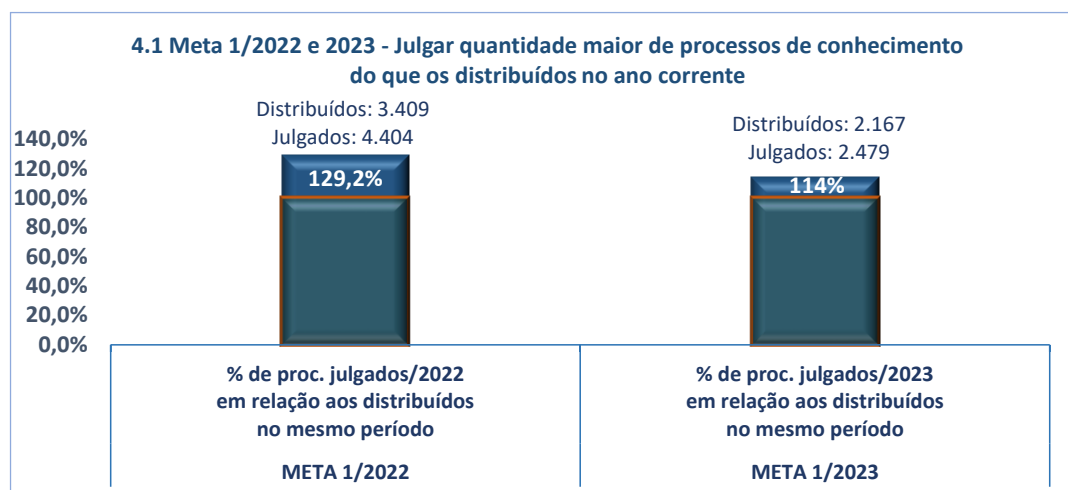


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	2
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	2
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

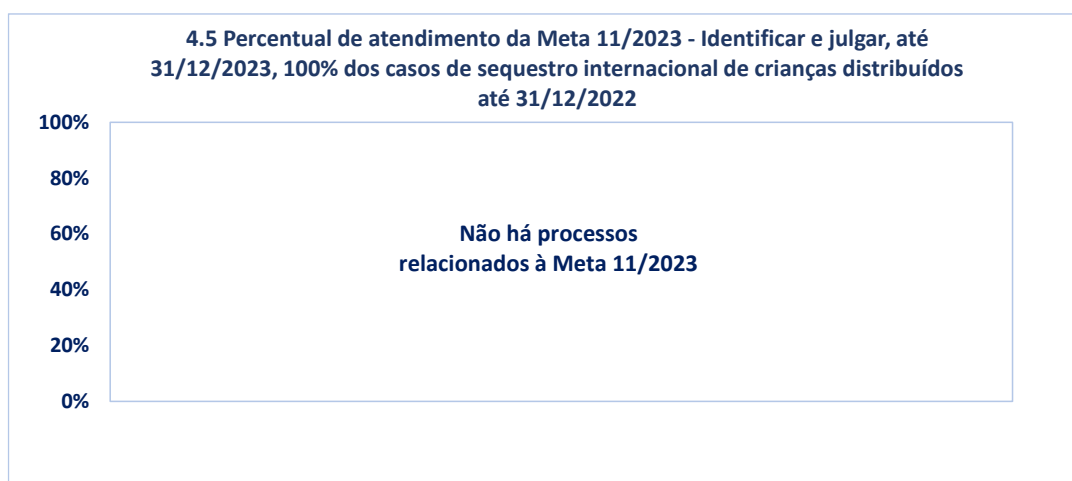


4.3 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	não se aplica
Taxa de congestionamento no ano anterior	não se aplica
Taxa de congestionamento no ano corrente	não se aplica

4.4 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O plano de gestão do gabinete tem como principal objetivo o atendimento das metas estabelecidas pelo CNJ e internamente, bem como a redução do acervo processual. A distribuição das atividades foi estabelecida no plano de gestão e é avaliada mensalmente de acordo com as demandas surgidas no gabinete, sempre visando o aumento da produtividade. Os processos de trabalho 'Julgamento Apelação e Remessa Oficial' e 'Julgamento Ação Rescisória' foram mapeados e publicados (SEI 0014389-55.2022.4.03.8000).

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos sobrestados são etiquetados, despachados e aguardavam o levantamento em secretaria, que nos encaminhava o relatório para controle de acordo com a classificação dos temas. A partir do mês anterior os feitos sobrestados passaram a ser visualizados em tarefas do gabinete e não apenas da secretaria, o que facilitou não só a atualização da triagem, mas também o controle e consulta aos feitos.

5.3 Boas práticas e inovações

A maior parte do acervo versa sobre benefícios de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição/especial, sendo que muitos processos possuem data de conclusão antiga. Foi elaborada uma tabela (Excel) por antiguidade numérica, que se encontra disponibilizada na plataforma Teams, com visualização para os servidores responsáveis por minutar as decisões da matéria (atualmente 5), para que os feitos mais antigos que constam do acervo fossem julgados o mais brevemente possível. O resultado foi favorável, com diminuição do acervo das metas e a integração da equipe, que costuma esclarecer as dúvidas mais frequentes com a chefia e com o magistrado, além de trocar dados para facilitar a triagem e padronizar entendimentos e modelos. O próprio magistrado participou do mutirão de tempo de serviço.

5.4 Dificuldades

Tendo em vista o elevado número de processos do acervo, há diversas frentes de pedidos de prioridade: demanda de atendimento de diversos telefonemas e o recebimento de e-mails diariamente, esses últimos em torno de 10 (dez) por dia, bem como expedientes administrativos com representações por excesso de prazo recebidas na Presidência do Tribunal, do CJF e da Ouvidoria. Os processos referentes a tais pedidos são identificados e etiquetados, buscando-se o julgamento de pronto, se possível. Todavia, a alteração da ordem de prioridade afeta o planejamento da produtividade a longo prazo.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores e a meta de produtividade foram observados, conforme os planos de trabalho encaminhados e aprovados nos termos da Resolução n. 481/CNJ e Resolução n. 530 da Presidência desta Corte.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Atualmente não há em andamento nenhum projeto que englobe matéria previdenciária no Setor de Conciliação do Tribunal mas, em caso de pedido das partes, ou havendo

eventual mutirão, os feitos são encaminhados ao setor responsável para as providências cabíveis.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001302-71.2016.4.03.9999	29/4/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
5001335-61.2016.4.03.9999	2/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5001530-46.2016.4.03.9999	20/6/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5001833-60.2016.4.03.9999	21/7/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5000252-73.2017.4.03.9999	10/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5001642-78.2017.4.03.9999	5/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5000007-77.2017.4.03.6114	8/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5002074-97.2017.4.03.9999	9/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5002440-39.2017.4.03.9999	13/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5002650-90.2017.4.03.9999	24/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
5003715-23.2017.4.03.9999	6/12/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5000413-11.2017.4.03.6143	22/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5000226-05.2017.4.03.6110	22/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5000076-94.2017.4.03.6119	29/11/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
5000455-98.2018.4.03.9999	29/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5001554-55.2017.4.03.6114	10/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
5001851-71.2017.4.03.6111	12/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5002811-79.2017.4.03.6126	15/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5001322-91.2018.4.03.9999	26/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5004363-24.2017.4.03.6112	31/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5000014-44.2018.4.03.6111	16/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
5003030-79.2018.4.03.9999	2/5/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5002329-23.2018.4.03.6183	19/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
5001837-26.2018.4.03.6120	28/1/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
0000003-86.2012.4.03.6119	5/8/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho para vista ao Ministério Público Federal por ser o autor pessoa incapaz, representado por curadora, em 31/8/2023.		
0025501-87.2012.4.03.9999	2/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho determinando o sobrestamento do feito em 31/8/2023 (Tema 1209 STF).		
0004064-87.2012.4.03.9999	13/2/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0027220-31.2017.4.03.9999	1º/9/2017	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0003511-29.2010.4.03.6113	7/5/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 31/8/2023.		
0028175-67.2014.4.03.9999	1º/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		

0009436-78.2011.4.03.6110	30/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
0006367-55.2013.4.03.6114	22/8/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0004824-04.2013.4.03.6183	26/8/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 1º/9/2023.		
0035264-44.2014.4.03.9999	25/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0009355-34.2013.4.03.9999	4/4/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0002297-66.2011.4.03.6113	3/9/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 31/8/2023.		
0038796-94.2012.4.03.9999	28/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0025369-30.2012.4.03.9999	2/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0042948-88.2012.4.03.9999	25/10/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0021085-13.2011.4.03.9999	31/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática em 31/8/2023.		
0030890-87.2011.4.03.9999	28/7/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0045763-53.2015.4.03.9999	4/12/2015	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado em sessão da 9ª Turma, em 30/8/2023.		
0035547-96.2016.4.03.9999	18/10/2016	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
5004309-81.2019.4.03.6114	2/6/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0038983-39.2011.4.03.9999	26/9/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0004276-05.2003.4.03.6126	23/6/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para 27/9/2023.		
0002630-68.2009.4.03.9999	29/1/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0002858-90.2007.4.03.6126	22/8/2008	Apelação Cível

Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5011230-60.2022.4.03.0000	2/5/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 31/8/2023.		
0011285-52.2002.4.03.6126	28/4/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 27/9/2023.		
5016250-32.2022.4.03.0000	21/6/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 31/8/2023.		
0004838-32.2006.4.03.6183	9/12/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para 27/9/2023.		
0043161-65.2010.4.03.9999	17/11/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
0006259-57.2006.4.03.6183	18/10/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
0001707-37.2012.4.03.9999	20/1/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
0005775-94.2011.4.03.6109	17/1/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
0005166-37.2008.4.03.6103	31/10/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho de mero expediente em 6/9/2023.		
0009655-59.2014.4.03.6119	25/9/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5013268-62.2018.4.03.6183	2/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em sessão da 9ª Turma em 24/8/2023.		
5031822-28.2022.4.03.0000	25/11/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 31/8/2023.		
5000115-08.2023.4.03.0000	5/1/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Ação rescisória julgada em 27/2/2023, com trânsito em julgado em 5/4/2023.		
5022559-69.2022.4.03.0000	22/8/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		

0002593-67.2014.4.03.6183	19/5/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho de sobrestamento do feito, em 6/9/2023, até o julgamento do Tema 1.102/STF.		
0005496-50.2007.4.03.6109	26/4/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0010515-41.2006.4.03.9999	10/4/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para 27/9/2023.		
0000004-27.2019.4.03.9999	7/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		
5001772-13.2018.4.03.6126	1º/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 6/9/2023.		
0028323-10.2016.4.03.9999	13/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento da 9ª Turma, em sessão a ser realizada em 11/10/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 68 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada pelo Juiz Federal convocado Nilson Lopes e pelas servidoras Paula Alessandra Motta Molinari, Chefe de Gabinete, e Mariana Maria Telles, Assessora.

Inicialmente, foi destacado que a atual equipe está lotada na unidade há 18 meses, coincidindo com o período de convocação do Juiz Federal Nilson Lopes. Receberam um enorme acervo, o maior do TRF3, com cerca de 14 mil processos, e vêm tentando reduzi-lo, o que resultou em uma produtividade de cerca de 6.518 atos proferidos no último ano, uma das maiores do Tribunal (média de 500 processos julgados por mês, 250 por voto e 250 por decisão monocrática, sendo que nestes últimos a taxa de recorribilidade por agravo interno é de aproximadamente 25%). Nesse ponto, ressaltou-se que conseguiram zerar os agravos recebidos (cerca de 400) e os processos de competência da 3ª Seção.

Apesar dos esforços envidados, destacaram a antiguidade do acervo, com cerca de 80% dos processos relativos a aposentadoria por tempo de serviço, que demandam uma análise mais detalhada. Afirmaram quase não ter recebido processos de incapacidade, trabalhador rural, auxílio-reclusão e LOAS, só os de distribuição regular. Apontou-se que há muitos processos em que se faz necessária habilitação dos

herdeiros, o que gera um maior atraso na tramitação, muitas vezes resultando, inclusive, na extinção do feito, quando nenhum herdeiro é localizado.

Também foi ressaltada a grande quantidade de pedidos de preferência, o que também decorre da antiguidade e do volume do acervo, chegando a serem recebidos, só por e-mail, cerca de 8-10 pedidos por dia, fora os que são encaminhados por telefone, ouvidoria ou reclamação no CNJ, sendo tais reclamações atendidas independentemente da antiguidade do processo. A assessora Mariana controla os pedidos de preferência, dando o devido encaminhamento.

Também foi salientado que foi necessário um trabalho de mapeamento do acervo, para identificar os processos mais antigos, sendo que havia muitos processos que voltaram da Vice-Presidência para readequação misturados com os que estavam aguardando primeiro julgamento. Elaboraram um passo a passo dos procedimentos diversos que tramitam na unidade, para facilitar o processamento dos feitos. A unidade tem plano de gestão não formalizado.

A equipe atual é formada por 14 servidores, todos trabalhando na área-fim, em regime de teletrabalho parcial, em sistema de rodízio, comparecendo de forma presencial 2 ou 3 vezes por semana. Em razão da ampliação do tribunal e novo limite de servidores por unidade, perderam 2 servidores e uma prestadora de serviço, que havia sido designada ao gabinete para auxiliar na redução do acervo. A equipe é antiga e já estão juntos atuando em matéria previdenciária há bastante tempo, sendo os assuntos divididos entre eles conforme a aptidão e preferência de cada um (por benefício). No entanto, havendo necessidade, todos são chamados a colaborar em qualquer assunto, vez que todos têm familiaridade com a matéria previdenciária como um todo.

Há meta individual de produtividade, sendo diferenciada por tipo de benefício, variando de 15 a 18 processos por semana. As tutelas de urgência são apreciadas por cada núcleo, a depender do benefício, e há uma servidora específica na elaboração dos agravos de instrumento. Ainda integrando a equipe, há 3 estagiários, que também elaboram minutas menos complexas.

São realizadas 2 ou 3 sessões de julgamento mensais, alternando as sessões virtuais e as presenciais. Para gestão do acervo, utilizam as ferramentas do próprio PJe, com as etiquetas por matéria e individuais de cada servidor, após atribuição. Dessa forma, eventuais recursos internos, como agravos legais e embargos de declaração, retornam para serem minutados pelo próprio servidor que minutou o ato recorrido.

A triagem dos processos é feita diariamente, para não gerar acúmulo. A chefia adota a comunicação via grupo de whatsapp, inclusive para alertar sobre as datas de inclusão dos feitos em pauta de julgamento. Os processos conclusos são pautados em razão da antiguidade combinada com a análise de processos mais recentes. A unidade adota a elaboração de modelos para as minutas de assuntos já conhecidos, sendo que,

surgindo novos assuntos, são levados ao Desembargador para fixar a orientação a ser seguida.

A unidade procura cumprir as recomendações das inspeções e implementar as ideias que lhe são colocadas, cabendo à chefe de gabinete e à assessora esse acompanhamento.

Atualmente, estão focando nos processos mais antigos, levando em conta também a data de conclusão e os pedidos de preferência, e em julgar mais do que a distribuição.

Por fim, salientou-se que as dificuldades enfrentadas pelo gabinete, em relação ao volumoso acervo, são decorrentes das mudanças de Magistrados responsáveis pelo acervo ao longo dos anos. Destacou-se o comprometimento da equipe atual, que obteve redução do acervo nos últimos 18 meses. Não se mostraram favoráveis à realização de mutirão para aumento da produção, porque pode gerar entendimentos divergentes dos adotados pela 9ª Turma, tendo sido utilizado amplamente o julgamento por decisão monocrática, sempre considerando o entendimento da Turma, tendo sido ressaltado que, com a experiência e dedicação da equipe, será possível atualizar o trabalho em um prazo de 2 anos.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 13.438 para 12.304).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 13.077 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 12.304.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 156, na última inspeção, para 190, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 43 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 9ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo bastante superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as metas do CNJ.
- b) Incrementar o trabalho que já vem sendo feito no sentido de diminuir o acervo da unidade.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FONSECA GONÇALVES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 4 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Insta salientar que o gabinete inspecionado foi instalado em 11/9/2023, tendo recebido, de uma só vez, 5.484 processos por redistribuição, oriundos dos outros gabinetes integrantes da 9ª Turma, com muitos feitos que já se encontravam com tramitação retardada, e que vem buscando regularizar o andamento desses, bem como manter a normal tramitação dos novos processos que lhe são distribuídos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

5000426-45.2021.4.03.6183	5000756-92.2020.4.03.6113
---------------------------	---------------------------

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Fonseca Gonçalves e pelas servidoras Sandra Aparecida Thieful Cruz da Fonseca, Assessora do Juiz, e Elaine Chizzolini, Chefe de Gabinete.

Inicialmente, foi ressaltado que toda a equipe do gabinete é nova, tendo se iniciado a sua formação em 11/9/2023, enquanto que a posse do Desembargador Federal Fonseca Gonçalves ocorreu em 18/9/2023. Hoje contam com 10 servidores, enquanto a força total de trabalho por gabinete, no TRF3, é de 14, após a recente ampliação.

Dos 10 servidores atuais, 2 vieram com o Magistrado da primeira instância, 3 foram relocados de outros gabinetes do TRF3 e 5 são novos servidores, recém-empossados. Todos atuam na área-fim, sendo que os novos servidores ainda estão em fase de treinamento, pois não haviam tido contato com o processo judicial e o PJe. Assim, nesse primeiro momento, ainda estão se familiarizando e se apropriando da matéria previdenciária e com o próprio sistema de processamento eletrônico.

A triagem inicial foi realizada pelo assunto cadastrado no próprio PJe, que possui uma classificação mais geral, tendo sido identificados no sistema com etiquetas próprias para cada tipo de benefício. Também foram inseridas etiquetas nos processos em que há participação obrigatória do MPF e naqueles de interesse de idosos. Como medida inicial, também foram identificados os processos relativos à revisão da vida toda (Tema 1102 do STF), tendo sido determinado o sobrestamento de 635 processos.

Foram recebidos 5.484 processos por redistribuição dos demais gabinetes integrantes da 9ª Turma, sendo que mais da metade deles (cerca de 2.650) são relacionados a pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição, por tempo de serviço e especial, que demandam uma análise mais criteriosa, tendo sido, por isso, destinados aos 3 servidores que já eram do tribunal e estavam habituados à matéria previdenciária.

Os novos servidores ficaram responsáveis pelos processos de: 1) amparo social; 2) benefícios por incapacidade; 3) aposentadoria por idade, rural e híbrida; e 4) salário-maternidade, pensão por morte e auxílio reclusão. Ainda, um dos servidores novos faz a triagem inicial e as minutas de sobrestamento. A Chefe de gabinete é responsável pelos agravos de instrumento e pela conferência da pauta de julgamento da 9ª Turma, enquanto que a Assessora do Juiz analisa a pauta da 3ª Seção e prepara as minutas dos processos de competência desse colegiado, além de estar dedicada à instalação do gabinete. Já a assessora jurídica prepara minutas de votos em todas as matérias e faz a conferência de todos os votos minutados pelos novos servidores, corrigindo-os quando necessário. Após correção, os votos são direcionados para aprovação do Desembargador, para posterior lançamento no banco de modelos da unidade.

Por enquanto, não foi adotada qualquer meta de produtividade na equipe, pois ainda estão em período de adaptação.

Dois dos servidores trabalham em regime parcial de teletrabalho, comparecendo presencialmente à unidade em alguns dias da semana, enquanto uma exerce suas atribuições em teletrabalho integral. Os novos servidores não atuam em teletrabalho.

Pretendem elaborar plano de gestão no futuro, quando estiverem mais familiarizados com o trabalho e com a rotina dos procedimentos.

Os novos servidores apenas realizaram um treinamento do PJe, não tendo participado de cursos específicos ou de treinamento sobre a matéria previdenciária. Ainda estão buscando completar a equipe com servidores que já tenham familiaridade com a matéria.

A expectativa atual da unidade é finalizar a triagem dos processos, com a identificação dos processos de meta, ao tempo em que avaliam a produtividade e afinidade dos servidores com as matérias, para, até o final do ano, poderem elaborar um planejamento para o exercício de 2024.

4. OBSERVAÇÕES

O gabinete inspecionado foi instalado em 11/9/2023, de modo que não há dados comparativos de inspeção anterior.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 36 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 9ª Turma, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

5. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 2.
- b) Cumprir as metas do CNJ.

GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Baptista Pereira

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Órgão Especial, 3ª Seção e 10ª Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 3/8/2009

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Douglas de Almeida Cedro - Chefe de Gabinete

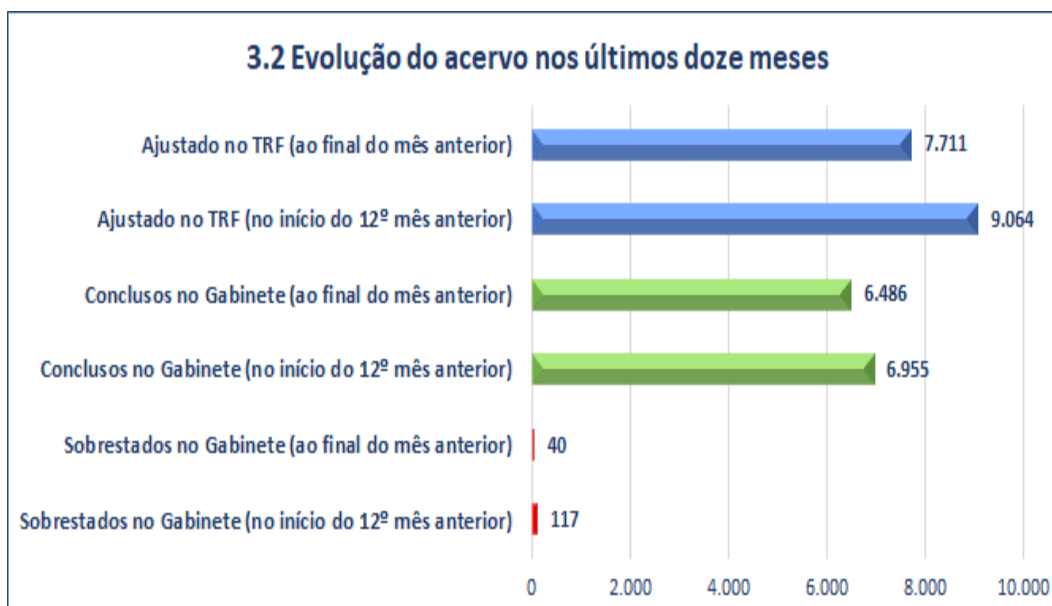
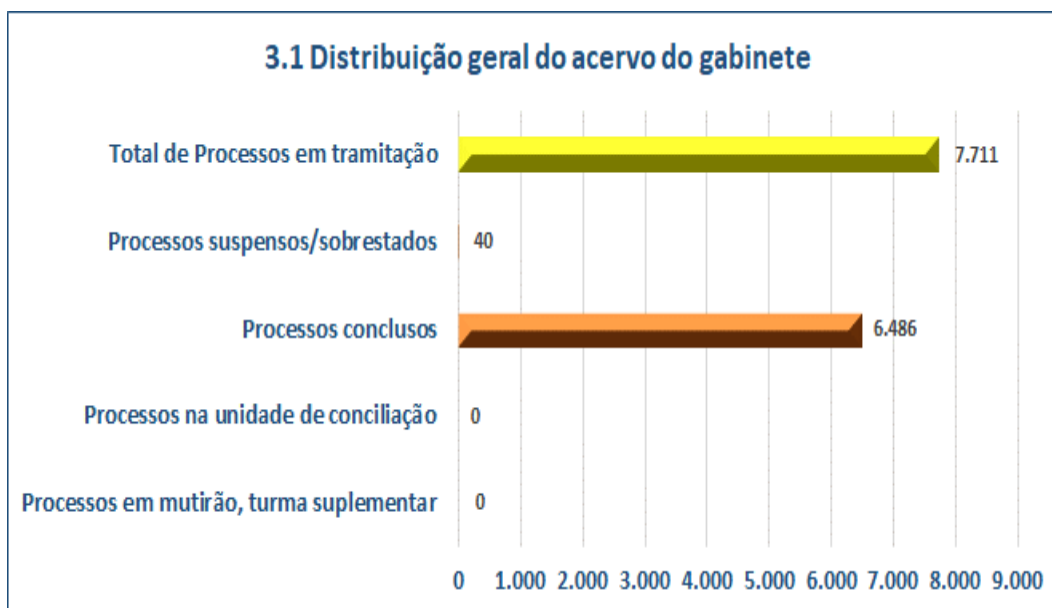
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4
FC-3	7
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

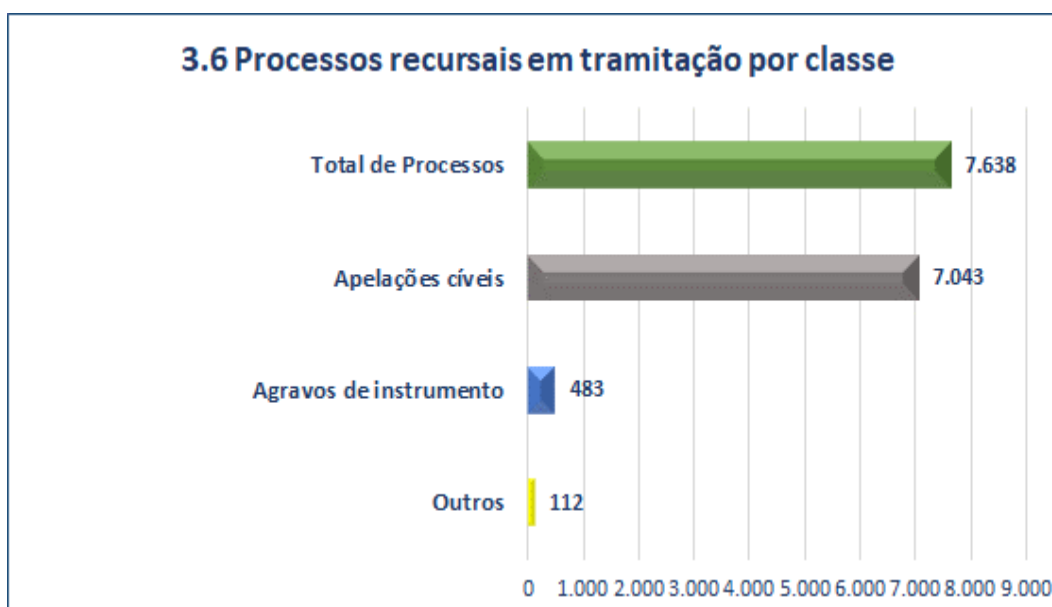


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não aplicável

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	71
Mandados de segurança	5
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	17
Reclamações	0
Ações rescisórias	46
Outros	2

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.638
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.752
Outros	5.885

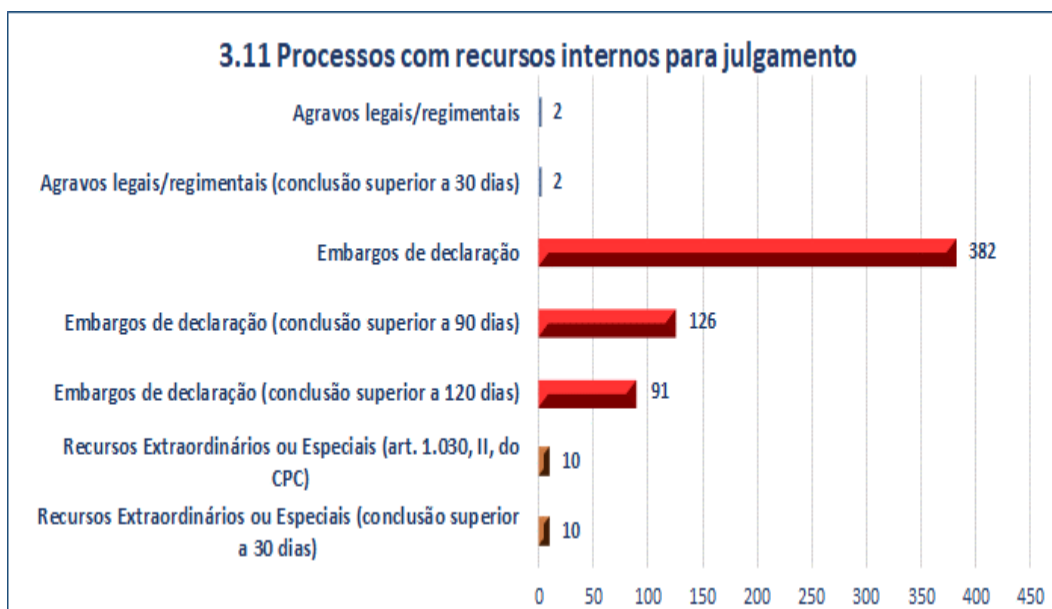


3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	1

3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas Corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

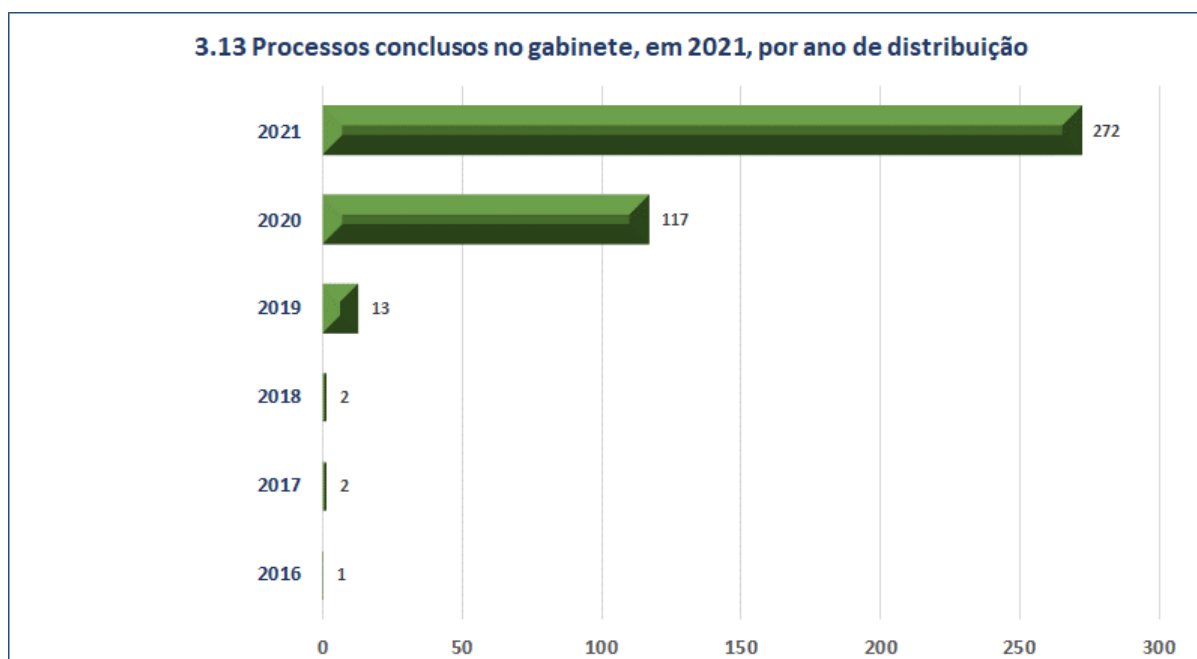
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

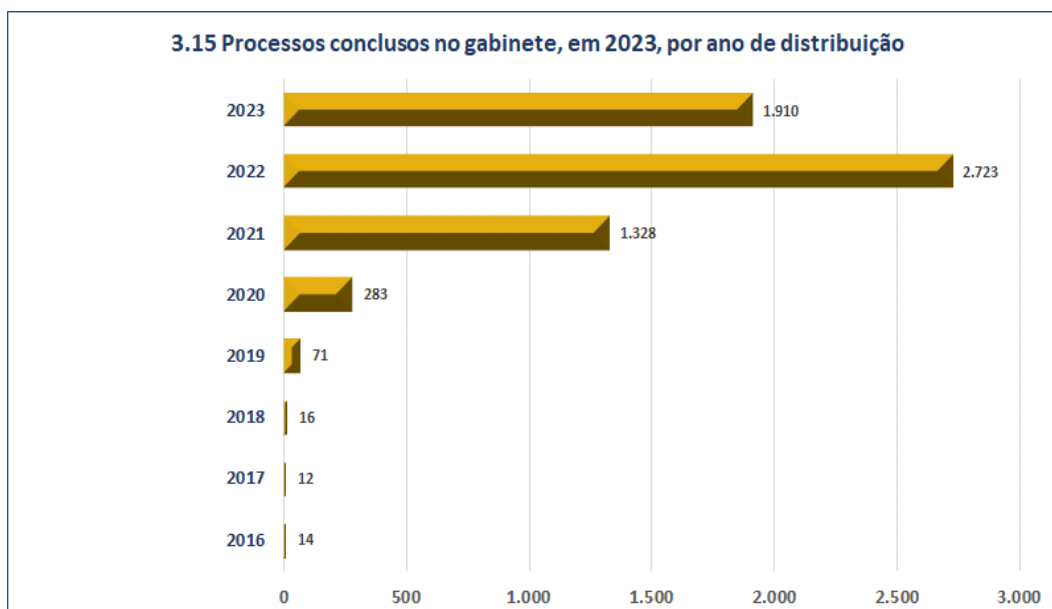
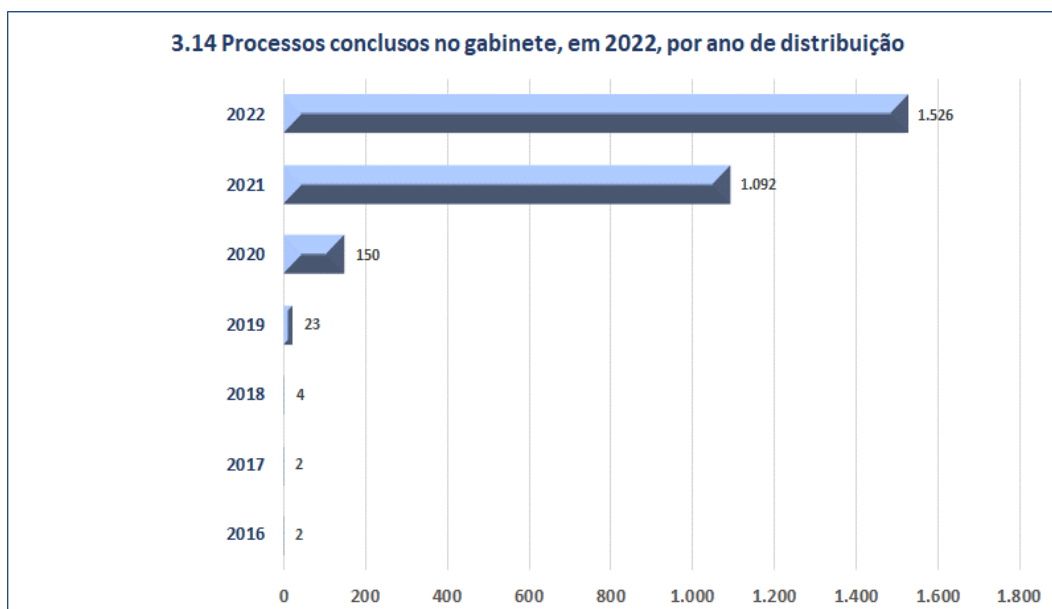
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por arguição de inconstitucionalidade	0
Por recurso especial	0
Por recurso extraordinário	0



3.12 Processos com tutela provisória

Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	53
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	0

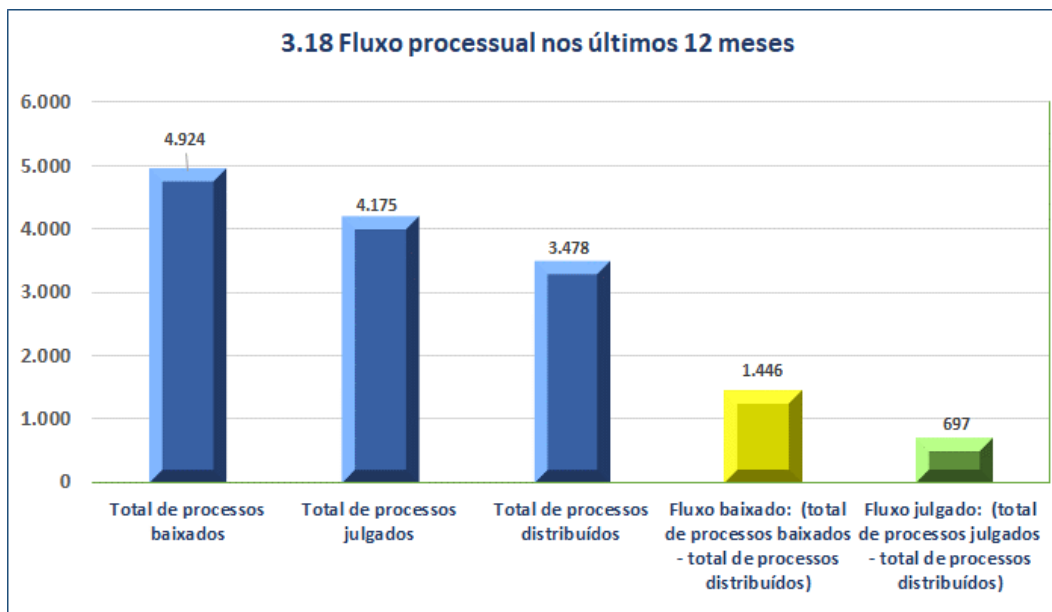




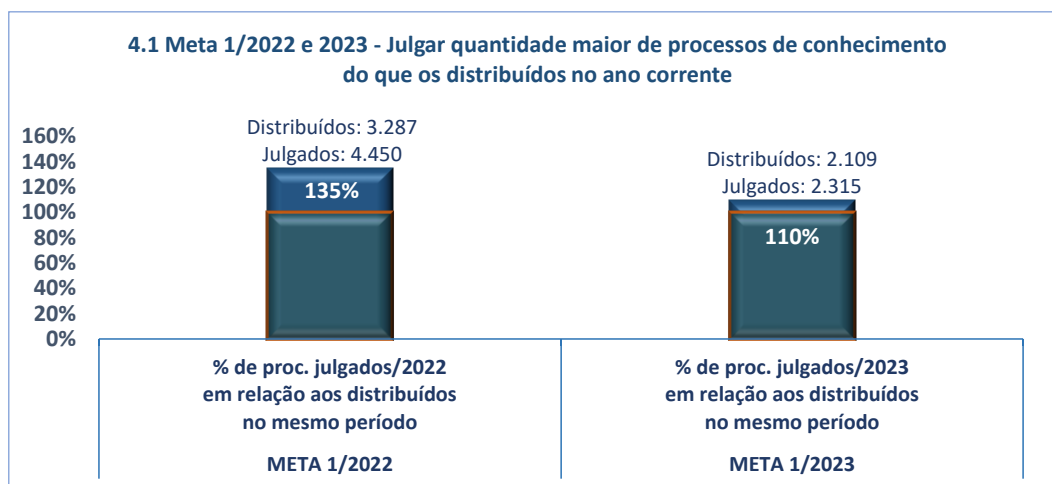
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	2
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	2
Remetidos para declaração de voto	0

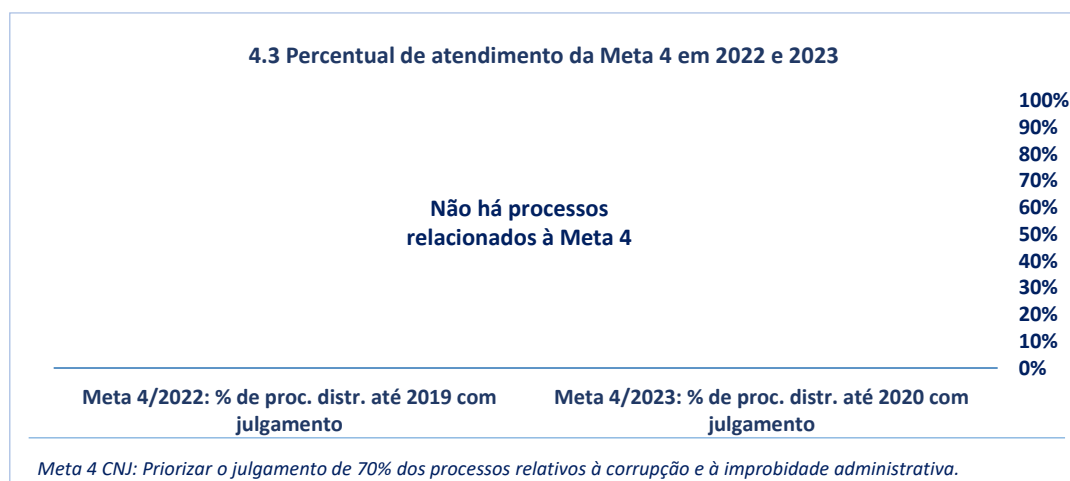
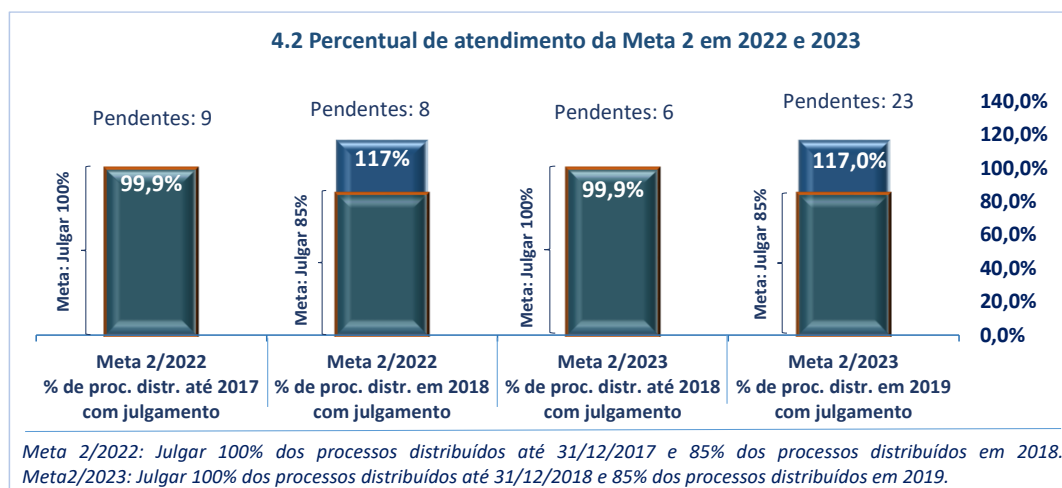
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0

Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	3
Recebidos para declaração de voto	0

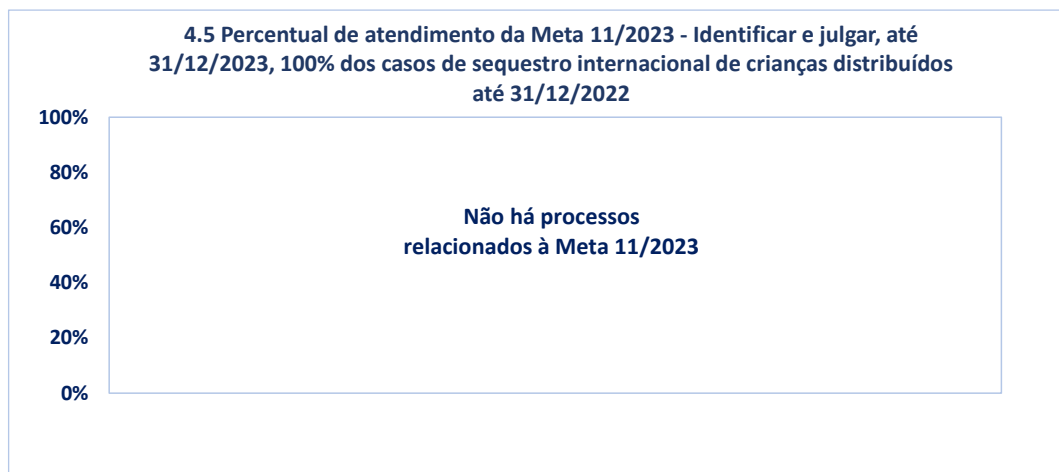


4. METAS





4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Não informado
Taxa de congestionamento no ano anterior	Não informado
Taxa de congestionamento no ano corrente	Não informado



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Todos os servidores têm como atividade a análise e minuta de decisões judiciais. A triagem dos feitos identifica por meio de etiquetas no PJe a matéria objeto de recurso, a ordem de antiguidade de conclusão e a fase processual (1º ou 2º julgamento). O planejamento é anual, com reavaliação sempre que necessário, de acordo com as seguintes diretrizes: redução de acervo e tempo de processamento e balanceamento dos julgamentos por assunto de acordo com o volume de distribuição. Os servidores são especializados por matéria, desenvolvendo trabalho em 2 ou 3 tipos de benefícios de modo a facilitar o remanejamento de força de trabalho quando necessário.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O sobrestamento é realizado em Subsecretaria com a identificação de sua motivação.

5.3 Boas práticas e inovações

Destaca-se o teletrabalho, que apresentou incremento da produtividade dos servidores que trabalham em casa, além de significativa melhora no clima organizacional e de satisfação da equipe.

5.4 Dificuldades

Não verificamos nesse período de inspeção a ocorrência de dificuldades que não aquelas cotidianas já previstas.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores, nos termos da Resolução CNJ n. 481, é observado diariamente, com controle de produtividade global mensal e individual diário.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O procedimento de conciliação é realizado pelo respectivo núcleo antes mesmo da conclusão inicial ao gabinete. Todavia, sempre que há proposta de conciliação apresentada nos autos o respectivo feito é encaminhado.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5006521-96.2018.4.03.6183	7/1/2019	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
5228020-19.2019.4.03.9999	15/2/2019	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
5003209-49.2017.4.03.6183	17/3/2019	Apelação Cível
Proferida decisão monocrática homologatória de pedido de desistência do recurso.		
5508258-41.2019.4.03.9999	12/4/2019	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
5578974-93.2019.4.03.9999	29/4/2019	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0001456-72.2009.4.03.6103	16/9/2019	Apelação Cível
Processo com determinação de baixa dos autos à vara de origem tendo em vista a inexistência de recurso pendente de julgamento nesta Corte tendo em vista tratar-se de execução suspensa por força da oposição de embargos à execução.		
6083873-77.2019.4.03.9999	18/10/2019	Apelação Cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 24/10/23.		
5000120-11.2020.4.03.9999	17/1/2020	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
0000924-03.2002.4.03.6117	11/11/2019	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0010321-39.2013.4.03.6105	14/5/2019	Apelação Cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 10/10/23.		

0028431-39.2016.4.03.9999	27/7/2018	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5148846-24.2020.4.03.9999	30/1/2020	Apelação Cível
Recurso julgado na sessão do dia 9/8/2023.		
5003606-04.2020.4.03.9999	11/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 24/10/23.		
5005226-51.2020.4.03.9999	29/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo não se encontra em termos para julgamento tendo em vista a necessidade de verificação de prevenção em consulta formulada ao Desembargador Federal Ali Mazloum, pendente de resposta até o momento.		
0026759-59.2017.4.03.9999	29/8/2017	Apelação Cível
Proferida decisão, em sede de juízo de retratação, mantendo o acórdão impugnado com devolução dos autos à Vice-Presidência para juízo de admissibilidade do Recurso Especial interposto.		
5008663-10.2017.4.03.6183	7/10/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0006482-34.2011.4.03.6183	15/9/2016	Apelação Cível
Proferida decisão monocrática, em sede de juízo de retratação, determinando o retorno dos autos à Vice-Presidência para juízo de admissibilidade do recurso especial.		
5350902-46.2020.4.03.9999	5/11/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0003294-07.2006.4.03.9999	3/8/2017	Apelação Cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 24/10/23.		
5364884-30.2020.4.03.9999	26/11/2020	Remessa Necessária Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
5001056-16.2019.4.03.6137	3/11/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5035645-20.2021.4.03.9999	19/2/2021	Remessa Necessária Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
0000603-20.2015.4.03.6114	08/03/2021	Remessa Necessária Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5000969-67.2016.4.03.6104	22/3/2018	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5057986-40.2021.4.03.9999	26/3/2021	Remessa Necessária Cível
Processo suspenso em razão da notícia de óbito da parte autora. Encontra-se em fase de habilitação de herdeiros.		

5100090-47.2021.4.03.9999	27/5/2021	Remessa Necessária Cível
Recurso julgado na sessão do dia 23/8/2023.		
5109121-91.2021.4.03.9999	10/6/2021	Remessa Necessária Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5112433-75.2021.4.03.9999	16/6/2021	Remessa Necessária Cível
Recurso julgado na sessão do dia 29/8/2023.		
5114385-89.2021.4.03.9999	20/6/2021	Remessa Necessária Cível
Recurso julgado na sessão do dia 9/8/2023.		
5117545-25.2021.4.03.9999	25/6/2021	Remessa Necessária Cível
Recurso julgado na sessão do dia 9/8/2023.		
5122619-60.2021.4.03.9999	5/7/2021	Remessa Necessária Cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26/9/2023.		
5007483-56.2017.4.03.6183	21/2/2018	Apelação Cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 24/10/23.		
0003771-78.2016.4.03.9999	11/2/2016	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
0038122-14.2015.4.03.9999	13/10/2015	Apelação/Remessa Necessária
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
0039322-27.2013.4.03.9999	18/11/2013	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
0029622-56.2015.4.03.9999	29/7/2015	Apelação Cível
Processo encontra-se em fase de restauração de autos em razão de incêndio ocorrido nas dependências do arquivo geral deste Tribunal, onde se encontravam os autos físicos, sobrestados após juízo de admissibilidade de Recurso Especial.		
0006633-10.2005.4.03.6183	18/12/2013	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0000168-57.2003.4.03.6117	14/12/2012	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0015908-41.2009.4.03.6183	27/9/2010	Apelação Cível
Proferida decisão monocrática, em sede de juízo de retratação, mantendo o acórdão impugnado e determinando o retorno dos autos à Vice Presidência para juízo de admissibilidade de recurso especial.		
0015333-26.2012.4.03.9999	3/5/2012	Apelação/Remessa Necessária

Processo encontra-se em fase de restauração de autos em razão de incêndio ocorrido nas dependências do arquivo geral deste Tribunal, onde se encontravam os autos físicos, sobrestados após juízo de admissibilidade de Recurso Especial.		
0005002-82.2012.4.03.9999	24/2/2012	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0028296-03.2011.4.03.9999	12/7/2011	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0000424-31.2007.4.03.6126	26/11/2009	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 24/10/23.		
0005346-52.2006.4.03.6126	11/3/2009	Apelação Cível
Processo suspenso em razão da notícia de óbito da parte autora. Encontra-se em fase de habilitação dos herdeiros.		
0006448-93.2010.4.03.6183	20/10/2015	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
5014307-77.2022.4.03.0000	1º/6/2022	Conflito de competência cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 11/10/2023.		
0022388-85.2012.4.03.6100	26/3/2013	Mandado de Segurança Cível
Processo julgado na sessão realizada em 30/8/2023.		
5012024-81.2022.4.03.0000	10/5/2022	Conflito de competência cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 27/9/2023.		
0014533-32.2011.4.03.9999	18/4/2011	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
0033717-03.2013.4.03.9999	3/10/2013	Apelação Cível
Processo não se encontra em termos para julgamento eis que fora selecionado para redistribuição a novo gabinete em 11/9/23 (expansão do TRF3).		
5032722-11.2022.4.03.0000	5/12/2022	Mandado de Segurança Cível
Processo redistribuído à Turma Recursal por se tratar de competência originária do Juizado Especial Federal.		
5003360-39.2019.4.03.6120	19/10/2020	Remessa Necessária Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
0000219-35.2007.4.03.6115	26/12/2017	Apelação Criminal
Processo não integra o acervo deste Gabinete, mas sim da 11ª Turma, sob relatoria do Desembargador Federal Fausto de Sanctis.		
5025517-28.2022.4.03.0000	20/9/2022	Conflito de competência cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 11/10/2023.		
5006130-90.2023.4.03.0000	9/3/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 24/10/23.		
5007445-56.2023.4.03.0000	21/3/2023	Conflito de competência cível
Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 11/10/2023.		
0003301-49.2016.4.03.6183	23/10/2019	Apelação/Remessa Necessária
Processo suspenso em razão da notícia de óbito da parte autora. Aguarda habilitação dos herdeiros.		
5266364-35.2020.4.03.9999	6/6/2020	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
6157559-05.2019.4.03.9999	4/11/2019	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5166224-90.2020.4.03.9999	18/2/2020	Apelação Cível
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		
5017741-45.2020.4.03.0000	1º/7/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído em pauta de julgamento na sessão de 24/10/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 50 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0010321-39.2013.4.03.6105	5508258-41.2019.4.03.9999
---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, nos dias 18/10/2023 e 23/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Baptista Pereira e pelos servidores Douglas de Almeida Cedro, Chefe de Gabinete, e Aparecida Marie Saito, Assessora do Juiz.

Inicialmente foi informado que o gabinete conta com 14 servidores, todos atuando na área-fim, sendo que 2 servidores atuam em regime de teletrabalho integral, e os demais participam de rodízio de modo a atender ao percentual mínimo exigido em trabalho presencial. A divisão do trabalho é feita de acordo com os tipos de benefícios, de modo que os servidores já são especializados em cada matéria. Apontou-se, porém, que mesmo diante dessa divisão, se há acúmulo em determinado assunto, é feito um remanejamento de modo a sanar o problema.

Um servidor fica responsável pela análise e processamento dos agravos de instrumento, enquanto uma servidora tem por atribuição a análise dos embargos de declaração e dos agravos internos. Destacou-se que não há muitos agravos internos, vez que a orientação da unidade é dar preferência ao julgamento colegiado dos feitos.

Não há estagiários no gabinete, por opção da unidade, sendo que o ideal seria terem um ou dois servidores a mais, para que pudessem ter um servidor responsável por cada tipo de benefício. Apontou-se que a equipe é boa e já experiente, mas que ainda está retomando a performance de antes da pandemia, que debilitou alguns dos servidores da unidade.

Ressaltou-se que os processos em maior quantidade no gabinete são os de aposentadoria por tempo de contribuição e os de benefício de incapacidade, bem como que o acervo não é tão antigo, vez que sempre procuram trabalhar com os processos conforme a sua antiguidade.

Na administração dos processos conclusos, informou-se que é feita, na triagem inicial, a identificação dos processos por tese e por mês/ano de conclusão, de modo a observar a ordem de antiguidade dos feitos de acordo com a primeira conclusão. Nesse ponto, salientou-se que o foco da unidade é julgar os processos em menos de 2 anos a contar da primeira conclusão.

Não fazem análise comparativa com os demais gabinetes da 10ª Turma, sendo o alvo da unidade julgar mais processos do que aqueles que lhe são distribuídos.

A unidade procura cumprir as recomendações das inspeções e implementar as ideias que lhe são colocadas, cabendo à chefia de gabinete esse acompanhamento. Informaram que vêm sendo cumpridas as metas do CNJ.

Como sugestão, apontaram a possibilidade de descentralização das demandas relativas ao PJe, pois a concentração do desenvolvimento de funcionalidades no CNJ dificulta a rapidez nas repostas. A descentralização otimizaria o funcionamento e a automatização de tarefas no sistema.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (7.193 para 6.486).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.955 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.486.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 298, na última inspeção, para 382, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 10ª Turma, equivale a 12 meses.

Trata-se de indicador que merece destaque sendo levemente superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Cumprir as metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Sérgio Nascimento

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Décima Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde maio/2023

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Carla Sisinno - Rf 1340 - Chefe de Gabinete

2.2 Quadro de Pessoal

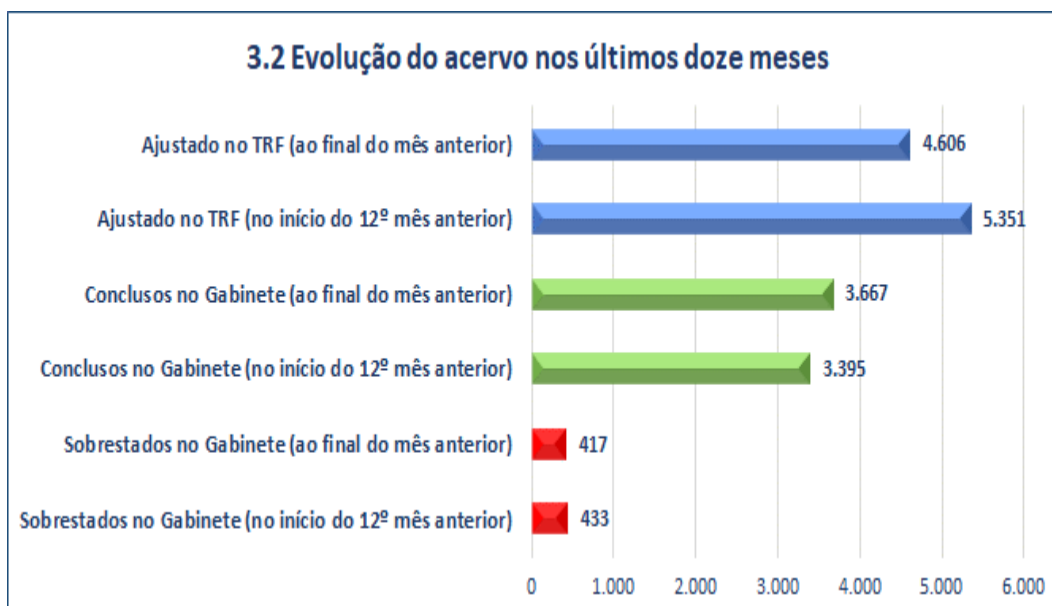
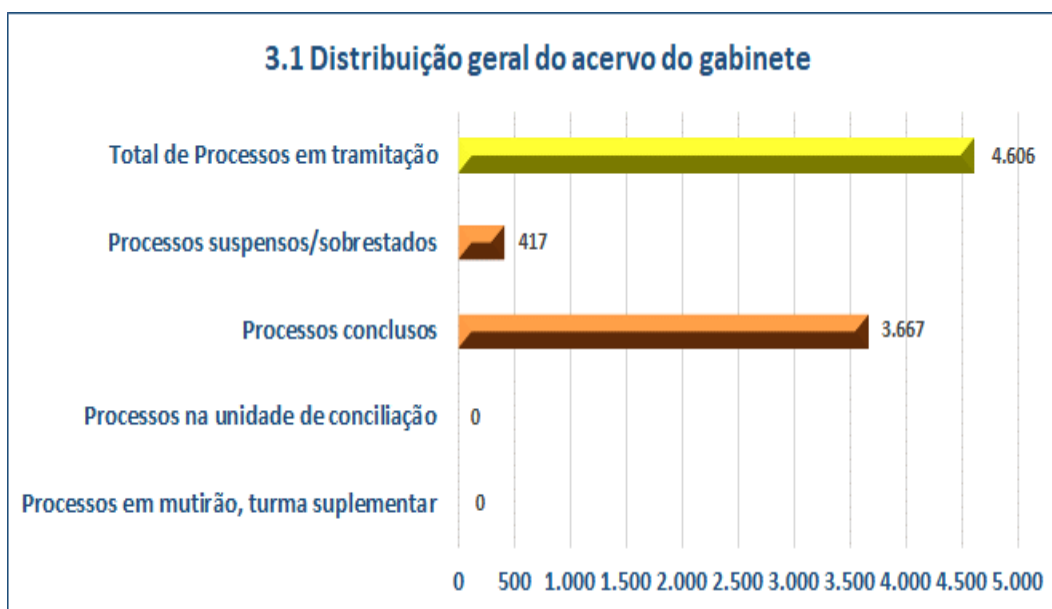
Servidores efetivos	(Total:16): Raul Correia de Almeida Cesar Junior - Sidney Dias dos Santos - Carla Sisinno - Olavo Felicio Ferragonio - Marcia Boer - Mirela Sartorato Jorge - Juliana Carmesim de Oliveira Bueno - Carolina Nudelman Hess Douek - Gisele Motta Revito - Claudia Alves Grangeiro Pereira - Mayra Mitie Yano - Luis Renato Coelho Oliveira - Ana Carolina Chehin Batista - Priscila Elchemer Santiago - Antonio Hebling Chiardelli e Claudinei Dantas de Souza
Estagiários	Michele Marta Martins e Thiago Araújo Ferreira de Souza
Servidores sem vínculo	Não se aplica

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Raul Correa de Almeida Cesar Junior - RF 460
CJ-2	Carla Sisinno - RF 1340
CJ-1	Sidney Dias dos Santos - RF 2823

FC-4	Mirela Sartorato Jorge - Carolina Nudelman Hess Douek - Luis Renato Coelho Oliveira - Juliana Carmesim de Oliveira Bueno
FC-3	Olavo Felício Ferragonio - Marcia Boer - Gisele Motta Revito - Claudia Alves Grangeiro Pereira - Ana Carolina Chehin Batista - Priscila Elchemer Santiago - Mayra Mitie Yano (licença gestante)

3. DADOS ESTATÍSTICOS



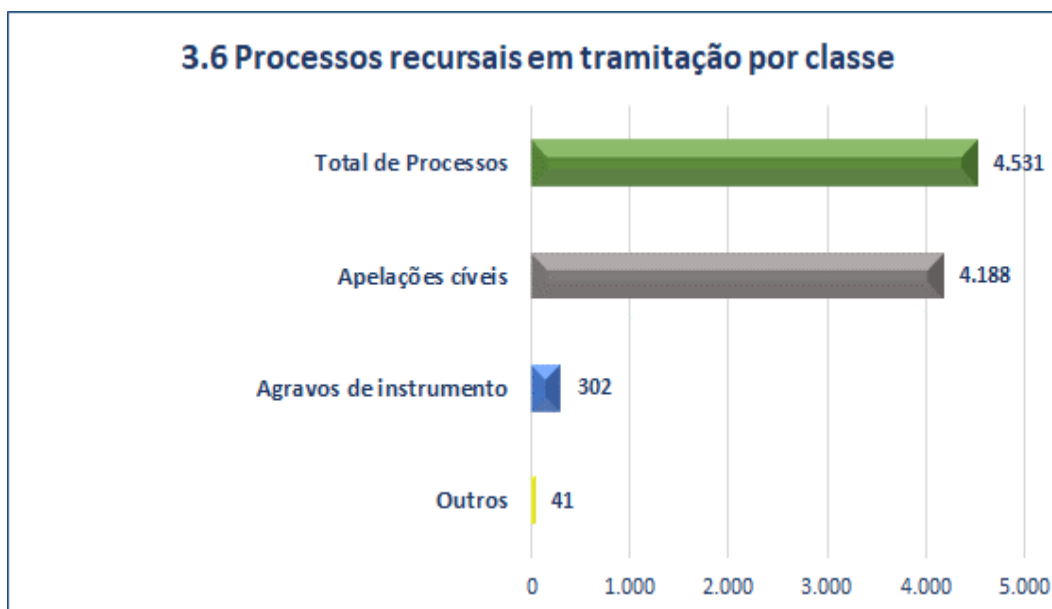
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
---	-----

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
--	---------------

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	75
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	0
Ações rescisórias	59
Outros	10

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.531
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.137
Outros	3.394



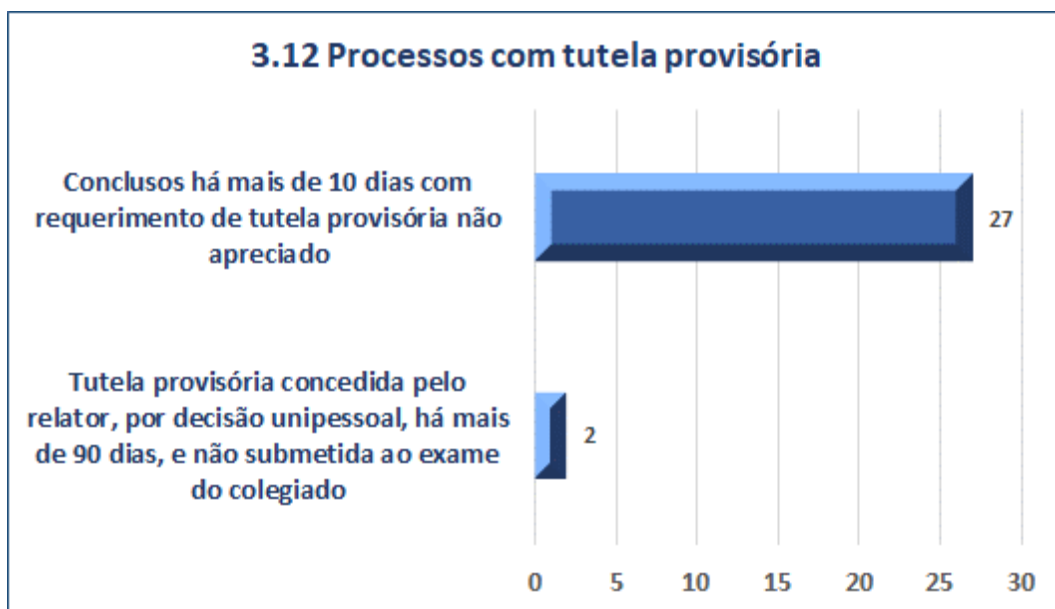
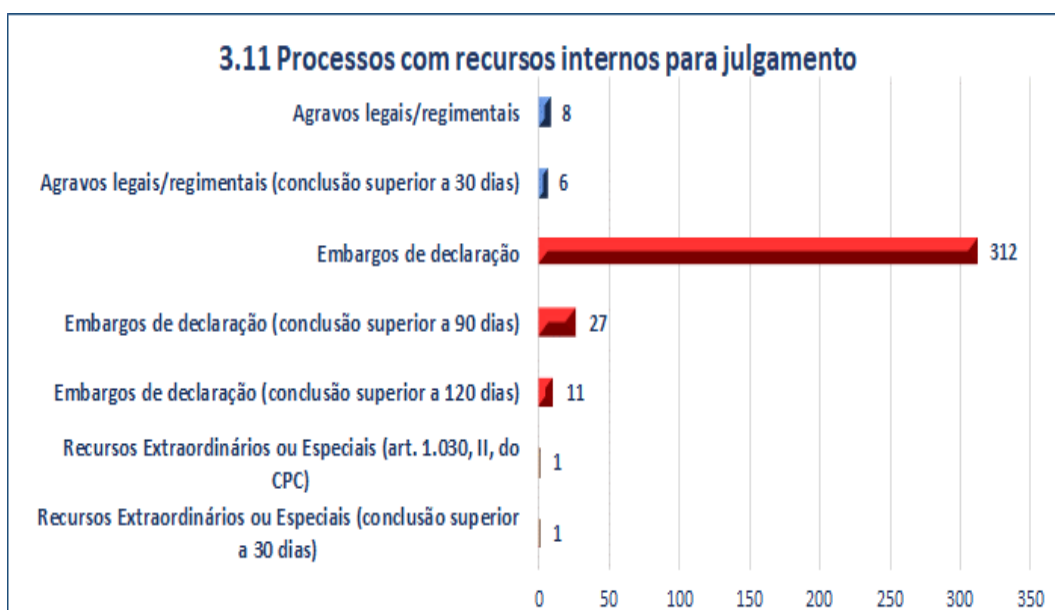
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

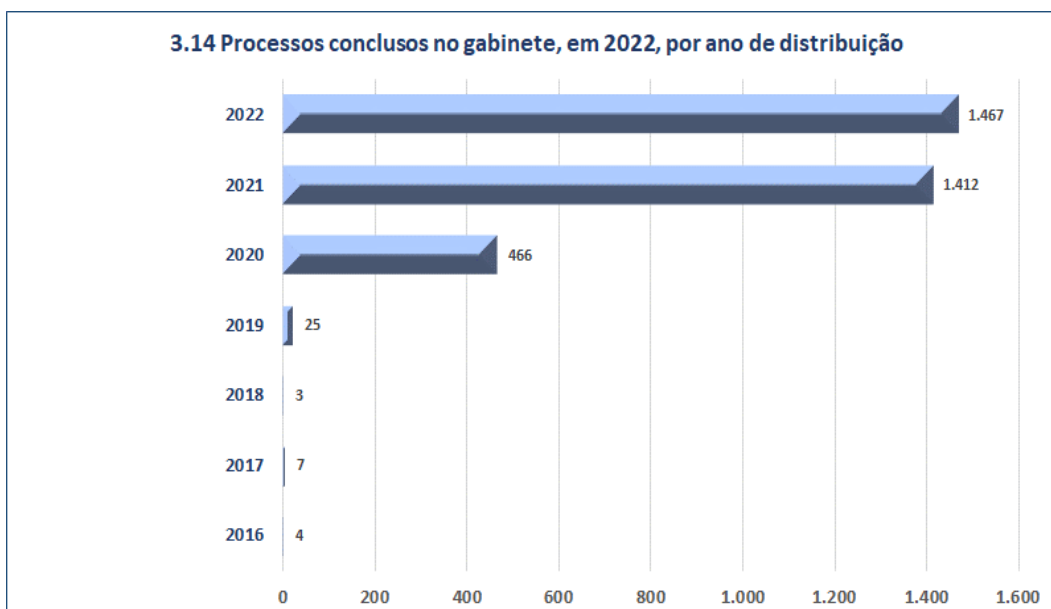
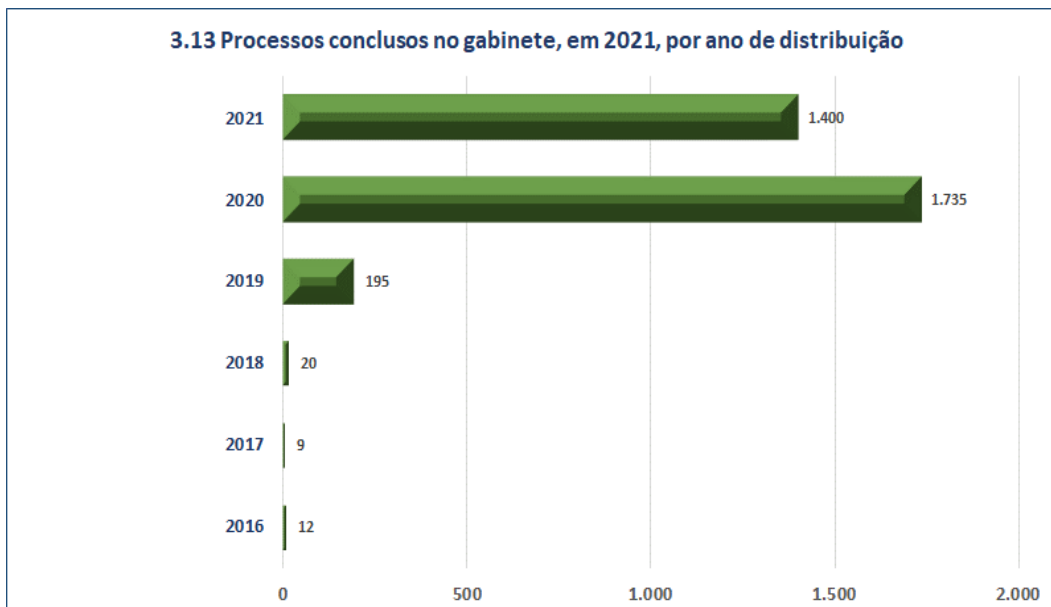
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

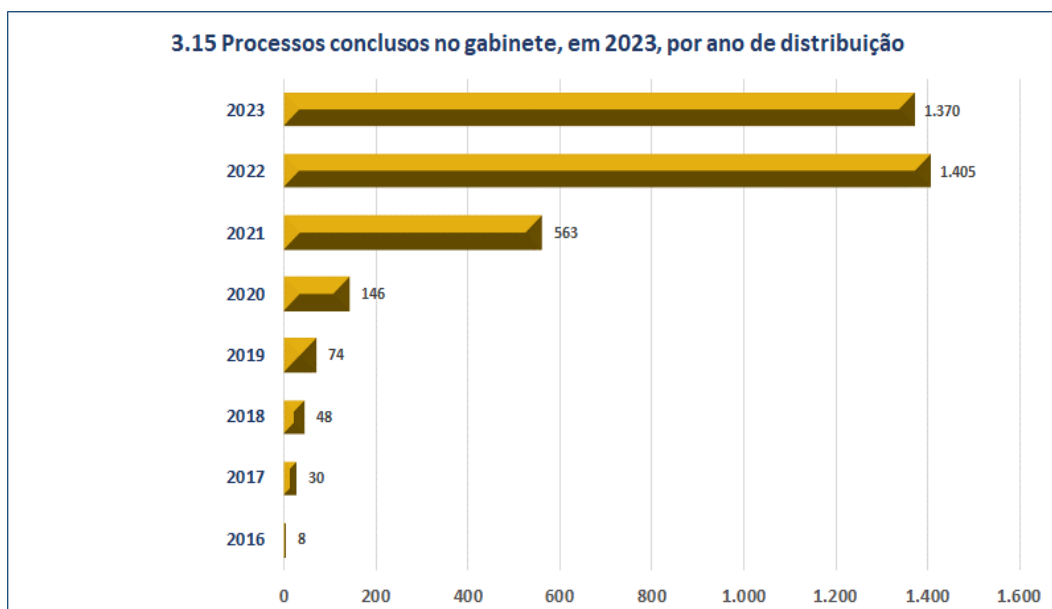
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	0
---------------	---

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





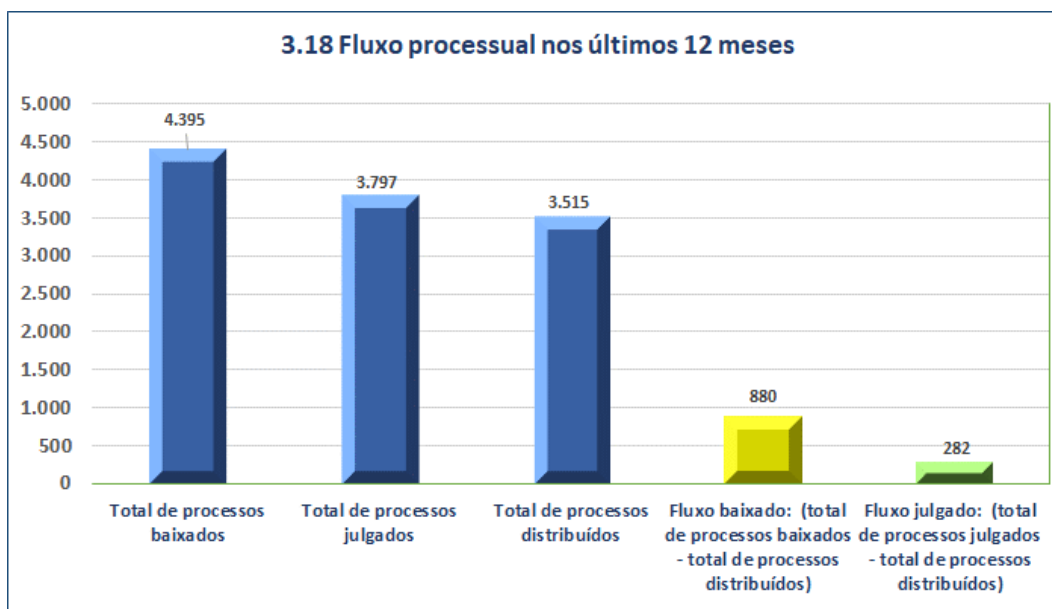


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

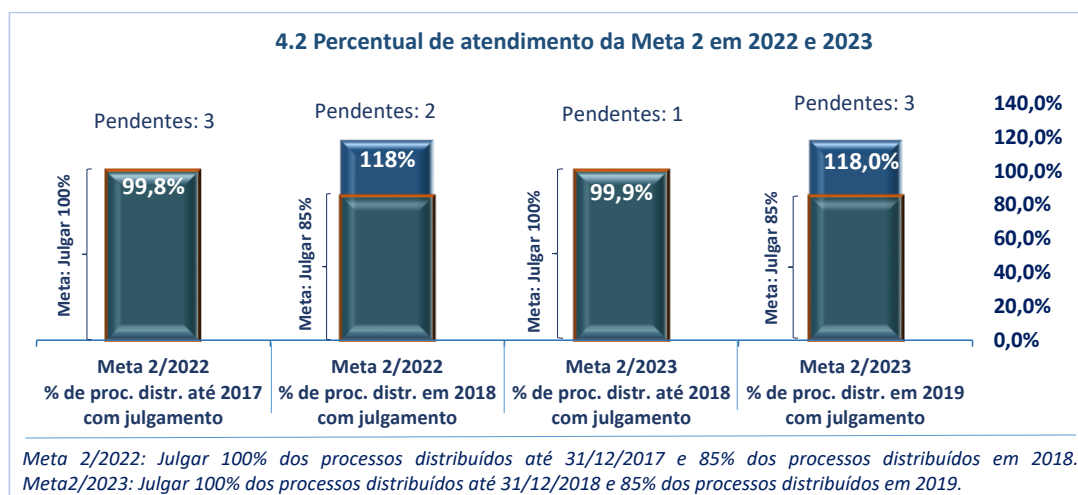
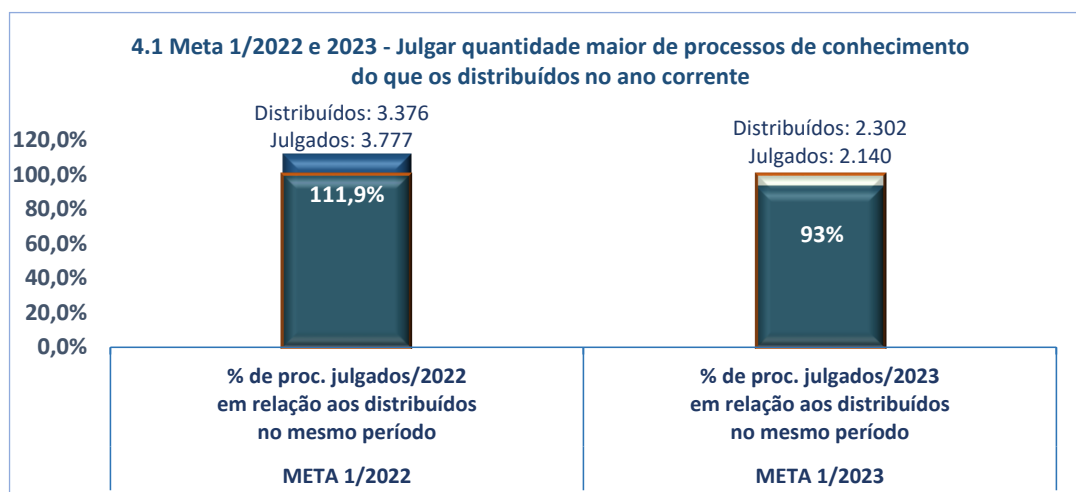
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

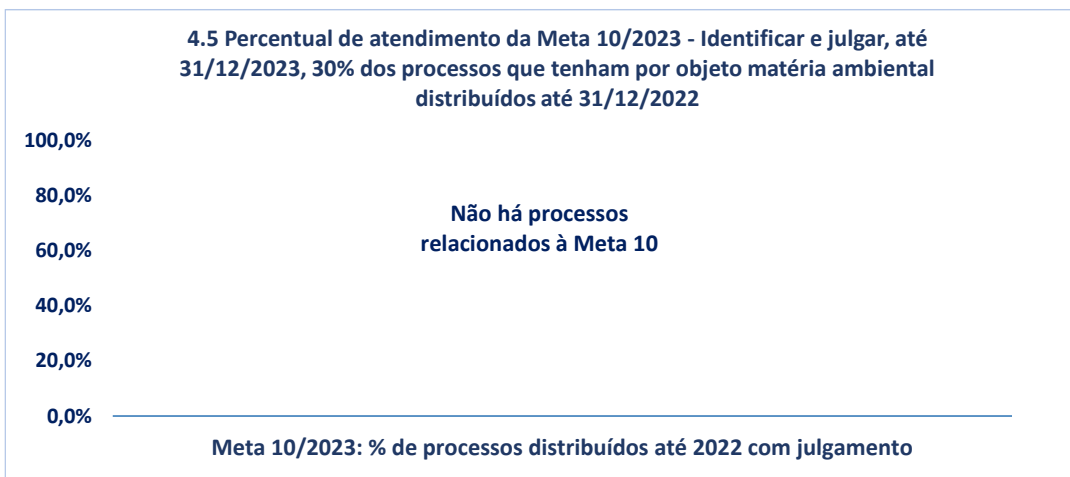
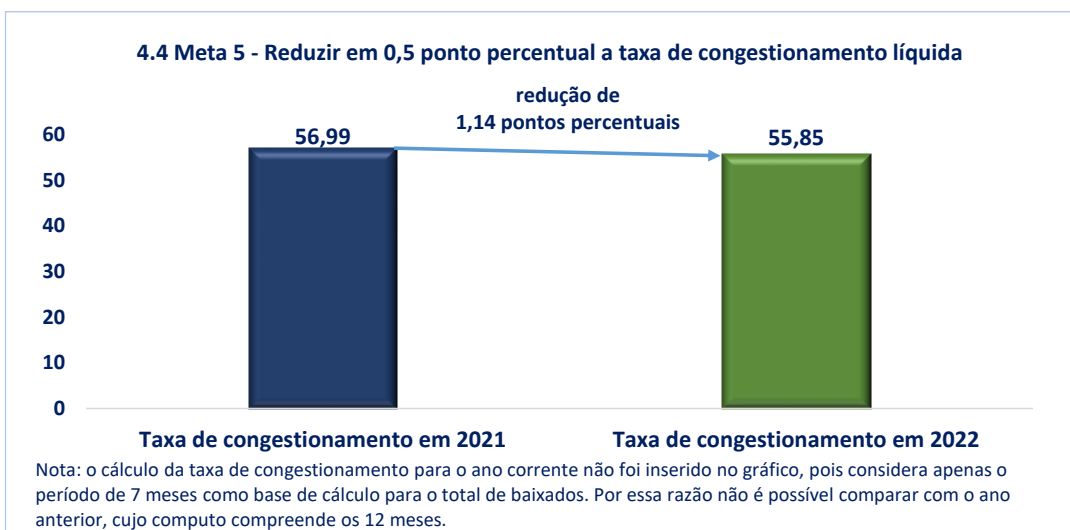
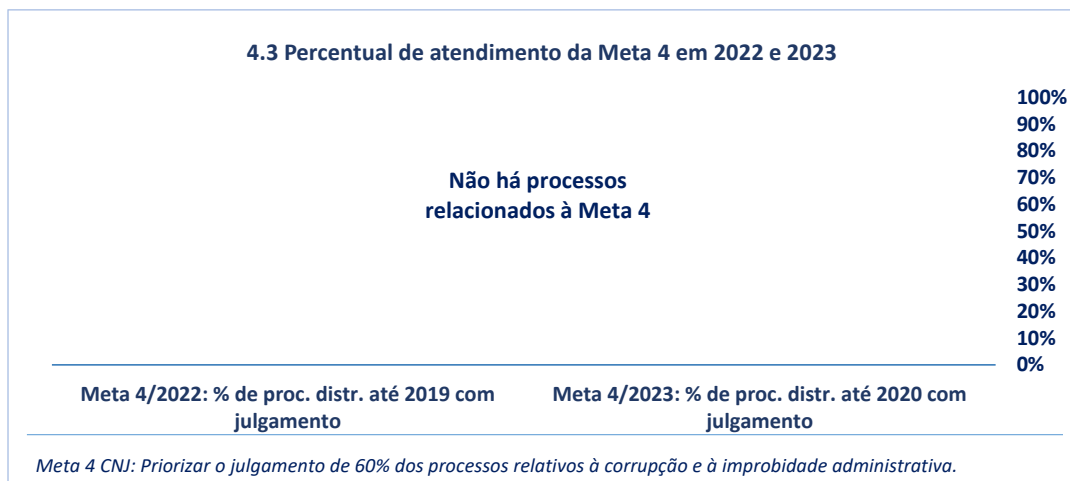
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

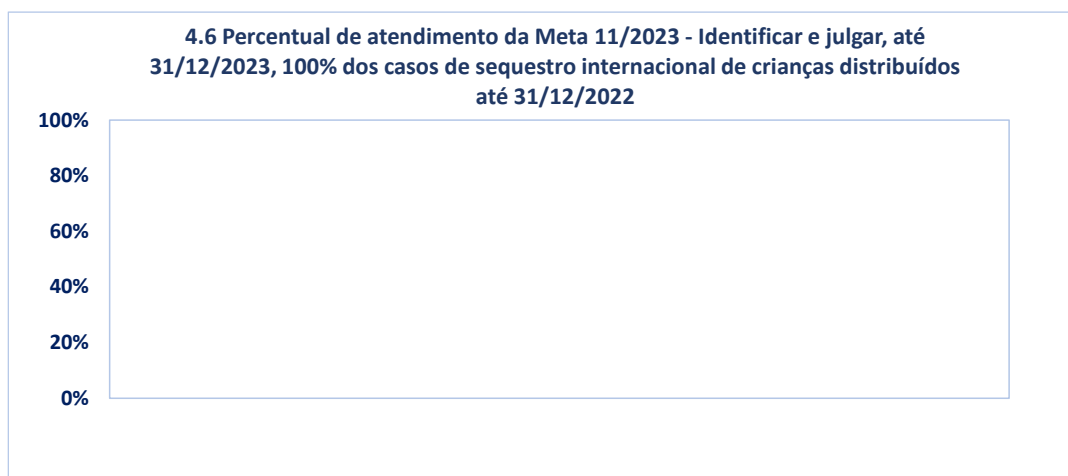
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS







5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. No plano de gestão há uma rotina estabelecida desde a entrada do processo no gabinete, até sua inclusão em pauta de julgamento, de acordo com as atribuições dos servidores. Há um servidor destacado que elabora as estatísticas, controlando a quantidade de feitos no acervo do Gabinete. A estatística é feita mensalmente e são relacionadas as quantidades de processos de cada matéria, evidenciando o total de processos com data de distribuição mais antiga, para que possam ser repassados aos servidores que têm atribuição de elaborar as minutas. Assim, além de receber os feitos com datas mais antigas, os servidores, também, têm a iniciativa de buscar o processo na tarefa: Analisar tipo de decisão a proferir, de acordo com a matéria que lhe é mais afim, objetivando cumprir a meta diária/semanal. Dentro do plano de gestão é de conhecimento dos servidores a rotina desde a busca pelo processo que é recebido da Distribuição, a elaboração da minuta, até a inclusão em pauta. Após, controla-se, ainda, o retorno do processo da Subsecretaria, no caso de interposição de recursos (embargos de declaração e/ou agravo interno) até seu novo julgamento.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Até recentemente o controle do sobrestamento era realizado pelas subsecretarias, ou seja, as tarefas no PJe envolvendo a suspensão, após decisão proferida pelo Desembargador Federal, eram controladas e visualizadas nas respectivas Subsecretarias. Contudo, a partir de 23/8/23 ocorreu a migração das tarefas de processos sobrestados para os Gabinetes. Assim, o controle passará a ser feito pelo próprio Gabinete e, na medida, em que determinado Tema é julgado pelas Instâncias Superiores, o sobrestamento será levantado e o processo prosseguirá seu trâmite adequando-se ao entendimento definido.

5.3 Boas práticas e inovações

Dentro do plano de gestão, destacamos como boas práticas na rotina das atividades do Gabinete, a triagem do processo que é realizada desde a distribuição na tarefa: triagem do gabinete. O servidor destacado para tal tarefa, atribui para os processos diversas etiquetas/lembretes, identificando a matéria, data da distribuição e ano da apelação, o que facilita quando da elaboração da estatística mensal. Na triagem, observa-se também a ocorrência de alguma situação diferente normalmente informada pela UFOR-Distribuição e, assim, de imediato, o feito é repassado, se o caso, para elaboração de despacho; ex. feitos cuja distribuição ocorreu em duplicidade, casos de prevenção, vista ao MPF, dentre outras.

5.4 Dificuldades

Alterações internas no que diz respeito ao quadro de funcionários ocorreram recentemente e o grupo está se adequando a tais mudanças. Exemplificando, a aposentadoria da Assessoria, bem como a exoneração, a pedido, de servidor Técnico Judiciário, ensejando a realocação de algumas funções e readaptações de alguns servidores às novas rotinas de tarefas. Outro ponto a ser destacado, refere-se a processos de matérias específicas (agravos de instrumento em execuções e tempo de contribuição, cujo acervo é volumoso) e, nova adaptação para elaboração de minutas, está sendo organizada, pois nem todos os funcionários apresentam afinidades com tais matérias.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, de acordo com a Resolução n. 481/CNJ, bem como a Resolução PRES n. 565, de 31/1/2023, que trata do teletrabalho, o percentual do Gabinete de servidores em trabalho não presencial (30%) e presencial (70%) está sendo cumprido, dentre àqueles servidores que realizam o *home office* de forma parcial. Com relação à meta de produtividade, há esforço para que seja atendida. Como anotado na questão anterior, o maior volume da matéria de tempo de contribuição no acervo do Gabinete e sua complexidade na elaboração das minutas, faz com que alguns servidores em determinadas semanas não correspondem à efetiva produção que tenta ser compensada com outras matérias.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não há determinação para encaminhamento dos feitos à Conciliação. Contudo, havendo pedido de acordo por uma das partes e concordância pela outra, a transação é homologada.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5002399-98.2020.4.03.6141	11/12/2020	Apelação Cível
Processo que constou da relação de feitos aptos à redistribuição em razão da criação do 5º Gabinete de Turma.		
5380622-58.2020.4.03.9999	18/12/2020	Apelação Cível
Processo que constou da relação de feitos aptos à redistribuição em razão da criação do 5º Gabinete de Turma.		
5035500-61.2021.4.03.9999	18/2/2021	Apelação/Remessa Necessária
Incluída na pauta de 22/8/23. Acórdão publicado em 29/8/23. Processo na Subsecretaria para cumprimento da decisão e em decurso de prazo.		
5037968-95.2021.4.03.9999	22/2/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo que constou da relação de feitos aptos à redistribuição em razão da criação do 5º Gabinete de Turma.		
5048560-04.2021.4.03.9999	10/3/2021	Apelação Cível
Decisão monocrática em 5/9/23, negando provimento à apelação do exequente. Processo na Subsecretaria para cumprimento.		
5052288-53.2021.4.03.9999	16/3/2021	Apelação Cível
Decisão monocrática em 5/9/23, não conhecendo da apelação da exequente. Processo na Subsecretaria para cumprimento.		
5054195-63.2021.4.03.9999	19/3/2021	Apelação Cível
Processo que constou da relação de feitos aptos à redistribuição em razão da criação do 5º Gabinete de Turma.		
5054123-76.2021.4.03.9999	19/3/2021	Apelação Cível
Incluída na pauta de 22/8/23. Acórdão publicado em 25/8/23. Processo na Subsecretaria em decurso de prazo.		
5054590-55.2021.4.03.9999	19/3/2021	Apelação Cível
Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa minutar ato.		
0004351-86.2011.4.03.6183	23/3/2021	Apelação Cível
Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa minutar ato.		
5098778-36.2021.4.03.9999	25/5/2021	Apelação/Remessa Necessária
Processo que constou da relação de feitos aptos à redistribuição em razão da criação do 5º Gabinete de Turma.		
5000456-36.2020.4.03.6112	25/5/2021	Apelação Cível
Julgada pela 10ª Turma em 22/8/23. Acórdão publicado no DJ em 29/8/23. Interposição de EDs pelo INSS em 1º/9/23. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5098357-46.2021.4.03.9999	25/5/2021	Apelação Cível

Processo que constou da relação de feitos aptos à redistribuição em razão da criação do 5º Gabinete de Turma.		
5099934-59.2021.4.03.9999	27/5/2021	Apelação Cível
Incluída na pauta de 22/8/23. Acórdão publicado em 29/8/23. Processo na Subsecretaria em decurso de prazo.		
5102564-88.2021.4.03.9999	31/5/2021	Apelação Cível
Incluída na pauta de 22/8/23. Acórdão publicado em 25/8/23. Processo na Subsecretaria aguardando cumprimento de demanda judicial e decurso de prazo.		
5099554-36.2021.4.03.9999	26/5/2021	Apelação Cível
Incluída na pauta de 22/8/23. Acórdão publicado em 29/8/23. Processo na Subsecretaria aguardando cumprimento de demanda judicial e decurso de prazo.		
5000076-87.2019.4.03.6131	31/8/2020	Apelação Cível
Ação ajuizada INSS, ressarcimento ao erário. Decisão 11/11/20 - redist para 3ª Seção. Decisão 30/11/20 - redist. a 1ª Seção. EDs da parte ré. Monocrática em 8/4/21 reconsiderando - apreciação será pela 10ª Turma. Diligências. Conclusos em 7/6/22. Retorno do relator TRE. Prazo para pauta - 60 dias.		
5318790-24.2020.4.03.9999	11/9/2020	Apelação Cível
Julgamento pela Turma em 1º/6/22. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec.Esp. Retorno ao Gabinete em 29/7/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 do STJ aguardando orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa retirado de pauta.		
6094578-37.2019.4.03.9999	20/10/2019	Apelação Cível
Decisão - sobrestamento - PET 8002 - STF em 5/3/20. Levantamento em 25/5/22. Julgada por monocrática DJ 5/7/22. Ag.interno/INSS. Cls. 2/8/22. Questão a ser apreciada - Tema 692 STJ, aguardando orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa aptos para julgamento		
0036239-61.2017.4.03.9999	7/11/2017	Apelação Cível
Julgamento pela Turma 17/12/21. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec. Esp. Sobrestado em 24/3/22. Retorno em 10/8/22 para Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5356149-08.2020.4.03.9999	17/11/2020	Apelação Cível
Julgamento pela Turma 14/12/21. Rec.Esp. Decisão da Vice-Presidência 29/4/22 - sobrestamento. Levantamento e retorno ao Gabinete 12/8/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa aptos para julgamento.		
6210441-41.2019.4.03.9999	18/12/2019	Apelação Cível
Julgamento pela Turma 29/6/21. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec.Esp.e Ext. - Sobrestamento 20/19/21. Levantamento e retorno em 12/8/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ aguardando orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5002936-68.2017.4.03.9999	19/10/2017	Apelação Cível

Julgamento Turma em 7/6/18. Encaminhado à Vice-Presidência - Recursos. Sobrestamento em 4/10/18. Levantamento e retorno em 12/8/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa aptos para julgamento.		
0004039-57.2016.4.03.6144	7/10/2019	Apelação Cível
Julgamento pela Turma 29/6/21. Encaminhado à Vice-Presidência - Rec.Esp. Retorno em 12/8/22 para Juízo de Retratação - Tema 692 do STJ. Incluído na pauta de 13/9/2022. Retirado da pauta. Aguarda orientação da Turma. Previsão para reinclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa retirado de pauta.		
0000865-40.2004.4.03.6183	2/7/2019	Apelação Cível
Julgamento da Turma em 1º/6/22. Encaminhados à Vice-Presidência para apreciação do Rec.Esp. Retorno ao Gabinete em 10/8/22 para Juízo de Retratação - Tema 692 do STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5001548-28.2020.4.03.9999	14/4/2020	Apelação Cível
Julgamento pela Turma 1º/2/22. Encaminhados à Vice-Presidência - Recurso - Sobrestamento 28/6/22. Levantamento. Retorno em 12/8/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa aptos para julgamento.		
5000732-17.2018.4.03.9999	7/2/2018	Remessa Necessária Cível
Julgamento da Turma 1º/8/18. Encaminhados à Vice-Presidência - Recursos. Sobrestamento em 18/10/18. Retorno - Retratação - Tema 692 do STJ. Retirado da pauta de 13/9/22, pois aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa retirado de pauta.		
0009227-22.2014.4.03.6105	18/5/2016	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 18/4/17. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec.Ext. e Esp. Retorno em 12/8/22 para Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5004813-45.2017.4.03.6183	17/7/2018	Apelação Cível
Julgamento Turma em 14/3/19. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec.Esp. Sobrestamento em 19/6/19. Levantamento e retorno em 18/8/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa aptos para julgamento.		
5002404-31.2016.4.03.9999	13/10/2016	Apelação Cível
Julgamento Turma 16/11/17. Encaminhados à Vice-Presidência e devolvidos 14/2/18 - Retratação. Monocrática 26/2/18 - afastando a retratação. Sobrestado em 19/6/18. Levantamento e retorno em 19/8/22 - Retratação - Tema 692 STJ que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias		
5000139-22.2017.4.03.9999	7/2/2017	Apelação Cível
Julgamento pela Turma em 16/11/17. Encaminhados à Vice-Presidência- Rec. Esp. Retorno em 20/4/18 - Retratação. Dec. monocrática 21/9/18 - afastando a retratação. Sobrestamento em 4/12/18. Retorno 29/8/22 - Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para pauta - 60 dias.		
0034055-35.2017.4.03.9999	23/10/2017	Apelação Cível

Julgamento pela Turma em 13/5/20. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec. Esp. Sobrestado 11/7/20. Retorno em 30/8/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0039461-37.2017.4.03.9999	30/11/2017	Apelação Cível
Julgamento pela Turma 21/8/18. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec. Esp. Sobrestado em 3/12/18. Retorno em 13/9/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0010828-28.2013.4.03.6128	28/7/2016	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 12/12/17, os autos foram encaminhados à Vice-Presidência - Rec. Ext. e Esp. Retorno 5/9/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0005058-37.2015.4.03.0000	5/3/2015	Agravo de Instrumento
Julgamento pela Turma em 16/5/201. Encaminhado à Vice-Presidência - Rec. Ext. e Esp. Retorno em 14/9/22 para Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0039759-63.2016.4.03.9999	5/12/2016	Apelação Cível
Julgamento da Turma 29/8/17. Encaminhados à Vice-Presidência - Recursos. Retorno 22/3/18 - Juízo de Retratação. Monocrática 9/4/18, afastando retratação. Decisão 6/7/18 - sobrestamento. Retorno em 13/9/22 - Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão de pauta em 60 dias.		
0000020-56.2014.4.03.6183	18/11/2015	Apelação Cível
Julgado pela Turma 7/3/17. Encaminhados à Vice-Presidência. Em decisão da Vice- 13/9/2022, os autos retornaram ao Gabinete em 5/10/2022 para Juízo de Retratação - Tema 692 do STJ - aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0000725-93.2011.4.03.6301	30/5/2016	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento da Turma 24/10/17. Encaminhados à Vice-Presidência para apreciação de recursos e retornou em 6/10/22 para Juízo de Retratação - Tema 692 do STJ que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0038826-90.2016.4.03.9999	22/11/2016	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma 8/5/18. Encaminhado à Vice-Presidência - Rec. Esp. Sobrestado em 4/10/18. Retorno em 26/9/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0004094-66.2008.4.03.6183	14/9/2010	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 10/5/2011. Encaminhado à Vice-Presidência -Rec.Ext. Retorno ao Gabinete em 6/10/2022 para Juízo de Retratação - Temas 503 do STF e 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo preparar relatório/voto.		
0042643-65.2016.4.03.9999	22/12/2016	Apelação Cível

Julgamento pela Turma 28/11/18. Encaminhados à Vice-Presidência -Rec. Ext e Esp. Sobrestamento em 30/7/18. Retorno em 26/9/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0005217-70.2006.4.03.6183	15/9/2008	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 18/6/19. Encaminhado à Vice-Presidência - Rec. Esp. e Ext. Retorno 11/7/21 para Juízo de Retratação - Temas 96 STF e 692 STJ. Falecimento do adv. do autor. Retirado de pauta 26/4/22. Diligências regularização processual em 25/8/22. Previsão - inclusão em pauta - 60 dias.		
0043872-02.2012.4.03.9999	30/10/2012	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 14/5/13. Encaminhados à Vice-Presidência - Rec.Ext. e Esp. Retorno em 6/10/22 - Juízo de Retratação - Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
0002093-21.2002.4.03.6183	29/3/2010	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 13/2/20. Encaminhados à Vice-Presidência para apreciação do Rec.Esp. Retorno ao Gabinete em 28/4/23 para Juízo de Retratação - Tema 1018 do STJ. Incluído na pauta de julgamento de 12/9/2023. Processo na tarefa aguardando sessão.		
5000585-56.2019.4.03.6183	30/6/2020	Apelação Cível
Decisão 31/8/20 sobrestamento - Tema 999 STJ. Levantamento 19/6/23. Dec.monocrática 19/6/23, DJ 22/6/23. Agravo interno/INSS e cls em 24/7/23. Nova ordem de sobrestamento - Tema 1102 do STF. Decisão de sobrestamento publicada em 29/8/23. Processo na Subsecretaria para cumprimento e decurso de prazo.		
0000158-40.2013.4.03.6124	27/8/2021	Apelação Cível
Julgada por decisão monocrática em 10/5/23. Publicada DJ em 17/5/23. Interposição de agravo interno pelo INSS. Conclusos em 14/6/2023. Incluído na pauta de julgamento de 26/9/2023. Processo na tarefa aguardando sessão.		
5002330-91.2017.4.03.6102	26/11/2021	Apelação/Remessa Necessária
Julgada por decisão monocrática e publicada no DJ de 12/5/23. Interposição de Agravo interno/parte autora e concluso em 13/7/23. Incluído na pauta de 12/9/23. Processo na tarefa aguardando sessão.		
5002065-86.2022.4.03.0000	3/2/2022	Agravo de Instrumento
Despacho em 7/2/22 intimando o agravado para contraminuta. Decisão monocrática em 30/1/23 negando provimento ao agravo de instrumento da parte exequente. Publicada no DJ em 23/3/23. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5007163-52.2022.4.03.0000	13/3/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Em consulta ao sistema do PJe 2º grau, o processo consta na tarefa analisar tipo de decisão a proferir, contudo, sem visibilidade para o Gabinete. Chamado n. 10607959, aberto junto ao PJe 4/9/23 para resolução do problema. Processo com visibilidade. Decisão em 5/9/23 apreciando o pedido.		
5000519-04.2016.4.03.6144	30/8/2019	Apelação Cível
Dec.16/10/19 sobrestamento - Tema 999 STJ. Levantamento 30/12/19. Dec. monocrática 21/1/20, DJ 24/1/20. Julgado ag. interno 14/7/20. Acórdão DJ 17/7/20. Cls. EDs em 18/8/20.		

Sobrestamento 7/9/2020. Levantamento e conclusos em 14/4/23. Nova ordem de suspensão Tema 1102 STF em 4/9/23. Prazo em curso.		
5020220-57.2018.4.03.6183	26/9/2019	Apelação Cível
Acórdão da Turma publicado no DJ em 27/7/20. Interposição de EDs/INSS e cls em 25/8/20. Decisão em 7/9/20 - Sobrestamento - Tema 999 STJ. Levantamento em 14/4/23. Nova ordem de sobrestamento - Tema 1102 do STF. Decisão em 4/9/23. Processo na Subsecretaria para cumprimento e decurso de prazo.		
5001985-23.2021.4.03.6123	1º/6/2022	Apelação/Remessa Necessária
Julgamento pela Turma em 13/7/22. Acórdão DJ 15/7/22. Interposição de EDs. Cls. em 14/9/22. Matéria: Tema 692 STJ, que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5179090-96.2021.4.03.9999	10/12/2021	Apelação Cível
Julgada por monocrática. DJ em 19/7/22. Ag.interno e EDs. Cls em 11/10/22. Questão a ser apreciada - Tema 692 STJ que aguarda orientação da Turma. Previsão para inclusão em pauta - 60 dias. Processo na tarefa preparar relatório/voto.		
5055089-05.2022.4.03.9999	8/6/2022	Apelação Cível
Julgada por monocrática. DJ em 20/9/22. Ag.interno e EDs. Cls em 25/10/22. Decisão monocrática dos EDs. DJ 24/8/23. Oportunamente cls para apreciação do Ag.interno/INSS - matéria acerca do Tema 692 do STJ. Processo na Subsecretaria para cumprimento dos EDs e decurso de prazo.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 48 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0004094-66.2008.4.03.6183	0004351-86.2011.4.03.6183	0005217-70.2006.4.03.6183
0042643-65.2016.4.03.9999	5000076-87.2019.4.03.6131	6094578-37.2019.4.03.9999
5002065-86.2022.4.03.0000	5054590-55.2021.4.03.9999	5179090-96.2021.4.03.9999

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração pendentes conclusos há mais de 45 dias):

5001985-23.2021.4.03.6123

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Sérgio Nascimento e pelos servidores Carla Sisino, Chefe de Gabinete, e Raul Correia de Almeida Cesar Junior, Assessor.

A unidade conta com 14 servidores, pois perderam 2 servidores com a recente ampliação do Tribunal. Todos são do quadro e 13 deles atuam na área-fim. Dos servidores, 2 atuam em teletrabalho integral, 1 trabalha remotamente 4 dias na semana e 1 dia presencial, enquanto os demais, com ressalva da assessoria e chefia de gabinete,

que trabalham presencial todos os dias, exercem suas atribuições em sistema de rodízio, comparecendo ao Tribunal de 2 a 3 vezes por semana.

Contam também com 2 estagiários, que minutam processos em que já há modelos.

Há um núcleo de processamento dos agravos de instrumento, que conta com 2 servidores minutando os pedidos de tutela de urgência e também os julgamentos de mérito. Um servidor faz a triagem dos processos, e o assessor prepara os processos de competência da 3ª Seção. Os servidores dividem a matéria por afinidade, sendo que, atualmente, quase todos trabalham com aposentadoria por tempo de contribuição, que corresponde a aproximadamente 70% do acervo do gabinete.

Após a triagem e etiquetagem dos feitos, em que se destaca a data de distribuição, os processos são destinados a um localizador único, onde os servidores buscam os processos para elaborar as minutas, sempre observando a ordem de antiguidade. Hoje, estão trabalhando com os processos distribuídos em dezembro/2021.

Há meta de produtividade para os servidores, que varia conforme os benefícios: a meta é de 3 processos por dia, em se tratando de pedido de aposentadoria por tempo de serviço, e de 4 ou 5 processos por dia em outras matérias de apreciação mais simplificada. A produtividade é enviada semanalmente por e-mail, sob controle da assessoria, que envia ao Desembargador, após consolidação das informações.

Os embargos de declaração e agravos internos retornam para quem minudou o ato recorrido, sendo também colocadas etiquetas com a data de chegada na unidade, para se dar prioridade aos mais antigos.

A unidade não possui plano de gestão formal, mas já tem uma rotina consolidada de procedimentos.

Utilizam grupo de whatsapp para difundir as orientações à equipe.

As sessões da 10ª Turma são presenciais, e a 3ª Seção alterna uma sessão virtual com uma sessão presencial por mês.

Ressaltou-se que a equipe é muito boa, antiga e experiente, mas que houve um certo desânimo no retorno ao trabalho presencial. Há controle de ponto na unidade, não sendo possível a compensação de horas trabalhadas a mais em um mês no mês subsequente. Também se consignou a dificuldade de manter a motivação da equipe.

Os pedidos de preferência sempre são atendidos, exceto se se tratar de processo muito recente, em que se é passada ao advogado uma previsão de data de julgamento.

Mês a mês, procedem a uma análise comparativa com os dados de produtividade dos demais gabinetes da Turma, levantando também as matérias que têm processos pendentes na unidade.

Um dos objetivos imediatos da equipe é julgar os embargos de declaração pendentes, para diminuir o tempo de tramitação do processo na unidade.

A unidade procura cumprir as recomendações das inspeções e implementar as ideias que lhe são colocadas, cabendo à chefia de gabinete esse acompanhamento.

Como boa prática, apontaram a utilização da planilha inteligente, que facilita a análise dos pedidos de benefício previdenciário.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 3.454 para 3.667).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.395 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.667.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 191, na última inspeção, para 312, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, não houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 9 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 10ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Cumprir as metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON PORFÍRIO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Nelson Porfirio

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

10ª Turma e 3ª Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Juiz Convocado em 26/1/2016 e promovido a Desembargador em 16/2/2016.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Carlos Henrique Vita Biazolli - Assessor; Eliana Bazzo Polizelli Chubaci - Chefe de Gabinete

2.2 Quadro de Pessoal

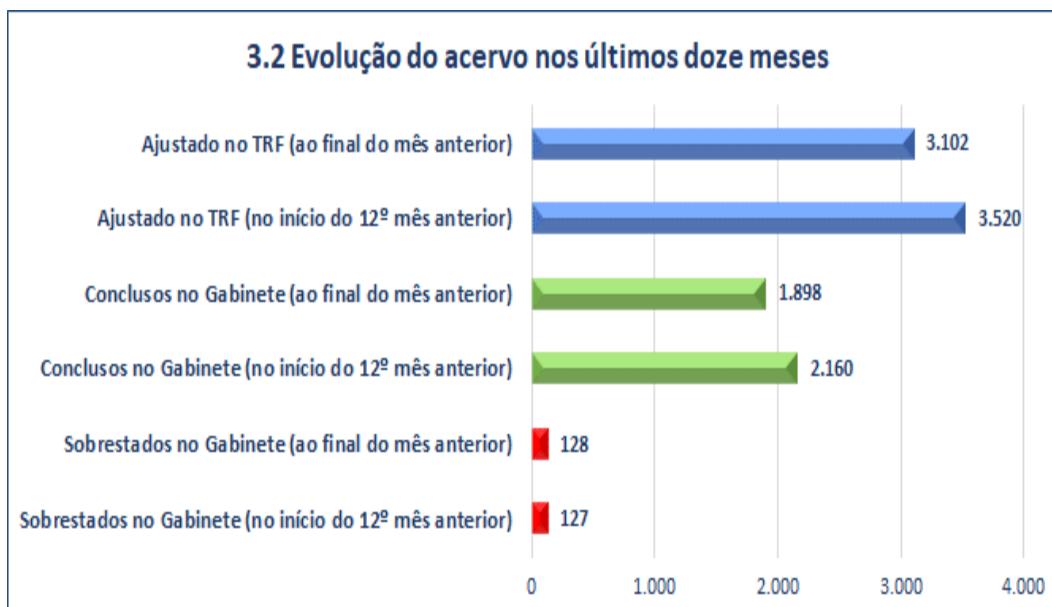
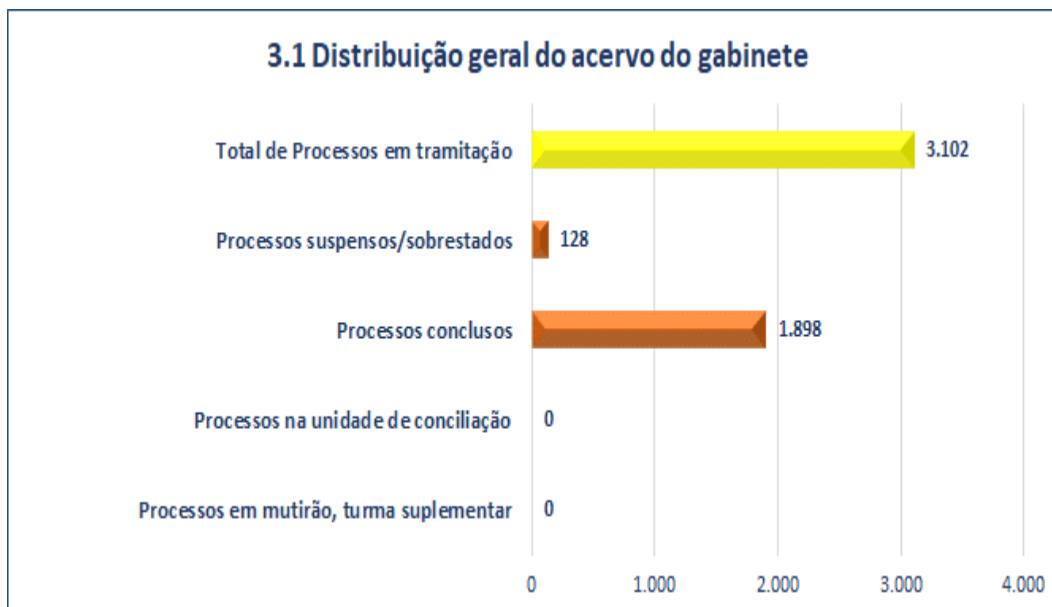
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Carlos Henrique Vita Biazolli
CJ-2	Eliana Bazzo Polizelli Chubaci
CJ-1	Felipe Moreira Maia
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	Cristiane Torres Costa, Denis Martins Boldrin, Lucia da Silva Medeiros, Rodrigo de Almeida Lima
FC-3	Jaqueline Camargos, Ana Rosa Macedo de Abreu, Davidson da Silva Formigoni, Daniela Hungaro, Flávia Azevedo Spinola, Jonatas Dias Romero, Adriana Pati Soares Costa

FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



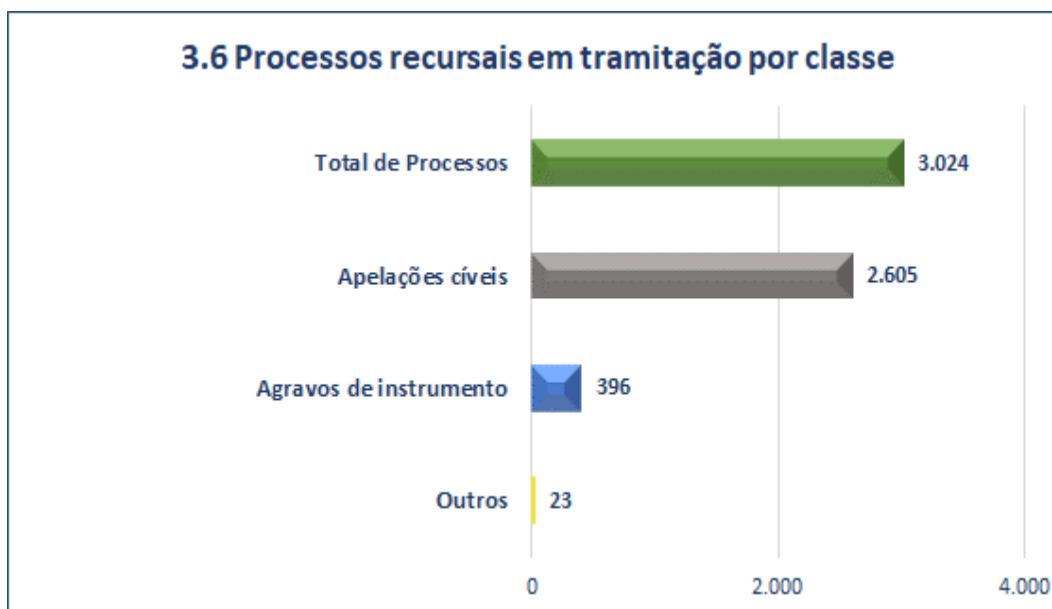
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
---	-----

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não se aplica
--	---------------

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	78
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	6
Reclamações	2
Ações rescisórias	63
Outros	5

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.024
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	991
Outros	2.033



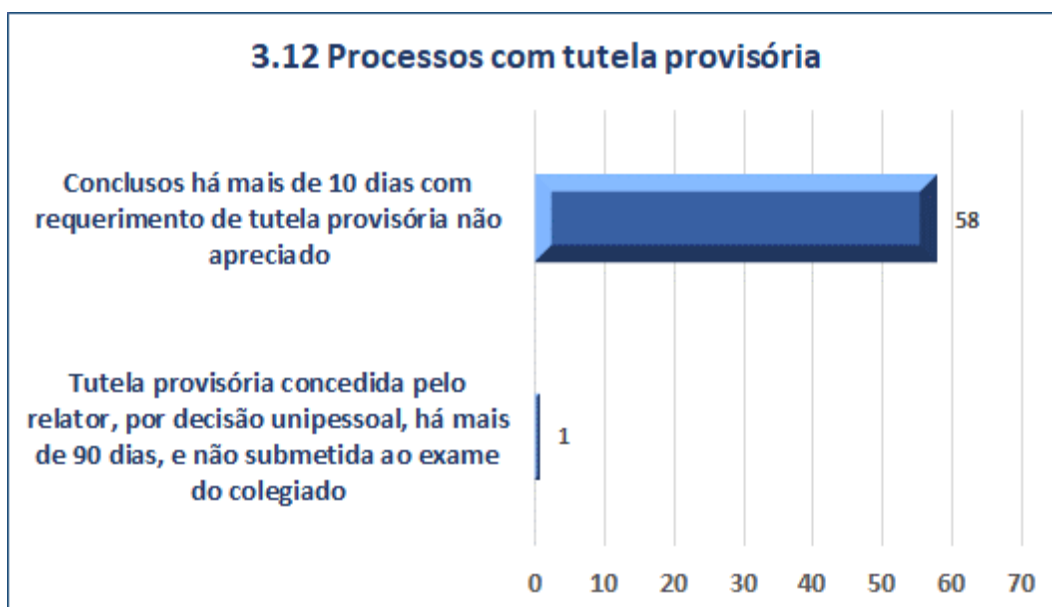
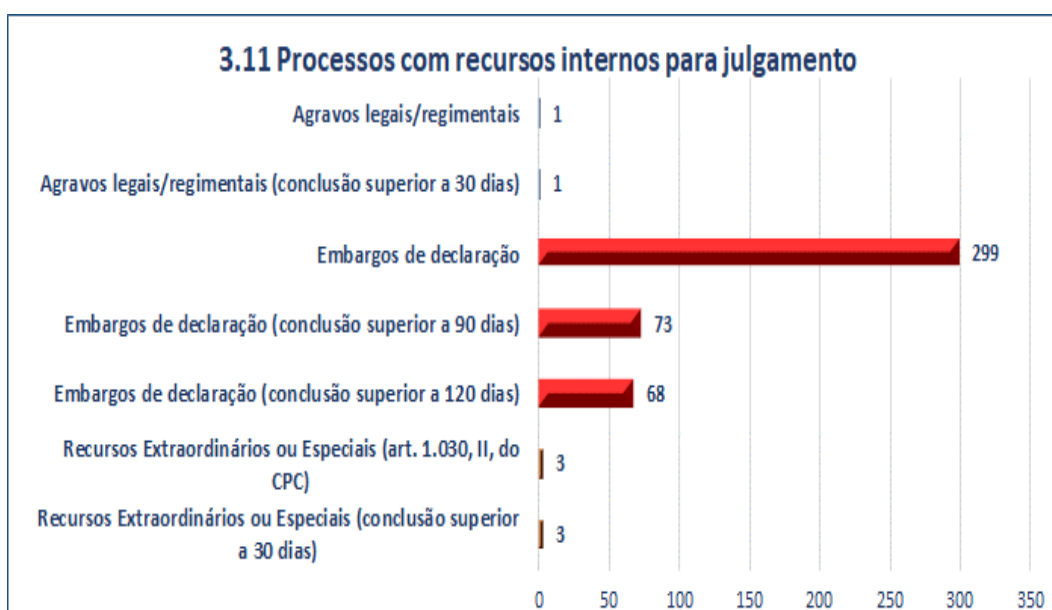
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas corpus	não se aplica
Revisões criminais	não se aplica
Outros	não se aplica

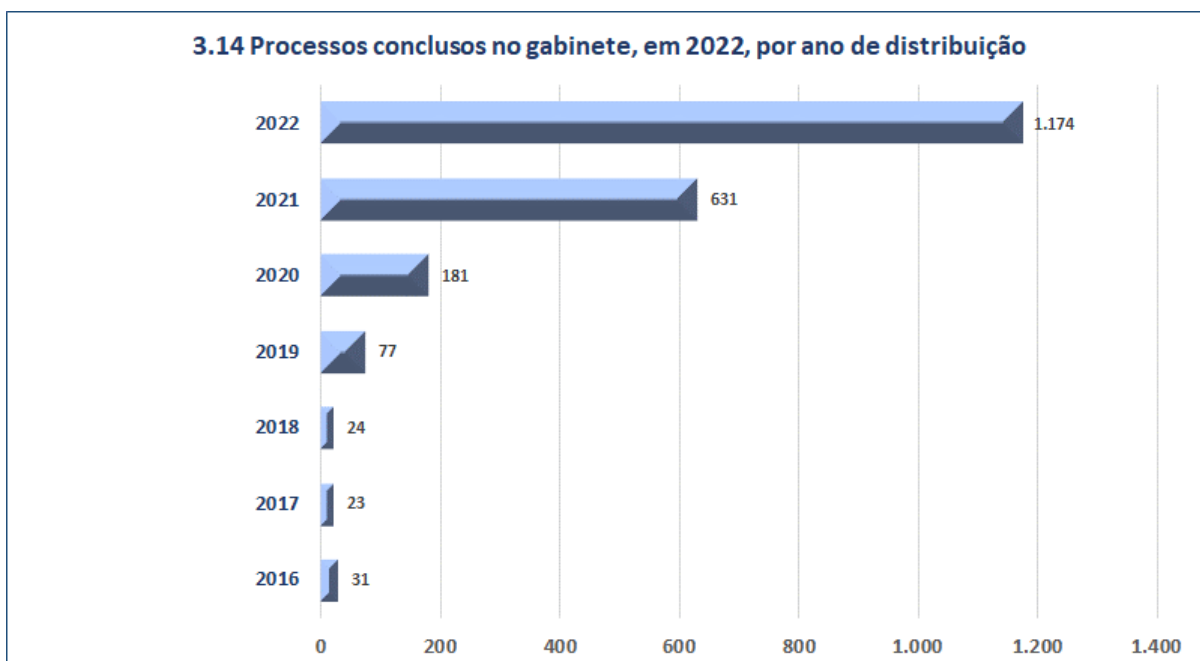
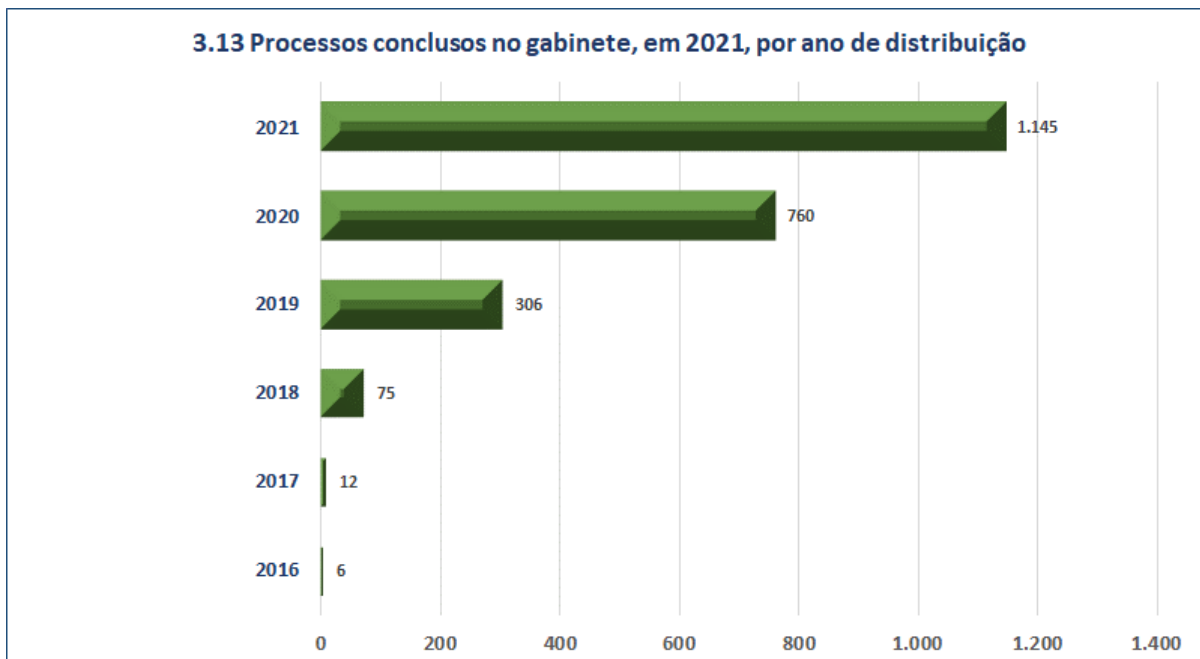
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	não se aplica
Apelações	não se aplica
Recursos em sentido estrito	não se aplica
Recursos em habeas corpus	não se aplica
Recursos em mandado de segurança	não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	não se aplica
Outros	não se aplica

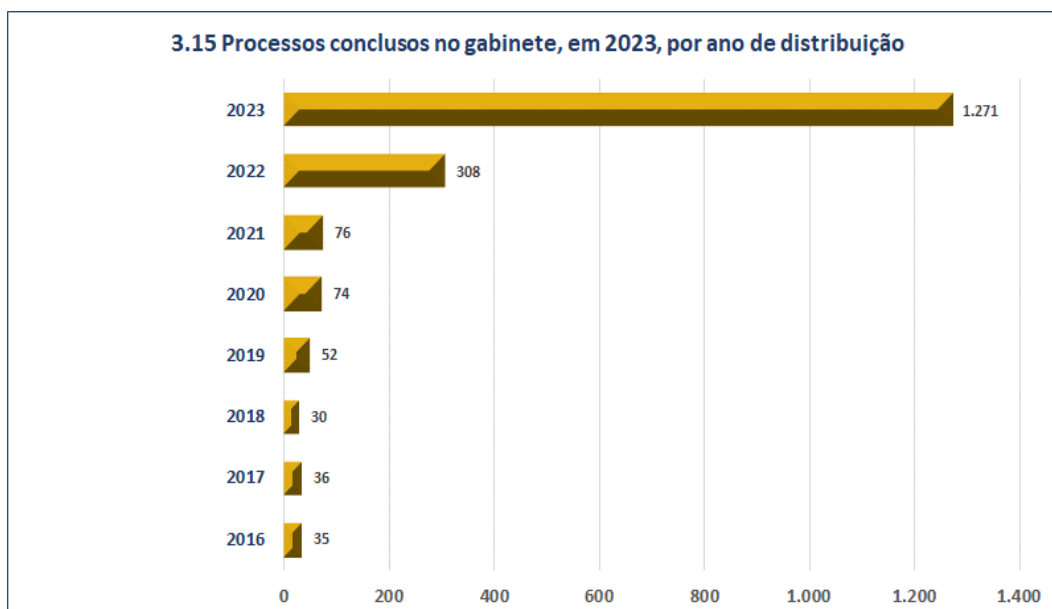
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	não se aplica
Apelações	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica

Habeas corpus	não se aplica
---------------	---------------

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

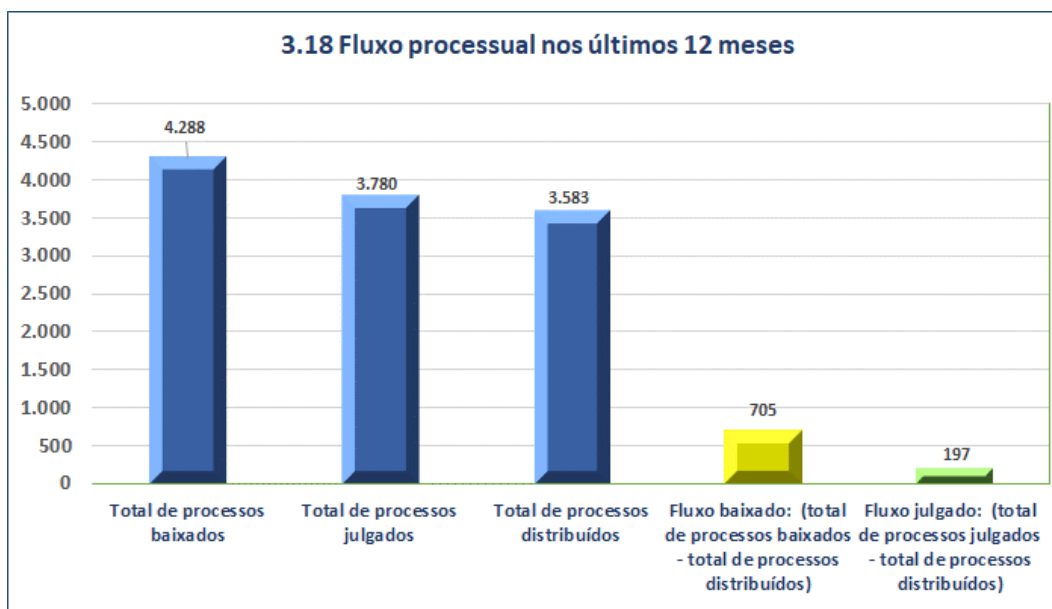




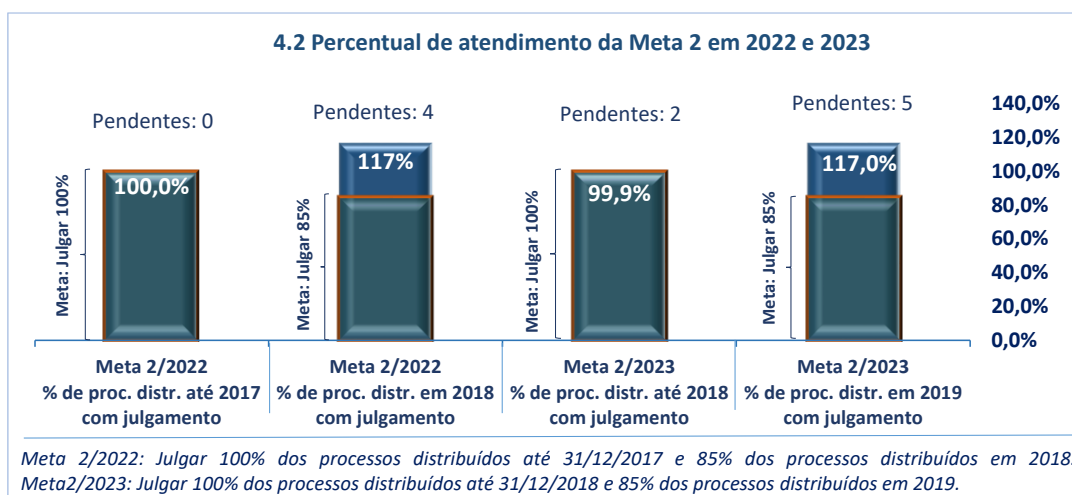
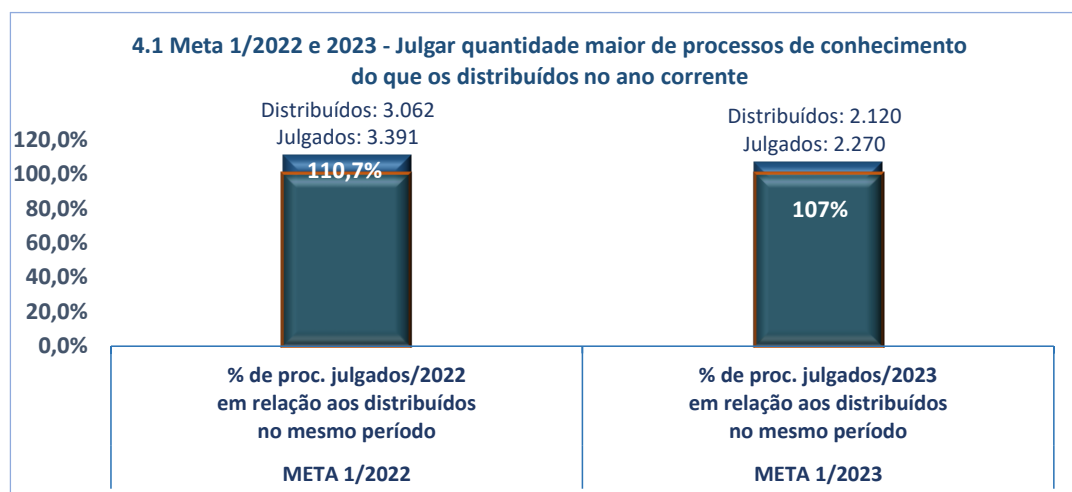


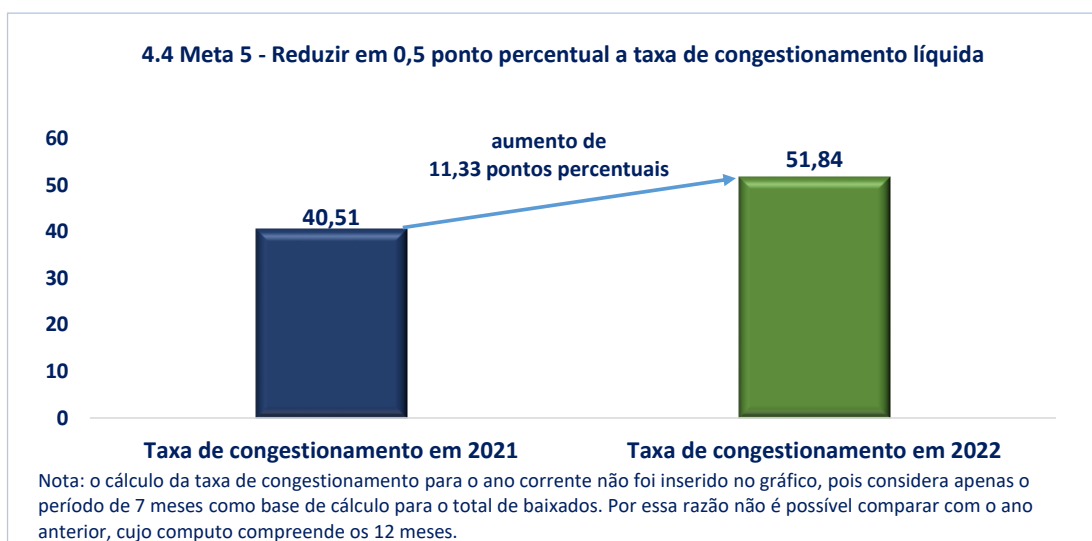
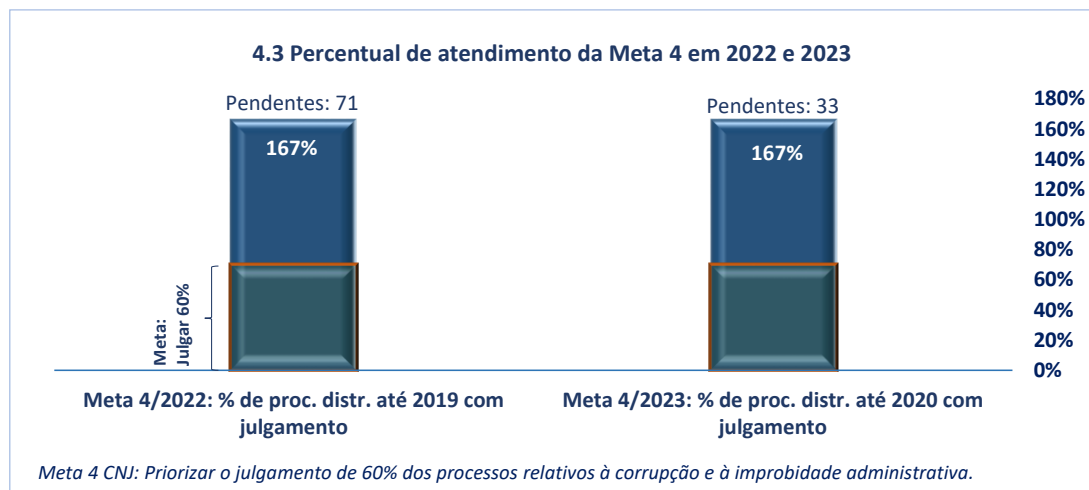
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	2
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





4.5 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

4.6 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	não se aplica
Pendentes no mês anterior	não se aplica

Percentual de cumprimento da meta	não se aplica
-----------------------------------	---------------

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Não há um plano de gestão formal. Os processos recebidos da unidade processante, após a triagem feita por servidor deste gabinete, são encaminhados para a pasta "analisar tipo de decisão a proferir", com a etiqueta da referida matéria, onde os feitos serão minutados. A chefia também confere se há algum processo sem movimentação há mais tempo, em comparação com os outros. As metas são controladas através da conferência dos votos. Eventualmente é colocado um "lembrete eletrônico" no processo, caso tenha alguma peculiaridade. Os embargos de declaração vêm em pasta própria, onde são analisados. Os agravos internos e urgências são verificados na triagem e passados ao servidor responsável.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle de sobrestamento é feito pela Subsecretaria. Eventualmente, tomando conhecimento do julgamento de algum recurso repetitivo/repercussão geral, é solicitada a devolução do processo ao gabinete.

5.3 Boas práticas e inovações

A triagem inicial dos processos, separando-se os processos aptos para a elaboração de minutas de votos, daqueles que devem ser objeto de decisão monocrática ou despacho, com a colocação de etiquetas das respectivas matérias, a fim de que os servidores de cada setor (aposentadoria por tempo de contribuição, benefício por idade, benefício por incapacidade, pensão por morte, agravo de instrumento, embargos à execução, mandado de segurança, LOAS, auxílio-reclusão, embargos de declaração), possa realizar a análise quanto ao mérito do recurso.

5.4 Dificuldades

A maior dificuldade é o volume de processos.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual de servidores em regime de teletrabalho, respeitado o limite de 30% do quadro permanente do gabinete, em sistema de revezamento, bem como a meta de produtividade estipulada estão sendo observadas, conforme verificado pela constante diminuição dos feitos em tramitação.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Alguns processos são encaminhados, a pedido do INSS, que escolhe as matérias passíveis de conciliação. Esclareço que há poucos processos, em razão do interesse público indisponível.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001393-94.2013.4.03.6139	5/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5103763-48.2021.4.03.9999	2/6/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5075308-73.2021.4.03.9999	17/4/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
6082483-72.2019.4.03.9999	18/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5005401-13.2021.4.03.6183	14/12/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5034049-64.2022.4.03.9999	27/1/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O recurso foi incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 12/9/2023.		
5013578-97.2020.4.03.6183	31/1/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5003937-56.2018.4.03.6183	12/1/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5247210-31.2020.4.03.9999	10/5/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5002860-75.2019.4.03.6183	24/11/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		

5002184-43.2019.4.03.6114	8/12/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5044939-62.2022.4.03.9999	19/4/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
0003189-43.2020.4.03.6344	29/3/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5000745-11.2021.4.03.6119	28/4/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de julgamento realizada em 8/8/2023.		
0013349-70.2013.4.03.9999	9/5/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5051841-31.2022.4.03.9999	20/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de julgamento realizada em 22/8/2023.		
5001398-13.2021.4.03.9999	28/4/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5054920-18.2022.4.03.9999	7/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5350839-21.2020.4.03.9999	5/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de julgamento realizada em 29/8/2023.		
5000199-13.2017.4.03.6113	14/3/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O feito será redistribuído para a criação do 5º Gabinete da Décima Turma.		
5057089-75.2022.4.03.9999	23/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de julgamento realizada em 22/8/2023.		
5057853-61.2022.4.03.9999	28/6/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de julgamento realizada em 22/8/2023.		
0003480-73.2019.4.03.9999	15/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de julgamento realizada em 23/8/2023.		
5001657-37.2018.4.03.6111	13/7/2018	Apelação Cível

Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5002479-70.2016.4.03.9999	19/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
0000498-89.1999.4.03.6183	7/6/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
0041024-03.2016.4.03.9999	16/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
0000368-67.2012.4.03.0000	12/1/2012	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
0027161-77.2016.4.03.9999	9/8/2016	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
0047628-53.2011.4.03.9999	2/12/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5000931-85.2021.4.03.6005	10/8/2021	Petição Cível
Observação/Providência: Em 27/10/2022 foi declarada a incompetência absoluta para apreciar o recurso inominado interposto contra sentença proferida pela 1ª Vara Gabinete do JEF de Ponta Porã - MS e determinada a remessa do feito às Turmas Recursais. Tal decisão transitou em julgado em 24.11.2022.		
5001216-80.2023.4.03.0000	25/1/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Em 7/2/2023 foi declarada a incompetência absoluta para processamento e julgamento da ação rescisória de sentença prolatada no âmbito do JEF de Santo André/SP e determinada a remessa do feito à Turma Recursal competente. Tal decisão transitou em julgado em 7/3/2023.		
5052959-08.2023.4.03.9999	3/2/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: No julgamento realizado na sessão de 4/4/2023 foi negado provimento à apelação por unanimidade, de modo que o feito não se encontra aguardando voto-vencido. Os embargos de declaração opostos foram incluídos na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 26/9/2023.		
0002126-13.2019.4.03.9999	15/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5022938-15.2019.4.03.0000	6/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		

5000675-52.2020.4.03.0000	17/1/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
6075541-24.2019.4.03.9999	17/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
5000261-54.2020.4.03.0000	9/1/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		
6167922-51.2019.4.03.9999	6/11/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 10/10/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 31 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Federal Nelson Porfírio e pelos servidores Carlos Henrique Vita Biazolli, Assessor do Juiz, e Eliana Bazzo Polizelli Chubaci, Chefe de Gabinete.

A equipe é atualmente formada por 14 servidores, pois perderam um servidor com a recente ampliação do tribunal. Todos os 14 servidores da unidade atuam na atividade-fim, sendo que 1 deles em teletrabalho integral e os demais fazem rodízio entre o teletrabalho e o trabalho presencial, de modo a atender o percentual exigido.

Os processos são divididos por matéria, de acordo com os benefícios pleiteados, sendo que o maior grupo, com 5 servidores, é o dos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, que correspondem ao maior acervo do gabinete hoje e os que mais são distribuídos também.

Há uma servidora dedicada aos agravos de instrumento, tanta para os pedidos de tutela quanto para a elaboração de minuta de voto.

A unidade trabalha sempre com os processos mais antigos, segundo a data de distribuição no tribunal, sendo que às vezes dá-se preferência a processos mais recentes, mas que sejam relacionados a benefícios considerados prioritários no gabinete, como os de incapacidade.

Há meta de produtividade para os servidores, sendo de 10 processos semanais, mas não há um controle muito rígido, porquanto muitas vezes a meta é superada pelos servidores, que não se limitam à meta mínima.

Os embargos de declaração são minutados por duas servidoras específicas, uma das quais acumula as funções de triagem. Alguns embargos de declaração também são encaminhados aos servidores que minutaram os atos embargados, a fim de não gerar acúmulo.

Também informaram que há poucos agravos internos no gabinete, pois sempre são preferência ao julgamento colegiado dos feitos.

As sessões de julgamento da 10ª Turma são sempre presenciais, e a 3ª Seção alterna uma sessão virtual com uma presencial todos os meses.

A unidade procura cumprir as recomendações das inspeções e implementar as ideias que lhe são colocadas, cabendo à chefia de gabinete esse acompanhamento. Como exemplo, apontaram a designação de servidoras específicas para apreciação dos embargos de declaração, vez que na inspeção anterior recomendou-se o julgamento desses feitos.

Para administração dos processos conclusos, colocam etiquetas com os assuntos e ano de distribuição, de modo a sempre se priorizar o julgamento dos feitos mais antigos. Nesse ponto, destacaram que já estão julgando processos distribuídos em 2023. Têm conseguido julgar mais processos do que o número de processos distribuídos, o que é uma meta do gabinete.

Fazem o acompanhamento periódico das estatísticas, também para verificar se há necessidade de redistribuição da força de trabalho para algum setor específico na unidade.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 2.260 para 1.898.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.160 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.898.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 327, na última inspeção, para 299, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 6 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 10ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as metas do CNJ.
- b) manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LEILA PAIVA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete 3103 - Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Décima Turma, Terceira Seção, Órgão Especial e Plenário

1.3 Tempo de exercício na unidade

Ato PRES n. 3717, de 20 de janeiro de 2022 removeu a Desembargadora Federal Leila Paiva da Nona Turma (Gabinete 3092), Terceira Seção para integrar a Décima Turma (Gabinete 3103), Terceira Seção a partir de 3/2/2022. - Ato Órgão Especial e Plenário n. 26, de 1º de dezembro de 2022 designou, em razão de eleição, a Desembargadora Federal Leila Paiva, para compor o Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Ricardo Odakura Costa Silva

2.2 Quadro de Pessoal

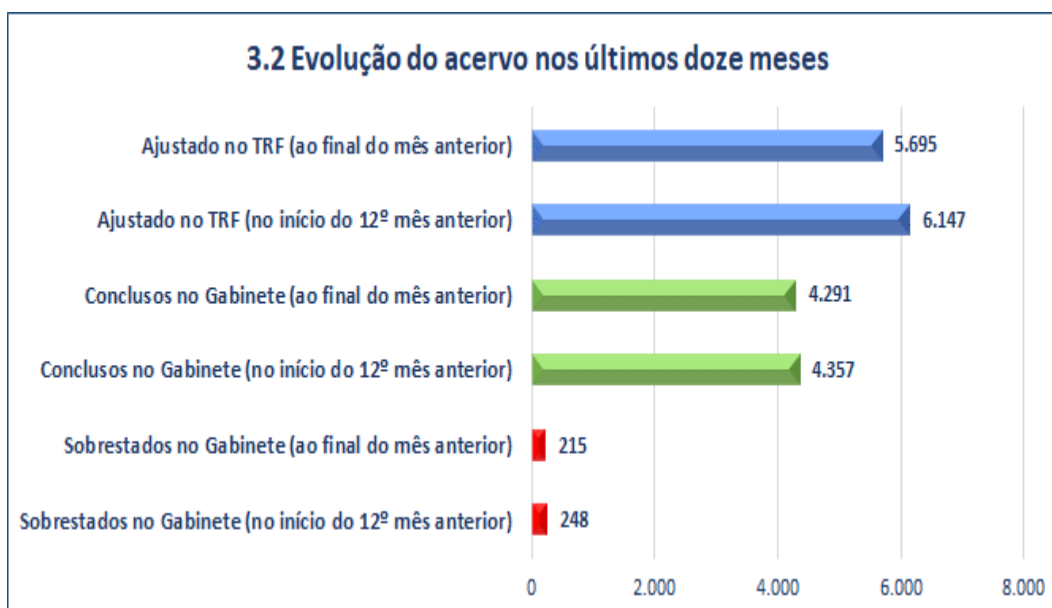
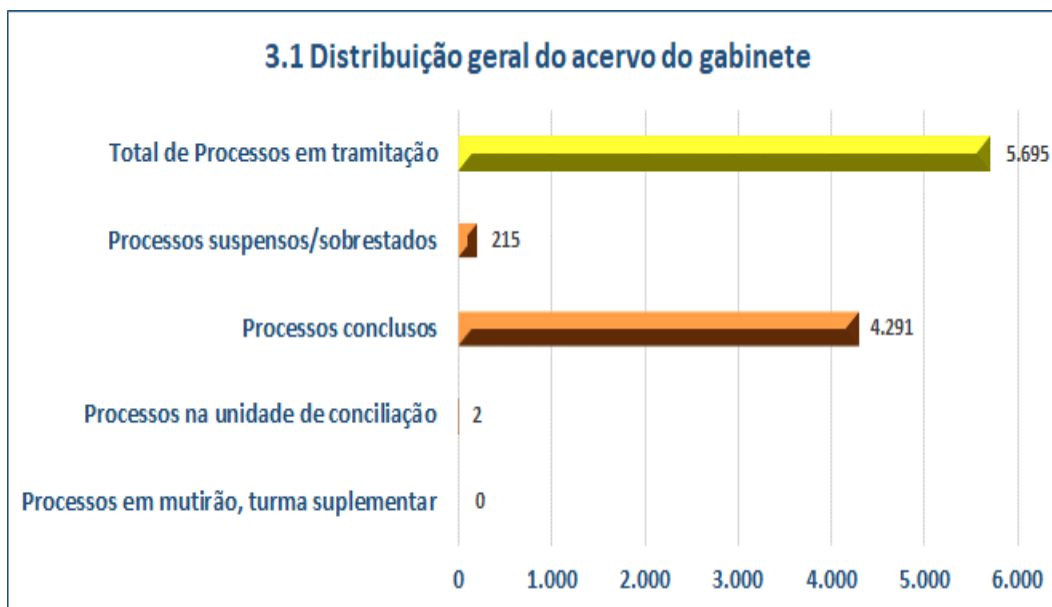
Servidores efetivos	18 - Carla Fischer de Paula Conceição - RF 4015, Eliete Pereira Veit - RF 3498, Fernanda Lemos Fernandes - RF 2061, Letícia Neves da Silva - RF 3785, Luiz Gustavo Abido Zago - RF 4063, Marcelo Colen Nazello - RF 2292, Marcos Antonio Giannini - RF 1021, Mario Shiniti Ono - RF 4026, Olavo Adriano Moret - RF 2255, Patrícia Silva Martins - RF 2195, Paulo Cezar de Souza - RF 2207, Rafaela Cusin Flores - RF 4213, Rodrigo José da Silva Gonçalves - RF 4277, Silvia Trigo de Moura - RF 2439, Jorge Manuel Pereira Nunes - RF 1460, Teresa Cristina Lourenço - RF 4315, Ricardo Odakura Costa Silva - RF 1149 e Érika Mayumi Nati Ohara - RF 3465
---------------------	--

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1 - Érika Mayumi Nati Ohara
CJ-2	1 - Ricardo Odakura Costa Silva

CJ-1	1 - Teresa Cristina Lourenço
FC-4	4 - Marcos Antonio Giannini, Paulo Cezar de Souza, Silvia Trigo de Moura e Jorge Manuel Pereira Nunes
FC-3	9 - Carla Fischer de Paula Conceição, Eliete Pereira Veit, Fernanda Lemos Fernandes, Letícia Neves da Silva, Luiz Gustavo Abido Zago, Marcelo Colen Nazello, Mario Shiniti Ono, Patrícia Silvia Martins e Rafaela Cuzin Flores

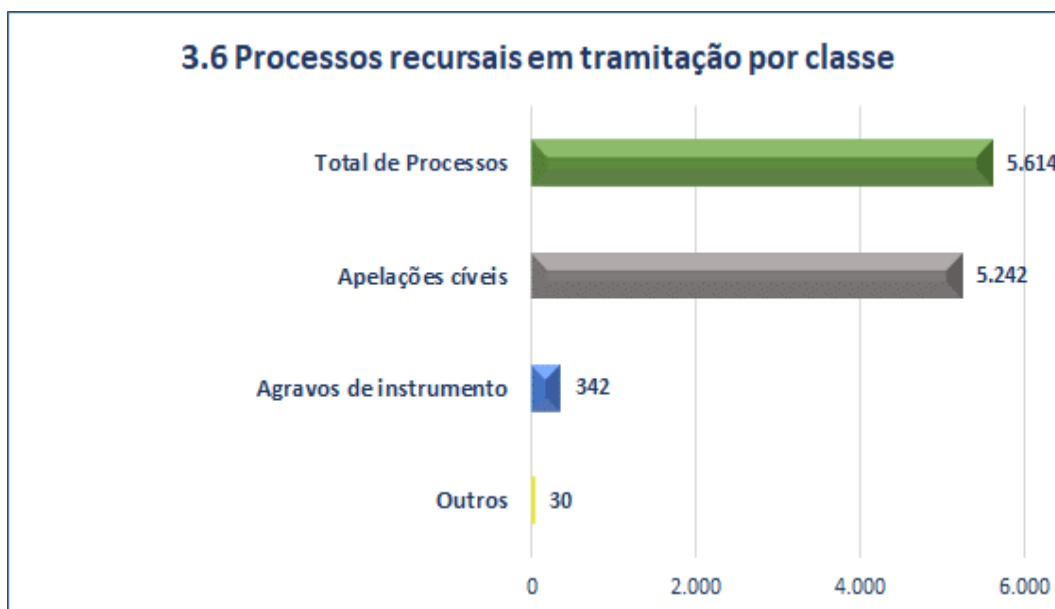
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	81
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	64
Outros	15

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.614
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.279
Outros	4.335



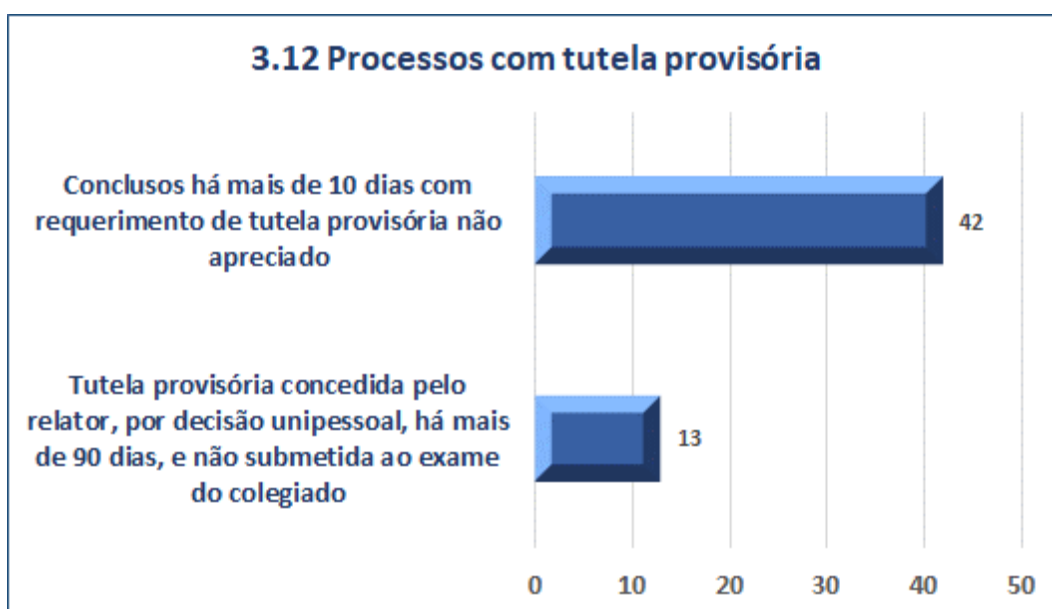
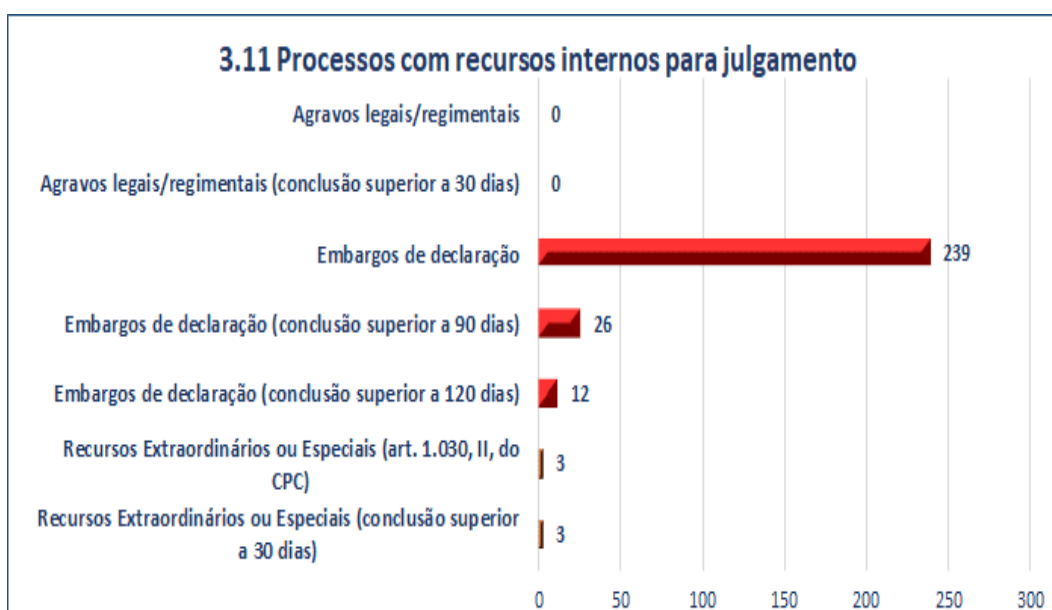
3.7 Processos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas corpus	Não se aplica.
Revisões criminais	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

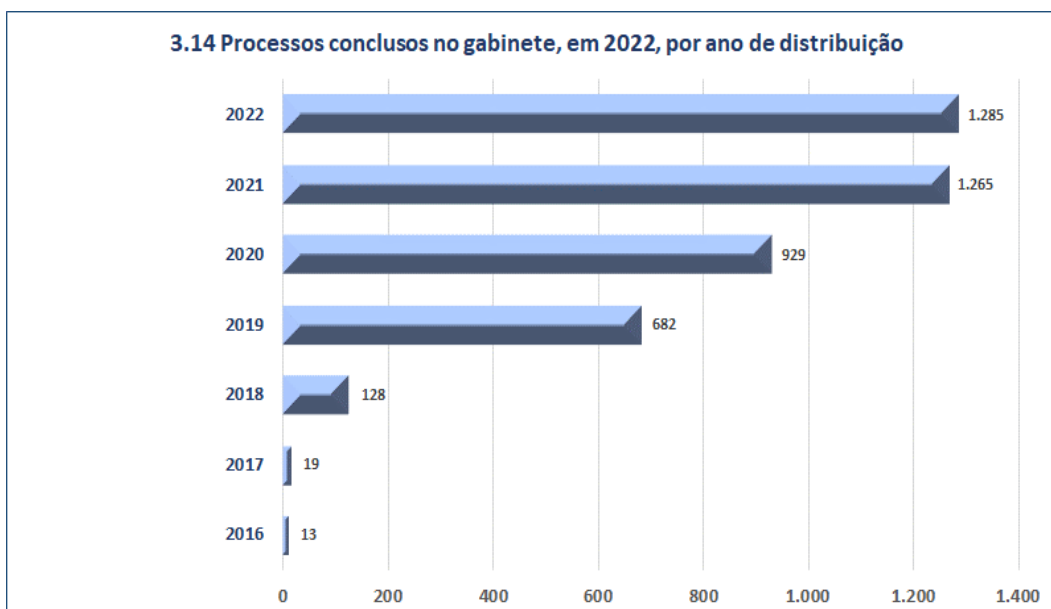
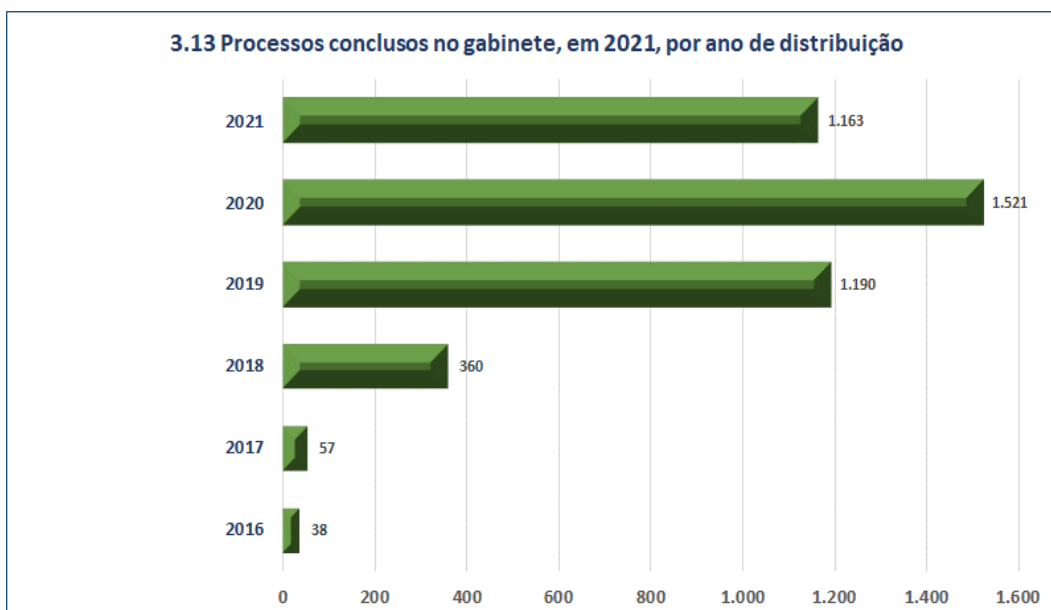
3.8 Processos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Recursos em sentido estrito	Não se aplica.
Recursos em habeas corpus	Não se aplica.
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica.
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

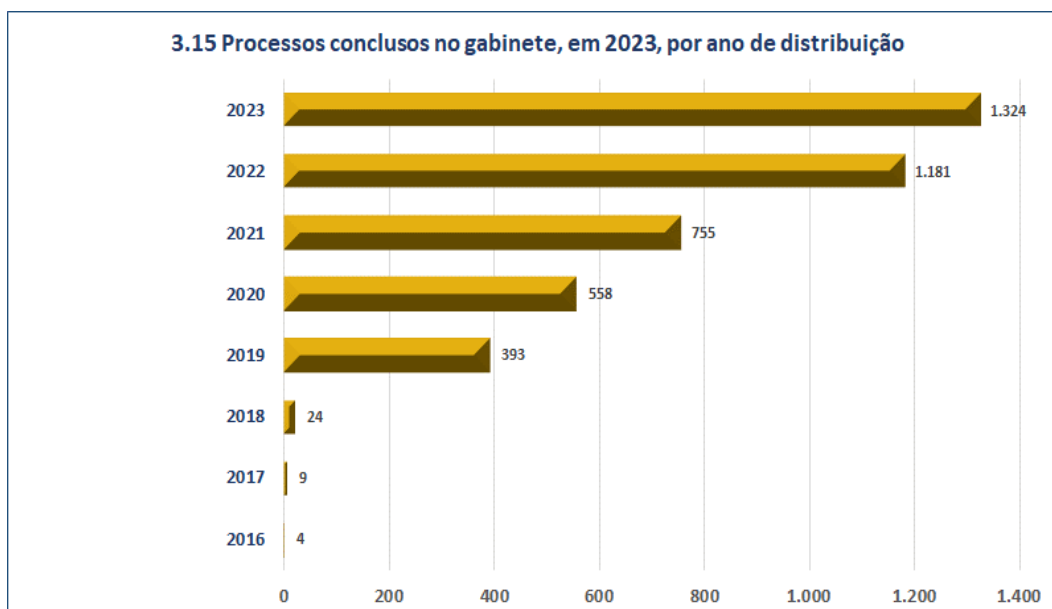
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.

Habeas corpus	Não se aplica.
---------------	----------------

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

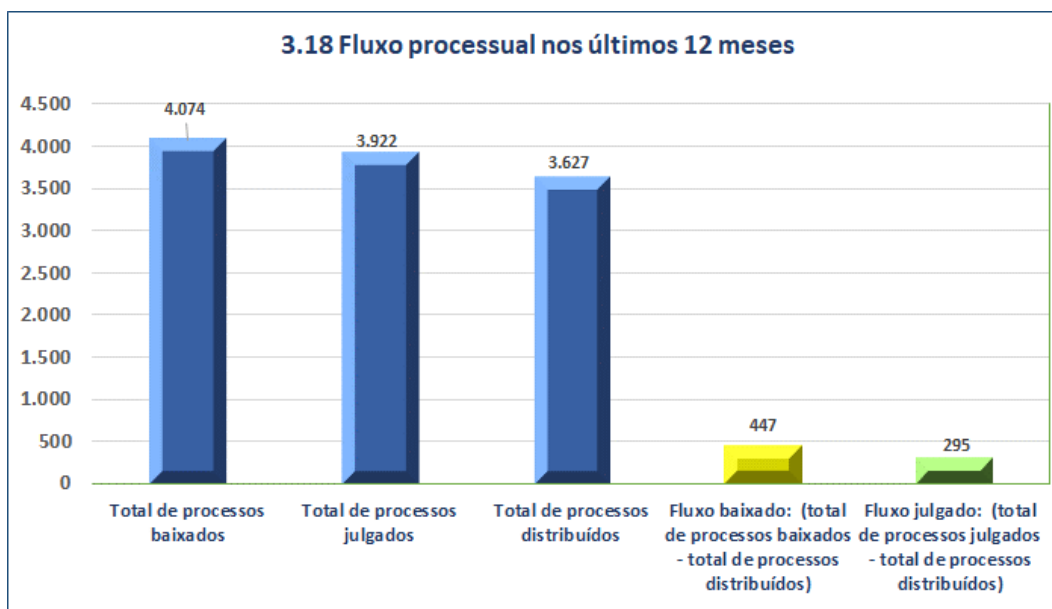




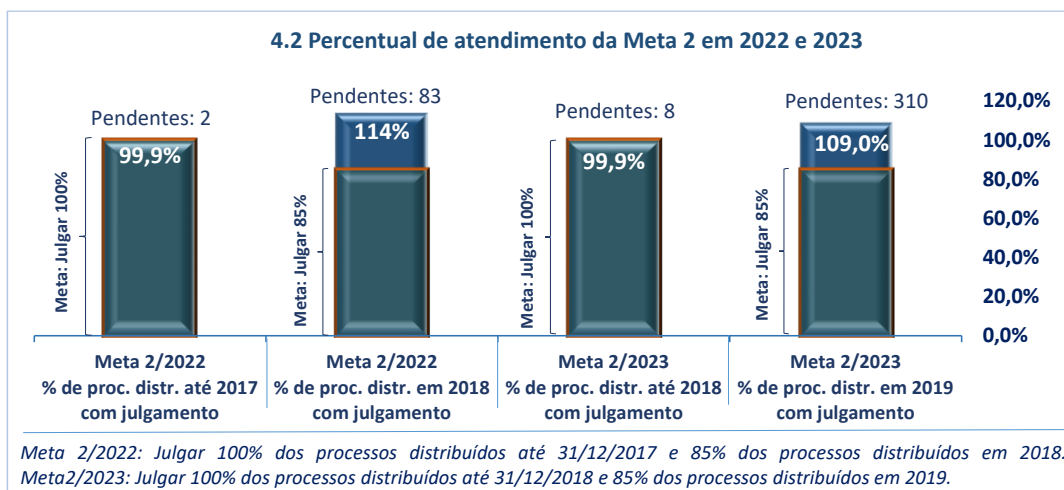
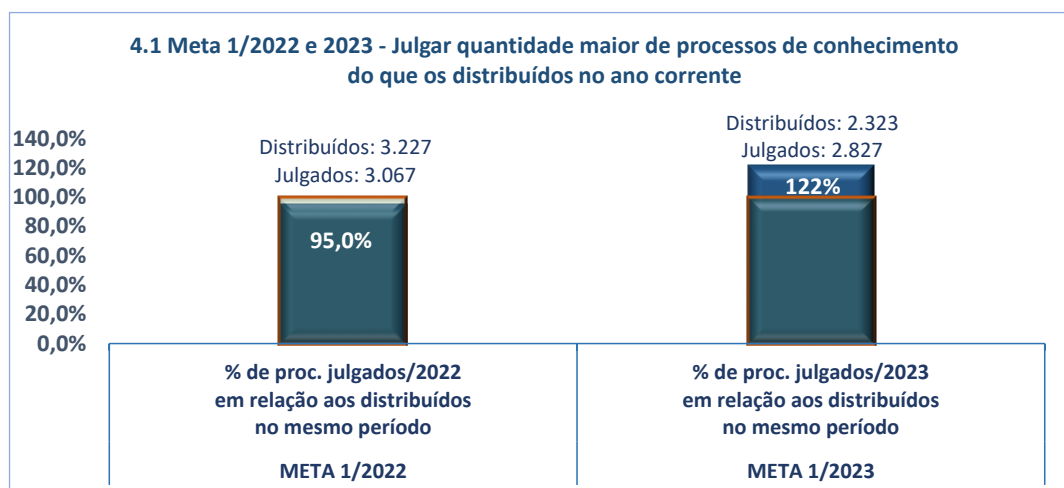


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	1
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	3
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.3 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Dado não disponibilizado
Taxa de congestionamento no ano anterior	65,66%
Taxa de congestionamento no ano corrente	61,42%

4.4 META 10/2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2022 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

4.5 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no mês anterior	Não se aplica.
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica.

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?
<p>O Plano de Gestão foi elaborado com o objetivo precípua de oferecer a prestação jurisdicional previdenciária de forma justa e célere. O controle do acervo é feito inicialmente pela triagem dos processos distribuídos, com a colocação de etiquetas referentes ao tipo de ação, ano de distribuição do feito na origem, ano e mês de conclusão no gabinete, assuntos, temas, prioridades legais, atividades nocivas desempenhadas, revisão, contagem de tempo, cumprimento de sentença, embargos à execução, embargos de declaração e agravos internos. As etiquetas possibilitam o mapeamento do acervo, fornecendo o quantitativo físico, bem como possibilita a separação e identificação de casos semelhantes, auxiliando, assim, na escolha do melhor processo de trabalho, como a execução de mutirões e deslocamentos de força de trabalho com vista ao cumprimento das Metas 1, 2 e 5 do e. Conselho Nacional de Justiça, prioridades legais, além da observância do ano de ingresso do processo na instância de origem. Além disso foi elaborado um Planejamento Estratégico para fins de definir as principais atividades e frentes de trabalho, sempre a partir da distribuição das atividades para controle de acervo.</p>

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle é feito através do acompanhamento do julgamento dos temas sobrestados, bem como pelo ofício dos Tribunais Superiores encaminhado à Presidência desta Colenda Corte Regional, noticiando quanto ao julgamento, determinação de sobrestamento ou o levantamento de determinado tema. No mês de agosto do corrente ano, a Assessoria de Gestão de Sistemas e Informações (AGES) disponibilizou fluxo de tarefa no ambiente de produção do Gabinete para visualização de todo o acervo sobrestado localizado na Subsecretaria Unificada das Turmas da Terceira Seção, cuja nomenclatura é "[SU] Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores".

5.3 Boas práticas e inovações

A documentação do fluxo de trabalho por meio da ferramenta Bizagi Modeler melhorou a compreensão das atividades realizadas pelo Gabinete e ajudou a aprimorar a triagem de forma mais eficiente, buscando indicar o maior número possível de questões atinentes ao feito, o que facilita a separação de processos semelhantes e a sua execução mais célere. As ferramentas Teams da Microsoft e o app WhatsApp são utilizados para reuniões pontuais para apresentação de novos entendimentos e discussão das dificuldades enfrentadas pelo grupo, bem como troca de informações e apresentação de dúvidas. Foram organizados grupos de Whatsapp de acordo com os principais assuntos dos processos, tais como: incapacidade, aposentadoria rural, aposentadoria urbana, aposentadoria especial, benefício assistencial, Terceira Seção, Órgão Especial, Assessoria, além do grupo com todos os servidores.

5.4 Dificuldades

Com o retorno do trabalho presencial e a diminuição do percentual de servidores em teletrabalho, o Gabinete buscou soluções para atender aos anseios dos servidores que manifestaram o interesse em permanecer em teletrabalho. Para tanto, foram realizadas escalas de modo a aumentar o número de processos julgados com vistas a baixa do acervo, sem comprometer a saúde dos servidores. Os processos de trabalho devem ceder às metas pontuais de acordo com a urgência da prestação jurisdicional e a complexidade do feito.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, estão sendo observadas as determinações da Resolução n. 481 do e. Conselho Nacional de Justiça. A magistrada está sempre presente no tribunal para as sessões de julgamento da Décima Turma realizadas na sua integralidade de forma presencial, bem como para as realizadas pela Terceira Seção e pelo Órgão Especial. O atendimento dos advogados pela magistrada é presencial ou virtual, sempre que for por eles solicitado. O gabinete tem o percentual de 70% de servidores em trabalho presencial, diariamente, e 30% de servidores em teletrabalho. São realizados controles

diários acerca do cumprimento das metas estabelecidas no teletrabalho e feitas reuniões para levantamento das eventuais dúvidas enfrentadas.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, a magistrada sempre busca a solução pacífica para os conflitos, especialmente das ações estruturais, além de integrar o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e atuar como juíza conciliadora no Gabinete da Conciliação do Tribunal. Neste ano foi possível a transação no feito 5078494-70.2022.4.03.9999, e remetida à conciliação a Ação Civil Pública 0004259-20.2003.4.03.6109. Cabe anotar, porém, que o Instituto Nacional do Seguro Social quando instado à solução pacífica dos conflitos manifesta-se na quase totalidade dos casos pela ausência de interesse.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0010274-88.2014.4.03.6183	8/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 10/10/2023		
5010796-88.2018.4.03.6183	15/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0010633-96.2015.4.03.6120	28/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho requisitando juntada de cópias legíveis de documentos, em 29/8/2023.		
5004723-77.2018.4.03.6126	30/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho requisitando juntada de cópias legíveis de documentos, em 29/8/2023.		
5001883-36.2018.4.03.6113	31/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5002854-21.2018.4.03.6113	4/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho requisitando juntada do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, em 28/8/2023.		
5002961-65.2018.4.03.6113	1º/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5392851-84.2019.4.03.9999	18/3/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5463854-02.2019.4.03.9999	1º/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5469332-88.2019.4.03.9999	3/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5001804-70.2018.4.03.6141	21/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0003276-70.2015.4.03.6183	26/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5001361-90.2018.4.03.6183	8/4/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0003657-49.2015.4.03.6128	27/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho para manifestação do Instituto Nacional do Seguro Social quanto aos documentos juntados, em 29/8/2023. Com a vinda da manifestação, o feito será incluído na Pauta subsequente.		
5508473-17.2019.4.03.9999	12/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5523133-16.2019.4.03.9999	16/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5000454-58.2019.4.03.6126	12/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5000523-29.2019.4.03.6114	18/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5663052-20.2019.4.03.9999	20/5/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5733384-12.2019.4.03.9999	8/6/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5746447-07.2019.4.03.9999	11/6/2019	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5789362-71.2019.4.03.9999	28/6/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5144957-28.2021.4.03.9999	28/3/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de sobrestamento do feito em razão do Tema 1209/STF, em 29/8/2023.		
0008155-86.2016.4.03.6183	26/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0012208-57.2009.4.03.6183	28/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão e encaminhado o feito à Vice-Presidência, em 30/8/2023		
0045087-08.2015.4.03.9999	1º/12/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 10/10/2023		
0000169-94.2012.4.03.6127	15/8/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão e encaminhado o feito à Vice-Presidência, em 28/8/2023		
0000718-36.2014.4.03.6127	21/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0018072-93.2017.4.03.9999	20/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 22/8/2023.		
0003923-07.2012.4.03.6107	5/3/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0003905-86.2013.4.03.6127	2/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0014494-25.2017.4.03.9999	17/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0000459-15.2016.4.03.6113	26/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0004743-54.2011.4.03.6109	19/6/2013	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
0006195-64.2014.4.03.9999	6/3/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão e encaminhado o feito à Vice-Presidência, em 30/8/2023		
0024640-04.2012.4.03.9999	28/6/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão e encaminhado o feito à Vice-Presidência, em 30/8/2023		
0028210-66.2010.4.03.9999	5/8/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão e encaminhado o feito à Vice-Presidência, em 30/8/2023		
0016603-92.2009.4.03.6183	12/11/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão e encaminhado o feito à Vice-Presidência, em 30/8/2023		
5010296-17.2021.4.03.6183	17/11/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5081752-88.2022.4.03.9999	13/12/2022	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferido despacho requisitando juntada de cópias das mídias da audiência, em 30/8/2023.		
5029873-66.2022.4.03.0000	3/11/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5028385-47.2020.4.03.0000	15/10/2020	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5014039-98.2022.4.03.6183	2/12/2022	Petição Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de incompetência e encaminhado o feito ao Juízo Especial Federal, em 7/12/2022. Aberto chamado na TI do PJe, tendo em vista que a baixa do feito não esta prevista para o Juizado Especial Federal		
5010047-20.2023.4.03.0000	16/4/2023	Petição Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de incompetência e encaminhado o feito à Turma Recursal do Juízo Especial Federal, em 27/4/2023. Aberto chamado na TI do PJe, tendo em vista que a baixa do feito não esta prevista para à Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais		
0022599-25.2016.4.03.9999	4/7/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5008372-16.2018.4.03.6105	2/4/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de sobrestamento do feito em razão do Tema 1102/STF, em 21/8/2023.		

5001955-13.2020.4.03.6126	27/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de sobrestamento do feito em razão do Tema 1102/STF, em 21/8/2023.		
5005590-30.2017.4.03.6183	3/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5000396-34.2019.4.03.6133	27/10/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de Julgamento da Décima Turma de 26/9/2023		
5008526-57.2019.4.03.6183	19/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática nos embargos de declaração em 18/8/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 49 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, na unidade inspecionada pela Desembargadora Federal Leila Paiva e pelos servidores Ricardo Odakura Costa Silva, Chefe de Gabinete, e Érika Mayumi Nati Ohara, Assessora do Juiz.

A equipe está na unidade desde fevereiro/2022 e é atualmente formada por 14 servidores. Antes da ampliação, possuíam 18 servidores, incluindo 2 agentes de segurança. Todos os 14 servidores da unidade atuam na atividade-fim, sendo que 2 deles em teletrabalho integral, 4 em trabalho presencial e os demais fazem um rodízio de modo a atender o percentual exigido para o trabalho presencial. No momento, estão sem estagiários, mas já apresentaram solicitação ao setor responsável.

Os processos são divididos por matéria, sendo que, inicialmente, os grupos de matérias eram compostos por 2 servidores. Hoje, o acervo está bastante controlado, de maneira que alguns servidores foram deslocados dos grupos relativos aos benefícios que já tem poucos processos no gabinete, ou em que estão trabalhando apenas com os processos distribuídos, para outros grupos em que há maior necessidade de produção, como o dos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, que corresponde ao maior acervo do gabinete hoje. Nesse ponto, também se destacou a realização de mutirões quando há uma demanda mais expressiva em determinada matéria, mesmo quando se trata de processos mais novos, diante da sensibilidade da questão, como ocorre com os benefícios por incapacidade e de amparo social.

Há 2 servidores dedicados aos agravos de instrumento, um para os recursos relativos a decisões proferidas na fase de conhecimento e outro para os recursos interpostos contra decisões em fase de execução/cumprimento de sentença.

A unidade trabalha sempre com os processos mais antigos, sendo o critério utilizado a data do ajuizamento da ação de origem, e não apenas a distribuição no tribunal, levando-se em conta a idade do processo no judiciário como um todo. Apesar dessa orientação, há meses em que se determina que sejam minutados também processos mais recentes, a fim de aumentar o volume de produção.

Há meta de produtividade para os servidores, sendo de 3 processos diários quando em trabalho remoto e de 2 processos por dia quando em trabalho presencial. A Chefia de gabinete alimenta planilha com os dados de produtividade por servidor, para controlar a produção mensal, de modo a sempre incluir em pauta mais processos que os demais gabinetes integrantes da Turma.

Os embargos de declaração retornam para o próprio servidor que minutou o ato embargado, tendo sido apontado que a taxa de recorribilidade por embargos de declaração é baixa (cerca de 13%). Não há uma meta ou prazo específico para elaboração das minutas em embargos de declaração, mas os servidores sempre os mantêm atualizados. Hoje, havia 31 embargos conclusos no gabinete e 12 já inclusos em pauta de julgamento.

Também informaram que há poucos agravos internos no gabinete, pois sempre são preferência ao julgamento colegiado dos feitos.

As sessões de julgamento da 10ª Turma são sempre presenciais, e a 3ª Seção alterna uma sessão virtual com uma presencial todos os meses. Destacou-se que não houve resistência dos servidores no retorno ao trabalho presencial, bem como a presença e disponibilidade da Desembargadora para atendimento aos servidores.

A unidade procura cumprir as recomendações das inspeções e implementar as ideias que lhe são colocadas, cabendo à chefia de gabinete esse acompanhamento. Como exemplo, apontaram a aposição de etiquetas nos processos com o mês e ano de distribuição no tribunal, para diferenciar das etiquetas apenas de ano, que, na unidade, fazem referência ao ano de ajuizamento da ação.

Sempre dão preferência aos pedidos enviados pela ouvidoria ou relativos a representações por excesso de prazo, como também aos processos incluídos na inspeção, sendo tais casos identificados por etiquetas no sistema.

Também há identificação dos processos incluídos nas metas do CNJ, das prioridades legais, além da já mencionada antiguidade dos feitos.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos 4.340 para 4.291.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.357 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.291.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 162, na última inspeção, para 239, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 10ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- manter o método de trabalho.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO DENILSON BRANCO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 16 a 25 de outubro de 2023

2. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 26 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Insta salientar que o gabinete inspecionado foi instalado em 11/9/2023, tendo recebido, de uma só vez, 5.484 processos por redistribuição, oriundos dos outros gabinetes integrantes da 9ª Turma, com muitos feitos que já se encontravam com tramitação retardada, e que vem buscando regularizar o andamento desses, bem como manter a normal tramitação dos novos processos que lhe são distribuídos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0001393-94.2013.4.03.6139	0003771-78.2016.4.03.9999	0010274-88.2014.4.03.6183
0033717-03.2013.4.03.9999	0038122-14.2015.4.03.9999	0039322-27.2013.4.03.9999
5000120-11.2020.4.03.9999	5000199-13.2017.4.03.6113	5002184-43.2019.4.03.6114
5002399-98.2020.4.03.6141	5002860-75.2019.4.03.6183	5005401-13.2021.4.03.6183
5006521-96.2018.4.03.6183	5013578-97.2020.4.03.6183	5037968-95.2021.4.03.9999
5044939-62.2022.4.03.9999	5054195-63.2021.4.03.9999	5054920-18.2022.4.03.9999
5098357-46.2021.4.03.9999	5098778-36.2021.4.03.9999	5228020-19.2019.4.03.9999
5380622-58.2020.4.03.9999		

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, na unidade inspecionada pelo Juiz Federal convocado Denilson Branco e pelas servidoras Mariana Meinlschmiedt Abdo, Assessora do Juiz, e Andréia Jaqueline Athayde, Chefe de Gabinete.

Inicialmente, foi ressaltado que toda a equipe do gabinete é nova, tendo iniciado a formação em 11/9/2023, estando há cerca de um mês com o atual Juiz Federal convocado, sendo que uma nova Juíza Federal será convocada a partir de 21/10/2023. Hoje contam com 13 servidores, enquanto a força total de trabalho por gabinete, no TRF3, é de 14 servidores, após a recente ampliação.

Dos 13 servidores atuais, 4 são servidores mais antigos no tribunal, enquanto os demais são novos servidores, recém-empossados. Todos atuam na área-fim, sendo que os novos servidores estão em fase de treinamento, se familiarizando e se apropriando da matéria previdenciária.

Três dos servidores trabalham em regime integral de teletrabalho, enquanto um exerce suas atribuições em teletrabalho parcial. Nove servidores atuam em trabalho presencial.

Uma servidora está minutando os agravos de instrumento, e a assessora está elaborando os pedidos de tutela de urgência.

Atualmente, a servidora responsável pela triagem já direciona os processos que identifica para o servidor que eventualmente já elaborou minuta sobre a matéria.

A triagem inicial ainda está sendo realizada, ao tempo em que a assessoria vem acompanhando os julgamentos da Turma, para observar quais são os entendimentos adotados, e elaborando um resumo dos assuntos julgados. A partir disso, estão elaborando os modelos para aprovação da próxima Magistrada convocada.

Foram recebidos 4.346 processos por redistribuição dos demais gabinetes integrantes da 10ª Turma, sendo que a maior parte deles é de recursos relacionados a pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição (1.557 processos).

Ao assumir o acervo, iniciaram a triagem dos processos e organizaram a parte estrutural do gabinete, como o acesso aos sistemas, ao tempo em que conferiam as pautas de julgamento e preparavam alguns modelos.

Por enquanto não foi adotada qualquer meta de produtividade na equipe, pois ainda estão em período de adaptação, sendo que pretendem que todos os servidores saibam fazer tudo no gabinete, desde a triagem até a elaboração das minutas.

Estão etiquetando os pedidos de preferência e os direcionados pela ouvidoria, para elaboração com prioridade.

4. OBSERVAÇÕES

O gabinete inspecionado foi instalado em 11/9/2023, de modo que não há dados comparativos de inspeção anterior.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 16 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 10ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

5. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 2.

GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Nino Toldo.

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Integrante da Décima Primeira Turma, Quarta Seção, Órgão Especial e Plenário.

1.3 Tempo de exercício na unidade

11ª Turma (desde julho de 2014); 4ª Seção (desde julho de 2014); Órgão Especial (desde agosto de 2022).

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Luiz Fernando Pacheco - chefe de gabinete - técnico judiciário.

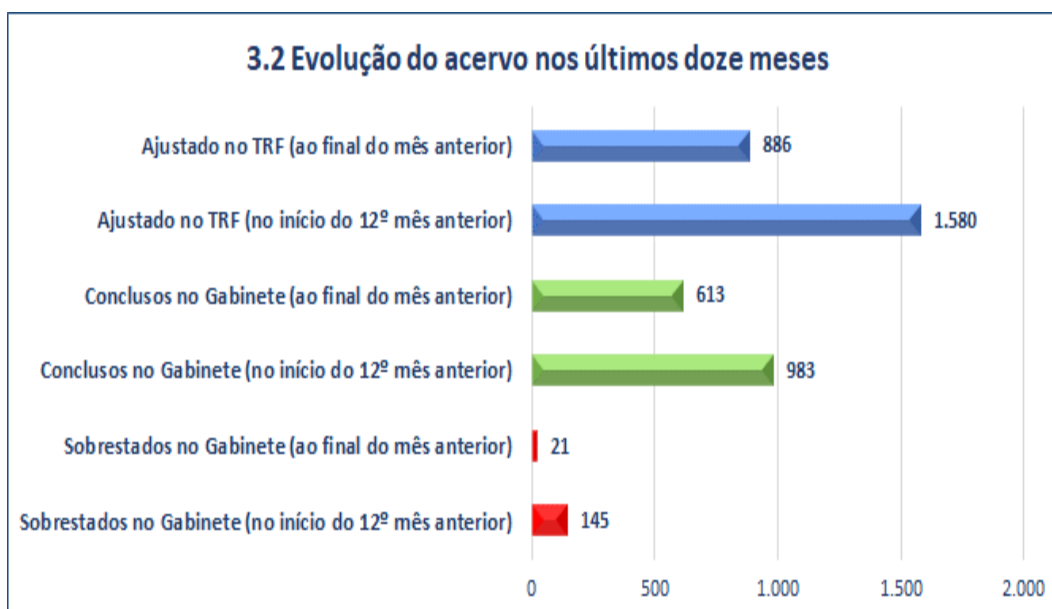
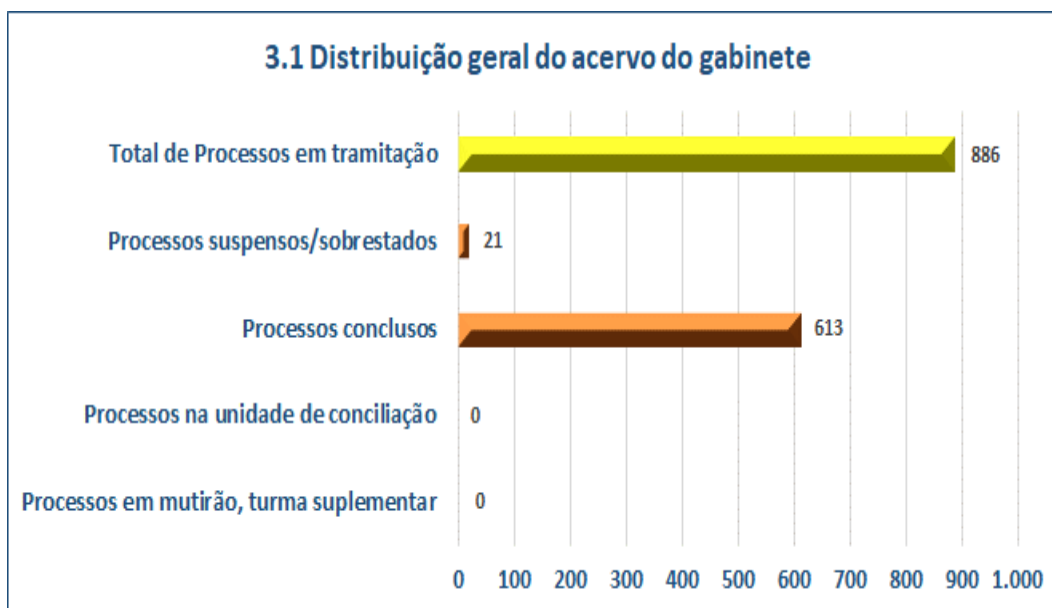
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16, sendo 14 na área-fim e 2 agentes de segurança.
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7

3. DADOS ESTATÍSTICOS



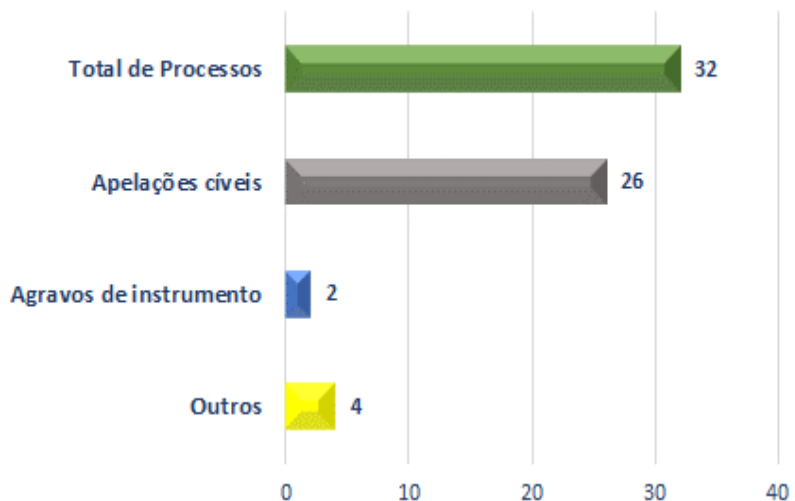
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado

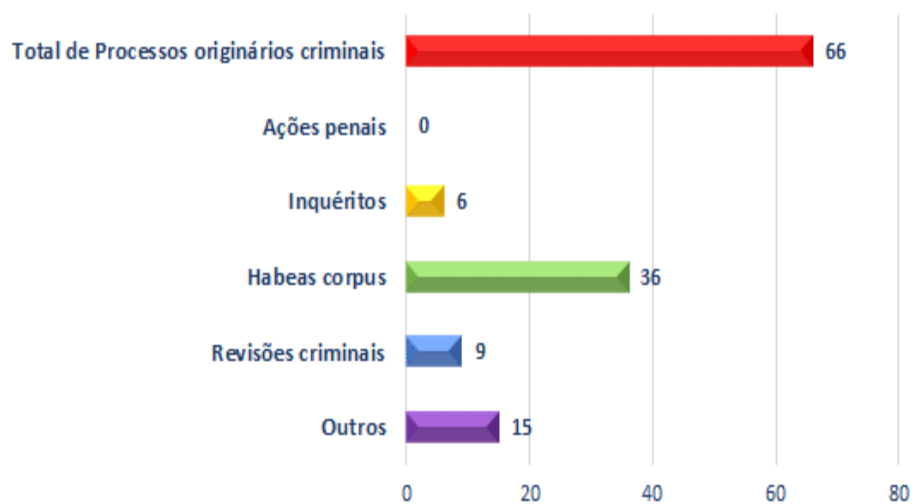
3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	33, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Mandados de segurança	2, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
IRDR	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
IAC	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Arguição de inconstitucionalidade	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Conflitos de competência	8, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Reclamações	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Ações rescisórias	5, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Outros	18, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

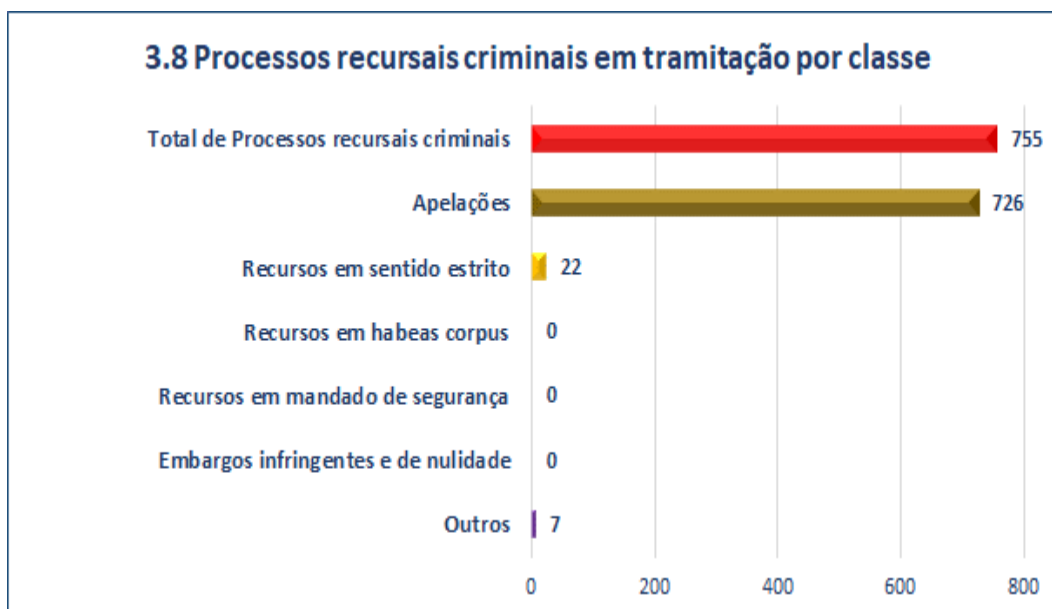
3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	32, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recursos em ações de desapropriação	1, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recursos em ações com preferência legal	2, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Outros	29, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recursos em mandados de segurança coletivos	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recursos em ações populares	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recursos em ações de improbidade administrativa	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recursos em ações civis públicas	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

3.6 Processos recursais em tramitação por classe



3.7 Processos originários criminais em tramitação





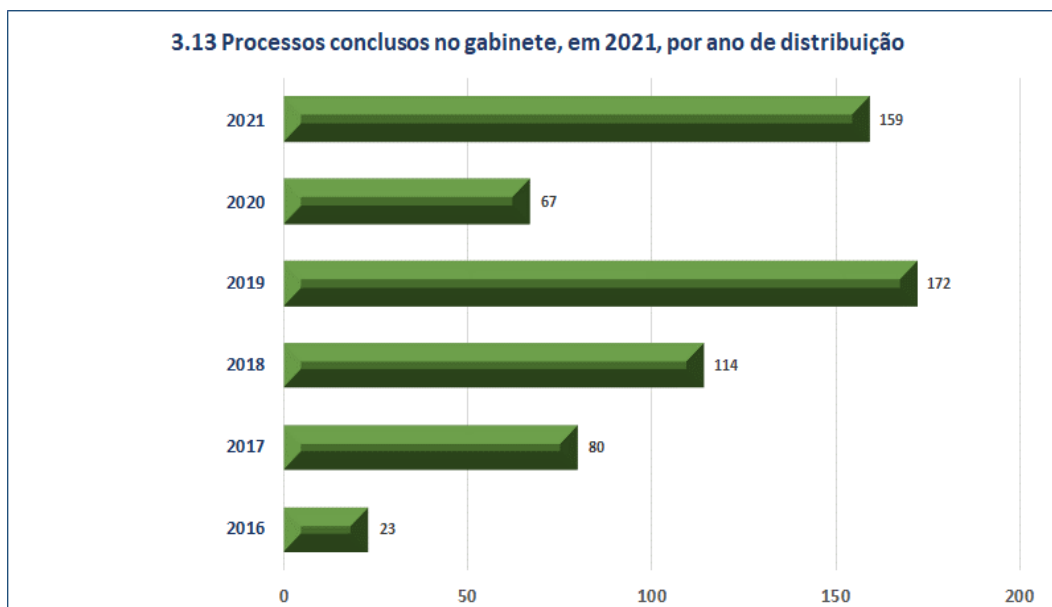
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	58, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Apelações	26, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Ações penais	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Inquéritos	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Habeas Corpus	19, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

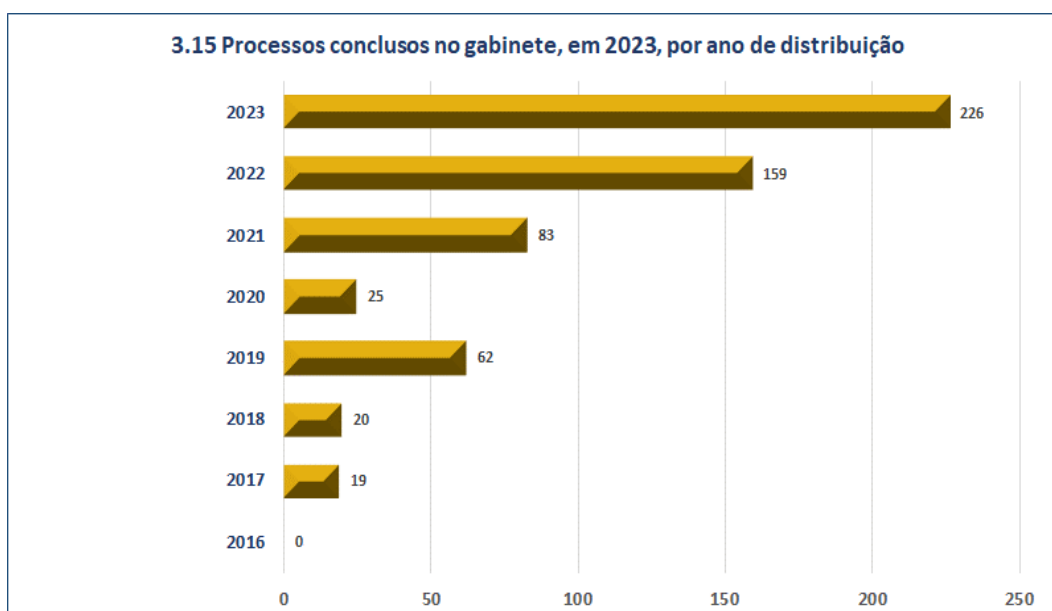
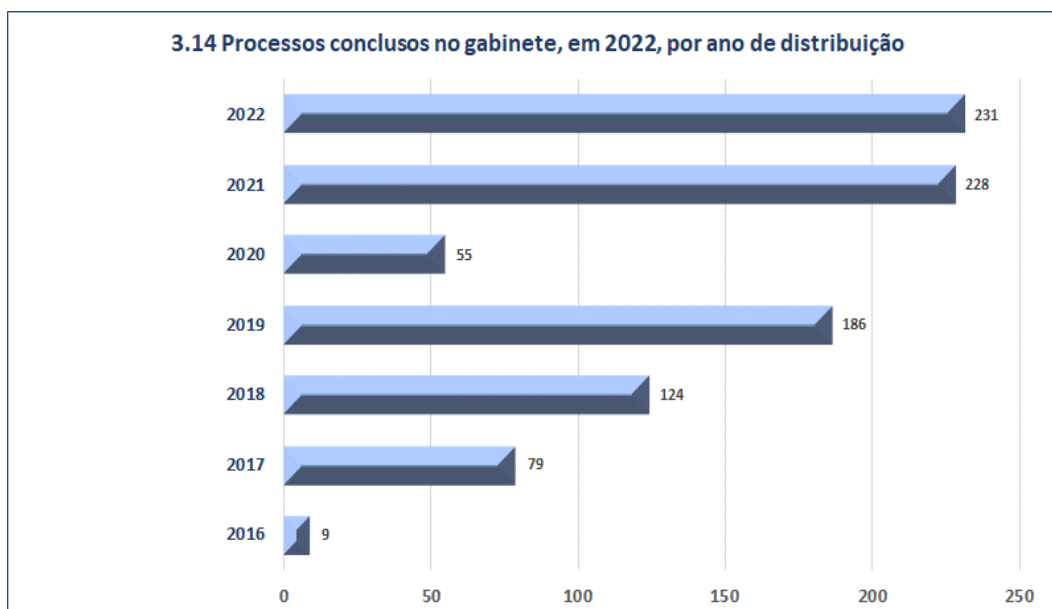
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Por IRDR	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Por IAC	Em branco, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Em branco, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Por Recurso Especial	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Por Recurso Extraordinário	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

3.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração com conclusão superior a 90 dias	9, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Embargos de declaração com conclusão superior a 120 dias	7, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

Agravos legais/regimentais	1, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3. Processo redistribuído a outro gabinete em 6/3/2023.
Embargos de declaração	27, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3. Processo redistribuído a outro gabinete em 6/3/2023.
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

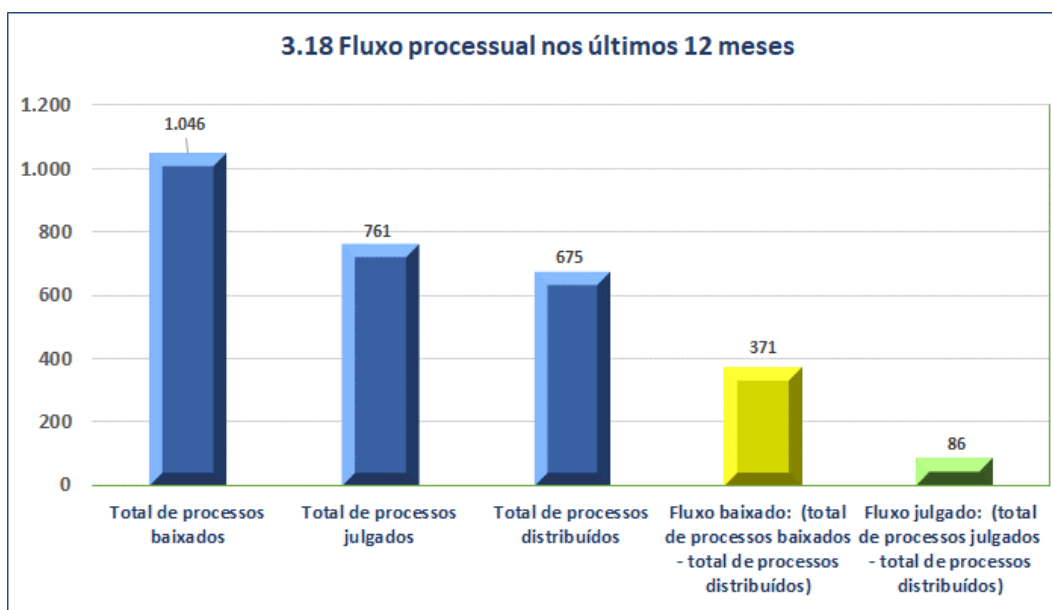
3.12 Processos com tutela provisória	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	2, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	2, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3. Ambos os processos julgados pela Turma em 10/8/2023.



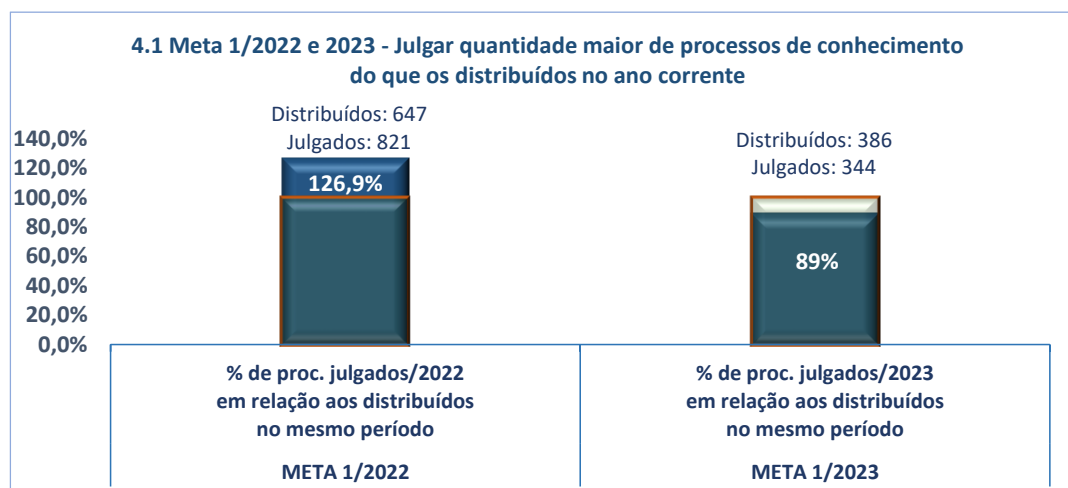


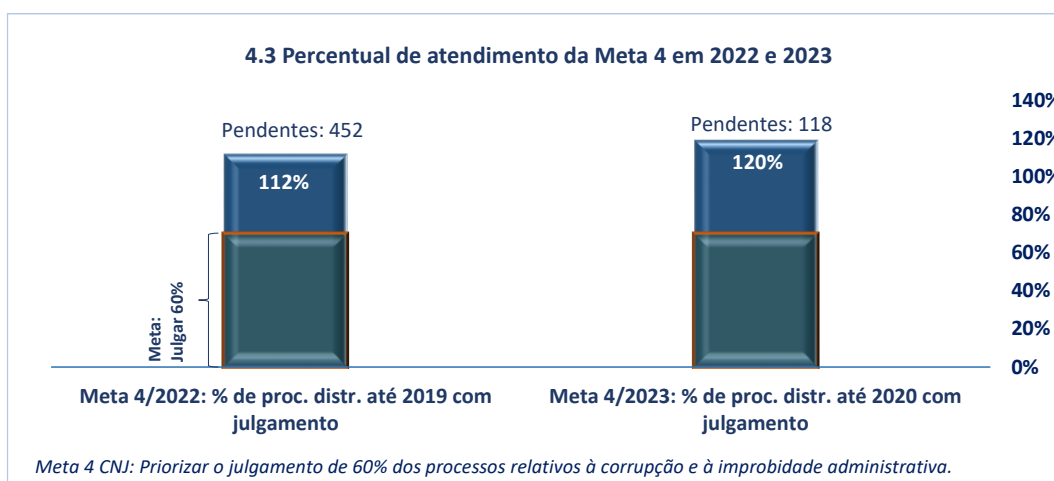
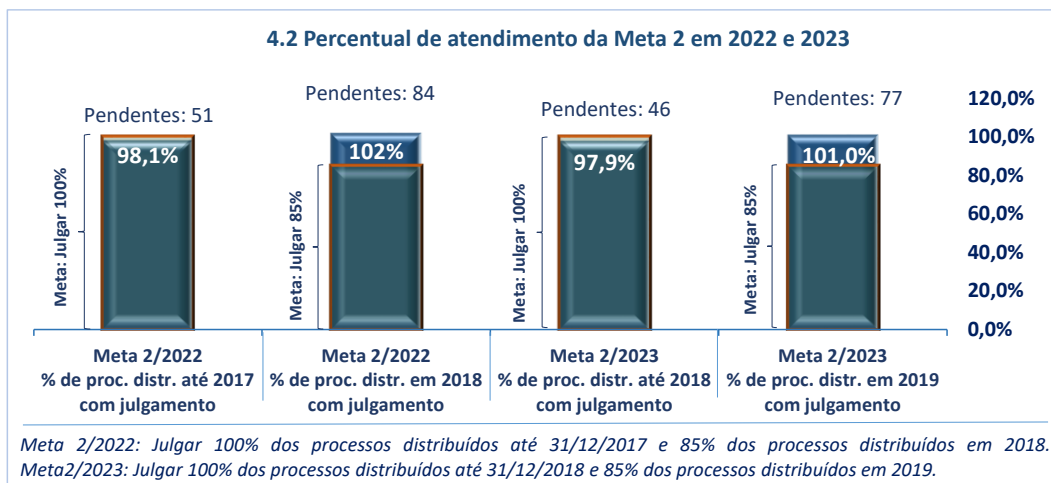
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	10, de acordo com os dados estatísticos deste Gabinete.
Remetidos para voto-vista	1, de acordo com os dados estatísticos deste Gabinete.
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0, de acordo com os dados estatísticos deste Gabinete.
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	Sem os dados estatísticos na página deste TRF-3.
Remetidos para declaração de voto	Sem os dados estatísticos na página deste TRF-3.

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	5, de acordo com os dados estatísticos deste Gabinete.
Recebidos para voto-vista	3, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



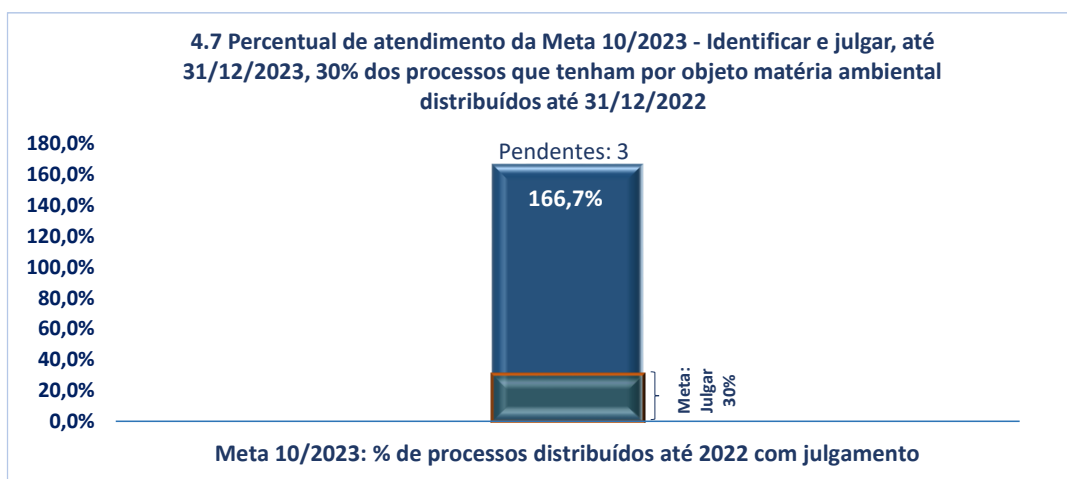
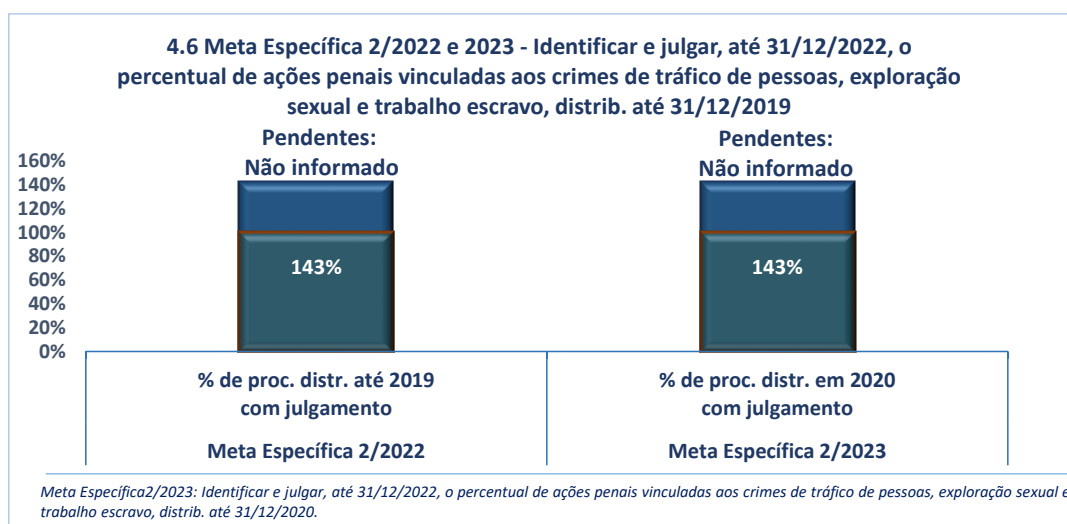
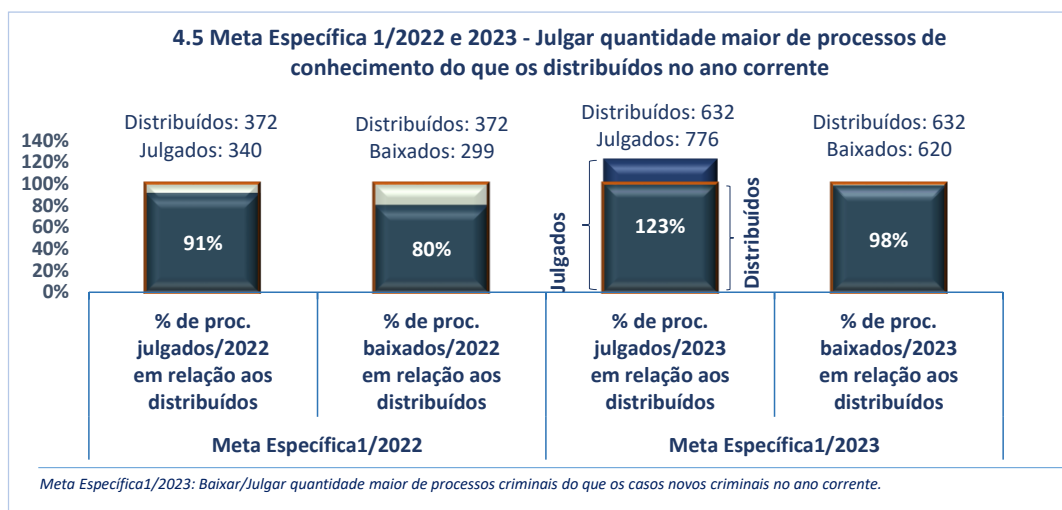
4. METAS





4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Sem dados estatísticos na página deste TRF-3.
Taxa de congestionamento no ano anterior	-10,19
Taxa de congestionamento no ano corrente	-3,61



4.8 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Em branco, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Pendentes no mês anterior	Em branco, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.
Percentual de cumprimento da meta	Em branco, de acordo com os dados estatísticos deste TRF-3.

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Após a triagem os processos são repassados à equipe pelo assessor, com base nos indicadores de prioridades, com distribuição mensal de acordo com o método de trabalho/teletrabalho escolhido pelo servidor, conforme o assunto ou tipo de processo, seguindo a organização interna definida pelo assessor e chefe de gabinete. Dois servidores elaboram todos os *habeas corpus* (às vezes auxiliados pelo assessor e chefe de gabinete); dois servidores cuidam dos feitos residuais cíveis; uma servidora cuida dos processos mais complexos da competência da Turma, dos embargos infringentes e parte das revisões criminais (os demais feitos da seção criminal são de responsabilidade do assessor e chefe de gabinete); e o restante do acervo e as medidas de urgência são distribuídos à equipe de acordo com o assunto, sendo que os processos mais complexos, geralmente, são analisados pelos servidores com mais experiência. Há um controle mensal feito com a utilização dos sistemas eletrônicos do TRF-3, especialmente os relatórios gerenciais disponíveis e as "etiquetas" (no sistema PJe), facilitando a análise e conferência dos processos com prioridades legais e regimentais, e demais urgências definidas dentro do gabinete. As metas são coletivas, estipuladas pelo Desembargador Federal, e de acordo com o método de trabalho exercido por cada um (teletrabalho integral, parcial ou presencial). Finalmente, a unidade não possui plano de gestão formal e específico, sendo utilizada atualmente a gestão de acordo com as determinações e entendimentos do Desembargador Federal, com a priorização dos feitos criminais urgentes, além das demais prioridades legais e feitos referentes às Metas do CNJ e CJF.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Com uma alteração recente no fluxo do sistema PJe, os feitos sobrestados são encaminhados à Subsecretaria, tanto os físicos quanto os eletrônicos, para intimação das partes e posterior lançamento de fase específica, de forma a ficarem separados e facilmente identificáveis nos sistemas. Após os feitos ficam conclusos no gabinete de cada Relator, em tarefas específicas, facilitando o controle do acervo sobrestado.

5.3 Boas práticas e inovações

1) Os processos em tramitação no gabinete são triados de acordo com as prioridades legais (preso, idoso, etc) e demais questões urgentes (prescrição, etc), além de serem identificados e priorizados os feitos relativos às metas nacionais estipuladas pelo CNJ e CJF. 2) Os feitos eletrônicos são organizados de acordo com as tarefas do sistema PJe, sendo utilizadas as "etiquetas" do sistema para atribuição aos servidores, de acordo com a fase atual do processo, além de incluir outras informações relevantes (prescrição, prioridades, crime, etc). 3) O trabalho é planejado mediante o controle dos feitos segundo a matéria, a complexidade, a data de entrada e prazos de prescrição penal. Assim que chegam ao gabinete, são triados e as informações são lançadas em aplicativo do próprio gabinete, podendo ser gerados relatórios. Quando julgados, o sistema é alimentado com essa informação. Com isso, são atribuídas listas aos servidores para preparo de minutas, as quais são conferidas pelo Desembargador Federal. A fim de atingir os objetivos fixados, são realizadas reuniões periódicas com os servidores. São priorizados os julgamentos de feitos com réus presos e *habeas corpus*, valendo ressaltar que se procura julgar mensalmente um número maior de feitos do que o dos distribuídos, além de julgar o remanescente cível. 4) Sempre que possível (e cabível) são proferidas decisões terminativas, auxiliando na prestação jurisdicional mais célere e na redução do acervo do gabinete.

5.4 Dificuldades

Dificuldades: a) dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, os quais são inconsistentes ou incompletos; b) perda recente de 2 vagas de servidores, em virtude da reestruturação interna do TRF-3, não havendo reposição e manutenção de alta distribuição de processos; c) sistema PJe continua com instabilidades recorrentes, apesar de sua frequente atualização.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Tendo em vista a regulamentação e autorização de teletrabalho no TRF-3, segue-se neste Gabinete o percentual de servidores e a meta de produtividade estabelecidas na Resolução n. 481 do CNJ. Atualmente neste Gabinete são 3 servidores em regime de teletrabalho integral, 7 em regime misto/híbrido e 6 na modalidade presencial integral.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Considerando a competência criminal do gabinete, não há encaminhamento de processos para a unidade de conciliação, tendo em vista que o acervo residual cível foi praticamente zerado neste ano.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0003812-75.2017.4.03.6130	5/4/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0004917-70.2009.4.03.6000	14/5/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0001452-86.2016.4.03.6136	12/5/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0014426-69.2007.4.03.6105	27/9/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico remetido à revisão em 27/8/2023. Previsão de inclusão na Sessão de julgamentos do dia 28/9/2023.		
0008800-59.2012.4.03.6181	20/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
5000056-43.2019.4.03.6181	24/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0006171-68.2019.4.03.6181	19/4/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0003162-94.2017.4.03.6108	21/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0003189-41.2017.4.03.6120	29/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0009488-40.2016.4.03.6000	5/7/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0000059-45.2015.4.03.6142	4/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
5007924-09.2019.4.03.6105	30/7/2021	Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0000982-08.2014.4.03.6142	28/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0001715-16.2013.4.03.6107	29/7/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
5003158-52.2020.4.03.6112	10/8/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 90 dias.		
0002939-26.2017.4.03.6114	11/10/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0014134-50.2007.4.03.6181	9/11/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0002944-48.2017.4.03.6114	23/11/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0002961-84.2017.4.03.6114	14/12/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
5006281-11.2022.4.03.6105	1º/6/2022	Exceção de Suspeição
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Proferido despacho de movimentação processual em 5/9/2023.		
0039173-31.1989.4.03.6100	4/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual. Remetido à digitalização em 22/8/2023. Aguardando inserção das peças no sistema PJe.		
0000686-54.1996.4.03.6000	13/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração. Feito incluído na Sessão de julgamentos do dia 28/9/2023.		
0001100-22.2019.4.03.6105	12/7/2019	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Proferido despacho de movimentação processual em 5/9/2023.		
0000586-77.2012.4.03.6117	4/7/2013	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo cível remetido à digitalização em 22/8/2023. Aguardando inserção das peças no sistema PJe.		
0002043-39.2010.4.03.6110	10/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual. Remetido à digitalização em 22/8/2023. Aguardando inserção das peças no sistema PJe.		
0001069-29.2011.4.03.6122	8/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual. Remetido à digitalização em 22/8/2023. Aguardando inserção das peças no sistema PJe.		
0022260-70.2009.4.03.6100	22/3/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo cível sobrestado em razão de decisão do STF (Tema 985).		
5030145-94.2021.4.03.0000	1º/12/2021	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na Sessão de julgamentos do dia 28/9/2023.		
5009921-46.2022.4.03.6000	13/12/2022	Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo eletrônico já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5006561-27.2023.4.03.0000	13/3/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na Sessão de julgamentos do dia 11/10/2023.		
0015660-87.2015.4.03.0000	3/2/2017	Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo físico que não se encontra no acervo ativo do gabinete. Inquérito remetido ao NURT com decisão de declínio de competência proferida em 17/3/2017. Processo arquivado na Vara de origem em 23/8/2018.		
0002361-65.2018.4.03.6102	5/8/2019	Petição Criminal
Observação/Providência: Petição criminal que não se encontra no acervo ativo do gabinete. Está apensado ao feito principal n. 0025429-66.2008.4.03.0000, que se encontra em tramitação no STJ desde 24/1/2023.		
5003796-83.2023.4.03.0000	15/2/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico já julgado na Sessão do dia 10/8/2023.		
5018683-09.2022.4.03.0000	13/7/2022	Petição Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Proferida decisão sobre embargos de declaração em 6/9/2023.		
5003402-47.2021.4.03.0000	21/2/2021	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Proferido despacho de movimentação processual em 1º/9/2023.		
5027136-61.2020.4.03.0000	30/9/2020	Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Observação/Providência: Processo eletrônico que não se encontra no acervo ativo do gabinete. Procedimento investigatório com tramitação direta entre a PF e o MPF (Resolução n. 63, de 26/6/2009, do Conselho da Justiça Federal).		

5028129-41.2019.4.03.0000	29/10/2019	Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo eletrônico que não se encontra no acervo ativo do gabinete. Inquérito com tramitação direta entre a PF e o MPF (Resolução n. 63, de 26/6/2009, do Conselho da Justiça Federal).		
5024634-52.2020.4.03.0000	3/9/2020	Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo eletrônico que não se encontra no acervo ativo do gabinete. Inquérito com tramitação direta entre a PF e o MPF (Resolução n. 63, de 26/6/2009, do Conselho da Justiça Federal).		
5000720-17.2019.4.03.6006	1º/2/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
5006429-80.2021.4.03.6000	18/4/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
5002172-46.2020.4.03.6000	11/5/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico de alta complexidade. Já incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0019458-12.2003.4.03.6100	24/3/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual. Remetido à digitalização em 22/8/2023. Aguardando inserção das peças no sistema PJe.		
0046516-29.1999.4.03.6100	17/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Processo em tramitação na subsecretaria, com prazo em curso.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 43 processos selecionados, 40 são eletrônicos e foram inspecionados em consulta ao sistema PJe.

Os 3 processos físicos indicados na listagem de inspeção foram analisados por meio de extrato processual (SIAPRO), fornecido pelo responsável pela unidade.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões em que estão atualmente pautados (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000059-45.2015.4.03.6142	0001452-86.2016.4.03.6136	0003162-94.2017.4.03.6108
0008800-59.2012.4.03.6181	5000056-43.2019.4.03.6181	5000720-17.2019.4.03.6006

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000586-77.2012.4.03.6117	0000982-08.2014.4.03.6142	0001715-16.2013.4.03.6107
0002939-26.2017.4.03.6114	0002944-48.2017.4.03.6114	0002961-84.2017.4.03.6114

0003189-41.2017.4.03.6120	0003812-75.2017.4.03.6130	0004917-70.2009.4.03.6000
0006171-68.2019.4.03.6181	0009488-40.2016.4.03.6000	0014134-50.2007.4.03.6181
5002172-46.2020.4.03.6000	5003158-52.2020.4.03.6112	5007924-09.2019.4.03.6105

c) Regularizar em até 60 dias (embargos de declaração com excesso na tramitação acima de 45 dias):

0001069-29.2011.4.03.6122	0039173-31.1989.4.03.6100	
---------------------------	---------------------------	--

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (recurso em sentido estrito distribuído em 2019):

0001100-22.2019.4.03.6105

e) Regularizar a digitalização e julgar o recurso em até 90 dias:

0002043-39.2010.4.03.6110	0019458-12.2003.4.03.6100	0046516-29.1999.4.03.6100
---------------------------	---------------------------	---------------------------

f) Regularizar o sistema em relação à baixa:

0015660-87.2015.4.03.0000

g) Incluir em julgamento em até 60 dias (réu preso):

5006429-80.2021.4.03.6000

h) Requisitar IPL para análise da tramitação:

5024634-52.2020.4.03.0000

i) Regularizar em 30 dias (IPL com manifestação de declínio de competência):

5028129-41.2019.4.03.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Nino Toldo e pelos servidores Denis Renato dos Santos Cruz e Luiz Fernando Pacheco.

Apurou-se que o gabinete atualmente é composto por 12 servidores efetivos, todos atuam na atividade-fim. A equipe se encontra reduzida em razão de licença de uma das servidoras e futura saída de servidor que obteve permuta para o Rio de Janeiro.

A Chefia e a Assessoria cuidam da triagem, gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento.

A distribuição das tarefas ocorre com base na especialização do servidor, de acordo com a matéria tratada. Dois servidores elaboram todos os *habeas corpus* (às vezes auxiliados pelo assessor e chefe de gabinete); dois servidores cuidam dos feitos residuais cíveis; uma servidora cuida dos processos mais complexos da competência da Turma, dos embargos infringentes e parte das revisões criminais (os demais feitos da seção criminal são de responsabilidade do assessor e chefe de gabinete); e o restante do acervo e as medidas de urgência são distribuídos à equipe de acordo com o assunto, sendo que os processos mais complexos, geralmente, são analisados pelos servidores com mais experiência.

É realizado um controle mensal feito com a utilização dos sistemas eletrônicos do TRF-3, especialmente os relatórios gerenciais disponíveis e as "etiquetas" (no sistema PJe), facilitando a análise e conferência dos processos com prioridades legais e regimentais, e demais urgências definidas dentro do gabinete.

O controle de acervo é realizado por meio do programa Microsoft Access e etiquetas do PJe. A necessidade de controle através de ferramenta externa se dá em virtude de inconsistências relevantes do sistema PJe, relatados na entrevista de forma contundente.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância, Vice-Presidência) em que os processos são "desviados" do fluxo e acabam "perdidos" em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam "esquecidos" nesse local eletrônico não controlado pela unidade jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento, demanda essa que afigura-se urgente, dada a gravidade da situação e potenciais problemas que podem surgir daí.

Também é digno de nota a dificuldade apontada pela equipe inspecionada, no que concerne à alteração de ID das peças em rotina do sistema PJe. Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância. As referências a números de identificação (ID) distintos em primeiro e segundo grau acaba por dificultar a análise processual.

Ainda em relação ao PJe, destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores. Aliás, trata-se de observação comum feita por praticamente todos os gabinetes inspecionados o que, igualmente, está a merecer uma resolução imediata pelo setor de informática competente.

Foram relatadas pela equipe inspecionada dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, apontando-se inconsistências, notadamente em relação aos processos cíveis remanescentes à especialização que foram captados.

As metas são coletivas, estipuladas pelo Desembargador Federal, e de acordo com o método de trabalho exercido por cada um (teletrabalho integral, parcial ou presencial).

A gestão da unidade segue as determinações e entendimentos do Desembargador Federal, com a priorização dos feitos criminais urgentes, além das demais prioridades legais e feitos referentes à Metas do CNJ e CJF.

Após o cumprimento de rotina específica pela Subsecretaria, os feitos sobrestados ficam conclusos no gabinete de cada Relator, em tarefas específicas, facilitando o controle do acervo.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ. Atualmente são 3 servidores em regime de teletrabalho integral, 7 em regime misto/híbrido e 6 na modalidade presencial integral.

Foram relatadas dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, os quais são inconsistentes ou incompletos, instabilidades do PJe e quadro reduzido de servidores diante da alta de distribuição.

Em relação aos processos cíveis ficou esclarecido que o dado estatístico não corresponde à realidade, havendo atualmente 11 processos dessa natureza. Destacou-se que desses a maior parte está em vias de julgamento, havendo servidor exclusivamente destacado para lidar com este acervo.

Os embargos de declaração são tratados com celeridade, sendo levados a julgamento em cerca de um ou dois meses.

Não há pendências relacionadas a *habeas corpus*, pedidos liminares, réus presos, que possuem prioridades máximas por determinação do Desembargador.

Embora o acervo seja em razoável número, os gestores têm trabalhado com afinco para a redução do acervo e atendimento das metas do CNJ.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve significativa diminuição do montante de processos conclusos de 1.028 para 613, devendo ser levado em consideração a redistribuição de parte do acervo em razão da criação de dois gabinetes novos em março de 2023. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 983 feitos conclusos, e no mês anterior à inspeção eram 613.

Em relação ao acervo houve diminuição eis que no início do 12º mês anterior à inspeção a unidade contava com 1.664 processos e no final do mês anterior à inspeção, com 1.062 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu bastante: de 107, na última inspeção, para 27, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 18 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 11ª Turma, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que merece atenção.

Com relação aos feitos de natureza cível e a apontada inconsistência dos dados apresentados pela estatística do TRF3 (itens 3.4 e 3.5 do presente relatório) foi constatado erro de identificação, classificando-se processos criminais como de natureza cível, como por exemplo, embargos infringentes e de nulidade (4ª Seção) classificados como processos de natureza cível.

O problema foi relatado ao setor de informática para adoção de medidas cabíveis.

Constatou-se que a unidade jurisdicional conta com um acervo antigo relevante, que gera dificuldades para a evolução de produtividade, visto que são processos complexos, com digitalização de autos físicos, o que dificulta a sua análise.

Não obstante, há notório comprometimento da equipe em realizar um trabalho mais aprimorado e de excelência, com perspectiva de solução de gargalos que prejudicam atualmente a produtividade.

A equipe do gabinete, sob o comando do Desembargador, demonstra total consciência dos desafios e busca adotar estratégias para reduzir o acervo mais antigo, sem embargo do cumprimento das metas do CNJ. Mesmo diante do quadro severamente reduzido de servidores, os dados estatísticos demonstram melhoria nos resultados, havendo clara perspectiva de melhora no futuro.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Manter a estratégia de enfrentamento do acervo mais antigo, sempre buscando ferramentas de aprimoramento;
- c) Registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal José Lunardelli

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

4ª Seção e 11ª Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

13 anos (em exercício na unidade desde a posse neste Tribunal, em 1º/7/2010)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Alexandros Pereira Christopoulos - assessor

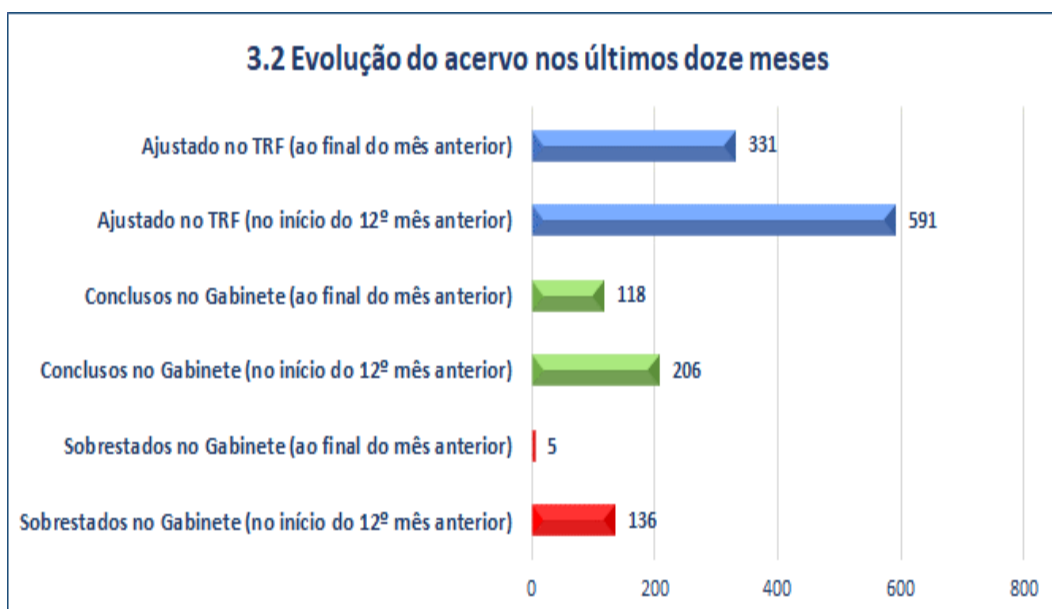
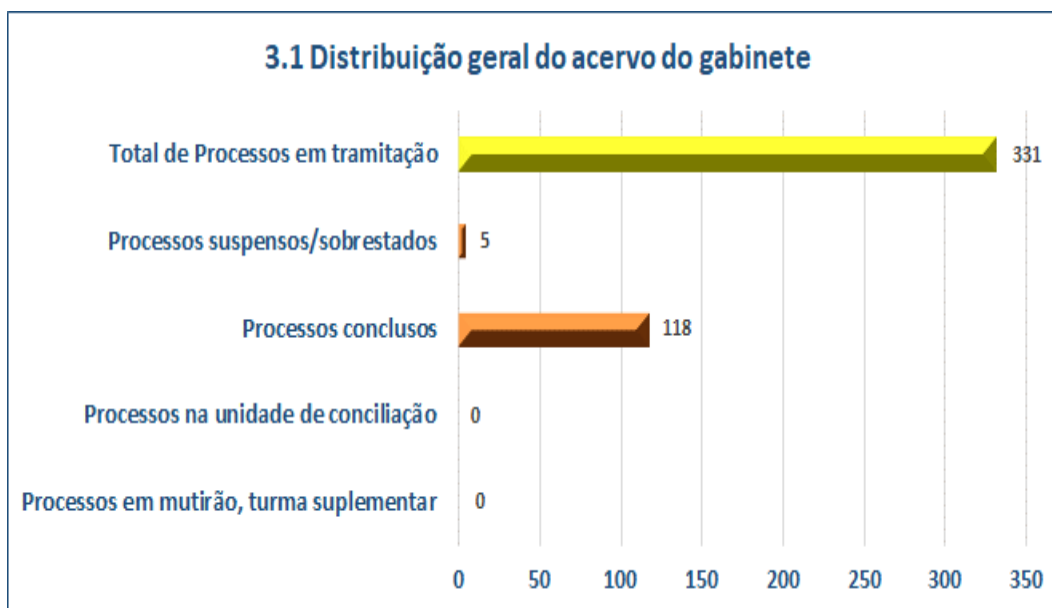
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	1
FC-4	4
FC-3	7

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

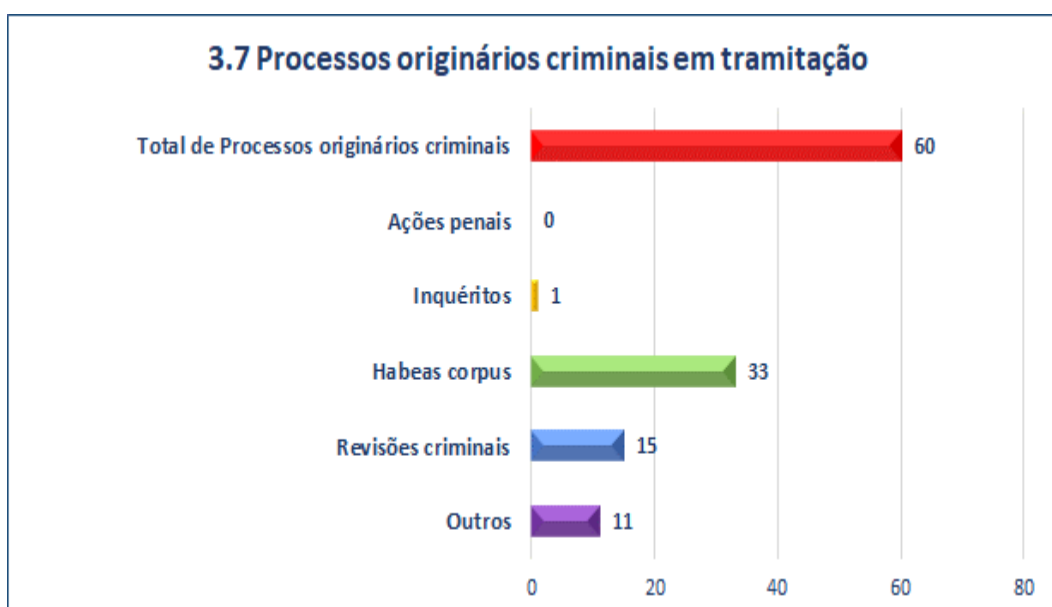
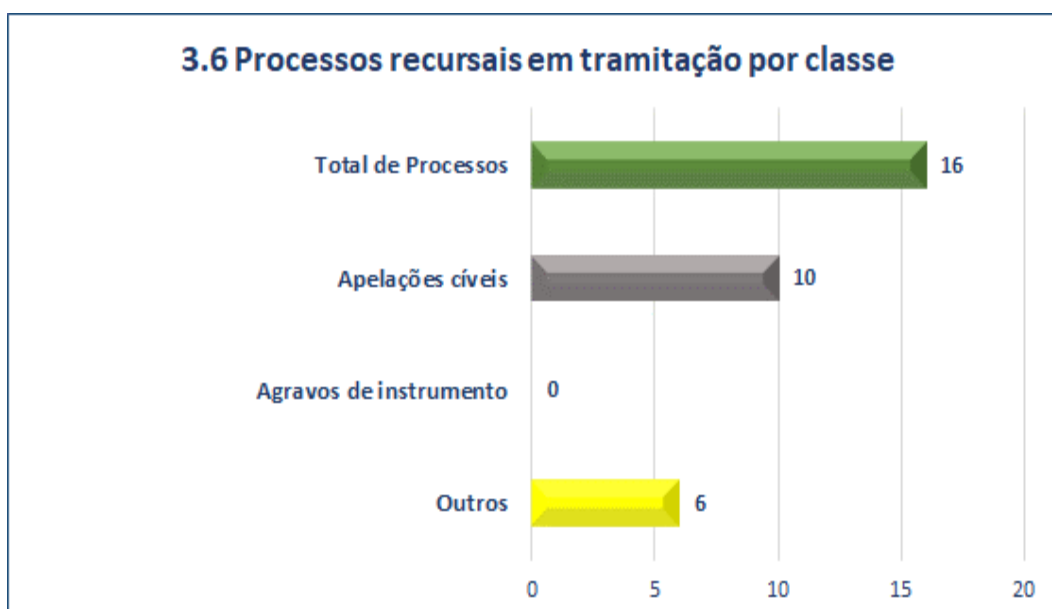
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não

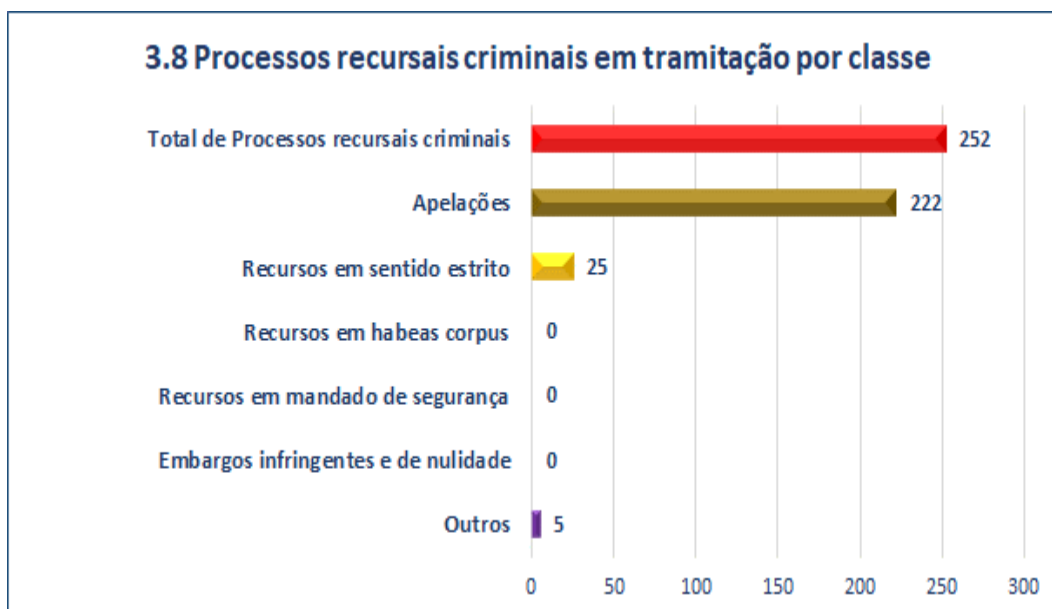
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	2
------------------------------------	---

Outros	2
--------	---

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	16
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	1
Outros	14





3.9 Processos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	55
Apelações	30
Habeas corpus	9

3.10 Processos sobrestados no Gabinete

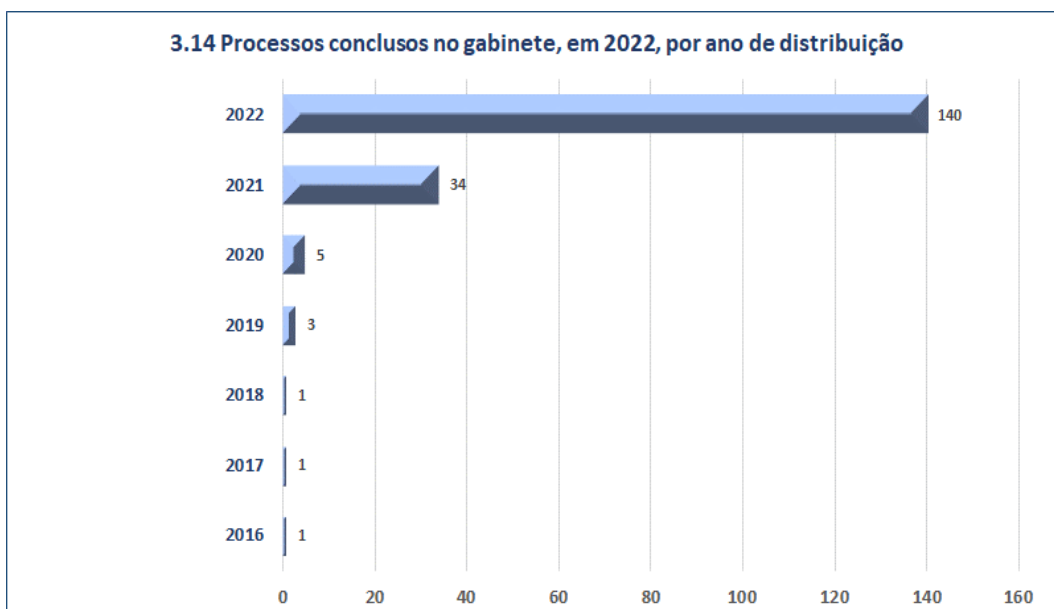
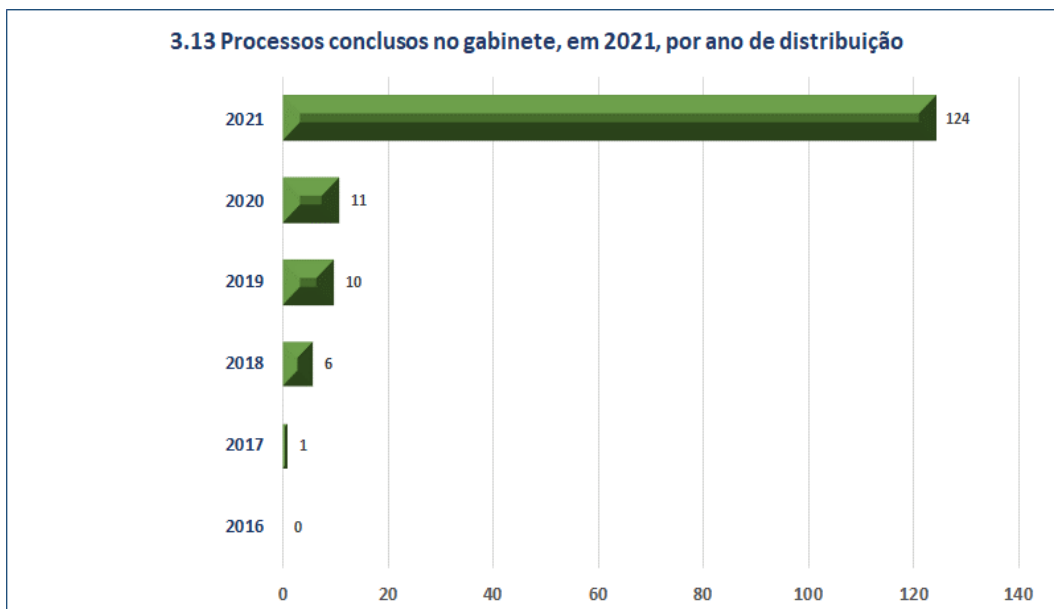
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

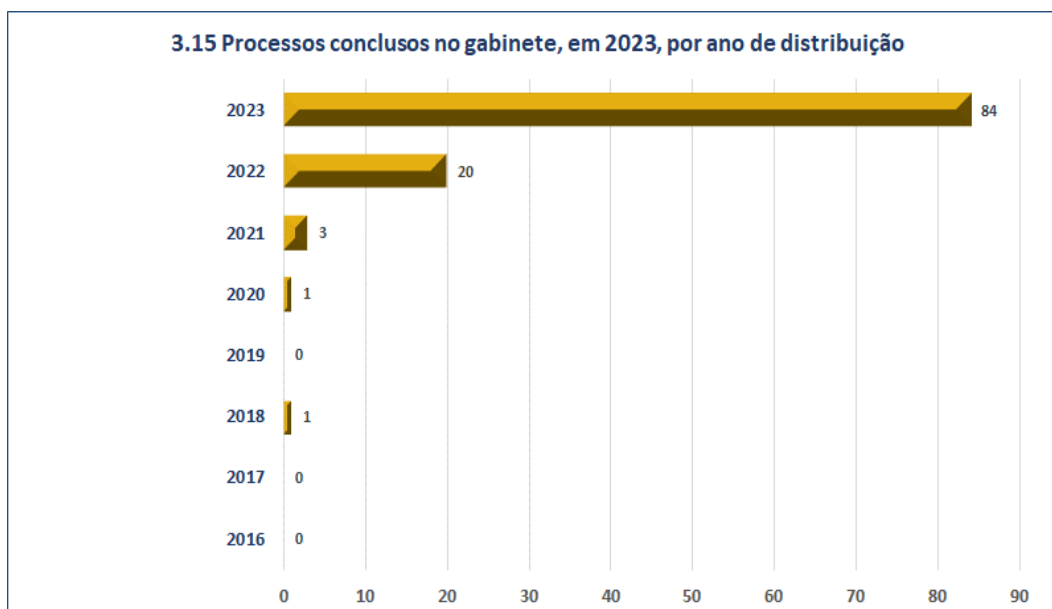
3.11 Processos com recursos internos para julgamento

Embargos de declaração	11
------------------------	----

3.12 Processos com tutela provisória

Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	0



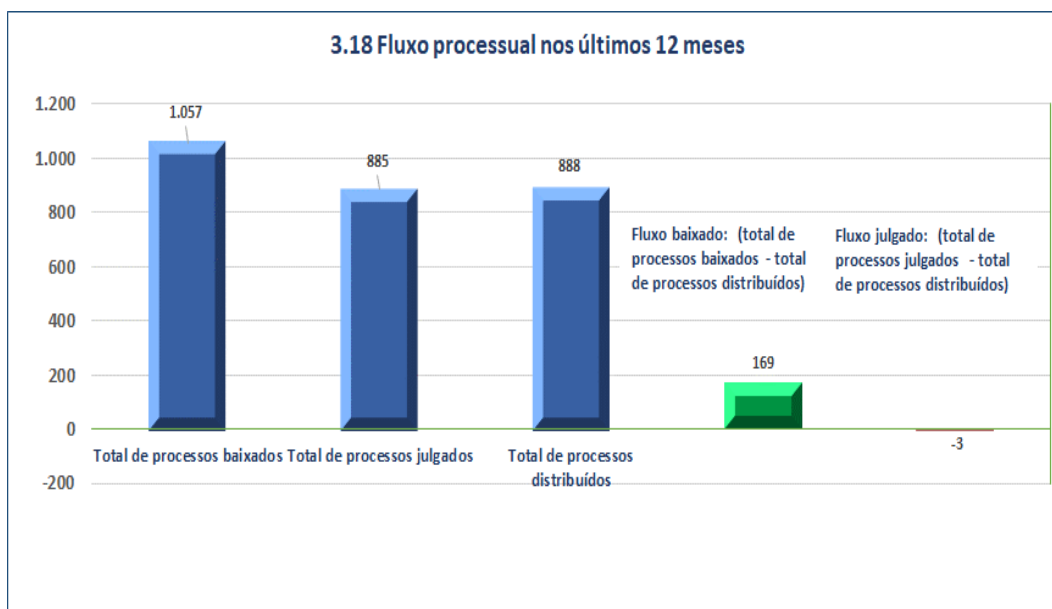


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

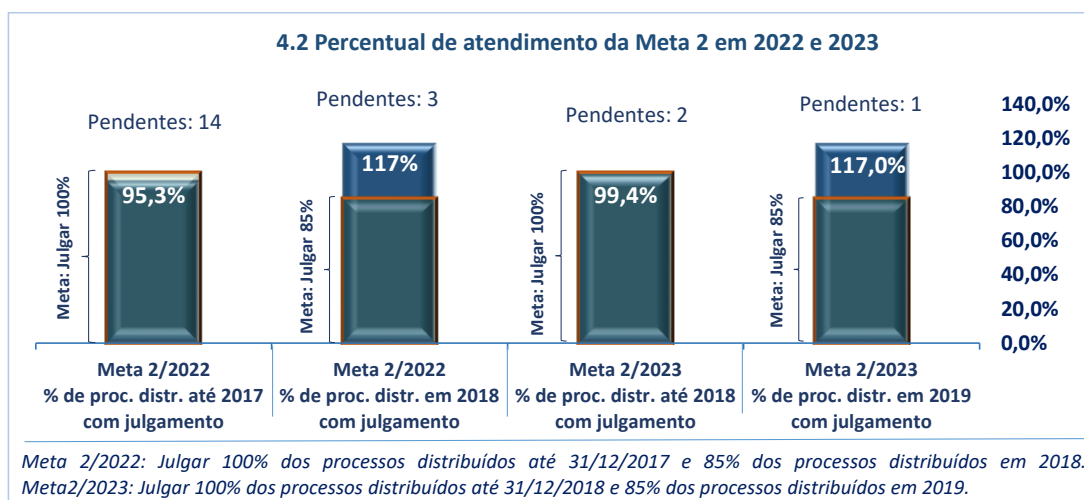
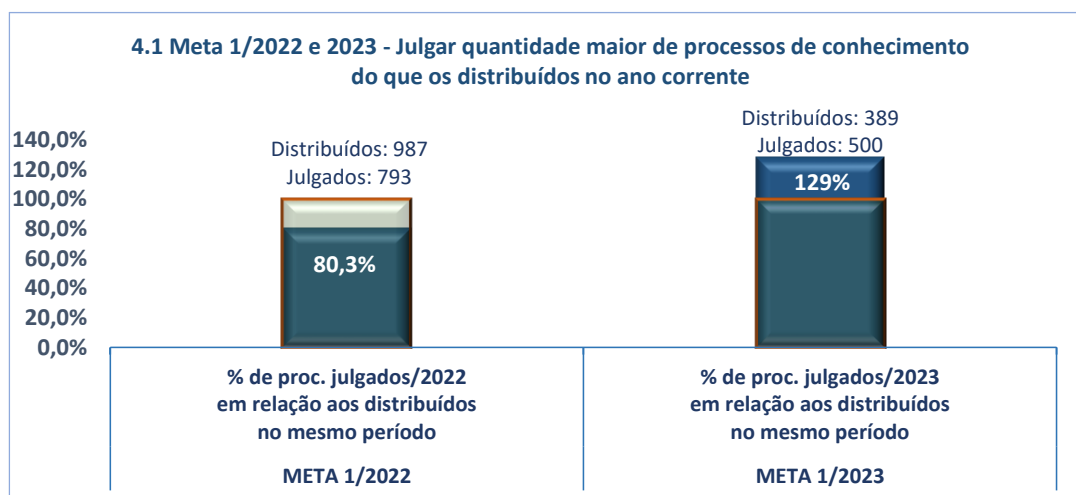
Remetidos para revisão	não disponível
Remetidos para voto-vista	6
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	1
Remetidos para declaração de voto	não disponível

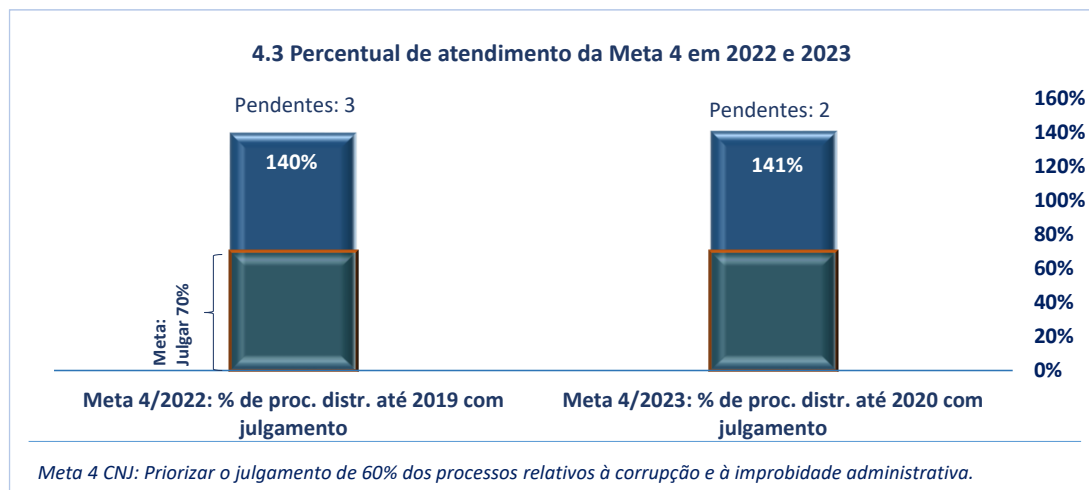
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	não disponível
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



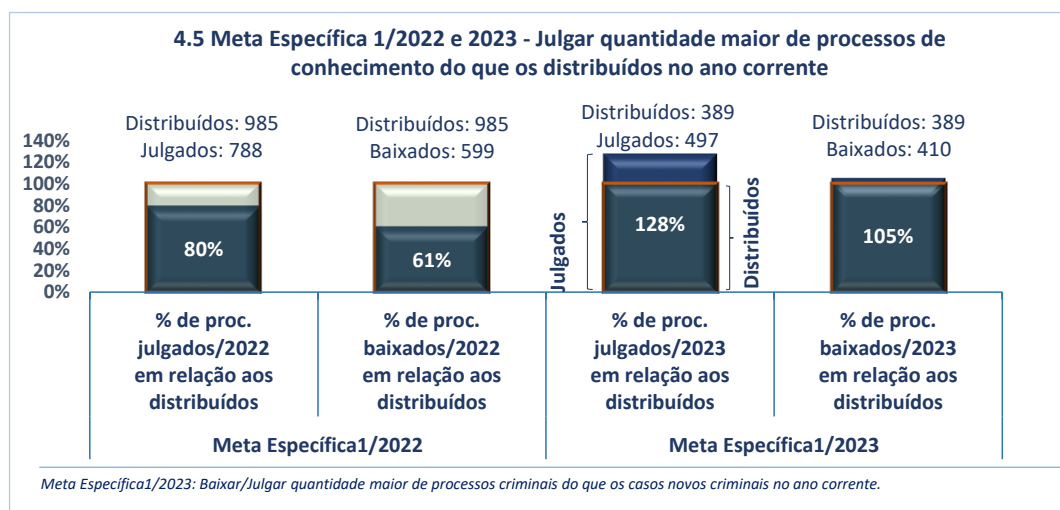
4. METAS





4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	não disponível
Taxa de congestionamento no ano anterior	-13,85%
Taxa de congestionamento no ano corrente	-11,79%

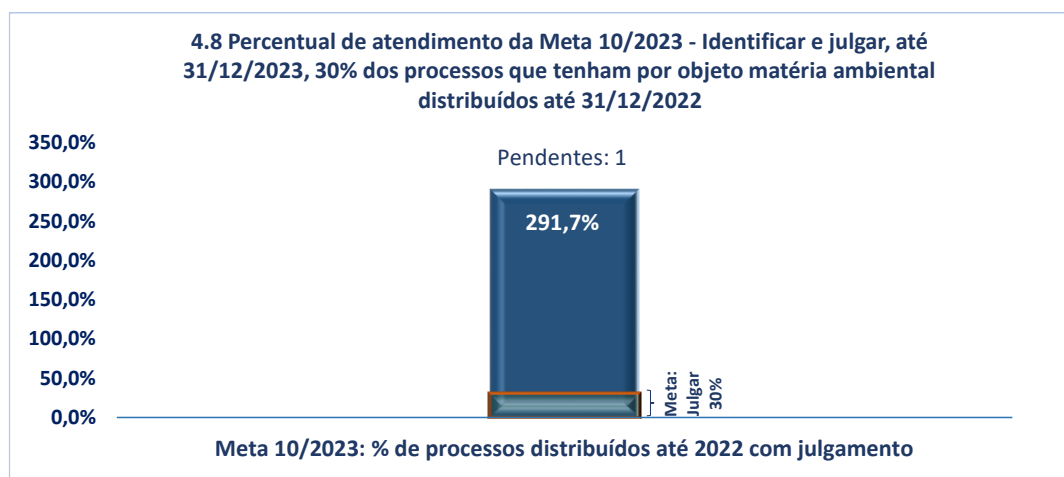


4.6 META ESP. 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não disponível
Pendentes em 31/12/2022	não disponível
Porcentagem de atendimento da meta	não disponível

4.7 META ESP. 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, a % de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não disponível
Pendentes no último dia do mês anterior	não disponível
Porcentagem de atendimento da meta	não disponível



4.9 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	não disponível
Pendentes no mês anterior	não disponível
Percentual de cumprimento da meta	não disponível

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Considerando que temos acervo bastante reduzido em consequência de trabalho que se revelou exitoso (quando o DF José Lunardelli assumiu o gabinete, em 2010, tínhamos mais de dez mil processos conclusos e, no período, recebemos aproximadamente treze mil processos), o controle do acervo é realizado diariamente no sistema PJe. Raramente superamos a marca de dez processos na pasta "triagem" e "trinta" na pasta "elaborar relatório e voto". Os *Habeas Corpus* são distribuídos a um integrante da equipe imediatamente após a entrada no gabinete e, em média, as liminares são analisadas em 24h, com tolerância de 48h, conforme especificidades e complexidade da questão.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

No próprio PJe, pois são pouquíssimos.

5.3 Boas práticas e inovações

A separação de trabalho é feita por matéria e os *habeas corpus* são apreciados por quase todos os servidores e distribuídos sequencialmente, pela ordem de chegada, com preferência pela matéria de especialização. Considerando que não temos mais processos pendentes, o controle de produtividade é feito somente em relação àqueles processos que estão sob a responsabilidade de cada servidor(a).

5.4 Dificuldades

não há dificuldades

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

sim

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

não

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001141-64.2019.4.03.6181	27/10/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: o processo foi redistribuído ao Desembargador Hélio Nogueira, em 21/3/2023.		
0000061-27.2019.4.03.6125	29/4/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: o processo foi redistribuído ao Desembargador Hélio Nogueira, em 21/3/2023.		
0012833-24.2014.4.03.6181	13/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação Lupus-Revanche - processo complexo, com 19 réus, que já veio a esta Corte, foi julgado, com determinação de retorno à 1ª instância. Voltou a este Tribunal e após análise de pleitos incidentais, tem previsão de julgamento no dia 28/10.		
5006519-64.2020.4.03.6181	28/10/2022	Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo faz parte da Operação Lupus-Revanche, com vários réus. Após a distribuição, as partes apresentaram razões em sede recursal, tem previsão de julgamento no dia 28/10.		
0001074-93.2016.4.03.6116	24/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: o processo foi redistribuído ao Desembargador Hélio Nogueira, em 21/3/2023.		
0004484-56.2019.4.03.6181	3/3/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: o processo foi redistribuído ao Desembargador Hélio Nogueira, em 21/3/2023.		
5000635-70.2020.4.03.6111	11/10/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: o processo foi redistribuído ao Desembargador Hélio Nogueira, em 21/3/2023.		
5007411-36.2021.4.03.6181	2/3/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: o processo foi redistribuído ao Desembargador Hélio Nogueira, em 21/3/2023.		
0022445-49.2016.4.03.6105	26/5/2021	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: o relator do processo é o Desembargador Federal Fausto de Sanctis		
0009299-44.2002.4.03.6100	17/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: veio da Vice-Presidência para retratação, em 1º/2/23. Julgado em 28/4/23. Opostos ED, estão incluídos para julgamento na pauta de 14/9/23.		
0009146-57.2011.4.03.6112	29/10/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: (suspensão) retornou da Vice-Presidência para Juízo de retratação, em 1º/2/23, apreciado em sessão de 28/4/23. Opostos ED, sucedeu determinação do STF, em 27/6/23, de suspensão, em todo o território nacional, dos feitos judiciais e administrativos pendentes no Tema 985, o que foi cumprido.		
0005186-32.2011.4.03.6100	16/9/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proc. veio ao gab. para Juízo de retratação, 13/2/23, o que foi realizado em sessão de 28/4/23. Voltou à Vice-Presidência, em 31/5/23, onde está atualmente para exame de admissibilidade de recursos excepcionais.		
0002280-05.2016.4.03.6000	27/10/2020	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: processo já apreciado no âmbito da Quarta Seção, ED julgado em 21/8/23. Foi encaminhado à Vice-Presidência para exame de admissibilidade de Recursos Extraordinário e Especial interpostos, em 25/8/23.		
5018502-42.2021.4.03.0000	12/8/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: com previsão de julgamento em 19/10/23.		
0002485-19.2016.4.03.6005	26/4/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Proc. c/ multiplicidade de réus/complexo. J. em 3/11/22 (id 266202886). ED j. em 31/3/23 (id 272135879). Agravo reg. rejeitado liminarmente, em 17/7/23 (id 276564876). Na Subsecretaria para providências diversas e envio à Vice-Presidência para exame de admissibilidade de Recursos Excepcionais.		
5028069-34.2020.4.03.0000	13/10/2020	Petição Criminal

Observação/Providência: Em 20/11/20 (id 147119440), o DF José Lunardelli determinou a juntada ao inquérito n. 5020662-74.2020.4.03.0000 e, após, a baixa do feito. Entretanto, uma vez juntada, seguiu com o referido inquérito para trâmite Direto PF/MPF, nos termos da Res. CJF 63/09. No retorno, a Secretaria realizará a baixa		
0000006-97.2019.4.03.6118	2/3/2021	Inquérito Policial
Observação/Providência: Em decisão proferida em 14/4/2021, restou declinada a competência para acompanhamento do inquérito, com remessa dos autos à Subseção Judiciária de Guaratinguetá/SP. A baixa dos autos ao Juízo de origem ocorreu em 19/4/2021.		
5012436-75.2023.4.03.0000	11/5/2023	Inquérito Policial
Observação/Providência: Em tramitação direta PF/MPF, nos termos da Resolução CJF 63/09. Não temos acesso ao conteúdo dos autos, enquanto ele está tramitando fora do TRF3.		
5027116-02.2022.4.03.0000	4/10/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: levado a julgamento na sessão de 17/8/23. Adiado o julgamento por determinação do Vice-Presidente, Des. Fed. Antonio Cedenho, para proferir voto de qualidade em Questão de Ordem proposta pelo Des. Fed. Nino Toldo.		
5020662-74.2020.4.03.0000	27/7/2020	Inquérito Policial
Observação/Providência: Inquérito atualmente em trâmite direito PF/MPF, nos termos da Resolução-CJF 63/09.		
5016103-69.2023.4.03.0000	14/6/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: foi levado a julgamento na sessão de 24/8/2023, oportunidade em que o Desembargador Federal Fausto de Sanctis pediu vista dos autos.		
0002507-14.2015.4.03.6005	3/5/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: relatoria do DF José Lunardelli. Levado à sessão de 27/10/22, qdo DF Fausto de Sanctis pediu vista e levou à sessão de 24/8/23, qdo apresentou seu voto, que saiu vencedor por maioria.		
5004542-03.2021.4.03.6181	24/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Não localizamos com esse número. Visualizamos todas as pautas passadas, até a data que consta como distribuição, tb não aparece. É possível que o número esteja errado ou que seja de outro relator, nesse caso, se estiver sob segredo/sigilo, sequer conseguimos saber de sua existência.		
0000297-78.2014.4.03.6181	12/5/2015	Apelação Criminal
Observação/Providência: processo é de relatoria do Desembargador Fausto de Sanctis		
0027146-15.2009.4.03.6100	14/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: (suspensão) retornou da Vice-Presidência para Juízo de retratação, em 7/12/22, apreciado em sessão de 18/4/23. Opostos ED, sucedeu determinação do STF, em 27/6/23, de suspensão, em todo o território nacional, dos feitos judiciais e administrativos pendentes no Tema 985, o que foi cumprido.		
0013438-28.2018.4.03.6181	1º/12/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos opostos em 5/5/23. Retornaram com manifestação do MPF, em 12/6/23. Serão apresentados na sessão de julgamento do dia 14/9/23		
0003931-03.2011.4.03.6112	30/5/2012	Apelação Cível

Observação/Providência: (suspensão) retornou da Vice-Presidência para Juízo de retratação, em 2/2/23, apreciado em sessão de 28/4/23. Opostos ED, sucedeu determinação do STF, em 27/6/23, de suspensão, em todo o território nacional, dos feitos judiciais e administrativos pendentes no Tema 985, o que foi cumprido.

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 26 (vinte e seis) processos selecionados, todos são eletrônicos ou digitalizados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000061-27.2019.4.03.6125	0001074-93.2016.4.03.6116	0022445-49.2016.4.03.6105
5006519-64.2020.4.03.6181	5001141-64.2019.4.03.6181	5004542-03.2021.4.03.6181
5000635-70.2020.4.03.6111		

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

5016103-69.2023.4.03.0000

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos localizados com o revisor há mais de 30 dias):

5018502-42.2021.4.03.0000

d) Regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0012833-24.2014.4.03.6181

e) Embargos de declaração com excesso de tramitação acima de 45 dias. Julgar em até 60 dias:

0000297-78.2014.4.03.6181

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 18/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador José Lunardelli e pelos servidores Alexandros Pereira Christopoulos, Vivian Lopes e Flávia Esperanto.

Apurou-se que o gabinete é composto por 14 (quatorze) servidores e 1 (um) estagiário, todos atuando na área-fim.

A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento e demais tarefas de cunho administrativo, bem como elaboração e conferência inicial de minutas.

O gestor principal do gabinete, Alexandros Pereira Christopoulos demonstra total conhecimento e controle sobre o acervo, tendo explicitado as estratégias adotadas no enfrentamento das necessidades e prioridades da unidade jurisdicional, devendo ser reconhecido o excelente trabalho desenvolvido, que resultou na identificação do menor

acervo dentre todas as unidades da mesma especialidade temática, totalizando 331 processos em tramitação. Consta-se significativa e constante redução quantitativa de processos.

O controle de acervo é realizado diretamente no sistema PJe, com utilização de etiquetas, desde o ingresso por distribuição até a triagem, sendo captados processos por matéria e designados a cada servidor. O trabalho de triagem e encaminhamento está atualmente facilitado pela substancial redução do acervo, restando poucos processos a serem triados, todos de distribuição recente, de modo que mesmo apontando-se certas inconsistências do sistema PJe, a chefia da unidade não registra necessidade de utilizar controle via ferramentas externas no momento.

As medidas de triagem informadas evidenciam controle temático qualitativo de acervo e tratamento célere pelos servidores responsáveis, inexistindo processos de maior urgência pendentes, como *habeas corpus*, mandados de segurança ou embargos declaratórios pendentes a mais de 90 dias. Tais informações estão corroboradas pela estatística fornecida, da qual se extrai que o Gabinete 39, no momento da verificação e entrevista, não mantinha pedido de tutela antecipada pendente ou com tutela concedida a mais de 90 (noventa) dias sem julgamento, nem qualquer tipo de processo paralisado injustificadamente ou mesmo número significativo de processos sobrestados, identificados apenas 5 nessa condição ao final do mês anterior à inspeção.

Segundo informado pela unidade, dos 11 embargos de declaração identificados, nenhum está pendente de análise, sendo imediatamente verificados quando ingressam, também à vista do pequeno acervo da unidade e invariavelmente tratados pelo mesmo servidor que atuou nas fases anteriores de trabalho.

As revisões são realizadas de forma igualmente célere, inexistindo processos atualmente no gabinete nessa posição.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ, informando-se ainda que as recomendações das inspeções pretéritas são submetidas ao controle da chefia de gabinete e repassada à equipe para identificação e priorização dos processos com recomendação/observação.

As metas são coletivas, sem descuidar de verificar eventual baixa pontual de rendimento de determinado servidor. É realizado controle mensal de produtividade também via sistema PJe, sem necessidade de controle externo ao sistema, novamente por conta do acervo bastante controlado.

A força de trabalho lotada é considerada suficiente para enfrentamento da demanda processual e não foi apontada nenhuma dificuldade técnica ou material nesse particular.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância,

Vice-Presidência) em que os processos são “desviados” do fluxo e acabam “perdidos” em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam “esquecidos” nesse local eletrônico não controlado pela unidade jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento, demanda que se afigura urgente, dada a gravidade da situação e potenciais problemas que daí podem surgir.

Também é digno de nota a dificuldade apontada pela equipe inspecionada, no que concerne à alteração de ID das peças em rotina do sistema PJe. Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância. As referências a números de identificação (ID) distintos em primeiro e segundo grau acaba por dificultar a análise processual.

Ainda em relação ao PJe, destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores. Aliás, trata-se de observação comum feita por praticamente todos os gabinetes inspecionados o que, igualmente, está a merecer uma resolução imediata pelo setor de informática competente.

Foram relatadas pela equipe inspecionada dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, apontando-se inconsistências, notadamente em relação aos processos cíveis remanescentes à especialização que foram captados. A estatística identificou 18 processos cíveis relacionados ao Gabinete 39, nenhum deles confirmado como processo pendente pela equipe inspecionada. Alguns desses feitos retratam embargos infringentes em matéria criminal distribuídos junto à 4ª Seção, confirmando classificação equivocada de matéria.

A unidade inspecionada relatou ainda significativa discrepância comparativa na distribuição de processos ao gabinete 39, fato igualmente confirmado em consulta ao quadro de distribuição média captado pela estatística:

4ª Seção	5ª Turma	Gab. 15 Des. Fed. André Nekatschalow	782
		Gab. 16 Des. Fed. Paulo Fontes	517
		Gab. 17 Des. Fed. Mauricio Kato	577
		Gab. 43 Des. Fed. Ali Mazloum	650
		Média da 5ª Turma	632
	11ª Turma	Gab. 38 Des. Fed. Fausto de Sanctis	624
		Gab. 39 Des. Fed. José Lunardelli	837
		Gab. 40 Des. Fed. Nino Toldo	720
		Gab. 44 Des. Fed. Hélio Nogueira	594
		Média da 11ª Turma	694
	Média da 4ª Seção		663

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve significativa diminuição do montante de processos conclusos de 217 (duzentos e dezessete) para 118 (cento e dezoito), devendo ser levado em consideração a redistribuição de parte do acervo em razão da criação de dois gabinetes novos em março de 2023. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 206 feitos conclusos, e no mês anterior à inspeção eram 118.

Em relação ao acervo houve diminuição eis que no início do 12º mês anterior à inspeção a unidade contava com 591 processos e no final do mês anterior à inspeção, com 331 processos. Necessário salientar que o gabinete contou com redistribuição de processos nominalmente menor, dado o acervo comparativamente inferior que mantinha proporcionalmente às demais unidades da 11ª Turma e ainda mais digno de registro que não só redistribuiu acervo a menor como registra distribuição média superior às demais unidades da mesma especialidade, conforme quadro comparativo do item 10 deste relatório.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento também diminuiu significativamente, de 29 (vinte e nove) na última inspeção, para 11 (onze), segundo o levantamento apresentado.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete, representando a unidade que atualmente conta com o menor acervo em tramitação entre todos os gabinetes da mesma especialização, como se pode perceber, por exemplo, do percentual de cumprimento da Meta 1 do CNJ, que saltou de 80,3% para 129% (item 4 do presente relatório).

O tempo médio de tramitação dos processos no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 6 (seis) meses, enquanto na 11ª Turma equivale a 15 (quinze)

meses e na 4ª Seção a 14 (quatorze) meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo substancialmente inferior à média da Turma e da Seção, a evidenciar tratamento eficaz no processamento do acervo ajustado e controle de processamento.

Com relação aos feitos de natureza cível e apontada inconsistência dos dados estatísticos (itens 3.4 e 3.5 do presente relatório), foi confirmado o erro de identificação, com classificação de processos criminais como feitos de natureza cível, como por exemplo, embargos infringentes e de nulidade distribuídos no âmbito da 4ª Seção classificados como processos de natureza cível.

O problema foi relatado ao setor de informática para adoção de medidas cabíveis.

O gabinete reduziu significativamente o acervo desde sua instalação, mantém alto nível de produtividade, gestão e controle que estão devidamente espelhados nos números apresentados à equipe de inspeção, sendo digno de registro e elogio o comprometimento e eficiência da unidade jurisdicional.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) cumprir as recomendações do item 9.

b) manter a estratégia de enfrentamento do acervo, sempre buscando ferramentas de aprimoramento e adotar medidas junto à distribuição para identificar a motivação da discrepância quantitativa de média de processos distribuídos no âmbito da especialidade.

c) registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

d) manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Fausto De Sanctis

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

4ª Seção e 11ª Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

A partir de 13/11/2017.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

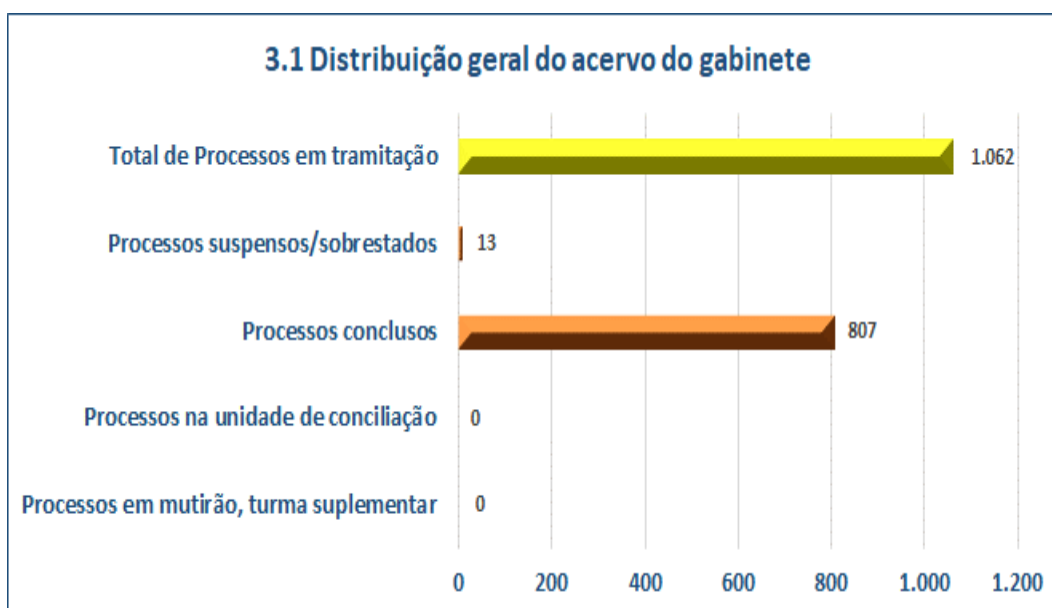
José Antonio Monteiro (RF 3638), Chefe de Gabinete, e Noêmia Maria Ferreira Fonseca (RF 2877), Assessora.

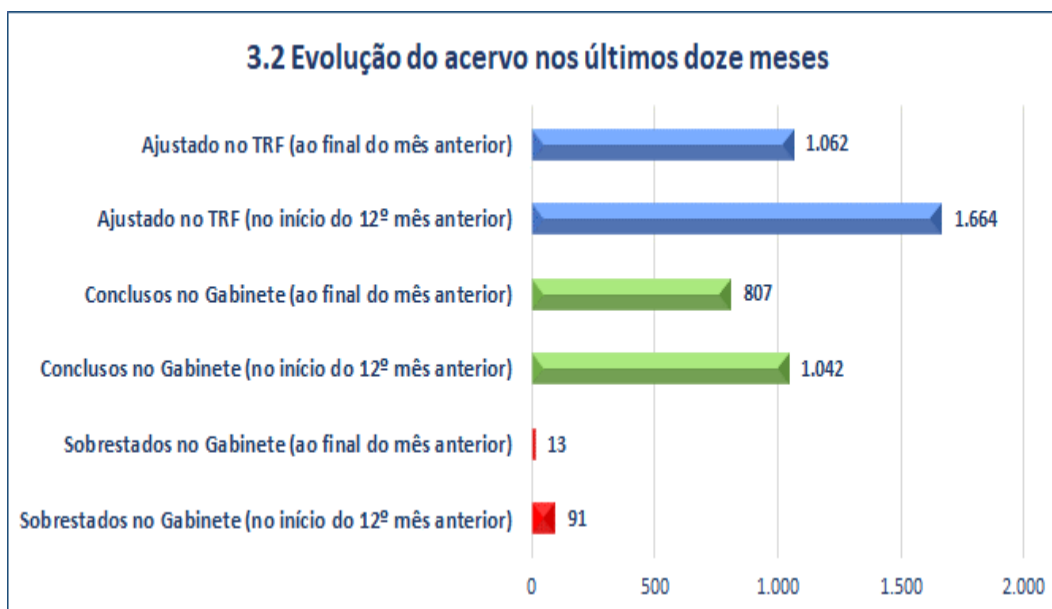
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	1) José Antonio Monteiro (RF 3638), 2) Noêmia Maria Ferreira Fonseca (RF 2877), 3) Tatyane Costa (RF 3718), 4) Telma Cristina Alves Cividanes (RF 2847), 5) Valéria Gouvea Fernandes (RF 1783), 6) Danilo Moysés Elian (RF 4003), 7) Ricardo Assis Brasil Pfeifer (RF 4215), 8) Carlos Henrique Massena Naso (RF 4013), 9) Fernanda Bortoletto Martinati (RF 3924), 10) Angélica Rodrigues Macedo (RF 2920), 11) Máisa Martins de Siqueira (RF 1567), 12) Denise Toscano (RF 3390), 13) Marcela Gradella Denis (RF 3067), 14) Luiz Felipe Silva Bento (RF 3405) e 15) Ricardo Jeferson Fonseca Justino (RF 4115), este até 10/9/2023, quando passar a ser lotado na Secretaria de Segurança Institucional
Estagiários	1) Yuri Almeida Nicolucci - RG 381773164, 2) Vinicius Bertuci Saletti - RG 399489046 SSP-SP, 3) Rachel Rejtman Missrie - RG 537333216 SSPSP-SP

2.3 Cargos e Funções Comissionadas	
CJ-3	Noêmia Maria Ferreira Fonseca (RF 2877)
CJ-2	José Antonio Monteiro (RF 3638)
CJ-1	Tatyanne Costa (RF 3718)
FC-4	1) Danilo Moysés Elian (RF 4003), 2) Carlos Henrique Massena Naso (RF 4013), 3) Maísa Martins de Siqueira (RF 1567), 4) Denise Toscano (RF 3390)
FC-3	1) Telma Cristina Alves Cividanês (RF 2847), 2) Valéria Gouveia Fernandes (RF 1783), 3) Ricardo Assis Brasil Pfeifer (RF 4215), 4) Fernanda Bortoletto Martinati (RF 3924), 5) Angélica Rodrigues Macedo (RF 2920), 6) Marcela Gradella Denis (RF 3067), 7) Luiz Felipe Silva Bento (RF 3405)

3. DADOS ESTATÍSTICOS



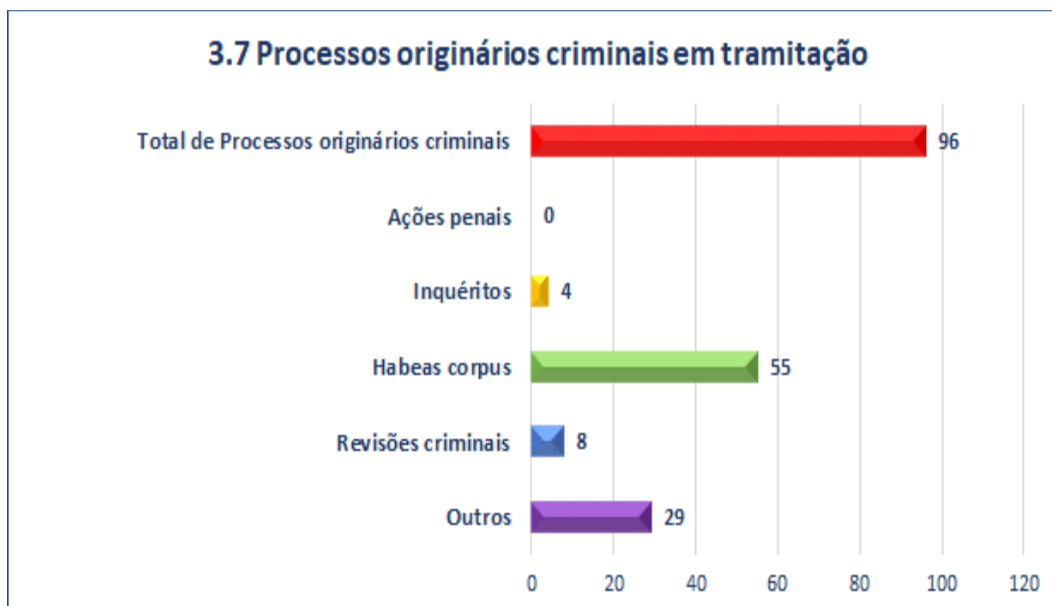
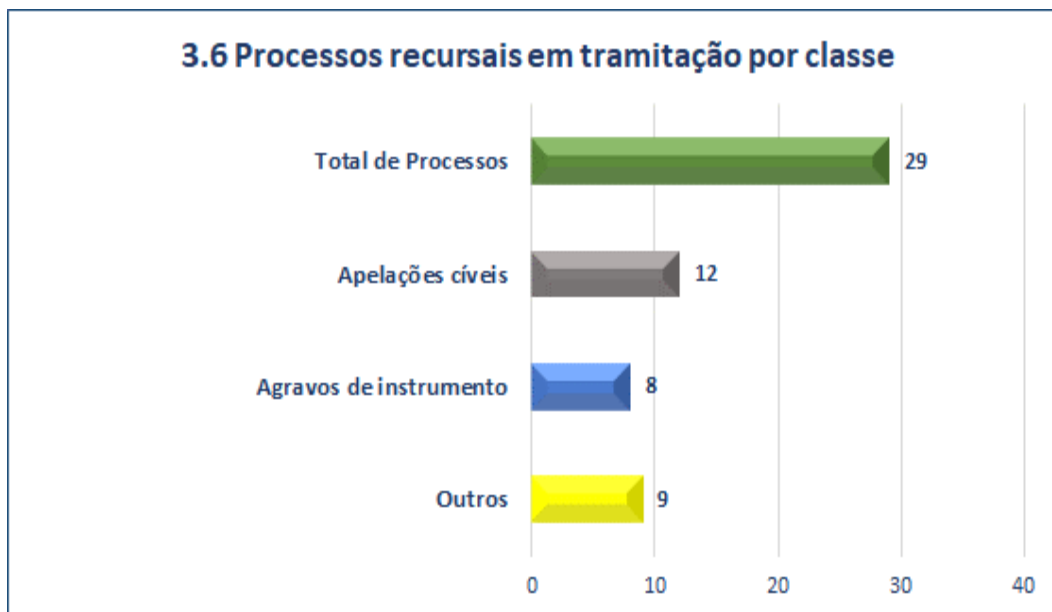


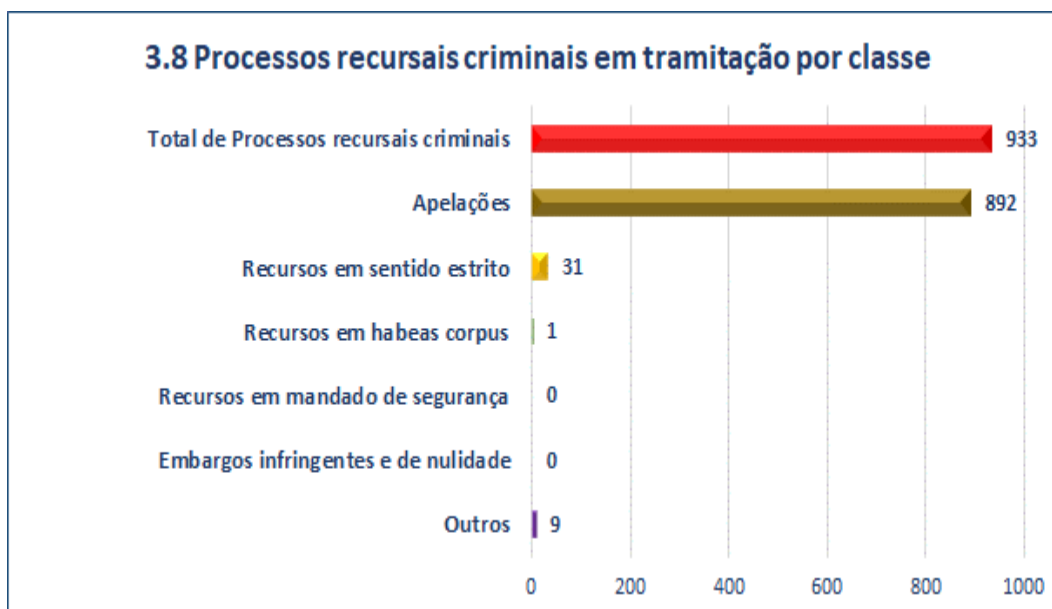
3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não houve
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	4
Ações rescisórias	2
Outros	2
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	29
Outros	29
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0

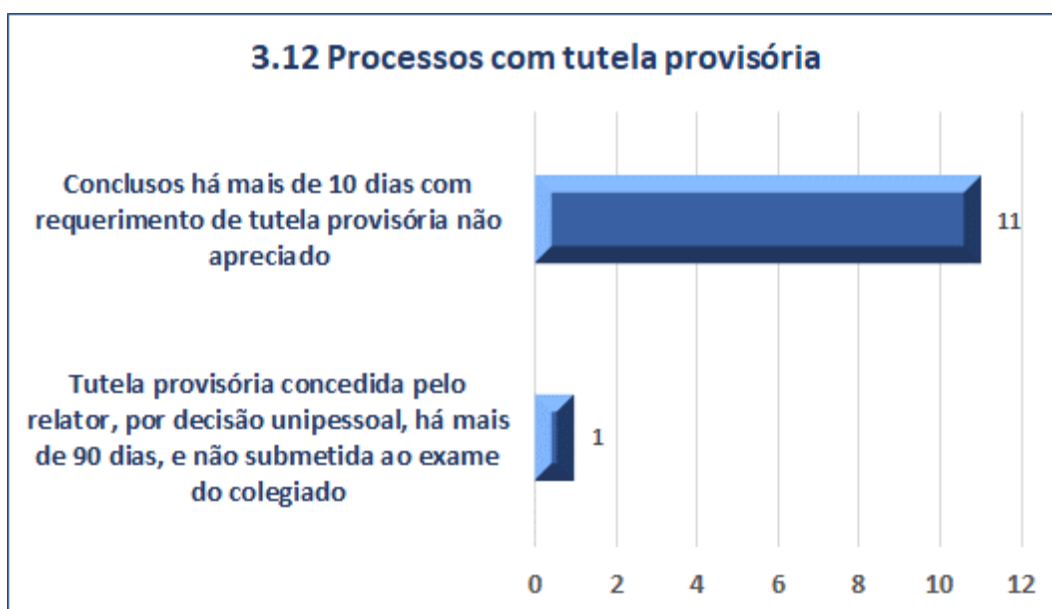
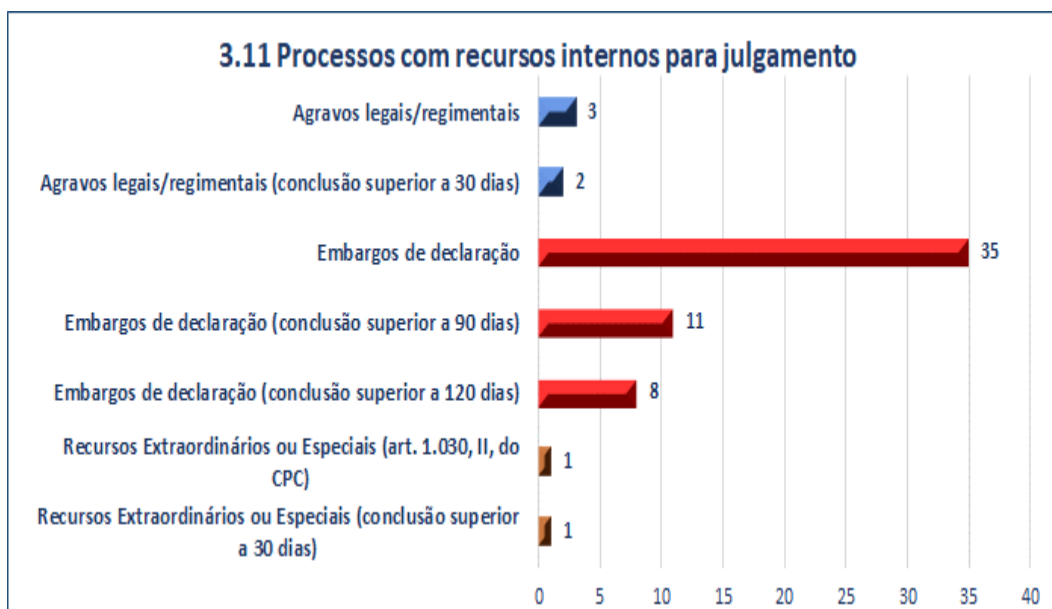
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0

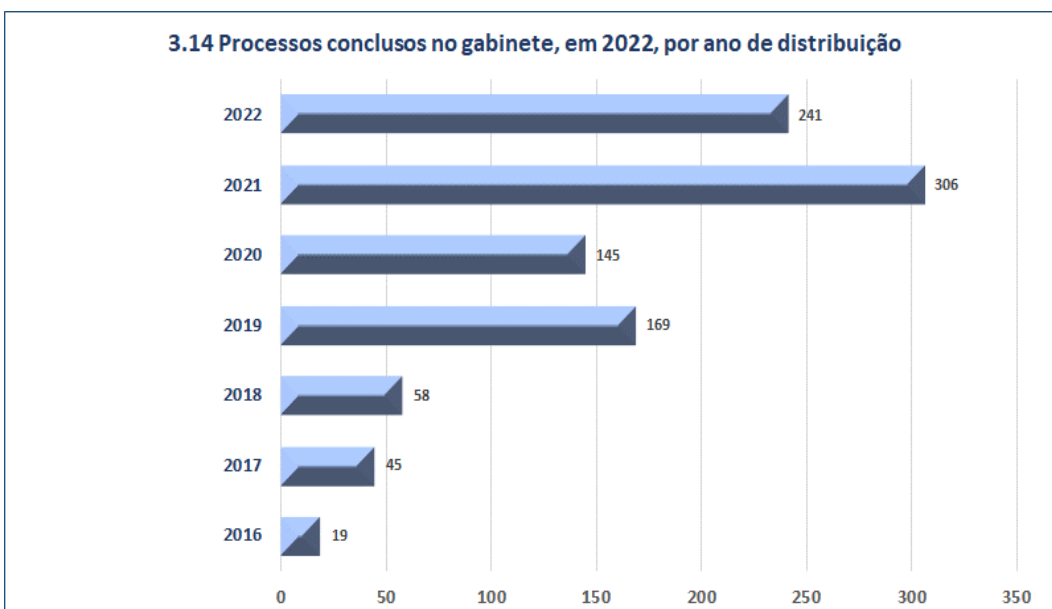
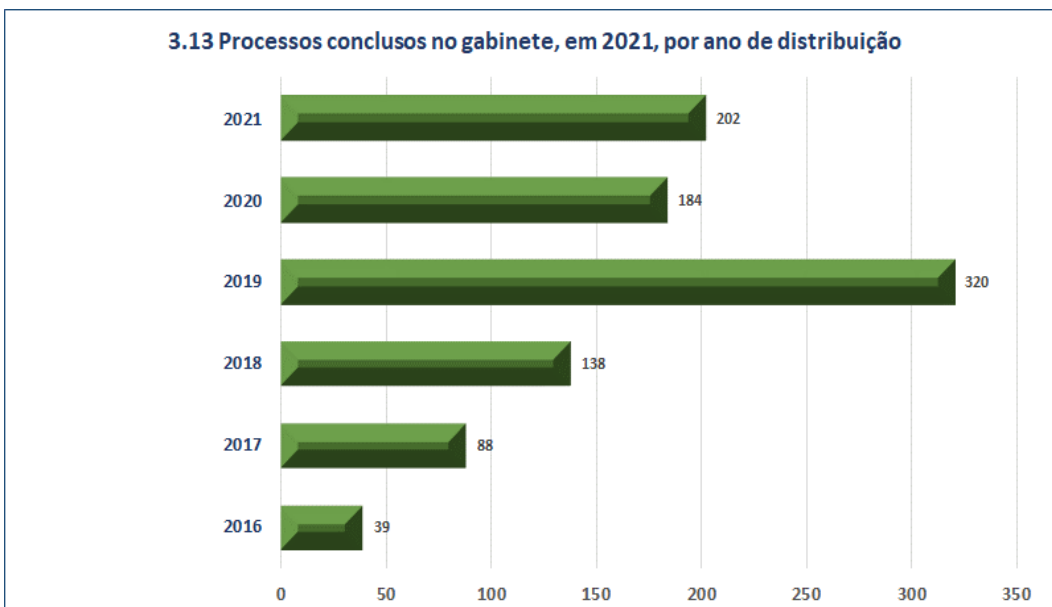


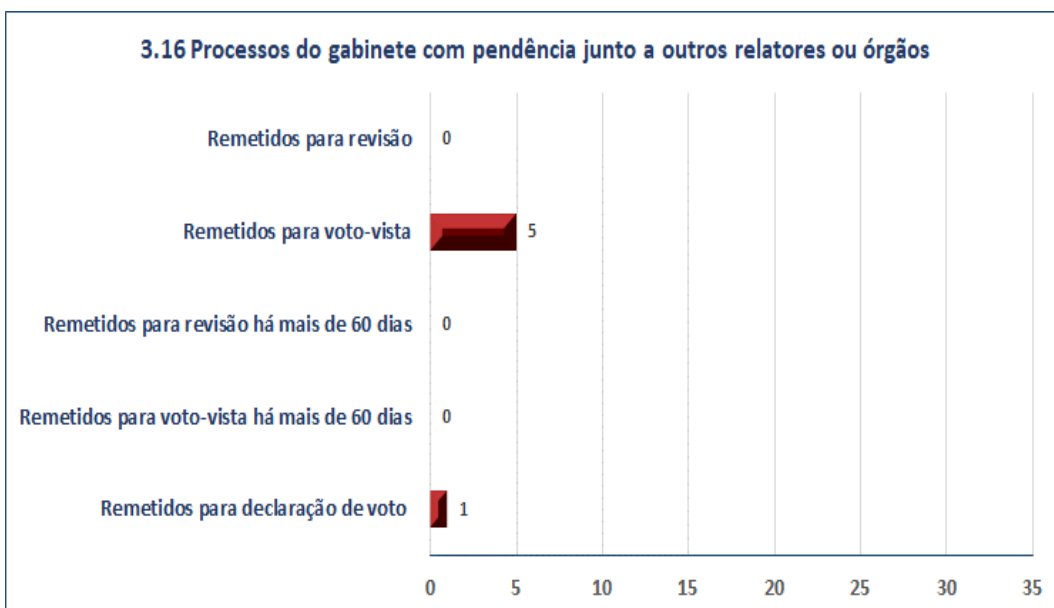
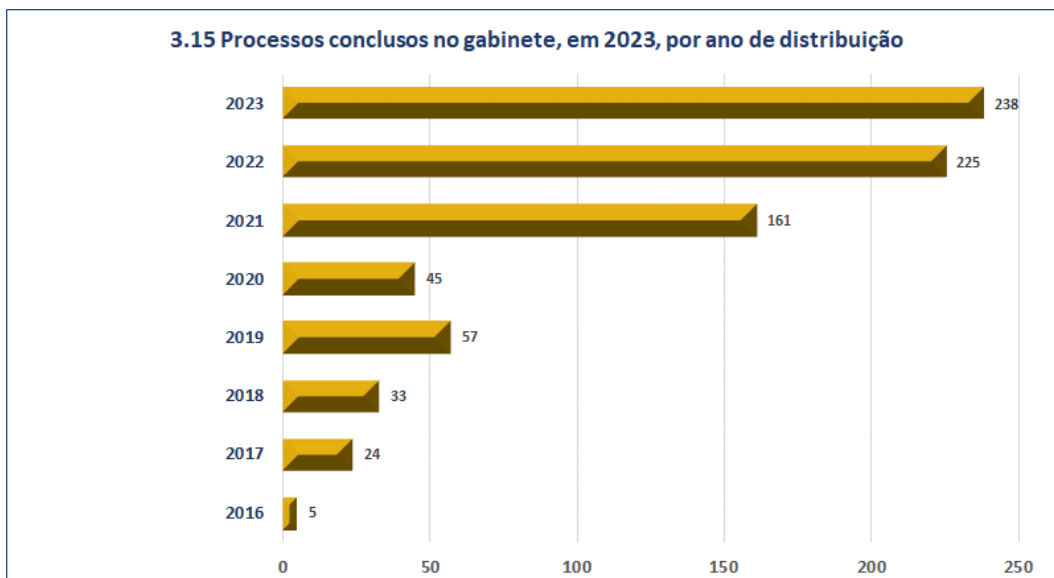


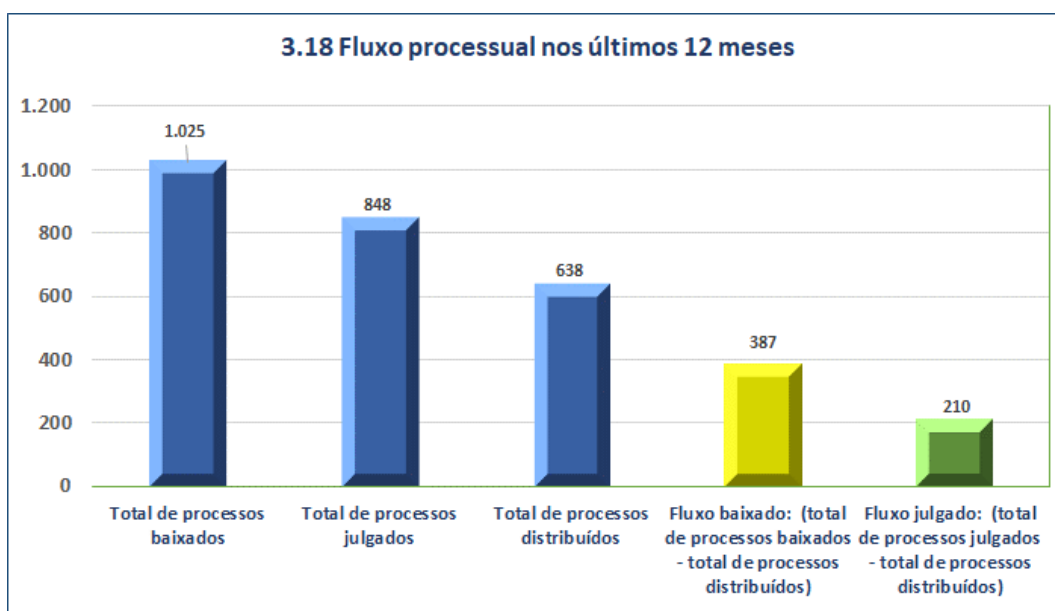
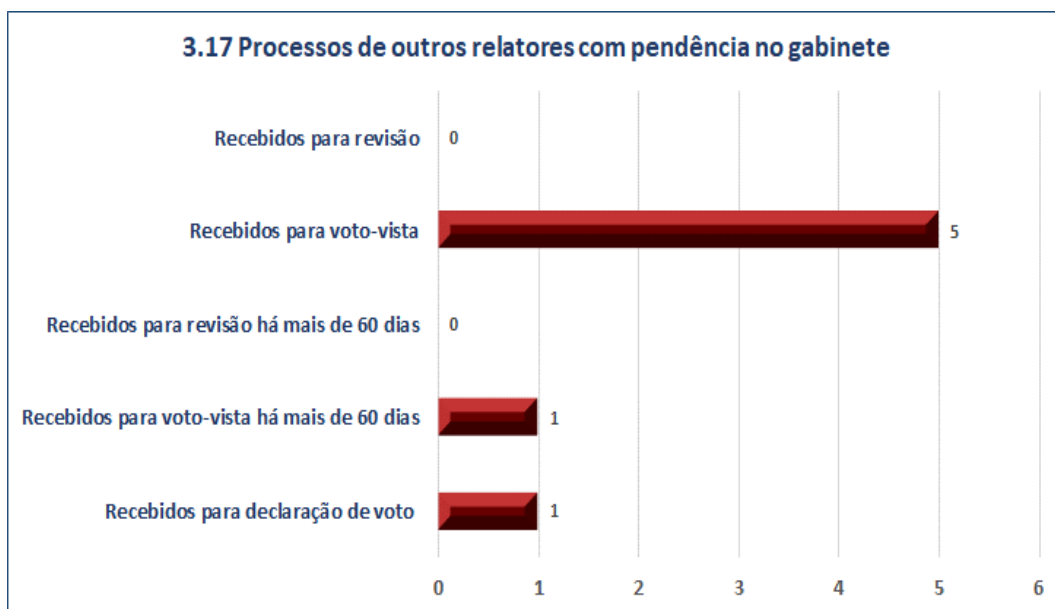
3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	102
Apelações	68
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	20

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

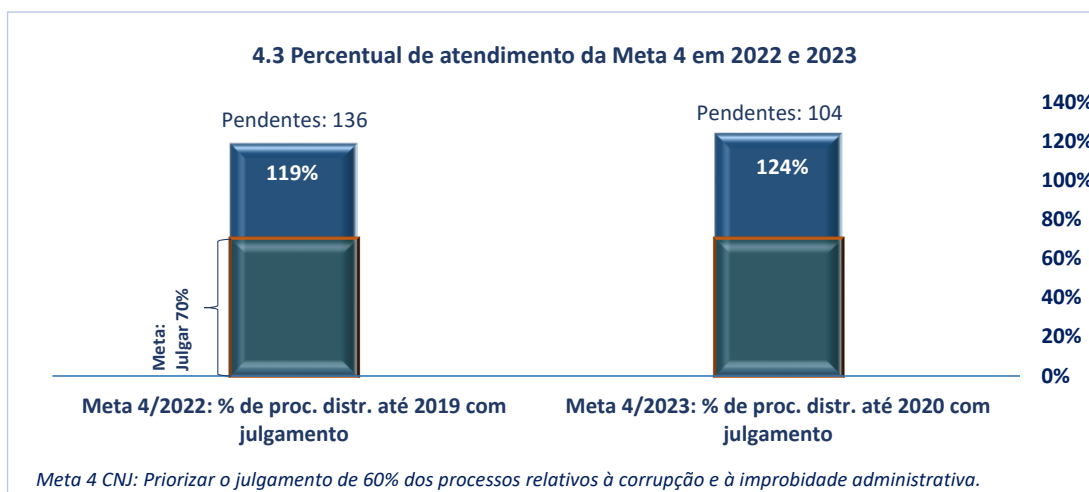
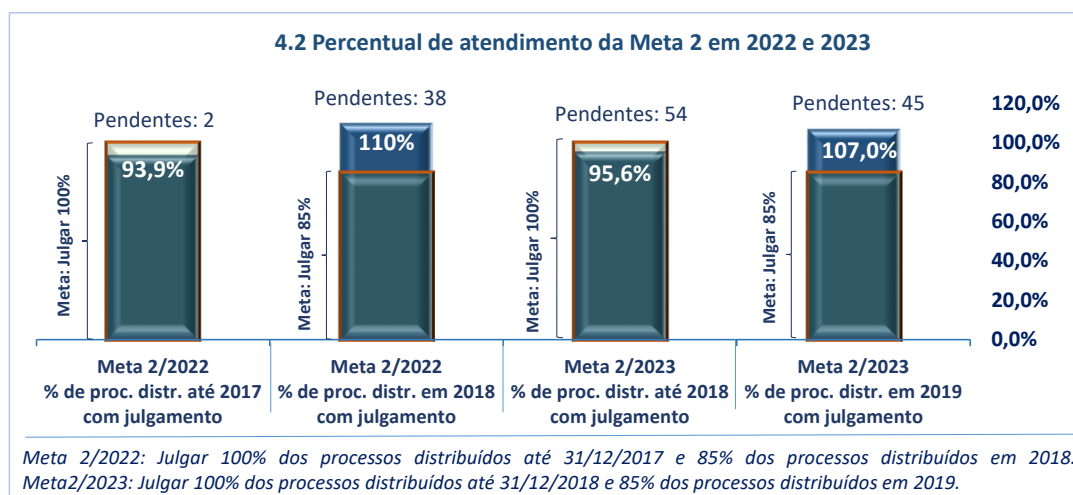
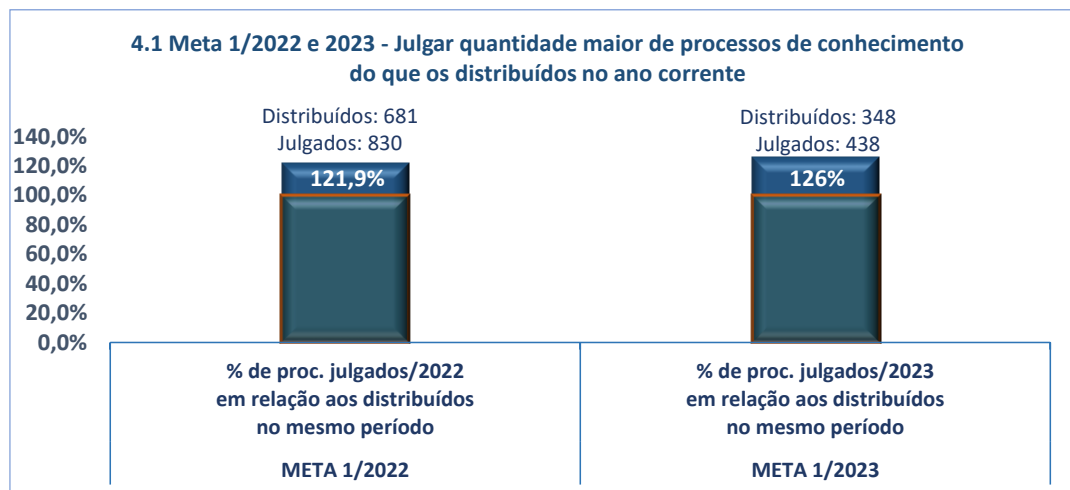




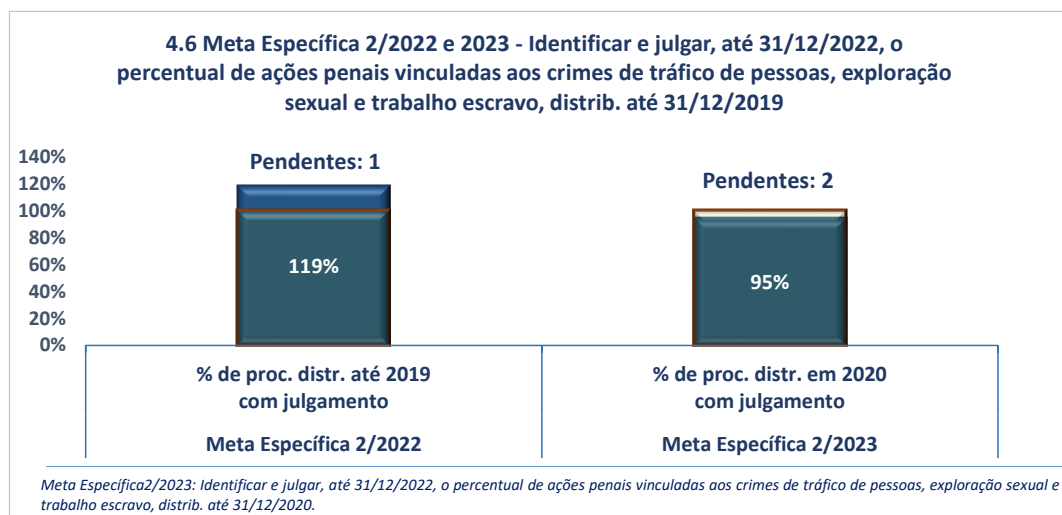
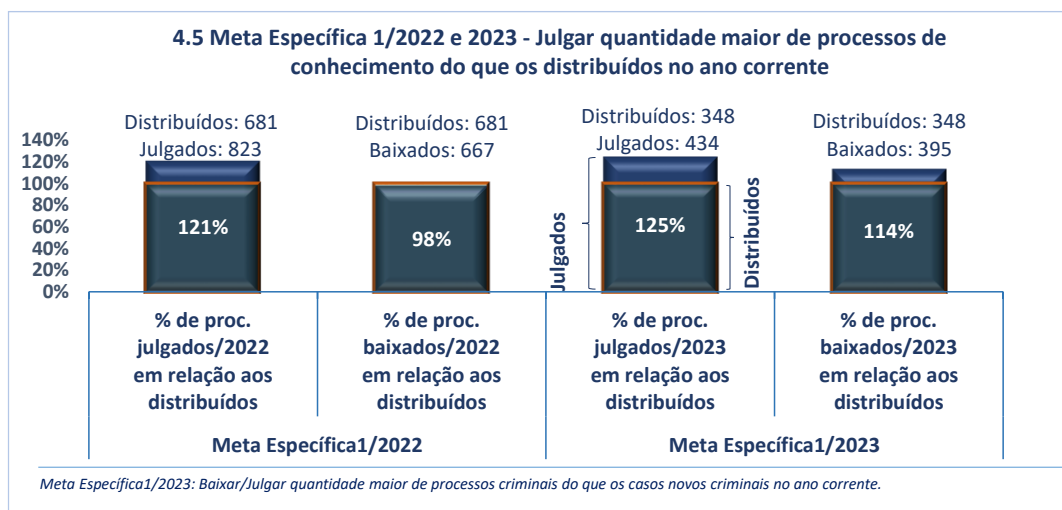


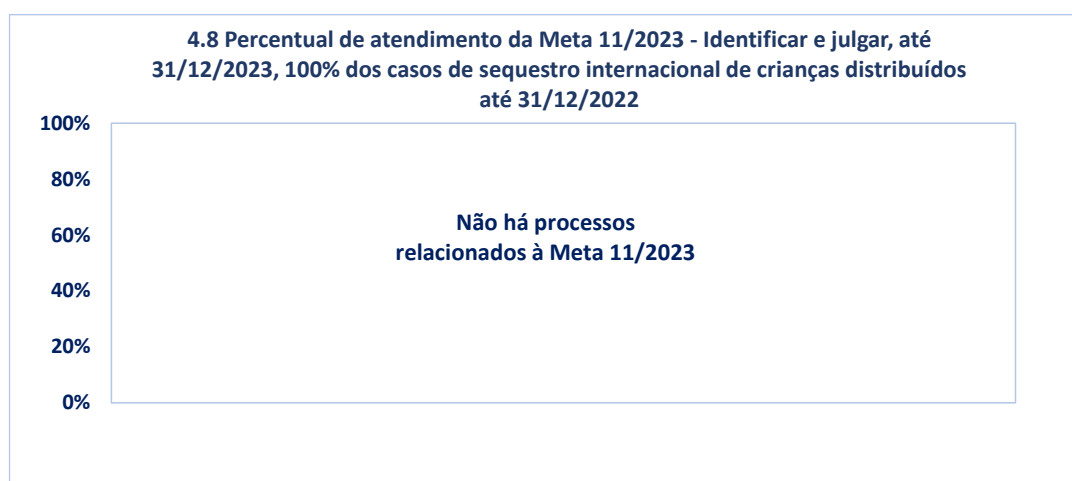
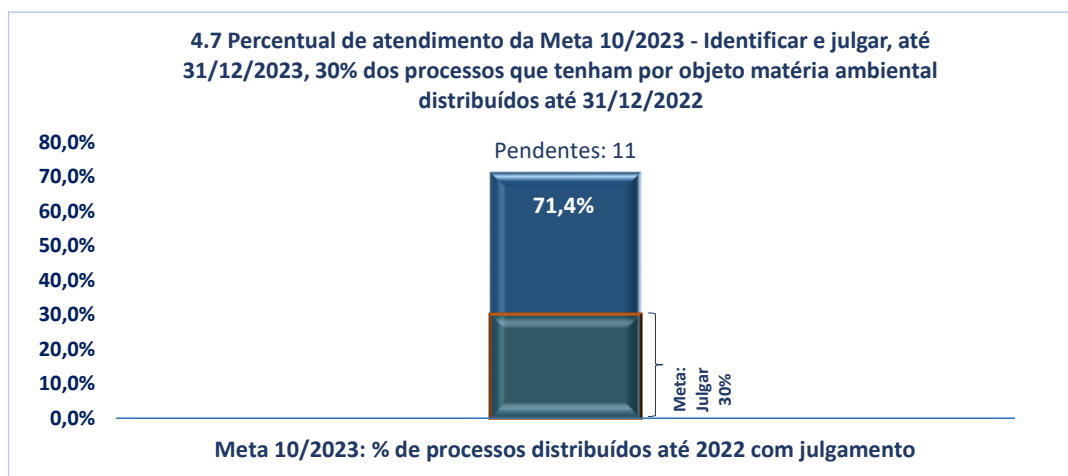


4. METAS



4.4 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Não consta essa informação no painel de estatística
Taxa de congestionamento no ano anterior	-11,98 (posição em 31/12/2022)
Taxa de congestionamento no ano corrente	-5,47





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, o controle do acervo, a distribuição das atividades e os processos de trabalho estão previstos no plano de gestão. O controle do acervo é feito através de planilha em Excel, na qual são anotadas informações relevantes, como, por exemplo, prazo prescricional, data da distribuição etc. Essa planilha de controle é utilizada em cotejamento com os relatórios fornecidos pelo setor de estatística e PJe. Os processos são triados logo após seu recebimento, quando são calculados os prazos prescricionais e cadastrados na planilha de controle. A distribuição do trabalho é feita por áreas de especialização, levando-se em consideração eventuais feitos de natureza urgente, prazo prescricional e metas do CNJ. Para tanto é utilizado o programa Trello, com a fixação de prazos para cumprimento dos feitos distribuídos aos servidores. Essa ferramenta é acessível até mesmo pelo celular e os servidores recebem e-mail informando acerca da distribuição dos processos para trabalho naquele mês. Esse recurso permite melhor comunicação entre a chefia e os servidores, tendo em vista a

desnecessidade de mensagens individuais, com a centralização de toda a distribuição do trabalho do gabinete em um único local.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos sobrestados encontram-se em pastas específicas do PJe, o que permite seu controle de modo eficiente.

5.3 Boas práticas e inovações

Como exemplo de boa prática, podemos mencionar o uso do programa de gerenciamento Trello, que permite a distribuição do trabalho entre os servidores, com a fixação de prazos de cumprimento. A utilização desse programa permitiu a centralização das comunicações entre chefia e servidor de maneira mais eficiente, evitando a necessidade de mensagens individuais. Ao ser distribuído o trabalho para os servidores, eles recebem e-mail com as relações de processos, que deverão ser analisados, bem como o prazo fixado para cumprimento. Esse sistema é acessível pelo celular, o que permite fácil consulta de todos às tarefas atribuídas. Além disso, a planilha de controle do acervo possui vários indicadores que permitem identificar processos com prioridades legais ou relativos a metas do CNJ. Por exemplo, nessa planilha consta a data de distribuição dos feitos, de modo ser possível aferir o cumprimento da Meta 2 do CNJ (julgamento dos processos mais antigos). Também existem indicativos para processos com réus presos, prioritários, data de prescrição etc. Todos esses controles são cotejados com as informações estatísticas fornecidas pelo setor de estatística e programa PJe.

5.4 Dificuldades

As dificuldades estão basicamente relacionadas à heterogeneidade e complexidade dos feitos criminais. Nem sempre é possível estabelecer um número de processos como meta de trabalho, pois alguns feitos, por vezes, possuem dezenas de réus e um sem número de delitos, o que pode demandar até alguns meses de análise e trabalho do servidor. Por outro lado, com a reestruturação dos gabinetes, em razão do aumento do número de magistrados no TRF3, a força de trabalho foi diminuída em duas pessoas, o que constitui mais uma dificuldade para o atingimento das metas estabelecidas.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o comparecimento presencial de servidores atende ao percentual determinado na Resolução n. 481/CNJ. Também são cumpridas as metas de produtividade, especificadas em plano de teletrabalho individual, as quais somente não são atingidas, no caso de eventual especificidade dos feitos sob análise, tais como grande número de réus e/ou delitos a serem analisados no processo.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Tendo em vista a competência criminal do gabinete, não há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000244-11.2017.4.03.6111	16/9/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0010299-39.2016.4.03.6181	18/9/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0004619-05.2018.4.03.6181	6/12/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0003214-65.2018.4.03.6105	15/4/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos referentes a medidas cautelares relativas à Ação Penal n. 0015658-38.20158. Determinada a juntada de cópia dos autos à Ação Penal acima mencionada e sua devolução ao Juízo de origem.		
5012321-14.2019.4.03.6105	17/4/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos referentes a pedido de liberdade provisória apensados à Ação Penal n. 0015658-38.2015.403.6105. Determinada a juntada de cópia dos autos ao processo acima mencionado, com posterior baixa ao Juízo de origem.		
0000861-03.2019.4.03.6110	21/4/2020	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão do dia 14/9/2023.		
0004495-45.2016.4.03.6002	27/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Auto de Prisão em Flagrante referente à Ação Penal n. 0001952-69.2016.403.6002. Determinada a juntada de cópia dos autos à Ação Penal acima mencionada e sua devolução ao Juízo de origem.		
0005405-34.2014.4.03.6102	31/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos apensados à Ação Penal n. 0006441-14.2014.403.6102. Determinada a juntada de cópia ao processo acima mencionado e a baixa dos presentes autos ao Juízo de origem.		
0011430-49.2016.4.03.6181	3/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apenso da Ação Penal n. 0011433-04.2016.403.6181. Determinada a juntada dos autos ao processo acima mencionado, com posterior baixa ao Juízo de origem.		
5032046-68.2019.4.03.0000	10/12/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		

0005685-43.2017.4.03.6120	16/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0001662-26.2017.4.03.6000	18/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
5004211-89.2019.4.03.6181	26/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0000035-93.2019.4.03.6136	24/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
0000907-58.2015.4.03.6004	30/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo referente a medidas cautelares relativas à deflagração da denominada Operação Trapos e distribuído por dependência à Ação Penal n. 0000100-38.2015.403.6004. Determinada a juntada de cópia dos autos à Ação Penal acima mencionada e sua devolução ao Juízo de origem.		
0012988-51.2015.4.03.6000	26/2/2021	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Apenso referente ao processo 0001952-69.2016.403.6002, que foi julgado definitivamente e baixado ao Juízo de origem em 18/2/2022. Determinada a remessa dos autos ao Juízo de origem.		
0012989-36.2015.4.03.6000	22/2/2021	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Apenso referente ao processo 0001952-69.2016.403.6002, que foi julgado definitivamente e baixado ao Juízo de origem em 18/2/2022. Determinada a remessa dos autos ao Juízo de origem.		
0013759-83.2006.4.03.6181	2/5/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
0008603-43.2014.4.03.6114	21/11/2016	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0000343-91.2017.4.03.6139	12/7/2021	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0002221-37.2008.4.03.6181	17/8/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0003653-52.2012.4.03.6181	13/6/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0004771-93.2009.4.03.6108	25/4/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 14/8/2023.		
0002342-86.2014.4.03.6106	7/8/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 24/8/2023.		
0010557-35.2005.4.03.6181	18/8/2015	Apelação Criminal

Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
0011323-31.2010.4.03.0000	15/4/2010	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão do dia 14/9/2023.		
0001094-74.2012.4.03.6100	26/12/2013	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído, em razão da incompetência deste Relator, ao gabinete do e. Desembargador Federal Carlos Francisco, em 16/8/2023.		
0000299-39.2010.4.03.6100	27/11/2012	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado para Vice-Presidência em 14/8/2023, em razão da incompetência do Relator.		
5014027-09.2022.4.03.0000	30/5/2022	Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5003405-49.2022.4.03.6181	2/6/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
0007007-79.1999.4.03.6104	27/7/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5009154-73.2021.4.03.6119	24/8/2022	Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5021789-76.2022.4.03.0000	12/8/2022	Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
0033304-53.2009.4.03.0000	22/9/2009	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Feito redistribuído em 16/8/2023 ao gabinete Desembargadora Federal Renata Lotufo, em razão da incompetência deste Relator.		
5008012-66.2022.4.03.6000	18/10/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 (noventa) dias.		
5008698-79.2023.4.03.0000	31/3/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Habeas Corpus julgado em 4/8/2023, com trânsito em julgado em 15/8/2023.		
5026002-28.2022.4.03.0000	23/9/2022	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5008879-80.2023.4.03.0000	3/4/2023	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Mandado de Segurança pautado para julgamento na sessão do dia 14/9/2023.		
0028726-08.2013.4.03.0000	25/6/2015	Inquérito Policial
Observação/Providência: IPL com tramitação direta entre o MPF e a Polícia, arquivado com relação ao investigado detentor do foro privilegiado. Foi determinado, em 25/7/2023, no SEI 0026539-34.2023.403.8000, que a Procuradoria Regional da República se manifestasse sobre o arquivamento do feito.		
0007199-19.2016.4.03.6103	12/12/2019	Petição Criminal

Observação/Providência: Autos remetidos em 18/5/2023 ao Juízo de origem em razão de julgamento definitivo do recurso.		
5007763-73.2022.4.03.0000	17/3/2022	Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: IPL com tramitação direta entre MP e autoridade policial, desde 25/7/2022.		
5008410-23.2021.4.03.6105	4/10/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5001287-17.2020.4.03.6005	20/10/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5005128-06.2022.4.03.6181	27/9/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5006965-41.2019.4.03.6104	17/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5005822-09.2021.4.03.6181	5/12/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
5000743-55.2022.4.03.6006	27/1/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 (sessenta) dias.		
0000241-64.2018.4.03.6000	9/10/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo apresentado para julgamento na sessão de 22/6/2023. Aguardando voto-vista do e. Desembargador Federal Hélio Nogueira.		
0009905-56.2008.4.03.6102	8/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautar os Embargos de Declaração para julgamento em até 30 (trinta) dias.		
0009624-34.1993.4.03.6100	22/1/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento dos Embargos de Declaração em até 30 (trinta) dias.		
0006149-10.2019.4.03.6181	14/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração encaminhados ao gabinete do e. Desembargador Federal Maurício Kato para juntada de voto vencido.		
0006179-48.2011.4.03.6109	13/12/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgar os Embargos de Declaração em até 30 (trinta) dias.		
0005334-88.2012.4.03.6106	24/5/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado nos termos do artigo 313, inciso V, alínea "a", do Código de Processo Civil.		
0005919-41.2014.4.03.6181	20/3/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgar Embargos de Declaração em até 60 (sessenta) dias.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, 49 são eletrônicos e foram inspecionados em consulta ao sistema PJe.

O único processo físico indicado na listagem de inspeção foi analisado por meio de extrato processual (SIAPRO), fornecido pelo responsável pela unidade.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema:

0028726-08.2013.4.03.0000

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000035-93.2019.4.03.6136	0000244-11.2017.4.03.6111	0000343-91.2017.4.03.6139
0001662-26.2017.4.03.6000	0003653-52.2012.4.03.6181	0004619-05.2018.4.03.6181
0005685-43.2017.4.03.6120	0007007-79.1999.4.03.6104	0008603-43.2014.4.03.6114
0010299-39.2016.4.03.6181	0010557-35.2005.4.03.6181	0013759-83.2006.4.03.6181
5001287-17.2020.4.03.6005	5004211-89.2019.4.03.6181	5005822-09.2021.4.03.6181
5014027-09.2022.4.03.0000	5008012-66.2022.4.03.6000	5032046-68.2019.4.03.0000
5009154-73.2021.4.03.6119		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões em que estão atualmente pautados (processos conclusos há mais de 100 dias):

5008879-80.2023.4.03.0000

d) Regularizar em 60 dias (processo com réu preso)

5001287-17.2020.4.03.6005 | 5006965-41.2019.4.03.6104 | 5008410-23.2021.4.03.6105

e) Regularizar em 60 dias (embargos de declaração com excesso na tramitação acima de 45 dias):

0006149-10.2019.4.03.6181 | 0009624-34.1993.4.03.6100 | 0009905-56.2008.4.03.6102

f) Analisar eventual perda de objeto ante a sentença proferida nos autos principais:

5003405-49.2022.4.03.6181

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Fausto de Sanctis e pelos servidores José Antônio Monteiro e Noêmia Maria Ferreira Fonseca.

Apurou-se que o gabinete é composto por 14 servidores efetivos e 1 estagiário, todos atuam na atividade-fim.

A unidade conta com plano de gestão. O controle do acervo é feito através de planilha em Excel, na qual são anotadas informações relevantes, como, por exemplo, prazo prescricional, data da distribuição etc. Essa planilha de controle é utilizada em cotejamento com os relatórios fornecidos pelo setor de estatística e PJe.

Os processos são triados por José Antônio logo após seu recebimento, quando são calculados os prazos prescricionais e cadastrados na planilha de controle.

A distribuição do trabalho é feita por áreas de especialização, levando-se em consideração eventuais feitos de natureza urgente, prazo prescricional e metas do CNJ. Para tanto é utilizado o programa Trello, com a fixação de prazos para cumprimento dos feitos distribuídos aos servidores. Essa ferramenta é acessível até mesmo pelo celular e os servidores recebem e-mail informando acerca da distribuição dos processos para trabalho naquele mês. Esse recurso permite melhor comunicação entre a chefia e os servidores, tendo em vista a desnecessidade de mensagens individuais, com a centralização de toda a distribuição do trabalho do gabinete em um único local.

As dificuldades envolvendo a heterogeneidade do acervo dificulta o estabelecimento de um número de processos como meta de trabalho, pois alguns feitos, por vezes, possuem dezenas de réus e um sem número de delitos, o que pode demandar até alguns meses de análise e trabalho do servidor.

O controle dos processos sobrestados ocorre com a inserção dos feitos em pastas específicas do PJe.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância, Vice-Presidência) em que os processos são “desviados” do fluxo e acabam “perdidos” em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam “esquecidos” nesse local eletrônico não controlado pela unidade jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento, demanda essa que se afigura urgente, dada a gravidade da situação e potenciais problemas que podem surgir daí.

Também é digno de nota a dificuldade apontada pela equipe inspecionada, no que concerne à alteração de ID das peças em rotina do sistema PJe. Descreveu-se que uma peça processual na primeira instância manteria ID com numeração diversa daquele que se registra quando o processo é encaminhado à segunda instância. As referências a números de identificação (ID) distintos em primeiro e segundo grau acaba por dificultar a análise processual.

Ainda em relação ao PJe, destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores. Aliás, trata-se de observação comum feita por praticamente todos os

gabinetes inspecionados o que, igualmente, está a merecer uma resolução imediata pelo setor de informática competente.

Foram relatadas dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, os quais são inconsistentes ou incompletos, instabilidades do PJe e quadro reduzido de servidores diante da alta de distribuição.

Em relação aos processos cíveis ficou esclarecido que o dado estatístico não corresponde à realidade, havendo atualmente 3 processos dessa natureza pendentes de julgamento, havendo servidor exclusivamente destacado para lidar com este acervo.

Os embargos de declaração são tratados com celeridade, assim como os *habeas corpus* e processos com réu preso, identificados na planilha Excel, e repassados com celeridade ao servidor que irá trabalhar no feito. Acerca dos quantitativos apontados nos itens 3.7 (*habeas corpus*), 3.98 (réus presos) e 3.11 (embargos de declaração) deste relatório, os entrevistados afirmam tratar-se de número equivocado, não obstante o dado tenha sido extraído do portal de estatística. Eventual inconsistência deve ser relatada ao setor responsável.

Destacou-se que no gabinete tramitam processos de grande complexidade, que exigem servidor destacado para análise por longo tempo, o que prejudica de modo geral a produtividade da unidade. Parte desse acervo já foi julgado e, aliado à interrupção de retorno de processos cíveis desde março de 2023, há expectativa de progresso na produtividade, já considerada elevada.

Embora o acervo seja em razoável número, os gestores têm trabalhado com afinco para a redução do acervo e atendimento das metas do CNJ.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.119 para 807, devendo ser levado em consideração a redistribuição de parte do acervo em razão da criação de dois gabinetes novos em março de 2023. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.042 feitos conclusos, e no mês anterior à inspeção eram 807.

Em relação ao acervo houve diminuição eis que no início do 12º mês anterior à inspeção a unidade contava com 1.664 processos e no final do mês anterior à inspeção, com 1.062 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 75, na última inspeção, para 35, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 20 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 11ª Turma, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

Com relação aos feitos de natureza cível e a apontada inconsistência dos dados apresentados pela estatística do TRF3 (itens 3.4 e 3.5 do presente relatório) foi constatado erro de identificação, classificando-se processos criminais como de natureza cível, como por exemplo, embargos infringentes e de nulidade (4ª Seção) classificados como processos de natureza cível.

O problema foi relatado ao setor de informática para adoção de medidas cabíveis.

Constatou-se que a unidade jurisdicional conta com um acervo antigo relevante, que gera dificuldades para a evolução de produtividade, visto que são processos complexos, com digitalização de autos físicos, o que dificulta a sua análise.

Não obstante, há notório comprometimento da equipe em realizar um trabalho mais aprimorado, com perspectiva de solução de gargalos que prejudicam atualmente a produtividade.

A equipe do gabinete, sob o comando do Desembargador, demonstra total consciência dos desafios e busca adotar estratégias para reduzir o acervo mais antigo, sem embargo do cumprimento das metas do CNJ. Os dados estatísticos demonstram melhoria nos resultados, havendo perspectiva de redução de acervo.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Aprimorar a estratégia de enfrentamento do acervo mais antigo, priorizando o seu julgamento, assim como os *habeas corpus* e processos com réus presos;
- c) Registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Hélio Nogueira

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

11ª Turma/ 4ª Seção/Conselho da Justiça da 3ª Região

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 6/3/2023 - 6 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Sandra Aparecida dos Santos Vieira - chefe de gabinete; Fábio Decimoni - assessor do Desembargador

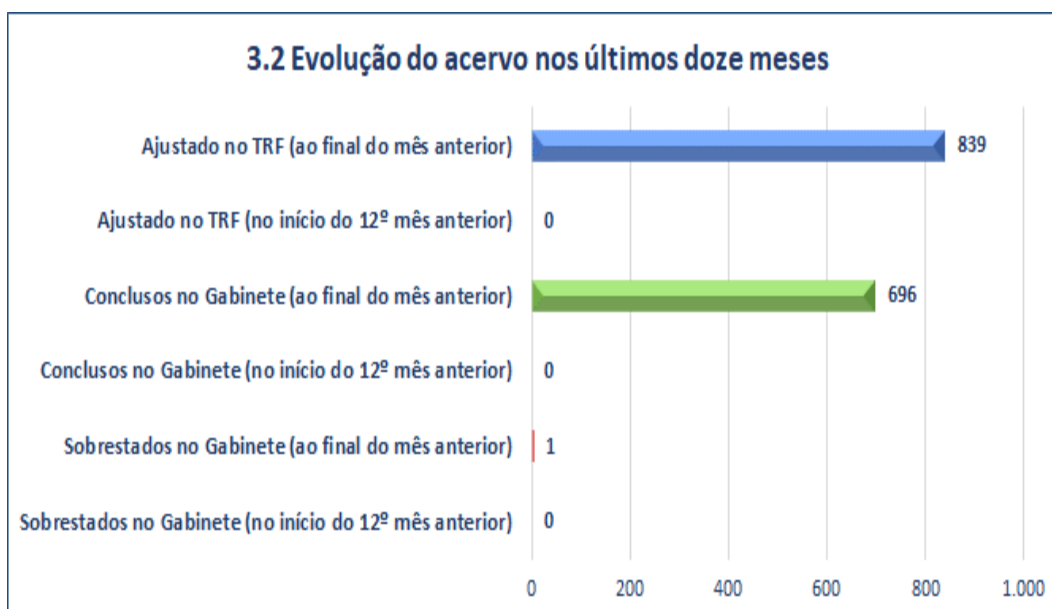
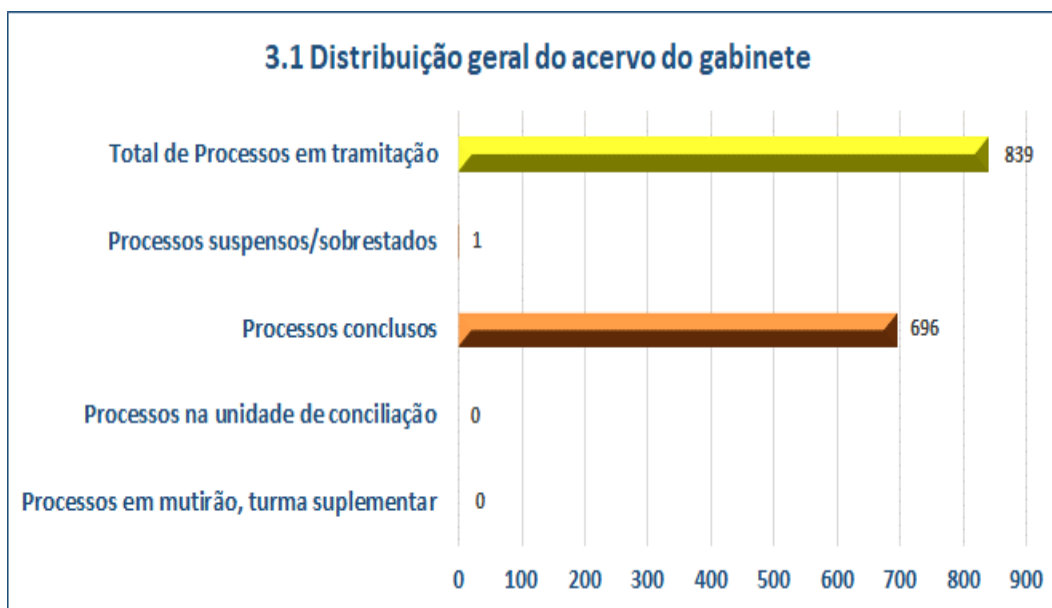
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1 Assessor do magistrado
CJ-2	1 Chefe de gabinete
CJ-1	1 Assessor Jurídico I
FC-6	0
FC-5	0
FC-4	4 Assistente I
FC-3	7 Assistente técnico
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



Nota: Itens ao final do 12º mês anterior: Gabinete instalado em 6/3/2023

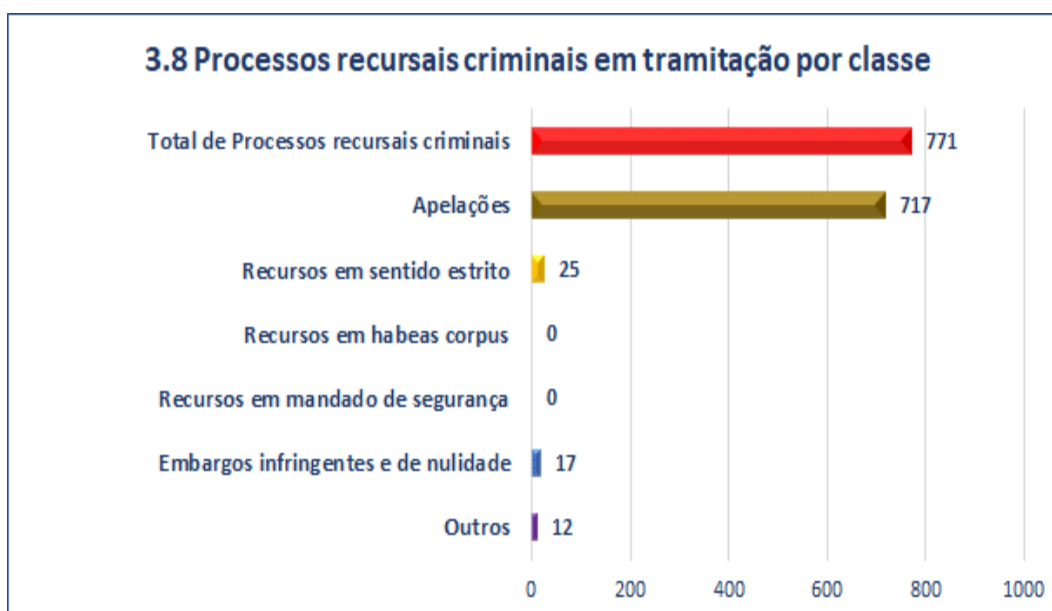
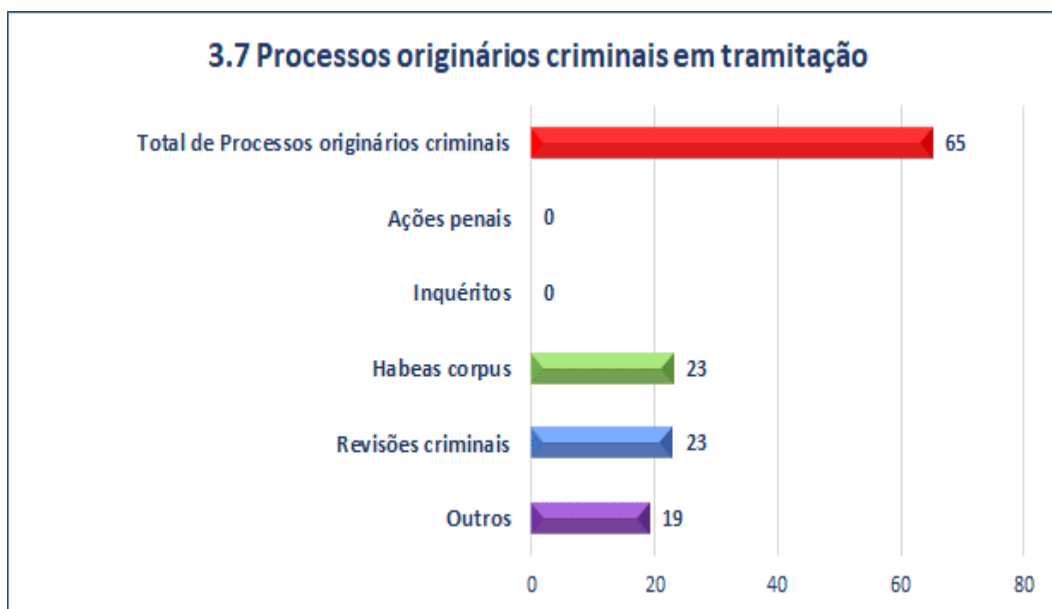
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve mutirão, turma suplementar ou auxílio.

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

3.5 Processos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

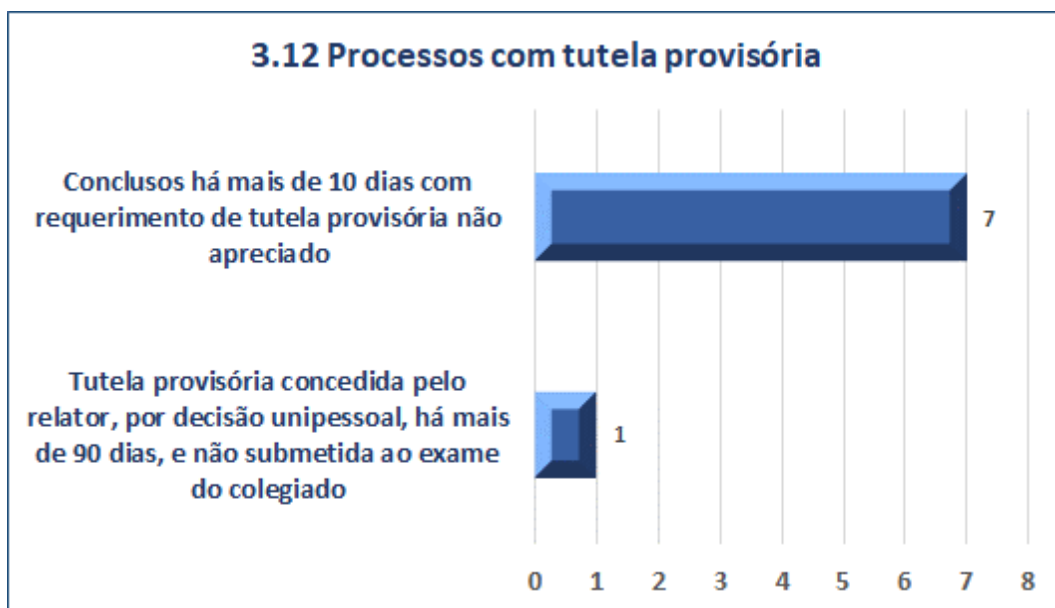
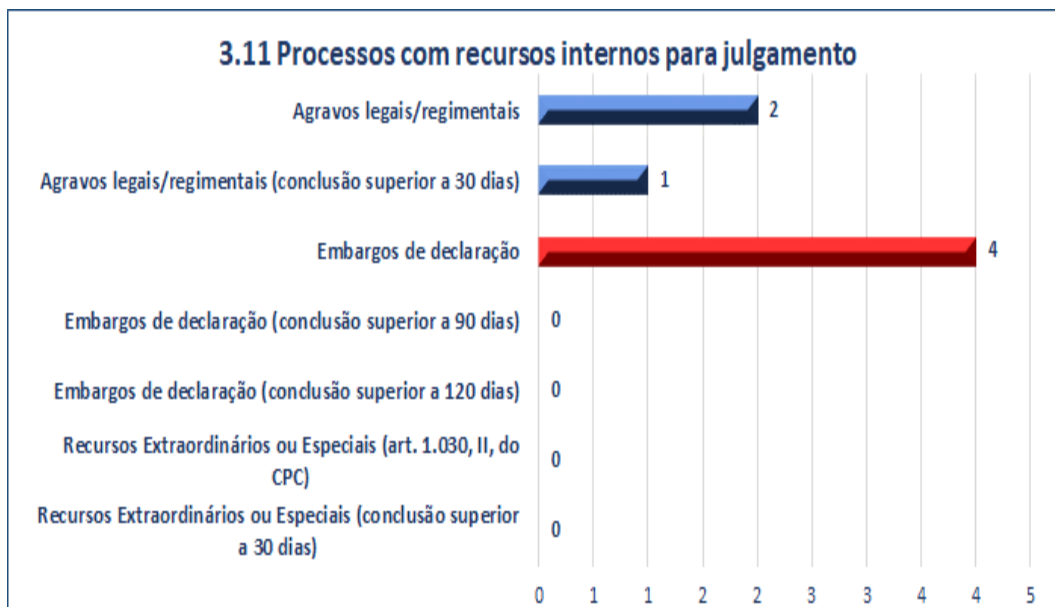
3.6 Processos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0
Agravos de instrumento	0
Outros	0



3.9 Processos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	77
Apelações	46
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	13

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

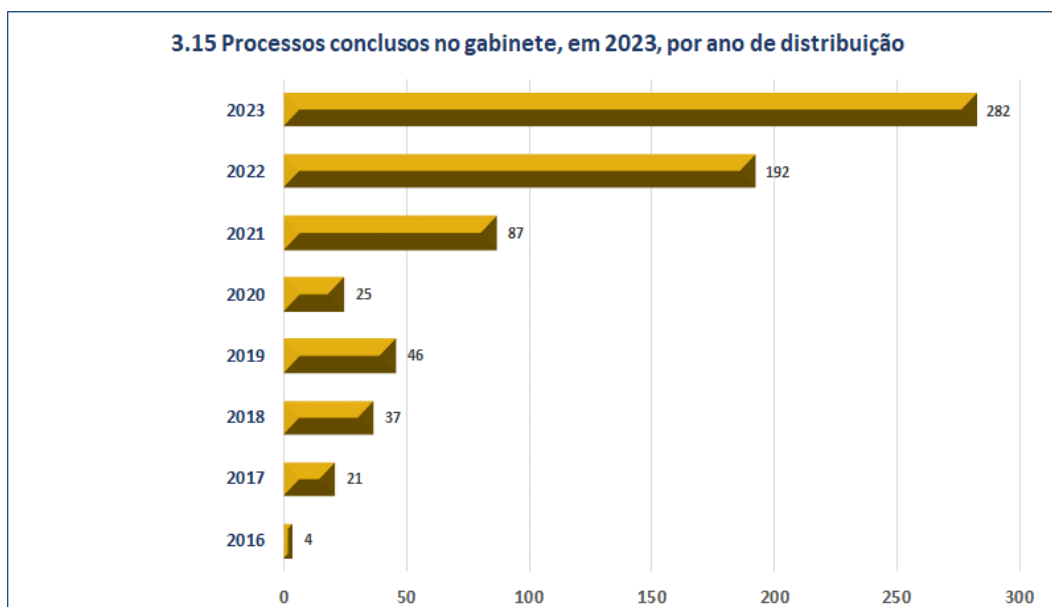


3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

2021	Gabinete instalado em 6/3/2023
2020	Gabinete instalado em 6/3/2023

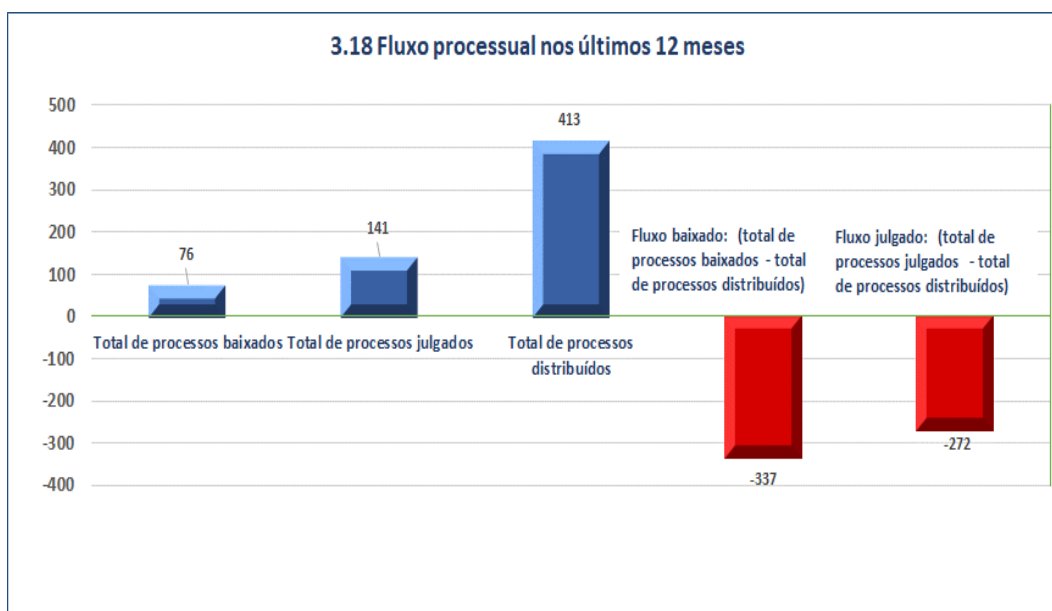
2019	Gabinete instalado em 6/3/2023
2018	Gabinete instalado em 6/3/2023
2017	Gabinete instalado em 6/3/2023
2016	Gabinete instalado em 6/3/2023

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
2022	Gabinete instalado em 6/3/2023
2021	Gabinete instalado em 6/3/2023
2020	Gabinete instalado em 6/3/2023
2019	Gabinete instalado em 6/3/2023
2018	Gabinete instalado em 6/3/2023
2017	Gabinete instalado em 6/3/2023
2016	Gabinete instalado em 6/3/2023



3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	1
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

4.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Processos julgados no ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Processos distribuídos no ano corrente	393
Processos julgados no ano corrente	139

4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes em 31/12/2022	Gabinete instalado em 6/3/2023
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete instalado em 6/3/2023

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes em 31/12/2022	Gabinete instalado em 6/3/2023
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete instalado em 6/3/2023

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes no último dia do mês anterior	60
Porcentagem de atendimento da meta	9,09%

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes no último dia do mês anterior	46
Porcentagem de atendimento da meta	17,43%

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes em 31/12/2022	Gabinete instalado em 6/3/2023
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete instalado em 6/3/2023

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes no último dia do mês anterior	103
Porcentagem de atendimento da meta	23,81%

4.8 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022	
--	--

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Taxa de congestionamento no ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Taxa de congestionamento no ano corrente	91,69

4.9 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

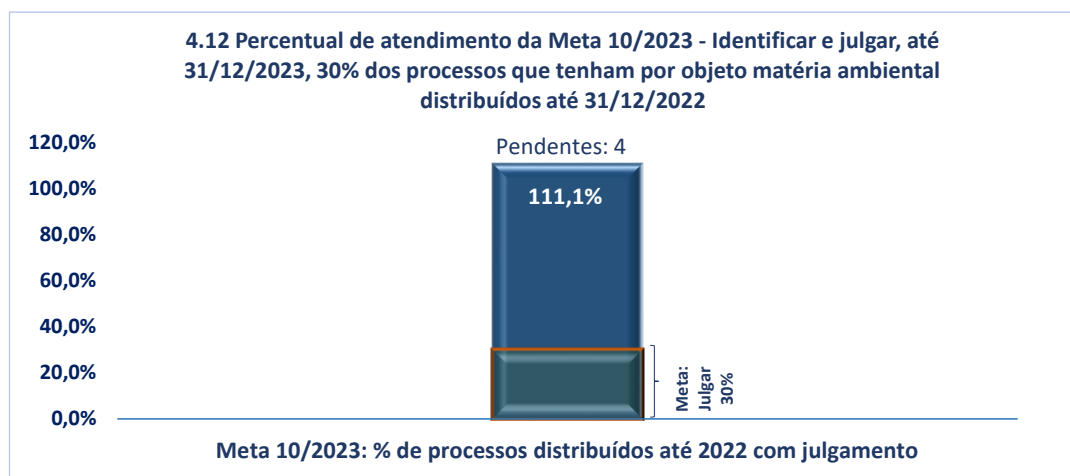
Processos distribuídos no ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Processos baixados no ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Processos julgados no ano anterior	Gabinete instalado em 6/3/2023
Processos distribuídos no ano corrente	339
Processos baixados no ano corrente	75
Processos julgados no ano corrente	139

4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes em 31/12/2022	Gabinete instalado em 6/3/2023
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete instalado em 6/3/2023

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, a % de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gabinete instalado em 6/3/2023
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%



4.13 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	não se aplica
Pendentes no mês anterior	não se aplica
Percentual de cumprimento da meta	não se aplica

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Considerando a instalação do gabinete em 6/3/2023, com a redistribuição de parte do acervo de processos dos gabinetes que já integravam a 4ª Seção, foram definidas tarefas consistentes na classificação do acervo, tendo por principal objetivo identificar os processos com réus presos e as datas de prescrição de cada processo. Em seguida, com a identificação dos processos com maior proximidade do exaurimento do prazo prescricional e aqueles com réus presos, passou-se à preparação dos feitos para inserção em pautas de julgamento, priorizando esses casos. Passado esse primeiro período, estão sendo identificados os processos com distribuição mais antiga e incluídos nos perfis de metas para que sejam, também, trabalhados e levados a julgamento. Diante da natureza da matéria, o desenvolvimento das atividades deve-se dar a partir dos processos prioritários, considerando-se, principalmente, aqueles que envolvem réus presos, os processos com prazo prescricional mais próximo, sem perder de vista àqueles que, mesmo não se enquadrando nesses perfis, tenham sido distribuídos há mais tempo no Tribunal, assim como aqueles inseridos nas metas do Poder Judiciário.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

No Sistema PJe há rotina específica para processos nessa situação, que possibilita o acompanhamento.

5.3 Boas práticas e inovações

O gabinete tem priorizado o julgamento dos processos envolvendo réus presos e aqueles com maior risco de prescrição, tendo em vista o acervo recebido em redistribuição. Para isso foi desenvolvida planilha com compartilhamento simultâneo a todos os servidores, com informações sobre cada um dos recursos, contendo número do processo, natureza do recurso, nome dos réus, tipo penal, data de nascimento, data dos fatos, data de recebimento da denúncia, data de publicação da sentença, pena aplicada (quando condenatória), prescrição pela pena mínima em abstrato, prescrição pela pena aplicada na sentença, prescrição pela pena máxima em abstrato e se há recurso da defesa e da acusação. Com isso o servidor fica orientado a trabalhar com os processos de acordo com a ordem de prescrição, havendo servidores designados para a preparação dos processos envolvendo réus presos. Além disso, para os recursos envolvendo réu preso, há planilha separada, de modo a facilitar o desenvolvimento do trabalho desses processos.

5.4 Dificuldades

As maiores dificuldades enfrentadas no momento decorrem das alterações na forma de desenvolvimento das atividades do gabinete, em função da modificação de competência em março do corrente ano. Até então, o gabinete integrava a Primeira Seção, com competência em matéria cível. Com a modificação para a matéria penal, os servidores, dentre os quais alguns não tinham trabalhado com essa competência, têm passado por um momento de adaptação o que, inclusive, reflete na produtividade. Mas tem-se visto um bom aperfeiçoamento dos trabalhos, com empenho dos servidores, de modo que em breve essa fase de adaptação estará superada, com incremento na produtividade. Outro fator de destaque diz respeito aos processos recebidos em redistribuição, muitos dos quais constituem feitos em suporte físico inseridos no Sistema PJe. Em vários casos, dado o elevado número de volumes que compunham o processo físico, a digitalização apresenta-se desordenada, dificultando o manejo do processo eletrônico e identificação das peças processuais, o que reflete num maior dispêndio de tempo na preparação de minutas de documentos. Relevante destacar, ainda, que o gabinete teve reduzido o quadro de pessoal em 2 cargos, decorrente de ato da administração do tribunal, diminuindo a força de trabalho.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O teletrabalho adotado nesta unidade tem observado as diretrizes da Resolução n. 481/CNJ e Resolução n. 514, de 28/4/2022 da Presidência deste Tribunal Regional Federal e respectivas alterações.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Em razão do gabinete ter competência em matéria criminal, não tem sido encaminhado feitos para a central de conciliação deste Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000652-20.2016.4.03.6181	5/4/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 11/2028. Minuta preparada para conferência.		
0001408-19.2018.4.03.6000	12/5/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 7/2025. Minuta preparada para conferência.		
0001209-17.2017.4.03.6134	21/2/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 8/2026. Preparar minuta para julgamento.		
0003058-17.2017.4.03.6104	1º/9/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 6/2025. Preparar minuta para julgamento.		
0008708-81.2013.4.03.6105	22/5/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 1/2027. Minuta preparada para conferência.		
0000161-94.2018.4.03.6002	8/8/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 6/2026. Minuta preparada para conferência.		
0008689-07.2014.4.03.6181	6/12/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 2/2026. Preparar minutas para julgamento.		
5010724-05.2022.4.03.6105	26/9/2022	Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamentos de 5/10/2023.		
0011430-59.2010.4.03.6181	3/4/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 12/2024. Preparar minutas para julgamento.		
0002522-96.2014.4.03.6108	19/4/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 6/2025. Preparar minutas para julgamento.		

0009231-15.2007.4.03.6102	26/4/2016	Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso de relatoria do Desembargador Federal Fausto De Sanctis.		
0014204-23.2014.4.03.6181	5/9/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 12/2026. Preparar minutas para julgamento.		
0009723-41.2015.4.03.6000	2/1/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 7/2025. Minuta preparada para conferência.		
5021953-75.2021.4.03.0000	21/9/2021	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamentos de 5/10/2023.		
0003003-68.2014.4.03.6105	18/11/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 2/2027. Preparar minutas para julgamento.		
0006730-25.2011.4.03.6110	5/2/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 7/2025. Preparar minutas para julgamento.		
0005590-21.2014.4.03.6119	23/11/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 7/2024. Preparar minutas para julgamento.		
0006345-95.2011.4.03.6104	19/4/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 6/2024. Preparar minutas para julgamento.		
0004186-88.2016.4.03.6110	2/5/2017	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 11/2024. Incluído na pauta de julgamentos do dia 21/9/2023.		
0006582-14.2011.4.03.6110	17/2/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 5/2024. Preparar minutas para julgamento.		
0003428-24.2016.4.03.6106	14/11/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 7/2025. Preparar minutas para julgamento.		
0001539-83.2012.4.03.6006	29/9/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 6/2024. Revisado. Incluído na pauta de julgamento de 5/10/2023.		
5000049-38.2022.4.03.6119	22/2/2022	Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Preparar minutas para julgamento.		
5004426-42.2023.4.03.0000	23/2/2023	Revisão Criminal

Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Preparar minutas para julgamento.		
5008186-17.2022.4.03.6181	17/11/2022	Recurso em sentido estrito/Recurso ex officio
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamento de 5/10/2023.		
0001816-49.2018.4.03.6181	28/1/2020	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 2/2025. Minuta preparada para conferência.		
5000143-73.2023.4.03.0000	6/1/2023	Revisão Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Minuta preparada para conferência.		
5028462-22.2021.4.03.0000	16/11/2021	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Solicitadas informações atualizadas ao juízo impetrado sobre a situação atual das investigações de origem. Com a vinda das informações e parecer ministerial, preparar minuta para julgamento.		
0011299-09.2010.4.03.6109	14/7/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 9/2025. Preparar minutas para julgamento.		
0014658-13.2008.4.03.6181	13/3/2020	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Relatório lançado nos autos. Recurso remetido ao Desembargador revisor.		
5001426-77.2022.4.03.6108	8/11/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamentos do dia 5/10/2023.		
0012559-89.2016.4.03.6181	6/12/2017	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Prescrição em 7/2025. Incluído na pauta de julgamentos do dia 21/9/2023.		
5000795-74.2023.4.03.6181	8/3/2023	Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 5/10/2023.		
5006674-78.2023.4.03.0000	14/3/2023	Revisão Criminal
Observação/Providência: Preparar minutas para julgamento.		
5015859-43.2023.4.03.0000	13/6/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Agravo regimental incluído na sessão de julgamento de 14/9/2023.		
5000207-83.2023.4.03.0000	9/1/2023	Conflito de competência cível
Observação/Providência: Processo de natureza cível. Relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy, na 1ª Seção.		
5002173-81.2023.4.03.0000	3/2/2023	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamentos do dia 5/10/2023.		

5002388-49.2021.4.03.6104	4/11/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamentos do dia 28/9/2023.		
5000471-55.2021.4.03.6181	11/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Preparar minuta para julgamento.		
5003553-60.2022.4.03.6181	27/9/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Incluído na pauta de julgamentos do dia 28/9/2023.		
5002446-24.2022.4.03.6005	16/3/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: preparar minutas para julgamento.		
5000272-45.2022.4.03.6004	13/12/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: redistribuído ao Gabinete em 6/3/2023. Minuta preparada para conferência.		
5002322-41.2022.4.03.6005	2/2/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Redistribuído ao gabinete em 6/3/2023. Preparar minutas para julgamento.		
5010257-89.2022.4.03.6181	20/3/2023	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Recurso julgado em 11/5/2023. Embargos de declaração julgados em 10/8/2023.		
5011989-87.2023.4.03.0000	8/5/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: habeas corpus julgado. Trânsito em julgado em 23/8/2023. Arquivado.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 44 processos selecionados, todos são eletrônicos ou digitalizados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0000161-94.2018.4.03.6002	0000652-20.2016.4.03.6181	0001209-17.2017.4.03.6134
0001408-19.2018.4.03.6000	0002522-96.2014.4.03.6108	0003003-68.2014.4.03.6105
0003058-17.2017.4.03.6104	0003428-24.2016.4.03.6106	0005590-21.2014.4.03.6119
0006345-95.2011.4.03.6104	0006582-14.2011.4.03.6110	0006730-25.2011.4.03.6110
0008689-07.2014.4.03.6181	0008708-81.2013.4.03.6105	0009231-15.2007.4.03.6102
0011299-09.2010.4.03.6109	0011430-59.2010.4.03.6181	0014204-23.2014.4.03.6181
0014658-13.2008.4.03.6181	5000049-38.2022.4.03.6119	5000471-55.2021.4.03.6181
5002322-41.2022.4.03.6005	5002446-24.2022.4.03.6005	5004426-42.2023.4.03.0000
5006674-78.2023.4.03.0000	5028462-22.2021.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em até 60 dias, caso não julgados nas sessões em que estão atualmente pautados:

5000272-45.2022.4.03.6004	5002173-81.2023.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

c) Aguardando juntada de declaração de voto. Regularizar em até 30 dias:

0012559-89.2016.4.03.6181

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Helio Nogueira e pelos servidores Sandra Aparecida dos Santos Vieira e Fábio Decimoni.

Em relação ao acervo assumido pela equipe, foram relatados os trabalhos iniciais de triagem, realizado não apenas via sistema PJe, mas também através de planilha interna com compartilhamento simultâneo entre os servidores, alimentada com os dados principais de controle, notadamente réus presos, prazos prescricionais próximos e acervo de mais longa duração, possibilitando ao gestor direcionar a força de trabalho de acordo com as prioridades e perfis de metas.

Apurou-se que o gabinete é composto por 14 servidores efetivos e nenhum estagiário, todos dedicados às atividades da área-fim. A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento, bem como elaboração e conferência inicial de minutas, concentrando-se as atividades de cunho administrativo num único servidor.

Os gestores demonstram conhecimento do acervo, tendo explicitado as estratégias adotadas no enfrentamento das necessidades prioritárias da unidade jurisdicional, distribuindo as tarefas aos demais servidores da equipe.

Como a equipe é composta, prioritariamente, por servidores que atuavam em gabinete da matéria cível, foi e ainda é necessário um trabalho de capacitação e readaptação para ajustar a equipe ao dia a dia da temática criminal, o que também acaba por impactar nos índices iniciais de produtividade. O Desembargador atua diretamente debatendo os temas com a equipe e repassando orientações temáticas para elaboração das minutas, num contexto de feedback direto que além de eliminar possíveis inconsistências, oferece a possibilidade de desenvolvimento dos servidores, que mais informados, tendem a realizar o trabalho com mais segurança e desenvoltura.

Por ser um gabinete novo, não há processos sobrestados. Contudo, já se organizou a unidade para realizar tal controle confrontando planilhas internas e etiquetas do próprio PJe.

Foi esclarecido que o percentual de servidores em teletrabalho e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ.

Há metas individuais de trabalho.

Quanto à força de trabalho, não se relatam problemas quantitativos de quadro. Contudo foram listadas as dificuldades de adaptação na matéria, com quadro que atuava antes em matéria cível, o que somado a grande quantidade de processos recebidos de

outros gabinetes por redistribuição impacta inicialmente na análise da curva de acervo e produtividade, como se nota do quadro 3.18. Informou-se também dificuldades materiais de sistema e rede a impactar nos serviços.

O Gabinete 44 não registra processos cíveis. E embora instalado em março de 2023 com cerca de 77 processos com réus presos com julgamento pendente, apresentou planilha de controle interno demonstrando que 2/3 desse acervo de réus presos já foi devidamente tratado, com minutas prontas ou em vias de encaminhamento.

Com relação aos processos conclusos a mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória, não constam pendências no gabinete, havendo tratamento célere com base em alertas propiciados pelas anotações do próprio sistema PJe, já devidamente encaminhados também os 7 processos registrados no quadro 3.12 deste relatório.

A estatística registrava apenas 4 embargos declaratórios pendentes de análise e que já foram também movimentados pela unidade que informou tratá-los imediatamente após o ingresso, encaminhando-os ao servidor que trabalhou na fase anterior de processamento do feito.

As revisões são realizadas de forma célere, tanto que não há processos atualmente no gabinete nessa posição.

11. OBSERVAÇÕES

O gabinete 44 foi instalado em 6/3/2023. E sendo esta a primeira inspeção da unidade, inviável realizar comparações em relação a inspeções anteriores, assim como analisar dados relativos ao período de doze meses contados da inspeção, quanto ao montante de processos conclusos, embargos de declaração aguardando julgamento e evolução de produtividade.

De todo modo, observa-se que os primeiros dados estatísticos mostram boa produtividade mensal com enfrentamento do acervo oriundo dos demais gabinetes. Ainda que se reconheça o desafio relacionado aos processos mais antigos, muitas vezes complexos e volumosos e no caso do gabinete 44 envolvendo grande carga de processos com distribuição anterior a 2020 (quadro 3.15 deste relatório), a equipe demonstrou comprometimento com estratégias para a solução e encontra quadro de lotação completo.

Não obstante a redistribuição, a unidade conta com acervo médio equivalente ao identificado nos demais gabinetes que integram a 11ª Turma, composto majoritariamente por processos redistribuídos de outros gabinetes, algo natural, considerando a recente assunção do gabinete pela equipe, a redistribuição do acervo e a distribuição dirigida aos gabinetes novos num período inicial de equalização quantitativa que perdurou por algum tempo após a mencionada redistribuição. A maior parte do acervo envolve

processos distribuídos a partir de 2021, mas subsiste parcela de acervo com distribuição anterior a 2020 digna de atenção, embora já priorizada para tratamento pela equipe.

As estratégias construídas pela equipe para desenvolvimento dos trabalhos estão adequadas e revelam uma boa perspectiva de resultados futuro.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 17 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 11ª Turma, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, pois ligeiramente superior à média da Turma, mas justificável neste momento diante do pouco tempo de trabalho da equipe na unidade jurisdicional.

A análise dos processos selecionados para a inspeção e dos dados estatísticos demonstra que o gabinete mantém controle e administração adequados e está desenvolvendo um trabalho eficiente para enfrentamento da carga de acervo, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) manter a estratégia de enfrentamento do acervo, sempre buscando ferramentas de aprimoramento, notadamente em relação aqueles processos com distribuição mais antiga;
- c) manter a capacitação por matéria até que a equipe esteja suficientemente treinada;
- d) registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência

1.2 Competência

Coordenar as atividades relativas ao processamento dos recursos excepcionais e agravo de instrumento e assessorar o Desembargador Federal Vice-Presidente.

2. RECURSOS HUMANOS

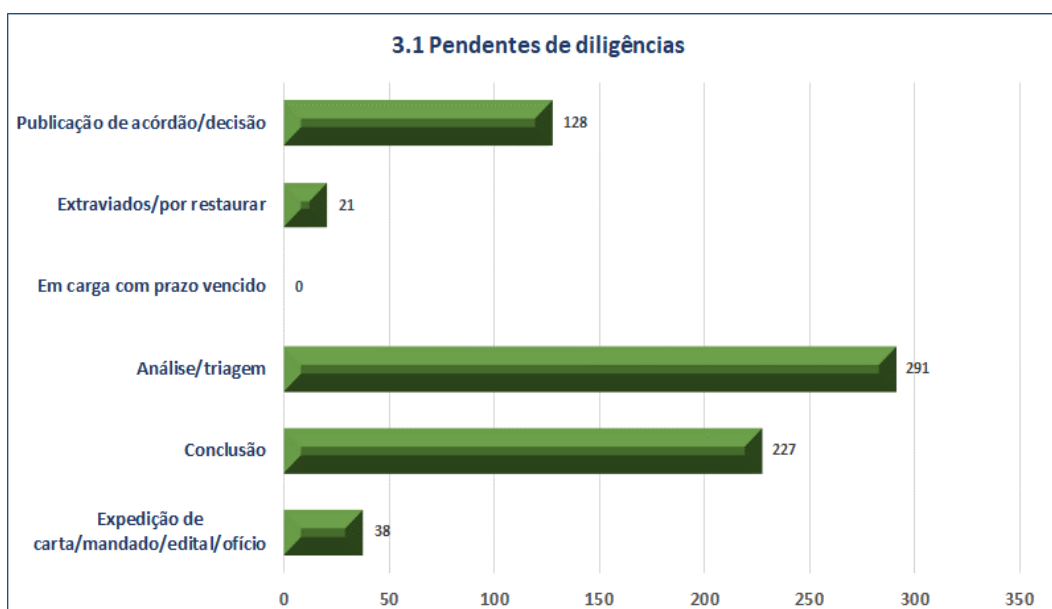
2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Amelino Rabelo Custódio, diretor de subsecretaria

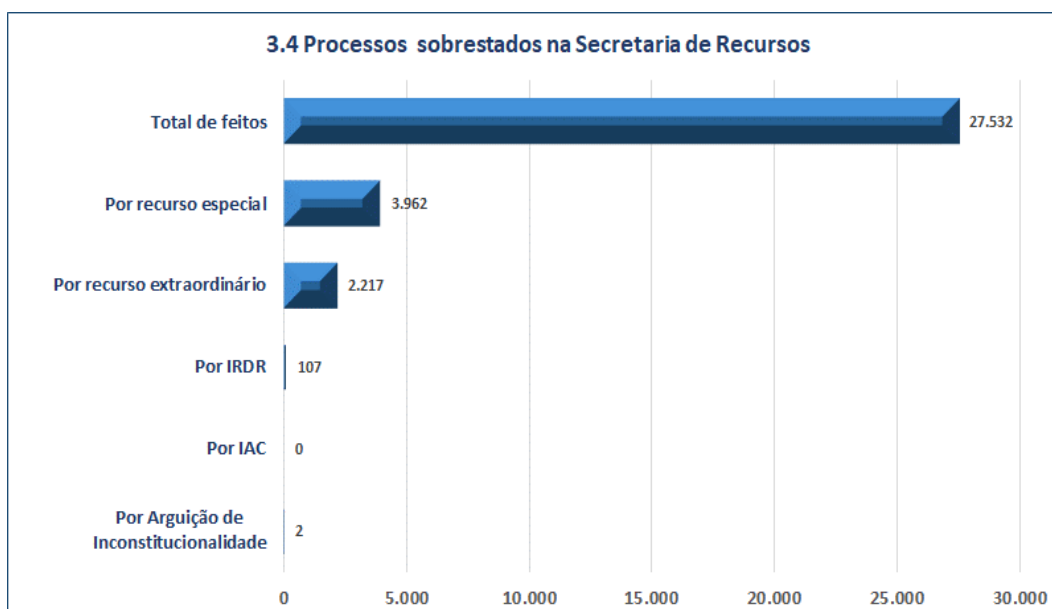
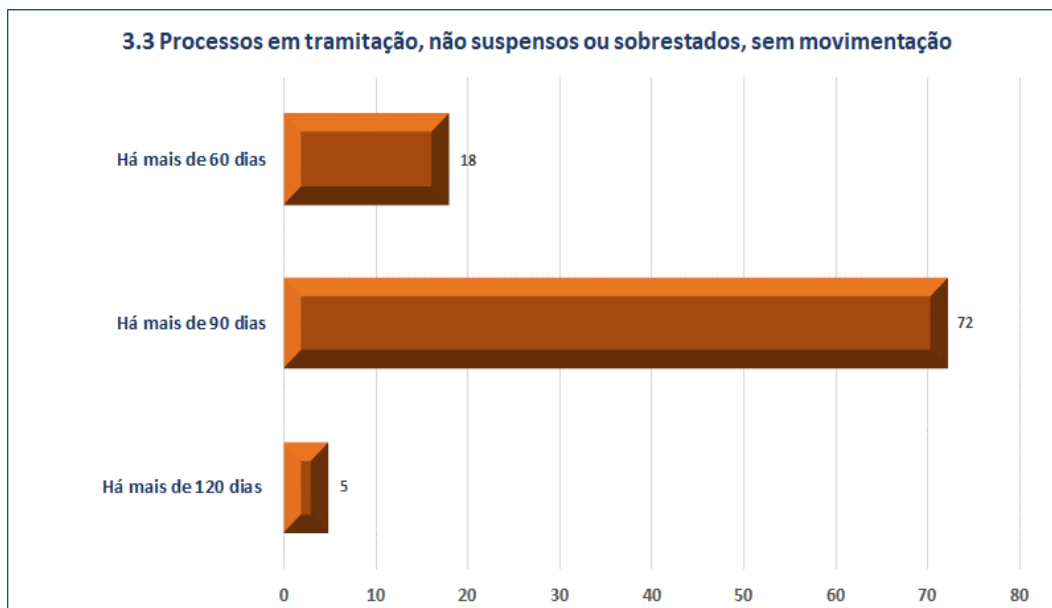
2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	36
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	1

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.2 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.711



4. PLANO DE GESTÃO

4.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Esta unidade segue as orientações e plano de gestão do Gabinete da Vice-Presidência. Há planejamento interno e relatórios mensais que são extraídos para aferição de produtividade além das verificações diárias das tarefas para efeitos de controle de

acervo no sistema eletrônico PJe, a distribuição das atividades é efetuada mediante uso do final numérico do processo, digitando no campo apropriado o final que se deseja consultar, é possível aferir a quantidade de processos pendentes de uma determinada tarefa referente ao servidor responsável pelo seu processamento, respeitando os fluxos das divisões de recursos e de agravo de instrumento.

4.2 Especificar se há controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais e de processos remetidos a outros setores/órgãos.

O controle do acervo na subsecretaria é efetuado pela verificação da quantidade de processos constantes em tarefas de verificações diárias, não se admitindo que processos fiquem parados por muito tempo em determinada tarefa. Foi implantado um novo fluxo na Vice-Presidência que pende de alguns reparos, já constante em Callcenter 10497574 (há 422 dias), aguardando atendimento. Observa-se também a ausência de ferramenta que possibilite trabalhar o grande volume de processos em lotes, por falta de automação inteligente é necessário tratar um por um. Quanto às metas, trabalhamos conforme demandados pelo Gabinete, sendo alertados com relação à prioridade em determinados processos como os representativos de controvérsia, IRDR, processos de metas do CNJ, tais como ações civis públicas e ações populares. Quanto às prioridades legais, o sistema adotado pelo PJe é efetivamente observado, pois é dada preferência no andamento sempre aos primeiros processos das listagens (ou seja, todos os processos com anotação de preferência legal, sempre aparecem primeiro nas listagens, na sequência, sobrevem a ordem cronológica em que assinada a decisão ou efetuado o envio à subsecretaria). Quanto aos processos remetidos a outros setores/órgãos, normalmente não há necessidade desse controle, destacando-se controle apenas para os casos de representativos de controvérsia que tenham sido escolhidos para envio às Cortes Superiores - usamos o sistema PUSH do Órgão onde tramitará os autos, o mesmo ocorrendo em Cartas de Ordem e Precatórias, quando urgentes.

4.3 Como ocorre o atendimento a partes e advogados?

Não só às partes e aos advogados, mas a quaisquer pessoas interessadas sejam estagiários ou não, o atendimento é efetuado por atendimento presencial em balcão na subsecretaria, telefone, e-mail e via balcão virtual. Mesmo antes da pandemia, essa subsecretaria já executava atendimento a pedidos de certidão de objeto e pé por e-mail, com a disponibilização da certidão via internet para os autos físicos (sistema GEDPRO) e nos próprios autos eletrônicos (sistema PJe).

4.4 Como se dá a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa?

Esta não é uma atividade de competência da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, não tem função de Órgão Julgador, apenas processamento de recursos excepcionais. Quando negado seguimento ao(s) recurso(s) e interposto eventualmente Agravo Interno, efetuamos a abertura de vista para contraminuta e decorrido o prazo ou apresentado o contraditório, efetuamos o envio dos autos à conclusão, cabendo à Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, sob orientação do Excelentíssimo

Desembargador Federal Vice-Presidente a decisão quanto a inclusão em pauta de julgamento perante a Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE.

4.5 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Recentemente foi disponibilizado pelo setor de Estatística do TRF3, relatório contemplando os processos que estão sem movimentação processual há mais de 120 dias, 90 dias e 60 dias - com a utilização destes relatórios, paulatinamente, esta Subsecretaria tem resolvido alguns processos que não aparecem nas tarefas usuais, identificando alguns que não constam em nenhuma tarefa ou tarefa inexistente. Nesses casos é aberto Callcenter para que a Informática efetue a regularização dos autos, movendo-o para tarefa adequada onde poderá efetivamente ser processado.

4.6 Como é feito o controle de prazo para julgamento de feitos?

Esta não é uma atividade de competência da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, não tem função de Órgão Julgador, apenas processamento de recursos excepcionais. Quando negado seguimento ao(s) recurso(s) e interposto eventualmente Agravo Interno, efetuamos a abertura de vista para contraminuta e decorrido o prazo ou apresentado o contraditório, efetuamos o envio dos autos à conclusão, cabendo à Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, sob orientação do Excelentíssimo Desembargador Federal Vice-Presidente a decisão quanto a inclusão em pauta de julgamento perante a Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE.

4.7 Como ocorre a dinâmica dos atos relativos às sessões (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao Gabinete e à sessão etc)?

Esta não é uma atividade de competência da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, não tem função de Órgão Julgador, apenas processamento de recursos excepcionais. Quando negado seguimento ao(s) recurso(s) e interposto eventualmente Agravo Interno, efetuamos a abertura de vista para contraminuta e decorrido o prazo ou apresentado o contraditório, efetuamos o envio dos autos à conclusão, cabendo à Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, sob orientação do Excelentíssimo Desembargador Federal Vice-Presidente a decisão quanto a inclusão em pauta de julgamento perante a Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE.

4.8 Boas práticas e inovações

1) Portaria GABV n. 3/2022 - seguindo recomendação da última inspeção do CJF, trouxe rapidez no processamento dos autos, diminuindo o congestionamento dos processos que se enquadram em seus dispositivos, agilizando o trânsito em julgado ("XXX - a intimação das partes da decisão que considere prejudicado recurso após juízo positivo de retratação pelo órgão julgador originário, bem como da decisão que homologa pedido de desistência recursal, obedecido o prazo dos embargos de declaração; XXXI - a certificação de trânsito em julgado e baixa dos autos à origem ou ao arquivo, quando ocorrer juízo positivo de retratação integral pelo órgão julgador originário e a subsecretaria processante de Turma ou Seção não tenha assim procedido, em observância a prévia decisão proferida pela Vice-Presidência dando por

prejudicados os recursos excepcionais interpostos na ocorrência do referido juízo positivo de retratação.") 2) Portaria GABV 4/2023 - agilizando procedimentos para tornar mais célere o processamento de pedidos de trânsito em julgado parcial (XXXII - a intimação da(s) parte(s) contrária(s) para manifestação no prazo de 5 dias em relação a petição de certificação de trânsito em julgado parcial, com posterior envio dos autos à conclusão para análise do requerido;) 3) Padronização de certidões com utilização das ferramentas proporcionadas pelo sistema PJe.

4.9 Dificuldades

1) Não atendimento ou atendimento precário de chamados técnicos nos quais almejamos a melhoria de fluxos de trabalhos ou indicamos possíveis problemas nas programações do sistema, causando prejuízo para os jurisdicionados. Exemplos: Callcenter 10497574 - Correções no fluxo novo da Vice-Presidência (pendente há 422 dias); Callcenter 10494764 - sugestão de melhoria nos documentos classificados como Certidão de Inteiro Teor (pendente há 433 dias); Callcenter 10559061 - pedido de melhoria na organização das tarefas (pendente há 175 dias); Callcenter 10570298 viabilidade de disponibilizar relatório gerencial. (pendente a 135 dias); Callcenter 10582757 - levantamento de todos os processos que estejam na tarefa sobredita de forma a identificarmos eventuais processos no "limbo", já que não são visualizados no Gabinete. Callcenter 10577621 fechado sem resolver efetivamente o problema de limbo entre instâncias que tem causado bastante dificuldade para os jurisdicionados. 2) Teletrabalho - aumento de produtividade verificada na pandemia que não foi adequadamente aproveitada pelos Órgãos, aliada à economia de recursos que proporcionava à Administração. O teletrabalho deve ser utilizado como instrumento de aumento da necessária produtividade para espelhar as determinações jurídicas dos Tribunais Superiores (temas/repetitivos da controvérsia/repercussão geral), a revogação da Resolução PRES n. 370, de 20 de agosto de 2020, trouxe prejuízos à produtividade e economia de recursos. Referido normativo interno deste Regional, fixava em 20% o quantitativo de servidores em sistema presencial, mantendo os servidores de alta produtividade em teletrabalho, nesse sentido, somente teriam direito ao teletrabalho os servidores que alcançassem e mantivessem as metas de produtividade, diferentemente dos novos normativos que são baseados em questões relacionadas à saúde e idade, com fixação de percentual de 70% presencial, impossibilitando um bom planejamento estratégico para aumentar a produtividade; 3) Aumento no quadro de desembargadores do TRF3 criará, em tese, um gargalo na Vice-Presidência, com um maior fluxo de processos para análise e juízo de admissibilidade - é necessário repensar os quadros de servidores para atender ao possível aumento de demanda 4) Ausência de integração com o TJMS (eSAJ), a exemplo da integração entre sistemas que já ocorre entre o TRF3 (PJe 2º Grau) com o sistema do TJSP (eSAJ); ausência de ferramenta que simplifique as expedições de Cartas de Ordem para a Justiça Federal de SP e MS (se em tese usam o mesmo sistema, poderia ser criado mecanismo de envio célere, com aproveitamento dos dados cadastrados nos autos do TRF3, ou até mesmo uma tarefa de envio direto às Centrais de Mandados, como já ocorre nos Mandados de Intimação do TRF3 (SEJU/Oficiais de Justiça ao cumprirem os mandados, certificam diretamente nos autos e o processo migra para prazo em curso com bastante celeridade); 5) Necessidade de comunicação mais

efetiva entre os Tribunais: temos diversos processos que foram baixados de forma física (Resolução CJF 237 - para que ficassem sobrestados no Primeiro Grau até que a decisão do STJ/STF fosse encaminhada à Origem). Muitos Juízos Estaduais (TJSP e TJMS) não encaminham os autos em retorno ao TRF3, quando a decisão das Cortes Superiores assim determina, pois acreditam que os autos estejam em tramitação neste Regional em suporte eletrônico, quando em verdade não estão. O TRF3 fica aguardando a devolução dos autos para cumprimento da decisão de Instância Superior e os TJs não enviam para regular processamento. Somente temos ciência desses casos quando a parte ou advogado, de forma diligente, nos comunicam. Já foi solicitado o envio de comunicação formal do TRF3 para os TJs alertando quanto a essa situação que pode envolver centenas de processos.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual é observado, mas como não há nesta Subsecretaria a autorização para teletrabalho integral, optou-se por incluir o maior número de servidores possível em teletrabalho parcial, obedecendo a fixação do percentual de presença diária de 70% da força de trabalho; a meta de produtividade é idêntica para todos, ou seja, efetuar todo o processamento dos despachos e decisões da Vice-Presidência, evitando atrasos no andamento processual, visando a entrega em menor espaço de tempo possível.

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000102-49.2017.4.03.6000	2/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - Certificado em 14/7/2023 o trânsito em julgado. Baixado os autos ao Juízo de origem. Verificada a razão de constar como pendente de publicação de acórdão - trata-se de partes que são intimadas pessoalmente.		
0002053-72.2017.4.03.6002	16/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais / aguarda decurso de prazo (cumprimento de Carta Precatória para intimação de Município) Quanto ao motivo da inspeção, todas as partes são entes públicos, com intimação pessoal, razão de não constar publicação.		
5006508-97.2018.4.03.6183	10/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Determinada a intimação pela via editalícia a parte autora, para que constitua novo advogado, diante do óbito do Dr. Wilson Miguel - SP99858-A ou, acaso não possua condições de custear novo causídico, que declare pessoalmente nos presentes autos.		
0000167-25.2014.4.03.6105	2/2/2016	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - Certificado em 23/8/2023 o trânsito em julgado. Baixado os autos ao Juízo de origem. Quanto a questão da publicação do acórdão - todas as partes são entes públicos com intimação pessoal.		
0006635-60.2014.4.03.9999	23/3/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão devolvendo os autos a Turma para retratação - a Egrégia 8ª Turma em sessão realizada em 21/8/2023, proferiu a seguinte decisão: "a Oitava Turma, por unanimidade, decidiu, em juízo de retratação positivo, dar provimento ao agravo legal" - aguarda decurso de prazo		
5003792-93.2020.4.03.6000	11/5/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: autos remetidos em 20/7/2023 para Secretaria da Vice-Presidência para processamento em razão de interposição de recurso especial - prazo em curso para contrarrazões.		
0003588-14.2000.4.03.6105	3/2/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração e Agravo Interno com decisão - feito sobrestado Tema 536 STF, desde setembro de 2022.		
0033450-16.1998.4.03.6100	7/8/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos digitalizados/levantamento de sobrestamento/proferida decisão dando por prejudicados os Agravos Internos e efetuada a admissibilidade de recursos excepcionais/ aguarda decurso de prazo.		
0014740-98.2005.4.03.6100	28/5/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado Tema 372 STF - Agravo apreciado em decisão monocrática de 31/1/2017. Deve ser verificado a razão de ter constatado como pendente de análise do Agravo, provavelmente será necessário melhorar a forma em que os dados são extraídos para o relatório de Inspeção.		
0019934-50.2003.4.03.6100	21/9/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos digitalizados - Agravo interno julgado - feito sobrestado Tema 372 STF		
0004285-40.2006.4.03.6100	19/11/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O exame da admissibilidade dos recursos excepcionais interpostos, bem como a apreciação do agravo interno de fls. 438/444, foram sobrestados até a publicação do acórdão de mérito a ser prolatado no julgamento do RE 609.096/RS, vinculado ao Tema 372 de Repercussão Geral.		
0034001-64.1996.4.03.6100	21/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - Agravos Internos julgados - feito sobrestado Tema 167 STF		
5014690-60.2019.4.03.0000	10/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade do recurso excepcional - aguarda decurso de prazo		
5024549-37.2018.4.03.0000	2/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: não encerrada a jurisdição da Turma Julgadora - autos aguardando julgamento de Embargos de Declaração na Turma - pauta de julgamento de 4/10/2023		

0000044-33.2015.4.03.6124	13/1/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos com tramitação regular no TRF3 - remetidos ao STJ em 14/8/23 - aguarda julgamento		
0001112-28.2009.4.03.6124	13/11/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: proferida decisão de não admissibilidade dos recursos excepcionais - apresentado agravo - certidão de remessa em 29/8/23 ao STJ		
5001189-43.2018.4.03.6121	29/5/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Tramitação regular, julgado o agravo interno no Órgão Especial em 13/9/2023 - aguarda publicação do v. acórdão e oportuna baixa dos autos.		
5030965-50.2020.4.03.0000	15/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso Especial não admitido - certificado o trânsito em julgado em 7/8/2023 - arquivado		
0000838-25.2017.4.03.0000	1º/2/2017	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: autos em processamento perante o Relator originário - 3ª Seção - expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação. Não é processo que deveria estar relacionado para a UVIP, mas sim para a USEC.		
5012769-95.2021.4.03.0000	7/6/2021	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação. - Autos em tramitação na 3ª Seção		
0004319-64.2015.4.03.0000	5/3/2015	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação - feito em tramitação na 3ª Seção. Não é processo que deveria estar relacionado para a UVIP, mas sim para a USEC.		
5007493-20.2020.4.03.0000	2/4/2020	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação - feito em tramitação na 3ª Seção		
5017584-09.2019.4.03.0000	11/7/2019	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: expedido ofício requisitório no sistema PRECWEB, diante da ausência de impugnação. autos em tramitação na 3ª Seção		
0000955-79.2014.4.03.6124	1º/11/2022	Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: medida cautelar em que se determinou o apensamento ao proc 0000944-50.2014.4.03.6124, que se encontra no STJ distribuído sob ARES 2295536/SP, na relatoria do Min. Jesuíno Aparecido Rissato (determinou-se o sobrestamento até julgamento da ação penal principal)		
5026245-06.2021.4.03.0000	25/10/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de inadmissibilidade realizada em 29/6/23 / certidão de remessa ao STJ em 29/8/23		
5003759-90.2022.4.03.0000	14/2/2022	Revisão Criminal
Observação/Providência: RESP admitido em 7/7/23 e foi encaminhado ao STJ em 10/8 (RESP 2090964/SP)		
0005839-38.2018.4.03.6181	12/11/2019	Apelação Criminal

Observação/Providência: Decisão de inadmissibilidade em 27/6/2023. Processo remetido por força de agravo ao STJ em 13/8/23.		
5000966-06.2017.4.03.6128	2/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de documentos - feito sobrestado Tema 846 STF		
5001756-87.2017.4.03.6128	26/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de documentos - feito sobrestado Tema 846 STF		
5002201-92.2017.4.03.6100	23/2/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção		
5000381-85.2016.4.03.6128	24/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 846 STF		
0000206-05.2017.4.03.6109	30/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema do STF n. 736		
5025497-46.2017.4.03.6100	20/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de manifestação da parte - feito sobrestado Tema 982 STF/aguarda decurso de prazo		
5000409-91.2018.4.03.6125	15/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 846 STF		
5003789-03.2018.4.03.6100	18/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: levantamento de sobrestamento/proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais / aguarda decurso de prazo		
5024351-67.2017.4.03.6100	17/10/2018	Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5003229-61.2018.4.03.6100	1º/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 846 STF		
5007302-49.2018.4.03.6109	7/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: feito sobrestado Tema 846 STF		
5013853-72.2018.4.03.6100	11/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito sobrestado Tema 118 STJ		
5008697-36.2019.4.03.0000	9/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão / AI prejudicado / aguarda decurso de prazo		
5001117-29.2017.4.03.6109	1º/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de substabelecimento, feito sobrestado Tema 118 STF - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção		

5002125-68.2017.4.03.6100	9/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de manifestação / feito sobrestado Tema 118 STF - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção		
5001860-66.2017.4.03.6100	14/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção		
5008652-36.2017.4.03.6100	29/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF		
5006388-76.2018.4.03.0000	9/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão que não admitiu o recurso especial - certificado o trânsito em julgado em 6/9/23 - determinado o arquivamento		
5000354-82.2018.4.03.6112	9/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 118 STF - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção.		
5018064-54.2018.4.03.6100	21/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de certidão de objeto e pé/feito sobrestado Tema 997 STJ		
5001760-14.2017.4.03.6100	26/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: autos sobrestados - Tema 118 STF - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção		
0011222-85.2014.4.03.6100	29/12/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: levantamento de sobrestamento/ decisão determinando a devolução para Turma Julgadora para eventual retratação (Tema 674/STF) /Gab. Des Fed. Carlos Muta / 1ª Turma / aguarda processamento.		
0011294-38.2015.4.03.6100	24/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: manifestação da União/impossibilidade de fornecer o medicamento /despacho proferido determinando a manifestação da parte autora/aguarda decurso de prazo		
0021838-61.2010.4.03.6100	16/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: juntada de substabelecimento sem reserva - feito sobrestado Tema 985 STF		
0010154-03.2014.4.03.6100	29/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: levantamento de sobrestamento/proferida decisão de admissibilidade de recursos excepcionais aguarda decurso de prazo		
0008736-93.2015.4.03.6100	29/3/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional / aguarda decurso de prazo - decisão de admissibilidade em 30/8/23, com prazo em curso - tramitação regular		
5028669-59.2018.4.03.6100	29/1/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: análise de sigilo - indeferido feito sobrestado Tema 985 STF		
0001652-04.2008.4.03.6127	19/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: realizado acordo - proferida decisão encaminhando os autos ao Gab. da Conciliação / aguarda processamento		
0005455-92.2008.4.03.6127	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: em razão da notícia de acordo determinada a remessa dos autos ao Gab Conciliação / aguarda processamento		
5001349-06.2020.4.03.6119	11/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/remetido ao STJ em 12/9/2023		
0006575-70.2006.4.03.6183	18/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: regularização processual - autos sobrestados Tema 1124 STJ - providenciada nova intimação das partes em razão de regularização processual, por óbito de advogado anterior.		
0000164-41.2007.4.03.6000	25/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: proferida decisão de homologação do pedido de desistência dos recursos interpostos e declarando extinto o procedimento recursal, a teor do que dispõe o art. 998, CPC/aguarda decurso de prazo		
0002295-68.2008.4.03.6318	16/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: pedido de anotação de prioridade - autos sobrestados - Tema 1124 STJ		
0010231-83.2003.4.03.6104	16/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 298 STJ - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento de dados estatísticos para a inspeção		
0004900-75.2007.4.03.6106	12/6/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 298 STJ, aparentemente não deveria constar como motivo "fora da fase de conclusão", em razão de ter status de autos sobrestados.		
0017151-81.2010.4.03.9999	6/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: pedido de habilitação de herdeiros determinada a intimação do INSS/OBS feito sobrestado Tema 1124 STJ		
0003502-61.2004.4.03.6183	15/9/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: regularização processual/proferida decisão de inadmissibilidade de recurso excepcional / aguarda decurso de prazo		
5002562-12.2017.4.03.6100	18/11/2019	Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: juntada de procuração - feito sobrestado Tema 1125 STJ		
0013272-84.2014.4.03.6100	21/7/2015	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 118 STF - em razão da movimentação ficar com data posterior ao sobrestamento, os dados estatísticos entendem como fora da fase de conclusão - verificar possível melhoria no levantamento dos referidos dados para a inspeção		
0002315-55.2009.4.03.6114	10/12/2009	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: autos digitalizados - feito sobrestado Tema 599 STF, desde 1º/8/2022, "aparentemente, não há motivo para constar na Inspeção como autos com status de tramitação, fora de fase de conclusão."		
0012521-09.2018.4.03.6181	22/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional/aguada decurso de prazo		
0006747-18.2006.4.03.6181	7/8/2015	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: proferida decisão que não admitiu recurso especial/interpostos agravos internos/não conhecidos/certificado o trânsito em julgado / autos baixados ao juízo de origem.		
5013440-05.2022.4.03.6105	29/11/2022	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: proferida decisão de admissibilidade de recurso excepcional / autos remetidos ao STJ/aguada julgamento		
5020991-52.2021.4.03.0000	10/9/2021	Revisão Criminal
Observação/Providência: proferida decisão de inadmissibilidade realizada em 23/6/2023 e remetido ao STJ em 14/8/23		
5026225-15.2021.4.03.0000	25/10/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: proferida decisão em agravo interno interposto contra decisão que não conheceu do pedido de efeito suspensivo - certificado o trânsito em 5/9/2023 - com comunicação ao STJ - arquivamento		
0035901-87.2012.4.03.0000	19/12/2012	Cautelar Inominada
Observação/Providência: O processo principal proferida decisão nos recursos excepcionais (0010587-22.2005.4.03.6100)/proferida decisão na cautelar de extinção sem resolução do mérito por perda superveniente de interesse de agir.		
0026955-92.2013.4.03.0000	24/10/2013	Cautelar Inominada
Observação/Providência: medida cautelar para a atribuição de efeito suspensivo aos recursos excepcionais interpostos no proc 0010929-33.2005.4.03.6100 onde foram proferidas decisões/extinção da cautelar sem resolução do mérito por perda superveniente de interesse de agir.		
0009328-55.2006.4.03.6100	5/1/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de admissibilidade em 30/8, tramitação regular, os ED foram apreciados em decisão monocrática de 29/10/2014; deve ser verificado a razão de ter constado como pendente de análise dos embargos, provavelmente será necessário melhorar a forma em que os dados são extraídos		
0025210-57.2006.4.03.6100	25/3/2008	Apelação Cível

Observação/Providência: determinada o sobrestamento do feito até a publicação do acórdão de mérito a ser proferido no julgamento dos Embargos de Declaração opostos nos autos do Recurso Extraordinário n. 1.072.485/PR, vinculado ao Tema n. 985 de Repercussão Geral.		
0007135-14.2013.4.03.6103	28/3/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado Tema 616 STF - ED foram apreciados em decisão monocrática de 31/3/2015; deve ser verificado a razão de ter constado como pendente de análise dos embargos, provavelmente será necessário melhorar a forma em que os dados são extraídos para o relatório de Inspeção		
0008047-46.2011.4.03.6114	5/12/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado Tema 616 STF, os ED foram apreciados em decisão monocrática de 16/1/2015; deve ser verificado a razão de ter constado como pendente de análise dos embargos, provavelmente será necessário melhorar a forma em que os dados são extraídos para o relatório de Inspeção		

7. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 78 processos selecionados para inspeção, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Dessobrestar os autos em até 30 dias:

0000206-05.2017.4.03.6109	5003229-61.2018.4.03.6100	5007302-49.2018.4.03.6109
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) Sobrestar os autos em até 30 dias:

0001652-04.2008.4.03.6127

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência – UVIP, Amelino Rabelo Custódio.

A unidade conta, no momento, com 36 servidores, que adotam o regime híbrido de teletrabalho, dentro dos percentuais permitidos pela Resolução CNJ n. 481/2022. Há 2 servidores que trabalham integralmente em *home office*. O Diretor destacou que na Resolução atual foram priorizados os critérios de saúde e idade, diferente do normativo anterior, no qual era privilegiada a produtividade. Ressaltou que, com a implementação do rodízio no presencial, há atendimento ao público no horário das 7h às 20h30.

No que se refere ao acervo, o Diretor informou que todos os processos são eletrônicos. No tocante aos processos da competência delegada, recebidos da Justiça Estadual, esclareceu que todos já vem digitalizados da distribuição.

Indagado acerca da divisão de trabalho, o Diretor esclareceu que há a DARE – Divisão de Admissibilidade de Recursos Excepcionais e a DAEX - Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais.

Foi esclarecido que os processos são divididos por dígitos, de modo que cada servidor fica responsável e acompanha o processamento do respectivo dígito. Nas ausências dos servidores, por férias ou gozo de licença médica, o dígito é atribuído a outro servidor.

O controle da produtividade e das metas é realizado através do acompanhamento das tarefas no próprio sistema do PJe. Todos os processos chegam através da tarefa “Triagem – UVIP”.

O chefe da unidade esclareceu que as etiquetas dos processos são confeccionadas quando chegam à unidade (no sistema PJe, as etiquetas apostas pelos gabinetes dos desembargadores deixam de existir quando os processos deixam as Secretarias das Turmas). Ressaltou, porém, que as novas etiquetas não se perdem quando os processos circulam entre a UVIP e o NUGEP ou o Gabinete da Vice-Presidência.

Em relação aos processos sobrestados, o Diretor destacou que o controle é realizado pelo NUGEP.

Atualmente, há 29.028 processos sobrestados. Todavia, em uma das tarefas da Subsecretaria, no PJe, há um saldo remanescente de aproximadamente 9.000 processos, tarefa esta que é visualizada por ambos os setores (UVIP e NUGEP).

O dessobrestamento é realizado, em tese, pelo NUGEP, mas a Subsecretaria, se necessário, também consegue fazê-lo.

Questionado acerca da realização de mutirões, o Diretor esclareceu que não se fazem necessários, eis que a equipe consegue dar conta da demanda.

Quanto às petições que são protocoladas nos processos sobrestados, o Diretor afirmou que a incumbência para analisá-las seria do NUGEP, mas que a equipe auxilia o Núcleo (pareceu haver uma certa indefinição quanto à distribuição de competências neste ponto).

Realçou como um problema o fato de os gabinetes e turmas não marcarem como lidas as petições/documentos, o que causa acúmulo e dificuldade no controle das petições/documentos pendentes de análise. Atualmente, existem 4.266 petições/documentos não lidos. Todavia, não se sabe se são de fases anteriores dos processos ou se, efetivamente, não foram lidos ainda, haja vista que os gabinetes e turmas não têm o costume de marcar as respectivas leituras.

Acentuou que, nos gabinetes e nas turmas, foi realizada alteração no sistema, de modo que este “acusa” quando há petição pendente. Essa modificação, entretanto, ainda não realizada no módulo da Subsecretaria da Vice-Presidência.

Recentemente, percebeu a ferramenta, no PJe, de indicação de processos com petições/documentos não lidos. Lamenta não haver sido orientado a este respeito, o que credita a deficiências no treinamento oferecido sobre o sistema.

Atualmente há 128 processos pendentes de publicação, mas nenhum processo aguarda publicação por mais de 5 dias. Destacou o Diretor que, no geral, não pode haver processos com atraso superior a 120 dias.

Acerca do sistema PJe, apontou alguns problemas que dificultam o processamento dos feitos, dentre os quais destacaria:

- Sigilo: o processo que tramita sob sigilo de justiça fica visível apenas para o setor onde estiver tramitando. Mencionou já haver atendido a advogado que tentava localizar um processo sob sigilo e não teve como fornecer a informação, porque o sistema não indica se o processo existe e, menos ainda, em que setor estaria localizado;
- “Limbo”: certos processos desaparecem das tarefas e apenas são localizados através da extração de relatórios;
- Processos baixados à origem: há processos que, embora remetidos através do sistema ao Primeiro Grau, não são recebidos nas varas de origem.

O Diretor mencionou que tais inconsistências dificultam bastante o gerenciamento do setor. Acrescentou que, desde março de 2022 até a data da entrevista, já teria aberto 1.488 chamados ao suporte do PJe. Conquanto tenham todos sido respondidos, nem todos foram efetivamente solucionados.

A equipe de inspeção percebeu que, ao serem buscadas as etiquetas no PJe, surgem várias delas com títulos assemelhados, o que sugere estejam sendo criadas etiquetas com denominações ligeiramente distintas para as mesmas situações.

No que se refere aos processos da classe “restauração de autos”, foi esclarecido que houve um incêndio em 2017 que atingiu os processos físicos, tendo o então Vice-Presidente adotado o seguinte procedimento: os autos eram enviados ao Juízo do Primeiro Grau, para que fossem juntadas as peças da 1ª Instância. Ao chegar ao Tribunal, os processos eram enviados aos Gabinetes, para que juntassem as peças da 2ª instância. Somente depois de tais providências, eram os feitos encaminhados à Vice-Presidência.

Como boa prática elegeu a edição da Portaria GABV n. 3/2022 e da Portaria GABV n. 4/2023, conforme destacado no item 4.8 deste formulário. A primeira delas autoriza sejam considerados prejudicados os recursos excepcionais na ocorrência de juízo positivo de retratação, e a segunda agiliza procedimentos para tornar mais célere o processamento de pedidos de trânsito em julgado parcial, sendo bastante utilizada nos processos que discutem inclusão do ICMS e do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins, em que há trânsito em julgado parcial (por conta do julgamento do Tema 69 pelo Supremo Tribunal Federal).

Como maior dificuldade, a equipe apontou as limitações do sistema PJe.

9. RECOMENDAÇÕES

Como medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade, destaca-se:

- a) a priorização na análise das petições/documentos não lidos;
- b) a eliminação de etiquetas cadastradas em duplicidade nas tarefas;
- c) a delimitação das atribuições do setor em relação àquelas próprias do NUGEP.

A unidade deve manter o método de trabalho, que é digno de elogio, aqui consideradas as suas diversas iniciativas.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes

1.2 Competência

Atribuições previstas nas Resoluções ns 235 e 444/2016 do CNJ, bem como no art. 3º da Resolução Conjunta PRES/VIPR n. 1/2016 do TRF3: acompanhar a tramitação dos processos submetidos aos regimes de Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, IRDR e IAC; controlar e acompanhar grupos de representativos encaminhados pelo TRF3 aos tribunais superiores; alimentar o banco de dados com informações sobre IRDR, IAC, Grupos de Representativos e Súmulas do TRF3; informar aos órgãos julgadores da Justiça Federal da 3ª Região acerca dos precedentes; processamento dos feitos com determinação de sobrestamento, em razão de Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, IRDR e IAC, no âmbito da Vice-Presidência.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Cristino Alves Brandão - Analista Judiciário (Diretor de Núcleo)

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	Adriano Gonçalves Souza Scanferla (Diretor de Divisão - RF 3550), Cristino Alves Brandão (Analista Judiciário - RF 504), Adauto Mercaldo Coelho (Analista Judiciário - RF 3094), José Carlos Marino (Técnico Judiciário - RF 439), Juliana de Carli Barros Pinto (Técnico Judiciário - RF 3103) e Luiz Joel Martins da Conceição (Técnico Judiciário - RF 1855).
Servidores sem vínculo	Cláudia Lobo Arruda - FC3C (Assistente Técnico - RF 4095) - Cedida conforme Proc. SEI 0023783-62.2017.4.03.8000

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A gestão das atividades é feita através do acompanhamento dos trabalhos atribuídos aos servidores: dois servidores acompanham as decisões de sobrestamento proferidas pela Vice-Presidência fazendo as intimações das partes; três servidores verificam os prazos processuais e analisam eventuais manifestações das partes; dois servidores

processam os embargos e agravos das decisões de sobrestamento, fazem análise das petições apresentados nos processos sobrestados, acompanham o andamento dos precedentes, atualizando o BNP e fazendo as comunicações e atualizações no site do Tribunal no campo referente ao NUGEP. A distribuição das atividades sofre alteração de acordo com a demanda de cada atividade, bem como por ocasião de férias de algum integrante do setor.

3.2 Como é feito o cadastro dos julgados?

Os Temas (STF, STJ e TRF3) nos quais temos processos sobrestados são lançados em planilha para acompanhamento e cadastrados no BNP.

3.3 Como ocorre a atualização da jurisprudência?

O Núcleo e a Vice-Presidência acompanham os informes (Boletins) recebidos do Tribunais Superiores, bem como efetuam consultas aos andamentos dos temas nos sites dos respectivos Tribunais.

3.4 Como se dá o acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos tribunais superiores?

Os representativos encaminhados aos tribunais superiores são cadastrados no BNP, conforme determinação da Resolução n. 444 do CNJ, e em arquivo no setor. O acompanhamento é feito mediante consulta aos sites dos tribunais superiores.

3.5 Qual o procedimento adotado em relação às repercussões gerais, aos Incidentes de Assunção de Competências - IAC e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR?

Com as informações acerca da admissão de IRDR e IAC, a unidade cadastra o precedente no BNP, envia e-mail comunicando a admissão aos órgãos julgadores da Justiça Federal da 3ª Região e disponibiliza no site do tribunal. Em relação aos temas de Repercussão Geral e Recurso Repetitivo, são disponibilizados no site do tribunal, em ambiente próprio, informações acerca do andamento dos temas e boletins emitidos pelos NUGEPs dos tribunais Superiores, tudo em atenção ao que dispõe a Resolução n. 444/CNJ e Resolução Conjunta PRES/VIPR n. 1/2016-TRF3.

3.6 Há integração deste Núcleo com o NUGEP dos demais TRFs e dos tribunais superiores?

Sim. Os Nugeps possuem uma rede de comunicação eletrônica para solução de dúvidas e compartilhamento de idéias.

3.7 Como ocorre o auxílio aos órgãos julgadores na gestão dos processos sobrestados?

Cada órgão é responsável pelo controle do acervo de processos sobrestados. Contudo, o Nugep auxilia com a comunicação das decisões proferidas com determinação de sobrestamento e dessobrestamento.

3.8 Boas práticas e inovações

Controle de processos sobrestados por tema, identificados por etiqueta, é uma boa prática, na medida em que facilita e torna mais ágil o sobrestamento e dessobrestamento. Participação do diretor do NUGEP em eventos promovidos pelo STF, STJ e CJF acerca de temas referentes a precedentes.

3.9 Dificuldades

As maiores dificuldades enfrentadas são as deficiências operacionais do PJe que, gradativamente, estão sendo corrigidas. Frisa-se a necessidade de ampliação do quadro de funcionários, tendo em vista que se encontra defasado em relação às atribuições e demandas do setor. Além disso, com o aumento da demanda de processos, especialmente em razão da ampliação do TRF3, bem como necessidade de cadastramento em tempo real de feitos no BNP, torna-se, s.m.j, necessária a ampliação do quadro, nos moldes registrados, por exemplo, pela Comissão Gestora de Precedentes no Ofício 15 GABV (Processo SEI 0022271-78.2016.4.03.8000).

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Cristino Alves Brandão, e pelos magistrados em auxílio à Vice-Presidência, Juízes Federais Anderson Fernandes Vieira e João Roberto Ottavi Júnior.

A unidade conta, no momento, com 6 servidores, além do Diretor, sendo que três deles adotam o regime híbrido de teletrabalho, dentro dos percentuais permitidos pela Resolução CNJ n. 481/2022. Há três servidores que trabalham integralmente no presencial.

Indagado acerca da divisão de trabalho, o Diretor esclareceu que 2 servidores acompanham as decisões da Vice-Presidência, 2 servidores acompanham as petições e 2 servidores acompanham os precedentes e as comunicações.

No tocante ao acervo, o Diretor informou que todos os processos são eletrônicos. Pontuou que, no tocante aos processos com competência delegada, vindos da Justiça Estadual, todos já vêm digitalizados da Distribuição.

O Diretor destacou que já foram instaurados no tribunal 52 Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR's) e 9 Incidentes de Assunção de Competência (IAC's). Os dados atualizados se encontram no site do TRF3 (consulta disponível no link [NUGEP - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes: Tribunal Regional Federal da 3ª Região \(trf3.jus.br\)](http://trf3.jus.br)). Dos 52 IRDR's, apenas 5 foram admitidos, tendo este número sido reduzido a 4 posteriormente. Nenhum dos IAC's foi admitido (um deles ainda aguarda deliberação).

Em relação aos processos sobrestados, o Diretor destacou que o controle é realizado pelo NUGEP e que o acompanhamento é realizado através das etiquetas e dos relatórios gerenciais do PJe.

Esclareceu que os servidores do NUGEP confeccionam as etiquetas dos processos de acordo com os temas estabelecidos pelos tribunais superiores.

Atualmente, a unidade tem 29.028 processos sobrestados. Os juízes auxiliares da Vice-Presidência esclareceram que retiram os processos do sobrestamento quando o tema é julgado pelo STF ou pelo STJ, salvo nos casos de Direito Tributário, em que aguardam o trânsito em julgado. Ressaltaram que, no ano passado, entre março e dezembro, foram recebidos cerca de 15.000 processos de matéria tributária e que o mesmo quantitativo já foi recebido no ano corrente.

Já realizaram alguns mutirões, especialmente no setor tributário. Tais mutirões foram realizados aos sábados, com autorização para pagamento de horas extras.

Quanto às petições que são protocoladas nos processos sobrestados, o Diretor ressaltou que a incumbência para analisá-las é do NUGEP.

Quando a petição envolve providência a cargo da Secretaria (como a expedição de uma certidão, por exemplo), encaminham a solicitação à Subsecretaria dos feitos da Vice-Presidência – UVIP.

A equipe de inspeção constatou a existência de uma quantidade considerável de processos com petições não lidas. Na tarefa de processos sobrestados por determinação dos tribunais superiores, por exemplo (tarefa esta que conta com cerca de 9 mil processos), a quantidade de petições não lidas totalizava 4.266 documentos. O Diretor do NUGEP esclareceu, todavia, que este quantitativo elevado decorria do fato de os setores por onde os processos tramitaram anteriormente não terem marcado os documentos como lidos. Desse modo, muitas das petições se referiam a fases anteriores da tramitação.

No tocante ao dessobrestamento, os Juízes Auxiliares esclareceram que, no que se refere às matérias cível, criminal e previdenciário, o dessobrestamento é realizado a partir da publicação do acórdão paradigma, nos termos do artigo 1.040 do Código de Processo Civil. Entretanto, em relação aos processos de direito tributário, a orientação é de que o dessobrestamento apenas ocorra a partir do trânsito em julgado.

Foi informado pelo Diretor, que para realização do dessobrestamento, não há necessidade de provocação das partes e que os processos são retirados da suspensão de acordo com as orientações da Assessoria da Vice-Presidência.

Quanto ao gerenciamento de precedentes, a equipe informou que os dados acerca da consulta, do grupo de representativos, dos IRDR's, dos IAC's e dos processos sobrestados são disponibilizados no *site* do Tribunal (opção Vice-Presidência/NUGEP).

Questionado acerca dos processos de correção do FGTS e da revisão da vida toda, o Diretor respondeu que não houve impacto no setor, haja vista estarem tais processos, em sua maioria, no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

Os Juízes Auxiliares informaram que nunca houve necessidade de enviar ofício à Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça para solicitar julgamento de casos repetitivos.

Como maior dificuldade, a equipe apontou as limitações de relatórios gerenciais do PJe.

Ao final, o Diretor destacou que há uma boa interlocução com o Diretor da Subsecretaria dos feitos da Vice-Presidência.

6. RECOMENDAÇÕES

Como medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade, destaca-se:

- a) a priorização da análise das petições e documentos não lidos;
- b) a eliminação de etiquetas cadastradas em duplicidade nas tarefas.

A unidade deve manter o método de trabalho, que é digno de elogio, aqui consideradas as suas diversas iniciativas.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Secretaria Judiciária

1.2 Competência

Planejar, coordenar, dirigir, uniformizar e controlar as atividades relativas ao processamento dos feitos; elaboração de cálculos; cumprimento de mandados; atuar na coordenação do CORETAB3; emissão de certidão de distribuição; pagamento de custas; elaboração da escala de plantão dos desembargadores para apresentação à Presidência, apoio à equipe de plantão judicial; recebimento de petições no Tribunal; atuar no funcionamento do GMF; responsável pelas atividades afetas à área de gestão documental e arquivamento dos feitos, assim como suporte ao Centro de Memória; encarregada do setor de áudio, gravação das sessões e eventos e transcrição; apoiar e supervisionar as tarefas de análise de prevenção e correção de metadados dos processos, por meio da UFOR; cuidar da remessa dos feitos para apreciação de recursos aos Tribunais Superiores, bem como acompanhar suas decisões e dar o prosseguimento adequados aos feitos; executar atividades de pesquisa e análise da jurisprudência do Tribunal, bem como indexação, catalogação e armazenamento das informações jurisprudenciais; administrar o cadastro de servidores e senha em diversos sistemas externos; prestar atendimento em assuntos variados a gabinetes e subsecretarias e aos jurisdicionados e advogados.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Alexandre do Nascimento da Silva - Diretor de Secretaria

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	51, excluídos o quadro da UFOR e das subsecretarias processantes (turmas, seções e Órgão Especial)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	9 (vagas preenchidas)

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Uma vez que a Secretaria Judiciária não possui atribuição de processamento, não há acervo de feitos na unidade, à exceção da Seção de Cálculos, a qual controla os autos sob sua responsabilidade por meio de etiquetas do PJe, seguindo a ordem de entrada no setor. Nas atividades nas quais é possível estabelecer cotas, determinada quantidade mínima é exigida dos servidores. Nas demais, por se tratar de atividade por tarefas ou sob demanda, devem ser atendidos todos os pedidos e solicitações do dia. Os principais processos de trabalho foram mapeados há algum tempo e elaborado mapas de alguns casos, com atuação do Comitê de Riscos do Tribunal.

3.2 Quais as unidades vinculadas à Secretaria Judiciária?

Subsecretarias processantes de turmas, seções e Órgão Especial, Subsecretaria de Registro e Informações Processuais. Há também a Divisão de Arquivo e Gestão Documental, com duas Seções - Seção de Arquivo Geral (RAGE) e a Seção de Avaliação, Guarda e Eliminação de Documentos (RAGD), Centro de Memória, o Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores com a Seção de Validação e Indexação - RINV e o Núcleo de Registro das Sessões e dos Eventos, com três Setores - Setor de Apoio e Suporte Técnico (TAPO), Setor de Áudio (TAUD) e o Setor de Transcrição (TTRA). Na própria SEJU temos a Seção de Controle e Cumprimento de Mandados (RCUM) e a Seção de Cálculos (RCAL), o Setor de Apoio à Jurisprudência (TAJU) e o Setor de Apoio ao GMF (TGMF).

3.3 Boas práticas e inovações

A Secretaria Judiciária possui um leque vasto de atribuições, que vão do apoio à subsecretaria responsável pela análise de prevenção e encaminhamentos dos feitos aos gabinetes, após distribuição, até a coordenação dos procedimentos das subsecretarias processantes, passando pelo GMF, jurisprudência, plantões judiciais, envio dos feitos aos Tribunais Superiores, registro de som das sessões, transcrição etc. Apesar da maior dificuldade para o preenchimento de eventuais vagas, todos os setores têm conseguido atender a demanda. A mudança da natureza do trabalho, passando do analógico para o digital, está sendo bem assimilada pela maioria dos servidores. Situações de gargalos circunstanciais foram enfrentadas por meio de força tarefa, com destinação de apoio extra temporário, o que possibilitou a plena retomada da normalidade dos trabalhos. Com a pandemia, a assimilação das ferramentas eletrônicas foi rápida e inovadora, o que agregou conhecimento e desencadeou novas práticas de trabalho. No dia a dia as tarefas e atividades são oportunas e constantemente aperfeiçoadas, seja com melhoria da divulgação da informação, do atendimento ao público, correção de etapas de trabalho. O sistema de emissão de certidão de distribuição automática pela internet foi reconfigurado e entrou em operação ano passado, com novas regras de negócio e funcionalidades, em conformidade com a Resolução CJF n. 680/20. À vista da ampliação do número de desembargadores, a SEJU, por intermédio do NURS, promoveu a licitação e compra de diversos equipamentos de conferência e sonorização, como microfones, mesas de som, Stage box, sonofletores etc, tudo já instalado e em funcionamento no Plenário do Tribunal.

3.4 Dificuldades

Podemos dizer que a principal dificuldade foi manter o quadro completo, além da limitação das funções comissionadas. Sabemos que houve várias aposentadorias nos últimos anos, sem possibilidade de nomeações no mesmo número. Ademais, há uma percepção de aumento das atividades e demandas. A Seção de Cálculos teve acréscimo significativo de feitos para análise e adversidades para preenchimento das vagas. Felizmente, com apoio da Administração, estamos conseguindo reverter tal situação. A mudança nas regras do teletrabalho também gerou descontentamento da maioria dos servidores.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Diariamente é mantido o percentual de 70% de servidores em trabalho presencial. Na Secretaria há duas modalidades de trabalho remoto, nos termos da Resolução Pres. n. 514/22, o teletrabalho e o trabalho remoto por gestão diferenciada. No primeiro, a produtividade é aferida conforme plano de trabalho, baseado em metas de desempenho. No segundo, as atividades são desenvolvidas em função da demanda ou por tarefas.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida em 20/10/2023 pelo Diretor de Secretaria Alexandre do Nascimento da Silva, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela unidade inspecionada.

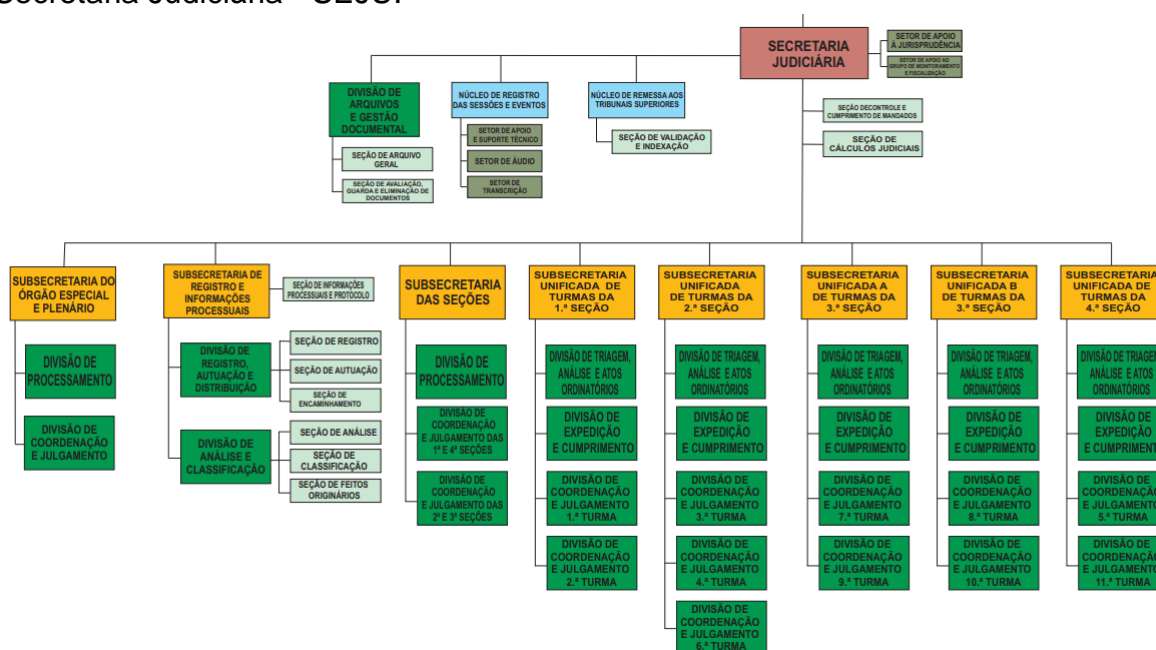
A Secretaria Judiciária - SEJU é subordinada à Diretoria-Geral, que, por sua vez, está vinculada à Presidência. Está estruturada conforme Resoluções CATRF3R ns 101/2020, 129/2021, recentemente modificada pelas Resoluções CATRF3R ns 156/2022 e 159/2022.

A SEJU possui uma ampla variedade de atribuições, como planejar, coordenar e uniformizar as atividades das unidades e Subsecretarias a ela subordinadas, quanto à regularidade dos atos cartorários e ao exato cumprimento das normas processuais e regimentais pertinentes. A unidades vinculadas à SEJU são as seguintes:

- 1 - Setor de Apoio à Jurisprudência
- 2 - Setor de Apoio ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - TGMF (Criado pela Resolução CATRF3 n. 129/2021)
- 3 - Seção de Controle e Cumprimento de Mandados - RCUM
- 4 - Seção de Cálculos Judiciais (Alterada denominação para Seção de Cálculos - RCAC pela Resolução CATRF3 n. 159/2022)
- 5 - Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores - NURT
- 6 - Núcleo de Registro das Sessões e Eventos - NURS

- 7 - Divisão de Arquivo e Gestão Documental - DAGE
- 8 - Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE
- 9 - Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR
- 10 - Subsecretaria das Seções - USEC
- 11 - Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção
- 12 - Subsecretaria Unificada de Turmas da 2ª Seção
- 13 - Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção
- 14 - Subsecretaria Unificada B de Turmas da 3ª Seção
- 15 - Subsecretaria Unificada de Turmas da 4ª Seção

O organograma abaixo apresenta uma visualização melhor da estrutura geral da Secretaria Judiciária - SEJU:



São também atribuições da SEJU aquelas previstas na Resolução CATRF3 n. 129/2021, como: o auxílio aos Gabinetes dos Desembargadores Federais e/ou Juizes Federais Convocados, com relação aos cálculos judiciais; a elaboração da escala de magistrados e Subsecretarias processantes para o Plantão Judiciário; Plantão de Recesso e Plantão de Sobreaviso; auxílio ao funcionamento das atividades do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário; apoio, administração e andamento das sugestões atinentes ao Comitê Regional de Tabelas Processuais Unificadas - CORETAB3; coordenação da execução do Programa de Gestão Documental do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; e gerenciamento do sistema de informação e documentação jurídica.

A Secretaria Judiciária não trabalha com a tramitação de processos judiciais, à exceção do acervo de feitos na Seção de Cálculos - RCAC, a qual controla os autos sob sua responsabilidade por meio de etiquetas cadastradas no sistema PJe, seguindo a ordem de entrada no setor.

Dentre as dificuldades relatadas pela unidade, destaca-se o aumento do número de processos remetidos à Seção de Cálculos - RCAC, em decorrência da crescente demanda, provocada pela ampliação da quantidade de gabinetes no Tribunal, especialmente da 3ª Seção, competente para os feitos de natureza previdenciária. Além disso, o setor contava apenas com dois servidores. Recentemente, foram recebidos mais dois servidores, que ainda estão em fase de treinamento. Foi informado que a média de tramitação dos processos na Seção de Cálculos - RCAC é de 30 a 40 dias.

Quanto aos servidores lotados na SEJU, o gestor da unidade informou que são 51 servidores e 9 estagiários de nível superior, observando-se um aumento nesse quadro em relação ao informado na inspeção anterior (21 de março a 13 de maio de 2022), onde constavam 47 servidores e 1 estagiário de nível superior. No entanto, tal aumento decorre da vinculação de outros setores à Secretaria Judiciária, decorrente da reestruturação do Tribunal, com a criação dos novos Gabinetes. Exemplo dos setores que passaram a integrar a Secretaria Judiciária é o de gestão documental e o de sistema de som e gravação.

No quantitativo de 51 servidores lotados atualmente na unidade, não estão incluídos os 40 servidores que trabalham na Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR. Também não estão inseridos nesse total os servidores lotados nas demais Subsecretarias (UPLC, USEC e das Turmas).

Estão incluídos nesse quantitativo de 51 servidores os 4 que trabalham na Seção de Cálculos - RCAC e os 12 oficiais de justiça, além daqueles que trabalham nas demais unidades subordinadas à SEJU.

O entrevistado está na gestão da unidade inspecionada há sete anos, demonstrando amplo conhecimento e experiência na administração da SEJU e coordenação dos trabalhos das unidades a ela subordinadas.

A administração das atividades na SEJU se dá pelo modelo de gestão compartilhada das equipes. Desse modo, as chefias de cada setor trabalham em conjunto com o Diretor na identificação das habilidades e das competências demonstradas por cada servidor. Em relação a isso, destaca-se como boa prática a realização de oficina com a SEJU e as Subsecretarias para a uniformização dos procedimentos cartorários, o que teve como resultado a elaboração de minuta de resolução que ainda está sendo avaliada pela Presidência do Tribunal.

A entrevista permitiu inferir que, apesar da divisão em setores, a cooperação interna é estimulada a fim de dar organicidade à toda estrutura da SEJU.

Percebeu-se, ainda, que uma das metas orientadoras da unidade é o aprimoramento e aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, objetivando a racionalização dos fluxos de trabalho e da gestão de pessoal.

A despeito da autonomia de cada setor, o Diretor da SEJU mantém os canais de comunicação abertos para o diálogo e colabora para o bom desempenho das tarefas ou solução de problemas que necessitem de interferência imediata.

No que se refere ao Centro de Memória, o Diretor da SEJU informou que existe a proposta de unificação dos Centros de Memória do 1º e 2º graus.

Os servidores da unidade possuem regime de trabalho híbrido, por rodízio, de modo a manter o percentual de 70% em atividade presencial, conforme determina a Resolução CNJ n. 481/2022. Quanto ao tema, foi narrado a insatisfação dos servidores com a medida, uma vez que houve uma redução da quantidade de dias de trabalho remoto, mormente considerando a dificuldade de locomoção na cidade de São Paulo, considerando que muitos servidores residem distante da sede do Tribunal.

O entrevistado relatou as seguintes dificuldades:

- a) redução dos servidores das subsecretarias, decorrente da unificação destas, quando o serviço tende a aumentar, com a criação dos novos gabinetes;
- b) redução do quadro também em razão de aposentadorias, sem possibilidade de nomeação;
- c) adaptação de todos os servidores ao retorno do trabalho presencial, ainda que de forma híbrida;
- d) remessa dos processos ao Superior Tribunal de Justiça, seja em razão da dificuldade na importação de arquivos para envio, principalmente quando se trata de processos com muitos documentos, em razão da limitação de dados imposta pelo sistema i-STJ Gestão de Peças Eletrônicas, seja em decorrência da inexistência de informação, no momento da tentativa de envio, de qual seria o erro a ser corrigido, sendo necessário examinar todos os arquivos, a fim de identificar qual estaria impedindo a importação pelo sistema.

6. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

A Secretaria Judiciária não apresenta problemas que reclamem recomendações específicas. No que diz respeito à redução de servidores para o trabalho das Seções, a padronização dos procedimentos, que é objeto de minuta de resolução, poderá, se não resolver, ao menos minimizar o problema. Por outro lado, já foi solucionada a ampliação dos servidores do setor de cálculos, de modo a fazer frente ao aumento da demanda da unidade, o que evidencia que os problemas já estão sendo devidamente solucionados.

Recomenda-se, entretanto, que seja buscada, junto ao Conselho Nacional de Justiça, gestor do PJe-2X, a integração do sistema com o do Superior Tribunal de Justiça, de modo a facilitar o envio dos processos com recurso especial, sendo digno de nota que o PJe utilizado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região conta com tal funcionalidade desde 2015.

SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE

1.2 Competência

Plenário: 1. Dar cumprimento às determinações exaradas nos autos de competência do Plenário, a exemplo do vitaliciamento de juízes federais substitutos, promoção de juízes federais e eleições do corpo diretivo, nos termos do art. 11, I, do RITRF3; 2. Organizar as sessões do Plenário, providenciando pauta, convocações, elaboração de cédulas e de termos de posse; 3. Dar cumprimento às decisões proferidas nas sessões; 4. Elaborar atas das sessões; 5. Organizar e manter arquivos físicos e digitais referentes às decisões do Pleno; 6. Pesquisar, quando solicitado pela Presidência e demais Gabinetes, histórico de decisões proferidas pelo Plenário. Órgão Especial: 1. Dar cumprimento às determinações exaradas nos autos de competência do Órgão Especial, a exemplo de Inquérito, Queixa-Crime, Representação Criminal, Ação Penal e seus incidentes, Revisão Criminal, Ação Rescisória, Processo Administrativo, Emendas Regimentais, Petição, Pedido de Providências, Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado, Recurso Administrativo, Mandado de Segurança, Arguição de Inconstitucionalidade, Conflito de Competência, Execução Penal, Incidente de Assunção de Competência, Incidente de Demandas Repetitivas, Reclamações e Agravos internos interpostos contra decisão da Vice-Presidência e Embargos de Declaração decorrentes, nos termos do art. 11, II, do RITRF3; 2. Organizar as sessões do Órgão Especial, providenciando pauta interna, convocações, distribuição dos materiais e videoconferência (se o caso); 3. Dar cumprimento às decisões proferidas nas sessões; 4. Elaborar atas das sessões; 5. Organizar e arquivar documentos físicos e digitais; 6. Pesquisar, quando solicitado pela Presidência e demais Gabinetes, histórico de decisões proferidas pelo Órgão Especial; 7. Remeter processos ao arquivo; 8. Atender as partes e seus advogados.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargadora Federal Marisa Santos

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Renata Maria Gavazi Dias - analista judiciário - Diretora de Subsecretaria

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade	
Servidores efetivos	11
Estagiários	1

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	6 (em 31/7/2023, acórdãos publicados dentro do prazo de 10 dias em 2/8/23)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	2 por determinação da Des. Fed. Relatora

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	2.422
Média de dias do julgamento à publicação	3
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	<p>223 (a) 178 disp. DJE 11 dias - foram julgados 29/6, acórdãos assinados em 19/7, recebidos na UPLE em 27/7 e disp DJE em 2/8; b) 36 disp. 12 dias - julgados 14/12/22 e disp. DJE 9/1/23; c) 2 disp. 13 dias - 5005053-17.2021 acórdão assinado 6/9, na UPLE em 20/9, DJE 22/9 e 0045151-91 assinado 19/7, na UPLE 28/7 e DJE 4/8; d) 4 disp. 17 dias - assinados 9/11, na UPLE 29/11 e DJE 1/12; e) 1 disp. 21 dias - assinado em 11/10, na UPLE 7/11 e DJE 8/11; f) 1 disp. 36 dias - assinado 29/9, na UPLE 16/11 e DJE 17/11; g) 1 disp. 73 dias - acórdão assinado 19/7, recebido na UPLE em 25/10 e disp. DJE 27/10 - conforme docs. enviados para o e-mail estatistica@cjf.jus.br)</p> <p>Desses 223 processos, informo que:</p>

	<p>a) 178 processos foram disponibilizados no DJE em 11 dias – esses processos foram julgados na sessão do Órgão Especial de 29/6/2022, os acórdãos foram assinados pelo Desembargador Federal Relator em 19/7/2022 e recebidos na UPLE em 27/7/2022 (quando o gabinete efetuou o lançamento das movimentações do julgamento), sendo os acórdãos disponibilizados no DJE de 2/8/2022;</p> <p>b) 36 processos foram disponibilizados no DJE em 12 dias - esses processos (físicos) foram julgados na sessão do Órgão Especial de 14/12/2022 e os acórdãos foram disponibilizados no DJE de 9/1/2023;</p> <p>c) 2 processos foram disponibilizados no DJE em 13 dias:</p> <ul style="list-style-type: none">- 5005053-17.2021.4.03.0000 - acórdão assinado em 6/9/2022, recebido na UPLE em 20/9/2022 (quando o gabinete efetuou o lançamento das movimentações do julgamento), sendo disponibilizado no DJE de 22/9/2022;- 0045151-91.2013.4.03.6182 – acórdão assinado em 19/7/2022, recebido na UPLE em 28/7/2022 e disponibilizado no DJE de 4/8/2022; <p>d) 4 processos foram disponibilizados no DJE em 17 dias – acórdãos foram assinados em 9/11/2022, recebidos na UPLE em 29/11/2022 e disponibilizados no DJE de 1º/12/2022;</p> <p>e) 1 processo foi disponibilizado no DJE em 21 dias – acórdão assinado em 11/10/2022, recebido na UPLE em 7/11/2022 e disponibilizado no DJE de 8/11/2022;</p> <p>f) 1 processo foi disponibilizado no DJE em 36 dias – acórdão assinado em 29/9/2022, recebido na UPLE em 16/11/2022 e disponibilizado no DJE de 17/11/2022;</p> <p>g) 1 processo foi disponibilizado no DJE em 73 dias - acórdão assinado 19/7/2022, recebido na UPLE em 25/10/2022 e disponibilizado no DJE de 27/10/2022 (não temos a visibilidade do histórico de tarefas desses autos – 50008328220164036105 –</p>
--	--

	dados coletados da planilha de excel mantida pela DIJU)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0000030-24.2015.4.03.6100 e 0039302-65.2015.4.03.9999 (físicos) julgados 26/7 e disp. DJE 4/8
Pendentes de publicação	6 em 31/7/23 (0004428-20.2011, 5005240-58.2021, 5021337-70.2020, 5013124-94.2019, julgados 26/7, acórdãos assinados em 28/7 e disp DJE 2/8; 0000030-24.2015 e 0039302-65.2015 (físicos) julgados 26/7 e disp. DJE 4/8)

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 60 dias	0
Há mais de 90 dias	0
Há mais de 120 dias	0

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)
<p>Ausências dos membros do Colegiado nos últimos 12 meses 1º/julho/2022 a 31/julho/2023 1- Ordinária Órgão Especial Judiciária e Administrativa: 2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 13/7: 515ª Jud. Eletrônica e 445ª Adm. Eletrônica Ausentes os Desembargadores Federais MARLI FERREIRA, MAIRAN MAIA, WILSON ZAUHY, PAULO DOMINGUES, VALDECI DOS SANTOS e ANTÔNIO CEDENHO, em razão de férias. - 27/7: 516ª Jud. Eletrônica e 446ª Adm. Eletrônica Ausentes os Desembargadores Federais ANDRÉ NABARRETE (motivo médico), MAIRAN MAIA (férias) e WILSON ZAUHY (férias). - 10/8: 517ª Jud. Eletrônica e 447ª Adm. Eletrônica e Teams Ausentes os Desembargadores Federais NEWTON DE LUCCA (motivo médico), PEIXOTO JÚNIOR (férias) e THEREZINHA CAZERTA (férias). - 31/8: 518ª Jud. e 448ª Adm. Eletrônicas Ausentes os Desembargadores Federais THEREZINHA CAZERTA (férias) e ANTÔNIO CEDENHO (motivo médico). - 14/9: 519ª Jud. Eletrônica e Teams e 449ª Adm. Eletrônica Ausentes os Desembargadores Federais ANDRÉ NABARRETE (justificadamente), NEWTON DE LUCCA (motivo médico), PEIXOTO JÚNIOR (justificadamente), NERY JÚNIOR (justificadamente) e ANTÔNIO CEDENHO (licença médica). - 28/9: 520ª Jud e 450ª Adm. Eletrônicas e Teams Ausentes os Desembargadores Federais MARLI FERREIRA (licença saúde), NERY JÚNIOR (férias) e VALDECI DOS SANTOS (justificadamente).

- 26/10: 521ª Jud. Eletrônica e 451ª Adm. Eletrônica e Teams
Ausentes os Desembargadores Federais THEREZINHA CAZERTA (férias), NERY JÚNIOR (motivo de saúde familiar), INÊS VIRGÍNIA (férias) e VALDECI DOS SANTOS (motivo de saúde).
- 9/11: 522ª Jud. Eletrônica e Teams e 452ª Adm. Eletrônica
Ausentes os Desembargadores Federais ANDRÉ NABARRETE (motivo de saúde), CARLOS MUTA (Semana Nacional de Conciliação) e INÊS VIRGÍNIA (férias).
- 30/11: 523ª Jud. e 453ª Adm. Eletrônicas e Teams
Ausentes os Desembargadores Federais MARLI FERREIRA (férias), SOUZA RIBEIRO (férias), WILSON ZAUHY (férias); THEREZINHA CAZERTA (consulta médica) e VALDECI DOS SANTOS (justificadamente).
- 14/12: 524ª Jud. e 454ª Adm. Eletrônicas e Teams
Ausentes a Desembargadora Federal MARLI FERREIRA e SOUZA RIBEIRO, em razão de férias, e VALDECI DOS SANTOS (justificadamente).
- 2023:
- 8/2: 525ª Jud. e 455ª Adm. Eletrônicas
Ausentes os Desembargadores Federais ANDRÉ NABARRETE (férias), PEIXOTO JUNIOR (justificadamente), NERY JUNIOR (férias), CONSUELO YOSHIDA (justificadamente) e DAVID DANTAS (justificadamente).
- 22/2: 526ª Jud. e 456ª Adm. Eletrônicas
Ausentes as Desembargadoras Federais e o Desembargador Federal: MARISA SANTOS (férias), ANDRÉ NABARRETE (férias) e THEREZINHA CAZERTA (férias).
- 8/3: 527ª Jud. e 457ª Adm. Eletrônicas e Teams
Ausente o Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE (férias).
- 29/3: 528ª Jud. e 458ª Adm. Eletrônicas
Presentes todos os Desembargadores Federais: MARISA SANTOS, BAPTISTA PEREIRA, ANDRÉ NABARRETE, MARLI FERREIRA, THEREZINHA CAZERTA, MAIRAN MAIA, NERY JUNIOR, CARLOS MUTA, CONSUELO YOSHIDA, SOUZA RIBEIRO, WILSON ZAUHY, CARLOS DELGADO, ANTÔNIO CEDENHO, NINO TOLDO, LEILA PAIVA, DAVID DANTAS e ALI MAZLOUM
- 12/4: 529ª Jud. e 459ª Adm. Presencial e Teams
Ausentes os Desembargadores Federais: THEREZINHA CAZERTA (férias), NERY JUNIOR (licença saúde) e ANTÔNIO CEDENHO (licença saúde).
- 26/4: 530ª Jud. e 460ª Adm. Eletrônicas
Ausente, em razão de férias, a Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA.
- 10/5: 531ª Jud. e 461ª Adm. Presencial e Teams
Ausentes os Desembargadores Federais: THEREZINHA CAZERTA (férias), NINO TOLDO (férias) e DAVID DANTAS (justificadamente).
- 31/5: 532ª Jud. e 462ª Adm. Eletrônicas
Ausentes, em razão de férias, os Desembargadores Federais MARLI FERREIRA, MAIRAN MAIA, NERY JUNIOR, WILSON ZAUHY e NINO TOLDO; e o Desembargador Federal CARLOS DELGADO, justificadamente.
- 14/6: 533ª Jud. e 463ª Adm. Presencial e Teams
Ausentes os Desembargadores Federais: MARLI FERREIRA (férias), MAIRAN MAIA (férias) e CARLOS MUTA (inspeção do CJF no TRF5).
- 28/6: 534ª Jud. e 464ª Adm. Eletrônicas

Presentes todos os Desembargadores Federais: BAPTISTA PEREIRA, ANDRÉ NABARRETE, MARLI FERREIRA, THEREZINHA CAZERTA, MAIRAN MAIA, NERY JUNIOR, CARLOS MUTA, CONSUELO YOSHIDA, SOUZA RIBEIRO, WILSON ZAUHY, CARLOS DELGADO, ANTÔNIO CEDENHO, NINO TOLDO, LEILA PAIVA, DAVID DANTAS e ALI MAZLOUM.

- 12/7: 535ª Jud. e 465ª Adm. Eletrônicas

Ausentes, justificadamente, THEREZINHA CAZERTA (férias), MAIRAN MAIA (licença), NERY JUNIOR (férias), CONSUELO YOSHIDA (férias), CARLOS DELGADO (férias), DAVID DANTAS (correição), ALI MAZLOUM (férias), MÔNICA NOBRE (férias) e GISELLE FRANÇA (férias).

- 26/7: 536ª Jud. e 466ª Adm. Eletrônicas

Ausentes, justificadamente, os Desembargadores Federais MARISA SANTOS, Presidente (férias), MAIRAN MAIA (licença), NERY JUNIOR (férias), CONSUELO YOSHIDA (férias), LEILA PAIVA (férias), DAVID DANTAS (férias), ALI MAZLOUM (férias) e MÔNICA NOBRE (férias).

2-1- Pleno Extraord.:

2022:

- 31/8: 305ª Plen. Extraord. Adm. Virtual

Ausentes os Excelentíssimos Senhores: Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta (férias), Desembargador Federal Nelton Agnaldo Moraes dos Santos (férias), Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho (férias), Desembargador Federal Jose Marcos Lunardelli (justificadamente) e Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato (férias).

- 22/9: 306ª Plen. Extraord. Adm. Presencial e Teams

Presentes todos os Desembargadores Federais

Presentes, na sala de sessões, os Excelentíssimos Senhores: Desembargadora Federal Marisa Ferreira do Santos, Desembargador Federal Paulo Octavio Baptista Pereira, Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira, Desembargador Federal Newton De Lucca, Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta, Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Nery da Costa Junior, Desembargador Federal Luis Carlos Hiroki Muta, Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, Desembargador Federal Luis Antonio Johonsom di Salvo, Desembargador Federal Nelton Agnaldo Moraes dos Santos, Desembargador Federal Andre Custodio Nekatschalow, Desembargador Federal Luis Paulo Cotrim Guimaraes, Desembargadora Federal Daldice Maria Santana Almeida, Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis, Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo, Desembargadora Federal Monica Autran Machado Nobre, Desembargador Federal Toru Yamamoto, Desembargador Federal Marcelo Mesquita Saraiva, Desembargador Federal Luiz Alberto de Souza Ribeiro, Desembargador Federal David Diniz Dantas, Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato, Desembargador Federal Gilberto Rodrigues Jordan, Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues, Desembargador Federal Wilson Zauhy Filho, Desembargador Federal Nelson de Freitas Porfirio Junior, Desembargador Federal Carlos Eduardo Delgado, Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares e Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison.

Presentes, na sala virtual Microsoft Teams, os Excelentíssimos Senhores:

Desembargador Federal André Nabarrete Neto, Desembargador Federal Otavio Peixoto Junior, Desembargador Federal Sergio do Nascimento, Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini, Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho, Desembargador Federal José Marcos Lunardelli, Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes, Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira e Desembargador Federal Valdeci dos Santos e Desembargador Federal José Carlos Francisco.

- 9/11: 307ª Plen. Extraord. Adm. Virtual

Ausentes os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Federal André Nabarrete Neto (motivo médico), Desembargador Federal Sergio do Nascimento (TRE), Desembargador Federal Luis Paulo Cotrim Guimarães (justificadamente), Desembargador Federal Jose Marcos Lunardelli (justificadamente), Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis (justificadamente), Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes (justificadamente), Desembargador Federal Toru Yamamoto (compensação), Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato (justificadamente), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (licença médica), Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares (férias) e Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison (compensação).

- 1º/12: 308ª Plen. Extraord. Adm. Virtual – 13:30

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas Senhoras: Desembargador Federal André Nabarrete (justificadamente), Desembargador Federal Sergio do Nascimento (justificadamente), Desembargador Federal Luis Paulo Cotrim Guimarães (justificadamente), Desembargador Federal Marcelo Mesquita Saraiva (férias), Desembargador Federal Gilberto Rodrigues Jordan (férias), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (motivo médico) e Desembargador Federal Valdeci dos Santos (justificadamente).

- 1º/12: 309ª Plen. Extraord. Adm. Presencial e Teams – 14h

Ausentes os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Federal André Nabarrete Neto (justificadamente), Desembargador Federal Otavio Peixoto Junior (justificadamente), Desembargador Federal Sergio do Nascimento (TRE), Desembargador Federal Luis Paulo Cotrim Guimarães (férias), Desembargador Federal Marcelo Mesquita Saraiva (férias), Desembargador Federal Gilberto Rodrigues Jordan (férias), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (motivo médico) e Desembargador Federal Valdeci dos Santos (justificadamente).

- 15/12: 310ª Plen. Extraord. Adm. Virtual

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas Senhoras: Desembargador Federal André Nabarrete Neto (justificadamente), Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira (férias), Desembargadora Federal Monica Autran Machado Nobre (compensação), Desembargador Federal Luiz Alberto de Souza Ribeiro (férias) e Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (licença saúde).

2023:

- 12/1: 311ª Plen. Extraord. Adm. Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas Senhoras: Desembargador Federal Andre Nabarrete Neto (férias), Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira (justificadamente), Desembargador Federal Otavio Peixoto Junior (justificadamente), Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior (férias),

Desembargador Federal Nery da Costa Junior (férias), Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida (férias), Desembargador Federal André Custodio Nekatschalow (férias), Desembargador Federal Luis Paulo Cotrim Guimarães (justificadamente), Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho (férias), Desembargador Federal Jose Marcos Lunardelli (férias), Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis (férias), Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes (motivo médico), Desembargadora Federal Monica Autran Machado Nobre (férias), Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato (motivo médico), Desembargador Federal Hélio Egydiode Matos Nogueira (motivo médico), Desembargador Federal Wilson Zauhy Filho (justificadamente), Desembargador Federal Valdeci dos Santos (férias), Desembargador Federal Carlos Eduardo Delgado (compensação) e Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison (justificadamente).

- 13/2: 312ª Plen. Extraord. Solene de Posse - Presencial

Ausentes os Desembargadores Federais André Nabarrete, Nery Júnior e Fausto De Sanctis (férias); os Desembargadores Federais Peixoto Júnior, Therezinha Cazerta, André Nekatschalow, Paulo Fontes, Toru Yamamoto, Maurício Kato e Hélio Nogueira (justificadamente); e a Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação).

- 15/2: 313ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Desembargador Federal André Nabarrete Neto (férias), Desembargador Federal Otavio Peixoto Junior (justificadamente), Desembargador Federal Nery da Costa Junior (férias), Desembargadora Federal Daldice Maria Santana Almeida (presidindo Sessão de Julgamento em outro Órgão Julgador), Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis (férias), Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes (justificadamente), Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato (justificadamente), Desembargador Federal Gilberto Rodrigues Jordan (participação de Sessão de Julgamento em outro Órgão Julgador), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (motivo médico).

- 2/3: 314ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Federal André Nabarrete Neto (férias), Desembargador Federal Otavio Peixoto Junior (justificadamente), Desembargador Federal Jose Marcos Lunardelli (férias), Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis (férias) e Desembargador Federal Toru Yamamoto (férias).

- 13/4: 315ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e a Excelentíssima Senhora: Desembargador Federal André Nabarrete Neto (justificadamente), Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta (férias), Desembargador Federal Sérgio do Nascimento (justificadamente), Desembargador Federal André Custodio Nekatschalow (justificadamente), Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho (motivo médico), Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis (férias), Desembargador Federal Marcelo Mesquita Saraiva (justificadamente), Desembargador Federal David Diniz Dantas (correição em Guarulhos) e Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (justificadamente).

- 27/4: 316ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e a Excelentíssima Senhora: Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta (férias), Desembargador Federal Sérgio do Nascimento (T.R.E.), Desembargador Federal Fausto Martin De Sanctis (férias), Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes (afastamento comissão de

concurso), Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato (férias) e Desembargador Federal Wilson Zauhy Filho (justificadamente).

- 31/5: 317ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas Senhoras: Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira (férias), Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior (férias), Desembargador Federal Nery da Costa Junior (férias), Desembargador Federal Sérgio do Nascimento (T.R.E.), Desembargador Federal Luis Paulo Cotrim Guimarães (férias), Desembargadora Federal Daldice Maria Santana Almeida (motivo médico), Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo (férias), Desembargador Federal Maurício Yukikazu Kato (justificadamente), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (motivo médico) e Desembargador Federal Wilson Zauhy Filho (férias).

- 20/6: 318ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas Senhoras: Desembargador Federal André Nabarrete Neto (justificadamente), Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta (justificadamente), Desembargador Federal Luis Antonio Johonsom di Salvo (justificadamente), Desembargador Federal Sergio do Nascimento (justificadamente), Desembargador Federal Andre Custodio Nekatschalow (justificadamente), Desembargadora Federal Daldice Maria Santana Almeida (férias), Desembargador Federal Marcelo Mesquita Saraiva (justificadamente), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (justificadamente), Desembargador Federal Valdeci dos Santos (justificadamente), Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares (justificadamente), Desembargador Federal Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior (férias) e Desembargadora Federal Adriana Pileggi de Soveral (justificadamente).

- 29/6: 319ª Plen. Extraord. Administrativa Eletrônica – 13h

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas

Senhoras: Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta (Pop Rua Santos), Desembargador Federal Jose Marcos Lunardelli (justificadamente), Desembargadora Federal Daldice Maria Santana Almeida (férias), Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes (férias), Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo (férias), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (motivo médico), Desembargador Federal Valdeci dos Santos (justificadamente), Desembargador Federal José Carlos Francisco (férias) e Desembargador Federal Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior (férias).

- 29/6: 320ª Plen. Extraord. Administrativa – Presencial e Teams – 13h30

Ausentes os Excelentíssimos Senhores e as Excelentíssimas Senhoras:

Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta (Pop Rua Santos), Desembargador Federal Jose Marcos Lunardelli (justificadamente), Desembargadora Federal Daldice Maria Santana Almeida (férias), Desembargador Federal Paulo Gustavo Guedes Fontes (férias), Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo (férias), Desembargador Federal Hélio Egydio de Matos Nogueira (motivo médico), Desembargador Federal Wilson Zauhy Filho (justificadamente), Desembargador Federal Valdeci dos Santos (justificadamente), Desembargador Federal José Carlos Francisco (férias) e Desembargador Federal Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior (férias).

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Foram realizadas 22 (vinte e duas) sessões ordinárias judiciárias, 22 (vinte duas) sessões ordinárias administrativas e 16 sessões plenárias extraordinárias, totalizando 60 (sessenta) sessões, abaixo discriminadas: Sessões Ordinárias Judiciárias e Administrativas: - 2022: 10 sessões judiciárias e 10 sessões administrativas (13 e 27/7, 10 e 31/8, 14 e 28/9, 26/10, 9 e 30/11 e 14/12) - 2023: 12 sessões ordinárias e 14 sessões administrativas (8 e 22/2; 8 e 29/3, 12 e 26/4, 10 e 31/5, 14 e 28/6, 12 e 26/7) Sessões Plenárias Extraordinárias: - 2022: 6 sessões plenárias extraordinárias (31/8, 22/9, 9/11, 1º/12 (13h30), 1º/12 (14h) e 15/12) - 2023: 10 sessões plenárias extraordinárias (12/1, 13/2, 15/2, 2/3, 13/4, 27/4, 31/5, 20/6, 29/6 (13h) e 29/6 (13h30)). Total: 60 (sessenta) sessões.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, no plano de gestão da UPLE estão previstos o controle do acervo, a distribuição das atividades e o estabelecimento dos processos de trabalho. Temos como objetivo principal cumprir as determinações e tarefas no mesmo dia, com foco na agilidade, presteza e cordialidade, entregando uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz. Para a consecução das metas e objetivos estabelecidos, na UPLE há a individualização dos processos de trabalho a serem desempenhados por cada servidor, com avaliação contínua da efetividade no cumprimento das tarefas e sempre zelando pela qualidade do serviço e a celeridade processual. Cabe ressaltar que a individualização dos processos de trabalho é definida coletivamente, por meio de reuniões de equipe, de modo que os servidores se conscientizam da integralidade das tarefas a serem realizadas por cada divisão, bem como do papel que cada um desempenha. O envolvimento de todos na construção dos processos de trabalho estimula a corresponsabilização pelas metas da Subsecretaria e o trabalho em equipe de maneira harmônica. Nosso foco é entregar a prestação jurisdicional com eficiência e eficácia, tratando com respeito e urbanidade nossos colaboradores internos e externos, partes e advogados, prezando pelo ótimo ambiente de trabalho interno de mútua colaboração, respeito e apoio. Buscamos, ainda, um alinhamento de nossos objetivos ao elencados no Plano Estratégico da Justiça Federal da 3ª Região. No que se refere aos macrodesafios voltados para a Sociedade, sobretudo o objetivo de "aumentar a satisfação dos usuários em relação à qualidade dos serviços prestados"; em relação aos macrodesafios para os processos internos, "agilidade e produtividade na prestação jurisdicional" e "promoção da sustentabilidade". Ressaltamos ainda que no plano de gestão da UPLE estabelecemos os processos de trabalho individualizados, de modo que há servidores designados para cada tarefa desempenhada dentro da equipe, como, por exemplo, para o controle do acervo. (Íntegra da resposta contendo os processos de trabalho individuais encaminhada pelo e-mail estatistica@cjf.jus.br, por ser o espaço insuficiente para responder o item) Vide item 8.

4.2 Boas práticas e inovações

Tenho como boa prática de trabalho a manutenção e alimentação de nossos arquivos digitais com o histórico do setor e o controle de processos julgados (planilhas no excel). Além disso, considerando as demandas no sentido de acesso à informação, disponibilizamos, no sítio do TRF3, tabela atualizada da composição do Órgão Especial, desde sua criação, facilitando o entendimento sobre a movimentação dos acervos processuais. Ressalto também o ótimo relacionamento entre os servidores da sala, refletindo-se em muita colaboração e consequente eficiência e eficácia na entrega da prestação jurisdicional.

4.3 Dificuldades

Acredito que uma das maiores dificuldades na gestão do acervo é não podermos ter acesso aos processos sigilosos que estão na tramitação direta (MPF - DPF). Outra dificuldade é não termos acesso ao histórico de tarefas do PJe, nos processos que não tramitam mais por esta subsecretaria, quando precisamos conferir o fluxo que o processo percorreu enquanto tramitou nesta unidade.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Nos processos eletrônicos, colocamos etiquetas indicando o vencimento do prazo. Decorrido o prazo sem manifestação, o próprio PJe lança o decurso. Nos processos físicos remanescentes de competência da Vice-Presidência, todas as cargas para MPF, AGU, INSS, FN e advogados são lançadas no Siapro, já com o prazo de devolução. Não sendo devolvido o processo naquele prazo, o próprio sistema dispara um e-mail de cobrança para quem retirou os autos. Se ainda assim não devolverem o processo, ligamos para o escritório/ órgão público.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Temos uma planilha de controle interno de todos os processos pendentes de declaração de voto. Os processos com pedido de vista constam da pauta interna elaborada pela secretaria e distribuída aos gabinetes 1 (uma) semana antes da realização de cada sessão.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões ordinárias judiciárias e administrativas do Órgão Especial são realizadas 2 vezes por mês (às segundas e últimas quartas-feiras de cada mês). As sessões plenárias e as sessões extraordinárias do Órgão Especial são realizadas com finalidades específicas, mediante convocação da Desembargadora Federal Presidente do TRF3.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Após a inclusão dos processos em pauta, a divisão de julgamento faz as intimações necessárias e elabora uma pauta interna com os processos constantes dos painéis (PJe, GEDPRO e SEI JULGAR), de acordo com a ordem estabelecida no Regimento Interno (Processos com pedidos de vista; Processos suspensos; Processos adiados, Processos pautados e Processos em mesa). Essa pauta interna é distribuída aos gabinetes dos Desembargadores Federais que compõem o Órgão Especial (e eventualmente para os convocados para compor quórum). Nos processos eletrônicos, os gabinetes dos Desembargadores Federais Relatores incluem os processos na pauta de julgamento ou os incluem em mesa, de acordo com o cronograma anual disponibilizado pela secretaria previamente. A pauta é enviada para a Secretaria Judiciária, que a disponibiliza no site do Tribunal. Se existe processo físico remanescente (Vice-Presidência), os processos são remetidos para a Secretaria com o despacho de "peço dia para julgamento", são incluídos em pauta assinada pela Desembargadora Federal Presidente e posteriormente publicada no Diário Eletrônico.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, observamos diariamente a presença de pelo menos 70% de servidores. Trabalhamos com o modelo de gestão diferenciada de processos e não com metas de produtividade, dadas as especificações das tarefas do setor. O acompanhamento do cumprimento das tarefas fica a cargo dos diretores da unidade.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

No balcão físico o atendimento inicial é feito pela estagiária, com a supervisão de um servidor (normalmente o escalado para atendimento do balcão naquele dia). Se for preciso esclarecer dúvidas, os diretores prosseguem no atendimento. Os processos sigilosos somente podem ser consultados pelas próprias partes e/ou por seus advogados (ou estagiários substabelecidos). No caso de fotografarem ou escanearem, é lançada certidão nos autos e no Siapro. No balcão virtual o atendimento é feito pelo servidor escalado para aquele dia, auxiliado pela estagiária. Se necessário, o servidor aciona os diretores para esclarecimentos complementares.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0004428-20.2011.4.03.0000	23/2/2011	Agravo de Instrumento

Acórdão assinado em 28/7/2023, encaminhado para a secretaria em 29/7/2023, disponibilizado no DJE de 2/8/2023. Processo no prazo para União Federal (27/9) e INSS (18/9).

5005240-58.2021.4.03.6100	21/9/2021	Apelação/Remessa Necessária
Acórdão assinado em 28/7/2023, disponibilizado no DJE em 2/8/2023. Aguarda prazo: CREF4/SP em 27/9/2023 e Presidente do CREF em 19/9/2023.		
5021337-70.2020.4.03.6100	4/10/2021	Apelação/Remessa Necessária
Acórdão assinado em 28/7/2023, disponibilizado no DJE de 2/8/2023. Aguardando decurso de prazo CREF4/SP em 27/9/2023.		
5013124-94.2019.4.03.6105	27/9/2021	Apelação Cível
Acórdão assinado em 28/7/2023, disponibilizado no DJE em 2/8/2023. Aguardando prazo CRF4 e outros – 27/9/2023.		
0011644-94.2013.4.03.6100	8/4/2014	Apelação Cível
Processo da Vice-Presidência suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores - ADI 5090/DF - fase lançada no PJe em 9/11/2022.		
5006706-83.2023.4.03.0000	14/3/2023	Conflito de competência cível
Acórdão assinado em 12/6/2023, disponibilizado no DJE em 13/6/2023, trânsito em julgado certificado (ocorrido em 3/8/2023) e arquivado definitivamente em 7/8/2023.		
5006070-20.2023.4.03.0000	8/3/2023	Conflito de competência cível
Acórdão assinado em 5/7/2023, disponibilizado no DJE em 7/7/2023, transitado em julgado em 29/8/2023 e arquivado definitivamente em 30/8/2023.		
5002610-68.2017.4.03.6100	17/10/2017	Apelação Cível
Processo da Vice-Presidência - suspenso ou sobrestado por determinação de tribunais superiores - fase lançada em 15/12/2020. Em 30/4/2021 juntada petição (substabelecimento).		
5000393-22.2017.4.03.6110	7/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo da Vice-Presidência - processo suspenso ou sobrestado por RE com repercussão geral - Tema 118 - fase lançada em 26/11/2021. Em 29/11/2021 juntada petição requerendo certidão de objeto e pé, expedida em 20/12/2021 (pela UVIP - Vice).		
5000734-97.2017.4.03.6126	18/10/2017	Apelação Cível
Processo não aparece na pesquisa desta Subsecretaria. (print da tela do PJe enviado para o e-mail: estatistica@cjf.jus.br) Vide item 8.		
5021070-06.2017.4.03.6100	22/8/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo da Vice-Presidência - suspenso ou sobrestado por determinação de tribunais superiores - fase lançada em 31/5/2021. Em 13/6/2022 juntada petição - atualização de endereço.		
5002439-14.2017.4.03.6100	12/2/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo da Vice-Presidência - processo suspenso ou sobrestado por RE com repercussão geral - Tema 118 - fase lançada em 31/5/2022. Em 13/3/2023 expedida certidão de objeto e pé (pela UVIP - Vice).		
0031003-36.1990.4.03.6100	9/2/2015	Remessa Necessária Cível
Acórdão assinado em 28/7/2023, disponibilizado no DJE em 1º/8/2023, certificado o trânsito em julgado (24/8/2023) e remetido para o juízo de origem em 28/8/2023.		
0010688-42.2008.4.03.6104	26/3/2009	Apelação/Remessa Necessária

Processo da Vice-Presidência suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores - processo suspenso por RE com repercussão geral 632 - fase lançada no PJe em 26/1/2023		
0011782-37.2008.4.03.6100	26/9/2012	Apelação/Remessa Necessária
Processo da Vice-Presidência suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores - Tema 487 - fase lançada no PJe em 19/10/2022. Em 27/10/2022, advogado juntou petição concordando com a digitalização dos autos.		
5006728-87.2017.4.03.6100	30/7/2018	Apelação Cível
Processo da Vice-Presidência - suspenso ou sobrestado por determinação de tribunais superiores - ADI 5090 - fase lançada em 29/3/2022.		
5026515-35.2018.4.03.0000	19/10/2018	Agravo de Instrumento
Acórdão assinado em 10/8/2023, disponibilizado no DJE em 15/8/2023. Aguarda decurso de prazo para DESKGRAF ACABAMENTOS DE ARTES GRAFICAS LTDA - EPP - em 6/9/2023.		
5033999-33.2020.4.03.0000	21/12/2020	Ação Penal - Procedimento Ordinário
O processo arquivado em 2021, em cumprimento à decisão do relator (Embargos de declaração apreciados monocraticamente - decisão id. 203946193). Em razão de ter constado do relatório de inspeção, processo desarquivado e concluso à nova relatora.		
5005495-63.2018.4.03.6183	15/9/2020	Apelação Cível
Processo da Vice-Presidência - suspenso ou sobrestado por determinação de tribunais superiores - fase lançada em 1º/7/2022.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 26 processos selecionados para inspeção, todos são eletrônicos ou digitalizados e foram inspecionados.

Em relação aos feitos, recomenda-se dar andamento no prazo de 30 dias:

5000734-97.2017.4.03.6126

A Subsecretaria administra a realização de 4 sessões ordinárias por mês (2 judiciárias e 2 administrativas). Entre julho/2022 e julho/2023 foram realizadas 44 sessões ordinárias e 16 extraordinárias (60 no total). Não houve o cancelamento de sessões no período.

A unidade ainda administra 2 sessões virtuais e 2 sessões presenciais por mês.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável.

O volume de pendências na Subsecretaria é praticamente zerado, pois, dos 26 processos inspecionados, somente em um deles houve recomendação para o prosseguimento do processo, que estava sobrestado aguardando tese firmada em tema julgado pelo STF.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da inspeção foi recebida pelos servidores e pela Diretora Renata Maria Gavazi Dias, que relatou a forma como o trabalho está distribuído, na linha dos registros acima e que também já constaram no relatório da inspeção de 2022. Destacou haver bom ambiente de trabalho, onde prevalece o respeito e a ajuda mútua.

Trata-se claramente de equipe coesa, afetiva e que enfrenta os desafios unida. Cada um tem suas atribuições definidas, porém os demais servidores têm conhecimento geral das tarefas, de forma que o trabalho é redistribuído quando dos afastamentos, evitando o acúmulo de serviço no retorno.

O número de processos atualmente não é grande e os processos físicos, que implicam carga maior de trabalho, não serão mais distribuídos para a unidade.

Apesar da utilização do sistema SEI JULGAR para os processos administrativos, o CNJ tornou obrigatória a alimentação do PJECOR para o acompanhamento de tais processos. Assim, o PJECOR será implantado na unidade, que ainda não foi treinada e espera que o novo sistema seja um facilitador.

As maiores dificuldades enfrentadas pela equipe são as inconsistências do PJe, que por vezes trava, não permite a visualização de processos e de tarefas, confunde o fluxo dos processos da Subsecretaria com os do Gabinete da Vice-Presidência, exigindo a abertura de chamado para o envio dos processos ao aludido gabinete. No entanto, destacou-se, muitos chamados abertos tem sido atendidos, com significativa melhora do fluxo de trabalho, persistindo problemas pontuais.

Outra dificuldade consiste na demora do cumprimento de cartas de ordem, nas situações em que a intimação dos acórdãos não pode ser feita de forma eletrônica (inexistência de convênio/comunicação via sistema com alguns municípios que figuram como partes). Tal situação gera atraso, apesar do acompanhamento constante.

No que refere às sessões, as plenárias são mais trabalhosas do que as demais. Além da convocação oficial e da pauta interna, são enviados e-mails e feitas ligações para confirmar a participação ou não dos Desembargadores em todas as sessões, a fim de assegurar o quórum necessário para o julgamento dos processos. Eventual justificativa de não comparecimento é registrada por e-mail.

As sessões presenciais são secretariadas pela Diretora Renata e pelo servidor Maurício. A utilização do SEI ESCRUTÍNIO auxiliou muito na realização das sessões administrativas.

As sessões são dinâmicas e não há processos atrasados. Ainda, a superação das dificuldades, como ocorreu no âmbito da operação Westminster, foi atribuída à excelente organização, ao bom relacionamento e à união da equipe.

Os servidores ressaltaram que o ótimo ambiente de trabalho - leve e produtivo - se deve muito à Diretora Renata, que é acessível, tranquila, sempre compartilha o conhecimento e está disposta a auxiliar.

A unidade tem interesse em aumentar o número de servidores em teletrabalho, já que tem se revelado produtivo.

Há boa delimitação das atribuições de cada um, o que é raro encontrar e essencial para dar vazão ao trabalho em equipes com número reduzido de servidores.

O relatório previamente preenchido e a entrevista denotam de forma pormenorizada a dinâmica de trabalho e o esforço conjunto dos servidores que, apesar das inconsistências do sistema e da necessidade de controles externos (planilhas de Excel), prestam serviço de excelência.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir a recomendação do item 8.
- b) Manter as boas práticas da unidade, em especial a divisão de tarefas, a harmonia e a colaboração mútuas, que resultam na excelência do serviço prestado.

11. COMPLEMENTO DO QUESTIONÁRIO

- Plano de gestão da SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO (UPLE)

Visão geral

A Resolução CATRF3R Nº 159, de 18 de outubro de 2022, apresenta como missão da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário (UPLE) “Planejar, dirigir e controlar as atividades relativas ao processamento dos feitos de sua competência e dar suporte administrativo às sessões do Órgão Especial e Plenário”, através das seguintes atribuições:

1. Zelar pelo cumprimento dos despachos exarados pela Presidência e pelos Desembargadores Federais.
2. Organizar e secretariar as sessões de julgamento, com a verificação de quórum, sustentação oral, lavratura de minutas de julgamento, assinatura de atas de julgamento e demais procedimentos decorrentes da preparação das sessões.
3. Proceder periodicamente à verificação dos processos judiciais e administrativos em tramitação, a fim de evitar atraso no processamento.
4. Coordenar o atendimento ao público.
5. Assinar certidões, mandados de intimação e de citação, ofícios etc.
6. Coordenar a organização do acervo físico e digital da subsecretaria.

Metas

A partir das atribuições gerais da Subsecretaria e das tarefas específicas relativas a cada uma de suas divisões (Divisão de Processamento e Divisão de Coordenação e Julgamento), estabelecemos como objetivo principal cumprir as determinações e tarefas sob sua responsabilidade no mesmo dia, com foco na agilidade, presteza e cordialidade, entregando uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz.

Nosso foco é entregar a prestação jurisdicional com eficiência e eficácia, tratando com respeito e urbanidade nossos colaboradores internos e externos, partes e advogados, prezando pelo ótimo ambiente de trabalho interno de mútua colaboração, respeito e apoio.

Buscamos, ainda, um alinhamento de nossos objetivos ao elencados no Plano Estratégico da Justiça Federal da 3ª Região. No que se refere aos macrodesafios voltados para a Sociedade, sobretudo o objetivo de “aumentar a satisfação dos usuários em relação à qualidade dos serviços prestados”; em relação aos macrodesafios para os processos internos, “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional” e “promoção da sustentabilidade”.

Processos de trabalho

Para a consecução das metas e objetivos estabelecidos, na UPLE há a individualização dos processos de trabalho a serem desempenhados por cada servidor, com avaliação contínua e efetividade no cumprimento das tarefas e sempre zelando pela qualidade do serviço e a celeridade processual.

Com tarefas bem definidas entre os servidores, é possível acompanhar o cumprimento das metas para o alcance de nosso objetivo principal (elaboração do trabalho com eficiência e eficácia).

Cabe ressaltar que a individualização dos processos de trabalho é definida coletivamente, por meio de reuniões de equipe, de modo que os servidores se conscientizam da integralidade das tarefas a serem realizadas por cada divisão, bem como do papel que cada um desempenha. O envolvimento de todos na construção dos processos de trabalho estimula a corresponsabilização pelas metas da Subsecretaria e o trabalho em equipe de maneira harmônica.

Na realização das atividades, estratégias como a utilização de listas de verificação (checklist) na fase de julgamento e audiências são um importante instrumento para a garantia de que todas as tarefas para a realização dessas sessões serão proficientemente executadas.

Excelente prática tem sido a utilização de ferramentas eletrônicas (grupo de WhatsApp e Microsoft Teams) para uma comunicação imediata e constante com todos os membros da equipe, o que surte resultado eficaz no cumprimento das demandas.

Além disso, temos implementado fluxogramas correspondentes às classes processuais e tarefas específicas para uniformizar o serviço prestado e, também, servir de apoio aos novos servidores que não tenham conhecimento das rotinas de secretaria. Já foram elaborados os fluxos dos processos que estão nas tarefas de certificação de trânsito em julgado/devolução para a Vice-Presidência (casos de sobrestamento ou agravo do art. 1042 CPC) e dos Conflitos de Competência.

Anexo – individualização dos processos de trabalho

Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário (UPLE)
Diretora -Renata Maria Gavazi Dias
<ul style="list-style-type: none">• Coordenar os trabalhos da Subsecretaria, dando diretrizes e estabelecendo os planos de trabalho;
<ul style="list-style-type: none">• Secretariar as sessões do Órgão Especial e Plenário;
<ul style="list-style-type: none">• Secretariar as audiências;
<ul style="list-style-type: none">• Montar as sessões e audiências no Microsoft Teams;
<ul style="list-style-type: none">• Controlar o acervo dos processos administrativos (SEI) e judiciais (PJe), observando pela correta tramitação;
<ul style="list-style-type: none">• Dar cumprimento às determinações nos Processos Administrativos Disciplinares em face de Magistrados e demais processos administrativos com tramitação no SEI;
<ul style="list-style-type: none">• Conferir e corrigir as expedições;
<ul style="list-style-type: none">• Prestar informações aos Relatores e à Presidência;
<ul style="list-style-type: none">• Solicitar processos para juntada de petições (processos físicos – Vice-Presidência);
<ul style="list-style-type: none">• Dar suporte aos servidores para a execução das tarefas;
<ul style="list-style-type: none">• Atestar e enviar a frequência dos servidores.

Divisão de Processamento (DIPO)
Diretor – Jacques Cabral da Nóbrega
<ul style="list-style-type: none">• Conferir todos os procedimentos realizados pela DIPO;

<ul style="list-style-type: none">• Conferir todos os ofícios, mandados, cartas de ordem, cartas precatórias e qualquer outro documento elaborado pela DIPO;
<ul style="list-style-type: none">• Conferir o envio dos processos enviados ao arquivo pela UPLE;
<ul style="list-style-type: none">• Controlar o acervo dos processos judiciais (PJe), observando pela correta tramitação
<ul style="list-style-type: none">• Coordenar o trabalho dos estagiários;
<ul style="list-style-type: none">• Atender os gabinetes, advogados e jurisdicionados sobre qualquer questão envolvendo os processos e procedimentos da DIPO;
<ul style="list-style-type: none">• Dar suporte geral aos servidores da DIPO no cumprimento de suas tarefas.
José de Vasconcelos Filho
<ul style="list-style-type: none">• Substituir o diretor da DIPO em seu período de férias e qualquer outra ausência;
<ul style="list-style-type: none">• Responsável pelos procedimentos relacionados aos feitos com finais 6(seis), 7 (sete) e 8 (oito);
<ul style="list-style-type: none">• Dar cumprimento aos despachos e decisões prolatadas pelos Desembargadores Federais que compõem Órgão Especial e Plenário, até a inclusão em pauta de julgamento;
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar ofícios, mandados, cartas de ordem, cartas precatórias, entre outros documentos;
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar consultas e informações;
<ul style="list-style-type: none">• Receber e remeter os feitos físicos (Vice-Presidência) ao gabinete, Fazenda Nacional, MPF, DPU, advogados, etc.;
<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar no atendimento aos advogados e jurisdicionados que comparecem ao balcão de atendimento da UPLE ou Balcão Virtual, tomando as providências que se fizerem necessárias.
Marcelo Barroso Pessanha
<ul style="list-style-type: none">• Responsável pelos procedimentos relacionados aos feitos com finais 9 (nove), 0 (zero) e 1 (um);
<ul style="list-style-type: none">• Dar cumprimento aos despachos e decisões prolatadas pelos Desembargadores Federais, até a inclusão em pauta de julgamento;
<ul style="list-style-type: none">• Receber as petições protocolizadas e juntá-las aos autos físicos, providenciando atualização da autuação ou encaminhando o feito à conclusão;
<ul style="list-style-type: none">• Minutar e expedir ofícios, mandados de citação/intimação, cartas de ordem, editais, alvarás, mandados de prisão, entre outros expedientes;
<ul style="list-style-type: none">• Conferir a representação processual das partes antes da intimação e providenciar a atualização caso haja alteração;
<ul style="list-style-type: none">• Proceder ao apensamento e desapensamento de processos, mediante determinação da autoridade judiciária;
<ul style="list-style-type: none">• Controlar os prazos processuais após a publicação dos despachos/decisões;
<ul style="list-style-type: none">• Providenciar o controle da devolução dos processos físicos pelos procuradores e advogados;
<ul style="list-style-type: none">• Proceder à baixa definitiva dos processos (físicos e digitais);
<ul style="list-style-type: none">• Dar apoio à Diretora da Subsecretaria nas audiências designadas zelando elas intimações, notificações bem como em relação ao acionamento de setores de apoio material à consecução dos trabalhos;
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento ao público interno e externo (presencialmente ou no Balcão Virtual), atendimento telefônico e por correio eletrônico utilizando-se do endereço eletrônico oficial da Subsecretaria;
<ul style="list-style-type: none">• Realizar as tarefas e procedimentos necessários nos processos de servidores em férias, licença e demais ausências;
<ul style="list-style-type: none">• Conferir prazos processuais.

Rogério Brenicci

<ul style="list-style-type: none">• Responsável pelos procedimentos relacionados aos feitos com finais 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco);
<ul style="list-style-type: none">• Responsável pelo controle e distribuição de materiais de consumo e permanente;
<ul style="list-style-type: none">• Responsável por solicitar serviços administrativos e de informática quando necessário;

<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar ofícios, mandados, cartas de ordem, cartas precatórias, entre outros documentos; • Elaborar consultas e informações;
<ul style="list-style-type: none"> • Receber e remeter os feitos físicos (Vice-Presidência) ao gabinete, Fazenda Nacional, MPF, DPU, advogados, etc.;
<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar a inclusão de metadados no PJe;
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no atendimento aos advogados e jurisdicionados que comparecem ao balcão de atendimento da UPLE ou Balcão Virtual, tomando as providências que se fizerem necessárias.
<p>Guilherme Vaz de Oliveira Resstom</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pelos procedimentos relacionados aos feitos com final 2 (dois);
<ul style="list-style-type: none"> • Nas ausências dos servidores designados para os demais finais, dá cumprimentos às determinações exaradas;
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar ofícios, mandados, cartas de ordem, cartas precatórias, entre outros documentos; • Elaborar consultas, informações; • Elaborar certidões nos processos de afastamento ou convocação de magistrados; • Providenciar a inclusão de metadados no PJe;
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no atendimento aos advogados e jurisdicionados que comparecem ao balcão de atendimento da UPLE ou Balcão Virtual, tomando as providências que se fizerem necessárias.

<p align="center">Divisão de Julgamento (DIJU)</p>
<p>Diretor – Maurício Lucchese</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Verificar, antes do início da sessão, os casos de sustentação oral e os pedidos de preferência no julgamento, verificando a correta representação processual do advogado solicitante; • Elaborar atos da Presidência com relação aos processos julgados no Órgão Especial ou Plenário; • Elaborar e/ou conferir as certidões de julgamento dos processos e assinatura destas; • Conferir e/ou elaborar as atas de julgamento; • Conferir o quórum das sessões e convocação dos Desembargadores para composição do quórum; • Auxiliar nas sessões presenciais, híbridas e exclusivamente virtuais, inclusive nas solenes, no que se refere às atribuições do setor, como no caso de posses de Corpo Diretivo; • Verificar e/ou conferir a existência de impedimentos dos processos em pauta de julgamento; • Elaborar e/ou conferir a Pauta Interna; • Conferir as folhas de votação; • Controlar o acervo dos processos judiciais (PJe), que estão na fase de julgamento, observando pela correta tramitação; • Abrir chamados administrativos e de informática para realização da sessão; • Elaborar o Cronograma das Sessões Ordinárias do Órgão Especial; • Auxiliar a Diretora da Subsecretaria durante a realização das sessões; • Atender os gabinetes de modo geral, prestando informações solicitadas sobre as sessões de julgamento; • Supervisão dos trabalhos da Divisão de Coordenação e Julgamento e dar suporte aos servidores da DIJU nas soluções de questões, sempre que haja necessidade.
<p>Patrícia Vichi Antunes</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Substituir o Diretor da DIJU e a Diretora da Subsecretaria nos períodos de férias e ausências; • Realizar intimações dos processos que terão continuidade do julgamento; • Elaborar Cartas de Ordem e Precatórias das intimações da pauta; • Atualizar índice das atas aprovadas; • Intimar as partes dos processos pautados para as sessões de julgamento;

<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar em pesquisas de dados demandados internamente (Gabinetes, ADEG, Presidência) e externamente (CNJ, CJF, por exemplo);
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar nas sessões presenciais, híbridas e exclusivamente virtuais, inclusive nas solenes, no que se refere às atribuições do setor, como no caso de posses de Corpo Diretivo;
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar atas aprovadas para assinatura e, após, enviar à Secretaria Judiciária para disponibilização no site;
<ul style="list-style-type: none"> • Controlar, na planilha de processos julgados, os pendentes de encaminhamento de acórdãos pelos gabinetes;
<ul style="list-style-type: none"> • Abrir chamados administrativos e de informática para realização da sessão;
<ul style="list-style-type: none"> • Atender as demandas Gabinetes dos Des. Fed. do Órgão Especial e Plenário, bem como das demais partes (advogados, órgãos etc.) via e-mail, telefone, Balcão Virtual Teams, Whatsapp etc.
<p>Ricardo Mesquita de Oliveira</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e revisar pauta interna;
<ul style="list-style-type: none"> • Revisar as minutas de julgamento;
<ul style="list-style-type: none"> • . Contatar gabinetes dos desembargadores federais que ainda estão ausentes quando da chegada do Presidente da sessão;
<ul style="list-style-type: none"> • Atender as demandas Gabinetes dos Des. Fed. do Órgão Especial e Plenário, bem como das demais partes (advogados, órgãos etc.) via e-mail, telefone, Balcão Virtual Teams, Whatsapp etc.;
<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e auxiliar nas sessões presenciais, híbridas e exclusivamente virtuais, inclusive nas solenes, no que se refere às atribuições do setor, como no caso de posses de Corpo Diretivo;
<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar confirmações de presenças e informações dos processos que serão apresentados;
<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar a remessa de cópias da Pauta Interna aos gabinetes dos relatores, ao representante do Ministério Público Federal, bem como aos gabinetes dos Desembargadores convocados para compor quórum nas sessões do Órgão Especial;
<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar a triagem dos processos para julgamento (impedimentos, suspeições, quórums);
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar folhas de votação dos processos para julgamento;
<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar acesso dos gabinetes aos materiais da sessão;
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar atas das sessões para aprovação em sessão subsequente;
<ul style="list-style-type: none"> • Direcionar os Desembargadores nos assentos;
<ul style="list-style-type: none"> • Revisar a colocação dos prismas dos Desembargadores;
<ul style="list-style-type: none"> • Abrir chamados administrativos e de informática para realização da sessão;
<ul style="list-style-type: none"> • Substituir, eventualmente, substituir o Diretor da DIJU e a Diretora da Subsecretaria nos períodos de férias e ausências.
<p>Rachel Omoto Gabriel</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar o fechamento da pauta no PJe;
<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a autuação e confirmar a representação processual das partes, visando sua correta intimação;
<ul style="list-style-type: none"> • Intimar as partes dos processos pautados para as sessões de julgamento, certificando-se;
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar a pauta de julgamento, de acordo com o Cronograma anual, encaminhando à Presidência para assinatura e posterior disponibilização;
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar a Pauta de Julgamento para divulgação ao público interno e externo;
<ul style="list-style-type: none"> • Atender as demandas Gabinetes dos Des. Fed. do Órgão Especial e Plenário, bem como das demais partes (advogados, órgãos etc.) via e-mail, telefone, Balcão Virtual Teams, Whatsapp etc.;
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar a Diretora da UPLE nas demandas organizacionais do setor (patrimônio, organização do setor etc.);
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar nas sessões presenciais, híbridas e exclusivamente virtuais, inclusive nas solenes, no que se refere às atribuições do setor, como no caso de posses de Corpo Diretivo;
<ul style="list-style-type: none"> • Fazer levantamento dos atos a serem referendados e incluí-los na sessão de julgamento (Sei Julgar);
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Cartas de Ordem e Precatórias das intimações da pauta;

<ul style="list-style-type: none">• Abrir chamados administrativos e de informática para realização da sessão;
<ul style="list-style-type: none">• Indexar e disponibilizar no site TRF3 atos normativos de competência do Órgão Especial e Plenário;
<ul style="list-style-type: none">• Atualizar e disponibilizar no site TRF3 a composição do Órgão Especial.
Gislaine Silva Dalmarco
<ul style="list-style-type: none">• Controlar as petições da Diju;
<ul style="list-style-type: none">• Intimar as partes dos acórdãos dos processos julgados, certificando-se, bem como a intimação pessoal;
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar Cartas de Ordem e Precatórias das intimações de acórdãos;
<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar nas sessões presenciais, híbridas e exclusivamente virtuais, inclusive nas solenes, no que se refere às atribuições do setor, como no caso de posses de Corpo Diretivo;
<ul style="list-style-type: none">• Controlar os prazos processuais;
<ul style="list-style-type: none">• Realizar ato ordinatório nos processos de competência da Vice-Presidência para resposta aos embargos de declaração;
<ul style="list-style-type: none">• Certificar trânsito nos processos julgados;
<ul style="list-style-type: none">• Organizar os processos julgados quanto à fase subsequente (conclusão, trânsito em julgado ou devolução para Ufor/Uvip);
<ul style="list-style-type: none">• Controlar, na planilha de processos julgados, os pendentes de encaminhamento de acórdãos pelos gabinetes;
<ul style="list-style-type: none">• Controlar a planilha de atos ordinatórios;
<ul style="list-style-type: none">• Enviar inteiro teor do acórdão dos processos julgados ao Juízo de Origem;
<ul style="list-style-type: none">• Realizar a baixa dos processos ou encaminhá-los ao órgão julgador, quando pendente deliberação;
<ul style="list-style-type: none">• Solicitar habilitação dos metadados no PJe de origem;
<ul style="list-style-type: none">• Atender as demandas de partes (advogados, órgãos etc.) via e-mail, telefone, Balcão Virtual Teams, etc.

SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria das Seções

1.2 Competência

Compete às Seções processar e julgar, no âmbito das respectivas áreas de especialização; os conflitos de competência; o incidente de assunção de competência; as revisões criminais e feitos criminais originários, ressalvados os de competência do Órgão Especial e das Turmas, as ações rescisórias dos julgados de primeiro grau, bem como os da própria Seção ou das respectivas Turmas; os embargos infringentes nas ações rescisórias de seus próprios julgados; as questões incidentes em processos da competência das Turmas da respectiva área de especialização, que a elas hajam sido submetidas; as suspeições levantadas contra os Desembargadores Federais do Tribunal, salvo em se tratando de processo da competência do Plenário; os incidentes de resolução de demandas repetitivas, no âmbito das respectivas áreas de especialização; as reclamações propostas para a preservação de sua competência ou para a garantia de sua autoridade. E, ainda, estabelecer precedentes da jurisprudência uniforme das Turmas. Competência para processamento e julgamento de todos os processos das 4 Seções especializadas do Tribunal, na forma do disposto no art. 10 do Regimento Interno do TRF3: Art. 10 - A competência das Seções e das respectivas Turmas, que as integram, é fixada em função da matéria e da natureza da relação jurídica litigiosa. § 1º - À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. § 2º - À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção. § 3º - À Terceira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da Primeira Seção. § 4º - À Quarta Seção cabe processar e julgar os feitos relativos à matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Wanderley Francisco de Souza (Diretor de Subsecretaria)

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	2

3. DADOS ESTATÍSTICOS

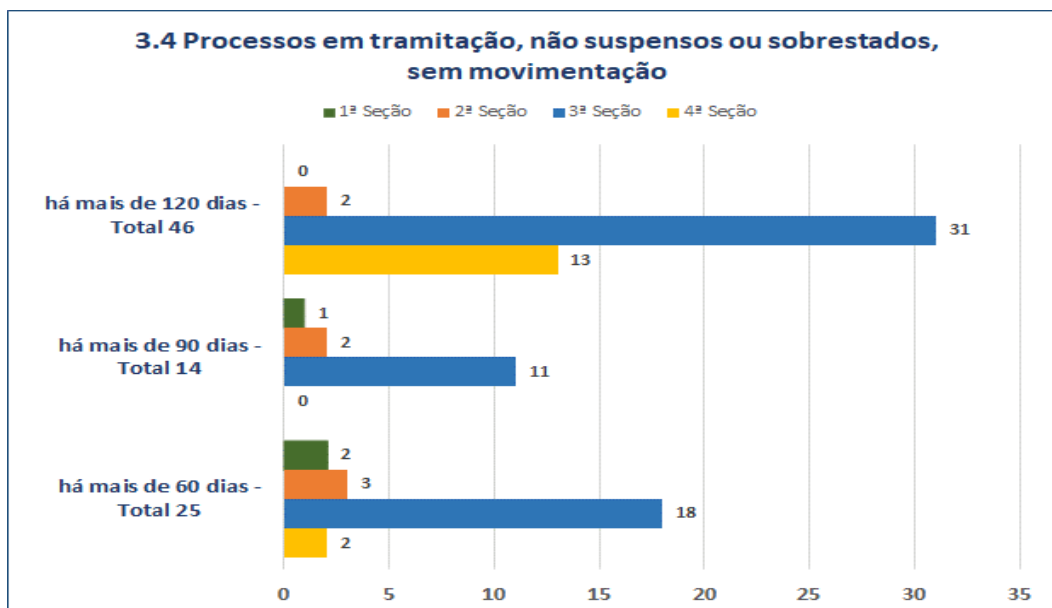
3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	Total 34 - 1ª Seção: 4 (quatro); 2ª Seção: 5 (cinco); 3ª Seção: 25 (vinte e cinco) e 4ª Seção: 0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	14 (expedição de RPV)
Análise/triagem	5 (triagem de processos digitalizados)
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	23 (1ª Seção: 7 (sete); 2ª Seção: 24 (vinte e quatro); 3ª Seção: 43 (quarenta e três) e 4ª Seção: 2 (dois)
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	1
Total	76 (1ª Seção: 7 (sete); 2ª Seção: 24 (vinte e quatro); 3ª Seção: 43 (quarenta e três) e 4ª Seção: 2 (dois)

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1.394
Média de dias do julgamento à publicação	2
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	7
Pendentes de publicação	20 (dados fornecidos pela estatística, mas de fato não há pendências uma vez que estes feitos foram julgados na sessão de 27/7/23 e os acórdãos publicados em 3/8/23)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50270338320224030000 – 28/7/23 (julgado em 27/7/23, acórdão publicado em 3/8/23)



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)
<p>1ª Seção - na sessão de 4/8/2022: Des. Fed. Peixoto Júnior, em razão de férias; na sessão de 6/10/2022: Des. Fed. Hélio Nogueira, em licença médica; na sessão de 3/11/2022: Des. Fed. Hélio Nogueira, em licença médica; na sessão de 1º/12/2022: Des. Fed. Hélio Nogueira, em licença médica, e Des. Fed. Nelton dos Santos, em gozo de férias; na sessão de 1º/6/2023: Des. Fed. Wilson Zauhy, em gozo de férias; na sessão de 6/7/2023: Des. Fed. Carlos Francisco, em gozo de férias, Des. Fed. Giselle França, em gozo de férias e Des. Fed. Renata Lotufo, em gozo de férias. 2ª Seção - na sessão de 2/8/2022: Des. Fed. André Nabarrete, ausência justificada; Des. Fed. Mairan Maia, em férias; Des. Fed. Carlos Muta, em compensação; Des. Fed. Johonsom di Salvo, em férias; Des. Fed. Marcelo Saraiva, em licença médica; na sessão de 6/9/2022: Des. Fed. Marli Ferreira, em férias; Des. Fed. André Nabarrete, por motivos</p>

de saúde; Des. Fed. Mairan Maia, em compensação; Des. Fed. Nelton dos Santos, em férias, e Des. Fed. Souza Ribeiro, em compensação; na sessão de 4/10/2022: Des. Fed. Marli Ferreira, em licença médica; Des. Fed. Nery Júnior, em férias; Des. Fed. Johansom di Salvo, em compensação, e Des. Fed. Paulo Domingues, em compensação; na sessão de 8/11/2022: Des. Fed. Mairan Maia, em compensação; Des. Fed. Johansom di Salvo, em férias, e Des. Fed. Paulo Domingues, em compensação; na sessão de 6/12/2022: Des. Fed. Marli Ferreira, em férias; Des. Fed. Mairan Maia, em compensação; Des. Fed. Monica Nobre, ausência justificada; Des. Fed. Marcelo Saraiva, em férias, e Des. Fed. Souza Ribeiro, em férias; na sessão de 7/2/2023: Des. Fed. André Nabarrete, em férias; Des. Fed. Marli Ferreira, em férias, Des. Fed. Nery Júnior, em férias; na sessão de 7/3/2023: Des. Fed. André Nabarrete, em férias; na sessão de 2/5/2023: Des. Fed. Nery Junior, em licença médica; Des. Fed. Johansom Di Salvo, em férias, e Des. Fed. Marcelo Saraiva, em férias; na sessão de 6/6/2023: Des. Fed. Marli Ferreira, em férias; Des. Fed. Mairan Maia, em férias; Des. Fed. Nery Junior, em férias, e Des. Fed. Consuelo Yoshida, em compensação; na sessão de 4/7/2023: Des. Fed. Nery Junior, em férias; Des. Fed. Monica Nobre, em férias e Des. Fed. Valdeci dos Santos, em férias. 3ª Seção: Em virtude do limitado número de caracteres neste campo e considerando a quantidade de magistrados que integram o colegiado da 3ª Seção, esses dados completos serão transmitidos em arquivo formato PDF para os e-mails: estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br, juntamente com os dados já inseridos de forma completa referentes aos colegiados das 1ª, 2ª e 4ª Seções. 4ª Seção - na sessão de 18/8/2022: Des. Fed. Maurício Kato, em gozo de férias; na sessão de 15/9/2022: Des. Fed. Fausto de Sanctis, em compensação; na sessão de 20/10/2022: Des. Fed. Maurício Kato, em gozo de férias; na sessão de 16/2/2023: Des. Fed. José Lunardelli, em compensação, Des. Fed. Fausto de Sanctis, em gozo de férias, e Des. Fed. Paulo Fontes, ausência justificada - conf. expediente SEI 0004307-28.2023.4.03.8000; na sessão de 16/3/2023: Des. Fed. José Lunardelli, em razão de participação em inspeção no TRF4, Des. Fed. Fausto de Sanctis, em gozo de férias; na sessão de 20/4/2023: Des. Fed. Fausto de Sanctis, em gozo de férias, Des. Fed. Paulo Fontes, ausência justificada, conf. despacho da Presidência do TRF3 no processo SEI 0041109-59.2022.4.03.8000; na sessão 18/5/2023: Des. Fed. José Lunardelli, em compensação, Des. Fed. Fausto de Sanctis, em compensação, e Des. Fed. Maurício Kato, em férias; na sessão de 15/6/2023: Des. Fed. Maurício Kato, em compensação; na sessão de 20/7/2023: Des. Fed. Fausto de Sanctis, em compensação, e Des. Fed. Ali Mazloum, em férias.

RELAÇÃO DAS AUSÊNCIAS DE MAGISTRADOS DAS QUATRO SEÇÕES ESPECIALIZADAS DO TRF-3.

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

1ª SEÇÃO

Sessão de 4/8/2022 Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR – em virtude de férias no período de 1º/8/2022 a 30/8/2022 (P. 2432)

Sessão de 6/10/2022 Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA - ausente por licença-saúde concedida no período de 3/10/22 a 17/10/22 - Despacho da Presidência do TRF3, nº 9159567 (Processo Sei n. 0004859-37.2016.4.03.8000)

Sessão de 3/11/2022 Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA - ausente por licença-saúde concedida no período de 18/10/22 a 16/11/22 - Despacho da Presidência do TRF3, n. 9194345 (Processo Sei n. 0004859-37.2016.4.03.8000)

Sessão de 1º/12/2022 Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA - ausente por licença-saúde concedida no período de 21/11/22 a 20/12/22 - Despacho da Presidência do TRF3, n. 9286689 (Processo Sei n. 0004859-37.2016.4.03.8000)

Sessão de 4/5/2023 Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS em virtude de férias no período de 24/4/2023 a 13/5/2023 (P.2857)

Sessão de 1º/6/2023 Desembargador Federal WILSON ZAUHY - em virtude de férias no período de 29/5 a 17/6/23 (P.3011)

Sessão de 6/7/2023 Desembargador Federal CARLOS FRANCISCO - em virtude de férias no período de 22/6/23 a 11/7/23 (P.2990) Desembargadora Federal GISELLE FRANÇA - em virtude de férias no período de 19/6/23 a 8/7/23 (P.3319)

Desembargadora Federal RENATA LOTUFO - em virtude de férias no período de 3/7/23 a 17/7/23 (P. 3056)

2ª SEÇÃO

Ausência de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar): Sessão de 2/8/2022 Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE, ausência justificada. Desembargador Federal MAIRAN MAIA, ausente em virtude de férias, no período de 4/7 a 4/8/22. Desembargador Federal CARLOS MUTA, ausente em virtude de compensação. Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO – ausente em virtude de férias no período de 14/7 a 2/8/22. Desembargador Federal MARCELO SARAIVA – em licença médica

Sessão de 6/9/2022 Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE - ausência justificada, em virtude de preparação para procedimento cirúrgico. Desembargador Federal MAIRAN MAIA - em virtude de compensação. Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS - ausente em virtude de férias, período de 22/8 a 10/9/2022. Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO - ausente em virtude de compensação.

Sessão de 4/10/2022 Desembargadora Federal MARLI FERREIRA - ausente em virtude de licença médica. Desembargador Federal NERY JÚNIOR – em virtude de férias no período de 9/9 a 9/10/2022. Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO - em virtude de compensação. Desembargador Federal PAULO DOMINGUES - em virtude de compensação.

Sessão de 8/11/2022 Desembargador Federal MAIRAN MAIA - em virtude de compensação. Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO - em férias no período de 23/10 a 11/11/2022. Desembargador Federal PAULO DOMINGUES - em virtude de compensação.

Sessão de 6/12/2022 Desembargadora Federal MARLI FERREIRA – em férias no período de 16/11 a 15/12/2022. Desembargador Federal MAIRAN MAIA - em virtude de compensação.

Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE - ausência justificada (comparecimento à posse do Ministro Paulo Domingues, no STJ) Desembargador Federal MARCELO SARAIVA - em virtude de férias no período 28/11 a 19/12/22. Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO – em virtude de férias no período de 19/11 a 19/12/22

Juiz Federal Convocado RENATO LOPES BECHO, convocado para atuar no Gabinete vago (2063), ocupado até 5/12/2022 pelo Desembargador Federal PAULO

DOMINGUES, empossado em 6/12/2023, como Ministro do Superior Tribunal de Justiça. O ato de convocação do Juiz Federal foi assinado pouco antes da sessão, não tendo sido publicado a tempo de o mesmo poder participar da sessão.

Sessão de 7/2/2023 Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE – em férias no período de 9/1 a 9/3/23. Desembargadora Federal MARLI FERREIRA – em férias no período de 9/1 a 7/2/23. Desembargador Federal NERY JUNIOR – em férias no período de 9/1 a 17/2/23.

Sessão de 7/3/2023 Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE – em férias no período de 9/1 a 9/3/23.

Sessão de 2/5/2023 Desembargador Federal NERY JÚNIOR - ausente em virtude de licença médica. Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO - em férias no período de 2/5 a 21/5/23. Desembargador Federal MARCELO SARAIVA – em férias no período de 2/5 a 27/5/23.

Sessão de 6/6/2023 Desembargadora Federal MARLI FERREIRA - em férias no período de 15/5 a 17/6/23. Desembargador Federal MAIRAN MAIA – em férias no período de 24/5 a 22/6/23. Desembargador Federal NERY JÚNIOR – em férias no período de 17/5 a 7/6/23. Desembargadora Federal CONSUELO YOSHIDA - ausente por compensação em 6/6/23.

Sessão de 4/7/2023 Desembargador Federal NERY JÚNIOR - em férias no período de 3/7 a 7/8/23. Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE - em férias no período de 3/7 a 1/8/23. Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS - em férias no período de 3/7 a 22/7/23.

3ª SEÇÃO

Ausência de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar):

Sessão de 25/8/2022 Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA – em férias no período de 15/8 a 3/9/2022. Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022. Sessão de 8/9/2022 Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022. Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA - ausente por compensação. Sessão de 22/9/2022 Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022.

Juiz Federal Convocado NILSON LOPES - em razão de férias no período de 21/9 a 7/10/22.

Sessão de 13/10/2022 Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA - ausente em virtude de férias no período de 10/10 a 29/10/2022. Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022.

Sessão de 27/10/2022 Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA - ausente em virtude de férias no período de 10/10 a 29/10/2022. Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022. Desembargador Federal TORU YAMAMOTO - em férias no período de 18 a 27/10/2022. Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA – em férias no período de 24/10 a 28/10/2022.

Sessão de 10/11/2022 Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022. Desembargadora Federal LEILA PAIVA - ausente por compensação.

Sessão de 24/11/2022 Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP de 1º/6 a 19/12/2022. Desembargador Federal CARLOS DELGADO – em férias no período de 21/11 a 12/12/2022.

Sessão de 9/3/2023 – Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP. Desembargador Federal TORU YAMAMOTO – em férias no período de 23/2 a 14/3/2023.

Sessão de 23/3/2023 – Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA - ausente em virtude de consulta médica. Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de convocação para exercer a função de Juiz Efetivo junto ao TRE/SP. Desembargador Federal GILBERTO JORDAN – em férias no período de 20/3 a 24/3/2023.

Sessão de 13/4/2023 Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA – em férias no período de 10/4/2023 a 11/5/2023 Desembargadora Federal AUDREY GASPARINI, ausente em virtude de falta de tempo hábil para sua participação, tendo em vista que a publicação do ato de convocação se deu na mesma data da sessão.

Sessão de 27/4/2023 Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de participação de julgamento no TRE/SP. Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA – em férias no período de 10/4/2023 a 11/5/2023.

Sessão de 11/5/2023 Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA - ausente por gozo de férias - Férias: 10/4/2023 a 11/5/2023

Sessão de 25/5/2023 Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO - ausente em virtude de participação de julgamento no TRE/SP. Desembargador Federal GILBERTO JORDAN - ausente por compensação.

Sessão de 22/6/2023 Desembargadora Federal DALDICE SANTANA, em virtude de férias.

Desembargador Federal HERBERT DE BRUYN, em virtude de férias. Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA, Desembargadora Federal LEILA PAIVA e Desembargador Federal MARCELO VIEIRA, em virtude de participação oficial na composição da Comissão da I Jornada de Seguridade Social, promovida pelo CJF, nos dias 22 e 23 de junho de 2023.

Sessão de 13/7/2023 Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA – em férias no período de 7/7/2023 a 30/7/2023 Desembargadora Federal DALDICE SANTANA - ausente por compensação. Desembargador Federal HERBERT DE BRUYN - ausente por compensação. Desembargador Federal - NELSON PORFIRIO – em férias no período de 30/6/2023 a 19/7/2023. Desembargador Federal JEAN MARCOS – em virtude de no período de 4/7/2023 a 18/7/2023 Juíza Federal Convocada AUDREY GASPARINI, em virtude de férias no período de 3/7/2023 a 1º/8/2023.

Sessão de 27/07/2023 Desembargador Federal TORU YAMAMOTO – em férias no período de 27/7 a 15/8/2023. Desembargadora Federal LEILA PAIVA – em férias no período de 17/7/2023 a 31/7/2023. Juíza Federal Convocada AUDREY GASPARINI, em virtude de férias no período de 3/7/2023 a 1º/8/2023.

4ª SEÇÃO

Ausência de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar): Sessão de 18/8/2022 Desembargador Federal MAURICIO KATO – em virtude de férias no período de 10/8/22 a 8/9/22 (P.2674)

Sessão de 15/9/2022 Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente por compensação em 15/9/22 (P.2751) Desembargador Federal MAURICIO KATO - ausente por compensação em 15/9/22 (P.2739)

Sessão de 20/10/2022 Desembargador Federal MAURICIO KATO – em virtude de férias no período de 29/9/22 a 25/10/22 (P.2801)

Sessão de 16/2/2023 Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI - ausente por compensação em 16/2/23 (P.2977) Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente em virtude de férias no período de 10/2/23 a 1º/3/23 (P. 2857) Desembargador Federal PAULO FONTES - ausente justificadamente - Ofício n. 2 GABPF, enviado ao Excelentíssimo Desembargador Federal ANTONIO CEDENHO, Vice-Presidente do TRF3 e Presidente das Seções (Processo Sei n. 0004307-28.2023.4.03.8000)

Sessão de 16/3/2023

Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI - -ausente por motivo de participação em inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4

Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente em virtude de férias no período de 2/3/23 a 21/3/23 (P. 2857)

Sessão de 20/4/2023

Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente em virtude de férias no período de 10/4/23 a 29/4/23 (P. 2857) Desembargador Federal PAULO FONTES - ausente justificadamente, afastamento deferido no período de 17/4/23 a 30/4/2023 - Despacho da Presidência do TRF3, n. 9688169/2023 (Processo Sei n. 0041109-59.2022.4.03.8000), em resposta ao Ofício n. 6 EMAG/ROCO.

Sessão de 18/5/2023 Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI - ausente por compensação em 18/5/23 (P.3087) Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente por compensação em 18/5/23 (P.3073) Desembargador Federal MAURICIO KATO - ausente em virtude de férias no período de 24/4/23 a 23/5/23 (P.3036)

Sessão de 15/6/2023 Desembargador Federal MAURICIO KATO - ausente por compensação em 15/6/23 (P.3123)

Sessão de 20/7/2023 Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente por compensação em 20/7/23 (P.3126) Desembargador Federal ALI MAZLOUM - ausente em virtude de férias no período de 3/7/23 a 1/8/23 (P. 2859)

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Foram realizadas no total 50 (cinquenta) sessões de julgamento pelas quatro Seções especializadas, no período de agosto/2022 a 31 de julho de 2023. 1ª Seção: foram realizadas 10 sessões de julgamento no período de agosto/2022 a 31 de julho de 2023. 2ª Seção: foram realizadas 11 sessões de julgamento no período de agosto/2022 a 31 de julho de 2023. 3ª Seção: foram realizadas 18 sessões de julgamento no período de agosto/2022 a 31 de julho de 2023. 4ª Seção: foram realizadas 11 sessões de julgamento no período de agosto/2022 a 31 de julho de 2023.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle do acervo ocorre com o uso das ferramentas disponíveis no sistema, como os relatórios gerenciais e o acompanhamento constante das tarefas no PJe. A distribuição das atividades é por divisão e de acordo com a fase processual. Na divisão de processamento que tem como atribuições principais o cumprimento de decisões monocráticas e despachos dos relatores, o critério é pelo dígito final do processo e todos exercem as mesmas atividades, tanto em processos cíveis quanto em criminais. Nas divisões de julgamento que exercem suas atribuições a partir da inclusão do processo em pauta, as atividades são distribuídas de forma igualitária entre os servidores da divisão, uma vez que todos tem capacidade e preparo para o trabalho. Todas as atividades estão previstas nos Planos de teletrabalho dos servidores da secretaria e o cumprimento é acompanhado diariamente.

4.2 Boas práticas e inovações

Neste aspecto vale ressaltar a divisão equânime das tarefas entre os servidores, o que possibilita maior agilidade e eficiência pela secretaria no cumprimento das determinações diversas. Ademais, as rotinas de trabalho são bem definidas e todos estão aptos a desempenhar as atividades de sua divisão com a mesma qualidade e celeridade, sem prejuízo ao trabalho nas ausências por férias, licenças etc., o que contribui para uma maior produtividade. Destaco, ainda, a utilização da ferramenta de videoconferência, que passou a fazer parte da rotina diária do Judiciário, tanto no atendimento ao público externo, advogados e partes, como nas atividades internas como em reuniões, treinamentos e cursos, e principalmente nas sessões de julgamento.

4.3 Dificuldades

Não há.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Atualmente com o uso quase que total do sistema PJe, as remessas aos entes públicos, Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União, são feitas exclusivamente pelo próprio sistema de Processo Judicial Eletrônico. Nos casos raros de processos em meio físico, a subsecretaria remete os autos às procuradorias respectivas mediante guia de remessa impressa pelo sistema SIAPRO, com registro de remessa e recebimento. Nesse caso, o controle da remessa e eventual pendência de devolução é realizado por meio dos Relatórios Gerenciais disponíveis no SIAPRO, cobrando-se imediatamente a procuradoria em caso de atraso na devolução.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Não há pendências de declaração de voto uma vez que, em regra, são feitas antes mesmo do encerramento da sessão ou até a assinatura do inteiro teor do acórdão para que a declaração de voto integre este documento "inteiro teor". Em situações excepcionais a declaração é feita após a assinatura do acórdão, mas ainda antes de sua publicação e dentro do prazo de 10 dias, razão pela qual não ficam pendentes. Quanto aos pedidos de vista a Subsecretaria mantém planilha de controle interno na Divisão de Julgamento e envia as informações atualizadas a todos os gabinetes, logo após o encerramento da sessão de julgamento.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões ordinárias das Seções especializadas seguem a periodicidade a seguir detalhada: Na Primeira Seção as sessões são mensais, sempre na primeira quinta-feira do mês. Na Segunda Seção as sessões são mensais, sempre na primeira terça-feira do mês. Na Terceira Seção as sessões são quinzenais, na 2ª e 4ª quintas-feiras do mês. Na Quarta Seção as sessões são mensais, na 3ª quinta-feira do mês.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

As pautas são organizadas de acordo com os cronogramas das sessões de julgamento previamente estabelecidos pelo Desembargador Federal Presidente das Seções. Nestes são estabelecidos os dias em que as sessões serão realizadas e o prazo final para que os gabinetes incluam feitos em pauta. Após este prazo, a subsecretaria providência o fechamento da pauta e a organização dos processos por ordem de antiguidade dos magistrados, agrupando os recursos para julgamento. Se houver pedidos de vista pautados, entram antes da pauta normal. Fechada a pauta, o sistema libera a inclusão de feitos em mesa, relativamente aos julgamentos que independem de pauta, em observância às disposições regimentais desta Corte (art. 80 RI/TRF3), bem como feitos adiados de sessões anteriores, pedidos de vista ou com julgamento suspenso, o que em regra é feito também pelos próprios gabinetes dos relatores, revisores ou pelo magistrado que pediu vista. Vale ressaltar, ainda, o cumprimento das prioridades no julgamento da Seção, estabelecidas pelo artigo 162 do RI/TRF3.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, as disposições contidas na Resolução CNJ n. 481 foram observadas para elaboração dos planos de teletrabalho dos servidores. Na subsecretaria há duas servidoras em teletrabalho integral, as quais se enquadram nas hipóteses previstas na resolução na condição de lactantes; onze servidores em teletrabalho parcial, estes com comparecimento ao tribunal três dias na semana. Há ainda, 3 servidores que não fazem teletrabalho. De acordo com as normas estabelecidas na resolução, em observância ao percentual estabelecido, o limite diário de teletrabalho neste setor é de seis

servidores, e isso tem sido observado e acompanhado desde o planejamento inicial. A produtividade é verificada por meio dos relatórios gerenciais e pelo acompanhamento das tarefas realizadas no próprio sistema PJe.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento é realizado no horário de atendimento ao público externo, tanto de forma presencial no balcão localizado na secretaria, como pelo balcão virtual da subsecretaria, com o uso da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. Há escala de atendimento entre os servidores da unidade com dias e horários previamente divulgados em grupo interno da unidade. Cada Divisão é responsável por no mínimo 1 (um) dia de atendimento na semana, e o Diretor de Divisão tem a atribuição de elaborar as escalas de sua divisão e acompanhar as atividades no dia que lhe compete. Vale ressaltar, ainda, que nos casos de informações sobre processos com segredo/sigilo, o servidor verifica previamente a regularidade na representação processual do(a) advogado(a) ou na qualidade de parte.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0903368-78.1997.4.03.6110	18/9/2012	Apelação Cível
Processo julgado na sessão de 2 de agosto de 2023, da 2ª Seção. Acórdão disponibilizado no DJEN em 8/8/23, considerando-se como data de publicação o dia 9/8/23, com prazo em curso neste momento.		
0038445-39.1998.4.03.0000	6/5/1998	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. Não efetuado o pagamento dos honorários de sucumbência, foi determinado o bloqueio de valores via sistema SISBAJUD e, após, intimadas as partes executadas na forma do art. 854 do CPC, com prazo em curso neste momento.		
5017035-57.2023.4.03.0000	22/6/2023	Ação Rescisória
Trata-se de Ação Rescisória que se encontrava na secretaria com prazo em curso para a parte autora, em cumprimento à decisão Id 277629083. Decorridos os prazos os autos foram remetidos à conclusão do relator. Atualmente na tarefa "(Sessão) preparar relatório e voto", do Gabinete.		
5009097-21.2017.4.03.0000	16/6/2017	Cumprimento de sentença
Trata-se de Agravo Interno julgado na sessão de 27 de julho de 2023, cujo acórdão foi publicado no dia 4 de agosto de 2023, com prazo do INSS ainda em curso neste momento.		
5009983-10.2023.4.03.0000	14/4/2023	Revisão Criminal
Processo incluído na pauta de julgamento de 21 de setembro de 2023 da 4ª Seção.		
5019664-72.2021.4.03.0000	25/8/2021	Conflito de competência cível

Trata-se de Conflito de Competência Cível, julgado na sessão de 4 de julho de 2023 da 2ª Seção, acórdão disponibilizado no DJEN em 15/7/2023. Certificado o trânsito em julgado e providenciado o necessário, os autos foram arquivados em 6/9/23.		
0002658-04.2016.4.03.6115	26/9/2017	Inquérito Policial
Trata-se de pendência de atualização das movimentações no SIAPRO, uma vez que o IP já foi arquivado segundo informações do MPF. Para regularização no sistema, em 14/7/23, foi aberto o expediente SEI 0014154-54.2023.4.03.8000. Em manifestação pelo SEI a PRR/3 informa o arquivamento.		
5029012-51.2020.4.03.0000	21/10/2020	Conflito de Jurisdição
Trata-se de Conflito de Jurisdição com decisão transitada em julgado e arquivado. Os autos encontravam-se no arquivo PJe desde 27/1/2021. Considerando que este feito aparece ainda em tramitação, foi providenciado o desarquivamento e novamente movimentado para "Arquivo Permanente" do PJe.		
5030707-40.2020.4.03.0000	11/11/2020	Conflito de Jurisdição
Trata-se de Conflito de Jurisdição arquivado. Os autos encontravam-se no arquivo PJe desde 28/1/2021. Considerando que este feito aparece ainda em tramitação, foi providenciado o desarquivamento e novamente movimentado para "Arquivo Permanente" do PJe.		
5017432-24.2020.4.03.0000	29/6/2020	Conflito de Jurisdição
Trata-se de Conflito de Jurisdição arquivado. Os autos encontravam-se no arquivo PJe desde 28/1/2021. Considerando que este feito aparece ainda em tramitação, foi providenciado o desarquivamento e novamente movimentado para "Arquivo Permanente" do PJe.		
5017364-74.2020.4.03.0000	26/6/2020	Conflito de Jurisdição
Trata-se de Conflito de Jurisdição arquivado. Os autos encontravam-se no arquivo PJe desde 28/1/2021. Considerando que este feito aparece ainda em tramitação, foi providenciado o desarquivamento e novamente movimentado para "Arquivo Permanente" do PJe.		
5018093-03.2020.4.03.0000	3/7/2020	Conflito de Jurisdição
Trata-se de Conflito de Jurisdição arquivado. Os autos encontravam-se no arquivo PJe desde 28/1/2021. Considerando que este feito aparece ainda em tramitação, foi providenciado o desarquivamento e novamente movimentado para "Arquivo Permanente" do PJe.		
5029183-42.2019.4.03.0000	27/6/2022	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, na qual foi expedido ofício requisitório (RPV). O feito permaneceu em secretaria aguardando o pagamento do precatório e, após, efetivado o depósito e intimadas as partes, o aguarda o efetivo levantamento dos valores para extinção da execução.		
5018975-62.2020.4.03.0000	18/3/2022	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória em que foi expedido Ofício Requisitório (RPV). O feito permaneceu em secretaria aguardando o pagamento e atualmente aguarda o efetivo levantamento dos valores pela parte beneficiária.		
5008664-17.2017.4.03.0000	25/7/2022	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória. O feito encontrava-se na secretaria aguardando a liberação dos valores requisitados. Comprovado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPV) e o efetivo levantamento dos valores, os autos foram conclusos ao relator para extinção.		

5017048-90.2022.4.03.0000	27/6/2022	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, que encontrava-se aguardando o pagamento de Precatório (RPV). Comprovado o pagamento com a liberação dos valores, a parte foi intimada e os autos se encontram no aguardo do efetivo levantamento dos valores pela parte beneficiária.		
0020897-05.2015.4.03.0000	7/6/2022	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. O feito aguardava a liberação do pagamento de RPV. Comprovado o efetivo pagamento e levantamento de valores, os autos foram conclusos ao relator e, em 29/8/23, foi proferida decisão extinguindo a execução.		
0025413-68.2015.4.03.0000	6/8/2020	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. O feito aguardava a liberação do pagamento de RPV. Comprovado o efetivo pagamento e levantamento de valores, os autos foram conclusos ao relator. Em 29/8/23 foi proferida decisão extinguindo a execução.		
5003999-45.2023.4.03.0000	16/2/2023	Conflito de competência cível
Trata-se de Conflito de Competência Cível enviado à conclusão em 9/3/23 e inserido na relação de julgamento da sessão de 3/10/2023 da 2ª Seção.		
5007861-24.2023.4.03.0000	24/3/2023	Conflito de competência cível
Trata-se de Conflito de Competência Cível incluído em pauta e julgado na sessão de 5/9/2023, da 2ª Seção.		
0051547-60.2000.4.03.0000	15/1/2020	Cumprimento de sentença
Trata-se de Cumprimento de Sentença em Ação Rescisória, no qual houve a expedição de Precatório (RPV). O feito aguardava o pagamento, porém o ofício foi cancelado, conf. Ofício n. 1961 da Presidência. Com informação da secretaria, os autos foram conclusos ao relator, para deliberação.		
0004248-72.2009.4.03.0000	11/2/2009	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. Expedido Ofício Requisitório para fins de pagamento dos honorários advocatícios, o feito permanece em tarefa da secretaria no aguardo da liberação dos valores e efetivo levantamento pelas partes.		
5015357-41.2022.4.03.0000	10/6/2022	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, que aguardava o pagamento de precatório (RPV). Comprovado o pagamento dos valores, os autos foram conclusos ao relator em 16/8/23, que proferiu decisão extinguindo a execução e determinando o arquivamento dos autos.		
0007807-66.2011.4.03.0000	29/3/2011	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. Determinada a conversão do depósito judicial em renda da União e oficiada a CEF para efetivação da medida. Por despacho o relator determinou a ciência às partes acerca da conversão efetivada e posteriormente a conclusão para extinção da execução.		
5032391-97.2020.4.03.0000	2/12/2020	Conflito de competência cível
Conflito de Competência Cível, no qual foi proferido despacho em 14/6/23 solicitando ao Juízo suscitante cópia da decisão que suscitou o presente conflito. Recebidas as informações em 18/8/23, estas foram juntadas e os autos remetidos conclusos ao relator.		

5006705-98.2023.4.03.0000	14/3/2023	Conflito de competência cível
Conflito de Competência Cível localizado no gabinete do relator na tarefa "(Sessão) Aguardando julgamento colegiado".		
5004464-54.2023.4.03.0000	23/2/2023	Conflito de competência cível
Trata-se de Conflito de Competência Cível com decisão proferida em 5/7/23, publicada em 10/7/23. Certificado o trânsito em julgado, os autos foram arquivados em 30/8/23		
5029755-90.2022.4.03.0000	1º/11/2022	Revisão Criminal
Trata-se de Revisão Criminal julgada pela 4ª Seção na sessão de 15/6/23, da qual foram opostos Embargos de Declaração pelo requerente, representado nos autos pela DPU. Em 15/8/23 o MPF se manifestou acerca dos embargos e os autos foram conclusos ao relator, com Embargos de Declaração, em 16/8/23		
5018527-55.2021.4.03.0000	12/8/2021	Revisão Criminal
Trata-se de feito em trâmite na Vice-Presidência, em fase de admissibilidade de recurso (Recurso Especial).		
5018533-62.2021.4.03.0000	22/6/2023	Revisão Criminal
Trata-se de Revisão Criminal julgada pela 4ª Seção na sessão de 15/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 20/12/2022. Decorridos os prazos, sem recurso, os autos foram arquivados. Em 21/6/23 a DPU se manifestou, os autos foram desarquivados e enviados à conclusão e arquivado novamente em 10/8/23.		
0011442-98.2005.4.03.6100	28/1/2008	Embargos Infringentes
Trata-se de processo retirado de pauta na sessão de 1º/12/2020. Os autos estão localizados no gabinete do relator, na tarefa (Sessão) Processos retirados e adiados.		
5005545-43.2020.4.03.0000	9/3/2020	Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Procedimento Investigatório Criminal (PIC), no qual o relator determinou a suspensão do processo e envio ao Juízo de Origem para acompanhamento de diligências. Enviada cópia integral via malote digital, o feito foi distribuído na 5ª VF de Campo Grande /MS sob n. 5007812-30.2020.4.03.6000.		
5014432-21.2017.4.03.0000	14/8/2017	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, arquivado provisoriamente no PJe, tendo em vista a decisão que determinou o arquivamento do feito pelo prazo de 5 (cinco) anos, durante o qual, a autarquia exequente, a qualquer tempo, poderá requerer o prosseguimento da execução.		
5001913-22.2019.4.03.6118	13/3/2020	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de Pedido de Quebra de Sigilo de dados e/ou telefônico que se encontrava em tramitação direta entre o MPF e a Polícia Federal, nos termos da Res. CJF n. 63/2009. Finalizada a tramitação direta, em 16/8/23 os autos retornaram ao tribunal, e em 5/9 foi proferido despacho devolvendo à PF		
5018602-36.2017.4.03.0000	2/10/2017	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, no qual foi expedido ofício Precatório (RPV) referente aos honorários de sucumbência. Comprovado o depósito e o efetivo levantamento dos valores, os autos foram remetidos conclusos a relatora, para extinção.		

5018754-84.2017.4.03.0000	10/6/2021	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, em arquivo provisório do PJe, tendo em vista a decisão (Id 258157749) que determinou a suspensão da exigibilidade da verba honorária fixada em favor da autarquia, pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.		
5010685-87.2022.4.03.0000	25/4/2022	Conflito de competência cível
Trata-se de Conflito de Competência Cível, adiado na sessão de 1º de junho de 2022, que se encontra na tarefa do gabinete do relator "(Sessão) Processos retirados e adiados.		
5001452-50.2019.4.03.6118	2/11/2020	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de Pedido de Quebra de Sigilo de dados e/ou telefônico que se encontrava em trâmite na Polícia Federal para prestar as informações solicitadas. Restituído ao TRF em 16/8/23 e, na mesma data, enviado ao MPF para manifestação. Em 5/9/23 foi proferido despacho devolvendo os autos à PF.		
5011762-68.2021.4.03.0000	26/5/2021	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, localizado na tarefa "Arquivo Provisório" do PJe, tendo em vista a decisão que determinou a suspensão da exigibilidade da verba honorária fixada, pelo prazo previsto no artigo 98, § 3º, do CPC.		
5002880-82.2019.4.03.6113	2/12/2019	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de procedimento de Quebra de Sigilo de Dados e/ou telefônico localizado na tarefa "Arquivo Provisório", tendo em vista a decisão do relator que determinou o aguardo de eventual provocação, em secretaria.		
5004124-81.2021.4.03.0000	1º/3/2021	Cumprimento de sentença
Trata-se de Cumprimento de sentença em Ação Rescisória em que foi expedido precatório para fins de pagamento dos honorários de sucumbência. PRC incluído na proposta orçamentária de 2023. O feito se encontra na tarefa "Arquivo Provisório" no aguardo do efetivo pagamento dos valores.		
5026723-14.2021.4.03.0000	27/10/2021	Conflito de competência cível
Trata-se de Conflito de Competência Cível, adiado na sessão de julgamento de 8 de novembro de 2022, da 2ª Seção. Localizado na tarefa "(Sessão) Processos retirados e adiados" do Gabinete.		
0021847-38.2001.4.03.6100	3/3/2009	Embargos Infringentes
Trata-se de feito incluído em pauta e adiado na sessão de 8 de novembro de 2022 da 2ª Seção. Processo localizado na tarefa "(Sessão) Processos retirados e adiados" do gabinete do relator.		
0003936-23.1995.4.03.6100	13/5/1999	Embargos Infringentes
Trata-se de processo sobrestado em face de repercussão geral (REExt 591797/626307 Tema 265 / STF), em cumprimento ao r. despacho ID 255452589. Observo, ainda, que a AGES recentemente comunicou que os autos sobrestados nas secretarias passarão a ficar em tarefas dos gabinetes.		
5015807-18.2021.4.03.0000	12/7/2021	Pedido de Busca e Apreensão Criminal

Trata-se de procedimento de "Pedido de Busca e Apreensão Criminal", em tramitação direta na Polícia Federal para continuação das diligências investigativas, conforme decisão Id 210455383.		
5000608-71.2020.4.03.6181	4/2/2020	Embargos Infringentes e de Nulidade
Acórdão publicado no DJEN em 19/12/2022, com prazo de 15 dias para as partes. Não houve o fechamento automático deste prazo no sistema PJe, o que causou a paralisação do feito na tarefa "Prazo em Curso". Para regularização providenciamos o fechamento do prazo e o envio dos autos à UVIP		
0008693-26.2015.4.03.0000	29/4/2015	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. O feito encontra-se na tarefa "Arquivo Provisório", em cumprimento à r. decisão ID 268903325, que determinou o arquivamento pelo prazo de 5 anos, durante o qual, a qualquer tempo, a autarquia exequente pode prosseguir com a execução.		
5034170-87.2020.4.03.0000	30/12/2020	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, localizado na tarefa "Arquivo Provisório" do PJe, tendo em vista a decisão que determinou o arquivamento dos autos pelo prazo previsto no artigo 98, § 3º, do CPC.		
5013450-07.2017.4.03.0000	8/6/2022	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória que se encontrava na secretaria no aguardo do pagamento de precatório (RPV). Comprovado o pagamento e efetivo levantamento dos valores, os autos foram enviados à conclusão da relatora, que por decisão em 1º/9/23 extinguiu a execução.		
0000414-80.2017.4.03.0000	28/5/2021	Cumprimento de sentença
Ação Rescisória em fase de cumprimento de sentença. Estava na secretaria no aguardo do pagamento de Ofício Requisatório. Comprovado o efetivo levantamento dos valores os autos foram remetidos conclusos ao relator e, em 31/8/23, foi proferida decisão extinguindo a Execução.		
0009572-51.2014.4.03.6181	10/5/2019	Embargos Infringentes e de Nulidade
Trata-se de feito incluído em pauta e adiado na sessão de 20 de abril de 2023 da 4ª Seção. Incluído na pauta de julgamento da sessão de 21/9/2023 da 4ª Seção.		
0001109-39.2019.4.03.6119	22/4/2021	Embargos Infringentes e de Nulidade
Trata-se de feito incluído em pauta e adiado na sessão de 18 de maio de 2023 da 4ª Seção. Processo localizado em tarefa do gabinete do relator "Aptos para julgamento".		
5014683-97.2021.4.03.0000	28/6/2021	Cumprimento de sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Rescisória, que aguardava o pagamento de precatório (RPV). Comprovado o pagamento e efetivo levantamento dos valores, os autos foram conclusos ao relator em 14/8/23, que proferiu decisão extinguindo a execução e determinando o arquivamento dos autos.		
5005344-46.2023.4.03.0000	2/3/2023	Conflito de competência cível
Embargos de Declaração julgados na sessão de julgamento de 1º de agosto de 2023 da 2ª Seção. Acórdão publicado em 5/8/2023. Interpostos recursos especial e extraordinário, os autos foram remetidos à Vice-Presidência para a tramitação e exame de admissibilidade.		
5005347-98.2023.4.03.0000	2/3/2023	Conflito de competência cível

Embargos de Declaração julgados na sessão de 1º/8/23 da 2ª Seção, acórdão publicado em 9/8/23. Certificado o trânsito em julgado, o feito foi arquivado em 5/9/23.		
5005366-07.2023.4.03.0000	3/3/2023	Conflito de competência cível
Embargos de Declaração julgado na sessão de 5/9/23 da 2ª Seção. Acórdão assinado em 6/9/23, comunicado aos Juízos suscitante e suscitado e enviado para publicação no DJEN.		
5016497-47.2021.4.03.0000	19/7/2021	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Trata-se de IRDR que se encontrava na secretaria com prazo em curso em razão das intimações da decisão Id 277133160. Decorridos os prazos em 27 de julho de 2023, os autos foram remetidos à conclusão da relatora. Atualmente localizado no gabinete na tarefa "(Sessão - ED) Preparar relatório e voto"		
5026691-09.2021.4.03.0000	27/10/2021	Conflito de competência cível
Embargos de Declaração opostos em 18/5/23. Em 17/7/23, a Des. Fed. Relatora proferiu despacho intimando a parte embargada para manifestação acerca dos embargos opostos, nos termos do art. 1023, § 2º do CPC. Decorridos os prazos, sem manifestação, os autos foram enviados conclusos em 8/8/23.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados e são eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Fazer conclusão dos autos em 30 dias

0003936-23.1995.4.03.6100	5015807-18.2021.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) Cumprir decisão

0004248-72.2009.4.03.0000

A Subsecretaria administra a realização de 5 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2022 a julho/2023 50 sessões, todas ordinárias (não houve cancelamento de sessões no período).

A unidade ainda administra sessões virtuais e sessões presenciais. Em regra, as 1ª e 2ª Seções realizam uma sessão por mês, alternadamente virtual e presencial. A 3ª Seção realiza uma sessão virtual e outra presencial a cada mês. Finalmente, a 4ª Seção realiza majoritariamente sessões presenciais.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 58 processos inspecionados, apenas 3 se encontravam com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Wanderley Francisco de Souza, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor: *processar e julgar, no âmbito das respectivas áreas de especialização, os conflitos de competência; o incidente de assunção de competência; as revisões criminais e feitos criminais originários, ressalvados os de competência do Órgão Especial e das Turmas; as ações rescisórias dos julgados de primeiro grau, bem como os da própria Seção ou das respectivas Turmas; os embargos infringentes nas ações rescisórias de seus próprios julgados; as questões incidentes em processos da competência das Turmas da respectiva área de especialização, que a elas hajam sido submetidas; as suspeições levantadas contra os Desembargadores Federais do Tribunal, salvo em se tratando de processo da competência do Plenário; os incidentes de resolução de demandas repetitivas, no âmbito das respectivas áreas de especialização; as reclamações propostas para a preservação de sua competência ou para a garantia de sua autoridade; e, ainda, estabelecer precedentes da jurisprudência uniforme das Turmas.*

A Subsecretaria das Seções possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional.

São observadas as disposições da Resolução n. 481/CNJ. A equipe, formada por 16 servidores, realiza um rodízio no regime de teletrabalho parcial. Há duas lactentes em teletrabalho integral que posteriormente retornarão ao teletrabalho parcial.

O serviço é distribuído aos servidores de acordo com a divisão de atuação. Há duas divisões de julgamento, uma para 1ª e 4ª Seções, e outra para a 2ª e 3ª Seções, com atribuições a partir da inclusão do processo em pauta de julgamento; e uma divisão de processamento, responsável pelas quatro seções, com atribuição principal de cumprimento de decisões monocráticas e despachos dos relatores. Em cada divisão, o serviço é distribuído de acordo com o dígito, de forma que há uma partilha equânime das tarefas.

O controle dos pedidos de vista em sessões é realizado por meio de planilha, não havendo tal ferramenta no PJe.

O atendimento ao público externo é realizado de forma presencial no balcão, bem como virtual.

Não há neste momento processos físicos na unidade, mas de forma bastante esporádica podem aportar no setor processos físicos oriundos de gabinetes.

Todas as intimações são feitas automaticamente por meio do PJe; nos raros processos físicos que eventualmente tramitam na unidade, as intimações são realizadas por meio do Diário Eletrônico.

A unidade apresenta como dificuldade somente as limitações do PJe. Como exemplo, apresentou as dificuldades decorrentes dos processos sob sigilo. Nesses casos, muitas vezes quando são requeridas informações acerca de determinado processo, sequer é possível confirmar a sua existência. A unidade sugere que o sistema informasse ao menos o local onde o processo sigiloso tramitasse.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 8;
- b) manter as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade, dignos de elogios.

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 1ª SEÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção (UNI1)

1.2 Competência

Competência das Turmas integrantes da 1ª Seção, assim definida no art. 10, § 1º, do Regimento Interno do e. TRF-3: "À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos."

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Coordenador da Subsecretaria: Desembargador Federal Wilson Zauhy; Presidente da Primeira Turma: Desembargador Federal Wilson Zauhy; Presidente da Segunda Turma: Desembargador Federal Carlos Francisco.

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Marcelo Poço Reis - RF 3604; Cargo: Diretor da Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	21
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários	zero

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	1ª Turma: 29 / 2ª Turma: 16
-------------------------------	-----------------------------

Expedição carta/mandado/edital/ofício	de	1ª Turma: zero / 2ª Turma: 1 (conforme verificação no painel de tarefas da Subsecretaria do PJe em 1º/9/23 - dado não fornecido pela Divisão de Estatística)
Análise/triagem		1ª Turma: zero / 2ª Turma: 1 (conforme verificação no painel de tarefas da Subsecretaria do PJe em 1º/9/23 - dado não fornecido pela Divisão de Estatística)
Conclusão		1ª Turma: zero / 2ª Turma: zero (conforme verificação no painel de tarefas da Subsecretaria do PJe em 1º/9/23 - dado não fornecido pela Divisão de Estatística)
Extraviados/por restaurar		1ª Turma: 4 / 2ª Turma: zero (conforme verificação no painel de tarefas da Subsecretaria do PJe em 1º/9/23 - dado não fornecido pela Divisão de Estatística)
Em carga com prazo vencido		zero

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	1ª Turma: 1.829 / 2ª Turma: 908
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	1ª Turma: 10 / 2ª Turma: 14
Total	1ª Turma: 2.239 / 2ª Turma: 2.070

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1ª Turma: 9.068 / 2ª Turma: 8.453
Média de dias do julgamento à publicação	1ª Turma: 2 / 2ª Turma: 2
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1ª Turma: 14 / 2ª Turma: 170
Pendentes de publicação	1ª Turma: zero / 2ª Turma: 4
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	1ª Turma: não havia / 2ª Turma: 50331647420224030000 (acórdão lavrado em 27/7/23 - publicado em 1º/8/23)

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 60 dias	1ª Turma: 25 / 2ª Turma: 13

Há mais de 90 dias	1ª Turma: 1 / 2ª Turma: 1
Há mais de 120 dias	1ª Turma: 10 / 2ª Turma: 5

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

I - 1ª Turma: - 27/9/22 - Des. Fed. Hélio Nogueira (férias); - 11/10/22 - Des. Fed. Hélio Nogueira (férias); - 25/10/22, 22/11/22, 6/12/22 - Des. Fed. Hélio Nogueira (licença-médica); - 22/11/22 - Des. Fed. Wilson Zauhy (férias); - 14/2/23 - Juiz Federal Convocado Renato Becho (férias); - 6/6/23 - Des. Fed. Wilson Zauhy (férias). II - 2ª Turma: - 11/5/23 - Des. Fed. Renata Lotufo (participação em evento oficial promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), ocorrido em Brasília/DF, na mesma data); - 27/6/23 - Des. Fed. Carlos Francisco (férias); - 11/7/23 - Des. Fed. Giselle França (férias); - 25/7/23 - Des. Fed. Cotrim Guimarães (compensação de dia trabalhado em plantão de recesso).

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

- 1ª Turma: 24 sessões de julgamento (período de 21/8/22 a 21/8/23); - 2ª Turma: 31 sessões de julgamento (período de 21/8/22 a 21/8/23).

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. A Subsecretaria Unificada encontra-se estruturada em 4 Divisões (cada qual composta por um Diretor e quatro servidores), adotando como critério para divisão do trabalho o órgão julgador colegiado correspondente e a etapa de tramitação processual, de maneira que em cada uma das Turmas da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas) funcione uma divisão de coordenação e julgamento e uma divisão responsável pelo processamento dos feitos de sua competência. As Divisões de Julgamento executam tarefas de organização de pauta, triagem de processos pautados, intimações de pauta e de acórdão, lançamentos de resultados e anotações no painel eletrônico da sessão de julgamento, bem como anotação de inscrições de sustentação oral e preferência e demais trabalhos de organização das sessões de julgamento dos órgãos colegiados. Por sua vez, as atividades de processamento consistem em intimações e providências atinentes ao cumprimento de despachos e decisões, confecção de certidões cartorárias, controle de prazos, triagem e tramitação processual, certificação de trânsito em julgado e encaminhamento para baixa/arquivo. No tocante às rotinas internas de cada divisão, segue-se o critério de distribuição equitativa entre servidores da mesma divisão e, sempre que possível, de rodízio entre os tipos de atividade, de modo a evitar desequilíbrio do volume de trabalho entre os colegas e eventuais prejuízos à unidade pela ausência de algum deles, bem como para possibilitar o desenvolvimento abrangente das suas capacidades, reservando-se as tarefas de maior complexidade e que exijam grau de responsabilidade mais elevado ao Diretor de Subsecretaria e Diretores de Divisão, sendo estes responsáveis pelo correio eletrônico institucional da

Subsecretaria unificada e de suas Divisões de Julgamento. Ademais, há um servidor designado para atendimento ao público nos seus canais de atendimento: balcão presencial, Balcão Virtual e atendimento telefônico. Tendo em vista que o fluxo de processos na secretaria é contínuo e bastante variável de acordo com o volume de processos pautados ou recebidos dos gabinetes com despacho ou decisão, o planejamento das atividades visa ao cumprimento dos cronogramas de julgamentos das Turmas e à manutenção das rotinas em dia. Desse modo, são definidas metas por meio da distribuição de tarefas em cotas iguais entre colegas da equipe, para atividades de maior volume, como geralmente ocorre nas atividades das Divisões de Julgamento, ou então através da atribuição de determinada rotina para um servidor específico por período definido, o qual deverá entregá-la, sem pendências, ao colega que o sucederá na escala de revezamento semanal de tarefas, sendo este o sistema adotado, em regra, para as atividades de processamento. De modo geral, cada bloco de atribuições corresponde a determinadas tarefas do sistema PJe identificadas pela etapa de tramitação, cada qual com a respectiva quantidade de feitos que se encontram naquela situação, aos quais se agregam etiquetas de sistema para a identificação das demais informações úteis para a organização do acervo e sequência da tramitação.

4.2 Boas práticas e inovações

O uso intensivo de ferramentas de comunicação remota e de arquivos compartilhados em rede permitem a organização de um sistema de teletrabalho parcial eficiente para o quadro de servidores da Subsecretaria. Ademais, a elaboração de roteiros e tutoriais de procedimentos facilitam a padronização das atividades e a assimilação das rotinas pelos colegas. Também o rodízio das atividades das Divisões entre os seus componentes permite o desenvolvimento das suas habilidades e o conhecimento geral do fluxo de trabalho, além de facilitar a absorção das demandas na eventualidade da ausência de algum membro da equipe.

4.3 Dificuldades

Em que pese a constante e significativa evolução ao longo dos anos e o dedicado trabalho das equipes técnicas, o sistema PJe ainda carece de melhorias em suas funcionalidades e fluxos no tocante às Subsecretarias em rotinas tais como a identificação de processos pautados ou arquivados com petição pendente de apreciação, intimações de terceiros interessados e entes que não possuem procuradoria cadastrada no sistema PJe, confecção de certidões de julgamento de processos sobrestados ou com pedido de vista, por exemplo. No tocante aos recursos humanos, a priorização do encaminhamento de servidores recém nomeados aos gabinetes recém-criados tem dificultado a reposição das vagas abertas por motivo de aposentadorias ou mudanças de lotação internas. Observa-se, ainda, a baixa atratividade do programa de estágio oferecido pelo Tribunal, que fez com que o número de estagiários e o tempo de duração de cada vínculo tenham se tornado cada vez mais reduzidos, fatores que têm acarretado prejuízo à força de trabalho de órgãos processantes, os quais que têm expressivo volume de serviço, bem como função de atendimento ao público interno e externo.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

No período em que os processos tramitavam em autos físicos, a Subsecretaria efetuava o controle por meio de relatórios gerenciais do sistema SIAPRO que identificavam a fase de comunicação eletrônica de carga excedida, lançada automaticamente quando decorrido o prazo alimentado na respectiva guia de remessa. No entanto, diante da digitalização completa do acervo das Turmas, tais procedimentos entraram em desuso e foram substituídos pelo controle de prazos de intimação eletrônicos para as respectivas procuradorias, executado nas tarefas próprias do sistema PJe e na funcionalidade denominada aba Expedientes dos processos eletrônicos.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Em regra, o controle é realizado na rotina diária pelos próprios gabinetes, uma vez que tais situações correspondem a tarefas de sistema atribuídas aos perfis destes órgãos no fluxo do sistema PJe. Quando solicitado pelos gabinetes, são extraídos pela secretaria relatórios gerenciais indicativos de processos nessas condições.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Ambas as Turmas realizam sessões ordinárias de julgamento quinzenalmente, sendo, no mínimo, uma sessão presencial por mês. Ademais, tem sido realizadas sessões extraordinárias para julgamentos com quórum ampliado com frequência bimestral, no caso da Primeira Turma, e de quatro a seis meses, na Segunda Turma, de acordo com a quantidade de processos que cada órgão fracionário possui nessas condições.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

A organização da pauta de julgamento é balizada pelo Cronograma de Julgamentos de cada Turma, elaborado anualmente. Os gabinetes dos relatores efetuam a inclusão dos feitos na relação de julgamento até a data limite estipulada no referido cronograma para inclusão em pauta de determinada sessão, conforme seus critérios de prioridade e a quantidade de processos em termos para julgamento àquele momento. Na sequência, a secretaria procede ao fechamento da pauta no sistema, efetuando as intimações necessárias. Na Primeira Turma, as pautas são organizadas de maneira idêntica para sessões presenciais e virtuais, realizadas alternadamente. Na Segunda Turma, há pautas quinzenais para sessões eletrônicas, ao passo que as pautas de sessões presenciais são organizadas mensalmente com processos previamente selecionados pelos gabinetes, diante da manifestação de interesse dos advogados em realizar sustentação oral ou acompanhar o julgamento presencialmente, ou ainda pela indicação por algum dos integrantes da Turma para destaque.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Os servidores da unidade aptos para a realização de trabalho remoto, nos termos da Resolução PRES n. 565/2023, possuem planos de teletrabalho parcial em regime de gestão diferenciada, nos quais estão especificadas as suas metas de produtividade, e têm os dias da semana de comparecimento presencial organizados por escala de revezamento geral da Subsecretaria, de modo a respeitar o limite percentual máximo autorizado à unidade para a execução do trabalho remoto, em conformidade com as normas da Resolução PRES n. 565/2023 deste e. Tribunal , e da Resolução n. 481/CNJ.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento às partes e procuradores pode ser realizado no balcão presencial, Balcão Virtual, bem como por telefone ou e-mail. No balcão presencial da secretaria e no Balcão Virtual, há um servidor responsável para o atendimento inicial, o qual conta com o apoio de manual de atendimento da unidade e da comunicação em canal próprio de comunicação interna, via aplicativo, para sanear eventuais dúvidas, e efetuar encaminhamentos específicos para a Divisão responsável. Por sua vez, o atendimento via e-mail é realizado pela respectiva diretoria de divisão responsável pela conta institucional. Nos dias de sessões presenciais, os servidores da divisão de julgamento iniciam o atendimento aos advogados inscritos no recinto de sessões com uma hora de antecedência, a fim de confirmar suas inscrições e respectivos dados, bem como a regularidade da representação processual, o que também é realizado por meio da plataforma MS Teams de videoconferência, no caso de advogados domiciliados fora da sede do Tribunal, com os quais também se interage pelo chat da videoconferência durante o curso da sessão de julgamento. Os atendimentos são realizados por ordem de chegada, em regra e, em caráter preferencial, para pessoas idosas ou com necessidades especiais. Em caso de solicitação de consulta a processo sigiloso, bem como diante da solicitação de carga de qualquer processo, verifica-se a regular constituição nos autos do advogado ou estagiário, mediante a apresentação de carteira da OAB.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0023806-69.2013.4.03.6182	26/4/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: Acórdão lavrado em 3/8/2023, e intimação das partes efetuada em 4/8/23, via sistema, sendo todas elas representadas por procuradoria cadastrada no PJe. Aguardando decurso de prazo em secretaria.

5000414-79.2019.4.03.6125	1º/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos do dia 29/8/2023 e retirado de pauta por determinação do relator. Não foi proferida decisão ou acórdão anterior após a redistribuição dos autos à 1ª Turma.		
5002594-25.2019.4.03.6107	17/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos do dia 29/8/2023 e retirado de pauta por determinação do relator. Não foi proferida decisão ou acórdão anterior durante a tramitação na 1ª Turma.		
5007310-48.2021.4.03.6100	30/8/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos do dia 12/9/2023. Não foi proferida decisão ou acórdão anteriormente à redistribuição à 1ª Turma.		
5002165-09.2020.4.03.6112	9/11/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida pelo Des. Fed. Marcelo Saraiva, da 4ª Turma, determinando a redistribuição do feito em virtude de impedimento, não publicada pela subsecretaria responsável. Não foi lavrado acórdão na 2ª Turma. Processo incluído na pauta da sessão ordinária virtual que será realizada em 3/10/2023.		
5026270-52.2021.4.03.6100	23/2/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida pelo Des. Fed. Marcelo Saraiva, da 4ª Turma, determinando a redistribuição do feito em virtude de impedimento, não publicada pela subsecretaria responsável. Incluído na pauta de julgamentos do dia 29/8/2023 e retirado por determinação do relator.		
0001963-67.2013.4.03.0000	1º/2/2013	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 4/11/20, publicado em 7/11/20. Decisão da Vice-Presidência que determinou a devolução à Turma para restauração de autos, proferida em 6/11/22, não publicada pela UVIP. Incluído na pauta da sessão ordinária virtual que será realizada em 17/10/2023.		
0036433-66.2009.4.03.0000	13/10/2009	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo devolvido à Vice-Presidência, após decisão que efetuou juízo negativo de retratação, proferida em 28/6/22, da qual foram intimados a União, via sistema, e os agravados, por intimação pessoal, uma vez que não possuem advogado constituído nos autos.		
5001926-03.2023.4.03.0000	1º/2/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo está na contadoria desde 26/4/23, e a publicação da decisão ocorrerá após a elaboração dos cálculos, conforme determinação exarada na decisão id 273101618, proferida em 26/4/23. Autos solicitados para intimação do INSS via sistema, e devolvidos à Contadoria para elaboração dos cálculos		
5001581-35.2022.4.03.6123	19/5/2023	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 10/8/23, e publicado em 16/8/2023. Decisão proferida em 24/5/23 determinou apenas a devolução dos autos ao relator após análise de prevenção.		
0008621-77.2012.4.03.6100	23/10/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão ordinária virtual que será realizada em 5/9/2023.		

5013694-33.2017.4.03.0000	3/8/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão de deferimento parcial de antecipação de tutela proferida em 6/12/17, tendo os autos permanecido suspensos de 5/2/20 a 11/4/23, conforme decisão proferida em 5/9/19. Autos conclusos desde 11/4/23.		
0005161-78.2014.4.03.0000	9/5/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos para julgamento em 15/7/22, após interposição de agravo interno. Despacho exarado em 31/7/23 determinou intimação da agravada para resposta ao agravo, retornando à conclusão em 25/8/23. Aguarda inclusão em pauta.		
0001041-53.2013.4.03.6102	18/8/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno ainda não julgado, pois o processo está sobrestado desde 17/3/2022, conforme determinação.		
0002112-69.2013.4.03.6109	22/7/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno ainda não julgado, pois o processo está sobrestado desde 8/3/2021, conforme determinação.		
0003983-24.2014.4.03.6102	31/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno julgado na sessão de 8/8/2023. Autos em secretaria aguardando decurso de prazos das partes com relação ao acórdão lavrado em 10/8/23.		
0015941-09.2016.4.03.0000	26/8/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno ainda não julgado, pois o processo está sobrestado desde 29/8/18, conforme determinação.		
5001945-53.2016.4.03.0000	6/10/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno ainda não julgado, pois o processo está sobrestado desde 5/8/2019, conforme determinação.		
5015356-32.2017.4.03.0000	24/8/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo arquivado equivocadamente e desarquivado em 30/8/2023, determinação do relator, para regularização de tramitação. Decisão com intimação das partes para se manifestar sobre o agravo legal proferida na mesma data. Aguardando decurso de prazo para as partes.		
5026706-50.2017.4.03.6100	18/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 17/12/2019, conforme determinação.		
5000685-33.2019.4.03.0000	18/1/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos do dia 12/9/2023.		
5001556-28.2018.4.03.6134	13/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 5/11/2019, conforme determinação.		
0015865-23.2013.4.03.6100	22/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 19/2/2020, conforme determinação.		
0005430-41.2014.4.03.6104	7/3/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 27/2/2020, conforme determinação.		
5000285-17.2017.4.03.6005	19/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em sessão de julgamento realizada em 8/8/2023. Acórdão publicado em 16/8/23. Autos em secretaria com prazo em curso para as partes.		
0003945-48.2010.4.03.6103	23/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retirado de pauta na sessão de 22/8/23, com determinação de suspensão do processo proferida em decisão de 24/8/23. Aguarda em secretaria o decurso de prazo para a manifestação das partes.		
5002994-18.2019.4.03.6114	11/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Iniciado o julgamento na sessão de 22/8/23, restando suspenso, nos termos do art. 942-CPC. Aguarda inclusão em pauta para prosseguimento do julgamento.		
5002387-84.2020.4.03.6141	27/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Há determinação de suspensão do processo, conforme decisão proferida em 24/8/23. Autos em secretaria com prazo em curso para a manifestação das partes.		
5002386-02.2020.4.03.6141	15/12/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento iniciado na sessão de julgamento de 1º/8/23, suspenso, nos termos do art. 942-CPC. Incluído na pauta de julgamentos do dia 12/9/2023.		
5031998-46.2018.4.03.0000	18/12/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Certificação de trânsito em julgado de decisão que julgou prejudicado o recurso em 1º/8/2023, com arquivamento dos autos em 7/8/23.		
5000047-92.2022.4.03.0000	4/1/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 4/7/2023. Transito em julgado certificado em 30/8/2023 e autos arquivados.		
5020960-70.2018.4.03.6100	1º/8/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão transitou em julgado em 31/7/2023 e o processo remetido ao juízo de origem com baixa definitiva em 2/8/23.		
5000145-89.2017.4.03.6002	26/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão do dia 29/8/2023. Acórdão publicado em 5/9/23. Autos em secretaria com prazo em curso.		
5006341-29.2023.4.03.0000	10/3/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Conclusão dos autos regularizada em 28/8/23. Autos estavam localizados desde 13/3/2023 em uma tarefa do perfil antigo da Subsecretaria da 2ª Turma, devido a um erro do fluxo do sistema PJe2.		
5002291-57.2023.4.03.0000	6/2/2023	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão que não conheceu do incidente, proferida em 13/7/23, transitou em julgado em 16/8/2023, tendo sido o processo arquivado definitivamente, por tratar-se de processo originário desta Corte.		
5001572-40.2017.4.03.6126	1º/12/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: Autos recebidos em secretaria, em 29/8/2023, para cumprimento da determinação contida no r. despacho ID: 30696628. União Federal devidamente intimada através de ato ordinatório, tendo em vista falha no fluxo do sistema PJe2, conforme chamado ID: 10607398.		
0029786-79.2014.4.03.0000	1º/12/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados pelo gabinete do relator. Encaminhados à Subsecretaria para envio à Vice-Presidência, tendo em vista o recurso especial interposto, em 31/8/23.		
5004650-29.2018.4.03.6119	16/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Após o encaminhamento dos autos da distribuição diretamente ao gabinete do relator, houve tramitação de consulta de prevenção entre o gabinete do relator e da Des. Fed. Consuelo Yoshida, sem passagem pela secretaria. Movimentação para regularização da conclusão efetuada em 30/8/23.		
0015536-06.2013.4.03.6134	31/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 18/12/2019, conforme despacho proferido em 5/12/19.		
0015159-35.2013.4.03.6134	7/6/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado em secretaria, desde 11/11/2019, conforme decisão proferida em 14/10/19.		
0006485-39.2014.4.03.6100	2/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 10/2/2020, conforme determinação proferida em despacho exarado em 25/11/19.		
0002290-06.2017.4.03.6100	14/5/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos remetidos diretamente da UFOR ao gabinete do relator, após redistribuição, em 11/6/20. Movimentação do gabinete para a secretaria, com posterior conclusão, em 30/8/23.		
5001693-03.2018.4.03.6104	10/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos remetidos, após redistribuição por prevenção, para processamento, para o gabinete do relator, em 21/11/2018, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
5004048-80.2019.4.03.6126	16/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 1º/7/2020, conforme determinação proferida em decisão exarada em 4/6/20.		
5001272-07.2019.4.03.6127	7/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 25/6/2020, conforme determinação.		
5004281-77.2019.4.03.6126	7/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado em secretaria desde 25/6/2020, conforme decisão proferida em 29/5/20.		
5004414-43.2019.4.03.6119	23/10/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 15/6/2020, conforme determinação proferida em decisão exarada em 13/5/20.		
5001552-81.2018.4.03.6104	30/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 15/6/2020, conforme determinação contida na decisão exarada em 13/5/20.		
5005057-71.2019.4.03.6128	6/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 3/6/2020, conforme determinação proferida em decisão exarada em 31/3/20.		
5026635-48.2017.4.03.6100	24/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 30/7/2020, sem movimentação posterior nesta secretaria.		
5001154-61.2019.4.03.6117	27/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 31/7/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0000429-87.2014.4.03.6003	28/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 3/8/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0000249-77.2015.4.03.9999	15/1/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 4/8/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
5000021-09.2019.4.03.6141	26/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 3/8/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
5007289-34.2019.4.03.6103	30/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 3/8/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
5009643-41.2019.4.03.6100	27/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 30/7/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0000039-15.2017.4.03.6100	15/8/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, 10/8/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0000860-62.2012.4.03.6110	23/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 2/9/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0002689-10.2015.4.03.6325	21/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado em secretaria, desde 24/8/2020, conforme decisão proferida em 27/7/20		
0012838-32.2013.4.03.6100	2/7/2014	Apelação Cível

Observação/Providência: Autos retirados da pauta da sessão de 15/6/2021, localizados no gabinete do relator, conforme fluxo do sistema PJe, sem movimentação posterior para a secretaria.		
0009125-13.2013.4.03.6112	19/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 24/9/2021, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0028404-36.2004.4.03.6100	16/10/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 31/8/2020, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0011755-08.2009.4.03.6104	19/5/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos diretamente da UFOR ao gabinete do relator, com as fases processuais referentes à decisão de declinação de competência lançadas posteriormente pelo sistema. Regularização da fase de conclusão em 28/8/23. Intimação do MPF efetuada em 5/9/23 em cumprimento a despacho.		
0069177-86.1992.4.03.9999	20/11/1992	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram encaminhados para a Vice-Presidência em 1994, com certidão de autos findos lançada em 2022.		
0008814-79.2005.4.03.6119	19/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos, após redistribuição, para processamento, para o gabinete do relator em 16/4/2021, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0028459-50.2005.4.03.6100	17/11/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Fase de conclusão regularizada em 29/8/23. Autos haviam sido remetidos diretamente do Gabinete da Conciliação para o gabinete do relator em 6/6/22.		
0011669-87.2007.4.03.6110	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados em 30/3/21 após lavratura de acórdão que anulou sentença para complementação de perícia. Devolução dos autos ao Tribunal diretamente ao gabinete do relator. Movimentação para regularização da conclusão em 28/8/23.		
0000956-22.2013.4.03.6117	4/6/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo está sobrestado na Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência desde 1º/6/2020.		
0003454-63.2009.4.03.6107	5/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados em suporte físico à 1ª Instância, local onde foram devidamente digitalizados, sem posterior movimentação no Tribunal. Os autos de n. 000023508.2010.4.03.6107, apensados a estes, tramitaram, ainda fisicamente na 2ª Turma, com trânsito em julgado certificado em 26/3/2018.		
0007151-11.2003.4.03.6105	21/2/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos retirados da pauta da sessão de 21/3/2023, localizados no gabinete do relator, conforme fluxo do sistema PJe, sem movimentação posterior para a secretaria.		
0003711-11.2011.4.03.6110	20/7/2012	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Autos retirados da pauta da sessão de 21/3/2023, localizados no gabinete do relator, conforme fluxo do sistema PJe, sem movimentação posterior para a secretaria.		
0028157-17.2012.4.03.9999	16/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de carta precatória perante o TRF-6, expedida em 11/4/23.		
5006776-71.2021.4.03.0000	31/3/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos remetidos, para processamento, diretamente da distribuição para o gabinete do relator, em 5/4/2021, sem movimentação posterior para esta subsecretaria.		
0011067-77.2008.4.03.6105	13/7/2012	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Recebimento dos autos em secretaria em 29/8/23, e realização de conclusão, em 30/8/23. Autos se encontravam no gabinete após a retirada de pauta em 17/5/23.		
0002933-20.2006.4.03.6109	28/5/2009	Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguarda prazo de vista ao MPF para manifestação relativamente a ofício da Procurador da Fazenda Nacional, expedido em cumprimento a despacho exarado em 24/8/23, após retirada de pauta da sessão de 1º/8/23.		
0002201-63.2012.4.03.6130	31/7/2013	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Após devolução à Turma para juízo de retratação, foi incluído na pauta de julgamento de 1º/8/23, e posteriormente retirado de pauta. Em 14/8/23, proferida decisão determinando sobrestamento (Tema 985), aguardando decurso de prazos previsto para 6/9/23.		
0011984-91.2011.4.03.6105	10/7/2012	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Detectado erro de fluxo no sistema PJe2. Autos foram devidamente encaminhados ao gabinete do relator através da abertura do chamado de TI n. 10607296. Processo em andamento com publicação de despacho para manifestação das partes e providências relativas à restauração dos autos.		
0013673-84.2013.4.03.0000	12/6/2013	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração não foram julgados ainda porque o processo está sobrestado, desde 3/7/2020, conforme determinação		
0027878-50.2015.4.03.0000	27/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração ainda não julgados, pois o processo está sobrestado desde 14/5/2020, conforme determinação.		
0029163-88.2009.4.03.0000	21/8/2009	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados. Acórdão publicado em 17/8/23, contando prazo em secretaria.		
5018289-75.2017.4.03.0000	27/9/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 5/10/2018, conforme determinação exarada em despacho de 5/10/17, mantida em sede de embargos de declaração rejeitados pelo relator em 23/8/18.		
0002761-26.2011.4.03.6102	21/11/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos sobrestados conforme decisão proferida em 4/8/20.		

5004202-17.2017.4.03.0000	17/4/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 3/2/2020, conforme determinação proferida em despacho exarado em 2/3/18, mantida em decisão que rejeitou embargos de declaração opostos.		
5008673-76.2017.4.03.0000	9/6/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Conforme r. decisão proferida nos autos em questão em 11/3/20, os embargos de declaração foram julgados prejudicados, com determinação de suspensão do presente agravo de instrumento. Autos sobrestados desde 4/6/20.		
0020613-60.2016.4.03.0000	16/11/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração ainda não julgados, pois o processo está sobrestado desde 26/2/2019, conforme determinação.		
0024126-75.2012.4.03.0000	15/8/2012	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração ainda não julgados, pois o processo está sobrestado desde 15/4/2021, conforme determinação.		
5007436-40.2017.4.03.6100	19/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração ainda não julgados, pois o processo está sobrestado no perfil da Subsecretaria da 2ª Turma, desde 24/1/2020, conforme determinação.		
0003819-31.2015.4.03.6100	12/4/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo está sobrestado desde 11/5/2020, conforme determinação.		
5024850-17.2018.4.03.6100	11/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado, desde 10/7/2020, conforme determinação.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Os processos relacionados no quadro a seguir tiveram o registro de remessa diretamente da distribuição para o gabinete do relator sem passarem pela secretaria e, como até o momento não foi dado o recebimento pelo gabinete, o sistema gerou o apontamento de forma equivocada, indicando erroneamente que estariam paralisados na Secretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção.

0000039-15.2017.4.03.6100	0000860-62.2012.4.03.6110	0009125-13.2013.4.03.6112
0012838-32.2013.4.03.6100	0028404-36.2004.4.03.6100	5000021-09.2019.4.03.6141
5001154-61.2019.4.03.6117	5001693-03.2018.4.03.6104	5006776-71.2021.4.03.0000
5007289-34.2019.4.03.6103	5009643-41.2019.4.03.6100	

A Subsecretaria administra a realização de 4 sessões por mês. Cada uma das turmas realiza sessões ordinárias de julgamento quinzenalmente, sendo, no mínimo, uma sessão presencial por mês. São realizadas, ainda, sessões extraordinárias bimestrais para a Primeira Turma e a cada quatro ou seis meses para a Segunda Turma, para julgamento com quórum ampliado.

Entre 21/8/2022 e 21/8/2023 foram realizadas 54 sessões, assim discriminadas:

- 1ª Turma: 18 sessões ordinárias e 5 sessões extraordinárias de julgamento;
- 2ª Turma: 23 sessões ordinárias e 8 sessões extraordinárias de julgamento.

Segundo informação prestada pela unidade inspecionada, em regra, são realizadas 1 sessão ordinária presencial e 1 sessão ordinária virtual por mês na 1ª Turma, e 1 sessão ordinária presencial e 2 sessões ordinárias virtuais por mês na 2ª Turma (uma das quais em data coincidente com a da sessão presencial).

No período, foi cancelada apenas uma sessão da 2ª Turma, agendada para a data de 15/9/2022.

Sessões realizadas nos últimos 12 meses foram realizadas:

- 1ª Turma: 13 sessões presenciais/videoconferência e 10 sessões virtuais de julgamento;
- 2ª Turma: 8 sessões presenciais/videoconferência e 23 sessões virtuais de julgamento.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 60 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo(a) Diretor(a) Marcelo Poço Reis, Diretor da Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela unidade.

Como informado no item 4.1, a “Subsecretaria Unificada encontra-se estruturada em 4 Divisões (cada qual composta por um Diretor e quatro servidores), adotando como critério para divisão do trabalho o órgão julgador colegiado correspondente e a etapa de tramitação processual, de maneira que em cada uma das Turmas da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas) funcione uma divisão de coordenação e julgamento e uma divisão responsável pelo processamento dos feitos de sua competência.

As Divisões de Julgamento executam tarefas de organização de pauta, triagem de processos pautados, intimações de pauta e de acórdão, lançamentos de resultados e anotações no painel eletrônico da sessão de julgamento, bem como anotação de inscrições de sustentação oral e preferência e demais trabalhos de organização das sessões de julgamento dos órgãos colegiados.

Por sua vez, as atividades de processamento consistem em intimações e providências atinentes ao cumprimento de despachos e decisões, confecção de certidões cartorárias, controle de prazos, triagem e tramitação processual, certificação de trânsito em julgado e encaminhamento para baixa/arquivo.

No tocante às rotinas internas de cada divisão, segue-se o critério de distribuição equitativa entre servidores da mesma divisão e, sempre que possível, de rodízio entre os tipos de atividade, de modo a evitar desequilíbrio do volume de trabalho entre os colegas e eventuais prejuízos à unidade pela ausência de algum deles, bem como para possibilitar o desenvolvimento abrangente das suas capacidades, reservando-se as tarefas de maior complexidade e que exijam grau de responsabilidade mais elevado ao Diretor de Subsecretaria e Diretores de Divisão, sendo estes responsáveis pelo correio eletrônico institucional da Subsecretaria unificada e de suas Divisões de Julgamento. Ademais, há um servidor designado para atendimento ao público nos seus canais de atendimento: balcão presencial, Balcão Virtual e atendimento telefônico. Tendo em vista que o fluxo de processos na secretaria é contínuo e bastante variável de acordo com o volume de processos pautados ou recebidos dos gabinetes com despacho ou decisão, o planejamento das atividades visa ao cumprimento dos cronogramas de julgamentos das Turmas e à manutenção das rotinas em dia. Desse modo, são definidas metas por meio da distribuição de tarefas em cotas iguais entre colegas da equipe, para atividades de maior volume, como geralmente ocorre nas atividades das Divisões de Julgamento, ou então através da atribuição de determinada rotina para um servidor específico por período definido, o qual deverá entregá-la, sem pendências, ao colega que o sucederá na escala de revezamento semanal de tarefas, sendo este o sistema adotado, em regra, para as atividades de processamento. De modo geral, cada bloco de atribuições corresponde a determinadas tarefas do sistema PJe identificadas pela etapa de tramitação, cada qual com a respectiva quantidade de feitos que se encontram naquela situação, aos quais se agregam etiquetas de sistema para a identificação das demais informações úteis para a organização do acervo e sequência da tramitação.”

De acordo com a informação prestada no ítem 5.1, os servidores da unidade possuem planos de teletrabalho parcial em regime de gestão diferenciada, nos quais estão especificadas as suas metas de produtividade, e têm os dias da semana de comparecimento presencial organizados por escala de revezamento geral da Subsecretaria, de modo a respeitar o limite percentual máximo autorizado à unidade para a execução do trabalho remoto, em conformidade com as normas da Resolução PRES n. 565/2023 deste e. Tribunal , e da Resolução n. 481/CNJ.

O atendimento às partes e procuradores pode ser realizado no balcão presencial, Balcão Virtual, bem como por telefone ou e-mail. No balcão presencial da secretaria e no Balcão Virtual, há um servidor responsável para o atendimento inicial, o qual conta com o apoio de manual de atendimento da unidade e da comunicação em canal próprio de comunicação interna, via aplicativo, para sanear eventuais dúvidas, e efetuar encaminhamentos específicos para a Divisão responsável. Por sua vez, o atendimento via e-mail é realizado pela respectiva diretoria de divisão responsável pela conta institucional. Nos dias de sessões presenciais, os servidores da divisão de julgamento iniciam o atendimento aos advogados inscritos no recinto de sessões com uma hora de antecedência, a fim de confirmar suas inscrições e respectivos dados, bem como a

regularidade da representação processual, o que também é realizado por meio da plataforma MS Teams de videoconferência, no caso de advogados domiciliados fora da sede do Tribunal, com os quais também se interage pelo chat da videoconferência durante o curso da sessão de julgamento. Os atendimentos são realizados por ordem de chegada, em regra e, em caráter preferencial, para pessoas idosas ou com necessidades especiais. Em caso de solicitação de consulta a processo sigiloso, bem como diante da solicitação de carga de qualquer processo, verifica-se a regular constituição nos autos do advogado ou estagiário, mediante a apresentação de carteira da OAB.

Quanto às dificuldades enfrentadas pela unidade, foi informado que, em que pese a constante e significativa evolução ao longo dos anos e o dedicado trabalho das equipes técnicas, o sistema PJe ainda carece de melhorias em suas funcionalidades e fluxos no tocante às Subsecretarias em rotinas tais como a identificação de processos pautados ou arquivados com petição pendente de apreciação, intimações de terceiros interessados e entes que não possuem procuradoria cadastrada no sistema PJe, confecção de certidões de julgamento de processos sobrestados ou com pedido de vista, por exemplo. No tocante aos recursos humanos, a priorização do encaminhamento de servidores recém nomeados aos gabinetes recém-criados tem dificultado a reposição das vagas abertas por motivo de aposentadorias ou mudanças de lotação internas. Observa-se, ainda, a baixa atratividade do programa de estágio oferecido pelo Tribunal, que fez com que o número de estagiários e o tempo de duração de cada vínculo tenham se tornado cada vez mais reduzidos, fatores que têm acarretado prejuízo à força de trabalho de órgãos processantes, que têm expressivo volume de serviço, bem como função de atendimento ao público interno e externo.

Quanto às recomendações da inspeção realizada no ano de 2022, a unidade inspecionada já havia informado ao Conselho da Justiça Federal o cumprimento das pendências, o que constou da Certidão - CEINSP – SEI 0002107-61.2022.4.90.8000 que trata da inspeção no TRF3 – Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção, cujo arquivamento foi determinado por despacho.

10. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação específica a ser feita, devendo a unidade manter as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados, que são dignos de elogios.

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 2ª SEÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria Unificada de Turmas da Segunda Seção - UNI2

1.2 Competência

Processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; ensino superior; inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção. Às Turmas compete processar e julgar, dentro da respectiva área de especialização: I - os habeas corpus, quando a autoridade coatora for Juiz Federal ou outra autoridade sujeita diretamente à jurisdição do Tribunal; II - em grau de recurso, as causas decididas pelos Juízes Federais, e pelos Juízes Estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição (art. 108, II, da Constituição Federal); III - as exceções de suspeição e impedimentos contra Juiz Federal. IV - os mandados de segurança contra atos de Juizes; V - as reclamações propostas para a preservação de sua competência ou para a garantia de sua autoridade.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Pres. da 3ª Turma - Nery Junior; Pres. da 4ª Turma: Mônica Nobre; Pres. da 6ª Turma: Souza Ribeiro. Coordenador da Subsecretaria Unificada (RES CATRF3R n. 119, de 10 de novembro de 2020) - Nery Junior

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Eneida Gagete - Diretora da Subsecretaria Unificada de Turmas da Segunda Seção

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	35 (sendo 2 duas servidoras em caráter provisório, pois serão lotadas nos novos gabinetes a partir de 11/9/2023)
Estagiários	4

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	4ª Turma: 16, 6ª Turma: 28 Total: 44 (dados obtidos no painel PJe em 6/9/23) Dados do BI, de 31/7: 3ª Turma: 39, 4ª Turma: 42; 6ª Turma: 81. Total: 162
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Análise/triagem	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Conclusão	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Em carga com prazo vencido	0
Extraviados/por restaurar	14, sendo 8 baixados em diligência e 6 em processamento (dados obtidos a partir do painel do PJe em 6/9/2023)

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Total	18.241 (dados obtidos pelo BI posição 31/7/2023)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	16.940 (dados obtidos pelo BI posição 31/7/2020)
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	160 (dados obtidos pelo BI posição 31/7/2023)

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	3ª T: 10.422; 4ª T: 14.374; 6ª T: 8.021
Média de dias do julgamento à publicação	3ªT: 2 dias; 4ª T: 3; 6ª T: 2;
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	3ª T 199; 4ª T: 394; 6ª T: 7
Pendentes de publicação	3ª T: 1; 4ª T: 3; 6ª T:63 (dados do BI de 31/7/23)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	5003792-93.2020.4.03.6000 - Foi disponibilizado no DJEN em 28/4/2023, mas o sistema não lançou fase, devido à ciência assinalada pela advogada, anterior à publicação. 4ª T: 5001189-89.2018.4.03.6138 - já publicado em 2/8/23: 6ª T - 5000327-21.2021.4.03.6007 - proc. já baixado. Não foi publicado no

DJEN, pois a intimação foi pessoal para ambas as partes.
--

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 60 dias	3ª Turma: 112, sendo apenas 13 aguardando providências; 4ª Turma: 86, sendo apenas 14 aguardando providências; 6ª Turma: 74, sendo 37 para providências
Há mais de 90 dias	3ª Turma: 14 sendo apenas 1 aguardando providência (0000716-8020204039999 bx competência delegada); 4ª Turma: 36, sendo 8 para providências; 6ª Turma 11, sendo 6 para providências
Há mais de 120 dias	14, sendo apenas 1 aguardando providência (0000501-3620224039999 bx. competência delegada); 4ª Turma; 121, sendo 21 para providências; 6ª Turma: 31, sendo 5 para providência

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

3ª Turma: Des. Fed. Nery Junior - 13/9/2022, 21/9/2022, 5/10/2022, 1º/2/2023, 15/2/2023, 5/7/2023 e 19/7/2023 e 2/8/2023 - Férias; Des. Fed. Consuelo Yoshida: 19/7/2023 - Férias; Des. Fed. Carlos Delgado: 7/6/2023 - compensação - portaria 2916/2023 e 21/6/2023 - participação em Congresso e 19/7/23- Férias. 4ª Turma: Des. Fed. Marcelo Saraiva: 15/9/2022, 12/12/2022, 10/4/2023, 4/5/2023 - férias; André Nabarrete: 2/2/2023, 16/2/2023, 2/3/2023 - férias; Des. Fed. Marli Ferreira: 29/9/2022 - licença para tratamento de pessoa da família, 18/5/2023 e 1º/6/2023 - férias; Des. Fed. Mônica Nobre: 6/7/2023 e 20/7/2023 - férias. 6ª Turma: Des. Fed. Souza Ribeiro: 15/12/2022, 25/5/2022 - férias; Des. Fed. Mairan Maia: 25/5/2023 e 13/7/2023 - férias. 21/8/2023 - licença para tratamento de pessoa da família (Ato Pres. 4932/23) e 21/8/2023 - participação em inspeção do CJF em outro tribunal; Des. Fed. Johonsom di Salvo: 11/5/2023 - férias; Des. Fed. Valdeci dos Santos: 13/7/2023 - férias.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

3ª Turma – 24; 4ª Turma - 24; 6ª Turma - 22 (setembro/2022 a agosto/2023).

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle dos processos dentro de cada tarefa é uma preocupação muito constante, tendo em conta a quantidade de decisões e despachos recebidos diariamente. Desta forma, foi estabelecida uma padronização de etiquetas com a finalidade de identificar prazos e ações a serem executadas. O controle de petições juntadas é feito pela Divisão de Triagem por meio da funcionalidade "agrupadores" e

também dos Relatórios Gerenciais disponíveis. Os recursos de embargos de declaração e agravo interno tem sua tempestividade certificada e são processados na mesma semana da sua juntada. Quando da entrada das contrarrazões ou após o decurso do prazo para tanto, o processo normalmente é remetido à conclusão até o dia útil seguinte. Quanto às centenas de propostas de acordo que tem sido ofertadas, é levantado o sobrestamento e remetidos os feitos à conclusão. Periodicamente é gerado relatório gerencial para checar a entrada de petições em processos arquivados e sobrestados. O trânsito em julgado dos agravos de instrumento também vem sendo certificado em prazo razoável. Todos os processos que chegam dos gabinetes com decisões são triados em até 1 dia a fim de serem verificadas as providências que deverão ser adotadas, selecionando as urgências que devam ser tratadas. Cada servidor é responsável por determinados processos de acordo com o número do final, de modo a proporcionar uma divisão razoavelmente equânime entre todos. Algumas tarefas, no entanto, são distribuídas a servidores específicos. A maioria dos servidores trabalha na modalidade de trabalho não presencial parcial, nos termos autorizados pela presidência desta Corte. A comunicação e a interação entre todos e entre os servidores e a chefia é realizada por meio de reuniões. Após a uniformização de procedimentos das três subsecretarias originárias, estabeleceu-se uma padronização de etiquetas de controle, de acordo com cada tarefa. Aliada a isto, a verificação de processos mais antigos dentro de determinada tarefa é outro meio de controle que objetiva a celeridade do processamento. Para controle de processos sem movimentação, fazemos uso dos Relatórios Gerenciais do PJe.

4.2 Boas práticas e inovações

Padronização de etiquetas de controle; relatórios gerenciais extraídos periodicamente para detecção de petições, triagem diária de decisões urgentes recebidas dos gabinetes, rodízio de servidores no atendimento do balcão virtual, reuniões periódicas para análise dos processos de trabalho e resolução de dúvidas entre os gestores. Constante readequação da divisão de tarefas, conforme se mostra necessário.

4.3 Dificuldades

1. Número elevado de processos. Até o momento trabalhamos com 12 gabinetes. Porém, a partir de 11/9, serão criados mais 3 gabinetes para a Segunda Seção e não há previsão de aumento no número de servidores da Subsecretaria, o que gerará mais acúmulo de trabalho. 2. O PJe apresenta muitas falhas em várias atividades, como envio de matérias ao DJEN, "fuga" de processos do fluxo normal, indo parar em tarefas estranhas à fase em que se encontram, processos que desaparecem e só são detectados com relatórios gerenciais etc. Além disso, os relatórios gerenciais, que são uma das únicas ferramentas que temos para controle, são muito falhos e trabalhosos, e deveria haver uma forma mais prática de detectar o protocolo de petições nos processos, por exemplo. 3. Excesso de canais de atendimento ao público externo: em razão da suspensão de atendimento presencial devido à pandemia de COVID 19, foram criados vários canais de atendimento ao público externo, com o nobre propósito de continuidade da prestação jurisdicional. Hoje, são admitidos e-mails, telefonemas, balcão virtual, além do balcão físico. Com o retorno das atividades presenciais, esse

excesso de formas de atendimento tem se mostrado contraproducente, pois são muitas horas do dia dedicadas exclusivamente a atendimento e gerenciamento da caixa de correio eletrônico, tempo esse que poderia estar sendo utilizado para o processamento dos feitos. 4. Dificuldade em repor vagas abertas, quando há movimentação de um servidor da subsecretaria para outro órgão do tribunal, ou mesmo em casos de aposentadoria, pela falta de estímulo financeiro em relação aos gabinetes (falta de funções comissionadas).

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Como não temos mais processos físicos no acervo, não fazemos nenhum controle específico, pois o término dos prazos é controlado pelo próprio PJe. Após o decurso ou manifestação, é dado o devido andamento ao processo pelos servidores.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Desde a criação do processo eletrônico, o próprio PJe direciona o fluxo do processo para as tarefas específicas dos gabinetes. A Secretaria apenas lança tais situações no PJe no término da sessão.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Cada Turma tem no geral, duas sessões por mês, sendo uma delas exclusivamente eletrônica e outra na modalidade presencial.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Incluídos os processos pelos próprios gabinetes. A secretaria verifica impedimentos, realiza as intimações necessárias, envio da pauta ao MPF e SEJU para disponibilizar no site do TRF. Prepara composição e ordem de votação e eventuais atos de convocação de juízes para Presidente da Turma assinar, além do controle de petições que eventualmente são protocolizadas entre a publicação da pauta e a sessão de julgamento.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Realizamos o trabalho presencial em escala de rodízio, de forma a atender o percentual previsto na Resolução n. 481/CNJ. Tendo em vista que o trabalho não presencial realizado nesta Subsecretaria se insere na modalidade "Trabalho não presencial por gestão diferenciada", não calculamos metas específicas, mas sim, cumprimento das tarefas diárias, o que vem sendo realizado a contento, não obstante a quantidade de processos.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento é realizado por meio do balcão virtual, balcão físico, e-mail e telefone.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000254-26.2016.4.03.6132	23/10/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: conclusos para decisão desde 18/6/2021. A apelação ainda não foi julgada. Informada a pendência ao gabinete responsável.		
0000226-06.2017.4.03.6138	14/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de impedimento em dez 2020; redistribuído e remetido à conclusão em 28/1/2021.		
5001623-63.2018.4.03.6143	2/7/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado 17/8, acórdão recebido em 21/8/2023 e publicado em 28/8/2023.		
5024395-14.2021.4.03.0000	13/10/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão interlocutória em 25/10/2021. Expedida carta de ordem para intimação da parte agravada em 26/11/2021. Não houve o retorno da carta até a presente data. Solicitação de informações realizada em 8/5/2023. Aguardando resposta.		
5018735-39.2021.4.03.0000	16/8/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão em 25/2/2022. Expedida Carta de Ordem em 17/5/2022. Não devolvida até a presente data, apesar de seguidas solicitações de informações de cumprimento. Conclusos com informação em 5/9/2023.		
5005730-13.2022.4.03.0000	3/3/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo ainda não está julgado. Foi expedida Carta de Ordem para oferecimento de resposta ao agravo. Carta de Ordem não retornou, porém, como foi apresentada a resposta pelo agravado, o expediente foi encerrado e os autos conclusos em 31/8/2023.		
5015065-56.2022.4.03.0000	8/6/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo ainda não julgado. Decisão em 25/7/22. Intimação para vários agravados. Última Carta de Ordem juntada em 6/7/2023. Prazo em curso.		
5013319-56.2022.4.03.0000	23/5/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão terminativa em 28/6/23, intimação expedida em 3/7/23 e juntada, positiva, em 5/9/2023. Prazo em curso.		
0000034-67.2019.4.03.6182	10/8/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo foi julgado em 21/8/2023, tendo sido o acórdão liberado para intimação em 23/8/23 e realizadas as intimações pelo sistema em 28/8/2023. Encontra-se com prazo em curso.		

5029294-55.2021.4.03.0000	23/11/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despacho determinando intimação por edital em 27/2/23. Expedido edital em 27/6/23. Aguarda disponibilização no "site" do TRF3 e publicação.		
0003649-39.2004.4.03.6102	11/5/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: processo não julgado. Sobrestado em 2/7/2020. Levantado o sobrestamento e remessa à conciliação em 18/2/21. Retorno à subsec. Em 5/7/21 e novamente sobrestado. Em 13/12/22, decisão para exped. de edital. Edital publicado em 6/9/23. Prazo em curso.		
0001319-56.2010.4.03.6103	4/3/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: processo estava sobrestado desde 19/8/2021 - Repercussão Geral Tema 285 - petição- levantado o sobrestamento e cls. Em 13/12/22 - determinada exped. de edital. Em 4/9/23, edital publicado. Prazo em curso.		
0002126-47.2008.4.03.6103	22/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo não julgado. Sobrestado em 15/7/2020. Levantado o sobrestamento por oposição de petição em 2/6/2021 - remessa à conciliação. Retorno à subsec. em 17/11/21. Em 13/12/22, decisão para exped. de edital. Edital publicado em 6/9/23. Prazo em curso.		
5014064-75.2018.4.03.0000	21/6/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: retirado da Sessão em 20/2/2020 e ainda pendente de julgamento. Informado o gabinete responsável para providências.		
0006922-32.2009.4.03.6108	3/12/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: estava sobrestado desde abril/21 - Publicado edital para habilitação de herdeiros em 16/8/23 - prazo em curso.		
0011809-14.2008.4.03.6102	29/11/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: não julgado. Sobrestado desde 2021 - comunicado falecimento - despacho expedição de edital 25/2/23 - edital publicado em 6/9/2023. Prazo em curso.		
5020373-73.2022.4.03.0000	29/7/2022	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão interlocutória em 3/3/2023, determinando intimação da agravada. Carta de ordem expedida em 19/4/2023, aguardando retorno. Solicitadas informações sobre seu cumprimento em 5/9/2023.		
5003752-64.2023.4.03.0000	15/2/2023	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão interlocutória proferida em 27/4/23. Carta de Ordem expedida 23/5/23. Juntada de CO positiva em 5/9/2023. Prazo em curso.		
0028623-74.2016.4.03.6182	25/2/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: julgado 10/8/23 - ED em processamento		
0005090-08.2016.4.03.0000	14/3/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado pela 4ª Turma sessão 17/8/2023 e recebido acórdão 27/8/2023, publicado em 4/9/2023. Prazo em curso.		
5002113-84.2018.4.03.0000	9/2/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado 17/8, acórdão recebido em 22/8/2023 e publicado em 28/8/2023. Prazo em curso.		

5023060-62.2018.4.03.0000	19/9/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: pautado para a sessão de 21/9/2023.		
0046735-57.1990.4.03.6100	23/5/1994	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 29/7/2020 - expurgos inflacionários.		
1000879-44.1995.4.03.6111	3/5/1996	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 29/7/2020 - expurgos inflacionários.		
0690723-45.1991.4.03.6100	19/12/1996	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 2/12/2020 - expurgos inflacionários.		
0017891-24.1995.4.03.6100	11/4/1997	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 19/11/2021 - expurgos inflacionários.		
0025670-30.1995.4.03.6100	17/12/1999	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: sobrestado desde 3/12/2020 - expurgos inflacionários.		
0012232-34.1995.4.03.6100	24/10/2000	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em trâmite. Em 29/5/23, despacho para intimação pessoal do Banco do Brasil. Expedida Carta precatória, não devolvida até esta data. Cobradas informações sobre o cumprimento em 5/9/2023.		
0004227-35.2000.4.03.6104	13/3/2002	Apelação Cível
Observação/Providência: estava sobrestado desde 21/12/21 - proposta de acordo - despacho publicado em 22/8/2023. Prazo em curso.		
1200937-96.1995.4.03.6100	9/4/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: sobrestado desde 29/5/2022 - expurgos inflacionários		
0081287-77.1992.4.03.6100	6/8/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: sobrestado desde 3/4/2023 - expurgos inflacionários		
0002298-10.2004.4.03.6109	14/11/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 1º/10/2021 - expurgos inflacionários		
0006419-14.2005.4.03.6120	8/8/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 3/3/2020 - expurgos inflacionários		
0005967-74.2004.4.03.6108	21/11/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 28/1/2020 - expurgos inflacionários		
0019460-74.2006.4.03.6100	28/9/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 19/9/2022 - expurgos inflacionários		
0000810-49.2006.4.03.6109	25/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 23/9/2022 - expurgos inflacionários		
0019532-47.1995.4.03.6100	12/9/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: sobrestado desde 30/6/2020 - expurgos inflacionários		
0010904-49.2007.4.03.6100	6/2/2009	Apelação Cível

Observação/Providência: sobrestado desde 24/5/2022 - expurgos inflacionários		
0001098-21.2007.4.03.6122	7/5/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 21/12/2021 - expurgos inflacionários		
0014619-35.2008.4.03.6110	22/7/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: estava sobrestado. Incluído em pauta para a sessão de 6/9/2023 - UT3		
5001268-47.2021.4.03.0000	28/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: conclusos para decisão desde 13/12/2021 - o originário está no 1º grau, também conclusos.		
5002428-10.2021.4.03.0000	10/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: adiado da sessão em 22/6/2022. Aguardando inclusão, pelo gabinete, em nova pauta.		
5028763-03.2020.4.03.0000	19/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: estava aguardando retorno de Carta de Ordem. Juntada certidão e processo encaminhado à UVIP, pela interposição de Recurso Especial.		
0012080-33.2016.4.03.6105	24/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 4/3/2022. Carta de Ordem de intimação do Município de Jaguariúna juntada em 5/9/2023. Prazo em curso.		
0003947-30.2010.4.03.6002	17/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: acórdão publicado em 27/9/2022. Aguarda carta precatória expedida em out/2022 para 3º interessado - Há Resp juntado. Cobradas informações ao Juízo estadual sobre o cumprimento da Carta de Ordem expedida para intimação da Câmara Municipal de Maracaju em 5/9/2023.		
0402100-77.1991.4.03.6103	26/1/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo incluído em pauta da Quarta Turma de 9/10/2023.		
5001456-74.2020.4.03.0000	27/1/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo está concluso desde 12/9/2022. Informado gabinete responsável.		
5015580-33.2018.4.03.0000	5/7/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: encaminhado para UVIP em 1º/9/2023, devido à interposição de Recurso Especial.		
0007465-92.2014.4.03.6000	29/7/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: julgado por decisão monocrática em 3/3/23 - expedida carta de ordem em 4/4/2023. Em 5/9/2023, juntada de Carta de Ordem cumprida. Prazo em curso.		
5016835-89.2019.4.03.0000	2/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despacho em 27/4/2022 para intimação de vários agravados para contraminuta do agravo. Por lapso, faltou a intimação de uma das partes - Grafica e Editora Alvorada LTDA. Carta de ordem expedida em 6/9/2023. Aguardando cumprimento.		
5007673-70.2019.4.03.0000	29/3/2019	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: retirado da sessão de julgamento em 5/5/2023 - tarefa: aguardando sessão. aguardando nova inclusão em pauta, pelo gabinete.		
5030206-52.2021.4.03.0000	2/12/2021	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: MSCol com trânsito certificado em 15/5/23 e arquivado em definitivo em 5/9/2023.		
5001574-29.2019.4.03.6000	22/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: recebido com parecer do MPF em 22/8/2023 - conclusos em 30/8/2023. Informado o gabinete responsável para providências.		
5024213-03.2017.4.03.6100	4/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado em 14/8/2023. Prazo em curso.		
5033208-64.2020.4.03.0000	11/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado ED em 10/8/23 - prazo em curso.		
0000091-98.2015.4.03.6126	11/2/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: julgado 10/8; recebido com acórdão 15/8 e publicado em 18/8/2023. Prazo em curso.		
5017785-30.2021.4.03.0000	3/8/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: CIs com agravo interno em 9/8/2023 - originário no 1º grau.		
5015273-74.2021.4.03.0000	5/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: arquivado em 15/8/23 com trânsito certificado - expedido comunicado à origem.		
0023839-10.2015.4.03.0000	11/12/2019	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: TutCautAntec já julgada e arquivada em 24/8/2023; Autos originários 0004819-10.2014.4.03.6130 também já julgados pela Turma e no momento em movimentação na UVIP.		
5025471-39.2022.4.03.0000	20/9/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: processo já julgado e com certidão de trânsito em julgado em 16/11/2022. Arquivado em 5/9/2023. Processo originário (0009044-02.2010.4.03.6102) em tramitação no primeiro grau.		
5027456-43.2022.4.03.0000	6/10/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: MSCiv com trânsito certificado em 13/2/23 e arquivado em definitivo em 5/9/2023 - origem comunicada. Processo originário (0028771-90.2013.4.03.6182) em trâmite no primeiro grau.		
5009913-95.2020.4.03.0000	28/4/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Susp apel com trânsito 23/1/23 e arquivado em 4/9/2023 originário remetido à origem em 7/6/23.		
5014805-13.2021.4.03.0000	29/6/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Susp apel com trânsito 7/3/23 e arquivado definitivamente em 5/9/2023 originário já julgado (homologação de desistência) e remetido à origem em 10/3/23.		
5000010-05.2018.4.03.6144	11/5/2020	Mandado de Segurança Cível

Observação/Providência: adiado da sessão de julgamento em 23/4/2021 - está no gabinete - tarefa: aguardando sessão.		
5029185-07.2022.4.03.0000	25/10/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Susp Apel julgada e com trânsito em julgado certificado em 14/3/2023. Comunicação à origem. Autos originários conclusos para julgamento desde 11/3/2023.		
5027906-83.2022.4.03.0000	12/10/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: MSCiv com trânsito certificado em 4/4/2023 e arquivado em definitivo em 5/9/2023. Processo originário em tramitação no primeiro grau.		
5022113-03.2021.4.03.0000	22/9/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Susp apel com trânsito 3/5/23 e arquivada definitivamente em 5/9/2023 - processo originário remetido à Vice-Presidência, em virtude de interposição de Recurso Especial.		
5030105-78.2022.4.03.0000	7/11/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Susp apel com trânsito certificado em 3/5/23 e arquivado em definitivo em 5/9/2023. Juntada decisão no processo originário (Embargos à Execução Fiscal n. 0022819-91.2017.4.03.6182, distribuído no TRF3 em 23/2/2023.		
5017802-32.2022.4.03.0000	4/7/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Susp apel com trânsito 7/3/23 e arquivado definitivamente em 5/9/2023 - originário julgado em 29/11/2022 e remetido na origem em 7/3/2023.		
5026724-96.2021.4.03.0000	27/10/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tut antec com trânsito 27/4/23 e arquivado definitivamente em 5/9/2023. Processo originário remetido à UVIP, devido à interposição de Recurso Especial, em 2/3/2023, atualmente remetido ao STJ.		
0002185-93.2017.4.03.0000	1º/3/2017	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: originário 0010479-91.2009.4.03.6119 baixado definitivamente à origem em 17/8/2023 pela UVIP. Susp Apel com trânsito certificado em 12/6/2023 e arquivado em definitivo em 4/9/2023.		
5014416-28.2021.4.03.0000	23/6/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: conclusos com agravo interno 2/8/23. Originário julgado.		
5014403-92.2022.4.03.0000	1º/6/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: MSCiv com trânsito certificado em 13/6/23 e arquivado definitivamente em 5/9/2023 - originário julgado no 1º grau.		
5000478-63.2016.4.03.6103	3/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: processo em tarefa do Gabinete (Sessão) preparar relatório e voto. Não há fase lançada. Parecer do MPF em 2017.		
0022063-81.2010.4.03.6100	4/5/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: retirado da sessão de julgamento em 7/2/2020 - está no gabinete - tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado o gabinete para providências.		
0025136-91.2016.4.03.9999	5/8/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: retirado da sessão de julgamento em 7/2/2020, está no gabinete - tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado o gabinete para providências.		
0015036-71.2015.4.03.6100	27/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: retirado de pauta da sessão de 6/2/2020 está no gabinete, que foi informado para providências.		
0001633-96.2015.4.03.6112	25/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: retirado de pauta em 2020, está no Gabinete. Informado o gabinete responsável.		
0037794-21.2014.4.03.9999	12/12/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: retirado da sessão de julgamento em 7/2/2020, está no gabinete – tarefa: analisar tipo de decisão a proferir.		
0010231-12.2014.4.03.6100	8/1/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: retirado da sessão da 6ª Turma em 6/2/2020, está no gabinete		
0015501-85.2012.4.03.6100	7/11/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: retirado de pauta da sessão de 23/1/2020, está no gabinete, que foi informado para providências.		
0025505-51.2017.4.03.9999	25/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: retirado da sessão de julgamento em 7/2/2020, está no gabinete – tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado o gabinete para providências.		
0001216-79.2011.4.03.6114	26/11/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 30/1/2020 - expurgos inflacionários		
0012456-91.2008.4.03.6107	24/4/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 9/6/2022 - expurgos inflacionários		
0007458-77.2008.4.03.6108	4/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 29/1/2020 - expurgos inflacionários		
0008455-60.2008.4.03.6108	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 28/1/2020 - expurgos inflacionários		
0000582-80.2017.4.03.6144	15/1/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo foi para análise de prevenção em 23/3/2020. Reconhecida a prevenção, o processo foi enviado diretamente ao gabinete da Relatora. Em contato, nesta data, com o assessor responsável, relatei o ocorrido e a redistribuição será providenciada.		
0003832-66.2007.4.03.6114	5/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 31/1/2020 - mandei à conclusão em 29/8/2023 devido à manifestação juntada em 2/4/2020.		
0001655-56.2008.4.03.6127	12/8/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 30/1/2020 - expurgos inflacionários		
0004622-74.2008.4.03.6127	28/3/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 29/1/2020 - expurgos inflacionários - digitalizado e com fase de remessa ao gabinete em 27/1/2020.		

0002061-14.2007.4.03.6127	17/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 29/1/2020 - expurgos inflacionários		
0014972-08.2008.4.03.6100	26/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 31/1/2020 - expurgos inflacionários		
5003207-65.2018.4.03.6144	28/1/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo no gabinete da relatora Adriana Pileggi, após despacho do Des. Johonsom não reconhecendo prevenção. Informado o gabinete para providências.		
0013748-17.2008.4.03.6106	10/1/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 28/2/2020 - expurgos inflacionários		
0004776-13.2008.4.03.6121	17/12/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 5/3/2020 - expurgos inflacionários - digitalizado e com fase de remessa ao gabinete em 4/3/2020.		
0002875-89.2008.4.03.6127	19/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 9/3/2020 - expurgos inflacionários		
0032154-61.1995.4.03.6100	12/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 17/7/2020 - expurgos inflacionários		
5002040-90.2020.4.03.6128	27/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 30/7/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab., está na tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado o gabinete responsável para providências.		
0001572-77.2016.4.03.6121	21/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 30/7/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gabinete. Informado o gabinete responsável para providências.		
5000506-39.2019.4.03.6131	24/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 31/7/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab está na tarefa: preparar relatório e voto.		
0021663-68.2017.4.03.6182	22/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 30/7/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab. está na tarefa: preparar relatório e voto. Informado o gabinete para providências.		
0025981-36.2013.4.03.6182	23/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 31/7/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gabinete, está na tarefa: triagem de gabinete.		
0002908-46.2017.4.03.6133	24/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 31/7/2020, a fase foi de remessa da UFOR ao Gabinete, está na tarefa: triagem de gabinete. Informado o gabinete responsável.		
5002192-69.2019.4.03.6130	24/6/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 3/8/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab., está na tarefa: triagem de gabinete - UFOR. Informado o gabinete responsável para providências.		

0017156-69.1987.4.03.6100	20/8/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 25/8/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab., está na tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado gabinete para providências.		
5002190-36.2018.4.03.6130	23/9/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 25/9/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab., está na tarefa: preparar relatório e voto. Informado o gabinete responsável para providências.		
5007886-75.2020.4.03.6100	25/9/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: no gabinete desde 1º/10/2020 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab., está na tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado o gabinete responsável para providências.		
0000917-71.2016.4.03.6003	23/4/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: conclusos desde 29/4/2021. Informado o gabinete responsável para providências.		
5009244-08.2021.4.03.0000	28/4/2021	Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: no gabinete desde 4/5/2021 - a fase foi de remessa da UFOR ao Gab., está na tarefa: analisar tipo de decisão a proferir. Informado gabinete responsável para providências.		
0026313-27.2010.4.03.0000	8/10/2010	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: despacho em 19/4/2022, solicitando cópias ao juízo de origem. Em 31/8/2023, juntada das peças e conclusão ao relator.		
5024351-58.2022.4.03.0000	8/9/2022	Reclamação
Observação/Providência: em 18/10/22 despacho não reconhecendo prevenção (Dr. Zauhy) - processo no gabinete do relator, André Nabarrete. Informado o gabinete responsável para providências.		
0032892-20.2012.4.03.0000	27/11/2012	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: despacho em 19/4/22 requisitando cópias da Exec. fiscal ao juízo de origem. Em 5/9/23, juntada das cópias e intimação das partes. Prazo em curso.		
0011545-57.1995.4.03.6100	31/3/1998	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 9/6/2022 - expurgos inflacionários		
0035397-42.1997.4.03.6100	31/10/2000	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 17/7/2020 - expurgos inflacionários		
0025192-22.1995.4.03.6100	22/6/1999	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 19/11/2021 - expurgos inflacionários		
0020551-88.1995.4.03.6100	12/7/1999	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 30/6/2020 - expurgos inflacionários		
0028674-75.1995.4.03.6100	16/4/2001	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 9/11/2021 - expurgos inflacionários		
0009693-89.1995.4.03.6102	18/2/2000	Apelação Cível

Observação/Providência: sobrestado desde 17/7/2020 - expurgos inflacionários		
0016580-95.1995.4.03.6100	27/11/2000	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 30/6/2020 - expurgos inflacionários		
0004243-35.2004.4.03.6108	31/7/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 16/12/2020 - expurgos inflacionários		
0001387-07.2005.4.03.6127	12/7/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 30/7/2021 - expurgos inflacionários		
0000111-32.2004.4.03.6108	26/9/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 2022; proposta de acordo em 21/8/2023. Conclusos na mesma data.		
0005485-30.2007.4.03.6106	21/11/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 10/12/2020 - expurgos inflacionários		
0001847-91.2005.4.03.6127	28/8/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 29/11/2021 - expurgos inflacionários		
0027856-74.2005.4.03.6100	6/2/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: estava sobrestado - proposta de acordo juntada, despacho publicado em 9/8/2023 - prazo em curso		
0032649-51.2008.4.03.6100	13/8/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 21/7/2021 - expurgos inflacionários		
0004156-56.2007.4.03.6114	21/8/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 17/5/2023 - expurgos inflacionários		
0000320-49.2009.4.03.6100	8/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 2021, proposta de acordo em 31/7/23, conclusos em 1º/8, desp para manifestação da autora, decurso em 22/8, cls. em 28/8/23		
0000063-82.2009.4.03.6113	3/2/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado em 31/1/2020. Decisão 30/1/2020 - Plano Collor		
0001219-94.2007.4.03.6107	17/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: sobrestado desde 4/12/2020 - expurgos inflacionários		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação a esses feitos, recomenda-se:

Ante o excesso de prazo na tramitação, regularizar em 30 dias os feitos:

0000226-06.2017.4.03.6138	0001633-96.2015.4.03.6112	0006922-32.2009.4.03.6108
0015036-71.2015.4.03.6100	0015501-85.2012.4.03.6100	0021663-68.2017.4.03.6182
0025505-51.2017.4.03.9999	0025981-36.2013.4.03.6182	0037794-21.2014.4.03.9999
5000010-05.2018.4.03.6144	5000506-39.2019.4.03.6131	5001456-74.2020.4.03.0000
5002040-90.2020.4.03.6128	5007886-75.2020.4.03.6100	5014416-28.2021.4.03.0000

5024351-58.2022.4.03.0000	5033208-64.2020.4.03.0000	
---------------------------	---------------------------	--

Os demais processos aferidos já se encontram regularizados.

A Subsecretaria administra a realização, em média, de seis sessões por mês (duas por Turma, sendo uma virtual e uma presencial de cada). Assim, nos últimos doze meses, foram 70 ordinárias (e não houve cancelamento de sessões no período).

As sessões do art. 942 do CPC observam as determinações legais e regimentais, com ciclo entre as turmas.

Apesar do grande volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nas Turmas e do número de servidores em atividade, o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Subsecretaria é relativamente baixo, e dos 69 processos inspecionados apenas 17 se encontravam com atraso na tramitação, além de melhoria nos índices gerais, comparados à anterior inspeção, e apontadas nos parágrafos abaixo.

Em relação à inspeção anterior, houve redução do número de processos pendentes de publicação de acórdão/decisão (de 216 para 70), de feitos sem movimentação, não suspensos ou sobrestados, há mais de 30 e 60 dias (de 2.214 para 282), e há mais de 90 dias (de 198 para 61). Por outro lado, houve aumento em relação total de processos sem movimentação há mais de 120 dias (de 32 para 166), mas dentre estes, aguardando providências, restam apenas 27 (item 4.6 do relatório anterior de 2022 e item 3.4 deste relatório).

Nota-se também a redução do número de publicações em prazo superior a 10 dias (de 720 para 600 – item 4.4 do relatório anterior e item 3.3 do deste relatório).

Assim, percebe-se que houve evolução em relação à produtividade da unidade no período recente.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Eneida Gagete, e pelos diretores das divisões Cristiane, Andrea, Veruska, Edmilson e Wilson, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF3 aprovou a Emenda Regimental n. 21/2022 e editou as Resoluções PRES n. 578/2023 e 632/2023 que dispuseram sobre aspectos operacionais relativos à ampliação do Tribunal.

Na entrevista, pontuou-se que o retorno ao trabalho presencial está de acordo com a Resolução n. 481/2022 do CNJ, com a adoção de rodízio entre os servidores, salvo dois em trabalho remoto integral e outros quatro que optaram pelo trabalho presencial permanente. No momento, não há estagiários na unidade.

O trabalho é dividido em cinco núcleos: triagem, análise, atos ordinatórios, expedição e processamento.

Foi destacada a extração de relatórios gerenciais periódicos para acompanhamento dos feitos, rodízios entre os servidores para atendimento dos canais virtuais e reuniões periódicas para análise dos processos de trabalho e readequação quando necessário.

Há controle dos feitos através de padronização de etiquetas, com o cuidado de processamento dos embargos de declaração e agravos internos na mesma semana de sua juntada, e abertura de conclusão em agravos de instrumento, após contrarrazões e decurso de prazo, em até dois dias. É feita triagem diária dos processos que chegam dos gabinetes, para adoção das providências urgentes.

Não há processos físicos no acervo, e o controle de prazos é feito pelo próprio PJe.

Nos processos sobrestados, quando há proposta de acordo é levantada a suspensão e remetidos os feitos à conclusão. É corriqueira, porém, a frustração dos acordos ou a notícia de óbito de uma das partes, o que atrasa a tramitação do feito e gera a produção de expedientes diversos, geralmente improficuos. A secretaria sugere que, em caso de proposta de acordo, os feitos sejam remetidos ao Núcleo de Conciliação, que tem estrutura apropriada para efetuar as intimações necessárias.

Os gargalos apontados com ênfase são as expedições de cartas de ordem e precatórias, além de publicação de editais, especialmente nos dezesseis mil processos de expurgos inflacionários de poupança onde são formuladas as propostas de acordo citadas no parágrafo acima.

A verificação dos processos mais antigos é rotina na realização das tarefas, como meio de controle da celeridade do processamento.

Dentre as dificuldades, a Diretora apontou o elevado número de processos e o limitado número de servidores, além das falhas do sistema PJe, em especial o desaparecimento de feitos em determinadas fases e os relatórios gerenciais falhos e de difícil elaboração. A falta de comunicação adequada das alterações e atualizações promovidas pelos desenvolvedores/gestores do sistema é indicada como causa ou agravante de vários dos problemas enfrentados.

Os processos, após distribuídos, são remetidos diretamente ao gabinete respectivo, e podem ser julgados sem abertura de conclusão, independentemente da atuação da subsecretaria, o que interfere nos resultados das estatísticas.

Ainda quanto ao PJe, é questionada a permanência de diferentes perfis de turmas após a unificação. Em suma, o sistema PJe não está adaptado à unificação das Turmas em Subsecretaria única, o que gera dificuldade na tramitação dos feitos entre os perfis individuais e o unificado, aspecto já apontado em inspeção anterior e alvo de abertura de chamado, ainda sem solução. É frequente o desaparecimento de feitos entre os perfis e erros no sistema, a necessidade de retrabalho para classificação e etiquetagem dos processos.

Também são comuns os problemas de oscilação de rede, e a simples substituição de determinado desembargador em sessão não pode ser realizada diretamente pelo servidor, pois depende da abertura de chamado.

A unidade aponta ainda a insegurança quanto à possibilidade de alteração da autuação diretamente por advogados, sem que sejam conferidos os poderes para tanto, com risco para a validade das intimações. E questiona a exigência de que os pedidos de vista devam ser incluídos no sistema pelos gabinetes relator e vistor, e não apenas pelo vistor, sob pena de impedir as intimações e o julgamento, o que demanda contato específico com os setores envolvidos.

Outra falha apontada como grave do sistema é a inexistência de alerta quanto à entrada de petição entre o pedido de dia e a data da sessão de julgamento, o que impõe a conferência individual de cada processo, para tarefa que deveria ser automática.

Tal qual em inspeção anterior, embora com visível melhora, a unidade assinala a necessidade de cadastramento no PJe dos municípios menores e dos Conselhos de Fiscalização profissional no sistema, tal como já ocorreu com diversos órgãos públicos e fazendários, para evitar a realização de diligências desnecessárias de intimações.

Há queixa quanto ao excesso de canais de atendimento do público externo (e-mail, telefone, balcão virtual e balcão físico): a unidade observa que a multiplicidade se tornou redundante com o retorno à atividade presencial pós pandemia de Covid-19 e demanda tempo e dedicação dos servidores que poderiam ser empregados noutras atividades. Não raro, o público externo faz uso de dois ou mais canais simultaneamente, sobrecarregando o serviço. E, por fim, destacou-se a dificuldade de preenchimento de vagas, por falta de estímulo financeiro para atração de novos servidores, em comparação com as funções comissionadas existentes nos gabinetes.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 8;
- b) continuar a trabalhar a situação dos processos sem movimentação na subsecretaria há mais de 120 dias, de modo a reduzir essas ocorrências, conforme destacado no item 9;
- c) continuar as gestões para melhoria das falhas do PJe. As dificuldades apontadas com o sistema, embora pertinentes, são comuns a todos os usuários, e não impedem a continuidade do bom trabalho. O sistema tende a evoluir com o tempo, com a prática e as sugestões aos setores de TI; e
- d) manter o bom método de trabalho e as boas práticas, que permitiram a redução do acervo e de pendências no órgão, apesar das apontadas dificuldades.

SUBSECRETARIA UNIFICADA A DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção (UN3A)

1.2 Competência

3ª Seção - processar e julgar feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção (RI-TRF3, art. 10, § 3º) - Sétima e Nona Turmas Julgadoras

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargadora Federal Daldice Santana

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Dawid Carvalho de Souza - RF 2282 - Diretor de Subsecretaria

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	22
Estagiários	3
Servidores sem vínculo	Nenhum

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	11 (7ª Turma: 10; 9ª Turma: 1). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	Nenhum. Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Análise/triagem	Nenhum. Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Conclusão	Nenhum. Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023

Extraviados/por restaurar	Nenhum. Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Em carga com prazo vencido	Nenhum. Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	4.431 (7ª Turma: 3.077; 9ª Turma: 1.354). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	3.343 (7ª Turma: 2.504; 9ª Turma: 839) Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	342 (7ª Turma: nenhum; 9ª Turma: 342). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	28.478 (7ª Turma: 17.307 acórdãos publicados; 9ª Turma: 11.171 acórdãos publicados). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Média de dias do julgamento à publicação	3 (7ª Turma: 3 dias; 9ª Turma: 2 dias). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	26 (7ª Turma: 14; 9ª Turma: 12). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Pendentes de publicação	Nenhum. Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Resposta prejudicada

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 60 dias	46 (7ª Turma: 20; 9ª Turma: 26). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Há mais de 90 dias	18 (7ª Turma: 14; 9ª Turma: 4). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023
Há mais de 120 dias	137 (7ª Turma: 97; 9ª Turma: 40). Fonte: Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 28/8/2023 e em 6/9/2023

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

Período de 1º/8/2022 a 31/7/2023: 7ª Turma: 5/9/2022 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação); 19/9/2022 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação); 3/10/2022 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação); 7/11/2022 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (férias); 21/11/2022 - Desembargador Federal Carlos Delgado (férias); 13/2/2023 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação); 27/2/2023 - Juiz Convocado Denilson Branco (férias); 9ª Turma: 3/8/2022 - Juíza Federal Convocada Monica Bonavina (férias); 28/9/2022 - Juiz Federal Convocado Nilson Lopes (férias); 15/3/2023 - Desembargadora Federal Daldice Santana (participação na Inspeção no TRF da 4ª Região); 28/6/2023 - Desembargadora Federal Daldice Santana (férias); 19/7/2023 - Juíza Federal Convocada Audrey Gasparini (férias).

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Período de 1º/8/2022 a 31/7/2023: 7ª Turma: 19 sessões ordinárias; 9ª Turma: 21 sessões ordinárias.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

As Divisões de Julgamento (DJ07 e DJ09), de Expedição e Cumprimento (DX3A) e de Triagem, Análise e Atos ordinatórios (DT3A) têm suas atividades estabelecidas no plano de trabalho da Subsecretaria, que tem por meta o processamento diário da demanda recebida dos órgãos julgadores, de forma cuidadosa, eficiente e sem atraso.

4.2 Boas práticas e inovações

Boas práticas: gerenciamento permanente das atividades da unidade para identificação de riscos e/ou necessidade de aperfeiçoamento do processo de trabalho, mediante: a visualização diária das principais tarefas do PJe, da caixa de mensagens e do peticionamento eletrônico; a publicação diária dos despachos e decisões recebidos na unidade e respectivo controle do decurso dos prazos; o desenvolvimento eficiente e organizado dos procedimentos que antecedem a realização da sessão de julgamento; a publicação dos acórdãos no prazo regulamentar; a certificação do trânsito em julgado imediatamente após o exaurimento dos prazos recursais; o monitoramento da produtividade por meio das etiquetas de controle; o atendimento eficaz ao jurisdicionado pelos meios disponíveis; interlocução colaborativa e efetiva com os gabinetes.

4.3 Dificuldades

Dificuldade ocasional: falha na intimação pelo DJEN.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle de remessas é feito pelas tarefas do PJe. No caso de manifestação inicial do Ministério Público, os autos permanecem na tarefa 'aguardando parecer do MPF'. Nos demais casos (intimações de pauta, de despachos, decisões e acórdãos), a tramitação é feita de forma eletrônica (fluxos). Os processos permanecem nas respectivas tarefas de tramitação e o controle é feito por meio de etiquetas e lembretes.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

As declarações de voto são colhidas durante o julgamento, de modo que não ocorrem pendências. Quanto aos pedidos de vista, as divisões de julgamento da 7ª e da 9ª Turmas fazem controle interno. A DJ09 organiza a realização de cada uma das sessões de julgamento por meio de planilhas on-line, nelas anotando os resultados dos votos de cada relator e, ao final, o resultado da votação. Nessas planilhas ficam registrados todos os resultados do julgamento. A DJ09 possui também uma planilha no GoogleDocs para registro dos processos adiados, retirados de pauta, sobrestados e pedidos de vista. Essa planilha é compartilhada com os gabinetes para gestão dessas pendências. A DJ07 registra em tabela (WORD) anotações referentes aos pedidos de vista e contata os gabinetes para avisar da pendência à medida em que há demora na inclusão do feito em sessão de julgamento.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões ocorrem quinzenalmente, em regra, conforme cronogramas regularmente divulgados no site desta Corte, os quais foram elaborados procurando intercalar sessões presenciais e virtuais/eletrônicas.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

A pauta de julgamento é elaborada pelos próprios Gabinetes. Cada Gabinete insere em pauta seus processos de forma sequencial, em dia próprio, conforme a ordem de votação na sessão. Caso um Gabinete precise, por qualquer razão (e.g. lentidão do sistema), de mais tempo para inserir seus feitos em pauta, comunica o subsequente para evitar que processos fiquem intercalados. Após a inclusão dos feitos em pauta pelo último Gabinete, as divisões de julgamento realizam os trâmites para o fechamento e intimação de pauta via sistema PJe.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Quanto ao percentual de servidores em teletrabalho, a Subsecretaria observa a Resolução PRES n. 514, de 28/4/2022 e alterações. Quanto à produtividade, há metas de cumprimento de tarefas. O trabalho é desenvolvido conforme a demanda, distribuído

equitativamente entre os servidores das respectivas divisões por 'finais' de processo. O acompanhamento do desempenho dos servidores é feito pelos diretores de divisão mediante a verificação diária das tarefas e das etiquetas de controle do PJe. Por meio dessas etiquetas é possível verificar o cumprimento da meta de cada servidor.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

Partes e advogados são atendidos diariamente: (i) presencialmente; (ii) pelo Balcão Virtual, das 13h às 19h - todos os servidores fazem atendimento em sistema de rodízio; (iii) por e-mail; (iv) por telefone.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5004347-94.2017.4.03.6104	20/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo adiado na sessão de 30/8/2023. Autos localizados no Gabinete do(a) Relator(a).		
0008509-63.2006.4.03.6183	28/4/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: apelação julgada na sessão de 8/8/2023. Publicado Acórdão em 16/8/2023. Juntada de ED da parte autora em 22/8/2003 e vista para contrarrazões na mesma data. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5005876-98.2020.4.03.9999	6/1/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: após remessa (sem ato judicial) para Secretaria em 11/7/2023, os autos foram conclusos em 12/7/2023. Despacho de 31/8/2023 tornando sem efeito a decisão de Id n. 275099369 e determinando o retorno do feito para inclusão em pauta. Conclusão para julgamento em 1º/9/2023.		
5002122-24.2018.4.03.6183	23/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão em 16/6/2023 convertendo o julgamento em diligência para remessa dos autos ao Setor de Cálculos do Tribunal. Autos recebidos pela Contadoria em 19/6/2023.		
0015614-96.2003.4.03.6183	5/5/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: agravo julgado na sessão de 30/8/2023. Acórdão publicado. Informação ao Gabinete do(a) Relator em 4/9/2023 quanto à duplicidade de documentos com textos distintos verificada no Id n. 279324146. Conclusão dos autos para deliberação na mesma data.		
0008256-97.2011.4.03.9999	15/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: agravo do INSS julgado na sessão de 2/8/2023. Publicado Acórdão em 9/8/2023. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
0000179-57.2006.4.03.6125	31/3/2011	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: agravo interno do INSS julgado na sessão de 16/8/2023. Publicado Acórdão em 23/8/2023. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
0010395-03.2007.4.03.6106	8/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão monocrática proferida em 26/5/2023 e publicada em 30/5/2023. Juntada de Petição de agravo nominado/legal em 22/6/2023 e posterior vista para contrarrazões. Processo remetido à conclusão para julgamento em 21/8/2023.		
0011253-84.2013.4.03.6183	15/7/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em 28/3/2022 (3ª Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 18/4/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 18/5/2022. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0012674-12.2013.4.03.6183	16/7/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em 28/3/2022 (3ª Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 18/4/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 2/6/2022. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0012802-32.2013.4.03.6183	17/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em 10/5/2022 (3ª Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 12/5/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 22/7/2022. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0007651-90.2012.4.03.6128	21/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: agravo do INSS julgado na sessão de 2/8/2023. Publicado Acórdão em 9/8/2023. Cumprimento de diligência por parte do INSS em 5/9/2023. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
0012942-66.2013.4.03.6183	2/2/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em 29/3/2022 (3ª Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 18/4/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 23/6/2022. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0011987-35.2013.4.03.6183	25/6/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em 28/3/2022 (3ª Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 18/4/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 4/7/2022. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0012666-35.2013.4.03.6183	16/10/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em 29/3/2022 (3ª Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 18/4/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 21/6/2022. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0009405-55.2016.4.03.9999	16/3/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: inclusão em pauta de julgamento em 4/8/2023. Julgamento sobrestado na sessão de 30/8/2023 em razão do disposto no art. 942, caput e § 1º, do CPC. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5006707-62.2018.4.03.6105	26/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão monocrática proferida em 30/8/2022 e publicada por ato ordinatório em 2/9/2022. Juntada de manifestação do MPF em 21/9/2022. Processo remetido à conclusão para julgamento em 7/11/2022.		
5016260-47.2020.4.03.0000	24/3/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: decisão de jan/2021 pela incompetência para julgamento, envio ao JEF e baixa na distribuição. Verificado constar por nó atual '[SU] Arquivo permanente' e último movimento 'Recebidos os autos', foi aberto chamado em 4/9/2023 para regularização. Processo em trâmite no JEF/TR.		
5057211-54.2023.4.03.9999	16/3/2023	Cumprimento de sentença
Observação/Providência: despacho em 27/6/2023 convertendo o julgamento em diligência para remessa dos autos à Contadoria Judicial, para verificação dos cálculos. Autos recebidos pela Contadoria na mesma data.		
5224713-23.2020.4.03.9999	14/4/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em jun/2020 determina envio para análise de prevenção. Verificada incorreção no fluxo, foi aberto chamado em 4/9/2023, finalizado em 5/9/2023. Gabinete não reconheceu a prevenção. Processo remetido à conclusão ao Gabinete do(a) Relator(a) em 6/9/2023.		
5636680-34.2019.4.03.9999	14/5/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: despacho em 12/6/2019 reconhecendo a prevenção indicada na certidão da UFOR. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5508309-52.2019.4.03.9999	12/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em 5/6/2019 reconhecendo a prevenção indicada na certidão da UFOR. Petição juntada em 5/9/2023. Gabinete informado por e-mail acerca da petição na mesma data. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5439604-02.2019.4.03.9999	28/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em 5/6/2019 reconhecendo a prevenção indicada na certidão da UFOR. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5015731-74.2018.4.03.6183	15/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em 5/6/2019 reconhecendo a prevenção indicada na certidão da UFOR. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5513294-64.2019.4.03.9999	13/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em 5/6/2019 reconhecendo a prevenção indicada na certidão da UFOR. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5001886-49.2018.4.03.6126	26/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho de mero expediente proferido em 3/8/2023 determinando a devolução dos autos à Vara de origem, tendo em vista ausência de recurso e reexame necessário. Processo baixado em 29/8/2023. Processo em tramitação no 1º grau.		
5670928-26.2019.4.03.9999	22/5/2019	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: despacho em jul/2019 determinando o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Des. Fed. Daldice Santana para análise de eventual prevenção, a qual não foi reconhecida conforme despacho de 24/7/2019. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5021250-28.2018.4.03.9999	3/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em 23/8/2018 determinando o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Des. Fed. Inês Virgínia para análise de eventual prevenção, a qual não foi reconhecida conforme despacho de 7/2/2019. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5006035-65.2020.4.03.0000	13/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despacho em jul/2020 determina envio para análise de prevenção. Verificada incorreção no fluxo, foi aberto chamado em 4/9/2023, encerrado em 5/9/2023. Gabinete reconheceu a prevenção. Feito despachado em 6/9/2023. Redistribuído e remetido pela UFOR ao Gabinete preventivo.		
5290869-90.2020.4.03.9999	26/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 30/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5290257-55.2020.4.03.9999	25/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 30/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5002120-20.2019.4.03.6183	29/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 31/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5292272-94.2020.4.03.9999	30/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 30/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5004652-64.2019.4.03.6183	28/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 30/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5290254-03.2020.4.03.9999	25/7/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 30/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5293613-58.2020.4.03.9999	31/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 3/8/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5292654-87.2020.4.03.9999	31/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 31/7/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5293299-15.2020.4.03.9999	31/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 3/8/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		

5004903-88.2020.4.03.6105	15/9/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete, em 22/9/2020, após juntada de parecer do MPF. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5000270-56.2019.4.03.6109	21/8/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: decisão de 9/9/2020 determinando a redistribuição do feito a uma das Turmas da 2ª Seção. Decisão da Des. Fed. Monica Autran, em 15/9/2020, pela incompetência daquela Seção para julgar o processo. Remessa dos autos da UFOR ao Gabinete do(a) Relator(a) em 16/9/2020.		
5001543-47.2018.4.03.6128	24/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em 19/8/2020 (3ª Seção - IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000). Petição de desistência em 31/3/2021. Gabinete informado por e-mail que o feito constou na nossa lista de inspeção. Levantamento do sobrestamento e conclusão. Despacho em 6/9/2023.		
0018447-72.2013.4.03.6301	24/10/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo físico digitalizado em 19/9/2019. Remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete após digitalização, em 3/9/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
0000955-41.2012.4.03.6127	10/6/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: processo físico digitalizado em 13/8/2020. Remessa dos autos da Distribuição ao Gabinete após digitalização, em 31/8/2020. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
5002823-07.2018.4.03.6111	22/10/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em set/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 14/5/2021, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
5001113-67.2018.4.03.6105	29/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em set/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 14/5/2021, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
5002399-65.2018.4.03.6110	13/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho em 11/2019 reconhece a prevenção e, em 12/2019, determina a redistribuição dos autos ao prevento (Id n. 107535809). Despacho do Des. Fed. Wilson Zauhy em 3/2021 determina o cumprimento do despacho anterior. Remessa dos autos da UFOR ao Gabinete, em 12/4/2021.		
0006275-87.2007.4.03.6114	22/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo incluído na sessão de julgamento de 27/9/2023. Aguardando a sessão.		
0042155-23.2010.4.03.9999	9/11/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: recebimento dos autos da Conciliação em 20/5/2022. Juntada de petição encaminhada por e-mail em 1º/6/2022. Juntada de petição pelo sistema em 17/11/2022.		

Gabinete informado por e-mail acerca da petição em 5/9/2023. Processo localizado no Gabinete do(a) Relator(a).		
0004427-86.2006.4.03.6183	6/10/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão em abr/2023 devolve o feito à Turma julgadora, para juízo de retratação. Conclusão em 4/5/2023. Despacho em mai/2023 encaminha os autos ao Gab. da Juíza Fed. Audrey Gasparini para análise de prevenção, que a reconhece em 5/9/2023. Autos na UFOR em 6/9/2023.		
0000532-38.2003.4.03.6114	20/12/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: retratação julgada na sessão de 5/6/2023. Remessa dos autos à Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência (UVIP) em 4/8/2023, para processamento.		
0004432-46.2009.4.03.6105	22/9/2009	Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: decisão em 1º/9/2023 determinando o envio dos autos à origem, para juntada de despachos/decisões/sentença e, após, a remessa do feito ao correspondente Órgão Julgador do Tribunal, nos termos do art. 303, do RITRF3R. Remetidos os Autos para Juízo de origem em 5/9/2023.		
0018625-92.2007.4.03.9999	25/6/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em fev/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 5/6/2020, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0018624-10.2007.4.03.9999	25/6/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em fev/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 23/6/2020, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0009898-24.2009.4.03.6104	1º/06/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em fev/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 3/6/2020, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0009902-20.2007.4.03.6108	7/5/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em fev/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 10/6/2020, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0007740-81.2009.4.03.6108	27/8/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: decisão de sobrestamento em fev/2020 (Repetitivo 979). Certidão do decurso de prazo para manifestação em face da decisão, em 6/6/2020, e fase de suspensão/sobrestamento lançada na mesma data. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0008390-87.2015.4.03.6183	31/5/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: decisão de sobrestamento do processo em mai/2022 e publicada em 24/5/2022. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 1º/8/2022. Levantamento do sobrestamento em 11/1/2023 e conclusão com embargos de declaração na mesma data.		
5000974-89.2016.4.03.6104	20/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho de suspensão do processo em fev/2020 (Terceira Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicado em 11/2/2020. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 6/3/2020. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
0003787-05.2014.4.03.6183	20/6/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de suspensão do processo em 30/3/2022, efetivada em 22/7/2022. Despacho em 28/8/2023 para baixa, em diligência, para regularização da digitalização. Retorno dos autos em 1º/9/2023. Processo remetido à conclusão para julgamento em 4/9/2023.		
5003901-91.2017.4.03.6104	23/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: despacho de suspensão do processo em 28/2/2020 (Terceira Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicado em 4/3/2020. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 11/5/2020. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
5020203-21.2018.4.03.6183	1º/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de suspensão do processo em 3/3/2020 (Terceira Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 6/3/2020. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 11/5/2020. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
5010497-14.2018.4.03.6183	18/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de suspensão do processo em 3/3/2020 (Terceira Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 6/3/2020. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 11/5/2020. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		
5008344-08.2018.4.03.6183	12/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: decisão de suspensão do processo em 3/3/2020 (Terceira Seção deste Tribunal no IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) publicada em 6/3/2020. Fase de suspensão/sobrestamento lançada em 11/5/2020. Gabinete informado por e-mail que o processo constou na lista de inspeção da UN3A.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Regularizar movimentação processual no sistema (processos não estão na Subsecretaria):

0000955-41.2012.4.03.6127	0018447-72.2013.4.03.6301	5000270-56.2019.4.03.6109
5001113-67.2018.4.03.6105	5002399-65.2018.4.03.6110	5002823-07.2018.4.03.6111
5004652-64.2019.4.03.6183	5004903-88.2020.4.03.6105	5015731-74.2018.4.03.6183
5021250-28.2018.4.03.9999	5290254-03.2020.4.03.9999	5290257-55.2020.4.03.9999

5290869-90.2020.4.03.9999	5292272-94.2020.4.03.9999	5292654-87.2020.4.03.9999
5293299-15.2020.4.03.9999	5293613-58.2020.4.03.9999	5439604-02.2019.4.03.9999
5508309-52.2019.4.03.9999	5513294-64.2019.4.03.9999	5636680-34.2019.4.03.9999
5670928-26.2019.4.03.9999	5001543-47.2018.4.03.6128	

b) Verificar cumprimento de despacho que determinou a intimação do INSS (foi certificado o decurso do prazo para a parte agravante, quando o despacho determinou a intimação do agravado):

5006035-65.2020.4.03.0000

A Subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre 1º de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023, 40 sessões ordinárias, sendo 19 da 7ª Turma (11 virtuais, 2 por videoconferência e 6 presenciais) e 21 da 9ª Turma (12 virtuais, 8 por videoconferência e 1 presencial). Segundo informado pelo Diretor, não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram as Turmas e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável à padronização e racionalização dos procedimentos, resultando na eliminação do acervo atrasado. O volume de pendências na Subsecretaria é praticamente nula, pois, dos 50 processos inspecionados, em apenas um se registrou a necessidade de esclarecimento da unidade. Foram listados outros 23 processos acima, no entanto, quanto a estes o problema decorre da inconsistência de dados encaminhados pela estatística do Tribunal ao CJF, pois referidos processos não se encontram na Subsecretaria.

Quanto a estes, a Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos prestou a seguinte informação à equipe de estatista do CJF:

“Verifiquei que estes processos constaram na questão ‘12-Processos em tramitação fora da fase de conclusão, com discriminação do órgão julgador’, pois é baseada em variável que contabiliza todos os processos que não estão conclusos.

Há processos que estão localizados em duas tarefas, uma do gabinete e uma da secretaria. Com isso, adotamos o critério de sempre contabilizar na secretaria se o processo não tem fase de conclusão.

Em consulta aos exemplos enviados verifiquei que os processos foram remetidos para o gabinete, mas não há fase de conclusão que é o movimento identificador para contabilizar o processo como concluso no gabinete.

O PJe tinha essa lacuna e não gerava a fase de conclusão quando o feito era remetido da distribuição para o gabinete. Perguntei para o David se se recorda a partir de quando passou a gerar a fase de conclusão, mas ele não lembra a data exata.

O problema de considerar o processo como concluso no gabinete a partir da fase de remessa da distribuição para o gabinete do relator é que poderá considerar

processo que não é conclusão como conclusivo, ou, ainda, no momento inadequado.”

Verifica-se, pois, que a inclusão de tais processos na amostra da Subsecretaria para inspeção decorreu da inconsistência dos dados estatísticos e não de falha no serviço da unidade inspecionada.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Desembargadora Daldice Santana, Coordenadora da Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção, e pelos servidores Dawid Carvalho de Souza (Diretor da Subsecretaria), Flaviene Renata da Costa Vanderley (Diretora da Divisão de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios), Ronei Pimenta e Souza (Diretor da Divisão de Expedição e Cumprimento), Suely Leiko Miura (Diretora da Divisão de Coordenação e Julgamento da 7ª Turma) e Washington Luiz Valero Fernandes (Diretor da Divisão de Coordenação e Julgamento da 9ª Turma).

A Desembargadora discorreu inicialmente sobre a unificação das Subsecretarias das Turmas, o que ocorreu em 2020, por meio da Resolução CATRF3 112/2020, a partir da provocação dos Presidentes das 7ª e 9ª Turmas, em razão da constatação da necessidade de uniformizar procedimentos e implementar uma concepção de processo eletrônico, evitando reproduzir aqueles típicos de processos físicos, desnecessários na nova modalidade.

A primeira providência, reportada, inclusive, como boa prática, foi realizar o diagnóstico e mapeamento das atividades da Subsecretaria, elegendo o melhor procedimento a ser utilizado. Foi também adotada a divisão equitativa do trabalho para todos os servidores de cada setor, com a divisão dos processos pela numeração destes.

Outra iniciativa que agilizou a tramitação dos processos, foi determinar que a Subsecretaria promovesse a intimação para contrarrazões de embargos de declaração e agravos internos por meio de atos ordinatórios, encaminhando os processos aos gabinetes apenas quando estivessem prontos para julgamento.

A Desembargadora esclareceu que, com a unificação, e a partir da racionalização dos procedimentos, foi possível a redução do quadro de pessoal, que totalizava 31 servidores para apenas 22, embora esta seja uma preocupação do Diretor, em razão da criação de dois novos Gabinetes vinculados à unidade, o que pode resultar no aumento da demanda na Subsecretaria.

A gestão da Subsecretaria incumbe ao Diretor (CJ02), estando a equipe agrupada em quatro divisões (CJ01): a) Triagem, Análise e Atos Ordinatórios (cinco servidores); b) Cumprimento e Expedição (seis servidores); c) Coordenação e Julgamento da 7ª Turma (cinco servidores); e d) Coordenação e Julgamento da 9ª Turma (cinco servidores).

À exceção do Diretor, que trabalha todos os dias de modo presencial, os demais servidores exercem suas funções de forma híbrida (presencial e teletrabalho), em sistema de rodízio, de modo a preservar o percentual estabelecido pela Resolução CNJ 481/2022.

A partir da unificação, foi criado um novo perfil para os servidores, para os processos recebidos a partir de então, permanecendo os processos que já tramitavam nas 7ª e 9ª Turmas vinculados aos respectivos perfis, de modo que os servidores, como trabalham com todos os processos, não estando mais vinculados a uma ou outra Turma, utilizam três perfis distintos.

Foram estabelecidas três fases de atuação: a primeira, consistiu em dar andamento a cerca de 5 mil processos da 7ª Turma e 1,5 mil da 9ª Turma, que estavam com atraso. A segunda fase consistiu na tramitação de 5 mil processos que foram recebidos já no perfil unificado e, por fim, na terceira fase, nova triagem para verificar o que ainda se encontrava com pendência na Subsecretaria. Atualmente, estão trabalhando com os processos que são recebidos, sem acúmulo em nenhuma fase.

Nesse aspecto, é importante destacar que, conquanto conste no item 3.1 do questionário que existiriam 11 processos com pendência na publicação de acórdão/decisão, trata-se de inconsistência dos dados fornecidos pela Divisão de Estatística do Tribunal, tendo o Diretor da Subsecretaria apresentado a relação dos processos e as movimentações correspondentes.

Da mesma forma, o item 3.4 do questionário aponta processos sem movimentação há mais de 120, 90 e 60 dias, enquanto o Diretor da unidade inspecionada informou que não existe pendência.

Dentre as providências para o saneamento da Subsecretaria, foi narrado também a determinação de sobrestamento dos processos nos próprios Gabinetes, competindo à unidade inspecionada unicamente a intimação dos despachos de sobrestamento. Decorrido o prazo para eventual recurso, os autos são devolvidos aos Gabinetes para sobrestamento, ou para análise de petição contra tal medida, quando for o caso.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela unidade, foram reportados problemas com o sistema PJe, seja em relação ao extravio de processos “no fluxo”, o que acontece com certa frequência, bem como problemas de integração com o sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto aos processos de competência delegada. Segundo informado, o sistema do TJSP não recebe os processos com baixa, sendo identificados cerca de 700 processos baixados em diligência desde 2019 que não tinham sido recebidos na origem. A solução em relação a estes foi remetê-los para cumprimento por meio de carta de ordem.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 8. Necessário se destacar, entretanto, que em apenas um processo há providência a ser adotada pela Subsecretaria. Os demais constaram na relação da amostra da unidade inspecionada, em decorrência de inconsistência dos dados, uma vez não se encontrarem ali tramitando.

A partir dos dados disponibilizados para a inspeção, assim como daqueles fornecidos durante a entrevista e da análise dos processos selecionados pela equipe do CJF, observa-se que a unidade inspecionada é muito bem administrada, contando com equipe motivada e experiente. A unificação das Subsecretarias das 7ª e 9ª Turmas, com a elaboração de plano de trabalho, que incluiu a discussão e seleção dos melhores procedimentos a serem adotados e racionalização do trabalho, mostrou-se bastante exitosa, tendo a unidade conseguido movimentar todos os processos com atraso na tramitação.

Dessa forma, não existem recomendações específicas para a unidade, que não a continuidade do trabalho que já vem sendo realizado, digno de elogio.

SUBSECRETARIA UNIFICADA B DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria Unificada B de Turmas da Terceira Seção

1.2 Competência

Previdenciária

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Presidente da Décima Turma: Desembargador Federal Baptista Pereira - Presidente da Oitava Turma: Desembargadora Federal Therezinha Cazerta

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

João Soares - Diretor da Subsecretaria

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	20
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	8ª Turma: 4 processos 10ª Turma: 3 processos
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	8ª Turma: 1.647 processos 10ª Turma: 772 processos
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	8ª Turma: 1.071 processos 10ª Turma: 527 processos
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	8ª Turma: 114 processos 10ª Turma: 6 processos

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	8ª Turma: 10.106 10ª Turma: 16.927
Média de dias do julgamento à publicação	8ª Turma: 1 processo 10ª Turma: 1 processo
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	8ª Turma: 4 processos 10ª Turma: 45 processos
Pendentes de publicação	8ª Turma: 1 10ª Turma: 0
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	8ª Turma: processo n. 5286303-98.2020.4.03.9999 – 2/8/2023 - Carta ordem para intimação - processo sigiloso. 10ª Turma: 0

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 60 dias	8ª Turma: 27 processos 10ª Turma: 18 processos
Há mais de 90 dias	8ª Turma: 23 processos 10ª Turma: 8 processos
Há mais de 120 dias	8ª Turma: 95 processos 10ª Turma: 77 processos

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)
Oitava Turma: Desembargadora Federal Terezinha Cazerta - Sessões dos dias 8/8/22, 22/8/22, 17/10/22, 24/4/23 e 8/5/23 (férias regulamentares) - Desembargador Federal Toru Yamamoto - Sessão do dia 6/3/2023 (férias regulamentares) - Desembargador Federal Hebert De Bruyn - Sessões dos dias 26/6/23 e 10/7/23 (férias regulamentares). Décima Turma: Desembargador Federal Sergio Nascimento - Sessões dos dias 9/8/22, 16/8/22, 13/9/22, 27/9/22, 4/10/22, 25/10/22, 22/11/22, 15/12/22, 7/2/23, 14/3/23, 9/5/23, 27/6/23 e 25/7/23 (em razão de sua nomeação como juiz efetivo do Tribunal

Regional Eleitoral de São Paulo) - Desembargador Federal Nelson Porfirio - Sessão do dia 11/7/2023 (férias regulamentares) - Desembargadora Federal Leila Paiva - Sessão do dia 25/7/2023 (férias regulamentares).

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Oitava Turma: 21 Sessões de julgamentos. Décima Turma: 26 Sessões de julgamentos.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. A UN3B, desenvolveu plano de trabalho, reunindo semanalmente com os Diretores de Divisão, no intuito de acompanhar o desenvolvimento do trabalho da Subsecretaria mediante avaliação da produtividade de cada servidor, objetivando tornar o trabalho eficiente e célere.

4.2 Boas práticas e inovações

Graças ao empenho e à dedicação de sua equipe, esta subsecretaria unificada consegue dar vazão à elevada quantidade de feitos recebidos dos gabinetes que compõem a Oitava e Décima Turmas, podendo ser elencados como boas práticas: a consulta habitual de relatórios gerenciais; a cooperação entre as divisões; o treinamento constante de funcionários e a realização de reuniões periódicas. Outrossim, é importante ressaltar que, com o apoio das Presidências destas Turmas, visando ao bom andamento dos trabalhos, foram elaborados cronogramas que contemplam o tempo em que serão cumpridos atos processuais de feitos que aqui tramitam.

4.3 Dificuldades

Com relação às dificuldades enfrentadas, podemos ressaltar a existências de falhas e a ausência de importantes funcionabilidades do PJe.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Os processos remetidos ao Ministério Público Federal são realizados pelo próprio PJe, pois quando o prazo se expira, os processos retornam automaticamente sem a necessidade de se cobrar a devolução.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Os processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista são controlados pelos próprios gabinetes. Aqueles com pedidos de vista e adiados, normalmente são levados a julgamento na sessão seguinte, a fim de que não haja necessidade de nova inclusão dos processos em pauta.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

8ª Turma: 2 vezes ao mês; 10ª Turma: 3 vezes ao mês.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

As pautas de julgamentos são elaboradas pelos gabinetes. Para inclusão dos processos na pauta há uma escala partindo do Desembargador Federal mais antigo para o mais novo. Isto é feito para que a inclusão ocorra na ordem de antiguidade dos Desembargadores. Após a inclusão de todos os Gabinetes os processos são enviados para intimação da pauta, via sistema.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. A Presidência do TRF3, baixou a Resolução n. 565, de 31 de janeiro de 2023, a qual dispôs sobre o trabalho não presencial, em suas diversas modalidades, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, para a adequação à Resolução CNJ n. 481, de 22 de novembro de 2022. Os servidores comparecem à unidade três dias por semana, em observância ao percentual máximo diário de 30% do quadro permanente da Subsecretaria em trabalho não presencial.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento às partes e aos advogados é feito tanto de forma presencial e por telefone, quanto pelo Balcão Virtual, no horário das 13h às 19h, obedecendo uma escala diária entre os servidores.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0005896-15.2008.4.03.6114	24/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado em 8/8/2023 e acórdão publicado em 15/8/2023.		
5003705-51.2022.4.03.6103	30/11/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado em 8/8/2023 e publicado 14/8/2023		

0002524-12.2014.4.03.6126	11/9/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo julgado em 9/8/2023 e acórdão publicado em 14/8/2023.		
0000692-93.2014.4.03.6141	19/6/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: processo concluso para julgamento em 21/8/2023		
0043856-20.1990.4.03.9999	29/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: processo concluso em 28/8/2023.		
0007263-17.2015.4.03.6183	29/2/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 8/2/2022.		
0014933-70.2016.4.03.9999	28/4/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado dia 8/8/2023 e publicado o acórdão em 10/8/2023.		
0002878-69.2015.4.03.6104	21/9/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo julgado em 8/8/2023 e publicado o acórdão em 10/8/2023.		
0008174-22.2018.4.03.9999	22/3/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo concluso para julgamento em 10/7/2023		
5008592-71.2018.4.03.6183	21/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: embargos de declaração julgados em 22/6/2023 - agravo protocolado em 7/7/2023 - decorreu prazo do INSS em 29/8/2023.		
5001876-50.2018.4.03.6111	9/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 28/4/2021.		
5015917-97.2018.4.03.6183	12/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: embargos de declaração julgados em 22/6/2023 - agravo protocolado em 7/7/2023 e em 29/8/2023 decorreu o prazo do INSS para manifestação quanto ao agravo.		
5006845-86.2018.4.03.6183	18/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 28/3/2022.		
5008182-13.2018.4.03.6183	11/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 18/8/2021.		
5009658-74.2019.4.03.0000	18/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo julgado em 22/8/2023 - acórdão publicado em 28/8/2023.		
5018164-68.2021.4.03.0000	11/2/2022	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo arquivado definitivamente em 23/11/2021.		
5022200-22.2022.4.03.0000	17/8/2022	Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: processo arquivado definitivamente em 3/8/2023.		
5012345-02.2019.4.03.6183	29/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo recebido da primeira instância em 29/7/2020 - e o setor de distribuição remeteu o processo diretamente para o gabinete em 31/7/2020.		
5292207-02.2020.4.03.9999	30/7/2020	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo distribuído por sorteio em 30/6/2020 e remetido para o gabinete em 3/8/2020 pela UFOR.		
5293008-15.2020.4.03.9999	31/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: processo distribuído por sorteio em 31/7/2020 e remetido, pela UFOR, para o gabinete do relator, em 3/8/2020.		
5293658-62.2020.4.03.9999	31/7/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo distribuído por sorteio em 31/7/2020 e remetido, pela distribuição, ao gabinete do relator em 3/8/2020.		
0000291-19.2012.4.03.6124	23/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: processo remetido pela primeira instância em 13/11/2020 - nesta situação o processo vai direto para o gabinete sem passar pela secretaria.		
0003726-67.2002.4.03.6183	27/5/2009	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo com remessa ao TRF em 20/5/2021- embargos à execução com a apelação vai direto para o gabinete sem passar pela secretaria.		
0013550-94.2005.4.03.6102	29/11/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 11/11/2021.		
0004343-22.2005.4.03.6183	23/11/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo remetido pela Primeira Instância em 10/3/2022 - nesta situação o processo vai direto para o gabinete sem passar pela secretaria.		
0005977-93.2006.4.03.6126	4/2/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: processo recebido da Primeira Instância em 25/5/2022 - neste caso, pelo fluxo, o processo vai direto para o gabinete.		
0002573-51.2007.4.03.6109	30/3/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: processo remetido pela Primeira Instância em 30/5/2022 - nesta situação o processo vai direto para o gabinete sem passar pela secretaria.		
0000229-18.2013.4.03.6326	16/3/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo sobrestado desde 23/11/2023.		
0008853-97.2013.4.03.6183	17/12/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo sobrestado em 3/11/2021.		
0004872-84.2015.4.03.6120	21/1/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 16/11/2021.		
0010247-35.2016.4.03.9999	30/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 23/11/2023.		
0032041-15.2016.4.03.9999	20/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 8/2/2022.		
0010923-19.2015.4.03.6183	3/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 16/11/2021.		
0000847-65.2005.4.03.6124	5/6/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: processo julgado em 8/8/2023 e publicado o acórdão em 14/8/2023.		
0011699-87.2013.4.03.6183	5/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 15/7/2021.		
5003898-39.2017.4.03.6104	23/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 30/6/2021.		
5007959-60.2018.4.03.6183	24/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 7/7/2021.		
5006087-10.2018.4.03.6183	12/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: processo sobrestado em 30/6/2021.		
5005339-75.2018.4.03.6183	22/4/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo sobrestado em 7/6/2021		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados, todos são eletrônicos. Não há processos físicos inspecionados.

A Subsecretaria administra a realização de 4 (quatro) sessões por mês (sendo duas da 8ª Turma e duas da 10ª Turma), tendo havido, entre 30/8/2022 e 30/8/2023, 47 ordinárias. Segundo informações do Diretor não houve sessões extraordinárias e nenhuma sessão foi cancelada.

Das sessões realizadas, as duas da 10ª Turma são presenciais e, na 8ª Turma, 4 são virtuais e 1 presencial.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 39 processos inspecionados, 9 se encontravam com atraso na tramitação, mas que foram regularizadas.

Ressalte-se que esses 9 processos eram feitos sobrestados e, conforme informado pelo Diretor, o controle desses processos fica a cargo de cada Gabinete que solicita os processos da Subsecretaria.

Dos processos inspecionados, não houve atraso da Subsecretaria, mas em relação à atuação do gabinete (5293008-15.2020.4.03.9999, 5292207-02.2020.4.03.9999, 0002573-51.2007.4.03.6109, 0003726-67.2002.4.03.6183).

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo(a) Diretor(a) João Soares, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A equipe é separada por tarefas e, quando necessário, todos trabalham na mesma atividade, a fim de manter o setor saneado.

O maior volume de trabalho ocorre nos períodos que antecedem as sessões e logo após a sua realização.

O servidor informou que as providências depois das sessões ocorrem em até 10 (dez) dias.

Foi informado, ainda, que mantém em dia todas as tarefas.

O Diretor informou que, apesar do PJe trazer melhorias, ressaltou que o sistema apresenta falhas, além da ausência de algumas funcionalidades.

Atualmente o setor está com déficit de 2 (dois) servidores.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade: priorizar a tramitação dos processos indicados no item 3.4.

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 4ª SEÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria Unificada das Turmas da Quarta Seção - UNI4

1.2 Competência

Competência Criminal, ressalvada a do Órgão Especial.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal André Nekatschalow

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Mikaela Fabiana Mota Garcia - Diretora de Secretaria

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	22
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

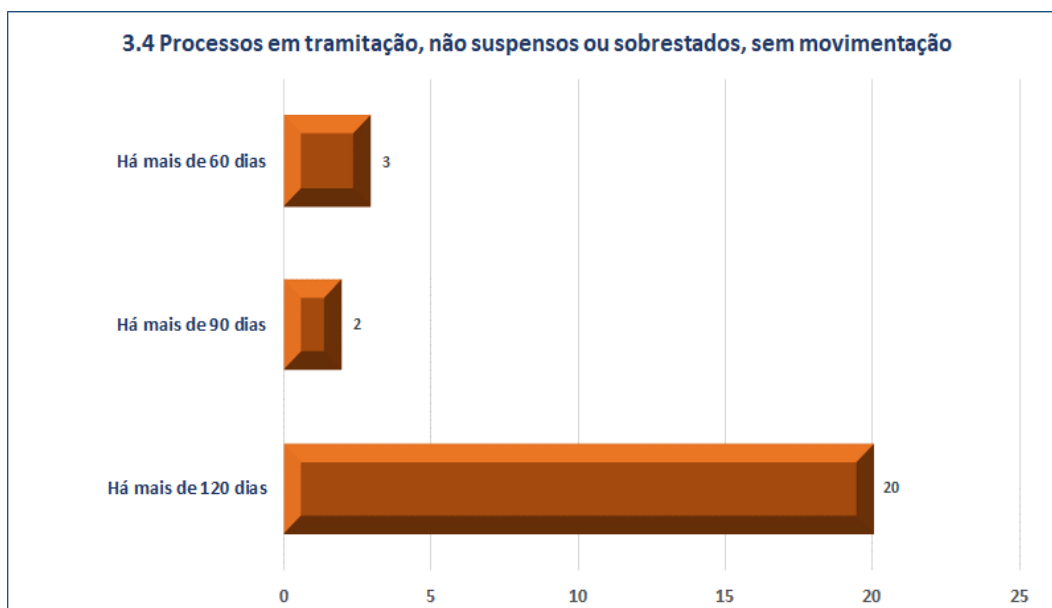
Publicação de acórdão/decisão	146
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	3
Análise/triagem	6
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0

3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Total	53
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	17

Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0
---	---

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	4.259
Média de dias do julgamento à publicação	3
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	214
Pendentes de publicação	139
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50081417120224036000 – 13/2/2023 - acórdão de 26/7/23 - transitado em 22/8/23



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)
Ausências de membros do colegiado nas sessões da Quinta Turma: Des. Fed. Mauricio Kato (5/9/22; 19/9/22; 3/10/22; 17/10/22; 10/4/23; 24/4/23; 8/5/23; 22/5/23 e 7/8/23 - férias e compensação); Des. Fed. Ali Mazloum (24/7/23 - férias); Des. Fed. André Nekatschalow (30/1/23 - férias); Des. Fed. Paulo Fontes (7/11/22 e 5/6/22 - afastamento - membro da Banca Julgadora - Concurso Magistratura TRF3). Ausências de membros do colegiado nas sessões da Décima Primeira Turma: Des. Fed. Fausto De Sanctis (8/9/22; 24/11/22; 6/1/23; 9/2/23; 2/3/23; 9/3/23; 30/3/23; 13/4/23; 27/4/23 - férias); Des. Fed. José Lunardelli (2/3/23 - férias); Des. Fed. Nino Toldo (11/5/23; 25/5/23; 1º/6/23 - férias).

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

A Quinta Turma realizou desde o mês de setembro de 2022, vinte e duas sessões. A Décima Primeira Turma realizou desde o mês de setembro de 2022, vinte e duas sessões.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, a gestão da Unidade é realizada pela Diretora da Secretaria Unificada, compartilhada com os Diretores de Divisão. As atividades e processos de trabalho são distribuídas pelos Diretores de cada Divisão conforme demanda do setor aos respectivos servidores. A DIVISÃO DE TRIAGEM ANÁLISE E ATOS ORDINATÓRIOS é responsável pela triagem dos feitos; confecção das certidões de objeto e pé; a DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CUMPRIMENTO pelo cumprimento dos despachos e decisões monocráticas, com a expedição dos atos necessários (cartas de ordem, mandados, precatórias, editais, etc); a DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO da 5ª TURMA e a DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO da 11ª TURMA são responsáveis pela organização das pautas de julgamento; das sessões virtuais ou presenciais; das publicações dos acórdãos, com a expedição do necessário caso haja determinação, além do trânsito em julgado. Os servidores de cada divisão cumprem metas diárias conforme a demanda de forma que os feitos não excedam um tempo excessivo em cada tarefa.

4.2 Boas práticas e inovações

A digitalização dos feitos permitiu que parte do trabalho da Secretaria fosse realizado de forma remota, o que agregou mais qualidade de vida aos servidores e tem proporcionado uma estabilidade maior no setor, já que diminuíram os pedidos de transferência para outros setores do Tribunal, portanto, trata-se de uma inovação que deve ser mantida. O atendimento ao público pelo balcão virtual também fez diminuir bastante a vinda dos advogados ao balcão físico e constitui uma inovação benéfica para os servidores e advogados. Da mesma forma, a realização das sessões por videoconferência proporciona aos advogados de outros Estados e cidades distantes a oportunidade de se manifestarem nos autos quando do julgamento dos feitos de uma forma prática e sem custos, portanto, também constitui uma inovação benéfica e deve ser mantida.

4.3 Dificuldades

As dificuldades das Secretarias deste e. Tribunal são sempre os quadros de servidores. Temos dificuldades em manter o quadro completo, já que os servidores encaram o trabalho da Secretaria menos intelectual se comparado ao trabalho dos gabinetes.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

As remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública e Advocacia Geral da União são realizadas pelo sistema PJe e com prazo determinado, findo esse prazo, o próprio sistema lança o decurso e o feito é direcionado à pasta decurso de prazo ou análise de secretaria.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle dos processos com pedidos de vista é realizado por meio de planilha preenchida manualmente após as sessões de julgamento pela própria Secretaria. As declarações de voto são realizadas pelo Desembargador até o dia da sessão, já que após encerrada a sessão, o sistema PJe não permite a inserção da declaração de voto.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões de julgamento são realizadas de 15 em 15 dias.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Cada Divisão de Julgamento da Secretaria tem um cronograma, compartilhado com os gabinetes das Turmas, no qual constam as datas de inclusão pelo gabinete dos processos em pauta, em mesa e possível aditamento. Após incluídos em pauta pelos gabinetes, os processos são triados para conferência das partes e advogados pela Divisão de Triagem e a Divisão de Julgamento procede à intimação das partes, com a expedição do necessário. Na intimação consta informação acerca da sessão, se presencial ou virtual e como o procurador deverá proceder em caso de sustentação oral, preferência ou link para acompanhar a sessão por videoconferência. A ordem dos processos em pauta segue a ordem regimental, inclusive quando da anotação dos pedidos de sustentação oral (ordem regimental). Os feitos incluídos em mesa dispensam a intimação dos procuradores.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, foi elaborada tabela de ausência e presença dos servidores, de forma a cumprir efetivamente a Resolução n. 481.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento das partes e advogados é realizado por meio do balcão virtual, todos os dias, das 13 às 19 horas e de forma presencial, todos os dias, das 12 hs as 19 hs.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000794-03.2022.4.03.6124	9/6/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho de 25/8/23 determinando a certificação do trânsito em julgado e baixa ao juízo de origem após o decurso do prazo. Processo com prazo em curso.		
0001090-07.2017.4.03.6118	3/4/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Acórdão transitado em julgado e processo baixado ao juízo de origem.		
0005508-16.2016.4.03.6120	14/4/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado em 21/8/23 e baixado ao juízo de origem em 25/8/23.		
0013443-60.2008.4.03.6000	2/12/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado na Vice-Presidência para julgamento do Recurso Extraordinário.		
0012211-33.2010.4.03.6100	24/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete da Vice-Presidência para julgamento do Recurso Extraordinário.		
0018513-20.2006.4.03.6100	11/11/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado na Vice-Presidência para julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário.		
5003480-59.2022.4.03.6126	22/2/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado e baixado ao juízo de origem em 30/8/23.		
0009018-92.2009.4.03.6181	8/9/2016	Apelação Criminal
Observação/Providência: Acórdão de 27/7/23. Juntada de RESP. Processo localizado atualmente no Gabinete da Vice-Presidência.		
5001616-85.2019.4.03.6127	17/12/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado e baixado ao juízo de origem em 23/8/23.		
5011706-64.2023.4.03.0000	4/5/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado em 9/8/23 e arquivado definitivamente.		
5010182-32.2023.4.03.0000	18/4/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Acórdão publicado e transitado em julgado em 21/8/23.		
5015683-64.2023.4.03.0000	12/6/2023	Habeas Corpus Criminal

Observação/Providência: Processo transitado em julgado em 9/8/23 e arquivado definitivamente.		
0021968-80.2012.4.03.6100	3/6/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico incluído na pauta da sessão ordinária de julgamento de 14/9/23.		
0015762-93.2015.4.03.6181	19/2/2016	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo físico remetido à Justiça Federal de Brasília por determinação do e. Relator em despacho proferido em 24/11/2022.		
0007905-59.2016.4.03.6181	8/9/2016	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao Juízo Federal de Brasília/DF por determinação do Relator em 24/11/2022.		
0010786-35.1991.4.03.6100	19/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete.		
0004665-30.2015.4.03.6106	22/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 7/8/2023, com acórdão publicado em 18/8/2023.		
5002520-63.2019.4.03.6141	22/7/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de 24/8/23 pelo e adiado por indicação do Relator. Autos atualmente conclusos no gabinete do Relator.		
0006907-62.2014.4.03.6181	27/1/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Agravo Regimental julgado em 10/8/2023. Acórdão publicado. Processo com prazo em curso para as partes.		
0000120-49.2018.4.03.6125	10/2/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo conclusos com o Relator Des. Fed. Hélio Nogueira.		
0000675-92.2019.4.03.6105	22/3/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed. Hélio Nogueira.		
5008143-62.2023.4.03.0000	28/3/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado e baixado ao juízo de origem.		
5010030-86.2020.4.03.0000	29/4/2020	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente à Turma Recursal.		
5022439-26.2022.4.03.0000	19/8/2022	Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Processo conclusos no gabinete do e. Relator.		
5010281-02.2023.4.03.0000	18/4/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decisão de 5/6/2023 que determina que os autos devem aguardar em Secretaria o julgamento da ADC 85 pelo STF.		
5012308-55.2023.4.03.0000	10/5/2023	Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado em 10/7/23 e arquivado definitivamente.		

5010742-71.2023.4.03.0000	24/4/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado em 4/8/23 e arquivado definitivamente.		
0036366-38.2008.4.03.0000	31/3/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Habeas Corpus arquivado definitivamente em 8/8/23, após trânsito em julgado.		
5001390-89.2023.4.03.0000	27/1/2023	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decorrido o prazo do acórdão não foi certificado o trânsito em razão da determinação do STJ que sobrestou o julgamento do Recurso Extraordinário até trânsito do Tema 788STF.		
0007486-89.2001.4.03.6108	4/9/2009	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos físicos baixados ao juízo de origem desde 25/11/2004 e lá baixado definitivamente ao arquivo em 3/11/2022. Realizado lançamento no siapro para correção.		
0002680-29.2006.4.03.6110	7/5/2013	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico baixado à vara de origem desde 17/10/08, no entanto a juntada de informações em cumprimento a ofício oriundo do STJ no sistema GEDPRO, após a baixa, gerou informação errônea no sistema SIAPRO. Lançada fase de baixa no SIAPRO novamente.		
5002984-93.2021.4.03.6181	26/5/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso no gabinete do e. Des. Fed. Paulo Fontes em razão de pedido de vista.		
5005607-33.2021.4.03.6181	4/7/2022	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o Des. Fed. Paulo Fontes após pedido de vista dos autos em sessão de julgamento.		
0007457-47.2016.4.03.6000	23/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo sobrestado por despacho datado de 14/4/2023, proferido pelo e. Relator.		
5000185-55.2023.4.03.6004	19/6/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso no gabinete do Relator.		
5031234-21.2022.4.03.0000	18/11/2022	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decisão de 11/4/2023 que determina que se aguarde o julgamento do conflito de jurisdição para que o feito seja julgado pelo órgão competente.		
5000558-98.2023.4.03.6000	29/6/2023	Apelação Criminal
Observação/Providência: Proferido despacho em 11/8/23 para vista à Procuradoria Regional da República para parecer. Processo com prazo em curso.		
0005109-56.2016.4.03.6000	9/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
5006166-19.2019.4.03.6000	20/2/2020	Recurso em Sentido Estrito

Observação/Providência: Processo concluso com o e. Des. Fed. Mauricio Kato em razão dos embargos de declaração.		
0001017-68.2018.4.03.6128	27/11/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
0006902-16.2005.4.03.6000	18/10/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
0003920-03.2014.4.03.6133	27/11/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos localizados no gabinete do e. Relator Des. Fed. Fausto De Sanctis.		
0009292-12.2016.4.03.6181	3/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete. Conclusos.		
0018186-11.2016.4.03.6105	5/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete. Conclusos.		
5004550-48.2019.4.03.6181	5/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso no gabinete do e. Relator.		
0000165-79.2019.4.03.6105	19/4/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos distribuídos ao gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
0011622-11.2018.4.03.6181	6/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete. Conclusos.		
0003632-74.2016.4.03.6104	23/4/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: autos localizados no gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
0001321-10.2015.4.03.6181	13/8/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
0007282-29.2015.4.03.6181	29/10/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e Relator Des. Fed. Mauricio Kato.		
0001565-07.2013.4.03.6181	10/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed. Nino Toldo.		
0007951-14.2017.4.03.6181	9/4/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos conclusos com o e. Relator Des. Fed. Fausto De Sanctis.		
0004334-46.2017.4.03.6181	17/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Des. Fed. André Nekatschalow.		
0003148-47.1997.4.03.6000	23/3/2021	Apelação Cível

Observação/Providência: Decisão de 14/8/23 determinou o sobrestamento do feito. Prazo em curso para as partes. Após, será sobrestado conforme determinação.		
0008452-02.2016.4.03.6181	22/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete.		
0004654-33.2016.4.03.6181	25/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo transitado em julgado e baixado ao Juízo de origem em 17/8/2022.		
5002684-29.2020.4.03.6000	6/4/2020	Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo baixado por julgamento definitivo ao Juízo de origem.		
5001023-02.2022.4.03.0000	24/1/2022	Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Sobrestamento do feito determinado pelo STJ até julgamento do Tema 788 pelo STF (ID 277253817).		
0008967-81.2009.4.03.6181	29/8/2017	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta aguardando sessão. Incluído em pauta pelo Relator para a sessão de 4/9/2023.		
0009190-19.2014.4.03.6000	24/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos julgados em 7/8/23. Acórdão publicado. Processo com prazo em curso para as partes.		
0012521-39.2010.4.03.6100	9/6/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos sobrestados por decisão datada de 17/7/23. Tema 985.		
0012304-93.2010.4.03.6100	4/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão datada de 17/7/23. Tema 985.		
0012380-20.2010.4.03.6100	8/2/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado conclusos no gabinete do e. Relator.		
0002376-54.2011.4.03.6110	27/2/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos sobrestados por determinação do e. Relator - Tema n. 985 - Repercussão Geral.		
0001535-21.2009.4.03.6113	22/12/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de 17/7/23 que determina o sobrestamento. Prazo em curso para as partes. Após o decurso do prazo, será sobrestado conforme determinação.		
0017601-18.2009.4.03.6100	4/11/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão datada de 17/7/23. Tema 985.		
0007888-62.2012.4.03.6181	27/8/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete. Preparar relatório e voto.		
0005234-30.2012.4.03.6108	7/5/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico localizado no gabinete do e Relator. Conclusos.		
0000267-22.2010.4.03.6007	3/1/2019	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo localizado em pasta do gabinete do e. Relator Des. Fed, Mauricio Kato.		
0005308-98.2009.4.03.6105	18/2/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do Relator. Tema 985.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 (processos selecionados, 45 são eletrônicos e foram inspecionados em consulta ao sistema PJe).

Os 5 processos físicos indicados na listagem de inspeção foram analisados por meio de extrato processual (SIAPRO), fornecido pela responsável pela unidade.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Regularizar movimento no sistema com a conclusão para o magistrado:

0000165-79.2019.4.03.6105	0001017-68.2018.4.03.6128	0001565-07.2013.4.03.6181
0003632-74.2016.4.03.6104	0003920-03.2014.4.03.6133	0005109-56.2016.4.03.6000
0007282-29.2015.4.03.6181	0007888-62.2012.4.03.6181	0007951-14.2017.4.03.6181
0009292-12.2016.4.03.6181	0011622-11.2018.4.03.6181	0018186-11.2016.4.03.6105
5004550-48.2019.4.03.6181	5006166-19.2019.4.03.6000	

b) Abrir conclusão para o magistrado acerca de petições/comunicações ainda não analisados

0007457-47.2016.4.03.6000	5031234-21.2022.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

A Subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês em cada Turma.

No período de setembro/2022 e setembro/2023, a 11ª Turma realizou 24 sessões ordinárias, 1 sessão extraordinária em 12/2/2022, e a sessão de 26/11/2023 cancelada por falta de quorum, em razão da ausência por compensação dos Desembargadores Federais José Lunardelli e Fausto De Sanctis. A 5ª Turma realizou 24 sessões ordinárias, sem cancelamento até a presente data.

Na 5ª Turma são realizadas apenas sessões por videoconferência onde a participação é exclusivamente remota. Nos meses pares a segunda sessão é realizada presencialmente, facultando-se a participação remota dos advogados. Não são realizadas sessões eletrônicas (virtuais).

Na 11ª Turma é realizada a cada mês uma sessão eletrônica (virtual) e 1 presencial.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 50 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação. Foi detectado apenas um erro de fluxo no sistema que posicionava o processo na Subsecretaria quando o correto seria o processo estar à disposição do gabinete para julgamento, com necessidade de correção no sistema.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Mikaela Fabiana Mota Garcia, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Subsecretaria Unificada atende aos oito gabinetes das duas Turmas (5ª Turma e 11ª Turma) da 4ª Seção, com a realização de duas sessões ao mês para cada unidade.

Não obstante o grande volume de trabalho, identifica-se uma boa gestão do setor que conta com reduzido número de servidores e, mesmo assim, a produtividade é boa, com reduzido nível de atrasos.

O controle de processos paralisados é feito por meio de relatório gerencial extraído do PJe. A gestora, contudo, relata graves inconsistências no sistema que, embora consultado semanalmente, às vezes informa processo paralisado há mais de 60 dias na Subsecretaria, processo este que não aparecia no relatório na semana anterior.

Foram mencionados erros de fluxo, em situações de encaminhamento de autos virtuais de/ou para outro órgão julgador não integrados pelo Magistrado (1ª instância, Vice-Presidência) em que os processos são “desviados” do fluxo e acabam “perdidos” em localizador não controlado. Tal situação foi identificada pois processos nessas condições acabavam “esquecidos” nesse local eletrônico não controlado pela unidade jurisdicional, ocasionando paralisação do andamento. Esse problema foi relatado ao setor de informática competente, porém, segundo esclarecido pelos servidores entrevistados, não foi solucionado até o momento, demanda essa que afigura-se urgente, dada a gravidade da situação e potenciais problemas que podem surgir daí.

Ainda em relação ao PJe, destacou-se a dificuldade no trato com autos sigilosos quando encaminhados para outra unidade jurisdicional, movimento que os tornaria completamente inacessíveis ao gabinete de origem, impedindo não apenas controle, mas até mesmo simples consulta para prestar eventuais informações a Tribunais Superiores. Aliás, trata-se de observação comum feita por praticamente todas as unidades inspecionadas o que, igualmente, está a merecer uma resolução imediata pelo setor de informática competente.

Foram relatadas pela equipe inspecionada dificuldades em relação aos dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, apontando-se inconsistências, notadamente em relação aos processos físicos remanescentes no sistema SIAPRO, que, embora baixados ao juízo de origem, são reativados constantemente no sistema (quando por ex. surge um expediente relacionado), exigindo a abertura de chamado para o novo registro de baixa, movimento inacessível aos gabinetes ou à subsecretaria.

As determinações urgentes seguem um fluxo determinado no PJe sendo imediatamente cumpridas. Além disso, há comunicação entre a subsecretaria e os gabinetes que avisam quando uma ordem dessa natureza é exarada.

Os processos suspensos atualmente ficam nos gabinetes, de modo que não se faz o controle na Subsecretaria, salvo os processos suspensos em razão de parcelamento de débito tributário que exigem a expedição regular de ofícios à Receita Federal ou Fazenda Nacional. Para estes, embora permaneçam suspensos nos gabinetes, é feito um controle externo manual, já que o PJe não possui ferramenta para esse tipo de acompanhamento.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 8.
- b) Manter o sistema de gestão atualmente aplicado, que vem colhendo bons resultados, sempre buscando o aprimoramento das ferramentas e capacitação dos servidores.
- c) Registrar formalmente as inconsistências do sistema PJe, preferencialmente em conjunto com os demais gabinetes, a fim de que possam ser concentradamente encaminhadas e solucionadas adequadamente.

SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR

1.2 Competência

Esta Subsecretaria integra a Secretaria Judiciária, presta o atendimento e as informações processuais, assim como procede à protocolização de petições e documentos referentes a feitos físicos, bem ainda, procede à análise, classificação, autuação, verificação de prevenção e distribuição dos feitos em grau de recurso, remanescentes em meio físico, oriundos Justiça do Estado de São Paulo, inserindo os metadados no PJe e encaminhando o feito físico à Central de Digitalização para a virtualização. Já aos feitos constantes do sistema PJe, compete a análise, classificação, retificação da autuação, verificação de prevenção e redistribuição de feitos originários cadastrados pelos patronos, também em grau de recurso oriundos do 1º grau da Justiça Federal, quanto da integração entre o sistema SAJ da Justiça do Estado de São Paulo, que realiza o envio de feitos em grau de recurso processados na competência delegada do Estado de São Paulo, em meio eletrônico. Compete, ainda, o cadastramento no PJe, a análise, a classificação, a verificação de prevenção e a distribuição dos feitos em grau de recurso, recebidos em arquivo no formato pdf da Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, mas ainda não por meio de sistema de integração, bem ainda, aqueles com declinação de competência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, sejam originários ou em grau de recurso, em todos inserindo, no PJe, as peças processuais recebidas em formato pdf. Compete, finalmente, conferir as imagens digitalizadas dos feitos recebidos em suporte físico e remetidos à Central de Digitalização, inserindo, no PJe, os arquivos de áudio e vídeo que instruem o feito físico.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Márcia Rodrigues Funck Godoy - Analista Judiciária - Diretora da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR - Registro Funcional n. 475

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores sem vínculo	Não há servidores sem vínculo nesta Subsecretaria, sendo a equipe composta de 38 servidores lotados e 1 servidor prestando serviços.
Estagiários	Não há estagiário prestando serviço nesta Subsecretaria.

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, há plano registrado para a gestão do trabalho com a atribuição minuciosa da atividade a ser desempenhada e a correspondente meta de desempenho de cada integrante da equipe. A gestão do trabalho observa o alinhamento estratégico, o padrão produtivo, a manutenção de resultados que são aferidos diariamente mediante o controle de meta de desempenho e da qualidade do trabalho prestado, observada a padronização estabelecida, a observância de regulamentos e, com a desejada redução dos custos e o aumento da autonomia e da qualidade de vida do servidor.

3.2 Quais as atividades desenvolvidas?

Em síntese são: RINF: a protocolização de documentos e petições relativas aos feitos físicos em processamento, encaminhamento às unidades processantes, o atendimento presencial e telefônico de partes e patronos e a devolução à origem de feitos físicos virtualizados. DRAD: análise, retificação da autuação, verificação de prevenção dos feitos em grau de recurso físicos e eletrônicos relativos à matéria previdenciária e assistencial, interpostos em procedimento comum, mandado de segurança ou em embargos à execução. Compete o cadastramento no PJe dos feitos recebidos do TJ-MS em arquivo no formato .pdf DANA: análise, retificação da autuação, verificação de prevenção dos feitos originários cíveis e criminais, e dos feitos em grau de recurso criminais e cíveis de maior grau de complexidade que não versem matéria previdenciária e assistencial atribuídas à DRAD. Compete o cadastramento no PJe dos feitos recebidos de outras unidades da Justiça, em arquivo no formato pdf. Em síntese, são: RINF: a protocolização de documentos e petições relativas aos feitos físicos em processamento, encaminhamento às unidades processantes, o atendimento presencial e telefônico de partes e patronos e a devolução à origem de feitos físicos virtualizados. DRAD: análise, retificação da autuação, verificação de prevenção dos feitos em grau de recurso físicos e eletrônicos relativos à matéria previdenciária e assistencial, interpostos em procedimento comum, mandado de segurança ou em embargos à execução. Compete o cadastramento no PJe dos feitos recebidos do TJ-MS em arquivo no formato .pdf DANA: análise, retificação da autuação, verificação de prevenção dos feitos originários cíveis e criminais, e dos feitos em grau de recurso criminais e cíveis de maior grau de complexidade que não versem matéria previdenciária e assistencial atribuídas à DRAD. Compete o cadastramento no PJe dos feitos recebidos de outras unidades da Justiça, em arquivo no formato .pdf

3.3 Qual tratamento recebem os feitos gravados com prioridade e urgências?

A partir do controle interno de feitos recebidos na Subsecretaria mediante a verificação da classe processual e matéria são analisados com preferência os feitos originários e recursais, cíveis e criminas com pedido de liminar ou tutela, bem ainda os feitos em grau de recurso com interesse de idosos, portadores de necessidades especiais ou doença grave, assim como os interpostos em ação civil pública, de improbidade

administrativa, ação popular, ação de desapropriação, mandado de segurança, ação penal e feitos relativos às Metas do CNJ.

3.4 Boas práticas e inovações

Considero imperativa a diária gestão do acervo de feitos recebidos, o constante aperfeiçoamento dos procedimentos incluídos nas tarefas de atribuição da Subsecretaria, a solicitação pontual de melhoria das ferramentas constantes do sistema informatizado, o efetivo acompanhamento das metas diárias de produção a fim de observar as normas e a padronização, bem ainda a manutenção do padrão produtivo e eficaz que permita a atribuição de tarefas com maior grau de complexidade à equipe, assim como o fácil acesso da equipe à chefia para dirimir dúvidas e para o correto desempenho das tarefas.

3.5 Dificuldades

Há dificuldade no cumprimento da meta diária quando ocorre o recebimento concentrado de feitos, representando maior volume do que o verificado diariamente. Outrossim quando há queda de performance do sistema PJe há dificuldade no cumprimento da meta diária e melhoria do prazo de entrega do feito distribuído no gabinete do Relator. Finalmente, quando existe maior quantidade de feitos com ordem para a redistribuição advinda da indevida classificação realizada no momento do cadastramento realizado por usuário externo, ou na realização de seleção automatizada de critério de redistribuição por criação de novos órgãos julgadores.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, há, nesta Subsecretaria estrito cumprimento do percentual disposto na Resolução CNJ n. 481 para a prestação do trabalho não presencial. De igual modo há fixação de meta diária, tanto no trabalho prestado presencialmente, quanto no não presencial, sendo que, ao não presencial é aplicado o acréscimo regulamentar. Consigno que a meta é fixada, ainda, de acordo com a matéria versada nos feitos, que representa não somente o grau de complexidade diferenciado, mas também o volume de pesquisas acerca de possível prevenção, conexão ou litispendência decorrente da existência de múltiplos incidentes processuais.

5. DISTRIBUIÇÃO

5.1 Como é aferida a regularidade da distribuição? Há algum controle?

A verificação da existência de feito registrado em desacordo com norma regimental é realizada no momento da análise da autuação, comparada aos dados da petição inicial e demais documentos que a instruem. Também quando da verificação de possível prevenção de magistrado há controle da regularidade da distribuição. Não há, nesta

Subsecretaria, ferramenta para a verificação dos acumuladores de distribuição, visto que há, neste Tribunal, unidade específica para a parametrização do PJe e verificação da regularidade deste.

5.2 As atividades da distribuição podem ser realizadas remotamente? Quais?

Sim, atividades relacionadas às tarefas de cadastramento, análise e verificação de prevenção de feitos eletrônicos podem ser realizadas de modo remoto. Já aquelas atinentes à Seção de Informações Processuais e Protocolo - RINF são executadas presencialmente, em decorrência da natureza da tarefa de protocolização de documentos físicos e do atendimento presencial, para informações. Os feitos físicos em grau de recurso recebidos da Justiça do Estado de São Paulo também são recebidos e autuados presencialmente, para o envio à Central de Digitalização a fim de serem virtualizados, quando passam a tramitar eletronicamente, no PJe.

5.3 Existe normativo que regulamente o trabalho remoto para a unidade?

Sim, é a Resolução PRES n. 514, de 28 de abril de 2022.

5.4 Existe distribuição ordinária após o horário de expediente ou nos sábados, domingos e feriados?

Apenas no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, considerado que referido sistema fica disponível de modo ininterrupto nas 24 horas do dia, para o usuário externo, vale dizer, advogados, procuradores, defensores públicos etc. Não há distribuição de feitos físicos após o horário de expediente ou aos sábados, domingos e feriados.

5.5 Como é realizado o controle de prevenção?

O controle de prevenção é tarefa de atribuição desta Subsecretaria e para o seu desempenho é pesquisado, no SIAPRO e PJe, os dados do CPF/CNPJ, assim como o número de registro do feito perante o primeiro grau de jurisdição, seja na condição de processo principal ou de incidente processual, a fim de serem conferidos os dados apontados na rotina de verificação automatizada de prevenção, do PJe. Localizado feito que aponte para a prevenção de magistrado, ou para a existência de conexão ou litispendência, é realizada a redistribuição do feito, sendo idêntica a competência. Caso não seja o procedimento é o lançamento de informação no feito, para apreciação do Relator. A rotina disponibilizada no PJe, apesar de bastante aperfeiçoada, ainda apresenta algumas inconsistências decorrentes da pesquisa no SIAPRO e, sobre estas, há constante empenho na melhoria a partir dos dados informados à equipe técnica, por parte desta Subsecretaria.

5.6 Em que prazo a unidade realiza a atividade de exame de prevenção?

Os feitos originários recebidos nas tarefas da Subsecretaria, no PJe, são analisados e encaminhados ao Relator no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Os feitos em grau de recurso são analisados e encaminhados no prazo médio de 7 (sete) dias,

exceção feita aos físicos recebidos que são encaminhados à Central de Digitalização e, somente após a conferência das imagens virtualizadas, são remetidos ao Relator, cujo prazo fica vinculado à quantidade de volumes do feito, a ser processado na referida Central.

5.7 Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes?

Os feitos originários recebidos nas tarefas da Subsecretaria, no PJe, são analisados e encaminhados ao Relator no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Os feitos em grau de recurso são analisados e encaminhados no prazo médio de 7 (sete) dias, exceção feita aos físicos recebidos que são encaminhados à Central de Digitalização e, somente após a conferência das imagens virtualizadas, são remetidos ao Relator, cujo prazo fica vinculado à quantidade de volumes do feito, a ser processado na referida Central.

5.8 Como ocorre a distribuição em relação aos processos conclusos para juízo de retratação e as reativações processuais a partir da devolução dos tribunais superiores?

Os feitos recebidos para o juízo de retratação e os que são recebidos de Tribunais Superiores retornam ao mesmo magistrado que relatou o feito neste E. Tribunal, mantida a numeração de registro e competência. Eventual redistribuição destes feitos será praticada, nesta Subsecretaria, mediante o cumprimento de ordem judicial.

5.9 Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes, em relação aos processos originários oriundos dos juízos no exercício da competência delegada?

Os feitos recebidos nas tarefas da Subsecretaria, no PJe, são analisados e encaminhados ao Relator no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.10 Qual o percentual de processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada?

A Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE deste E. Tribunal informou que 22% dos processos distribuídos no período de 8/2021 a 7/2023 são originários da competência delegada, conforme SEI n. 0032354-12.2023.4.03.8000

5.11 Qual o percentual dos inquéritos em que há declinação da competência?

A Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE deste E. Tribunal informou que houve o registro do movimento "941-Declaração de Incompetência", em 33% dos inquéritos, consoante SEI n. 0032354-12.2023.4.03.8000.

5.12 Quais servidores tem competência para alterar as informações constantes no sistema, inclusive, o registro de impedimentos dos desembargadores?

No sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe há ferramenta disponibilizada para a retificação da autuação, nos limites estabelecidos no programa existente no PJe e disposto na Resolução PRES n. 482 de 9 de dezembro de 2021. Quanto ao registro de impedimento de Desembargadores há ferramenta para o cumprimento da ordem judicial que determina a realização de redistribuição, em razão do impedimento declarado no feito, ou em cumprimento ao disposto nos arts. 23 e 24 da Resolução PRES n. 482, de 9 de dezembro de 2021, relativamente às ações rescisórias, revisões criminais e embargos infringentes e de nulidade. No sistema SIAPRO não há servidor com permissão para retificação de impedimento de magistrado, sendo necessário o registro de chamado técnico junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, acaso exista ordem judicial para a referida retificação.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada pela Diretora da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, Márcia Rodrigues Funck Godoy, que está no setor desde 1999.

A unidade conta, no momento, com 36 servidores. Parte da equipe adota o regime híbrido de teletrabalho, dentro dos percentuais permitidos pela Resolução CNJ n. 481/2022. Há três servidores que realizam teletrabalho integral, em razão de condições especiais e autorizadas na Resolução aludida.

Acerca da produtividade, a Diretora destacou que a meta diária é de 30 processos para os servidores que estão no presencial. A quota é acrescida de 30% para os servidores que estão em teletrabalho. Ressaltou que a aferição é diária.

A Diretora discorreu sobre a divisão de trabalho estabelecida, apontando que há uma Divisão de Análise e Classificação, supervisionada por Marcela Ferraz Maykot, e a Divisão de Registro, Autuação e Distribuição, supervisionada por José Moacir Marques.

Indagada sobre os servidores que, anteriormente, realizavam os protocolos das petições nos processos físicos, a Diretora informou que, atualmente, ainda há 4 servidores que realizam os protocolos, mas que, em virtude de haver pouquíssimos feitos ainda em meio físico, executam também outras tarefas, especialmente as voltadas às orientações dos advogados quanto ao peticionamento e juntada de peças no sistema PJe.

A distribuição dos processos para as Turmas é feita seguindo o assunto principal identificado pelo advogado. Quando há erro em tal cadastro do assunto principal, o servidor prepara uma informação e envia com o processo ao Gabinete, que poderá devolvê-lo, se entender que o feito não é da sua competência.

Foi informado que, nas “tarefas” do sistema PJe, os processos cíveis são separados dos processos criminais.

No sistema, os processos ainda são divididos em: originários, originários com prioridade, recursos estaduais, recursos federais e recursos federais com prioridade.

Ressaltou a Diretora que, na sub tarefa dos recursos federais, são apostas etiquetas para separar as apelações em ações civis públicas. Contudo, está em fase de elaboração ferramenta do PJe que irá separar dos demais este tipo de recurso.

Foi destacado pela Supervisora que, nos processos originários e nos processos com prioridade, a análise e o envio aos gabinetes não ultrapassam o prazo de 48 horas (os agravos de instrumento, segundo esclareceu, são classificados como originários). No tocante aos recursos federais, diante do crescente número de processos que tratam da “revisão da vida toda”, o prazo para envio aos gabinetes está sendo de 7 dias.

No tocante à análise da prevenção, informou que a Subsecretaria obedece às regras estabelecidas no CPC.

Acrescentou que há uma Portaria da Vice-Presidência (de n. 2, de 14/6/2005) e uma Resolução (Resolução PRES n. 482, de 9/12/2021), que disciplinam a distribuição dos feitos no tribunal, incluindo as regras de prevenção.

Frisou, em relação à sucessão de desembargadores nos gabinetes, que a prevenção é pelo gabinete (cada um deles tem um número). Em atendimento à solicitação desta equipe, a Diretora forneceu a tabela de sucessão, disponível ainda no seguinte link: file:///C:/Users/cjf/Downloads/Tabela%20sucessoes_trf_gabinetes%20-%20sucessoes_trf_gabinetes_9.pdf.

Todos os feitos que aportam ao Tribunal são analisados pela Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, e não apenas aqueles em que é acusada a existência de prevenção.

Em relação aos processos de competência delegada, originários da Justiça Estadual, a Diretora destacou que o sistema do PJe está integrado com o sistema do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Todavia, ainda não há uma integração com o sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul. Em relação aos processos oriundos deste Tribunal, os arquivos são enviados em formato pdf. Também são recebidos processos em meio físico, os quais são digitalizados na Central de Digitalização, sendo as peças indexadas pela própria Subsecretaria. Recebem uma média de 40 a 60 processos físicos por mês. Atualmente, existem 79 processos aguardando digitalização, tendo o mais antigo sido recebido em 30/8/2023.

Questionada sobre os processos que tramitam em segredo de justiça, a Diretora informou que há processos em segredo que apenas são visualizados por ela própria, sendo necessário, pois, informar à Presidência seus períodos de férias, a fim de que seja designado outro servidor responsável por tais visualizações. No mais, os processos sigilosos são visualizados pelos Diretores Marcela e José Moacir. Os demais servidores somente os visualizam quando os recebem por atribuição de etiqueta.

No tocante aos processos devolvidos dos Tribunais Superiores, a Diretora explicou que os processos que já foram enviados através do sistema PJe, são devolvidos diretamente para a Secretaria Processante. Entretanto, os processos que foram enviados através do sistema SIAPRO, são devolvidos à Subsecretaria de Registro, sendo redistribuídos por prevenção ao gabinete do relator que julgou o recurso.

Como maior dificuldade, a equipe apontou a falta de integração do sistema PJe com o sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

Foram destacadas como boas práticas a atribuição da meta diária aos servidores, mediante afixação das etiquetas, e a aferição diária das tarefas realizadas, o que aumentou consideravelmente a produtividade.

A Diretora fez registro de elogio à equipe da Tecnologia de Informação do Tribunal, que tem se esforçado em implementar ferramentas de melhoria do Sistema PJe.

7. RECOMENDAÇÕES

A partir dos parâmetros de análise do Conselho da Justiça Federal e diante dos dados apresentados pela unidade inspecionada, é de se concluir por seu adequado desempenho, não se identificando recomendações a serem formuladas, salvo no que diz respeito ao prazo para encaminhamento dos processos aos gabinetes (7 dias), superior ao informado na última inspeção (de 48 horas). Assim, recomenda-se que a unidade, salvo se identificado fluxo anormal de processos, busque retornar ao seu padrão anterior de prazo para encaminhamento dos feitos.

No mais, a unidade deve manter o método de trabalho, que é digno de elogio, aqui consideradas as suas diversas iniciativas.

F.UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Coordenador

Daldice Maria Santana de Almeida

1.2 Competência

A competência está prevista na Resolução CJF n. 443/2005 e na Resolução TRF3 n. 142/2004, destacando-se: (i) a coordenação administrativa dos Juizados Especiais Federais, incluindo suas Turmas Recursais, propondo ao Tribunal as medidas necessárias para o seu adequado funcionamento; (ii) cumprir e fazer cumprir os regulamentos acerca dos Juizados, editando normas complementares relativas à padronização dos procedimentos; (iii) convocar e presidir a Turma Regional de Uniformização; (iv) reportar ao Tribunal eventuais faltas disciplinares, fornecendo-lhe as informações necessárias para a apuração dos fatos.

1.3 Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais: desde

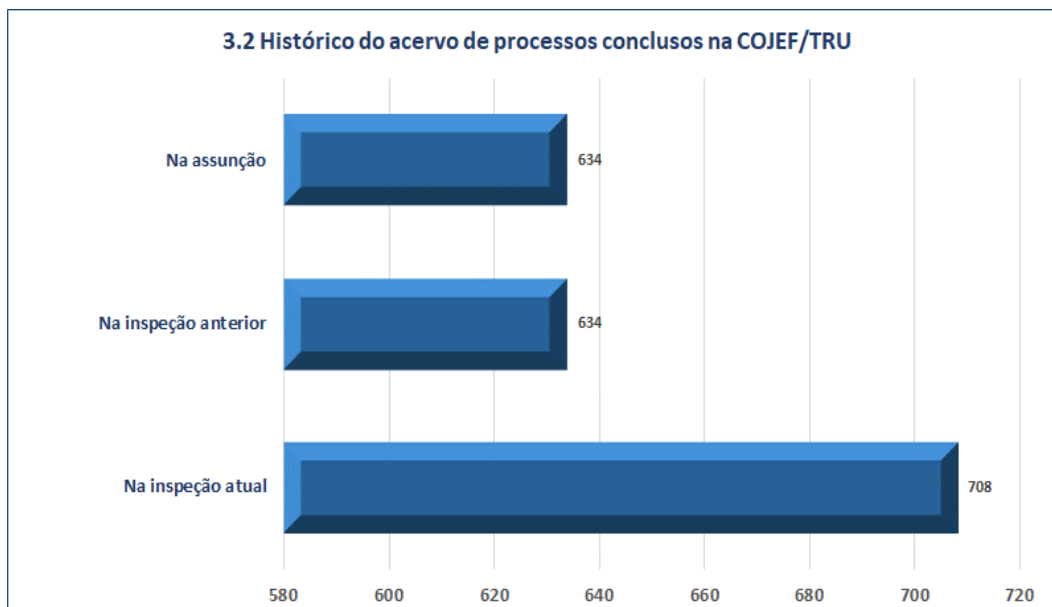
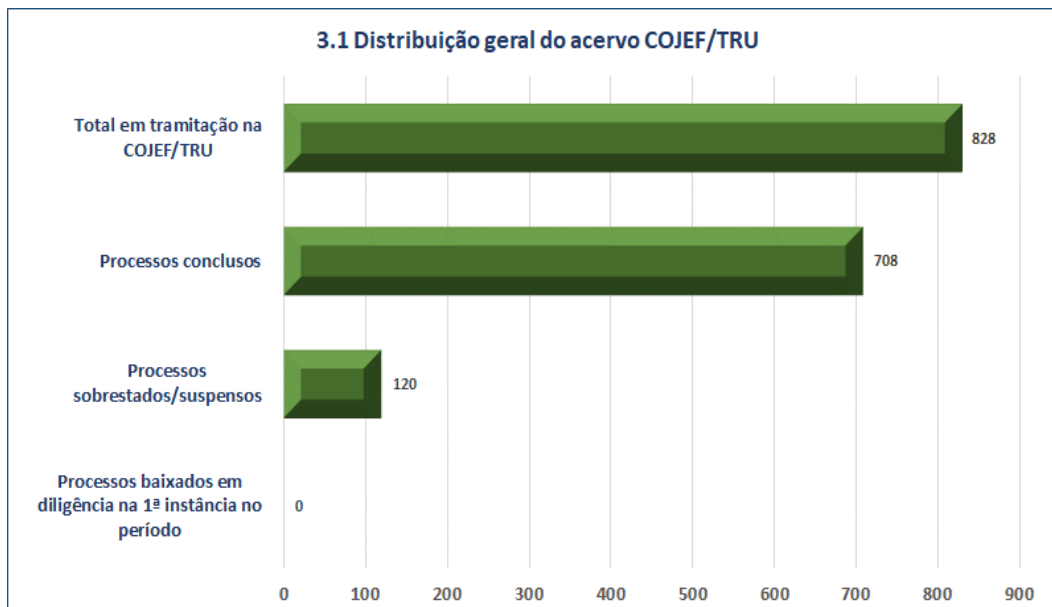
10/3/2022

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

Servidores efetivos	4 de cargos efetivos
Servidores sem vínculo	0 sem vínculo
Estagiários	1 estagiário de nível superior e 1 vaga em aberto de nível médio

3. DADOS ESTATÍSTICOS (PERÍODO: JULHO/2022 A JUNHO/2023)



3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU

0

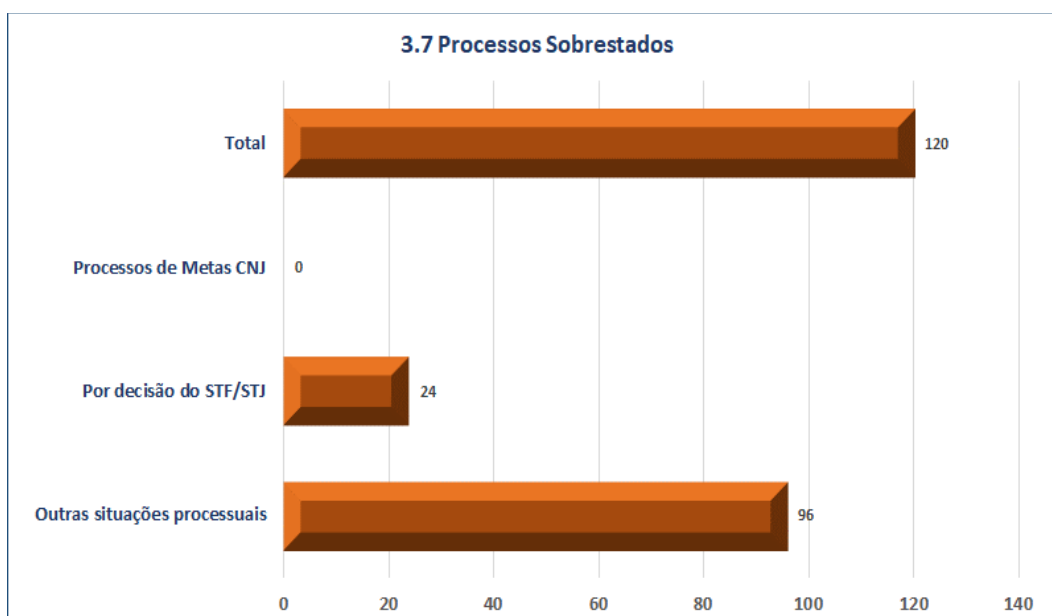
3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição

Processos distribuídos em períodos anteriores a 2019 (inclusive)	5 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023.
--	--

Processos distribuídos em 2020	16 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023.
Processos distribuídos em 2021	57 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023
Processos distribuídos em 2022	18

3.5 Processos extraviados e restaurados	
Processos extraviados e restaurados	0
Processos extraviados e não restaurados	0
O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	0

3.6 Processos conclusos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU	
Desde a distribuição	708
Há mais de 5 anos	0
Há mais de 4 anos	5 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023.
Há mais de 3 anos	16 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023.
Há mais de 2 anos	57 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023.
Há mais de 1 ano	18



3.8 META2/CNJ 2023 da COJEF/TRU - Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2020)	
Pendentes em 31/12/2020	21 - Os processos foram pautados para julgamento na sessão da TRU que ocorreu em 21/8/2023.
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Como órgão de coordenação, faz-se o acompanhamento do controle de acervo dos JEFs, da TRs e da TRU. As atividades são desempenhadas, em razão da demanda, por tarefas e projetos. As metas e o planejamento estratégico para o biênio estão previstos no item 2.2 do relatório anual da Coordenadoria (Expediente SEI n. 0003204-83.2023.4.03.8000). Os eixos estratégicos centrais de atuação desta Coordenadoria têm sido: 1. aprimoramento do PJe, tanto no que diz respeito aos fluxos processuais, quanto no que se refere ao sistema em si; 2. melhoria das condições de trabalho dos JEFs e das TRs, especialmente quanto à estrutura física e organizacional, ao quadro de servidores e à equalização da carga de trabalho; 3. atenção especial aos jurisdicionados mais vulneráveis, entre os quais as pessoas em situação de rua e as populações ribeirinhas, indígenas e de assentamentos; 4. interlocução contínua com os demais atores do sistema de justiça (Advocacia, Procuradorias, DPU, MPF), com vistas a promover a resolução consensual de possíveis dificuldades enfrentadas e conferir celeridade e efetividade às demandas judiciais de competência dos Juizados Especiais.

4.2 Como a unidade está trabalhando para atingir as Metas 1, 2 e 3 do CNJ?

Não se aplica, pois não somos órgão jurisdicional. Na condição de órgão de coordenação, faz-se o acompanhamento do cumprimento das metas pelos JEFs, TRs e TRU. No tocante à Meta 2 foi recomendado aos magistrada(o)s integrantes da TRU a resolução de todos os processos (Expediente SEI 0002716-65.2022.4.03.8000). Quanto à Meta 3 a Coordenadoria atua de forma direta na interlocução com o poder público para estimular o uso dos métodos consensuais na solução das controvérsias de competência dos JEFs.

4.3 Boas práticas e inovações

(i) criação de espaços de diálogo com o público interno (magistrados e servidores), com o público externo, especialmente representantes das Procuradorias, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério Público Federal (MPF); e com os órgãos administrativos (Presidência, Corregedoria e Diretorias do Foro) com a finalidade de tornar possível o atendimento das necessidades

primordiais dos Juizados e das Turmas; (ii) realização de atividade aberta com os diretores de secretaria dos JEFs da 3ª Região para diagnóstico detalhado das dificuldades com o PJe (Expediente SEI n. 0014396-47.2022.4.03.8000 e 0023814-72.2023.4.03.8000); (iii) criação de grupos de trabalho temáticos (GTTs) para (Expediente SEI n. 0014396-47.2022.4.03.8000): (a) adaptação dos processos de trabalho ao PJe; (b) revisão dos fluxos do PJe; (c) elaboração documentação dos fluxos do PJe; (d) criação de manual operacional do PJe; (e) planejamento de ações de capacitação; (f) propositura de novas formas de organização das unidades judiciárias; (iv) criação do Grupo de Apoio a Políticas Judiciárias de Atenção a Pessoas em Situação de Extrema Vulnerabilidade (GAPEX) para auxiliar a Coordenadoria nos temas afetos às pessoas e grupos em extrema vulnerabilidade e assegurar que os processos de trabalho das unidades judiciárias e os fluxos do PJe contemplem os interesses dessas pessoas; (v) realização de "Rodas de Conversa" para divulgação ampla de assuntos de interesse dos JEFs, especialmente ferramentas e práticas de trabalho com PJe; (vi) participação ativa no projeto experimental dos Núcleos de Justiça 4.0 e na elaboração de proposta para torná-los permanentes; (vii) construção interinstitucional de fluxos processuais padronizados com utilização de métodos autocompositivos de solução de conflitos (benefícios por incapacidade, pensão por morte, aposentadoria por idade rural e híbrida, entre outros); (viii) interlocução constante com as áreas técnicas responsáveis pelo desenvolvimento e pelo gerenciamento do PJe, com vistas a aproximar à equipe técnica aos usuários, qualificando as prioridades dos JEFs e das TRs.

4.4 Dificuldades

(i) superação dos impactos causados pela ampliação da competência delegada com elevada distribuição de feitos; (ii) equalização da carga de trabalho, em face do crescente déficit de servidores; (iii) manutenção do desenvolvimento de funcionalidades no PJe adequadas à prestação jurisdicional pelos JEFs, sobretudo porque o sistema do JEF (SisJEF), que era próprio, atendia amplamente às necessidades nos JEFs; (iv) garantia da correta utilização dos fluxos processuais pelos diversos JEFs; (v) ampliação e manutenção do quadro de peritos dos JEFs diante do crescente desinteresse dos referidos profissionais em virtude da defasagem no valor dos honorários; (vi) gerenciamento da elevada quantidade de processos que demanda produção de prova oral (audiência e perícia), em algumas Subseções Judiciárias impactadas pela ampliação da competência delegada, sem a correspondente estrutura de pessoal.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o percentual de servidores está em conformidade com o estabelecido na Resolução n. 481/CNJ e a meta de produtividade também está sendo cumprido, lembrando que, por ser um órgão de coordenação, as cotas são por gestão

diferenciada e as atividades são desempenhadas em razão da demanda, por tarefas e projetos.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento é realizado via e-mail, por telefone, chamado administrativo ou pessoalmente. Salientamos, porém, o fato de que o atendimento às partes e aos advogados, envolvendo processos em tramitação na TRU, é feito pela Secretaria das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, que também utiliza o balcão virtual.

7. REUNIÕES TURMAS REGIONAIS

7.1 Qual a periodicidade das reuniões das turmas regionais? (especificar local/estado) e a forma de realização da reunião (videoconferência, virtual ou presencial)

Trimestrais e híbridas (magistrados de Mato Grosso do Sul e advogados que não residem em São Paulo, capital, estão autorizados a participarem das sessões por videoconferência e os demais presencialmente). Local: Alameda Jaú, 389, 4º andar - Prédio das Turmas Recursais de São Paulo/SP.

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 19/10/2023, às 14h, na unidade inspecionada, pela Desembargadora Federal Daldice Maria Santana de Almeida (Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região), pelos Juízes Federais Carlos Alberto Navarro Perez (Presidente do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo) e Caio Moysés de Lima (Coordenador das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo e membro da Turma Nacional de Uniformização) e pelas servidoras Sabrina Obata Konishi e Elaine Saori Maki.

Reuniram-se os presentes, inicialmente, no Gabinete da Desembargadora Federal Daldice Maria Santana de Almeida, que responde pela Coordenadoria desde 10/3/2022. Após a entrevista, a equipe da Corregedoria, acompanhada pelos Juízes Federais e pelas servidoras anteriormente nominadas, visitou as instalações dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais de São Paulo, onde teve a oportunidade de dialogar com outros servidores acerca dos dados e rotinas dos JEFs e das TRs (Paulo Eduardo Gonçalves Jimenez – Chefia do Gabinete da Presidência do JEF/SP; Cristiane Wanderley Oliveira – Direção do JEF/SP; Maria Aparecida Ferreira Franco Rosa – Divisão de Perícias do JEF/SP; e Fábio Franco de Castro – Direção das Turmas Recursais de São Paulo).

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região foi instituída pela Resolução PRES n. 142/2004 e constitui órgão que integra a estrutura organizacional-administrativa do TRF3.

A Desembargadora Federal Daldice Maria Santana de Almeida informou que, na sua gestão (referente ao biênio 2022/2024), a Coordenadoria passou a contar com uma Coordenadora-Adjunta, a Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares – realçando não se tratar de suplente, já que tomam as decisões conjuntamente –, e que os Juízes Federais Carlos Alberto Navarro Perez e Caio Moysés de Lima, ainda que sem uma designação formal, prestam-lhe auxílio.

A Coordenadora ressaltou que essa configuração retrata o que efetivamente se buscou, ao assumir o setor, ou seja, uma gestão colegiada, de iniciativas conjuntas, em que todos os envolvidos participam das definições e dos projetos relacionados aos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, subscrevendo-os. Ficou claro que se trata de um ambiente de trabalho bastante colaborativo e que tem vicejado, por essa compleição, com destaque para a atuação dos Juízes Federais auxiliares, um deles (Caio Moysés de Lima) trazendo graduação em Ciências da Computação no seu currículo, o que permite uma compreensão mais embasada e apropriada do sistema de processo eletrônico e dos demais recursos tecnológicos necessários para o incremento da performance dos JEFs.

A Desembargadora Federal Coordenadora contextualizou o início da sua gestão, qualificando-o como “cenário de guerra”, diante dos diversos desafios que precisaram ser enfrentados simultaneamente, quais sejam: 1) um grande sentimento de insatisfação com o sistema PJe, implantado na 3ª Região sem um período de adaptação (conquanto essa implantação fosse absolutamente imprescindível, inexistindo condições orçamentárias para a manutenção e o desenvolvimento do SisJEF, sistema de processo eletrônico anterior); 2) a mitigação da competência delegada da Justiça Federal, que teve forte impacto nas Varas de São Paulo (em Mato Grosso do Sul, as consequências foram menos impactantes); e 3) o ataque cibernético (ocorrido em março de 2022), que, a despeito da gravidade e do novo olhar que impôs para o tema da segurança dos sistemas informatizados, não afetou, felizmente, a integridade dos processos, consoante verificado quando o sistema foi restabelecido.

De acordo com os entrevistados, o enfrentamento exitoso dessas situações apenas foi possível mediante o incremento do diálogo, tendo sido realizadas várias reuniões intra e intersetoriais, no âmbito do Tribunal, bem como com o público externo (representantes das Procuradorias, OAB, DPU e MPF). Essas interlocuções permitiram o avanço conjunto, pela compreensão das dificuldades comuns e mediante o desenho, a várias mãos, das estratégias de atuação.

Essa postura de abertura ao diálogo e de construção de soluções conciliadas rendeu vários frutos. Conseguiram, por exemplo, ao tempo do ataque cibernético, a extensão do prazo para a expedição dos precatórios/RPV. Quanto às intimações do

INSS, em relação às ordens de pagamento, com o sistema PJe recém implantado, definiu-se, com base em acordo de cooperação, que a Procuradoria da autarquia seria comunicada apenas após a expedição de todas elas, de modo que, somente nos casos em que se manifestasse contrariamente ao pagamento, por eventuais vícios de cálculo, haveria o cancelamento do precatório/RPV, ou seja, ganhou-se tempo e, conseqüentemente, maior eficiência na prestação jurisdicional, em que pese a novidade que o sistema representava.

Ainda acerca do PJe – cujas potencialidades os entrevistados fizeram questão de enaltecer, defendendo a necessidade da sua defesa e do seu fortalecimento –, foi apresentado à equipe da Corregedoria o Relatório 8661544/2022 – DEJEF/GACO, de 28/4/2022, assinado pelos Juízes Federais Carlos Alberto Navarro Perez e Caio Moysés de Lima, sobre a situação dos JEFs, no que se refere à implantação do sistema, que serviu de subsídio a plano de ação definido no âmbito da Coordenadoria.

Nas conclusões desse estudo, consignou-se o quão desafiador foi a implantação do PJe nos JEFs da 3ª Região, mormente diante da ausência de funcionalidades que existiam no anterior sistema (SisJEF) e frente ao aumento da distribuição, enquanto que, por outro lado, já vinha a força de trabalho enfrentando progressiva redução, em razão das limitações decorrentes da EC n. 95/2016. Apontou-se, ainda, a grande quantidade de demandas de alteração do sistema encaminhadas à Coordenadoria e, após a avaliação dessas solicitações, concluiu-se serem 5 as grandes necessidades percebidas: a) criação de ferramentas para movimentações e minutas em lote; b) criação de interface entre o PJe e os sistemas Precweb e AJG; c) visualização de etiquetas entre setores diversos; d) criação de filtro por tipo de protocolo, no menu “Pesquisar”, de documentos lidos e não lidos nas tarefas; e) disponibilização de relatórios e dados estatísticos dentro do próprio PJe. Desse levantamento, extraiu-se que algumas dessas providências envolveriam o desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema, enquanto outras abrangeriam outras linhas de ação (conhecimento das funcionalidades já existentes, readequação de processos de trabalho antigos, adaptação de fluxos do PJe inicialmente concebidos a partir do paradigma do sistema anterior [SisJEF], com subaproveitamento de características úteis do novo). O estudo em questão propôs a atuação em 6 eixos e sugestões de medidas concretas: “1) *Encaminhamento das demandas de melhoria do PJe, mediante (i) organização e sistematização das demandas existentes; (ii) avaliação imediata das demandas prioritárias; (iii) submissão de todas as demais ao GAP [Grupo de Análise Preliminar]; (iv) acompanhamento do desenvolvimento das soluções junto à área técnica; (v) aperfeiçoamento do funcionamento do GAP; e (iv) avaliação dos recursos disponíveis na plataforma Office 365 como meio de suprir demandas encaminhadas à área técnica.* 2) *Formação de grupos de trabalho temáticos para (i) adaptar os processos de trabalho ao PJe; (ii) revisar os fluxos do PJe; (iii) elaborar documentação dos fluxos do PJe; (iv) criar manual operacional do PJe, a ser disponibilizado em nuvem aos usuários internos; (v) planejar ações de capacitação; (vi) propor novas formas de organização das unidades judiciárias.*

3) solicitar apoio à Presidência do TRF3, para, com auxílio das áreas técnicas, desenvolver ferramentas tecnológicas de gestão de dados e de triagem de processos, de modo a conferir aos JEFs, TRs e TRU os meios necessários para conhecer, avaliar e acompanhar a situação dos respectivos acervos processuais”.

Com efeito, o tamanho do desafio pode ser compreendido a partir do volume de demandas dos JEFs, que migraram do SisJEF, passando a tramitar no PJe: foram migrados 5.000.000 de processos. Anotou-se que, durante a migração, por um breve período, o SisJEF permaneceu ativo, mas apenas para eventuais consultas.

Os entrevistados perceberam que a melhor capacitação no sistema poderia ser alcançada com a participação dos usuários na construção dos seus fluxos. Pensando por essa perspectiva, foi promovido Curso de *Bizagi (Business Process Model and Notation)*, para o mapeamento de processos de trabalho, no qual se inscreveram 116 juízes federais e servidores. Além disso, foi lançado edital, com o chamamento dos interessados a desenharem fluxos a serem internalizados ao PJe, iniciativa que teve ampla adesão, contando, inclusive, com a participação da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região (incorporada à dinâmica, para que acompanhasse a condução dos trabalhos) e de atores externos (a exemplo da Advocacia Pública). Com a Advocacia Pública, foi celebrado um acordo, para fins de redução do prazo de defesa para 15 dias, além de ter sido eliminada a contestação-padrão do INSS. Citou-se, ainda, em específico, o fluxo das demandas referentes ao DPVAT (mais comum no Mato Grosso do Sul e menos em São Paulo), no qual se previu a exigência de prévio requerimento administrativo, inclusive como forma de desestímulo à advocacia predatória.

O escorço dos fluxos representou um aprendizado coletivo, um esforço mútuo que permitiu a apropriação do sistema, e os fluxos delineados foram efetivamente internalizados ao PJe.

Os entrevistados realçaram que, no momento, a maior preocupação é com a repercussão da mitigação da competência federal delegada (EC n. 103/2019), que afetou, sobretudo, o interior do Estado de São Paulo (o TRF3 não foi impactado). Asseveraram que, em São Paulo, em razão das distâncias, é possível dizer que houve quase a extinção dessa modalidade de competência. Anteriormente à alteração, o Estado de São Paulo tinha 27% de competência delegada (a média nacional era de 18%). Depois da redução da competência delegada, esse percentual foi reduzido para 3%. Consignaram a necessidade de o Conselho da Justiça Federal estudar esse impacto, superando-se, inclusive, a percepção de se tratar de questão resumida à simples gestão do acervo, considerando que não haveria, humanamente, como gerir um acervo, por exemplo, de 30.000 processos, sublinhando-se que algumas Varas viram o seu acúmulo de processos mais que dobrar, o que, segundo asseveraram os entrevistados, está afetando a saúde de magistrados e servidores.

A propósito, foi entregue à equipe de inspeção o Relatório 8928709/2022-DFJEF/GACO, de julho de 2022, assinado pelos Juízes Federais que estão auxiliando a Coordenadoria, e pelas Juízas Federais Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni e Gisele Bueno da Cruz de Lima, tratando-se de documento que se destinou a subsidiar a manifestação do setor nos expedientes referentes aos pedidos de reestruturação dos Juizados, formulados pelos JEFs de Limeira, Piracicaba e Osasco. No referido estudo, qualificou-se como “preocupante” o “cenário descrito nos expedientes administrativos recebidos dos JEFs de Limeira, de Piracicaba e de Osasco”, que “indica que a causa de aumento substancial do acervo processual não é circunstancial, como ocorreu, por exemplo, na época do ajuizamento das ações para correção dos saldos das cadernetas de poupança, ou, mais recentemente, nas ações relativas à concessão do auxílio-emergencial ou à atualização do saldo das contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Trata-se de situação de caráter permanente, produzida pela mitigação da competência delegada, decorrente da nova redação do art. 109, § 3º, da Constituição Federal, introduzida pela Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019, assim como da Lei n. 13.876, de 20 de setembro de 2019, que alterou o art. 15, inciso III e parágrafos, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966”.

Embora o gatilho desse estudo tenha sido o requerimento de 3 JEFs, ele destaca que se trata de situação que afeta grande parte da 3ª Região e, aqui também, os números evidenciam a dimensão da questão: “Somente no JEF de São Paulo, o número de ações distribuídas aumentou 88% de 2020 a 2021, passando de 66.240 para 124.817. Os processos em tramitação passaram de 48.541 para 61.707, quando descontados os sobrestados, ou de 64.421 para 129.700, incluindo-se os sobrestados, o que corresponde a 27% e a 101% de aumento, respectivamente”. O documento telado se municiou dos dados estatísticos fornecidos pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do TRF3, que explicitam o salto na distribuição das Varas de JEFs, a exemplo, entre outras, das seguintes:

Unidade	Distribuição em 2019	Distribuição em 2020	Distribuição em 2021
Mato Grosso do Sul			
1ª VG JEF de Campo Grande	9.070	9.345	15.860
1ª VG JEF de Dourados	3.530	3.901	6.822
São Paulo			
1ª VG JEF de Americana	5.995	5.363	8.996
1ª VG JEF de Araçatuba	3.990	6.429	13.816
1ª VG JEF de Araraquara	4.057	5.792	8.745
1ª VG JEF de Barueri	4.665	3.819	7.413
1ª VG JEF de Bauru	4.824	4.189	8.846
1ª VG JEF de Botucatu	3.320	2.924	5.683
1ª VG JEF de Bragança Paulista	3.911	4.523	8.121

1ª VG JEF de Campinas	5.779	6.025	12.493
1ª VG JEF de Franca	7.065	6.353	11.209
1ª VG JEF de Guarulhos	4.306	4.858	9.887
1ª VG JEF de Mauá	3.598	2.564	5.060
1ª VG JEF de Osasco	4.576	3.869	7.766
1ª VG JEF de Piracicaba	4.359	4.915	9.551
1ª VG JEF de Presidente Prudente	5.332	4.604	11.827
1ª VG JEF de Ribeirão Preto	7.548	9.577	13.622
1ª VG JEF de São José do Rio Preto	6.951	6.318	14.432
1ª VG JEF de Santo André	5.250	4.294	9.924
1ª VG JEF de Santos	4.784	4.015	9.024
1ª VG JEF de São Carlos	3.527	3.697	7.141
1ª VG JEF de São José dos Campos	4.859	6.676	10.442
1ª VG JEF de São Vicente	4.222	3.624	8.253
1ª VG JEF de Sorocaba	6.685	6.484	11.911
1ª VG JEF de Taubaté	4.294	3.347	7.417
1ª VG JEF de São Paulo	4.425	4.598	9.094
2ª VG JEF de São Paulo	4.437	4.612	9.052
3ª VG JEF de São Paulo	4.402	4.614	9.070
4ª VG JEF de São Paulo	4.401	4.591	9.059
5ª VG JEF de São Paulo	4.435	4.571	9.071
6ª VG JEF de São Paulo	4.408	4.600	9.057
7ª VG JEF de São Paulo	4.424	4.613	9.078
8ª VG JEF de São Paulo	4.430	4.547	9.049
9ª VG JEF de São Paulo	4.411	4.567	9.062
10ª VG JEF de São Paulo	4.423	4.625	9.076
11ª VG JEF de São Paulo	4.433	4.613	9.058
12ª VG JEF de São Paulo	4.422	4.572	9.092
13ª VG JEF de São Paulo	4.409	4.580	9.081
14ª VG JEF de São Paulo	4.418	4.616	9.065

A propósito, quando da visita realizada às instalações dos JEFs de São Paulo, a equipe da Corregedoria solicitou os dados estatísticos correspondentes, tendo sido apresentados, entre outros, os seguintes:

	2022	2023 (até 30/9/2023)
Entradas (Distribuídos)	59.554	101.366
Acervo atual (tramitação total)	158.181	234.718
Tramitação líquida	64.273	80.583
Sobrestados	93.908	154.135

Os entrevistados destacaram, ainda, que o modelo organizacional dos JEFs de São Paulo, Capital (com 14 gabinetes, 25 magistrados em atuação e uma Secretaria única, atualmente com 100 servidores), é bom, porque a sua implantação já partiu da premissa da racionalidade de recursos, por outro lado, isso significa que não há mais, nele, onde “enxugar”.

Diante desse conjunto de fatores, foi apresentada à Presidência do Tribunal proposta de reestruturação dos JEFs, que está em andamento, embora o setor entenda que a complexidade e a gravidade da situação, que afeta sobretudo São Paulo, merece um olhar mais detido pelo Conselho da Justiça Federal.

Os entrevistados informaram que já conseguiram alguns avanços nessa remodelação, a exemplo de funções para as assessorias dos magistrados e 2 servidores (2 FC5) para dar suporte aos membros da TNU da 3ª Região.

Outras iniciativas da Coordenadoria tratadas, na reunião com a equipe da Corregedoria, foram:

a) a inserção de tentativa de conciliação no fluxo do PJe, medida cujos resultados têm sido notáveis, consoante se infere a partir da quantidade de acordos que vêm sendo homologados (até 30/9/2023, já haviam sido homologados 4.149 acordos). Através do fluxo, o acordo já sai pronto e homologado pelas Centrais de Conciliação, ou seja, sequer os juízos aos quais os processos são distribuídos precisam cancelá-los;

b) a integração entre os sistemas PJe e Eproc, considerando que a TNU trabalha com este último. Antes da interoperabilidade, o envio de processos dos JEFs da 3ª Região para a TNU, e desta para aqueles, ocorria de modo manual, o que ocasionava demora e a designação de servidores para atividades passíveis de automação, com desperdício de mão de obra e prejuízo à eficiência. Isso gerou uma demanda reprimida de 1.500 processos, que, com a integração, já foi zerada. Mencionou-se que a ideia é fazer o mesmo com o sistema eletrônico do STF (conquanto, para este, a quantidade de processos seja menor);

c) a participação no Fórum Interinstitucional, no qual são debatidas questões estratégicas, a exemplo das perícias. Especificamente sobre as perícias, cumpre acentuar que, na visita da equipe da Corregedoria, às instalações dos JEFs de São Paulo, algumas questões foram pontuadas pela Diretora da Divisão de Perícias, entre as quais: i) o grande volume de perícias realizadas todo ano (de 20.000 a 30.000), sofrendo, ainda, o setor, as consequências do período de falta de recursos orçamentários para pagamento das perícias (7 meses), inclusive a redução no quadro de peritos (eram 54 médicos, e agora eles são 40); ii) as dificuldades que têm sido enfrentadas para manter peritos em atuação na Justiça Federal, considerando os valores reputados defasados praticados no âmbito da AJG, no âmbito federal, e a “concorrência desleal” com a Justiça Estadual (que paga os valores mais vantajosos constantes em ato normativo do CNJ); iii) a organização de uma força-tarefa, com a participação das servidoras Sabrina Obata Konishi e Elaine Saori Maki, da Coordenadoria, a partir da semana subsequente à inspeção, para colocar em dia o pagamento das perícias, que está atrasado, tendo em conta que o sistema PJe ainda não está interligado ao sistema da AJG; iv) a organização de curso sobre perícias médicas, previsto para ocorrer em novembro próximo;

d) a importação à Justiça Federal do sistema de pagamento de precatórios da Justiça do Trabalho, cujos estudos estão em andamento;

e) o propósito da expansão dos fluxos do PJe, para incluir os processos da Caixa Econômica Federal;

f) a instrução concentrada, pelo próprio autor da demanda (projeto experimental desenvolvido através do Centro de Inteligência, com inspiração em iniciativa da Justiça Federal da 5ª Região, e que vem sendo aplicado em 2 Subseções), através de negócio jurídico processual e a partir de instruções pré-definidas, sobre filmagens e questionamentos, por exemplo, para a produção das provas, nos casos de aposentadoria por idade rural e híbrida (quando controverso apenas o trabalho rural). Noticiou-se a extensão desse modelo – que está em aperfeiçoamento, com a participação da Advocacia Pública e Privada – para os casos de pensão por morte e união estável, projeto-piloto que ficou a cargo da Presidência do Tribunal, reconhecendo-se alguma limitação ainda existente quanto aos quesitos (por não albergar especificidades relativas à população quilombola, ribeirinha e indígena);

g) a instituição do Grupo de Apoio a Políticas Judiciárias de Atenção a Pessoas em Situação de Extrema Vulnerabilidade no âmbito dos JEFs e TRs da 3ª Região (GAPEX), através da Portaria GACO n. 37, de 6/6/2022, com as seguintes atribuições: auxiliar a Coordenadoria nos temas afetos às pessoas e grupos em extrema vulnerabilidade, com a manutenção de diálogo constante; mapear os fluxos de processos de trabalho no sistema PJe, que contemplem os interesses desse universo de pessoas; realizar reuniões periódicas; cooperar com a realização dos trabalhos relacionados ao objetivo do grupo; propor ações concretas e soluções que busquem a realização do acesso à justiça pelas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade; trabalhar em conjunto com instituições públicas e privadas; manter permanente interlocução com o juiz federal coordenador do Grupo de Análise Preliminar, com os Presidentes dos JEFs e das TRs e com outros grupos de trabalho e comissões em funcionamento no âmbito da 3ª Região; e formular, implementar e avaliar políticas judiciárias que tratem dessas pessoas. O objetivo do projeto é a identificação e a superação das barreiras interinstitucionais para assegurar o exercício da cidadania e o acesso à justiça a pessoas e grupos com extrema vulnerabilidade no contexto do processo digital no âmbito dos JEFs e das TRs da Justiça Federal da 3ª Região, alinhando-se, assim, estrategicamente, ao macrodesafio da garantia dos direitos e da cidadania (Meta Nacional 9 – Agenda 2.030 da ONU). Os trabalhos do Grupo se iniciaram em 1º/7/2022, sendo, posteriormente, realizados outros eventos: i) em 19/8/2022, sobre os direitos das pessoas indígenas; ii) em 27/10/2022, tendo por tema a dependência química e os “desafios na análise judicial dos pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais”. Houve, ainda, a apresentação de proposta de Nota Técnica, no âmbito do Centro de Inteligência do Mato Grosso do Sul, com sugestões para o aprimoramento do exercício da jurisdição sobre a questão indígena. Por fim,

merecem menção as tratativas entre Professor de Prática Previdenciária da UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) e a Diretora do JEF de Campo Grande/MS, que resultou em acordo de cooperação para que o escritório-modelo da UFMS atue no JEF de Campo Grande, em auxílio, na atenuação de demandas.

h) relatórios gerenciais, gestados pelo Laboratório de Inovação, com dados extraídos diretamente do sistema PJe, a partir de parâmetros definidos pela Coordenadoria (trazem, inclusive, as informações sobre o CEP do domicílio das partes, importante para as designações de avaliações sociais), que permitem o acompanhamento da situação dos JEFs em tempo real, sendo este o grande diferencial em relação ao BI, ferramenta institucional do TRF3, que apresenta relatório estatístico, inclusive para envio ao CNJ, mas com um *delay* (D-15);

i) os Juizados Especiais itinerantes, para atendimento da população ribeirinha, indígena e de assentamentos (com vistas a fortalecer a cidadania e a garantia dos direitos fundamentais; levar o Estado-Juiz aos locais geograficamente distantes dos fóruns e de difícil acesso; facilitar o acesso à Justiça; instrumentalizar a razoável duração do processo; promover real encontro entre a magistratura e os jurisdicionados; dirimir prioritariamente conflitos locais). Em 2022, foram promovidas 2 atividades em Corumbá/MS; 1 no Distrito de Jauru, zona rural de Coxim/MS; e 1, de 4 a 12/11/2022, em parceria com a Marinha do Brasil, no Tramo Norte do Rio Paraguai, para atendimento da população ribeirinha da região noroeste do Pantanal Sul-mato-grossense. Dessas iniciativas resultaram 209 audiências, 164 acordos homologados, 49 perícias, 378 expedições de documentos de identificação, 1.192 CRAS (atendimento assistencial), entre outras ações. As últimas atividades realizadas, no âmbito desse projeto, foram: i) de 15 a 21/5/2023, na região ribeirinha pantaneira do Tramo Sul do Rio Paraguai, Município de Corumbá/MS; e ii) de 11 a 15/9/2023, nas aldeias indígenas do Município de Aquidauana/MS;

j) o projeto de cumprimento imediato de sentença, que está em fase de homologação;

k) reuniões com os diretores dos JEFs, contendo, inclusive, parte dedicada a temas relacionados a técnicas de gestão.

Por derradeiro, quadra sublinhar que a Coordenadoria entregou à equipe da Corregedoria o Relatório 9475618/2023-DFJEF/GACO – Relatório Anual de Atividades 2023 (Exercício 2022), no qual consignados: a) organização, atribuições e estrutura da Coordenadoria; b) metas e planejamento estratégico para o biênio; c) estrutura, atividades e dados estatísticos dos JEFs e TRs; e d) estrutura, atividades e dados estatísticos da TRU.

Nesse documento, foram destacados os eixos estratégicos centrais de atuação do setor: 1 – aprimoramento do PJe, quanto aos fluxos processuais e ao sistema em si; 2 – melhoria das condições de trabalho dos JEFs e TRs, especialmente no que tange à estrutura física e organizacional, ao quadro de servidores e funções e à equalização da

carga de trabalho; 3 – atenção especial aos jurisdicionados mais vulneráveis, entre os quais as pessoas em situação de rua e as populações ribeirinhas, indígenas e de assentamentos; 4 – interlocução contínua com os demais atores do sistema de justiça, com vistas à promoção da resolução consensual de possíveis dificuldades enfrentadas e de modo a conferir celeridade e efetividade às demandas judiciais de competência dos Juizados Especiais. Cada um desses eixos foi detalhado quanto às iniciativas já adotadas e àquelas a serem desenvolvidas.

Na inspeção anterior (2022), as conclusões do órgão de controle, em relação à unidade, foram: a) a gestora *“foi atuante e diligente, adotando providências importantes para levantar, encaminhar soluções e superar as adversidades enfrentadas pelos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, articulando-se interna e externamente para aprimorar a prestação jurisdicional”*; e b) *“O sucesso da gestão, no entanto, depende do apoio amplo da Administração do TRF da 3ª Região, viabilizando o desenvolvimento dos excelentes projetos delineados no plano de gestão da unidade. A equalização do acervo é uma premência [...]”*. Esse quadro de atuação positiva do setor e de imprescindibilidade de que a Administração do Tribunal confira suporte a essas estratégias e iniciativas da Coordenadoria se mantém.

Com efeito, restou evidenciado à equipe da Corregedoria, na inspeção em curso, que a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região vem atuando, laboriosa e proficuamente, de modo a identificar as situações ou gargalos a serem enfrentados e a conceber e efetivamente aplicar ferramentas de enfrentamento, de melhoria de desempenho e de controle, baseando-se, notadamente, no diálogo (interlocução com todos os atores da Justiça, internos e externos) e numa agenda de refinamento dos recursos tecnológicos, tendo por foco o incremento do acesso à justiça, especialmente pelos jurisdicionados em situação de maior vulnerabilidade. A reestruturação dos JEFs e a equalização do acervo, sobretudo diante do aumento significativo da distribuição, derivado especialmente da mitigação da competência delegada, apresentam-se como medidas inadiáveis.

8. RECOMENDAÇÕES

Não foram encontradas situações que ensejassem recomendações.

Manter o método de trabalho, digno de elogios. Os desafios são muitos, máxime à conta dos elevados números da distribuição. Nada obstante, a força de vontade para enfrentá-los e de buscar recursos e ferramentas para tanto são a medida certa para a superação.

GABINETE DA CONCILIAÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Conciliação

1.2 Competência

A competência do Gabinete da Conciliação do TRF3, com o auxílio do NUPEMEC, que o assessora, envolve o atendimento ao cidadão e a promoção de ações de incentivo à autocomposição de litígios e a pacificação social por meio da conciliação, da mediação e de outros métodos de solução consensual de conflitos, antes da instauração ou no curso do processo judicial, independentemente da natureza ou da forma de apresentação do conflito (artigo 1º da Resolução n. 42/2016 - PRES/TRF3).

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Des. Fed. Carlos Muta, Coordenador do Gabinete da Conciliação do TRF3, desde 11 de março de 2022

2.2 Mandato

Março de 2022 a março de 2024

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	17 servidores, dos quais 2 estão prestando serviço e 1 aguardando concessão da aposentadoria
Servidores sem vínculo	não há
Estagiários	não há

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, estão. O Gabinete é dividido em 2 Seções de Processamento, sendo uma Seção de Processamento Geral, que engloba as demandas da CEF, INSS e demais entes públicos federais, e a outra, denominada Seção das Ações Sensíveis e Complexas (em geral, ações coletivas). O Gabinete conta também com uma Seção de Estatísticas própria, que controla a estatística relativa às atividades de conciliação pré-processual e de demandas judicializadas em 1º e 2º Graus. Há, ainda, a Seção de Formação e Cadastramento, que envolve o atendimento das demandas oriundas das entidades formadoras de Conciliadores (CNJ, CJF e TRF3), além da manutenção dos cadastros regionais de instrutores, de conciliadores e de mediadores da Justiça Federal 3ª Região, bem como da relação do cadastro regional com os cadastros nacionais, geridos pelo Conselho Nacional de Justiça.

3.2 Boas práticas e inovações

1. Treinamento dos supervisores das Centrais de Conciliação - CECONS (CEJUSCS): o GABCON tem realizado periodicamente treinamentos específicos envolvendo as atividades desses supervisores, como audiências no PJe, o processamento das reclamações pré-processuais, a extração de relatórios gerenciais com vistas à gestão cartorária, e sobre a expedição de precatórios requisitórios, mediante o sistema PrecWeb. 2. Treinamento dos supervisores das CECONS, dos conciliadores externos e servidores dos JEFs, em parceria com AGU, sobre conciliação em benefícios por incapacidade. 3. Curso de aperfeiçoamento de conciliadores, ministrado em março e setembro de 2023, envolvendo temas como a redação dos termos de audiência; técnicas modernas de comunicação; como lidar com pessoas difíceis; audiências on-line e uso das ferramentas eletrônicas pelos conciliadores; atuação nas ações dos setores de cidadania das Centrais de Conciliação; dilemas éticos no dia a dia, além de temas atuais, com destaque ao Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e Justiça Restaurativa; demandas de saúde, Câmara de Mediação em Direito da Saúde (Cameds) e Plataforma Interinstitucional do Gabcon; casos de sequestro internacional de crianças e técnicas de mediação no direito de família; conciliações de alta complexidade, demandas estruturais e desenho de solução de disputas. 4. Uniformização dos procedimentos adotados pelas CECONS. 5. Capacitação de magistrados, principalmente coordenadores das CECONS, nas técnicas da conciliação e mediação em cumprimento à Resolução CNJ n. 125/2010, tendo sido programado curso para o próximo mês de novembro. 6. Acompanhamento permanente do fluxo de demandas, objetivando planejamento de prioridades, alocação de força de trabalho, inclusive com auxílio pelo Gabcon a unidades de 1º grau (CECONS), e atendimento das metas fixadas pelo CNJ, entre outras finalidades.

3.3 Dificuldades

As dificuldades enfrentadas pelo GABCON decorrem, sobretudo, das constantes alterações dos gestores dos entes públicos federais, com reflexos nos critérios e políticas de conciliação desses entes. Outra dificuldade enfrentada diz respeito à falta de estrutura adequada nas CECONS, que, em sua maioria, contam com apenas um servidor, sem substituto, responsável por todas as atividades processuais e pré-processuais realizadas nesses centros, além do atendimento aos cidadãos. Sensível à delicada situação das CECONS, o GABCON tem empreendido estudos e projetos pilotos com vista à regionalização das unidades atualmente existentes na Seção Judiciária de São Paulo, a exemplo do que já ocorre nas CECONS instaladas na Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, de modo a propiciar que todas as Subseções Judiciárias do Estado de São Paulo sejam atendidas por uma CECON. Com a regionalização das CECONS almeja-se, também, conferir maior organicidade e eficácia ao funcionamento e gerenciamento do Programa de Conciliação e Mediação da Justiça Federal da 3ª Região.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, estão sendo observadas. O assessor, a chefe de gabinete e mais 3 servidores cumprem a carga horária semanal de maneira presencial e os demais estão em teletrabalho 2 (dois) dias por semana. As atividades dos servidores são acompanhadas pela chefe de gabinete e pelo assessor, uma vez que trabalhamos sob demanda.

5. CONCILIAÇÃO

5.1 Quais os critérios para a seleção dos processos a serem conciliados?

A seleção dá-se por demanda, por petição do advogado e remessa dos autos pelo relator ou pela parte, que pode contatar diretamente o Gabinete da Conciliação. Uma vez demandado, o Gabinete da Conciliação faz o levantamento da existência de casos similares, inclusive com tratativas prévias com a AGU e procuradorias especializadas, conforme o caso, para otimizar a possibilidade de acordo. Além disso, são realizadas pesquisas e monitoramento do acervo com o objetivo de identificar nichos de processos e temas, cujo volume ou relevância permitam elaboração de projetos no âmbito do GABCON e das CECONS.

5.2 Como ocorre a dinâmica das conciliações (periodicidade, local, conciliadores)?

Nas CECONS, as audiências de conciliação são realizadas periodicamente, em conformidade com as datas previamente ajustadas com os entes públicos. No GABCON, em processos envolvendo temas comuns, as audiências ocorrem sob demanda. Nas ações sensíveis e complexas é consultado e nomeado um magistrado conciliador ou mediador, as partes são intimadas por e-mail, whatsapp ou por despacho no PJe e as audiências realizadas pelo MS Teams. Não há periodicidade determinada para a realização de audiências nessas demandas: a primeira audiência é marcada pelo magistrado/mediador; e as demais mediante prévio ajuste entre as partes.

5.3 Como é feito o controle estatístico da unidade?

É realizado pela compilação e atualização dos dados estatísticos mediante a elaboração de relatórios analíticos em Power BI das atividades das CECONS e do Gabinete da Conciliação, tendo por base o confronto dos dados extraídos do PJe em relação aos dados encaminhados mensalmente pelas CECONS a partir de relatórios manuais.

5.4 Como a unidade trabalha para alcançar a Meta 3 do CNJ?

1 - Reuniões periódicas, para alinhamento, com os supervisores das Cecons. 2 - Reuniões periódicas com os representantes dos entes públicos e dos Conselhos de Fiscalização Profissional. 3 - Busca por processos e temas passíveis de conciliação, conforme o resultado do julgamento dos recursos envolvendo temas repetitivos e de grande repercussão social pelo TRF3 e Tribunais Superiores (STJ e STF).

5.5 Como acontece o diálogo interinstitucional com os entes públicos para fomentar a conciliação?

No diálogo com os entes públicos são utilizados todos os instrumentos disponíveis (e-mail, telefone fixo, celular, Whatsapp e MS Teams). Nas Plataformas atualmente

operadas pelo Gabinete (Ambiental e Indígena e Saúde) o diálogo é facilitado, uma vez que são feitas reuniões periódicas, trazendo a proximidade dos entes envolvidos nas demandas. Na Plataforma Ambiental e Indígena estão sendo discutidas todas as implicações que a criação da Rota Bioceânica trará para Mato Grosso do Sul, ligando Corumbá a Porto Murtinho. Na Plataforma Saúde estão sendo discutidas temáticas afetas a "doenças raras e medicamentos de alto custo". Encontra-se em fase de instalação a "Plataforma Cidadania" que tem como objetivo conferir tratamento social e jurídico adequado às pessoas resgatadas de práticas de trabalho análogo à escravidão. A iniciativa é do GABCONC, da CECON São Paulo e da CAASP, por meio da mediadora Dra. Célia Zapparoli, e integram essa plataforma o Ministério Público do Trabalho, o INSS, a Prefeitura de São Paulo e membros da sociedade civil. No âmbito dessa plataforma, já ficou estabelecido um projeto piloto de fluxo célere para concessão de benefício assistencial de prestação continuada (LOAS) aos resgatados em condições análogas à escravidão, envolvendo tanto as fases administrativa quanto judicial. As Plataformas estabelecem contatos com outros Tribunais, Ministério Público, Procuradorias, Defensorias, órgãos do Poder Executivo, OAB, Universidades com vistas ao desenvolvimento de alianças estratégicas, à criação de protocolos consensuais e à solução preventiva de futuros litígios.

5.6 Como ocorrem os procedimentos pré-consensuais?

As conciliações pré-processuais tramitam diretamente nas CECONS, em 1º grau de jurisdição. O procedimento é instaurado pelos interessados (particulares ou entes públicos) por meio do PJe, mediante o uso da classe pré-processual. Uma vez distribuída, a CECON confere às reclamações pré-processuais o trâmite mais adequado, permitindo prolação de decisão homologatória do acordo entre as partes, ou resultando no arquivamento da reclamação pré-processual. Graças às recentes alterações trazidas pela Resolução PRES n. 618/2023, editada após solicitação do GABCON em atendimento a demandas para agilização no cumprimento de acordo homologados no âmbito das reclamações pré-processuais, no caso das decisões homologatórias contra a Fazenda Pública, a própria CECON, após alteração da classe processual para "Homologação da Transação Extrajudicial", pode expedir a respectiva requisição de pequeno valor (RPV) ou precatório, não havendo mais necessidade da instauração de novo procedimento para o cumprimento dos acordos nas unidades judiciais.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é realizado o atendimento a partes e advogados?

O atendimento é pessoal, por telefone, celular e whatsapp. O virtual é realizado pelo MS Teams a pedido dos jurisdicionados, membros do MPF, da Defensoria e da advocacia pública (por e-mail, telefone, celular ou whatsapp).

7. AUDIÊNCIA

7.1 Há conciliação telepresencial na dinâmica da unidade?

Sim. O Gabinete da Conciliação faz audiências presenciais, virtuais e híbridas.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0002104-55.2015.4.03.6131	14/2/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 7/8/2019. Em 4/9/2023, foi proferida decisão que homologou o reconhecimento da procedência do pedido do autor, e julgou extinto o feito, com resolução de mérito, tendo sido prejudicada a apelação da União.		
0001049-59.2005.4.03.6183	18/8/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Após remessa ao Gabcon, houve prolação de decisão homologatória de acordo. Autos encontram-se no órgão julgador de origem para outras providências.		
5030098-04.2018.4.03.9999	25/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos ao Gabcon por equívoco e devolvidos ao órgão julgador de origem, onde atualmente se encontram.		
0002130-45.2008.4.03.6116	27/1/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
0014377-19.2002.4.03.6100	19/7/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Após remessa ao Gabcon, houve prolação de decisão homologatória de acordo. Autos encontram-se no órgão julgador de origem para outras providências.		
5021046-71.2019.4.03.0000	19/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos remetidos ao Gabcon por equívoco e devolvidos ao órgão julgador de origem, onde atualmente se encontram.		
0000471-76.2009.4.03.6112	28/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
0028108-68.2015.4.03.9999	11/5/2023	Apelação Cível
Observação/Providência: Após remessa ao Gabcon, houve prolação de decisão homologatória de acordo. Autos encontram-se no órgão julgador de origem para outras providências.		
0010636-40.2008.4.03.6106	3/9/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
0014036-31.2009.4.03.6105	5/7/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Após remessa ao Gabcon, houve prolação de decisão homologatória de acordo. Autos encontram-se no órgão julgador de origem para outras providências.		
0018821-49.2008.4.03.6112	5/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
0008004-15.2006.4.03.6105	5/9/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
5000688-47.2018.4.03.6135	20/5/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 31/1/2022. Próxima audiência designada para 4/10/2023.		
0000055-76.2017.4.03.6129	22/10/2020	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 19/8/2023. Em 29/8/2023, o Estado de SP foi intimado para se manifestar quanto ao andamento do cronograma de construção da escola indígena Takuari, no prazo de 10 dias.		
0018622-27.2008.4.03.6112	25/10/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
0018874-30.2008.4.03.6112	25/10/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetido ao Gabcon em 13/7/2023. Prazo em curso, encerrando-se em 18/9/2023.		
0005169-35.2008.4.03.6121	24/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetido ao Gabcon em 13/7/2023. Prazo em curso, encerrando-se em 11/9/2023.		
0029652-03.2005.4.03.6100	2/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 18/4/2022. Decisão homologatória de acordo em 15/3/2023. Pendente de julgamento de agravo regimental. Prazo em curso, encerrando-se em 11/9/2023.		
5003777-86.2018.4.03.6100	14/10/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 29/3/2023. Prazo em curso, encerrando-se em 9/10/2023.		
5002780-33.2019.4.03.6112	19/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 11/5/2022. Prazo em curso, encerrando-se em 15/9/2023.		
5003735-46.2018.4.03.6000	7/7/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Caso complexo. Remetido ao Gabcon em 18/4/2023. Por se tratar de demarcação de terra indígena, aguarda-se decisão da Suprema Corte sobre o marco temporal.		
0033418-59.2008.4.03.6100	16/3/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
0000011-62.2008.4.03.6100	9/3/2022	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinado cancelamento de distribuição.		
0000839-85.2009.4.03.6112	3/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
5024993-02.2020.4.03.0000	8/9/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos remetidos ao Gabcon por equívoco e devolvidos ao órgão julgador de origem, onde atualmente se encontram.		
0010811-55.2009.4.03.6120	13/5/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
5023929-25.2018.4.03.0000	26/9/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
5004675-87.2018.4.03.6104	21/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		
5018773-21.2020.4.03.6100	2/2/2022	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos ao Gabcon para tentativa de conciliação, que restou frustrada, de modo que retornaram ao órgão julgador de origem.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 30 processos selecionados, todos são eletrônicos.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, em 17/10/2023, pelo Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação Carlos Muta, pelo Assessor Sérgio Luiz de Matteo e pela Chefe de Gabinete Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito, que discorreram sobre as atividades desenvolvidas pelo Gabinete.

O Desembargador Federal Carlos Muta, relatou que o Gabinete da Conciliação é o órgão responsável por conduzir a política conciliatória nas ações que tramitam em segunda instância, bem como de algumas ações mais complexas e sensíveis da primeira instância, pela coordenação das Centrais de Conciliação da 3ª Região e pela Cecon Regional.

No dia 19/10/2023, foi realizada também uma visita ao prédio dos Juizados Especiais Federais, onde está localizada a Central de Conciliação (CECON), onde a equipe de Inspeção, acompanhada pela equipe do Gabinete de Conciliação do TRF3, foi recebida pela Juíza Federal Coordenadora do CeCon/SP Ana Lúcia Lucker Meirelles de Oliveira, e por servidores e conciliadores que atuam no local.

No que diz respeito à gestão de pessoas, a estrutura do Gabinete da Conciliação - GABCON é composta por 16 servidores.

O trabalho é realizado de forma híbrida, com servidores em teletrabalho no regime de revezamento, observando estritamente os limites da Resolução 481/CNJ. A aferição da produtividade é feita pelos gestores, mediante a atribuição de tarefas que são conferidas.

As tarefas são distribuídas entre os servidores por especialização, divididas entre controle do PJe, agendamentos, cursos, reuniões e estatísticas.

Os servidores prestam auxílio aos CECONs das seções judiciárias, que muitas vezes não dispõem de estrutura própria.

Informaram que, no período de janeiro a 17 de outubro de 2023, foram realizadas pelo Gabinete da Conciliação 95 reuniões e 63 audiências. Ademais, computadas as atividades desempenhadas pelas CECONs, a saber CECON São Paulo/SP, CECON Guarulhos/SP (cível), CECON Guarulhos/SP (criminal) e CECON Campo Grande/MS, chegou-se, no mesmo período, a 627 audiências.

O Desembargador Federal informou que a atuação do Gabinete se dá pela demanda dos relatores e das partes, aqui incluídos os agentes públicos, em ações cujas matérias são repetitivas, de grande volume nas unidades processantes e naquelas de grande impacto social.

O gabinete tem atuado no aprimoramento das plataformas interinstitucionais de autocomposição de conflitos de demandas ambientais e indígenas e na ações envolvendo o direito à saúde (extinta Plataforma COVID).

São realizados cursos de formação de conciliadores periodicamente, além dos oferecidos pelo CNJ.

Durante a entrevista, foram relatadas algumas dificuldades e desafios a serem enfrentados pelo Gabinete de Conciliação, dentre os quais, elencam-se os seguintes:

- Falta da cultura de conciliação nos juízes, servidores e o público externo, que muitas vezes optam pela judicialização do litígio, antes de tentar a conciliação entre as partes;
- Falta de orçamento próprio para investimento em formação, capacitação, atualização de instrutores e conciliadores, elaboração de projetos de fortalecimento e consolidação da cultura de paz;
- Necessidade de conciliar os horários e a disponibilidade dos conciliadores e juízes para a realização dos atos necessários;
- Falta de estrutura de pessoal, especialmente nas subseções judiciárias, que permita a proposição de novas conciliações.

Foram relatadas boas práticas que merecem destaque, tais como, as plataformas interinstitucionais, que trouxeram resultados concretos na negociação entre diversos órgãos públicos para o atingimento de propósitos em comum, e projeto de estímulo à conciliação, mediante ações de conscientização e educação junto à escolas públicas e privadas, de forma a difundir e normalizar a prática conciliatória na educação do pensamento cívico das crianças e jovens.

11. RECOMENDAÇÕES

A unidade apresenta um bom trabalho, e a equipe se mostra bem entrosada.

Tanto o Desembargador Coordenador quanto o Assessor e a Chefe de Gabinete demonstraram conhecimento da estrutura e controle adequado das ações do sistema de conciliação na Região.

A visita à Central de Conciliação (CECON) da Capital, que está situada também na Avenida Paulista, próximo ao Tribunal, junto aos Juizados Especiais Federais, foi muito interessante. A unidade passou a funcionar no referido endereço no ano de 2023, conferindo maior acessibilidade, inclusive por estar em frente a uma estação do metrô. A mudança foi positiva, pois o endereço anterior (Praça da República), a despeito de central, expunha todos os usuários a um ambiente que infelizmente não era mais seguro.

O uso das Plataformas pelo Gabinete (Ambiental e Indígena e Saúde), pelo que se constatou, facilitou o diálogo e facilitou as atividades de conciliação. Evidentemente que

os contatos pessoais devem continuar, mas o uso de ferramentas tecnológicas, que sofreu incremento no período da pandemia, deve ser sempre incentivado.

Ao que se percebe, o sistema de conciliação da 3ª Região caminha para um trabalho em rede, que parece ser o rumo mais adequado, considerando a carência de força de trabalho e a necessidade, cada vez maior, de integrar e padronizar procedimentos em todas as unidades.

Nesse sentido, pertinente recomendar que esse movimento no sentido de trabalho em rede tenha continuidade, se necessário com aperfeiçoamentos nos atos normativos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O trabalho em rede potencializa resultados, pois as unidades podem se auxiliar mutuamente, facilitando o trabalho naquelas menores, e a vinculação a um organograma único permite conferir maior efetividade às ações.

Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de ações que busquem o incentivo, apoio e divulgação das políticas públicas da conciliação e mediação no âmbito das varas federais, especialmente, das subseções judiciárias do interior, para que os juízes, servidores e público externo sejam sensibilizados da importância do uso dos métodos consensuais de resolução dos conflitos, mediante o encaminhamento dos processos com possibilidade de acordo aos CECONS.

Recomenda-se, na linha de observação que constou na última inspeção, que tenha continuidade a interlocução com a administração na busca de recursos orçamentários e humanos, de forma assegurar autonomia ao sistema de Conciliação, a fim de que possa desempenhar as atividades previstas na Resolução PRES n. 42/2016.

Como sabido, a Resolução CNJ 282/2019 equiparou os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania a unidades judiciárias, tendo ainda definido a forma de cálculo da lotação dos Cejuscs, e, a despeito das reconhecidas restrições orçamentárias, o aperfeiçoamento do sistema deve ser sempre perseguido.

No mais, recomenda-se à unidade a manutenção da excelente organização de trabalho demonstrada, com a busca contínua de práticas tendentes à promoção da cultura de conciliação, inclusive com o uso ferramentas, como as plataformas interinstitucionais, tudo com o objetivo de incrementar o uso de métodos alternativos de solução de conflitos, inclusive na via pré-processual.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

1.2 Magistrado Diretor da Escola Desembargador Federal

Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo

1.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

José Roberto da Silva - Assessor Administrativo II

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há estrutura permanente de servidores?

A EMAG possui a seguinte estrutura organizacional básica, com equipe permanente de servidores: Diretoria da EMAG (3 DF titulares e 1 DF suplente); Assessoria do DF Diretor - AMAG, estando a ela subordinadas 3 seções: Seção de Apoio Administrativo - RCOS; Seção de Organização de Concursos para a Magistratura - ROCO; Seção de Cursos e Eventos - REVE; Divisão de Educação Corporativa, Publicação e Gestão de Acervo - DEGA, estando a ela subordinadas 2 seções: Seção de Suporte a Eventos de Educação Corporativa - RSEV; e Seção de Publicação e Gestão de Acervo - RPUG.

3. FORMAÇÃO CONTINUADA

3.1 Relate as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explicitar em relação a cada público - desembargadores e juízes)

DESEMBARGADORES: Baixo índice de adesão aos cursos de atualização oferecidos. Atrai-los enquanto discentes revela-se um desafio, pois nota-se a baixa frequência desse público em cursos realizados pela EMAG. Tendo em vista que o registro de participação em cursos externos não compete à EMAG, não é possível afirmar sobre a frequência desse público em eventos promovidos/credenciados por outras instituições de ensino ou Escolas da Magistratura. JUÍZES: Dificuldade no deslocamento para a Escola em eventos presenciais, o que demanda o pagamento de diárias e passagens; e indicação de magistrados substitutos. Ademais, verifica-se a insuficiência de capital humano por parte da Escola para atender à crescente demanda de atualização e capacitação dos magistrados, estando em estudo uma eventual reestruturação do quadro. Financeiramente, cumpre registrar que a dotação anual tende a ser insuficiente se houver, no mesmo ano, a realização de um CFI com pelo menos, 480hs. Dificuldade de contratação de juristas renomados ou estrangeiros, para essa finalidade.

4. FORMAÇÃO DE FORMADORES

4.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

No período de 30/4/2022 a 31/8/2023, identificou-se a participação de 80 magistrados da 3ª Região em cursos de formação de formadores, sejam essas vagas da própria EMAG ou de outras Escolas da Magistratura.

4.2 Anexar lista nominal dos formadores que atuaram nas atividades da Escola (nome e tribunal de origem) e o total de horas-aula ministradas a partir da última inspeção

Tipo	GF	RF	Nome	Cargo	Lotação	CH
Magistrado	JU	10467	CAROLINE SCOFIELD AMARAL	Juiz Federal	2ª Vara Federal de Sao Carlos/SP	8
Magistrado	DE	10040	CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA	04:15
Magistrado	DE	10068	NINO OLIVEIRA TOLDO	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO	59:15:00
Magistrado	DE	10087	LEILA PAIVA MORRISON	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL LEILA PAIVA	07:20
Magistrado	DE	10066	FAUSTO MARTIN DE SANCTIS	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS	00:30
Magistrado	JU	10414	SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	Juiz Federal	2ª Vara Federal de Franca/SP	00:15
Magistrado	DE	10085	JOSE CARLOS FRANCISCO	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO	57:45:00
Magistrado	JU	10203	MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	Juiz Federal	12ª Vara Federal Cível de Sao Paulo/SP	11
Magistrado	DE	10064	JOSE MARCOS LUNARDELLI	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSE LUNARDELLI	04:50
Magistrado	JU	10111	RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	Juiz Federal	2ª Vara Federal de Ribeirao Preto/SP	4
Magistrado	JU	10552	FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	Juiz Federal Substituto	1ª Vara Federal c/JEF ADJ Cível/Criminal de Jales/SP	00:45
Magistrado	DE	10039	LUIS CARLOS HIROKI MUTA	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA	00:45
Magistrado	JU	10236	NILSON MARTINS LOPES JUNIOR	Juiz Federal	6ª Vara Federal Criminal espec. SFN/lavagem de Sao Paulo/SP	00:50
Magistrado	JU	10126	MARCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	Juiz Federal	2ª Vara Federal Previdenciaria de Sao Paulo/SP	46:30:00
Magistrado	JU	10173	RODRIGO ZACHARIAS	Juiz Federal	10ª Juiz - 4ª TR Cível dos JEFs da Secao Judiciaria de SP	1
Magistrado	JU	10201	LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	Juiz Federal	8ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	04:30
Magistrado	DE	10083	CARLOS EDUARDO DELGADO	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO	01:15
Magistrado	JU	10171	MARCELO GUERRA MARTINS	Juiz Federal	13ª Vara Federal Cível de Sao Paulo/SP	2
Magistrado	JU	10154	RENATA ANDRADE LOTUFO	Juiz Federal	SEM LOTAÇÃO	187:25:00
Magistrado	JU	10299	DECIO GABRIEL GIMENEZ	Juiz Federal	3ª VF Cível e Previdenciaria de Santos/SP	03:30
Magistrado	JU	10233	JOSE DENILSON BRANCO	Juiz Federal	3ª Vara Federal de Santo Andre/SP	80
Magistrado	JU	10301	GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	Juiz Federal	11ª Vara-Gabinete do JEF de Sao Paulo/SP	2
Magistrado	JU	10205	ALESSANDRO DIAFERIA	Juiz Federal	1ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	5
Magistrado	JU	10176	VANESSA VIEIRA DE MELLO	Juiz Federal	7ª Vara Federal Previdenciaria de Sao Paulo/SP	12:30
Magistrado	JU	10259	CAIO MOYSES DE LIMA	Juiz Federal	29ª Juiz - 10ª TR Cível dos JEFs da Secao Judiciaria de SP	14
Magistrado	JU	10365	ROGERIO VOLPATTI POLEZZE	Juiz Federal	1ª Vara Federal de Guarulhos/SP	04:40
Magistrado	JU	10127	SERGIO NOJIRI	Juiz Federal	9ª Vara Federal de Execucoes Fiscais de Ribeirao Preto/SP	14
Magistrado	JU	10398	BRUNO CESAR LORENCINI	Juiz Federal	5ª Vara Federal de Guarulhos/SP	05:25
Magistrado	DE	10036	MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA	29:40:00
Magistrado	JU	10318	CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	Juiz Federal	13ª Vara-Gabinete do JEF de Sao Paulo/SP	12:30
Magistrado	JU	10241	OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	Juiz Federal	10ª Vara Federal Cível de Sao Paulo/SP	38:40:00
Magistrado	JU	10198	RENATO BARTH PIRES	Juiz Federal	3ª Vara Federal de Sao Jose dos Campos/SP	00:30
Magistrado	JU	10268	KATIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA	Juiz Federal	5ª Vara-Gabinete do JEF de Sao Paulo/SP	2
Magistrado	JU	10311	EURICO ZECCHIN MAIOLINO	Juiz Federal	6ª Vara-Gabinete do JEF de Sao Paulo/SP	14:35
Magistrado	JU	10221	RAECLER BALDRESCA	Juiz Federal	3ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	28:45:00
Magistrado	JU	10341	MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA	Juiz Federal	2ª Vara-Gabinete do JEF de Sorocaba/SP	00:30
Magistrado	JU	10412	PAULO MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA	Juiz Federal	1ª Vara Gabinete do JEF de Guarulhos/SP	2
Magistrado	JU	10349	FABIANO LOPES CARRARO	Juiz Federal	7ª Vara-Gabinete do JEF de Sao Paulo/SP	01:30
Magistrado	DE	10065	DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA	02:15
Magistrado	JU	10443	BRUNO TAKAHASHI	Juiz Federal	2a Vara Gabinte de Sao Bernardo do Campo	00:45
Magistrado	JU	10423	BARBARA DE LIMA ISEPPI	Juiz Federal Substituto	4ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	03:15
Magistrado	JU	10489	MARIA CAROLINA AKEL AYOUB	Juiz Federal Substituto	9ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	9
Magistrado	DE	10084	INES VIRGINIA PRADO SOARES	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL INES VIRGINIA	04:30
Magistrado	DE	10044	NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS	03:50
Magistrado	JU	10441	MONIQUE MARCHIOLI LEITE	Juiz Federal	5o Juiz - 2a TR Cível/Criminal dos JEFs da Secao Judiciaria MS	74:20:00
Magistrado	JU	10524	DINAMENE NASCIMENTO NUNES	Juiz Federal	1a Vara-Gabinete do JEF de Dourados/MS	1
Magistrado	JU	10422	ANDREIA SILVA SARNEY COSTA MORUZZI	Juiz Federal Substituto	1ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	9
Magistrado						781:50:00

NOME

PARTICIPAÇÃO A PARTIR DE 30/4/22 -
EM OUTRAS ESCOLAS

ADRIANA DELBONI TARICCO	0
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	0
ALESSANDRO DIAFERIA	0
ANA EMÍLIA RODRIGUES AIRES	1
ANA LÚCIA PETRI BETTO	0
ANDREIA SILVA SARNEY COSTA MORUZZI	0
AUDREY GASPARINI	0
BARBARA DE LIMA ISEPPI	0
BRUNO BARBOSA STAMM	0
BRUNO CÉSAR LORENCINI	0
BRUNO TAKAHASHI	0
BRUNO VALENTIM BARBOSA	0
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	0
CAIO MOYSÉS DE LIMA	0
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	0
CARLOS EDUARDO DELGADO	0
CAROLINA CASTRO COSTA VIEGAS	0
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	0
CÉSAR DE MORAES SABBAG	0
CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	0
CRISTIANE FARIAS RODRIGUES DOS SANTOS	0
DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA	0
DANIEL CHIARETTI	3
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	0
DÉCIO GABRIEL GIMENEZ	0
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	0
DIOGO RICARDO GOES OLIVEIRA	0
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	0
ELIANA BORGES DE MELLO MARCELO	0
EMERSON JOSÉ DO COUTO	0
ETIENE COELHO MARTINS	0
EURICO ZECCHIN MAIOLINO	0
FABIANO CARRARO	0
FABIO KAIUT NUNES	0
FAUSTO MARTIN DE SANCTIS	0
FELIPE BITTENCOURT POTRICH	0
FELIPE DE FARIAS RAMOS	0
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	1
FERNANDO TOLEDO CARNEIRO	0
FERNÃO POMPÊO DE CAMARGO	0
FRANSCIELLE MARTINS GOMES MEDEIROS	0
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	0

GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	0
GISELLE DE AMARO E FRANÇA	0
GUILHERME ANDRADE LUCCI	1
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JÚNIOR	0
INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES	0
IVANA BARBA PACHECO	0
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	0
JANAÍNA RODRIGUES VALLE GOMES	0
JOÃO EDUARDO CONSOLIM	0
JOÃO FELIPE MENEZES LOPES	0
JOSÉ CARLOS FRANCISCO	0
JOSÉ DENILSON BRANCO	0
JOSÉ MARCOS LUNARDELLI	0
JOSÉ RENATO RODRIGUES	0
JÚLIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	0
KATIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA	3
LEILA PAIVA MORRISON	0
LEONARDO JOSE CORREA GUARDA	0
LEONARDO VIETRI ALVES DE GODOI	0
LESLEY GASPARINI	0
LETÍCIA MENDES GONÇALVES	0
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	0
LUCAS MEDEIROS GOMES	1
LUCIANA JACÓ BRAGA	0
LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	0
LUCIANO SILVA	1
LUIS CARLOS HIROKI MUTA	0
LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO	0
MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR	0
MARCELO GUERRA MARTINS	1
MARCELO LELIS DE AGUIAR	1
MÁRCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	1
MÁRCIO FERRO CATAPANI	0
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	0
MARIA CAROLINA AKEL AYOUB	0
MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA	0
MARILAINE ALMEIDA SANTOS	0
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	0
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	0
NATALIA LUCHINI	0
NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	0
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	0

NILSON MARTINS LOPES JÚNIOR	0
NINO OLIVEIRA TOLDO	0
OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT	0
PAULO ALBERTO SARNO	0
PAULO BUENO DE AZEVEDO	0
PAULO CEZAR NEVES JUNIOR	0
PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES	0
PAULO MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA	0
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	0
PEDRO HENRIQUE MAGALHÃES LIMA	1
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	0
PRISCILLA GALDINI DE ANDRADE	1
RAECLER BALDRESCA	0
RAFAEL ANDRADE DE MARGALHO	0
RAFAEL MINERVINO BISPO	0
RAPHAEL JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA	0
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	0
RAUL MARIANO JUNIOR	0
RENATA ANDRADE LOTUFO	1
RENATO BARTH PIRES	0
RENATO CÂMARA NIGRO	0
RENATO LOPES BECHO	0
RICARDO DAMASCENO DE ALMEIDA	0
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	0
RICARDO GONÇALVES DE CASTRO CHINA	2
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	0
RICARDO WILLIAM CARVALHO DOS SANTOS	0
ROBERTO LEMOS DOS SANTOS FILHO	0
ROBERTO LIMA CAMPELO	0
RODRIGO VASLIN DINIZ	1
RODRIGO ZACHARIAS	0
ROGÉRIO VOLPATTI POLEZZE	0
ROSANA FERRI	0
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	0
SERGIO NOJIRI	0
SIDMAR DIAS MARTINS	0
SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE	0
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	0
TANIA REGINA MARANGONI	0
TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO	2
THEREZINHA CAZERTA	0
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	0

VALDIRENE RIBEIRO DE SOUZA FALCÃO	0
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	0
VANESSA VIEIRA DE MELLO	0
VERA LUCIA ROCHA SOUZA JUCOVSKY	0
YURI GUERZÉ TEIXEIRA	0
TOTAL	22

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A EMAG não possui plano próprio de gestão, mas integra o Plano de Gestão Estratégica do TRF - 3ª Região, assim como responde por alguns objetivos estratégicos nele fixados. São atribuições/atividades da EMAG, conforme sua norma de estrutura: 1. Promover o Curso de Formação de Magistrados. 2. Proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos magistrados, mediante a realização de eventos (cursos, palestras, seminários etc.). 3. Promover cursos de especialização e pós-graduação "lato sensu" para magistrados. 4. Promover a divulgação dos feitos da EMAG e de conteúdos técnicos de interesse dos profissionais do direito. 5. Firmar contratos e fazer parcerias com instituições. 6. Disponibilizar ao Desembargador Federal Presidente da Comissão de Concurso os recursos humanos e materiais necessário à realização dos concursos para Juiz Federal Substituto. Registre-se que a Diretoria indicada para o biênio 2022-2024, por sua assessoria, está em tratativas para a revisão e a atualização dessas atribuições, de modo a contemplar, de fato, todas as atribuições atuais da unidade.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

A identificação de obstáculos à contratação, bem como a sugestão de temas que não fazem parte do escopo definido pela Diretoria da Escola, resultam no sobrestamento do tema/proposta até a reavaliação.

5.3 Boas práticas e inovações

No período de 30/4/2022 a 31/8/2023 a Escola adquiriu equipamentos para o registro, tratamento e transmissão de imagens e conteúdos em vídeo. Foram adquiridas, ainda, licenças da plataforma Zoom Meetings, que permitem a transmissão dos eventos, interação entre participantes (discentes e docentes), bem como ampliação do acesso a determinados eventos por parte do público externo. Nessa esteira, os materiais audiovisuais da EMAG ganharam em agilidade e qualidade, destacando-se as divulgações realizadas por meio das redes sociais. O incremento orçamentário disponibilizado pelo CJF permitiu a realização de eventos que contaram com uma aula final na modalidade presencial, para as quais foi possível realizar o custeio de deslocamento dos magistrados participantes.

5.4 Dificuldades

A realização de cursos voltados aos magistrados ainda encontra dificuldades em relação à participação desse público-alvo.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O acompanhamento do desempenho é realizado por e-mail, Teams e Whatsapp, além da apresentação efetiva das providências adotadas para a finalização das demandas ou dos projetos em andamento, bem como daquelas atividades designadas a servidores específicos. Caso não haja cumprimento do projeto, por se tratar de teletrabalho por gestão diferenciada, o servidor será convidado a justificar o seu desempenho e, se for o caso, poderá ser realocado para o regime presencial integral. Havendo manutenção do desempenho inferior ao esperado, será verificada a possibilidade de realocação em outros setores do TRF3, o que permitirá encerrar a lotação do servidor na Escola, havendo ainda a possibilidade de encaminhamento à área de Gestão de Pessoas, para abertura de acompanhamento funcional com auxílio de profissionais das áreas de saúde e psicologia.

7. CURSOS

7.1 Quantitativo de cursos realizados on-line/presencial?

No período de 30/4/2022 a 31/8/2023, foram realizados 69 eventos entre cursos, palestras, workshops e seminários. Esses eventos estão distribuídos nas modalidades presencial, à distância ou híbridos (presenciais com transmissão simultânea).

7.2 Quantitativo de magistrados que concluíram os cursos indicados no item 7.1? (desde a última inspeção)

No período de 30/4/2022 a 31/8/2023, identificou-se 220 participações de magistrados nos 69 eventos realizados pela Escola.

Qtd de Eventos	Magistrados Capacitados	Servidores TRF3 Capacitados	Servidores JFSP Capacitados	Servidores JFMS Capacitados	Magistrados Externos Capacitados	Outros Externos Capacitados	Total
69	220	355	804	52	79	793	2303

7.3 Como são realizados os credenciamentos para os cursos?

Os credenciamentos para os cursos são realizados nos moldes dos normativos editados pela ENFAM. Internamente, após as tratativas iniciais entre a Diretoria da EMAG e os docentes selecionados para coordenação, a equipe pedagógica presta eventuais esclarecimentos aos coordenadores que, por sua vez, desenvolvem o projeto

do curso, a metodologia e os demais dados exigidos para o credenciamento. Ao final desse procedimento, a equipe pedagógica e a assessoria sugerem à Diretoria da EMAG a submissão do pedido de credenciamento perante a ENFAM. Cumpridos os critérios estabelecidos, o pedido tende a ser ratificado.

7.4 Como são observados os indicadores do CEMAF e da ENFAM?

Os indicadores do CEMAF e da ENFAM são observados, no mínimo, a cada trimestre, no período em que a Escola procura se replanejar e reorganizar para os próximos semestres, conforme eventuais novas demandas ou novas diretrizes fixadas pelos órgãos superiores.

7.5 Há rodízio ou incentivo a participação de novos magistrados no quadro de formadores?

Os magistrados participantes do curso de formação de formadores são convidados à apresentação de propostas e planos de curso, para submissão à aprovação pela Diretoria da EMAG. Da mesma forma, os eventos originalmente promovidos pela Escola contam com indicação de magistrados para atuação nessas ações de capacitação, como forma de oportunizar a prática da docência e ampliar o número de formadores.

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 17/10/2023, na unidade inspecionada pelo Desembargador Nino Oliveira Toldo, pelo assessor José Roberto da Silva e pela Diretora de Divisão Pedagógica.

O principal problema relatado é relativo à necessidade de ampliação do número de servidores, tanto na parte pedagógica quanto na tecnológica, especialmente diante da reestruturação dos novos cursos realizados de forma híbrida. São atualmente 19 servidores diretamente envolvidos com as atividades da Escola, mas há demanda por pessoal para execução dos cursos, divulgação e logística, além da parte técnica para acompanhamento presencial e transmissão on-line.

A recente ampliação do orçamento, melhor distribuído proporcionalmente de acordo com a quantidade de magistrados *per capita*, permitiu a aquisição de material e a melhora da estrutura tecnológica.

A anterior dificuldade de atrair magistrados (descrita no relatório da última inspeção do CJF) restou superada com as facilidades do atendimento remoto, que também tornou desnecessária a instalação de uma sede descentralizada no Mato Grosso do Sul, dado o maior alcance do formato híbrido dos cursos. Assim, apontou-se que os cursos são atendidos por boa frequência, em especial na forma de acesso remoto.

No próprio dia de início da inspeção do CJF, a Escola realizava palestra ministrada por conferencista internacional. São utilizados o Youtube, além de redes sociais

(Instagram, Facebook, Twitter/X) para divulgação de cursos, o que tem tido retorno positivo.

A equipe da Escola destacou ainda a ênfase do Desembargador Diretor pela convocação de diversos magistrados para ministrar aulas. Nessa linha, foram realizados cursos de formadores (FOFO) ano passado e neste ano.

Por fim, apontou-se como outra melhoria a possibilidade de contratação de pessoal externo, por valor de mercado, fora dos limites da tabela da ENFAM, o que permitiu a vinda de profissionais de outras áreas para ministrar cursos.

No que tange aos temas ofertados, na entrevista a equipe do CJF observou as reclamações quanto a outras escolas, inclusive na esfera estadual, em relação aos assuntos de interesse da realidade jurisdicional dos magistrados, e os integrantes da escola apontaram que estão atentos a isso.

9. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas, sendo digna de elogio a gestão da EMAG3.

Aconselha-se o estudo da divulgação de canal permanente para registro de sugestões e pedidos de temas de cursos, através de *link* pela intranet do Tribunal ou mecanismo similar e, eventualmente – e ainda que em caráter preventivo – a implementação de canal para buscar assuntos de maior pertinência diária ao interesse jurisdicional, além do e-mail já disponibilizado para recebimento de propostas.

De resto, manter as boas práticas e o excelente espírito da equipe.

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDÊNCIA (PRECATÓRIOS)

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Subsecretaria dos feitos da Presidência - UFEP (Precatórios) código de estrutura 15.200 <https://www.trf3.jus.br/intranet/desenvolvimento-integrado-e-gestao-estrategica/estrutura-organizacional-do-trf-3a-regiao/unidade-administrativas/presidencia/secretaria-da-presidencia>

1.2 Competência

Finalidade: Coordenar as atividades relativas ao processamento de requisições de pagamento oriundas do Juízo da Execução, à elaboração de proposta orçamentária de Precatórios e requisição para pagamento mensal das Requisições de Pequeno Valor - RPV e aos respectivos pagamentos. Diretora: Virgínia Brandão Martins. Divisão de Análise de Requisitórios – DIAL. Finalidade: Gerenciar a análise dos precatórios e requisitórios de pequeno valor enviados eletronicamente para fins de inclusão em proposta orçamentária e os procedimentos de análise e expedição de certidões e despachos sobre precatórios e requisições de pequeno valor. Diretora: Vivian Facuri dos Santos. Divisão de pagamento de Requisitórios – DPAG. Finalidade: Gerenciar orçamentária e financeiramente os precatórios e requisitórios de pequeno valor e elaborar informações quanto aos cálculos nos referidos processos. Diretor: Augusto Cesar de Castro.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Virginia Brandão Martins - Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência - UFEP (precatórios)

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	15000 Secretaria da Presidência 1780 Andrea Dias Gomes de Kerbrie CJ3 Diretor de Secretaria 2143 Aldenita Rosa de Moraes FC3C Assistente Técnico 2283 Cristina Tamiko Tamasiro FC3A Assistente Administrativo 2142 Edson Massahiko Mazakina FC3C Assistente Técnico 2614 Marcio Lopes de Siqueira FC3C Assistente Técnico 15001 Seção de Suspensões e Avocatórias 2809 Guilherme Durand Alves Supervisor 1890 Sonia Maria Hennies Leite FC3B Assistente II 15200 Subsecretaria dos Feitos da Presidencia 3108 Celso Yukio Misao FC3C Assistente Técnico 2034 Virginia Brandao Martins CJ2 Diretor de Subsecretaria 4287 Mayra Moura de Oliveira Técnico Judiciário 4435 Seção de
---------------------	--

	<p>Procedimentos Diversos 3296 Alice Hamada FC5 Supervisor 2306 Claudia Borsari FC3B Assistente II 15210 Divisão de Análise de Requisitórios 2432 Vivian Facuri dos Santos CJ1 Diretor de Divisão 15211 Seção de Análise de Requisição de Pequeno Valor 1941 Jose Monteiro do Paco FC5 Supervisor 2480 Tatiana Miyuki Namie FC3B Assistente II 15212 Seção de Análise de Precatórios 4074 Amanda Janaina da Silva FC3B Assistente II 3018 Mario Mitsuo Sacata FC5 Supervisor 15213 Seção de Procedimentos Diversos 2115 Milton Leal do Nascimento FC5 Supervisor 3061 15220 Divisão de Pagamento de Requisitórios 2336 Augusto Cesar de Castro CJ1 Diretor de Divisão 15221 Seção de Pagamento de Requisições de Peq.Valor 3019 Andrea Regina da Silva FC5 Supervisor 15222 Seção de Pagamento de Precatórios 2274 William Emanuel Mota de Oliveira FC5 Supervisor 1738 Sergio Rocha de Moraes FC3B Assistente II 15223 Seção de Procedimentos Diversos 1676 Reginaldo da Silva Paranhos FC5 Supervisor 4226 Luciana da Silva Leite FC3B Assistente II, 4441 Gerson Chiang, FC3B Assistente II, Seção de Pagamento de Requisições de Pequeno Valor, Dpag. total de 25 cargos ocupados, todos servidores efetivos.</p>
--	---

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Os acervos de requisitórios são controlados pelas equipes. Há distribuição de atividades e os processos de trabalho estão mapeados. Referenciamos para documento https://www.trf3.jus.br/documentos-intranet/adeq/Processos_de_Trabalho/diagramas/processamento-de-requisitorios/Processamento_de_requisitorios.pdf. (Processo SEI n. 0009428-13.2018.4.03.8000). Ademais, há o trabalho incessante do Grupo de Trabalho dos Precatórios CJF do qual participamos na padronização de procedimentos e uniformização dos temas críticos para a unidade. O desdobramento das competências está consignado no link abaixo: <https://www.trf3.jus.br/adeq/norma-de-estrutura-das-unidades-administrativas/presidencia-do-tribunal/secretaria-da-presidencia/subsecretaria-dos-feitos-da-presidencia/>

3.2 Boas práticas e inovações

Na gestão de PRC e RPV remanesce a evolução do sistema operacional eletrônico, em suas conferências e controles de eventuais inconsistências nos dados para preenchimento e envio dos requisitórios, sempre na busca de maior segurança e conformidade aos processos de trabalho. Há estrutura de controle interno existente para mitigar riscos e problemas que levem ao descumprimento do art. 100 da CF/1988. Referenciamos para documento 8762471 (Processo SEI n. 0009428-

13.2018.4.03.8000). - Internet TRF3, link <https://www.trf3.jus.br/adeq/governanca-e-estrategia/gestao-por-processos-de-trabalho-e-gerenciamento-de-riscos> - intranet TRF3, link <https://www.trf3.jus.br/intranet/desenvolvimento-integrado-e-gestao-estrategica/governanca-e-estrategia/gestao-por-processos-e-gerenciamento-de-riscos>. Solução de continuidade ao negócio, com valorização das equipes e otimização dos processos de trabalho.

3.3 Dificuldades

As crescentes demandas trazidas pela necessidade de expedição de CVLD's. Explosão no número de expedientes de cessão de crédito, com impacto significativo nas equipes. O aumento nos questionamentos e insatisfações dos beneficiários por conta do parcelamento trazido pela Emenda 114. O déficit de recursos humanos e tecnológicos frente ao incremento no acervo de requisitórios. A necessidade de renovação dos quadros, sobretudo tendo em vista a iminência de aposentadoria de servidores altamente capacitados para tarefa técnica que demanda treinamento detalhado.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual é observado conforme normativos. O teletrabalho é parcial em regime ordinário de teletrabalho (parcial), com a seguinte configuração: Temos 22 servidores em regime de teletrabalho, sendo que há um esquema de rodízio presencial. 3 Servidores estão em regime integral presencial. Os parâmetros normativos são observados e a escala está disponível em rede para consulta. Servidor RF N°

processo	egp Aldenita Rosa de Moraes	2143	T32143.202307051449	Alice Hamada	
	3296	T33296.202307051420	Amanda Janaina da Silva	4074	
	T34074.202307051425	Andrea Dias Gomes de Kerbrie	1780		
	T31780.202307111244	Andrea Regina da Silva	3019		
	T33019.202307051427	Augusto Cesar de Castro	2336		
	T32336.202307061125	Celso Yukio Misao	3108	T33108.202307051451	
	Claudia Borsari	2306	Cristina Tamiko Tamasiro	2283	
	T32283.202307051339	Edson Massahiko Mazakina	2142		
	T32142.202307051454	Gerson Chiang	4441	Guilherme Durand Alves	2809
	T32809.202307071751	Jose Monteiro do Paco	1941		
	T31941.202307051451	Luciana da Silva Leite	4226	T34226.202307051716	
	Marcio Lopes de Siqueira	2614	T32614.202307051430	Mario Mitsuo Sacata	3018
	T33018.202307051443	Mayra Moura de Oliveira	4287	Milton Leal do	
	Nascimento	2115	T32115.202307051421	Reginaldo da Silva Paranhos	1676
	T31676.202307061628	Sergio Rocha de Moraes	1738		
	T31738.202307061648	Sonia Maria Hennies Leite	1890		
	T31890.202307051615	Tatiana Miyuki Namie	2480	T32480.202307051437	
	Virginia Brandao Martins	2034	T32034.202307051506	Vivian Facuri dos Santos	
	2432	T32432.202307051430	William Emanuel Mota de Oliveira	2274	

T32274.202307051428 Objetivos regulamentados nos termos da Resolução Pres n. 514, de 28 de abril de 2022, observadas as características das demandas e os processos de trabalho. E no caso da UFEP, não há cotas a serem buscadas. O objetivo é o integral processamento dos pagamentos de requisitórios (Rpvs e Precats), observados os ciclos orçamentários e normativos, com as necessárias conformidades.

5. RPVs E PRECATÓRIOS

5.1 Há quantas requisições em trâmite?

vide arquivo excel (dados extraídos em 28-agosto-2023)
<https://web.trf3.jus.br/anexos/download/S6734ADBF5>

5.2 Montante de RPVs de precatórios

vide arquivo excel (dados extraídos em 28-agosto-2023)
<https://web.trf3.jus.br/anexos/download/S6734ADBF5>

5.3 Com base nos novos parâmetros introduzidos pelas Emendas Constitucionais 113 e 114/2021, como está sendo realizado o processamento dos precatórios?

vide link abaixo: <https://web.trf3.jus.br/anexos/download/F14BC4141B>

5.4 Como é realizada a tramitação das requisições oriundas da Justiça Estadual?

Ela é realizada de forma totalmente eletrônica, por meio do Precweb, que remete para a base de protocolo única do TRF3. <https://www.trf3.jus.br/secretaria-da-presidencia/precatorios-1/sistema-precweb>

5.5 Há atraso no pagamento de precatórios?

Não há até a presente data. No que diz respeito aos efeitos das Emendas Constitucionais ns 113 e 114, somente o tempo poderá revelar o impacto na quitação dos requisitórios.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios), Virgínia Brandão Martins, e pela Diretora da Secretaria da Presidência, Andrea Dias Gomes de Kerbrie.

A Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios) discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor que, conforme relatório previamente disponibilizado pela unidade, podem ser assim sintetizadas (<https://www.trf3.jus.br/adeq/norma-de-estrutura-das-unidades->

[administrativas/presidencia-do-tribunal/secretaria-da-presidencia/subsecretaria-dos-feitos-da-presidencia/](#):

1. Acompanhar e participar de reuniões e decisões quanto ao processamento dos precatórios e requisitórios de pequeno valor nas demais regiões e no Conselho da Justiça Federal/Superior Tribunal de Justiça.
2. Verificar as alterações e edições de legislação orçamentária e outras afetas a precatórios e requisitórios de pequeno valor.
3. Adequar os procedimentos dos precatórios à legislação em vigor.
4. Prestar informações pertinentes a propostas orçamentárias e sua execução à SOFI e aos demais órgãos internos e externos.
5. Assessorar o Desembargador Federal Presidente na resolução de questões afetas a requisições de pagamento e incidentes correlatos.
6. Prestar apoio à Secretaria da Presidência.
7. Conferir os expedientes eletrônicos expedidos em virtude da ocorrência de incidentes nos requisitórios eletrônicos.
8. Comunicar a transferência de verba aos Juízos de origem, destinadas ao pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor.
9. Encaminhar proposta orçamentária à SOF/CJF-STJ e às demais entidades de direito público.
10. Acompanhar a elaboração das Propostas Orçamentárias Anuais e Requisições para Pagamento Mensal, bem como sua manutenção.
11. Acompanhar a migração, alteração e extração de dados do SIAFI.
12. Acompanhar a ordem cronológica dos pagamentos.
13. Administrar os sistemas informatizados utilizados no gerenciamento e administração de requisitórios.
14. Prestar apoio à 1ª Instância na realização de tarefas inerentes à solicitação de verbas para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado.
15. Orientar as Varas Estaduais que atuam por competência delegada quanto à utilização do sistema de envio eletrônico de requisições.

O setor conta com 25 servidores em efetiva atuação, estando um cargo pendente de preenchimento. Deles, 22 servidores encontram-se em regime de teletrabalho parcial, e 3 em regime de integral presencial, sendo observadas as disposições da Resolução n. 481/CNJ.

A Subsecretaria possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o adequado desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a prestação jurisdicional eficiente.

A Diretora informou que a Subsecretaria de Precatórios trabalha com os sistemas eletrônicos, denominados PRECWEB, REQPAG e SISUFEP, através dos quais são realizadas as tarefas de triagem, processamento, acompanhamento e liberação para pagamento das requisições.

Em relação ao número de requisições e aos montantes de RPVs e de Precatórios em tramitação foi solicitada a sua atualização no momento da entrevista, ocasião em que o setor apresentou as seguintes tabelas:

Soma de processos		Rótulos de Coluna	
Rótulos de Linha	Extra	Orçametário	Total Geral
PRC	304	74.298	74.602
2008	1		1
2009	3		3
2011	2		2
2015	3		3
2017	1		1
2018	4		4
2019	1		1
2020	6		6
2021	8		8
2022	31	5.863	5.894
2023	52	16.583	16.635
2024	112	37.982	38.094
2025	80	13.870	13.950
RPV		27.416	27.416
2023		27.416	27.416
Total Geral	304	101.714	102.018

Soma de Montante Pago		Rótulos de Coluna	
Rótulos de Linha	Extra	Orçametário	Total Geral
PRC	146.687.064,45	9.119.870.561,89	9.266.557.626,34
2008	535.721,68		535.721,68
2009	61.036.978,53		61.036.978,53
2011	118.253,98		118.253,98
2015	227.585,72		227.585,72
2017	5.710.094,21		5.710.094,21
2018	1.417.464,95		1.417.464,95
2019	2.719.120,98		2.719.120,98
2020	46.552.773,50		46.552.773,50

2021	7.291.828,92		7.291.828,92
2022	12.453.885,77	6.544.274.928,58	6.556.728.814,35
2023	8.614.025,55	2.575.595.633,31	2.584.209.658,86
2024	9.330,66		9.330,66
RPV		6.884.834.106,69	6.884.834.106,69
2021		659.877.698,19	659.877.698,19
2022		3.258.716.993,91	3.258.716.993,91
2023		2.966.239.414,59	2.966.239.414,59
Total Geral	146.687.064,45	16.004.704.668,58	16.151.391.733,03

Verifica-se, portanto, que no momento da entrevista encontravam-se em tramitação 102.018 requisições, destas, 304 extraorçamentárias e 101.714 orçamentárias.

Os montantes de RPVs e de Precatórios em tramitação correspondiam a R\$16.151.391.733,03 (dezesesseis bilhões, cento e cinquenta e um milhões, trezentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e três reais e três centavos), destes, R\$146.687.064,45 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) extraorçamentários e R\$16.004.704.668,58 (dezesesseis bilhões, quatro milhões, setecentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) orçamentários.

A Diretora da Unidade apontou que a atualização monetária dos precatórios e requisições de pequeno valor é feita pelo sistema eletrônico interno “PRECWEB”, de acordo com os critérios fixados no Manual de Cálculos da Justiça Federal.

Quanto ao pagamento dos precatórios, - em especial às prioridades -, conforme relatório previamente disponibilizado pela unidade, foi registrada a observância à ordem de pagamento definida no parágrafo 8º, do art. 107-A do ADCT. Assim, primeiramente foram incluídos para pagamento os beneficiários titulares dos precatórios de natureza alimentícia que possuem, no mínimo, 60 anos de idade, ou sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, desde que tal circunstância esteja devidamente anotada no precatório, limitados ao valor de 180 salários mínimos, tanto das propostas de 2022 (novas preferências não pagas em 2022) e de 2023.

Após as referidas preferências, foram incluídos os demais precatórios de natureza alimentícia, que não possuíam a superpreferência, considerando-se a ordem cronológica de apresentação, também limitados aos 180 salários mínimos.

Ainda restavam precatórios de 2022 não pagos no ano (saldos dos incisos II e III, do § 8º do art. 107-A do ADCT), todos em ordem cronológica anterior aos de 2023.

Todavia, com a limitação do repasse anual e ordem de pagamento a ser seguida, com o montante recebido foi possível pagar até o inciso IV do § 8º do art. 107-A do ADCT, do ano de 2022 na ordem cronológica de 19/5/2021, ou seja, precatórios protocolados após essa data ficaram para pagamento futuro. Assim, excetuadas as superpreferências de 2023 (precatórios de natureza alimentícia cujos beneficiários

possuíam, no mínimo, 60 anos de idade, ou fossem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, desde que tal circunstância estivesse devidamente anotada no precatório), os demais Precatórios de 2023 só serão pagos após a finalização dos pagamentos da Proposta de 2022, o que ainda não ocorreu neste pagamento de maio/2023. Os Precatórios de natureza comum são incluídos no inciso V, de forma que ainda não foram pagos (PO 2022 e PO 2023). Eles continuarão aguardando sua ordem cronológica em exercícios futuros.

Na ocasião da entrevista, a unidade apresentou, ainda, as seguintes informações consolidadas relativamente aos pagamentos realizados nos exercícios de 2022 e 2023:

- Valor total pago, com atualização até a data do pagamento, referente a proposta de 2022 nos exercícios de 2022 e 2023 = R\$ 6.544.274.928,58, que representa aproximadamente 66% do valor da proposta inicial. Em número de precatórios, do total incluído de 40.787, foram pagos de forma total ou parcial, 39.037 PRCs;
- Saldo a pagar da PO de 2022 posicionado para 1º/7/2021 (data de fechamento da PO) = R\$ 2.927.664.208,00 que representa 33,62% do total incluído em orçamento em 1º/7/2021, ou 5.863 PRCs a serem quitados (sendo 4.415 de forma parcial e 1.448 de forma integral).
- Valor total pago, com atualização até a data do pagamento, referente à proposta de 2023 no exercício de 2023 = R\$ 2.575.595.633,31 que representa aproximadamente 33% do valor da proposta inicial. Em número de precatórios, do total incluído de 29.379, foram pagos de forma total ou parcial, 16.633 PRCs.
- Saldo a pagar da PO de 2023 posicionado para 2/4/2022 (data de fechamento da PO) = R\$ 5.076.676.372,00 que representa 66,67% do total incluído em orçamento em 2/4/2022, ou 16.583 PRCs a serem quitados (sendo 4.125 de forma parcial e 12.458 de forma integral).

Foi informado que o atendimento ao público externo é realizado no balcão físico, bem como pelo e-mail. Em relação a esse aspecto, foi apontada como dificuldade, os diversos questionamentos do público externo acerca do pagamento dos precatórios, em decorrência das limitações orçamentárias determinadas pela Constituição, que devem ser continuamente esclarecidas pelo setor.

A Unidade informou que há equipe da Divisão de Análise que efetua o controle de possíveis requisições em duplicidade. Há uma rotina no sistema, que através de dados como nome, CPF, assunto, dentre outros, aponta possíveis requisitórios “suspeitos”, que são devidamente checados manualmente pelos servidores.

A diretora afirma que, salvo as restrições de ordem orçamentária, contidas na Constituição, não há atrasos no pagamento dos precatórios até a presente data.

As diretoras informaram problemas de saúde em decorrência da pandemia da Covid-19 e do impacto sentido com o súbito início do trabalho remoto e posterior retorno

ao trabalho presencial. Não obstante, foi informado que tais problemas foram satisfatoriamente superados, inclusive com o auxílio dos próprios canais da instituição.

Finalmente, em relação às recomendações da Inspeção anterior, notadamente quanto ao acompanhamento da RPV n. 0027380-71.2003.4.03.0000 junto à Vara de origem, verifica-se que, conforme INFORMAÇÃO N. 9037302/2022 - UFEP, o juízo da “Vara de Conchas encaminhou ofício, datado de 19/8/2022 (doc. 9017365), noticiando as providências tomadas naquela sede para ressarcimento do montante indevidamente levantado na RPV n. 0027380-71.2003.4.03.0000, como a inclusão do nome da parte autora no cadastro de devedores SERASAJUD, determinação de pesquisa para bloqueio de ativos financeiros - que resultou negativo, bem como informou que o INSS peticionou solicitando novo bloqueio, via SISBAJUD, aguardando-se a apresentação do valor atualizado do débito. Ademais, foi determinado no expediente SEI n. 0000869-38.2016.4.03.8000, o acompanhamento contínuo da mencionada RPV, por meio da reiteração de ofício ao Juízo da execução a cada 60 dias”. Ante a certificação das diligências, foi determinado o arquivamento pelo Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

7. RECOMENDAÇÕES

Diante dos dados aferidos nesta inspeção, recomenda-se que sejam mantidas as boas práticas, o bom clima organizacional e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade, dignos de elogios.

DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Nome do responsável pela unidade

Eliane Vieira dos Santos Fraga - RF 2657 - Diretora da Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça, a partir de 2/3/2022, à qual estão vinculadas a Divisão de Assuntos da Magistratura e a Divisão de Procedimento e Coordenação.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores sem vínculo	Eliane Vieira dos Santos Fraga. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição publicada no DOU de 24/7/2023. Na mesma data ocorreu a nomeação, por Ato da Presidência, para exercer o cargo em comissão, sem vínculo com a Administração.
Estagiários	Não há estagiários.

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 A distribuição das atividades e o estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. No Processo SEI n. 0007223-11.2018.4.03.8000 há o registro do cronograma de trabalho (Doc. SEI3502480) para a implementação do mapeamento dos Processos de Trabalho, com o uso do Bizagi, nos termos do disposto no art. 25 da Resolução PRES 136/17. Esse expediente administrativo trata dos procedimentos para a implantação da Política de Gestão por Processos e de Gerenciamento de Riscos, referentes aos processos de trabalho da Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça - SCAJ, incluindo a Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG e a Divisão de Procedimento e Coordenação - DCOR. A Planilha Macroprocessos SCAJ (Doc. SEI6441598) relaciona todos os Processos de Trabalho a cargo desta Secretaria, e respectivas Divisões e Seções, e define os macroprocessos às áreas gestoras e os objetivos para os procedimentos à cargo da SCAJ, DMAG e DCOR. O mapeamento dos Processos de Trabalho da SCAJ/DCOR foi concluído em 2020. Até março de 2022, a DMAG havia concluído parte do mapeamento dos Processos de Trabalho. Atendendo às recomendações constantes do Relatório de Inspeção CJF de 2022 (Doc. SEI 9001851), foram retomadas as atividades para a finalização do mapeamento dos Processos de Trabalho da DMAG. Para o acompanhamento dos Processos de Trabalho em andamento, foi gerado o processo SEI n. 0040557-94.2022.4.03.8000 - Plano de Gestão SCAJ / DMAG / DCOR, relacionado ao Processo SEI n. 0007223-11.2018.4.03.8000, no qual foram incluídos os documentos SEI 9175106, 9175126, 9175142, 9175151 e 9152036. Os Expedientes Administrativos, com o mapeamento

dos Processos de Trabalho da DMAG encontram-se relacionados ao Processo SEI n. 0007223- 11.2018.4.03.8000. A partir de abril de 2022, para a conclusão do mapeamento dos Processos de Trabalho da DMAG, foram gerados os Expedientes Administrativos SEI para registro do Processo de Trabalho referente à: solicitação de auxílio-funeral; emissão de carteira funcional; convocação de juízes para o TRF3; adesão ao programa de estímulo ao aperfeiçoamento profissional de magistrados; recadastramento de magistrados inativos e pensionistas; designação de magistrado em substituição; férias; controle de cumprimento das obrigações legais pelos magistrados; licenças e outros afastamentos; auxílio-moradia; abono de permanência e aposentadoria de magistrados; atualização da lista de antiguidade; adesão à FUNPRESP.

3.2 Quais são as atribuições da unidade?

Estão previstas na Res. CATRF3R 44/2017. Cabe à SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA-SCAJ prestar apoio administrativo ao Presidente dos Conselhos de Administração e Justiça da 3ª Região, aos Conselheiros eleitos e à Corregedoria Regional, na instrução e julgamento dos processos de competência do CJF3R e do CA; despachar e prestar informações determinadas pelo Presidente nos processos de sua competência e demais expedientes em trâmite na Secretaria; manter contato com juízes e servidores das Seções Judiciárias, a fim de fornecer informações e prestar esclarecimentos ao Presidente. A SCAJ é composta por duas Divisões. A DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA é responsável por planejar, coordenar e acompanhar os assuntos relativos aos magistrados e todos os processos nas respectivas Seções, a saber: SEÇÃO DE ASSENTO FUNCIONAL DE MAGISTRADOS, que faz o controle de dados cadastrais, dos documentos funcionais e do quadro de vagas; expedição de carteiras funcionais; acompanhamento dos processos de nomeação até apreciação pelo TCU; controle das Declarações de Bens e Rendas, com respectiva informação ao TCU; instrução dos processos de remoção, promoção e vitaliciamento; controle do recadastramento dos magistrados ativos e instrução do processo de acúmulo de cargos; elaboração da lista de antiguidade; instrução dos processos de auxílio funeral e Programa de Estímulo ao Aperfeiçoamento; organiza os cursos realizados; acompanha a realização de atividade de docente e os expedientes relativos à concessão de pensão alimentícia (cotistas); controla o cumprimento das obrigações eleitorais; elabora certidões e declarações relativas à situação funcional; instrui os processos de concessão de ajuda de custo dos Desembargadores, e os processos relativos à FUNPRESP-JUD; consolida informações para envio às folhas de pagamento do TRF3 e das Seções Judiciárias de SP e MS. SEÇÃO DE AFASTAMENTOS E FREQUÊNCIA DE MAGISTRADOS: responsável por efetuar o controle e instruir os processos da concessão de licenças, auxílio natalidade, férias, escala anual de férias, convocação de Juízes em auxílio e em substituição no TRF3, e compensação dos Desembargadores; consolidar relatório mensal dos dias de acúmulo de jurisdição-GAJU dos Desembargadores, da convocação dos Juízes, em substituição e em auxílio, e de férias, para envio à folha de pagamento do TRF3 e das Seções Judiciárias de SP e MS. SEÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADOS, responsável por instruir processos de designação (substituição, auxílio, impedimento/suspeição e outras) e realizar as respectivas atualizações cadastrais;

consolidar relatório mensal dos dias de acúmulo de jurisdição dos Juizes-GAJU e de substituição dos Juizes, para envio às folhas de pagamento das Seções Judiciárias de SP e MS. SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE MAGISTRADOS, responsável por instruir os processos de concessão de aposentadorias, abono de permanência, averbação de tempo de serviço, pensão por morte, e realizar as respectivas atualizações cadastrais; controlar o recadastramento anual dos magistrados inativos e dos pensionistas, com a respectiva instrução do processo, inclusive quanto ao possível acúmulo de proventos; acompanhar junto ao TCU, os processos de desligamento (vacância, aposentadoria, exoneração), bem como os de concessão de pensão; consolidação de informações para envio às folhas de pagamento do TRF3 e das Seções Judiciárias de SP e MS, quando couber. DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E PROCESSAMENTO é responsável pela execução das atividades de apoio à Secretaria e aquelas relativas ao processamento e julgamento de feitos de competência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região-CJF3R e do Conselho de Administração-CATRF3, dentre eles, recursos contra decisões administrativas; elaboração de edital e processamento dos expedientes de promoção e remoção de magistrados; realizar sindicância da vida pregressa dos candidatos ao cargo de Juiz Federal Substituto; elaborar atos normativos dos Conselhos; orientar a atualização da página dos Conselhos na internet.

3.3 Boas práticas e inovações

Foram envidados esforços junto à área de Tecnologia da Informação para o aprimoramento do sistema MapaVara Web, que resultou em maior automatização dos procedimentos de controle, integração com os sistemas de recursos humanos, melhoria da interface com os usuários e garantia de maior transparência sobre os procedimentos relacionados à movimentação e designação de magistrados, e respectivas jurisdições, para a otimização das atividades executadas na Divisão de Assuntos da Magistratura. Encontram-se em curso os procedimentos para a implantação do sistema SERH! 3ª Região, onde, atualmente, são utilizados diversos sistemas informatizados para a gestão de pessoas e demais assuntos relativos à magistratura, dentre os quais, RHM3R, e-GP, MapaVara, PRE. Com a implantação do Sistema SERH!, espera-se que sejam superadas as dificuldades e deficiências que vêm sendo enfrentadas. Por exemplo, não há sistema para cálculo de tempo de serviço para fins de abono de permanência e aposentadoria. O Sistema RHM3R permite apenas o registro das informações cadastrais. O SERH! possui módulo próprio para averbação e contagem de tempo de serviço, o que deverá desonerar bastante a Seção de Aposentadoria e Pensões de magistrados. Outra melhoria esperada diz respeito aos concursos de remoção e promoção de magistrados, para os quais é utilizado o Sistema PRE. Como o Sistema PRE não é interligado aos demais sistemas da 3ª Região, toda a alimentação de dados para o certame é realizada de forma manual. Após o término das medidas de restrição decorrentes da Pandemia da COVID19, a continuidade da realização de reuniões pela plataforma Teams, com os servidores lotados na Secretaria e com as diversas áreas do Tribunal, tem otimizado o tempo. Atendendo à proposta da SCAJ/DMAG, por meio do Processo SEI n. 0002591-63.2023.4.03.8000, foi alterada a Resolução n. 106/2001, da Presidência deste Tribunal, para possibilitar a continuidade do recadastramento anual dos magistrados e servidores inativos e pensionistas, para

possibilitar a continuidade de sua realização de forma virtual, sem prejuízo da modalidade presencial para quem assim optar. Em virtude da pandemia da COVID-19, a Presidência deste Tribunal autorizou que os recadastramentos, nos anos de 2021 e 2022, fossem realizados de forma preferencialmente virtual, sem prejuízo do comparecimento pessoal. No que diz respeito a esta Divisão de Assuntos da Magistratura, ressalta-se que a experiência foi positiva, sendo que a maior parte dos magistrados, magistradas e pensionistas optaram pela realização do recadastramento de forma virtual, o que, inclusive, facilitou o procedimento para aqueles que não residem na cidade de São Paulo, ou com dificuldade de locomoção.

3.4 Dificuldades

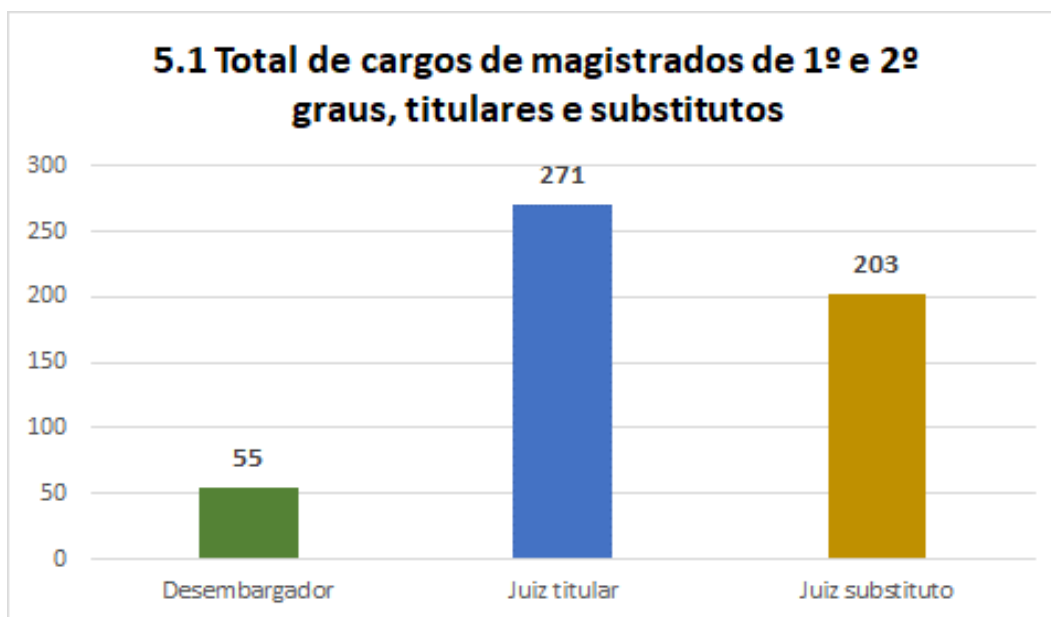
Foi solicitada à área de T.I. a verificação das providências necessária para a implementação, no Sistema SEI, da funcionalidade de publicação de atos e decisões no DOU. Atualmente, é necessário o uso de programa para inserir os dados p/publicação em uma "máscara" do DOU para editoração e somente, então, o envio pela Divisão de Editoração e Divulgação, para publicação no DOU. Tal funcionalidade otimizará sobremaneira as publicações de normativos, atos e decisões para toda a Justiça Federal da 3ª Região. Com relação aos recursos humanos, há 17 (dezessete) servidores lotados na SCAJ/DMAG/DCOR, número que se mostra insuficiente para o atendimento das inúmeras demandas e processamento dos diversos expedientes administrativos de interesse dos magistrados. Os 3 (três) servidores que prestam serviço na unidade auxiliam, significativamente, no desenvolvimento do trabalho de forma mais equilibrada e célere. O ideal é que ocorra a ampliação do quadro de vagas da SCAJ/DMAG/DCOR, para possibilitar a lotação desses servidores, uma vez que, a qualquer momento, poderão ser realocados para outros setores do Tribunal.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Para tanto, é elaborada escala de comparecimento presencial, para que haja 70% dos servidores trabalhando de forma presencial na unidade, diariamente. Atualmente, há 20 servidores trabalhando na SCAJ/DMAG/DCOR. Dois optaram por trabalhar somente de forma presencial. Uma servidora realiza o TNP de forma integral, por ser portadora de doença grave. Os demais realizam o teletrabalho de forma parcial, em regime de revezamento. O cumprimento da meta de desempenho, demandas, tarefas ou projetos específicos estabelecidos no Plano de Trabalho elaborado pelo servidor com o requerimento do TNP, no Sistema e-GP, é monitorado pela chefia imediata e pela Diretora da Secretaria, com a avaliação da qualidade do trabalho apresentado. Verificado, ou havendo indícios de descumprimento do Plano de Trabalho, a chefia imediata deve solicitar esclarecimentos ao servidor e informar à Diretora da unidade, que poderá cancelar o regime de trabalho não presencial, justificadamente, concedendo prazo razoável para o retorno do servidor às atividades presenciais, conforme estabelece a Resolução PRES n. 514/2022 e alterações posteriores.

5. DADOS ESTATÍSTICOS



Nota: Cargos criados.

5.2 Apresentar, por seção judiciária e TRF, se for o caso, o número de cargos existentes, providos e vagos.

CARGOS DE 2º GRAU - Desembargador Federal: 55 cargos existentes (43 providos e 12 vagos). CARGOS DE 1º GRAU - Juiz Federal (SP): 201 cargos existentes (191 providos e 10 vagos); Juiz Federal (MS): 16 cargos existentes (13 providos e 3 vagos); Juiz Federal Substituto (SP): 188 cargos existentes (98 providos e 90 vagos); Juiz Federal Substituto (MS): 15 cargos existentes (11 providos e 4 vagos); Juiz Federal de Turma Recursal (SP): 45 cargos existentes (43 providos e 2 vagos); Juiz Federal de Turma Recursal (MS): 6 cargos existentes (5 providos e 1 vago); Juiz Federal de Turma Recursal (Sem definição de Seccional): 3 cargos existentes (3 vagos).

5.3 Existe concurso em andamento?

Encontram-se em andamento os seguintes concursos: a) XX Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da 3ª Região. A Resolução PRES n. 463, de 14/10/2021, dispõe sobre o Regulamento do Concurso. Referido certame encontra-se na 3ª etapa (inscrição definitiva e sindicância da vida pregressa e investigação social), para posterior deferimento da inscrição definitiva e convocação para a prova oral. Foi publicado o Edital n. 17/2023, que comunica a previsão para a realização da prova oral a partir de fevereiro de 2024. b) Promoção de Juiz Federal a Desembargador Federal: Vagas criadas pela Lei n. 14.253/2021, sendo quatro por merecimento e quatro por antiguidade. Aguardando a publicação do decreto de nomeação pela Presidência da República. c) Promoção de Juiz Federal a Desembargador Federal: vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Federal Victorio Giuzio Neto, pelo critério merecimento. Processo concluso ao Relator Corregedor Regional, para inclusão em pauta no Conselho da

Justiça Federal da 3ª Região e posterior apreciação pelo Plenário deste Tribunal. d) Remoção externa, a pedido, nos termos da Resolução PRES 5/2016, referente ao 2º semestre de 2023: autos conclusos com o Relator para inclusão em pauta no Conselho da Justiça Federal da 3ª Região e posterior apreciação pelo órgão Especial deste Tribunal. e) Remoção Interna de Juiz Federal (Edital n. 5/2023): apreciada a regularidade formal do concurso na sessão do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região de 31/8/2023. Na sessão do Órgão Especial realizada em 6/9/2023 ocorreu o julgamento do certame, sendo expedida a Resolução n. 21, de 6/9/2023, que dispõe sobre a remoção interna de Juizes Federais da Justiça Federal da 3ª Região pelo critério de antiguidade, com início da vigência em 18/9/2023.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida pelos servidores e pela Diretora Eliane Vieira dos Santos, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela Divisão.

Além das informações contidas no relatório, cada membro da equipe relatou em detalhes suas atribuições e dificuldades, coincidindo com o que já ficou registrado na inspeção realizada em 2022.

O maior desafio da Divisão é o número reduzido de servidores (16) em relação ao número aproximado de 600 magistrados, que aumentará após o preenchimento dos 95 cargos de juiz substituto que estão vagos.

É costume o destacamento de servidores vinculados ao gabinete do Presidente do Tribunal para auxiliar a unidade. No entanto, tais servidores não são lotados no setor e por vezes são realocados, como ocorreu recentemente com a criação dos novos gabinetes, dificultando ainda mais a consecução das tarefas. Especialmente porque nos últimos anos foram agregadas novas atribuições e algumas das já existentes começaram a ser mais demandadas, a exemplo do processamento e análise de documentação para concessão do benefício especial e do abono de permanência.

Atualmente a unidade utiliza os sistemas RHM3R (arcaico e sem atualização), Mapa-Vara (banco de dados - lotação de magistrados) e PRE para a efetivação das várias tarefas. Contudo, tais sistemas não se comunicam e não apresentam informações claras e confiáveis, tornando necessária a confecção, utilização e conferência de planilhas elaboradas no Word, mormente no que tange às substituições e designações de magistrados e à percepção da GAJU. Tal situação prejudica o fluxo do trabalho e dificulta a substituição nos períodos de afastamento do servidor responsável.

Foi constatado avanço significativo no mapeamento e registro dos processos de trabalho (atualmente em fase de finalização).

Além disso, a grande aposta é o uso das ferramentas tecnológicas. A unidade está se preparando desde maio/2023 para a implantação do sistema SERH, com o mapeamento e a importação de dados, mediante suporte do CNJ e do núcleo de

tecnologia da informação. A migração está em fase de conclusão, principalmente para adequação da linguagem para o novo sistema.

Destacou-se que após a pandemia o cadastramento dos magistrados inativos pode ser feito de forma virtual, o que facilitou o trabalho para a unidade e para os usuários.

Pelo que se percebe, o volume de trabalho é desafiador, principalmente porque há rotatividade de parte da equipe, inclusive da Direção, a cada mudança de gestão administrativa (2 anos). A utilização de sistemas que não se comunicam e a necessidade de realização manual de tarefas, que poderiam ser automatizadas, aumentam a dificuldade na prestação do serviço.

O plano de gestão e o mapeamento do fluxo de trabalho estão em fase final e a implantação do SERH pode trazer benefícios.

Trata-se de equipe com diferenciado grau de comprometimento, que cumpre suas atribuições da melhor forma possível e preza pela excelência no atendimento prestado aos magistrados.

Merece registro que o acréscimo gradativo das demandas afetas à Divisão e o elevado número de magistrados atendidos, sem o correspondente aumento da equipe, de certa forma fragiliza a garantia de continuidade do trabalho, seja porque na sua maioria os servidores não possuem substitutos automáticos para seus afastamentos, programados ou não, ou porque não há espaço para atendimento de demandas extraordinárias.

7. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Conclusão do mapeamento e cronograma dos processos de trabalho já iniciada no processo SEI n. 0007223-11.2018.4.03.8000.
- b) Finalização do processo de implantação do sistema SERH.

SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Secretaria de Segurança Institucional - SSEG

1.2 Competência

Coordenar as áreas de segurança e de proteção pessoal e patrimonial, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços, das contratações, da adequada estruturação e dos treinamentos necessários ao desempenho das atribuições; orientar, na parte técnica, as ações voltadas à segurança institucional e à proteção pessoal, patrimonial e de informação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, propondo a unificação de procedimentos entre o Tribunal e as Seções Judiciárias; planejar o desenvolvimento de Sistema de Inteligência Institucional no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; representar a Segurança Institucional do Tribunal, interna e externamente; gerir o orçamento afeto à Secretaria, elaborando as propostas para os exercícios seguintes, visando a garantia da probidade na aplicação dos recursos públicos; coordenar a interação com outros órgãos de segurança, no interesse do Tribunal; assessorar a Presidência, a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal e a Diretoria-Geral, facilitando o processo decisório em assuntos afetos à Segurança Institucional, nos termos dos atos normativos próprios; apoiar os magistrados nos assuntos institucionais que envolvam segurança; promover e disseminar a cultura de segurança e proteção no âmbito do Tribunal.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Guilherme de Castro Almeida, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	ROPE 17; RPOL 23; ROES 4; RINA 4; RAAC 3; RFIP 3; DLOG 3; RPAT 4
Servidores sem vínculo	SSEG 1; UPOE 1
Estagiários	RAAC 1

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Não se aplica. A unidade de segurança não possui plano de gestão estabelecido.

3.2 Como os cargos estão distribuídos?

Não se aplica.

3.3 De que forma é observada a Resolução n. 686/2020-CJF?

Integralmente. Com base na Resolução n. 686/2020-CJF, a SSEG vem adotando todas as medidas relacionadas com o porte institucional de armas de fogo e a disponibilização dos equipamentos ali referidos. A obtenção dos portes funcionais no TRF3R seguiu os trâmites legais e os ritos desta Resolução. Há preocupação com a segurança no armazenamento e controle das armas de fogo e munições. Foram adquiridos e instalados cofres eletrônicos para a guarda das armas. No TRF3R, além das prescrições contidas na Resolução n. 686/2020-CJF, foi editada a Resolução CATRF3R n. 139, de 24/11/2021, que regulamenta o porte funcional de armas de fogo e armas menos letais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e a Resolução CATRF3R n. 140, de 24/11/2021, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Grupo Especial de Segurança - GES no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

3.4 Como a unidade aplica a Resolução 472/2022 do CNJ?

A Resolução CNJ n. 472/2022 dispõe sobre a criação da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências, tratando-se de uma estrutura do Conselho Nacional de Justiça, cujas diretrizes, principalmente a matriz curricular nacional, ainda não foram difundidas.

3.5 Houve elaboração do plano de segurança orgânica, proteção e assistência a juízes em situação de risco ou ameaçados?

Sim, conforme Resolução PRES n. 360/2020 e Resolução PRES n. 351/2020 respectivamente.

3.6 Existe a disponibilização de veículos blindados para magistrados em situação de risco?

Atualmente, existem 2 veículos blindados (com afetação provisória), sendo 1 permanentemente alocado na Subseção Judiciária de Ponta Porã/MS e outro na SJMS. No TRF3, há 1 veículo blindado adquirido em 2022 que compõe a frota própria.

3.7 Como e quando ocorre o plantão policial para atendimento a casos de urgência envolvendo a segurança de juízes e familiares?

São disponibilizados aos Magistrados e seus Gabinetes os telefones do plantão da Seção de Policiamento - RPOL e dos Diretores da SSEG e da UPOE, conforme determina a Resolução CNJ n. 435/2021 (artigo 14, inciso XV).

3.8 Foi instituído o núcleo de inteligência?

Sim, conforme Resolução CATRF3R n. 103, de 18/6/2020, que alterou a estrutura organizacional da SSEG em 2020 e instituiu a Seção de Inteligência - RINA.

3.9 Como se dá o controle de acesso e o fluxo nas instalações do Tribunal, nos anexos e no 1º grau?

No Edifício-Sede do TRF3R existe sistema de controle de acesso composto por pórtico detector de metais, scanner de bagagens, roletas e cancelas. Os magistrados,

servidores, colaboradores e estagiários são cadastrados em sistema e fazem uso de crachás magnéticos para acesso ao prédio (pedestre e veículos). Os crachás são parametrizados segundo os ambientes cujo acesso é permitido. Esse sistema de controle de acesso está em permanente expansão, de modo a contemplar todas as unidades. Hoje, todos os acessos aos Gabinetes e Unidades Administrativas são controlados. Nas Subseções, o controle de acesso ainda não foi totalmente implementado.

3.10 Existe um sistema de monitoramento eletrônico de instalações e áreas adjacentes?

Sim. Atualmente, existem 183 câmeras em funcionamento. Aguarde-se a disponibilidade operacional da secretaria de administração para expansão, aumentando o número de câmeras nas garagens, nas áreas externas e no depósito da PW.

3.11 Como é realizado o policiamento nas salas de audiência e áreas adjacentes, quando requisitado?

Por meio da alocação de Agentes de Polícia Judicial da Seção de Policiamento - RPOL e do Grupo Especial de Segurança - GES, de maneira ostensiva e/ou velada, conforme o caso e de acordo com a avaliação de risco, com apoio da vigilância privada.

3.12 Como ocorre o controle quanto à vedação do recebimento de armas em fóruns?

Na SJSP, armas de fogo são recebidas no Depósito Central (Presidente Wilson). Na SJMS, são recebidas pelas Varas e acondicionadas em sala cofre.

3.13 Existem policiais, bombeiros, militares, guardas municipais atuando neste Tribunal?

Sim, o Diretor da SSEG, Guilherme de Castro Almeida, Delegado de Polícia Federal; e o Diretor da UPOE, Gustavo Moreno de Campos, Agente de Polícia Federal.

3.14 Boas práticas e inovações

Recentemente, houve reestruturação no TRF3 quanto aos cargos dos agentes da polícia judicial, resultado de dificuldades apresentadas após a criação de 12 novos gabinetes, que tiveram retirados de seus quadros os cargos de APJ (antes eram 2 cargos por gabinete). Todos os APJs tiveram sua lotação alterada para a SSEG, que faz a gestão do efetivo, de modo a possibilitar o atendimento de todos os desembargadores e ao mesmo tempo suprir as demais atribuições da área de segurança. A mudança, embora ainda muito recente e provocadora de transição na cultura organizacional, tem por objetivo otimizar e equilibrar a alocação da força de trabalho, em consonância com as mais recentes diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

3.15 Dificuldades

A Segurança Institucional do Poder Judiciário passa por profundas mudanças e significativas evoluções. A principal dificuldade no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região é implementar essa nova cultura e a percepção, por parte de magistrados

e servidores, quanto à importância do tema. No âmbito do TRF3R houve avanços relevantes nos últimos anos, principalmente quanto ao reposicionamento organizacional da SSEG, orçamento condizente com as necessidades e progresso normativo. Os resultados estão sendo alcançados paulatinamente, principalmente quanto às capacitações e aquisições de equipamentos. A principal dificuldade, atual e futura, está relacionada com a falta de efetivo e sua renovação. Além da necessidade de preenchimento de cargos vagos, grande parte dos Agentes de Polícia Judicial do quadro atual foi recrutada há mais de 20 ou 30 anos, sendo necessária oxigenação e seleção de concursados com perfil mais adequado às novas atribuições do cargo e conforme as diretrizes atuais. Também há carência de servidores para a realização das atividades administrativas da SSEG, por exemplo, nas unidades responsáveis pelas contratações, acompanhamento contratual e fiscalização técnica de contratos sob a gestão da segurança.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. É adotado modelo semipresencial, principalmente para os servidores que executam atividades administrativas, especialmente a Seção de Procedimentos Administrativos - RPAT (4 servidores), a Seção de Aquisições e Acompanhamento de Contratos - RAAC (5 servidores) e a Seção de Fiscalização Técnica e Pagamentos - RFIP (2 servidores). A Seção de Inteligência - RINA também está abrangida pelo modelo (4 servidores), porém, atuando também com escala de sobreaviso e presencialmente sempre que necessário. A Seção de Operações Logísticas - ROPE, a Seção de Policiamento - RPOL e a Seção de Operações Especiais - ROES trabalham em regime de plantão e/ou expediente diário.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 23/10/2023, pelo Desembargador Gilberto Jordan, pelo Delegado da Polícia Federal Guilherme de Castro Almeida, Diretor da SSEG, e pelo Agente da Polícia Federal Gustavo Moreno de Campos, Diretor da UPOE, que discutiram sobre as atividades desenvolvidas no setor.

A Secretaria de Segurança Institucional está subordinada diretamente à Presidência do Tribunal, tendo como atribuição, dentre outras, assessorar a Presidência, a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal e a Diretoria Geral.

Recentemente, em razão da ampliação do TRF3, houve uma alteração significativa da estrutura, pois os agentes de polícia judicial, originariamente lotados nos gabinetes de Desembargadores (as) Federais, totalizando dois agentes, foram lotados na Secretaria de Segurança.

Assim, atualmente, a referida Secretaria tem um efetivo de 113 servidores, dos quais 55 ficam trabalhando direto nos gabinetes de Desembargadores, e os demais

permanecem exercendo as atividades atribuídas a esta unidade, o que proporcionou uma melhoria no atendimento das demandas e divisão das tarefas exigidas.

O trabalho é exercido em regime de plantão, observando o disposto na Resolução n. 370/CNJ, o que permitiu organizar melhor a jornada de trabalho dos agentes, observando, agora, os limites mínimo e máximo, considerados dentro do mês em vigor.

O teletrabalho está restrito aos servidores que exercem atividades administrativas.

As atividades desenvolvidas dentro desta Secretaria dizem respeito a três vertentes: transporte e policiamento ostensivo (segurança do prédio e transporte de magistrados e demais autoridades); operações especiais (onde se inclui o GES, bem como a realização de cursos e treinamentos e controle de armamentos); e Inteligência (controle de acesso ao prédio e sistemas, verificação de câmeras e atividades investigativas).

Ainda é de responsabilidade desta unidade, toda contratação que diz respeito à recepção, bombeiros civis, vigilantes e frota, bem como equipamentos relativos à atividade-fim.

O controle de acesso é composto por detector de metais, scanner de bagagens, roletas e cancelas. Além disso, os magistrados, servidores, colaboradores e estagiários são cadastrados em sistema próprio e fazem uso de crachás magnéticos para acesso ao prédio (pedestre e veículos), de forma parametrizada e segmentada.

O armazenamento das armas é realizado nos cofres eletrônicos adquiridos para tal fim.

Os agentes de polícia judicial estão em constante atualização, mediante cursos realizados pelo TRF3 e outras instituições parceiras. Afirmam que há uma animadora perspectiva de crescimento e renovação da equipe por meio de concurso em andamento.

No que diz respeito aos veículos blindados, há três, distribuídos entre Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, TRF3 e Subseção Judiciária de Ponta Porã que são utilizados quando solicitados e também para apoio ao CNJ/CJF quando necessário.

Reportam que é feita uma campanha de conscientização para a utilização dos acessos segregados aos setores do Tribunal, mediante o fechamento dos acessos aos gabinetes e secretarias objetivando o incremento da segurança de todos, no que vem enfrentando resistência, diante da cultura institucional.

Por fim, informam que trabalham em colaboração com as polícias civil, militar e federal de São Paulo, especialmente no controle e planejamento de eventos e manifestações habitualmente realizados na Avenida Paulista, onde se encontram a maior parte dos prédios da Justiça Federal.

6. RECOMENDAÇÕES

A Secretaria de Segurança Institucional está sob a coordenação do Desembargador Federal Gilberto Jordan. Atua como Diretor o Delegado da Polícia Federal Guilherme de Castro Almeida. Junto à UPOE atua o Agente da Polícia Federal Gustavo Moreno de Campos.

Pelo que se constatou a Secretaria está bem organizada, e paulatinamente vai se adaptando à nova configuração da carreira dos Agentes de Polícia Judicial, e bem assim aos impactos da ampliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A redução da lotação de agentes nos gabinetes, que em em certa medida decorreu do aumento do número de desembargadores(as) na Corte, foi absolutamente necessária. Em uma situação de incremento permanente de atribuições, por conta das necessidades de atuação no transporte, no policiamento ostensivo e na área de Inteligência, a manutenção de dois agentes em cada gabinete era insustentável.

A propósito, considerando as dificuldades para fazer frente às atribuições da unidade, e bem assim as restrições orçamentárias ao aumento do quadro de servidores, talvez seja o caso de se estudar, no futuro, a possibilidade de terceirizar, ao menos parcialmente, o serviço de transporte, como forma de permitir uma atuação mais adequada nas áreas de policiamento e inteligência.

Ao arremate, cabe o registro de que a Secretaria vem desempenhando suas atividades com competência, estando bem estruturada, como já foi reconhecido na inspeção anterior.

Recomenda-se sejam mantidos os esforços no sentido de buscar o aprimoramento constante dos trabalhos.

ESTATÍSTICA

1. Análise da Base de Dados e de outras informações obtidas durante a inspeção

Na etapa preparatória da inspeção, realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem inspecionados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas, tais como: número do processo, data da última movimentação, data da primeira distribuição, data da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada, processos com carga há mais de 60 dias, dentre outras.

Os resultados desse trabalho preliminar permitiram perceber que o Tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (PJe), que detem 99,90% do acervo em tramitação, permanece envidando todos os esforços necessários para validar, com o apoio de gabinetes e unidades processantes, a consistência dos dados migrados para a ferramenta de *Business Intelligence (BI)*.

No decorrer da 2ª etapa da inspeção (fase presencial) alguns dados disponibilizados na plataforma de *BI* foram cotejados com os resultados encontrados pelas equipes. As inconsistências identificadas constam dos quadross a seguir:

Inconsistência	Descrição do evento
1 - Processos localizados no gabinete do relator (localização atual), e na base do BI estão vinculados ao gabinete da conciliação.	<p>O processo ficou vinculado ao Gabinete da Conciliação na base do <i>BI</i>, pois houve movimentação de Remessa (movimento 12.614, 12.622 ou 12.621) e no momento do retorno não foi registrado nenhum dos movimentos parametrizados para identificar o retorno (movimentos 12.619 e 12.623).</p> <p>O Gabinete da Conciliação reportou essa questão da divergência. A equipe técnica de TI fez a análise e retornou a demanda para a unidade avaliar se alguns movimentos subsidiários podem ser incluídos nos parâmetros para identificar o encerramento da atribuição da Conciliação.</p>

Recomendação: Acompanhar, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, a parametrização de movimentos subsidiários que permitam ao Gabinete da Conciliação identificar e lançar o movimento de encerramento de sua atribuição no processo.

Inconsistência	Descrição do evento
2 - Processos sem lançamento da fase de conclusão	No início da implantação do PJe havia uma lacuna no sistema, solucionada à época, que não gerava a fase de conclusão assim que a ação ingressava no Tribunal. Por essa razão, alguns feitos que foram distribuídos para o relator em 2020, e sem movimentação desde então, foram identificados sem o lançamento do movimento de conclusão. A lista dos processos identificados foi disponibilizada para providências.

Recomendação: Identificar e informar à unidade competente se ainda restam processos em tramitação no Tribunal que, por ocasião dos problemas ocorridos no início da implantação do PJe, não possuem lançamento da movimentação de conclusão.

Inconsistência	Descrição do evento
3 - Processos criminais classificados no BI como cíveis (classes: 326, 1727 e 421)	As equipes de inspeção reportaram a existência de processos criminais que estavam classificados equivocadamente como cíveis. A Secretaria de Tecnologia identificou e retificou imediatamente três classes processuais (326, 1727 e 421). Os 28 processos identificados com a classificação errada permanecem em análise, pois como fugiram às regras padrão e à de identificação do órgão, estão sendo avaliados para correção.

2. Ferramenta utilizada para produção de painéis eletrônicos (*Business Intelligence*)

Os gabinetes e unidades processantes possuem diversos tipos de relatórios dinâmicos, produzidos pela ferramenta denominada *Power BI da Microsoft*, que contribuem para a gestão do acervo e a produção de métricas que ajudam no processo de tomada de decisão.

A diversidade de informações presentes no *BI* pode ser representada nas telas a seguir, que ilustram alguns dos parâmetros, de acompanhamento mensal, por acervo, por assunto e por meta. Para cada tipo de medida o gabinete ou unidade processante pode exportar a relação dos processos e consultá-lo.



Ao clicar em qualquer opção acima, a ferramenta abre o relatório a seguir, onde os gráficos possuem links dinâmicos e com *drill down (maior nível de detalhe)* que permite ao usuário acesso aos níveis hierárquicos das informações até o menor grão, para que todas as unidades possam fazer gestão pontual do seu acervo.



Movimentação Processual - Tribunal 2º Grau Várias Unidades Selecionadas

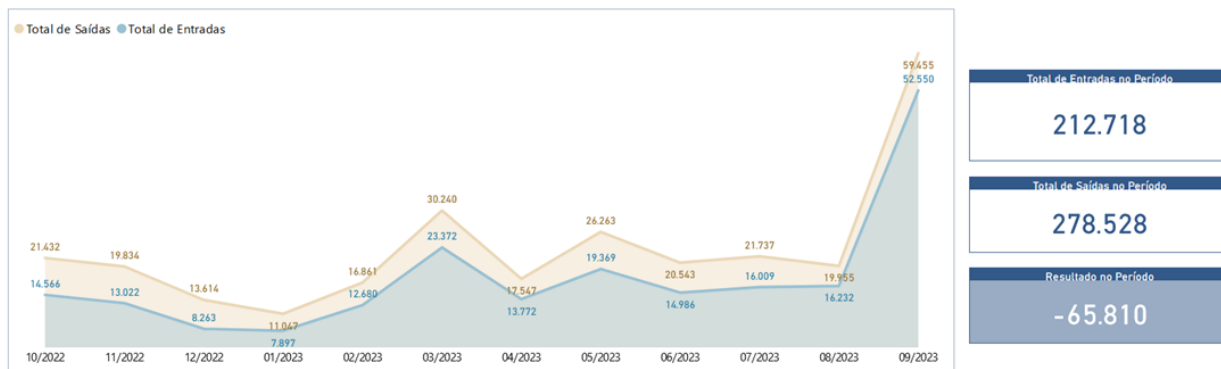
Dados atualizados até 30/09/2023

Unidade	Órgão Julgador	Sistema	Período	Relatório
Todos	Todos	Todos	até 12 meses	Todos
Classe	Classe de Origem	Grupo Assunto	Assunto Pesquisado	
Todos	Todos	Todos	Todos	
Parte	Grandes Demandantes	Polo Processual		
Todos	Todos	Ativo		

Fluxo de Entradas e Saídas

Entradas: Distribuídos, Levantamento de Sobrestamento, Reativados, Recebidos da Instância Superior, Redistribuídos (entradas)

Saídas: Baixa por Incompetência, Baixados Definitivamente, Redistribuídos (saídas), Remetidos à Instância Superior, Sobrestados no Período



Movimentação Processual - Tribunal 2º Grau Várias Unidades Selecionadas

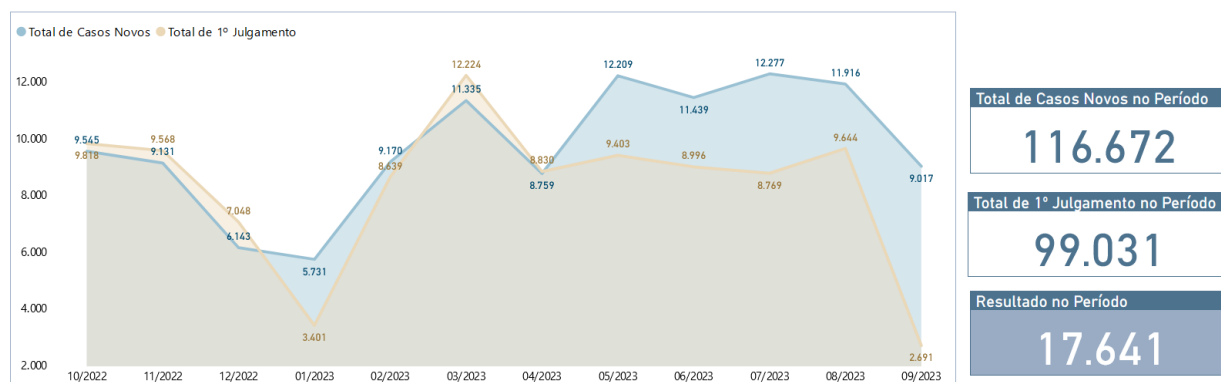
Dados atualizados até 30/09/2023

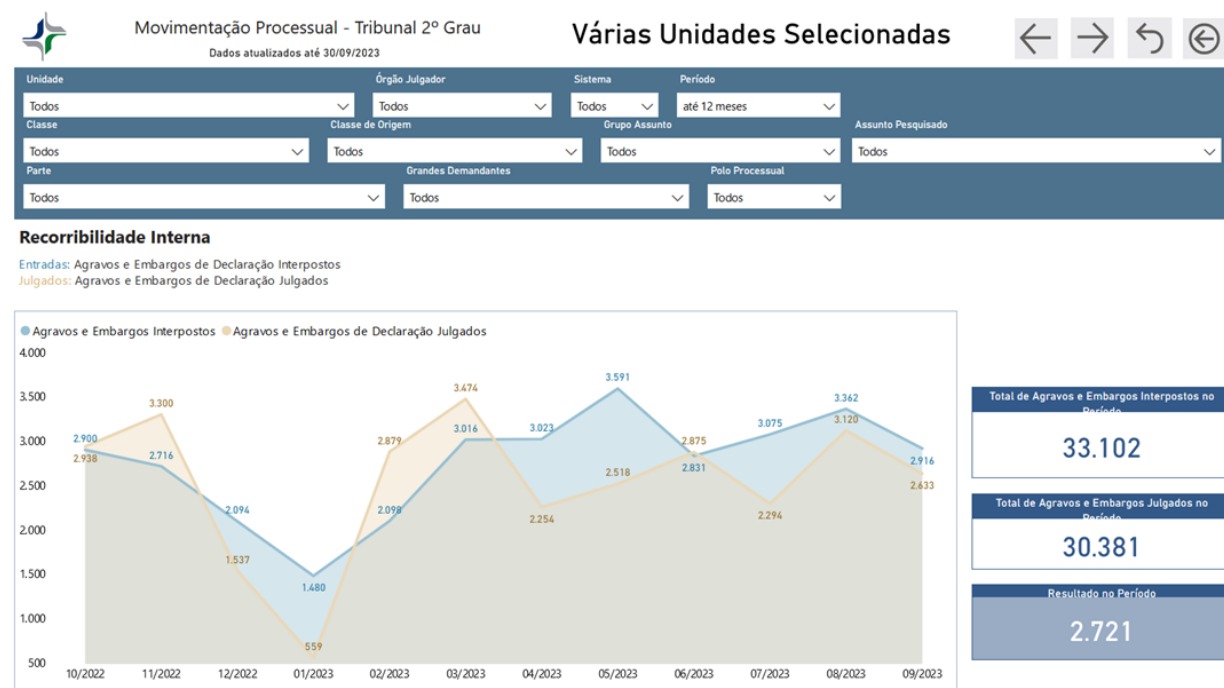
Unidade	Órgão Julgador	Sistema	Período	Assunto Pesquisado
Todos	Todos	Todos	até 12 meses	Todos
Classe	Classe de Origem	Grupo Assunto	Assunto Pesquisado	
Todos	Todos	Todos	Todos	
Parte	Grandes Demandantes	Polo Processual		
Todos	Todos	Todos		

Fluxo de Julgamento

Casos Novos: Distribuídos + Redistribuídos (entradas) - Redistribuídos (saídas)

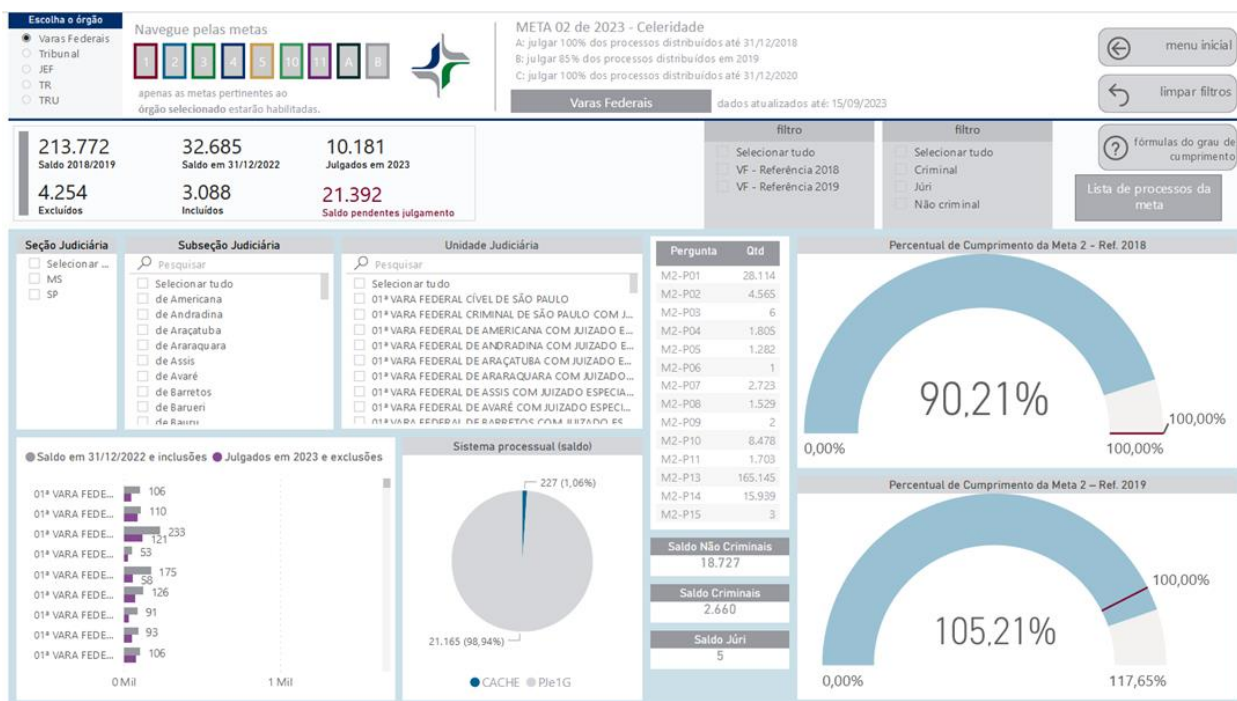
Julgados: 1º Julgamento





O painel abaixo demonstra também a facilidade em acompanhar as metas nacionais do CNJ. Os gabinetes podem acompanhar seu desempenho e adotar medidas para melhorar sua gestão, quando for o caso.





A ferramenta de *Business Intelligence* desenvolvida pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos, vinculada à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, constitui excelente prática adotada e demonstra o compromisso, ao longo dos últimos anos, em manter o conjunto de dados processuais, físicos e eletrônicos, à disposição de todo o Tribunal. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo do 2º grau.

A Divisão de Estatística, em conjunto com outras áreas, mesmo diante de todos os entraves provocados pela implantação do PJe, que exigiu grande esforço e tempo das unidades judiciárias no trabalho de digitalização dos processos físicos, tem cumprido de forma exemplar suas atribuições. É imprescindível, no entanto, que o setor permaneça trabalhando, junto à Presidência do Tribunal, a conscientização dos servidores sobre a importância do lançamento correto de cada movimento e do *feedback* das eventuais inconsistências encontradas na ferramenta de BI.

A política de valorização da informação como instrumento de controle e melhoria das atividades exige da administração, além do investimento em tecnologia, o estímulo contínuo à realização de fóruns de discussão entre áreas fim e meio, produção de tutoriais, e em outros níveis *workshops* que abordem o acesso à informação como mecanismo para gestão do acervo e otimização dos recursos.

É importante perceber que, para a viabilização de um projeto dessa natureza é fundamental que a etapa de validação dos dados seja intensificada pelas unidades judiciárias e de caráter permanente.

Recomendação: Disseminar o uso da ferramenta de *Business Intelligence* por meio da realização de fóruns de discussão entre áreas fim e meio, produção de tutoriais, e em outros níveis *workshops* que abordem o acesso à informação como mecanismo para gestão do acervo e otimização dos recursos.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

A Inspeção na área de Sistemas e Infraestrutura da Tecnologia da Informação foi conduzida pelo servidor Luigi Frusciante Filho, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Os principais pontos de atenção foram as instalações do Data Center, os procedimentos e sistemas de autuação, cadastramento e distribuição dos processos judiciais e o atendimento às normatizações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho da Justiça Federal - CJF vigentes para a área de TI, de acordo com o Ofício n. 0509091/CJF. Os documentos citados no relatório - estão na pasta compactada *Processo Administrativo 0037659_74.2023.4.03.8000-*, não serão disponibilizados por questão de segurança das informações.

- Infraestrutura de Tecnologia da Informação

a) Relatar, a infraestrutura de TI adotada no Tribunal acerca dos sistemas judiciais e administrativos utilizados, informando os Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados – SGBDs utilizados, as linguagens de programação, métodos e plataformas de desenvolvimento. No caso de haver sistemas diferentes para os processos físicos e eletrônicos ou por classes de processos, descrevê-los separadamente.

O TRF3 adota as seguintes infraestruturas para os sistemas processuais:

Sistemas processuais físicos

- Sistema Processual de 1º Grau

Mumps, Base de dados Caché

- Sistema Processual de 2º Grau

Sistema GEDPRO

Servidores de aplicação:

2x 8GB RAM + 2 CPUs cada

- Base de dados:

Ingres ‘

Sistemas processuais eletrônicos

- Sistema Processual PJe de 1º Grau

Servidores de aplicação:

Usuários: 20x 180GB + 12 CPUs cada

MNI: 4x 64GB + 4 CPUs cada

Consulta pública: 2x 16GB + 4 CPUs cada

Bancos de dados:

Uso de storage: ~20TB cada servidor

Primário: 2TB RAM + 224 CPUs

Réplicas:

- 2TB RAM + 224 CPUs -> utilizado para consulta processual (pública e logada) e outros serviços como emissão de certidões
- 48GB + 24 CPUs -> utilizado para extração de relatórios gerenciais e outros do tipo "BI"

- Sistema Processual PJe de 2º Grau

Servidores de aplicação:

Usuários: 8x 128GB + 12 CPUs

MNI: 4x 32GB + 4 CPUs

Consulta pública:

2x 16GB + 4 CPUs

Uso de storage: ~8TB cada servidor

Primário: 512GB RAM + 94 CPUs

Réplicas:

- 32GB + 16 CPUs -> utilizado para consulta processual (pública e logada) e outros serviços como emissão de certidões
- 16GB + 8 CPUs -> utilizado para extração de relatórios gerenciais e outros do tipo "BI"

- Ambientes compartilhados

ElasticSearch: 128GB + 64 CPUs -> ~11TB de dados em servidor único

Storage S3: ~132TB em uso (x2 devido a replicação)

Bancos de dados SIGMA + Extrator (Codex): 48GB + 24 CPUs + 220GB em uso

- Dois pares de HaProxy para cada grau, primário/secundário
- Dois pares de PgBouncer para cada grau, primário/secundário

Ambientes não-produtivos

São mantidos pelo menos quatro ambientes não-produtivos do PJe. Cada um deles possuem uma cópia do banco de dados produtivo, com uso de disco total:

1º grau: 5x 20TB (~ 100TB)

2º grau: 5x 8TB (~40TB)

Reserva: Utilizado pela área de negócio para testes e atendimento a usuários

Treinamento: utilizado quando há treinamento no sistema e para testes com órgãos externos

Homologação + Desenvolvimento: utilizado pela equipe de desenvolvimento

Cada ambiente possui apenas 1 servidor de aplicação para cada grau:

1º Grau: 24GB + 8 CPUs

2º Grau: 16GB + 8 CPUs

Não são utilizados storages S3 completo, nem Elastic Search para os ambientes não-produtivos. Apenas são copiados os arquivos de processos necessários para os testes em andamento.

Virtualização:

É empregada a técnica de virtualização baseada na tecnologia VMware cujo objetivo é a redução da quantidade de equipamentos físicos, redução do espaço dentro do datacenter, bem como a redução do consumo de energia elétrica e climatização. Atualmente existem cerca de 454 máquinas virtuais em execução.

b) Descrever os processos criação de usuários (servidores e magistrados, terceirizados e estagiários, fornecedores), de controle de acesso e gestão de identidades.

Resposta:

Metodologia de controle de acesso

Autenticação baseado no Microsoft Active Directory

Uso de certificados digitais A3

Uso dos recursos de MFA (autenticação multifator), sempre que possível

Uso do sistema de RH para validação de perfis com autorizadores

Gestão de identidades

O ambiente de diretórios é híbrido e sincronizado. Baseia-se na tecnologia Microsoft Active Directory e no eDirectory da NetIQ/Micro Focus. Com o eDirectory há integração ao sistema de Recursos Humanos via ferramenta de Gerenciamento de Identidades, o IDM.

c) Descrever as práticas de desenvolvimento seguro de software eventualmente adotadas.

Resposta:

São adotados padrão de codificação nos sistemas sempre que possível de maneira a facilitar a identificação e com isso evitar riscos;

Também são observadas as melhores práticas de codificação segura elencadas pela OWASP em seu Guia de Referência Rápida;

Novos sistemas, sempre que possível, passam por um PENTEST automatizado antes de serem disponibilizados na internet. Também são contratadas empresas para realizar PENTESTs pontuais em sistemas mais críticos.

d) Descrever a infraestrutura de rede, dando ênfase aos seguintes pontos:

d.1) Redundâncias: de rede, servidor de aplicação e armazenamento de dados;

Resposta:

Servidores:

A infraestrutura de rede do TRF3 atualmente conta com servidores baseados em arquitetura física do tipo Blade e do tipo Rack. Na tecnologia Blade são utilizadas 35 lâminas, de capacidade variada, distribuídas em 3 chassis distintos, sendo 1 do fabricante IBM e 2 do fabricante Dell. Quanto aos servidores do tipo Rack, temos do fabricante DELL e da LENOVO, contabilizando 24 servidores. Em cada fórum da JFSP e JFMS, excetuando-se basicamente os fóruns da grande São Paulo, há um servidor local da marca Dell provisionando arquivos e serviços de rede.

Armazenamento:

Na solução de armazenamento de dados utiliza-se storages do tipo SAN, sendo 2 soluções do fabricante Huawei e 1 da NetApp (S3). 1 storage Huawei é híbrido, possuindo discos NL-SAS, SAS e SSD. Já outro Huawei é all-flash. O storage da NetApp é de objetos.

1 Solução de Storage de objetos NetApp (S3) com 649.1TB brutos

2 Storages de bloco Huawei OceanStore 5500V5 com 624.36TB brutos cada

2 Storages de bloco Huawei OceanStore 5000V6 com 656.6TB brutos cada

d.2) redundância de infraestrutura;

Conetividade:

Todos os switches de Acesso da JF3R operam a 1 Gbps. Nos dois prédios do TRF3 e no Fórum Pedro Lessa esses switches convergem para um switch de Distribuição que trabalha em 40 Gbps. A comunicação entre eles é realizada por meio de fibra óptica. Nos demais fóruns os switches de Distribuição trabalham a 1 Gbps e a comunicação com os switches de acesso acontece em 1 Gbps.

Comunicação:

Todos os fóruns se comunicam com o TRF3 através de links de dados com velocidade entre 100 Mbps e 1 Gbps. Estamos utilizando a tecnologia SD-WAN para quase todos eles.

Internet:

O serviço de internet é composto por 4 links de dados de operadoras distintas. Três links trabalham em velocidade de 1 Gbps. O quarto link trabalha em 10 Gbps. O acesso à internet e a utilização de correio eletrônico estão normatizados de acordo com as Resoluções 255/2011 e 589/2023, respectivamente.

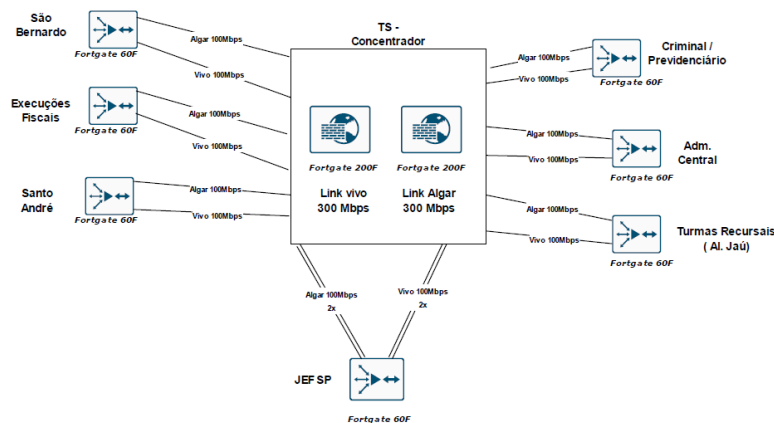
Contratação de serviços de CDN e Web Application Firewall através da empresa Akamai;

d.3) plano de manutenção dos sistemas de sustentação do data center;

O ambiente central de TI da JF3R dispõe de 2 Datacenters, localizados em prédios distintos, que propiciam ambientes com acesso restrito, climatizado e com funcionamento nestas condições sob o regime 24x7, a saber:

- Sala Cofre instalada no Fórum Pedro Lessa.
- Sala segura localizada no 10º andar do edifício Sede do TRF3.

d.4) mapas da infraestrutura de rede no âmbito do Tribunal e SJs, bem como eventuais conexões com órgãos externos;



d.5) medidas adotadas para garantir a segurança no acesso remoto (VPNs, autenticação, pastas compartilhadas, acesso remoto direto aos servidores);

Foi concedido acesso VPN para usuários que estejam em posse de equipamentos institucionais e que estejam autorizados ao uso;

O acesso remoto via VPN está normatizado pela Resolução 526/2022.

d.6) modelo adotado para garantir a segurança, a celeridade e a continuidade dos serviços em teletrabalho;

Foi implantada solução de virtualização de aplicativos para aplicações legadas e disponibilizados serviços Office 365;

d.7) padrão adotado para o balcão virtual;

Foi criado a página <https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual>, com instruções e tutorial em vídeo com orientações aos usuários. Na página tem os links de acesso às Seções Judiciárias e unidades do TRF3. A ferramenta adotada foi o Teams da Microsoft

d.8) estatística de telerreuniões administrativas e teleaudiências jurisdicionais nos 1º e 2º graus, atendimentos pelo Balcão Virtual.

e) detalhar os procedimentos de backup e de restore de dados, especificamente:

e.1) se há cópias de segurança (backups) de todos os dados da organização, de forma regular e automática;

e.2) se há cópias de segurança (backups) integrais dos sistemas críticos da organização, de modo a permitir sua rápida recuperação em caso de necessidade;

e.3) se há, periodicamente, testes de restauração (restore) das cópias de segurança (backups) da organização, de modo a atestar seu funcionamento em caso de necessidade;

e.4) se as cópias de segurança (backups) da organização são protegidas de forma adequada por meio de mecanismos de controle de acesso físico e lógico;

e.5) se as cópias de segurança (backups) são armazenadas em ao menos um destino não acessível remotamente.

Respostas aos itens anteriores:

Backup:

A solução de backup é composta por 10 servidores do tipo Rack, do fabricante Dell, divididos igualmente entre os dois Datacenters. Cada servidor comporta até 90 TB de dados. O software que gerencia essa solução é o Netbackup do fabricante Veritas. Os dados são gravados de forma cruzada a fim de manter os dados de produção em um Datacenter e seu backup no outro. Todas as operações de backup e restore são baseadas em Jobs. A política de backup está normatizada pela Resolução 274/2019.

f) Discorrer sobre a infraestrutura em nuvem, se houver, seus serviços e segurança.

Não são utilizados serviços em nuvem na plataforma IaaS.

O TRF3 dispõe dos seguintes serviços em plataforma SaaS:

- Microsoft Office 365 (Exchange/Outlook para correio, Teams para videoconferências e colaboração e OneDrive para compartilhamento de arquivos)
- Symantec Endpoint Protection Manager (gerenciamento da plataforma de antivírus)

2 - Segurança Cibernética

a) Descrever como se estruturam as camadas de segurança cibernética do TRF3, informando dispositivos, aplicativos e procedimentos para evitar e combater ataques hackers e para recuperação de dados e sistemas;

Resposta:

O principal objetivo da segurança cibernética é manter seus dados e sistemas seguros (disponíveis, confidenciais e integrais). Uma série de sistemas de defesa foram implantadas para proteger sistemas, redes e dados. Para fazer isso, foram criadas camadas de controles com base na tecnologia usada. Por exemplo, foram adotados vários métodos ou tecnologias em um sistema crítico para detectar intrusos (IDS, auditorias, logs e assim por diante). Este modelo é muito útil quando deseja aumentar o foco em uma determinada funcionalidade, por exemplo, implementando uma pluralidade de tecnologias para fornecer um foco especial na detecção ou prevenção.

Para detectar e monitorar as atividades de um invasor, um honeypot foi configurado.

Para gerenciamento de eventos e informações de segurança (SIEM), foi comprada e implementada a **Plataforma de Insight nativa da nuvem da Rapid7** para:

- Detecção e resposta de endpoint (EDR)
- Análise de tráfego de rede
- Análise de Comportamento de Usuário e Entidade (UEBA)
- Nuvem e Integrações
- Inteligência de ameaças incorporada
- Alinhamento MITRE ATT
- Tecnologia de Decepção
- Resposta a incidentes e investigações
- Resposta e Automação
- Gerenciamento de Vulnerabilidades
- Executar testes de segurança de caixa preta para automatizar a identificação, triar vulnerabilidades, priorizar ações e corrigir o risco de aplicativos.
- Automatizar investigações e respostas de phishing
- Automação do gerenciamento de vulnerabilidades

Para segurança de endpoint foi contratada e implantada, **Symantec Endpoint Security (SES)**, proteção abrangente para todos os dispositivos móveis e tradicionais em toda a cadeia de ataque, que avalia o risco dos aplicativos e suas vulnerabilidades e permite que apenas aplicativos seguros sejam executados. Os ataques são bloqueados em tempo real, mantendo a integridade e evitando os impactos negativos.

Foi publicada a Norma de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação que institui os protocolos a serem observados criada pela Resolução PRES n. 541, de 27 de setembro de 2022.

O TRF3 adota o software para gerenciamento de acesso privilegiado (**SenhaSegura**), que armazena, gerencia e monitora todas as credenciais como senhas, chaves SSH e certificados digitais em um cofre digital. A partir da utilização de mecanismos de criptografia, o cofre de senhas oferece aos usuários a possibilidade de utilizar senha apenas para acessar uma série de credenciais cadastradas na solução. Além disto, é possível, por meio da senha segura, realizar acesso a todos os recursos de rede mediante protocolos SSH e RDP, armazenando todos os registros da sua utilização para fins de auditoria e análise de conformidade.

b) informar sobre campanhas de conscientização de usuários eventualmente conduzidas sobre aspectos relacionados à segurança da informação e/ou cibernética.

Com a intenção de treinar os usuários da Justiça Federal da 3ª Região para reconhecer e evitar ameaças, ajudando a manter a Instituição a salvo de criminosos caso algum dia ocorra ataque real foram realizadas as seguintes campanhas:

Phishing: O que é phishing: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (trf3.jus.br) <https://www.trf3.jus.br/dica-phishing>

MFA: Mudança no Duplo Fator de Autenticação da Microsoft: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (trf3.jus.br) <https://www.trf3.jus.br/mfa-mudancas>

3 - Cálculo para a força de trabalho de Tecnologia da Informação

Resposta:

O TRF3 conta com uma força de trabalho de informática de 130 colaboradores, sendo 119 servidores com cargo efetivo e 11 terceirizados.

O Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário ENTIC-JUD 2021-2026, determina o referencial mínimo para compor a Força de Trabalho de TIC dos órgãos do poder Judiciário em seu capítulo 8.

Força de Trabalho de TIC TRF3 - ENTIC-JUD 2021-2026						
Cargo	Quantitativo	Atual			Necessário	
		Força de trabalho TIC	Servidores do quadro permanente	Força de trabalho TIC (0,25%+200)	Servidores do quadro permanente (0,1625%+130)	
Ana. Jud.-Informática	32					
Ana. Jud.-Informática (Banco de Dados)	1	130	119	343	223	
Ana. Jud.-Informática (Infraestrutura)	4		Carência	109	104	
Téc. Jud. Informática	35					
Téc. Jud. (Oper.Computadores)	8					
Téc. Jud. (Digitação)	4					
Téc. Jud.-Telec e Eletricidade	1					
Ana. Jud. (outros)	1	TURTic	TUInt	TUExt		
Téc. Jud. (outros)	32	57.264	9.159	481.045		
Ana. Jud.Informática (rem./req.)	1					
Téc. Jud. Informática (rem./req.)	0	TURTic	Total de usuários de recursos de TIC			
Téc. Jud. Outros (rem./req.)	0	TUInt	Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TIC			
Terceirizados	11	TUExt	Total de advogados, defensores ou procuradores registrados nas bases de dados de cada Tribunal			

Cálculo da Força de Trabalho de TIC - ENTIC-JUD 2021-2026

Achado 1: Deficiência no Quadro de Técnicos de TI segundo os parâmetros adotados pelo ENTIC-JUD 2021-2026.

A digitalização dos procedimentos judiciais e administrativos tem sido uma transformação significativa para o Poder Judiciário e o Estado brasileiro. Ela trouxe inúmeros ganhos em termos de produtividade, agilidade, acurácia, qualidade e eficiência econômica. Através de ferramentas como o trabalho remoto, teleconferências, balcões virtuais e o sistema BACENJUD, a informatização tem revolucionado a forma como as atividades judiciais e administrativas são conduzidas no país. No entanto, à medida que a digitalização avança, surgem desafios relacionados à sobrecarga de trabalho dos servidores de Tecnologia da Informação (TI), que não têm visto um aumento correspondente no quadro de servidores ou na estrutura administrativa para lidar com essas novas demandas.

A sobrecarga de trabalho na área de TI pode levar à exaustão física e mental dos servidores, o que, por sua vez, afeta negativamente a qualidade do serviço prestado e aumenta o risco de erros. A falta de pessoal e recursos adequados para manter a segurança cibernética pode tornar o sistema vulnerável a ataques e vazamentos de informações confidenciais.

No caso do TRF3 o quadro ideal de TI é de 32 vagas, evidenciando o desajuste do quadro com a realidade atual.

Impacto: A deficiência no quadro de técnicos de TI resulta em sobrecarga de trabalho, atrasos na implementação e suporte de soluções, riscos de segurança cibernética elevados e uma baixa qualidade geral de serviços de TI. Isso prejudica a eficiência operacional, aumenta o risco de falhas de segurança e compromete a qualidade dos serviços prestados, provoca a evasão do corpo técnico afetando tanto a administração interna quanto a satisfação dos usuários finais.

Recomendação: Ajustar o quadro ideal, prover as vagas, criar estrutura compatível com as atribuições da TI

4 - Atendimento aos usuários de serviços de Tecnologia da Informação

a) descrever o processo de atendimento aos usuários de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo modelo de referência e ferramenta utilizados;

Resposta:

O atendimento dos chamados técnicos são regulamentados na [Ordem de Serviço n. 10, de 1º de julho de 2008](#).

1º nível – Recebe os chamados abertos pelo Callcenter – SETI – Solicitante pelo link <https://callcenterotrs.trf3.jus.br/otrs/customer.pl> (ferramenta OTRS)

De acordo com o serviço escolhido pelo solicitante no momento da abertura o chamado é direcionado automaticamente para uma das filas da DATE, conforme o Catálogo de Serviços de TI que consta na Intranet: <https://www.trf3.jus.br/intranet/seti>

DATE: RADU – Recebe chamados referentes a Serviços de Acesso por login, Acesso por sigla, Acesso à Internet, Conta Setorial, Pasta de rede, Acesso de servidor/colaborador, Acesso aos Sistemas Processuais.

Atua como segundo nível das filas da SJSP e das filas da SJMS quando os técnicos locais têm dúvidas ou querem orientações a respeito de um dos serviços atendidos por essa fila.

DATE: RASC – Recebe chamados referentes a Certificado digital, Acesso remoto, softwares em geral.

Atua como segundo nível das filas da SJSP e das filas da SJMS quando os técnicos locais têm dúvidas ou querem orientações a respeito de um dos serviços atendidos por essa fila.

DATE: RATH – Recebe chamados referentes a equipamentos de microinformática em geral.

Atua como segundo nível das filas da SJSP e das filas da SJMS quando os técnicos locais têm dúvidas ou querem orientações a respeito de serviços atendidos por essa fila.

DATE: RVIO – Recebe chamados referentes a Videoconferências e Balcão Virtual.

Atua como segundo nível das filas da SJSP e das filas da SJMS quando os técnicos locais têm dúvidas ou querem orientações a respeito de um dos serviços atendidos por essa fila.

DATE: RASB – Prepara imagem Windows e atua como segundo nível das demais filas da DATE, das filas da SJSP e das filas da SJMS, pois é a Seção que faz as otimizações para instalação de softwares e aplicações.

DATE: Diretoria – Atua como segundo nível das filas da DATE

UARI: Diretoria – Atua como nível superior as demandas de Infraestrutura, Segurança e Atendimento na 3ª Região

5 – Distribuição

a) Descrever:

a.1) os procedimentos de distribuição para os processos originários, oriundos do 1º grau das Justiças Federal e Estadual, físicos e eletrônicos;

Resposta:

A distribuição de processos originários desta E. Corte e os respectivos procedimentos estão dispostos na Resolução PRES n. 482, de 9 de dezembro de 2021, sendo realizados no sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, pelo qual o usuário, tanto externo quanto interno, cadastra os dados básicos do processo, mediante a seleção de classe processual, de competência, de assuntos, de numeração de registro do feito de origem; acaso exista; as partes, os representantes e os patronos.

Ao final do cadastramento ocorre a protocolização do feito originário, sendo atribuída a numeração sequencial de registro própria dos feitos originários nos termos da Resolução CNJ n. 65, assim como, o PJe realiza, de forma automatizada, a livre distribuição a um dos magistrados integrantes da competência definida pelo assunto do processo. O procedimento descrito fica disponível 24h por dia, no PJe.

Os feitos originários recebidos de outro ramo da Justiça na forma física são digitalizados e inseridos no PJe para a tramitação eletrônica.

Considerada a inexistência de integração com sistemas eletrônicos de outros ramos da Justiça, ainda que seja utilizado o PJe, os feitos originários eletrônicos com declinação de competência são recebidos por malote digital ou anexados a mensagem dirigida ao correio eletrônico da Subsecretaria de Registros e Informações Processuais - UFOR, que cadastra o feito no PJe.

Os dados relativos à classe processual e assuntos obedecem à padronização das tabelas processuais do CNJ.

Os dados das partes físicas e jurídicas são cadastrados a partir da informação do CPF/CNPJ, visto que o PJe utiliza o referido dado da Secretaria da Receita Federal do Brasil, embora seja possível o cadastramento de parte que não possua registro no CPF/CNPJ.

Após a livre distribuição no PJe os feitos originários são alocados em tarefas acessíveis à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais – UFOR, separados em razão da natureza cível e criminal, para a retificação de dados da autuação e verificação de possível prevenção de magistrado, considerados os registros existentes tanto no PJe, quando no sistema SIAPRO, com a realização de redistribuição por prevenção, nos termos do disposto na Resolução PRES n. 482, de 9 de dezembro de 2021, sendo o feito remetido ao gabinete do Relator.

a.2) os métodos de recebimento de petições para os processos originários, provenientes do 1º grau das Justiças Federal e Estadual, físicos e eletrônicos; e

Resposta:

Considerado que todos os feitos originários são recebidos, necessariamente, mediante o cadastramento no sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, o peticionamento é realizado diretamente pelo interessado, sendo a juntada realizada pelo ato de assinatura do peticionário, nos feitos originários registrados no PJe e ficam exibidos na denominada ‘árvore’ do processo eletrônico.

Conquanto ainda haja normativo prevendo o peticionamento em meio físico para processo que ainda tramitem fisicamente, torna-se válido ressaltar que atualmente quase não existem mais processos nessas condições, tendo a digitalização superado a casa dos 99%, tendo em vista a quantidade menor a 30 processos pendentes de virtualização.

a.3) o processo de emissão de certidões eletrônicas ou físicas.

Resposta:

A expedição de certidão de distribuição pelo Tribunal é automática e sem custos, realizada pela Internet por meio de seu sítio da internet <https://www.trf3.jus.br/>, onde há um link específico de fácil visualização. Ao acessá-lo, é possível optar pela certidão de distribuição ou a certidão de distribuição para fins eleitorais, bem como a abrangência, ou seja, Tribunal, Seção Judiciária de São Paulo e Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

A certidão só não é emitida automaticamente caso haja homonímia ou na existência de feitos sigilosos, quando o pedido é carreado para análise da Secretaria Judiciária. Uma vez liberada, é possível ao usuário expedi-la pela internet.

A certidão eletrônica de movimentação ou andamento processual (também conhecida como objeto e pé) é possível ser expedida pela internet, cujo acesso é pelo link seguinte: <https://web.trf3.jus.br/certidaoandamento/CertidaoAndamentoMain.aspx>

Nesse caso, vale tanto para feitos físicos quanto para eletrônicos – PJe.

Por fim, está disponibilizada também a emissão de certidão de inteiro teor, com mais informações. Tal documento é expedido pelo próprio PJe, mas realizado pela subsecretaria processante mediante solicitação da parte.

b) informar quais os sistemas judiciários adotados, integralmente ou de modo parcial, ou, ainda, via tabelas de compatibilização (“de / para”), bem como os que não adotam as tabelas unificadas nos termos da Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007.

Resposta:

O sistema PJe adota integralmente e de forma nativa as tabelas unificadas previstas na Resolução CNJ n. 46/2007, sem necessidade de tabela de compatibilização.

Para os sistemas legados, em fase de desativação, todos adotam as tabelas, ainda que por tabela de compatibilização. Esses sistemas são o SIAPRO e o GEDPRO no tribunal, bem como o MUMPS, no 1º grau.

O projeto de desativação dos sistemas legados e transferência de metadados para o PJe encontra-se descrito no expediente n. 0019760-97.2022.4.03.8000.

6 – Precatório

a) Descrever os procedimentos de recebimento, controle, emissão e liberação de precatórios oriundos da Justiça Federal e da competência delegada;

Resposta:

O recebimento dos requisitórios (rpvs e precatórios) é realizado eletronicamente, enviado via PrecWeb ao sistema de protocolo centralizado na Corte (ReqPag);

Uma vez recepcionados, são analisados pela Subsecretaria dos Feitos da Presidência - UFEP e divisões afetas (DIAL-Divisão de Análise e DPAG-Divisão de Pagamento).

A emissão dos requisitórios é realizada pelo 1º Grau (JF-Juizados Especiais Federais e JE-Competência Delegada).

Eles que preenchem o requisitório no PrecWeb e encaminham ao Tribunal.

<https://www.trf3.jus.br/secretaria-da-presidencia/precatorios-1/sistema-precweb>

A Subsecretaria de Feitos da Presidência - UFEP realiza as aferições de conformidade para que o requisitório seja incluído em proposta orçamentária e pago.

b) Informar os sistemas eletrônicos utilizado no processamento dos precatórios.

Resposta:

- Precweb (TRF3)
- ReqPag (TRF3)
- SisUfep (TRF3-UFEP)
- SisPrec (CJF-TRF3)
- Siafi (SERPRO)

7 - Atendimento às recomendações da inspeção anterior

Recomendação: *"Manter a solução AD sempre atualizada e habilitar a função MFA (Múltiplos Fatores de Autenticação) para todos os softwares compatíveis, inclusive e principalmente o de VPN."*

Resposta:

Atualização do AD foi contratada (contrato 04.001.10.2023) e será realizada em breve – Processo SEI 0025108-96.2022.4.03.8000.

Recomendação: *"implementar redundância para o gerador do data center do Fórum Pedro Lessa caso este venha a ser mantido como contingência do PJe."*

Resposta: Não iniciada

Recomendação: *"Realizar estudo visando a migração dos processos que tramitam nos sistemas legados (tecnologias MUMPS/4GL/Ingres) para o PJe visando a desativação das plataformas que os suportam. Migrar os demais sistemas para plataformas mais atuais e compatíveis com as tecnologias dos sistemas nacionais."*

Resposta: Em andamento - O projeto de desativação dos sistemas legados e transferência de metadados para o PJe encontra-se descrito no expediente n. 0019760-97.2022.4.03.8000.

Recomendação: *"Melhoria nos fluxos do PJe para que a UFOR e demais equipes não necessitem acessar sistemas legados para a realização de autuação de processos e ampliar as integrações com os demais sistemas onde tramitam os feitos remetidos ao Tribunal, seja via MNI, seja por outros meios, de forma a otimizar o trabalho destas equipes, dispensando os servidores do cadastramento de dados que já tramitam em meio eletrônico nos sistemas de origem."*

Resposta: Não iniciada

Recomendação: *"implementar o conjunto de "Controles Mínimos Recomendados" presente no Anexo IV da Portaria CNJ 162/2021. - aplicar o Checklist de controles para prevenção e mitigação de ameaças cibernéticas e confiança digital, constante no Anexo V da referida portaria, para verificar as oportunidades de melhoria na gestão de segurança cibernética do Tribunal. - adotar as práticas constantes no Manual de Referência – Gestão de Identidade e de Controle de Acessos, constante no Anexo VI da citada portaria."*

Resposta:

No anexo SEI 10242196 encontra-se o check de controle para prevenção e mitigação de ameaças cibernéticas conforme consta no Anexo V da Portaria n. 162 de 10/6/2021.

A gestão de identidade atualmente é realizada por meio da solução de controle de acesso de usuários privilegiados (PAM), Processo SEI 0032582-21.2022.4.03.8000, Contrato N.I. 07.002.10.2022 JAMC (9144684).

8 - Gestão e governança

a) Indicar os documentos elencados na planilha anexa Evidências IGovTIC-JUD TRF3 2023.xlsx.

Resposta:

A planilha de evidência está contida no doc. SEI n. 10242152 deste processo e os anexos que a complementam no Doc. SEI n. 10242160.

b) Descrever as ações adotadas para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, nos moldes da Resolução CNJ n. 363, de 12/1/2021.

Resposta:

As ações adotadas estão contidas na **Informação n. 10239984/2023 - ADEG**, documento SEI n. 10239984

CONCLUSÃO DE AUDITORIA

Nos termos do presente relatório, após análise detalhada das respostas ao Ofício n. 0509091/CJF e constatações *in locu*, conclui-se que o TRF3 demonstra uma infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) alinhada às suas necessidades operacionais, bem como um comprometimento com as melhores práticas de gestão tecnológica e de informações, conforme elencado a seguir:

1. Infraestrutura de TI: possui uma infraestrutura robusta de servidores de aplicação e equipamentos de armazenamento do tipo SAN, incluindo discos NL-SAS, SAS, SSD e All-flash. Essa configuração se mostra adequada às exigências da organização.

2. Resiliência e Recuperação de Dados: A adoção de réplicas para os sistemas eletrônicos assegura um eficiente processo de recuperação de dados em casos de sinistros, além de prover velocidade no acesso à informação.

3. Gerenciamento de Identidades e Segurança de Aplicações: O uso de certificados digitais, autenticação multifator e sincronização com as bases de dados de recursos humanos fortalece o controle de acesso e gestão de identidades. Além disso, o desenvolvimento de aplicações segue as melhores práticas da OWASP, garantindo robustez em segurança cibernética.

4. Arquitetura e Conectividade: A estrutura descentralizada para servidores de arquivo e serviços de rede, assim como a SDWAN com firewall e links redundantes, evidencia uma abordagem que privilegia agilidade, resiliência e eficiência.

5. Datacenters e Backup: A existência de dois Datacenters, com gestão adequada e planos de manutenção preventiva e corretiva, aliada a uma solução de backup robusta, utilizando servidores Rack da Dell e software Netbackup da Veritas, reflete um alto padrão de segurança e confiabilidade dos dados.

6. Teletrabalho e Acessibilidade: A implementação do teletrabalho, normatizado pela Resolução n. 526/2022, e a criação do Balcão Virtual com a ferramenta Teams da Microsoft, demonstram uma adaptação eficiente às necessidades atuais de trabalho remoto e acesso digital.

7. Gestão de Segurança Cibernética: A adoção de processos de trabalho e tecnologias avançadas, aliada a treinamentos e campanhas de conscientização, fortalece a segurança cibernética da organização.

8. Gestão de Incidentes e Desenvolvimentos de TI: A existência de processos bem definidos para gestão de novos desenvolvimentos e atendimento de incidentes de TI, categorizados por níveis de complexidade, assegura uma resposta eficiente e ordenada a possíveis desafios na área.

9. Processos Eletrônicos: A distribuição de feitos e a expedição de certidões de forma eletrônica, ressalvadas as situações de homonímia ou feitos sigilosos, estão em conformidade com as normas preconizadas pelo CNJ e CJP, garantindo agilidade e precisão nos processos judiciais.

10. Gestão e Governança: TRF3 alcançou um índice iGovTIC-JUD de 87,32, um aumento em relação ao índice de 2022 que foi 85,77. Este resultado reflete uma melhoria no nível de maturidade do TRF3 em termos de governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no contexto judiciário. No entanto, apesar desse avanço, houve uma alteração nos critérios de avaliação do iGovTIC-JUD: A pontuação mínima para alcançar o nível de "Excelência" subiu de >80 para >90. Consequentemente, apesar da melhoria na pontuação, o TRF3 foi reclassificado para o nível "Aprimorado" em vez de "Excelente".

Com base nas evidências coletadas, reconhece-se que o TRF3 implementou e mantém sua infraestrutura de TI robusta e moderna, juntamente com práticas eficientes de gestão de tecnologia e informações, alinhadas às diretrizes e necessidades atuais. Portanto, espera-se que o TRF3 recupere o nível de excelência na sua maturidade segundo os critérios do iGovTIC-JUD.

Contudo alguns pontos merecem especial atenção no sentido de se envidar esforços para solucioná-los.

O Achado 1: *“Deficiência no Quadro de Técnicos de TI segundo os parâmetros adotados pelo ENTIC-JUD 2021-2026.”*

Impacta severamente na eficiência operacional, aumenta o risco de falhas de segurança e compromete a qualidade dos serviços prestados, além de provocar a evasão do corpo técnico afetando tanto a administração interna quanto à satisfação dos usuários finais.

O não atendimento aos achados da inspeção de 2022:

Recomendação: *“Manter a solução AD sempre atualizada e habilitar a função MFA (Múltiplos Fatores de Autenticação) para todos os softwares compatíveis, inclusive e principalmente o de VPN.”*

Expõe o TRF3 a riscos de segurança cibernética.

Recomendação: *“implementar redundância para o gerador do data center do Fórum Pedro Lessa caso este venha a ser mantido como contingência do PJe.”*

Expõe o TRF3 a riscos de continuidade dos serviços

Recomendação: *“Realizar estudo visando a migração dos processos que tramitam nos sistemas legados (tecnologias MUMPS/4GL/Ingres) para o PJe visando a desativação das plataformas que os suportam. Migrar os demais sistemas para plataformas mais atuais e compatíveis com as tecnologias dos sistemas nacionais.”*

Ainda que o processo de migração dos dados e processos dos sistemas legados esteja em andamento, o TRF3 mantém a dependência dos técnicos terceirizados com conhecimento nos sistemas legados. O contrato 04.004.10.2021 para prestação de serviço de sustentação aos sistemas MPS de Folha de Pagamento e Controle Processual desenvolvidos nos ambientes Delphi/SQL Server e Caché, foi de R\$ 2.304.285,24 por 7 técnicos pelo período de 12 meses, este contrato ainda está vigente.

Por fim agradeço a acolhida e aproveitamento para registrar a presteza e competência demonstradas pela equipe da informática, que demonstra domínio e comprometimento nas suas áreas de atuação e não poupou esforços para atender às solicitações desta equipe de auditoria.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados em 25/10/2023, conforme certidão lavrada, sendo elaborado em seguida este relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá ser relacionado e notificado nos autos as unidades que responderam, com imediata remessa aos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram adequadamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Por fim, registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste relatório: magistrados e servidores da Justiça Federal e da Corregedoria-Geral que integraram as equipes da inspeção; e membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

É o relatório.

Ministro **OG FERNANDES**
Corregedor-Geral da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

